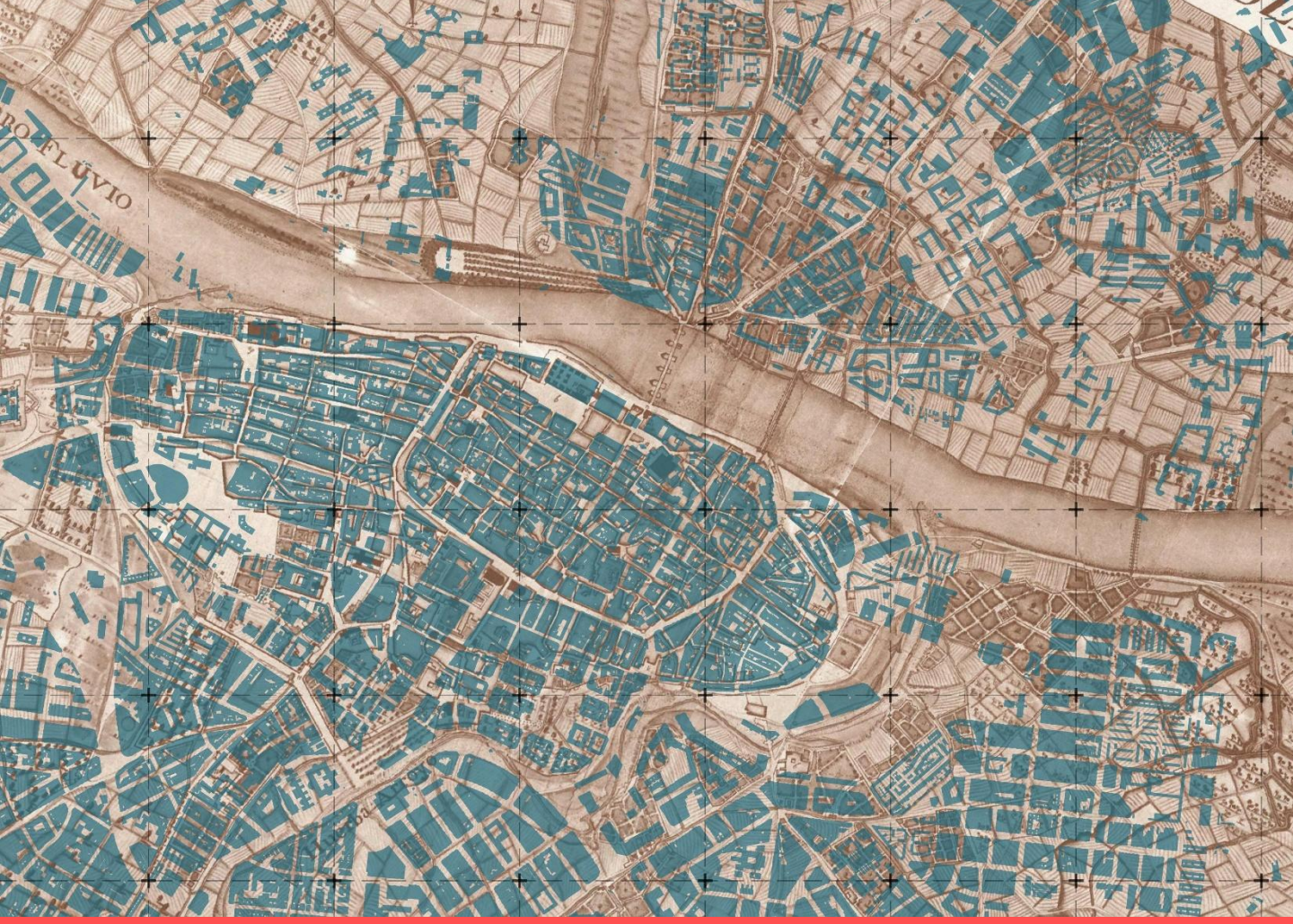


Antologia de Ensaios

Laboratório Colaborativo: dinâmicas urbanas, património, artes

XII – Seminário de investigação, ensino e difusão

Antologia de Ensaios
LABORATORIO COLABORATIVO: Dinâmicas Urbanas, Património, Artes.
XII Seminário de Investigação, Ensino e Difusão

Coordenação editorial
Paula André (DINÂMIA'CET-Iscte /Iscte-Instituto Universitário de Lisboa)

Apoio técnico e difusão
Mariana Leite Braga (DINÂMIA'CET-Iscte)

Edição
DINÂMIA'CET-Iscte
Outubro de 2026

ISBN
978-989-584-405-0

Fotografia na capa
"Zaragoza 1712 - 2026", fotografia de Miguel Sancho
Plano de la ciudad, castillo y contornos de Zaragoza capital del Reino de Aragón. Zaragoza. (Edición facsimil del plano de 1712.) - Archivo Municipal de Zaragoza. ES. 50297. AM 04.02 Caja Signatura 0024-. Georrectificado sobre la base de cartográfica catastral de 2026

Comissão Científica

Adriano Tomitão Canas (UFU/FAUED)
Alexander Gaiotto Miyoshi (UFU/FAUED)
Almudena Espinosa (EINA/UNIZAR)
Agatángelo Soler Montellano (ETSAM)
Ana Alves Costa (FAUP)
Ana Carvalho
Ana Esteban Maluenda (ETSAM)
Angélica Tanus Benatti Alvim (PPGAU-FAU)
Ana Cristina Sousa (FLUP/CITCEM)
Ana Gabriela Godinho Lima (UPM/FAU)
Andrea Queiroz (LabLugares, Proarq)
Belinda López (EINA/UNIZAR)
Blanca Espino Hidalgo (HUM700)
Bruno José de Sousa Marques (UA, IHA, NOVA)
Carlos Labarta Aizpún (EINA/UNIZAR)
Carolina Pescatori (GPHUC-FAU-UnB/CNPq)
Cláudia Costa Cabral (UFRGS)
Claudia dos Reis e Cunha (UFU/FAUED)
Daniela Marzola Fialho (UFRGS/PROPUR)
Desidério Batista (CEAACP)
Eunice Abascal (UPM/FAU)
Filipa Serpa (CIAUD/FAUL)
Giselle Arteiro Nielsen Azevedo (LabLugares, Proarq)
Igor Guatelli (UPM/FAU)
Iñaki Bergera (EINA/UNIZAR)
Inês Martina Lersch (UFRGS/PROPUR)
Javier Cuevas del Barrio (UMA)
João Alves da Cunha
João Branco Pedro (LNEC)
Jorge Jiménez (EINA/UNIZAR)
José Geraldo Simões Júnior (UPM/FAU)
Josicler Orbem Alberton (UFRGS/PROPUR)
Koldo Lus (EINA/UNIZAR)
Lucía Pérez (EINA/UNIZAR)
Luciana Saboia Fonseca Cruz (GPHUC-FAU-UnB/CNPq)
Luis Agustín (EINA/UNIZAR)
Luís Sebastian (PCIP/CITCEM)
Mafalda Sampayo (ISTAR Iscte/Iscte- IUL)
Maria Cristina Cabral (LabLugares, Proarq)
Maria Fernanda Derntl (GPHUC-PPGFAU-UnB/CNPq)
Maria Isabel Villac (UPM/FAU)
Maria Leonor Botelho (FLUP/ CITCEM)
Maria Lucia Bressan Pinheiro (FAUSP)
Marta García de Casasola Gómez (HUM700)
Miguel Reimão Costa (CEAACP/UAlg)
Miguel Sancho (EINA/UNIZAR)
Paula André (DINÂMIA'CET-Iscte/Iscte- IUL)
Paulo Afonso Rheingantz (UFRJ)

Paulo Simões Rodrigues (CHAIA/UE)
Paulo Tormenta Pinto (DINÂMIA'CET-Iscte/Iscte- IUL)
Pedro Guilherme (CHAIA/UE)
Raimundo Bambó Naya (EINA/UNIZAR)
Ricardo Trevisan (GPHUC-FAU-UnB/CNPq)
Rute Sousa Matos (CEAACP)
Sabine Forero-Mendoza (EINA/UNIZAR)
Sofia Aleixo (CHAIA/EU; CHAM/UNL)
Sofia Salema (CHAIA/UE)
Susana Ventura (IST)
Vera Regina Tângari (LabLugares, Proarq)

Índice

p.1
Presentación
Raimundo Bambó Naya

p.2
Pensar e Problematizar
Paula André

p.3
Estrategias proyectuales del Grupo Z para abrir y activar el interior de una manzana consolidada mediante la implantación de equipamientos
Juan Carlos Salas
Raimundo Bambó Naya
Carlos Labarta Aizpún

p.20
A ras de la ciudad vertical: Málaga, un horizonte en disputa, o cómo la máquinaria turística ha financiado un genocidio
Héctor Vázquez
Javier Cuevas del Barrio

p.34
Dispositivos de conocimiento urbano: una aproximación teórica a partir del medium design de Keller Easterling
Karen Saavedra
Filipa Serpa

p.48
Modernidad Continuada. Historicismos en la Posguerra Española
Raquel Nieto
Ana Esteban Maluenda
Agatángelo Soler Montellano

p.66
Orán como ciudad palimpsesto: memoria urbana y herencia española en el tejido histórico
Nidal Labdaoui
Ana Esteban Maluenda

p.80
Entre a cidade vivida e a cidade representada: espaço público, memória urbana e esvaziamento simbólico a partir de Lisboa
Patricia Amorim
Paula André
Paulo Tormenta Pinto

p.92
Automatización del despiece de fachadas modulares con cálculo de mermas para máximo aprovechamiento y mejora de sostenibilidad en la envolvente arquitectónica
Diego Lostao
Luis Agustín
Miguel Sancho

p.106
Átrio de entrada. Um limiar de transição. Ensaio metodológico a partir do Bairro de Alvalade
Madalena Bailey
Filipa Serpa

p.128
Habitar la pantalla: arquitectas pioneras en el cine de ficción internacional
Laura Ruiz-Morote Tramblin
Koldo Lus
Lucía Pérez

p.141
O que não se vê de cima: o desenho do chão na Plataforma Rodoviária do Plano Piloto
Victor Akio de Oliveira Itonaga
Luciana Saboia Fonseca Cruz

p.158
A cidade do futuro: Sergio Bernardes e o urbanismo da década de 1960
Carolina Quintanilha
Maria Cristina Cabral

p.173
A formação de Prestes Maia na Poli (1912-1917) e os fundamentos teóricos iniciais de sua prática urbanística em São Paulo
Magdiel Silva
José Geraldo Simões Junior

p.187
Associativismo e desenvolvimento local e regional integrado: a contribuição do Consórcio Intermunicipal Grande ABC (1990-2024)
Bruno dos Santos Andrade
Eunice Abascal

p.198
Escutas Suburbanas: as paisagens sonoras das centralidades ferroviárias suburbanas de Campo Grande e Madureira, RJ
Ingrid de Souza Soares
Andrea Queiroz

p.215
Dissonâncias silenciosas: escutas palimpsésticas na Rua Frei Caneca, RJ
Pedro Vieira Saldanha
Andrea Queiroz

p.230
Projeto de arquitetura nas concessões aeroportuárias brasileiras (2011-2025)
Lucas Nadalini Romero
Maria Izabel Villac

p.244
São Paulo Pós-Cidade: o Eixo Berrini-Chucri Zaidan sob as lentes conceituais de Rem Koolhaas
Pierina Piemonte
Igor Guatelli

p.264
Ler por Desenhos: análise dos fatos arquitetônicos como evidência do pensamento projetual
Marcelo Morettin
Ana Gabriela Lima

p.275
La conservación sostenible española a raíz de la Convención del PM: el caso andaluz
Soledad González Arques
Blanca Espino Hidalgo
Marta García de Casasola Gómez

p.291
Los ábsides desnudos. Reflexiones sobre la pintura mural desplazada
Javier Domingo
Luis Agustín
Sabine Forero-Mendoza

p.304
Convento da Tomina: da Identidade Patrimonial à Estratégia de Intervenção
Carlota Rocha
Sofia Aleixo

p.329
Mosteiro de São Martinho de Tibães: metodologia de recolha e análise documental do património monástico
João Novais Tavares
Leonor Botelho
Luís Sebastian

p.343
"Difusão Vitrais – 1250º Conservação e Restauro": as intervenções de uma oficina familiar em algumas obras de conservação e restauro
Ana Luísa Madureira
Ana Cristina Sousa

p.353
Arqueologia administrativa: dinâmicas de transformação do interior de edifícios antigos de uso habitacional a partir da consulta de Processos de Obra
Marta Vicente
Paula André
João Branco Pedro

p.370
Identidade da Arquitetura Vernácula Timorense: o caso de Baucau
Virginia Gusmão
Sofia Aleixo

p.388
Arquitetura e lugar na organização social da procura da habitação: revisitar os bairros SAAL da Meia Praia, cinquenta anos depois
Pedro Rodrigues
Ana Alves Costa
Miguel Reimão Costa

p.411
Parque Ecológico das Sucupiras: Memorial Vivo do Cerrado para o Plano Piloto de Brasília
Arthur Machado Dinis
Ana Alves Costa

p.430
O papel da água no planeamento da paisagem e da cidade: do passado para o futuro. O caso da Bacia Hidrográfica de Barcarena, na Região Metropolitana de Lisboa
Luís Peralta
Desidério Batista
Rute Sousa Matos

p.444
Grandjean de Montigny e a transferência da tradição clássica de arquitetura no prisma franco-brasileiro (1816-1850)
João Paulo Campos Peixoto
Maria Lucia Bressan Pinheiro

p.455
Territórios culturais bolivianos na cidade de São Paulo: a Feira da Kantuta
Milagros Britany Apaza
Adriano Tomitão Canas
Alexander Gaiotto Miyoshi

p.476
Caminhos das infâncias: percursos imersivos e formação cidadã em contextos de vulnerabilidade socioambiental na Cidade do Rio de Janeiro
Esther Ribeiro Costa Xavier
Giselle Arteiro Nielsen Azevedo

p.490
A cidade por montagens: imagem, imaginário e história na Avenida Borges de Medeiros
Milena Rubin
Daniela Marzola Fialho
Josicler Orbem Alberton

p.506
Polifonia vertical: a estética do empilhamento na obra do escritório MVRDV
Claudia Lichtenberger Roxo
Igor Guatelli

p.521
Da experiência cotidiana ao dado territorial: Produção Cidadã de dados promovendo a visibilidade de territórios populares
Simone Sousa Silva
Eunice Abascal

p.538
Onde e Como se Localiza a Cidade no Jornal: o acesso à moradia na imprensa durante as enchentes de Porto Alegre (2024)
Brenda Rodrigues Fernández
Daniela Marzola Fialho

p.551
Leituras do Projetar em Três Escalas: obras de arquitetas contemporâneas na América Latina
Aie Tombolato
Ana Gabriela Lima

p.562
Projeto Arquitetônico para o Empoderamento das Mulheres: uma Matriz Analítica em Sete Dimensões
Sara Merhj
Carolina Pescatori

p.580
O direito ao território educativo: a participação das infâncias na construção das micropolíticas e políticas públicas da Cidade do Rio de Janeiro
Mariana Coviello Rei Rebelo Pereira
Giselle Arteiro Nielsen Azevedo

p.591
Da Arena à Escola: Diálogos entre a Apropriação Infantil e o Legado Olímpico Rio 2016 Transformado no Ginásio Educacional Olímpico Isabel Salgado
Luiz Fernando Balduino da Rocha
Giselle Arteiro Nielsen Azevedo

p.603
Fotografía de arquitectura, canon y método: la imagen excéntrica como dispositivo de producción disciplinar
Adrián Aleson
Iñaki Bergera

p.618
Imagens do olhar: o enquadramento na fotografia de Luis Ferreira Alves
Frederico Vicente
Paula André
Susana Ventura

p.647
Resgatar uma Visão inacabada. Representação da semicúpula da Malagueira mediante da realidade virtual imersiva
Alvaro Gonçalves Gonçalves
Pedro Guilherme
Sofia Salema

p.670
Entornos urbanos como filtros de la biodiversidad y co-determinantes de las prácticas artísticas contemporáneas
Andrés Richarte
Javier Cuevas del Barrio

p.683
Gonçalo Ribeiro Telles (1922-2020): território, família, academia e personalidade na formação de um pensamento paisagístico
Elodie Marques
Paula André

p.699
Escrever-se Contra a Parede: Tag, identidade e Dissidência Queer em No Soy Tu Baby
Inês Amaral Canhão
Bruno Marques

p.715
Sistemas Proporcionais na Arquitetura Religiosa das ilhas de São Miguel e Santa Maria (Açores)
Maria Antónia Rocha Vieira
Mafalda Sampayo
João Alves da Cunha

p.742
Capas históricas en la construcción de la Casa-Palacio de los Torrero en Zaragoza
Alicia Borja
Almudena Espinosa
Belinda López

p.761
O ofício e o espaço: oficinas de carpinteiros de carros no sul do Tejo no século XX
Daniel Cardeira
Ana Cristina Sousa
Paulo Simões Rodrigues
Ana Carvalho

p.778
A Escola e seu Território: Educação Integral na construção do Território Educativo
Viviane Costa de Faria
Giselle Arteiro Nielsen Azevedo

p.789
Entre Rio e Ferrovia: cartografando outras narrativas na paisagem urbana de Volta Redonda/RJ
Bruna de Paula Almeida
Vera Regina Tângari

p.805
Envelhecer é também habitar: como o habitat pode influenciar o envelhecimento saudável?
Karine da Silva Ferro
Angelica Alvim

p.818
Patrimonialização da Arquitetura Popular: processos e experiências em perspectiva comparada
Raquel Elizabeth Byrro Oliveira
Claudia dos Reis e Cunha

p.829
Residencial San Felipe: um ensaio moderno na América Latina
Juliano de Faria Rodrigues
Claudia Costa Cabral

p.850
Caminhos de Memória: Lições da Reconversão Ferroviária na Andaluzia
Denise Polonio
José Geraldo Simões Junior

p.863
Paisagera: entre encontros, controvérsias e paisagens na fronteira Brasil–Uruguay
Lorena Maia Resende
Vera Regina Tângari
Paulo Afonso Rheingantz

p.881
Educação Urbanística e Ambiental no Brasil: fundamentos, práticas e perspectivas
Luiza Helena Ferraro
Giselle Arteiro Nielsen Azevedo

p.894
Os jardins verticais de Lina Bo Bardi
Laura Betina Attuati
Claudia Costa Cabral

p.911
O Plano Paisagístico Territorial Regional da Puglia: condições institucionais e implicações para o caso brasileiro
Moisés Stival
Maria Lucia Bressan Pinheiro

p.923
Da memória ao território: o acervo familiar dos Carnaúbas em Brasília
Ana Elisa Carnauba
Maria Fernanda Derntl

p.936
Cristais do São Francisco: fraturas por Sobradinho e Itaparica nos ciclos da matéria e da memória
Carolina Guida Teixeira
Ricardo Trevisan

p.959
A ficção do lugar nos processos epistemológicos de Alvar Aalto e Álvaro Siza
Claudia Batista
Pedro Guilherme
Sofia Salema

p.974
Notas Curriculares

Presentación

La Universidad de Zaragoza acoge la duodécima edición del Laboratório Colaborativo: Dinâmicas Urbanas, Património, Artes, un lugar de encuentro —físico y virtual— con una trayectoria ya consolidada que, a lo largo de más de una década y a ambos lados del Atlántico, ha configurado un espacio internacional de intercambio en torno a la investigación, la enseñanza y la difusión de la arquitectura, el urbanismo, el patrimonio y las artes. Albergar este encuentro implica dar continuidad a una red académica en constante crecimiento, situando en el centro del debate una ciudad que, desde su relación con el territorio, su condición intermedia y su estratificación histórica, ofrece un marco particularmente fértil para reflexionar sobre las transformaciones contemporáneas del espacio habitado.

Desde sus inicios, el Laboratorio ha tenido como objetivo principal fomentar la colaboración entre instituciones, grupos de investigación y agentes diversos, promoviendo un entorno crítico capaz de generar conocimiento compartido. Este propósito se ha visto reforzado en cada edición, en paralelo a su expansión internacional, evidenciando la vigencia de un modelo que apuesta por la interdisciplinariedad, la inclusión y la conexión entre escalas locales y contextos globales. La participación de investigadores e investigadoras en formación sigue siendo un elemento central, entendiendo los estudios de doctorado como un espacio privilegiado para ensayar nuevas preguntas, metodologías y formas de compromiso con la realidad.

El vínculo con el Programa de Doctorado en Nuevos Territorios en la Arquitectura de la Universidad de Zaragoza y con el Departamento de Arquitectura de la Escuela de Ingeniería y Arquitectura se manifiesta de manera directa en la orientación y diversidad de las investigaciones presentadas. Las propuestas reunidas en esta edición —procedentes de un amplio conjunto de instituciones iberoamericanas— abordan el hecho arquitectónico y urbano desde perspectivas que cruzan lo proyectual, lo teórico, lo social y lo ambiental, articulando líneas de trabajo a diversas escalas que van desde el estudio de las dinámicas urbanas y el paisaje hasta las prácticas patrimoniales, las políticas del habitar o las exploraciones en torno a la cultura material y visual. Esta convergencia temática y metodológica refleja afinidades con un programa que entiende el territorio como un campo expandido de investigación y proyecto, y que promueve aproximaciones críticas capaces de integrar distintas escalas, agentes y formas de conocimiento. En este contexto, el Laboratorio se convierte también en una plataforma de visibilización y contraste para las investigaciones en curso, reforzando la conexión entre la producción doctoral local y las redes internacionales en las que se inscribe.

La presente antología recoge los trabajos presentados en el Laboratorio Colaborativo y da cuenta de la riqueza y la pluralidad de los enfoques que lo caracterizan. Más allá de su función documental, constituye un testimonio del estado actual de la investigación en estos ámbitos y una invitación a seguir construyendo redes de colaboración que trasciendan fronteras institucionales y geográficas. La edición en Zaragoza reafirma así el compromiso con una producción de conocimiento crítica, abierta y conectada con los retos contemporáneos, al tiempo que proyecta hacia el futuro una comunidad académica que entiende la investigación como una práctica necesariamente compartida.

Raimundo Bambó Naya
Coordinador del Programa de Doctorado en Nuevos Territorios en la Arquitectura, Universidad de Zaragoza

Pensar e Problematizar

Considerando que na era da inteligência artificial, pensar se converteu num acto de resistência, que delegar a nossa autonomia nos algoritmos é, em última instância, delegar a nossa dignidade (Eduardo Infante), e que pensar significa superar o já estabelecido por nós mesmos ou pelos outros (Daniel Innerarity), o Laboratório Colaborativo Dinâmicas Urbanas, Património, Artes assume-se como um território, que entende a arquitectura como parte de um sistema aberto de relações, de redes de comunicação, e que sente uma obrigação ética em compartilhar experiências. Este XII Seminário de Investigação, Ensino e Difusão, na senda do papel da arquitectura como catalisadora do engajamento democrático, da coesão social e da equidade (União Internacional dos Arquitectos), apresenta-se como um espaço de transferência de conhecimento para a sociedade e como um espaço para ouvir e para procurar compreender o poder transformador da arquitectura.

Partindo dos densos e complexos territórios da investigação, passando por um trabalho de filtro, ordenação e de possibilidade de mapas de constelações de conexões (Georges Didi-Huberman), de interrogação (Ruth Verde Zein), de dúvida (Victoria Camps), de curiosidade (Daniel Innerarity), podemos alcançar um conhecimento que promova revisões historiográficas das narrativas dominantes (Ruth Verde Zein; Joaquín Medina Warmburg; Salvador Guerrero; Eduardo Prieto) renomeando a arquitectura numa temporalidade crítica e afrontando os actuais desafios (Josep Maria Montaner).

As investigações aqui apresentadas e partilhadas são realizadas em abordagens multi-escalares que vão da *long durée* (Fernand Braudel; Georges Duby), à micro-história (Carlo Ginsburg; Giovanni Levi), e dos estudos subalternos (Ranajit Guha; John Beverley), aos *production studies* (Sergio Ferro; Christine Wall), valorizando o trabalho de campo, os testemunhos orais e os arquivos, entendidos como sistemas activos que apoiam a criação de novo conhecimento. Explorando criticamente vias preestabelecidas ou explorando novas formas de intervir sobre o existente a partir de enfoques experimentais e críticos, o desafio de abordar as complexidades socioeconómicas, as estruturas de governança e as dinâmicas interdisciplinares, não deve esquecer o espaço público como estrutura activa da democracia (Angélica Benatti Alvim).

Mais do que uma sequência de apresentações, pretende-se que este XII Seminário de Investigação, Ensino e Difusão seja um espaço para troca de ideias e de novas pesquisas, em diferentes temáticas, cronologias e geografias, convictos que estamos que a revisão historiográfica permite reformular relações e significados, e restaurar a profundidade temporal dos eventos, ideais e espaços. Assumimos o Laboratório Colaborativo Dinâmicas Urbanas, Património, Artes como lugar de problematização e estamos também convictos que o ensino da arquitectura deve estar sempre a ser repensado, e que devemos reflectir sobre o desafiante papel das humanidades enquanto projecto intelectual. Relembrando sempre que a cultura não é o lugar de revelação alguma, é apenas o lugar onde todas as revelações são examinadas e discutidas sem fim. Para que cada um de nós possa viver dessa discussão infinita do mundo e de si mesmo (Eduardo Lourenço).

Paula André
Directora do Doutoramento em Arquitectura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos - Iscte-Instituto Universitário de Lisboa / Dinâmia'cet-Iscte

Estrategias proyectuales del Grupo Z para abrir y activar el interior de una manzana consolidada mediante la implantación de equipamientos

Juan Carlos Salas Ballestín
Escuela de Ingeniería y Arquitectura. Universidad de Zaragoza
jcsalas@unizar.es

Raimundo Bambó Naya
Escuela de Ingeniería y Arquitectura. Universidad de Zaragoza
rbambo@unizar.es

Carlos Labarta Aizpún
Escuela de Ingeniería y Arquitectura. Universidad de Zaragoza
clabarta@unizar.es

Resumen: El artículo analiza el conjunto formado por el centro parroquial de Nuestra Señora de Begoña y la residencia de ancianos Madre de Dios de Begoña, proyectados en 1973 por Saturnino Cisneros y Juan Carmona como uno de los primeros encargos desarrollados por el Grupo Z tras la disolución del Grupo Z7. A partir del estudio de la documentación original de proyecto, del análisis comparado con una propuesta previa de 1969 y del reconocimiento de la obra construida, se examinan las estrategias arquitectónicas y urbanas empleadas para transformar el interior de una manzana consolidada del barrio zaragozano de Las Delicias en un espacio colectivo de uso comunitario. La investigación demuestra cómo la introducción de recorridos semipúblicos, patios, equipamientos y espacios de estancia permite superar la condición residual del interior de manzana, favoreciendo la permeabilidad urbana y la interacción social. El estudio pone de manifiesto la continuidad de algunos planteamientos desarrollados previamente por los autores, al tiempo que identifica una evolución hacia una arquitectura más contextual, donde la activación del espacio colectivo y la integración con el tejido urbano adquieren un papel determinante en la configuración del proyecto.

Palabras clave: Grupo Z, apertura, activación, manzana, consolidado, semipúblico

Introducción

El presente texto analiza las estrategias de activación del interior de manzana desarrolladas por el Grupo Z en el conjunto formado por el centro parroquial de Nuestra Señora de Begoña y la residencia de ancianos Madre de Dios de Begoña, proyectados en Zaragoza en 1973. Estos edificios constituyen uno de los primeros encargos realizados por Saturnino Cisneros y Juan Carmona tras la disolución del Grupo Z7, momento en el que ambos arquitectos constituyen el Grupo Z.

La relevancia del Grupo Z7 y, posteriormente, del Grupo Z, reside en su contribución a la renovación de la arquitectura en Zaragoza durante las décadas de 1960 y 1970. A través de una práctica basada en el trabajo colectivo y en una revisión crítica de los postulados del Movimiento Moderno, sus integrantes desarrollan una arquitectura especialmente atenta al contexto urbano, a las necesidades sociales y a la calidad del espacio colectivo[1]. Esta trayectoria se refleja en un amplio conjunto de obras de distinta escala y programa, entre las que destacan la Cooperativa Pirineos[2] y los conjuntos residenciales en el barrio de La Paz[3], considerados algunas de sus aportaciones más relevantes a la arquitectura residencial local del momento.

El objetivo del estudio es identificar las estrategias proyectuales empleadas para transformar el interior de una manzana consolidada en un espacio colectivo capaz de mejorar la permeabilidad urbana y favorecer la vida comunitaria. El trabajo se enmarca en el estudio de la arquitectura moderna desde una perspectiva urbana, atendiendo a las relaciones entre arquitectura, espacio público y contexto construido.

La investigación se basa en el análisis de documentación original de proyecto y publicaciones de la época, el estudio comparado de las distintas propuestas conservadas y el reconocimiento de la obra construida. A partir de ello se examina la evolución del proyecto y se identifican los principales mecanismos arquitectónicos utilizados para integrar los equipamientos en el tejido urbano y activar el interior de la manzana como un nuevo espacio de relación ciudadana.

En una manzana cerrada de un tejido urbano consolidado

El barrio de Las Delicias surge a finales del siglo XIX sobre terreno agrícola, transformándose progresivamente con la llegada del ferrocarril y la proximidad de la carretera de Madrid. Esta conexión favorece el asentamiento de fábricas y pequeñas industrias a comienzos del siglo XX, atrayendo a trabajadores y dando lugar a un núcleo urbano de viviendas modestas, generalmente de una o dos plantas, sin una planificación formal[4].

---

[1] CARMONA, Juan Antonio - Grupo Z. Quince años de supervivencia. **Aldaba.** Zaragoza: Colegio Oficial de Arquitectos de Aragón y La Rioja. 1, 1981, p.62-68.

[2] SALAS BALLESTÍN, Juan Carlos; BAMBÓ NAYA, Raimundo – La arquitectura de lo específico. Cooperativa Pirineos en Zaragoza. **Proyecto, Progreso, Arquitectura**. Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla. 27, 2022, p. 114–129.

[3] SALAS BALLESTÍN, Juan Carlos; BAMBÓ NAYA, Raimundo – Consolidar la periferia. Tres conjuntos residenciales del Grupo Z en Zaragoza. **Cuadernos de Proyectos Arquitectónicos**. Madrid: Departamento de Proyectos Arquitectónicos, Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Universidad Politécnica de Madrid. 13, 2023, p. 16–29.

[4] ADIEGO ADIEGO, Elvira – **Zaragoza barrio a barrio. 2: La Almozara y Delicias.** Zaragoza: Ayuntamiento de Zaragoza; CAZAR, 1981.

Durante los años 50 y 60, Las Delicias experimenta un crecimiento demográfico acelerado, impulsado por la llegada de inmigración interior. Esta expansión trae consigo un desarrollo urbano intenso, muchas veces caótico, con calles estrechas, escasez de servicios y viviendas de baja calidad en un tejido densificado intensivamente, donde conviven edificios residenciales colectivos de nueva planta con los originales de baja altura sin ningún tipo de orden. A pesar de estas limitaciones, el barrio comienza a establecer una identidad propia como núcleo obrero y residencial. A pesar de este pronunciado aumento de población no se generan nuevos esponjamientos urbanos, ni aperturas de plazas o jardines que puedan ofrecer a los residentes espacios de encuentro y esparcimiento adecuados (Figura 1). A medida que la ciudad crece, la inicial condición periférica y desconectada del distrito se transforma en un continuo urbano con el centro de la ciudad[5].

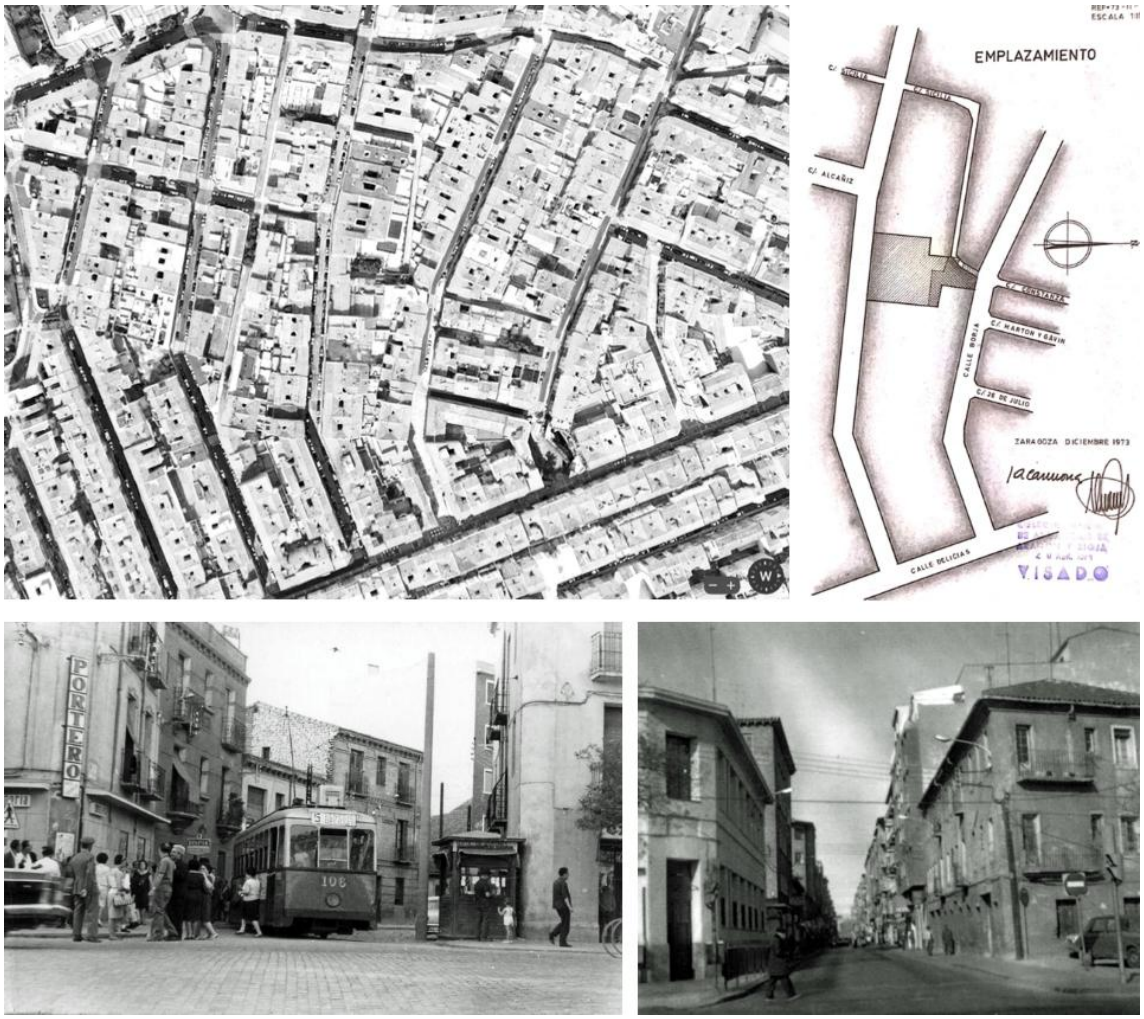


Figura 1 - Arriba izquierda: Ortofoto del entorno en la actualidad. Arriba derecha: Plano de situación (Proyecto de Ejecución de residencia de ancianos Madre de Dios de Begoña). Abajo: Fotos del entorno urbano del edificio (Gran Archivo Zaragoza Antigua). Abajo izquierda: Calle Ramón de Campoamor en 1963. Abajo derecha: Calle Delicias en 1973.

En este contexto de escasez de espacio público y equipamientos, un encargo en Las Delicias representa para el Grupo Z una oportunidad singular para experimentar con nuevas formas de apertura del interior de la manzana y dotarlo de vida comunitaria. El

[5] ADIEGO ADIEGO, Elvira – **Zaragoza barrio a barrio. 2: La Almozara y Delicias.** Zaragoza: Ayuntamiento de Zaragoza; CAZAR, 1981.

solar se localiza en el sector más consolidado del distrito, constituye una superficie acotada por largos medianiles laterales y, a la vez, pasante entre tres calles, una condición excepcional que los arquitectos del Grupo Z saben interpretar y potenciar en su propuesta. La parte sur del solar, donde se ubica el centro parroquial, posee una fachada regular y en línea recta hacia la calle Daroca. Por su parte, la residencia de ancianos, situada en la parte norte, se enfrenta a una geometría mucho más irregular, ya que su fachada principal se orienta hacia la calle Borja, mientras que una secundaria lo hace hacia la calle Constanza de Sicilia, un callejón estrecho e irregular[6].

La condición de solar pasante a través de la manzana se ve reforzada mediante la operación proyectual principal: la creación de un nuevo paso semipúblico con características urbanas que conecta longitudinalmente las tres calles de acceso. La presencia de estos nuevos espacios en el interior de la manzana, precisamente en un barrio carente de zonas verdes y áreas de esparcimiento, evidencia la voluntad de los arquitectos de proyectar edificios que no solo responden a su función específica, sino que también abren la posibilidad de nuevas actividades sociales espontáneas en el vecindario. Más allá de su programa, estos equipamientos aspiran a activar el espacio público, estimular el tránsito peatonal y favorecer la estancia de los ciudadanos, aportando así una mejora tangible a la vida del barrio respecto a la situación previa a su construcción.

Evolución del itinerario semipúblico a través de la manzana

El estudio comparado de los proyectos redactados para este solar en Las Delicias permite rastrear la evolución del pensamiento arquitectónico y el cambio generacional dentro del movimiento moderno. A través de ambos casos se observa cómo el tratamiento de los espacios intermedios y recorridos semipúblicos pasa de ser una estrategia compositiva a convertirse en el núcleo generador del proyecto, reflejando el tránsito desde una modernidad funcional hacia otra más atenta al contexto urbano y social.

Existe un antecedente de proyecto para el centro parroquial, redactado en 1969 por José Romero y Saturnino Cisneros, durante un periodo de colaboración entre ambos arquitectos antes de la formación del Grupo Z7[7]. Ambos proyectan conjuntamente obras tan destacadas como el edificio de viviendas de Isabel la Católica 12[8], el monasterio de Las Benedictinas y el noviciado de Las Salesianas[9]. Sin embargo Romero acumula trayectoria mucho más amplia en este tipo de programas mixtos, entre los que destacan el colegio, convento y residencia de las Madres Reparadoras del Sagrado Corazón de Jesús (1962) y la iglesia y residencia de estudiantes de Nuestra Señora del Carmen (1967)[10].

---

[6] La irregularidad del solares es consecuencia del modo de densificación del barrio, resultado de la agregación de varias parcelas estrechas y alargadas, destinadas en origen a viviendas unifamiliares de carácter rural con corrales traseros.

[7] LABARTA, Carlos - José Romero. La arquitectura olvidada de un hombre. **Ra**. Pamplona: E.T.S. de Arquitectura de la Universidad de Navarra, 3, 2001, p.5-21.

[8] LABARTA, Carlos - Arquitectura moderna en Zaragoza. **Zaragoza 1908-2008. Arquitectura y Urbanismo**. Zaragoza: Demarcación de Zaragoza del Colegio Oficial de Arquitectos de Aragón, 2009, p.37-57.

[9] SALAS BALLESTÍN, Juan Carlos; BAMBÓ NAYA, Raimundo – Grupo Z-7. Una propuesta de renovación de la arquitectura a través del trabajo colectivo. **Laboratório Colaborativo: Dinâmicas Urbanas, Património, Artes. VII Seminário de Investigação, Ensino e Difusão.** Lisboa: DINÂMIA'CET-Iscte, 2021. p. 136–149.

[10] SALAS, Juan Carlos - Colegio Mayor Universitario y Parroquia del Carmen en Zaragoza. José Romero, Zaragoza, 1963-1967. **VI Congreso Internacional Pioneros de la Arquitectura Moderna Española: El proceso del proyecto**. Madrid: Fundación Alejandro de la Sota, 2020, p.366-379.

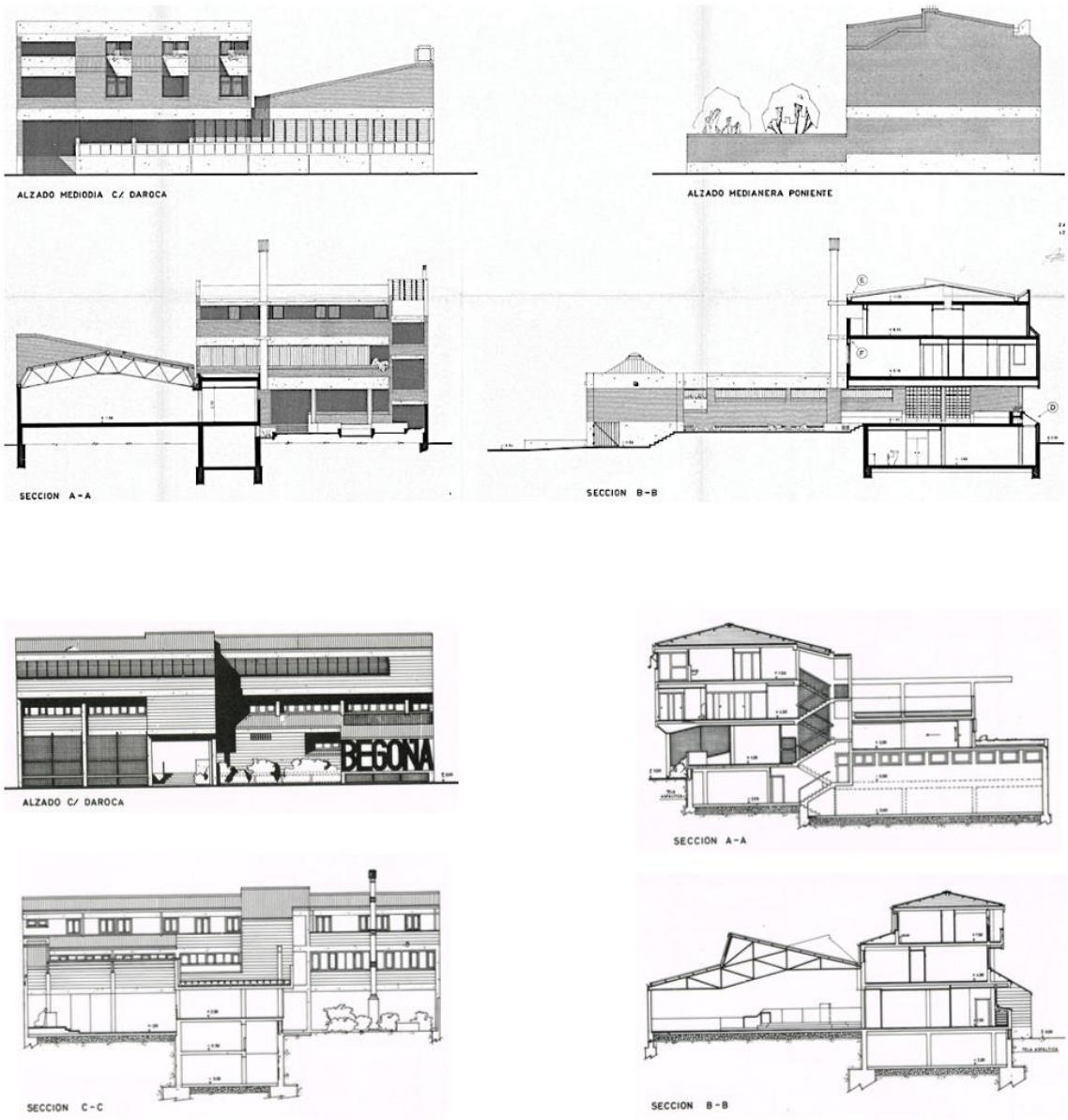


Figura 2 - Arriba: Planos de fachada de calle Daroca y secciones del proyecto de Romero y Cisneros (Proyecto de centro parroquial de Nuestra Señora de Begoña de 1969). Abajo: Planos de fachada de calle Daroca y secciones del proyecto de Cisneros y Carmona (Proyecto de centro parroquial de Nuestra Señora de Begoña de 1973).

Este desfase generacional se refleja también en sus posiciones arquitectónicas. Romero inicia su actividad profesional en los años cincuenta desde una actitud marcada por el clasicismo y la tradición vernácula[11]. En la década siguiente su producción evoluciona hacia planteamientos cercanos a los de la primera generación del movimiento moderno, marcada por la búsqueda de una arquitectura universal, racional y funcional. Por su parte, Cisneros se incorpora al ejercicio con una mirada ya moldeada por la segunda generación de arquitectos de este mismo movimiento, que mantiene su esencia de racionalismo y funcionalismo, pero con mayor atención al contexto, la escala urbana y las necesidades sociales complejas.

[11] LABORDA HERRERO, J. - La primera obra del arquitecto José Romero Aguirre. **P+C.** Cartagena: Universidad Politécnica de Cartagena. 3, 2012, p.87-100.

El edificio del proyecto original se organiza a partir de volumetrías prismáticas, resultado directo de la subordinación de la forma a las exigencias funcionales (Figura 2). Su programa mixto, que integra usos religiosos, residenciales, administrativos y comunitarios, se traduce en un fraccionamiento del conjunto en varios volúmenes asociados a estos usos. En planta baja, la nave de la iglesia se prolonga hasta el fondo del patio de manzana, y agrupados en una franja lateral a ella se articulan las funciones complementarias de sacristía, confesionarios y capilla (Figura 3). En un cuerpo elevado en las plantas primera y segunda se ubican las oficinas parroquiales y las residencias de sacerdotes y religiosas, mientras que el sótano acoge los locales de uso comunitario.

Si bien el conjunto da continuidad al frente urbano de la calle Daroca, donde el solar ofrece una traza más regular y ortogonal, la situación es distinta en los límites irregulares de las calles Borja y Constanza de Sicilia, donde queda más indefinido. En este punto, el frente de manzana se interrumpe y únicamente se muestra el testero retranqueado de la capilla lateral, junto con el acceso a un pequeño garaje inferior.

Los distintos cuerpos del conjunto del proyecto de Romero y Cisneros dialogan entre sí generando un interesante juego volumétrico, con un marcado carácter objetual más cercano a la lógica de un edificio exento, propio del primer movimiento moderno, que a la de un inmueble integrado en una manzana. Esta condición se refuerza con los huecos de fachada, que responden a la función de cada volumen y muestran una sinceridad constructiva desvinculada del contexto inmediato. Así, mientras que en las áreas residenciales los vanos adoptan proporciones domésticas, el resto quedan descontextualizadas en el entorno: dos grandes rasgaduras de vidrio en fachada, interrumpidas únicamente por los pilares, sirven para iluminar tanto los espacios de catequesis en planta baja como los locales del sótano, y en el volumen de la iglesia predominan los lucernarios dispuestos entre cerchas. La materialidad del ladrillo caravista permite cierta integración visual con el entorno, aunque la exposición de elementos estructurales, especialmente los frentes de forjado y los zócalos de hormigón visto[12], genera paños continuos de excesiva longitud, en contraste con el ritmo más fragmentado de las fachadas circundantes.

La operación para introducir un itinerario peatonal en el interior de la manzana consiste en otorgar al patio central un carácter de plaza[13] conectada con ambas calles: hacia la calle Daroca mediante un porche que funciona también como atrio de acceso a las dependencias parroquiales, y hacia el lado opuesto a través del retranqueo del edificio (Figura 3). El tratamiento del patio lo convierte en un verdadero espacio urbano equipado con una fuente central, bancos perimetrales y presencia de vegetación abundante. Sus proporciones en relación a la edificación que lo rodea le confieren la escala de una plaza plenamente integrada en la lógica de la ciudad consolidada. El carácter semipúblico del patio se garantiza mediante la colocación de cancelas en cada acceso, que permiten controlar y eventualmente cerrar el espacio según las necesidades de uso.

[12] ROMERO AGUIRRE, José; CISNEROS LACRUZ, Saturnino. **Memoria del Proyecto de iglesia para parroquia de Nuestra Señora de Begoña**. Zaragoza, 1969, p.4.
[13] ROMERO AGUIRRE, José; CISNEROS LACRUZ, Saturnino. **Memoria del Proyecto de iglesia para parroquia de Nuestra Señora de Begoña**. Zaragoza, 1969, p. 2.

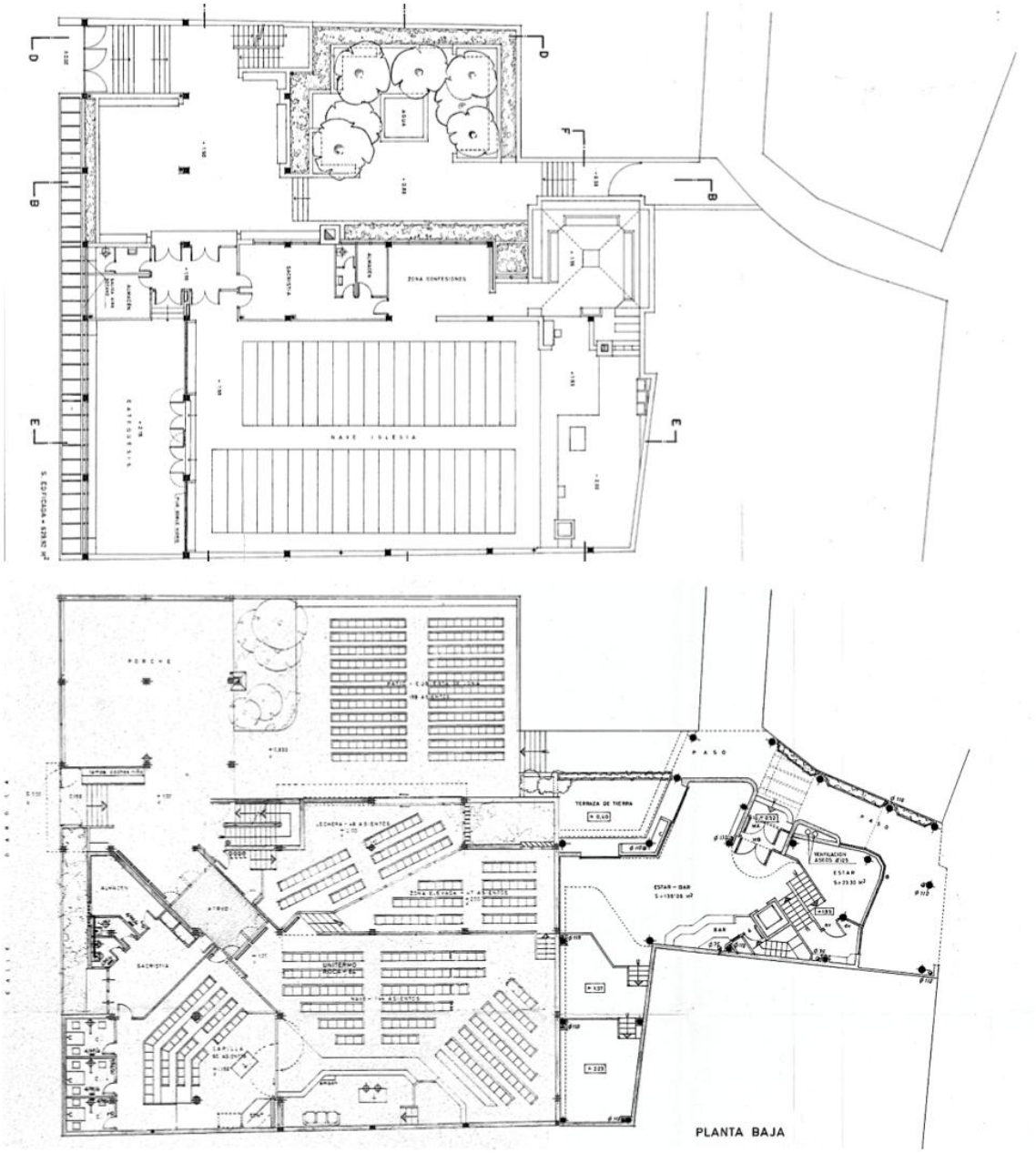


Figura 3 - Arriba: Plano de planta baja del proyecto de Romero y Cisneros (Proyecto de Ejecución del centro parroquial de Nuestra Señora de Begoña de 1969). Abajo: Plano editado de planta baja conjunta de los edificios construidos (Proyectos de Ejecución de centro parroquial de Nuestra Señora de Begoña de 1973 y de la residencia de ancianos Madre de Dios de Begoña de 1973).

En la versión definitiva del conjunto, al programa original de centro parroquial se le incorpora una residencia de ancianos, ampliando así el alcance social del proyecto. Ambos proyectos, parroquia y residencia, son redactados en 1973 [14] por Saturnino Cisneros y Juan Carmona, constituyen los primeros encargos del Grupo Z tras la disolución del Grupo Z7. Los jóvenes arquitectos, guiados por un marcado idealismo, ven en estos proyectos una oportunidad para experimentar con la capacidad transformadora de la arquitectura. Formados en plena efervescencia del pensamiento moderno tardío, Cisneros y Carmona confían en el poder de la arquitectura como instrumento de cambio social y en su potencial para redefinir las relaciones entre lo público y lo privado,

[14] Los proyectos de ejecución de ambos edificios se redactan por separado en 1973, y su construcción se se extiende hasta su conclusión en 1978.

reconstruir vínculos comunitarios y dotar de vitalidad colectiva a un entorno urbano hostil y densamente poblado.

El centro parroquial Nuestra Señora de Begoña mantiene su ubicación inicial, aunque reduce la longitud de la nave de la iglesia para liberar espacio en el extremo opuesto del solar, donde se emplaza la residencia de ancianos Madre de Dios de Begoña, que cierra la edificación de la manzana, donde en el proyecto precedente existía un retranqueo. Los proyectos definitivos dan prioridad a la integración en el contexto urbano sobre la identificación directa entre volumen y función de su precedente (Figura 3). Ambos edificios se vinculan estrechamente con la calle, dando continuidad a los frentes urbanos, que se perforan en los puntos de acceso a los recorridos semipúblicos que atraviesan el interior de la manzana. Estos accesos se subrayan mediante operaciones arquitectónicas específicas en cada fachada, convirtiéndose en hitos reconocibles dentro del conjunto. Los edificios se despliegan desde la calle hacia el patio interior, al que conceden un tratamiento espacial y material tan cuidado como el de las fachadas urbanas (Figura 4).

Resulta especialmente interesante considerar las diferencias entre el proyecto de Romero y Cisneros de 1969 y los de Cisneros y Carmona de 1973, no solo por las variaciones programáticas o compositivas, sino por la distinta concepción de los espacios intermedios y de circulación que cruzan la manzana como elemento generador del proyecto. Mientras el planteamiento original propone una plaza semipública central, el proyecto del Grupo Z reformula esa idea para generar un espacio más complejo y dinámico, que se aproxima al concepto de una calle-corredor con estrechamientos y esponjamientos, propio de la ciudad consolidada. Este eje interior concentra diversos acontecimientos espaciales y canaliza los flujos peatonales a lo largo de un recorrido que atraviesa transversalmente la manzana, combinando tramos de carácter público y semipúblico. De esta manera se evita un itinerario peatonal monótono, propio de los espacios conectivos de los primeros de los edificios racionalistas, a cambio se traza un recorrido secuenciado y cambiante, que ofrece diversas configuraciones y oportunidades de apropiación informal.

Tras el acceso desde la calle Daroca, el itinerario se inicia en un porche cubierto para juegos, que a su vez actúa como atrio de entrada a la iglesia y otras dependencias parroquiales[15]. A su misma cota le sigue una zona ajardinada polivalente, equipada con sillas individuales móviles y un pequeño escenario anexo en la parte trasera de la iglesia, que puede abrirse al patio mediante una puerta corredera[16]. Un sistema de toldos de lona, desplegables desde los salientes de hormigón de la fachada interior, permite modular el asoleo y las condiciones climáticas del espacio para maximizar su uso en los meses de verano[17].

[15] CISNEROS LACRUZ, Saturnino; CARMONA MATEU, Juan Antonio. **Memoria del proyecto de edificio para parroquia, despachos parroquiales, club de juventud y residencia de sacerdotes y religiosas.** Zaragoza, 1973, p. 2.

[16] Escenario con puerta corredera exterior de chapa metálica *Talgo* colgada de carril *Klein* (Ver plano de cerrajerías de Proyecto de edificio para parroquia, despachos parroquiales, club de juventud y residencia de sacerdotes y religiosas)

[17] En el proyecto aparece definido pero no hay evidencias de que finalmente se instalara, en la actualidad se ha reformado el patio y ese saliente estructural ha sido demolido. Ver CISNEROS LACRUZ, Saturnino; CARMONA MATEU, Juan Antonio. **Memoria del proyecto de edificio para parroquia, despachos parroquiales, club de juventud y residencia de sacerdotes y religiosas.** Zaragoza, 1973, p. 4.

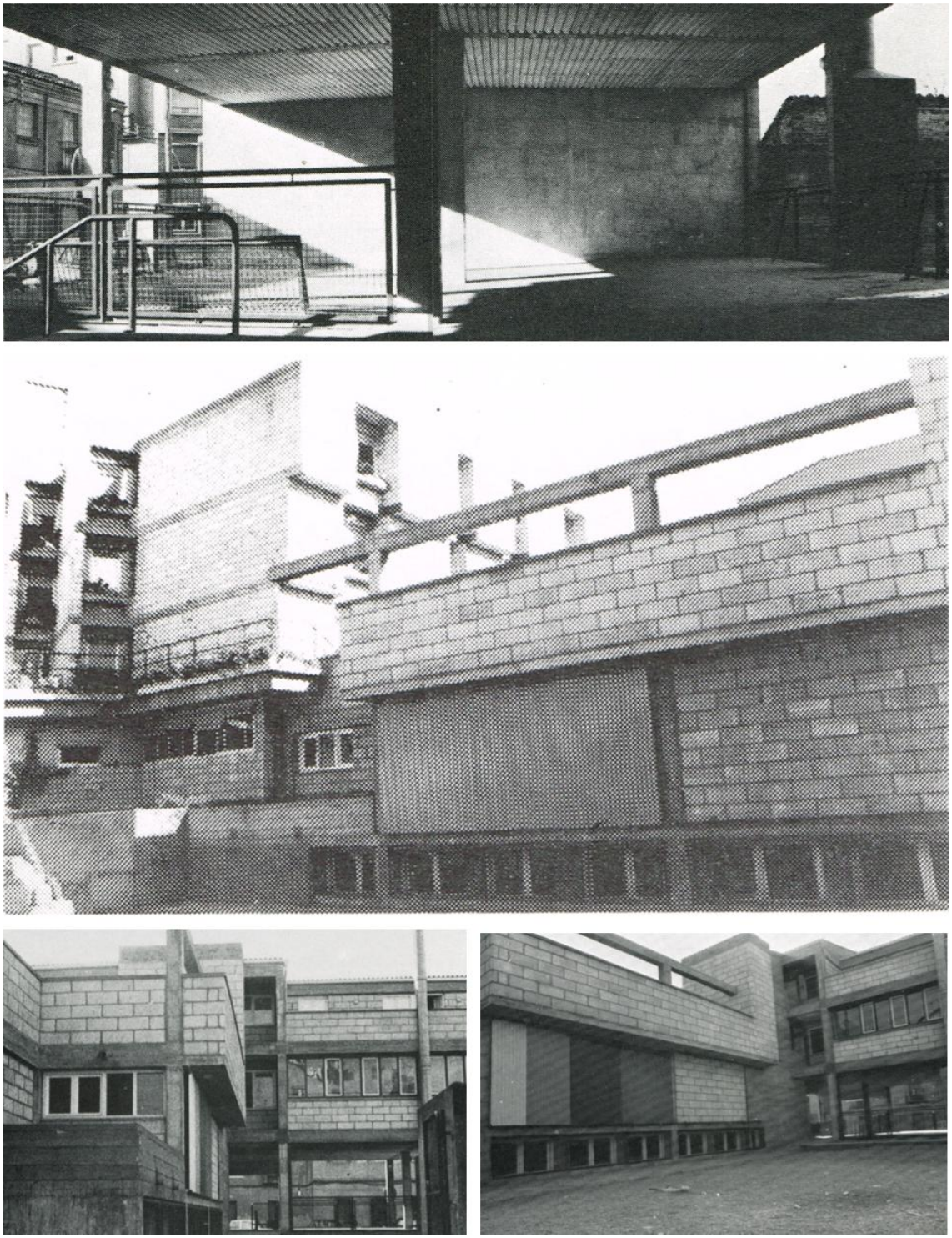


Figura 4 - Vistas del recorrido semipúblico interior de la manzana. Arriba: Vistas des espacio exterior cubierto accediendo desde la calle Daroca (Revista Jano Arquitectura 35). Centro: Vista en primer plano puede verse la fachada de la iglesia de Santa María de Begoña con la puerta corredera del escenario, en segundo plano la fachada de la residencia de ancianos Madre de Dios Begoña (Revista Aldaba 0). Abajo izquierda: Vista de la fachada interior del centro parroquial (Revista Jano Arquitectura 35). Abajo derecha: Vista de la nave de la iglesia con puerta corredera de escenario en primer plano y el centro parroquial al fondo (Revista Jano Arquitectura 35).

En el extremo opuesto, junto a la residencia, se dispone una terraza soleada de menor escala, vinculada al ámbito residencial. Para concluir este eje peatonal, su salida se conecta a las calles Borja y Constanza de Sicilia mediante un vial peatonal porticado de

uso público, con tratamiento vegetal y considerable altura libre, que acoge el acceso principal a la residencia de ancianos (Figura 3). Parte de este recorrido puede cerrarse mediante cancelas metálicas, de modo que durante el día funciona como un espacio público abierto y, por la noche, adquiere una condición semiprivada y controlada.

En definitiva, el tránsito de un proyecto al otro revela el paso de una modernidad abstracta a una modernidad contextual, más atenta a las relaciones sociales, la experiencia del recorrido y la escala urbana. Si el primer proyecto ejemplifica una visión todavía objetual y autónoma del edificio, el segundo propone una arquitectura relacional, donde la forma no se impone al lugar, sino que emerge de la interacción entre uso, contexto y comunidad.

Centro parroquial Nuestra Señora de Begoña

Saturnino Cisneros es parte de los dos equipos que desarrollan proyectos para este edificio, en la primera versión colabora con José Romero y en la segunda con Juan Carmona. Quizá por ello segundo diseño de centro parroquial no comienza de cero, hereda y evoluciona decisiones proyectuales elaboradas en el primero. La organización del programa es similar[18], sin embargo ajusta la planta a la menor superficie de solar disponible, refuerza la continuidad d el frente urbano y enriquece la complejidad espacial del paso semipúblico que atraviesa la manzana.

Mientras que el primer proyecto identifica las áreas programáticas con volúmenes reconocibles, desvinculándose del contexto, en el segundo prevalece una voluntad compositiva y respuesta al entorno, completando el frente de la calle Daroca con una fachada continua, profunda y fraccionada, que respeta la escala de las vecinas (Figura 2). Así la iglesia, en la planta baja, se extiende por una parte del patio de manzana y por debajo del las plantas alzadas del edificio, integrándose en el mismo frente de la fachada urbana (Figura 3)[19]. Confesionarios, sacristía y capilla lateral quedan junto a la fachada, bajo las plantas superiores, comunicadas con la nave dedicada al culto en la parte trasera. La distribución interior de la iglesia presenta una planta libre, las sillas para el culto se agrupan en el proyecto en formas angulosas que no responden a la geometría ordenadora del edificio y que podrán ser reconfiguradas para adaptarse al uso deseado mediante una planta-salón multiusos.

El núcleo de comunicación vertical, que conecta con sótano y plantas alzadas, se sitúa en el centro de la planta, junto a los accesos al paso semipúblico y a la iglesia, para concentrar y canalizar mejor los flujos de circulaciones. En la primera planta se sitúan dependencias administrativas del centro parroquial y en la segunda residencias para sacerdotes y religiosas. El sótano contiene locales para reuniones y otras actividades.

[18] Las dotaciones del programa para las residencias de sacerdotes y religiosas son algo mayores el proyecto de 1973.

[19] Desgraciadamente el interior de la iglesia ha sido remodelado en su totalidad y no quedan apenas vestigios del diseño original del Grupo Z.

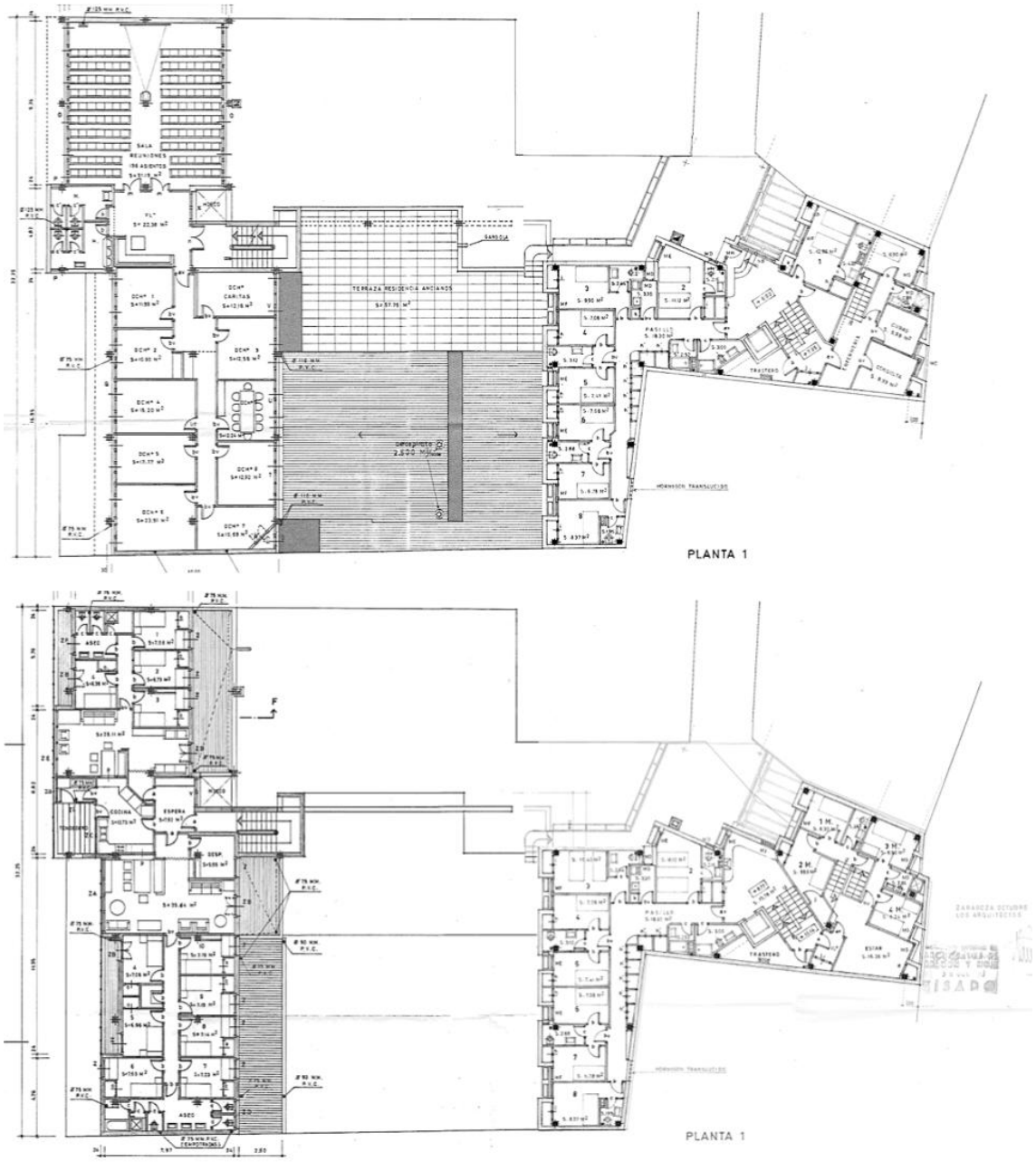


Figura 5 - Arriba: Plano editado de planta primera conjunta de los edificios construidos. Abajo: Plano editado de planta segunda conjunta de los edificios construidos (Proyectos de Ejecución de centro parroquial de Nuestra Señora de Begoña de 1973 y de la residencia de ancianos Madre de Dios de Begoña de 1973).

La limitación presupuestaria no solo conduce a sobriedad en la elección de los cerramientos, sino también a la estructura porticada de hormigón armado y la cubierta de cerchas metálicas para la nave de la iglesia[20]. Frente a las sobrias fachadas de ladrillo caravista del primer diseño, se construye un edificio expresivo con hormigón en diferentes formatos: armado en la estructura y fábrica de bloques prefabricados de hormigón *Ytong* combinado con vidrios en los cerramientos. Los forjados y pilares de hormigón quedan a la vista, configuran una serie de entrantes y salientes que le confieren a la fachada

[20] CISNEROS LACRUZ, Saturnino; CARMONA MATEU, Juan Antonio. **Memoria del proyecto de edificio para parroquia, despachos parroquiales, club de juventud y residencia de sacerdotes y religiosas**. Zaragoza, 1973, p. 4

profundidad, escala adaptada al entorno y gran riqueza de matices. Así los cinco niveles de retranqueo que presenta la fachada corresponden con los usos interiores del edificio, de fuera adentro: el voladizo con el acceso y la residencia de religiosas, la alineación de la calle con confesionarios y sala de reuniones, la alineación tras patio ajardinado con la sacristía, y los otros dos retranqueos restantes con la residencia de sacerdotes y las oficinas respectivamente. Estos planos se combinan con vanos agrupados en dos tipos: dimensiones domésticas para las áreas residenciales y rasgaduras horizontales para las oficinas y la sala de reuniones. Además se produce un macizado del cerramiento destacando ciertos puntos, sobre la entrada para marcar el acceso general y en la fachada de la iglesia para indicar la posición de los confesionarios.

Los cerramientos de bloque prefabricado y los frentes de forjado vistos se reproducen en la fachada posterior de la residencia, de modo que el patio de manzana adquiere una percepción urbana coherente con el resto del conjunto. Con el fin de mejorar el soleamiento y adecuar la escala del espacio interior, la segunda planta se retranquea respecto a la primera, generando terrazas escalonadas que introducen nuevas visuales cruzadas y aportan riqueza espacial y plástica al conjunto.

El centro parroquial de Nuestra Señora de Begoña no puede entenderse de manera aislada, sino en diálogo directo con la residencia de ancianos Madre de Dios de Begoña a través del patio de manzana, que completa el conjunto y participa del mismo itinerario interior. Ambos equipamientos, conectados por el paso semipúblico que articula la manzana, configuran un único recorrido comunitario en el que se superponen accesos a múltiples funciones: sociales, asistenciales, residenciales, docentes, religiosas y recreativas. Al volcarse hacia el patio de manzana, los volúmenes de la parroquia y la residencia establecen un dialogo, establecen visuales cruzadas y replican geometrías y materiales, creando entre ambos un espacio compartido que adquiere un carácter unitario más allá de la individualidad de cada edificio.

Residencia de ancianos Madre de Dios de Begoña

La residencia de ancianos Madre de Dios de Begoña constituye la segunda pieza del conjunto que completa el centro parroquial. Ambos edificios se conciben de manera complementaria, articulados por el paso semipúblico que atraviesa la manzana. En este caso, la residencia adapta su forma a las condiciones irregulares del solar, respondiendo tanto a las particularidades del entorno urbano como a las del interior de la manzana.

La irregularidad del solar es el resultado del encuentro entre dos calles y del acusado estrechamiento del espacio entre medianeras, lo que distingue claramente la parte frontal de la trasera. La fachada que da a la calle Borja, estrecha y orientada al norte, contrasta con el amplio patio interior, de orientación sur, que determina la relación del edificio con el centro parroquial y con el itinerario peatonal interior de la manzana.

La residencia de ancianos se presenta como un edificio que se revela de manera progresiva, tras una discreta fachada que completa el frente urbano y se mimetiza con el entorno, el volumen interior se fracciona y vuelca hacia las orientaciones más favorables, situadas en patio de manzana[21]. A diferencia de otros proyectos del Grupo Z, la planta no

[21] La integración silenciosa en el tejido y el fraccionamiento volumétrico son dos estrategias que también utilizan en algunos de sus proyectos residenciales en la ciudad consolidada.

responde a una geometría reguladora rígida, sino a una disposición libre y adaptativa, subordinada al patio de manzana y a los límites irregulares de la parcela.
El acceso principal al edificio no se produce directamente desde la calle Borja, sino desde un paso porticado que forma parte del itinerario peatonal interior de la manzana (Figura 4). El programa se organiza de forma secuencial, graduando los niveles de privacidad: las plantas inferiores acogen los usos más públicos, mientras que las superiores se reservan para los dormitorios. En la planta baja, el estar y el bar se articulan en distintos niveles, reforzando la idea de un espacio fluido y dinámico. En la primera planta, la biblioteca se abre mediante amplios ventanales hacia el acceso porticado, mientras que el comedor, junto con la cocina y el oficio, se vuelca hacia las estancias aterrazadas de la planta baja.



Figura 6 – Vistas exteriores. Arriba: Foto de la fachada de la residencia de ancianos Madre de Dios de Begoña. Arriba izquierda: Fachada de la calle Borja (Revista Aldaba 0). Arriba derecha: Foto de la fachada de la calle Constanza de Sicilia (Autor). Abajo izquierda: Foto de la fachada de la calle Daroca del centro parroquial Nuestra Señora de Begoña (Revista Jano Arquitectura 35). Abajo derecha: Foto de la fachada de la calle Daroca del centro parroquial Nuestra Señora de Begoña (Revista Aldaba 0).

En su recorrido vertical las plantas aparecen decaladas a media altura (Figura 7), vinculadas entre sí mediante una caja de escaleras central, una solución singular que, aunque responde a una búsqueda de dinamismo espacial, introduce tensiones posteriores

en términos de accesibilidad[22]. El atrio de acceso a cada planta principal de dormitorios dispone de espacios comunes con un hogar y una bancada de asiento, son lugares diseñados para favorecer encuentros informales entre los residentes, proporcionando al mismo tiempo confort climático y mobiliario propicio para la estancia. Desde la segunda planta, estos espacios se prolongan hacia una terraza-solárium ubicada sobre la cubierta de la iglesia adyacente, introduciendo el exterior como extensión de la vida comunitaria. Una de las prioridades del programa es la ubicación de los dormitorios de los residentes, que en busca de la mejor orientación se disponen en la fachada que da al patio de manzana. En ocasiones son habitaciones individuales con baño propio o compartido, en otras dobles, adaptadas a la geometría cambiante de cada planta. Todas ellas comparten, sin embargo, la apertura de sus ventanas al sur, garantizando condiciones óptimas de soleamiento, y la presencia de jardineras integradas en los alfeizares, concebidas para dar a los residentes "la posibilidad de tener algo propio y que necesita de cuidados" [23], introduciendo así un gesto doméstico y afectivo en la arquitectura.

El área destinada a fines médicos, como enfermería, sala de curas y consulta, junto con los dormitorios de las monjas encargadas del cuidado de los ancianos, se dispone en los niveles secundarios decalados junto a la fachada principal, articulada por una escalera privada que conecta ambos ámbitos. Finalmente, en la planta de cubierta se incorpora una segunda terraza, en este caso protegida por una pérgola, que ofrece una alternativa de uso al aire libre con condiciones de mayor control climático.

El volumen del edificio se caracteriza por una fuerte fragmentación, resultado directo de su adaptación al nuevo paso peatonal semipúblico y a los límites de las calls, unas medianeras irregulares y un amplio patio de manzana en la parte posterior. Esta condición genera una organización en la que no hay dos plantas iguales, cada una responde de forma específica a las condiciones de su entorno inmediato. En la fachada de la calle Borja el edificio mantiene la continuidad del frente urbano, mientras que hacia el patio interior la edificación se abre en abanico, desplegando los dormitorios hacia la orientación más favorable. La fachada trasera adquiere un carácter escalonado, ya que cada planta se retranquea respecto a la inferior, no solo para favorecer la protección frente a la lluvia[24], sino también para potenciar la relación visual y lumínica con el patio.

La materialidad de las fachada principal responde a la volumetría general del edificio y a su organización compositiva de carácter tripartito, siguiendo la lógica clásica de basamento, cuerpo y coronación. El basamento corresponde a la planta baja, resuelta en hormigón armado y abierta mediante amplios ventanales que, además de resistir mejor el desgaste derivado del contacto directo con el espacio público, favorecen la comunicación visual con el exterior.

El cuerpo superior busca la integración con las construcciones vecinas mediante el uso de ladrillo caravista, material habitual en el entorno, y ventanas de proporciones domésticas y enmarcadas en profundos rehundidos que permiten la colocación de jardineras en los

[22] Los dormitorios de los residentes se sitúan en los niveles principales con acceso a pie llano mediante un ascensor, sin embargo algunas alguna áreas secundarias presentan problemas de accesibilidad por su situación decalada a media altura respecto a las principales.
[23] CISNEROS LACRUZ, Saturnino; CARMONA MATEU, Juan Antonio. **Memoria del proyecto de residencia de ancianos Madre de Dios de Begoña**. Zaragoza, 1973, p. 3
[24] CISNEROS LACRUZ, Saturnino; CARMONA MATEU, Juan Antonio. **Memoria del proyecto de residencia de ancianos Madre de Dios de Begoña**. Zaragoza, 1973 p. 5

alfeizares. La coronación se resuelve mediante un volumen retranqueado, de escasa presencia formal, que contribuye a aligerar la percepción del conjunto y a mantener una relación respetuosa con el perfil urbano circundante.

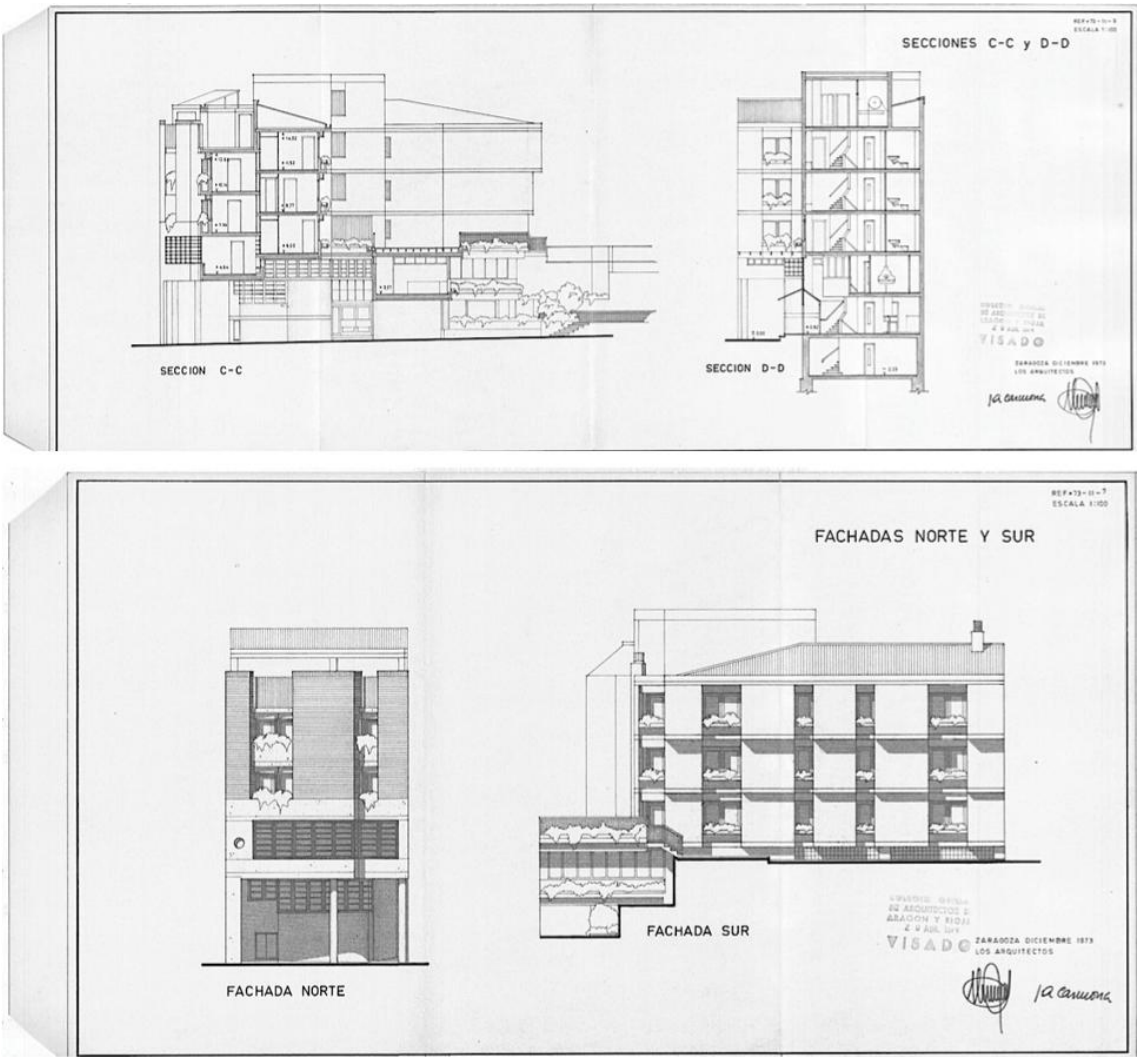


Figura 7 - Planos de la residencia de ancianos Madre de Dios de Begoña. Arriba: Secciones. Abajo izquierda: Fachada calle Borja. Abajo derecha: Fachada patio de Manzana (Proyecto de residencia de ancianos Madre de Dios de Begoña).

El cerramiento hacia el patio de manzana presenta un tratamiento diferenciado respecto al resto del edificio. Está compuesto por una fábrica de bloques de hormigón prefabricado tipo *Ytong*[25], alternada con los frentes de forjado de hormigón armado vistos, que generan un efecto de escalonamiento. Los huecos se resuelven mediante amplias ventanas para introducir luz natural en las habitaciones y jardineras rehundidas respecto al plano de fachada, enmarcadas por paños macizos que coinciden con las traseras de los armarios de los dormitorios. En estas fachadas interiores la estructura queda expuesta, dejando visibles los frentes de forjado de hormigón armado, que en algunos casos se alinean con el plano de fachada y en otros marcan retranqueos escalonados. Esta estrategia material y formal produce, combinado con los profundos huecos rehundidos, un juego expresivo

[25] CISNEROS LACRUZ, Saturnino; CARMONA MATEU, Juan Antonio. **Memoria del proyecto de residencia de ancianos Madre de Dios de Begoña.** Zaragoza, 1973, p. 5.

de gran potencia en el que conviven superficies macizas de hormigón en distintos formatos: el bloque prefabricado y el hormigón armado visto.

La presencia vegetal constituye un elemento transversal en el proyecto. Se incorpora tanto en los pasos de planta baja, como en las cubiertas y en los huecos de fachada, donde amplios maceteros permiten la integración de la vegetación con la arquitectura. Esta estrategia aporta una imagen cambiante y personalizada al edificio, en función de la evolución y cuidado individual de la vegetación[26].

En conclusión, la residencia ha sido concebida de manera específica para responder a los condicionantes funcionales y urbanos de su entorno. Entre sus principales virtudes se encuentran la voluntad de activar el espacio público circundante, la prioridad programática otorgada a los espacios de encuentro comunitarios, la fragmentación volumétrica que permite adaptarse a la irregularidad del solar, la disposición en abanico de los dormitorios que optimiza su orientación, y el doble tratamiento de fachadas, capaz de integrarse con la calle principal y generar al mismo tiempo un lenguaje propio hacia el patio trasero.

No obstante, el edificio presenta también limitaciones significativas. La distribución en plantas decaladas plantea serias dificultades en materia de accesibilidad y evacuación[27], un aspecto crítico tratándose de una residencia destinada a personas mayores con movilidad reducida. Del mismo modo, la presencia constante de elementos estructurales vistos en las fachadas genera puentes térmicos, una solución constructiva hoy considerada obsoleta frente a las exigencias actuales de sostenibilidad y eficiencia energética.

Propuestas escalables en el entorno urbano

El análisis de esta intervención demuestra que el interior de manzana puede funcionar como un espacio permeable y abierto al ciudadano, capaz simultáneamente de mejorar la conectividad peatonal entre calles y paliar carencias urbanas relevantes, como la ausencia de zonas verdes, ámbitos lúdicos peatonales o lugares de relación comunitaria. La incorporación de equipamientos en estos vacíos interiores completa la estrategia de intervención, especialmente necesaria ante su acusada escasez en el vecindario, y actúa como foco de atracción de población, que mediante su uso cotidiano termina apropiándose del espacio y dotándolo de una identidad propia. La implantación de los equipamientos refuerza este efecto al combinar su función asistencial y religiosa con servicios próximos a los de un centro cívico de barrio, en un momento en que aún no existía una infraestructura municipal equivalente. En definitiva, la propuesta de Cisneros y Carmona para intervenir en estos tipos de manzana se puede entender como operaciones escalables, capaces de extenderse a ejes urbanos próximos para conformar una red secundaria de espacios verdes y de relación que complemente a la estructura viaria pre-existente.

[26] En la actualidad no se percibe claramente la presencia vegetal deseada en proyecto en fachada.
[27] En la actualidad existen unas escaleras de evacuación exteriores que adquieren una presencia notable en las fachadas trasera, por su ligereza, materialidad metálica y trazado quebrado, continúan con el lenguaje fragmentado del conjunto.

Bibliografía

ADIEGO ADIEGO, Elvira – **Zaragoza barrio a barrio. 2: La Almozara y Delicias.** Zaragoza: Ayuntamiento de Zaragoza; CAZAR, 1981.

ALCUBIERRE, Antonio – Complejo Parroquial Nuestra Señora de Begoña. **Jano Arquitectura**. Barcelona: Ediciones Doyma 35, 1976, p. 25-30.

CARMONA, Juan Antonio - Grupo Z. Quince años de supervivencia. **Aldaba.** Zaragoza: Colegio Oficial de Arquitectos de Aragón y La Rioja. 1, 1981, p.62-68.

ESPADA, N. - **Gran Archivo de Zaragoza Antigua. Memoria visual de Zaragoza. Los prestigiosos años 60**. Zaragoza: Prensa Diaria Aragonesa S.A., 2019.

ESPADA, N. **Gran Archivo de Zaragoza Antigua. Memoria visual de Zaragoza. Los convulsos años 70**. Zaragoza: Prensa Diaria Aragonesa S.A., 2019.

LABARTA, Carlos - José Romero. La arquitectura olvidada de un hombre. **Ra**. Pamplona: E.T.S. de Arquitectura de la Universidad de Navarra, 3, 2001, p.5-21.

LABARTA, Carlos - Arquitectura moderna en Zaragoza. **Zaragoza 1908-2008. Arquitectura y Urbanismo**. Zaragoza: Demarcación de Zaragoza del Colegio Oficial de Arquitectos de Aragón, 2009, p.37-57.

LABORDA HERRERO, J. - La primera obra del arquitecto José Romero Aguirre. **P+C.** Cartagena: Universidad Politécnica de Cartagena. 3, 2012, p.87-100.

SALAS BALLESTÍN, Juan Carlos - Colegio Mayor Universitario y Parroquia del Carmen en Zaragoza. José Romero, Zaragoza, 1963-1967. **VI Congreso Internacional Pioneros de la Arquitectura Moderna Española: El proceso del proyecto**. Madrid: Fundación Alejandro de la Sota, 2020, p.366-379.

SALAS BALLESTÍN, Juan Carlos; BAMBÓ NAYA, Raimundo – Grupo Z-7. Una propuesta de renovación de la arquitectura a través del trabajo colectivo. **Laboratório Colaborativo: Dinâmicas Urbanas, Património, Artes. VII Seminário de Investigação, Ensino e Difusão.** Lisboa: DINÂMIA'CET-Iscte, 2021. p. 136–149.

SALAS BALLESTÍN, Juan Carlos; BAMBÓ NAYA, Raimundo – La arquitectura de lo específico. Cooperativa Pirineos en Zaragoza. **Proyecto, Progreso, Arquitectura**. Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla. 27, 2022, p. 114–129.

SALAS BALLESTÍN, Juan Carlos; BAMBÓ NAYA, Raimundo – Consolidar la periferia. Tres conjuntos residenciales del Grupo Z en Zaragoza. **Cuadernos de Proyectos Arquitectónicos**. Madrid: Departamento de Proyectos Arquitectónicos, Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Universidad Politécnica de Madrid. 13, 2023, p. 16–29.

A ras de la ciudad vertical: Málaga, un horizonte en disputa, o cómo la máquinaria turística ha financiado un genocidio

Héctor Vázquez de la Rosa
Universidad de Málaga.
Instituto Universitario de Investigación de Género e Igualdad
hectorvdelarosa@gmail.com

Javier Cuevas del Barrio
Universidad de Málaga.
Instituto Universitario de Investigación de Género e Igualdad
jcuevasb@uma.es

Resumen: Este trabajo analiza las consecuencias del denominado "éxito turístico-cultural" de Málaga a partir de la proliferación de arquitecturas verticales de lujo y de los procesos de destrucción patrimonial, exclusión social y expulsión habitacional que las acompañan. Desde una perspectiva crítica y situada, se examina cómo la ciudad se ha consolidado como un laboratorio de desposesión urbana articulado por la convergencia entre políticas municipales, capital inmobiliario global e industria turística. La investigación aborda la irrupción de rascacielos residenciales en áreas históricamente obreras, como las Málaga Tower, emblema de un modelo urbano orientado a atraer élites transnacionales y nómadas digitales. Paralelamente, se estudia el caso de la Torre de Martiricos, cuya transformación del entorno urbano ha desplazado usos tradicionales, alterado el paisaje del valle del Guadalmedina y contribuido al incremento sostenido de los precios de la vivienda y del alquiler. Asimismo, se presta especial atención al proyecto del hotel-rascacielos del Puerto de Málaga, impulsado por capital catarí y objeto de una intensa contestación social, patrimonial y ecológica. A partir de los posicionamientos de organismos especializados y plataformas ciudadanas, se examinan los impactos previstos sobre el paisaje histórico litoral, los bienes patrimoniales y el uso colectivo del espacio portuario, así como las estrategias visuales y mediáticas desplegadas para legitimar la intervención y neutralizar el conflicto social. Finalmente, el trabajo establece una relación material entre estos procesos de turistificación y determinadas dinámicas contemporáneas de acumulación global. En este sentido, se analizan inversiones inmobiliarias presentes en Málaga vinculadas a capitales relacionados con el apartheid y el genocidio en Palestina, planteando que la defensa del derecho a habitar la ciudad exige también cuestionar las formas de financiación que sostienen procesos de violencia y desposesión más allá del ámbito local.

Palabras clave: Málaga, gentrificación, especulación inmobiliaria, turistificación, genocidio de Palestina.

1. Introducción

Las transformaciones recientes de Málaga han convertido la ciudad en uno de los casos más paradigmáticos del urbanismo turístico contemporáneo en el contexto mediterráneo. Bajo el relato institucional del éxito turístico-cultural, se han intensificado procesos de revalorización inmobiliaria, verticalización del paisaje urbano y mercantilización del territorio que afectan de forma directa a las condiciones materiales de habitabilidad.

Desde una perspectiva crítica del habitar y atendiendo a las relaciones entre turismo, capital inmobiliario y producción del espacio urbano, este trabajo propone una lectura situada de estos procesos a través de diversos estudios de caso. Para ello se recurre al análisis de documentación institucional, material hemerográfico, informes técnicos y producciones culturales vinculadas al contexto malagueño. Más que analizar proyectos arquitectónicos aislados, el objetivo es comprender las lógicas económicas, políticas y simbólicas que atraviesan su implantación y las formas de desposesión que generan.

2. Arquitecturas verticales de lujo en un litoral gentrificado

Un pajarito blanco en primerísimo primer plano. Una paleta de madera con colores pasteles en tonos azulados y ocres. Aparece una mano que sostiene un pincel, ultimando un cuadro de aires picassianos en un pequeño caballete; no podía ser más que una paloma. Empieza a sonar un trémolo de violín dramático, al que le sigue una voz grave. Todo indica que sea Picasso —aunque al genio en su época no le exigieran certificaciones del B2 de inglés—, pero no: es Antonio Banderas, hijo predilecto y suerte de Pablo transfigurado. Sigue el plano secuencia, el cuerpo asomado a una balconada de Pablo Antonio Picasso Banderas se va alejando para mostrar tres blancas e inmaculadas torres a los pies del litoral. Son las *Picasso Towers*, ahora renombradas como *Málaga Towers* tras no alcanzar un acuerdo las promotoras Metrovacesa y Sierra Blanca Estates con los herederos del pintor. El movimiento de la cámara evidencia cómo los apartamentos están a un tiro piedra de la playa. Acaba el plano secuencia y nos introducen en otro con el siguiente escenario: esa misma playa, en la que cuerpos canónicamente perfectos, cosmopolitas, binarios y normativos en trajes de baño realizan toda una coreografía del verano mientras disfrutan asépticamente de la impagable y perfecta experiencia de este edén desterritorializado —a excepción de una guitarra y una sangría estereotípicamente andaluzas. Supuestamente nos hallamos en Málaga, pero se antoja cualquier geolocalización, de tan estandarizada por la mercadotecnia, borrada cada huella del lugar. Es un sur que podría estar en cualquier otro punto cardinal. El paraíso del nomadismo digital era un litoral deshabitado al que puedes acceder desde solo 2.236.000 euros.

La operación urbanística de Torre del Río, a cargo del Estudio Lamela y con la figura de Antonio Banderas como *brand ambassador*, proyecta 213 viviendas de gran amplitud distribuidas en tres torres con 21 plantas, de una a cuatro habitaciones. Con una inversión de hasta 148,7 millones de euros, se sitúan en las inmediaciones de la playa de Sacaba, en el extremo oeste de la ciudad.[1] En el folleto informativo destacan la capital como la Silicon Valley española —reclamo para emprendedores del mercado tecnológico—, así como el primer destino cultural nacional —señalan sus 36 museos, citando el Picasso, el Thyssen y el Pompidou—, a la par que hacen alarde de la media anual de 300 días de sol.

[1] Este proceso de gentrificación que experimenta la zona oeste de la ciudad implica el borrado de su memoria obrera. El crecimiento intensivo de la actividad textil y metalúrgica durante el siglo XIX fue determinante para la expansión urbana hacia esta área, donde comenzaron a consolidarse diversos núcleos habitacionales obreros vinculados a las fábricas.

Por medio de este tipo de promociones inmobiliarias, Málaga se ha consolidado como una de las ciudades con mayor porcentaje de viviendas de lujo en España —solo superada por Baleares (34%)—, llegando a concentrar el 30% de la oferta estatal de propiedades con un valor de más de 2,5 millones de euros. Según un informe de Lucas Fox, agencia inmobiliaria de lujo, el 57% de les compradores de alto poder adquisitivo, mayormente procedentes de la UE (64%) y de América del Norte (21%), adquieren propiedades en Málaga buscando una segunda residencia —en el caso de la Costa del Sol, la mayor parte, un 36%, compran como inversión, seguidos de un 27% como segunda vivienda.[2] En el caso de las Málaga Towers, los precios alcanzan cifras descaradamente desorbitadas: 9,75 millones de euros por la compra de uno de los áticos del edificio y hasta 15.000 euros al mes para alquilar un inmueble situado en la planta 19 y que cuenta con 482 m^2.[3] Toda una ocupación del suelo y de la fábrica edilicia para personas que no habitan aquí, lo que ha conducido a que el Distrito Carretera de Cádiz haya experimentado un incremento del precio de la vivienda por metro cuadrado del 79,21% en apenas algo más de cuatro años —de 1.948 €/m^2 en enero de 2021 a 3.491 €/m^2 en mayo de 2025—, siendo el área de la Finca el Pato - Torre del Río una de las zonas más caras de la ciudad para comprar (6.793 €/m^2).[4]

En 2024, las directoras malagueñas Leo Jiménez y Delia Márquez estrenaron *La banda*, un cortometraje que critica la ocupación neocolonial del territorio por parte de nómadas digitales, atraídes por el clima y por el supuesto estilo de vida local. Los paralelismos con el vídeo promocional de las Málaga Towers son constantes. Frente al litoral aséptico y deshabitado proyectado por la campaña de las torres, la película reivindica los sonidos, cuerpos y formas de vida cotidianas que caracterizan la ciudad. El progresivo conflicto entre la pareja protagonista y el paisaje sonoro local funciona como alegoría de aquellas prácticas y modos de habitar amenazados por los procesos de turistificación. La cinta culmina con una imagen de gran potencia simbólica: el traslado del Cristo de El Cautivo bajo la sombra de las Torres de Martiricos, cuya presencia altera de forma irreversible el antiguo horizonte montañoso del valle del Guadalmedina. Aun así, la música de la banda continúa sonando, convirtiéndose en metáfora de las resistencias que persisten frente a la transformación urbana.

[2] RODRÍGUEZ, José Vicente – La oferta de viviendas de lujo en España tiene en Málaga su plaza principal y los precios siguen al alza. **La Opinión de Málaga** (21 feb. 2025).
[3] Como bien resaltan en el diario *Málaga Hoy*, la mensualidad casi alcanza el salario bruto medio de une trabajadore en la provincia, que ronda los 19.450 euros anuales, según datos del Instituto de Estadística y Cartografía de Andalucía (IECA). SAU, José Antonio – Martiricos es el barrio más caro de Andalucía para alquilar una vivienda. **Málaga Hoy** (25 feb. 2025)
[4] IDEALISTA – **Evolución del precio de la vivienda en venta en Málaga**. 2025.



Imagen 1. Fragmento del corto *La Banda* (2024). Fuente: Leo Jiménez y Delia Márquez

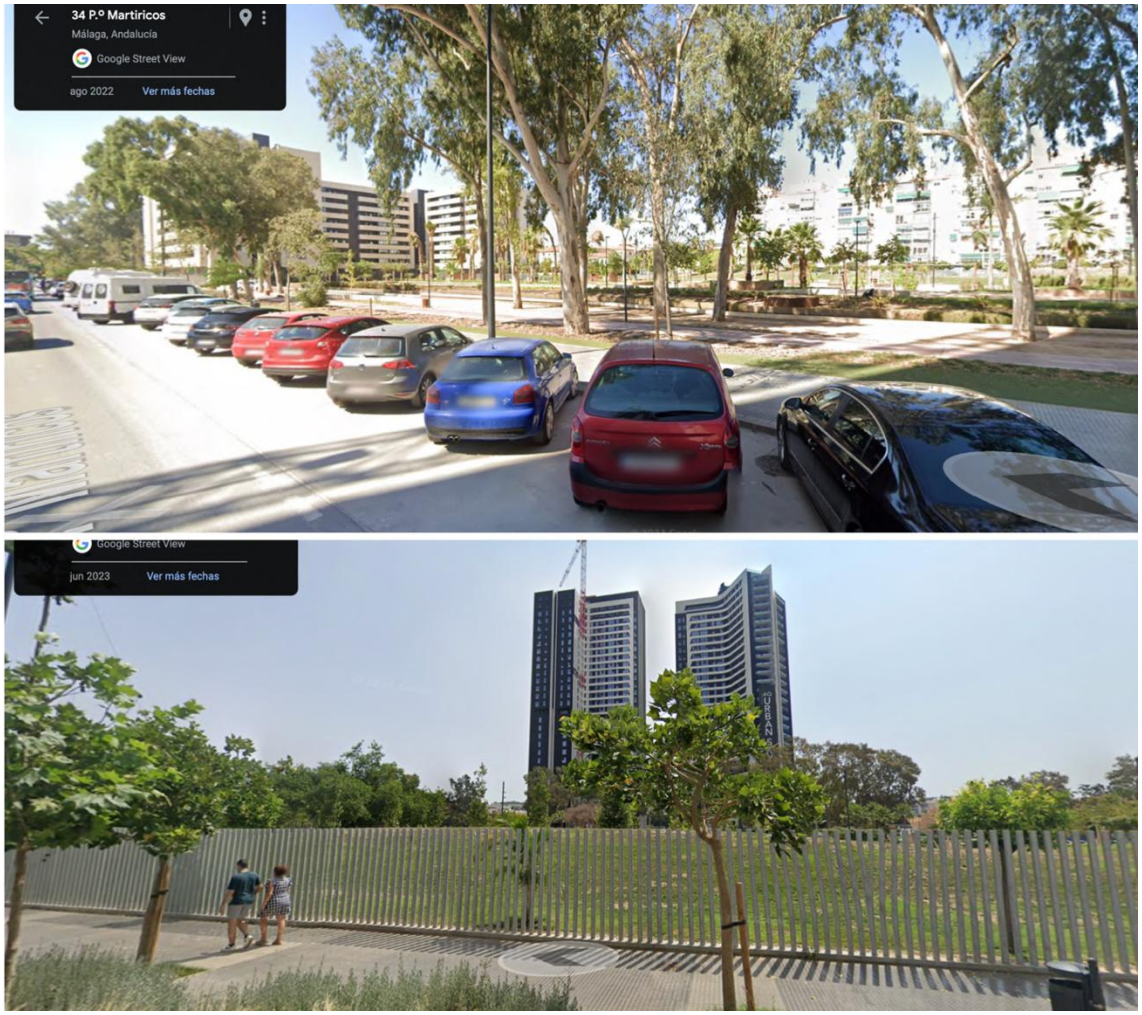


Imagen 2. El frente abierto del parque que da a las torres y el vallado que perimetra el frente opuesto, que da al barrio histórico. Fuente: Street View, Google Maps

En 2020 se iniciarían las obras de construcción de las mencionadas torres, que transformarían el skyline del centro de Málaga para siempre, con sus 112 y 107 metros de altura, respectivamente —el conjunto arquitectónico de uso residencial de mayor altura en Andalucía. Los orígenes del proyecto se retrotraen a 2006, cuando el Ayuntamiento firmó un convenio urbanístico con Telefónica, propietaria de los terrenos de la antigua fábrica de teléfonos Citesa, construida en 1961 y activa hasta 1995. Inauguradas en 2024, para su realización se tuvo que ejecutar la reubicación en octubre de 2011 del popular rastro de Martiricos, ubicado en la zona desde 1980, al Cortijo de Torres en el recinto ferial.

Junto a las torres, la operación urbanística incluyó 224 viviendas de VPO y la creación del Parque de Martiricos, de 27.979 m^2, diseñados por Dorronsoro Arquitectos. La intervención fue reconocida en los Premios Andalucía de Urbanismo 2021, por integrar principios de sostenibilidad económica, social y ambiental. Si bien es una urgencia la creación de áreas verdes en una localidad tan densamente edificada,[5] algunas decisiones relativas a la configuración del espacio público plantean interrogantes sobre los efectos sociales de la actuación. Resulta significativa la disposición de los elementos de cerramiento y de los accesos al parque. Mientras el frente orientado hacia el barrio de Martiricos aparece delimitado mediante vallas que actúan como barrera física —pareciendo casi como si le diera la espalda al barrio obrero, como si quisiera vetarle la entrada—, los límites próximos a las nuevas torres recurren a soluciones paisajísticas más amables e integradas, como canales de agua y acequias. A nivel de diseño, el parque funciona como una antesala a estas edificaciones, proyectándose conceptualmente como si fuera una especie de jardines privados, una configuración que busca justificar la revalorización de los inmuebles adyacentes. De ahí que no sorprenda que tan solo un año después de la inauguración de las torres, la zona compuesta por La Rosaleda, Martiricos y La Roca se haya convertido en el barrio más caro para alquilar una vivienda de toda Andalucía —21,1 €/m^2, seguido por el barrio de Alfalfa-Santa Cruz en Sevilla a 20 €/m^2 y Puerto Banús en Marbella a 19,2 €/m^2.[6]

A estas dinámicas se suma la creciente turistificación de las propias torres. La conversión de numerosas viviendas residenciales en apartamentos turísticos generó conflictos de convivencia que motivaron una rápida reacción institucional por parte del Alcalde de Málaga. La solicitud municipal para retirar parte de estas licencias contrastó con la escasa respuesta política ante la crisis habitacional que afecta al conjunto de la ciudad, evidenciando cómo determinados problemas urbanos adquieren prioridad cuando afectan a espacios asociados al lujo y a residentes de alto poder adquisitivo.

La actual fiebre inmobiliaria evoca algunas de las dinámicas que precedieron al estallido de la burbuja de 2008, caracterizadas por el incremento sostenido de los precios pese a la abundancia de vivienda vacía y secundaria. Todas estas promociones no vienen a solucionar la problemática habitacional de la ciudad, sino que, debido al perfil del público al que se dirigen —alto nivel adquisitivo, mayormente extranjero o no residente de la ciudad, en resumen, gentrificador— la agravan, al tiempo que intensifican una lógica extractivista de los recursos naturales y del uso del suelo. Tampoco lo hace la

[5] La media de zonas verdes por habitante en 2021 era de 11,35 m^2, muy por debajo de la cifra recomendada por la Unión Europea, que se sitúa en 20 m^2 por habitante; siendo la Trinidad una de las áreas menos verdes de toda la capital, con tan solo 0,31 m^2 de zonas verdes públicas por habitante. AYUNTAMIENTO DE MÁLAGA – **Agenda Urbana Málaga. Indicadores urbanos 2022**. Málaga: OMAU, 2022.
[6] SAU, José Antonio – **Málaga Hoy**.

construcción de los barrios de nueva planta del Distrito Zeta o el Cortijo Merino, que refleja políticas urbanas orientadas por lógicas viviendistas o de vasallaje institucional ante los intereses del mercado inmobiliario, donde la población local queda excluida del reparto equitativo de las plusvalías urbanas, accediendo en el mejor de los casos, a una fracción residual del beneficio generado. El millar de residencias de VPO que se prevé para 2026 en estas dos promociones, de las cuales 163 inmuebles pasarán a ser titularidad municipal en concepto de pago por la adjudicación del suelo, representa tan solo las migajas del pastel.

Estos nuevos barrios se promocionan mediante una oferta de servicios y *amenities* —espacios de coworking, zonas deportivas, servicios de conserjería o dispositivos tecnológicos de consumo— que refuerzan una determinada imagen aspiracional de la vivienda elitista contemporánea. Lejos de constituir una verdadera alternativa estructural al acceso a la vivienda, estas promociones reproducen un marco de expectativas que se inscribe dentro de lo que Lauren Berlant ha denominado optimismo cruel: la persistencia en la aspiración a una buena vida dentro de unas condiciones materiales que hacen que dicha aspiración sea inalcanzable, frustrante, desgastante o incluso autodestructiva. Pues, «el optimismo cruel es la condición de mantener un vínculo con un objeto problemático antes de su pérdida»;[7] toda una generación sintiendo la pérdida del hogar sin llegar siquiera a haber tenido una casa propia. ¿La solución aportada desde la alcaldía? Minipisos de 35 a 45 m^2, alojamientos transitorios, según el concejal de Vivienda, alquilables para personas solteras y parejas por unos 500 euros al mes y durante siete años. Estos minipisos representan no tanto una solución al déficit habitacional como un desplazamiento simbólico de la responsabilidad institucional, una cortina de humo que camufla la precarización del habitar y legitima un modelo de ciudad depredador y excluyente, dejando claro la urgencia de desvincular la vivienda de los circuitos capitalistas mercantiles para asegurar su condición como derecho fundamental social.

2.1. La torre que puede aún no ser, o un puerto de vistas azul mar-azul cielo

Pero el mayor atentado al paisaje urbano y a la potencialidad de un horizonte azul entero que observar, tal y como lo conocemos hoy día, recae en el proyecto de rascacielos previsto para el Puerto de Málaga. El proyecto se retrotrae a diciembre de 2007, cuando la propia Gerencia de Urbanismo rechazó una primera propuesta por el fuerte impacto que tendría sobre la fachada marítima y la línea de horizonte de la ciudad.[8] En junio de 2015, tras anunciar en 2011 Paco de la Torre durante la campaña electoral su deseo de edificar en el puerto un hotel de lujo —desaviniendo lo que su propio equipo de gobierno habría dicho ocho años antes—, el grupo inversor catarí Al Alfia Holdings presentarían una propuesta de proyecto de la mano del arquitecto José Seguí. Así se configuraba un hotel de 140 metros de altura —posteriormente se reduciría a 135 metros, para luego aumentar hasta los 144 metros—, un proyecto que contaría con el descontento ciudadano desde primera hora, al que se sumaría el rechazo de la Academia de Bellas Artes de San Telmo, el Colegio de Arquitectos de Málaga y el Consejo Internacional de Monumentos y Sitios Histórico-Artísticos (ICOMOS). En su informe de 2018, ICOMOS reconocía el excepcional valor del paisaje urbano histórico malagueño y advertía de que la presión

[7] BERLANT, Lauren – Optimismo cruel. **Debate Feminista**. Nº 45 (2012), p. 108.
[8] SÁNCHEZ, Sebastián – Todos los hitos de la polémica torre que Catar quiere construir en el puerto de Málaga. **El Español** (11 dic. 2023).

urbanística y la tendencia a la verticalización alterarían las escalas propias de la ciudad histórica mediterránea.[9]

Asimismo, señalan la importancia del entorno portuario por diferentes razones. Para empezar, la imagen de Málaga siempre ha estado vinculada a su litoral, a su carácter costero, que ha conllevado que las diversas poblaciones que se han ido asentado en el territorio siempre hayan tenido una estrecha vinculación emocional, social y cultural con el mar; como dice el informe, existe una continuidad del uso del enclave portuario de casi tres milenios: «el puerto de Málaga es tan antiguo como la propia población».[10] En cuanto al valor patrimonial del área, recogen hasta nueve elementos de interés cultural del Catálogo de Edificaciones Protegidas del Plan Especial del Puerto de Málaga de 1998, entre los que destaca La Farola. Este último bien inmueble patrimonial —declarado BIC nacional por Consejo de Ministros en 2022— resalta como un hito paisajístico malagueño desde su construcción en 1817, cuyo valor patrimonial escénico quedaría completamente desvirtuado en caso de erigirse el rascacielos. De ahí que el informe del Comité Nacional Español del ICOMOS recomiende la renuncia del proyecto de hotel-rascacielos debido a su impacto irreversible, aconsejando que cualquier construcción futura que se establezca en esta plataforma aporte al valor del paisaje patrimonial y se adapte a la escala propia del lugar, tomando como referencia La Farola, y no los volúmenes y alturas del barrio próximo de La Malagueta, un caso nefasto de mala praxis urbanística que ha de servir para aprender la lección de qué errores no se han de volver a repetir.[11]

El papel de los movimientos vecinales y de diversas plataformas ecológicas también ha resultado determinante en la lucha para resistir a la especulación turística del rascacielos, al imponer numerosos recursos para impedir su construcción. Ecologistas en Acción (2017) alertó asimismo de los riesgos climáticos, paisajísticos y técnicos del proyecto, cuestionando especialmente su ubicación en un entorno litoral vulnerable y su consideración como actuación de interés general, al destinar un espacio público portuario a un uso privado orientado a sectores de alto poder adquisitivo. Por otro lado, la plataforma ciudadana Defendamos Nuestro Horizonte recuerda que el paisaje es un legado de la memoria del territorio y asegura que impacto visual también afectaría a otros hitos paisajísticos y patrimoniales del Centro, como el Castillo de Gibralfaro, la Alcazaba o la Catedral, pudiendo convertirse, según su portavoz, Juan Antonio Triviño, en el «Algarrobico de Málaga».[12]

[9] ICOMOS – **Evaluación del impacto del hotel-rascacielos en el muelle de Levante en el paisaje patrimonial de Málaga**. Madrid: Comité Nacional Español, 2018, p. 29.
[10] Ibidem.
[11] ICOMOS – **Evaluación del impacto del hotel-rascacielos**…, p. 29.
[12] SÁNCHEZ, Sebastián – Colectivos formulan más de un millar de alegaciones contra el hotel de 150 metros en el puerto. **Málaga Hoy** (8 abr. 2019).

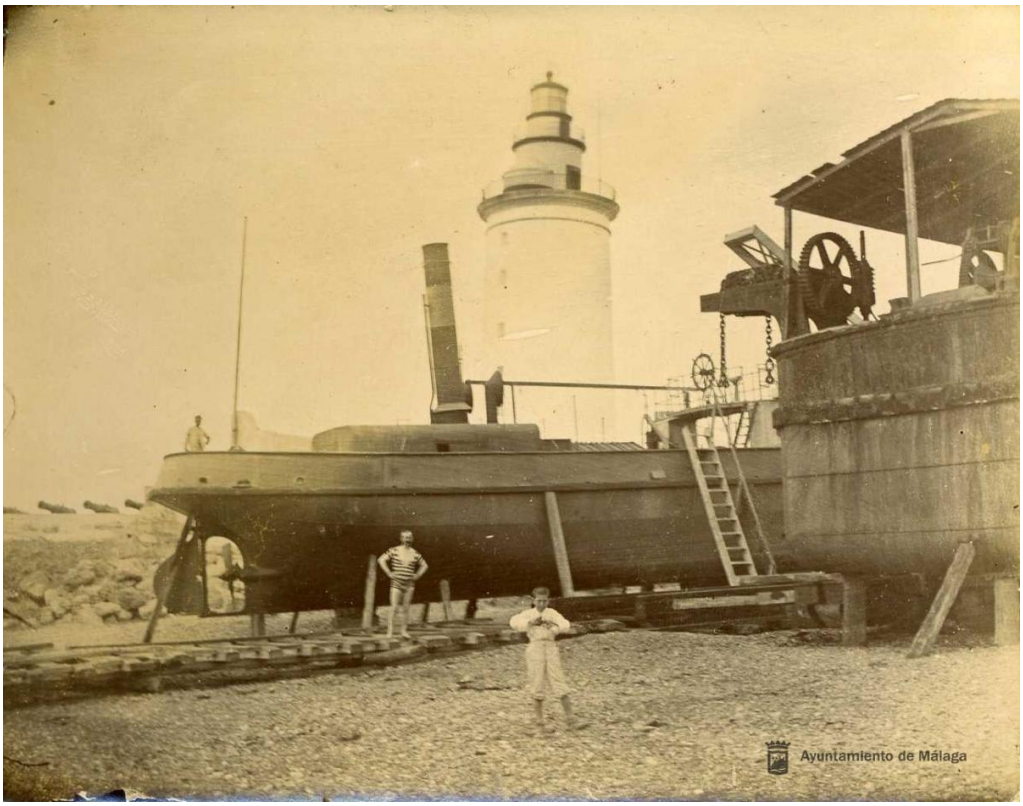


Imagen 3. La farola junto a una embarcación y unos marineros posando (ca. 1900). Fuente: Archivo Fotográfico Municipal de Málaga



Imagen 4. Con motivo del nuevo diseño, el diario *Sur* publicaría una infografía donde, al igual que hiciera en su momento con el hotel de Moneo al reducir el impacto visual de su altura, manipula visualmente la opinión social al presentar el edificio frente al mar, minimizando sus impactos en el frente litoral, así como la pérdida del horizonte y la destrucción de la fisionomía malagueña. Fuente: Diario Sur

A finales de 2024, el arquitecto José Seguí sería destituido del proyecto, pasando su dirección a David Chipperfield —premio Pritzker de Arquitectura en 2023, su elección supone un fichaje que sigue las dinámicas especulares capitalistas, motivadas por el reconocimiento internacional de estes *starquitects*—, tras acordarse en marzo de 2022 su explotación como hotel 5 estrellas Gran Lujo por parte de la cadena Hesperia. A fecha de 2025, el proyecto se ha encarado a dos recursos contencioso-administrativos que exigen su paralización y no ejecución: el primero, impuesto por la Real Academia de Bellas Artes de San Telmo, que propone como alternativa trasladar la torre, dividida en dos, a la marina de San Andrés;[13] y un segundo liderado por la Plataforma Defendamos Nuestro Horizonte junto a otras entidades —como la Asociación en Defensa de las Chimeneas y el Patrimonio Industrial de Málaga, Ecologistas en Acción-Málaga o Málaga Monumental—, tras una exitosa campaña de recaudación por microfinanciación que les permitió asumir los costes judiciales al sobrepasar los 25.000 euros. Por último, en noviembre de 2025 Puertos del Estado devolvería el proyecto, exigiendo una mayor justificación de su interés general.

3. Del centro turístico a Palestina: cartografías del despojo

Sin embargo, la instrumentalización del parque habitacional y del espacio urbano malagueños por parte de las industrias turísticas e inmobiliarias no solo suponen un perjuicio directo para la población local —al limitar o imposibilitar el acceso a una vivienda digna y, con ello, sus posibilidades de autonomía vivencial—, sino que también se ha vinculado, a través de una compleja red global de flujos financieros e intereses empresariales, a procesos de financiación necropolítica de la masacre perpetrada por Israel en la Franja de Gaza. Estas dinámicas articulan neocolonialismo, sionismo, gentrificación y genocidio, dejándonos un cielo menos azul en el que resuenan las bombas que caen sistemáticamente en esa orilla otra del Mediterráneo: Palestina.

Tras ser el único en pujar en una subasta abierta por la Junta de Andalucía en 2019, el magnate israelí Haim Tsuff adquiriría por 23,5 millones de euros la propiedad del edificio de Correos a través de la entidad Nitsba Spain. El inmueble, de estilo brutalista y construido por los arquitectos José Luis González y Juan Salabert en 1986, se sitúa en una zona estratégica de la ciudad, en las inmediaciones del Centro y en plena avenida Andalucía, y cuenta con 62,3 metros de altura y 17.000 m^2. A principios de 2024, el fondo israelí y el Ayuntamiento acordarían el cambio de uso del equipamiento a alojamiento para desarrollar en él un hotel de cinco estrellas gran lujo, con un total de hasta 200 habitaciones, una conversión de equipamiento a alojamiento que exige a la promotora compensar el total de superficie del inmueble en parcelas para equilibrar la pérdida de suelo.[14]

Las vinculaciones de Nitsba con el apartheid recaen en la matriz de la empresa, Nitsba Holding 1995 Ltd., propietaria de las estaciones de autobuses de Tel Aviv y de Jerusalén Oeste, desde donde salen los autobuses de las empresas Egged Taavura y Tnufa Transportation Solutions hacia los asentamientos ilegales de los Territorios Ocupados Palestinos, contribuyendo a la movilidad de los colonos israelíes y, con ello, a la viabilidad y desarrollo de los asentamientos ilegales a través de las conexiones de

[13] VÁZQUEZ, Alfonso – San Telmo presenta un nuevo recurso para impedir la Torre del Puerto. **La Opinión de Málaga** (26 mar. 2024).
[14] PEDROSA, Jorge – Málaga cierra el acuerdo para que el edificio de Correos pueda ser un hotel de cinco estrellas. **Málaga Hoy** (16 feb. 2024).

transporte público.[15] Asimismo, la figura de Haim Tsuff tampoco queda exenta de implicaciones opresivas al pueblo palestino como CEO de Isramco. Esta empresa petrolera estadounidense-israelí fue una de las causantes de que Israel cerrara desde 1996 las aguas marítimas a Palestina, con la excusa de proteger su exploración de gas en la zona, conllevando la decimación de la industria pesquera tradicional en la Franja de Gaza.[16] El antiguo edificio de Correos corre la suerte de ser transformado en un hotel más, un taladro turístico de perforación, una máquina edilicia hospitalaria —pero desde una acepción de servilismo residencial, de aquello que alberga extranjeros", o de aquello que es hostil", desbancando aquel campo semántico de hospital", de aquello que cuida"— que, al igual que las petroleras de Tsuff, destruya aún más el ecosistema social y urbano para la acumulación mercantilista y sionista.

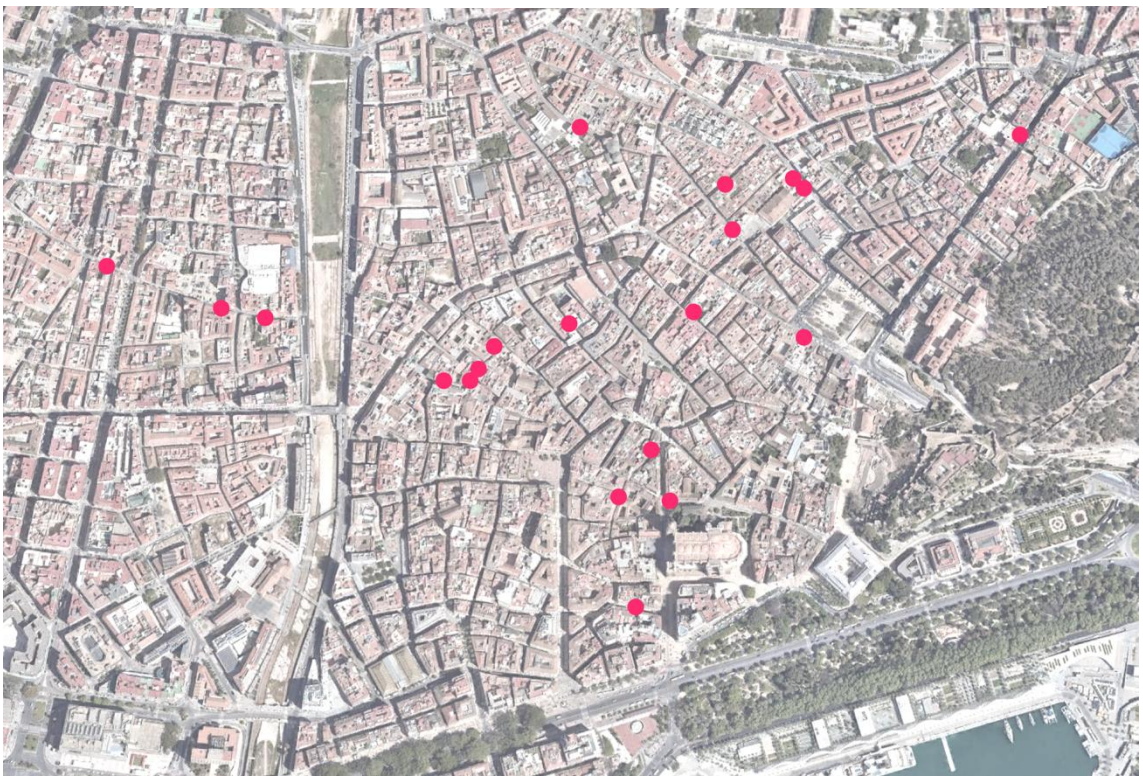
Para entender estos flujos de capital entre Israel y Málaga es crucial atender a la predisposición institucional del Ayuntamiento por expandir sus relaciones internacionales económicas con el Estado sionista. Un ejemplo ilustrativo de ello es que el 9 de octubre de 2023, la fachada del Ayuntamiento de Málaga, máximo órgano público de representación de la ciudadanía, iluminó su fachada con los colores de la bandera de Israel, alegando su más sentida solidaridad con el ilegítimo Estado y su condena a los atentados terroristas de Hamás, a pesar de los reiterados ataques a la población civil gazatí y las violaciones sistémicas del derecho internacional humanitario que ya evidenciaban una política de genocidio.

Volviendo a estas redes, la empresa VBare Iberian Properties SOCIMI, S.A, una de los 20 mayores tenedores de viviendas del Estado, vendió en 2022 catorce inmuebles en Málaga por 1,96 millones de euros como parte de un proceso de desinversión en activos no estratégicos.[17] El principal accionista de la sociedad, Meitav Dash, segundo fondo de inversión más grande de Israel, está a su vez controlada por el Grupo BRM, propiedad en un 33,3% de Nir Barkat, Ministro de Economía e Industria del gobierno de Netanhayu y antiguo Alcalde de Jerusalem (2008-2018), donde promovió la construcción de viviendas en zonas ocupadas palestinas. El fondo israelí, además, —inversor de la empresa armamentística Elbit Systems, que vende productos testados en combate contra el pueblo palestino— es propietaria del Grupo Fattal Hotel, la empresa de gestión hotelera más grande de Israel, que posee 220 hoteles en 20 países, entre los que se encuentran la cadena hotelera Leonardo y que posee desde 2023 un hotel de cuatro estrellas en Fuengirola.[18]

[15] DAZA, Felip; DÍAZ, Carlos; FLORES, Berta; MIRALLES, Nora – **Complicitats del sector immobiliari i turístic de Catalunya amb l ocupació de Palestina**. Barcelona: Observatori de Drets Humans i Empreses a la Mediterrània, 2024.
[16] ATLAS DE JUSTICIA AMBIENTAL – **Decimación de la industria pesquera de Palestina**. 2022.
[17] MORALES, Emilia G. – Dos empresas hoteleras se lucran de la ocupación ilegal de Palestina y gentrifican la Costa del Sol. **Público** (7 ene. 2025).
[18] DAZA, Felip; DÍAZ, Carlos; FLORES, Berta; MIRALLES, Nora – op. cit.



Imagen 5. Antiguo edificio de correos durante las manifestaciones para exigir el fin del genocidio. Fuente: le autore


Imagen 6. Inmuebles del grupo White Spain Holding en el Centro: según sus datos, hasta 193 apartamentos turísticos, 158 cápsulas, 102 habitaciones de hotel y 140 camas. Fuente: le autore

Finalmente, una de las empresas con mayor involucración en la especulación inmobiliaria y la gentrificación turística de la ciudad de Málaga es el grupo White Spain Holding 2019 SL,[19] administrada actualmente por varios empresarios israelíes, entre ellos Elimelech Crystal, antiguo veterano de guerra de Yom Kippur y uno de los líderes de Beyahad Em Lochamney Kippur 1973, una organización dedicada al apoyo a los soldados combatientes de Israel durante el genocidio.[20] La empresa destaca por la adquisición de inmuebles históricos —mayormente en la zona del Centro de Málaga— para su conversión en apartamentos turísticos u hoteles cápsulas, como el antiguo Hospital Santo Tomás —cedido por el Obispado a la empresa por 12 años prorrogables a cambio de un pago anual de 300.000 euros—, que tras plantearse su conversión a residencia de estudiantes de lujo, ahora se baraja la construcción de un hotel de lujo.

4. Conclusiones

El análisis del proceso de turistificación en Málaga, a partir de la construcción sistemática de edificaciones en altura destinadas al parque residencial de lujo, ha revelado cómo el espacio urbano ha sido instrumentalizado como recurso económico, generando un vaciado habitacional progresivo, sustituyendo la vida vecinal por lógicas de rentabilidad turística. A partir de estas políticas de marca urbana, como bien ilustra el spot de Banderas y las Málaga Tower, el litoral malagueño expone una versión acelerada de la ciudad neoliberal: segregada, corporativa, escenográfica, espectacular. Una aproximación a lo urbano fetichista que resulta crucial en la conformación del destino turístico.

Asimismo, se constata cómo grandes corporaciones, a través de sus macro-movimientos financieros, limitan y encorsetan las dinámicas locales, erosionando los ritmos ligados a la vida cotidiana de las personas, en un proceso de gentrificación que despuebla el centro urbano y expulsa aquellos cuerpos y memorias no retributivas, aunque sean justamente las que lo significan como hábitat. El hermanamiento con la causa palestina, por tanto, supone una vía de emancipación para la población local, no solo por una primerísima urgencia humanitaria, sino también como una forma de resistencia situada: un gesto de cuidado y de renuncia a la desposesión del territorio que habitamos para subvencionar el genocidio. Como vemos, las armas que hoy destruyen el paisaje y el hábitat gazatíes y arrasan toda vida palestina pueden rastrearse hasta una economía turística que vacía el paisaje y el hábitat de ciudades como Málaga. Reconocer esta conexión es trazar una geografía compartida del despojo para encontrar su reflejo especular en los dispositivos de mercantilización necropolítica, para los cuales estudios como el del Observatori de Drets Humans i Empreses a la Mediterrània recomiendan la activación de mecanismos legales, fiscales y técnicos que frenen la atracción de capital vinculado a empresas e inversiones en los Territorios Ocupados Palestinos. Esto incluye el cese de contratos públicos con empresas de los sectores inmobiliario, turístico, de transporte y construcción implicadas en actividades ilícitas en dichos territorios, conforme a resoluciones de las Naciones Unidas y otras organizaciones internacionales.[21]

---

[19] En junio de 2024, la Junta de Andalucía, inmersa en sus políticas neoliberales de privatización y recorte de derechos, adjudicó por subasta el edificio sede de Málaga Acoge en la calle Ollerías a este fondo israelí por 3,6 millones de euros. De ese modo, el cambio de titularidad —de pública a privada— del inmueble donde la asociación trabajaba desde hace más de veinte años para garantizar la igualdad de derechos de la población migrante malagueña, contribuirá aún más la turistificación que experimenta el barrio del Centro.

[20] MADLIK – Veterans of the Yom Kippur War are Heard. **Disruptive Torah** (30 mar. 2024).

[21] DAZA, Felip; DÍAZ, Carlos; FLORES, Berta; MIRALLES, Nora – op. cit.

5. Bibliografía

ATLAS DE JUSTICIA AMBIENTAL – **Decimación de la industria pesquera de Palestina**. 2022. Disponible en: https://ejatlas.org/conflict/the-decimation-of-palestines-fishing-industry?translate=en

AYUNTAMIENTO DE MÁLAGA – **Agenda Urbana Málaga. Indicadores urbanos 2022**. Málaga: OMAU, 2022.

BERLANT, Lauren – Optimismo cruel. **Debate Feminista**. Nº 45 (2012), p. 107-135.

DAZA, Felip; DÍAZ, Carlos; FLORES, Berta; MIRALLES, Nora – **Complicitats del sector immobiliari i turístic de Catalunya amb l'ocupació de Palestina**. Barcelona: Observatori de Drets Humans i Empreses a la Mediterrània, 2024.

ICOMOS – **Evaluación del impacto del hotel-rascacielos en el muelle de Levante en el paisaje patrimonial de Málaga**. Madrid: Comité Nacional Español, 2018.

IDEALISTA – **Evolución del precio de la vivienda en venta en Málaga**. 2025. Disponible en: https://www.idealista.com/sala-de-prensa/informes-precio-vivienda/venta/andalucia/malaga-provincia/malaga/

MADLIK – Veterans of the Yom Kippur War are Heard. **Disruptive Torah**. (30 mar. 2024). Disponible en: https://madlik.com/2024/03/30/veterans-of-the-yom-kippur-war-are-heard/

MORALES, Emilia G. – Dos empresas hoteleras se lucran de la ocupación ilegal de Palestina y gentrifican la Costa del Sol. **Público**.(7 ene. 2025). Disponible en: https://www.publico.es/internacional/dos-empresas-hoteleras-lucran-ocupacion-ilegal-palestina-gentrifican-costa-sol.html

PEDROSA, Jorge – Málaga cierra el acuerdo para que el edificio de Correos pueda ser un hotel de cinco estrellas. **Málaga Hoy** (16 feb. 2024). Disponible en: https://www.malagahoy.es/malaga/Malaga-acuerdo-edificio-Correos-hotel-estrellas_0_1876314035.html

RODRÍGUEZ, José Vicente – La oferta de viviendas de lujo en España tiene en Málaga su plaza principal y los precios siguen al alza. **La Opinión de Málaga** (21 feb. 2025). Disponible en: https://www.laopiniondemalaga.es/malaga/2025/02/21/oferta-principal-viviendas-lujo-espana-malaga-114538822.html

SÁNCHEZ, Sebastián – Colectivos formulan más de un millar de alegaciones contra el hotel de 150 metros en el puerto. **Málaga Hoy** (8 abr. 2019). Disponible en: https://www.malagahoy.es/malaga/millar-alegaciones-hotel-puerto-malaga_0_1343865938.html

SÁNCHEZ, Sebastián – Todos los hitos de la polémica torre que Catar quiere construir en el puerto de Málaga. **El Español** (11 dic. 2023). Disponible en:

https://www.elespanol.com/malaga/malaga-ciudad/20231211/hitos-polemica-torre-catar-quiere-construir-puerto-malaga/815418692_0.html

SAU, José Antonio – Martiricos es el barrio más caro de Andalucía para alquilar una vivienda. **Málaga Hoy**. (25 feb. 2025). Disponible en: https://www.malagahoy.es/malaga/martiricos-barrio-caro-andalucia-alquilar_0_2003405750.html

VÁZQUEZ, Alfonso – San Telmo presenta un nuevo recurso para impedir la Torre del Puerto. **La Opinión de Málaga**. (26 mar. 2024). Disponible en: https://www.laopiniondemalaga.es/malaga/2024/03/26/san-telmo-presenta-nuevo-recurso-99994966.html

Dispositivos de conocimiento urbano: una aproximación teórica a partir del *medium design* de Keller Easterling

Karen Saavedra Hernández
CIAUD, Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa
ksaavedra@gmail.com

Filipa Viegas Serpa dos Santos
CIAUD, Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa
filipaserpa@edu.ulisboa.pt

Resumen: Este artículo propone una aproximación teórica a los dispositivos materiales que median la producción de conocimiento urbano institucional identificados como manuales de procedimiento, guías de diseño urbano y prototipos habitacionales. A partir del concepto de *medium design* de la teórica de la arquitectura Keller Easterling, se argumenta que estos dispositivos no son meros instrumentos técnicos neutros, sino entidades relacionales que condensan saberes, legitiman intervenciones y programan formas de actuar en el territorio. El artículo articula esta propuesta con el marco teórico de las movilidades de políticas urbanas y con la perspectiva del espacio institucional, situando los dispositivos como infraestructuras epistémicas que operan dentro de las instituciones. A partir de la experiencia de la política habitacional chilena se abordan tres casos de estudio: vivienda incremental (Quinta Monroy, 2003), recuperación de barrios (Programa Quiero Mi Barrio, 2006) y espacio público (Programa de Espacios Públicos reformulado, 2018), se ilustra cómo estos objetos funcionan simultáneamente como dispositivos de legitimación, de estandarización y de invisibilización de genealogías locales, condensando realidades complejas en fórmulas transferibles. El argumento contribuye a los estudios urbanos críticos al revelar la dimensión política y epistémica de artefactos habitualmente tratados como productos técnicos neutros de la práctica profesional urbanística.

Palabras clave: dispositivos de conocimiento urbano; medium design; movilidades de políticas urbanas; manuales urbanos; Chile

Introducción

Los espacios institucionales dedicados a lo urbano son territorios atravesados por diversos actores, intereses y prioridades que inciden en la producción de conocimiento sobre el objeto urbano a intervenir. Estos espacios se vuelven protagonistas y testigos de complejos procesos de producción y circulación de conocimientos sobre la ciudad y estrategias de cómo abordar los diversos problemas de naturaleza urbana.

En forma de manuales, guías y prototipos, estas instituciones generan sugerencias o instrucciones que se consolidan como referentes legítimos para orientar intervenciones sobre el espacio urbano, nomeadamente el residencial. Esta premisa, dirigida a comprender la incidencia de los espacios institucionales y los medios utilizados para producir conocimiento sobre lo urbano, abrió las primeras preguntas críticas de la investigación doctoral de la que deriva el presente artículo[1]: ¿Por qué los problemas urbanos se piensan y resuelven a partir de modelos predefinidos? ¿Desde dónde provienen esos referentes y qué intereses movilizan su incorporación en la política pública?

El presente artículo aborda esas preguntas desde un ángulo específico, utilizando los objetos materiales a través de los cuales los modelos urbanos globales se estabilizan, se transfieren y se institucionalizan. Estos objetos, entendidos como manuales de procedimiento, guías de diseño urbano y prototipos habitacionales, tienen una presencia cotidiana en el trabajo de arquitectos, urbanistas y funcionarios públicos que producen política urbana. Sin embargo, son raramente problematizados como artefactos teóricos, es decir, como objetos que no solo transmiten contenido técnico, sino que configuran formas de producir y legitimar el conocimiento urbano. En este contexto el artículo busca comprender la acción de estos objetos y su incidencia en la producción de conocimiento en el marco del urbanismo institucional, que permita mejorar la pertinencia de las políticas tanto urbanas como habitacionales y en sus estrategias para revertir problemas urbanos. Estos objetivos fueron trabajados mediante el análisis bibliográfico y documental, así como entrevistas semiestructuradas realizadas a actores claves en el desarrollo la política urbana y habitacional chilena cuyo desempeño en la esfera institucional ha sido clave en el desarrollo y implementación de políticas para el mejoramiento del hábitat residencial.

Desde el ámbito teórico, la propuesta central del artículo parte del concepto de *medium design* desarrollado por la arquitecta estadounidense y teórica de la arquitectura Keller Easterling, quien argumenta que el diseño contemporáneo no actúa sobre los objetos directamente, sino sobre el "medio" que los conecta, organiza y programa. En palabras de la autora, el *medium design* busca diseñar "no el objeto, sino los parámetros activos que configuran la interacción entre múltiples entidades interdependientes"[2]. Esta perspectiva, aplicada al campo del urbanismo institucional, permite reinterpretar los manuales, guías y prototipos no como herramientas neutras, sino como medios relacionales que programan prácticas, jerarquizan saberes y definen los contornos de lo posible en la producción del espacio urbano.

---

[1] SAAVEDRA HERNÁNDEZ, Karen Aída – **Click & Download: El rol de los Modelos Urbanos Globales en la Producción de Conocimiento Urbano Institucional. El caso del Mejoramiento del Hábitat Residencial en Chile. Lisboa: Universidade de Lisboa**, 2026. Tese de Doutoramento em Urbanismo.

[2] EASTERLING, Keller – **Medium design: Knowing how to work on the world**. London: New Left Books Ltd., 2021. p. 11.

El artículo se estructura en cuatro partes. La primera revisa la noción de modelo urbano global como dispositivo heurístico y relacional, articulando los aportes de la epistemología de los modelos con el marco de las movilidades de políticas urbanas. Éstas permiten comprender el fenómeno de producción de conocimiento urbano como un fenómeno dinámico, relacional y territorial. La segunda desarrolla la aproximación y fundamento teórico de Easterling sobre el *medium design* y el *extrastatecraft*[3], éste último como concepto que desplaza el análisis del poder desde las instituciones formales (leyes, tratados, gobiernos) hacia las infraestructuras materiales y los protocolos técnicos que, en la práctica, determinan gran parte de la vida contemporánea, especialmente en el contexto de la globalización, las políticas urbanas y habitacionales, y las dinámicas territoriales transnacionales. La tercera propone una tipología analítica de los tres dispositivos, manuales, guías y prototipos. La cuarta sitúa estos dispositivos en el contexto de la política habitacional chilena como ilustración empírica del argumento teórico.

1. El modelo urbano global como dispositivo heurístico y relacional

En su sentido más ordinario, un modelo se concibe como un "padrón, prototipo, ejemplar a ser seguido, imitado, admirado, molde, matriz u original que se destina a ser copiado"[4]. Sin embargo, desde una perspectiva epistemológica, la noción de modelo adquiere una polisemia mucho más compleja. Sánchez y Moura[5] y Pombo[6] resaltan que, más allá de funcionar como arquetipo replicable, un modelo es también un dispositivo heurístico, es decir, un artefacto cognitivo que orienta prácticas e inscribe aspiraciones.

Pombo sintetiza los elementos comunes a toda definición de modelo en cuatro aspectos fundamentales: su carácter anticipatorio y heurístico; la simplificación intencional, mediante la cual todo modelo fuerza reducciones de la realidad que pretende representar; las relaciones analógicas, que establecen "reglas de correspondencia" entre el modelo y su referente; y su función como dispositivo de especialización, como forma de trasplantar conocimiento entre contextos diversos. Estos cuatro rasgos permiten entender el modelo no como representación estática, sino como instrumento activo de conocimiento que hace posibles ciertas formas de intervención y que excluye otras.

Trasladado al contexto urbano, el modelo se concibe como un artefacto de carácter relacional y dinámico. Respecto de esto, Easterling sostiene que los modelos urbanos emergen de la "interacción de múltiples entidades interdependientes"[7]. Esta visión coincide con la de Temenos, Baker y Cook[8], quienes los describen como "fórmulas de diseño" y dispositivos móviles diseñados para replicarse en distintos contextos, incorporando características supuestamente reproducibles.

---

[3] EASTERLING, Keller – **Extrastatecraft: The Power of Infrastructure Space**. London: Verso, 2014.
[4] GOODMAN, Robert – **After the Planners**. New York: Simon and Schuster, 1971.
[5] SÁNCHEZ, Fernanda; MOURA, Rosa – Ciudades-modelo: Estrategias convergentes para su difusión internacional. **EURE**. Santiago. Vol. 31, nº 93 (2005), p. 21–37.
[6] POMBO, Olga – **Modelos e Imagens**. Lisboa: Fim de Século Edições, 2018. p. 11.
[7] EASTERLING, Keller – **Medium design: Knowing how to work on the world**. London: New Left Books Ltd., 2021. p. 42.
[8] TEMENOS, Cristina; BAKER, Tom; COOK, Ian R. – **Inside mobile urbanism: Cities and policy mobilities. In Handbook of Urban Geography**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2019.

En el marco de las movilidades de políticas urbanas[9] [10], los modelos no se transfieren de un origen a un destino de forma lineal, sino que se ensamblan, mutan y re-territorializan al encontrar nuevos contextos institucionales. Esta perspectiva desplaza el foco desde el contenido de los modelos hacia los mecanismos de su circulación: ¿qué objetos, actores y narrativas los movilizan? ¿Qué se traduce y qué se oculta en ese proceso? Estas son las preguntas que sitúan a los manuales, guías y prototipos como objetos privilegiados de análisis.

Por lo tanto, lejos de ser meras recetas técnicas, los modelos urbanos globales se sustentan en narrativas que transforman ideas abstractas en realidades concretas, funcionando como mecanismos políticos que legitiman ciertas visiones de la ciudad. Al descontextualizar problemas locales y convertirlos en soluciones genéricas, recurren a valores globales como la sostenibilidad o la inclusión social, que les permita generar sintonía con los territorios donde buscan ser aplicados. Es en este proceso donde los dispositivos materiales que acompañan a estos modelos urbanos globales desempeñan un rol central.

2. Medium design y extrastatecraft: los dispositivos como infraestructuras del poder

Para comprender el rol de los dispositivos materiales en la producción de conocimiento urbano institucional, este artículo recurre a dos conceptos de Keller Easterling: el *extrastatecraft*[11] y el *medium design*[12]. El primero designa las formas de gobernanza contemporánea que operan no a través del aparato estatal explícito, sino mediante infraestructuras técnicas, protocolos, estándares y dispositivos materiales. Según Easterling, el poder contemporáneo opera a través de "infraestructuras técnicas, estándares, rutinas y normas", funcionando como dispositivos latentes de poder[13].

Desde esta perspectiva, las instituciones no son solo creadoras de normas, sino también espacios de programación social donde se escriben y ejecutan los guiones que orientan la acción colectiva. Los manuales de procedimiento, las guías de diseño urbano y los prototipos habitacionales participan de esta lógica transformándose en infraestructuras blandas que median la gobernanza urbana sin ser reconocidas como tales, ejerciendo poder a través de su aparente neutralidad técnica.

El *medium design* amplía esta intuición hacia el campo del diseño. Easterling propone pensar en el diseño no como la creación de objetos, sino como la configuración de medios que establecen parámetros para la interacción entre múltiples agentes[14]. El manual de

---

[9] PECK, Jamie – Geographies of policy: From transfer-diffusion to mobility-mutation. **Progress in Human Geography**. London. Vol. 35, nº 6 (2011), p. 773–797.

[10] McCANN, Eugene; WARD, Kevin – **Mobile Urbanism: Cities and Policymaking in the Global Age**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011.

[11] EASTERLING, Keller – **Extrastatecraft: The Power of Infrastructure Space**. London: Verso, 2014. p. 13.

[12] EASTERLING, Keller – **Medium design: Knowing how to work on the world**. London: New Left Books Ltd., 2021. p. 40-45

[13] RAPOPORT, Elizabeth – Sustainable urbanism in the age of Photoshop: images, experiences, and the rol of learning through inhabiting the international travels of a planning model. **Global Networks**. Oxford. Vol. 15, nº 3 (2015), p. 307-324.

[14] EASTERLING, Keller – **Medium design: Knowing how to work on the world**. London: New Left Books Ltd., 2021. p. 40-45

procedimiento no es una mera descripción de cómo hacer algo, sino que es un *medium* que configura las condiciones de posibilidad de lo que puede hacerse, con qué recursos, con qué vocabulario técnico y bajo qué autoridades institucionales.

Esta lectura articula con la propuesta de Bourdieu[15] sobre el campo institucional como espacio de fuerzas dinámico, donde actores con diferentes capitales compiten o cooperan. Los dispositivos materiales de conocimiento urbano operan en ese campo como capitales técnico-simbólicos, y quien los produce, los distribuye o los certifica acumula posiciones privilegiadas en la jerarquía epistémica institucional. Su aparente neutralidad técnica, la forma impersonal del manual, la autoridad del prototipo validado funciona como mecanismo de ocultamiento de esas relaciones de poder, naturalizando como conocimiento experto lo que es, también, una elección política.

Complementario a esto, Lepetit[16] y Revel[17] añaden la dimensión de la disonancia temporal institucional, que se refiere a que las instituciones son configuraciones en constante redefinición, producto de trayectorias que se superponen en el tiempo. En este sentido los dispositivos materiales de conocimiento urbano cargan esa temporalidad estratificada, determinando que un manual puede codificar prácticas de una generación de funcionarios ya retirados; así como una guía puede traducir referencias internacionales producidas en contextos muy distintos al local.

Al respecto McCann[18] ha señalado que los circuitos de conocimiento en las movilidades de políticas urbanas dependen de actores que funcionan como brokers de expertise, que "empacan" el conocimiento en formatos transferibles y lo dotan de autoridad. Los dispositivos materiales que estos actores producen en forma de manuales, guías y prototipos, son los contenedores en los que el conocimiento urbano es comprimido, autorizado y puesto en circulación global.

3. Tipología analítica: manuales de procedimiento, guías de diseño urbano y prototipos habitacionales

A partir de esta investigación[19] doctoral de la que deriva este artículo y del marco teórico desarrollado, es posible distinguir tres tipos de dispositivos de conocimiento urbano institucional, cada uno con una lógica operativa específica.

Los *manuales de procedimiento* son el dispositivo más claramente codificador. Su función es traducir un conjunto de saberes y metodologías en instrucciones secuenciadas, aplicables por distintos actores en distintos contextos. Sabaté Bel señala que los manuales pueden entenderse como un conjunto de principios, métodos y recomendaciones orientadas a

---

15 BOURDIEU, Pierre – **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.
16 LEPETIT, Bernard – **Por uma nova história urbana**. São Paulo: EdUSP, 2001.
17 REVEL, Jacques – A instituição e o social. In REVEL, Jacques (Ed.) – **História e historiografia: exercícios críticos**. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.
18 McCANN, Eugene – Expertise, truth, and urban policy mobilities: global circuits of knowledge in the development of Vancouver, Canada's 'four pillar' drug strategy. **Environment and Planning** A. London. Vol. 40, nº 4 (2008), p. 885–904.
19 SAAVEDRA HERNÁNDEZ, Karen Aída – Op. cit., 2026. p. 80.

diferentes profesionales y tomadores de decisiones en su quehacer cotidiano e institucional[20]. Esta función de traducción es también una función de reducción, donde el manual selecciona, ordena y simplifica la complejidad del conocimiento original, tomando decisiones, sobre qué incluir, qué omitir, qué jerarquizar y que responden a posiciones de poder y no solo a criterios técnicos. En la cultura institucional latinoamericana, el manual ha sido simultáneamente el instrumento de modernización del Estado y el mecanismo de importación de marcos normativos producidos en el Norte Global, que llegan al Sur como referencias de autoridad ya establecida.

Las *guías de diseño urbano* operan con una lógica más visual y aspiracional. Si el manual prescribe procedimientos, la guía propone visiones, es decir, imágenes de ciudad posible, estándares de calidad espacial, criterios de evaluación del espacio público o la vivienda. Rapoport denomina a estas representaciones "imágenes capuchino" o visualizaciones persuasivas que ocultan conflictos y diferencias, confeccionando prototipos estandarizados sin reflejar la complejidad local[21]. En la guía de diseño, el dispositivo opera principalmente a través de la seducción visual mediante renders, diagramas y casos de estudio que construyen un imaginario de lo que debe ser el espacio urbano de calidad, orientando decisiones de diseño antes incluso de que se enuncien criterios técnicos explícitos.

Los *prototipos habitacionales* constituyen el dispositivo más materialmente denso. A diferencia del manual que es predominantemente textual y de la guía, predominantemente visual, el prototipo opera a través de la demostración, esto es, la realización parcial de un modelo que funciona como evidencia de su viabilidad y como argumento para su replicación. Polanyi [22] y Easterling [23] proponen que los modelos urbanos pueden entenderse como "dispositivos móviles" de conocimiento práctico (*know-how*), es decir, conjuntos de saberes y metodologías que se articulan para diseñar acciones, interacciones y objetos en el espacio construido. En ese sentido, el prototipo habitacional es simultáneamente tanto un objeto construido (la vivienda, el conjunto residencial) y un argumento técnico-político, es decir, la demostración de que una manera de intervenir funciona y puede ser replicada.

Sin embargo, la materialidad del prototipo genera también su principal efecto de poder como es la fijación de una forma como referente universal. Cuando un prototipo habitacional se convierte en modelo a replicar, congela en una tipología particular las respuestas posibles a un problema complejo y diverso. Como señala Wood[24], un mismo modelo puede ensamblarse de maneras muy distintas según quién impulse su traslado. En este sentido el prototipo tiende a suturar esas diferencias volviéndose en si mismo la respuesta, ocultando que es solo una alternativa posible entre muchas, producida en un contexto geopolítico específico.

---

[20] SABATÉ BEL, Joaquim – Un manual oportuno. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**. Madrid. Nº 89 (2021).

[21] RAPOPORT, Elizabeth – Sustainable urbanism in the age of Photoshop: Images, experiences and the role of learning through inhabiting the international travels of a planning model. **Global Networks**. Oxford. Vol. 15, nº 3 (2015), p. 307–324.

[22] POLANYI, Michael – **The Tacit Dimension**. New York: Doubleday, 1969.

[23] EASTERLING, Keller – **Medium design: Knowing how to work on the world**. London: New Left Books Ltd., 2021. pp. 40–45.

[24] WOOD, Astrid – Policy Mobilities: How Localities Assemble, Mobilise, and Adopt Circulated Urban Policy. Acme. Vol. 20, nº 3 (2021), p. 270–287.

Los tres tipos de dispositivo comparten una característica común que el concepto de *medium design* permite articular, esto es, que todos configuran el espacio de lo posible antes de que los actores institucionales tomen sus decisiones de diseño. No son herramientas que sirven a decisiones ya tomadas, sino medios que preconfiguran qué decisiones son pensables, qué soluciones son legítimas, qué vocabulario técnico es válido. En este sentido, son infraestructuras epistémicas antes que instrumentos técnicos.

4. Los dispositivos de conocimiento urbano en la política habitacional chilena

La política habitacional chilena de las últimas tres décadas ofrece un campo especialmente productivo para ilustrar el funcionamiento de estos dispositivos. Desde fines de los años noventa, el Ministerio de Vivienda y Urbanismo (MINVU) experimentó un giro narrativo significativo pasando del énfasis en el cierre del déficit cuantitativo de vivienda hacia una preocupación creciente por la calidad del hábitat residencial. Este giro no fue solo un cambio de prioridades programáticas: fue, fundamentalmente, una transformación en los dispositivos de conocimiento con que la institución producía y legitimaba sus intervenciones.

El primer caso es el de la vivienda incremental, asociado al Conjunto Quinta Monroy (2003) diseñado por ELEMENTAL. El prototipo habitacional, es decir, la unidad mínima construida y el espacio vacío esperando ser completado por sus habitantes, se convirtió en el dispositivo central de circulación del modelo. Su liberación como prototipo de descarga gratuita en 2016 aceleró exponencialmente su circulación global, convirtiendo un proyecto de vivienda social chileno en referente internacional de innovación habitacional. En ese proceso, el prototipo operó como *medium design*, es decir, no solo comunicó una tipología, sino que programó una manera de entender la vivienda social como proceso más que como producto, el cual se instaló en imaginarios institucionales de múltiples países. Lo que no viajó con el prototipo fue su genealogía institucional, es decir, los programas previos que en Chile ya experimentaban con modalidades de vivienda progresiva y que fueron invisibilizados en la narrativa de la innovación radical.

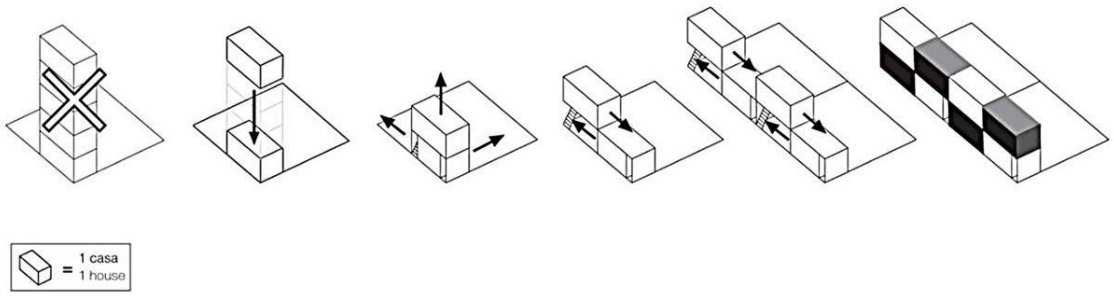


Figura 1: Esquema “Edificio paralelo”. Proceso de diseño prototipo vivienda incremental por ELEMENTAL. Fuente: Aravena y Iacobelli (2012)

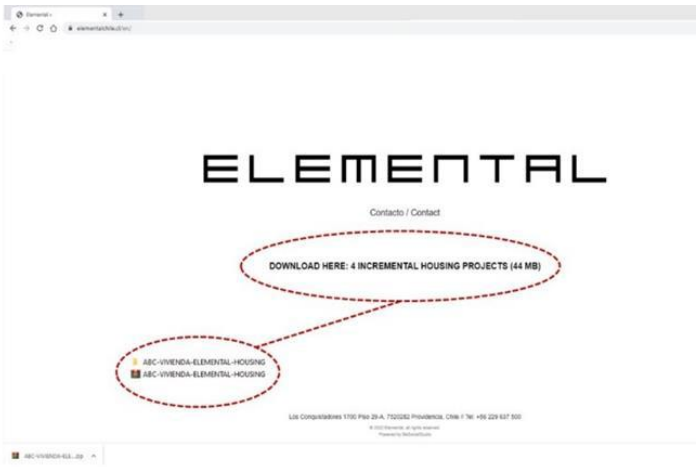


Figura 2: Esquema información para descarga de cuatro prototipos habitacionales. Web de ELEMETAL.
Fuente: elaboración propia a partir de www.elementalchile.cl



Figura 3: Conjunto Quinta Monroy. Prototipo Habitacional para descarga en web ELEMENTAL.
Fuente: www.elementalchile.cl



Figura 4: Conjunto Habitacional Huechuraba. Prototipo Habitacional para descarga en web ELEMENTAL.
Fuente: www.elementalchile.cl



Figura 5: Conjunto Habitacional Valle Verde. Prototipo Habitacional para descarga en web ELEMENTAL. Fuente: www.elementalchile.cl



Figura 6: Conjunto Habitacional en Monterrey. Prototipo Habitacional para descarga en web ELEMENTAL. Fuente: www.elementalchile.cl

El segundo caso es el del Programa Quiero Mi Barrio (2006), desarrollado en colaboración con diversos actores internacionales entre ellos la agencia de cooperación alemana GIZ. El dispositivo central fueron los manuales y guías producidos para orientar la implementación del programa en las comunas del país, es decir, documentos que codificaban metodologías participativas, criterios de selección de barrios, protocolos de intervención en espacio público y estándares de evaluación. La lógica de la guía flexible, orientadora más que prescriptiva, característica de la cultura anglosajona según Sabaté Bel[25], operó como dispositivo de legitimación institucional. Al respecto la guía no imponía, sugería; pero al sugerir dentro de un marco producido en colaboración con actores internacionales, instalaba ese marco como el horizonte de referencia para la práctica local. El saber acumulado por los técnicos municipales durante décadas de trabajo en los barrios quedó, en ese proceso, subordinado a las metodologías codificadas en los manuales de cooperación.

[25] SABATÉ BEL, Joaquim – Op. cit., 2021.

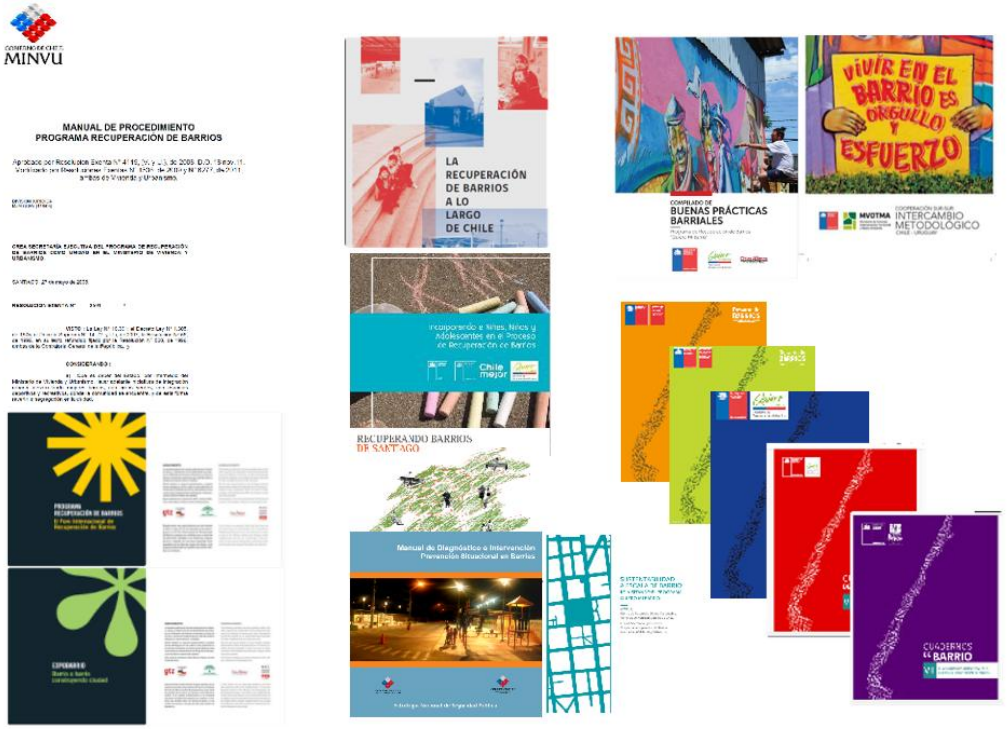


Figura 7: Manuales de procedimientos Programa de Recuperación de Barrios "Quiero mi Barrio" (PQMB).
Fuente: Elaboración propia a partir de Manuales de Procedimiento publicados por el PQM y MINVU

El tercer caso es el del Programa de Espacios Públicos, reformulado desde 2014 con la participación de la consultoría Gehl Architects. El dispositivo central fue la guía de diseño urbano: ilustraciones, diagramas y criterios de calidad del espacio público que traducían la metodología del estudio danés al lenguaje institucional chileno. La guía operó como *medium design* al configurar el espacio de lo imaginable. De esta manera estableció qué dimensiones del espacio urbano eran relevantes, como la escala humana, el confort climático, la percepción de seguridad, y qué instrumentos de medición eran válidos, como era el caso de los indicadores Gehl, así como qué ciudades eran referencias de buenas prácticas, Copenhague, Melbourne, Auckland. Este encuadre instaló como universal una manera particular de entender la calidad del espacio público, producida en un contexto escandinavo muy distinto al latinoamericano, con consecuencias concretas, como el hecho de que funcionarios municipales chilenos reportaron dificultades para implementar la metodología dentro de los ciclos presupuestarios y administrativos del Estado.

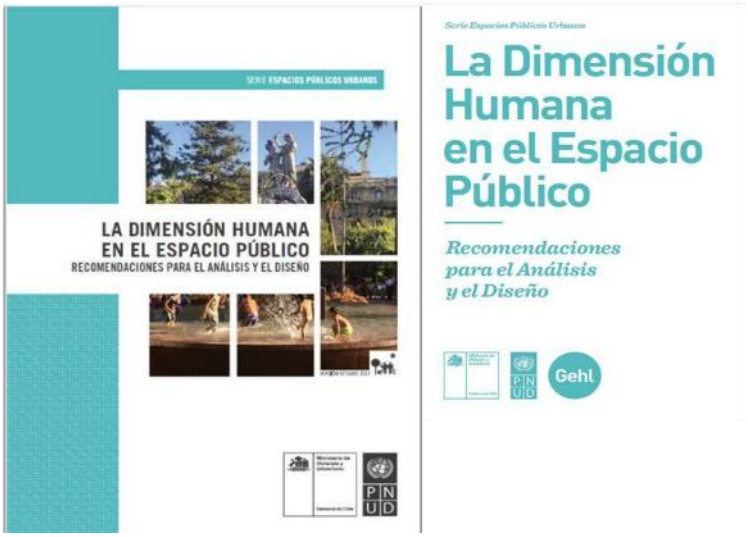


Figura 8: Guía "La Dimensión Humana en el Espacio Público. Recomendaciones para el Análisis y el Diseño". Fuente: Guía MINVU - Gehl (2017).

Peck y Theodore señalan que el ensamblaje de políticas urbanas en circulación consiste en construir "una narrativa y un entramado de prácticas, desde documentos y manuales hasta eventos de aprendizaje y discursos técnicos, que permiten empaquetar una experiencia local como un modelo ejemplar"[26]. Los tres casos ilustran cómo los dispositivos de conocimiento urbano: manuales, guías y prototipos, son los medios concretos a través de los cuales ese empaquetamiento se realiza y a través de los cuales el conocimiento urbano producido en ciertos contextos geopolíticos privilegiados se instala como referencia legítima en las instituciones del Sur Global, dando cuenta de una jerarquía y dependencia en la producción de conocimiento.

Desde una perspectiva decolonial, Segato[27] y Ortiz[28] invitan a interrogar no solo los contenidos de estos dispositivos, sino las condiciones de posibilidad que los hacen nacer: ¿en qué contextos geopolíticos se producen los manuales, guías y prototipos que circulan globalmente? ¿Qué saberes locales son invisibilizados cuando una institución del Sur Global adopta dispositivos producidos en el Norte Global? ¿Qué genealogías institucionales preexistentes son borradas cuando un prototipo foráneo se convierte en el referente de la práctica local? El análisis de los tres casos chilenos muestra que la vivienda incremental, el mejoramiento de barrios y la metodología de espacios públicos tenían antecedentes institucionales locales que fueron desplazados o absorbidos sin reconocimiento por los modelos importados, ensamblando conocimientos entre uno existente con uno externo legitimado por su autoridad discursiva.

---

[26] PECK, Jamie; THEODORE, Nik – Mobilizing policy: Models, methods, and mutations. **Geoforum.** Amsterdam. Vol. 41, nº 2 (2010), p. 169–174.

[27] SEGATO, Rita Laura – **La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda**. Buenos Aires: Prometeo, 2013.

[28] ORTIZ, Camille – Storytelling otherwise: Decolonising storytelling in planning. **Planning Theory**. London. Vol. 22, nº 2 (2023), p. 175–196.

Consideraciones finales

Este artículo ha propuesto una aproximación teórica a los dispositivos materiales de conocimiento urbano institucional, manuales de procedimiento, guías de diseño urbano y prototipos habitacionales, articulando el concepto de *medium design* de Keller Easterling con el marco de las movilidades de políticas urbanas y la perspectiva del espacio institucional.
El argumento central ha sido que estos dispositivos no son herramientas técnicas neutras, sino medios relacionales que condensan saberes, programan prácticas, legitiman decisiones y, simultáneamente, invisibilizan las genealogías locales, los conflictos políticos y las elecciones epistémicas que los constituyeron. En términos de Easterling, son medios que "diseñan el diseño", es decir, configuran los parámetros dentro de los cuales otros actores, como funcionarios, arquitectos, técnicos municipales, producirán posteriormente el espacio urbano. Su neutralidad técnica aparente es precisamente su principal efecto de poder, el cual opera normalizando y automatizando formas de ver y actuar en la ciudad bajo la apariencia de criterios objetivos y universales.

La ilustración empírica a partir de la política habitacional chilena ha permitido mostrar cómo esta lógica opera en contextos concretos. Al respecto el prototipo de vivienda incremental fija una tipología como respuesta universal mientras borra su genealogía local; la guía de mejoramiento barrial instala una metodología internacional como horizonte de referencia mientras subordina el saber acumulado de los técnicos municipales; la guía de diseño urbano traduce un vocabulario escandinavo en criterios de calidad del espacio público latinoamericano.

Las implicaciones de esta propuesta apuntan en dos direcciones. En primer lugar, hacia una agenda de investigación crítica sobre los artefactos de conocimiento urbano, que invita a estudiar los manuales, guías y prototipos no como evidencias de la práctica urbanística, sino como objetos teóricos que requieren ser analizados en su producción, circulación, apropiación y contestación institucional. En segundo lugar, hacia una reflexión sobre las posibilidades de producción de dispositivos de conocimiento urbano situados: ¿qué ocurre cuando las instituciones del Sur Global producen sus propios manuales, guías y prototipos desde sus propias genealogías, en lugar de descargar los formatos producidos en el Norte Global? Esta pregunta queda abierta como agenda de trabajo para investigaciones futuras.

Bibliografía

BOURDIEU, Pierre – **Razões práticas: sobre a teoria da ação.** Campinas: Papirus, 1996.

EASTERLING, Keller – **Extrastatecraft: The Power of Infrastructure Space.** London: Verso, 2014.

EASTERLING, Keller – **Medium design: Knowing how to work on the world.** London: New Left Books Ltd., 2021.

GOODMAN, Robert – **After the Planners.** New York: Simon and Schuster, 1971.

LEPETIT, Bernard – **Por uma nova história urbana.** São Paulo: EdUSP, 2001.

McCANN, Eugene – **Expertise, truth, and urban policy mobilities: global circuits of knowledge in the development of Vancouver, Canada's 'four pillar' drug strategy.** Environment and Planning A. London. Vol. 40, nº 4 (2008), p. 885–904.

McCANN, Eugene; WARD, Kevin – **Mobile Urbanism: Cities and Policymaking in the Global Age.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011.

ORTIZ, Camila – **Storytelling otherwise: Decolonising storytelling in planning.** Planning Theory. London. Vol. 22, nº 2 (2023), p. 175–196.

PECK, Jamie – **Geographies of policy: From transfer-diffusion to mobility-mutation.** Progress in Human Geography. London. Vol. 35, nº 6 (2011), p. 773–797.

PECK, Jamie; THEODORE, Nik – **Mobilizing policy: Models, methods, and mutations.** Geoforum. Amsterdam. Vol. 41, nº 2 (2010), p. 169–174.

POLANYI, Michael – **The Tacit Dimension.** New York: Doubleday, 1969.

POMBO, Olga – **Modelos e Imagens.** Lisboa: Fim de Século Edições, 2018.

RAPOPORT, Elizabeth – **Sustainable urbanism in the age of Photoshop: Images, experiences and the role of learning through inhabiting the international travels of a planning model.** Global Networks. Oxford. Vol. 15, nº 3 (2015), p. 307–324.

REVEL, Jacques – **A instituição e o social. In REVEL, Jacques (Ed.) – História e historiografia: exercícios críticos.** Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

SABATÉ BEL, Joaquim – **Un manual oportuno. Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles.** Madrid. Nº 89 (2021).

SAAVEDRA HERNÁNDEZ, Karen Aída – **Click & Download: El rol de los Modelos Urbanos Globales en la Producción de Conocimiento Urbano Institucional. El caso del Mejoramiento del Hábitat Residencial en Chile.** Lisboa: Universidade de Lisboa, 2026. Tese de Doutoramento em Urbanismo.

SÁNCHEZ, Fernanda; MOURA, Rosa – **Ciudades-modelo: Estrategias convergentes para su difusión internacional.** EURE. Santiago. Vol. 31, nº 93 (2005), p. 21–37.

SEGATO, Rita Laura – **La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda.** Buenos Aires: Prometeo, 2013.

TEMENOS, Cristina; BAKER, Tom; COOK, Ian R. – **Inside mobile urbanism: Cities and policy mobilities. In Handbook of Urban Geography.** Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2019.

TEMENOS, Cristina; McCANN, Eugene – **Geographies of Policy Mobilities.** Geography Compass. Oxford. Vol. 7, nº 5 (2013), p. 344–357.

WOOD, Astrid – **Policy Mobilities: How Localities Assemble, Mobilise, and Adopt Circulated Urban Policy.** Acme. Vol. 20, nº 3 (2021), p. 270–287.

Modernidad Continuada.
Historicismos en la Posguerra Española

Raquel Nieto Valdivia
Universidad Politécnica de Madrid – Doctorado en Patrimonio Arquitectónico
raquel.nieto.valdivia@alumnos.upm.es

Agatángelo Soler Montellano
Universidad Politécnica de Madrid
agatangelo.soler@upm.es

Ana Esteban Maluenda
Universidad Politécnica de Madrid
ana.esteban.maluenda@upm.es

Resumen: La arquitectura española atravesó varias etapas tras la Guerra Civil. La primera corriente, promovida por el nuevo gobierno desde la Dirección General de Arquitectura, se conoce generalmente como arquitectura imperial o neoherreriana y se caracteriza por su monumentalismo historicista. Sus referencias a distintos estilos del pasado – principalmente el manierismo escurialense, el barroco y el neoclasicismo – han hecho que sea calificada a menudo como un anacronismo o un pastiche sin demasiado valor, propio de un periodo acotado y desconectado del proceso de modernización de la arquitectura española. Sin embargo, el calado que esta arquitectura de la Autarquía ha tenido en la formación de la imagen moderna de nuestras ciudades, especialmente en Madrid y el centro de la península, es innegable. Este ensayo pretende mostrar que esta corriente no debe entenderse como un breve paréntesis propiciado por el alzamiento franquista, sino como parte de un proceso de búsqueda identitaria en la transición hacia la modernidad, activo desde finales del siglo XIX. Así, durante los años anteriores al régimen franquista, y en coexistencia con la tendencia racionalista creciente en España durante la década de 1930, pueden encontrarse ejemplos de esta arquitectura neoherreriana, cuya presencia es palpable igualmente más allá del periodo autárquico. El objetivo de esta investigación es definir de manera más específica esta arquitectura imperial propia de la Autarquía, y estudiar si tuvo un papel transmisor en la relación entre el racionalismo previo a la Guerra Civil y la modernidad de las décadas posteriores. Se propone para ello un repaso histórico desde la década de 1920 hasta el ocaso de la arquitectura imperial en torno a 1959, año en que se aprobó en Plan Nacional de Estabilización Económica, con el que España abandonó el modelo autárquico y comenzó el desarrollismo. Para ello, se empleará la arquitectura residencial burguesa de Luis Gutiérrez Soto, cuya figura atraviesa todas estas etapas. La elección de la vivienda burguesa como ámbito de estudio responde a su condición de generalidad y a mayor inercia frente a imposiciones ideológicas y necesidades propagandísticas, más propias de la arquitectura pública e institucional de cada época.

Palabras Clave: Racionalismo, Autarquía española, Arquitectura imperial, Neoherreriano, Madrid

INTRODUCCIÓN

La arquitectura de la época de la autarquía española, caracterizada por su monumentalismo historicista, suele considerarse como antípoda de la modernidad en los textos, donde se interpreta como una barrera entre el racionalismo anterior a la Guerra Civil y una vuelta a la modernidad durante el desarrollismo franquista.

Se puede dividir el período de estudio en tres grandes etapas. La primera de ellas comprende desde 1923 – fecha de obtención del título de arquitecto de Luis Gutiérrez Soto, nuestro hilo conductor – hasta 1939, año en el que finalizó la Guerra Civil. La segunda etapa cubre el período de autarquía más severa, desde la victoria franquista hasta 1951, año en el que comienza la apertura al exterior. La tercera etapa se extiende hasta 1959, cuando se aprueba el Plan de Estabilización y comienza el desarrollismo. A partir de este momento la arquitectura imperial se vuelve menos frecuente y la vivienda burguesa empieza a mirar casi plenamente a la modernidad.

Por otro lado, la arquitectura a analizar en este texto se ha estudiado desde tres vertientes, que recorren caminos paralelos. La primera de ellas es la composición formal en planta de los edificios. En segundo lugar la composición de sus fachadas y sus elementos ornamentales; y por último desde el punto de vista técnico y económico.

Finalmente, cabe decir que en este texto se emplea la palabra 'imperial' y no 'neoherreriano', ya que el primero es un término más amplio que incluye los edificios construidos con elementos historicistas de distintas épocas, y no solo los propios del manierismo escurialense.

LO IMPERIAL ANTES DE LA AUTARQUÍA

Tras la derrota de España y pérdida de las colonias en el año 1898, el país se sumió en una gran crisis económica y también de identidad nacional. A nivel arquitectónico, la crisis hizo convivir el florecimiento del modernismo, movimiento artístico de inspiración europea, con una corriente de rechazo a las modas extranjeras y la búsqueda interna de una arquitectura nacional. El VI Congreso Internacional de Arquitectura, celebrado en Madrid en 1904, reflejó el debate suscitado entre los arquitectos españoles de la época entre el futuro de la profesión, la influencia modernista y una voluntad identitaria[1]. A partir de 1911, con la decadencia del modernismo español, el regionalismo cobró protagonismo como vía para la formación de un estilo nacional[2]. Existía ya en ese momento una tendencia historicista, que era una de las más buscadas por la vieja burguesía española. Esta arquitectura se basaba en los edificios de otros estilos del pasado y los adaptaba a las circunstancias del contexto, simplificando y racionalizando los elementos que los integraban.[3] Así y fomentado por esta burguesía, se encuentran numerosos edificios en la capital, como por ejemplo la casa-palacio del conde de Cedillo de 1923, del arquitecto Eduardo Gambra.

---

[1] Véanse por ejemplo las crónicas del congreso publicadas por Gallego Ramos en **La Construcción Moderna**, en 1904.

[2] Gómez de Terreros Guardiola, M. D. (2001). Tradición y vanguardia en la arquitectura del regionalismo: la aportación de Antonio y Aurelio Gómez Millán. **Laboratorio de Arte**, 14, 353-362

[3] SAMBRICIO, Carlos - Ideologías y reforma urbana (Madrid 1920-1940). **Arquitectura**. Madrid. . ISSN 0004-2706. 199 (1976) 77–88, p. 79

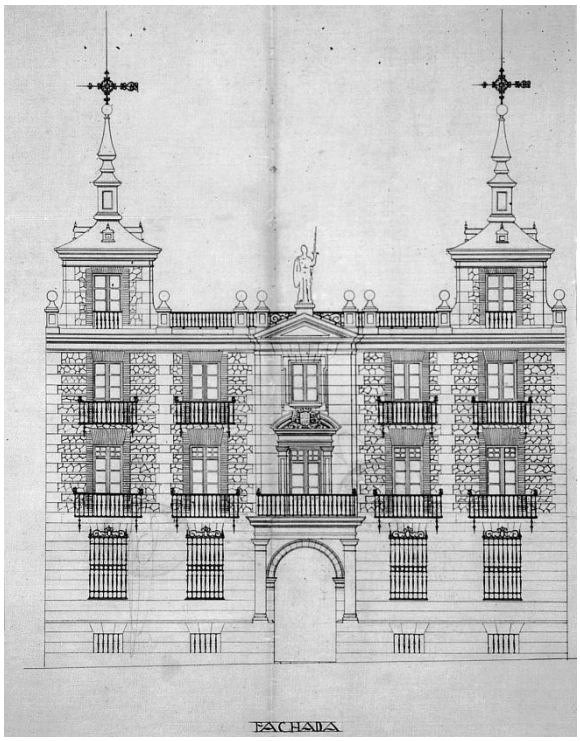
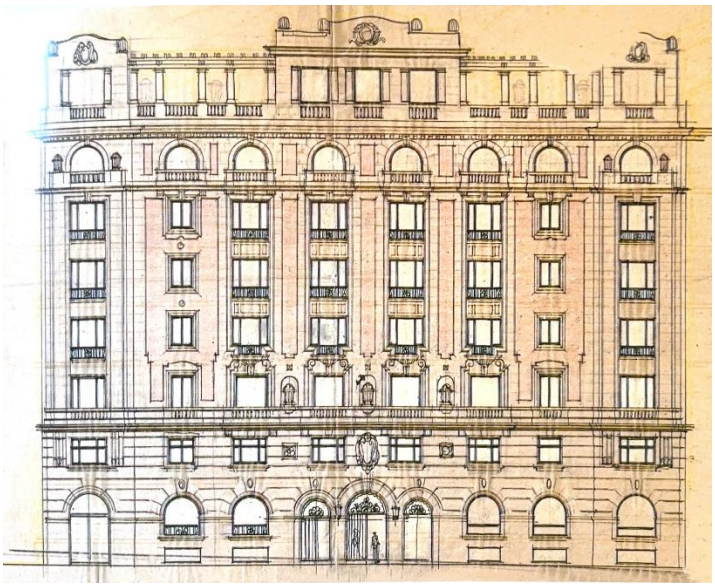


Figura 1. Alzado de la casa-palacio del conde de Cedillo de 1923 en Madrid. En: https://fcoam.eu/guia/F2/F2.201.htm

Las viviendas para Juan Manuel Urquijo en el Paseo del General Martínez Campos de 1926 de Luis Gutiérrez Soto son claramente historicistas. Destaca el zócalo de piedra almohadillado, junto con el aparejo de ladrillo. El conjunto tiene también un gran número de cornisas y demás elementos ornamentales, que le dan ese carácter historicista.


Figura 2. Alzado de las viviendas en el Paseo del General Martínez Campos 51-53. En: GUTIÉRREZ SOTO, Luis .; BALDELLOU SANTOLARIA, Miguel Ángel. - ***Luis Gutiérrez Soto****. Madrid : Electa, 1997. ISBN 84-8156-173-8, p, I*

Este historicismo, fomentado por las escuelas de arquitectura, se manifestaba de manera residual, pero marca un punto de partida para el estilo imperial que se impuso tras la

Guerra Civil. Un ejemplo del temprano interés por el Monasterio del Escorial es el monográfico que se le dedicó en la revista *Arquitectura* ya en el año 1923 en el que, sin embargo, Teodoro de Anasagasti lo criticaba duramente.[4]

Una vez terminada la Guerra Civil, este punto de vista no sería algo aislado, sino que marcaría la pauta general de la construcción en España, con especial intensidad en 'la capital del imperio': Madrid.

LO RACIONAL DURANTE LA AUTARQUÍA

Tras la derrota del bando republicano en la Guerra Civil y la instauración de la dictadura franquista se hizo necesario colonizar todas las esferas del poder, entre las que se encontraba la arquitectura. La Dirección General de Arquitectura siguió dos estrategias diferentes en el campo y en la ciudad. En la ciudad esta arquitectura se caracterizaba por su monumentalismo historicista y fue la más empleada en edificios de carácter oficial durante la primera década de la dictadura. La vivienda burguesa, dada la cercanía de esta clase social con el régimen, optó por este estilo en su mayoría para mostrar esa afinidad. También influyó el control ideológico al que estaban sometidos los arquitectos, bajo la amenaza implícita o explícita de ser proscritos profesionalmente.

Primera etapa: 1939-1951

Con Pedro Muguruza al frente de la Dirección General de Arquitectura y Pedro Bidagor encargado del Plan de Madrid de 1941, se dictaminaron las directrices generales de la construcción en España. Estas directrices vinieron determinadas por dos factores importantes: el ideológico y el económico, atravesados ambos por una fuerte carga política.

Desde el poder se publicaron una serie de ensayos que pretendieron influir y dar una coherencia formal a esta manera de construir. Entre estos textos destaca *Arte y Estado*, del ideólogo fascista Ernesto Giménez Caballero,[5] y *Ensayo sobre las directrices arquitectónicas de un estilo imperial*, del jefe de Prensa y Propaganda de la Dirección General de Regiones Devastadas Diego de Reina,[6] que tuvo una gran influencia en el desarrollo de la arquitectura de la década de 1940.

Si se toman como ejemplo las viviendas en la Calle Padilla número 32 de Madrid de Luis Gutiérrez Soto construidas entre 1945 y 1948 se ve cómo se emplean los materiales indicados en el ensayo, como la piedra para el zócalo, el ladrillo para la parte noble y la pizarra para la cubierta.

Se toman elementos de otras épocas para emular ese monumentalismo, como el chaflán cóncavo barroco o los frontones y pináculos, muy comunes en los edificios de esta época.

---

[4] DE ANASAGASTI, Teodoro - Juan de Herrera ¡Reivindiquemos su fama! **Arquitectura**. 50 (1923), p. 168–179.

[5] GIMÉNEZ CABALLERO, Ernesto; SELVA, Enrique.; DIGITALIA, Inc. - **Arte y estado**. Madrid : Biblioteca Nueva, 2009. ISBN 84-16089-25-6.

[6] REINA, Diego De . - **Ensayo sobre las directrices arquitectónicas de un estilo imperial**. Madrid : Ediciones Verdad, 1944



Figura 3. Viviendas en la Calle Padilla de Madrid. En: https://fcoam.eu/guia/F2/F2.345.htm

Por otro lado, el mismo documento indica que la planta debe venir determinada por el programa de necesidades del edificio, siguiendo un criterio funcionalista. Además, se ve como algo positivo el uso de materiales modernos, como el hormigón armado. De ser así, esta arquitectura no olvida los principios racionalistas aprendidos antes de la guerra, sino que los interioriza y pasan a estar ocultos tras una fachada imperial, como han indicado anteriormente otros autores como Lluís Domènech,[7] Carlos Sambricio,[8] o Ignacio Solá Morales.[9]

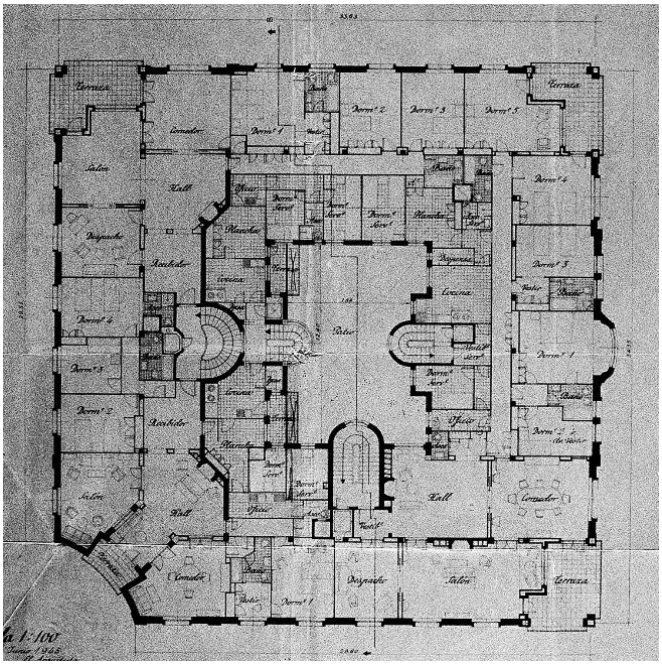


Figura 4. Planta de las viviendas en la Calle Padilla 32 de Madrid. En: https://fcoam.eu/guia/F2/F2.345.htm

[7] DOMÈNECH, Lluís - **Arquitectura de siempre : los años 40 en España**. Barcelona : Tusquets, 1978. ISBN 84-7223-583-1.
[8] SAMBRICIO, Carlos. Op. cit., p. 85
[9] SOLÁ MORALES, Ignacio - La arquitectura de la vivienda en los años de la autarquía (1939-1953). Arquitectura. Madrid. . ISSN 0004-2706. 199 (1976) 19–30.

La separación de las distintas zonas del edificio mediante las crujías estructurales sigue este principio. Existe una diferenciación clara entre las partes, y se juega con la línea curva en escaleras, chaflanes y ventanas, lo que da dinamismo al conjunto. La modulación mediante las crujías, siguiendo un criterio técnico, está relacionada con el mundo de la estandarización y la modulación, relacionado por un lado por la simetría y el estatismo pero también por otro con el racionalismo de preguerra.

Todos estos motivos ideológicos escondían una realidad mucho menos grandilocuente, en los que la ideología intenta ocultar los problemas económicos del país en ese momento. El aislamiento exterior produjo escasez de materiales de construcción modernos, como el acero o el cemento, cuyo uso debía autorizar el Gobierno y la Dirección General de Arquitectura.[10] La introducción forzosa de un sistema autárquico contrasta con lo dicho en los medios oficiales, en los que, por ejemplo, Pedro Muguruza indica que "En arquitectura, como en otras muchas cosas, los españoles no necesitamos mirar al exterior ni copiar, sino que nos basta bucear en nosotros mismos en inspirarnos en un Herrera, en un Villanueva…".[11]

Como ha podido verse en el ejemplo anterior, la arquitectura que define la década de 1940 tiene dos lecturas muy distintas en alzado y en planta. Las tipologías que más se apoyaron en este estilo fueron la administrativa y la residencial, especialmente la vivienda burguesa. Su expansión por el territorio nacional es irregular, con una especial concentración en Madrid y sus alrededores, especialmente en la sierra madrileña, como puede verse en el siguiente mapa hecho con Sistemas de Información Geográfica.

Luis Gutiérrez Soto también influyó en esta expansión, ya que aunque la mayor parte de su obra se encuentra en Madrid, podemos encontrar otros edificios de viviendas importantes del arquitecto – antes y después de la guerra – en otras ciudades relevantes como Barcelona o Valencia.

[10] AZPILICUETA ASTARLOA, Enrique - **La construcción de la arquitectura de postguerra en España (1939-1962)**, p. 75. [Em linha]. [S.l.] : E.T.S. Arquitectura (UPM), 2004 Disponível em WWW:<URL:https://oa.upm.es/23197/>.

[11] RNA, Redacción - EXPOSICION DE TRABAJOS EN LA DIRECCIÓN GENERAL DE ARQUITECTURA. **Revista Nacional de Arquitectura**. 10–11 (1941), p. 3.

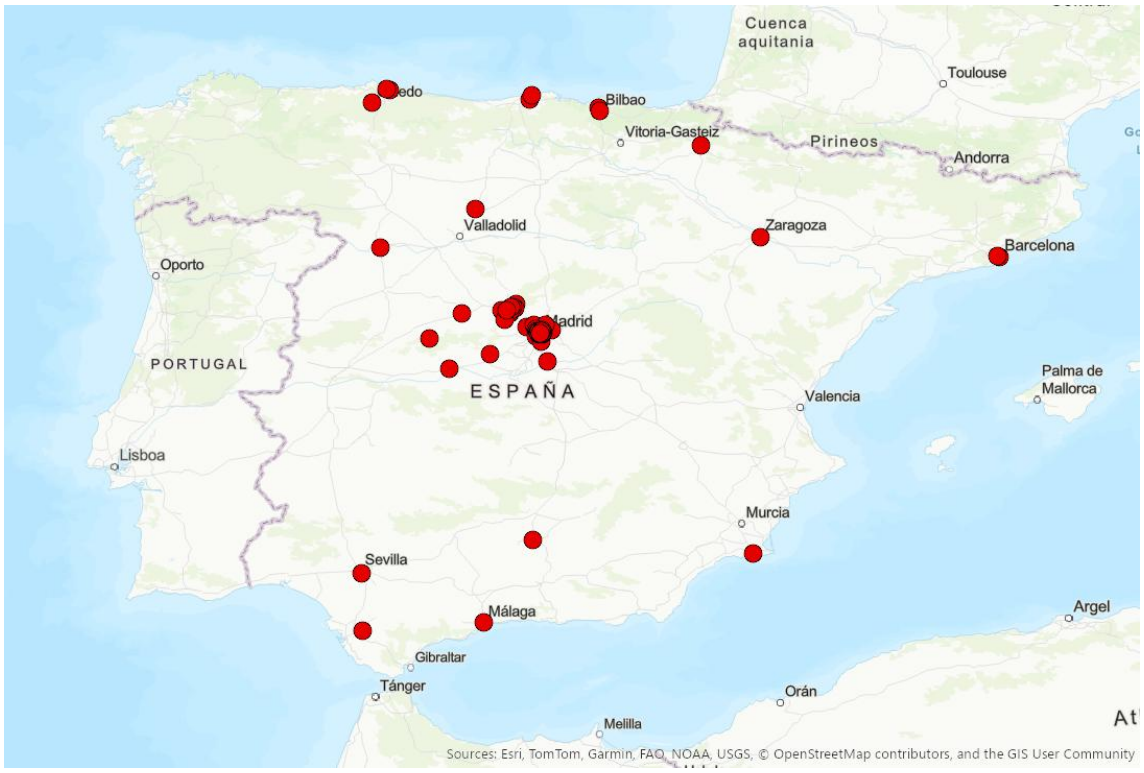


Figura 5. La arquitectura imperial en España. Fuente: elaboración propia

La arquitectura administrativa oficial reflejaba las directrices ideológicas y arquitectónicas del régimen. Así, pueden encontrarse por toda la península edificios imperiales como distintos gobiernos civiles, institutos nacionales o ministerios. Esta arquitectura contrasta con el momento que estaba viviendo la economía española y queda al margen de la realidad social del país.

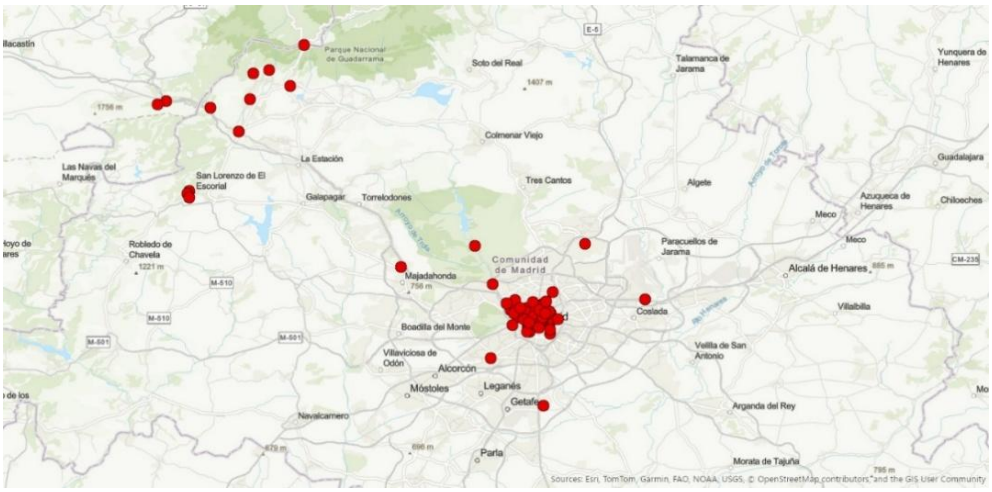


Figura 6. Dispersión de la arquitectura imperial en Madrid y en la sierra. Fuente: elaboración propia

La vivienda burguesa estaba más relacionada con la arquitectura oficial que con el resto de la vivienda construida en ese momento. El barrio de Salamanca de Madrid tenía cuando

terminó la guerra muchas de sus parcelas del Plan Castro sin edificar,[12] mientras que el barrio de Argüelles quedó en gran parte destruido tras la contienda. Resulta significativo el caso de Argüelles, que pretendía formar parte de la fachada imperial de la cornisa del Manzanares. La Dirección General de Arquitectura pautó cómo debían ser estas fachadas para dignificar el barrio, especialmente el Paseo del Pintor Rosales.[13] Aunque este plan no llegó a llevarse a cabo, se pueden encontrar muchos edificios de carácter imperial en esta zona.

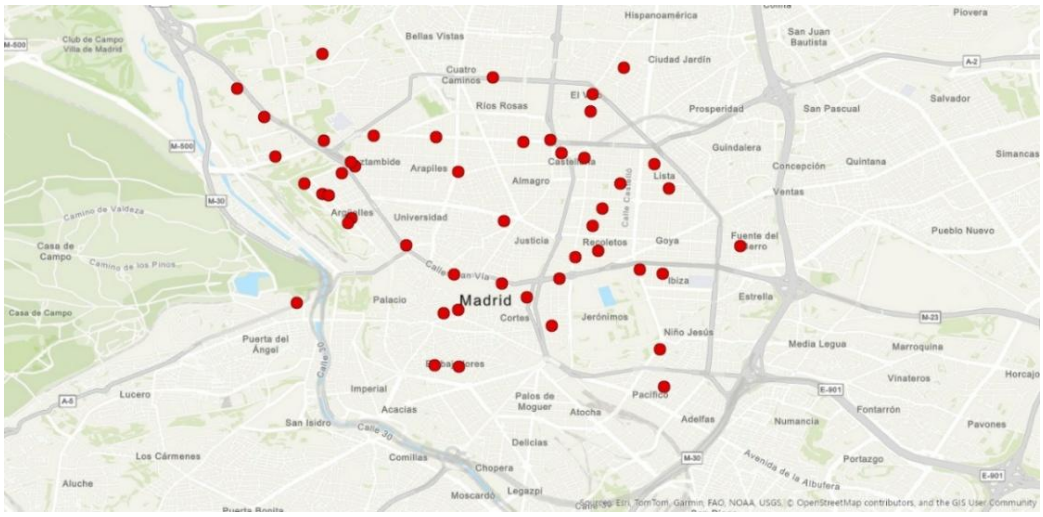


Figura 7. Concentración de edificios en los barrios de Argüelles (oeste) y Salamanca (este) en la ciudad de Madrid. Fuente: elaboración propia

Esta arquitectura puede definirse por los siguientes aspectos:

a) Monumentalismo. La nueva arquitectura se apoyaba en la construida por Juan de Herrera en El Escorial y Juan de Villanueva en el Museo del Prado. Se buscaban las raíces de lo nacional en estas arquitecturas del pasado. Los arquitectos se apoyaban si era necesario en otras épocas relevantes en la historia de España, como el Barroco. Este monumentalismo se reflejaba de la siguiente manera:
   a. Uso de materiales de fachada determinados. Se establecieron la piedra en el zócalo, el ladrillo en la parte noble y la pizarra en la cubierta como modelos a seguir. En ocasiones la piedra tenía un tratamiento almohadillado, lo que daba sensación de robustez al edificio.
   b. Cubiertas rematadas mediante buhardillas o mansardas y chapiteles, de naturaleza española desde el siglo XVI.[14] Luis Gutiérrez Soto plasmó muy bien estas ambiciones en el edificio del Ministerio del Aire, uno de los más representativos de esta etapa.

[12] DIÉGUEZ PATAO, Sofía - **Un nuevo orden urbano : «el Gran Madrid» (1939-1951)**. Madrid : Ministerio para las Administraciones Públicas, 1991. ISBN 84-7088-502-2, p. XIX.
[13] Ibid., p. XXXIII
[14] REINA, Diego de. Op. cit., p. 141



Figura 8. Ministerio del Aire de Luis Gutiérrez Soto. Imagen propia

c. Sobriedad, estatismo y formalismo. Se buscaba un estilo sobrio, lo más parecido posible al Monasterio de El Escorial. Por otro lado, el estatismo que buscaban estas obras contrasta con el dinamismo presente en la arquitectura moderna desde hacía dos décadas en el resto del continente. Por último, se entendía la fachada como expresión última de la arquitectura y de la representación del Estado,[15] lo que hizo del estilo un ropaje con el que recubrir otras arquitecturas más racionales.
d. Orden cerrado y simetría. Al igual que en otros regímenes totalitarios, se buscaba así la solemnidad y presencia del conjunto.


Figura 9. Viviendas para el Doctor Gregorio Marañón en la plaza que lleva su nombre, en Madrid. Imagen propia

[15] BIDAGOR, Pedro - Primeros problemas de la reconstrucción de Madrid. Reconstrucción. 1 (1940), p. 17.

En este edificio de viviendas ubicado en la plaza de Gregorio Marañón de Madrid se observa la simetría del alzado, así como el tratamiento cerrado de las esquinas, rematadas en ambos lados por un pilar de piedra que discurre desde la cubierta hasta el zócalo del edificio.



Figura 10. Viviendas para el Doctor Gregorio Marañón, planta. En: GUTIÉRREZ SOTO, Luis .; BALDELLOU SANTOLARIA, Miguel Ángel. - **Luis Gutiérrez Soto**. Madrid : Electa, 1997. ISBN 84-8156-173-8, p. 141

La planta muestra sin embargo una gran variedad tipológica que se macla y se altera en los distintos niveles. Además, la simetría en la composición en planta se rompe, lo que hace que se pierda el estatismo.

e. Esquinas achaflanadas, en contraposición con las esquinas curvas del racionalismo madrileño, en aquellos edificios cuya importancia así lo requiriera. Esto puede verse en las viviendas de la Calle Padilla 32 explicadas anteriormente. El tratamiento de la esquina es clave en la caracterización de esta arquitectura.
f. Existían, además, otros elementos ornamentales característicos, como los pináculos, las pirámides o los frontones que aportaban grandiosidad al conjunto. Esto puede verse en el edificio de la calle Serrano 63 de Madrid, en el que el almohadillado actúa de cornisa y de esquina para dar expresividad al conjunto.



Figura 11. Viviendas en la Calle Serrano 63 de Madrid. Imagen propia

b) Centralismo tradicional. Se construía en base a la arquitectura tradicional madrileña, con algunas excepciones, independientemente de la ubicación del edificio.[16]

En cuanto a la vivienda, otro criterio a seguir estaba relacionado con la ideología nacionalcatólica del Estado, donde el elemento más importante de la vivienda era la zona de estar, relacionada con la representación del hogar y la idea de familia en ese momento.[17]

A finales de la década de 1940 muchos arquitectos y críticos, entre ellos Miguel Fisac[18] y Fernando Chueca Goitia, expresaron su malestar e incomodidad por la arquitectura que se estaba realizando.[19] Además de la publicación de textos críticos con esta arquitectura en revistas afines al régimen, como *Arquitectura*, y la publicación del Manifiesto de la Alhambra en 1952, fue la convocatoria del concurso de la Casa Sindical de Madrid en 1949 la que propició el cambio de tendencia de la arquitectura oficial. El edificio proyectado por Cabrero y Aburto, de marcada influencia italiana, significó un antes y un después en la arquitectura española, e impulsó su transición a la modernidad.

[16] FULLAONDO, Juan Daniel - SESIÓN CRÍTICA DE ARQUITECTURA. LA ESCUELA DE MADRID. **Arquitectura**. 118 (1968), p. 11.
[17] DOMÉNECH, Lluís. Op. cit., p. 33-34
[18] FISAC, Miguel - Lo clásico y lo español. **Revista Nacional de Arquitectura**. 78 (1948), p. 197.
[19] CHUECA GOITIA, Fernando - **Invariantes castizos de la arquitectura española; Invariantes en la arquitectura hispanoamericana; Manifiesto de la Alhambra**. Madrid : Madrid : Seminarios y Ediciones, 1971, p. 206

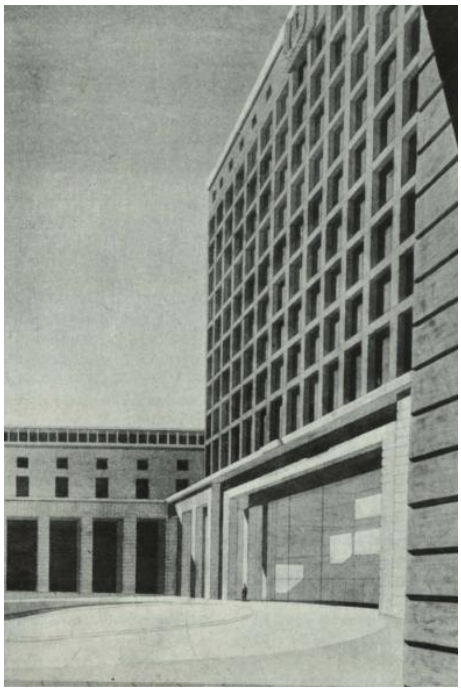


Figura 12. Imagen del fallo del concurso de la Casa Sindical de Madrid en la revista *Arquitectura* número 97 (1950). En: https://www.coam.org/media/Default%20Files/fundacion/biblioteca/revista-arquitectura-100/1946-1958/docs/revista-articulos/revista-nacional-arquitectura-1950-n97-pag01-02.pdf

Segunda etapa: 1951-1959

A nivel teórico, se observa cierto aperturismo con el establecimiento de las *Sesiones de Crítica de Arquitectura* en enero de 1951, publicadas en la todavía *Revista Nacional de Arquitectura*, en las que se debatía sobre un edificio propuesto.[20] De hecho, una de estas sesiones fue dedicada al edificio del Ministerio del Aire de Luis Gutiérrez Soto, en la que Fernando Chueca Goitia califica al edificio de anacrónico, carente de escala y desproporcionado, aun cuando el edificio estaba sin terminar.[21]

A pesar del cambio de tendencia oficial tras el concurso de la Casa Sindical, se pueden observar algunos proyectos de vivienda promovidos desde el ámbito privado que seguían adscribiéndose a este movimiento imperial. En un momento en el que España buscaba abrirse al exterior y exponer una supuesta modernidad, la vieja burguesía prefería atenerse a los viejos esquemas de la década de la autarquía.

Es difícil encontrar ejemplos de Luis Gutiérrez Soto de esta etapa que conserven rasgos imperiales. Este arquitecto hizo una transición muy temprana a la modernidad, debido al tipo de clientes que tenía y a las facilidades en cuanto a materiales y medios constructivos de los que disponía.

Hay que irse a ejemplos de otros arquitectos para encontrar edificios con un carácter imperial más marcado. Es el caso de las viviendas ubicadas en la calle Núñez de Balboa

[20] ESTEBAN MALUENDA, Ana - ¿Modernidad o tradición? El papel de la RNA y el BDGA en el debate sobre las tendencias estilísticas de la arquitectura española. Em **II Congreso Internacional «Historia de la arquitectura moderna española»: Los años 50: La arquitectura española y su compromiso con la historia**. [Em linha]. Pamplona : E.T.S. Arquitectura (UPM), 2000 [Consult. 27 jun. 2026]. Disponível em WWW:<URL:https://oa.upm.es/6349/>. ISBN 9788489713338, p. 246.

[21] CHUECA, Fernando - Sesiones de crítica de arquitectura. El Ministerio del Aire. **Revista Nacional de Arquitectura**. 112 (1951), p. 39.

número 54 del arquitecto Eugenio Aguinaga. Con rasgos que caracterizan la arquitectura de la década de 1950, como las largas terrazas o la recuperación de la curva en fachada, presenta la composición tripartita de fachada característica de los edificios de la década de 1940, con la cubierta inclinada de pizarra rematada, además, con buhardillas en todo el perímetro. En este edificio se aprecia la influencia de Luis Gutiérrez Soto, con quien se inició en la práctica profesional.[22]



Figura 13. Viviendas en Núñez de Balboa 84 (Madrid) proyectadas por Eugenio Aguinaga, discípulo de Luis Gutiérrez Soto y publicadas en la revista Arquitectura en 1956. En: https://www.coam.org/media/Default%20Files/fundacion/biblioteca/revista-arquitectura-100/1946-1958/docs/revista-articulos/revista-nacional-arquitectura-1956-n176-177-pag19-sp03.pdf

LO RACIONAL TRAS LA AUTARQUÍA

A partir de la aprobación del Plan de Estabilización en 1959 comienza lo que se conoce como el milagro económico español. La industrialización del país permitió la vuelta a la construcción con acero libre en el mercado en 1962, hasta entonces limitada por la Dirección General de Arquitectura.[23] La llegada a la madurez de los arquitectos que no habían vivido la Guerra Civil de adultos influyó en el cambio de tendencia de la arquitectura, y la vieja burguesía, influidos por estos, comenzaron a aceptar estos esquemas, que en el entorno oficial eran habituales desde principios de la década de 1950. En el plano teórico, esta transición es también simbólica. En el año 1958 la *Revista Nacional de Arquitectura* vuelve a cambiar su nombre por *Arquitectura*. De esta manera, la revista queda desvinculada del régimen, existiendo también un aperturismo a otras

[22] **Eugenio María Aguinaga Azqueta** - La Casa de la Arquitectura. [Em linha] [Consult. 27 jun. 2026]. Disponível em WWW:<URL:https://lacasadelaarquitectura.es/recurso/eugenio-maria-aguinaga-azqueta/a8273afc-6b3d-4381-abe1-8dc69ca68e1c>.

[23] AZPILICUETA ASTARLOA, Enrique. Op. cit., p. 14

formas de pensar y críticas, aunque no demasiado evidentes, a la manera de construir del primer franquismo.

Siguiendo nuestro hilo conductor, se han encontrado pocos edificios de Luis Gutiérrez Soto de esta época que presenten rasgos imperiales. Los rasgos que se pueden encontrar son casi anecdóticos, y no representan la manera de hacer de un arquitecto que volvió a ser moderno desde principios de la década de 1950. Es el caso del edificio situado en la Calle Cea Bermúdez esquina Guzmán el Bueno en Madrid, de 1964.[24] Este edificio recupera el chaflán recto en contraposición del curvo. Además, las ventanas están recercadas, aunque de manera más depurada que en las décadas anteriores y el zócalo es también de piedra. Sin embargo, la composición completa de la fachada, con los cuerpos volados rectos, largas terrazas con cerrajería metálica, ventanas apaisadas y cubierta plana hacen que estos rasgos se vean como algo residual, dentro de un edificio ya completamente moderno.



Figura 14. Viviendas en Cea Bermúdez c/v Guzmán el Bueno, en Madrid. Imagen propia

La Parroquia de Santa Rita terminada en 1959, en la confluencia de las calles Cea Bermúdez y Gaztambide, obra de los arquitectos Antonio Vallejo y Álvarez y Fernando Ramírez de Dampiere aún presenta rasgos imperiales en su fachada, como los chapiteles, el aparejo de ladrillo o el recercado de las ventanas.

[24] GUTIÉRREZ SOTO, Luis .; BALDELLOU SANTOLARIA, Miguel Ángel. - **Luis Gutiérrez Soto**. Madrid : Electa, 1997. ISBN 84-8156-173-8, p. 305



Figura 15. Parroquia de Santa Rita, en Madrid. Imagen propia

Sin embargo, si se observan los dibujos publicados de esta parroquia en la revista *Arquitectura*, la fachada no se muestra, en un claro intento por ocultar una arquitectura que ya no se correspondía con su época.

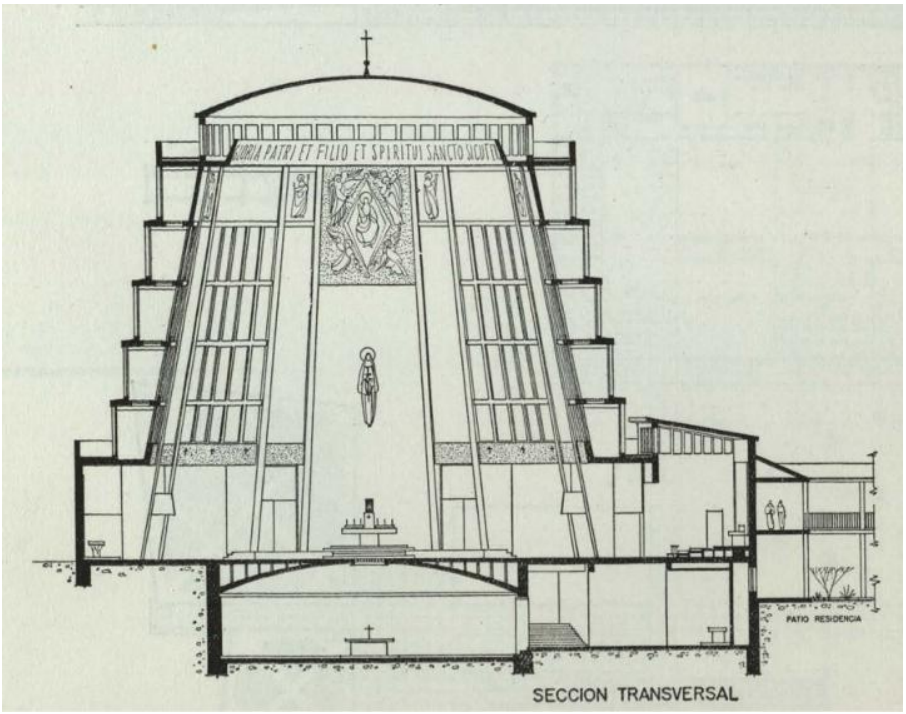


Figura 16. Sección de la Parroquia de Santa Rita publicada en la revista Arquitectura en 1962. En: https://www.coam.org/media/Default%20Files/fundacion/biblioteca/revista-arquitectura-100/1959-1973/docs/revista-articulos/revista-arquitectura-1962-n42-pag10-14.pdf

Son pocos los edificios que tras la aprobación del Primer Plan de Desarrollo en 1964 siguen teniendo características imperiales. La modernidad, de la mano de las nuevas

generaciones de arquitectos y de las antiguas adaptadas a las nuevas circunstancias, se abrió paso tras una época oscura de aislamiento y rechazo – en algunos ámbitos – a lo exterior.

CONCLUSIONES

Este breve repaso por la bibliografía escrita hasta la fecha deja entrever algunos asuntos importantes. El primero de ellos es que la mirada con la que se ha visto esta época ha estado condicionada en gran parte por los textos escritos durante la década de 1960, que en ese momento eran muy críticos con la arquitectura de la autarquía. Por otro lado, es importante destacar que ya había muchos autores en la década de 1970 que establecían esta doble vertiente de imperial y racionalista para los edificios del período de estudio.

El mapeo de los edificios ha determinado también un ámbito de estudio claro, con una concentración de edificios más intensa en Madrid y sus alrededores. A pensar de eso, se observan construcciones en muchos puntos de la península, lo que refleja la influencia de la capital en el resto de provincias. Esto puede ser debido a tres razones: la primera de ellas, el exhaustivo control de las edificaciones que llevaba a cabo la Dirección General de Arquitectura; la segunda, el hecho de que solo se publicaran edificios en las revistas oficiales que cumplieran las condiciones establecidas por el régimen, ofreciendo una imagen sesgada sobre la construcción en España en ese momento; y la tercera, la gran cantidad de arquitectos de otros lugares de España graduados en la Escuela de Arquitectura de Madrid, que llevaron sus enseñanzas aprendidas en la Escuela a sus respectivos lugares de origen. Esto también explica la escasez de edificaciones de este tipo en Barcelona y alrededores, que tenía una cultura y tradición arquitectónicas muy distintas a las madrileñas.

La vivienda burguesa, que debía expresar un modelo de familia muy claro y afín a la ideología promovida por el régimen, fue una de las tipologías que más tardó en evolucionar. La cercanía de las clases altas al régimen hizo que mostraran una reticencia a la modernidad, al menos en su aspecto exterior. Sin embargo y como se ha visto a lo largo del texto, Luis Gutiérrez Soto no dejó pasar la oportunidad de utilizar los nuevos materiales de construcción, como el hormigón armado o el acero siempre que fuera posible. Además sus plantas, de gran complejidad, no serían posibles sin sus antecedentes racionalistas, ya que introdujo una gran variedad de tipologías, apoyándose siempre en el programa requerido.

Por último, el milagro de la ‘vuelta a la modernidad’ deja de tener sentido si entendemos la arquitectura de la década de 1940 como parte de la evolución de la historia de la arquitectura española del siglo XX. Entender que las lecciones racionalistas aprendidas a comienzos de siglo no fueron olvidadas, sino asimiladas y aplicadas – de manera consciente o no – a los nuevos edificios, pasados por los criterios monumentalistas exigidos por el nuevo régimen puede ayudarnos a entender la rapidez con la que se pasó de una arquitectura a otra a comienzos de la década de 1950 en el ámbito oficial.

BIBLIOGRAFÍA

AZPILICUETA ASTARLOA, Enrique - **La construcción de la arquitectura de postguerra en España (1939-1962)** [Em linha]. [S.l.] : E.T.S. Arquitectura (UPM), 2004 Disponível em WWW:<URL:https://oa.upm.es/23197/>.

BIDAGOR, Pedro - Primeros problemas de la reconstrucción de Madrid. **Reconstrucción**. 1 (1940) 17–21.

CHUECA, Fernando - Sesiones de crítica de arquitectura. El Ministerio del Aire. **Revista Nacional de Arquitectura**. 112 (1951) 28–43.

CHUECA GOITIA, Fernando - **Invariantes castizos de la arquitectura española; Invariantes en la arquitectura hispanoamericana; Manifiesto de la Alhambra**. Madrid : Madrid : Seminarios y Ediciones, 1971

DE ANASAGASTI, Teodoro - Juan de Herrera ¡Reivindiquemos su fama! **Arquitectura**. 50 (1923) 168–179.

DIÉGUEZ PATAO, Sofía - **Un nuevo orden urbano : «el Gran Madrid» (1939-1951)**. Madrid : Ministerio para las Administraciones Públicas, 1991. ISBN 84-7088-502-2.

DOMÈNECH, Lluís - **Arquitectura de siempre : los años 40 en España**. Barcelona: Tusquets, 1978. ISBN 84-7223-583-1.

ESTEBAN MALUENDA, Ana - ¿Modernidad o tradición? El papel de la RNA y el BDGA en el debate sobre las tendencias estilísticas de la arquitectura española. Em **II Congreso Internacional «Historia de la arquitectura moderna española»: Los años 50: La arquitectura española y su compromiso con la historia**. [Em linha]. Pamplona : E.T.S. Arquitectura (UPM), 2000 [Consult. 27 jun. 2026]. Disponível em WWW:<URL:https://oa.upm.es/6349/>. ISBN 9788489713338

Eugenio María Aguinaga Azqueta - La Casa de la Arquitectura. [Em linha] [Consult. 27 jun. 2026]. Disponível em WWW:<URL:https://lacasadelaarquitectura.es/recurso/eugenio-maria-aguinaga-azqueta/a8273afc-6b3d-4381-abe1-8dc69ca68e1c>.

FISAC, Miguel - Lo clásico y lo español. **Revista Nacional de Arquitectura**. 78 (1948) 197–198.

FULLAONDO, Juan Daniel - SESIÓN CRÍTICA DE ARQUITECTURA. LA ESCUELA DE MADRID. **Arquitectura**. 118 (1968) 11–23.

GALLEGO RAMOS, Eduardo - Crónica e información: **La Construcción Moderna**., 1904. [Consult. 29 jun. 2026]. Disponível em WWW:<URL:http://hemerotecadigital.bne.es/hd/es/viewer?id=4d5a0058-5839-465b-ba07-2bf373558153>.

GIMÉNEZ CABALLERO, Ernesto; SELVA, Enrique.; DIGITALIA, Inc. - **Arte y estado**. Madrid : Biblioteca Nueva, 2009. ISBN 84-16089-25-6.

GÓMEZ DE TERREROS GUARDIOLA, María Del Valle - Tradición y vanguardia en la arquitectura del regionalismo: la aportación de Antonio y Aurelio Gómez Millán. **Laboratorio de Arte: Revista del Departamento de Historia del Arte**. . ISSN 2253-8305, 1130-5762. 14 (2001) 353–362.

GUTIÉRREZ SOTO, Luis .; BALDELLOU SANTOLARIA, Miguel Ángel. - **Luis Gutiérrez Soto**. Madrid : Electa, 1997. ISBN 84-8156-173-8.

REINA, Diego De . - **Ensayo sobre las directrices arquitectónicas de un estilo imperial**. Madrid : Ediciones Verdad, 1944

RNA, Redacción - EXPOSICION DE TRABAJOS EN LA DIRECCIÓN GENERAL DE ARQUITECTURA. **Revista Nacional de Arquitectura**. 10–11 (1941) 2–3.

SAMBRICIO, Carlos - Ideologías y reforma urbana (Madrid 1920-1940). **Arquitectura**. Madrid. . ISSN 0004-2706. 199 (1976) 77–88.

SOLÁ MORALES, Ignacio - La arquitectura de la vivienda en los años de la autarquía (1939-1953). **Arquitectura**. Madrid. . ISSN 0004-2706. 199 (1976) 19–30.

Orán como ciudad palimpsesto: memoria urbana y herencia española en el tejido histórico

Nidal Abdenaceur Labdaoui
Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Madrid, Universidad Politécnica de Madrid
ORCID: 0009-0001-0027-8657
nidal.labdaoui@gmail.com

Ana María Esteban Maluenda
Departamento de Composición Arquitectónica, Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Madrid, Universidad Politécnica de Madrid
ORCID: 0000-0002-0482-8214
ana.esteban.maluenda@upm.es

Resumen: La ciudad de Orán constituye un caso significativo para analizar los procesos de sedimentación histórica, transformación urbana y construcción patrimonial en el Mediterráneo occidental. Su tejido histórico conserva huellas de presencias sucesivas que no funcionan como capas cerradas, sino como estratos superpuestos, transformados y reutilizados. Desde esta perspectiva, Orán puede leerse como una ciudad palimpsesto, donde la memoria urbana se manifiesta no solo en monumentos visibles, sino también en trazados, límites, centralidades, vacíos y permanencias espaciales. Este ensayo propone una lectura patrimonial de la herencia urbana española en Orán entre 1509 y 1792, prestando atención a su papel en la configuración del núcleo histórico. Lejos de reducir este legado a fortificaciones o edificios militares, el texto plantea que la presencia española introdujo una lógica defensiva que condicionó la organización de la ciudad, la jerarquía de sus accesos y la relación entre arquitectura, topografía y poder. Desde una aproximación histórico-patrimonial, se defiende la necesidad de reconocer Orán como un archivo urbano estratificado y como una estructura activa de memoria, interpretación y acción patrimonial.

Palabras clave: Orán, ciudad palimpsesto, memoria urbana, patrimonio urbano, herencia española.

Introducción

La ciudad de Orán constituye uno de los casos más complejos del Mediterráneo occidental para comprender la relación entre historia urbana, memoria patrimonial y transformación morfológica. Situada en el noroeste de Argelia, frente a la costa española y abierta a la bahía mediterránea, Orán ha sido históricamente un espacio de contacto, conflicto, intercambio y superposición cultural (figura 1). Su forma urbana no puede interpretarse como el resultado de una evolución lineal, sino como la sedimentación de múltiples capas históricas que han dejado huellas materiales, espaciales y simbólicas en el tejido de la ciudad. Esta perspectiva se inscribe en una comprensión ampliada del patrimonio, que ya no se limita al monumento aislado, sino que considera la ciudad histórica como un sistema de formas, memorias, usos y relaciones espaciales. [1]

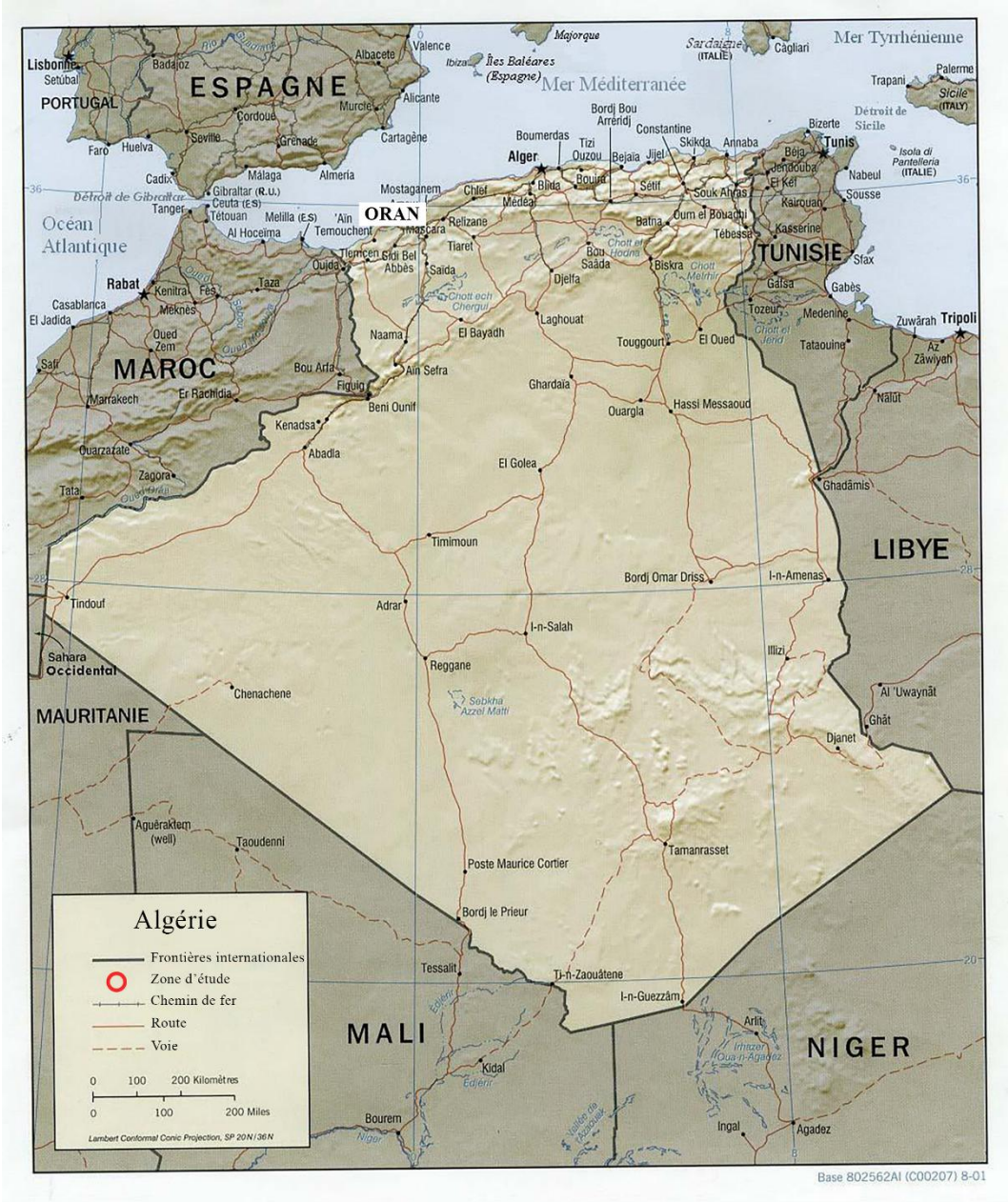


Figura 1: Localización de la ciudad de Orán en el contexto argelino y mediterráneo.
Fuentes: Encyclopédie Britannique

[1] CHOAY, Françoise - **L'allégorie du patrimoine**. Paris: Seuil, 1992.

Desde su fundación medieval hasta la etapa contemporánea, Orán ha atravesado diversas fases de ocupación y recomposición: la etapa prehispánica, la presencia española, el periodo otomano, la colonización francesa y la ciudad posterior a la independencia argelina. Cada una de estas fases introdujo nuevas lógicas de organización territorial, nuevos sistemas de poder, nuevos espacios de representación y nuevas formas de relación entre la arquitectura, la topografía, el puerto y el territorio. Sin embargo, entre estas capas históricas, la presencia española, desarrollada entre 1509 y 1792, con una interrupción otomana entre 1708 y 1732, ocupa un lugar particularmente significativo en la configuración del núcleo histórico de la ciudad [2].

El presente ensayo propone una lectura patrimonial de la herencia urbana española en Orán a partir de la noción de ciudad palimpsesto. Esta noción permite entender la ciudad no como una suma de fragmentos aislados, sino como un archivo urbano en el que las capas sucesivas no se eliminan por completo, sino que se transforman, se reutilizan, se ocultan o se resignifican. En este sentido, Orán aparece como una ciudad escrita y reescrita por distintas temporalidades políticas, militares, religiosas y sociales.

La hipótesis que orienta este trabajo es que la herencia española de Orán no debe reducirse a un conjunto de fortificaciones, puertas o restos arquitectónicos, sino que debe ser entendida como una estructura urbana que participó en la definición de la ciudad histórica. La lógica defensiva, la organización intramuros, la relación entre la Alcazaba, la Plaza de Armas, las puertas, los espacios religiosos, los establecimientos militares y los ejes de circulación generaron una forma urbana condicionada por el control, la accesibilidad restringida y la jerarquización del espacio[3].

El objetivo principal de este texto es reflexionar sobre la manera en que la herencia española contribuye a la comprensión patrimonial de Orán como ciudad histórica estratificada. No se pretende presentar una reconstrucción exhaustiva de la Orán española, ni desarrollar una demostración morfológica o sintáctica completa, sino proponer una lectura interpretativa de sus permanencias, transformaciones y silencios urbanos. Esta elección responde a una voluntad metodológica precisa: privilegiar una mirada crítica y sintética que permita situar el caso de Orán dentro de los debates contemporáneos sobre patrimonio urbano, memoria histórica y ciudad mediterránea.

El marco conceptual del ensayo se apoya en tres nociones principales. La primera es la de patrimonio urbano, entendido no solo como un repertorio de monumentos o edificios singulares, sino como un sistema de relaciones entre trazados, espacios públicos, límites, usos, memorias y valores sociales. La segunda es la de morfología urbana, considerada como una vía para comprender cómo las formas de la ciudad expresan procesos históricos, decisiones políticas y dinámicas de apropiación. La tercera es la de palimpsesto urbano, que permite abordar Orán desde la coexistencia de capas sucesivas, donde la permanencia no significa inmovilidad y la desaparición no implica necesariamente olvido. [4]

Desde el punto de vista metodológico, el texto se basa en una aproximación histórico-patrimonial apoyada en el estudio de fuentes documentales, cartografía histórica,

[2] LESPÈS, René - **Oran: étude de géographie et d'histoire urbaines**. Paris: Librairie Félix Alcan, 1938.
[3] FEY, Henri-Léon - **Histoire d'Oran avant, pendant et après la domination espagnole**. Oran: A. Perrier, 1858.
[4] UNESCO - **Recommendation on the Historic Urban Landscape**. Paris: UNESCO, 2011.

observación del tejido urbano y lectura crítica de las permanencias espaciales. Esta aproximación permite interpretar la ciudad no únicamente a partir de sus monumentos reconocidos, sino también desde sus trazados ordinarios, sus umbrales, sus discontinuidades, sus vacíos y sus elementos aparentemente secundarios.

El desarrollo del texto se organiza en cuatro momentos principales. En primer lugar, se presenta la noción de Orán como ciudad palimpsesto, subrayando la importancia de las capas históricas en la construcción de su identidad urbana. En segundo lugar, se aborda la presencia española como una etapa decisiva en la formación de una ciudad defensiva. En tercer lugar, se analizan algunas huellas visibles e invisibles de esta herencia en el tejido histórico. Por último, se propone una reflexión sobre la memoria urbana, el reconocimiento patrimonial y la lectura contemporánea de la ciudad.

Orán como ciudad palimpsesto

Hablar de Orán como ciudad palimpsesto implica reconocer que su identidad urbana no puede explicarse mediante una única genealogía histórica ni a través de una lectura puramente monumental. La ciudad se ha construido por acumulación, sustitución, adaptación y resignificación de estructuras anteriores. Cada periodo histórico ha introducido una forma particular de ocupar, controlar y representar el espacio, pero ninguna de estas etapas ha logrado borrar por completo las huellas precedentes. Desde esta perspectiva, Orán debe entenderse como una ciudad histórica estratificada, donde el patrimonio no se limita a los monumentos visibles, sino que también se expresa en la permanencia de trazados, límites, centralidades, recorridos, vacíos y formas de apropiación urbana [5].

Esta condición resulta especialmente relevante en el contexto mediterráneo, donde muchas ciudades históricas fueron modeladas por la movilidad, el comercio, la defensa, la colonización y la superposición de poderes políticos y culturales. Orán no fue únicamente una ciudad portuaria ni una plaza militar; fue también un espacio de frontera entre Europa y el Magreb, entre el mar y el interior, entre la apertura comercial y la necesidad permanente de protección. Su posición geográfica, abierta a la bahía mediterránea y condicionada por el relieve del Murdjajo, favoreció desde temprano la coexistencia de funciones comerciales, defensivas y simbólicas[6].

La primera capa urbana de Orán remite a su formación medieval y prehispánica, asociada a una lógica de ciudad portuaria magrebí articulada por la relación entre la bahía, el relieve, los espacios de intercambio y los primeros dispositivos defensivos. La llegada española no se produjo, por tanto, sobre un vacío urbano, sino sobre un territorio ya organizado, habitado y dotado de memoria histórica. A partir de 1509, esta estructura fue reinterpretada desde una lógica militar, defensiva y religiosa, convirtiendo la ciudad en presidio, plaza fuerte y enclave estratégico de la monarquía hispánica en el norte de África[7]

La importancia de la capa española no reside únicamente en sus restos materiales más evidentes. Su relevancia se encuentra también en la producción de una lógica espacial que condicionó la forma de la ciudad histórica: límites defensivos, puertas controladas,

[5] CHOAY, Françoise - **L'Allégorie du patrimoine**. Paris: Seuil, 1992.
[6] ICOMOS - **Charte pour la sauvegarde des villes historiques**. Washington: ICOMOS, 1987.
[7] ALONSO ACERO, Beatriz - **Orán y Mazalquivir en la política norteafricana de España, 1589-1639**. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, Servicio de Publicaciones, 1997.

espacios centrales vinculados al mando y una articulación constante entre arquitectura, topografía y estrategia. La Plaza de Armas, la Alcazaba, las puertas, los fuertes y los recintos no deben leerse como piezas aisladas, sino como partes de un sistema urbano defensivo que produjo una manera específica de habitar, recorrer y controlar la ciudad (Figura 2).



Figura 2 - Vista de Oran de 1780. Fuente: Archivo General Militar de Madrid

Posteriormente, las etapas otomanas, francesa y posindependencia transformaron esta estructura sin eliminar por completo sus huellas. El periodo otomano reutilizó y resignificó numerosos espacios heredados; la colonización francesa desplazó centralidades y abrió nuevas formas de expansión urbana; y la ciudad contemporánea heredó un tejido compuesto por memorias múltiples, algunas visibles y otras parcialmente ocultas. En este proceso, el núcleo histórico continuó actuando como una capa persistente, aunque sometida a transformaciones funcionales, simbólicas y materiales[8].

La noción de ciudad palimpsesto permite precisamente interpretar esta complejidad. Invita a mirar más allá del monumento aislado y a considerar la ciudad como un conjunto de relaciones espaciales, temporales y simbólicas. En Orán, la memoria urbana no se encuentra únicamente en los grandes edificios o en los restos fortificados más reconocibles, sino también en las alineaciones, los recorridos, los cambios de nivel, los vacíos urbanos, las permanencias de trazado y las discontinuidades que revelan la superposición de proyectos históricos distintos.

[8] BENKADA, Saddek - **Oran 1732-1913: essai d'analyse de la transition historique d'une ville algérienne vers la modernité urbaine**. Oran: Centre de Recherche en Anthropologie Sociale et Culturelle, 2019.

Desde esta perspectiva, la herencia española no debe entenderse como una capa cerrada del pasado, sino como una dimensión activa de la lectura urbana contemporánea. Su valor no reside únicamente en lo que queda materialmente, sino en su capacidad para explicar ciertas formas de organización espacial, algunas fracturas del tejido histórico y varias dificultades actuales de reconocimiento patrimonial. La ciudad palimpsesto no es, por tanto, una ciudad que conserva intactas todas sus capas, sino una ciudad donde incluso las pérdidas, los silencios y las transformaciones forman parte de la memoria urbana.

La presencia española y la construcción de una ciudad defensiva

La presencia española en Orán, iniciada con la conquista de 1509 y prolongada hasta 1792 con una interrupción otomana entre 1708 y 1732, constituye una de las capas más determinantes en la configuración histórica de la ciudad. Su importancia no radica únicamente en la duración de la ocupación, sino en la profundidad de las transformaciones introducidas en la organización urbana, en el sistema defensivo y en la relación entre ciudad, territorio y poder. Orán no fue tratada por la monarquía hispánica como una ciudad ordinaria, sino como una plaza estratégica situada en la frontera meridional del Mediterráneo, estrechamente vinculada a Mazalquivir y a la política norteafricana de España [9].

Desde esta perspectiva, la ciudad española de Orán debe entenderse dentro de una lógica de presidio. Esta condición implicaba una forma específica de urbanidad, marcada por la prioridad de la defensa, el control de los accesos, la vigilancia del territorio y la organización jerárquica de los espacios interiores. La conquista española no se produjo sobre un territorio vacío, sino sobre una ciudad preexistente, con una estructura urbana anterior y una relación consolidada con la bahía y el puerto. Sin embargo, la ocupación modificó profundamente las condiciones de uso y representación del espacio, adaptando el tejido urbano a las necesidades de una guarnición permanente y de una administración militarizada[10].

La dimensión defensiva fue el principio rector de esta transformación. Orán se convirtió en una ciudad encerrada, vigilada y fortificada, cuyo desarrollo quedó condicionado por murallas, puertas, castillos, fuertes y barrancos. El relieve, lejos de ser un simple dato geográfico, fue incorporado como parte activa del sistema defensivo. La montaña del Murdjajo, los desniveles, la relación con Mazalquivir y la posición del puerto desempeñaron un papel fundamental en la configuración de una ciudad donde la topografía y la estrategia militar se reforzaban mutuamente[11].

En este contexto, la fortificación no debe interpretarse únicamente como un conjunto de obras militares añadidas a la ciudad, sino como una lógica organizadora del espacio urbano. Las murallas y los fuertes no solo protegían la plaza, sino que definían los límites de crecimiento, regulaban la circulación, jerarquizaban los accesos y separaban distintos ámbitos funcionales. La ciudad intramuros quedó sometida a una fuerte presión espacial: debía alojar funciones militares, administrativas, religiosas y residenciales dentro de un

[9] ALONSO ACERO, Beatriz - **Orán y Mazalquivir en la política norteafricana de España, 1589-1639**. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, Servicio de Publicaciones, 1997.
[10] FEY, Henri-Léon - **Histoire d'Oran avant, pendant et après la domination espagnole**. Oran: A. Perrier, 1858.
[11] METAIR CHERB, S. - **El fuerte de Santa Cruz y el sistema defensivo español en Orán-Argelia**. Valencia: Universitat Politècnica de València, 2023. Tesis doctoral.

recinto restringido, produciendo un tejido denso, compacto y fuertemente condicionado por la defensa.

La Plaza de Armas, la Alcazaba, las puertas y los recintos defensivos formaban parte de esta estructura. La Plaza de Armas funcionó como núcleo de representación, concentración y organización de la vida militar y administrativa. La Alcazaba, por su posición estratégica, articulaba funciones de mando, control y vigilancia. Las puertas regulaban la relación entre el interior protegido y el exterior amenazado, funcionando al mismo tiempo como dispositivos de paso, control y representación. Estos elementos no deben leerse como piezas aisladas, sino como partes de un sistema urbano defensivo que produjo una manera específica de habitar, recorrer y controlar la ciudad[12].

La dimensión religiosa participó también en la reorganización del espacio. La presencia española introdujo iglesias, conventos, capillas y establecimientos vinculados a la administración cristiana de la ciudad. Estos elementos no solo cumplían funciones espirituales, sino que contribuían a la inscripción simbólica del poder hispánico en el tejido urbano. En una ciudad conquistada y militarizada, la arquitectura religiosa formaba parte de una política de representación cultural y territorial, estrechamente conectada con los espacios de mando y con la estructura defensiva[13].

La segunda ocupación española, iniciada en 1732, consolidó este modelo defensivo. Tras la recuperación de la ciudad, se reforzaron las infraestructuras militares y se reorganizaron diversos elementos del sistema urbano. El siglo XVIII fue un momento especialmente importante para la definición de la imagen militar de Orán, en un contexto marcado por la evolución de las técnicas de fortificación y por la necesidad de mantener una plaza avanzada frente a un entorno políticamente inestable. Sin embargo, esta condición defensiva tuvo consecuencias ambivalentes: dotó a la ciudad de una estructura fuerte y reconocible, pero también limitó su crecimiento y produjo una ciudad comprimida, sometida a fuertes restricciones espaciales.

La lectura patrimonial de esta etapa exige superar una visión puramente monumental de la herencia española. Las fortificaciones, puertas y edificios conservados son importantes, pero no agotan el sentido de esta capa histórica, cuyo interés reside también en las relaciones espaciales que produjo: la jerarquización de los accesos, la organización de los recorridos, la centralidad de los espacios de mando y la articulación entre arquitectura, topografía y control territorial. Aunque muchos elementos hayan sido transformados, reutilizados o destruidos, la lógica defensiva dejó una huella profunda en el núcleo antiguo, visible en algunos restos materiales y perceptible, de manera más discreta, en ciertos recorridos, cambios de nivel, límites simbólicos y relaciones entre espacios abiertos y tejidos densos. Por ello, la ciudad defensiva española no debe entenderse como un simple episodio del pasado, sino como una capa estructurante del palimpsesto urbano oranés, esencial para comprender las permanencias, rupturas y ambigüedades que todavía atraviesan el tejido histórico de la ciudad.

---

[12] SÁNCHEZ DONCEL, Gregorio - **Presencia de España en Orán, 1509-1792**. Toledo: Estudio Teológico de San Ildefonso, 1991.

[13] TERKI, Hassaine Ismet - Oran au XVIIIe siècle: du désarroi à la clairvoyance politique de l'Espagne. **Insaniyat.** Oran: CRASC. Nº 23-24 (2004), p. 197-222.

Huellas visibles e invisibles de la herencia española en el tejido histórico

La herencia española en Orán no se manifiesta únicamente a través de monumentos aislados o de restos defensivos reconocibles. Su presencia se inscribe también en la estructura profunda del tejido histórico, en los trazados persistentes, en la posición de ciertos espacios abiertos, en la relación entre la ciudad alta y la ciudad baja, en los límites heredados y en la memoria de lugares que han cambiado de función sin perder completamente su espesor histórico. Por ello, hablar de huellas visibles e invisibles implica ampliar la noción de patrimonio más allá del objeto arquitectónico para considerar la ciudad como un sistema de permanencias, transformaciones y silencios[14].

Las huellas visibles corresponden, en primer lugar, a aquellos elementos que todavía conservan una materialidad reconocible en el paisaje urbano. Entre ellos se encuentran restos de murallas, puertas, fuertes, estructuras defensivas y fragmentos arquitectónicos asociados a la organización española de la ciudad. Estos elementos, incluso cuando se presentan en estado de deterioro o desconexión funcional, constituyen marcas importantes de la antigua ciudad fortificada, pues revelan la relación histórica entre arquitectura militar, relieve y control territorial [15](figura 3).



Figura 3 - Huella material de la antigua estructura defensiva en el tejido histórico de Orán.
Fuente: fotografía del autor, 2023.

Sin embargo, el patrimonio más significativo no siempre es el más visible. En Orán, muchas huellas de la etapa española han sido absorbidas por la ciudad posterior, transformadas por nuevos usos o integradas en estructuras urbanas más recientes. Determinados recorridos, alineaciones, cambios de nivel, límites de barrio y vacíos

[14] CHOAY, Françoise - **L'Allégorie du patrimoine**. Paris: Seuil, 1992.
[15] SÁNCHEZ DONCEL, Gregorio - **Presencia de España en Orán, 1509-1792**. Toledo: Estudio Teológico de San Ildefonso, 1991.

urbanos conservan una memoria espacial que no siempre aparece explícitamente reconocida como patrimonio. Estas permanencias discretas muestran que la ciudad no se transforma únicamente por destrucción, sino también por adaptación, reutilización y resignificación.

La antigua Plaza de Armas constituye uno de los ejemplos más significativos de esta lógica de permanencia y transformación. Durante la etapa española, este espacio desempeñó un papel central en la organización militar, administrativa y simbólica de la ciudad. Posteriormente, su función y su significado fueron modificados por las etapas otomana, francesa y contemporánea. No obstante, su posición dentro del núcleo histórico conserva una fuerte capacidad interpretativa. Más que un simple espacio heredado, la antigua plaza permite leer la continuidad de una centralidad urbana sucesivamente reinterpretada por distintos poderes[16].

Algo similar ocurre con la Alcazaba, las puertas y los antiguos límites defensivos. La ocupación española no creó todos estos lugares desde cero, pero los integró dentro de una lógica de control militar y administrativo. Las puertas regulaban la relación entre el interior protegido y el exterior amenazado, mientras que la Alcazaba actuaba como un punto estratégico de mando, vigilancia y articulación territorial. Aunque muchas de estas funciones hayan desaparecido, su memoria sigue asociada a la organización de los recorridos, a la jerarquía de los accesos y a la lectura de los antiguos límites urbanos.

La herencia española también se percibe en la relación entre fortificación y topografía. Orán no fue una ciudad defensiva únicamente porque estuviera rodeada de murallas, sino porque su organización espacial incorporó las condiciones naturales del lugar. El relieve, los barrancos, las pendientes y la relación visual con la bahía participaron en la definición del sistema defensivo. Esta dimensión topográfica permite comprender que la defensa no era solo una cuestión de arquitectura, sino una construcción territorial en la que la naturaleza fue integrada como parte del dispositivo urbano.

Junto a estas huellas visibles, existen también huellas borradas o parcialmente ocultas. Muchas construcciones religiosas, militares o administrativas de la etapa española desaparecieron, fueron sustituidas o quedaron integradas bajo edificios posteriores. Sin embargo, su desaparición material no implica necesariamente la desaparición de su significado urbano. En algunos casos, el lugar conserva una memoria de uso; en otros, la permanencia se encuentra en la posición, en la orientación o en la continuidad del espacio público. Este tipo de patrimonio plantea un desafío metodológico: leer la ciudad no solo a partir de lo que se conserva, sino también a partir de lo que falta[17].

Las etapas posteriores reforzaron esta complejidad. El periodo otomano resignificó numerosos espacios heredados, adaptándolos a nuevas funciones políticas, religiosas y sociales. Más tarde, la colonización francesa desplazó centralidades, abrió nuevas áreas de expansión y reorganizó las jerarquías urbanas. Sin embargo, el núcleo histórico siguió funcionando como soporte de memoria y como espacio de transición entre la ciudad antigua y las nuevas extensiones. La modernización no borró por completo las estructuras

[16] LESPÈS, René - **Oran: étude de géographie et d'histoire urbaines**. Paris: Librairie Félix Alcan, 1938.
[17] BENKADA, Saddek - **Oran 1732-1913: essai d'analyse de la transition historique d'une ville algérienne vers la modernité urbaine**. Oran: Centre de Recherche en Anthropologie Sociale et Culturelle, 2019.

anteriores, sino que las incorporó de manera desigual, a veces como recurso, a veces como obstáculo y a veces como fondo histórico de una nueva imagen urbana[18].

Esta situación plantea un problema fundamental para la acción patrimonial. Si el patrimonio se entiende solo como aquello que conserva una monumentalidad clara, muchas huellas urbanas quedan fuera del reconocimiento institucional y social. En cambio, si se adopta una lectura morfológica y palimpséstica, el campo patrimonial se amplía hacia elementos más discretos: trazados, límites, relaciones visuales, recorridos históricos, espacios residuales y estructuras transformadas. Esta ampliación no pretende multiplicar artificialmente los objetos patrimoniales, sino comprender la ciudad como una estructura histórica compleja.

En definitiva, las huellas visibles e invisibles de la herencia española constituyen una clave esencial para interpretar el tejido histórico de Orán. Su valor no se limita al pasado que representan, sino que reside en su capacidad para explicar la forma actual de la ciudad, sus tensiones patrimoniales y sus posibilidades futuras de reconocimiento. Leer estas huellas no significa reconstruir nostálgicamente una ciudad desaparecida, sino comprender cómo las capas históricas siguen participando, de manera explícita o latente, en la identidad urbana contemporánea.

Memoria urbana, reconocimiento patrimonial y lectura contemporánea

La lectura de la herencia española en Orán no puede limitarse a la identificación de vestigios materiales ni a la reconstrucción histórica de una etapa determinada. Su verdadero interés patrimonial reside en la manera en que esas huellas participan, todavía hoy, en la construcción de la memoria urbana, en la percepción del centro histórico y en las tensiones entre conservación, transformación y olvido. En este sentido, la ciudad no debe considerarse únicamente como un soporte físico heredado, sino como un espacio de interpretación donde las formas urbanas conservan, desplazan o silencian determinados significados históricos[19].

La memoria urbana no se manifiesta siempre de forma explícita. En muchas ocasiones, aparece en lugares ordinarios, recorridos cotidianos, nombres de espacios, permanencias de trazado, vacíos urbanos o fragmentos arquitectónicos cuya lectura histórica ha sido debilitada por el tiempo. Esta condición resulta especialmente significativa en Orán, donde la sucesión de ocupaciones y regímenes urbanos ha producido una memoria compleja, compuesta por capas desiguales, a veces reconocidas y a veces relegadas al margen de los discursos patrimoniales oficiales.

El reconocimiento patrimonial de esta complejidad plantea una cuestión fundamental: ¿qué se considera patrimonio y bajo qué criterios? Si el patrimonio se entiende únicamente como monumento excepcional, muchos elementos esenciales para comprender la historia urbana quedan fuera del campo de protección. En cambio, si se adopta una perspectiva más amplia, la ciudad histórica puede ser leída como un conjunto de relaciones entre formas, usos, valores sociales, memorias y procesos de transformación. Esta aproximación resulta especialmente pertinente para Orán, donde una

[18] TINTHOIN, Robert - Oran, ville moderne. **L'Information Géographique**. Paris: Armand Colin. Vol. 20, nº 5 (1956), p. 176-186.
[19] DRIS, Nassima - **La ville mouvementée. Espace public, centralité, mémoire urbaine à Alger**. Paris: L'Harmattan, 2001.

parte importante de la herencia española se encuentra fragmentada, transformada o integrada en estructuras posteriores[20].

El centro histórico de Orán, particularmente en torno a Sidi El Houari y las áreas vinculadas a la antigua ciudad fortificada, constituye un espacio privilegiado para observar estas tensiones. Allí, la memoria urbana no aparece como una secuencia clara de estilos o periodos, sino como una superposición de fragmentos. La presencia de restos defensivos, trazados antiguos, edificios transformados, espacios públicos degradados y usos cotidianos produce una lectura compleja, donde el patrimonio se mezcla con la vida urbana ordinaria. Esta condición exige métodos de interpretación capaces de articular historia, morfología y experiencia social del espacio [21](figura 4).



Figura 4 - Place de la Perle, antigua Plaza de Armas, como espacio de memoria urbana transformada. Fuente: fotografía del autor, 2023.

Desde esta perspectiva, el patrimonio urbano no puede separarse de la cuestión del espacio público. Las plazas, calles, umbrales y recorridos históricos son lugares donde la memoria se hace visible o, por el contrario, se diluye. En Orán, algunos espacios heredados han mantenido una centralidad simbólica, aunque sus formas y significados hayan cambiado. Otros han perdido visibilidad, no necesariamente por desaparición física, sino por desconexión funcional o por falta de integración en una estrategia patrimonial coherente. La lectura de la ciudad debe entonces prestar atención no solo a los objetos conservados, sino también a las condiciones urbanas que permiten reconocerlos[22].

[20] MAZOUZ, F. - Le renouvellement du patrimoine bâti vétuste en Algérie. Le cas du centre-ville d'Oran. **Droit et Société**. Paris: Lextenso. Nº 89, 1 (2015), p. 151-170.
[21] LAKJAA, Abdelkader - Oran, une ville algérienne reconquise; un centre historique en mutation. **L'Année du Maghreb**. Paris: CNRS Éditions. Nº IV (2008), p. 441-456.
[22] KETTAF, Fadila - **La fabrique des espaces publics: conceptions, formes et usages des places d'Oran (Algérie)**. Montpellier: Université Paul Valéry - Montpellier III, 2013. Thèse de doctorat.

La noción de paisaje urbano histórico ofrece una vía útil para abordar esta complejidad. Esta perspectiva invita a considerar la ciudad histórica como un conjunto dinámico donde patrimonio, arquitectura contemporánea, usos sociales, topografía, memoria y transformación urbana deben ser analizados de manera integrada. Aplicada a Orán, esta mirada permite superar la oposición entre conservación y desarrollo, así como entre monumento y tejido. La cuestión no consiste únicamente en proteger elementos aislados, sino en comprender la lógica de conjunto que da sentido a la ciudad histórica[23].

La herencia española puede desempeñar un papel importante en este proceso si se la entiende como una herramienta de lectura y no como un objeto cerrado. Su estudio permite identificar continuidades espaciales, comprender la lógica de ciertos límites urbanos, explicar la persistencia de determinadas centralidades y revelar las relaciones entre defensa, topografía y estructura urbana. Al mismo tiempo, permite interrogar las formas de olvido, abandono o resignificación que afectan al centro histórico. Por ello, una acción patrimonial futura debería apoyarse en una comprensión multiescalar, capaz de articular la identificación de los elementos materiales, el análisis de sus relaciones con el tejido urbano y la lectura territorial de Orán en relación con Mazalquivir, el Murdjajo, la bahía y los antiguos dispositivos defensivos. Esta aproximación permitiría superar una lectura fragmentaria y avanzar hacia una interpretación más coherente del conjunto histórico[24].

En definitiva, la memoria urbana de Orán no se encuentra únicamente en sus monumentos más visibles, sino en la relación entre capas, usos, ausencias y permanencias. La herencia española, leída desde esta perspectiva, permite comprender la ciudad histórica como un archivo urbano vivo, atravesado por conflictos, transformaciones y resignificaciones. Su valor patrimonial no reside solamente en lo que queda del pasado, sino en la capacidad de esas huellas para activar una lectura más profunda de la ciudad contemporánea.

Consideraciones finales

La lectura de Orán como ciudad palimpsesto permite comprender la complejidad de su tejido histórico más allá de una visión cronológica o monumental. Su forma actual no responde a una sola etapa ni a una simple sucesión de periodos, sino a una construcción estratificada en la que las capas prehispánica, española, otomana, francesa y posindependencia se superponen, se transforman y se reinterpretan continuamente.

En este marco, la herencia española ocupa un lugar particularmente significativo. Su importancia no reside únicamente en los restos defensivos, religiosos o administrativos todavía identificables, sino en la lógica espacial que introdujo en la organización del núcleo histórico. La presencia española contribuyó a configurar una ciudad defensiva, articulada por la relación entre fortificación, topografía, control de accesos, centralidad militar y jerarquización del espacio urbano. Aunque transformada por etapas posteriores, esta lógica sigue siendo fundamental para interpretar la estructura histórica de Orán.

El texto ha subrayado que esta herencia no debe reducirse a un repertorio de monumentos aislados. Su lectura patrimonial exige considerar tanto las huellas visibles como las

[23] UNESCO - **Mémorandum sur le patrimoine mondial, l'architecture contemporaine et la gestion du paysage urbain historique**. Vienne: UNESCO, 2005.
[24] BENKADA, Saddek - **Oran 1732-1913: essai d'analyse de la transition historique d'une ville algérienne vers la modernité urbaine**. Oran: Centre de Recherche en Anthropologie Sociale et Culturelle, 2019.

invisibles: restos materiales, trazados persistentes, espacios transformados, límites antiguos, recorridos, vacíos urbanos y memorias parcialmente ocultas. Muchas de estas huellas no se presentan de manera evidente en la ciudad contemporánea, pero continúan participando en la organización del tejido histórico y en la experiencia urbana de determinados lugares.

Esta perspectiva amplía la noción de patrimonio urbano. El valor patrimonial de Orán no se encuentra solo en aquello que se conserva de forma monumental, sino también en aquello que permanece transformado, fragmentado o integrado en la vida cotidiana. La ciudad histórica debe entenderse como un sistema de relaciones en el que los elementos materiales adquieren sentido por su posición, sus conexiones, sus usos y su capacidad para activar una memoria urbana más amplia.

Reconocer la herencia española de Orán no significa idealizar una etapa de dominación ni separarla de sus condiciones históricas. Implica, por el contrario, asumir críticamente la complejidad de la ciudad y comprender cómo los dispositivos espaciales producidos por esa etapa han participado en la construcción de la ciudad contemporánea. La memoria patrimonial no puede ser neutral ni selectiva; debe integrar las contradicciones del pasado, sus conflictos y sus transformaciones.

Por ello, la valorización patrimonial de Orán requiere una lectura multiescalar, capaz de articular los elementos arquitectónicos, los trazados y centralidades del tejido histórico, y la relación territorial de la ciudad con su bahía, el Murdjajo, Mazalquivir y los antiguos dispositivos defensivos. Solo esta articulación permite superar una interpretación fragmentaria del patrimonio.

En definitiva, leer Orán como ciudad palimpsesto permite desplazar la mirada desde la ruina aislada hacia la memoria urbana, desde el monumento hacia el tejido, y desde la historia cerrada hacia la interpretación crítica. Esta perspectiva ofrece una vía para repensar el patrimonio urbano como una estructura viva de relaciones, permanencias y transformaciones. Desde esta lectura, la ciudad histórica de Orán puede comprenderse no solo como un legado a conservar, sino como un campo abierto de conocimiento, memoria y acción urbana.

Bibliografia

ALONSO ACERO, Beatriz - **Orán y Mazalquivir en la política norteafricana de España, 1589-1639.** Madrid: Universidad Complutense de Madrid, Servicio de Publicaciones, 1997.

BENKADA, Saddek - **Oran 1732-1913: essai d'analyse de la transition historique d'une ville algérienne vers la modernité urbaine**. Oran: Centre de Recherche en Anthropologie Sociale et Culturelle, 2019.

CHOAY, Françoise - **L'Allégorie du patrimoine**. Paris: Seuil, 1992.

DRIS, Nassima - **La ville mouvementée. Espace public, centralité, mémoire urbaine à Alger**. Paris: L'Harmattan, 2001.

FEY, Henri-Léon - **Histoire d'Oran avant, pendant et après la domination espagnole**. Oran: A. Perrier, 1858.

ICOMOS - **Charte pour la sauvegarde des villes historiques**. Washington: ICOMOS, 1987.

KETTAF, Fadila - **La fabrique des espaces publics: conceptions, formes et usages des places d'Oran (Algérie)**. Montpellier: Université Paul Valéry - Montpellier III, 2013. Thèse de doctorat.

LAKJAA, Abdelkader - Oran, une ville algérienne reconquise; un centre historique en mutation. **L'Année du Maghreb**. Paris: CNRS Éditions. Nº IV (2008), p. 441-456.

LESPÈS, René - **Oran: étude de géographie et d'histoire urbaines**. Paris: Librairie Félix Alcan, 1938.

MAZOUZ, F. - Le renouvellement du patrimoine bâti vétuste en Algérie. Le cas du centre-ville d'Oran. **Droit et Société**. Paris: Lextenso. Nº 89, 1 (2015), p. 151-170.

METAIR CHERB, S. - **El fuerte de Santa Cruz y el sistema defensivo español en Orán-Argelia**. Valencia: Universitat Politècnica de València, 2023. Tesis doctoral.

SÁNCHEZ DONCEL, Gregorio - **Presencia de España en Orán, 1509-1792**. Toledo: Estudio Teológico de San Ildefonso, 1991.

TERKI, Hassaine Ismet - Oran au XVIIIe siècle: du désarroi à la clairvoyance politique de l'Espagne. **Insaniyat**. Oran: CRASC. Nº 23-24 (2004), p. 197-222.

TINTHOIN, Robert - Oran, ville moderne. **L'Information Géographique**. Paris: Armand Colin. Vol. 20, nº 5 (1956), p. 176-186.

UNESCO - **Mémorandum sur le patrimoine mondial, l'architecture contemporaine et la gestion du paysage urbain historique**. Vienne: UNESCO, 2005.

UNESCO - **Recommandation concernant le paysage urbain historique**. Paris: UNESCO, 2011.

Entre a cidade vivida e a cidade representada: espaço público, memória urbana e esvaziamento simbólico a partir de Lisboa

Patrícia Amorim
ISCTE-IUL, DINÂMIA'CET
pscam@iscte-iul.pt

Paula André
ISCTE-IUL, DINÂMIA'CET
paula.andre@iscte-iul.pt

Paulo Tormenta Pinto
ISCTE-IUL, DINÂMIA'CET
paulo.tormenta@iscte-iul.pt

Resumo: Este ensaio parte da investigação de doutoramento dedicada à relação entre espaços públicos e manifestações de protesto em Lisboa, com incidência no eixo formado pela Praça Marquês de Pombal, Avenida da Liberdade e Praça do Rossio, entre 1974 e 2014. A partir desse trabalho, propõe-se um desdobramento crítico sobre a permanência, a transformação e o possível esvaziamento simbólico dos espaços públicos contemporâneos. O argumento central é que a memória urbana não se conserva apenas pela preservação da forma construída, mas pela continuidade das práticas sociais, das apropriações coletivas, dos conflitos, dos usos quotidianos e das narrativas que atribuem sentido aos lugares. Ao observar a territorialização das manifestações, a investigação doutoral evidenciou que determinados espaços se consolidam como referências urbanas porque articulam configuração espacial, centralidade histórica, visibilidade pública e densidade simbólica. Este texto retoma esse ponto de partida para refletir sobre um problema mais amplo: a possibilidade de um espaço público manter a sua materialidade física e, ao mesmo tempo, perder parte da vida social que o sustenta enquanto lugar de memória. Nesse sentido, a passagem da cidade vivida para a cidade representada, consumida ou cenografada torna-se uma questão relevante para os estudos urbanos.

Palavras-chave: espaço público, memória urbana, representação, apropriação coletiva, Lisboa

Introdução

A tese de doutoramento Os Espaços Públicos e as Manifestações de Protesto: o eixo Praça Marquês de Pombal - Avenida da Liberdade - Praça do Rossio, em Lisboa (1974-2014) partiu de uma pergunta: por que motivo determinados espaços públicos são repetidamente escolhidos para a expressão coletiva, enquanto outros permanecem marginais na memória política da cidade?[1] A questão conduziu a uma leitura do espaço público que não se limitou à sua forma física, nem apenas ao acontecimento social que nele se realiza. O espaço foi entendido como construção histórica, suporte material, dispositivo de visibilidade, lugar de encontro e campo de representação.

A tese concentrou-se nas manifestações de protesto em Lisboa, recolhidas a partir de reportagens e notas publicadas no jornal Expresso entre 1974 e 2014. O trabalho procurou compreender como certos lugares se tornaram recorrentes, como foram nomeados pela imprensa, como se articularam com a configuração urbana e como passaram a participar na construção de uma memória coletiva do protesto. O eixo Praça Marquês de Pombal, Avenida da Liberdade e Praça do Rossio revelou-se, nesse processo, uma estrutura urbana e simbólica particularmente expressiva.

Este ensaio nasce como continuidade crítica dessa investigação. O objetivo é retomar os seus principais fundamentos - espaço público, memória urbana, representação, apropriação coletiva e configuração espacial - para formular uma pergunta mais ampla: o que acontece aos espaços públicos quando a sua forma permanece, mas as práticas sociais que lhes dão sentido se enfraquecem? Esta questão é especialmente relevante num momento em que muitas cidades preservam fachadas, monumentos, pavimentos, eixos e imagens patrimoniais, mas nem sempre conseguem preservar as condições de vida pública que tornam esses espaços efetivamente partilhados.

A reflexão aqui proposta está no processo mais amplo de esvaziamento simbólico: a situação em que o espaço público continua reconhecível como forma urbana, mas perde densidade como lugar vivido, disputado, lembrado e apropriado. O problema está na separação entre a cidade como cenário e a cidade como experiência.

A partir do percurso desenvolvido na investigação de doutoramento, este texto defende que a memória urbana depende de uma relação ativa entre materialidade e prática social. Não basta que um espaço exista como forma construída. Para se tornar lugar de memória, ele precisa ser usado, narrado, atravessado por conflitos, reconhecido por grupos, inscrito em rotinas e ativado por experiências coletivas. É essa dimensão que torna o espaço público mais do que um vazio entre edifícios: ele passa a ser um suporte de significados sociais.

---

[1] AMORIM, Patrícia de Souza Cançado - **Os Espaços Públicos e as Manifestações de Protesto: o eixo Praça Marquês de Pombal - Avenida da Liberdade - Praça do Rossio, em Lisboa (1974-2014)**. Lisboa: ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, 2025. Tese de Doutoramento.

O espaço público entre forma, prática e representação

O espaço público é frequentemente descrito como lugar de circulação, encontro e permanência. No entanto, no campo dos estudos urbanos, a sua compreensão exige uma articulação mais complexa entre forma construída, práticas sociais, regimes de visibilidade e processos de representação. A rua, a praça, a avenida ou o largo não existem apenas como elementos materiais da cidade. São também lugares onde se produzem relações, conflitos, memórias, normas e imagens.

Esta compreensão aproxima-se da leitura de Henri Lefebvre, para qual o espaço é um produto social, constituído por práticas, representações e formas de apropriação.[2] Assim, a cidade não pode ser reduzida ao seu desenho, à sua infraestrutura ou à sua função administrativa. O espaço urbano é produzido simultaneamente por decisões institucionais, formas materiais, usos quotidianos e experiências vividas. A mesma praça pode ser concebida como espaço de ordem, utilizada como lugar de passagem, apropriada como palco político e lembrada como referência afetiva por diferentes grupos.

A diferença entre espaço concebido, espaço percebido e espaço vivido permite compreender por que motivo a análise urbana não deve separar o plano físico da dimensão social. Um espaço desenhado para representar determinada ordem pode ser posteriormente apropriado por práticas que contradizem ou transformam essa intenção inicial. A Alameda Dom Afonso Henriques, estudada anteriormente como espaço de representação, é um exemplo dessa tensão. Concebida no contexto das políticas urbanísticas e simbólicas do Estado Novo, a Alameda foi ressignificada pelas grandes manifestações do pós-25 de Abril, sobretudo pelo 1º de Maio de 1974, tornando-se lugar de afirmação coletiva e de representação democrática.[3] A noção de materialidade híbrida, trabalhada a partir de Isaac Joseph, permite aprofundar esta leitura.[4] O espaço público não é apenas material, nem apenas social. A sua materialidade é híbrida porque emerge da relação entre objetos, dispositivos, trajetos, visibilidades, percepções e ações. Uma escadaria, uma avenida larga, uma praça aberta, uma estação de metro, uma esplanada ou um monumento não são elementos neutros. Eles condicionam formas de encontro, permanência, circulação, concentração e representação. Ao mesmo tempo, as práticas sociais transformam o significado desses dispositivos. O espaço materializa relações sociais, mas também é reinterpretado por elas[5].

---

[2] LEFEBVRE, Henri **- A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

[3] AMORIM, Patrícia; ANDRÉ, Paula - Espaço de representação: o 1º de Maio de 1974 e a ressignificação da Alameda Dom Afonso Henriques. In ANDRÉ, Paula; RODRIGUES, Paulo Simões; ALVES, Margarida Brito; COSTA, Miguel Reimão, eds. - **Antologia de Ensaios - Laboratório Colaborativo: dinâmicas urbanas, património, artes**. Lisboa: DINÂMIA'CET-IUL, 2018. p. 6-23.

[4] JOSEPH, Isaac - Paisagens urbanas, coisas públicas. Caderno CRH. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1999, n.º 30/31.

[5] AMORIM, Patrícia (2021). A Materialidade Híbrida da Praça Dom Pedro IV. In PINTO, Paulo Tormenta (coord.), **Materialidades Epistemológicas: Fundamentos e Representações da Pesquisa Arquitetónica.** Lisboa: DINÂMIA'CET-Iscte, pp. 5-11. ISBN 978-989-781-764-9.

A memória urbana como relação espacial

A memória coletiva, como demonstrou Maurice Halbwachs, não existe fora de quadros sociais e espaciais.[6] As lembranças de um grupo dependem de referências materiais, de lugares reconhecíveis, de percursos, de hábitos e de imagens partilhadas. A cidade, nesse sentido, funciona como suporte de memória. Não porque conserve o passado de forma estática, mas porque oferece uma estrutura material através da qual grupos sociais localizam experiências, narram acontecimentos e atualizam significados.

A memória urbana é, portanto, uma relação, estando nos monumentos, nas placas comemorativas ou nas narrativas oficiais, como também nos usos repetidos, nos trajetos quotidianos, nos lugares de encontro, nas celebrações, nos conflitos e nas formas de apropriação coletiva. Um espaço torna-se significativo quando acumula experiências reconhecidas, quando passa a ser nomeado e mobilizado por diferentes atores, quando ganha densidade na vida pública.

A investigação sobre as manifestações em Lisboa permitiu observar esse processo. A repetição de determinados lugares nas reportagens do Expresso indicava além de uma frequência espacial, a sedimentação de uma geografia simbólica do protesto. Marquês de Pombal, Avenida da Liberdade e Rossio surgiram como referências porque articulavam posição urbana, legibilidade, história política e capacidade de representação. A Praça Marquês de Pombal aparecia frequentemente como ponto de partida ou concentração; a Avenida da Liberdade como eixo de passagem e visibilidade; o Rossio como espaço de chegada, encontro e reconhecimento coletivo.

A eleição desses espaços pela população revela que a prática do protesto depende de um conjunto de condições espaciais, simbólicas e políticas. Uma manifestação procura lugares que possam comunicar, reunir, simbolizar, interromper a normalidade urbana e produzir visibilidade pública. A rua e a praça tornam-se, neste caso, meios de expressão. O espaço público é apropriado não apenas para conter corpos, mas para transformar a presença coletiva em mensagem.

Essa leitura aproxima-se da compreensão do espaço público como lugar de aparecimento e ação coletiva. Em Hannah Arendt, a esfera pública é o espaço onde os indivíduos se tornam visíveis uns aos outros pela palavra e pela ação.[7] Embora a cidade contemporânea não corresponda diretamente ao modelo clássico da polis, a ideia de aparecer publicamente continua relevante para pensar manifestações, ocupações e práticas de contestação. O protesto urbano transforma a presença física em presença política. A ocupação do espaço materializa uma reivindicação, rompe a rotina e desloca temporariamente o significado do lugar.

O eixo Marquês de Pombal - Avenida da Liberdade - Rossio

---

[6] HALBWACHS, Maurice - A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

[7] ARENDT, Hannah - **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

O eixo estudado na tese possui uma posição singular na cidade de Lisboa. A sua importância resulta tanto da estrutura urbana como da construção simbólica associada a diferentes momentos históricos. A Avenida da Liberdade, inaugurada no final do século XIX, constitui um eixo de representação da modernidade urbana, articulando a expansão da cidade, o desejo de monumentalidade e a ligação entre áreas centrais.[8] O Rossio se caracteriza como uma das praças mais antigas e reconhecíveis de Lisboa, acumulando funções urbanas, políticas e simbólicas. A Praça Marquês de Pombal, situada no extremo superior da Avenida, opera como nó de articulação viária e ponto de concentração de grande visibilidade.

Ao analisar as manifestações de protesto entre 1974 e 2014, a investigação identificou a recorrência deste eixo como corredor privilegiado da expressão coletiva. Essa recorrência pode ser explicada por diferentes fatores. Primeiramente, pela sua localização central e acessibilidade. Em segundo lugar, pela sua configuração linear, que permite a organização de percursos, marchas e deslocamentos coletivos. Em terceiro lugar, pela visibilidade pública que oferece. E por fim, pela carga histórica e simbólica que estes espaços acumularam no imaginário urbano de Lisboa.

A aplicação complementar da Sintaxe Espacial permitiu observar a persistência de certos eixos integradores na estrutura urbana da cidade.[9] A tese procurou articular os dados espaciais com as notícias, as narrativas, os ciclos históricos e as formas de apropriação do espaço público. Essa combinação permitiu compreender que a centralidade de um lugar não é apenas geométrica. Ela é também social, política e simbólica.

A Avenida da Liberdade, nesse sentido, não é apenas uma via larga e central. Ela é um espaço de exposição pública. A sua escala, continuidade e posição no tecido urbano tornam possível a construção de uma narrativa visual da manifestação. A marcha ao longo da avenida produz uma imagem de força coletiva, mas também ativa uma tradição histórica de presença pública. O eixo permite que o protesto se torne percurso, sequência e espetáculo político no sentido urbano do termo: uma ação coletiva visível, não apenas uma reivindicação verbal.

---

[8] AMORIM, Patrícia - **A construção simbólica da Avenida da Liberdade enquanto território de manifestações urbanas a partir de 1910.** In PINTO, Paulo Tormenta, coord. - A Avenida da Liberdade: entre o desenho positivista e as representações contemporâneas. Lisboa: DINÂMIA'CET-Iscte, 2023.

[9] HILLIER, Bill; HANSON, Julienne - **The Social Logic of Space**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.



Figura 1 - Grupo confraterniza nas ruas de Lisboa com a faixa “Liberdade” 25 de abril de 1974. Fonteo: Victor Valente – Centro de Documentação 25 de abril – Universidade de Coimbra; - Desfile na Avenida da Liberdade Geração à Rasca, 12 de março de 2011.Fonte: “Manifestação "Geração à Rasca" chega ao Rossio com mais de 200 mil pessoas”. Expresso *online*, 12/03/2011 - expresso.pt.

Já o Rossio desempenha a sua função pela sua história e pela sua configuração enquanto praça, oferecendo maior capacidade de permanência, encontro e condensação simbólica. Enquanto a Avenida organiza o movimento, o Rossio tende a concentrar e a fixa. A chegada a uma praça historicamente reconhecida reforça a transformação da manifestação em acontecimento público.



Figura 2 - Manifestação do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP) na Praça do Rossio; Protesto da Geração à Rasca, 12 de março de 2011. Fonte: Casa Comum Fundação Mário Soares, Arquivo Mario Varela Gomes, ref. 06897.042.009; 5dias.wordpress.com, 30/06/2013 por João Labrincha.

Por fim, a Praça Marquês de Pombal assume frequentemente a função de partida, reunião ou concentração inicial. A sua monumentalidade, escala viária e posição no topo da Avenida da Liberdade permitem organizar a passagem para o eixo central. O conjunto forma, portanto, uma sequência espacial que combina ponto, linha e praça; concentração, passagem e chegada; circulação, visibilidade e permanência.



Figura 3 - Concentração na Praça Marquês de Pombal da manifestação na avenida da Liberdade no dia 26 de abril de 1974; Protesto Geração à Rasca. Praça Marquês de Pombal. Fonte: "Reportagem de Fernando Balsinha". Arquivos RTP; "Ninguém sabe o que vai ser deles" Expresso p. 18, 19/03/2011. Arquivo BNP.

Da apropriação coletiva ao esvaziamento simbólico

A partir da investigação doutoral, torna-se possível formular um desdobramento crítico: se os espaços públicos se tornam significativos pela relação entre forma, uso, memória e representação, o que acontece quando essa relação se fragiliza e o que permanece de um espaço público quando a sua materialidade continua preservada, mas as práticas coletivas que lhe davam densidade social desaparecem ou se tornam residuais?

Esta pergunta desloca a análise das manifestações para uma reflexão mais ampla sobre a cidade contemporânea. Em muitos contextos urbanos, a preservação da forma construída é tratada como garantia de continuidade histórica. Protegem-se fachadas, pavimentos, monumentos, praças, eixos e imagens patrimoniais. No entanto, a permanência da forma não assegura necessariamente a permanência da vida urbana que a produziu, habitou e ressignificou. Um lugar pode conservar a sua aparência e, ainda assim, perder vínculos sociais, rotinas locais, usos quotidianos e diversidade de práticas.

Aqui é onde surge a ideia de esvaziamento simbólico. Não se trata de uma morte física do espaço, nem de uma destruição material evidente. Trata-se de uma perda gradual de densidade social e cultural. O espaço continua visível, fotografável, utilizável e economicamente valorizado, mas passa a funcionar cada vez menos como suporte de pertencimento e experiência partilhada. A cidade permanece como imagem, mas enfraquece como relação.

Este processo pode ocorrer em centros históricos, áreas patrimoniais, espaços de consumo cultural, zonas de forte valorização imobiliária ou territórios submetidos a projetos de regeneração e branding urbano. A turistificação é apenas uma das suas expressões. Mais amplamente, o problema está na transformação do espaço público em cenário de circulação, consumo e representação controlada.

Jane Jacobs alertou, no início dos anos 1960, para os efeitos destrutivos do planeamento modernista de grande escala sobre os bairros, as ruas e a vida quotidiana.[10] O seu diagnóstico estava ligado à demolição física, à separação funcional e à substituição da complexidade urbana por modelos abstratos de ordem. Hoje, em muitos contextos europeus, o problema pode assumir outra forma. A cidade pode ser formalmente preservada e, ao mesmo tempo, socialmente esvaziada. A rua permanece caminhável, a praça passa por requalificação, o edifício permanece classificado, mas os usos que sustentavam a vida local são enfraquecidos. O risco não é apenas destruir a cidade, mas produzir uma cidade extremamente cenografada para acolher a sua própria complexidade. Essa forma de perda é menos visível do que a demolição e por isso, pode ser mais difícil de reconhecer. A cidade-cenário não se apresenta como ruína, mas como superfície cuidada. A sua crise não está necessariamente no abandono, mas no excesso de representação sem vida social correspondente.

A noção de autenticidade urbana, discutida por Sharon Zukin, ajuda a compreender como os elementos associados à vida local podem ser apropriados como valor económico e cultural.[11] Bairros, mercados, cafés, expressões populares, memórias e estéticas urbanas tornam-se recursos de distinção. No entanto, quando a autenticidade é convertida em mercadoria, os grupos que a produziram podem ser deslocados ou tornados invisíveis. A cidade vende a imagem da vida local ao mesmo tempo que reduz as condições de permanência dessa vida.
Não se pretende, com esses questionamentos, idealizar uma cidade estática, homogénea ou imune à mudança. As cidades vivem de transformações, substituições, conflitos e reestruturações. O problema não é a mudança em si, mas a perda da capacidade de manter vínculos. Quando os espaços são transformados apenas em dispositivos de atração, circulação ou valorização, corre-se o risco de interromper a continuidade que permite às comunidades reconhecerem-se nos lugares.

Cidade vivida, cidade narrada e cidade representada

A investigação desenvolvida no doutoramento sobre manifestações de protesto evidenciou que o espaço público pode ser analisado como lugar vivido, narrado e representado. Vivido, porque é atravessado por corpos, trajetos, permanências e práticas. Narrado, porque aparece em discursos, notícias, memórias, cartazes e relatos. Representado, porque é construído por imagens, mapas, símbolos e enquadramentos institucionais ou mediáticos.

Estas três dimensões não são separáveis. Uma manifestação existe fisicamente no espaço, mas também existe como narrativa pública. A sua inscrição na imprensa contribui para fixar nomes, lugares e sentidos. Ao longo do tempo, a repetição dessas narrativas reforça certas associações entre lugares e práticas. O Rossio, a Avenida da Liberdade ou o Marquês de Pombal não aparecem apenas como localizações. Aparecem como referências de uma determinada geografia política da cidade.

---

[10] JACOBS, Jane - **The Death and Life of Great American Cities**. New York: Random House, 1961.
[11] ZUKIN, Sharon - **Naked City: The Death and Life of Authentic Urban Places**. New York: Oxford University Press, 2010.

Esta relação entre cidade vivida e cidade narrada é central para compreender a memória urbana. Um lugar torna-se memória não apenas porque algo aconteceu nele, mas porque esse acontecimento é comunicado, lembrado, disputado e reinscrito. A imprensa, os arquivos, os mapas, os relatos e as imagens participam desse processo. A memória urbana se revela como uma construção material e discursiva.

A partir desta leitura, a investigação permite expandir a reflexão para outras forças que também produzem territorialidades simbólicas na cidade contemporânea. O branding urbano, os discursos de regeneração, a patrimonialização seletiva, a promoção turística, as plataformas digitais, os mapas de consumo e os dispositivos de gestão da cidade também constroem representações. Enquanto algumas ampliam o conhecimento sobre o território, outras reduzem a cidade a uma sequência de imagens comerciáveis.
A questão não é opor representação e realidade. Toda cidade é representada. O problema está em compreender quem representa, para quem, com que finalidade e com que efeitos sobre a vida urbana. Quando a representação de um lugar deixa de incluir os seus moradores, trabalhadores, práticas quotidianas, conflitos e memórias, ela tende a produzir uma imagem empobrecida da cidade.

Apropriação coletiva e direito à permanência

A noção de apropriação coletiva esteve no centro da investigação sobre manifestações. Apropriar-se de um espaço público não significa somente ocupá-lo, mas ativá-lo socialmente, produzindo nele uma presença, uma prática, uma reivindicação ou uma experiência compartilhada. A apropriação é uma forma de uso que atribui sentido ao lugar.

Nos protestos, essa apropriação é evidente porque a ocupação rompe a ordem habitual, pois a rua deixa de ser apenas via de circulação, a praça deixa de ser apenas espaço de passagem ou lazer e o lugar torna-se temporariamente político. No entanto, a apropriação coletiva não ocorre apenas em momentos de ruptura. Ela também se produz nas rotinas: encontros informais, comércio local, festas, permanências, trajetos repetidos, usos geracionais, práticas de vizinhança, modos de habitar e reconhecer o espaço.

É por isso que a discussão sobre memória urbana deve incluir o direito à permanência. Não apenas permanência física de edifícios, mas permanência social das práticas que dão sentido aos lugares. O direito à cidade, formulado por Lefebvre e retomado por diferentes autores, não se limita ao acesso à infraestrutura urbana. Ele envolve a possibilidade de participar na produção do espaço, de o usar, transformar, significar e habitar.[12]

Quando determinados grupos são afastados pela pressão imobiliária, pela substituição comercial, pelo turismo descontrolado, pela insegurança habitacional ou pela gestão excludente dos usos, não se perde apenas a população, mas também as memórias, as redes de proximidade, as práticas culturais e as formas de conhecimento e reconhecimento urbano. A cidade torna-se menos densa como experiência coletiva.

---

[12] LEFEBVRE, Henri - **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

A partir da tese, é possível observar que os espaços de protesto são lugares onde a sociedade disputa o sentido da cidade, mas essa disputa não se limita às manifestações. Ela está presente em todas as decisões que definem quem pode permanecer, circular, vender, descansar, celebrar, protestar, trabalhar ou simplesmente estar no espaço público. A cidade é continuamente produzida por conflitos de uso e representação.

Nesse sentido, proteger o espaço público não significa apenas garantir desenho urbano de qualidade ou preservar património material. Significa também proteger a sua abertura ao conflito democrático, à diversidade de práticas e à presença de diferentes grupos sociais. Um espaço público aparentemente sem conflito pode não ser um espaço totalmente democrático, mas um espaço onde certas presenças, usos e vozes foram previamente afastados.
A vitalidade urbana não depende da ausência de tensão, mas da capacidade de acolher diferenças sem expulsá-las.

Do eixo de protesto a uma agenda de investigação

O eixo Marquês de Pombal - Avenida da Liberdade - Rossio foi, na tese, o objeto central de uma análise sobre manifestações de protesto. Neste ensaio, ele aparece também como ponto de partida para uma agenda de investigação mais ampla. Essa agenda interessa-se pelas formas como os espaços públicos se tornam lugares de memória e pelas condições que podem levar ao seu esvaziamento simbólico.

As manifestações foram analisadas porque tornam visível uma dimensão fundamental do espaço público: a capacidade de ser apropriado coletivamente e de transformar a presença social em representação política. Se essa capacidade se enfraquece, também se enfraquece uma parte da vida pública urbana.

A cidade contemporânea apresenta novas formas de disputa. Nem todas passam pela ocupação explícita das ruas. Algumas ocorrem nos mercados de habitação, nos discursos de valorização territorial, nas políticas de regeneração, na gestão dos espaços patrimoniais, na substituição de usos, nas plataformas digitais e na produção de imagens urbanas. O espaço público continua a ser disputado, mas nem sempre essa disputa é imediatamente reconhecida como conflito. Assim, o risco do esvaziamento simbólico deve ser observado nesse campo. Um espaço pode continuar cheio de pessoas e, ainda assim, tornar-se pobre em relações locais. Pode estar intensamente ocupado, mas com usos homogéneos, temporários ou orientados sobretudo para consumo. Pode ser muito fotografado e pouco vivido. Pode ser valorizado como património e pouco disponível como lugar de encontro quotidiano. A vitalidade urbana não se mede apenas pela presença de fluxos, mas pela diversidade e continuidade das práticas que ali se realizam.

Considerações finais

Este ensaio procurou propor um desdobramento crítico da investigação de doutoramento intitulada Os Espaços Públicos e as Manifestações de Protesto: o eixo Praça Marquês de Pombal - Avenida da Liberdade - Praça do Rossio, em Lisboa (1974-2014). O ponto de partida foi a constatação de que determinados espaços se tornam referências urbanas não

apenas pela sua forma física, mas pela relação entre configuração espacial, história, apropriação coletiva, visibilidade pública e memória social.

A partir desse ponto, formulou-se a hipótese de que uma das questões relevantes para os estudos urbanos contemporâneos é o esvaziamento simbólico dos espaços públicos. Esse processo ocorre quando a materialidade urbana permanece, mas as práticas que lhe davam sentido se enfraquecem. A cidade pode conservar edifícios, praças e ruas, mas perder vínculos de uso, memória e pertença. Pode continuar representada como património, imagem ou cenário, mas tornar-se menos disponível como experiência partilhada, sendo destinada a um esvaziamento cultural.

A reflexão pretende mostrar que a preservação material e a vida social devem ser pensadas em conjunto. Preservar a forma urbana é importante, mas não suficiente. A memória da cidade depende também da continuidade dos usos, das narrativas, dos conflitos e das práticas quotidianas que transformam determinados lugares em espaços de representação social. Um espaço público vivo não é apenas bem desenhado ou bem conservado. É um espaço capaz de acolher presença, diferença, apropriação e significado[13].

A tese demonstrou que as manifestações de protesto são momentos privilegiados para observar essa produção simbólica do espaço. Elas condensam conflitos, tornam visíveis grupos sociais, ativam memórias e reinscrevem lugares no imaginário urbano. No entanto, a mesma lógica pode ser aplicada a outras práticas menos disruptivas: viver, permanecer, circular, encontrar, trabalhar, celebrar, reivindicar e recordar. A vida pública da cidade constrói-se tanto no acontecimento excepcional como no uso quotidiano.

Bibliografia

AMORIM, Patrícia de Souza Cançado - **Os Espaços Públicos e as Manifestações de Protesto: o eixo Praça Marquês de Pombal - Avenida da Liberdade - Praça do Rossio, em Lisboa (1974-2014)**. Lisboa: ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, 2025. Tese de Doutoramento.

AMORIM, Patrícia - A construção simbólica da Avenida da Liberdade enquanto território de manifestações urbanas a partir de 1910**.** In PINTO, Paulo Tormenta, coord. - **A Avenida da Liberdade: entre o desenho positivista e as representações contemporâneas.** Lisboa: DINÂMIA'CET-Iscte, 2023.

AMORIM, Patrícia. A Materialidade Híbrida da Praça Dom Pedro IV. In PINTO, Tormenta Paulo (coord.), **Materialidades Epistemológicas: Fundamentos e Representações da Pesquisa Arquitetónica**. Lisboa: DINÂMIA'CET-Iscte, 2021. pp. 5-11. ISBN 978-989-781-764-9.

[13] AMORIM, Patrícia; ANDRÉ, Paula. Movimento Praia da Estação: dinâmicas urbanas, cultura e criatividade. In: In ANDRÉ, Paula; RODRIGUES, Paulo Simões - **Laboratório Colaborativo. Dinâmicas urbanas, património e artes. Investigação, ensino e difusão**. Évora: CHAIA/UÉ, 2017, pp. 6-18.

AMORIM, Patrícia; ANDRÉ, Paula - Espaço de representação: o 1º de Maio de 1974 e a ressignificação da Alameda Dom Afonso Henriques. In ANDRÉ, Paula; RODRIGUES, Paulo Simões; ALVES, Margarida Brito; COSTA, Miguel Reimão, eds. - **Antologia de Ensaios - Laboratório Colaborativo: dinâmicas urbanas, património, artes.** Lisboa: DINÂMIA'CET-IUL, 2018. p. 6-23.

AMORIM, Patrícia; ANDRÉ, Paula. Movimento Praia da Estação: dinâmicas urbanas, cultura e criatividade. In ANDRÉ, Paula; RODRIGUES, Paulo Simões - **Antologia de Ensaios - Laboratório Colaborativo. Dinâmicas urbanas, património e artes. Investigação, ensino e difusão**. Évora: CHAIA/UÉ, 2017, pp. 6-18.

ARENDT, Hannah - **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
HALBWACHS, Maurice - **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HILLIER, Bill; HANSON, Julienne - **The Social Logic of Space**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

JACOBS, Jane - **The Death and Life of Great American Cities**. New York: Random House, 1961.

JOSEPH, Isaac - **Paisagens urbanas, coisas públicas**. Caderno CRH. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1999, n.º 30/31.

LEFEBVRE, Henri - **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LEFEBVRE, Henri - **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

ZUKIN, Sharon - **Naked City: The Death and Life of Authentic Urban Places**. New York: Oxford University Press, 2010.

Automatización del despiece de fachadas modulares con cálculo de mermas para máximo aprovechamiento y mejora de sostenibilidad en la envolvente arquitectónica

Diego Lostao Chueca
Departamento de Arquitectura de la Universidad de Zaragoza
dlostao@unizar.es

Luis Agustín Hernández
Departamento de Arquitectura de la Universidad de Zaragoza
lagustin@unizar.es

Miguel Sancho Mir
Departamento de Arquitectura de la Universidad de Zaragoza
misanmi@unizar.es

Resumen: El módulo de la envolvente arquitectónica siempre ha sido un elemento esencial en la obtención de la belleza arquitectónica. No solo ordena la fachada: mide el edificio, fija ritmos e introduce proporciones. Se parte de esa condición arquitectónica del módulo desde múltiples escalas para preguntarse qué ocurre cuando cada unidad deja de entenderse solamente como parte de una composición visual y empieza a conservar, en fases tempranas, información sobre su origen material, su secuencia de corte y su posible aprovechamiento.
Se presenta la metodología seguida para el desarrollo de algoritmos desarrollados con la finalidad de automatizar el despiece de fachadas modulares con cálculo de mermas. La herramienta trata de unificar la intención formal, documentación técnica, suministro de material y revisión de obra. Su interés no reside tan solo en producir una retícula, sino en mantener trazable el dato que permite saber qué pieza es cada una, de qué panel procede, qué recorte genera y cómo puede reutilizarse. Así, una cuestión aparentemente funcional como puede ser cortar mejor un formato comercial, se convierte en una oportunidad para proyectar con más precisión, reducir desperdicio y acercar la sostenibilidad a decisiones concretas de la envolvente. Este texto trata de la exposición razonada de un flujo de trabajo donde se describen: la estructura de información de los paneles, el paso entre DXF, IFC e informe, y la lógica de nesting que distingue entre superficie disponible y geometría realmente aprovechable.

Palabras clave: BIM, fachadas modulares, nesting, trazabilidad material, merma.

Introducción

La metodología BIM ha modificado de forma significativa la manera en que se estructura la información de un proyecto de arquitectura, especialmente cuando el modelo deja de ser una representación tridimensional y pasa a integrarse en procesos de medición, coordinación, análisis, documentación y toma de decisiones[1]. En el contexto español, el Plan BIM en la contratación pública ha reforzado esta lectura al situar el modelo digital como soporte de información útil para el ciclo de vida de los activos, no solo como una herramienta de dibujo o visualización[2]. Sin embargo, una parte importante de la información que se genera durante el proyecto todavía se pierde o se simplifica cuando se pasa a fases de fabricación, suministro o montaje.

La envolvente arquitectónica es uno de los lugares donde esa pérdida de continuidad se hace más evidente. Una fachada modular no se construye como una superficie abstracta, sino como una serie de piezas, juntas, recortes, tolerancias y relaciones con huecos, encuentros y bordes. El módulo, en este contexto, no es una simple unidad repetida sino que se trata de: una herramienta de proporción, una regla de composición y un mecanismo de control constructivo. A través de él se obtiene ritmo, continuidad y escala, los ingredientes arquitectónicos. Pero esa misma condición más poética tiene una dimensión material concreta, cada módulo debe: fabricarse, cortarse, transportarse y colocarse. Por eso, cuando el despiece se resuelve al final mediante criterios manuales o documentos desconectados del modelo, parte del dato que podría alimentar decisiones de coste, sostenibilidad, control estético y logística corre el riesgo de quedar fuera del flujo principal de trabajo.

El problema de la merma se sitúa precisamente en esa zona intermedia estimándose generalmente de forma porcentual según la experiencia previa. El objetivo del texto es proponer un método que no sólamente identique el material sobrante tras el corte, sino que optimice el proceso de despiece o modulación y que permita obtener el resultado de cómo se ha se ha organizado la información antes de llegar a dicho corte. Una misma fachada puede producir diferentes niveles de aprovechamiento en función de las dimensiones comerciales del panel, del sentido de colocación, del origen de replanteo, de la posición de huecos, del orden de corte y de la capacidad de reutilizar recortes en otras posiciones. Desde este punto de vista, la merma no debería tratarse como una cifra final aislada, sino como un indicador de calidad del proceso de diseño y documentación.

La investigación presentada parte de esa doble lectura del módulo, como elemento de orden arquitectónico y como unidad material que deja un impacto ambiental en el proceso de fabricación. Una fachada puede mantener su coherencia visual y, al mismo tiempo, registrar

---

[1] PÉREZ SUÁREZ, Patricio Fernando; SOLANO ZAMBRANO, Diego Francisco; SORNOZA ALARCÓN, Sofía Lorena; CHÉRREZ CÓRDOVA, Evelyn Andrea - **Impacto de la tecnología BIM en la eficiencia y sostenibilidad de proyectos arquitectónicos.** Eídos. Quito: Universidad UTE. Vol. 17, n.º 24 (2024), p. 145-159. DOI: 10.29019/eidos.v17i24.1388.

[2] GOBIERNO DE ESPAÑA - Referencia del Consejo de Ministros, 27 de junio de 2023. Acuerdo por el que se aprueba el Plan de Incorporación de la Metodología BIM en la contratación pública de la Administración General del Estado y sus organismos públicos y entidades de derecho público vinculados o dependientes. Madrid: La Moncloa, 2023. Disponible en: <https://www.lamoncloa.gob.es/consejodeministros/referencias/Paginas/2023/refc20230627.aspx> [Consulta: 12 junio 2026].

qué piezas proceden de cada panel, qué recortes se generan y qué oportunidades de reutilización aparecen durante el corte. El alcance de esta comunicación es metodológico, se describen la estructura de datos, el flujo de trabajo y los criterios de cálculo que permiten ordenar el problema.

El presente texto adopta una lógica que parte de la información que ya existe en el entorno de proyecto, se reorganiza en una estructura propia, se automatiza una operación repetitiva y se exportan los resultados para que puedan ser interpretados por todos los agentes intervinientes. La diferencia es que ahora el objeto principal no es el impacto ambiental declarado por el material, sino la transformación de la fachada en piezas y la conservación de la trazabilidad de esa transformación.

Esta trazabilidad puede contribuir a reducir mermas, minimizar residuos derivados del corte, prever con mayor ajuste el material que debe movilizarse a obra, reducir tiempos de replanteo y facilitar el control pieza a pieza de la envolvente [Figura 1].



[Figura 1. Aloha Pirineos, una estructura prefabricada y una fachada modular construida por Kover Siglo XXI, caso potencial de aplicación. Fuente: Elaboración propia.]

1. Conceptos de sostenibilidad aplicados al despiece de la envolvente

La sostenibilidad en construcción suele abordarse desde indicadores globales como energía, emisiones, residuos, agua o agotamiento de recursos. El Análisis de Ciclo de Vida proporciona un marco para evaluar impactos ambientales potenciales a lo largo de las etapas de producción, construcción, uso y fin de vida[3]. En el ámbito específico de los productos de

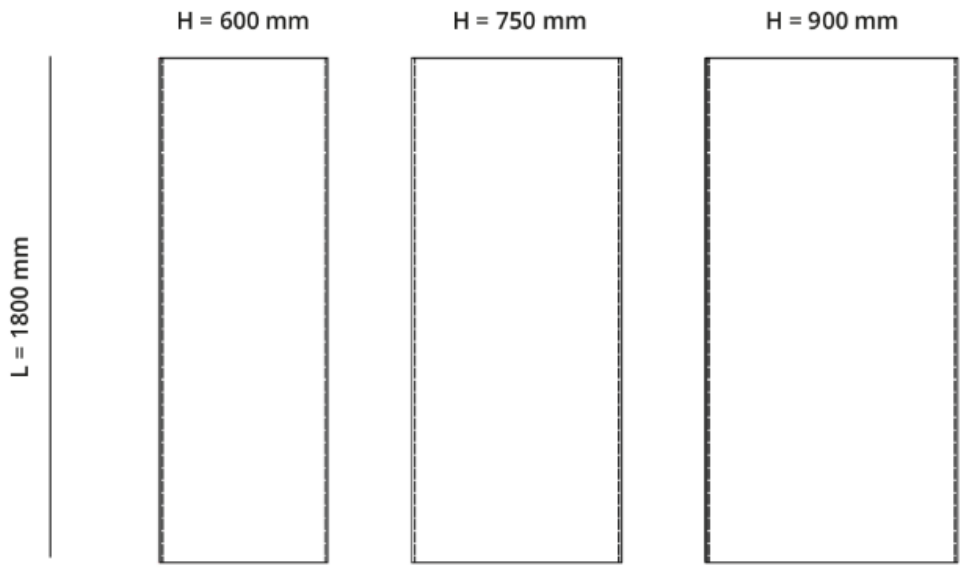
[3] INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION - **ISO 14040:2006** Environmental management. Life cycle assessment. Principles and framework. Geneva: ISO, 2006.
INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION - **ISO 14044:2006** Environmental management. Life cycle assessment. Requirements and guidelines. Geneva: ISO, 2006.

construcción, las Declaraciones Ambientales de Producto y las normas EN 15804 y EN 15978 han contribuido a ordenar la información ambiental y a diferenciar etapas del ciclo de vida[4]. Esta estructura es imprescindible, pero no agota todos los problemas materiales que aparecen durante el proyecto.
El despiece del módulo introduce una cuestión previa, antes de calcular el impacto de un material ya colocado, hay que saber cuánto material se compra, cuánto se aprovecha y cuánto se descarta. La diferencia entre superficie diseñada y superficie realmente necesaria para producir las piezas puede ser significativa en sistemas modulares, especialmente cuando existen huecos, encuentros irregulares o piezas singulares. Por ello, la reducción de merma debe entenderse como una decisión de proyecto con efectos ambientales potenciales, aunque su cuantificación completa requiera después factores de emisión, datos de producto y escenarios de ciclo de vida.

El World Green Building Council ha señalado la importancia de atender al carbono incorporado y no solo a las emisiones operativas de los edificios[5]. Esa preocupación desplaza parte de la atención hacia materiales, procesos de fabricación y decisiones tomadas antes de la obra. En una envolvente modular, el modo en que se cortan y agrupan los paneles forma parte de esas decisiones. El ahorro de material no equivale automáticamente a una reducción proporcional de impacto ambiental, pero puede convertirse en una variable de entrada para calcularlo.

La prefabricación y la construcción modular se asocian con frecuencia a mejoras de productividad, control de calidad y reducción de residuos, siempre que el proceso de diseño y fabricación esté suficientemente coordinado[6]. Sin embargo, la repetición modular no elimina por sí misma la merma. La puede reducir cuando las piezas son repetitivas y compatibles con formatos comerciales, pero también puede desplazar el problema a recortes no reutilizados si la información no se gestiona adecuadamente. De ahí la necesidad de una herramienta que no se limite a dibujar la retícula, sino que registre cómo se usa cada panel de origen [Figura 2].

[4] ASOCIACIÓN ESPAÑOLA DE NORMALIZACIÓN - **UNE-EN 15804:2012+A2:2020** Sostenibilidad en la construcción. Declaraciones ambientales de producto. Reglas de categoría de producto básicas para productos de construcción. Madrid: UNE, 2020.
ASOCIACIÓN ESPAÑOLA DE NORMALIZACIÓN - **UNE-EN 15978:2012** Sostenibilidad en la construcción. Evaluación del comportamiento ambiental de los edificios. Métodos de cálculo. Madrid: UNE, 2012.
[5] WORLD GREEN BUILDING COUNCIL - **Bringing Embodied Carbon Upfront**. London: World Green Building Council, 2019. Disponible en: <https://worldgbc.org/article/bringing-embodied-carbon-upfront/> [Consulta: 12 julio 2026].
[6] JAILLON, Lara; POON, C. S. - **Sustainable construction aspects of using prefabrication in dense urban environment: a Hong Kong case study**. Construction Management and Economics. Abingdon: Taylor & Francis. Vol. 26, n.º 9 (2008), p. 953-966. DOI: 10.1080/01446190802259043.



[Figura 2. Dimensiones de paneles de fachada ventilada de ULMA Architectural Solutions. Fuente: https://www.ulmaarchitectural.com/es-es/fachadas-ventiladas/info-tecnica. Consultado: 12 de junio de 2026]

El problema técnico queda definido en los términos cutting stock[7] y nesting[8]:

- El cutting stock aborda cómo cortar piezas a partir de formatos estándar minimizando desperdicio.
- El nesting amplía esa cuestión a la disposición de formas, a menudo bidimensionales, dentro de una superficie disponible. En el contexto de la fachada, esta lógica no puede separarse de criterios visuales, constructivos y de montaje. Una pieza puede caber geométricamente y, aun así, no ser adecuada si altera una junta principal, si genera un recorte frágil o si dificulta la lectura de la fachada.

Por tanto, conceptualmente se combinan tres mejoras:

- Ambiental: reducir mermas puede disminuir material comprado y residuos generados.
- Geométrica: cada pieza debe poder situarse físicamente en un panel disponible, no solo cumplir una equivalencia de áreas.
- Informacional: cada pieza debe conservar datos que permitan reconstruir su origen, su posición y su relación con otras piezas.

La hipótesis de trabajo es que la sostenibilidad material de la envolvente puede mejorar si estos tres conceptos se tratan de forma conjunta desde el flujo CAD-BIM.

[7] GILMORE, P. C.; GOMORY, R. E. - **A linear programming approach to the cutting-stock problem.** Operations Research. Catonsville: INFORMS. Vol. 9, n.º 6 (1961), p. 849-859. DOI: 10.1287/opre.9.6.849.
[8] DYCKHOFF, Harald - **A typology of cutting and packing problems.** European Journal of Operational Research. Amsterdam: Elsevier. Vol. 44, n.º 2 (1990), p. 145-159. DOI: 10.1016/0377-2217(90)90350-K.

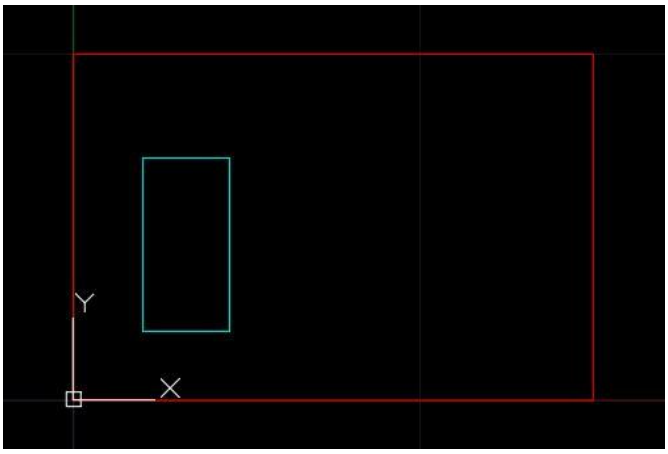
2. Implementación como prototipo de investigación

Se plantea un prototipo de investigación aplicada en cuyo desarrollo se emplearon herramientas de asistencia computacional, incluyendo ChatGPT[9] y Gemini CLI[10], como apoyo para la exploración de flujos de trabajo, la generación y revisión de algoritmos, y la depuración de procedimientos de exportación de la información. Las decisiones metodológicas, la definición arquitectónica del problema, la selección de criterios, la interpretación de resultados y la redacción final han sido revisadas y asumidas por los autores.

En esta fase inicial no se pretende certificar un comportamiento estable para cualquier proyecto ni ofrecer porcentajes de ahorro generalizables, sino definir una arquitectura de datos y un procedimiento de trabajo que puedan ampliarse. El enfoque coincide con las ideas del producto mínimo viable aplicada a procesos internos, es decir, desarrollar primero una herramienta integrada en la manera de trabajar del estudio, analizar qué información resulta realmente útil y, después, escalar el sistema.

El campo de aplicación previsto es la envolvente de una construcción. El prototipo parte de geometría de fachada extraída desde un entorno CAD y trabaja con paneles de dimensiones configurables. El usuario debe poder introducir, al menos, el ancho y alto del panel comercial, la junta entre piezas, la pérdida por corte, el espesor del material y la orientación principal de colocación. Estos parámetros condicionan el despiece, la viabilidad de los recortes, la cantidad de material necesario y la claridad con la que el resultado podrá revisarse en obra.

Una decisión inicial es que la entrada del dato se produzca mediante un archivo DXF [Figura 3] como formato abierto de intercambio de datos generable desde diferentes aplicaciones y, en versiones posteriores, podría implementarse mediante IFC para el flujo BIM. Se comienza estableciendo reglas de lectura sobre un elemento 2D simplificado compuesto por una polilínea exterior y otra interior que simularían una fachada y un hueco.



[Figura 3. Base .dxf empleada para primeras pruebas. Fuente: Elaboración propia]

[9] OPENAI – **Introducing ChatGPT.** San Francisco: OpenAI, 2022. Disponible en: https://openai.com/index/chatgpt/ [Consulta: 12 junio 2026].

[10] GOOGLE – **Gemini CLI: an open-source AI agent that brings Gemini to the terminal.** Mountain View: Google LLC, 2026. Disponible en: https://github.com/google-gemini/gemini-cli [Consulta: 12 junio 2026].

El objetivo es evitar que la herramienta dependa exclusivamente de convenciones de dibujo no estandarizadas. El programa no debería basarse en criterios variables del proveedor del dato, como son los nombres de las capas. En su lugar, se adopta como criterio que la polilínea de mayor superficie se interprete como perímetro de fachada, que las polilíneas interiores se traten como huecos y que el punto 0,0,0 actúe como origen de replanteo. Esta regla no resuelve todos los casos posibles, pero reduce la dependencia de errores de etiquetado y aproxima la lectura del archivo a una interpretación geométrica.

El prototipo se desarrolla con herramientas de programación orientadas a no quedar limitada a un único software o suscripción, sino articular la información de un modo legible conservando en todo momento los valores de geometría, documentación técnica e interoperabilidad BIM.

La implementación no debe entenderse como una cuestión meramente informática. Cada decisión técnica ha de traducirse a una pregunta arquitectónica que el programa pueda responder:

- Nombrar una pieza implica decidir cómo se orienta y replantea la fachada.
- Guardar un panel de origen implica reconocer que el material será cortado.
- Añadir un índice de nesting implica registrar el orden de aprovechamiento.
- Amitir que la revisión visual sigue siendo necesaria incluso cuando existe cálculo automatizado implica establecer auditados de seguridad como sombrear recortes en un DXF o indicar .

3. Metodología

La metodología se estructura en tres bloques: estructura de datos, flujo CAD-BIM y cálculo del aprovechamiento. La intención es que el proceso pueda entenderse como una cadena de información basada en el dato, no como una sucesión de comandos de software. El trabajo se centra en definir qué valor debe conservarse, cómo debe comunicarse esa información y qué comprobaciones resultan necesarias para que la merma pueda reducirse.

3.1. Estructura de la información de los paneles

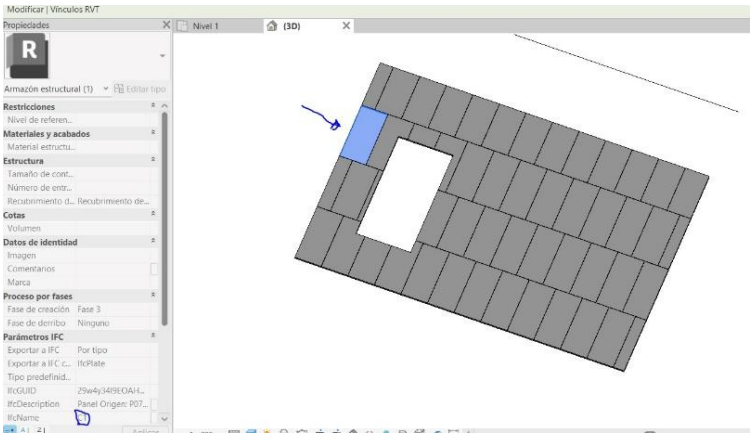
Se comienza definiendo qué información debe existir para que el despiece sea trazable. Una pieza de fachada no debería quedar identificada únicamente por su geometría, debe incorporar, como mínimo, una marca, una posición relativa, un panel de origen y un índice de aprovechamiento. Estos campos permiten responder a cuatro preguntas básicas: qué pieza es, dónde se coloca, de qué panel procede y en qué orden se va a colocar o aprovechar en obra.

La marca se propone como un código derivado de la posición para facilitar su localización en el momento de la colocación o de consulta durante el proceso de diseño. Desde un origen de referencia, las filas pueden nombrarse con números y las columnas con letras, siguiendo una estructura similar a la que emplearía una hoja de cálculo. Cuando la lectura avanza en sentido contrario al origen, el campo correspondiente puede recibir un signo negativo. Este sistema evita que el nombre de la pieza sea arbitrario, además, contribuye a la revisión de obra, porque el operario o técnico puede asociar la pieza a una zona del alzado siguiendo una lógica sencilla.

El panel de origen identifica el formato material del que procede la pieza. Este dato es esencial para estudiar la merma, si no se definiera, el cálculo se reduciría a una suma de áreas. Gracias a este parámetro se pueden listar los sobrantes de cada panel y estudiar si un recorte puede aprovecharse para otra pieza que también requiera algún recorte. Si varias piezas comparten panel de origen, el sistema deberá poder comprobar que la suma de sus ocupaciones no excede la superficie disponible y que el remanente permite alojar las piezas sucesivas como criterio de doble verificación.

El índice de nesting registra la secuencia de aprovechamiento. La primera pieza asignada a un panel recibirá el valor de 1, las posteriores piezas que aprovechen recortes del mismo panel recibirán índices sucesivos. Este dato permite diferenciar entre piezas principales y recortes aprovechados, pero implica una lógica temporal ya que, una pieza con índice 3 solo es válida si cabe en lo que queda tras colocar las piezas 1 y 2. Esta secuencia evita una posible simplificación, que consiste en considerar suficiente el área restante sin comprobar la geometría real del sobrante. Esta prueba lógica se observó e implementó tras las primeras pruebas del prototipo auditando fallos potenciales.

La estructura de datos asociada a las piezas se debe trasladar al modelo BIM mediante parámetros concretos. En IFC, este planteamiento puede resolverse generando placas individualizadas y asignando un conjunto de propiedades de panelizado. El estándar IFC, desarrollado por buildingSMART[11] y normalizado internacionalmente, resulta pertinente porque permite intercambiar geometría y propiedades entre aplicaciones equivalentes sin depender de un único proveedor de software. En esta contexto, IFC se entiende sobre todo como soporte de trazabilidad [Figura 4], no solo guarda la forma, sino que también almacena la relación entre pieza, panel de origen y secuencia de colocación.



[Figura 4. Trazabilidad del dato generado. Fuente: Elaboración propia]

3.2. Flujo del dato CAD-BIM

El flujo previsto parte de una geometría de fachada 2D desde un archivo DXF y deberá finalizar en diferentes entregables:

[11] BUILDINGSMART INTERNATIONAL - **Industry Foundation Classes (IFC).** buildingSMART International. Disponible en: <https://www.buildingsmart.org/standards/bsi-standards/industry-foundation-classes/> [Consulta: 12 junio 2026].

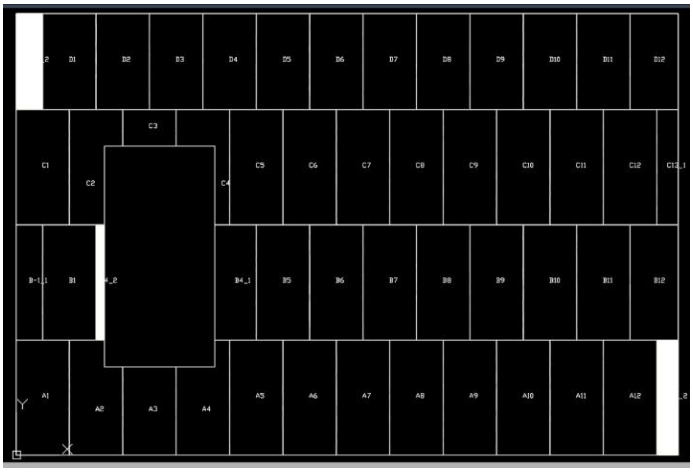
- Un documento CAD para revisión gráfica que facilita la comprobación visual,
- un modelo IFC para trazabilidad BIM conservando la información estructurada y,
- un informe en PDF para lectura de parámetros introducidos así como extracción de conclusiones resumiendo criterios y advertencias.

La existencia de varios formatos se plantea como respuesta a distintos modos de uso y, por lo tanto, distintas necesidades.

La primera operación consiste en interpretar el contorno de la fachada y sus huecos. Después se extrae la superficie neta, sobre esa superficie se proyecta una retícula de paneles condicionada por las dimensiones comerciales, las juntas y la orientación. Esta fase debe ser bastante flexible, porque la mejor solución no siempre será la de mayor repetición geométrica, es posible que una orientación reduzca el número de piezas singulares pero aumente la merma, o que una disposición a tresbolillo mejore la lectura estética pero complique el aprovechamiento y hay que controlar todas estas variables.

El programa debe permitir comparar configuraciones, pero sin convertir esa comparación en una búsqueda de optimización absoluta. La expresión máximo aprovechamiento debe entenderse siempre dentro de las restricciones definidas por la geometría de entrada, las dimensiones de panel, las reglas de corte, la orientación permitida, los criterios de junta y las restricciones de fabricación. No se persigue un aprovechamiento del 100 %, sino una reducción máxima de desperdicio dentro de las condiciones constructivas del sistema, esta parte es esencial para limitar el número de iteraciones que el programa deba realizar.

La generación del DXF cumple una función de revisión. Las piezas principales y los recortes pueden organizarse en capas diferenciadas, y el sombreado se relaciona visualmente con las piezas que proceden del mismo panel [Figura 5]. Esta representación es útil porque permite detectar incoherencias antes de considerar válido el cálculo, conviene recordar que la automatización no elimina la revisión técnica, sino que la desplaza hacia una lectura más informada.



[Figura 5. Archivo .dxf generado con sombreados e identificadores para comprobación visual empleada para primeras pruebas. Fuente: Elaboración propia]

La exportación IFC cumple una función diferente. Su objetivo no es sustituir al plano de despiece, sino conservar las piezas como elementos individualizados con propiedades para su trazabilidad 3D durante todo el proceso de oficina técnica. Al almacenar datos como la marca, el panel de origen y el índice de nesting, el modelo puede servir para coordinación, revisión posterior o conexión con otros procesos de análisis. En este punto conviene profundizar en los debates sobre interoperabilidad BIM y calidad del dato: el valor no está solo en exportar un archivo, sino en decidir qué información viaja dentro de él.

3.3. Cálculo de aprovechamiento y merma

El cálculo de aprovechamiento se basa en una distinción entre área disponible y geometría disponible. Una pieza puede tener un área menor que el sobrante de un panel y, aun así, no caber en él por su forma, por este motivo, el prototipo debe trabajar también con geometrías de recortes, y actualizarlas tras cada colocación.

Comenzamos a definir la operación básica de trabajo que consiste en ordenar las piezas según los criterios definidos de origen de colocación. Se les asignará a paneles de origen y, cuando sea necesario el corte, identificar la pieza obtenida y la resultante, el recorte resultante se guarda en memoria para que pueda ser aprovechado posteriormente antes de colocar un nuevo panel. En el momento en que vuelve a necesitarse una pieza recortada, el sistema deberá comprobar primero los sobrantes existentes y, si ninguno encaja, entonces se recortará un nuevo panel y se conservará su remanente. De esta manera, el cálculo de merma se podría decir que procede de una cadena de decisiones técnicas automatizadas.

Las piezas afectadas por huecos requieren una atención particular que se implementará en futuras versiones. En encuentros con ventanas, puertas o bordes pueden aparecer piezas en L u otras geometrías no rectangulares, desde un punto de vista puramente geométrico, esas piezas pueden ser válidas, sin embargo, desde un punto de vista constructivo, pueden llegar a resultar poco razonables para el material elegido. Por ello, el programa deberá contemplar restricciones de fabricación, como una dimensión mínima de brazo, una relación máxima entre longitud y estrechamiento, o reglas para dividir piezas complejas en piezas más simples.

El cálculo de merma producirá tres niveles de información o tres tipología de datos de diferente escala.

- Datos globales: número estimado de paneles, superficie neta, superficie comprada, superficie aprovechada y porcentaje de merma [Figura 6].
- Datos de relación: qué piezas proceden de cada panel de origen y qué recortes se reutilizan.
- Datos de control: qué piezas o paneles requieren revisión por exceder límites, por tener geometría compleja o por depender de criterios todavía no validados.

Estos niveles permiten que el resultado no sea una cifra aislada, sino una base de discusión entre proyecto, fabricación y obra.

Orientación	Disposición	Eficiencia	Paneles
Vertical	Alineada	90.81%	48
Vertical	Tresbolillo	90.81%	48
Horizontal	Alineada	87.15%	50
Horizontal	Tresbolillo	88.90%	49

[Figura 6. Análisis de eficiencia con diferentes configuraciones. Fuente: Elaboración propia]

4. Visualización, revisión y comunicación del dato

Una herramienta de despiece no termina cuando produce un cálculo, el dato debe poder leerse, revisarse y discutirse por proyectistas, fabricantes, dirección de obra, responsables de sostenibilidad y clientes, es decir, por todos los agentes intervinientes. En el caso del panelizado de una envolvente, la visualización tiene la función de transmitir una optimización sostenible de los procesos que, de otro modo, exigiría mucho tiempo de revisión manual.

El primer entregable de visualización buscado es gráfico, un plano. Un DXF con capas diferenciadas y recortes sombreados que permite auditar si la asociación entre piezas y paneles de origen es coherente, también puede ayudar a detectar errores de lectura de huecos, piezas demasiado pequeñas o situaciones donde la lógica del nesting produce una solución técnicamente válida pero poco clara para obra permitiendo así su validación, desde la fase de diseño, por el equipo de montadores.

El siguiente archivo que se busca generar es informacional prentendiendo no separar la geometría de la información. Un IFC que permita consultar propiedades asociadas a cada pieza, esta consulta es útil para auditoría interna, coordinación de producción o trazabilidad posterior y se puede visualizar de forma libre en dispositivos móviles. Gracias a este documento se pueden aplicar filtros de búsqueda para localizar un panel por valores como la marca, el panel de origen o el índice de nesting.

Finalmente se necesita un documento que sintetice todas las operaciones realizadas y nos devuelva unas conclusiones de consulta rápida. Un informe PDF que explique los parámetros de entrada empleados, los criterios del cálculo, transmita advertencias y los resultados, se busca una transparencia que evita interpretar el resultado como una verdad automática, la herramienta debe mostrar cómo ha llegado a una solución, no solo cuál es la solución propuesta [Figura 7]. En fases posteriores, ese informe podrá incorporar comparaciones entre distintas configuraciones o análisis relacionales que puedan considerarse útiles para casos concretos.

ID Base	Piezas Incluidas	Área Total (m2)	Estado
C13	C13_2, C13_1	2.496	OK
B-1	B-1_1, B-1_2	2.838	OK
B4	B4_2, B4_1	2.912	OK

[Figura 7. Auditado de verificación de los resultados. Fuente: Elaboración propia]

Si el sistema conserva datos como superficie, material, espesor, panel de origen y merma estimada, se pueden aprovechar para conectarlos con factores ambientales procedentes de

DAP, bases de datos o bibliotecas propias. Este enlace futuro debe estudiarse con precaución ya que para llegar a ese punto habría que integrar datos de producto, transporte, puesta en obra, vida útil y fin de vida, siguiendo normas y metodologías ambientales reconocidas[12].

5. Conclusiones

La merma no debe aparecer únicamente al final del proceso constructivo, cuando se contabilizan los residuos, sino desde el momento en que se decide cómo se interpreta la geometría o qué panel comercial se elige como material, la investigación presentada muestra cómo, en verdad el despiece de fachadas modulares se trata, de una operación de proyecto con consecuencias técnicas, económicas y ambientales. Desde esta perspectiva, automatizar el despiece no significa sustituir el criterio técnico, sino mejorar su calidad y hacerlo revisable en todo el proceso.

El algoritmo desarrollado permite ordenar esa información mediante una estructura mínima de trazabilidad compuesta por marca, panel de origen e índice de nesting, estos campos relacionan la posición de la pieza en la fachada, el material del que procede y la secuencia de aprovechamiento que justifica su asignación. La aportación de la herramienta no se limita solo a producir una retícula de panelizado, sino en conservar la genealogía material de cada pieza, ese cambio de enfoque permite que el despiece pueda ser revisado como un flujo de datos y no únicamente como un dibujo final.

En sistemas de paneles con aprovechamiento de recortes, el hecho de que exista superficie sobrante no garantiza que una pieza pueda alojarse en ella, la comprobación geométrica de los sobrantes, actualizada tras cada corte, introduce una lectura más cercana a la fabricación real y reduce el riesgo de aceptar soluciones que solo son válidas en términos numéricos, conviene validar siempre con un doble sistema de verificación para evitar incidencias similares.

La visualización del proceso es parte fundamental, se decide que las salidas necesarias para su revisión en toda la vida útil del dato son: DXF, IFC e informe en PDF, todos ellos cumplen funciones complementarias.

Las siguientes fases de trabajo deberán concentrarse en validar la herramienta y el flujo de la información mediante casos reales, también se ampliarán las restricciones de fabricación, especialmente en piezas en L, si se introducen estas mejoras, el prototipo puede evolucionar desde una herramienta de cálculo de aprovechamientos hasta llegar a ser una plataforma de

[12] ASOCIACIÓN ESPAÑOLA DE NORMALIZACIÓN - **UNE-EN 15804:2012+A2:2020** Sostenibilidad en la construcción. Declaraciones ambientales de producto. Reglas de categoría de producto básicas para productos de construcción. Madrid: UNE, 2020.
ASOCIACIÓN ESPAÑOLA DE NORMALIZACIÓN - **UNE-EN 15978:2012** Sostenibilidad en la construcción. Evaluación del comportamiento ambiental de los edificios. Métodos de cálculo. Madrid: UNE, 2012.
INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION - **ISO 14040:2006** Environmental management. Life cycle assessment. Principles and framework. Geneva: ISO, 2006.
INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION - **ISO 14044:2006** Environmental management. Life cycle assessment. Requirements and guidelines. Geneva: ISO, 2006.

toma de decisiones de proyecto en fases de diseño y fabricación de fachadas modulares con un mayor control material.

6. Bibliografía

ASOCIACIÓN ESPAÑOLA DE NORMALIZACIÓN - **UNE-EN 15804:2012+A2:2020** Sostenibilidad en la construcción. Declaraciones ambientales de producto. Reglas de categoría de producto básicas para productos de construcción. Madrid: UNE, 2020.

ASOCIACIÓN ESPAÑOLA DE NORMALIZACIÓN - **UNE-EN 15978:2012** Sostenibilidad en la construcción. Evaluación del comportamiento ambiental de los edificios. Métodos de cálculo. Madrid: UNE, 2012.

BUILDINGSMART INTERNATIONAL - **Industry Foundation Classes (IFC).** buildingSMART International. Disponible en: <https://www.buildingsmart.org/standards/bsi-standards/industry-foundation-classes/> [Consulta: 12 junio 2026].

DYCKHOFF, Harald - **A typology of cutting and packing problems.** European Journal of Operational Research. Amsterdam: Elsevier. Vol. 44, n.º 2 (1990), p. 145-159. DOI: 10.1016/0377-2217(90)90350-K.

GILMORE, P. C.; GOMORY, R. E. - **A linear programming approach to the cutting-stock problem.** Operations Research. Catonsville: INFORMS. Vol. 9, n.º 6 (1961), p. 849-859. DOI: 10.1287/opre.9.6.849.

GOBIERNO DE ESPAÑA - Referencia del Consejo de Ministros, 27 de junio de 2023. Acuerdo por el que se aprueba el Plan de Incorporación de la Metodología BIM en la contratación pública de la Administración General del Estado y sus organismos públicos y entidades de derecho público vinculados o dependientes. Madrid: La Moncloa, 2023. Disponible en: <https://www.lamoncloa.gob.es/consejodeministros/referencias/Paginas/2023/refc20230627.aspx> [Consulta: 12 junio 2026].

GOOGLE – **Gemini CLI: an open-source AI agent that brings Gemini to the terminal.** Mountain View: Google LLC, 2026. Disponible en: https://github.com/google-gemini/gemini-cli [Consulta: 12 junio 2026].

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION **- ISO 14040:2006** Environmental management. Life cycle assessment. Principles and framework. Geneva: ISO, 2006.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION - **ISO 14044:2006** Environmental management. Life cycle assessment. Requirements and guidelines. Geneva: ISO, 2006.

JAILLON, Lara; POON, C. S. - **Sustainable construction aspects of using prefabrication in dense urban environment: a Hong Kong case study**. Construction Management and Economics. Abingdon: Taylor & Francis. Vol. 26, n.º 9 (2008), p. 953-966. DOI: 10.1080/01446190802259043.

OPENAI – **Introducing ChatGPT.** San Francisco: OpenAI, 2022. Disponible en: https://openai.com/index/chatgpt/ [Consulta: 12 junio 2026].

PÉREZ SUÁREZ, Patricio Fernando; SOLANO ZAMBRANO, Diego Francisco; SORNOZA ALARCÓN, Sofía Lorena; CHÉRREZ CÓRDOVA, Evelyn Andrea - **Impacto de la tecnología BIM en la eficiencia y sostenibilidad de proyectos arquitectónicos.** Eídos. Quito: Universidad UTE. Vol. 17, n.º 24 (2024), p. 145-159. DOI: 10.29019/eidos.v17i24.1388.

WORLD GREEN BUILDING COUNCIL - **Bringing Embodied Carbon Upfront**. London: World Green Building Council, 2019. Disponible en: <https://worldgbc.org/article/bringing-embodied-carbon-upfront/> [Consulta: 12 julio 2026].

Átrio de entrada. Um limiar de transição. Ensaio metodológico a partir do Bairro de Alvalade[1]

Madalena Ribeiro Bailey
Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa
madalenabailey@edu.ulisboa.pt

Filipa Viegas Serpa dos Santos
CIAUD, Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa
filipaserpa@edu.ulisboa.pt

Resumo: O edifício habitacional coletivo constitui um elemento estruturante do tecido urbano, participando ativamente na construção da cidade. Este integra sistemas de acesso e distribuição fundamentais na composição do habitar coletivo, associados aos espaços de transição entre os domínios público e privado, enquanto lugares de relação e apropriação. Neste contexto, o átrio de entrada assume particular relevância enquanto primeiro espaço comum interior e momento de transição entre a rua e o edifício, como parte do percurso de aproximação à casa. A partir da compreensão dos espaços intermédios como dispositivos espaciais capazes de construir relações graduais entre diferentes esferas de uso, o átrio pode ser entendido como um limiar *espesso* de mediação entre diferentes domínios, nomeadamente entre a cidade e a habitação. Neste quadro, coloca-se uma questão metodológica central: como ler e interpretar o átrio de entrada no edifício habitacional coletivo? Para responder a esta questão, o artigo propõe o ensaio de uma matriz de leitura, que tem como objetivo a leitura sistemática dos casos e a sua comparação, avaliando a capacidade de identificar recorrências e diferenças na maneira como organizam a transição entre o domínio público da cidade e o interior do edifício. A metodologia assenta em quatro fases: 1) breve enquadramento teórico; 2) seleção dos casos de estudo, levantamento e redesenho; 3) leitura dos casos através de uma matriz de análise; e 4) discussão dos resultados e conclusão. Os resultados evidenciam que o átrio não corresponde a uma solução espacial única, assumindo configurações distintas que refletem diferentes formas de estabelecer a transição entre cidade e edifício. Entende-se que o átrio ultrapassa a função de acesso e distribuição, afirmando-se como um elemento relacional e um espaço intermédio capaz de mediar diferentes graus de relação entre os vários domínios que articula.

Palavras-chave: Edifício habitacional coletivo; átrio de entrada; espaço de mediação; Alvalade

[1] A base deste texto foi desenvolvida no âmbito da unidade curricular de "Arquitetura da Habitação" do 1º ano do curso de doutoramento em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, centrando-se no papel do átrio de entrada em edifícios de habitação coletiva em Lisboa, construídos entre 1926 e 2026. O presente artigo constitui uma etapa exploratória dessa investigação, assumindo-se como um ensaio metodológico.

Introdução

O edifício habitacional coletivo constitui um elemento fundamental da cidade construída[2], pelo seu papel na definição de grande parte do tecido urbano edificado[3]. Para além da organização das unidades habitacionais, a sua composição depende também dos espaços comuns de transição que asseguram o acesso, a distribuição e a relação entre o edifício e a cidade, surgindo como espaços complementares, tanto ao espaço público, como ao espaço privado[4].

Neste quadro, os espaços de acesso e distribuição assumem um papel decisivo na composição do edifício habitacional coletivo. A importância destes espaços tem sido reconhecida por autores que analisam a habitação coletiva a partir da relação entre as unidades habitacionais a estrutura distributiva do edifício. No contexto português, Portas[5] foi uma referência fundamental para a compreensão dos espaços de distribuição na arquitetura habitacional, ao identificar o "organismo distributivo das habitações" como uma questão arquitetónica própria, não redutível à resolução funcional dos acessos. Para o autor, os espaços de acesso e distribuição assumem um papel decisivo na qualidade da transição entre o espaço público e o espaço privado, podendo reforçar ou comprometer essa relação. Mais recentemente, Fleischer[6] retoma esta problemática ao chamar a atenção para o potencial arquitetónico e social dos espaços de acesso e circulação na habitação coletiva.

Átrios, escadas, patamares, corredores e galerias não se limitam a assegurar a circulação entre a rua e as unidades habitacionais; constituem a estrutura comum através da qual o edifício organiza diferentes graus de aproximação ao espaço doméstico privado[7]. Ao articularem o domínio público da cidade com o domínio coletivo do edifício e a esfera privada da habitação, estes espaços conferem espessura[8] arquitetónica ao percurso de chegada a casa. Neste sistema de permanência e circulação[9], o átrio de entrada adquire particular relevância, enquanto primeiro espaço comum interior e primeiro momento de transição entre o exterior e o interior.

É neste sentido que o presente artigo se centra no átrio de entrada do edifício habitacional coletivo, como parte de um sistema mais amplo de acesso e distribuição. A sua leitura pretende observar de que modo os diferentes edifícios organizam a passagem entre a rua

---

[2] MONTEYS, Xavier - O edifício comum. Casas lisboetas. In DIAS COELHO, Carlos. **Os elementos urbanos**. 2.ª ed. Lisboa : Argumentum, 2015. p. 189–205.

[3] DIAS COELHO, Carlos - O tecido. Leitura e interpretação. In DIAS COELHO, Carlos. - **Os elementos urbanos**. 2.ª ed. Lisboa: Argumentum, 2015. p. 13–35.

[4] LEITE, João Silva; SERPA, Filipa - Entre o doméstico e o urbano: os sistemas de transição como espaço para um habitar colectivo. ***Cidades, Comunidades e Territórios***. Lisboa : DINÂMIA'CET-Iscte. nº 47 (2023), p. 101–125.

[5] PORTAS, Nuno - Considerações sobre o organismo distributivo das habitações. **Arquitectura: revista de arte e construção**. (1960), 48–52

[6] FLEISCHER, Adrien - **The potential of circulation spaces in collective housing**. Lausanne: Escola Politécnica Federal de Lausanne, 2025. Tese de Mestrado em Arquitetura.

[7] CHERMAYEFF, Serge; ALEXANDER, Christopher - **Community and privacy: toward a new architecture of humanism**. Garden City, N.Y.: Doubleday, 1963.

[8] VAN EYCK, Aldo - **The child, the city and the artist: an essay on architecture: the in-between realm**. Amsterdam: SUN Publishers, 2008.

[9] BOETTGER, Till - **Threshold spaces: transitions in architecture: analysis and design tools**. Basel: Birkhäuser, 2014.

e o espaço comum do edifico, caraterizada como o primeiro momento de uma sequência de acesso à habitação. A partir deste enquadramento, coloca-se uma questão metodológica central: como ler e comparar o átrio de entrada no edifício habitacional coletivo? Pretende-se, com o presente artigo, ensaiar uma matriz de leitura do átrio, com o objetivo de obter resultados comparáveis dos casos selecionados. A matriz proposta é testada em cinco casos localizados no Bairro de Alvalade, em Lisboa.

Deste modo, o artigo procura contribuir para uma leitura do átrio enquanto elemento do sistema de acesso e distribuição no edifício habitacional coletivo. Ao concentrar-se num único elemento do sistema, pretende-se verificar de que modo a sua leitura permite reconhecer diferenças na composição destes espaços.

1. Átrio - limiar de transição

O termo átrio tem origem no latim *atrium*[10] . Na domus romana, o *atrium* constituía uma peça central da organização doméstica, funcionando simultaneamente como espaço de receção, representação e distribuição. A leitura de Wallace-Hadrill[11] sobre as gradações espaciais entre público e privado permite entender o *atrium* como um dispositivo de mediação entre o exterior e os espaços mais íntimos da casa. Como descreve Vitruvius[12], os *atria* constituíam elementos fundamentais de organização da habitação privada, definidos pelas suas proporções, variações formais, relação com os restantes compartimentos da casa e pelo estatuto da habitação. O *atrium* não correspondia apenas a um espaço de entrada, mas a uma peça central da organização doméstica, frequentemente articulada com o *vestibulum*, as *fauces*, o *tablinum* e o *peristilo*[13] .

Vários autores identificam, por isso, o átrio como um espaço de gradação espacial e social[14] [15] [16]. Esta condição permite entendê-lo como um antecedente relevante dos espaços de entrada e transição na arquitetura doméstica. A importância destes espaços relaciona-se com o papel que desempenham na articulação entre formas de habitar, valores culturais e função[17], bem como na organização de limites, passagens e relações entre diferentes domínios da habitação[18]. A sua recorrência na arquitetura vernacular evidencia ainda a capacidade de responder e adaptar-se a diferentes condições sociais, culturais e ambientais[19]. Esta leitura pode ainda ser aproximada da reflexão de Evans[20], para quem portas, passagens e sequências interiores não constituem apenas elementos funcionais de circulação, mas participam na organização das relações entre

---

[10] LEWIS, Charlton T.; SHORT, Charles - **A Latin dictionary.** Oxford: Clarendon Press, 1879.
[11] WALLACE-HADRILL, Andrew - **Houses and society in Pompeii and Herculaneum.** Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1994.
[12] VITRÚVIO - **Tratado de Arquitectura.** Lisboa: IST Press, 2006.
[13] VITRÚVIO - **Tratado de Arquitectura.** Lisboa: IST Press, 2006.
[14] MACDONALD, William L. - **The architecture of the Roman Empire**. **Volume 1, An introductory study**. New Haven; London: Yale University Press, 1982.
[15] RYKWERT, Joseph - **The idea of a town: the anthropology of urban form in Rome, Italy and the ancient world**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1988.
[16] WALLACE-HADRILL, Andrew - **Houses and society in Pompeii and Herculaneum.** Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1994.
[17] RAPOPORT, Amos - **House form and culture**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1969.
[18] LAWRENCE, Roderick J. - **Transition spaces and dwelling design**. **Journal of Architectural and Planning Research.** Chicago: Locke Science Publishing Company, Inc. Vol 1, nº4 (1984), p. 261–271.
[19] OLIVER, Paul - **Built to meet needs: cultural issues in vernacular architecture**. Oxford: Architectural Press, 2006.
[20] EVANS, Robin - Figures, doors and passages. In EVANS, Robin - **Translations from drawing to building and other essays**. London: Architectural Association Publications, 1997. p. 55–92.

compartimentos, usos e graus de intimidade. Neste sentido, o átrio pode ser compreendido como parte de uma estrutura espacial de mediação entre diferentes domínios da habitação. A evolução histórica do termo demonstra que os conceitos arquitetónicos se transformam com os contextos sociais, culturais e construtivos em que são utilizados[21]. O átrio contemporâneo já não corresponde ao *atrium* da casa romana, mas preserva algumas das suas funções fundamentais: receber, orientar, distribuir e mediar. Em edifícios públicos, institucionais ou coletivos, pode assumir grande escala e valor representativo[22]; em edifícios habitacionais, tende a corresponder a uma área mais contida, associada à entrada comum e à articulação com a circulação interna. No entanto, em ambos os casos, o átrio tende a ultrapassar uma definição meramente funcional, participando na organização dos percursos e na estruturação da experiência espacial do edifício. A leitura de Sherer[23] sobre os *ingressi* (entradas ou acessos) de Milão reforça esta interpretação, ao entender o espaço de entrada como um limiar prolongado, no qual passagem, acesso e representação se articulam entre o interior do edifício e o espaço urbano. Para o autor, estes espaços não se limitam a permitir a transição entre dois domínios, mas constroem uma zona ambígua de mediação, simultaneamente funcional, simbólica e espacial, capaz de conferir autonomia arquitetónica ao momento de entrada.

É neste sentido que o átrio se aproxima da noção de limiar. Associado aos estudos antropológicos dos ritos de passagem, o limiar é entendido como uma condição intermédia entre dois estados[24] . No domínio da arquitetura é reconhecido como uma zona de mediação entre domínios espaciais distintos. A abordagem de Van Eyck[25] permite compreender este espaço intermédio como um in-between, isto é, uma zona de transição com espessura própria, capaz de articular condições aparentemente opostas, como público e privado, cidade e casa. *Espessar* o limiar não significa apenas aumentar a dimensão física do átrio, mas introduzir graus intermédios entre o domínio público e o domínio privado do edifício[26] . Entende-se portanto, como um espessamento do limiar, a condição material e social de o átrio considerar uma sequência de espaços de diferentes naturezas - forma/função, promotoras de diferentes formas de estar, constituindo também, portanto, como espessura ou densidade social. Hertzberger[27] aprofunda esta leitura ao reconhecer nos espaços intermédios a capacidade de construir relações graduais entre diferentes esferas de uso. Também Moley[28] reforça esta condição ao estudar os espaços situados entre a casa e o exterior, isto é, aqueles que medeiam a sua aproximação.
Assim, o átrio pode ser entendido como um espaço limiar: não pertence plenamente à rua nem à habitação, mas constitui um primeiro espaço comum onde se organiza a transição, mediação e articulação entre o domínio público da cidade e o domínio coletivo

---

[21] FORTY, Adrian - **Words and buildings: a vocabulary of modern architecture**. London: Thames & Hudson, 2000.
[22] NIETO VICENTE, Ramón - **Entre un hall y cualquier otra cosa.** Barcelona: Universidade Politécnica da Catalunha, Escola Técnica Superior de Arquitetura de Barcelona, 2016. 2 vol. Tese de Mestrado em Arquitetura.
[23] SHERER, Daniel – **The discreet charm of the entryway: architecture, art, and design in the Milanese ingressi, 1910–70**. In KOLBITZ, Karl - Entryways of Milan. Ingressi di Milano. Köln: Taschen, 2017. p. 22-30.
[24] VAN GENNEP, Arnold - **The rites of passage.** Chicago: University of Chicago Press, 1960.
[25] VAN EYCK, Aldo - **The child, the city and the artist: an essay on architecture: the in-between realm**. Amsterdam: SUN Publishers, 2008.
[26] CHERMAYEFF, Serge; ALEXANDER, Christopher - **Community and privacy: toward a new architecture of humanism**. Garden City, N.Y.: Doubleday, 1963.
[27] HERTZBERGER, Herman - **Lessons for students in architecture**. Rotterdam: 010 Publishers, 1991.
[28] MOLEY, Christian - **Les abords du chez soi: en quête d'espaces intermédiaires**. [Os espaços envolventes da habitação: em busca de espaços intermédios] Paris: Éditions de la Villette, 2006.

do edifício, conferindo espessura arquitetónica ao percurso de aproximação a casa[29]. A sua configuração pode ser variada: em alguns casos pode reduzir-se a uma pequena área associada à circulação vertical; noutros, pode assumir maior autonomia espacial ou articular-se com galerias, pátios e espaços exteriores coletivos. O átrio não corresponde a uma forma única, mas a uma posição estratégica dentro do sistema mais amplo de acesso e distribuição.



Figura 1: Átrio de entrada de um dos edifícios do cruzamento da Av. Roma e Av. EUA, Lisboa.
Fonte: fotografia da segunda autora, 2026.

2. Alvalade como campo de observação

O Bairro de Alvalade constitui um dos exemplos mais significativos do urbanismo habitacional português do século XX[30]. Desenvolvido a partir do Plano de Urbanização da Zona a Sul da Avenida Alferes Malheiro, de autoria do arquiteto João Guilherme Faria da Costa e aprovado em 1945[31], o bairro desempenhou um papel determinante na expansão de Lisboa e na consolidação de novos modelos de habitação coletiva[32]. O Plano assenta numa estrutura urbana organizada em oito células habitacionais, articuladas por uma rede viária hierarquizada e por uma distribuição funcional de equipamentos, comércio e serviços[33]. Esta organização é complementada por um sistema de espaços livres e logradouros que participa na estrutura verde do bairro[34]. A lógica organizativa procurava responder simultaneamente a objetivos funcionais, sociais e urbanísticos,

[29] VAN EYCK, Aldo - **The child, the city and the artist: an essay on architecture: the in-between realm**. Amsterdam: SUN Publishers, 2008.
[30] TOSTÕES, Ana - O Bairro de Alvalade. In MOITA, Irisalva - **O livro de Lisboa**. Lisboa: Livros Horizonte, 1994. p. 519–522.
[31] COSTA, João Pedro - **Bairro de Alvalade : um paradigma no urbanismo português**. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.
[32] TOSTÕES, Ana - O Bairro de Alvalade. In MOITA, Irisalva - **O livro de Lisboa**. Lisboa: Livros Horizonte, 1994. p. 519–522.
[33] COSTA, João Pedro - **Bairro de Alvalade : um paradigma no urbanismo português**. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.
[34] NEVES, Jorge da Rosa; PINTO, Paulo Tormenta - Logradouros do Montepio Geral: heranças e contextos na Avenida Alferes Malheiro e na estrutura verde do Bairro de Alvalade (1940–1970). **Cidades, Comunidades e Territórios.** Lisboa: DINÂMIA'CET-IUL. nº 38 (2019), p. 117–151.

integrando a habitação numa visão abrangente da cidade [35]. Ao longo da sua concretização, o plano integrou diferentes programas habitacionais e soluções arquitetónicas, refletindo a evolução das políticas de habitação e das práticas projetuais entre as décadas de 1940 e 1970, contribuindo para a diversidade tipológica e formal que caracteriza o bairro de Alvalade[36].

Neste contexto, os espaços de acesso aos edifícios assumem particular relevância. As diferentes soluções adotadas para o átrio de entrada e para a transição entre a cidade e a habitação revelam modos distintos de conceber a mediação entre o domínio público e o domínio coletivo privado, refletindo a variedade de abordagens presentes na sua construção.



Figura 2: Plano de Urbanização da Zona Sul da Avenida Alferes Malheiro, planta de apresentação, 1945; Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa.

3. Metodologia

O objetivo é testar um procedimento que permita observar, descrever e comparar o átrio de entrada enquanto elemento do sistema de acesso e distribuição. A metodologia assenta numa leitura do átrio baseada em evidência empírica, construída a partir da observação direta, da recolha documental, do desenho analítico e da aplicação de uma matriz comum de leitura a todos os casos, permitindo uma leitura comparativa e assenta em quatro momentos.

[35] FRANÇA, José-Augusto - **Lisboa: urbanismo e arquitectura**. Lisboa: Livros Horizonte, 1997.
[36] COSTA, João Pedro - **Bairro de Alvalade : um paradigma no urbanismo português**. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

O primeiro momento corresponde à **identificação e seleção dos casos de estudo**. A documentação sistematizada por Costa[37] constitui uma base importante para enquadrar o campo de observação e identificação dos edifícios a analisar. A escolha do Bairro de Alvalade como campo de observação justifica-se pela sua relevância no contexto da habitação coletiva em Lisboa e pela possibilidade de observar, num mesmo contexto urbano, diferentes configurações do átrio de entrada em edifícios habitacionais coletivos. A análise incide sobre cinco casos, que devem ser entendidos como um conjunto exploratório destinado a testar a operacionalidade da matriz proposta. A seleção dos cinco casos obedece a três critérios fundamentais: i) diversidade das configurações do átrio de entrada; ii) disponibilidade da documentação existente; e iii) possibilidade de observação direta;

O segundo momento consiste na recolha e produção de informação específica sobre cada caso. Este momento inclui: consulta de documentação existente (desenhos, fotografias, textos) o redesenho dos elementos, de maneira a obter uma base comparativa entre os casos.

O terceiro momento corresponde à aplicação da matriz de leitura, que se entende como uma matriz inicial, em desenvolvimento. Esta organiza-se com base em cinco critérios, definidos para permitir uma leitura, simultaneamente descritiva e comparativa do átrio, são eles:
i) **configuração e constituição espacial** - Procura identificar se o átrio corresponde a uma área mínima de passagem ou a um espaço claramente definido. Identifica também os elementos que compõem o espaço: porta de entrada, casa da porteira, mobiliário fixo, entre outros dispositivos. Este critério permite reconhecer de que modo o átrio de entrada é constituído e organizado.
ii) **posição** - considera-se, por um lado, a posição urbana do átrio de entrada, isto é, a sua relação com a rua. Por outro lado, observa-se a sua posição no edifício: se se encontra no alinhamento da fachada, recuado, se atravessa o edifício, se é central ou lateral. Este critério permite compreender como o átrio de entrada organiza a relação com a rua e o edifico.
iii) **articulação com a circulação vertical e horizontal** - observa a relação entre o átrio de entrada e os elementos que compõem o sistema de circulação vertical e horizontal do edifício (escadas, elevadores, patamares, corredores, galerias, entre outros). Esta articulação pode ser direta ou mais indireta, quando existem espaços intermédios, mudanças de direção ou zonas de distribuição complementar.
iv) **condição do limite** - observa o modo como o átrio de entrada se relaciona com o exterior. Esta condição pode ser mais aberta, fechada, transparente, filtrada ou opaca. Este critério permite compreender o grau de exposição, proteção e permeabilidade do átrio de entrada.

4. Cinco formas de espessar o limiar

A aplicação da matriz de leitura aos cinco casos selecionados em Alvalade permite observar diferentes modos de composição do átrio de entrada no edifício habitacional coletivo. A leitura parte do entendimento do acesso à habitação como uma sequência arquitetónica, composta por momentos de aproximação, entrada, orientação e

[37] COSTA, João Pedro - **Bairro de Alvalade : um paradigma no urbanismo português**. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

distribuição. Neste sentido, *espessar* o limiar significa construir diferentes graus de transição[38], proteção, orientação e coletividade entre a rua e o espaço comum do edifício. Os cinco casos são analisados, neste primeiro ensaio metodológico, a partir do redesenho e análise da sua configuração planimétrica. A análise dos elementos que constituem a planta do átrio permite, desde logo, tornar visíveis as suas diferenças e o seu potencial arquitetónico e social (Fleischer, 2025), ultrapassando a sua função estritamente distributiva.

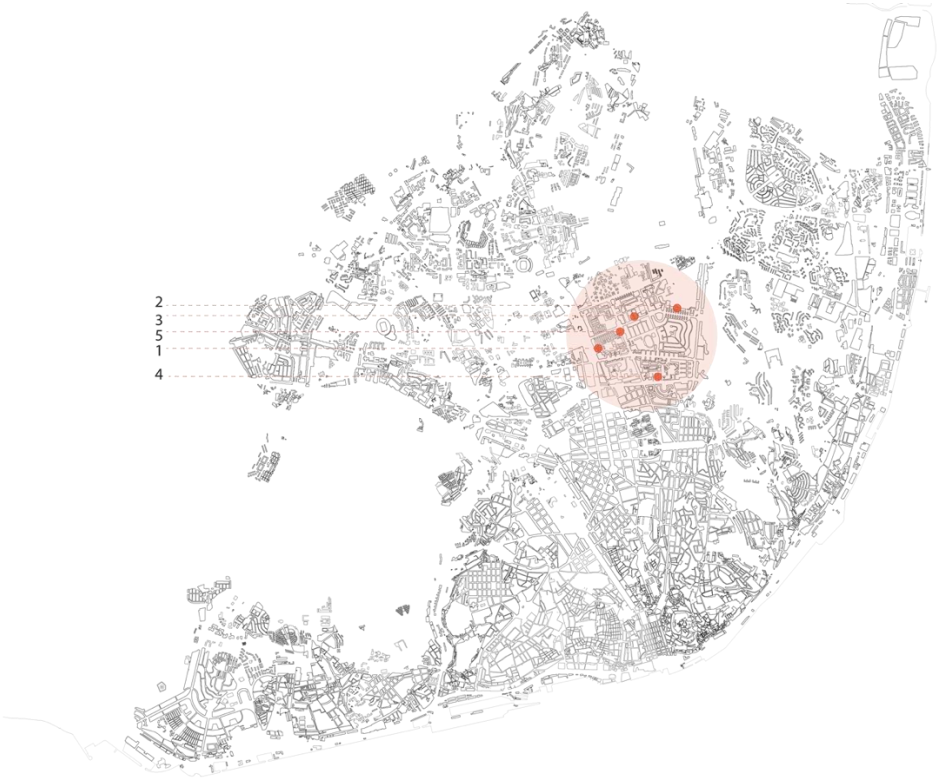


Figura 3: Localização dos casos de estudo sobre planta da cidade de Lisboa: 1) Casas de Renda Económica; 2) Casas de Renda Limitada; 3) Conjunto habitacional da Av. D. Rodrigo da Cunha; 4) Bairro das Estacas; 5) Cruzamento da Av. de Roma e Av. da Igreja.
Fonte: adaptado da cartografia de Lisboa, 2011

Caso 1: Casas de Renda Económica, Rua Afonso Lopes Vieira, nº7 [1945-1950]
As Casas de Renda Económica de Alvalade correspondem a uma das primeiras fases de construção do Bairro de Alvalade, enquadrando-se no contexto das políticas de habitação económica promovidas durante o Estado Novo[39] [40]. Construídas na década de 1940, as Casas de Renda Económica das Células 1 e 2, projetadas por Miguel Jacobetty Rosa, desempenham um papel relevante na formação inicial do Bairro de Alvalade[41].

[38] HERTZBERGER, Herman - **Lessons for students in architecture**. Rotterdam: 010 Publishers, 1991.

[39] ANTUNES, Gonçalo; et al. - Políticas de habitação social precedentes a Abril de 1974. **GeoINova: Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional.** Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. nº 13 (2016), p. 53–81.
[40] SANTOS, Filipa Viegas Serpa dos – *Entre habitação e cidade: Lisboa, os projectos de promoção pública: 1910–2010*. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, 2015. Tese de doutoramento em Urbanismo.
[41] COSTA, João Pedro - **Bairro de Alvalade : um paradigma no urbanismo português**. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.





Figura 4 – à esquerda: entrada do átrio; Figura 5 – à direita: entrada do átrio; fotografias da primeira autora, 2026.

Caso 2: Casas de renda limitada, Av. da Igreja, zona comercial, nº 5 [1947-1948]
As casas de renda limitada, de autoria do Arquiteto Fernando Silva, integram a zona comercial da célula III. Os edifícios combinam comércio no piso térreo e habitação nos pisos superiores, assumindo uma condição distinta das primeiras Casas de Renda Económica. Neste contexto, o átrio de entrada surge associado a um edifício misto, onde o acesso habitacional se articula com a presença urbana mais intensa da rua comercial.




Figura 6 - à esquerda: entrada do átrio; Figura 7 – à direita: espaço interior do átrio; fotografias da primeira autora, 2026.

Caso 3: Conjunto habitacional da Av. D. Rodrigo da Cunha, nº 10 [1949-1951]
O conjunto habitacional da Avenida D. Rodrigo da Cunha constitui a primeira intervenção modernista no Bairro de Alvalade[42]. De autoria do Arquiteto Joaquim Ferreira, organiza-se através de blocos habitacionais implantados perpendicularmente à avenida, articulados com espaços exteriores ajardinados. A sua importância no contexto de Alvalade prende-se com a introdução de soluções de implantação e relação com o espaço envolvente[43], que antecedem experiências posteriores, como o Bairro das Estacas.



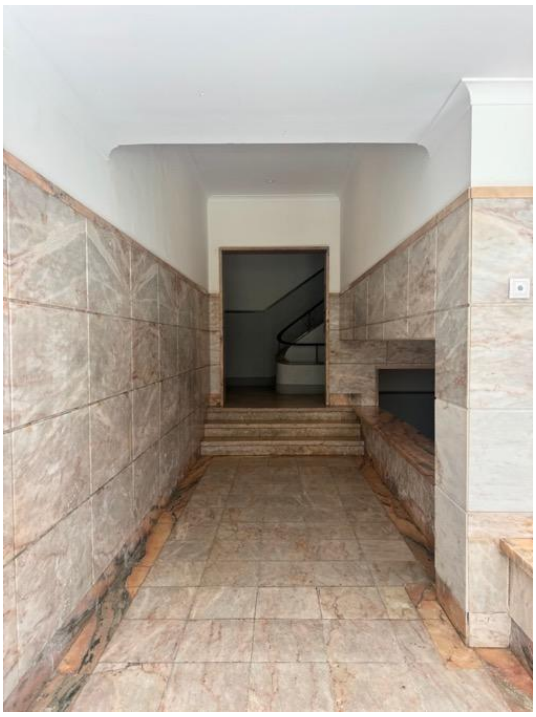


Figura 8 - à esquerda: percurso de entrada do átrio; Figura 9 - à direita: espaço interior do átrio; fotografias da primeira autora, 2026.

Caso 4: Bairro das Estacas, nº8 [1951-1954]
Datado de 1949, o Bairro das Estacas, integrado na célula 8 do Plano de Alvalade, foi desenvolvido pelos arquitetos Ruy d'Athouguia e Formosinho Sanchez[44]. O conjunto constitui uma das experiências modernas mais significativas de Alvalade, distinguindo-se pela implantação dos blocos sobre pilotis e pela continuidade do espaço público sob os edifícios, rompendo com a lógica mais fechada do quarteirão tradicional. Revela-se assim, um caso particularmente relevante para a leitura do átrio enquanto espaço de transição entre cidade e edifício.

[42] COSTA, João Pedro - **Bairro de Alvalade : um paradigma no urbanismo português**. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.
[43] NEVES, Jorge da Rosa; PINTO, Paulo Tormenta - Logradouros do Montepio Geral: heranças e contextos na Avenida Alferes Malheiro e na estrutura verde do Bairro de Alvalade (1940–1970). **Cidades, Comunidades e Territórios.** Lisboa: DINÂMIA'CET-IUL. nº 38 (2019), p. 117–151.
[44] COSTA, João Pedro - **Bairro de Alvalade : um paradigma no urbanismo português**. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.




Figura 10 - à esquerda: percurso de entrada do átrio; Figura 11 – à direita: vista exterior do átrio; fotografias da primeira autora, 2026.

Caso 5: Conjunto habitacional no cruzamento da Av. de Roma com a Av. da Igreja, nº3 [1959–1974]

O conjunto habitacional no cruzamento da Avenida de Roma com a Avenida da Igreja, de autoria dos arquitetos Ruy d'Athouguia e Fernando Silva, foi desenvolvido a partir de 1959, prolongando-se a sua documentação de projeto e alterações até à década de 1970[45]. A sua implantação em gaveto, no encontro de duas avenidas estruturantes, apresenta uma condição urbana mais complexa do que os casos anteriores, tornando-o relevante para o átrio como espaço de mediação entre cidade e edifício.

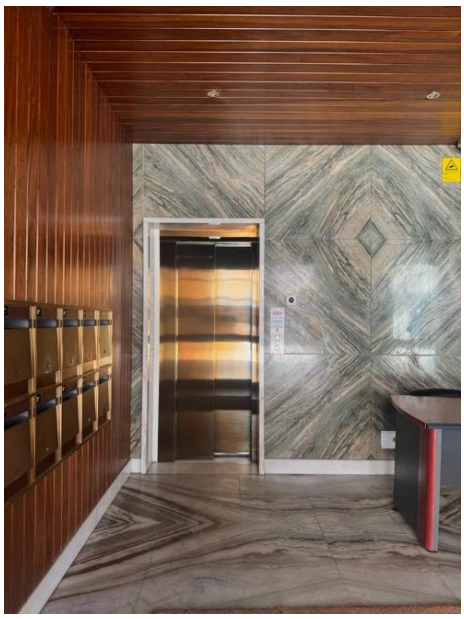



Figura 12 - à esquerda: percurso de entrada do átrio; Figura 13 – à direita: vista interior do átrio; fotografias da primeira autora, 2026.

[45] COSTA, João Pedro - **Bairro de Alvalade : um paradigma no urbanismo português**. Lisboa: Livros Horizonte, 2002.

Assim, os cinco casos são apresentados como cinco formas de *espessar* o limiar, ou seja, cinco formas de compor o átrio enquanto espaço social de transição, mediação e articulação no percurso de aproximação e chegada a casa.

i) Constituição e configuração espacial:

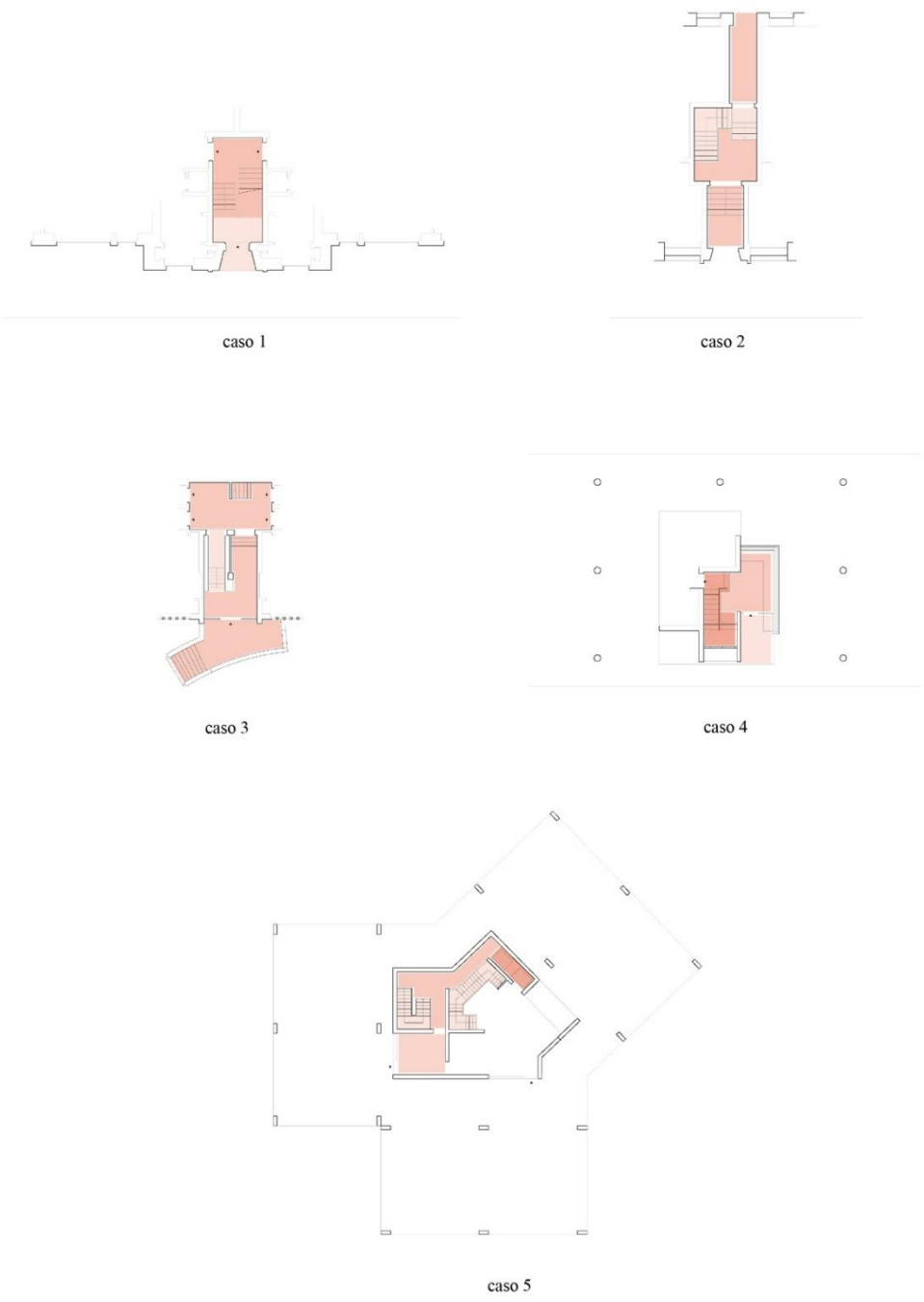


Figura 14: plantas da constituição e configuração espacial
Elaborado pela primeira autora

caso 1
O átrio é constituído por um acesso, patamar de chegada, caixas de correio e escadas. O espaço tem 25m² e apresenta uma geometria longitudinal em relação ao vão da entrada. Apresenta-se como um espaço mínimo de acesso comum, com pouca autonomia espacial, funcionando sobretudo como uma área mínima de chegada, passagem e distribuição.

caso 2
O átrio organiza-se como uma passagem estreita e profunda, que atravessa todo o edifico, sendo por isso, composto por dois acessos. Tem aproximadamente 38 m² e é constituído por um primeiro espaço de chegada, caixas de correio e escadas, apresentando-se com pouca autonomia espacial, funcionando como espaço de chegada, passagem e distribuição.

caso 3
O átrio, com aproximadamente 50m², apresenta uma configuração sequencial, caraterizada pela mudança de direção entre um primeiro momento ainda exterior, que define uma mudança de cota e o primeiro espaço de entrada interior. É constituído por um patamar exterior, patamares interiores, acesso, caixas de correio e escadas. O espaço apresenta alguma autonomia espacial, com particular relevância na zona exterior, que antecede o espaço interior.

caso 4
O átrio é constituído por um acesso, caixas de correio, um espaço de encontro/estar, um banco, um canteiro e escadas. O espaço tem aproximadamente 35 m², apresenta uma configuração sequencial, podendo ser identificada alguma autonomia enquanto espaço de entrada. Iniciando-se no espaço exterior coberto, o átrio prolonga-se para o interior, articulando estas duas partes essenciais.

caso 5
O átrio tem aproximadamente 75 m² e apresenta uma configuração irregular, marcada pela geometria do gaveto. É constituído por dois acessos, caixas de correio, um primeiro espaço de chegada, escadas e elevadores. A sua configuração inicia-se no espaço exterior coberto e prolonga-se para o interior, compondo-se destas duas partes essenciais.

A leitura comparativa evidencia uma crescente complexidade na constituição e configuração espacial dos átrios. Nos casos 1 e 2, estes assumem uma condição mínima, longitudinal e essencialmente funcional, com reduzida autonomia face às funções de chegada, passagem e distribuição. O caso 3 introduz uma organização sequencial, articulando momentos exteriores e interiores através de mudanças de direção e de cota. Nos casos 4 e 5, o átrio adquire maior autonomia e diversidade espacial, integrando diferentes elementos e modos de permanência.

ii) posição:

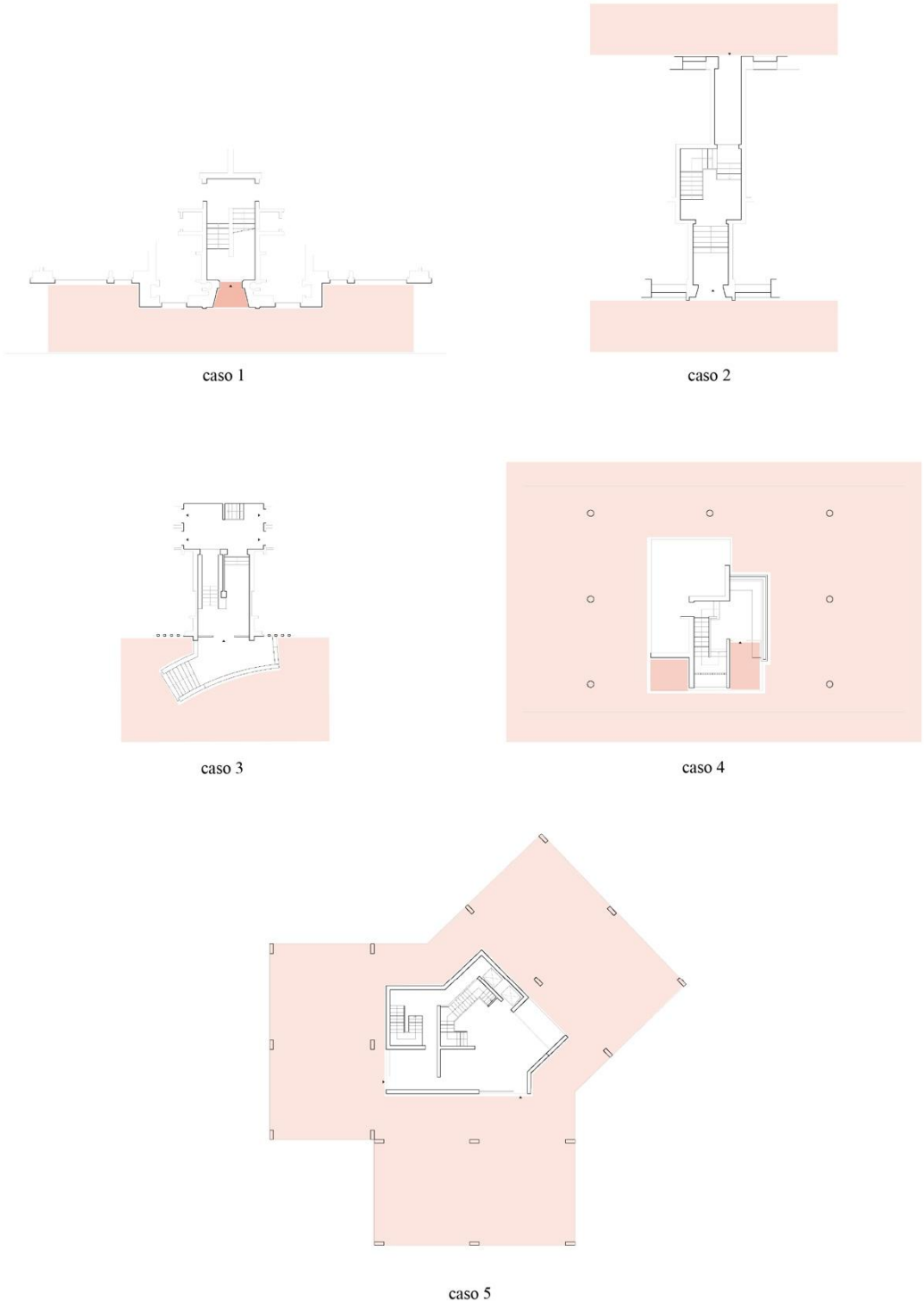


Figura 15: plantas da posição em relação à rua e ao edifício
Elaborado pela primeira autora

caso 1
O átrio estabelece uma relação praticamente direta com a rua, através de um único acesso. Encontra-se central em relação ao edifico acusando um recuo em relação à fachada do edifício, sendo que este recuo de define pelo avanço da fachada do núcleo de acessos sobre a rua.

caso 2
O átrio estabelece uma relação direta com a rua, desenvolvendo-se em profundidade no interior do edifício. Posiciona-se alinhado ao plano da fachada e central em relação ao edifício.

caso 3
O átrio encontra-se interior em relação ao plano exterior de chegada, prolongando a passagem entre a rua e o interior do edifício. A entrada não se faz de forma totalmente imediata, mas através de um patamar de aproximação, que introduz um momento de pausa e permanência antes de entrar. Em relação ao edifício o seu posicionamento é central.

caso 4
O átrio encontra-se recuado em relação à rua; e central e recuado em relação ao edifício. A transição entre o exterior aberto ao céu, um espaço coberto exterior e o interior, transforma a aproximação ao átrio numa sequência espacial, integrada no espaço público. A autonomia é reforçada através da sua condição de posicionamento, apresentando-se como um elemento visualmente autónomo, na constituição do edifício.

caso 5
O átrio ocupa uma posição estratégica no edifício, associada ao cruzamento entre as duas avenidas. É recuado em relação à rua e ao edifício, o que permite que a entrada seja mediada por uma área exterior e coberta, tornando a passagem entre rua e edifício numa aproximação mais profunda, aberta e urbana.

A leitura comparativa evidencia diferentes graus de relação entre o átrio e a rua. Nos casos 1 e 2, a posição central e a proximidade ao plano da fachada estabelecem uma relação mais direta e imediata com o exterior. No caso 3, a entrada é mediada por um patamar de aproximação, prolongando a transição. Nos casos 4 e 5, o recuo em relação à rua e ao edifício introduz espaços exteriores cobertos que tornam a chegada mais profunda e sequencial.

iii) Articulação com a circulação vertical e horizontal:



Figura 16: plantas da articulação com a circulação vertical e horizontal
Elaborado pela primeira autora

caso 1:
A articulação com a circulação vertical é imediata: o átrio constitui-se como o primeiro patamar do desenvolvimento da escada e conduz diretamente a esta. A circulação horizontal limita-se a esta distribuição elementar, conduzindo após um primeiro lanço de escadas ao acesso aos fogos que compõem o primeiro piso de habitação.

caso 2:
A relação com a circulação vertical é clara e direta. O átrio conduz ao núcleo de escadas, que organiza o acesso aos pisos habitacionais. A circulação horizontal reduz-se ao piso de entrada, funcionando sobretudo como espaço de passagem entre a porta de entrada e a escada.

caso 3:
A articulação com a circulação vertical é direta e central na organização do átrio. A escada surge como elemento dominante e estrutura o percurso de acesso ao piso da cave e aos restantes pisos superiores. A articulação com circulação horizontal é reduzida, limitando-se aos acessos às habitações nesse mesmo piso.

caso 4:
O átrio apresenta apenas relação com a circulação horizontal no patamar de acesso à casa da porteira, integrada no mesmo piso. A articulação com a circulação vertical é aberta para o espaço da entrada, no entanto, é recuada em relação a esse espaço, não sendo imediatamente evidente a sua presença.

caso 5:
A articulação com a circulação vertical é clara, através da presença do núcleo de escadas e elevadores. A circulação horizontal limita-se à circulação do próprio átrio.

A leitura comparativa evidencia o predomínio da circulação vertical na organização dos átrios, enquanto a circulação horizontal assume uma presença reduzida. Nos casos 1, 2 e 3, a articulação com as escadas é direta e imediata, estruturando o percurso de acesso aos pisos habitacionais. No caso 4, embora a escada permaneça aberta para o átrio, a sua posição recuada torna essa relação menos evidente, enquanto a circulação horizontal assegura o acesso à casa da porteira. No caso 5, a presença de escadas e elevadores reforça a clareza do núcleo vertical, mantendo-se a circulação horizontal limitada ao próprio átrio.

iv) condição do limite:

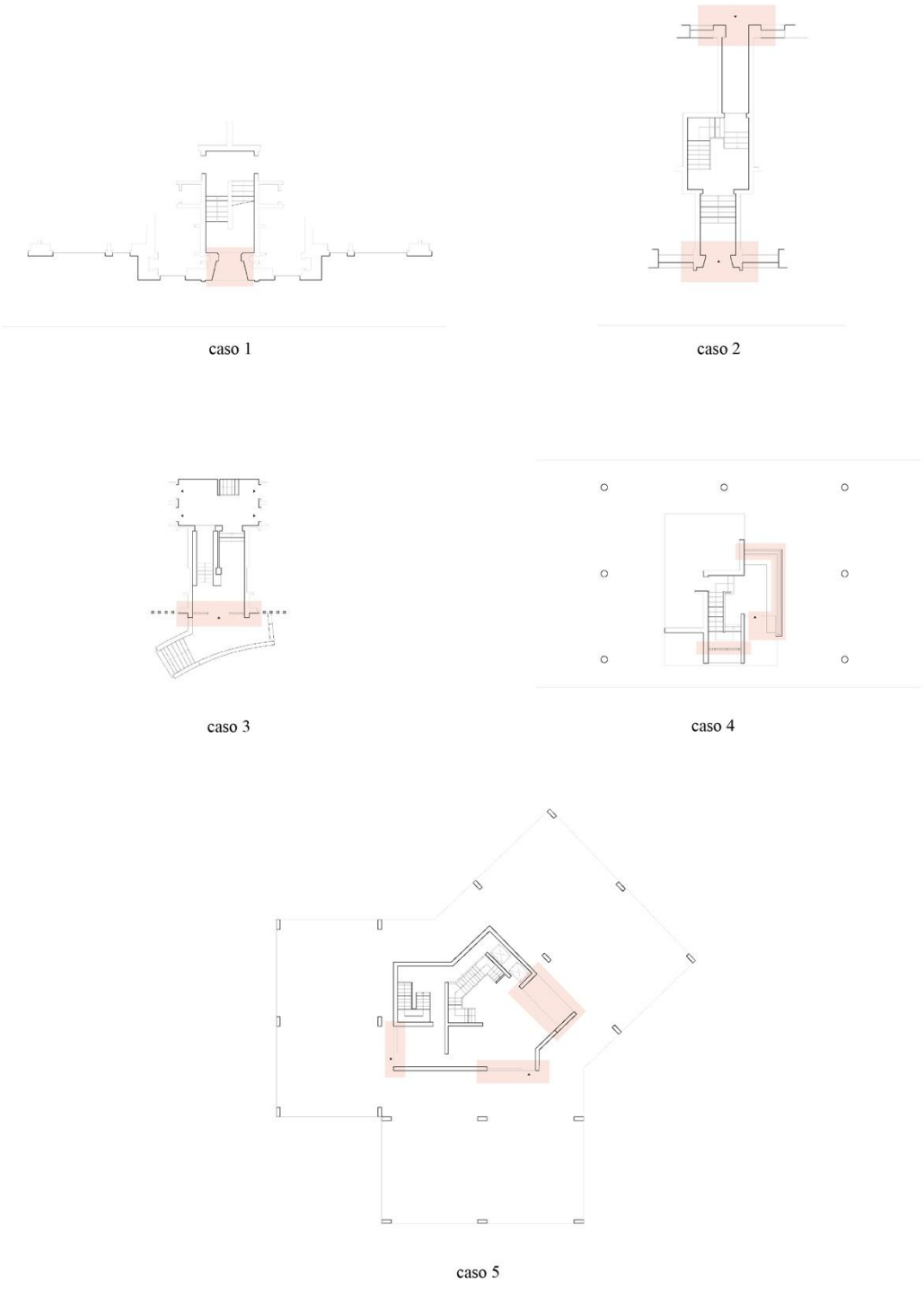


Figura 17: plantas da condição do limite
Elaborado pela primeira autora

caso 1:
Embora a espessura das paredes e dos elementos pétreos que constroem a entrada defina um momento de transição entre os dois domínios (exterior e interior), a transição é pouco *espessa* no sentido social da palavra, construída sobretudo pela passagem da porta de entrada para o espaço interior. Trata-se de um átrio fechado e contido, onde a relação entre exterior e interior é marcada apenas pela constituição envidraçada da porta de entrada.

caso 2:
O plano que define o limite do átrio é reduzido à dimensão da passagem da porta de entrada. Trata-se de um átrio fechado e contido, onde a relação interior-exterior é marcada apenas pela constituição envidraçada da porta de entrada.

caso 3:
Embora a relação interior-exterior se limite ao vão de passagem, esta adquire uma dimensão que excede o vão da porta, sendo o seu plano constituído maioritariamente por vidro. A sua condição recuada e a introdução de uma pala na transição do limite, conferem espessura e permanência ao espaço.

caso 4:
Nos seus limites, é definido maioritariamente por panos de vidro (incluindo a porta de entrada), funcionando como uma extensão do espaço exterior e criando uma permeabilidade visual que o atravessa. O limite é também definido com elementos verdes, um canteiro que contorna o espaço, diluindo-se num banco. Estas características evidenciam a transição gradual com o espaço público. Associado ao núcleo de escada, a parede que define o limite desse espaço é também envidraçada.

caso 5:
Nos seus limites, é definido maioritariamente por panos opacos, com alguma permeabilidade nos planos das portas de entrada, conferindo relação visual com o exterior. O seu limite é também definido com elementos verdes, nomeadamente um canteiro, desenhado pela espessura da parede. Estas características evidenciam a relação o espaço público exterior.

A leitura comparativa evidencia uma progressiva complexificação da condição de limite entre exterior e interior. Nos casos 1 e 2, o limite é concentrado na porta de entrada, definindo átrios fechados, contidos e com reduzida permeabilidade visual. No caso 3, o plano envidraçado, o recuo e a pala conferem maior profundidade ao momento de transição. O caso 4 apresenta a condição mais permeável, através dos panos de vidro e da integração de elementos verdes, estabelecendo uma continuidade visual e espacial com o exterior. No caso 5, embora predominem planos opacos, as entradas envidraçadas e o canteiro asseguram a relação com o espaço público.

Considerações finais

A análise comparativa dos cinco casos permitiu explorar o átrio de entrada enquanto elemento de mediação entre habitação e cidade, demonstrando que este não corresponde a uma solução formal fixa, mas a uma posição relacional no sistema de acesso e distribuição[46]. A sua configuração resulta da articulação entre condições de acesso,

[46] HILLIER, Bill; HANSON, Julienne - **The social logic of space.** Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

transição, distribuição e relação com o exterior, definindo diferentes formas de *espessar* o limiar entre o espaço público da cidade e o domínio privado coletivo do edifício[47].

Os casos analisados evidenciam diferentes intensidades de transição. No caso 1, o átrio apresenta uma condição mínima e funcional, diretamente associada ao núcleo vertical, sem desenvolver uma dimensão autónoma e coletiva. No caso 2, o átrio mantém um grau de autonomia e coletividade reduzido, mas a configuração linear e profunda introduz uma condição de atravessamento do edifício, produzindo uma permeabilidade urbana controlada. No caso 3, a sequência entre um primeiro momento exterior e o espaço interior prolonga a aproximação e confere maior *espessura* ao limiar. Nos casos 4 e 5, a presença de espaços exteriores cobertos amplia a transição e integra a chegada ao edifício numa sequência espacial mais aberta e articulada com o espaço público.

Estas diferenças demonstram que o átrio pode assumir papéis que ultrapassam a função distributiva, estruturando a aproximação à habitação e estabelecendo diversos graus de profundidade, permeabilidade, continuidade e autonomia. Os resultados aproximam-se, assim, das leituras que reconhecem o potencial arquitetónico dos espaços de acesso e circulação[48] [49], bem como a importância dos espaços de entrada na mediação entre domínios distintos[50]. Do mesmo modo, Kolbitz[51] reconhece os átrios residenciais como elementos arquitetónicos próprios, capazes de articular transição, distribuição e representação.

Embora o número reduzido de casos não permita ainda estabelecer uma classificação tipológica consolidada, a análise identificou configurações que variam entre situações diretas e compactas e sequências mais profundas, dilatadas e porosas, sugerindo a existência de diferentes modos de *espessar* o limiar.

A ampliação do universo de estudo e o cruzamento dos resultados com fatores políticos, técnicos e regulamentares associados aos processos de produção permitirão aprofundar e validar as configurações identificadas. O presente estudo constitui, deste modo, uma base metodológica inicial para a caracterização do papel do átrio na construção da relação entre habitação e cidade.

Bibliografia

ANTUNES, Gonçalo; et al. - Políticas de habitação social precedentes a Abril de 1974. **GeoINova: Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional.** Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. nº 13 (2016), p. 53–81.

[47] VAN EYCK, Aldo - **The child, the city and the artist: an essay on architecture: the in-between realm**. Amsterdão: SUN Publishers, 2008.
[48] LEITE, João Silva; SERPA, Filipa - Entre o doméstico e o urbano: os sistemas de transição como espaço para um habitar colectivo. ***Cidades, Comunidades e Territórios***. Lisboa : DINÂMIA'CET-Iscte. nº 47 (2023), p. 101–125.
[49] FLEISCHER, Adrien - **The potential of circulation spaces in collective housing**. Lausanne: Escola Politécnica Federal de Lausanne, 2025.Tese de Mestrado em Arquitetura.
[50] LAWRENCE, Roderick J. - **Transition spaces and dwelling design**. **Journal of Architectural and Planning Research.** Chicago: Locke Science Publishing Company, Inc. Vol 1, nº4 (1984), p. 261–271.
[51] KOLBITZ, Karl - **Entryways of Milan.** Köln: Taschen, 2017.

BOETTGER, Till - **Threshold spaces: transitions in architecture: analysis and design tools**. Basel: Birkhäuser, 2014.

BRANCO, Tatiana Franco - **Arquitecturas do habitar colectivo : flexibilidade, transformabilidade e adaptabilidade no Bairro de Alvalade**. Lisboa : Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, 2011. 155. Dissertação de mestrado em Arquitectura.

CARVALHO, António - **Apartments for ageing in place**. Comunicação apresentada no NHR – New Housing Research Colloquium. Lisboa, 2015.

CHERMAYEFF, Serge; ALEXANDER, Christopher - **Community and privacy: toward a new architecture of humanism**. Garden City, N.Y.: Doubleday, 1963.

COSTA, João Pedro - **Bairro de Alvalade : um paradigma no urbanismo português**. Lisboa : Livros Horizonte, 2002.

DIAS COELHO, Carlos - O tecido. Leitura e interpretação. In DIAS COELHO, Carlos. - **Os elementos urbanos**. 2.ª ed. Lisboa: Argumentum, 2015. p. 13–35.

EVANS, Robin - Figures, doors and passages. In EVANS, Robin - **Translations from drawing to building and other essays**. London: Architectural Association Publications, 1997. p. 55–92.

FLEISCHER, Adrien - **The potential of circulation spaces in collective housing**. Lausanne: Escola Politécnica Federal de Lausanne, 2025. Tese de Mestrado em Arquitetura.

FORTY, Adrian - **Words and buildings: a vocabulary of modern architecture**. London: Thames & Hudson, 2000.

FRANÇA, José-Augusto - **Lisboa: urbanismo e arquitectura**. Lisboa: Livros Horizonte, 1997.

HERTZBERGER, Herman - **Lessons for students in architecture**. Rotterdam: 010 Publishers, 1991.

HILLIER, Bill; HANSON, Julienne **- The social logic of space.** Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

KOLBITZ, Karl - **Entryways of Milan.** Köln: Taschen, 2017.

LAWRENCE, Roderick J. - **Transition spaces and dwelling design**. **Journal of Architectural and Planning Research.** Chicago: Locke Science Publishing Company, Inc. Vol 1, nº4 (1984), p. 261–271.

LAWRENCE, Roderick J. - **Housing, dwellings and homes: design theory, research and practice**. Chichester: John Wiley & Sons, 1987.

LEITE, João Silva; SERPA, Filipa - Entre o doméstico e o urbano: os sistemas de transição como espaço para um habitar colectivo. ***Cidades, Comunidades e Territórios***. Lisboa : DINÂMIA'CET-Iscte. nº 47 (2023), p. 101–125.

LEWIS, Charlton T.; SHORT, Charles - **A Latin dictionary**. Oxford: Clarendon Press, 1879.

MACDONALD, William L. - **The architecture of the Roman Empire**. **Volume 1, An introductory study**. New Haven; London: Yale University Press, 1982.

MOLEY, Christian - **Les abords du chez soi: en quête d'espaces intermédiaires**. [Os espaços envolventes da habitação: em busca de espaços intermédios] Paris: Éditions de la Villette, 2006.

MONTEYS, Xavier - O edifício comum. Casas lisboetas. In DIAS COELHO, Carlos. **Os elementos urbanos**. 2.ª ed. Lisboa : Argumentum, 2015. 189-205.

NEVES, Jorge da Rosa; PINTO, Paulo Tormenta - Logradouros do Montepio Geral: heranças e contextos na Avenida Alferes Malheiro e na estrutura verde do Bairro de Alvalade (1940–1970). **Cidades, Comunidades e Territórios.** Lisboa: DINÂMIA'CET-IUL. nº 38 (2019), p. 117–151.

NIETO VICENTE, Ramón - **Entre un hall y cualquier otra cosa.** Barcelona: Universidade Politécnica da Catalunha, Escola Técnica Superior de Arquitetura de Barcelona, 2016. 2 vol. Tese de Mestrado em Arquitetura.

OLIVER, Paul - **Built to meet needs: cultural issues in vernacular architecture**. Oxford: Architectural Press, 2006.

PORTAS, Nuno - Considerações sobre o organismo distributivo das habitações. **Arquitectura: revista de arte e construção**. (1960), 48–52

RAPOPORT, Amos - **House form and culture**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1969.

RYKWERT, Joseph - **The idea of a town: the anthropology of urban form in Rome, Italy and the ancient world**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1988.

SANTOS, Filipa Viegas Serpa dos - **Entre habitação e cidade: Lisboa, os projectos de promoção pública: 1910–2010**. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, 2015. Tese de doutoramento em Urbanismo.

SHERER, Daniel – The discreet charm of the entryway: architecture, art, and design in the Milanese ingressi, 1910–70. In KOLBITZ, Karl - **Entryways of Milan. Ingressi di Milano**. Köln: Taschen, 2017. p. 22-30.

SHERER, Daniel - **The discreet charm of the entryway: architecture, art, and design in the Milanese ingressi, 1910–1970**. In KOLBITZ, Karl - *Entryways of Milan. Ingressi di Milano*. Köln: Taschen, 2017. p. 22–30.

TOSTÕES, Ana - O Bairro de Alvalade. In MOITA, Irisalva - **O livro de Lisboa**. Lisboa: Livros Horizonte, 1994. p. 519–522.

VAN EYCK, Aldo - **The child, the city and the artist: an essay on architecture: the in-between realm**. Amsterdam: SUN Publishers, 2008.

VAN GENNEP, Arnold - **The rites of passage.** Chicago: University of Chicago Press, 1960.

VITRÚVIO - **Tratado de Arquitectura.** Lisboa: IST Press, 2006.

WALLACE-HADRILL, Andrew - **Houses and society in Pompeii and Herculaneum.** Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1994.

Habitar la pantalla: arquitectas pioneras en el cine de ficción internacional

Laura Ruiz-Morote Tramblin
Universidad de Zaragoza, Escuela de Ingeniería y Arquitectura
lruizmorote@unizar.es

Lucía C. Pérez-Moreno
Universidad de Zaragoza, Escuela de Ingeniería y Arquitectura
lcperez@unizar.es

Luis M. Lus-Arana
Universidad de Zaragoza, Escuela de Ingeniería y Arquitectura
koldolus@unizar.es

Resumen: Este artículo presenta los principales resultados de una investigación sobre las primeras representaciones cinematográficas de la arquitecta como personaje en siete regiones geográficas del siglo XX. A partir de un corpus de 11 películas seleccionadas cronológicamente —los filmes pioneros o primeros disponibles de cada tradición regional—, se aplica un instrumento de análisis denominado Ficha de Análisis de Representación que presenta una doble dimensión de género y arquitectura permitiendo determinar estereotipos, normas de género y relaciones de poder establecidas en las narraciones. A través del análisis de los indicadores propuestos, se obtienen tres patrones transversales (transregionales y persistentes en el tiempo) que atraviesan la representación fundacional de las arquitectas en la cinematografía internacional: el amor romántico como destino normativo, la profesión como signo vacío y la trayectoria truncada como desenlace narrativo.

Palabras-clave: mujeres arquitectas, representación, matriz heterosexual, trayectoria profesional, invisibilización técnica

Introducción: la arquitecta y el problema de su representación

El cine de ficción ha participado activamente en la construcción cultural de la figura de la mujer arquitecta mediante mecanismos narrativos, visuales y simbólicos que reproducen o cuestionan las estructuras patriarcales de la profesión arquitectónica. A pesar de los avances históricos en la incorporación de las mujeres a la arquitectura como disciplina y profesión, su representación cinematográfica ha estado frecuentemente condicionada por estereotipos de género situados, es decir, que dependen del contexto geográfico y del momento histórico de realización de la película, normas de género (legislación, normas sociales, cuestiones morales, etc.), y relaciones de poder (clase, sexualidad, raza, género) establecidas entre los personajes.

Podemos encontrar estudios científicos sobre la imagen de los arquitectos en el cine desde los años 80[1] e intentos de catalogación de su presencia en las pantallas desde los años 90.[2] En estas publicaciones se puede observar la total prevalencia de personajes masculinos que ensalzan valores modernos patriarcales como la genialidad, el individualismo, la jerarquía, el orden y el éxito económico como paradigma de progreso social.[3] El filme *The Fountainhead* (King Vidor, 1949), el cual ha sido objeto de múltiples estudios académicos monográficos y comparativos,[4] ejemplifica este canon que persiste hasta la actualidad, como muestran filmes como *The Brutalist* (Brady Corbet, 2024).

Este predominio revela la persistencia de un enfoque canónico y patriarcal que ha limitado la atención hacia otros sujetos históricos y culturales, así como hacia otros contextos geográficos. Por ello, es necesario desarrollar un análisis crítico desde una perspectiva feminista e interseccional que complemente y cuestione dichas aproximaciones dominantes y desplace el foco desde Hollywood y el cine centroeuropeo para incluir cine de otras geografías, atendiendo a sus particularidades históricas, políticas y sociales. Este texto busca identificar otras narrativas y subjetividades que amplíen los marcos interpretativos tradicionales sobre arquitectura y cine respondiendo a la siguiente pregunta: ¿cómo representó el cine del siglo XX, en sus primeras manifestaciones regionales, la figura de la arquitecta?

---

[1] SAINT, Andrew. **The Image of the Architect.** New Haven: Yale University Press, 1983

[2] GOROSTIZA, Jorge – La imagen supuesta (Cuatro arquitectos de película). **Basa.** Nº 12 (mayo 1990), p. 132–145; GOROSTIZA, Jorge – **La imagen supuesta. Arquitectos en el cine.** Madrid: Fundación Arquia, 1997; SCIANCA, Giorgio; DELLA CASA, Steve – **La recita dell'architetto. 1523 film e un videogioco.** Roma: SVpress, 2015; ESTRADA LORENZO, José Manuel – **Cine y arte: pintores, escultores y arquitectos en el cine de ficción.** Córdoba: Editorial Berenice, 2025.

[3] En un estudio de 2013, dirigido por la investigadora Kathryn Anthony, se analizaron 45 películas entre 1942 y 2010, en las que el protagonista es un arquitecto/a. Los resultados revelaron un predominio total de protagonistas varones, que representaban el 91% del total de películas, y de arquitectos caucásicos, con un porcentaje del 96%. En el catálogo *La recita dell'architetto*, publicado dos años después, solo el 15% de las películas incluidas incluye una arquitecta.

[4] SAINT, Andrew – **The Image of the Architect**; RAMÍREZ, Juan Antonio – **La arquitectura en el cine: Hollywood, la Edad de Oro.** Madrid: Alianza Editorial, 1995; LEVINSON, Nancy – Tall Buildings, Tall Tales: On Architects in the Movies. In: LAMSTER, Mark, ed. – **Architecture and Film.** New York: Princeton Architectural Press, 2000; SCHLEIER, Merrill – Ayn Rand and King Vidor's Film The Fountainhead: Architectural Modernism, the Gendered Body, and Political Ideology. **Journal of the Society of Architectural Historians.** Vol. 61, nº 3 (2002), p. 310–331; SCHLEIER, Merrill – **Skyscraper Cinema: Architecture and Gender in American Film.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009; BRAVO DE LAGUNA SOCORRO, Alberto – Perfil e imagem do arquiteto moderno através de El Manantial (1949). **Bitácora Arquitectura.** Nº 40 (2019), p. 86–98; HARRISS, Harriet; HYDE, Rory; MARCACCIO, Roberta, ed. – **Architects after Architecture: Alternative Pathways for Practice.** London: Routledge, 2021.

Corpus pionero y metodología

En el marco del proyecto *Women Architects in Film, 1945-2000* (PID2022-136975OB-I00, IPs: Lucía C. Pérez-Moreno, Luis M. Lus-Arana), se ha compilado una base de datos compuesta por 134 películas de ficción a lo largo del siglo XX que presentan estudiantes o mujeres arquitectas.

El corpus pionero está formado por 11 de estos filmes que constituyen las primeras representaciones cinematográficas de la figura de la arquitecta en las diez regiones geográficas establecidas (Tabla 1). La selección de estas películas se fundamenta en el hecho de que los modelos iniciales ejercen una influencia sobre las representaciones posteriores, actuando como referente implícito o explícito que las imágenes posteriores reproducen o modifican.

El criterio de selección es estrictamente cronológico para otorgar al corpus de un carácter fundacional. Se ha incluido la película más antigua de cada región que contenga un personaje identificable como arquitecta, con la salvedad de aquellos casos en que las primeras posiciones cronológicas están perdidas o no han podido ser visionadas, en cuyo caso se ha avanzado en la secuencia temporal hasta obtener el primer filme analizable. La diferenciación en 10 regiones geográficas —Norte y Centro de Europa, Sur de Europa, Europa Oriental, Norteamérica, América Latina y Caribe, Norte de África y Oriente Medio, África Subsahariana, Asia Oriental, Sur de Asia y Oceanía[5]— atiende a características históricas y sociales, así como a distintas tradiciones cinematográficas. El arco cronológico del corpus abarca desde 1919 hasta 1999, por lo que los patrones localizados apuntan hacia mecanismos estructurales más que a influencias histórico-cinematográficas puntuales.

Región	Título	Año	País	Director/a	Guion	Género	Personajes
América del Norte	*Poor relations*[6]	1919	USA	King Vidor	King Vidor	Drama	Dorothy Perkins
	Dr. Monica	1934	USA	William Keighley	Charles Kenyon, Laura Walker (M), Basado en: Maria Morozowicz-Szczepkowska (M)	Drama Romance	Anna Littlefield
Centro y Norte de Europa	*The Lamp Still Burns*	1943	UK	Maurice Elvey	Elizabeth Baron, Charles Nelson, Roland Pertwee, Basado en: Monica Dickens (M)	Drama	Hilary Clarke
	Ein Mann für meine Frau	1943	Alemania	Hubert Marischka	Albert Roth, Hubert Marischka	Comedy	Manon
Sur de Europa	*Una Donna Libera*	1954	Italia	Vittorio Cottafavi	Oreste Biancoli, Fabrizio Sarazani, Basado en: Malena Sandor (M)	Drama	Liana
Europa Oriental	*Abezara*	1956	Georgia	Nikoloz Sanishvili	Nikoloz Sanishvili, Aleksandr Vitenzon	Comedia Romance	Lia Delineantes
	Heimliche Ehen[7]	1956	GDR	Gustav von Wangenheim	Gustav von Wangenheim	Drama	Hanni

[5] No se han encontrado filmes con representación de mujeres arquitectas en el s. XX en las regiones de África Subsahariana y Oceanía.
[6] Filme catalogado por la Biblioteca del Congreso de Estados Unidos como una de las 7.200 cintas de cine mudo perdidas.
[7] Filme no localizado para su visionado.

América Latina y Caribe	*Desarraigo*	1965	Cuba	Fausto Canel	Fausto Canel, Mario Trejo	Drama	Marta Alea Silvia Rodríguez
Sur de Asia	*In Which Annie Gives It Those Ones*	1989	India	Pradip Krishen	Arundhati Roy (M)	Comedia	Radha Lekha Estudiantes
Asia Oriental	*Ngo lo poh ng si yan*	1991	Hong Kong	Teddy Chan	Hing-Ka Chan, John Chan Kin-Chung, Yuen Kai-Chi	Comedia Horror Romance	Ellen
Norte de África y Oriente Medio	*Do Zan*	1999	Iran	Tahmineh Milani (M)	Tahmineh Milani (M)	Drama Romance	Feresteh Roya Delineante

Tabla 1. Datos básicos de identificación de los filmes pioneros. Elaboración propia a partir de datos obtenidos de IMDB.

La metodología de la investigación se fundamenta en el análisis sistemático del corpus mediante la *Ficha de Análisis de Representación*, que permite estructurar y comparar los resultados de manera homogénea. Se compone de cuatro bloques principales:

- Identificación de la película: título, año, país de producción, dirección, guion, género cinematográfico.
- Caracterización del personaje: personaje y actriz, rol narrativo, raza, sexualidad y clase.
- Dimensión de género: análisis comparativo de la influencia del género en la representación de la arquitecta. Indicadores: edad del personaje, matriz heterosexual, objetualización, violencia, valoración profesional y modo de trabajo.
- Dimensión arquitectónica: análisis comparativo de la representación en pantalla del ejercicio profesional. Indicadores: rango profesional, evolución de la trayectoria, dispositivos de trabajo, grado de profesionalización, relaciones profesionales y estructura empresarial.

La doble dimensión de género y arquitectónica responde a la especificidad del objeto de estudio: la arquitecta no es simplemente una mujer en un entorno laboral genéricamente masculinizado, sino una profesional cuya práctica tiene una materialidad técnica y espacial concreta, que el cine puede mostrar con precisión o reducir a un estereotipo. Desde el punto de vista epistemológico, la *FAR* se inscribe en la tradición del análisis de contenido e incorpora también una dimensión cualitativa que la acerca al análisis fílmico crítico con perspectiva de género. Esta combinación es necesaria porque algunos de los indicadores de la ficha remiten a significados que requieren una interpretación fundamentada que trascienden un simple registro de apariciones.

La construcción de género: rol, afectividad, violencia y valoración profesional

El perfil sociodemográfico de la arquitecta de ficción pionera es bastante homogéneo: blanca en más de la mitad de los casos, de entre 18 y 29 años en más de las tres cuartas partes de los personajes codificables, heterosexual salvo una única excepción ambigua, y de clase social diversa, pero con una asociación llamativa entre clase baja y centralidad protagonista. La diversidad racial del corpus se concentra por completo en sus tres filmes más tardíos y de contextos geográficos de población mayoritaria no blanca. Narrativamente, los 21 personajes se distribuyen de forma desigual entre protagonistas (26%), principales (9%), secundarios (22%) y de reparto (43%).

El análisis de la dimensión de género del corpus revela que la centralidad narrativa de los personajes no garantiza que la trama se enfoque en su competencia profesional. El análisis cualitativo demuestra que las estructuras patriarcales moldean la identidad de las arquitectas mediante dinámicas muy específicas.

A) LA MATRIZ HETEROSEXUAL Y LA HEGEMONÍA DEL ROMANCE

El hallazgo más contundente es la obligatoriedad del romance heterosexual como dispositivo narrativo transversal a todas las geografías y épocas. La práctica totalidad de los personajes con desarrollo narrativo (92%) presentan una relación afectivo-romántica como componente de su caracterización (Fig-1), es decir, la primera imagen de la arquitecta en cada tradición regional es la de un personaje definido por su deseo heterosexual antes que por la práctica de la arquitectura. La única excepción registrada es el personaje de Anna Littlefield en *Dr. Mónica*, cuyo papel es ofrecer una visión desapegada de la maternidad y las relaciones románticas heterosexuales como contrapunto a las otras dos mujeres, cuyos deseos y aspiraciones están marcados por la matriz heterosexual. Esta ausencia de dimensión afectiva ha sido interpretada por la crítica y la academia como una identidad no heterosexual.[8]



Figura 1. Las arquitectas y sus relaciones románticas (con la excepción de *Dr. Monica*). Elaboración propia.

Dentro la matriz heterosexual, se identifican otros patrones:

- Personajes mayoritariamente jóvenes en formación o recién graduadas (30%) se involucran sentimentalmente con figuras de autoridad, como su empleador —Lia (*Abezara*)—, cliente —Liana (*Una Donna Libera*), Manon (*Ein Mann für meine Frau*)— o un marido abusivo —Feresteh (*Do Zan*)—. En los primeros dos casos,

[8] PÉREZ-MORENO, Lucía C.; LUS-ARANA, Luis M. – The Image of Women Architects in Films, 1912–1943: New Careers and Stereotyped Femininities. **Arts.** Vol. 12, n.º 1 (2022), artigo 4, p. 6

los hombres pertenecen a una clase social superior, reforzando la asimetría de poder.

- Las jóvenes que desafían las normas de género (23%) —ya sea por su conducta sexual (Liana y Radha) o por intentar salir del confinamiento doméstico (Feresteh)— reciben castigos narrativos dentro de los relatos.
- Solo en el caso de Marta Alea (*Desarraigo*), se resuelve la tensión entre su profesión y los mandatos tradicionales de cuidado anteponiendo sus ideales revolucionarios y el proyecto colectivo por encima del amor, permaneciendo en Cuba en lugar de emigrar junto a Mario. El cine europeo de mediados de siglo sentencia a las arquitectas a la renuncia: Hillary Clarke (*The Lamp Still Burns*) abandona la profesión por la enfermería —presentada como su "auténtica vocación"— y Liana prioriza las tragedias familiares (asesina al amante de su hermana), anulando su futuro laboral. Finalmente, Feresteh es aplastada por el sistema patriarcal y es obligada a abandonar sus estudios.

B) OBJETUALIZACIÓN: MÁS ALLÁ DE LA MIRADA MASCULINA

Cualitativamente, el 55% de los personajes no muestran marcas de objetualización visual, indicando que la desautorización de la arquitecta en el cine pionero no depende únicamente de reducirla a un objeto estético, sino que opera por vías más sutiles. Cuando se hace presente, adopta tres formas claras:

- La profesión como decorado: se detecta un uso superficial de la disciplina en películas de comedia y en personajes secundarios (18%), donde la arquitectura es solo un fondo estético sin peso en la trama.
- Fragmentación del cuerpo y sexualización: fenómeno (27%) concentrado en el filme hongkonés *Ngo lo poh ng si yan* (1991), donde el personaje de Ellen acumula el mayor número de indicadores de objetualización, y en las producciones de los años 50 y 60 de Italia y Cuba, países en pleno proceso de modernización donde persistían culturas fuertemente patriarcales.
- Instrumentalización del intelecto o el uso del atractivo físico o las relaciones personales con clientes para asegurar proyectos arquitectónicos. Esta dinámica se concentra en los filmes de 1930 y 1940 en Norteamérica y Europa Central.

C) LA TRANSVERSALIDAD DE LA VIOLENCIA

La violencia contra las arquitectas (que afecta al 58% de los personajes codificables) aparece en películas de entornos geográficos desconectados entre sí y a lo largo de todo el siglo XX, intensificándose en la segunda mitad.

Predominan dos tipos de violencia: el acoso sexual (25%) y la violencia verbal (25%). La violencia verbal se concentra significativamente en la película india *In Which Annie Gives It Those Ones*, donde los personajes femeninos principales —Radha y Lekha— se ridiculizan entre sí debido a visiones opuestas sobre la moral sexual y la libertad de la mujer. El acoso sexual aparece en forma de acoso callejero en el filme indio, en el italiano mediante las insinuaciones de un promotor, y de forma sistémica en el iraní. Esta última película, la única dirigida por una mujer, funciona como una abierta denuncia social: Feresteh experimenta violencia coercitiva familiar, acoso y una severa violencia sexual expresada en abusos psicológicos y aislamiento forzado por parte de su esposo. Finalmente, el uso de la elipsis y la ambigüedad deliberada (violencia *off-camera*) en el filme cubano dificultan la codificación explícita de las agresiones sexuales.

D) VALORACIÓN PROFESIONAL Y MODOS DE TRABAJO

La infravaloración profesional (28%) también aparece de manera transregional y recae en personajes de importancia narrativa. Proviene de clientes (hacia Hillary Clarke), profesores (Radha) o el entorno familiar (Feresteh), y se manifiesta principalmente en espacios relacionales como las escuelas o reuniones de trabajo. El caso de Liana es el más dramático en cuanto a la subordinación estructural: pospone su carrera para fugarse con una pareja no aceptada socialmente por su familia, la paraliza para ejercer el rol tradicional de esposa, la interrumpe por labores de cuidado familiar y concluye trágicamente con un crimen pasional.

Respecto a la organización laboral, el equipo mixto es el entorno hegemónico (65%), lo que facilita que la centralidad de la práctica arquitectónica sea desplazada hacia colegas varones con peso en la trama (que igualan o superan la importancia narrativa de las arquitectas en el 45% de los filmes). De hecho, en las producciones donde no hay arquitectos varones de peso, las mujeres terminan abandonando o siendo expulsadas de la profesión —*The Lamp Still Burns, Una Donna Libera* y *Do Zan*—, u ostentan una autoridad que carece de relevancia para el relato —*Dr. Monica* y *Ein Mann für meine Frau*—. Las escasas arquitectas que trabajan en solitario (15%) se localizan en Europa Central y del Sur, pero sus tramas terminan diluidas en el romance o en la pérdida de agencia profesional. Destaca una ausencia absoluta de equipos integrados exclusivamente por mujeres o de parejas que compartan autoría profesional, lo que delata una resistencia del imaginario cinematográfico a representar comunidades autónomas de mujeres arquitectas o a evidenciar que, en la realidad, la mujer suele quedar a la sombra de su pareja varón.

La práctica arquitectónica: trayectorias, materialidad y entorno

A) BLOQUEO DE LA TRAYECTORIAS PROFESIONALES

Un hallazgo clave es que las primeras representaciones cinematográficas tienden a congelar las carreras de las mujeres: el 63% de los personajes presentan una trayectoria estática, terminando el relato en el mismo rango profesional en el que lo empezaron. Esto incluye a ocho personajes de reparto que actúan como delineantes o estudiantes y también afecta a personajes de mayor peso — Marta Alea (protagonista), Anna Littlefield (principal), Manon y Ellen (secundarios)— debido a narrativas que transcurren en un presente comprimido que impide mostrar la acumulación de experiencia y/o a la poca importancia narrativa de la arquitectura.

El crecimiento profesional es una condición periférica (16% personajes), asociada a personajes secundarios o de apoyo —Roya y Lekha— en filmes de fin de siglo en la que los personajes comienzan siendo estudiantes. Estos filmes muestran a sus personajes femeninos centrales —Feresteh y Radha— sufriendo destinos trágicos como el abandono forzado de los estudios, o el cambio de carrera hacia la escritura frustrado por la muerte del personaje. Cuando una protagonista crece —Liana—, el relato aplica un desenlace punitivo que la devuelve a un confinamiento simbólico y físico tras cometer un asesinato. Por otro lado, el cambio de carrera también afecta a tres personajes de importancia narrativa (16%) y se produce principalmente hacia profesiones feminizadas, como en los casos comentados anteriormente de los personajes de Hillary Clarke y Radha. El único caso inverso ocurre en el filme georgiano, donde Lia, la protagonista, transita de una profesión masculinizada a otra (de chófer a arquitecta graduada), logrando un ascenso de clase social facilitado por un romance con su jefe, también de clase superior.

B) MATERIALIDAD PROFESIONAL: DISPOSITIVOS DE TRABAJO

A nivel visual, los planos son el dispositivo hegemónico, presentes junto al 84% de los personajes. Funcionan como metonimia de la arquitectura en el imaginario popular, es decir, son suficientes para significar que el personaje es arquitecta sin necesidad de mostrar el proceso intelectual, técnico y relacional que implica la profesión. Las excepciones son *Una Donna Libera*, en la que Liana aparece dibujando y mostrando sus planos a un colega pintor; y especialmente *In Which Annie,* en la que se representa a Radha proyectando arquitectura de forma mucho más activa, trabajando sobre los dibujos, planos y maquetas a lo largo de todo el relato mientras da forma a su proyecto de fin de carrera (Fig-2).



Figura 2. Visibilidad del proceso arquitectónico de Liana y Radha. Elaboración propia.

Las maquetas y los bocetos a mano (vinculados al 26% y 16% de los personajes) aparecen casi exclusivamente en las tramas formativas. En los años 90, los ordenadores irrumpen en pantalla, pero operan meramente como parte del decorado para indicar que se trata de una oficina moderna. El caso más extremo de desposesión técnica ocurre en *Ngo lo poh ng si yan*, donde la trama separa por completo a Ellen de cualquier dispositivo de trabajo: se la ve caminar por la oficina, pero jamás dibuja o habla de proyectos mientras sus compañeros varones son retratados produciendo en sus mesas.

C) ENTORNO DE TRABAJO: ESPACIOS Y RELACIONES PROFESIONALES

El estudio de arquitectura es el espacio más representado, ya que en él desarrollan su actividad el 53% de los personajes, incluyendo a estudiantes que aún no se han incorporado al mercado laboral, como en *Abezara*. El análisis vincula el tamaño de estos espacios con la geografía de los filmes:

- Grandes institutos estatales (>10 trabajadores): representan el espacio de trabajo del 35% de los personajes y se localizan en los filmes de regiones socialistas caracterizados por mostrar grandes escenas de oficina con abundantes personajes de reparto.
- Pequeños estudios (<5 trabajadores) o "Sin estructura" (cuenta propia): Se concentran en el bloque occidental (20%), entornos que facilitan que la arquitecta ostente una posición laboral elevada o autónoma.
- Estudios medianos (5-10 trabajadores): Aparecen principalmente en las cinematografías orientales de la década de los noventa (15%).

El espacio doméstico aloja a profesionales autónomas que superponen hogar y oficina —Anna Littlefied y Manon— o a estudiantes que diseñan en sus residencias —Lia, Radha y Lekha—, alcanzando un 30% de los personajes.

En contraste, el acceso a la obra en construcción está severamente restringido al 26% de los personajes y concentrado en el cine de mediados de siglo. Además, este espacio aparece desvirtuado: Manon y Liana realizan tareas de decoración de interiores (no hay arquitectura en construcción), Marta Alea solo es representada en la obra en fase de movimiento de tierras, y Lia visita el lugar en calidad de chófer y futura habitante, no como técnica. No es hasta finales de siglo que la cámara muestra por primera vez a Roya, arquitecta limitada a un rol secundario, dando órdenes en un edificio en fase estructural activa.

En las producciones de fin de siglo orientadas a representar el proceso formativo de las arquitectas, la escuela de arquitectura es el escenario de relación principal donde las alumnas interactúan con compañeras/os y con profesores exclusivamente varones. Por el contrario, el cine socialista de mediados de siglo omite por completo las aulas porque su prioridad es reflejar el contexto relacionado con las fuerzas de trabajo productivas del país.

Las reuniones con clientes aparecen restringidas al cine occidental de la primera mitad de siglo, asociadas al 21% de los personajes y la gestión de estudios pequeños o autónomos. En cambio, las reuniones con otros agentes del proyecto son propias del 10% de personajes que interactúan en contextos estatales del bloque socialista. El aislamiento relacional encuentra su máximo exponente en Ellen, quien trabaja en el estudio pero no interactúa profesionalmente con ningún agente del proyecto, consolidando su estatus de arquitecta meramente nominal reducida a un cuerpo presente en el estudio e interés romántico del protagonista.

Patrones transversales y consideraciones finales

EL AMOR ROMÁNTICO COMO DESTINO NORMATIVO

El rasgo de mayor universalidad del corpus pionero pertenece a la dimensión de género: el amor romántico heterosexual está presente en la práctica totalidad de los personajes codificables (92%), independientemente de la región y el año en que fue producido el filme, el rol narrativo del personaje y su posición en la jerarquía profesional. La primera imagen de la arquitecta en cada tradición regional es la de un personaje definido por su deseo heterosexual antes que por la práctica de la arquitectura, confirmando la vigencia de este patrón a lo largo de todo el siglo XX. Esta insistencia puede leerse como efecto de la heterosexualidad obligatoria[9] y el contrato heterosexual[10] —concepto que retoma Butler para teorizar la matriz heterosexual[11] en la que se apoya este análisis—, ya que el cine organiza la inteligibilidad del sujeto femenino mediante la alineación normativa entre feminidad, deseo y destino afectivo. Así, la arquitecta —figura potencialmente disruptiva por su acceso a un campo técnico masculinizado— es reinscrita en una feminidad legible a través del relato amoroso, que opera como dispositivo de domesticación simbólica.

La subordinación jerárquica, en la que la arquitecta ostenta una posición de menor poder que su interés romántico; el conflicto de la carrera con los cuidados, que termina mayoritariamente en el abandono de la profesión; y el castigo narrativo a aquellas

[9] RICH, Adrienne Cecile – Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence (1980). **Journal of Women's History.** Vol. 15, n.º 3 (2003), p. 11–48.
[10] WITTIG, Monique – **The Straight Mind and Other Essays**. Boston: Beacon Press, 1979/1992.
[11] BUTLER, Judith – **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity.** New York: Routledge, 1990.

arquitectas jóvenes que intentan escapar de los mandatos de género; contribuyen a crear un patrón en el que la figura de la arquitecta termina inexorablemente asociada al amor romántico antes que al éxito profesional.

LA PROFESIÓN COMO SIGNO VACÍO

La puesta en escena cinematográfica construye una diferencia sistemática en la representación del conocimiento técnico de arquitectos y arquitectas. Mientras que ellos son filmados realizando acciones asociadas a la producción intelectual y material del proyecto[12] —dibujar, manipular maquetas, explicar sus proyectos, etc.—, las arquitectas pioneras aparecen vinculadas a los signos superficiales del diseño arquitectónico —una mesa con papeles, planos enrollados bajo el brazo— sin que el contenido técnico de los mismos sea mostrado al espectador en tres cuartas partes de los casos pioneros (Fig-3).
En paralelo, se produce una restricción del acceso a la obra en construcción, espacio de máxima autoridad técnica y de contacto con la materialidad arquitectónica. Solo un 26% de los personajes pueden acceder a estos espacios y hasta 1999 no es posible ver a una arquitecta pionera, aunque sea en un rol narrativo secundario, actuando como profesional técnica en un edificio en fase de ejecución estructural.

Esta invisibilización sistemática del saber técnico de la arquitecta puede leerse a la luz del marco conceptual que Dotson propone para analizar las formas en que ciertos sujetos son excluidos de la producción y el reconocimiento del conocimiento.[13] La ausencia de la obra reproduce una exclusión de primer orden, negando visualmente el acceso de la arquitecta a los ámbitos de producción del conocimiento; la desacreditación de su trabajo por parte de colegas y clientes —documentada en los indicadores de valoración profesional— opera en el segundo orden, reconociendo su presencia pero vaciando de autoridad sus contribuciones; y la reducción de su práctica a signos superficiales del diseño, manteniendo su saber en un plano inaccesible para el espectador, actúa en el tercer orden, al sustituir el marco técnico desde el que la arquitecta construye su saber por una imagen de la profesión que el espectador puede reconocer sin atribuirle competencia real. El corpus pionero muestra un sistema de representación que produce activamente la incapacidad del espectador para percibir a la arquitecta como sujeto de conocimiento, es decir, una opresión epistémica, no simplemente una ausencia de representación.

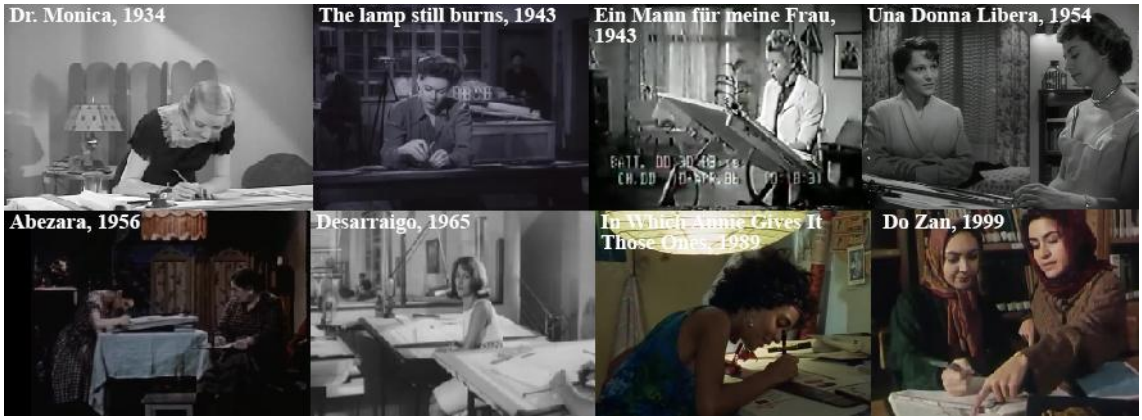


Figura 3. Arquitectas dibujando en sus espacios de trabajo. Elaboración propia.

[12] Como se puede comprobar en el visionado de múltiples películas sobre arquitectos como *Mr. Blandings Builds His Dream House* (1948), *The Fountainhead* (1949) o *The Brutalist* (2024), entre otras. Incluso cuando son personajes secundarios, como ocurre en *Abezara*, uno de los filmes analizados en este texto.
[13] DOTSON, Kristie – Conceptualizing Epistemic Oppression. **Social Epistemology**. Vol 28, nº 2 (2014), p. 115-138

LA TRAYECTORIA TRUNCADA COMO DESENLACE NARRATIVO

La trayectoria profesional de la arquitecta pionera con peso narrativo (10 personajes) aparece congelada (40%) o se interrumpe (40%). En el relato cinematográfico dominante, el movimiento es el atributo del personaje masculino y los personajes femeninos tienden a ocupar la posición de imagen.[14] Aplicado a este corpus, la profesión arquitectónica aparece mayoritariamente como caracterización o decorado del personaje, o la agencia de la arquitecta deja de existir.

Cuando la arquitectura funciona en el relato como signo de la identidad del personaje y no como práctica que tiene contenido y proceso, no hay ningún material narrativo del que pueda surgir una evolución profesional. Existen distintos mecanismos de truncamiento más o menos directos, como la acumulación de violencia, que actúa sobre el cuerpo y experiencia del personaje de forma que hace narrativamente inviable la continuación de su trayectoria arquitectónica; o el abandono de la disciplina por una actividad codificada culturalmente como femenina, presentado por el relato como resolución naturalizada de los deseos del personaje, ocultando ser el efecto de una norma de género.[15]
La escuela de arquitectura introduce una variante específica de promesa fallida que los filmes más tardíos desarrollan con particular precisión: la escuela aparece como el espacio donde el conocimiento se adquiere precisamente para no ser ejercido, es decir, estudiar arquitectura no significa poder ejercerla.

El crecimiento profesional, cuando es representado sin desenlace punitivo, queda reducido a personajes secundarios o de reparto en contraste con las trayectorias de abandono voluntario o involuntario de la profesión de los personajes centrales de esas narrativas. Esta distribución es coherente con las observaciones de Mulvey[16] sobre la incompatibilidad de la mirada cinematográfica masculina y la agencia femenina: el crecimiento se permite en personajes que no sostienen la centralidad narrativa. Incluso en el único caso en el que la trayectoria de cambio de profesión se produce a la inversa y el personaje termina en una posición de ascenso social que le permitirá ejercer la arquitectura, sus acciones a lo largo del relato terminan favoreciendo el recorrido de los arquitectos varones situados a su alrededor.

El análisis transversal de este corpus pionero demuestra que la irrupción cinematográfica de la mujer en la arquitectura durante el siglo XX no se tradujo en una celebración de su emancipación, sino en un complejo proceso de negociación. El primer patrón de esta investigación confirma que la centralidad en pantalla de una arquitecta no garantiza la validación de su dimensión profesional. El segundo revela como la práctica arquitectónica aparece reducida a sus signos más superficiales, la arquitecta es nombrada como profesional, pero el cine no muestra lo que hace. El tercero opera sobre el tiempo narrativo: el avance profesional se atribuye a las figuras de fondo, y el estancamiento o la expulsión a las centrales, con una consistencia que atraviesa décadas y tradiciones.

El carácter fundacional del corpus, que es su mayor fortaleza analítica, es también su mayor límite: el análisis describe los patrones inaugurales de la representación, no su persistencia o transformación a lo largo del siglo XX. La pregunta que este corpus deja abierta es la que constituye la continuación natural de esta investigación: ¿se mantienen,

---

[14] DE LAURETIS, Teresa – **Technologies of Gender: Essays on Theory, Film, and Fiction.** Bloomington: Indiana University Press, 1987.
[15] BUTLER, Judith – **Gender Trouble.**
[16] MULVEY, Laura – Visual Pleasure and Narrative Cinema. **Screen**. Vol. 16, n.º 3 (1975), p. 6–18

se intensifican o se diluyen estos patrones en el corpus completo de filmes localizados? ¿Genera la autoría femenina la diferencia epistemológica que se observa, con las cautelas pertinentes, en el único caso disponible del corpus pionero? El análisis de los patrones fundacionales identificados en este texto no puede responder estas preguntas, pero las hace metodológicamente necesarias y teóricamente orientadas.

Bibliografía

BRAVO DE LAGUNA SOCORRO, Alberto – Perfil e imagem do arquiteto moderno através de El Manantial (1949). **Bitácora Arquitectura.** N.º 40 (2019), p. 86–98. DOI: 10.22201/fa.14058901p.2019.40.69449

BUTLER, Judith – **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity.** New York: Routledge, 1990

DE LAURETIS, Teresa – **Technologies of Gender: Essays on Theory, Film, and Fiction.** Bloomington: Indiana University Press, 1987

DOTSON, Kristie – Conceptualizing Epistemic Oppression. **Social Epistemology.** Vol 28, nº 2 (2014), p. 115-38. DOI: 10.1080/02691728.2013.782585

ESTRADA LORENZO, José Manuel – **Cine y arte: pintores, escultores y arquitectos en el cine de ficción.** Córdoba: Editorial Berenice, 2025

GOROSTIZA, Jorge – **La imagen supuesta. Arquitectos en el cine.** Madrid: Fundación Arquia, 1997

GOROSTIZA, Jorge – La imagen supuesta (Cuatro arquitectos de película). **Basa.** N.º 12 (mayo 1990), p. 132–145

HARRISS, Harriet; HYDE, Rory; MARCACCIO, Roberta, ed. – **Architects after Architecture: Alternative Pathways for Practice.** London: Routledge, 2021

LEVINSON, Nancy – Tall Buildings, Tall Tales: On Architects in the Movies. In: LAMSTER, Mark, ed. – **Architecture and Film.** New York: Princeton Architectural Press, 2000

MULVEY, Laura – Visual Pleasure and Narrative Cinema. **Screen**. Vol. 16, n.º 3 (1975), p. 6–18. DOI: 10.1093/screen/16.3.6

PÉREZ-MORENO, Lucía C.; LUS-ARANA, Luis M. – The Image of Women Architects in Films, 1912–1943: New Careers and Stereotyped Femininities. **Arts.** Vol. 12, n.º 1 (2022), artigo 4. DOI: 10.3390/arts12010004

RAMÍREZ, Juan Antonio – **La arquitectura en el cine: Hollywood, la Edad de Oro.** Madrid: Alianza Editorial, 1995

RICH, Adrienne Cecile – Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence (1980). **Journal of Women's History.** Vol. 15, n.º 3 (2003), p. 11–48. DOI: 10.1353/jowh.2003.0079

SAINT, Andrew – **The Image of the Architect.** New Haven: Yale University Press, 1983

SCHLEIER, Merrill – Ayn Rand and King Vidor's Film The Fountainhead: Architectural Modernism, the Gendered Body, and Political Ideology. **Journal of the Society of Architectural Historians.** Vol. 61, n.º 3 (2002), p. 310–331

SCHLEIER, Merrill – **Skyscraper Cinema: Architecture and Gender in American Film.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009

SCIANCA, Giorgio; DELLA CASA, Steve – **La recita dell'architetto. 1523 film e un videogioco.** Roma: SVpress, 2015

WITTIG, Monique – **The Straight Mind and Other Essays**. Boston: Beacon Press, 1979/1992

O que não se vê de cima:
o desenho do chão na Plataforma Rodoviária do Plano Piloto

Victor Itonaga
Universidade de Brasília
vitonaga@gmail.com

Luciana Saboia Fonseca Cruz
Universidade de Brasília
lucianasaboia@unb.br

Resumo: Ao rotacionar o norte da planta apresentada no Concurso do Plano Piloto de Brasília, em 1957, Lucio Costa reorienta a leitura aérea daquele território, sistematicamente estudado desde o século anterior. Assim, os dois traços que se cruzam dentro da concavidade do Lago Paranoá dão origem a uma imagem potente, que permanece no debate de Brasília até os dias de hoje, ao mesmo tempo que abstrai a complexidade construtiva e estrutural que viabiliza tal síntese. Parte-se da hipótese de que é necessário debater Brasília livre de representações sistemáticas que historicamente orientaram sua crítica, como se seu entendimento estivesse determinado antes mesmo de sua inauguração. Observando o local mais ocultado pela vista de cima, o artigo propõe estudar a Plataforma Rodoviária, de forma a possibilitar uma nova perspectiva do local onde se cruzam os eixos da cidade. Vista de cima, a sobreposição dos diferentes níveis do espaço oculta toda a articulação da urbanidade em seu interior. Portanto, sugere-se investigar a Plataforma através dos cortes - seções verticais do objeto -, encontrando, consequentemente, a espessura tridimensional gerada pela topografia e como o desenho de chão foi determinante para o partido do projeto. Metodologicamente, redesenha-se a Plataforma Rodoviária em seis cortes dispostos em trios que apontam para duas características de projeto moldadas pela forma como o chão da Plataforma foi desenhado. Os cortes evidenciam a Plataforma como um sistema de chãos sobrepostos que articula topografia, dinâmicas urbanas, infraestrutura e paisagem. Ao deslocar o olhar da planta para a seção, o artigo propõe uma leitura alternativa de Brasília capaz de ampliar a compreensão da cidade para além da imagem sintética da cruz e atualizá-la a partir de seu ponto de convergência.

Palavras-chave: Brasília, Plataforma Rodoviária, Representação, Chão, Corte Arquitetônico

Introdução

Este artigo se insere no contexto que procura estudar Brasília além da crítica celebrada sobre ela. Seja para exaltá-la ou rejeitá-la, grande parte do debate arquitetônico e urbanístico sobre a capital brasileira a interpretou enquanto materialização direta do projeto apresentado ao concurso de 1957. A evidente relação do projeto de Lucio Costa com o urbanismo moderno e a responsabilidade inerente de uma construção - e transferência - da capital federal brasileira acabou por ofuscar um debate sobre a cidade atual, em constante transformação. Como Saboia e Medeiros (2011) discorrem:

> [...] a identidade da cidade não deve ser apenas interpretada a partir do discurso competente do projeto original, pois distancia Brasília da ideia de narrativa que, a despeito de manifestar as contradições políticas e socioeconômicas, constrói continuamente significados que se edificam e reedificam sua arquitetura.[1]

Partindo das reflexões do livro 'Cidade Pós-Compacta' (2021) de Lassance, Saboia, Pescatori e Capillé, é necessário desvencilhar a capital brasileira do binarismo da utopia e da retrotopia. Elevar Brasília como referência de projeto, a fim de retirá-la da exclusividade do campo historiográfico e construir um arcabouço conceitual capaz de atuar sobre outras condições urbanas, compactas ou não. Para os autores:

> Entretanto, a possibilidade de recorrer a Brasília como referência para construir essa alternativa implica na capacidade de superarmos sua designação como estrita materialização dos preceitos definidos pela Carta de Atenas – manifesto considerado ode à destruição da cidade tradicional. [...] Esse rótulo a transformou em uma espécie de não-lugar do debate sobre a cidade contemporânea, mantendo-a como referência restrita ao campo da historiografia, uma curiosidade frequentemente tratada como 'anomalia' da categoria do urbano por não resultar do processo histórico de formação das cidades e apresentar-se como uma forma congelada no tempo devido ao seu tombamento ocorrido.[2]

Sugere-se aqui, então, nos debruçarmos sobre a principal simbologia de Brasília, reiteradamente presente na crítica da cidade: a vista aérea. Lucio Costa, responsável pelo projeto vencedor, sintetiza seu partido através do cruzamento, em planta, de dois eixos perpendiculares, o Eixo Rodoviário Residencial e o Eixo Monumental, justamente os eixos estruturantes do partido de projeto.

---

[1] SABOIA, Luciana; MEDEIROS, Ana Elisabete – **Brasília, discurso ou narrativa? Questões sobre preservação e identidade cultural.** In SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 9., 2011, Brasília. Anais. Brasília: Docomomo Brasil, 2011. pg. 9.

[2] LASSANCE, Guilherme; SABOIA, Luciana; PESCATORI, Carolina; CAPILLÉ, Cauê – **Cidade pós-compacta: Estratégias de projeto a partir de Brasília.** Rio de Janeiro: Rio Books, 2021, pg. 52.



Figura 01. Reinterpretação da cruz de Lucio Costa e 'A Traição das Imagens' de René Magritte.
Fonte: Elaboração do autor.

Descrito como um "avião ou um pássaro de cimento armado", o símbolo é estruturado pelo cruzamento, em ângulo reto, de dois eixos inseridos em um triângulo equilátero e enquadrados por um cinturão verde. A imagem de Brasília vista por cima integra a narrativa heroica da ocupação de um suposto espaço vazio destinado a ser explorado pelo progresso modernizante do país. O formato em xis simbolizava não apenas a ocupação do território da nova capital, mas também um modelo de desenvolvimento rodoviário que uniria o país inteiro, ligando o Norte ao Sul e o Leste ao Oeste.

Importante notar que, no relatório entregue para o concurso, Costa "ignora o norte geográfico e coloca a planta na vertical, imprimindo à imagem uma força icônica que nunca se diluiu até hoje",[3][4] diferente dos demais projetos premiados que utilizavam o norte de suas plantas em 0º. Ao apresentar o projeto com o norte rotacionado, Costa concede ao projeto o simbolismo necessário para uma capital nacional e redireciona o olhar para o centro do país. O território que viria a ser Brasília já era visto por cima muito antes do concurso, a partir das comissões que vieram para delimitar o novo território da capital, iniciando ainda no século anterior. Oliveira (2016) indica como a imagem mental, construída pelos discursos e narrativas pré-Brasília, e a imagem cartográfica, documentada por diferentes grupos de trabalho em campo, acabaram por abstratizar a interpretação do território, "e, neste caso, planificou o chão".

Para Roberto Segre (1977), a cruz de Lucio Costa constituía-se no símbolo mais diretamente perceptível dentre todos os outros projetos premiados no concurso de Brasília. Segre defendia que era imperativo ser dessa forma para auxiliar na justificativa da transferência da capital. Afinal, quanto mais semelhança a signos conhecidos da sociedade, mais fácil seria a aceitação dessa ideia ambiciosa.

[3] OLIVEIRA, Maria Manuel – **"Construída na linha do horizonte": Brasília, o Plano Piloto e a manipulação do chão.** In Patrimônio em transformação: atualidades e permanências na preservação de bens culturais em Brasília. Brasília-DF: IPHAN. Superintendência do IPHAN no Distrito Federal, 2016. pg. 29

[4] Nota-se que instituições como o próprio Governo do Distrito Federal, a Universidade de Brasília, o Banco de Brasília, o Brasília Futebol Clube e centenas de empresas, estatais ou não, de grandes a pequenos portes, se utilizam da cruz como ícone de pertencimento.

Por outro lado, James Holston (1979) afirma que a imagem da cruz faz parte do processo de des-historicização da origem da cidade, contribuindo para a construção do mito moderno de Brasília. Funcionando simultaneamente sob a forma de símbolo indexical, aquele que aponta para um objeto, e de símbolo icônico, sendo uma imagem geométrica semelhante a diversos outros símbolos gráficos. Trata-se de um duplo papel que recria a narrativa sagrada ligada ao símbolo cristão e a narrativa histórica associada à fundação das cidades romanas, estruturadas segundo os eixos cardo e decumanus.

Jan Gehl, em "Cities for People" (2010), descreve Brasília como uma bela composição vista do ar, porém, quando vista ao nível da cidade, ela seria uma catástrofe. Assim como Marshall Berman, em "Tudo o que é sólido desmancha no ar" (2010), diferencia Brasília vista de cima - dinâmica, fascinante e semelhante a um avião – da Brasília vista do chão - uma das "cidades mais inóspitas do mundo", marcada por "enormes vazios em que o indivíduo se sente perdido, tão sozinho quanto um homem na lua".[5] Dois ângulos de visualização que correspondem a duas Brasílias diferentes, criando um descompasso entre a realidade urbana da cidade e a forma como ela é comumente representada.

"Parte picaresca, parte deriva aleatória", a imagem da cruz de Brasília se insere em uma narrativa específica do campo do planejamento: a narrativa do sobrevoo. A imagem aérea, do voo, produz imediatamente, segundo Vidler (2016), uma sensação de distanciamento, ao mesmo tempo em que ampliava a percepção de poder dos planejadores sobre as pessoas. Dali, de cima, Brasília torna-se uma cidade-panorama. Debaixo, onde o limite de visibilidade cessa, estão os praticantes da cidade real, "cujo corpo obedece aos cheios e vazios de um texto urbano que escrevem sem poder lê-lo".[6]

Contudo, essa sistematização da imagem da cidade vista de cima acabou por abstrair certas dinâmicas presentes na superfície e ocultar parte das estratégias de projeto implementadas. Entre elas, o fundamental desenho de chão da cidade – estruturador do partido e construção da capital. Ao planificar a cidade a partir de um ponto de vista aéreo, desconhece-se o importante desenho topográfico – tanto em desenho, a partir do alinhamento do eixo de simetria do projeto com o espigão central[7], quanto em obra, exercendo um papel central na construção da nova cidade e requerendo esforços extremamente complexos para implantar e controlar a topografia existente.[8]

Ainda mais complicado é o caso de onde se cruzam os dois eixos da cruz. Mesmo no próprio croqui sintético de Lucio Costa não é possível esclarecer como é feita a transposição entre os traços. Um eixo passa por cima do outro? Se sim, qual? Existe afastamento vertical entre eles? Qual altura? De que forma estaria disposto?

---

[5] BERMANN, Marshall – **Tudo o que é sólido desmancha no ar.** São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.
[6] CERTEAU, Michel. **A invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
[7] O terreno situado dentro da meia-lua possui um espigão alinhado ao eixo de simetria do lago, "uma convexidade dentro de uma concavidade", consolidando, topograficamente, um vetor de alinhamento para o projeto de Costa.
8 Conforme é relatado em entrevistas para o Arquivo Público de Guimarães Filho (1989), Esteves (1989), Porto (1989) e Zettel (1989).

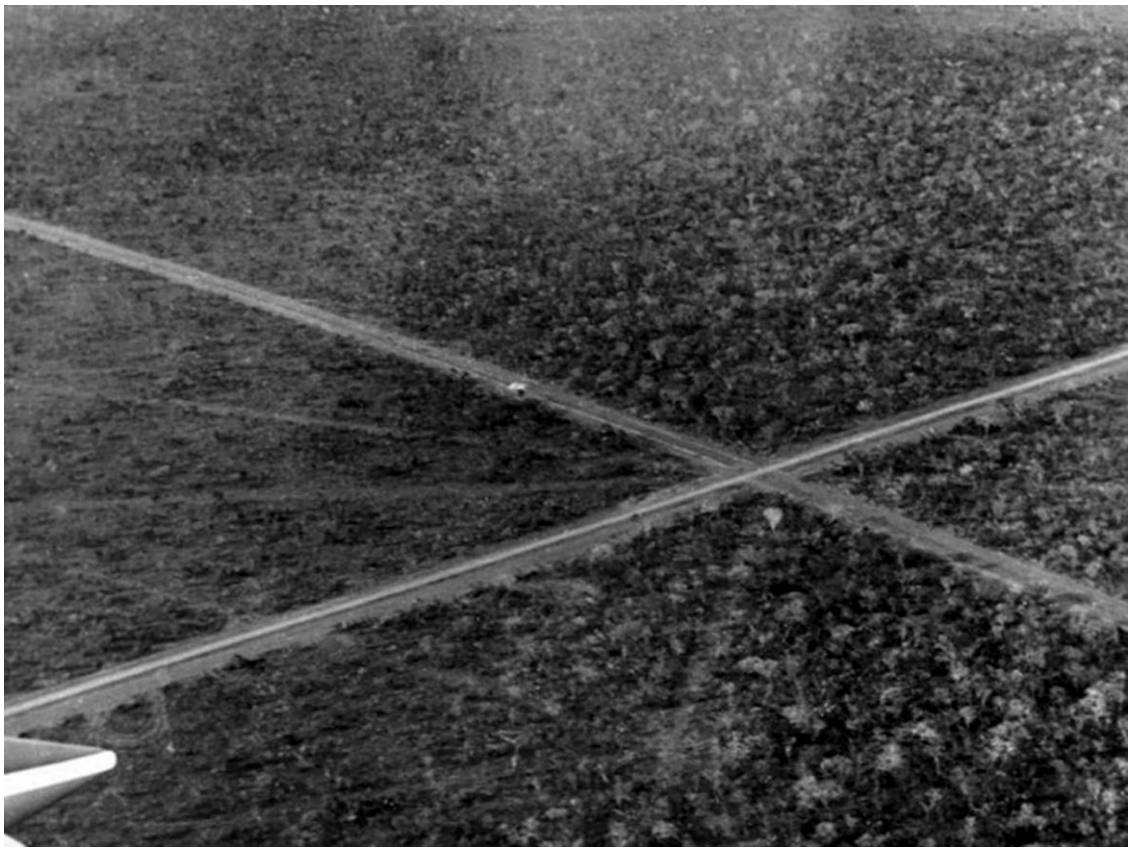


Figura 02. Cruzamento dos eixos.
Fonte: Foto de Mario Fontenelle no Arquivo Público do DF.

Desenvolvimento

Inicialmente, a interseção dos eixos foi o espaço designado como o Marco Zero da construção da cidade, local de onde se irradiariam o desenvolvimento das obras. Ali, também, encontrava-se a Plataforma Rodoviária do Plano Piloto – um dos projetos de maior dificuldade de entendimento a partir da vista aérea. Formada pela sobreposição de diferentes plataformas, ou diferentes chãos, a vista aérea normalmente abstrai o espaço como uma continuidade do Eixo Rodoviário passando acima do Eixo Monumental, visto a conformação de sua cobertura como espaço público com praças, calçadas, estacionamentos e eixos de rolamento. Calafate (2015) argumenta:

> Se tradicionalmente o edifício põe limite ao que não tem limite, neste caso parece que esta definição não se apresenta tão claramente. Isto se percebe na dificuldade de ler a Plataforma dentro dos parâmetros tradicionais do projeto. A impossibilidade de se encontrar um ponto focal único na visualidade implica a multiplicidade de visadas necessárias para sua compreensão, isto é, a configuração de um edifício sem frontalidade, sem fachada. Não se pode enquadrá-lo como figura ou fundo da paisagem, pois se dissolve na mesma.[9]

Para explicá-lo a Juscelino Kubitschek, por exemplo, Guimarães Filho (1989) precisou apresentar a Plataforma Rodoviária através de uma maquete com partes removíveis, de

[9] CALAFATE, Caio – **Entre arquitetura e infraestrutura: desenho do solo como dispositivo de projeto na Plataforma Rodoviária de Brasília.** Rio de Janeiro: Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC-RJ, 2015. Dissertação de mestrado. pg. 119

forma que pudesse deixar mais evidentes os diferentes níveis sobrepostos do projeto. Nem mesmo Niemeyer entendia a ideia com clareza antes de ver a maquete, como relata Sergio Porto (1989) em entrevista ao Arquivo Público do DF. 'Porque nem os presidentes entendiam muito bem como é aqueles três planos, aquelas coisas. Então nós fizemos uma maquete desmontável.'[10]

Gesto eminentemente topográfico[11], a Plataforma Rodoviária é um exemplo de projeto desenhado com a linha do chão, funcionando no horizonte como abertura para a paisagem. Dessa forma, dissimula as rés do chão através de suas enormes plataformas e organiza a malha viária de todo o Plano Piloto. Seu corpo construído se camufla na cidade, de forma que não é totalmente percebido pelo olhar desatento, ao mesmo tempo em que abriga comércios e serviços extremamente movimentados sob a sombra das plataformas.

Sergio Porto, responsável pelo projeto e construção da Plataforma Rodoviária, relata em entrevista para o Arquivo Público do DF que, para iniciar a obra, foi necessário um corte de terra de 10 metros de altura em uma largura de 160 metros, com comprimento igual à largura do Eixo Monumental. Esse volume "fantástico"[12] retirado de terra foi remanejado para realizar o terrapleno da Esplanada dos Ministérios, contudo, mesmo nestas proporções, foi insuficiente para completá-lo. Enquanto na Plataforma a sua construção estava em um gigante desaterro, a topografia da Esplanada era pensada para que "saíssem" do chão, adicionando uma quantidade aproximada de 5.900.000m³.[13]

Portanto, reivindica-se uma nova forma de se perceber a Plataforma Rodoviária, sendo, assim, referência para compreender Brasília além de sua planta. Como relembra Rossetti (2010), Guimarães Filho cita que até mesmo Juscelino Kubitschek já possuía o entendimento de que, "para compreender o projeto da Plataforma, as plantas se constituíam numa referência secundária." Sobretudo para se entender o chão, em que a interpretação gráfica em planta dos platôs, taludes e muros esconde seus graus de angulação (0º, 1-89º e 90º, respectivamente) e se tornam meras linhas e planos abstratos por cima.

Maria Manuel Oliveira em 'Construída na linha do horizonte: Brasília, o Plano Piloto e a manipulação do chão' (2016) e Guilherme Lassance, Luciana Saboia, Carolina Pescatori e Caue Capille em 'Cidade pós compacta' (2021) nos apresentam uma maneira alternativa para se entender o projeto da Plataforma: através dos *cortes*, seções verticais do objeto, onde é possível demonstrar mais claramente a "solidariedade entre terra e artefato".

Por meio de dois perfis longitudinais - um do projeto de 1957, submetido ao concurso do Plano Piloto, e o outro retirado do SICAD, de 1997 – Oliveira (2016) observa as principais alterações que ocorreram no Eixo Monumental pelo processo de "pegar a cidade, e botar ela no chão". Para tanto, a autora realiza uma investigação diacrônica do chão através do confronto entre os dois cortes, de escala 1:50.000, e observa a aproximação em cerca de

[10] **PORTO**, Sérgio. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1989.
[11] OLIVEIRA, Maria Manuel – **"Construída na linha do horizonte": Brasília, o Plano Piloto e a manipulação do chão.** In Patrimônio em transformação: atualidades e permanências na preservação de bens culturais em Brasília. Brasília-DF: IPHAN. Superintendência do IPHAN no Distrito Federal, 2016. pg. 39
[12] Zettel (1989) destaca o volume "fantástico" de terra removido na passagem de nível da Rodoviária, onde foi necessário um corte de 9,5 a 10 metros de profundidade em relação ao nível original do solo.
[13] Segundo entrevista de Jethro Bello Torres apud Oliveira, 2016.

800 metros ao Lago Paranoá e a criação de um novo terceiro nível, abaixo do Eixo Monumental.

Lassance et al (2021) representam, por sua vez, a Plataforma Rodoviária com desenhos isométricos que, embora correspondam a uma forma de vista aérea, são recortados em posições especificas para revelar a dinâmica exterior-interior. Assim, além de oferecerem uma representação do espaço, as isométricas recortadas auxiliam na descoberta de estratégias projetuais que constroem a imagem superficial da Plataforma. Surge a delimitação espacial formada pelos grandes vãos das plataformas e pela "deformação do solo natural, fabricando barreiras topográficas e recortando faixas que multiplicam a condição de térreo e a associam a diferentes níveis de acesso e articulação com o entorno", formando uma centralidade protegida do movimento ao redor, 'tal qual o olho sem vento de um furacão'.[14]

Tanto em Oliveira (2016) quanto em Lassance et al (2021), é possível perceber como o chão surge enquanto um elemento latente do projeto de Lucio Costa, cuja leitura em planta dificulta a compreensão da artificialidade topográfica de Brasília. Os cortes permitem a visualização dos espaços abaixo do rés-do-chão, escavados ou cobertos, e realçam a espessura que a Plataforma dispõe a partir da sobreposição de seus chãos.

Ao analisar o termo *chão*, Cecilia Sá (2021) sugere que ele pode operar como propriedade, como percurso e/ou como topografia.[15] A Plataforma Rodoviária, segundo a autora, reúne todas essas dimensões e seu corpo principal projeta um espaço público aberto, ao mesmo tempo em que separa e conecta diferentes fluxos. A paisagem é conformada como uma megaestrutura topográfica, capaz de produzir diferentes cenários conforme o nível percorrido. Com base nesse desenho, a Plataforma estabelece uma outra abordagem: o chão como paisagem.

A hipótese a ser investigada é de que o projeto da Plataforma Rodoviária passou porum processo de invisibilização causada pela sistematização da vista aérea de Brasília. Com esta finalidade, propomos seis cortes, em escala e padronizações semelhantes, que possam auxiliar no entendimento do desenho de chão da plataforma. São dispostos em trios que apontam para duas características de projeto moldadas pela forma como o chão da Plataforma foi desenhado: a sobreposição de níveis e a articulação de urbanidades.
O redesenho é adotado enquanto metodologia de pesquisa - refazer os traços da Plataforma em corte permite a aproximação dos processos de projeto originais e do controle estrutural necessário para a modelagem da topografia. A base documental dos redesenhos — composta por imagens e acervos gráficos — foi reunida, principalmente, a partir de estudos anteriores sobre trechos do Eixo Monumental[16], de registros

[14] LASSANCE, Guilherme; SABOIA, Luciana; PESCATORI, Carolina; CAPILLÉ, Cauê – **Cidade pós-compacta: Estratégias de projeto a partir de Brasília**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2021.

[15] Entendido como propriedade de um solo urbano, o chão é parcelado em porções privadas de terra, funcionando "como uma mercadoria, transitória e infinitamente divisível". Como percurso, articula as estruturas físicas com o lugar, compreendido a partir da experiência no tempo e no espaço de sua superfície – o caminhar renova a experiência do sujeito transformada pelo tempo e a existência de um pertencimento àquele território. Por último, o chão como topografia desenha a paisagem ao organizar o solo construído e não construído, operando como uma estratégia de projeto que articula "a escala territorial, em suas relações macro, e a tectônica do detalhe construído, associando arquitetura e paisagem".

[16] Principalmente em: CORULLON, Martin – **A plataforma rodoviária de Brasília: infraestrutura, arquitetura e urbanidade.** São Paulo: Programa de Pós-graduação de Arquitetura e Urbanismo da FAU-

preservados pelo Arquivo Público do Distrito Federal e de dados cartográficos do SICAD (Sistema Cartográfico do Distrito Federal). Os redesenhos foram elaborados a partir de softwares vetoriais, produzindo novos cortes a partir da sobreposição das bases documentais — um processo de troca entre a representação dos projetistas e a apropriação pessoal do pesquisador.



Figura 03. Movimentação de terra da Plataforma Rodoviária do Plano Piloto
Fonte: Arquivo Público do DF.

A Plataforma Rodoviária está disposta em quatro níveis diferentes; a cota do Eixo Rodoviário Residencial sobre grandes plataformas de estrutura protendida; o mezanino, sobre estrutura pré-moldada em menor dimensão; a cota do Eixo Monumental, funcionando como cota zero em contato com o chão mas com pontuais aberturas topográficas; e, por fim, o Buraco do Tatu, percurso que continua o Eixão de uma asa à outra.

Pelo projeto original de Lucio Costa, a plataforma superior seria toda fechada, sem o "H" que possibilita as aberturas para o nível inferior – sugestão de Porto aceita por Costa e Guimarães Filho, pois diminuiriam custo e tempo de obra. Após realizarem os desaterros necessários e erguerem as paredes de contenção, construíram-se as estruturas das duas pistas laterais e a conexão entre elas, por onde seriam feitas as descidas para o nível inferior. A estrutura do plano superior foi definida em concreto protendido devido aos

USP, 2013. Dissertação de mestrado; CALAFATE, Caio – **Entre arquitetura e infraestrutura: desenho do solo como dispositivo de projeto na Plataforma Rodoviária de Brasília.** Rio de Janeiro: Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC-RJ, 2015. Dissertação de mestrado; e SÁ, Cecília Gomes de – **O chão como paisagem: Plataforma Central de Brasília.** Brasília: Programa de Pós-graduação de Arquitetura e Urbanismo da FAU-UnB, 2021. Tese de doutorado.

grandes vãos demandados por conta do Eixo Monumental passando abaixo, disposta através de oito pórticos, com vigas pré-moldadas "I" chanfradas nas pontas para "dar leveza".
Exceto pelos postes de luz, o único elemento que se encontra acima da plataforma é uma cobertura leve, sustentada por uma estrutura metálica treliçada que produz sombra na sequidão do nível superior. Abaixo desta cobertura estão abrigados comércios, formais e informais, junto aos dois conjuntos de circulação vertical. A laje superior se encontra 9 metros acima do nível do Eixo Monumental, com uma pista contínua que dá seguimento à via L1 de um lado, e, do outro, a continuação da via W1 que serpenteia e formata duas praças.

Alinhado abaixo com a cobertura horizontal, na mesma projeção entre os dois últimos pórticos da Plataforma, encontra-se o mezanino, 4,5 metros acima do Eixo Monumental e 4,5 metros abaixo do Eixo Rodoviário. Sua estrutura é feita com vigas-caixão pré-moldadas, o que possibilita a passagem de instalações pela estrutura e diminui seu peso. Abriga repartições de comércio e serviços concentrados na parte contrária à maior abertura da plataforma superior, preservando um espaço livre de ocupação para observar o embarque e desembarque dos ônibus.

O nível do Eixo Monumental se encontra entre as quatro ilhas de terra formadas pelo cruzamento dos eixos e estruturadas por muros de contenção em concreto armado. Esta cota abriga um dos espaços mais vibrantes da capital, acolhendo, além de docas para quarenta e cinco ônibus em todo seu perímetro, comércios e ambulantes que diariamente lutam por reconhecimento – o que torna a Plataforma um espaço fundamental para entender o conflito social entre centro e periferia de Brasília. Neste nível, encontra-se a entrada para a estação de metrô Central, no subsolo do Eixo Monumental e que se prolonga para a parte oeste da cidade.

Inaugurada em 2001, ela foi a primeira estação de metrô de Brasília e é o último ponto para quem chega das cidades-satélites, na linha reta que compõe a rede metroviária do Distrito Federal. Pode-se separar este subsolo em dois momentos: o primeiro, alinhado em prumo com a plataforma superior, possui uma fachada de fora a fora, abaixo do Eixo Monumental; o segundo encontra-se sob uma cobertura verde inserida na elevação topográfica e encaminha os passageiros para a entrada e saída do terminal metroviário. Uma ponte-túnel, com brises nas fachadas e cobertura verde, conecta os dois momentos para dar continuidade ao fluxo do subsolo.

A fim de dar continuidade ao Eixo Rodoviário sob o Eixo Monumental, Sergio Porto (1989) projeta o Buraco do Tatu, afirmando que, por ser seco, o subsolo de Brasília facilitava a escavação e o manejo de terra. São realizados, então, três recortes no chão da Rodoviária, dois destinados aos mergulhos para o nível seis metros abaixo, e o outro voltado para a entrada de iluminação e ventilação do túnel.

A integração com a topografia e a estrutura viária mistura construção e desenho de chão, reforçando o domínio público por excelência. Corullon (2013) sugere que a Plataforma Rodoviária "desfaz assim os limites entre infraestrutura e arquitetura, entre edifício e cidade, em um ambiente com alto grau de urbanidade". Ao transitar entre a escala da arquitetura e do urbano, a Plataforma consegue, ao mesmo tempo, estruturar o traçado urbano do Plano Piloto e abrigar um pequeno quiosque em seu interior.

Maciel (2015) entende que a Plataforma Rodoviária constitui uma obra-síntese da ideia de arquitetura como infraestrutura à medida que sua estrutura produz um espaço significativo sem nome, aberto para a indeterminação funcional, sobrepondo "usos e articulações físicas com o território que reforçam sua presença como um fragmento de cidade, e configura uma ruptura radical com a ideia de arquitetura como objeto edificado". A parte rodoviária da Plataforma constitui uma das várias urbanidades articuladas em seu interior, como um conjunto de grandes espacialidades do Plano Piloto. Para Maciel:

> A urbanidade presente amplia a sua importância como uma parte indissociável do território, para além de um edifício convencional. Sua integração com a topografia recriada e com a estrutura viária retoma de maneira radical e intencionalmente ambígua a distinção entre o desenho do chão e o da construção a fim de constituir um domínio público por excelência. Em última instância, a grande estrutura que gera a sombra habitável, articulando a topografia e o território, constitui uma síntese em escala reduzida da própria ideia da cidade, ao extrair da solução de cruzamento dos dois eixos um território construído que se oferece como um *locus* de urbanidade condensada.[17]

É notável que, como as obras arquitetônicas eram de exclusividade de Oscar Niemeyer, Sergio Porto (1989) relata que o próprio arquiteto resistia à ideia de projetar a Plataforma Rodoviária. Por fim, Niemeyer acabou por participar apenas do desenho dos pilares em V, já que a proposta original de Sergio Porto, que previa deixar a estrutura pendurada por tirantes nas vigas superiores, não havia sido aceita. Segundo Porto, Niemeyer costumava bravar: 'esse negócio de plataforma é coisa do Urbanismo!'

Além da organização dos fluxos da cidade, o chão da Plataforma Rodoviária organiza também os principais espaços de mirada para a paisagem do Eixo Monumental, tanto para a visada da Torre de TV quanto para a da Esplanada dos Ministérios. Projetada para "não se ver", a Plataforma pode ser lida como um espaço "de onde se vê", sendo o principal ponto de mirada para perceber a paisagem monumental da cidade.

Segundo Lassance, Saboia, Pescatori e Capillé (2021), o nível superior da Plataforma constitui um espaço exterior interiorizado que "captura o espetáculo de celebração da máquina cuja coreografia do fluxo pode ser admirada a partir da condição privilegiada criada pelo térreo elevado". Abaixo, no nível do Eixo Monumental, Lucio Costa fez com que a circulação de ônibus se desse através de um sistema de mão única, de forma que o viajante pudesse ter uma última vista da Esplanada antes de entrar no Eixo Rodoviário, "despedida psicologicamente desejável".

[17] MACIEL, Carlos Alberto – **Arquitetura como Infraestrutura.** Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG, 2015. Tese de doutorado. pg. 147.



Figura 04. Movimentação de terra da Plataforma Rodoviária do Plano Piloto
Fonte: Arquivo Público do DF.

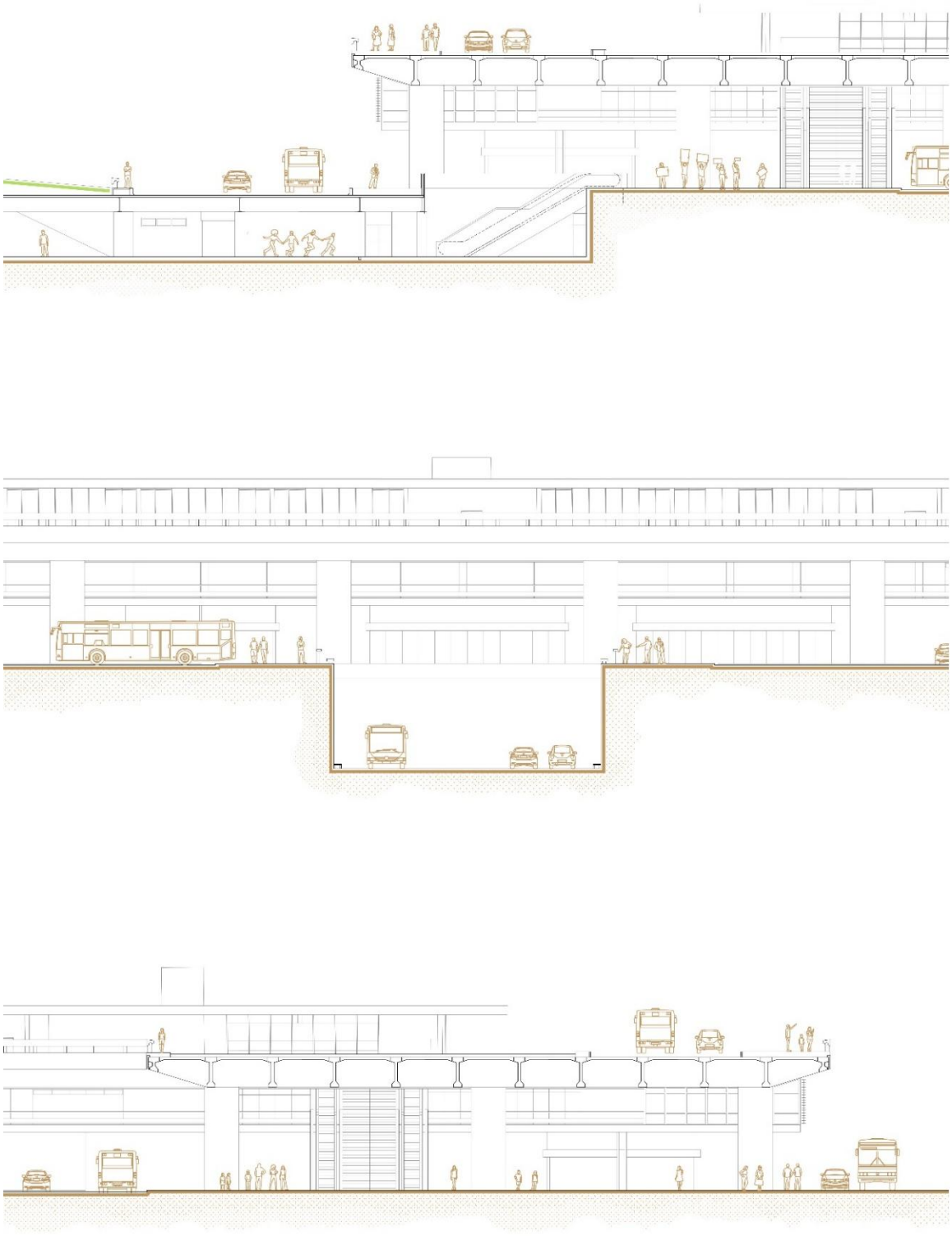


Figura 05. Cortes na entrada da estação de metrô Central, no Buraco do Tatu e na plataforma leste.
Fonte: Elaborados pelo autor.

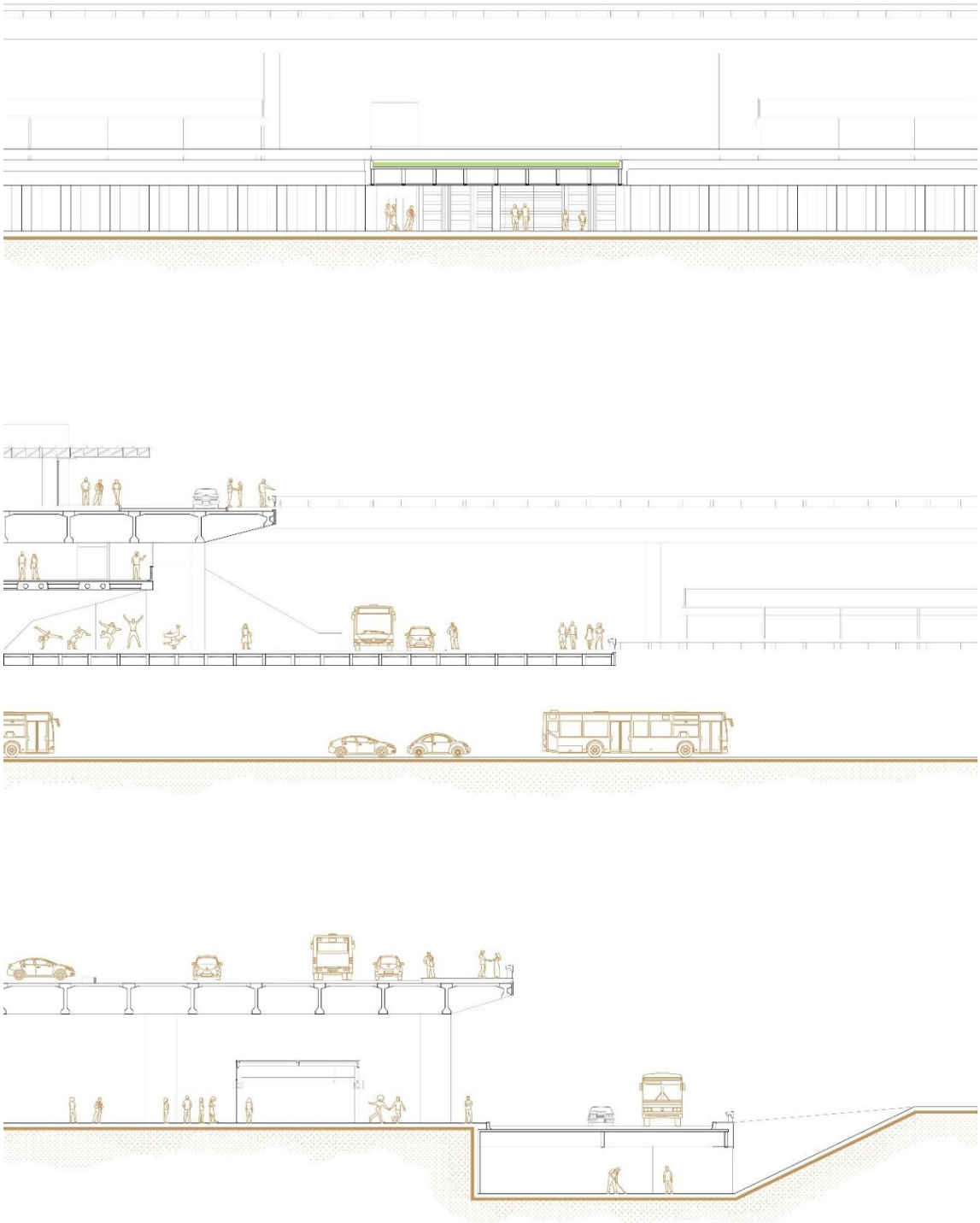


Figura 06. Cortes na entrada da estação de metrô Central, no Buraco do Tatu e na plataforma oeste.
Fonte: Elaborados pelo autor.

Desde antes de sua inauguração, o território de Brasília foi amplamente interpretado a partir de uma perspectiva de cima, aérea, presente nos desenhos cartográficos das missões de transferência de capital e encontrando seu símbolo central no cruzamento dos eixos do Plano Piloto de Lucio Costa. O simbolismo dessa imagem contribuiu para consolidar a crítica sobre a cidade e auxiliar no convencimento coletivo sobre a transferência da capital federal. Contudo, a sistematização dessa vista também acabou por obscurecer dimensões fundamentais da construção de Brasília, como seu primordial desenho topográfico.

A Plataforma Rodoviária é um potente exemplo para esse debate, justamente por estar situada no cruzamento dos dois eixos. Por meio do redesenho de seus cortes foi possível revelar o chão além de ser suporte para uma estrutura, mas desenho que delimita a própria espacialidade da Plataforma. Entre aterros, desaterros, plataformas e contenções, o espaço Marco Zero da cidade sobrepõe diferentes níveis altimétricos para criar uma articulação de distintas urbanidades em seu interior.

Vendo a Plataforma por este ângulo alternativo, propõe-se uma leitura da cidade que supere não só a imagem consolidada vista de cima, mas livre de categorizações definitivas que cerceiam novas perspectivas sobre Brasília. Cortar a Plataforma Rodoviária é trazer mais luz para o minucioso trabalho topográfico que modelou e articulou toda uma cidade. Cortar Brasília possibilita compreender como o chão foi desenhado para permanecer visualmente discreto e, paradoxalmente, viabilizar a própria síntese representada pela imagem da cruz.



Figura 07. Sobreposição de níveis da Plataforma Rodoviária do Plano Piloto.
Fonte: Laila Ollaik.

Bibliografia

BERMANN, Marshall – **Tudo o que é sólido desmancha no ar.** São Paulo: Companhia de Bolso, 2007.

CALAFATE, Caio Carvalho – **Pensar o chão como atlas.** Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2022. Tese de Doutorado.

CALAFATE, Caio – **Entre arquitetura e infraestrutura: desenho do solo como dispositivo de projeto na Plataforma Rodoviária de Brasília.** Rio de Janeiro: Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC-RJ, 2015. Dissertação de mestrado.

CARPINTERO, Antonio Carlos Cabral – **Brasília: Prática e Teoria Urbanística no Brasil, 1956-1998.** São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas).

CERTEAU, Michel – **A invenção do Cotidiano.** Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

COSTA, Lucio – **Brasília, cidade que inventei.** Brasília: ArPDF, CODEPLAN, DePHA, 1991.

COSTA, Lucio – **Lucio Costa: registro de uma vivência.** São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

CORULLON, Martin – **A plataforma rodoviária de Brasília: infraestrutura, arquitetura e urbanidade.** São Paulo: Programa de Pós-graduação de Arquitetura e Urbanismo da FAU-USP, 2013. Dissertação de mestrado.

ESTEVES, Nauro – **Depoimento Nauro Esteves** - Programa de História Oral. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1989.

GEHL, Jan – **Cidades para pessoas.** Tradução de Anita Di Marco. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GUIMARÃES FILHO, Augusto – **Depoimento Augusto Guimarães Filho** - Programa de História Oral. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1989.

HOLSTON, James – **A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

KUBITSCHEK, Juscelino – **Por que construí Brasília.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

LASSANCE, Guilherme; SABOIA, Luciana; PESCATORI, Carolina; CAPILLÉ, Cauê – **Cidade pós-compacta: Estratégias de projeto a partir de Brasília.** Rio de Janeiro: Rio Books, 2021.

LEWIS, P.; TSURUMAKI, M.; LEWIS, D. J. – **Manual of Section.** Nova Jersey: Princeton Architectural Press, 2016.

MACIEL, Carlos Alberto – **Arquitetura como Infraestrutura.** Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG, 2015. Tese de doutorado.

MEDEIROS, Ana Elisabete; CHAIM, Giselle – **Arquitetura por escrito: o (re) desenho como instrumento de aprendizagem.** Revista Projetar – Projeto e Percepção do Ambiente. [S.I]. Vol. 4, n. 1 (2019), p. 40-52.

NOBRE, Ana Luiza; CALAFATE, Caio – **Sentidos do chão.** Rio de Janeiro: Comum Pesquisas e Produções, 2022.

OLIVEIRA, Maria Manuel – **"Construída na linha do horizonte": Brasília, o Plano Piloto e a manipulação do chão.** In Patrimônio em transformação: atualidades e permanências na preservação de bens culturais em Brasília. Brasília-DF: IPHAN. Superintendência do IPHAN no Distrito Federal, 2016.

PORTO, Sérgio – **Depoimento Sérgio Porto** - Programa de História Oral. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1989.

ROSSETTI, Eduardo Pierrotti – **Lucio Costa e a Plataforma Rodoviária de Brasília.** Arquitextos. Ano 10, 119.03 (abr. 2010).

ROZESTRATEN, Artur Simões – **Representações: imaginário e tecnologia.** São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2017. Tese de Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo.

ROZESTRATEN, Artur Simões – **Representações de projeto: uma breve revisão crítica.** Pós Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP. (2009).

SÁ, Cecília Gomes de – **O chão como paisagem: Plataforma Central de Brasília.** Brasília: Programa de Pós-graduação de Arquitetura e Urbanismo da FAU-UnB, 2021. Tese de doutorado.

SABOIA, Luciana – **Brasília and the modernist void: the central bus station and the struggle for cultural recognition.** Louvain-la-Neuve: Université Catholique de Louvain, 2009. Tese de doutorado.

SABOIA, Luciana; MEDEIROS, Ana Elisabete – **Brasília, discurso ou narrativa? Questões sobre preservação e identidade cultural.** In SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 9., 2011, Brasília. Anais. Brasília: Docomomo Brasil, 2011.

SEGRE, Roberto – **A persistência dos símbolos.** In XAVIER, Alberto; KATINSKY, Julio Roberto (Orgs.) – **Brasília: Antologia Crítica**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

VÁZQUEZ RAMOS, F. G. – Redesenho. Conceitos gerais para compreender uma prática de pesquisa histórica em arquitetura. Arquitextos. São Paulo. Ano 17, n. 195.09 (ago. 2016).
VIDLER, A. – **The view from above: designing from the air.** Thésis. Rio de Janeiro. Vol. 1, n. 1 (jan./jun. 2016), p. 28-43.

XAVIER, Alberto; KATINSKY, Julio Roberto (Orgs.) – Brasília: **Antologia Crítica.** São Paulo: Cosac Naify, 2012.

ZETTEL, Jayme – **Depoimento Jayme Zettel** - Programa de História Oral. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1989.

A cidade do futuro:
Sergio Bernardes e o urbanismo da década de 1960

Carolina Quintanilha
Universidade Federal do Rio de Janeiro –
Programa de Pós-Graduação em Urbanismo [PROURB]
carolina.neves@fau.ufrj.br

Maria Cristina Cabral
Universidade Federal do Rio de Janeiro –
Programa de Pós-Graduação em Urbanismo [PROURB]
mariacristinacabral@fau.ufrj.br

Resumo: Este trabalho aborda diferentes produções urbanas, que tanto na teoria escrita quanto na idealização projetual, almejavam antecipar um futuro mais próspero. Nos anos 1960, diante das inovações tecnológicas criadas em consonância com novos paradigmas sociais, muitos urbanistas e historiadores começaram a demonstrar intensas preocupações com a cidade do futuro, a partir do presente que se apresentava. O mundo experimentava o que muitos teóricos chamavam de "tempos sombrios", com aumento da densidade populacional; da desigualdade social; dos congestionamentos urbanos; da degradação da natureza; e de muitos conflitos armados, com risco da eclosão de bomba nuclear. Um dos objetivos deste trabalho é elencar prospectivas urbanas que tentaram responder a esses tempos. A principal prospectiva a ser analisada será o projeto *Rio 2000*, mais conhecido como *Rio do Futuro*, do arquiteto e urbanista carioca Sergio Bernardes, publicado na Revista Manchete, em 1965. O material base para sua análise será composto por fontes primárias situadas no Núcleo de Pesquisa e Documentação [NPD FAU UFR]. O Rio 2000 será evidenciado a partir da reconstrução de seu contexto, considerando as tendências urbanas internacionais explanadas em uma reportagem promovida pelo Departamento de Pesquisa e Documentação [DPD] do Jornal do Brasil, em 1969. Dentre as categorias de cidades empregadas, encontram-se: experimental, vertical, linear, ponte, laguna, móvel e subterrânea. As comparações entre essas diferentes tendências urbanas e o *Rio 2000* serão realizadas a partir da crítica de Lewis Mumford, um dos mais proeminentes críticos desse período. Mumford observava a cidade do presente e também as idealizações para o futuro. Diante disso, ele denunciou os rumos do urbanismo, superficiais em relação ao cuidado para com a natureza, por temer a sobrevivência humana e, consequentemente, urbana.

Palavras-chave: Rio do Futuro, Prospectivas urbanas, Preservação da natureza, Modernidade, Fontes primárias

Introdução

Na década de 1960, diferentes tendências urbanas foram desenvolvidas sendo reflexo do contexto histórico de seus criadores, que estavam voltados a idealizar a cidade do futuro. Segundo Françoise Choay, o planejamento urbano enfrentava dificuldades, o que era percebido através da análise dessas tendências, que se dividiam em ter: fé no progresso tecnológico e no poder das técnicas; aversão pela sociedade mecanizada e nostalgia de comunidades antecedentes; ou aversão por uma realidade desnaturalizada, com nostalgia de uma aproximação com a natureza[1]. Os esforços foram diversos para tentar reverter a desordem da "ordem urbana existente", com prospectivas de imaginários coletivos e/ou individuais.

Lewis Mumford foi um dos principais pensadores do período a se debruçar sobre essas dificuldades, na expectativa de que novos tempos fossem impulsionados. Segundo Mumford, os tempos eram sombrios, porque a civilização fez "ressurgir as mais bárbaras formas de compulsão, tortura e extermínio em massa" e, nessa década, ela ameaçava "aniquilar a população de continentes inteiros e talvez tornar todo o planeta permanentemente inabitável"[2]. Para Choay, Mumford recorreu às lições da história por acreditar que a vida social da cidade pré-industrial era a unidade que precisava prevalecer nas novas propostas urbanas[3]. Por isso, ele retomou o histórico de formação das cidades, desde o período medieval, cobiçando encontrar uma nova forma para a cidade, mais orgânica, qualitativa e humana, que garantisse a sobrevivência do ser humano e, portanto, da vida urbana.

Nos anos 1960, muitos arquitetos e urbanistas também estavam descontentes com o cenário urbano. Nesse âmbito, muitos deles engajaram-se em projetar concepções urbanas, das mais variadas, para a cidade do futuro. Este trabalho pretende contribuir para o debate acerca da produção urbana moderna, comparando as principais tendências do urbanismo que prospectavam o futuro durante os temores da Guerra Fria. Contudo, essas tendências serão analisadas previamente para que seja melhor compreendido o contexto da produção urbana inicial do arquiteto urbanista carioca Sergio Bernardes, comumente chamado de utópico, devido às suas idealizações ora megalomaníacas ora vanguardistas.

Sergio Bernardes [1919 - 2002] diferenciou-se dos outros arquitetos de seu tempo por sua vasta reflexão e produção de novos conceitos, tanto do novo homem como da nova cidade, que surgiram da tentativa de transformar, de todas as formas possíveis, as suas idealizações em realidade. Incansavelmente, Bernardes esteve investido a redesenhar seu momento presente, visando um futuro melhor e um novo mundo, para que, em casas e em cidades, o indivíduo pudesse cumprir sua existência em toda plenitude.

---

[1] CHOAY, Françoise – **O Urbanismo**. **Utopias e realidades. Uma antologia**. São Paulo: ed. Perspectiva, 2003 (1965), p. 49.
[2] MUMFORD, Lewis – **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998 (1961), p. 567.
[3] CHOAY, 2003, p. 40.

Ganhador de prêmios nacionais e internacionais[4], o arquiteto desenvolveu centenas de projetos ao longo de sua existência. Ele testou inúmeras escalas, que vão de um jogo de talheres até projetos urbanos, passando por projetos de poltrona, avião, aeroporto intercontinental e um Brasil reformulado completamente[5]. Dentre seus projetos mais conhecidos, encontram-se: Residência Lota de Macedo Soares, no Rio de Janeiro [1953]; Pavilhão do Brasil na Exposição Internacional de Bruxelas, na Bélgica [1958]; Pavilhão de São Cristóvão, no Rio de Janeiro [1960]; Hotel Tambaú, na Paraíba [1962]; Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília [1972]; e Fábrica Schering, no Rio de Janeiro [1974].

A proposta urbana de Bernardes a ser analisada neste trabalho é intitulada *Rio 2000*, mais conhecida como *Rio do Futuro*. Acredita-se que esse é o primeiro projeto urbano de Bernardes, desenvolvido em 1965[6], por requisição da Revista Manchete. Muitos consideram esse projeto quimérico para a realidade que se apresentava, em vista disso, objetiva-se compará-lo com outras produções urbanas do recorte temporal proposto, a fim de traçar correlações.

Esta pesquisa começou a ser desenvolvida a partir da imersão no objeto de estudo, isto é, essa produção urbana inicial de Sergio Bernardes. Para tal, utilizou-se a metodologia de coleta de dados e observação de fontes primárias. Afortunadamente, o acervo de Bernardes encontra-se no Núcleo de Pesquisa e Documentação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro [NPD FAU UFRJ], no qual há mais de 900 projetos desenvolvidos pelo arquiteto.

Muito material do período, sobre os projetos de Bernardes e sobre a cidade/contexto que ele projetava, foi consultado nos jornais publicados ao longo da década de 1960, que se encontram na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Essa busca ajudou a perceber também como o arquiteto era encarado pela imprensa e pelos políticos que o contratavam para projetos diversos, o que comprova o reconhecimento que ele tinha enquanto profissional a frente de seu tempo.

Na Hemeroteca Digital, também foram pesquisadas as principais tendências urbanas internacionais que ambicionavam um futuro melhor. O objetivo para a seleção desta fonte de consulta foi melhor compreender as possíveis discussões da época, a partir do que era publicado nos jornais de grande circulação. Se por um lado, sabe-se que Bernardes era um profissional atualizado com os temas e preocupações mais preponderantes de seu tempo, por outro, não se tem conhecimento do conteúdo de sua biblioteca.

Além dessa metodologia, houve a revisão bibliográfica que fomenta a contextualização histórica desta pesquisa. Alguns autores da época foram lidos e fichados, para que os

[4] Prêmio Jovem Arquiteto Brasileiro na II Bienal de São Paulo [1953]; Trienal de Veneza [1954]; Prêmio Internacional de Arte Sacra em Darmstadt (Alemanha) [1956]; Diferentes prêmios na Feira Internacional de Bruxelas (Bélgica) [1958] e também a condecoração de Chevallier de La Courone Belge.
[5] Para esse projeto, Bernardes publicou o livro "Cidade: A sobrevivência do poder" [1975] -, no qual propôs uma nova organização do território brasileiro no que ele chamou de "isócronas regressivas".
[6] Nesse mesmo ano, o urbanista grego Constantinos Doxiadis entregou o relatório preliminar de seu plano de remodelação urbana para o Rio de Janeiro, que fora encomendado pelo governador Carlos Lacerda.

problemas urbanos daquele momento fossem melhor compreendidos. Foi uma década repleta de novas análises e críticas a respeito das cidades, sobretudo modernas, constituindo novas teorias urbanas que revisavam a modernidade e seus modos de viver.

Como exemplo dessas novas formas de ver e pensar as cidades, nos anos 1960, pode-se citar: Jane Jacobs, com "Morte e vida de grandes cidades" [1961]; Lewis Mumford, com "A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas" [1961]; Françoise Choay, com "O urbanismo: Utopia e realidades" [1965]; Robert Venturi, com "Complexidade e contradição em arquitetura" [1966]; Giulio Carlo Argan, com "História da arte como história da cidade" e "Arte Moderna" [a partir do início da década de 1960]; Aldo Rossi, com "A arquitetura da cidade" [1966]; e Henri Lefebvre, com "O direito à cidade" [1968].

Desenvolvimento

Esta parte do trabalho apresenta as principais tendências urbanas da década de 1960, que vislumbravam a cidade do futuro, divididas em dois subcapítulos: um voltado para o contexto internacional e outro para o *Rio 2000* de Sergio Bernardes, representando o contexto nacional. O material base para o levantamento das principais prospectivas internacionais dos anos 1960 foi uma reportagem publicada no Jornal do Brasil [JB], em 1969, nomeada "Jornal do Futuro – As cidades procuram liberdade"[7]. Essa reportagem foi editada pelo Departamento de Pesquisa e Documentação [DPDJB], criado no início dos anos 1960, pelo jornalista e então editor-chefe do JB, Alberto Dines.

A criação do DPD representou um marco na história da grande imprensa nacional, uma vez que estabelecia o modelo de notícia interpretativa no país, para concorrer com o telejornalismo em ascensão[8]. Assim, uma parte da redação começou a produzir conteúdo inédito, em variados campos do conhecimento, para contextualizar as notícias do presente de forma mais coesa. Isso se deu a partir da organização de dossiês, pesquisas internacionais, biografias e recortes de jornais, que pudessem ser consultados de maneira mais eficaz pelos reporteres.

A preocupação com a cidade do futuro era notável entre os arquitetos e historiadores na década de 1960, que estavam conscientes dos problemas que acometiam seu presente corrente. Conforme dito anteriormente, o momento era de revisão da modernidade, onde novas formas de criticar as cidades estavam em desenvolvimento, no intuito de também rever o conceito de morar bem. As estatísticas estavam sendo utilizadas mais do que outrora, na tentativa de antecipar, para solucionar, possíveis catástrofes do futuro. Na reportagem editada pelo DPD no Jornal do Brasil, foi exposto que:

> "Em 1880 não havia nenhuma cidade com 1 milhão de habitantes. Há 30 anos elas eram 21 e hoje são 115, incluindo quatro com mais de 10 milhões: Nova Iorque,

[7] DEPARTAMENTO DE PESQUISA – Jornal do futuro: As cidades querem liberdade. **Jornal do Brasil**. (19 junho 1969) (4) nº83.

[8] MELO, Alice – Agente do tempo: a sistematização do passado no Jornal do Brasil nos anos 1960. **9º Interprogramas de Mestrado da Faculdade Cásper Líbero**. São Paulo, 2013.

> Tóquio, Londres e Xangai. Outras 200 cidades avançam para o milhão de habitantes, segundo as estastísticas."[9].

Lewis Mumford foi um dos críticos mais ferrenhos desse período e suas críticas percorriam grande parte do globo, explicitando desgosto com o cenário urbano que se apresentava. No JB, ele foi descrito como um "dos maiores especialistas do mundo" e que ansiava por uma cidade do futuro com funções maternais, devendo "ser um órgão de amor". Mumford atestou que grande parte das tendências urbanas da época baseava-se em suposições ideológicas equivocadas em relação a natureza e destino do homem, que eram prejudicadas mais ainda por princípios ligados ao progresso[10].

A economia produtiva industrial e a economia de consumo comercial, ligadas a ideia de progresso nos anos 1960, segundo Mumford, sofriam a "pressão da continuada invenção", na qual:

> "energia, velocidade, quantidade e novidade passaram a ser fins em si mesmo, e nenhuma tentativa real foi feita para controlar o poder e a quantidade, levando em conta necessidades humanas, além de expandir a produção e o consumo. (...) Os padrões da fábrica e do mercado prontamente se difundiram para todas as demais instituições da metrópole."[11]

Para ele, o "êxito metropolitano", baseado na "economia metropolitana", era produzir o maior número de invenções, concentrando-se na quantidade, sem levar em conta a "necessidade de regular o ritmo, distribuir a quantidade ou assimilar a novidade"[12]. Logo, era previsível o surgimento de projetos que estimulavam o gigantismo, a abolição dos limites, o congestionamento e o sofrimento das multidões. Em vista disso, as tendências urbanas a serem apresentadas serão analisadas a partir da relação entre a cidade do futuro e a natureza que, juntos precisavam garantir a sobrevivência humana e urbana, levando em conta essa crítica de Mumford, principal fonte teórica desta pesquisa.

Tendências urbanas internacionais

As tendências urbanas levantadas na reportagem editada pelo Departamento de Pesquisa do JB eram propostas desenvolvidas sobretudo por franceses e ingleses, mas também estadunidenses, alemão, húngaro, japonês e grego. Em geral, as cidades idealizadas por eles funcionavam mais como estudos e prospectivas do que projetos realizáveis na prática, para fomentar reflexões e discussões em torno dos problemas cotidianos. Dentre as categorias de cidades do futuro especificadas pelo DPD, encontram-se: cidade experimental, cidade-linear, cidade vertical, cidade móvel, cidades pontes e flutuantes, cidade laguna, urbanismo subterrâneo e cidade única.

---

[9] DEPARTAMENTO DE PESQUISA – Jornal do futuro: As cidades querem liberdade. **Jornal do Brasil**. (19 junho 1969) (4) nº 83.

[10] MUMFORD, Lewis – **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998 (1961), p. 569.

[11] Ibidem, p. 573.

[12] Ibidem, p. 573.

A Cidade Experimental foi desenvolvida por Athesan Spilhaus, Buckminster Fuller e Bernard Schiever, através do Comitê Promotor da Cidade Experimental, nos EUA, para comportar 250 mil habitantes. Ela seria parcialmente coberta por uma cúpula de vidro, de proporção colossal, a fim de proteger algumas de suas regiões contra tempestades, neve e outros problemas. A Cidade-linear, por sua vez, poderia ser composta por um ou dois blocos que se estenderiam pela paisagem horizontalmente, para a preservação ou melhoria da natureza, com a disposição do solo para parques, gramados e matas.

Essa tendência linear asumiria uma setorização dos seus pavimentos, onde os primeiros contemplariam comércio, serviços, escolas e diversões e, acima deles, as habitações. A Cidade-linear contaria com um sistema de transportes rápidos, composto por trens automáticos e esteiras-rolantes. Para os editores dessa reportagem, esse projeto não era inovador para a época, dado que Le Corbusier já havia proposto uma ideia semelhante em seu edifício autopista para o Rio de Janeiro [1929]. Contudo, eles ressaltaram, sem nomear, um exemplo dos anos 1960 projetado pelos professores da Universidade de Princeton para Nova Jersey, com 2 blocos de 34 quilômetros de comprimento por 1,7 quilômetros de largura e 40 pavimentos.

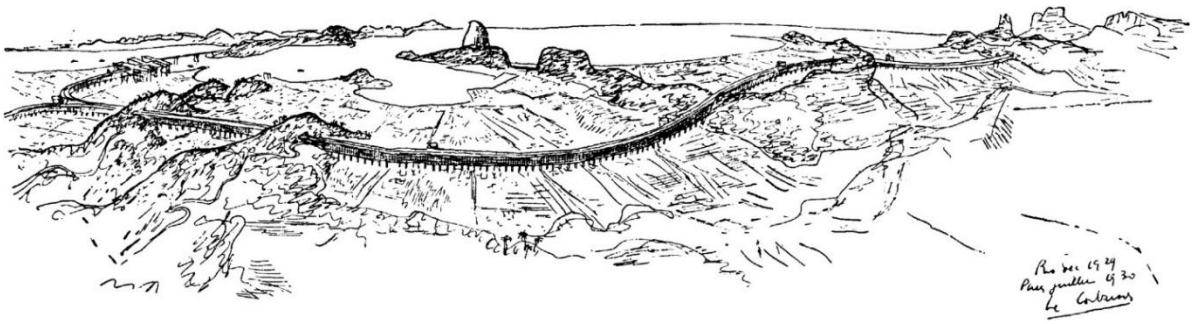


Figura 1 - Edifício Autopista de Le Corbusier, 1929
Fonte: Site Archdaily[13]

Na Cidade Vertical, uma das tendências mais testadas pelos arquitetos do período, os edifícios atingiriam grandes alturas, variando suas formas entre: torre, pirâmide, cone e outras. Nicolas Schoffer, artista húngaro, propôs um centro universitário em forma de torre de petroleo, com 1.200 metros de altura, chamado *La Tour Lumière Cybernétique*. Walter Jonas, arquiteto alemão, projetou a *intrapolis*, configurada por blocos de apartamentos em forma de pirâmide invertida que seria contornada por pistas de automóveis. Paul Maymont, arquiteto francês, concebeu sua cidade com blocos de 125 metros de altura, em forma de cone, no qual cada bloco abrigaria de 15 a 20 mil pessoas, em 25 pavimentos, com circulação vertical, praças e jardins suspensos. Para Maymont, a cidade do futuro teria vários níveis: primeiro – solo para transporte pesado, segundo – para veículos e estacionamento, terceiro – para pedestres, com lojas, cafés, escolas e etc.

[13] https://www.archdaily.com.br/br/776776/uma-arquitetura-para-a-cidade-a-obra-de-affonso-eduardo-reidy?ad_medium=gallery. Acesso em 28 jun 2026

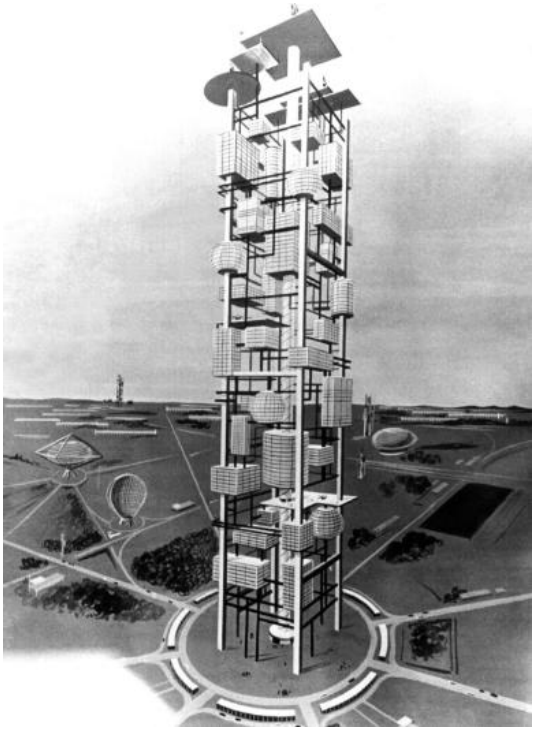


Figura 2 - La Tour Lumière Cybernétique de Nicolas Schoffer, 1963
Fonte: Site Taz[14]

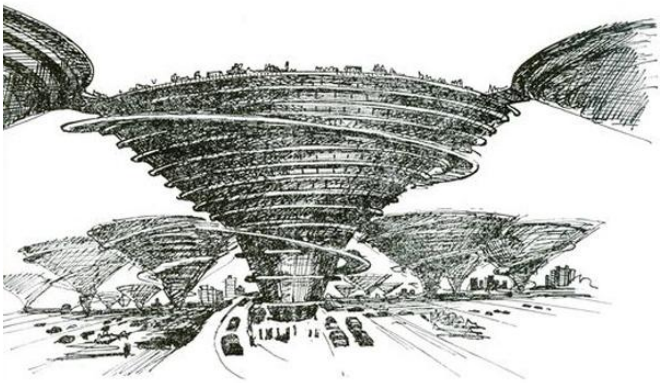
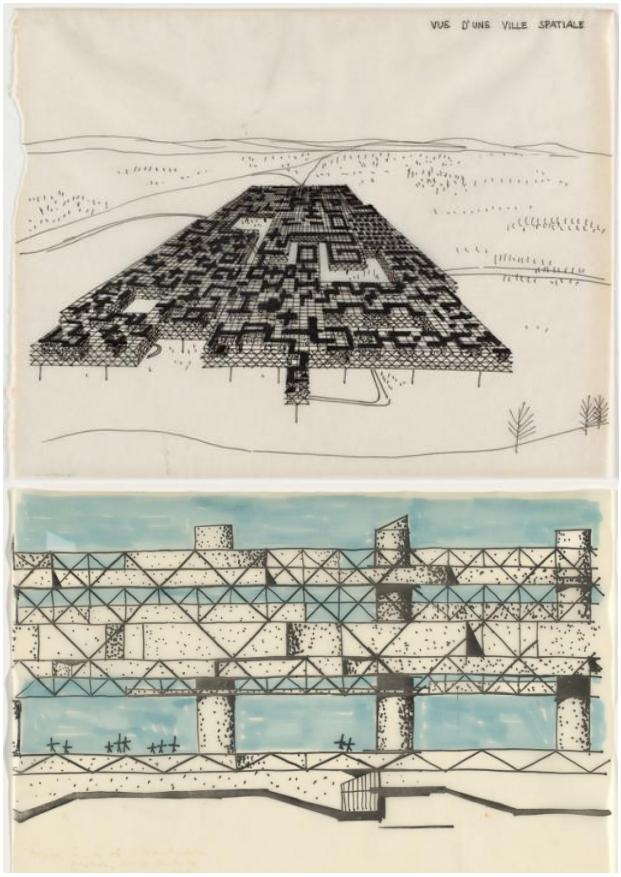


Figura 3 - Intrapolis de Walter Jonas, 1958-63
Fonte: Site dpr-barcelona[15]

Ainda sobre as Cidades Verticais, haveria também o projeto de Kenzo Tange, arquiteto japonês, que idealizou um grande conjunto habitacional em forma de pirâmide de lados recurvados. Lawrence Lerner, engenheiro americano, projetou cidades aéreas, como espécies de ilhas no céu interligadas por esteiras rolantes e rodovias a uma considerável distância do solo, para que ele tivesse seu estado natural devolvido, com árvores, riachos e vida ao ar livre.

[14] https://taz.de/Vordenker-der-Smart-City/!6117289/. Acesso em 28 jun 2026.
[15] https://dprbcn.wordpress.com/2009/12/21/intrapolis-walter-jonas/. Acesso em 28 jun 2026.

A Cidade Móvel também foi uma das tandências mais recorridas pelos arquitetos na década de 1960. Um de seus exemplares mais conhecidos é a cidade de Yona Friedman, que seria sustentada por pilotis de 18 a 25 metros de altura, distantes 35 a 50 metros entre si. Assim, o solo teria de 50 a 60% de sua extensão liberado para a incidência solar. O grande diferencial era a possibilidade de mudar as disposições dos blocos de acordo com as necessidades de seus habitantes. Herbert Manzoni, arquiteto inglês, também preconizou uma Cidade Móvel, considerando uma arquitetura menos durável, onde os benefícios da ciência e da tecnologia seriam melhor aproveitados.



Figuras 4 e 5 – Cidade Móvel de Yona Friedman, 1956-59
Fonte: Site MoMA[16]

No início dos anos 1960, o governo francês congregou o Groupe 1985, composto por urbanistas, economistas e outros especialistas, para traçar um panorama do futuro da França que estimasse as necessidades humanas. Como o grupo acreditava que a mobilidade era uma das principais características da sociedade, seja dos objetos ou das técnicas, eles apostaram que as estruturas e edifícios também deveriam ter sua mobilidade. Então, eles planejaram uma Cidade Móvel, com casas transportáveis, a ser instalada na periferia das grandes cidades ou em locais desabitados.

[16] https://www.moma.org/collection/works/404702. Acesso em 28 jun 2026.

Já as Cidades Pontes e Flutuantes foram pensadas por arquitetos que também realizaram outras tendências descritas anteriormente. Yona Friedman desenvolveu uma Cidade Ponte sobre o canal da Mancha, que ligaria a França à Inglaterra. Ela seria composta por logradouros públicos, habitações, comércio e indústria. Paul Maymont, em contrapartida, propôs uma Cidade Flutuante formada por ilhas flutuantes de 300, 400 e 500 metros de diâmetro, interligadas por pontes, estradas e metrôs elevados. Seriam bairros de uma cidade marinha móvel, "uma Veneza de ilhas intercambiais".

A Cidade Laguna foi idealizada por Paul-Jacques Grillo, arquiteto francês, como uma cidade construída sobre terras reconquistadas ao fundo de uma laguna, como Veneza, Amsterdã ou Bangkok. Ela formaria uma ilha separada da terra firme por um grande canal intercosteiro, sendo ao mesmo tempo uma cidade-recreio e uma comunidade de pesca e agricultura. O Urbanismo Subterrâneo, segundo Édouard Utudjian, urbanista turco-francês, seria proporcionado pelo enterramento de grande parte dos serviços urbanos para aliviar a superfície, remodelar as cidades e "livrá-las de suas doenças". Tal proposta começaria enterrando cinemas, supermercados, arquivos, estacionamentos e depósitos, uma vez que dispensam janelas, a fim de ir liberando o solo.

Por fim, temos a Cidade Única, ou Ecumenópolis, do urbanista grego Constantinos Doxiadis. Ela seria a soma de todas as cidades do mundo; uma cidade contínua e diferenciada, com cidades grandes e pequenas, mas com uma textura unificada, formada de muitas células: as comunidades humanas. Sua divisão também privilegiaria a natureza, onde 5% da parte habitável da terra seria área urbana, 45% seria de cultivados e 50% permaneceriam em seu estado natural.

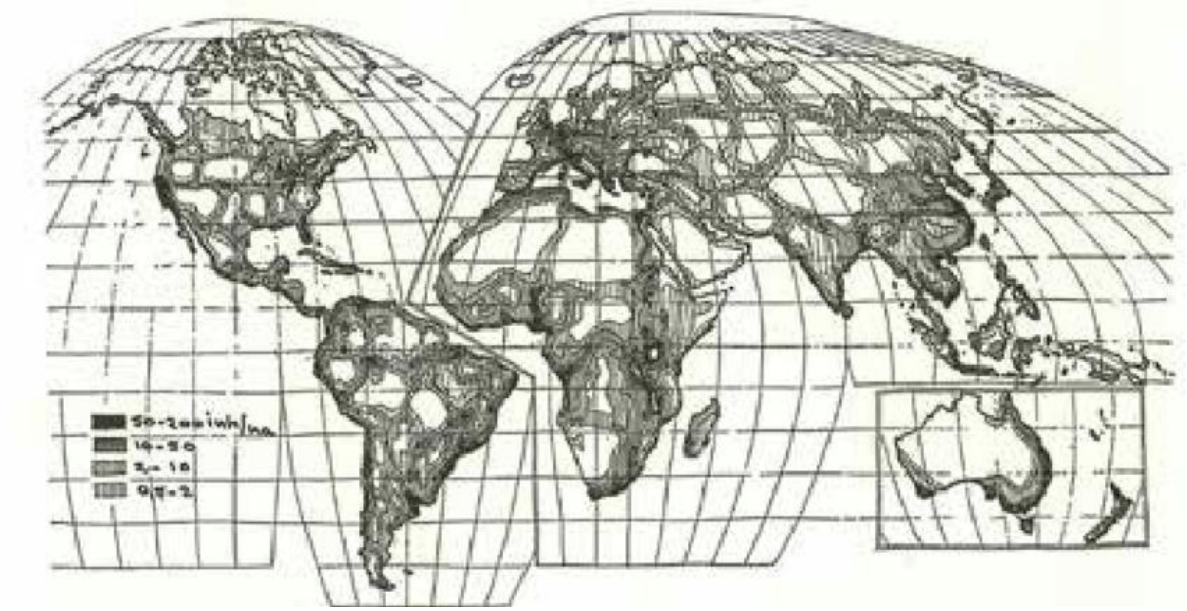


Figura 6 – Ecumenópolis de Doxiadis, 1967
Fonte: Site Doxiadis[17]

[17] https://www.doxiadis.org/Downloads/the_city_ecumenopolis.pdf. Acesso em: 28 jun 2026.

Tendência urbana nacional

A fim de complementar esse levantamento acerca das principais prospectivas urbanas da década de 1960, há um exemplar brasileiro: *Rio 2000* [ou *Rio do Futuro*], de Sergio Bernardes. Na reportagem do DPD no Jornal do Brasil, três arquitetos brasileiros foram considerados inovadores, dentre os casos internacionais mencionados no subcapítulo anterior. O primeiro deles foi Lucio Costa, que havia projetado Brasília [1960], sendo ela a concretização de um ideal moderno de cidade que representou o "novo mundo brasileiro", e uma nova cidade na Barra da Tijuca [1968]. Através de Brasília, "o Brasil assinava o ato de sua 'refundação' e reencontrava seu destino de 'terra do futuro', terra de promessas, condenada durante séculos ao novo, ao moderno"[18]. Esse momento pós-Brasília proporcionou um clima de otimismo e confiança em torno da produção nacional, sobretudo no campo do urbanismo, o que impulsionou mais seus arquitetos a idealizarem novas cidades. O segundo arquiteto brasileiro referido foi Oscar Niemeyer, com o projeto de uma cidade no deserto de Neguev, que fora encomendado pelo governo de Israel, em 1964. Por último, Sergio Bernardes foi reportado como aquele "que fez um plano revolucionário para o Rio", seguramente sendo o *Rio do Futuro*, publicado em 1965, na Revista Manchete. Com a finalidade de cativar a atenção de um público mais amplo, Bernardes apresentou sua prospectiva para o Rio de Janeiro dos anos 2000, com imagens sedutoras e repletas de cores vibrantes, encomendadas a ilustradores de agências publicitárias.

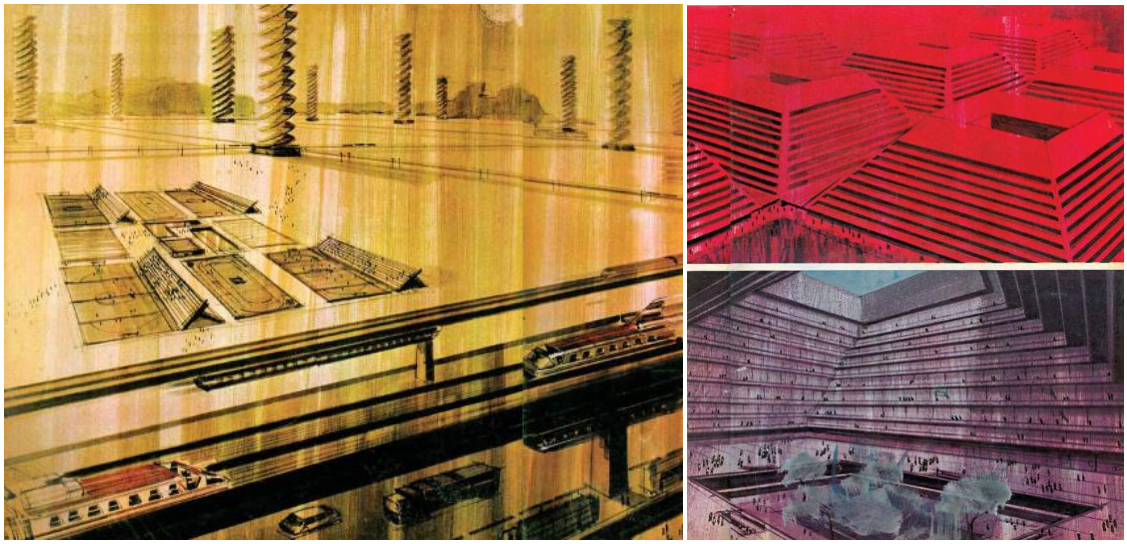


Figura 7: Centros Esportivos e Educacionais, com o Monotrilho à frente e os Bairros Verticais ao fundo
Figuras 8 e 9: Centro Comercial, visto externa e internamente
Fonte: Fundo Sergio Bernardes [NPD FAU UFRJ]

Bernardes definiu esse projeto como prospecção e prospectiva, pois intentava "reduzir ao mínimo os erros do futuro, estabelecendo ao máximo a consciência da margem do imprevisível"[19]. Outro objetivo era "devolver o prestígio à pessoa, libertando-a do caos coletivista de hoje e chamando a atenção ao Rio como ponto focal universal no intercâmbio

[18] PEREIRA, 2010, p. 25 a 27.
[19] BERNARDES, 1965, p. 42.

de culturas"[20]. Ao discorrer sobre sua proposta, ele demonstrou conhecer algumas tendências urbanas naquele momento, ao declarar que:

> "Existem muitos projetos urbanísticos surpreendentes e fantásticos: matemáticos, geométricos, submarinos, espaciais, naturalistas jogando, numa espécie de *science fiction*, com as curiosidades futuras de progresso técnico e científico. Preferimos fazer prospecção, partindo da análise e reformulação do que já existe, manifesto ou como tendência atuante. O projeto - do ponto de vista econômico - poderia começar a ser executado amanhã. (...) Pretende, sobretudo, recuperar a natureza para o homem e o homem para a cultura."[21]

O arquiteto partiu da análise dos problemas citadinos, referentes aos transportes coletivos, à verticalização "indiscriminada" da cidade, à "precariedade de nossa estrutura socioeconômica em desenvolvimento" e à vegetação sendo "sitiada e estrangulada pelo desenvolvimento da cidade que cresce"[22]. Bernardes apropriou-se das técnicas de construção já comprovadas, e com receio de ser rotulado como utópico, desenvolveu seu Rio do Futuro a partir de seis etapas de implementação a longo prazo.

Nelas, as táticas de intervenção seriam: *Centro Comum*, com a criação de um anel circular de transportes e a integração dos túneis preexistentes e novos; libertação para verticalidade e libertação do solo, através de transportes elevados; *Ponte Píer* - conectando Caju, Niterói e Ilha do Governador; *Ponte Turística* - conectando Copacabana e Piratininga; *Túnel Presidente Vargas-Niterói* - conectando os dois centros urbanos; *Bairro Vertical*, como parte da necessidade social e econômica, assumindo uma verticalidade "ousada", que contemplaria toda pessoa fornecendo-a vista para o mar e/ou para o verde.

[20] Ibidem, p. 43.
[21] Ibidem, p. 56.
[22] Ibidem, p. 56 e 57.

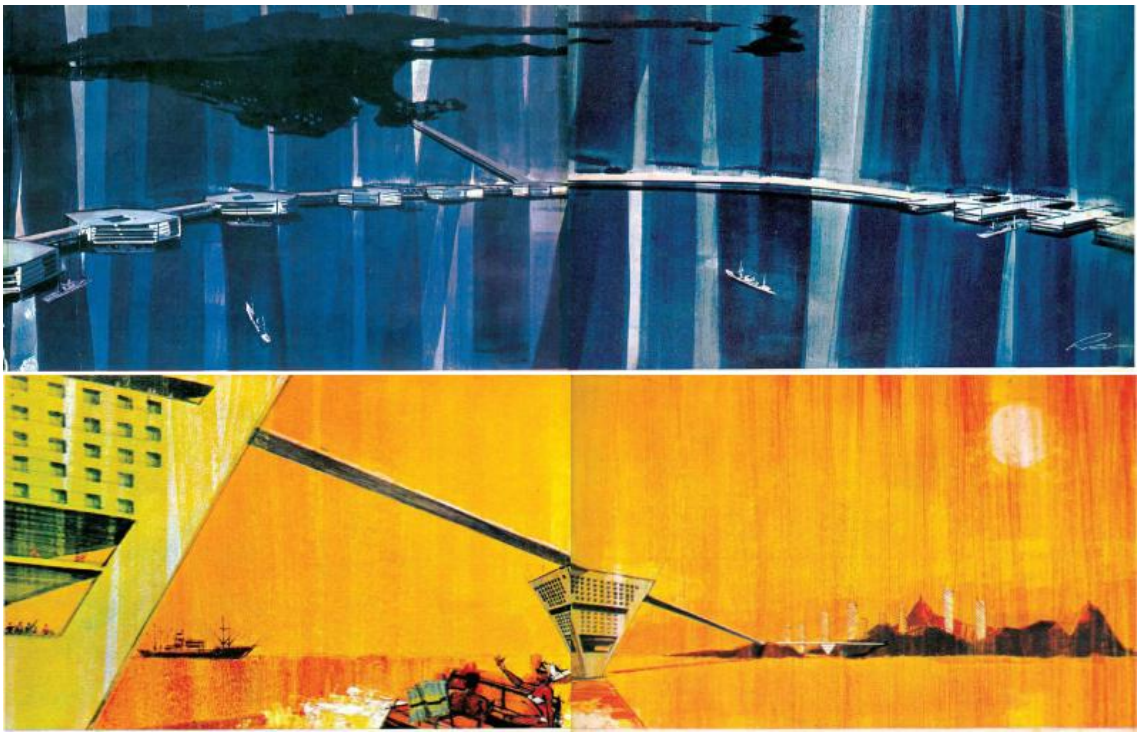


Figura 10 e 11 - Ponte Píer, acima; Ponte Turística, abaixo
Fonte: Fundo Sergio Bernardes [NPD FAU UFRJ]

Como ponto fundamental, o projeto de Bernardes tentaria conservar o solo e, consequentemente, a vegetação que estava perdendo cada vez mais espaço na cidade. Assim, o metrô seria na vertical, as estradas elevadas e os monotrilhos suspensos, o que liberaria a grande extensão do solo como "o imenso chão das crianças", uma vez que não haveria tráfego de automóveis. De acordo com o arquiteto, a horizontalidade ficaria somente à cargo do transporte e da produção, "pois quem viaja quer ver paisagem e quem planta quer solo"[23]. Além disso, sua prospectiva contaria com "uma autêntica prefeitura para 100.000 habitantes" e a multiplicação do que Bernardes chamou de "pequenos lugares de contatos culturais", para reduzir a sensação colossal de seu projeto, como cinemas, teatros, galerias de arte, auditórios, dentre outros. Mesmo apostando em um projeto considerado por muitos como radical, segundo ele, a realidade que era radical, avaliando a vida pessoal de cada indivíduo e suas exigências. Por isso, garantir mais possibilidade de acesso à cultura era essencial para Bernardes em sua cidade do futuro, visto que, com a reorganização dos espaços e serviços, os habitantes teriam mais tempo livre.

Bernardes encarava a verticalidade preexistente dos anos 1960 como “indiscriminada” e “tímida”, uma vez que haviam sido criadas “máquinas de morar” ao invés de lares, grande parte devido à especulação imobiliária. Diante disso, ele propôs uma verticalidade “ousada”, que contemplaria todas as classes sociais, fornecendo igualitariamente vista para o mar e/ou para o verde, através dos seus Bairros Verticais. Assim, ele alertou:

> "O homem buscou a fuga vertical. E cresceu o edifício de apartamentos. O primeiro devolveu a seus moradores a

[23] Ibidem, p. 56 e 57.

> vista, o clima, a calma. O segundo começou roubando tudo isso ao primeiro. Hoje, apenas alguns privilegiados -de frente- continuam vendo a paisagem. Os outros -de fundos- enfrentam o espetáculo deprimente de 368 janelas fechadas ou assistem à vida íntima dos semelhantes. A verticalidade das 'máquinas de morar' aumentou as densidades, valorizou artificialmente os terrenos, deu margem à especulação, engavetou o povo nos apartamentos e nas máquinas registradoras. Nossos avós compravam alqueires, nossos pais adquiriram hectares, nós obtemos metros e nossos netos centímetros quadrados. (...) A verticalidade tímida tentou conciliar a horizontalidade do lote pessoal com as imposições coletivas da verticalidade. Por isso é verticalidade quantitativa, extensiva. A verticalidade ousada considera como objetivo primeiro o bem-estar comum, na subordinação às legítimas aspirações pessoais. Por isso vamos propor, em substituição ao apartamento vertical, o bairro vertical, onde o homem poderá ter de fato seu lote e o seu jardim."[24]

Considerações finais

Ao retomar as categorias criadas pelo DPD do Jornal do Brasil, para evidenciar as tendências urbanas da década de 1960 e possíveis referências projetuais de Sergio Bernardes, acredita-se que o seu *Rio do Futuro* poderia ser enquadrado na Cidade Vertical, mas também com aspectos da Cidade Ponte. Como elas foram publicadas em um dos jornais mais difundidos no Brasil, considera-se que Bernardes tinha ciência da existência delas. Porém, não se sabe até que ponto elas influenciaram a produção de suas ideias.

Por mais que todas essas prospectivas tivessem sido desenvolvidas no contexto de revisão da modernidade, com muitas críticas em relação à arquitetura e ao urbanismo modernos, percebe-se certas inspirações em ideias preconizadas na Carta de Atenas, da década de 1930, que já tentava lidar com a desordem da cidade industrial. Os objetivos dessas tendências urbanas almejavam os mesmos preceitos: espaço, ar puro, sol e vegetação, através de uma rede circulatória eficiente, instalações necessárias para a boa utilização das horas livres e formas de alojamento saudáveis e adequadas para todos.

Em suma, diante da emulação das novas críticas em relação a cidade do passado, o momento também representava o início das preocupações ecológicas que vem perdurando até a atualidade. Ao comparar as diferentes tendências do urbanismo da década de 1960 para a cidade do futuro, observa-se semelhanças entre elas no que diz respeito aos seus propósitos para com a natureza. Elas eram prospectivas urbanas que tentavam antecipar os problemas do futuro, apropriando-se das técnicas e tecnologias disponíveis e propondo cidades mais verticalizadas para, enfim, garantir a liberação do solo e, consequentemente, a preservação da natureza.

[24] Ibidem, p. 55.

Contudo, conforme pode ser analisado a partir de Mumford, no fundo, essas prospectivas demonstram um apreço superficial pela natureza, visto que era comum encontrar "um profundo desdém pelos processos orgânicos que implicam a manutenção da complexa parceria de todas as formas orgânicas, num ambiente favorável à vida em todas as suas manifestações"[25]. Mumford atestou que as relações do indivíduo com a água, o ar, o solo e demais componentes orgânicos deveriam ser aprofundados e ampliados no campo das ideias, mas sobretudo no que concerne a ação.

Ademais, Mumford explicitou que "a tecnologia secular de nossa época dedica-se a imaginar meios de eliminar formas orgânicas autônomas, pondo em seu lugar engenhosos substitutos mecânicos (controláveis! lucrativos!)" [26]. Por isso, ele defendeu que a energia, a velocidade, a quantidade e a novidade desse período deveriam ser controladas, no lugar dos processos orgânicos da vida humana, como era comumente procriado pelos arquitetos e seus patrocinadores. Em tom radical, ele manifestou:

> "Em vez de dar vida à cidade, de sorte que seu mais pobre morador tenha não apenas sol e ar, mas oportunidade também de tocar e sentir a terra cultivada, esses ingênuos apóstolos do progresso preferiram levar a esterilidade ao campo e, finalmente, a morte à cidade. A sua 'cidade do futuro' é algo reduzido à mais mesquinha possibilidade de uma vida plenamente sensível, ativa e autônoma: a quantidade de vida que se conforma às exigências da máquina. Como veremos, isso apenas levaria as forças atualmente em jogo em Megalópoles à sua meta final – a total aniquilação humana."[27]

De fato, as cidades estavam crescendo em ritmo acelerado, ao passo que também havia acelaração da destruição da natureza, por mais espaço urbano e exploração de recursos. E isso não deixava de ser uma preocupação legítima dos arquitetos dos anos 1960. Entretanto, suas proposições deveriam prever estratégias que tentassem reduzir esses ritmos, evitando que eles fossem estimulados com suas prospectivas descomedidas. Em vista disso, Mumford sugeriu "romper o ciclo de expansão e desintegração, estabelecendo novas premissas, mais próximas das exigências da vida, que nos permitam mudar nossa direção e, em muitas áreas, começar tudo de novo" [28].

Certamente, esse não seria um trabalho a ser enfrentado somente por urbanistas, uma vez que eram problemas que englobavam a sociedade como um todo, com significativas dinâmicas de poder. No entanto, parafraseando Mumford, "a missão final da cidade é incentivar a participação consciente do homem no processo cósmico e no processo histórico" [29]. As tendências urbanas analisadas aqui, por mais que não tenham solucionado as questões de seu tempo, apresentam enorme capacidade de interpretar esses processos, por serem bastante

[25] MUMFORD, 1998, p. 569.
[26] Ibidem, p. 569.
[27] Ibidem, p. 569.
[28] Ibidem, p. 570.
[29] Ibidem, p. 602.

inventivas até mesmo para os parâmetros atuais. Acredita-se que a crítica de Mumford estivesse tentando apontar uma direção diferente das soluções propostas nas prospectivas urbanas abordadas neste trabalho que, por sua vez, pareciam almejar o mesmo futuro. Portanto, considerar essa crítica talvez ainda seja importante para a atualidade, que congrega grande parte dos problemas de outrora, intensificados desde então.

Bibliografia

BERNARDES, Sergio – O Rio do futuro: Antevisão da Cidade Maravilhosa no Século da Eletrônica. **Revista Manchete**. (17 abril 1965) nº 678.

BERNARDES, Sergio – **Cidade. A Sobrevivência do Poder**. Rio de Janeiro: Editora Guavira, 1975.

CORBUSIER, Le – **A Carta de Atenas**. São Paulo: HUCITEC: EDUSP, 1993.

CHOAY, Françoise – **O Urbanismo**. **Utopias e realidades. Uma antologia**. São Paulo: Perspectiva, 2003 (1965).

DEPARTAMENTO DE PESQUISA – Jornal do futuro: As cidades querem liberdade. **Jornal do Brasil**. (19 junho 1969) (4) nº 83.

FRAMPTON, Kenneth – **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo, Martins Fontes, 1997.

GIDDENS, Anthony – **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991 (1988).

MELO, Alice – Agente do tempo: a sistematização do passado no Jornal do Brasil nos anos 1960. **9º Interprogramas de Mestrado da Faculdade Cásper Líbero**. São Paulo, 2013.

MONTANER, Josep Maria – **Depois do movimento moderno: arquitetura da segunda metade do século XX**. São Paulo: Gustavo Gili, 2014 (1990-92).

MUMFORD, Lewis – **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998 (1961).

NOBRE, Ana Luiza – **Fios cortantes: Projeto e produto, arquitetura e design no Rio de Janeiro (1950-70)**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008. Tese de Doutorado.

PEREIRA, Margareth da Silva – A utopia e a história. Brasília: entre a certeza da forma e a dúvida da imagem (1992). **Textos fundamentais sobre história da arquitetura moderna brasileira**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

ROSSI, Aldo – **A Arquitetura da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2001 (1966).

A formação de Prestes Maia na Poli (1912-1917) e os fundamentos teóricos iniciais de sua prática urbanística em São Paulo

Magdiel Silva
Universidade Presbiteriana Mackenzie
arq.magdielsilva@gmail.com

Jose Geraldo Simões Jr.
Universidade Presbiteriana Mackenzie
josegeraldo.simoes@mackenzie.br

Resumo: Este artigo procura lançar luz à forma como Prestes Maia consolidou suas bases teóricas de urbanismo, destacando seu período de formação na Escola Politécnica de São Paulo (1912-1917) até a publicação do *Plano de Avenidas* em 1930. Apesar não ter cursado disciplinas de urbanismo, que não existiam no país até 1923, Prestes Maia tornou-se um dos urbanistas mais reconhecidos da sua geração, com obras que orientaram os rumos de capitais como São Paulo e que contribuíram na consolidação do campo e da profissão no Brasil. A análise documental, amparada no paradigma indiciário de Carlo Ginzburg, foi orientada nos rastros do autodidatismo de Maia, evidenciado pelo acervo especializado de urbanismo da sua biblioteca particular, bem como na consulta de bibliografias sobre Prestes Maia e na leitura do Plano de Avenidas. A investigação aponta que os fundamentos teóricos de Prestes Maia se baseiam na aquisição de literatura internacional especializada e em estudos e trabalhos realizados pelo urbanista na Prefeitura de São Paulo. Destaca-se nesse processo a apropriação do urbanismo germânico *Der Städtebau* de autores como Joseph Stübben, do urbanismo francês de Eugène Hénard e do urbanismo norte-americano, bem como de influências diretas de Victor da Silve Freire, Arhur Saboia e Ulhoa Cintra que eram técnicos da Prefeitura de São Paulo. O estudo aponta que essas referências foram inicialmente aplicadas nos estudos para o Perímetro de Irradiação de São Paulo e em artigos publicados no Boletim do Instituto de Engenharia (1924-1926) realizados em parceria com Ulhoa Cintra. Conclui-se que o Plano de Avenidas (1930) evidencia um longo processo de autodidatismo em urbanismo e planejamento por Prestes Maia, contribuindo para a consolidação do campo e da profissão em São Paulo.

Palavras-chave: Francisco Prestes Maia, Urbanismo, História do Urbanismo, Plano de Avenidas, São Paulo.

Introdução

A trajetória de Francisco Prestes Maia e a concepção do Plano de Avenidas para São Paulo suscitam questionamentos sobre a circulação de ideias e a formação profissional do urbanismo no Brasil da primeira república. A historiografia do urbanismo[1] situa o surgimento da disciplina na Europa e nos Estados Unidos. No Brasil, esse saber desponta num contexto emblemático e de contradições onde as velhas oligarquias agrárias do colonialismo se defrontam com a emergência da primeira república.

O urbanismo aqui, foi ao encontro dos objetivos da construção de uma nação e dos tempos modernos que se almejavam[2]. O projeto para Belo Horizonte, de 1895, projetado por Aarão Reis (1853-1936) para ser a nova capital do estado de Minas, é significativa desses novos tempos, e horizontes, tão promissores que a ideologia estatal e capitalista aspirava. Além de Belo Horizonte, no Rio de Janeiro, capital da nova República, outra obra emblemática empreendida por Pereira Passos (1836-1913) a partir de 1903 torna-se um paradigma para os primeiros planos urbanos no Brasil. Os projetos de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro, ambos com inspirações reformistas de Hausmann para Paris, foram as primeiras experiencias desse novo campo que ainda viria a se desenvolver e consolidar no país.

Nesse ínterim, o complexo ferroviário paulista, associado ao crescimento econômico da cafeicultura e aos indícios de crescimento e urbanização de São Paulo suscitaram debates reformistas e de melhoramentos urbanos na transformação da capital na passagem do século.

Este artigo analisa a formação acadêmica de Francisco Prestes Maia na Escola Politécnica de São Paulo (1912-1917) e os fundamentos teóricos de sua prática urbanística que se materializam com publicação do *"Estudo de um Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo"* em 1930.

Prestes Maia faz parte da segunda geração de urbanistas que atuaram em São Paulo e não teve em sua formação na Escola Politécnica a cadeira formal de urbanismo[3]. Essa disciplina, de modo institucionalizado, surgirá pela primeira vez no Brasil na Escola de Engenharia do Mackenzie College em 1923[4], e especificamente na Escola Politécnica de São Paulo em 1928 com a criação da cadeira por Anhaia Mello[5]. Será essa segunda geração de urbanistas, na qual Prestes Maia é um dos seus representantes, os responsáveis por consolidarem o urbanismo como campo de conhecimento e de prática profissional em São Paulo.

---

[1]CHOAY, Françoise — **O Urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 1979;
SUTCLIFFE, Anthony — **Towards the Planned City: Germany, Britain, the United States and France, 1780-1914**. Oxford: Basil Blackwell, 1981.

[2] RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert (org.) — **Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

[3] LEME, Maria Cristina da Silva — Francisco Prestes Maia e o urbanismo como campo de conhecimento e de atuação profissional. In **ENCONTRO NACIONAL DA ANPARQ**, 1.º, Rio de Janeiro, 2010 — Anais... Rio de Janeiro: ANPARQ, 2010.

[4] BIRKHOLZ, Lauro Bastos — **O Ensino do Planejamento Territorial no Brasil**. [S.l.]: Edição do autor, 1967.

[5] FICHER, Sylvia — **Os Arquitetos da Poli: Ensino e Profissão em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2005.

Na primeira geração de urbanistas podemos citar os engenheiros Saturnino de Brito (1864-1929), Theodoro Sampaio (1877-1952), Victor da Silva Freire (1869-1951), Lourenço Baeta Naves (1885-1950) entre outros. Eles foram responsáveis por uma série de obras urbanas de construção, ampliação e ordenamento de vias, de embelezamento, e principalmente, de saneamento e regulação urbanística nas principais cidades[6]. Essa primeira geração de urbanistas é formada nos primeiros cursos de engenharia do país, como o da Escola Central do Rio de Janeiro, e no exterior, como foi o caso de Victor da Silva Freire Jr. Formado engenheiro civil em 1891 em Paris, na École Nationale des Ponts et Chaussées. Todavia, a abordagem mais abrangente do urbanismo com discussões de plano de crescimento urbano e suas teorizações será desenvolvida pela segunda geração, em um contexto na qual temas como expansionismo, rodoviarismo e a verticalização começavam a dar seus sinais nas principais cidades, sobretudo em São Paulo e Rio de Janeiro.

É nesse contexto, de início de século XX até 1930, que está delimitado o recorte temporal do artigo, e que situa Prestes Maia, na sua formação, autodidatismo e exercício profissional em São Paulo.

O artigo procura responder de que forma, ou meios, Prestes Maia consolidou sua base teórica em urbanismo, visto que ele não teve essa disciplina em sua formação, mas que se materializa na publicação do Plano de Avenidas? Do ponto de vista metodológico, a pesquisa ampara-se no paradigma indiciário proposto por Carlo Ginzburg em sua obra *Mitos, emblemas e sinais*[7] (1989). Ginzburg foca nos detalhes aparentemente menores que revelam uma estrutura maior. A partir da análise de vestígios e pistas que estão distribuídas ao longo da produção intelectual e do acervo técnico de Prestes Maia, a pesquisa buscou reconstituir o processo histórico de assimilação e consolidação dos referenciais teóricos de urbanismo em sua trajetória e que se materializam com publicação do *Estudo para um Plano de Avenidas para São Paulo* em 1930.

O acervo pessoal de Prestes Maia resulta em uma biblioteca altamente especializada em urbanismo e planejamento urbano e conta com mais de 12 mil volumes entre livros, revistas, documentos diversos etc. Além do acervo particular, a própria prática profissional de Maia e sua produção intelectual na publicação de artigos e planos (como o Plano de Avenidas), são materiais ricos para entendimento da circulação de ideias.

No entanto, antes de entramos diretamente no ciclo de formação de Prestes Maia foi necessário um levantamento do contexto político, econômico e social, ainda que de forma resumida, sobre os primeiros cursos de Engenharia Civil e de Engenheiro-Arquiteto no Brasil.

Os primeiros cursos de Engenharia Civil e de Engenheiro-Arquiteto

Em meados do século XIX vemos um conjunto de transformações que impactam diretamente a economia do Império do Brasil e o próprio entendimento da engenharia como um saber técnico necessário para subsidiar o desenvolvimento das infraestruturas nacionais.

---

[6] SIMÕES JR., José Geraldo – **O Setor de Obras Públicas e as Origens do Urbanismo na Cidade de São Paulo**. São Paulo: Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 1990. Dissertação de Mestrado.

[7] GINZBURG, Carlo — **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Em um primeiro momento, quando olhamos para a economia observamos a ascensão da cafeicultura que em 1840 supera as exportações do açúcar[8]e que cresce significativamente ao longo das décadas seguintes, no primeiro momento no Vale do Paraíba e depois no Planalto Paulista, subsidiando um conjunto de companhias férreas que se espalham pelo estado de São Paulo a partir da década de 1870.

Por sua vez, quando olhamos para a engenharia enquanto campo de conhecimento e prática profissional no Brasil, observamos que em 1858 a formação da engenharia civil se separa do ensino militar, e seu curso passa a ser ofertado na Escola Central no Rio de Janeiro[9]. Muitos desses engenheiros civis formados no país passam a trabalhar nas companhias férreas que surgem naquele contexto, bem como em reformas portuárias, construção de pontes, saneamento e instalações de telégrafos pelo Império[10].

Nesse sentido, o desenvolvimento dos cursos de engenharia civil no país, em sua origem, estava muito relacionado com as instalações de ferrovias, portos, levantamentos cartográficos entre outras necessidades de infraestrutura, e esses por sua vez, estavam diretamente atrelados ao progresso da economia cafeeira.

O conjunto das ferrovias no Estado de São Paulo, associado desenvolvimento da economia cafeeira e da própria engenharia acentua a urbanização na capital da Província, São Paulo, que se tornou o centro financeiro da cafeicultura, de Santos com o porto marítimo para exportação, como também das cidades do interior paulista por onde passavam como Campinas e Bauru. Como destaca Silva:

> "A economia cafeeira engendrou investimentos para além do cultivo do café e expansão das ferrovias, possibilitou também a criação de bancos, comércio, geração de energia elétrica, além de obras públicas nas capitais com os "melhoramentos urbanos" de cunho sanitarista, tornando mais complexas as relações de capital, infraestruturais, e do próprio desenvolvimento científico e tecnológico"[11].

Ainda no final do século XIX vemos a transformação da Escola Central no Rio de Janeiro em Escola Politécnica em 1874 e a criação da Escola de Minas de Ouro Preto em 1876[12] A partir da proclamação da República em 1889 vemos um crescimento do ensino politécnico no país. Em um período de 5 anos surgem 5 novas Escolas Politécnicas de Engenharia no Brasil:

- 1893 - Escola Politécnica de São Paulo (Poli)
- 1896 – Escola de Engenharia Mackenzie
- 1896 – Escola de Engenharia de Pernambuco
- 1897 – Escola Politécnica da Bahia
- 1898 – Escola de Engenharia de Porto Alegre

---

[8] SINGER, Paul — **Desenvolvimento económico e evolução urbana**. 3.ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

[9] TELLES, Pedro Carlos da Silva — **História da Engenharia no Brasil (séculos XVI ao XIX).** Rio de Janeiro: Editora LTC, 1984.

[10] Quando analisamos os programas de formação nesses cursos de engenharia civil encontramos um conjunto de disciplinas referentes às construções ferroviárias e portuárias.

[11] SILVA, Magdiel — **Francisco Prestes Maia e o projeto urbano para Panorama, 1945-1949**. São Paulo: FAU-USP, 2020, p. 49. Dissertação de Mestrado.

[12] NAGAMINI, M. — Engenharia e técnicas de construções ferroviárias e portuárias no Império. In VARGAS, M. (org.) — **História da Técnica e da Tecnologia no Brasil**. São Paulo: Ed. Unesp/Ceeteps, 1994.

É nesse contexto de acelerada expansão do ensino politécnico e de crescente demanda técnica imposta pelas classes políticas e econômicas associadas ao café e início da industrialização paulista que situamos a inserção de Francisco Prestes Maia no ambiente acadêmico da Escola Politécnica de São Paulo. No próximo subcapítulo trataremos especificamente sobre essa formação.

A formação de Prestes Maia na Poli

Francisco Prestes Maia nasceu em 19 de março de 1896 na cidade de Amparo, interior de São Paulo, filho do farmacêutico Manoel de Azevedo Maia e da professora de piano Carolina Prestes Maia. A família Prestes Maia muda-se para São Paulo em 1907 e Francisco, filho único, realiza seus estudos no Colégio São Bento.

Em 1912 Francisco Prestes Maia entrou na Escola Politécnica e foi diplomado em dezembro de 1917 ao concluir o curso de engenharia civil e engenheiro-arquiteto, tornando-se um profissional do projeto e da construção, que sabia projetar e construir edifícios, pontes e obras de infraestruturas. Como destaca Ficher sobre as formações na Poli entre engenharia e arquitetura

> "(...)O curso de arquitetura da Politécnica visava formar engenheiros-arquitetos preparados para projetar e construir edificações, em contraste com seus colegas engenheiros civis, que deveriam projetar e construir obras de engenharia: pontes, viadutos, portos, canais, estradas de ferro e de rodagem, redes de água e esgoto etc. Ainda que na prática profissional essa divisão não fosse observada, principalmente antes do advento das legislações de controle do exercício profissional, e graduados de um curso trabalhassem nas atribuições de outros, a distinção era razoavelmente clara no que dizia respeito ao ensino"[13]

A Escola Politécnica de São Paulo, fundada em 1894, oferecia as formações superiores em engenharia civil, industrial e agrícola; e no ano seguinte, para o vestibular de 1895, passou a ofertar também o curso de Engenheiro-Arquiteto.

Na estrutura didática da formação na Escola Politécnica havia um curso fundamental de 3 anos e o curso específico de 2 anos, totalizando 5 anos de formação. O curso fundamental era subdividido em curso preliminar de 1 ano e curso geral de 2 anos. O curso específico, de 2 anos, habilitava o estudante para engenharia escolhida, seja ela civil, industrial, agrícola ou arquiteto. Essa estrutura foi mantida na Escola Politécnica até 1931, e se trata da estrutura de curso na qual se formou Francisco Prestes Maia como Engenheiro Civil e Engenheiro em 1917.

De acordo com Ficher[14], a característica da Escola Politécnica de São Paulo em unificar o curso fundamental e cursos especiais na mesma escola seguia muito de perto o padrão das escolas politécnicas germânicas. Aliás, de acordo com a autora, essa característica, muito provavelmente, se deve à influência de Antônio Francisco de Paula Souza que havia se formado engenheiro na Polytechnikum de Karlsruhe na Alemanha em 1868 e foi o primeiro diretor e um dos fundadores da Escola Politécnica de São Paulo em 1894.

Além da influência para a concepção de curso e formação da Escola Politécnica de São Paulo, é importante destacar também que a influência germânica nos temas de melhoramentos urbanos, e das discussões sobre o crescimento e a expansão urbana, seja

[13] FICHER, Sylvia — op. cit., p. 28.
[14] FICHER, Sylvia — op. cit.,

na Alemanha como na Áustria, era significativa naquele contexto de final do século XIX e início do século XX, sendo essa base germânica do urbanismo, entendida como *"Der Stadtebau"* a principal referência no mundo naquele contexto[15]. Essa influência germânica terá reverberações em outros países na Europa e fora dela, como Reino Unido, França, Estados Unidos, bem como no Brasil, seja no próprio entendimento de "Escola Politécnica" que será instituída em São Paulo, bem como nos estudos e leituras de Prestes Maia, que veremos ao longo do texto.

As disciplinas (na época chamadas cadeiras) ofertadas na Escola Politécnica de São Paulo estavam agrupadas em conjuntos de seções (Matemáticas, Ciências Físicas e Químicas, Mecânica Aplicada, Ciências Biológicas Aplicadas etc.).

A trajetória de Francisco Prestes Maia na Poli começa em 1912 com o curso preparatório e, ao longo dos anos, frequentou de forma simultânea as cadeiras para se formar tanto como Engenheiro-Arquiteto quanto Engenheiro Civil. Sua formação seguiu a seguinte estrutura:

1. **1912: Curso preparatório.** Curso teve duração de 1 ano com disciplinas de revisão em exatas e nivelamento para todos os estudantes de engenharia da Escola Politécnica. Objetivo era preparar e nivelar os estudantes para ingresso no Curso Geral.
2. **1913-1914: Curso Geral:** Curso teve duração de 2 anos com disciplinas de matérias de base de ciências e desenho para todos os estudantes de engenharia da Escola Politécnica. Objetivo era preparar e nivelar os estudantes para os cursos especiais.
3. **1915-1917: Curso Especial:** Curso teve duração de 3 anos. Foi exatamente durante essa formação que Prestes Maia frequentou, simultaneamente, as cadeiras (disciplinas) de Engenharia Civil e Engenheiro-Arquiteto. No 3º ano dessas especializações (Curso Especial) é que essas duas formações mais se distanciavam e exigiam cadeiras (disciplinas) mais direcionadas ao ofício do Arquiteto e do Engenheiro.

Abaixo está o quadro estruturado com as disciplinas cursadas por Maia, organizadas de acordo com a matriz curricular exigida na época para ambas as formações.

[15] SUTCLIFFE, Anthony — op. cit. De acordo com Sutcliffe (1981) o protagonismo germânico baseou-se na capacidade pré-industrial de traçar novas ruas em torno de áreas já construídas, e destaca que no final do século XIX, a Alemanha já possuía uma estrutura legal sólida (como a lei prussiana de 1875) que permitia às autoridades municipais planejar redes de ruas de forma antecipada e sistemática.

Trajetória de Formação de Francisco Prestes Maia na Escola Politécnica de São Paulo 1912-1917				
Ano	Etapa	Curso	Disciplinas	Professor(es) Responsável(is)
1912	Curso Preparatório	Preparatório	Matemática elementar, trigonometria, álgebra, geometria analítica e descritiva	
1912	Curso Preparatório	Preparatório	Desenho livre e geométrico	Victor Dubugras (auxiliado por Enrico Vio)
1913 a 1914	Curso Geral (2 anos)	Núcleo Comum	Matemática, física, química, geometria descritiva, topografia, elementos de geodésia e astronomia	
1913 a 1914	Curso Geral (2 anos)	Núcleo Comum	Perspectiva, Arquitetura, Desenho Geométrico, Ornamentos Arquitetônicos, Desenho Topográfico e Cartográfico	Victor Dubugras
1915	Ciclo Específico (1º Ano)	Eng. Arquiteto e Eng. Civil	Teoria da Resistência dos Materiais Grafo-Estática	Antônio Francisco de Paula Souza (Catedrático)
1915	Ciclo Específico (1º Ano)	Eng. Arquiteto e Eng. Civil	Tecnologia das Profissões Elementares	João Pereira Ferraz (Catedrático). Subs: José Antônio da F. Rodrigues, Clodomiro P. da Silva
1915	Ciclo Específico (1º Ano)	Eng. Arquiteto e Eng. Civil	Física Industrial	Francisco Ferreira Ramos (Catedrático). Subs: Edgar de Souza
1915	Ciclo Específico (1º Ano)	Eng. Arquiteto e Eng. Civil	Arquitetura Civil, Higiene das Habitações	Francisco de Paula Ramos de Azevedo (Catedrático). Subs: Maximiliano E. Hehl, George Krug, Alexandre Albuquerque
1916	Ciclo Específico (2º Ano)	Eng. Arquiteto	Estabilidade das Construções (Resistência Aplicada)	Paula Souza (Catedrático). Subs: Victor Freire Jr, Pujol Jr
1916	Ciclo Específico (2º Ano)	Eng. Arquiteto	Tecnologia do Construtor Mecânico	Henrique Sculman, Victor Freire Jr (Catedráticos). Subs: Pujol Jr, Felix Hegg
1916	Ciclo Específico (2º Ano)	Eng. Arquiteto	Elementos dos Edifícios e Composição Geral	Ramos de Azevedo (Catedrático). Subs: Max Hehl, George Krug
1916	Ciclo Específico (2º Ano)	Eng. Civil e Eng. Arquiteto	Mecânica Aplicada às Máquinas	Alvaro de Menezes (Catedrático). Interinos: José Brant de Carvalho, José Maria Borges, Inglez de Souza, Robert Mange
1916	Ciclo Específico (2º Ano)	Eng. Arquiteto	Projetos de Composição Geral	Domiziano Rossi (provavelmente)
1916	Ciclo Específico (2º Ano)	Eng. Civil	Hidráulica. Abastecimento de Água, Esgotos e Saneamentos das Cidades	
1916	Ciclo Específico (2º Ano)	Eng. Civil	Desenho de Máquinas e Levantamento de Rascunhos	
1917	Ciclo Específico (3º Ano)	Eng. Arquiteto e Eng. Civil	Estradas, Pontes e Viadutos	José Ayrosa Galvão, Ataliba de Oliveira Valle (Catedráticos). Subs: Adolpho Pereira, Clodomiro P. da Silva, Guilherme Winter
1917	Ciclo Específico (3º Ano)	Eng. Arquiteto e Eng. Civil	Economia Política. Direito Administrativo e Estatística	Brazílio de Campos (Catedrático). Interino: Clodomiro Pereira da Silva
1917	Ciclo Específico (3º Ano)	Eng. Arquiteto	Composição Geral dos Edifícios II (Edifícios Públicos) e Estética das Artes	Oliveira Valle, Brant de Carvalho, Max Hehl (Catedráticos). Subs: George Krug
1917	Ciclo Específico (3º Ano)	Eng. Arquiteto	História da Arquitetura. Estudo dos Estilos Diversos	Max Hehl (Catedrático). Subs: George Krug
1917	Ciclo Específico (3º Ano)	Eng. Arquiteto	Continuação de Projetos de Composição Geral	George Krug, Domiziano Rossi
1917	Ciclo Específico (3º Ano)	Eng. Civil	Rios Canais e Portos de Mar, Faróis, Estradas de Ferro, Motores Térmicos, Ar Comprimido, Moinhos de Vento	

fonte: 1 – Do autor, com base nas informações de LEME (2010) e FICHER (2005)

A análise da matriz curricular revela, em certo sentido, a origem metodológica e conceitual que será desenvolvida por Prestes Maia. Na estrutura do curso encontramos o direcionamento politécnico com forte rigor do cálculo, da engenharia pesada, das ciências sociais aplicadas como economia, do direito, da mecânica, do desenho. Grandes nomes da engenharia naquele contexto foram professores e contribuíram, direta ou indiretamente na formação de Prestes Maia, como Victor Dubugras, Ramos de Azevedo, Antônio Francisco de Paula Souza, Victor da Silva Freire Jr, Francisco Ferreira Ramos, Brazílio de Ramos, entre outros.

Primeiros anos como Engenheiro e Arquiteto

Após sua formação na Poli, Prestes Maia inicia em 1918 sua vida profissional como fiscal de obras para o Asilo dos Alienados do Juquery e passa a trabalhar na Secretaria do Interior sob a chefia do engenheiro Mario Whately em uma comissão responsável pela comemoração do Centenário da Independência, acompanhando o projeto do Monumento da Independência e desenvolvendo projetos viários para a Avenida Dom Pedro I, Avenida Independência e Parque Independência[16].

[16] LEME, Maria Cristina da Silva — Francisco Prestes Maia..., op. cit.

Em 1922, aos 28 anos, Prestes Maia abre seu escritório de engenharia onde realiza projetos de reformas residenciais, de arquitetura e de abertura de loteamentos na capital. Ao longo da sua formação e atuação profissional o urbanista adquire um acervo[17] significativo de livros, revistas e publicações internacionais sobre urbanismo e planejamento. Naquele contexto, essa era uma das principais formas de circulação de ideias sobre a disciplina, fundamentando na trajetória de Prestes Maia, as bases teóricas iniciais da sua prática urbanística em São Paulo. Complementarmente, a sua inserção na Politécnica também permitiu a ele consultar o rico acervo da Biblioteca dessa instituição, sempre atualizada com os periódicos e livros da área.

Ao consultar sua biblioteca particular constatamos uma presença significativa de obras germânicas sobre urbanismo e planejamento "*Der Städtebau",* que poderíamos traduzir em português como *"A Construção de Cidades"*. Autores como Joseph Stübben (1845 – 1936) que publicou "*Der Städtebau"* em 1890, obra que se tornou um manual sobre a prática de urbanismo na Alemanha, bem como da revista alemã também intitulada *Der Städtebau* lançada em 1904 por Camilo Sitte (1843 – 1903) e Theodor Goecke (1850 – 1919)[18], sendo essa a primeira revista do mundo dedicada aos temas de urbanismo e planejamento, se fizeram presentes nas leituras de Prestes Maia e são citadas em artigos, pareceres e planos, que o urbanista desenvolverá ao longo da sua prática profissional. Além de Stübben, autor que será citado por Francisco Prestes Maia para argumentar o sistema radial-perimetral *no Estudo para um Plano de Avenidas para São Paulo* de 1930, outros autores e urbanistas germânicos também se fazem presentes no acervo ou foram referenciados por Prestes Maia, como Reinhard Baumeister (1833 – 1917), Rudolf Eberstadt (1856 – 1922), Karl Henrici (1842 – 1927) e Werner Hegemann (1881 – 1936). Prestes Maia também terá contato com a matriz francesa do urbanismo, com destaque para a obra de Eugène Hénard (1849-1923) que será citado no Plano de Avenidas na argumentação das Perimetrais, e do urbanismo estadunidense, com influências diretas de autores e urbanistas como Daniel Burnham, Nelson Lewis na própria estrutura do Plano de Avenidas como um " Comprehensive Plan" o proposto do Lewis na obra *The Planning of the Modern City*, Harland Barholomew que é citado no Plano de Avenidas para justificar a descentralização urbana e restrição à altura das edificações no centro, Ernest Burgess, que é influencia direta da Escola de Chicago e da teoria sobre a expansão urbana em círculos concêntricos, entre outros.

Para Prestes Maia, o contato com essas publicações se tratava de uma verdadeira formação intelectual voltada para o urbanismo e planejamento, que como vimos, eram disciplinas que não existiam na sua formação acadêmica na Escola Politécnica. Um exemplo perceptível dessa circulação de ideias aparece no "*Plano de Avenidas"*, na qual afirma, entre outras, a necessidade de preparar São Paulo para a "Modernidade". De acordo com Maia.

> "Hoje possuímos (...) os ensinamentos de todo o movimento mundial de urbanismo dos últimos tempos, o que nos poderá evitar passos em falso a que outras cidades não escaparam"[19]

[17] Hoje, doada à Prefeitura de São Paulo e sediada na Biblioteca Prefeito Prestes Maia em Santo Amaro na zona sul de São Paulo conta com mais de 12 mil volumes, entre eles obras raras de planejamento urbano e regional.
[18] SUTCLIFFE, Anthony — op. cit.
[19] MAIA, Francisco Prestes — **Estudo de um Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1930.

Vemos que muitos desses autores lidos e estudados por Prestes Maia refletem diretamente nas discussões e propostas que ele, em conjunto de Ulhoa Cintra, desenvolve entre 1924 e 1926 quando os autores aprofundam os estudos do *Perímetro de Irradiação* para São Paulo nos artigos intitulados: *"Um problema atual: Os grandes melhoramentos de São Paulo"* publicados no Boletim do Instituto de Engenharia entre 1924 e 1926.

Nesses artigos, *"uma espécie de versão preliminar do Plano de Avenidas"*[20], encontramos os ensaios e orientações pautadas no perímetro de irradiação com influências de Eugène Hénard, e na organização do sistema viário pelo modelo radial-perimetral.
Entre 1927 e 1930, essas ideias amadurecem em plano urbano desenvolvido por Prestes Maia publicado em maio de 1930 com o título de *"Estudo de um Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo"*. Com essa publicação, Prestes Maia recebeu o prêmio de honra, medalha de ouro e o grande diploma do 4º Congresso Pan-Americano de Architectos realizado em junho de 1930 no Rio de Janeiro e projetou sua carreira em nível nacional e internacional[21].

Todo o conjunto do Plano de Avenidas está repleto de citações, em todos os seus capítulos, de práticas, técnicas e teorias urbanísticas desenvolvidas e implementadas em grandes cidades estrangeiras, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos. Como destaca Silva (2020) neste trabalho encontramos referências à grandes teorizadores do urbanismo europeu, sejam eles da matriz germânica: Joseph Stübben, Camilo Sitte; da matriz francesa: Eugene Hénard, Donat Alfred Agache, Le Corbusier; da matriz estadunidense: Daniel Burnham, Nelson Lewis entre outros. Além das referências internacionais, o plano trazia consigo reinterpretações das contribuições de técnicos da prefeitura, como Ulhôa Cintra com o Perímetro de Irradiação, de Saturnino de Brito e de engenheiros da administração municipal paulistana, como Victor da Silva Freire, Alcides Martins Barbosa e Arthur Saboya.[22]

Muitas das questões trabalhados no Perímetro de Irradiação de Ulhôa Cintra, como também nos artigos de Maia e Cintra foram desenvolvidos no Plano de Avenidas, sobretudo a proposição do modelo radial-perimetral, que será a base para a concepção de cidade implícita no plano de Francisco Prestes Maia.

O Plano de Avenidas – 1930

O "Estudo de um Plano de Avenidas para a cidade de São Paulo está dividido em nove capítulos e um apêndice, apresentado na seguinte ordem: Introdução, Desapropriações, Recursos Financeiros, Perímetro de Irradiação, Radiais, Perimetrais do Tietê, Sistemas de transportes (estradas de ferro), Sistemas de transportes (metropolitano, bondes e ônibus) e Extensão, além do Apêndice, formado pelos subcapítulos Parques e Ponte Grande. Como destaca Silva[23]:

> "Francisco Prestes Maia apresenta o "Plano de Avenidas" como um conjunto de projetos urbanos justificados financeiramente, além de sugestões possíveis de serem executadas pela Prefeitura. Prestes Maia tinha 34 anos quando publicou seu Plano de

[20] SOMEKH, Nadia; CAMPOS, Candido M. — **A cidade que não pode parar: Planos Urbanísticos de São Paulo no século XX.** São Paulo: Ed. Mackenzie, 2002, p. 57.
[21] FICHER, Sylvia — op. cit.
[22] CAMPOS NETO, Candido Malta — **Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999. Tese de Doutorado.
[23] SILVA, Magdiel — op. cit., p. 178.

> Avenidas, e revela que detinha conhecimentos para além dos aspectos técnicos e teóricos do urbanismo, versando também sobre orçamento municipal, contas públicas, contabilidade, administração pública e direito."

O plano estabelece o modelo radial-perimetral, relacionando, por assim dizer, duas visões teóricas do urbanismo internacional: as vias perimetrais de Hénard e as radiais de Stübben, adaptando essas teorias à acidentada topografia característica de São Paulo e ao contexto econômico para a época.

Embora a influência de Hénard seja mais explícita no primeiro anel (perímetro de irradiação), o Plano de Avenidas estabeleceu mais dois anéis perimetrais: Boulevard Exterior e o Circuito de Parkways, mantendo a lógica de anéis concêntricos que completam a malha radial.

Sobre as radiais no Plano de Avenidas, Stübben defendia que as correntes principais de uma cidade conduzem do centro à periferia (movimentos centrífugo e centrípeto), tornando as artérias radiais as mais convenientes para a circulação. No Plano de Avenidas, Prestes Maia apresenta um conjunto de vias radiais, e esse fluxo do centro a periferia, que em certo sentido expande o crescimento da malha urbana, é interceptado/conectado com a criação de três anéis perimetrais que cortam essas radiais, ligando os bairros entre si.

Quando olhamos para a influência norte-americana no Plano de avenidas notamos destes aspectos das intervenções no espaço, quanto na busca por eficiência administrativa e técnica. A Própria estrutura o Plano de Avenidas (dividida em sistema viário, transportes, legislação e parques) segue o modelo de "Comprehensive Plan" descrito por Nelson Lewis em sua obra *The planning of the modern city*. O conceito de *parkways* (avenidas-parques) é aplicada no terceiro circuito perimetral de São Paulo, visando ligar parques por avenidas ajardinadas. A seguir, temos uma apresentação resumida do Plano de Avenidas.

Nos três primeiros capítulos do Plano de Avenidas: "Introdução", "Desapropriações" e "Recursos Financeiros", encontramos um conjunto de justificativas e objetivos que apresentam o alcance do plano para a cidade. Vemos que Prestes Maia aborda as necessidades de possíveis desapropriações em São Paulo afim de implementar o seu perímetro de irradiação, radiais e perimetrais; além de justificar as receitas necessárias para a implementação das obras e de como obtê-las por meio de novos dispositivos legais. Para Prestes Maia, qualquer projeto de rua apresenta uma concepção de cidade. Nesse sentido, o aspecto viário na composição do Plano de Avenidas será o principal procedimento metodológico para o seu desenvolvimento. Para Leme[24] nos temas mais custosos como desapropriações e recursos financeiros, Prestes Maia apresenta uma característica cuidadosa e conservadora. Para o urbanista, de acordo com a autora supracitada, a legislação urbanística na cidade não deveria ser radical no momento da desapropriação, mas sim habilidosa a fim de alcançar os objetivos do Plano, conciliando a necessidade das obras com os interesses imobiliários.

Ao longo do Plano de Avenidas é perceptível a influência do pragmatismo e da eficiência do urbanismo que se fazia nos Estados Unidos e que Prestes Maia propõe para São Paulo

[24] LEME, Maria Cristina da Silva —**Revisão do Plano de Avenidas**. São Paulo: FAU-USP, 1990. Tese de Doutorado.

Será apenas no quarto, quinto e sexto capítulos, “Perímetro de Irradiação”, “Radiais” e “Perimetrais do Tietê”, que Prestes Maia desenvolve urbanisticamente os aspectos técnicos do Plano e na qual encontramos mais significativamente seus referenciais teóricos aplicados na sua proposta para a cidade de São Paulo, Eugene Hénard da matriz francesa do urbanismo e Joseph Stübben da matriz germânica do urbanismo.

No capitulo Perímetro de Irradiação, fundamentado em Eugene Hénard, encontramos a proposta de uma via circular em torno ao centro da cidade. Para Prestes Maia, o Vale do Anhangabaú de um lado, e de outro, a Várzea do Carmo, eram obstáculos físicos para a expansão do centro. Assim, Maia recomenda o descongestionamento e a expansão do centro da cidade com sistemas de avenidas e viadutos que superassem essas barreiras[25]. Tal sistemas, de acordo com o urbanista, se implantado na cidade, ampliaria a área central da cidade, descentralizaria a vida comercial, desviaria as correntes de passagem, distribuindo a circulação e integrando setores segregados.

No capítulo Radiais, fundamentado em Joseph Stübben, Prestes Maia propõe um sistema de radiais traçadas a partir do perímetro de irradiação em direção a todos os quadrantes da cidade e que estabelecesse as ligações viárias entre as outras duas perimetrais propostas: a “boulevard exterior” e o “sistema de Parkways”. Esse sistema de Parkways proposto por Maia tem relação direta com a matriz estadunidense de urbanismo. Para Prestes Maia, o sistema radial proposto para São Paulo já existia implicitamente na cidade por suas vias naturais que convergiam para o centro, e nesse sentido, bastaria apenas melhorá-lo e qualificá-lo enquanto um sistema.

No capítulo Perimetrais do Tietê vemos com mais detalhes as duas perimetrais: “Boulevard Exterior” e “Sistema de Parkways”. A perimetral Boulevard Exterior seria traçada sobre parte do leito das linhas férreas na cidade, da São Paulo Railway e da Sorocabana. A terceira perimetral, “Sistema de Parkways”, seria composta pelas marginais do Tietê, traçadas à época por Ulhoa Cintra; e do Pinheiros, previstas pelos melhoramentos da Light&Power e Companhia City, seguindo pelas cabeceiras do Ipiranga e descendo o vale do Tamanduateí. Para Prestes Maia, seriam avenidas rápidas, amplas e com a presença abundante de vegetação arbórea inspirada nas experiencias das parkways norte-americanas.



Figura 1 - As Perimetrais e Radiais propostas por Prestes Maia no Plano de Avenidas.
Imagem 1 - fonte: 2(MAIA, 1930)

[25] Ibidem

O tema do sétimo e oitavos capítulos do Plano de Avenidas, “Estradas de ferro” e “Mtropolitano, tramways e omnibus”, contempla as recomendações para os sistemas de transporte da cidade, sejam eles individuais ou coletivos.

Ao longo desses capítulos, Prestes Maia propõe a recolocação das vias férreas que atravessavam a cidade para a margem esquerda do rio Tietê, de modo que ficassem adaptadas ao novo traçado viário, o urbanista se refere especificamente aos trilhos da São Paulo Railway e da Sorocabana, e propõe também a unificação de todos os terminais em uma única estação, nas proximidades da Ponte Grande[26]. Maia apresenta experiências internacionais nos transportes coletivos realizados nos Estados Unidos e na Europa, e defende uma posição contrária a renovação do contrato de viação com a companhia Light&Power. De acordo com Maia[27]:

> “Um systema de viação urbana não pode ser deixado ao sabor das empresas que o exploram. Elle constitue um elemento formidável e decisivo de vida e movimento. Maximé nas aglomerações em rápido desenvolvimento, e que é mister dirigir, esse instrumento de urbanização e não fugir a serio controle municipal”

E aqui cabe destacar que todo esse conhecimento sobre as experiencias internacionais chegavam até Prestes Maia via circulação das ideias através de livros e revistas adquiridos pelo urbanista e pelo acervo da biblioteca da Politécnica. No contexto de escrita e produção do Plano de Avenidas, Prestes Maia não realizou viagens internacionais. Sua primeira viagem internacional ocorrerá apenas em 1947 aos Estados Unidos, na qual o urbanista visitará uma série de cidades e tomará conhecimento de diversos planos que estavam em execução nas principais metrópoles norte-americanas[28].

Apresentando informações sobre a legislação urbanística vigente, o tema do nono capítulo, “Extensão” é a expansão da cidade pelas radiais. De acordo com Leme[29], Maia aborda a legislação específica de zoneamento e abertura de ruas, além de discutir a expansão da cidade *“em termos de estrutura viária e descentralização das atividades de comércio e serviços”* De acordo com o urbanista:

> “(...) adaptado a topographia. As grandes radiaes de área urbana prolongar-se-ão em todas as direções e particularmente na das grandes estradas, paralelamente as vias férreas e na direção dos centros satélites”[30]

Por fim, o “Apendice” do plano é dividido em duas partes: “Parques” na qual Prestes Maia apresenta os parques propostos e articulados aos sistemas de áreas verdes da cidade, e a “Ponte Grande” (atual ponte das bandeiras) com detalhes construtivos de uma ponte proposta sobre a margem do rio Tietê e que aparece na capa do Plano de Avenidas.

---

[26] CAMPOS, Candido Malta — op. cit.
[27] MAIA, Francisco Prestes — op. cit., apud LEME, Maria Cristina da Silva —Revisão do Plano de Avenidas, op. cit., p. 43
[28] SILVA, Magdiel — op. cit.
[29] LEME, Maria Cristina da Silva —**Revisão do Plano de Avenidas**. São Paulo: FAU-USP, 1990. Tese de Doutorado., p.15
[30] MAIA, Francisco Prestes — op. cit., apud LEME, Maria Cristina da Silva —Revisão do Plano de Avenidas, op. cit., p. 38-39

Notamos que mesmo trazendo uma racionalidade às vias de circulação na cidade, Prestes Maia não poupou dos aspectos estéticos com seus sistemas de áreas verdes nos espaços públicos. Como na interligação da Sé com o Parque Dom Pedro na área central e nas "Parkways" das vias marginais.

Considerações Finais

O Plano de Avenidas vai orientar as gestões dos prefeitos Fabio Prado e Prestes Maia no período de 1934 a 1945. Na sua primeira gestão como Prefeito de São Paulo (1938-45), nomeado durante o regime do Estado Novo, Prestes Maia concentrou suas ações na finalização das obras que haviam sido iniciadas pelo seu predecessor, Fábio Prado. Nos aspectos viários priorizou o perímetro de irradiação, abrindo um novo conjunto de avenidas, além dos túneis da Avenida Nove de Julho e finalização das obras do novo Viaduto do Chá[31]. Durante sua gestão também tivemos a inauguração da Biblioteca Municipal e do Estádio do Pacaembu, cujas obras haviam sido iniciadas na gestão de Fábio Prado, como também um conjunto de novas praças e jardins públicos na cidade.

Na trajetória de formação de Prestes Maia notamos uma grade curricular muito voltada para as práticas de engenharia de seu tempo associado à iminente complexidade de uma capital que estava dando indícios evidentes de crescimento e industrialização. Para Prestes Maia, o contato com o urbanismo foi desenvolvido nas leituras internacionais e na sua prática profissional na Prefeitura de São Paulo. Ao analisarmos a estrutura do Plano de Avenidas e seus respectivos capítulos vemos que os indícios da apropriação teórica da matriz germânica de Stübben, francesa de Hénard e do urbanismo norte-americano são evidentes e explícitos como fontes de autoridade. O *Plano de Avenidas* de 1930 evidencia um longo processo de autodidatismo de Prestes Maia, orientando os rumos da cidade de São Paulo para as próximas décadas, e contribuindo para a consolidação do campo e da profissão em São Paulo.

Bibliografia

BIRKHOLZ, Lauro Bastos — **O Ensino do Planejamento Territorial no Brasil**. [S.l.]: Edição do autor, 1967.

CAMPOS NETO, Candido Malta — **Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999. Tese de Doutorado

FICHER, Sylvia — **Os Arquitetos da Poli: Ensino e Profissão em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2005.

GINZBURG, Carlo — **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LEME, Maria Cristina da Silva — **A Revisão do Plano de Avenidas.** São Paulo: FAU-USP, 1990. Tese de Doutorado.

[31] CAMPOS, Candido Malta — op. cit.

LEME, Maria Cristina da Silva — Francisco Prestes Maia e o urbanismo como campo de conhecimento e de atuação profissional. **Encontro Nacional da ANPARQ 1.º**, Rio de Janeiro, 2010 — Anais... Rio de Janeiro: ANPARQ, 2010.

MAIA, Francisco Prestes — **Estudo de um Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo.** São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1930.

NAGAMINI, M. — Engenharia e técnicas de construções ferroviárias e portuárias no Império. In VARGAS, M. (org.) — **História da Técnica e da Tecnologia no Brasil.** São Paulo: Ed. Unesp/Ceeteps, 1994.

REIS FILHO, Nestor Goulart — **Aspectos da história da engenharia civil em São Paulo 1860/1960**. São Paulo: Livraria Kosmos Ed., 1989.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert (org.) — **Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

SILVA, Magdiel — **Francisco Prestes Maia e o projeto urbano para Panorama, 1945-1949**. São Paulo: FAU-USP, 2020. Dissertação de Mestrado.

SIMÕES JR., José Geraldo — **O Setor de Obras Públicas e as Origens do Urbanismo na Cidade de São Paulo.** São Paulo: EAESP-FGV, 1990. Dissertação de Mestrado.

SINGER, Paul — **Desenvolvimento económico e evolução urbana**. 3.ª ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

SOMEKH, Nadia; CAMPOS, Candido M. — **A cidade que não pode parar: Planos Urbanísticos de São Paulo no século XX**. São Paulo: Ed. Mackenzie, 2002.

SUTCLIFFE, Anthony — **Towards the Planned City: Germany, Britain, the United States and France, 1780-1914**. Oxford: Basil Blackwell, 1981.

TELLES, Pedro Carlos da Silva — **História da Engenharia no Brasil (séculos XVI ao XIX).** Rio de Janeiro: Editora LTC, 1984.

Associativismo e desenvolvimento local e regional integrado: a contribuição do Consórcio Intermunicipal Grande ABC (1990-2024)

Bruno dos Santos Andrade
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Universidade Presbiteriana Mackenzie
arq.andradeb@gmail.com

Eunice Helena Sguizzardi Abascal
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Universidade Presbiteriana Mackenzie
eunicehab@gmail.com

Resumo: O presente ensaio, derivado de uma dissertação de mestrado, analisa criticamente a trajetória e a atuação do Consórcio Intermunicipal Grande ABC como arranjo de cooperação regional voltado à formulação e implementação de políticas públicas em escala metropolitana. Inserido no contexto do pacto federativo brasileiro, marcado pela fragmentação institucional e pela autonomia municipal, o Consórcio constitui uma tentativa de articular planejamento e gestão intermunicipal frente a desafios comuns como mobilidade, habitação, meio ambiente e desenvolvimento urbano. O objetivo principal da pesquisa é avaliar o papel do Consórcio na construção de uma governança regional capaz de enfrentar as desigualdades socioespaciais do território, por meio da análise de sua constituição, dos planos regionais elaborados e de sua capacidade de implementação prática. A metodologia adotada combina análise documental, entrevistas com atores-chave atuantes na história do Consórcio, revisão bibliográfica especializada e leitura crítica de planos, legislações e instrumentos de cooperação produzidos entre 1990 e 2024. A investigação estrutura-se cronologicamente: primeiro apresenta-se o referencial teórico sobre federalismo, metropolização e cooperação intermunicipal no Brasil. Na sequência contextualiza-se o território do Grande ABC, analisando a formação dos primeiros arranjos regionais de interesse comum entre 1990 e 2000; reconstrói-se a trajetória histórica e institucional do Consórcio entre 2001 e 2011, abarcando sua transformação em consórcio público; analisa-se a formulação dos planos regionais e seus instrumentos de governança entre 2012 e 2016; e, por fim, examina-se o período mais recente do recorte de pesquisa, entre 2017 e 2024, marcado por declínio institucional e resiliência do arranjo consorciado. Os resultados indicam que, embora o Consórcio tenha acumulado avanços técnicos e institucionais, enfrenta limites estruturais para transformar planejamento em ação territorial, devido à ausência de instrumentos vinculantes, à instabilidade técnico-política e à fragilidade de coordenação federativa. Conclui-se que o caso do Grande ABC revela tanto as possibilidades quanto os entraves da cooperação intermunicipal no Brasil contemporâneo e aponta para a discussão de um novo pacto territorial capaz de estruturar uma política urbana regional e democrática.

Palavras-chave: Consórcios intermunicipais, governança metropolitana, planejamento regional, Grande ABC, política urbana.

Introdução

A complexidade da urbanização brasileira e a fragmentação da estrutura político-administrativa impõem desafios contínuos à gestão de políticas públicas em territórios conurbados. Este trabalho investiga a capacidade de ação coletiva entre municípios autônomos e os limites da coordenação interfederativa para responder a problemas comuns de forma democrática e eficiente. O objeto central é o Consórcio Intermunicipal Grande ABC, uma experiência pioneira de gestão associada que se destaca por desenvolver uma agenda regional ampla e multisetorial, orientada por princípios de planejamento estratégico e articulação federativa.

A pesquisa fundamenta-se no debate sobre o federalismo brasileiro e as tensões entre centralização e autonomia municipal intensificadas após a Constituição Federal Brasileira de 1988. O referencial teórico mobiliza o conceito de "cidade-região" como categoria analítica para compreender territórios onde a escala funcional, moldada por fluxos econômicos e de mobilidade, transcende as fronteiras institucionais administrativas. Autores como Jeroen Klink[1] e Cecília Almeida[2] fornecem as bases para entender a identidade regional do Grande ABC. Além disso, a análise dialoga com a concepção de Lemos et al.[3], que defendem o território como espaço de disputa política e arena central para a produção de políticas que evitem o reforço de desigualdades. Outros referenciais incluem Peter Spink[4], Klaus Frey e José Mário Brasiliense Carneiro[5] e Francisco Fonseca[6], que oferecem os marcos para compreender a governança urbana e o federalismo cooperativo no país.

O objetivo geral é contribuir para o entendimento da importância do Consórcio do ABC como instrumento de gestão compartilhada e formulação de políticas públicas regionais, analisando sua trajetória, a implementação de planos estratégicos e sua capacidade de gerar ações concretas no território. Os objetivos específicos compreendem investigar o contexto histórico e político de sua formação; mapear os principais planos e projetos desenvolvidos; avaliar a efetividade dos planos regionais implementados; analisar os reflexos territoriais da atuação consorciada; e, por fim, discutir o papel dos consórcios públicos no fortalecimento da governança metropolitana no Brasil.

Adota-se uma abordagem qualitativa, descritiva e analítico-interpretativa, centrada em análise documental, bibliográfica e institucional. A fundamentação empírica é reforçada por entrevistas com atores-chave, organizados em blocos que abrangem desde os fundadores do Consórcio até pesquisadores da Universidade Federal do ABC. Para a

---

[1] KLINK, Jeroen Johannes – **A cidade-região: regionalismo e reestruturação no Grande ABC.** São Paulo: DP&A Editora, 2001.
[2] ALMEIDA, Cecília Cardoso Teixeira de – **O Grande ABC: o fetichismo da região.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. 336 p. Tese de Doutoramento.
[3] LEMOS, Cristina Lemos et al. – A importância da visão territorial para o desenvolvimento. In LEAL, Cláudio Figueiredo Coelho; LINHARES, Lucas; LEMOS, Cristina; SILVA, Marcelo Machado da; LASTRES, Helena Maria Martins (org.) – **Um olhar territorial para o desenvolvimento: sudeste.** Rio de Janeiro: BNDES, 2015. p. 15-24.
[4] SPINK, Peter – Cooperação e governança interjurisdicional: conceitos em discussão. In **Cadernos Adenauer XII: Municípios e Estados: experiências com arranjos cooperativos.** Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer. nº 4 (2012), p. 13-29.
[5] CARNEIRO, José Mario Brasiliense; FREY, Klaus – **Governança multinível e desenvolvimento regional sustentável.** São Paulo: Oficina Municipal, 2018.
[6] FONSECA, Francisco – Consórcios públicos: possibilidades e desafios. In CHERUBINE, Marcela; TREVAS, Vicente (org.) – **Consórcios públicos e as agendas do Estado brasileiro.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 29-40.

avaliação dos planos regionais (Mobilidade, Educação, Mudanças Climáticas, Habitação, Resíduos Sólidos e o Plano Diretor Regional), aplicou-se uma matriz analítica intitulada FOFA (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças), através da qual foi possível identificar os fatores que condicionam ou potencializam a ação regional.

A estrutura do trabalho foi organizada cronologicamente para demonstrar que o Consórcio é uma instituição viva e, portanto, sujeita a rupturas e rearranjos. Os principais eixos de análise são:

- Gênese e Formação (1990-2000): Examina as condições que possibilitaram o surgimento do arranjo regional e a criação de instâncias complementares como a Câmara Regional e a Agência de Desenvolvimento Econômico;
- Consolidação Institucional (2001-2011): Analisa a transição para a natureza jurídica de consórcio público sob a Lei nº 11.107/2005 e o impacto de lideranças políticas, notadamente o papel estruturante do ex-prefeito de Santo André, Celso Daniel;
- Novos Instrumentos de Governança (2012-2016): Foca na produção técnica e no esforço de integração setorial através da formulação de diversos Planos Diretores Regionais elaborados pelo corpo técnico do Consórcio Intermunicipal Grande ABC com colaborações diversas de entidades técnicas, acadêmicas e da sociedade civil;
- Resiliência e Crise (2017-2024): Discute o período marcado por instabilidades políticas, desfiliações de municípios da entidade e os desafios da manutenção do interesse comum diante do avanço de lógicas individualistas no cenário nacional.

Em suma, a pesquisa reafirma a centralidade da escala regional como dimensão estratégica para enfrentar a fragmentação e as desigualdades que marcam as metrópoles brasileiras.

Federalismo e dinâmicas metropolitanas no Brasil

O debate sobre o federalismo brasileiro e as dinâmicas metropolitanas contemporâneas revela uma organização de Estado caracterizada pela divisão de competências entre diferentes níveis de governo, todos dotados de autonomia política, administrativa e fiscal. Contudo, a inflexão promovida pela Constituição Federal de 1988, embora tenha consagrado os municípios como entes federativos autônomos e ampliado suas responsabilidades na execução de políticas sociais e urbanas, não foi acompanhada pela criação de instrumentos eficazes de coordenação e cooperação intergovernamental. Como apontam autores como Arretche[7] e Chreubine e Trevas[8], esse movimento de descentralização sem coordenação gerou um quadro de federalismo assimétrico, no qual municípios com capacidades técnicas e orçamentárias profundamente desiguais são igualmente responsabilizados por funções complexas, como saúde, educação e planejamento urbano, muitas vezes sem o suporte adequado das demais esferas. Essa autonomia, quando exercida de forma isolada, frequentemente degenera em um municipalismo no qual a afirmação do interesse local se sobrepõe à necessidade de articulação regional, estimulando disputas fiscais e a fragmentação das políticas públicas. Esse cenário é particularmente problemático nas regiões metropolitanas brasileiras, onde a intensa urbanização e os processos de conurbação criaram territórios cujos fluxos econômicos, sociais e ambientais transcendem as fronteiras administrativas. Como

[7] ARRETCHE, Marta Tereza da Silva – **Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização.** Rio de Janeiro: Editora Revan; São Paulo: FAPESP, 2000.
[8] CHERUBINE, Marcela; TREVAS, Vicente (org.) – **Consórcios públicos e as agendas do Estado brasileiro.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

observa Bresciani[9], a metrópole brasileira consolidou-se como um espaço órfão de governança, pois, embora existam demandas regionais urgentes e interdependentes, não há um ente federativo metropolitano dotado de legitimidade política e recursos próprios para coordená-las. Na ausência dessa escala intermediária de decisão, problemas como mobilidade urbana, saneamento e habitação permanecem fragmentados, gerando ineficiências como o desperdício de recursos, a duplicação e/ou a ausência de equipamentos e o aprofundamento das desigualdades intraurbanas. A falta de uma instância de planejamento regional integrado favorece a lógica da competição por investimentos e visibilidade política em detrimento da solidariedade territorial.

A evolução dos marcos legais buscou, gradualmente, preencher esse vazio institucional. O Estatuto da Cidade (2001) consolidou importantes instrumentos de política urbana, mas manteve um viés marcadamente municipalista, pouco dizendo sobre a cooperação em territórios conurbados. Apenas com a Lei dos Consórcios Públicos (2005) estabeleceu-se um arcabouço sólido para a gestão associada, conferindo aos consórcios segurança jurídica e o status de autarquia interfederativa para executar políticas de interesse comum. Posteriormente, o Estatuto da Metrópole (2015) introduziu o conceito central de Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) e exigiu a elaboração de Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI). Entretanto, como advertem Klink e Stroher[10], esses avanços normativos correm o risco de se tornarem insuficientes devido à fragilidade da agenda federativa e à ausência de incentivos financeiros que induzam os municípios à cooperação efetiva.

Nesse contexto, os consórcios intermunicipais, como o do Grande ABC, emergem não apenas como arranjos técnicos, mas como oportunidades estratégicas de reconstrução do federalismo através dos municípios. Eles operam a partir da delegação voluntária de funções e da construção de uma visão estratégica compartilhada, suprindo, de forma compensatória, a ausência de uma governança metropolitana estruturada pelo Estado. Dessa forma, o sucesso desses arranjos depende da superação de práticas clientelistas e da consolidação de uma cultura política voltada à cidade-região, conceito que, segundo Jeroen Klink[11], descreve territórios onde a escala funcional da vida cotidiana deve orientar a organização institucional para superar o descompasso entre as fronteiras administrativas e a realidade urbana concreta. Assim, a cooperação regional deixa de ser apenas uma alternativa operacional para se tornar um princípio estruturante de uma política urbana democrática e integrada.

A criação de um Consórcio (1990-2000)

O território do Grande ABC, localizado na porção sudeste da Região Metropolitana de São Paulo, configura-se como um dos espaços mais densamente urbanizados e economicamente estratégicos do Brasil, funcionando como um nó vital que conecta o planalto paulista ao litoral através de eixos logísticos como o Sistema Anchieta-Imigrantes e o Rodoanel. Sua formação histórica está intrinsecamente ligada ao processo

[9] BRESCIANI, Luis Paulo – Tradição e transição: o caso do Consórcio Intermunicipal Grande ABC. In **Cadernos Adenauer XII: Municípios e Estados: experiências com arranjos cooperativos.** Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer. nº 4 (2012), p. 161-178.

[10] KLINK, Jeroen Johannes; STROHER, Laisa Eleonora Marostica – O funding do Estatuto da Metrópole: dos recursos sem planejamento para planejamento sem recursos? In CARNEIRO, José Mario Brasiliense; FREY, Klaus – **Governança multinível e desenvolvimento regional sustentável.** São Paulo: Oficina Municipal, 2018. p. 233-250.

[11] KLINK, Jeroen Johannes – **A cidade-região: regionalismo e reestruturação no Grande ABC.** São Paulo: DP&A Editora, 2001.

de industrialização acelerada do século XX, que transformou a paisagem regional a partir da expansão dos setores automobilístico e químico, atraindo massivos fluxos migratórios e consolidando uma malha urbana onde a conurbação é a regra. Entre municípios como Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema, a continuidade física é tamanha que as divisões administrativas se tornaram simbólicas diante da interdependência cotidiana de seus 2,8 milhões de habitantes. Contudo, esse território funcionalmente integrado convive com o paradoxo da fragmentação política, no qual a multiplicação de unidades administrativas autônomas dificulta a coordenação de políticas públicas essenciais, como mobilidade, saneamento e habitação.

A identidade regional do "Grande ABC", que abarca sete municípios (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra), foi consolidada discursivamente a partir da década de 1960, com papel proeminente da imprensa local, especialmente o Diário do Grande ABC[12], que ajudou a forjar uma consciência política e sociocultural comum entre gestores e sociedade civil. Esse sentimento de pertencimento foi posto à prova na década de 1990, período marcado por uma crise profunda do modelo industrial fordista e por um intenso processo de desindustrialização que resultou em desemprego em massa e retração econômica. Foi nesse cenário de adversidade que lideranças políticas locais, com destaque para o então prefeito de Santo André, Celso Daniel, vislumbraram na articulação regional a estratégia necessária para a reconstrução econômica e o fortalecimento da governança local.

A criação do arranjo consorciado ocorreu em 19 de dezembro de 1990, originalmente sob o nome de "Consórcio Intermunicipal das Bacias do Alto Tamanduateí e Billings". Inicialmente, o foco estava restrito à gestão de recursos hídricos e questões ambientais, mas a urgência dos problemas metropolitanos logo exigiu a ampliação do escopo de atuação para uma agenda multissetorial[13]. Este nascimento deu-se em um ambiente de efervescência democrática pós-1988 e de convergência política, especialmente com a eleição de governos progressistas nos principais municípios da região, o que favoreceu a experimentação institucional. No entanto, a trajetória inicial não foi linear: entre 1993 e 1996, o Consórcio enfrentou um período de refluxo e paralisia devido a mudanças nas gestões municipais e à persistência de uma lógica de municipalismo competitivo, evidenciando a alta dependência do arranjo em relação à vontade política de líderes específicos.

A resiliência da ideia regional foi mantida pela sociedade civil organizada que, diante do esvaziamento do Consórcio, articulou o "Fórum da Cidadania do Grande ABC" a partir de 1994, pressionando pela retomada da cooperação intermunicipal. Esse movimento pavimentou o caminho para a fase de maior vigor institucional da década: a criação da "Câmara Regional do Grande ABC" em 1997. A Câmara consolidou um modelo de governança tripartite, reunindo o governo estadual, as prefeituras e a sociedade civil para pactuar diagnósticos e projetos de interesse comum. Como braço executivo desse arranjo, o Consórcio passou a operacionalizar políticas de grande alcance, culminando na criação da "Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC" em 1998 e na formulação do primeiro "Planejamento Regional Estratégico" (PRE) em 1999. O PRE 2000-2010

[12] RICHTER, Angelica – **'Diário' cunha e consolida conceito de regionalidade do Grande ABC.** Diário do Grande ABC. (2025).
[13] DANIEL, Celso; SOMEKH, Nadia – Gestão compartilhada, limites e possibilidades: a experiência do Grande ABC. In CEPAM – **Consórcio: uma forma de cooperação intermunicipal.** São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima, 2001. p. 159-170.

representou a primeira tentativa sistemática de estruturar uma visão de futuro integrada para o território, organizando metas em eixos como inclusão social, acessibilidade e sustentabilidade ambiental, e consolidando o Grande ABC como um laboratório pioneiro de cooperação federativa no Brasil.

Do plano à prática (2001-2011)

O período compreendido entre 2001 e 2011 marca uma fase de profunda maturação institucional para o Consórcio Intermunicipal Grande ABC, caracterizada pela transição de um arranjo predominantemente político e voluntarista para uma entidade de direito público com maior capacidade operacional. No início da década, a região vivenciava um ápice de convergência partidária, o que teoricamente favorecia a articulação regional, mas esse cenário foi impactado pelo assassinato do prefeito Celso Daniel em 2002, evento que gerou um vácuo de liderança e instabilidade no processo de cooperação. A ausência de sua figura articuladora, somada à ascensão de gestores com posturas mais críticas ao associativismo regional, provocou ciclos de refluxo institucional que evidenciaram a dependência do arranjo em relação à vontade política momentânea dos prefeitos[14].

Apesar dessas oscilações internas, a conjuntura nacional a partir de 2003, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, abriu canais de diálogo inéditos entre o Grande ABC e o Governo Federal. O Consórcio aproveitou esse momento para apresentar ao governo federal o que se intitulou "Carta do ABC", documento que reivindicava, entre outros pontos, o reconhecimento jurídico e o suporte financeiro aos consórcios intermunicipais. Esse movimento regional foi um dos indutores para a promulgação da Lei Federal nº 11.107/2005 (Lei dos Consórcios Públicos), que representou um marco histórico ao conferir segurança jurídica e o status de autarquia interfederativa a essas entidades. A nova legislação permitiu que os consórcios celebrassem contratos, realizassem licitações e recebessem transferências voluntárias de recursos, superando a fragilidade das associações civis de direito privado[15].

A adequação do Grande ABC ao novo marco legal, entretanto, não foi imediata e enfrentou resistências políticas locais, pautadas por receio de parte das sete prefeituras da região. Foi necessário um processo de maturação técnica, apoiado por pareceres de órgãos e entidades externas, para desmistificar os impactos da mudança e construir um novo consenso entre os sete prefeitos. O processo culminou em 8 de fevereiro de 2010, quando o Consórcio formalizou sua transformação jurídica, tornando-se o primeiro consórcio multissetorial do país estruturado nos termos da Lei de 2005.

Essa reestruturação como ente de direito público foi interpretada como um salto qualitativo, pois permitiu a autonomia administrativa e a gestão direta de recursos em projetos estratégicos. Um dos reflexos mais importantes dessa profissionalização foi a realização do primeiro concurso público da entidade entre 2009 e 2010, o que possibilitou a formação de uma equipe técnica estável e qualificada, reduzindo a descontinuidade administrativa provocada pelas trocas de governo nos municípios consorciados[16]. Assim, ao final de 2011, o Consórcio do ABC consolidava-se não apenas como um fórum de

[14] BRESCIANI, Luis Paulo – Tradição e transição: o caso do Consórcio Intermunicipal Grande ABC. In **Cadernos Adenauer XII: Municípios e Estados: experiências com arranjos cooperativos.** Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer. nº 4 (2012), p. 161-178.
[15] REIS, Regina Célia dos – **Alternativa política no contexto federativo: integração regional no Grande ABC Paulista.** São Paulo: Editora Blucher, 2008.
[16] MALVESE, Sandra – Entrevista concedida a Bruno dos Santos Andrade. Online, 18 set. 2025.

prefeitos, mas como um ator federativo relevante, dotado de identidade jurídica própria e capaz de operacionalizar políticas públicas integradas em escala metropolitana.

Novos instrumentos de governança (2012-2016)

O período entre 2012 e 2016 representa o ciclo de maior vigor técnico e planejamento estratégico da história do Consórcio Intermunicipal Grande ABC. Esta fase foi impulsionada por uma combinação de fatores internos e externos, notadamente a consolidação da nova natureza jurídica de direito público alcançada em 2010 e a promulgação do Estatuto da Metrópole em 2015. Sob a liderança política do Prefeito de São Bernardo do Campo, Luiz Marinho, que presidiu a entidade em três dos quatro anos deste ciclo, o Consórcio retomou o papel de articulador regional, preenchendo um vácuo de liderança que persistia desde a morte de Celso Daniel em 2002. A autonomia administrativa permitiu a ampliação da capacidade de execução e o acesso a novas fontes de financiamento, transformando o planejamento em um eixo central da governança[17].

A espinha dorsal que possibilitou a atuação desse sistema de governança foram os Grupos de Trabalho (GTs), que evoluíram de fóruns amplos e participativos para instâncias de profissionalização técnica voltadas à viabilização de políticas públicas regionais[18]. O principal marco inicial deste ciclo foi o Plano Plurianual (PPA) Regional Participativo 2014–2017, um instrumento inovador que integrou as sete prefeituras e a sociedade civil na definição de 11 programas e cinco macrodesafios estratégicos, estabelecendo uma agenda de prioridades compartilhadas. Outro instrumento fundamental foi o Plano Regional de Mobilidade (PRM-ABC), finalizado em 2013, que organizou 16 eixos viários prioritários e permitiu a captação de cerca de R$ 2 bilhões em recursos federais via PAC Mobilidade, demonstrando o potencial operacional do arranjo consorciado.

Entre 2015 e 2016, observou-se uma intensa produção de planos diretores regionais setoriais em áreas críticas: o Plano Regional de Educação, focado no fortalecimento da educação básica; o Diagnóstico Habitacional Regional, voltado ao combate ao déficit habitacional e à regularização fundiária; o Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PRGIRS), em resposta à Política Nacional de Resíduos Sólidos; e o Plano de Ação Climática, elaborado em parceria com o ICLEI. Esse ciclo culminou na formulação do Plano Diretor Regional (PDR) em 2016, desenvolvido em cooperação técnica com a UFABC. O PDR operou como um esforço de síntese multissetorial, propondo um macrozoneamento regional e diretrizes de longo prazo para conduzir o Grande ABC a um cenário virtuoso de desenvolvimento sustentável e justiça ambiental.
Contudo, apesar da maturidade técnica e do acúmulo metodológico, a trajetória deste período revela limites estruturais e contradições. A análise indica um descompasso entre a sofisticação da formulação dos planos e sua efetiva implementação no território, fenômeno agravado pela baixa vinculação jurídica entre os instrumentos e pela fragilidade normativa do planejamento regional. A governança regional mostrou-se vulnerável às mudanças políticas locais e à ausência de incentivos federativos estáveis. Ao final de 2016, a crise política nacional e os resultados das eleições municipais (que levaram a uma fragmentação partidária inédita na região) expuseram a dependência do

[17] KLINK, Jeroen Johannes – Entrevista concedida a Bruno dos Santos Andrade. Online, 27 out. 2025.
[18] BRESCIANI, Luis Paulo – Tradição e transição: o caso do Consórcio Intermunicipal Grande ABC. In **Cadernos Adenauer XII: Municípios e Estados: experiências com arranjos cooperativos.** Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2012. p. 161-178.

arranjo em relação ao voluntarismo político, marcando o início de um período de retração e desafios à resiliência do Consórcio[19].

Declínio e resiliência (2017-2024)

O período mais recente do recorte analisado desvela um momento turbulento na trajetória do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, caracterizado, por um lado negativo, por uma aguda crise de coesão política e, pelo lado positivo, pela capacidade da instituição de sobreviver a cenários de extrema adversidade. Neste período o Consórcio enfrentou um ambiente nacional desfavorável, marcado pelo enfraquecimento das políticas de reforma urbana após o impeachment da então Presidenta da República, Dilma Rousseff, ocorrido em 2016, pela extinção temporária do Ministério das Cidades e pela retração de investimentos federais em programas estratégicos, como o PAC Mobilidade e o Minha Casa Minha Vida, que historicamente davam suporte às ações regionais[20].

No plano local, as eleições municipais de 2016 alteraram profundamente a correlação de forças no território, resultando, pela primeira vez desde 1980, em uma região sem prefeitos do Partido dos Trabalhadores (PT), o que rompeu com a convergência política que impulsionara o ciclo anterior. Esse novo cenário desencadeou um processo de esvaziamento institucional e a quebra do pacto regional. O marco inicial dessa crise foi a desfiliação de Diadema em 2017, justificada pelo alto custo de manutenção da entidade, o que gerou um efeito cascata de intenções de saída e desligamentos consumados de outros municípios, como São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. Esse movimento de debandada resultou na redução das contribuições financeiras e asfixiou a capacidade operacional da autarquia, levando-a ao seu ponto de maior fragilidade desde a reestruturação jurídica de 2010[21].

Apesar do declínio do protagonismo político e da descontinuidade de agendas devido a disputas partidárias e à rotatividade de prefeitos, o arranjo consorciado demonstrou capacidade resiliente para manutenção de suas atividades. Essa sobrevivência manifestou-se no retorno progressivo dos municípios à entidade e na manutenção de uma agenda mínima de planejamento, simbolizada pelo lançamento do Planejamento Regional Estratégico 2022–2025. A mencionada resiliência institucional foi sustentada, em grande medida, pelo corpo técnico estável e pelo reconhecimento de que o Consórcio permanece como o único fórum capaz de mediar as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs) em um território intensamente conurbado[22].

Assim, encerra-se com uma reflexão prospectiva "o futuro do Consórcio é o futuro da região?", discutindo episódios recentes como a entrada da capital paulista no arranjo em 2025. Conclui-se que um caminho para superar o modelo voluntarista e instável é a

---

[19] KLINK, Jeroen Johannes; STROHER, Laisa Eleonora Marostica – O funding do Estatuto da Metrópole: dos recursos sem planejamento para planejamento sem recursos? In CARNEIRO, José Mario Brasiliense; FREY, Klaus (org.) – **Governança multinível e desenvolvimento regional sustentável.** São Paulo: Oficina Municipal, 2018. p. 233-250.

[20] ABRUCIO, Fernando Luiz; SYDOW, Cristina Toth – Federalismo e governança multinível em Regiões Metropolitanas: o caso brasileiro. In CARNEIRO, José Mario Brasiliense; FREY, Klaus (org.) – **Governança multinível e desenvolvimento regional sustentável.** São Paulo: Oficina Municipal, 2018. p. 47-67.

[21] DELL'OMO, Paula Campos – **Consórcios públicos e governança metropolitana: trajetória, conceitos e perspectivas, a partir do estudo de caso do Consórcio Intermunicipal Grande ABC (CIGABC).** São Bernardo do Campo: Universidade Federal do ABC, 2019. Dissertação de Mestrado.

[22] MALVESE, Sandra – Entrevista concedida a Bruno dos Santos Andrade. Online, 18 set. 2025.

discussão de um novo pacto territorial que garanta financiamento estável, maior autonomia executiva e uma governança democrática que proteja as políticas regionais das oscilações dos ciclos eleitorais locais. O caso do Grande ABC, em seu período de crise, reafirma que o consórcio não é apenas um arranjo técnico, mas uma arena de disputa política permanente sobre o projeto de cidade e de região que se deseja construir.

Considerações finais

As considerações finais desta investigação sobre o Consórcio Intermunicipal Grande ABC partem da inquietação central acerca de como superar os entraves da fragmentação institucional e territorial em regiões marcadas pela conurbação física e pela disjunção política entre municípios interdependentes. A pesquisa reafirma que o Consórcio representa uma tentativa relevante de construir alternativas institucionais para articular ações públicas de escala regional, destacando-se por sua longevidade e densidade técnica. Os resultados da análise indicam que, embora a entidade tenha acumulado um notável patrimônio técnico e institucional, especialmente no ciclo de maturação entre 2012 e 2016 com a produção de planos diretores regionais sofisticados, ela enfrenta limites estruturais severos para transformar esse planejamento em ação territorial efetiva. O principal achado do trabalho é o recorrente descompasso entre o plano e a implementação, evidenciando que diagnósticos técnicos de alta qualidade não garantem, por si só, mudanças na realidade urbana sem o devido lastro político e normativo.[23]

Essa dificuldade de implementação é atribuída, primordialmente, à ausência de instrumentos vinculantes, uma vez que a atuação consorciada opera na esfera do voluntarismo, sem força legal que obrigue os municípios a adaptarem suas legislações locais ou orçamentos às diretrizes pactuadas regionalmente. Soma-se a isso uma profunda instabilidade técnico-política, na qual a cooperação regional é excessivamente dependente da vontade política momentânea dos prefeitos e da harmonia entre projetos partidários, tornando o arranjo vulnerável a ciclos eleitorais e episódios de esvaziamento institucional, como as desfiliações ocorridas a partir de 2017[24]. No plano federativo, a pesquisa aponta para uma fragilidade de coordenação, onde o Estado e a União falham em oferecer incentivos financeiros e regulatórios estáveis, deixando a metrópole como um espaço órfão de governança institucionalizada.

Para superar esse cenário, o trabalho propõe a discussão de um novo pacto territorial que eleve institucionalmente os consórcios no sistema federativo brasileiro, prevendo metas obrigatórias de cooperação em regiões metropolitanas e a criação de fundos regionais estáveis. A investigação sugere que a cultura de planejamento deve deixar de ser uma alternativa governamental passageira para se tornar uma política de Estado, com regras claras, responsabilidades definidas e canais de participação social que democratizem as decisões regionais. Como contribuição metodológica, a dissertação demonstra a eficácia de uma análise longitudinal para compreender instituições como construções políticas vivas e sujeitas a rupturas, reforçando a centralidade da escala regional para o enfrentamento das desigualdades socioterritoriais.

---

[23] KLINK, Jeroen Johannes – Por que as Regiões Metropolitanas continuam tão ingovernáveis? Problematizando a reestruturação e o reescalonamento do estado social-desenvolvimentista em espaços metropolitanos. In FURTADO, Bernardo Alves [et al.] (ed.) – **Território metropolitano, políticas municipais: por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano.** Brasília: Ipea, 2013. p. 83-113.

[24] ESCUDEIRO, Heloisa Loureiro – **Limites e possibilidades da governança intermunicipal: o caso do planejamento de mobilidade urbana no ABC.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2022. Dissertação de Mestrado.

Reconhecendo os limites do recorte empírico focado exclusivamente no ABC, sugerem-se trabalhos futuros que expandam a análise comparativa para outros arranjos consorciados no Brasil e aprofundem o estudo sobre os impactos da influência de grandes capitais, como o caso da cidade de São Paulo em relação à região do ABC, na autonomia e no equilíbrio de forças de consórcios regionais. Em conclusão, o caso do Grande ABC revela tanto as potencialidades democráticas quanto os impasses do associativismo no país, reiterando que, diante de crises climáticas, colapsos de mobilidade e carências habitacionais, a cooperação intermunicipal não deve ser vista apenas como uma opção administrativa, mas como um princípio estruturante de uma política urbana justa e integrada[25]. O Consórcio permanece, assim, como um ator estratégico e resiliente, cujo futuro está intrinsecamente ligado ao futuro da própria região metropolitana.

Bibliografia

ABRUCIO, Fernando Luiz; SYDOW, Cristina Toth – Federalismo e governança multinível em Regiões Metropolitanas: o caso brasileiro. In CARNEIRO, José Mario Brasiliense; FREY, Klaus (org.) – **Governança multinível e desenvolvimento regional sustentável.** São Paulo: Oficina Municipal, 2018. p. 47-67.

ALMEIDA, Cecília Cardoso Teixeira de – **O Grande ABC: o fetichismo da região.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. 336 p. Tese de Doutoramento.

ARRETCHE, Marta Tereza da Silva – **Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização.** Rio de Janeiro: Editora Revan; São Paulo: FAPESP, 2000.

BRESCIANI, Luis Paulo – O mapa do caminho: desafios, planejamento e atuação do Consórcio Intermunicipal Grande ABC. In LEAL, Cláudio Figueiredo Coelho; LINHARES, Lucas; LEMOS, Cristina; SILVA, Marcelo Machado da; LASTRES, Helena Maria Martins (org.) – **Um olhar territorial para o desenvolvimento: sudeste.** Rio de Janeiro: BNDES, 2015. p. 390-409.

BRESCIANI, Luis Paulo – Tradição e transição: o caso do Consórcio Intermunicipal Grande ABC. In **Cadernos Adenauer XII: Municípios e Estados: experiências com arranjos cooperativos.** Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2012. p. 161-178.

CARNEIRO, José Mario Brasiliense; FREY, Klaus (org.) – **Governança multinível e desenvolvimento regional sustentável.** São Paulo: Oficina Municipal, 2018.

CHERUBINE, Marcela; TREVAS, Vicente (org.) – **Consórcios públicos e as agendas do Estado brasileiro.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

DANIEL, Celso; SOMEKH, Nadia – Gestão compartilhada, limites e possibilidades: a experiência do Grande ABC. In CEPAM – **Consórcio: uma forma de cooperação intermunicipal.** São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima, 2001. p. 159-170.

[25] BRESCIANI, Luis Paulo – O mapa do caminho: desafios, planejamento e atuação do Consórcio Intermunicipal Grande ABC. In LEAL, Cláudio Figueiredo Coelho; LINHARES, Lucas; LEMOS, Cristina; SILVA, Marcelo Machado da; LASTRES, Helena Maria Martins (org.) – **Um olhar territorial para o desenvolvimento: sudeste.** Rio de Janeiro: BNDES, 2015. p. 390-409.

DELL'OMO, Paula Campos – **Consórcios públicos e governança metropolitana: trajetória, conceitos e perspectivas, a partir do estudo de caso do Consórcio Intermunicipal Grande ABC (CIGABC).** São Bernardo do Campo: Universidade Federal do ABC, 2019. Dissertação de Mestrado.

ESCUDEIRO, Heloisa Loureiro – **Limites e possibilidades da governança intermunicipal: o caso do planejamento de mobilidade urbana no ABC.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2022. Dissertação de Mestrado.

FONSECA, Francisco – Consórcios públicos: possibilidades e desafios. In CHERUBINE, Marcela; TREVAS, Vicente (org.) – **Consórcios públicos e as agendas do Estado brasileiro.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. p. 29-40.

KLINK, Jeroen Johannes – **A cidade-região: regionalismo e reestruturação no Grande ABC.** São Paulo: DP&A Editora, 2001.

KLINK, Jeroen Johannes – Entrevista concedida a Bruno dos Santos Andrade. Online, 27 out. 2025.

KLINK, Jeroen Johannes – Por que as Regiões Metropolitanas continuam tão ingovernáveis? Problematizando a reestruturação e o reescalonamento do estado social-desenvolvimentista em espaços metropolitanos. In FURTADO, Bernardo Alves [et al.] (ed.) – **Território metropolitano, políticas municipais: por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano.** Brasília: Ipea, 2013. p. 83-113.

KLINK, Jeroen Johannes; STROHER, Laisa Eleonora Marostica – O funding do Estatuto da Metrópole: dos recursos sem planejamento para planejamento sem recursos? In CARNEIRO, José Mario Brasiliense; FREY, Klaus (org.) – **Governança multinível e desenvolvimento regional sustentável.** São Paulo: Oficina Municipal, 2018. p. 233-250.

LEMOS, Cristina Lemos et al. – A importância da visão territorial para o desenvolvimento. In LEAL, Cláudio Figueiredo Coelho; LINHARES, Lucas; LEMOS, Cristina; SILVA, Marcelo Machado da; LASTRES, Helena Maria Martins (org.) – **Um olhar territorial para o desenvolvimento: sudeste.** Rio de Janeiro: BNDES, 2015. p. 15-24.

MALVESE, Sandra – Entrevista concedida a Bruno dos Santos Andrade. Online, 18 set. 2025.

REIS, Regina Célia dos – **Alternativa política no contexto federativo: integração regional no Grande ABC Paulista.** São Paulo: Editora Blucher, 2008.

RICHTER, Angelica – **'Diário' cunha e consolida conceito de regionalidade do Grande ABC.** Diário do Grande ABC. (2025).

SPINK, Peter – Cooperação e governança interjurisdicional: conceitos em discussão. In **Cadernos Adenauer XII: Municípios e Estados: experiências com arranjos cooperativos.** Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer. nº 4 (2012), p. 13-29.

Escutas Suburbanas: as paisagens sonoras das centralidades ferroviárias suburbanas de Campo Grande e Madureira, RJ

Ingrid de Souza Soares
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Ingrid.souza@fau.ufrj.br

Andrea Queiroz Rego
Universidade Federal do Rio de Janeiro
andrea.queiroz@fau.ufrj.br

Resumo: Este trabalho é parte do resultado da dissertação de mestrado cujo objetivo girou em torno da correlação entre a forma urbana e a paisagem sonora de duas centralidades ferroviárias suburbanas da cidade do Rio de Janeiro, localizadas nos bairros de Campo Grande (Zona Oeste) e Madureira (Zona Norte). Dediquei-me à identificação, partindo de uma escuta atenta, de elementos destas paisagens que refletissem as atmosferas do cotidiano sonoro dos recortes. Tendo um histórico de formação parecido, voltado para o comércio, essas localidades compartilham de uma cultura sonora muito própria das centralidades ferroviárias do subúrbio do Rio de Janeiro. Com isso, o objetivo geral foi identificar "formas sonoras" capazes de compor atmosferas suburbanas a partir do estudo das paisagens sonoras das centralidades ferroviárias de Campo Grande e Madureira (RJ). Para isso, demonstra-se a relação indissociável entre a forma urbana e a cultura sonora, tendo como objetivos específicos: [1] identificar as formas urbanas potencializadoras de efeitos sonoros; [2] explorar por meio de passeios sonoros os espaços acústicos potencializadores de atmosferas sonoras suburbanas específicas; [3] desenvolver representação gráfica capaz de registrar as escutas em campo relacionadas com as atmosferas sonoras identificadas; [4] elaborar análise crítica sobre a relação entre forma, o cotidiano suburbano e suas atmosferas sonoras. A partir desses dados levantados, foram estabelecidos percursos para os passeios sonoros que explorassem as tipologias formais características das centralidades ferroviárias cariocas. A partir do campo, identifico e mapeio as formas sonoras que compõem o espaço acústico dos recortes sendo elas: calçadões vibrantes; esquinas soantes; nós sonoros; escapes sonoros; vias burburosas; e baixios reverberantes. Partindo das formas sonoras estabelecidas, identifico elementos da paisagem sonora cultural que, regida pelas formas sonoras, compõem uma atmosfera partilhada pelas centralidades ferroviárias suburbanas cariocas.

Palavras-chave: paisagem sonora, formas sonoras, representação sonora, atmosferas acústicas suburbanas, subúrbio ferroviário carioca.

Introdução

A ideia geradora desta pesquisa é que as centralidades ferroviárias suburbanas possuem características urbanas específicas, dentre as quais sonoridades próprias, que buscam atender e refletem as demandas locais daqueles que se deslocam diariamente de trem até o Centro da Cidade do Rio de Janeiro. Parte-se do pressuposto que, nesses bairros, foi se criando uma cultura comercial forte, associada com a instalação de equipamentos urbanos, gerando uma estética sonora caraterística e que, por meio da representação de sua paisagem sonora, se revela. Stuart Hall, sociólogo, coloca que cultura é a troca de significados atribuídos às pessoas, objetos e eventos entre os participantes de um grupo:

> "Significados culturais não estão apenas 'na cabeça'. Eles organizam e regularizam as práticas sociais, influenciam nossas condutas e consequentemente têm efeitos reais e práticos. [...] Coisas por si só raramente ou nunca têm um único significado, fixo e imutável. [...] É o nosso uso das coisas e o que nós dizemos, pensamos ou sentimos sobre elas – como nós as representamos – que lhes dá o significado."[1]

A pesquisa foca na percepção do entorno das estações ferroviárias de Madureira (bairro da Zona Norte) e Campo Grande (bairro da Zona Oeste) que exercem uma polarização em relação às suas proximidades, reforçando o sentido de fortes centralidades. Essa percepção se aguça com a produção sonora desses lugares associada com as demais percepções sensoriais. De dia, as texturas das superfícies das fachadas, os anúncios sonoros, os cheiros das comidas, todos buscam seduzir os transeuntes à compra. À noite, em alguns, o comércio dá lugar ao lazer, em outras o movimento dá lugar à inércia. Para Rego,

> "(...)quando indivíduos compartilham a compreensão do significado de um som, quando o produzem de modo similar nas ações do dia a dia, ou ainda quando o qualificam esteticamente em "agradável" ou "desagradável" nas mesmas experimentações, pode se dizer que esses indivíduos fazem parte de uma mesma cultura. Sons escutados num contexto cultural deixam de ser simplesmente ruídos cuja manifestação é indesejável, devendo ser eliminados."[2]

Pretendo, portanto, identificar nessas paisagens sonoras[3] elementos comuns que associam forma e som e que possam ser definidos como efeitos sonoros[4]. Efeitos esses que, a partir da escuta da pesquisadora, relatam o cotidiano sonoro e cultural que constitui parte das atmosferas dessas centralidades ferroviárias suburbanas.

A pesquisa visa contribuir e instigar (para) a implementação de ações urbanísticas que não sejam impositivas às culturas suburbanas, mas que possam as reconhecer e as reafirmar. A

---

[1] HALL, Stuart. Representation: cultural representations and signifying practices (1997).Londres: Sage Publications, 2003.

[2] REGO, Andrea Queiroz. As paisagens sonoras nas representações literárias. Marques Rebelo e os sons da cidade do Rio de Janeiro (1931-1964). In arte e cidade : imagens, discursos e representações. CARDOSO, Selma Passos; PINHEIRO, Eloísa Petti; CORRÊA, Elyane Lins Corrêa (org.). SALVADOR: UFBA, 2015. p. 128

[3] SCHAFER, Murray. A afinação do Mundo. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

[4] AUGOYARD, J. F.; TORGUE, H. A l'ecoute de l'environnement. Répertoire des effets sonores. Marseille: Parenthèses, 1995.

negligência histórica de tais regiões da cidade pelo urbanismo carioca não podem, e não precisam ser, via de regra permanente.

Assim, busco que os projetos e o planejamento urbano nesses recortes já consolidados e pouco reconhecidos sejam desenvolvidos por meio de ações do poder público baseadas na importância de suas histórias, culturas e dinâmicas.

O Campo: Escuta e Identificação

O Campo foi então o grande documento deste trabalho, explorado de modo empírico e analisado qualitativamente, busquei demonstrar a importância cultural das paisagens sonoras urbanas das centralidades ferroviárias de Madureira e Campo Grande, que expressam a importância desses lugares na estruturação da rede urbana da Cidade. Empreguei procedimentos qualitativos analisando, a partir da observação em campo, características de manifestações sonoras relevantes da cultura comercial suburbana e como estas reforçam percepções cotidianas dos lugares. Encontrei na correlação entre forma e percepção sonora a possibilidade de identificar efeitos sonoros, uma ferramenta capaz de legislar e projetar sobre o tema dos sons urbanos de forma mais objetiva.

Para tal, o método adotado foi dos Passeios Sonoros. O termo foi cunhado por Barry Truax no livro Acoustic Communication[5] (2001), e esse método se baseia na imersão do que chamo de escutadora-pesquisadora no campo, percorrendo determinados caminhos ao mesmo tempo que os registram por meio de gravações, notas, fotos e croquis, ciente de sua escuta "limitada" e "singular", mas contextualizada e validada pela vivência pessoal desses ambientes. Os passeios sonoros levam, então, em consideração a delimitação previamente definida em função da paisagem e das formas urbanas que potencializam a escuta dos efeitos sonoros.

O procedimento final aplicado foi então [1] traçado do prévio passeio sonoro, sempre partindo de uma das estações ferroviárias do ramal Santa Cruz (que liga as duas centralidades), explorando suas diversas saídas e acessos; [2] ida a campo com o registro fonográfico e fotográfico; e [3] anotações sobre as percepções e epifanias sonoras desenvolvidas durante a experiência dos passeios sonoros.

O território

Os recortes foram estabelecidos levando em consideração a mancha de uso do solo voltado para o comércio e serviços e suas fronteiras com as áreas residenciais ao redor. Para melhor definir estas "fronteiras" da exploração, determinei em Campo Grande o território entre a linha férrea e as principais vias de circulação veicular e em Madureira, o território entre as linhas férreas.

[5] TRUAX, Barry. Acoustic Communication. Westport: Greenwood, 2001, p.72.

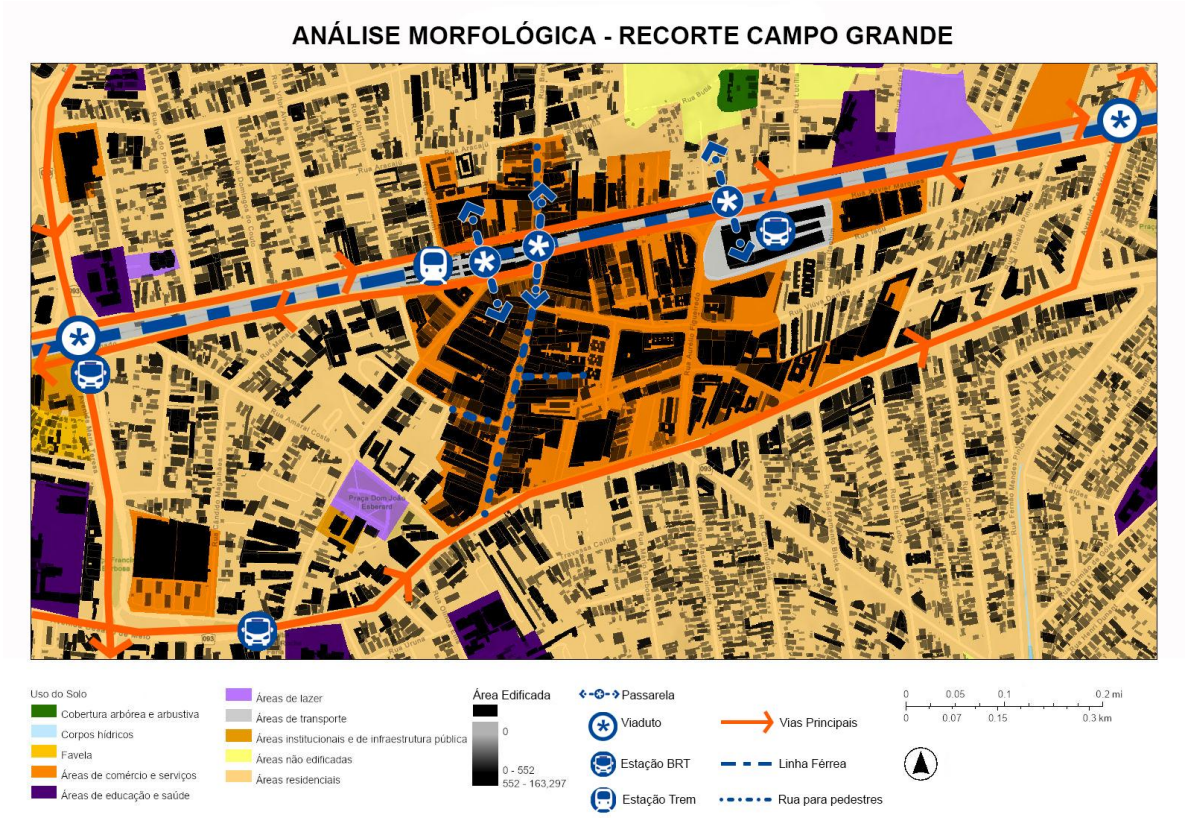


Figura 1 - Mapa de análise morfológica do recorte de estudo - Campo Grande. Base: Uso do solo sobreposto à Figura Fundo dos arredores do Centro de Madureira. Fonte: Elaborado pela autora.

Além da aproximação com o recorte escolhido, as imagens 1 e 2 também apresentam a demarcação de equipamentos de travessia, tanto para pedestres quanto para automóveis. Esses equipamentos são elementos estruturadores das paisagens ligadas à linha férrea, devido ao caráter divisório da mesma. Interessante destacar que em Madureira os equipamentos de travessia são mais concentrados na proximidade com a estação de trem, enquanto em Campo Grande esses equipamentos de transposição são mais distantes entre si e em relação à estação.

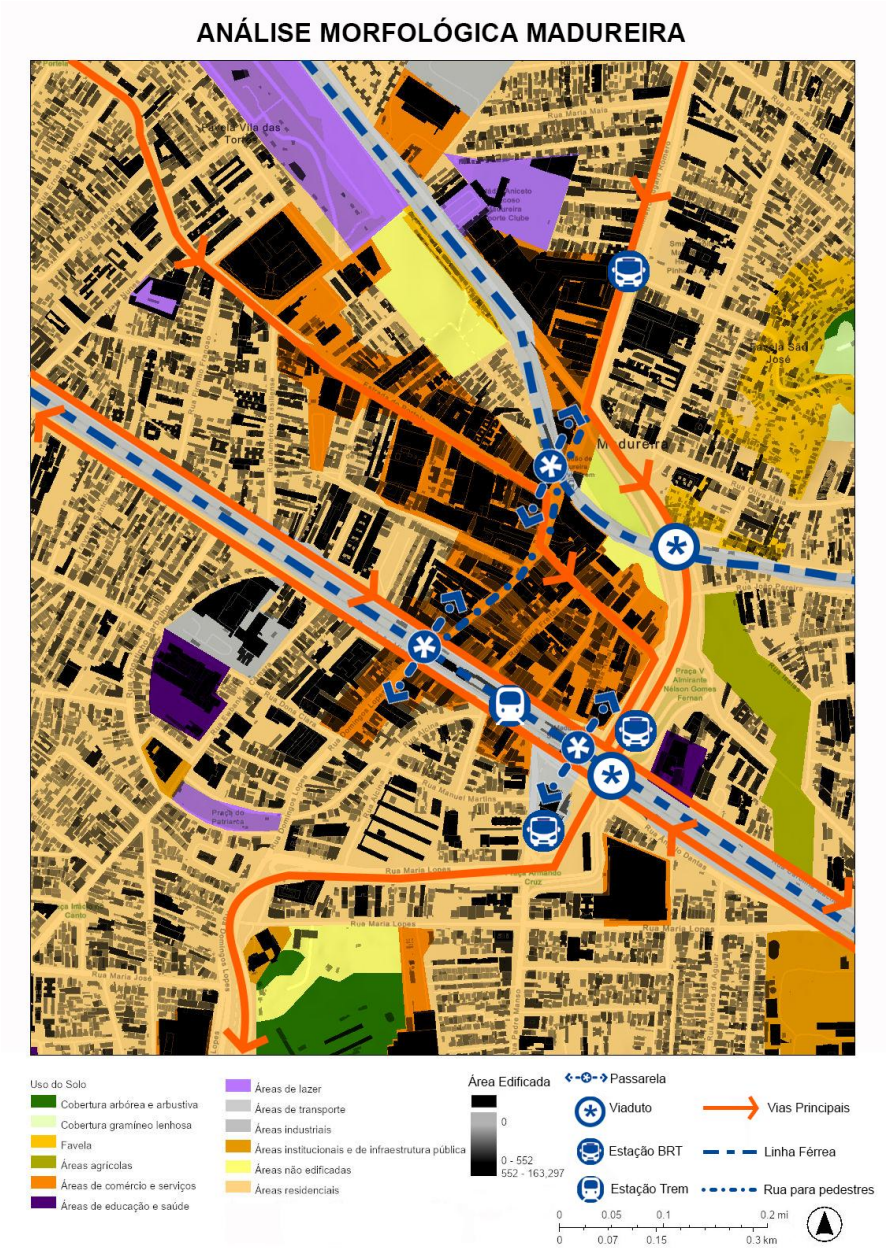


Figura 2 - Mapa de análise morfológica do recorte de estudo - Madureira. Base: Uso do solo sobreposto à Figura Fundo dos arredores do Centro de Madureira. Fonte: Elaborado pela autora.

Somados aos equipamentos de travessia, a paisagem destas regiões centrais é muito marcada pela presença de equipamentos de transporte. Para além das muitíssimo citas estações de trem, nessas áreas também foram foco para a instalação de estações de BRT, projeto feito para as Olimpíadas de 2016 na Cidade do Rio de Janeiro. Em Campo Grande também há uma rodoviária, de onde saem (para além do BRT) linhas municipais, intermunicipais e interestaduais.

Na composição da dinâmica urbana que estou estabelecendo, agrego ainda a existência de vias de circulação exclusiva para pedestres. Os famosos “calçadões” suburbanos, bem distintos dos calçadões praianos da Zona Sul da Cidade. Aqui o ritmo frenético de transeuntes

marca a força dessas centralidades, onde um grande número de pessoas circula a pé para ter acesso às lojas no térreo e outros serviços (médicos, dentistas, advogados, restaurantes) nas sobrelojas. Incluídas neste ritmo comercial, além dos calçadões principais, estão becos e vielas que ligam os calçadões às vias paralelas a estes.



Figura 3 - Calçadão de Madureira e Campo Grande, respectivamente. Fonte: Elaborado pela autora.

Outro equipamento marcante na paisagem destas centralidades são os "mercadões" - Mercado São Brás, em Campo Grande, e o Mercadão de Madureira, fortemente associados aos já citados "calçadões", sendo praticamente o coração comercial de toda a região adjacente a eles.

Ainda nos tipos de comércio suburbano, destaca-se a presença das galerias, corredor comercial que entrecorta as quadras (visto nos mapas figura fundo) estimulando a passagem dos transeuntes que visam "cortar caminho", criando um fluxo de pedestres fora dos corredores viários e peatonais.

Quanto ao tipo das edificações lindeiras, de modo geral, ambas as centralidades são constituídas por edificações de até 3 pavimentos, sem afastamentos laterais, sendo as áreas comerciais marcadas pelos "metalões" nas fachadas.

As formas sonoras das centralidades ferroviárias

As formas sonoras foram definidas pela associação das formas urbanas e apropriações culturais com os efeitos sonoros de Augoyard e Torgue[6] (burburinho, acoplagem, atração, nicho, sinédoque, difração, decaimento, crescendo, descrevendo, reverberação), conceituados em um contexto europeu, trazidos e reinterpretados para o contexto das centralidades ferroviárias cariocas, já apresentadas.

[6] AUGOYARD, J. F.; TORGUE, H. A l'ecoute de l'environnement. Répertoire des effets sonores. Marseille: Parenthèses, 1995.

[1] Calçadões Vibrantes

Os calçadões suburbanos se caracterizam pela "algazarra" (Cartão Sonoro 1.4[7] e 2.3[8]), podendo ser melhor identificados com os efeitos sonoros da acoplagem e do burburinho. Atribuo a eles o adjetivo de "vibrantes" pelo grau de energia e dinamismo urbanos que concentram, mas também, em comparação ao termo "vibrato" que, teoria musical, consiste na variação rápida e controlada da altura de uma nota. Identifico na "algazarra" um controle pactuado, onde certas notas têm o poder de se destacarem mais do que outras nas inúmeras camadas sonoras que se sobrepõem na paisagem.

Mesmo semelhantes em suas "vibrações", os calçadões preservam singularidades em função de suas formas urbanas diferenciadas que proporcionam experiências sonoras distintas, apesar de terem tipos edificados e usos muito similares.

O Calçadão de Campo Grande apresenta uma distância aproximada de 12m entre as edificações que delimitam um espaço acústico constituído por um grande volume "livre" se comparado com o Calçadão de Madureira. Assim, este volume de espaço livre permite uma melhor "dispersão" do som, melhorando a percepção diferenciada das diferentes camadas sonoras que se sobrepõem. Sendo assim, essa melhor "dispersão" minimiza o incômodo da experiência cacofônica e dissonante (Imagem 4). Neste caso a acoplagem predomina sobre o burburinho em momentos que a largura do Calçadão de Campo Grande se amplia (próximo ao mercado São Brás), já o burburinho predomina sobre a acoplagem nos momentos de estreitamento do mesmo (mais próximo das extremidades).

No Calçadão de Madureira este volume "livre" é menor, pois as edificações distam cerca de 7m. Logo, a experiência cacofônica e dissonante se aproxima do efeito do burburinho (as camadas sonoras perdem a sua legibilidade e se misturam) e não de modo acoplado (onde cada uma guarda sua "identidade"), ou seja, as camadas sonoras se tornam "misturadas" e indissociáveis. Em alguns trechos, mais amplos ou com menor presença de eventos sonoros diversos é possível identificar melhor o efeito da acoplagem (Imagem 4).



Figura 4 - Cortes Sonoros comparando os calçadões de Campo Grande e Madureira, respectivamente. Fonte: Elaborado pela autora.

[7] Escute este Evento Sonoro em: http://www.riosoundscape.org/passeio-sonoro-1---campo-grande.html

[8] Escute este Evento Sonoro em:http://www.riosoundscape.org/passeio-sonoro-1---madureira.html

Em ambos os calçadões destaca-se o efeito da atração por meio dos pregões que, com a intenção de atrair os transeuntes, se tornam a principal fonte sonora nos "calçadões vibrantes". Caixas de som, locutores e panfleteiros se posicionam estrategicamente logo à frente das lojas, ampliando o alcance de venda para fora de seus limites físicos. Os pregões são a principal estratégia usada também pelos vendedores ambulantes. Os pregões e suas ofertas podem passar despercebidos pelo transeunte onde predomina o efeito de burburinho, até que uma oferta específica de seu interesse altere sua atenção quanto ao som, produzindo o efeito desejado - atração.

Os pregões podem ser agrupados em cinco tipos predominantes:

- pregão acústico - vendedor grita o seu produto ou chama/conversa com o possível comprador apenas com o uso da voz (Cartão Sonoro 1.5 - Profusão de camelôs na esquina do Calçadão[9]).

- pregão amplificado - anunciante/vendedor anuncia o produto com o uso de alto-falantes (pastel em campo grande) (Cartão Sonoro 1.4 - Calçadão de Campo Grande[10])

- pregão musical - a música tocada em caixas de som de diferentes potências é o atrativo sem que haja o anúncio específico de um produto (Cartão Sonoro 1.6 - loja tocando All I want for christmas is you[11]);

- pregão ritmado - anunciante/vendedor objetivo cria uma versão musical, um ritmo, para anunciar o seu produto de modo acústico ou amplificado. (Cartão Sonoro 3.4 - Salgado e Guaravita é só cinco reais - Madureira[12])

- pregão volante - pregão amplificado feito por um carro que circula nas ruas. (Cartão 3.7 - Rei dos Quadros - Madureira[13])

[2] Esquinas Soantes

Esquinas são formas urbanas estratégicas para a localização de pregões, onde eles podem ser escutados em mais de uma direção, tendo as ruas como caminhos de propagação sonora. Nas esquinas dos calçadões há uma grande concentração de pregões, pois este posicionamento permite que o anúncio atinja um maior número potencial de consumidores, sendo o efeito sonoro de nicho, em si (cartão sonoro 4.11[14]) (Figura 5).

[9] Escute este Evento Sonoro em: http://www.riosoundscape.org/passeio-sonoro-1---campo-grande.html
[10] Escute este Evento Sonoro em: http://www.riosoundscape.org/passeio-sonoro-1---campo-grande.html
[11] Escute este Evento Sonoro em: http://www.riosoundscape.org/passeio-sonoro-1---campo-grande.html
[12] Escute este Evento Sonoro em: http://www.riosoundscape.org/passeio-sonoro-1---campo-grande.html
[13] Escute este Evento Sonoro em: http://www.riosoundscape.org/passeio-sonoro-1---campo-grande.html
[14] Escute este Evento Sonoro em: http://www.riosoundscape.org/passeio-sonoro-2---campo-grande.html

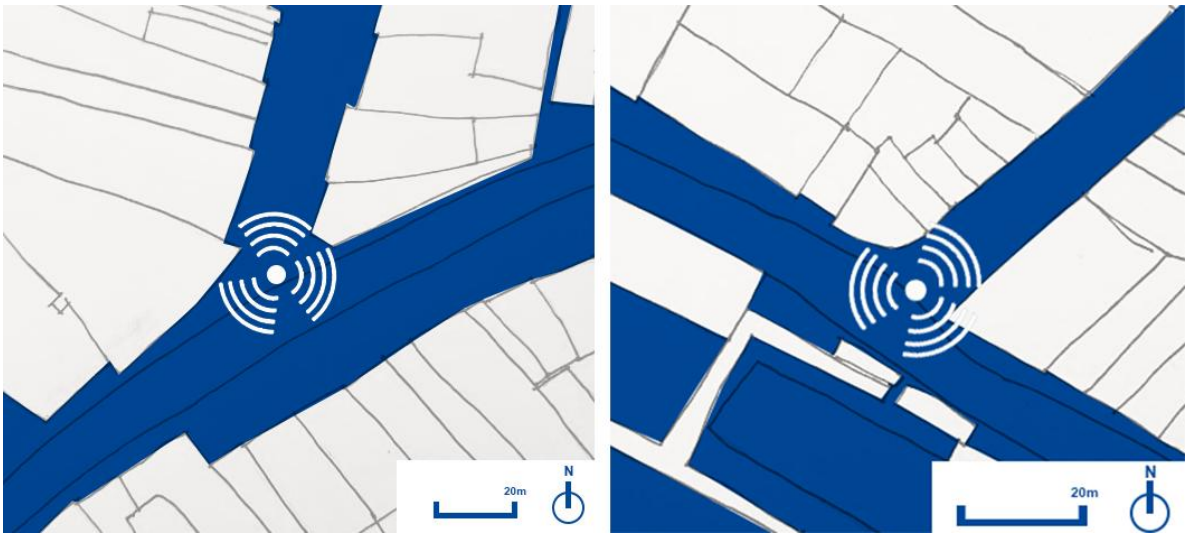


Figura 5 - Mapas Sonoros comparando as Esquinas Soantes de Campo Grande e Madureira, respectivamente. Fonte: Elaborado pela autora.

Cabe a flexibilidade de posicionamento e o uso do espaço para melhor propagação do som dos "camelôs". A presença comercial formal das lojas atrai a presença do comércio paralelo e informal. O mais comum é que essas barracas dos ambulantes se localizem em corredores centrais no caso dos calçadões, ou entre as vias automotivas e a calçada. Mas aqueles que usam da criatividade do anúncio como atrativo principal costumam localizar-se em esquinas, em especial, nas dos calçadões (cartão sonoro 3.3[15]).

[3] Nós Sonoros

Estabeleço aqui um paralelo com o elemento formal estruturante de Lynch o - Nó ou Ponto Nodal.

> Os pontos nodais são pontos, lugares estratégicos, de uma cidade através dos quais o observador pode encontrar, são os focos intensivos para os quais ou a partir dos quais ele se locomove. Podem ser basicamente junções, locais de interrupção do transporte, um entrecruzamento ou uma convergência de vias, momentos de passagem de uma estrutura para outra. Ou podem ser meras concentrações que adquirem importância por serem a condensação de algum usou de alguma característica física, como um ponto de encontro numa esquina ou uma praça fechada. Alguns desses pontos nodais de concentrações são o foco e a síntese de um bairro, sobre o qual sua influência se irradia e do qual são um símbolo.[16]

Deste modo, similar a esta definição o efeito de sinédoque se define como a escuta seletiva e atenta que pode representar em seu recorte o todo do contexto sonoro, isto é, um lugar onde a escuta pode melhor "simbolizar" o todo sonoro; um ponto no espaço que por uma vantagem formal é capaz de promover o encontro de diversas paisagens sonoras. Sendo assim, um "nó sonoro"(Cartões Sonoros 1.5[17] e 2.5[18]).

---

[15] Escute este Evento Sonoro em: http://www.riosoundscape.org/passeio-sonoro-2---madureira.html

[16] LYNCH, Kevin. A Imagem da Cidade. São Paulo: Martins Fontes, [1960] 1999. p.52 e 53.

[17] Escute este Evento Sonoro em: http://www.riosoundscape.org/passeio-sonoro-1---campo-grande.html

[18] Escute este Evento Sonoro em:http://www.riosoundscape.org/passeio-sonoro-1---madureira.html

Essa conformação de som e forma estão fortemente alinhados nas passarelas e seus encontros/chegadas com as vias das centralidades ferroviárias aqui em questão. As passarelas são inerentes à realidade ferroviária carioca, pontos de referência e essenciais para a travessia da linha férrea. Por se tratarem de passagens aéreas permitem a percepção da "sonoridade total" do ambiente abaixo (Figura 6).

É o encontro das passarelas com as vias um ponto nodal vital dessas centralidades, onde se acumulam os sons de todos os modais - trem, veículos e pedestres - e onde se localizam os ambulantes e seus pregões, por ser a passagem de maior fluxo de pessoas. São os nós sonoros que melhor representam as centralidades ferroviárias de Campo Grande e Madureira: o encontro da Avenida Edgar Romero, com a Passarela e a Estrada do Portela ou o encontro da passarela com a Praça Dr. Raul Boaventura. Essas regiões permitem o encontro de contextos sonoros distintos se tornando bons "resumos" das duas Paisagens Sonoras.

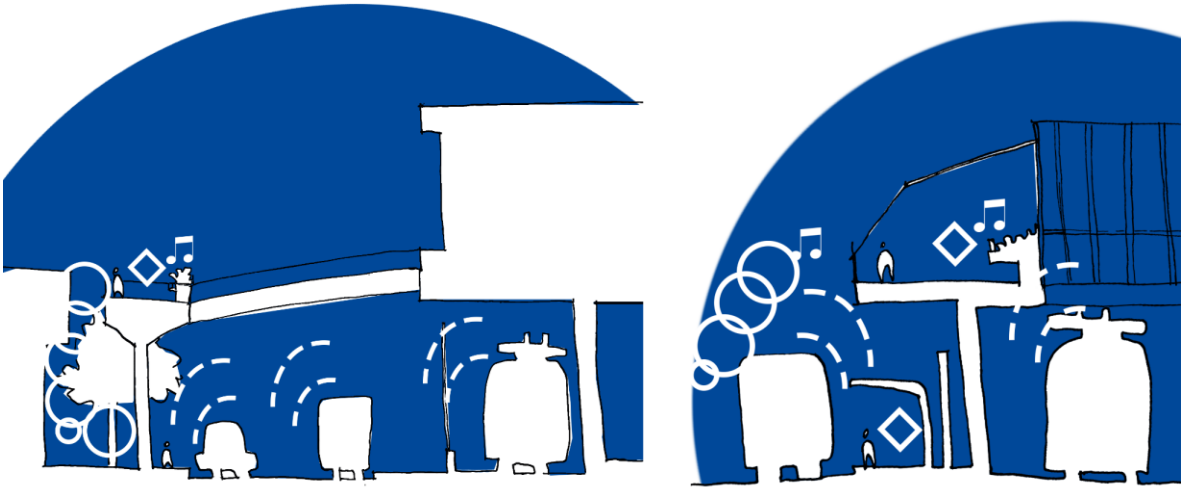


Figura 6 - Cortes Sonoros comparando as passarelas Madureira e Campo Grande, respectivamente. Fonte: Elaborado pela autora.

[4] Escapes Sonoros

Esse tipo de espaço acústico está ligado à maior ou menor percepção de eventos e, consequentemente, de efeitos sonoros em áreas perpendiculares ou adjacentes aos calçadões vibrantes. Estes espaços acústicos estão ligados aos efeitos de difração e decaimento, que expressam a deformação da onda sonora (difração) a diminuição da intensidade da pressão sonora (decaimento) de acordo com a mudança do contexto formal. Através destes efeitos é possível perceber que a forma urbana também afeta na maior ou menor presença de eventos sonoros.

No contexto das centralidades ferroviárias de Campo Grande e Madureira, estes "escapes" são literalmente como fugas da algazarra encontrada nos calçadões. Tipos formais como as galerias, becos e ruas secundárias que perpendiculares aos calçadões, ligam a efervescência destes às bordas mais calmas.

Além do fato de serem perpendiculares ao compasso sonoro dos calçadões, a característica formal de maior impacto neste efeito é a criação de "corredores". Ou seja, as galerias

fechadas e o estreitamento de becos e vias secundárias causam um enclausuramento dessas regiões, causando uma ruptura da propagação do som de alta frequência nos calçadões, criando nova nova atmosfera sonora, uma sensação de "dentro e fora" por mais que, no caso das ruas secundárias, ainda se esteja no espaço livre. Há, nas extremidades desses contextos formais, uma amostra distorcida dos eventos sonoros externos de suas extremidades. Ao percorrer por essas tipologias, de uma ponta a outra, é possível testemunhar o decaimento dos eventos sonoros dos calçadões (Figura 7) (Cartão Sonoro 1.10[19]; 3.5[20]) .

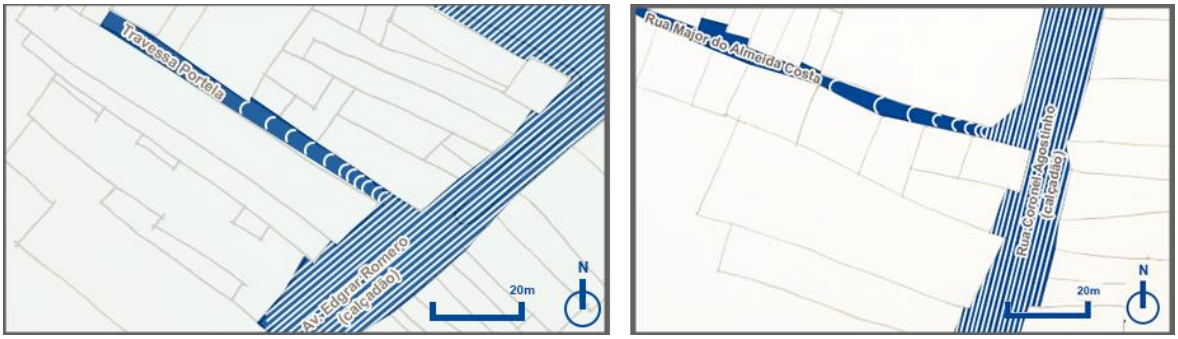


Figura 7 - Mapas Sonoros Comparando Escapes Sonoros de Madureira e Campo Grande, respectivamente. Fonte: Elaborado pela autora.

De maneira similar, em Campo Grande, o túnel de pedestres sob a linha férrea pode ser enquadrado como uma espécie de escape sonoro ligando os dois lados do Calçadão. Percebe-se o efeito de difração nas suas extremidades e de ressonância no seu interior. As rumorosas lojinhas de venda do lado de fora, aqui são silenciosas, e ocorrem apenas diálogos entre os lojistas e fregueses. Se experiencia uma amostra do que seria a atmosfera comercial se a mesma fosse "silenciosa" (Cartões Sonoros 1.9[21] e 3.6[22]).

[5] Vias burburosas

Nos recortes de estudo, em vias de trânsito rápido (no caso de carros, motos e vans) e de faixas de circulação exclusivas (trens e BRT) destaca-se a velocidade e a sensação de insegurança relacionada ao efeito de crescendo e decrescendo dos transportes. A correlação da forma com este efeito está na presença ou não de anteparos e a largura das calçadas que interferem na correlação entre o pedestre e o veículo.

Bons exemplos destes espaços acústicos nas centralidades ferroviárias é a separação entre a linha férrea e a calçada imediata a ela. Em Madureira essa separação se dá por gradil, já em Campo Grande essa separação é tanto por desnível (o trem passa em cota mais alta) em alguns trechos e na existência de muro de placa de concreto. Em Madureira a presença do trem, quando este passa, é muito mais notável. Essa presença é marcada pela sensação de alerta que o som da locomotiva promove aos transeuntes de Madureira, o que não ocorre em Campo Grande (Figura 8).

[19] Escute este Evento Sonoro em: http://www.riosoundscape.org/passeio-sonoro-1---campo-grande.html
[20] Escute este Evento Sonoro em: http://www.riosoundscape.org/passeio-sonoro-2---madureira.html
[21] Escute este Evento Sonoro em: http://www.riosoundscape.org/passeio-sonoro-1---campo-grande.html
[22] Escute este Evento Sonoro em: http://www.riosoundscape.org/passeio-sonoro-2---madureira.html

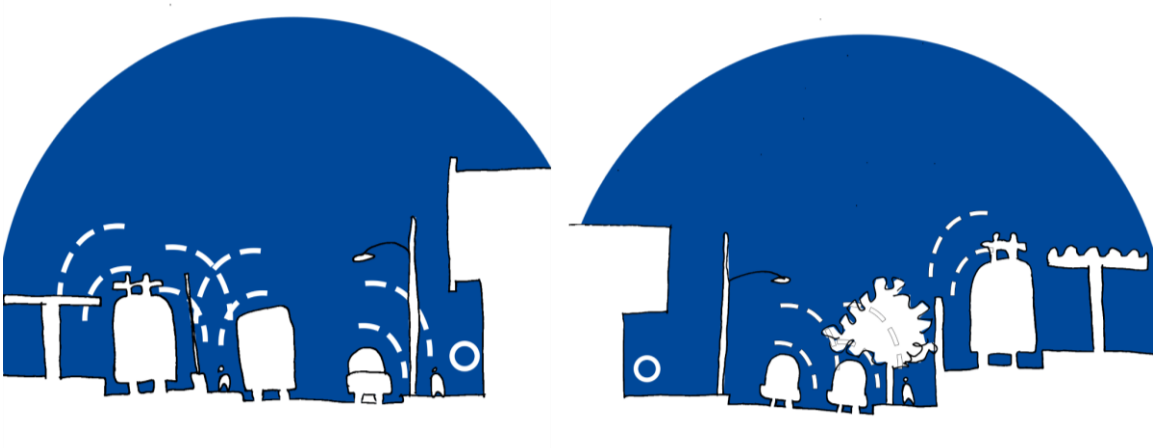


Figura 8 - Corte Sonoro nas Vias Modais entre Campo Grande e Madureira. Fonte: Elaborado pela autora.

Além da linha férrea, a presença do trânsito dos automóveis por sua frequência constante (diferente da periodicidade do trem) caracteriza um tipo de burburinho associado aos efeitos de crescendo e decrescendo, principalmente em Madureira. A Estrada do Portela corta quase que em uma diagonal o recorte explorado. Sendo uma via de alto fluxo, com a presença de veículos de pequeno, médio e grande portes. O fluxo é tão intenso que se estabelece um fundo sonoro quase involuntariamente ignorado, mas que cognitivamente permanece sendo interpretado

Esse efeito pode ser melhor constatado na escuta das gravações e, por conta dessa constatação, foram feitas medições em pontos específicos das centralidades ferroviárias que constataram que o nível de pressão sonora, pela presença constante dos carros, cria uma espaço acústico que beira a insalubridade (Cartão Sonoro 5.7[23]).

Essa primeira camada da atmosfera sonora inibe a acoplagem de outros eventos sonoros, ou seja, nas calçadas limítrofes à estrada do Portela em Madureira (e em contextos parecidos em Campo Grande- Cartão Sonoro 6.7[24]) os eventos sonoros do comércio ocorrem de maneira pontual, por mais que o uso esteja ligado a manifestações sonoras de anúncios. A acoplagem dos anúncios acontece apenas em eventos pontuais, evitando assim acrescentar mais camadas sonoras que pudessem ultrapassar o limite do conforto de pressão sonora. Essas ocorrências apontam para uma autorregulação sonora que, voluntariamente ou involuntariamente, visa um melhor conforto acústico.

[6] Baixios Reverberantes

Os baixios[25] se caracterizam pelas áreas abaixo de estruturas de cobertura na esfera urbana, muito ligados à presença dos viadutos, causando "sombras" que, em seus inúmeros significados atribuídos, modificam a paisagem e a atmosfera urbanas.

---

[23] Escute este Evento Sonoro em:http://www.riosoundscape.org/passeio-sonoro-3---madureira.html

[24] Escute este Evento Sonoro em:http://www.riosoundscape.org/passeio-sonoro-3---campo-grande.html

[25] QUEIROZ, Isabela Correia de. Baixios de viaduto e os sistemas de espaços públicos livres: uma análise da paisagem da "rambla carioca" de Manguinhos - RJ. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura - PROARQ, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Dissertação de Mestrado.

Entretanto, a definição desses espaços extrapola a questão formal e aborda também questões de sentido e significado. São produzidos, geralmente, não como finalidade, mas como consequência da lógica rodoviarista mencionada, correspondendo, portanto, ao plano de fundo das intervenções urbanísticas, aos espaços da escala local que não foram considerados e "sobraram" das construções viárias.

Em Madureira, o principal baixio é o espaço sob o elevado, onde no horário comercial pode-se constatar uma diminuição dos pregões nessas espaços reverberantes, mas que voltam a ocorrer logo que a presença da cobertura do viaduto cessa. Talvez haja uma percepção dos vendedores ambulantes que a competição sonora com o tráfego veicular ao invés de atrair os clientes acabam por maximizar um desconforto sonoro pelo efeito da reverberação e, também, de possíveis ressonâncias. Já aos sábados à noite, nesse mesmo lugar se constata um outro uso, a apropriação dessa área sob o viaduto é feita pelo famoso baile do viaduto de Madureira. Nesse contexto, a reverberação colabora para a criação do espaço acústico, "amplificando" a experiência sonora, em um horário em que há a redução do fluxo veicular (Cartão Sonoro 5.2[26].

Em Campo Grande esses baixios se caracterizam pelos espaços de menores dimensões sob as marquises das lojas ao lado norte da Estação de Campo Grande, onde há uma cobertura de laje que cobre toda a calçada para proteção dos pontos de ônibus (Cartão Sonoro 4.3[27]).

Como vimos, esta atração pode ser pausada em determinados contextos formais para evitar o incômodo de eco, reverberação e burburinho (Imagem 9). No entanto, quando associados com espaços acústicos menos enclausurados, como é o caso dos calçadões, eventos sonoros deste tipo se apropriam do espaço urbano sem cerimônia.

No campo esse contraste, entre o desejo e a repulsa a este efeito dependendo do contexto de uso, fica evidente quando comparamos os distintos momentos do dia das centralidades ferroviárias. As localidades que durante o dia, nos dias de semana se deparam com as atividades de comércio e serviço, e nos finais de semana, como também, no período da noite são ocupados por atividades de lazer, como o famoso "Baile Funk" do viaduto de Madureira.

[26]Escute este Evento Sonoro em: http://www.riosoundscape.org/passeio-sonoro-3---madureira.html

[27] Escute este Evento Sonoro em:http://www.riosoundscape.org/passeio-sonoro-2---campo-grande.html

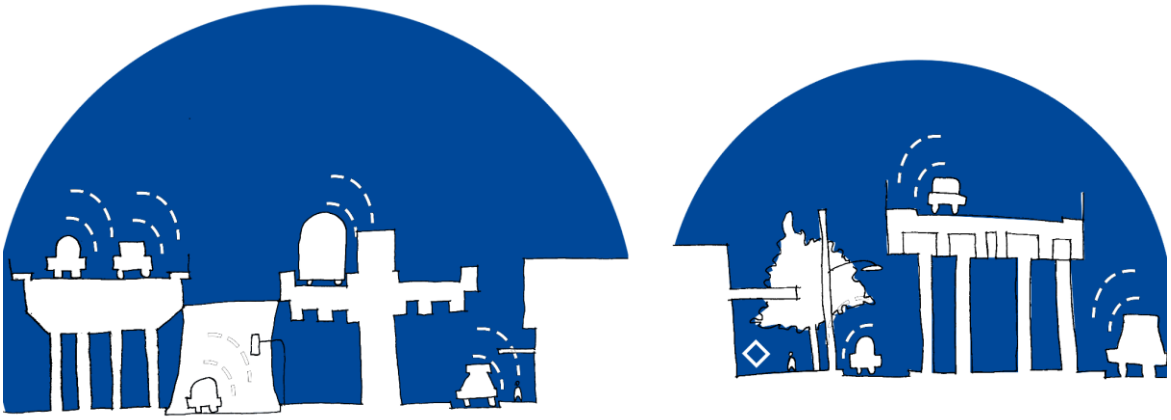


Figura 9 - Cortes Sonoros de baixios Viaduto e Marquises de Madureira e, à direita Viaduto e Marquises em Campo Grande, respectivamente. Fonte: Elaborado pela autora.

Síntese comparada das formas sonoras

Por meio da constatação dessas Formas Sonoras das centralidades ferroviárias cariocas é possível identificar tipos de apropriações sonoras do espaço, ou seja, a criação de um espaço acústico indissociável do espaço formal estabelecido nessas localidades. Há uma correlação entre esses espaços acústicos e uma semelhança formal na correlação entre eles.

Os calçadões vibrantes ocorrem no eixo norte-sul, de maneira perpendicular às estações de trem. Quando esses calçadões se encontram com a linha férrea, o fluxo de pedestres não é interrompido, mas muda de natureza passando por túneis e passarelas acontecendo os nós sonoros onde paisagens se encontram, sobrepõem e se dissipam (Imagens 10 e 11).

Além dos nós, que ocorrem no encontro do fluxo com a linha férrea ocorrendo “por cima” ou “por baixo”, também existem as esquinas soantes que acontecem na concorrência de fluxos no mesmo nível. Esses pontos de encontro são apropriados como localização estratégica privilegiada para o anúncio e venda dos ambulantes. Sejam barraquinhas de comida, bebida ou de produtos diversos, os vendedores utilizam dos corredores de ruas para a maior propagação dos seus pregões (Imagens 10 e 11).

Também ligados aos calçadões estão os escapes sonoros, sejam de maneira perpendicular ou paralela a estes, caracterizam algumas das bordas da região de comércio e serviços. Estas bordas, quando em vias secundárias, são sinônimo de uma suavização na percepção da pressão sonora, em contraste com a vibração constante dos calçadões (Imagens 10 e 11).

As vias burburosas também são fruto da intensa atividade comercial, mas associadas à presença de avenidas e ruas principais de circulação, que ligam as centralidades aos demais bairros da cidade. Em consonância com essas regiões estão os baixios reverberantes que marcam o encontro destas vias com a linha férrea. Essas regiões de sombra provocam mais uma mudança na apropriação do espaço urbano, criando uma mudança na paisagem sonora encontrada a partir da mudança da interação do som com uma cobertura (Imagens 10 e 11).

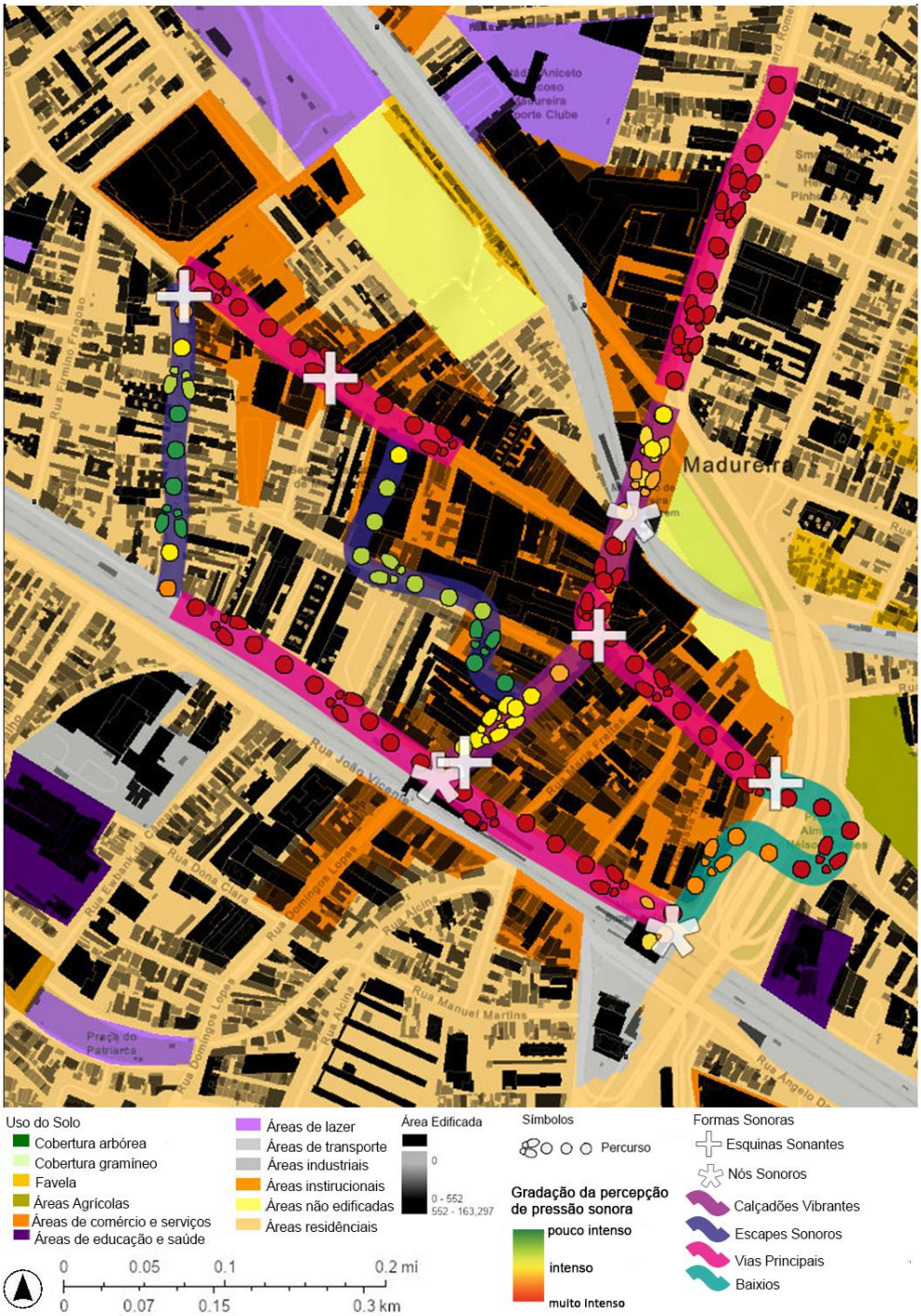


Figura 10 - Mapa de formas sonoras - Madureira. Base: Uso do solo sobreposto ao Mapa Figura x Fundo dos arredores do Centro de Madureira. Fonte: Elaborado pela autora.



Figura 11- Mapa de formas sonoras - Campo Grande. Base: Uso do solo sobreposto ao Mapa Figura x Fundo dos arredores do Centro de Campo Grande. Fonte: Elaborado pela autora.

Considerações finais

As centralidades de Campo Grande e Madureira compartilham de culturas sonoras que se constroem a partir de seus históricos de formação urbana similares, e que chegam nos dias atuais como fortes centralidades, vitais no cotidiano frenético dos trabalhadores que deslocam da casa para o trabalho pela rede ferroviária.

Ao estabelecer o conceito de "Forma Sonora" busco demonstrar as relações indissociáveis entre as formas urbanas e suas apropriações sonoras num contexto cultural que representa aspectos sociais, econômicos e de regulação urbana.

Contribuo para o registro do complexo cotidiano sonoro suburbano carioca como fonte de reafirmação de uma cultura que historicamente é negligenciada pelo poder público. O estudo de temas marginalizados como a paisagem sonora, os subúrbios e as periferias dão voz a questões urbanas invisibilizadas.

Reforço assim, o conceito que parte da ideia de haver uma cultura compartilhada entre os espaços suburbanos cariocas que, de maneira única, compõe e caracteriza esses territórios pouco valorizados da Cidade.

Espero que este trabalho possa contribuir para os estudos culturais urbanos em geral, dando maior visibilidade e reconhecimento dos valores dos subúrbios carioca e, de modo específico, possa gerar desdobramentos em nível do contínuo reconhecimento dessas centralidades no

estudo das sinfonias das cidades, escutando-se de modo cultural e não apenas como um problema de poluição sonora.

Bibliografia

AUGOYARD, J. F.; TORGUE, H. A **l'écoute de l'environnement. Répertoire des effets sonores**. Marseille: Parenthèses, 1995

HALL, Stuart. **Representation: cultural representations and signifying practices** (1997). Londres: Sage Publications, 2003.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, [1960] 1999. p.52 e 53.

QUEIROZ, Isabela Correia de. **Baixios de viaduto e os sistemas de espaços públicos livres: uma análise da paisagem da "rambla carioca" de Manguinhos - RJ**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura - PROARQ, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Dissertação de Mestrado.

REGO, Andrea Queiroz. As paisagens sonoras nas representações literárias. Marques Rebelo e os sons da cidade do Rio de Janeiro (1931-1964). In **Arte e Cidade: imagens, discursos e representações**. CARDOSO, Selma Passos; PINHEIRO, Eloísa Petti; CORRÊA, Elyane Lins Corrêa (org.). SALVADOR: UFBA, 2015. p. 128

SCHAFER, Murray. **A afinação do Mundo**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

TRUAX, Barry. **Acoustic Communication**. Westport: Greenwood, 2001, p.72.

Dissonâncias silenciosas:
escutas palimpsésticas na Rua Frei Caneca, RJ

Pedro Saldanha
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro
pedro.saldanha@fau.ufrj.br

Andrea Queiroz Rego
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro
andrea.queiroz@fau.ufrj.br

Resumo: Buscar o silêncio pode significar um mergulho profundo na paisagem. Em um primeiro momento, ao percorrer cidades dissonantes, uma paisagem silenciosa representa quase um delírio. Porém, em alguns contrastes, por vezes de modo súbito e inesperado, o silêncio é revelado. Ao mesmo tempo em que o silêncio audível, sonoro, desponta como um alívio aos ouvidos, o silêncio da memória, simbólico, também surge como uma lacuna em determinadas paisagens. Nesse cenário, a dissertação, parcialmente apresentada neste artigo, é desenvolvida, em uma busca por ambos os silêncios, por meio de um estudo de caso: um complexo penitenciário que foi demolido e transformado em complexo habitacional, no Rio de Janeiro. E, nessa Cidade, repleta de transformações — com sobreposições e apagamentos — foi possível identificar um passado dissonante em comum com os silêncios, os processos de demolição de arquiteturas da dor. Esse conceito, muito associado a bordas e deslocamentos, torna-se, aqui, um dos caminhos para compreender algumas transformações urbanas e conformações de silêncios na paisagem. Dessa forma, foi proposta, inicialmente, uma compreensão das vastas definições do silêncio para além das conceituações acústicas, tendo em vista que o silêncio é, aqui, escutado por ouvidos que recebem e remetem percepções subjetivas. Portanto, foram abordados os significados do silêncio, não como uma ausência completa de sons, mas um campo sonoro de possibilidades de escuta, produção e resistência. Assim, o trabalho propôs, como objetivo geral: investigar silêncios audíveis e simbólicos nas refigurações do Complexo Frei Caneca. Dessa forma, após uma pesquisa histórico-documental e uma investigação em campo, foi possível identificar uma paisagem palimpséstica, repleta de reinscrições em que, por meio de depontamentos e contrastes, silêncios manifestam-se e podem ser identificados.

Palavras-chave: silêncio; paisagem sonora; transformações urbanas; temporalidade; Cidade do Rio de Janeiro.

Introdução

O presente trabalho parte da investigação das refigurações do Complexo Frei Caneca. Até 2010, enquanto complexo penitenciário, localizado no Bairro Estácio, na região central da Cidade do Rio de Janeiro, passou por um processo de demolição quase total, restando apenas alguns vestígios. Dentre eles, o Portal de Acesso. Em sequência, após alguns anos em suspensão, novos edifícios, com certa semelhança aos blocos das penitenciárias, foram construídos no local. Nessa refiguração, o Complexo é voltado para a habitação de pessoas "um pouco mais livres": dois conjuntos habitacionais, Ismael Silva e Zé Keti. Assim como a escolha desses nomes, em homenagem aos ilustres compositores do samba, os processos de refiguração do Complexo orbitam diversas outras apreensões da paisagem sonora carioca. E, na verdade, uma relação intrínseca com o silêncio urbano e os processos de silenciamento ao longo do tempo.

Nesta investigação por silêncios urbanos, partiu-se da premissa que seria possível associar o silêncio audível, provocado pela ausência de uma dissonância sonora com o silêncio simbólico, provocado pela ausência de uma memória, um apagamento. Assim, busca-se verificar se em lugares de apagamento de memórias urbanas "dolorosas" são criados espaços de tranquilidade em substituição, reconhecendo a equivalente importância de ambos os silêncios — o silêncio da ausência —, seja (1) o "literal", provocado pela ausência de uma dissonância sonora, seja (2) o "simbólico", provocado pela ausência de uma memória, isto é, o silêncio como uma ruptura. Sendo proposto associá-los por meio de um estudo de caso.

No caso do silêncio simbólico, sua manifestação ocorre com o apagamento de uma memória urbana, ou ainda, a não construção de uma memória urbana. Lepetit[1] defende que existe, na cidade, uma convergência, no tempo presente. Apesar disso, Lepetit destaca a existência de uma demarcação clara dessas temporalidades distintas no tecido urbano das cidades, percebidas nas grandes intervenções urbanas ou então nas demais modificações cotidianas que alteraram as dinâmicas espaciais com o passar do tempo.

Há uma diferença entre silêncio e esquecimento. Pollak[2] apresenta que o esquecimento resulta em uma naturalização, enquanto o silêncio é sempre inquietante. Nessa perspectiva, há, então, o entendimento dos silêncios um tipo de resistência. Ao tratar de assuntos difíceis, alguns discursos partem para a estratégia da superficialidade. Porém, as quebras geradas no discurso e as palavras elipsadas, por vezes, chamam mais atenção que as frases verbalizadas. Nas cidades, essas interrupções da narrativa também ficam evidentes: por qual razão algumas histórias são preservadas e narradas com tantos detalhes e artifícios, enquanto outras não recebem o mesmo tratamento? Assim, ao observar as tentativas de apagamento nas cidades, torna-se propício direcionar atenção a esses trechos da narrativa que, apesar de não-ditos, silenciosos, vociferam como denúncias.

No caso do silêncio audível, é possível constatar sua importância em inúmeras representações culturais, como no filme O Som ao Redor (2013), ligar uma série de eletrodomésticos pode ajudar a conter latidos indesejados. Já no caso de caixas de som com alta intensidade, a solução passa a ser a destruição completa do objeto, à pauladas, como retratado na série Justiça (2024). Em abordagem similar, John Cage (1952), na obra

[1] LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana.** Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
[2] POLLAK, Michael. "**Memória, esquecimento, silêncio.**" In: Estudos Históricos,. Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.

4'33", cria uma pausa instrumental de quatro minutos e 33 segundos durante a performance da orquestra, gerando um silêncio, claramente percebido, que causa até incômodo, sendo possível ouvir apenas o corpo dos espectadores e os sons do mundo. Já no texto de Clarice Lispector, ela aguça a audição pelo contraste construído:

> "Eu sei criar silêncio. É assim: ligo o rádio bem alto – então de súbito desligo. E assim capto o silêncio. [...] No silêncio é que mais se ouvem os ruídos" [3].

Nas cidades, essa percepção também ocorre quando um fluxo de carros é interrompido ou embarreirado, sendo possível ouvir outros sons que estavam mascarados. Rego e Marat-Mendes[4], ao analisarem as Zonas Tranquilas de Lisboa, identificaram áreas intensamente relacionadas ao silêncio: bairros planejados, bairros históricos, grandes espaços verdes etc. Assim, o conceito de Zonas Tranquilas, como explicado pelas autoras, se relaciona com um contraste à dissonância urbana, uma tranquilidade aos ouvidos, uma descompressão. Assim, ao deparar-se com contrastes físicos — formais — o transeunte tende a voltar sua atenção para a paisagem sonora que está adentrando.

Porém, em regiões centrais da metrópole do Rio de Janeiro, torna-se quase impossível imaginar a presença dessas características de tranquilidade sonora, o que poderia levar ao entendimento de que essas Zonas Tranquilas estariam ausentes. De um modo geral, ao buscar esses silêncios, o pesquisador pode deparar-se com um processo complexo de identificação, sobretudo no contexto das grandes metrópoles, em maioria, dissonantes. Porém, algumas estratégias podem ser adotadas para condução da investigação.

Entende-se que esses lugares de silêncio na Cidade são escassos. No contexto carioca, o imaginário da paisagem sonora pode ser associado às ondas do mar, mesmo que a maior parte dos cariocas nunca tenha sequer presenciado essa escuta. Também no imaginário, essas ondas ainda podem estar acompanhadas do silêncio do seu murmúrio. Porém, no cotidiano, ao experienciar essa Cidade, até mesmo a experiência dessa escuta pode ser inviabilizada, tanto pelas transformações viárias das orlas[5], quanto pela difusão da eletroacústica. Na verdade, elencar lugares de silêncio no Rio de Janeiro — em vista da sequência de transformações urbanas ocorridas, sem planejamento sonoro, e dos eventos sonoros que, constantemente, comprimem a paisagem — torna-se cada vez mais desafiador.

Entre esses desafios, o silêncio desponta, ainda, como uma dicotomia, comum nos estudos da paisagem sonora, podendo oscilar entre "desejável" e "indesejável", enquanto percepção qualitativa que pode atingir limites paradoxais desde uma manifestação que representa uma tranquilidade até o amedrontamento[6].

---

[3] LISPECTOR, Clarice. **Um sopro de vida**. São Paulo: Círculo do Livro, 1978. P.59

[4] REGO, Andrea Queiroz; MARAT-MENDES, Teresa. **Forma Urbana e Paisagem Sonora: Estudo Comparado das Zonas Tranquilas de Lisboa: Pedrouços e Madre de Deus**. In: PNUM 2024 - Rede Lusófona de Morfologia Urbana, 2024, Belém, PA. Morfologias (re)existentes: Identidades, vivências e processos. Belém: UFPA, 2024

[5] REGO, Andrea. **Paisagens sonoras e identidades urbanas – Os sons nas crônicas cariocas e as transformações do Bairro de Copacabana (1905-1968)** (tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro., 2006.

[6] Ibid.

Nesse sentido, é possível entender que, no campo sonoro, o silêncio tanto pode ser desejável, como uma condição de saúde pública, descompressão sonora que possibilita o conforto sonoro, mas também como indesejável, pelo amedrontamento, pela insegurança da ausência de escutas de referência. Por exemplo, na transformação de uma centralidade comercial que, ao ser desocupada, deixa de tocar suas caixas sonoras com propagandas incessantes. Essa nova conformação gerada, apesar de silenciosa, pode representar uma área desativada da cidade e, ainda, o silenciamento daquele lugar, um apagamento. Conformando, possivelmente, silêncios indesejáveis audíveis e simbólicos. Nesse sentido, a associação desses silêncios, principalmente em torno dos seus processos de formação, desponta como um caminho para a identificação dos silêncios na paisagem.

Uma paisagem que foi silenciada precisou passar por uma transformação — demolição, arrasamento, remoção, deslocamento — e, normalmente, seguida de um apagamento, para tentar ocultar todo o processo. Esse apagamento resulta, então, inicialmente não em um silêncio, mas um hiato, uma suspensão que, em seguida, será novamente ocupada. Essa é a cidade que se apresenta como um palimpsesto[7], repleta de apagamentos, reinscrições e contrastes. Porém, ao observar esses contrastes, que conformam silêncios na atualidade, é possível identificar um passado em comum? Algumas arquiteturas e urbanidades estão mais propensas ao silenciamento?

> "o grito encontra finalmente a calma do silêncio, oscilando, assim, de um lugar de dissolução a outro"[8].

Esse trecho de Le Breton apresenta uma metáfora para as dores do cotidiano, que, segundo o autor, normalmente não são cessadas, mas transferidas, em um ciclo. Essa apreensão pode auxiliar a compreender os processos aqui investigados pelo seguinte levantamento.

As dores cotidianas urbanas podem estar, comumente, contidas em arquiteturas específicas — penitenciárias, hospitais, matadouros etc — as quais na Cidade do Rio de Janeiro foram normalmente posicionadas nas bordas, ocultas e distantes, para não terem seus gritos ouvidos. Porém, mediante à expansão urbana, a Cidade aproxima-se dessas bordas. Logo, torna-se difícil esconder essas camadas dolorosas da Cidade. Então, a situação, normalmente, é conduzida em duas etapas: encontrar um novo local para essas dores, o mais longe possível, para que as reclamações não possam ser ouvidas; e, então, partir para o apagamento, de preferência total, para não restar dúvidas de um passado doloroso e dissonante.

Dessa forma, é possível tecer uma associação entre o silêncio na paisagem com a ideia de dor na paisagem[9], dor como uma relação íntima e subjetiva, que depende da significação que ela reveste no momento em que afeta o indivíduo, capaz de despontar de um desencadeamento de camadas anteriores, uma experiência acumulada, relacionada com as impotências e fragilidades urbanas.

---

[7] PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Com os olhos no passado: a cidade como palimpseto**. Esboços: histórias em contextos globais, [S. l.], v. 11, n. 11, p. pp. 25–30, 2004.
[8] LE BRETON, David. **Antropologia da dor**. São Paulo: Unesp, 2013. P.42
[9] LE BRETON, op. cit.

Nesse sentido, o trabalho apresenta uma investigação por uma das arquiteturas da dor[10], arquiteturas que materializam memórias submersas e resistências silenciadas, marcada pela exclusão, violência simbólica e extermínio lento[11]. Porém, entre os apagamentos das arquiteturas da dor, que conformam contrastes e silêncios, também despontam traços — vestígios, sobreviventes — que auxiliam na investigação narrativa do processo.

> "A cidade que se vê, a cidade onde vivemos, abriga as cidades mortas, soterradas ou fantasmáticas do passado, a partir de traços que nos permitirão fazê-las despertar"[12].

Esses traços apresentados por Pesavento são apropriados pela metáfora da cidade palimpséstica. Isso pelo fato do palimpsesto apresentar apagamentos que não passam despercebidos, a tinta pode até ser raspada, mas a pressão dos traços no papel permanecem e denunciam a tentativa de apagamento. Por uma perspectiva similar, Meneses[13] apresenta os traços fósseis, que saltam como identificadores, ou denunciadores, das demolições. Dessa forma, além de auxiliarem na busca pelo silêncio, os traços contribuem para compreensão da paisagem anterior que foi transformada, mas que deixou, para o presente, testemunhos. Traços das arquiteturas da dor que ainda ressoam e são ressignificadas no presente.

Como objetivo geral, o trabalho propõe investigar silêncios audíveis e simbólicos nas refigurações do Complexo Frei Caneca. Em adição, para construir esse objetivo, foram elencados os seguintes objetivos específicos: (1) revelar, pela análise histórico-documental, o processo de conformação de silêncios relacionado ao apagamento de arquiteturas da dor na paisagem carioca; e (2) identificar, pelo estudo em campo, produções sonoras, escuta cotidianas e ressignificações na paisagem atual. Para alcance dos objetivos, foram utilizados, como métodos, a análise das fontes documentais, em diversas épocas, e o passeio sonoro[14], amplamente adotado nas investigações em campo da paisagem sonora.

Desenvolvimento - Vozes e Registros: a permanência de um silêncio

No presente objeto de estudo, o Complexo Frei Caneca, também nomeado anteriormente como Casa de Correção e Penitenciária Frei Caneca, a utilização do termo "complexo" é muito útil. Tanto pelo conjunto arquitetônico que o representa, quanto por suas intrínsecas refigurações (Figura 1).

---

[10] JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. **Arquitetura da Dor: Patrimônio Difícil, Memórias Submersas e Lugares Traumáticos da Escravidão nas Casas de Tradição Colonial da Chapada Diamantina**. Patrimônio e Memória, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 1–27, 2025.

[11] SILVA, William Germano da. **A ARQUITETURA COLONIAL DA DOR: TANATOPOLÍTICA E PRODUÇÃO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO RACIALIZADO**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 11, n. 10, p. 705–720, 2025

[12] PESAVENTO, op. cit. P.28

[13] MENESES, Ulpiano. **A paisagem como fato cultural**. In Turismo e Paisagem (p. 29–64). Contexto, 2002.

[14] TRUAX, Barry. **Acoustic Communication**. Westport: Greenwood, 2001

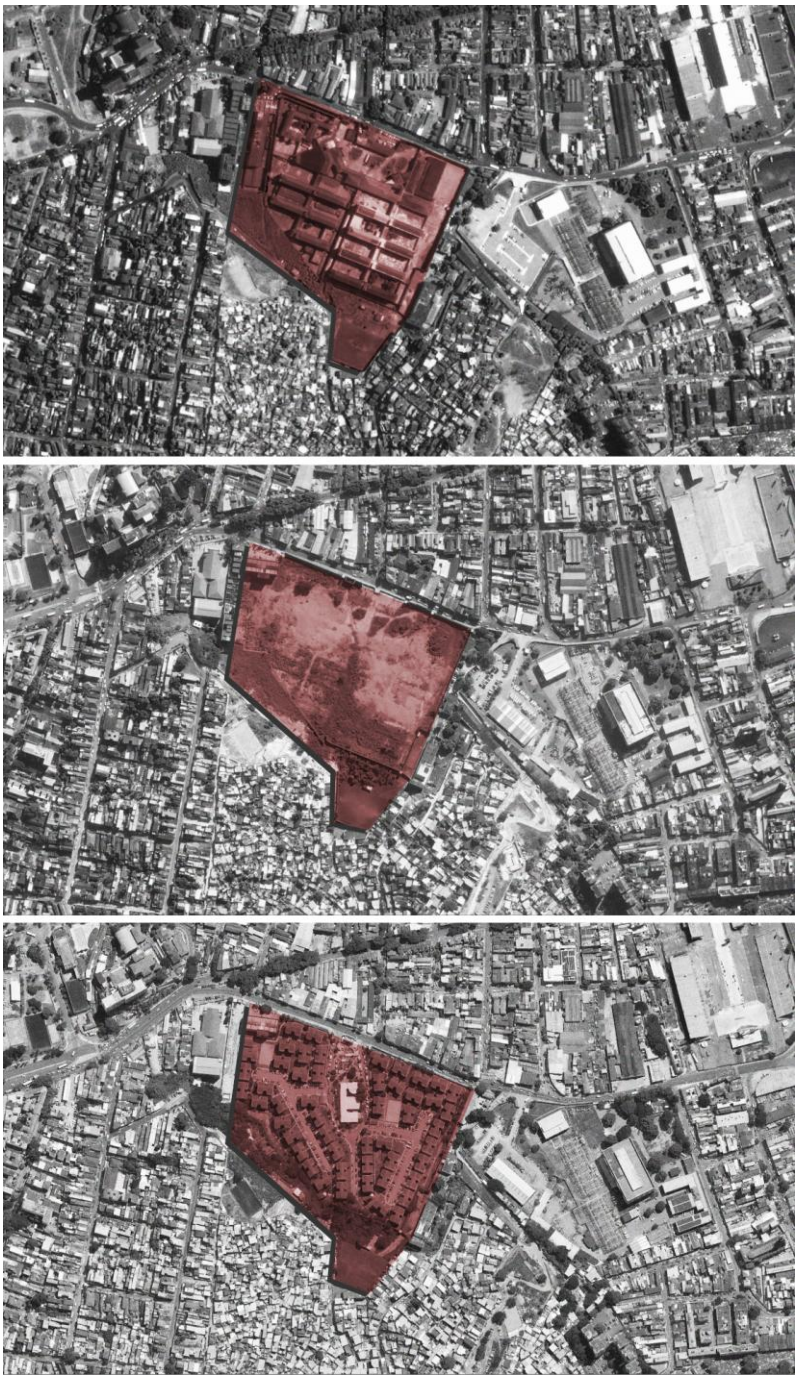


Figura 1 - Refigurações do Complexo. Elaborada pelos autores, adaptada de Google Earth, 2025

O início da construção desse Complexo, em 1834, marca o começo de um plano inaugurado em 1850, mas nunca completamente finalizado. Até 1930, não foram documentadas adições arquitetônicas, além de pequenos anexos. Já na década de 40, junto às novas dissonâncias sonoras, principalmente viárias, surgem outros ruídos que passam a incomodar alguns ouvidos da sociedade e, assim, são iniciados novos processos de silenciamento. Dessa forma, novos pavilhões, com 480 a 600 celas, são edificados, como proposta de ampliação para atender às "necessidades penitenciárias da cidade (sic)"[15]. Essa proposta também incluía a futura Penitenciária Central e uma exclusiva para

[15] ALVO, Luis González. **Cimentos fictícios da Cidade Penitenciária: Metáforas e projetos de reforma carcerária na Era Vargas (Rio de Janeiro, 1930-1945)**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 184, n. 491, p. 105–128, 2023.

mulheres. Anterior a essa alteração, as detentas permaneciam em celas conhecidas como "sala das damas", como a compartilhada por Nise da Silveira, Maria Werneck e Olga Benário.

Em 2010, manchetes intituladas "Presídio mais antigo do Brasil é implodido" percorreram as páginas de diversos jornais que registraram as últimas falas desse complexo personagem da paisagem carioca.

> "Hoje, nós iniciamos esta implosão, que precisa dar continuidade. Como o presídio é muito grande, paredes muito grandes, fortes, não há possibilidade de fazer a implosão em um dia só, porque poderia comprometer o entorno. Aqui, fica tão próximo do Sambódromo, que tem eventos importantes, principalmente o carnaval, onde recebemos tantas pessoas, tantos turistas. Não comporta mais esse Complexo Penitenciário aqui. Assim como, também, o Presídio do Município de Campos, hoje, está sendo desativado, mas ele não pode ser implodido porque é tombado."[16]

Essa curta entrevista, que precisou ser transcrita de um vídeo amador depositado no Youtube, atravessa boa parte das questões do presente trabalho. Primeiro, é importante destacar, novamente, que se trata de uma fala oficial, da então governadora da época. Nessa fala, é possível identificar a magnitude física do Complexo, pela dimensão material, mas, principalmente a magnitude simbólica, rodeada de dores. Ao afirmar que o local não comportava mais a Penitenciária, fica evidente o incômodo que esse objeto causava. Nesse sentido, a solução mais fácil — o que parece até irônico pelos esforços necessários — seria a demolição, oportuna já que não havia proteção patrimonial para dificultar o apagamento. Como destacado pela governadora, essa arquitetura carcerária não poderia estar próxima de tantas pessoas e tantos turistas. Aqui, a borda da dor é atingida. A estratégia de lançar as dores para as bordas atinge um colapso. Com tantas dores no caminho, como a Cidade pode ser usufruída? Como dor e Cidade podem conviver? O que fazer com essas dores produzidas pela Cidade?

O desmonte do Complexo foi iniciado em 2003 e em etapas, assim como a transferência dos encarcerados. Por esse motivo, na semana da implosão final, apenas os últimos 70 permanecentes precisaram ser deslocados para outros cubículos. Após dez segundos de implosões, todo — ou quase todo — o Complexo estava em pedaços. Após a demolição, a área ocupada pela Penitenciária foi destinada ao programa habitacional Minha Casa Minha Vida, sendo destinada aos Conjuntos Habitacionais Zé Keti e Ismael Silva, além de uma clínica da família e uma praça com ampla dimensão. Como largamente discutido, as habitações mais recentes, principalmente as destinadas aos programas de habitação popular, apresentam técnicas um tanto controversas. Ao ler que "curiosamente, os 50 edifícios do novo condomínio assumiram uma arquitetura que lembra muito a penitenciária"[17], é possível iniciar alguns debates.

Apesar de apresentar uma disposição similar, possivelmente, a afirmativa também pode ser associada a outras questões. A qualidade construtiva dos edifícios, ou a ausência dela. A dimensão das unidades, um tanto claustrofóbicas. As áreas de ventilação e iluminação

[16] Trecho de entrevista com a governadora da época (2006)
[17] MARTINS, Joana; NOBRE, Ana Luiza; SPERLING, David. **Aldeia Vertical**. Atlas do Chão, 2022.

sempre muito próximas às exigências mínimas de legislação. As condições de preservação. Nessa perspectiva, parece que outras condições permaneceram, mesmo após as implosões. Claro que comparar uma habitação popular com uma penitenciária pode parecer um tanto exagerado, mas, também parece exagerado o esforço das entidades públicas em perpetuar certas dores. Não pela memória, essa é sempre apagada pelas retroescavadeiras. Mas pela manutenção da dor das camadas mais vulneráveis da sociedade, sempre com novas formas de punição.

Parte da população selecionada para receber os apartamentos resultou de outros deslocamentos. Os deslizamentos ocorridos pelas chuvas de 2010 em outros morros cariocas e a remoção da Aldeia Maracanã. E, apesar dessa ação ter sido utilizada como campanha política, como uma grande generosidade da prefeitura e do estado para seus cidadãos, é importante lembrar que são essas próprias instituições que negligenciam a habitação — na verdade, a paisagem — das classes mais pobres. Tanto na proposição das remoções quanto no descuido que gera as catástrofes.

Porém, apesar de todas essas questões, também é importante destacar que há certa qualidade no que foi construído. Talvez não pelos aspectos materiais, mas por outros. A localização, em si, é interessante e poderia, inclusive, ter sido lançada à especulação. Seja pela centralidade ou pelo carnaval. Além disso, como será apresentado, a qualidade sonora, na perspectiva urbana, também é um aspecto positivo desse Complexo. Estar na presença de um som indesejado é ruim por si só. Porém, conviver com ele diariamente agrava ainda mais a dor, por isso a importância de projetos que construam uma paisagem sonora tranquila, especialmente no âmbito de habitações voltadas para as camadas menos favorecidas da população, são muito desejáveis. A promoção ao direito a uma paisagem sonora tranquila como uma questão de favorecimento para além da saúde pública.

Para compreender parte desse quadro atual, foi realizado um passeio sonoro no Complexo, na manhã do dia 6 de julho de 2026[18]. Foram utilizados um gravador Zoom H4n, um sonômetro Instrutherm DEC-490 e um celular para registro fotográfico. E, para representação das investigações, uma cartografia sonora, em duas partes: na Figura 2, um mapa sonoro, com os sons ouvidos ao longo do percurso, adaptado dos mapas desenvolvidos por Southworth[19] e por Soares e Rego,[20]; e, na Figura 3, uma sequência fotográfica dos pontos e seus espectros sonoros.

[18] As gravações podem ser ouvidas em: https://soundcloud.com/anonymous-soundscaper/sets/passeio-sonoro-complexo-frei?si=e987117db5254cc4ac2d728cb92abffa&utm_source=clipboard&utm_medium=text&utm_campaign=social_sharing

[19] SOUTHWORTH, Michael. **The sonic environment of the cities** [dissertação de mestrado]. Cambridge, MIT, 1967.

[20] SOARES, Ingrid; REGO, Andrea. **Uma trajetória sonora: a paisagem de Campo Grande (RJ) e prospecções para o projeto urbano**. Revista de Morfologia Urbana, [S. l.], v. 11, n. 1, 2023.



Figura 2 - Cartografia sonora I. Elaborada pelos autores, 2026

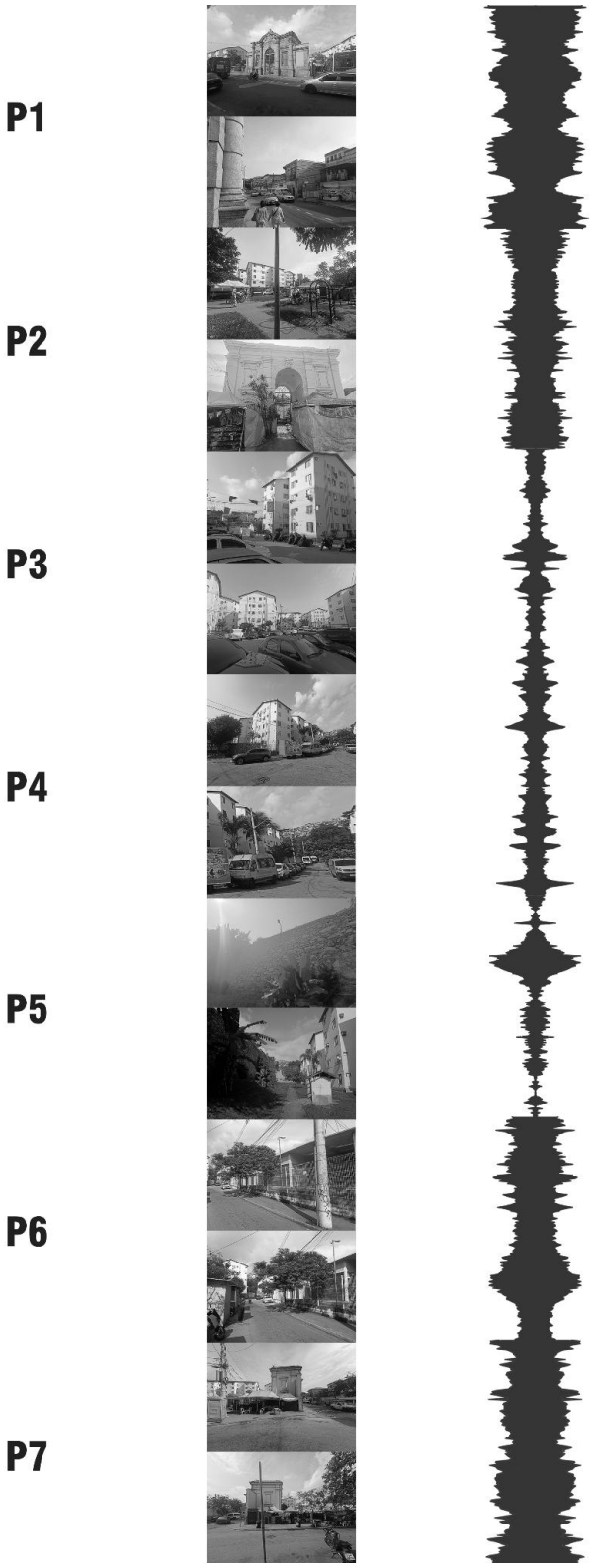


Figura 3 - Cartografia sonora II. Elaborada pelos autores, 2026

No ponto 1 (P1), na Rua Frei Caneca, a paisagem sonora apresentou um maestro muito bem definido: o tráfego veicular. Impossível não ser mencionado ou ouvido ao tratar de dissonância nas cidades. E, como previsto por João do Rio há mais de 100 anos, o automóvel demandou uma era inteiramente sua.

> "Para que a éra se firmasse fôra precisa a transfiguração da cidade. E a transfiguração se fez como nas féerias fulgurantes, ao tan-tan de Satanaz. Ruas arrazaram-se, avenidas surgiram, os impostos aduaneiros cahiram, e triumphal e desabrido o automovel entrou, arrastando desvairadamente uma catadupa de automoveis."[21]

Como resultado de todas as transformações e políticas urbanas voltadas para os automóveis, que ainda estão em vigor no contexto brasileiro, gerou-se não apenas uma era dos automóveis, mas uma paisagem. De modo equivalente, no caso da paisagem sonora, após diversas ações despreocupadas com o desenho acústico, foi produzida uma paisagem em que, por vastos trechos, apenas os veículos podem ser ouvidos. Como observado nos espectros da Figura 4, principalmente referentes a P1, o som dos automóveis surge em grandes ondas, comprimidas e homogêneas, que despontam em ciclos — definidos pela abertura e pelo fechamento dos semáforos. Essas ondas também são percebidas em outras cidades tomadas pelos automóveis, sob escutas das mais distintas sensibilidades.

> "Quando a insônia, mal dos filósofos, aumenta pelo nervosismo devido aos barulhos da cidade, [...] encontro paz em viver as metáforas do oceano. Sabe-se que a cidade é um mar barulhento, já se disse muitas vezes que Paris faz ouvir, no meio da noite, o murmúrio incessante das ondas e das marés." [22]

Apesar de parecer inimaginável comparar o som dos carros ao dos oceanos, Bachelard não estava tão desamparado pela física. Realmente, as grandes ondas sonoras dos automóveis assemelham-se às ondas do mar. Ao tratar de sons, é possível seguir por um caminho mais direcionado à acústica, mas, também por uma investigação mais qualitativa, com ênfase na percepção dos sons e nos domínios sensíveis da escuta. Porém, na verdade, acaba que ambas as abordagens tornam-se indissociáveis.

Assim como a poética de Bachelard pode ser amparada pelos conceitos ondulatórios, outras aproximações são possíveis e, ainda, facilitadoras da compreensão da paisagem sonora. Ao caminhar entre P1 e P2, por exemplo, foi possível experienciar o efeito sonoro de corte[23], em que há uma percepção rápida de transição entre paisagens sonoras distintas. Em menos de 50 metros de caminhada, estavam manifestadas tanto a redução dos níveis de pressão sonora dos espectros quanto a recomposição do corpo e da escuta, em gestos mais calmos e contemplativos. A velocidade do corpo e dos sons, que acompanhava os veículos, passa a ser reorquestrada. O contraste na partitura da Cidade estava explícito.

No ponto 2 (P2), na praça do Complexo, é possível começar a compreender a escuta da paisagem sonora a partir de outras camadas para além dos motores e das buzinas. A partir desse ponto, a escuta da paisagem torna-se mais profunda. Como apresentado por Schafer[24], uma das categorizações mais amplas da paisagem sonora, que auxilia na

---

[21] RIO, João do. **Vida Vertiginosa**. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1911. P.4

[22] BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993. Pp. 44-46

[23] AUGOYARD, Jean François; TORGUE, Henry. **Sonic experience: a guide to everyday sounds**. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2005.

[24] SCHAFER, R. Murray. **The soundscape: our sonic environment and the tunning of the world**. New York: Knopf, 1977.

conscientização da escuta, apresenta três grandes camadas: biofonia, sons dos organismo; geofonia, sons dos fenômenos naturais; e antropofonia, sons dos humanos. Durante todo o percurso, os sons antropofônicos continuaram presentes, porém, na medida em que o Complexo foi sendo adentrado, as outras camadas puderam compor a paisagem. Nesse ponto (P2), havia música, conversas e anunciações comerciais. Mas, também já era possível ouvir o canto dos pássaros e o farfalhar das folhas movidas pelo vento. Aqui, o alcance da escuta começa a ser ampliado. Ouvidos e corpos mais relaxados.

No ponto 3 (P3), no Ismael Silva, alguns dos aspectos das Zonas Tranquilas[25] já puderam ser presenciados, como: presença de espaços livres e arborização; malha viária curvilínea e com velocidade limitada; gabarito das edificações baixo; e predominância habitacional. Nessa perspectiva, seja pela associação recorrente entre silêncio e áreas verdes, ou pela condição de sombra acústica proporcionada pela disposição dos edifícios, havia uma alta percepção do silêncio, sendo o componente principal dessa paisagem. Aqui, foi possível ouvir — além de latidos e movimentações em passos lentos dos caminhantes — algumas paisagens mais distantes, como o canto de um galo provindo do Morro de São Carlos.

No ponto (P4), apesar de estar em um cruzamento de vias internas, até os carros que passavam não eram tão ruidosos. Tanto pelo tipo de traçado viário, que impossibilita grandes retas para aceleração, quanto pela limitação de velocidade, que acalma os motores. Em uma era do automóvel, a modulação da paisagem é dada, muita das vezes, pela velocidade dos carros, por isso a importância em considerar esses aspectos no desenho das cidades. Nesse ponto (P4), havia uma escuta concentrada, propiciada pela abertura do campo físico, sem grandes obstáculos. Os sons podiam ser propagados livremente, convidando uma pausa para a escuta. Quase tudo podia ser escutado, até a leve trepidação dos portões. Porém, não como uma escuta comprimida e saturada, mas uma escuta plural e qualificada.

No ponto 5 (P5), no Zé Keti, a percepção do silêncio foi ainda mais forte. Nesse sentido, como observado na Figura 2, é um dos pontos com maior possibilidade de escuta, por exemplo, pela experiência de ouvir o vento, ato tão raro no cotidiano das grandes cidades. Até mesmo o som dos aviões que cruzavam o céu, e estavam mascarados pelos sons das vias, foram revelados. Nesse ponto, entre o antigo muro e atuais edifícios habitacionais, pela condição de escuta, os próprios sons internos das edificações foram alcançados. Movimentação de portas. Manuseio de ferramentas de construção. Arrastar de móveis. Utilização de eletrodomésticos. Esse fenômeno, em que o campo sonoro externo possibilita a escuta do interior, indica uma paisagem propícia aos ouvidos. Apesar do silêncio ter permanecido no Complexo, sua conformação não é mais a mesma. O que antes era encarado como uma prática de silenciamento torna-se, agora, um direito à escuta. Aqui, a competição não era qual motor produzia mais ruído, mas qual animal soava mais alto, pássaros ou micos.

No ponto 6 (P6), próximo à Clínica da Família, a paisagem era composta tanto por sons relacionados ao movimento — pelo caminhar e pelo chiado de carrinhos de compra — quanto sons em repouso. A Clínica, aberta para o exterior em vários trechos, também aproveitava o silêncio, propício para suas práticas. Nessas aberturas, os usuários presentes na Clínica também aproveitavam a paisagem sonora, seja pela contemplação ou auxiliando em sua composição, com conversas descontraídas, sob gestos relaxados.

[25] Rego; Marat-Mendes, op. cit.

Ao retornar para o espectro sonoro da Figura 4, é possível observar um certo espelhamento. De uma dissonância a outra, com silêncios predominantes no meio. Nos pontos 1 e 7, compressões sonoras pelos sons viários. Nos pontos 2 e 6, uma diferença já expressiva tanto nos níveis sonoros quanto na qualidade dos sons, entre músicas e rodas de conversa. Já nos pontos 3, 4 e 5, um espectro mais rarefeito, o que não significa a ausência dos sons, mas intervalos entre eles. Apesar do silêncio absoluto não existir na paisagem, na medida em que o percurso avançou para os pontos 3, 4 e 5, a percepção do silêncio foi maior, associado à vitalidade sonora urbana.

No ponto 7 (P7), nesse caminho de volta à Rua Frei Caneca, os sons dos motores e das buzinas retornam aos ouvidos. Porém, por conta de uma pequena sombra acústica provocada pelo Portal, nos momentos em que os semáforos fechavam, os sons da Praça reocupavam a paisagem. Ciclos. Pausas entre dissonâncias. Intervalos entre dores. Esse Portal, que testemunhou todos os quadros e as refigurações do Complexo, apesar de não ter sido deslocado ou implodido, não permaneceu estático. Pelo contrário, recebeu intervenções e outros significados. Aos olhos da rua, o Portal ainda causa certo impacto, pela magnitude, além do estranhamento pelo contraste e destacamento. Já aos olhos do Complexo, torna-se um suporte para as apropriações. Seja pela sombra, pela possibilidade de apoio das barracas e tendas instaladas na Praça ou até mesmo pela fixação de uma antena de televisão, o Portal foi presentificado pelo Complexo. Um cenário bastante interessante ao tratar das sobrevidas desses traços que permanecem entre demolições. Diacronismos que permeiam os significados do Portal tanto no passado quanto no presente

Ao longo do percurso, cada som — e silêncio — dessa paisagem manifestou-se em uma camada distinta. Muito voltado para a forma, velocidade e o tempo em que estava inserido. Esses diferentes tons assumem, então, o domínio da reverberação no cotidiano e uma atenção tanto às diferentes composições da paisagem sonora quanto às modulações e aos efeitos provocados nos ouvidos e corpos que vivenciam essa paisagem. Enquanto uns estavam correndo para o trabalho, outros — possivelmente os homens lentos de Milton Santos[26] — permaneciam sentados na Praça, em um manifesto contra a dissonância lucrativa. Ao sair do Complexo, havia uma outra paisagem.

Considerações finais

Pelo que parece, as arquiteturas da dor, na língua das expansões, são vistas como um escape à saturação. No momento em que a cidade precisa de mais espaço para especulação e expansão, essas arquiteturas tornam-se o obstáculo para uma tábula rasa, uma folha em branco para novas explorações. Por enquadrarem-se em um grupo de arquiteturas que provocam certo distanciamento das políticas de preservação, os apagamentos, tanto físicos — objeto construído — quanto simbólicos — objeto de memória — ocorrem de forma muito facilitada e quase que em totalidade. Porém, justamente por conta desse processo, cria-se um contraste no tecido e, assim, algumas características de potenciais Zonas Tranquilas podem surgir, promovendo outras escutas. Inclusive escutas de passados que gritam entre os arrasamentos.

Nesse sentido, o trabalho buscou utilizar alguns dos variados métodos disponíveis, com ênfase nas refigurações do Complexo e na conformação dessa paisagem no presente. Nesse sentido, com amplo apoio do passeio sonoro, foi possível observar a conformação

[26] SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994

dessas características e, principalmente, os efeitos percebidos pela escuta e que modulam os corpos e ouvidos ao experienciar esse percurso. O silêncio, como evidenciado, tomou outro significado: uma pausa para a escuta e produção sonora, condição muito propícia para outras apropriações em um cotidiano tão veloz e dissonante. O presente trabalho é um recorte de uma pesquisa maior que busca investigar os silêncios na paisagem carioca, observando tanto as permanências quanto as transformações urbanas. Dessa forma, com base nos resultados, seria possível avançar para outras investigações. Além de abrir um debate para futuros desdobramentos, em torno de outros objetos, abordagens, e projeções. Os resultados, portanto, reforçam as diversas investigações possíveis em torno dessa Cidade Palimpséstica em transformação.

Bibliografia

ALVO, Luis González. **Cimentos fictícios da Cidade Penitenciária: Metáforas e projetos de reforma carcerária na Era Vargas (Rio de Janeiro, 1930-1945)**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 184, n. 491, p. 105–128, 2023.

AUGOYARD, Jean François; TORGUE, Henry. **Sonic experience: a guide to everyday sounds**. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2005.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega de. **Arquitetura da Dor: Patrimônio Difícil, Memórias Submersas e Lugares Traumáticos da Escravidão nas Casas de Tradição Colonial da Chapada Diamantina**. Patrimônio e Memória, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 1–27, 2025.

LE BRETON, David. **Antropologia da dor**. São Paulo: Unesp, 2013.

LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana**. Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

LISPECTOR, Clarice. **Um sopro de vida**. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.

MARTINS, Joana; NOBRE, Ana Luiza; SPERLING, David. **Aldeia Vertical**. Atlas do Chão, 2022.

MENESES, Ulpiano. **A paisagem como fato cultural**. In Turismo e Paisagem (p. 29–64). Contexto, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Com os olhos no passado: a cidade como palimpseto**. Esboços: histórias em contextos globais, [S. l.], v. 11, n. 11, p. pp. 25–30, 2004.

POLLAK, Michael. "**Memória, esquecimento, silêncio**." In: Estudos Históricos,. Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.

REGO, Andrea. **Paisagens sonoras e identidades urbanas – Os sons nas crônicas cariocas e as transformações do Bairro de Copacabana (1905-1968)** (tese de

doutorado). Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro., 2006.

REGO, Andrea Queiroz; MARAT-MENDES, Teresa. **Forma Urbana e Paisagem Sonora: Estudo Comparado das Zonas Tranquilas de Lisboa: Pedrouços e Madre de Deus**. In: PNUM 2024 - Rede Lusófona de Morfologia Urbana, 2024, Belém, PA. Morfologias (re)existentes: Identidades, vivências e processos. Belém: UFPA, 2024.

RIO, João do. **Vida Vertiginosa**. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1911..

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994

SCHAFER, R. Murray. **The soundscape: our sonic environment and the tunning of the world**. New York: Knopf, 1977.

SILVA, William Germano da. **A ARQUITETURA COLONIAL DA DOR: TANATOPOLÍTICA E PRODUÇÃO DO SOFRIMENTO PSÍQUICO RACIALIZADO**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 11, n. 10, p. 705–720, 2025

SOARES, Ingrid; REGO, Andrea. **Uma trajetória sonora: a paisagem de Campo Grande (RJ) e prospecções para o projeto urbano**. Revista de Morfologia Urbana, [S. l.], v. 11, n. 1, 2023.

SOUTHWORTH, Michael. **The sonic environment of the cities** [dissertação de mestrado]. Cambridge, MIT, 1967.

TRUAX, Barry. **Acoustic Communication**. Westport: Greenwood, 2001

Projeto de arquitetura nas concessões aeroportuárias brasileiras (2011-2025)

Lucas Nadalini Romero
Universidade Presbiteriana Mackenzie
lucasnadalini@gmail.com

Maria Isabel Villac
Universidade Presbiteriana Mackenzie
belvillac@gmail.com

Resumo: A pesquisa de mestrado em desenvolvimento propõe uma análise dos projetos de arquitetura para reforma e ampliação de aeroportos brasileiros, no contexto do processo de concessões de infraestruturas aeroportuárias federais promovido pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), a partir de 2011. Para o desenvolvimento da pesquisa foram eleitos dois estudos de caso, o Aeroporto Internacional de Belo Horizonte / Confins e o Aeroporto Internacional de Florianópolis. A metodologia de análise é fundamentada no processo de redesenhar o projeto, referenciando-se no livro *Leituras Críticas* de Ruth Verde Zein, e em dissertações e teses de outros autores. Para esse propósito serão utilizadas diversas bases para os redesenhos, como pranchas dos projetos executivos e imagens de publicações, buscando transformá-los em desenhos interpretativos. Este trabalho apresenta uma análise sobre o projeto de arquitetura para reforma e ampliação do Aeroporto Internacional de Belo Horizonte / Confins, desenvolvido pela Bacco Arquitetos (2017), desenvolvida sobre as bases disponíveis na publicação dedicada a obra na edição número 38 da revista Monolito, a partir das quais, foram selecionados cortes ampliados para serem redesenhados e transformados em perspectivas isométricas que ilustram as técnicas construtivas.

Palavras chave: arquitetura, aeroporto, concessões, redesenho, projeto

1.Introdução

A pesquisa de mestrado em desenvolvimento é fundada sobre duas experiências do autor, sendo a primeira, a colaboração no desenvolvimento dos projetos de arquitetura para reforma e ampliação do Aeroporto Internacional de Recife e do Aeroporto Estadual de Ribeirão Preto, trabalhando na Bacco Arquitetos entre 2020 e 2025, e a segunda, o envolvimento com a área de pesquisa em projeto de arquitetura, a partir de aulas de pós-graduação em arquitetura e urbanismo frequentadas como aluno especial em período anterior a pesquisa. Derivado dessas experiências é que se constitui o interesse em se conciliar prática projetual e pesquisa acadêmica.

Segundo a página oficial do governo federal, em 2011, coordenado pela ANAC (Agência Nacional de Aviação Cívil), inicia-se o programa de concessão de infraestruturas aeroportuárias federais no Brasil, através do qual até o ano de 2025, mais de cinquenta aeroportos tiveram sua administração transferida de uma empresa estatal, a Infraero, para concessionárias privadas nacionais e estrangeiras, com objetivo de atrair investimento para reformas e ampliações. Tendo em vista que o processo de concessão de dezenas de aeroportos ocorreu de forma organizada, de maneira a estabelecer uma grande demanda para a construção civil, o interesse da pesquisa é refletir acerca da relação entre o assunto e o exercício da arquitetura. Entende-se que este assunto diz respeito à questão do desenvolvimento nacional, da atualização e manutenção de infraestruturas e da possibilidade de tradução deste processo em um catalisador da indústria da construção civíl brasileira.

A pesquisa fundamenta-se a partir do levantamento, descrição e interpretação do histórico da construção de aeroportos no Brasil, mas principalmente, a partir da análise dos projetos de arquitetura para reforma e ampliação desenvolvidos para os aeroportos concedidos. Para este propósito foram eleitos alguns estudos de caso, sendo um deles, o Aeroporto Internacional de Confins - Tancredo Neves, desenvolvido pelo escritório Bacco Arquitetos, e o Aeroporto Internacional de Florianópolis, desenvolvido pelo escritório Biselli Katchborian. A escolha dos estudos de caso fundamenta-se, primeiramente por terem sido construídos e estarem em operação, mas principalmente em função da relevância nacional, da escala internacional e também por e terem sidos desenvolvidos por escritórios liderados por arquitetos que se formaram e lecionaram na FAU Mackenzie.

A pergunta que motiva a pesquisa é, se a análise dos projetos de arquitetura para reforma e ampliação desenvolvidos para esses estudos de caso, pode revelar de que forma foram abordadas às questões da industrialização, da sustentabilidade e da tropicalização dessa tipologia de infraestrutura. O principal objetivo da pesquisa é o de desenvolver uma interpretação destes projetos para responder a esta pergunta, a partir de diferentes análises fundamentadas em métodos e referências teóricas pertinentes. Acredita-se que esta reflexão possa contribuir como conhecimento transmissível para pesquisadores e projetistas interessados ou empenhados no assunto.

2. Redesenhar como método de análise

Em seu livro *Leituras Críticas*, Ruth Verde Zein, introduz a questão de como se faz análise de uma obra, explicando como essa questão se relaciona com a área de pesquisa de projeto de arquitetura, e como essa relação indica uma possibilidade de conectar projeto, pesquisa, teoria e crítica, de forma que o exercício da reflexão crítica e da ponderação teórica, possam transbordar no ato da produção projetual. A autora explica que a façanha de se compreender qualquer obra de arquitetura por completo deve ser

renunciada, mas que talvez seria possível estabelecer um método claro, verificável, transmissível e plausível.[1]

Na continuidade do texto, Zein reformula a questão inicial apresentando certa inquietação pelo fato de reconhecer uma outra questão dentro desta, que seria a respeito da finalidade dessa análise ou pesquisa. A autora reforça o questionamento do porque queremos compreender melhor certa obra ou conjunto de obras, com a pergunta de que "para qual cozido estamos as invocando", e explica que sua motivação em efetuar a leitura de algumas obras fundamenta-se na questão de como se projeta em arquitetura, justificando que efetuava essa leitura pelo desejo de projetar melhor.[2]

Para desenvolver o assunto, Zein apresenta a referência do texto I*deologia modernista e ensino de projeto arquitetônico:duas proposições em conflito* (1986), de Carlos Eduardo Dias Comas, explicando que o autor demonstra a necessidade de haver um reconhecimento crítico e referenciado de um variado repertório de obras como ferramenta de projeto e de ensino. A autora explica que o reconhecimento de outras obras, no processo de projeto de nossa obra, é reconhecimento crítico, pois manifesta critérios de escolha do que nos interessa estudar, tratando-se portanto de um conhecimento referenciado, pois neste processo referenciamos nossa obra em um determinado conjunto de obras, e também, nossa obra se torna referência para esse conjunto.

Segundo Zein é preciso admitir que as obras a serem analisadas foram elaboradas através de elementos não verbais ou não textuais, como desenhos, croquis e maquetes, a autora questiona se não seria possível ou até mais correto realizarmos essa análise principalmente ou exclusivamente através das mesmas ferramentas, mas reconhece que a intrínseca utilização de ferramentas verbais ou textuais em análises de obra, e também, no propósito da pesquisa acadêmica de produzir conhecimento transmissível aos pares e a uma comunidade mais ampla. Complementando, a autora afirma que o desenvolvimento de uma descrição textual de uma obra, é parte fundamental da análise.

[1] "Como se faz uma análise de obra? Tenho escutado com alguma frequência essa pergunta quase sempre após apresentar em aulas, congressos e seminários meus próprios estudos referenciados sobre algumas obras de arquitetura moderna e contemporânea. [...] a pergunta parece surgir, e até com mais intensidade quando complemento essas explanações com algumas considerações sobre a possibilidade – e mesmo, a necessidade – de se incrementar esse tipo de reflexão teórico-prática como ferramenta básica de exploração de certas potencialidades do campo, ainda em construção (mas que já vem sendo palmilhado por muitos) da pesquisa em projeto de arquitetura." (ZEIN, 2022, p. 51).

[2] "Vou repropor a pergunta inicial, nos termos que eu gostaria que ela me tivesse sido dirigida: como se faz para se atingir um certo nível de reconhecimento crítico e referenciado de uma obra, que permita conhecê-la em maior profundidade, no seio de uma pesquisa acadêmica, e com a finalidade de... De quê mesmo? Para qual objetivo mesmo?" (ZEIN, 2022, p. 53).

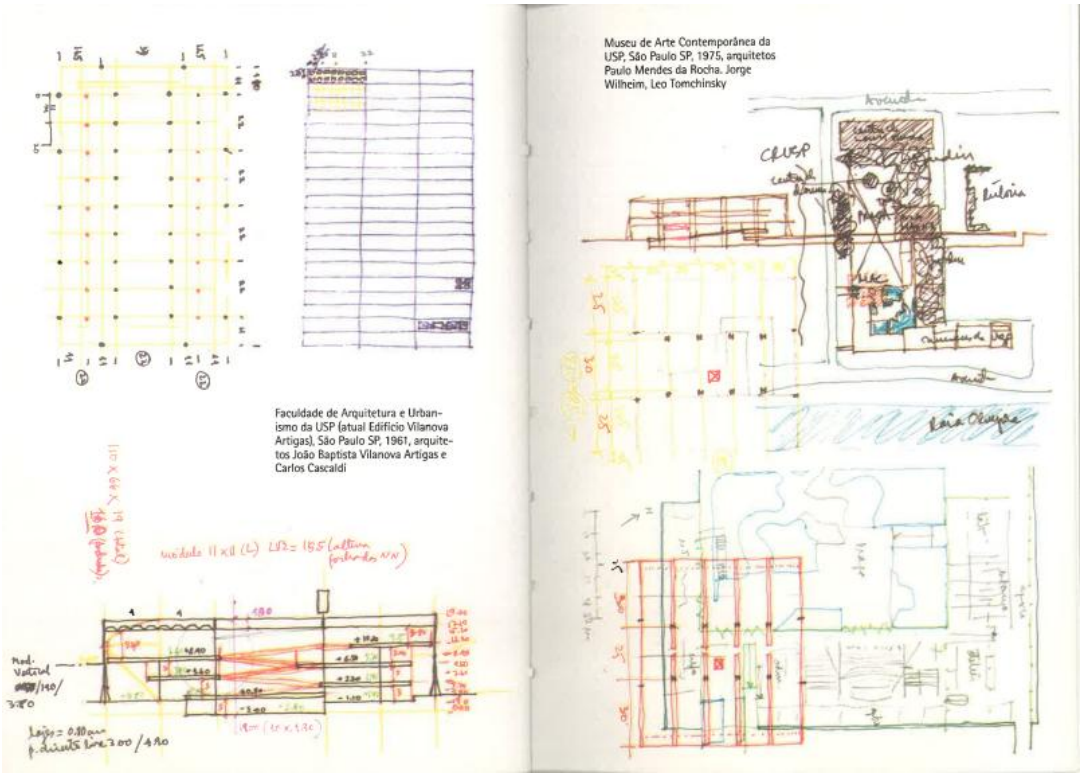


Imagem 01 - Leituras Críticas - Ruth Verde Zein

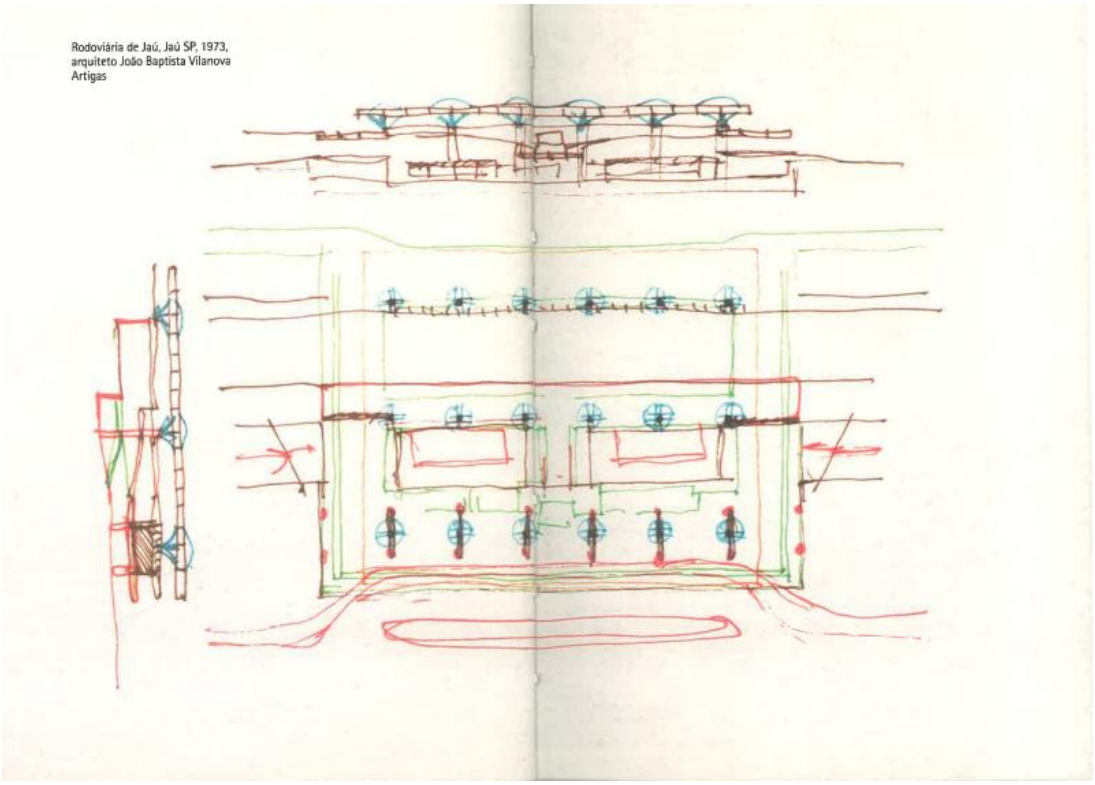


Imagem 02 - Leituras Críticas - Ruth Verde Zein

Os desenhos que ilustram seu livro, Zein explica que foram desenvolvidos ao elaborar sua dissertação de mestrado *Arquitetura brasileira, escola paulista e as casas de Paulo mendes da Rocha* e sua tese de doutorado *Arquitetura da escola paulista brutalista 1953-1973*, como parte do processo de conhecimento das obras. A autora comenta que os

desenhos eram feitos a mão, utilizando-se lápis de cor ou canetas coloridas, propondo uma interpretação gráfica sobre o desenho vetorial plotado, com o propósito de se permitir certa imersão nas abstrações da representação bidimensional para conhecer melhor a obra intelectualmente, da mesma forma que as visitas permitem conhecer melhor a obra física e sensorialmente.

Orientados pela autora em seus mestrados na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, alguns pesquisadores desenvolveram suas teses e dissertações pautadas na análise de projetos de arquitetura, recorrendo ao redesenho dos projetos como método de análise. O orientando Edson Lucchini, desenvolveu uma análise das obras de habitação coletiva vertical desenvolvida pelo arquiteto Franz Heep em São Paulo na década de 1950, e em sua dissertação explica seu processo de redesenhar digitalmente plantas, cortes, elevações e modelos, e argumenta que através da manipulação gráfica destes, constitui-se a sistematização que possibilita a visualização e entendimento dos projetos.

Dentre outros pesquisadores que se apropriaram de métodos similares para análise de projetos, é possível citar Fausto Sombra, orientado por Abilio Guerra em sua tese de doutorado, *Três pavilhões de Sérgio Bernardes*, Bruno Manso, orientado por Anália Amorim em sua dissertação de mestrado *Projetar o edificado: um ensaio sobre o Santapaula Iate Clube, de Artigas e Cascaldi,* e Mario Tavares, orientado por Tatiana Sakurai em sua dissertação de mestrado *De edifício-sede a condomínio-edifício: Marcello Fragelli e o processo de projeto do Condomínio São Luiz (1971-1989*).

Fundamentando-se nessas referências, é proposto como método de análise dos projetos dos estudos de caso da pesquisa, o redesenho de plantas, cortes, elevações e modelos, a partir de suas fontes primárias e publicações, buscando transformar desenhos técnicos em desenhos interpretativos.

Dessa forma, neste trabalho pretende-se registrar os ensaios de análise do projeto para reforma e ampliação do Aeroporto Internacional de Belo Horizonte/Confins a partir da publicação na Revista Monolito, em sua edição nº38, de 2018.

3.Contextualização Histórica

Na desenvolvimento da pesquisa, para o propósito de se descrever o histórico da construção de aeroportos no Brasil, em primeiro lugar foi preciso reconhecer que, o que hoje compreendemos como aviação, é fruto de uma sobreposição de avanços culturais, científicos e tecnológicos que antecedem a ideia do avião ou do aeroporto. O sonho de voar era antigo, a história da conquista do céu passou por diversas etapas, através das quais, destaca-se o pioneirismo brasileiro.

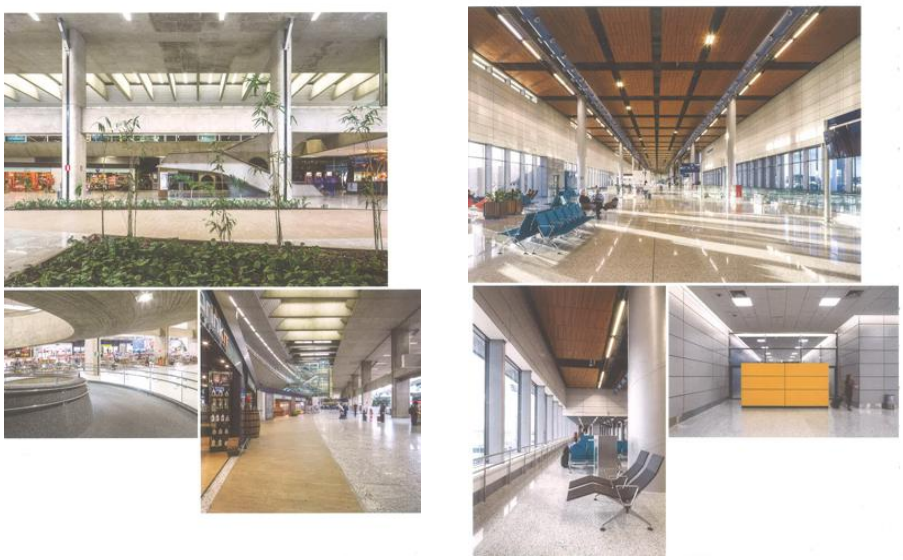
Em 1906, no Parque de Bagatelle em Paris, local onde já se realizavam atividades com balonismo, dirigíveis, planadores e outros protótipos, Alberto Santos Dumont executou seus primeiros testes de vôo utilizando o modelo *14-Bis*. Em função de uma atualização no motor entre os testes, o *14-Bis* tornou-se o primeiro modelo com propulsão própria capaz de realizar uma decolagem autônoma, e registrando a distância percorrida de 60 metros, entre 2 e 3 metros de altura e a 30 quilômetros por hora. Nesta ocasião, Dumont foi contemplado com o prêmio promovido por Enerst Archdeacon, fundador do *Aéro-Club de France.* Apenas quatro anos depois, em Osasco, Dimitri Sensaud de Lavaud realizou feitos parecidos em sua propriedade, onde desenvolveu e testava seus próprios

modelos.. Em 1914, Eduardo Pacheco Chaves, aviador pioneiro descendente da elite cafeeira paulista, realizou os primeiros voos da história de Santos a São Paulo e de São Paulo ao Rio de Janeiro, com o modelo comercial francês *Blériot XI*. Nesse contexto, no Brasil as decolagens e pouso aconteciam de campos no interior, nas praias no litoral (através do uso de hidroaviões) e nas cidades em hipódromos, várzeas, e campos abertos.

Dentre os primeiros aeroportos do Brasil, destacam-se o Aeroporto Campo de Marte em São Paulo (1929), criado para abrigar a Escola de Aviação Militar da Força Pública do Estado, o Aeroporto da Pampulha em Belo Horizonte (1933), tendo seu terminal projetado por Raphael Hardy Filho inaugurado em 1954, o Aeroporto Santos Dumont no Rio de Janeiro (1936), tendo seu primeiro terminal projetado por Marcelo Roberto e Milton Roberto e inaugurado em 1945, o Aeroporto de Congonhas em São Paulo (1936), criado para substituir as operações no Campo de Marte, e tendo seu primeiro terminal projetado por Hernani do Val penteado inaugurado em 1950, e o Aeroporto de Brasília (1955), tendo seu primeiro terminal projetado por Jacy Guimarães inaugurado em 1957.
O Aeroporto de Belo Horizonte/Confins - Tancredo Neves, um dos estudos de caso da pesquisa desenvolvida, escolhido como objeto do presente artigo, foi projetado por Milton Ramos e inaugurado em 1984, com a finalidade de acomodar a demanda não suportada pelo Aeroporto da Pampulha, que não apresentava condições para ser ampliado adequadamente. Em 2013, durante a 3ª rodada de concessões aeroportuárias a administração do aeroporto passou para a BH Airport, grupo formado pelas concessionárias CCR e Zurich Airport, tendo sua obra de reforma e ampliação inaugurada em 2017, com projeto de arquitetura desenvolvido pela Bacco Arquitetos.

4. Publicação do projeto e bases de análise

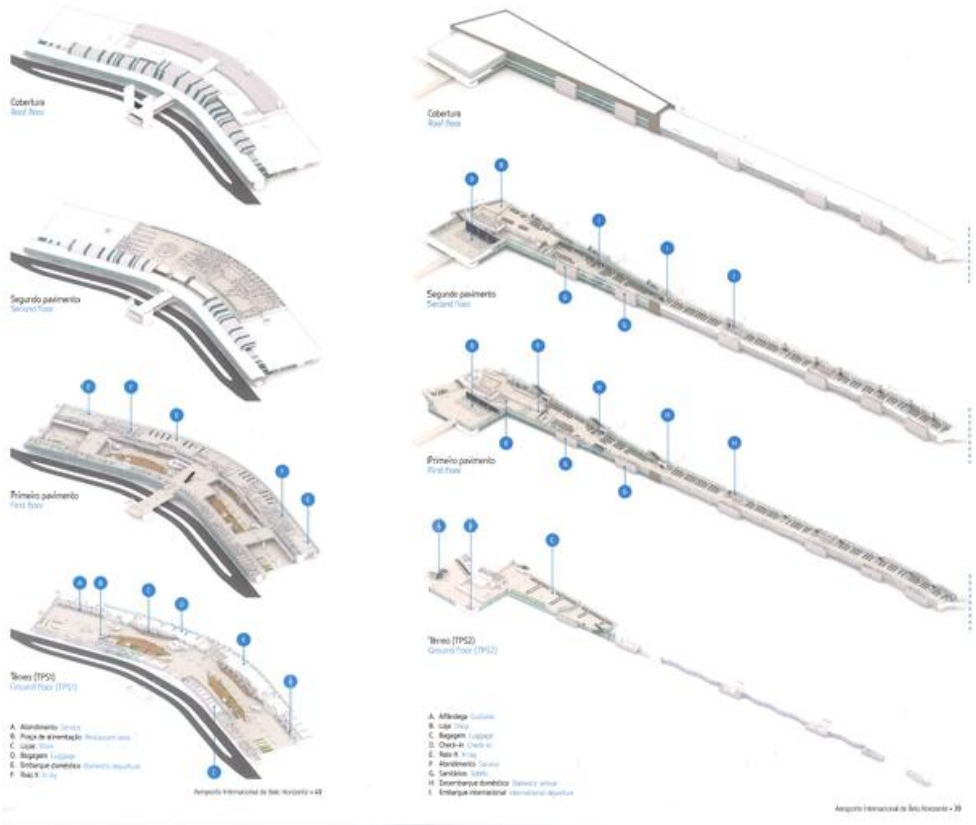
Em 2018, na edição número 38 da Revista Monolito, dedicada a obra da Bacco Arquitetos, foi publicado um conjunto de desenhos do projeto de reforma e ampliação do Aeroporto Internacional de Belo Horizonte/Confins, dentre eles plantas, cortes, e cortes ampliados, a partir dos quais explica-se o projeto que viabilizou a reforma do terminal original projetado por Milton Ramos, e a ampliação do aeroporto, que se configura como um novo terminal de implantação linear. A seguir apresenta-se alguns dos conteúdos da publicação para introdução ao projeto.



Imagens 03 e 04 - Revista Monolito nº38



Imagem 05 - Revista Monolito nº38



Imagens 06 e 07 - Revista Monolito nº38

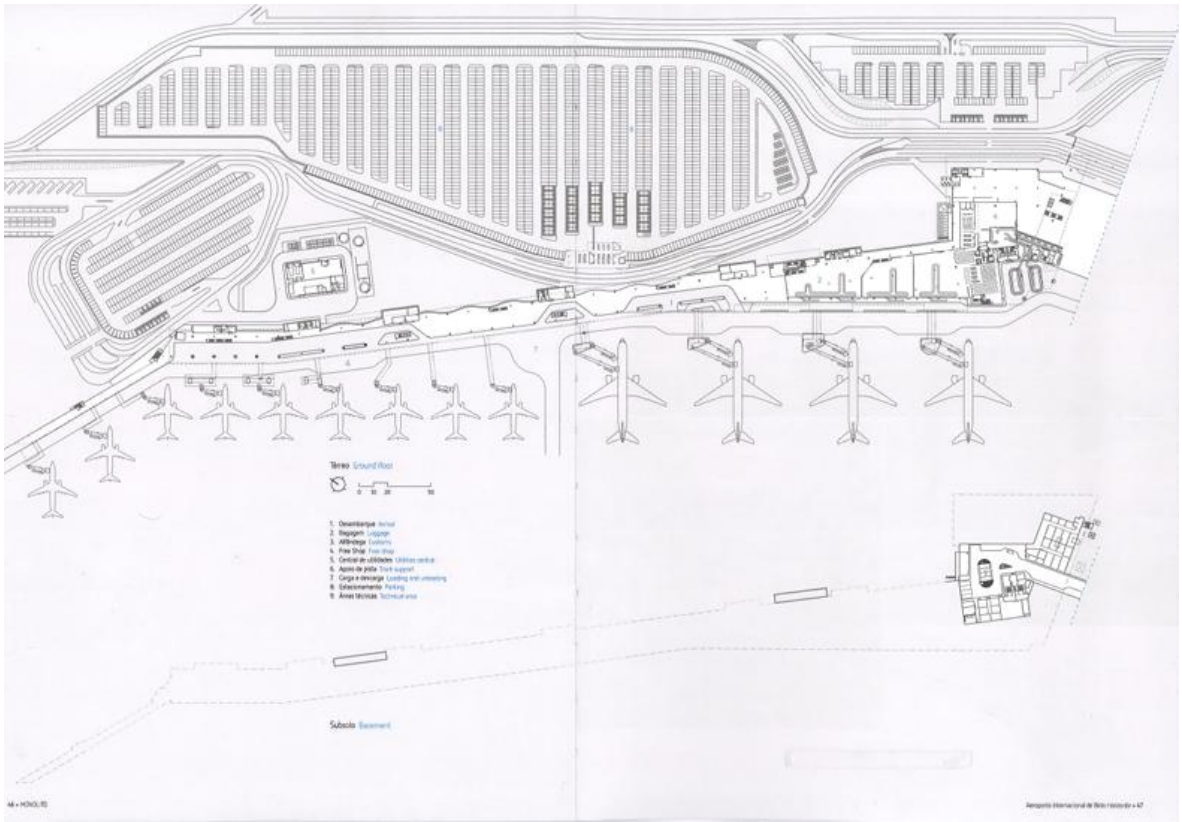


Imagem 08 - Revista Monolito nº38

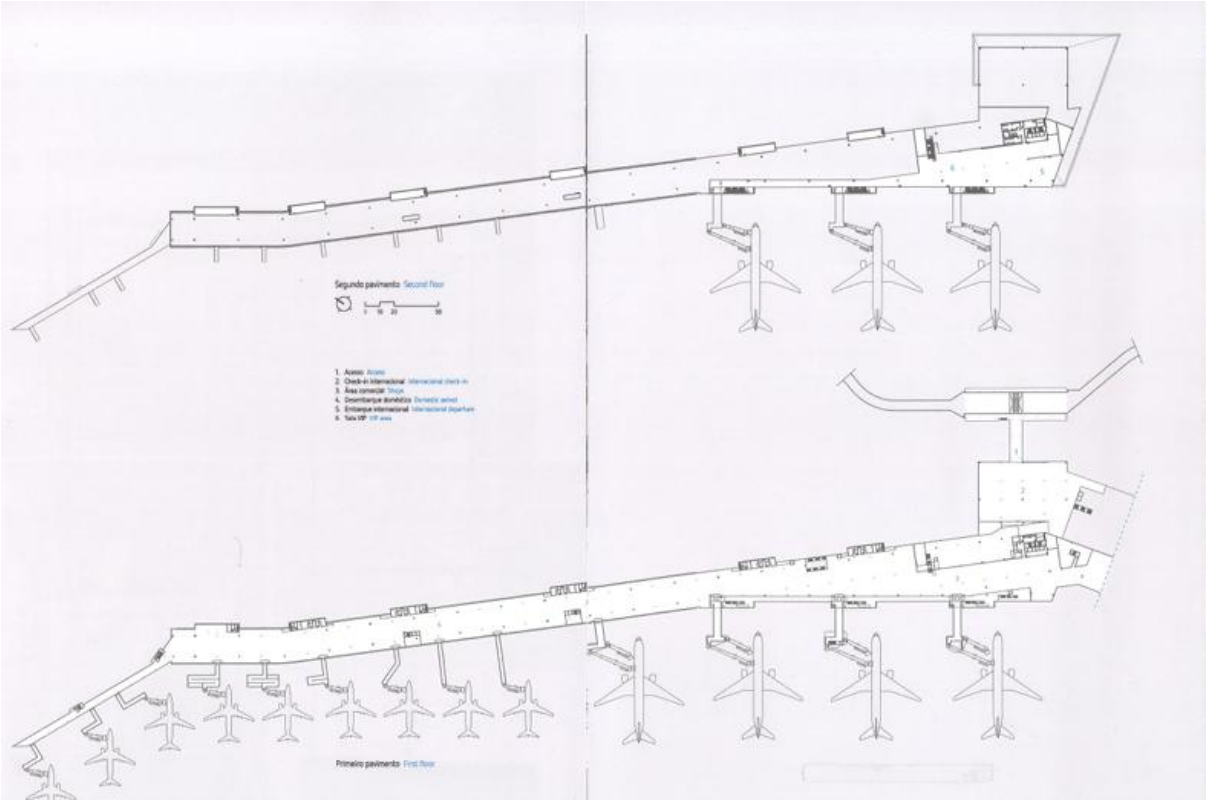


Imagem 09 - Revista Monolito nº38

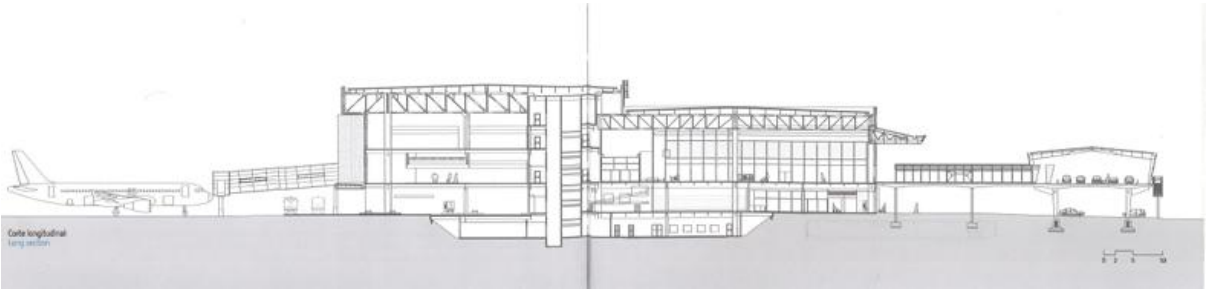


Imagem 10- Revista Monolito nº38

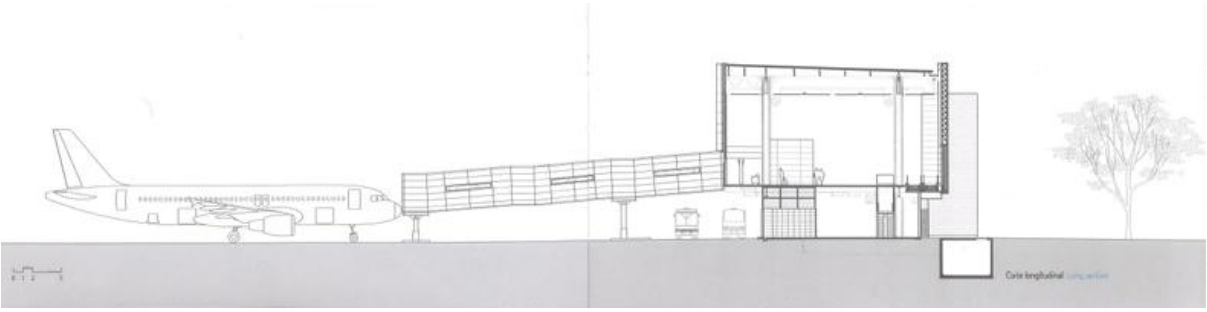
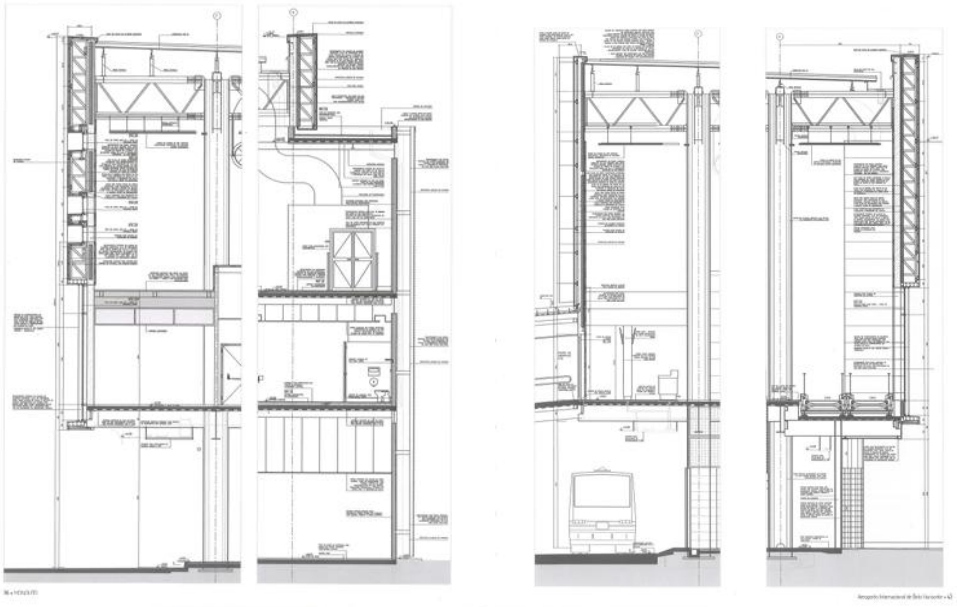


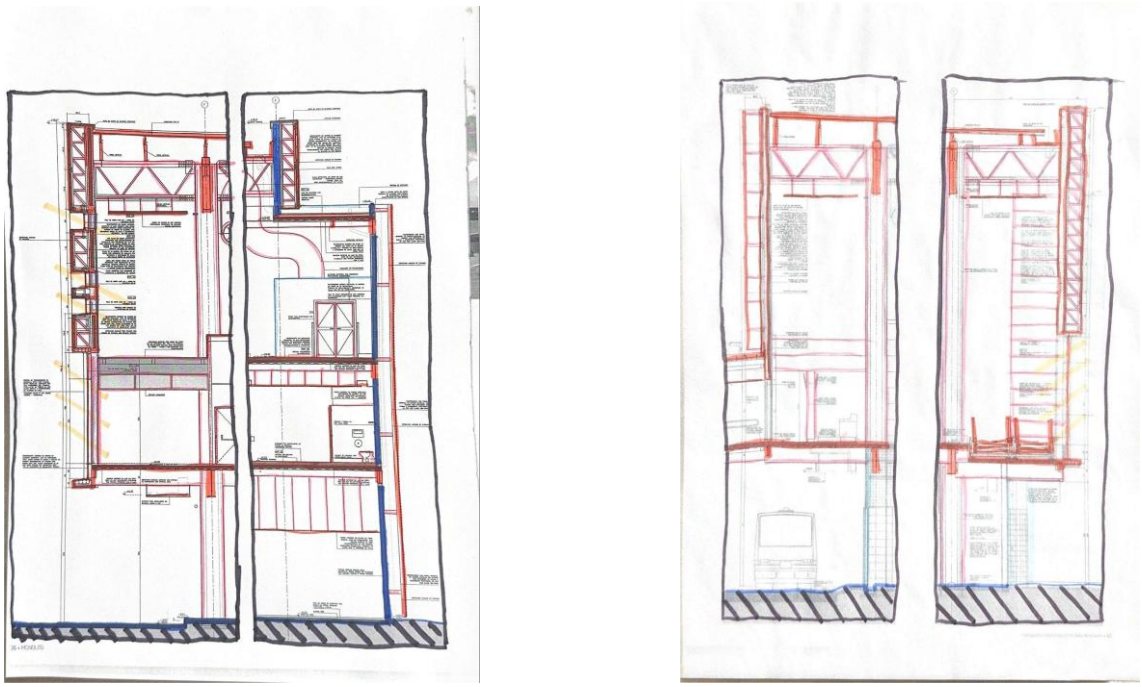
Imagem 11 - Revista Monolito nº38



Imagens 12 e 13 - Revista Monolito nº38

5. Redesenho de cortes ampliados: análise de técnicas construtivas

No intuito de ensaiar o método de análise apresentado anteriormente, foram redesenhados os cortes ampliados, do trecho da ampliação do aeroporto, publicados na Revista Monolito nº 38, sob o recorte temático das técnicas construtivas. O interesse da análise está em diferenciar elementos pré-fabricados (em vermelho) e elementos construídos *in loco* (em azul), para poder visualizar mais claramente em que proporção cada categoria é utilizada e desenvolver uma interpretação do assunto. A princípio foram desenvolvidos alguns desenhos a mão com canetas coloridas, primeiro diretamente sobre os desenhos plotados e a seguir utilizando uma camada de papel manteiga, esses primeiros desenhos orientaram a elaboração de representações isométricas dos cortes ampliados originais. A seguir apresenta-se o material de análise.



Imagens 14 e 15 - Desenvolvido pelo autor

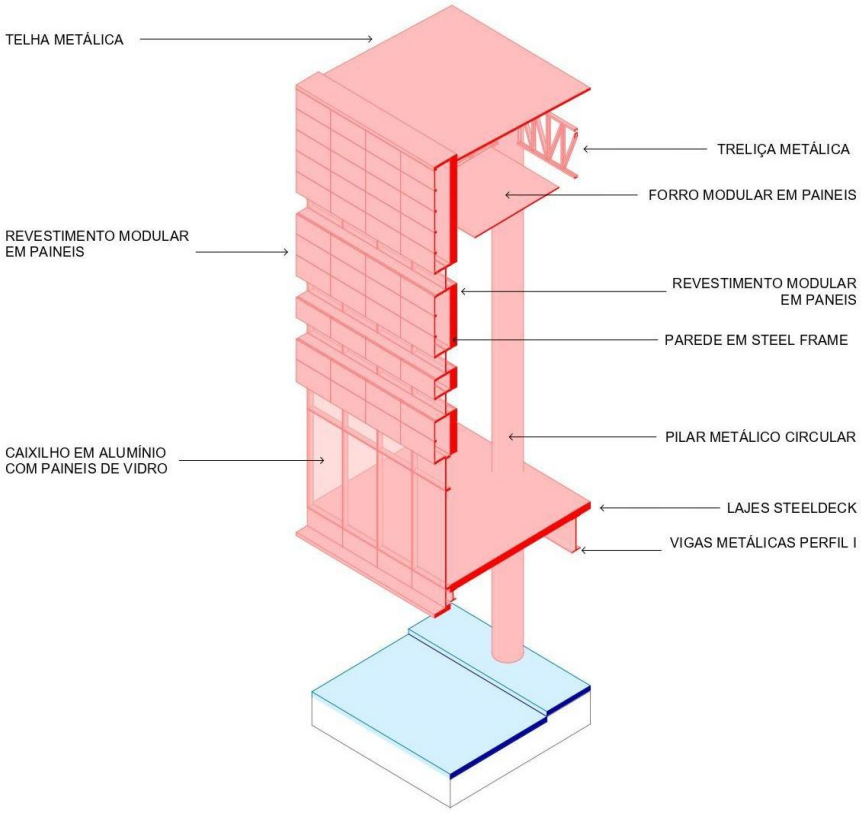


Imagem 16 - Desenvolvido pelo autor

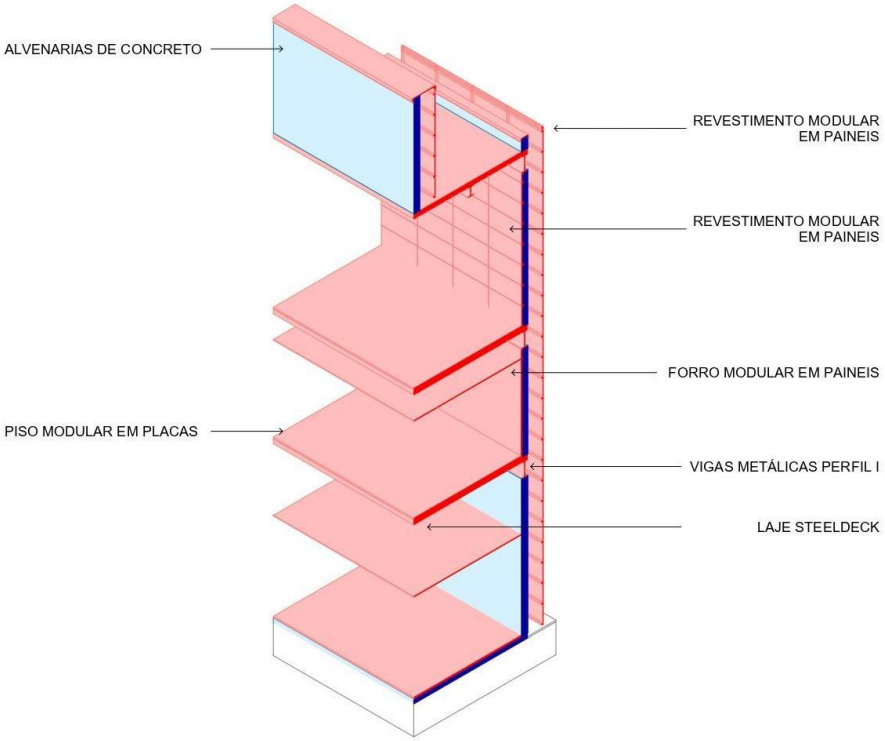


Imagem 17 - Desenvolvido pelo autor

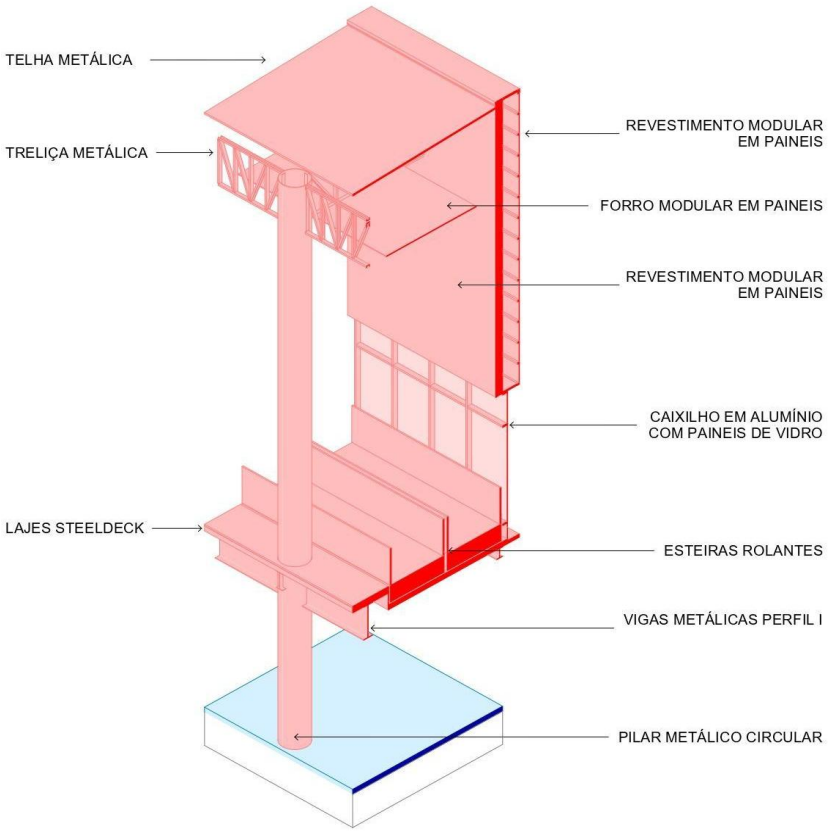


Imagem 18 - Desenvolvido pelo autor

4. Considerações Finais

A partir dos materiais desenvolvidos é possível verificar a eficácia do ato de redesenhar como método de análise de projetos de arquitetura, pois entende-se que tal método, em conjunto com a definição de temas de análise, estabelece uma sistematização para interpretação gráfica dos projetos. Nos desenhos desenvolvidos sob a temática das técnicas construtivas a partir das publicações utilizadas, é possível reconhecer que a ampliação do aeroporto é projetada e construída majoritariamente com elementos pré-fabricados.

Entende-se que a decisão de se projetar e construir infraestruturas de grande porte com elementos pré-fabricados faça sentido, e nesse ponto o projeto analisado demonstra-se em conformidade com esse entendimento. Todavia, uma vez que o processo de concessões aeroportuárias abrange dezenas de aeroportos por todo o país, o questionamento a ser aprofundado na pesquisa em desenvolvimento vai no sentido de entender, de que forma a organização deste processo considerou a possibilidade de catalisar o desenvolvimento nacional, envolvendo assuntos como industrialização e logística.

A dissertação em desenvolvimento pretende apresentar outras análises dos estudos de caso a partir de diferentes temas além das técnicas construtivas, como, cheios, vazios e fluxos, interpretações sobre insolação, ventilação, conforto ambiental e sustentabilidade, e aspectos territoriais. Para o desenvolvimento dessas análises temáticas pretende-se utilizar diferentes técnicas, como sobreposição gráfica manual, sobreposição gráfica digital, transformação de desenhos 2D em desenhos isométricos e cartografias territoriais.

Conclui-se que o ensaio proposto viabilizou uma experiência enriquecedora, registrando os primeiros testes de aplicação do método de análise escolhido para interpretação dos estudos de caso, e inclusive estabelecendo horizontes possíveis para aprofundar e aperfeiçoar sua utilização, de forma que a pesquisa possa oferecer alguma contribuição tanto aos interessados em de projeto de arquitetura, ou em representação gráfica, quanto ao debate político econômico que tange o desenvolvimento nacional, a concessão de infraestruturas estratégicas, e o projeto de reforma e ampliação para otimização destas.

Bibliografia

REVISTA MONOLITO. **Bacco Arquitetos #38**. São Paulo: Editora Monolito.

ZEIN, Ruth Verde — **Leituras críticas**. 2.ª ed. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2022. ISBN [se aplicável].

SOMBRA, Fausto — **Três Pavilhões de Sérgio Bernardes**. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2023. ISBN [se aplicável].

LUCCHINI JR., Edson — **Adolf Franz Heep: edifícios residenciais: um estudo da sua contribuição para a habitação coletiva vertical em São Paulo nos anos 1950.** Universidade Presbiteriana Mackenzie, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, 2010. Dissertação de Mestrado. [Em linha]. Disponível em WWW:URL:https://dspace.mackenzie.br/items/100b9716-e2ac-4a41-889f-2b73d646a955. [Consult. 16 mai. 2026].

MANSO, Bruno — **Projetar o edificado: um ensaio sobre o Santapaula Iate Clube, de Artigas e Cascaldi.** Universidade de São Paulo, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo [ou Arquitetura], 2022. Dissertação de Mestrado. [Em linha]. Disponível em WWW:URL:https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16138/tde-15092022-171600/. [Consult. 16 mai. 2026].

MOURA FILHO, Mario Tavares — **De edifício-sede a condomínio-edifício: Marcello Fragelli e o processo de projeto do Condomínio São Luiz (1971-1989)**. Universidade de São Paulo, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo [ou Arquitetura], 2023. Dissertação de Mestrado. [Em linha]. Disponível em WWW:URL:https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16138/tde-01022024-143835/. [Consult. 16 mai. 2026].

São Paulo Pós-Cidade: o Eixo Berrini-Chucri Zaidan sob as lentes conceituais de Rem Koolhaas

Pierina Piemonte
Universidade Presbiteriana Mackenzie - Programa de Pós Graduação de Arquitetura e Urbanismo
pierina@nuquearq.com.br

Igor Guatelli
Universidade Presbiteriana Mackenzie - Programa de Pós Graduação de Arquitetura e Urbanismo
igor.guatelli@mackenzie.br

Resumo: A cidade não apenas é construída pela ação de múltiplos agentes, desde planejadores urbanos e arquitetos até políticos e gestores, como ininterruptamente negociada por eles. No entanto, ela é território vivido, lugar da população que a habita e tem direito a ela. Esse direito transcende o habitar, implica apropriações, imprevistas convivências, comunalização não induzidas e a qualidade dessa convivência depende diretamente da maneira como os espaços urbanos são concebidos, voltados às interações não pré-determinadas e regulamentadas. Entretanto, cada vez mais novos territórios construídos por interesses distantes dessa condição inegociável criam cidades que negam o pleno direito a elas. Um desses casos é o eixo composto pelas avenidas Berrini e Chucri Zaidan, situada na zona sul da cidade de São Paulo, um gueto financeiro, ensimesmado apesar de não enclausurado, uma pós-cidade. Por se tratar de um território reconfigurado pelas transformações que tiveram início no séc. XX e ainda estão em curso, a pesquisa busca responder à seguinte questão central: Ainda existe cidade nesta pós-cidade? Nesse contexto, o artigo parte das formulações de David Harvey sobre a cidade mercantilizada e de Carlos Vainer sobre a cidade-empresa para pensar criticamente certas características urbanas dessa pós-cidade. A partir desse cenário distópico, o trabalho se ancorará em um espectro conceitual de um campo ampliado como forma de lastrear as reflexões. Se podemos dizer que, a partir de questões levantadas por Deleuze e Guattari, a arquitetura pode ser pensada como máquina produtora de desejos e, em diálogo com Michel Foucault, que expõem como os espaços funcionam como dispositivos de aplicação do biopoder, voltados para a gestão dos corpos e a normatização dos comportamentos, será através do universo conceitual de Rem Koolhaas, extraído e desdobrado de Nova York Delirante, que a discussão se aproximará da metrópole e arquitetura dos nossos dias.

Palavras-chave: Chucri Zaidan, Berrini, Rem Koolhaas, pós cidade, guetificação

Introdução

A cidade é, fundamentalmente, um território vivido e ininterruptamente negociado por múltiplos agentes, cujo direito transcende o mero habitar e abrange apropriações, convivências imprevistas e uma comunalização não induzida. A qualidade da vida urbana depende de espaços estruturados para permitir essas interações não regulamentadas. Contudo, a urbanização capitalista tem transcendido a mera alteração físico-territorial para atuar como um motor de acumulação, transformando a produção dos espaços em um mecanismo primário para a absorção do excedente de capital.

Com a mudança de paradigma econômico e a ascensão do neoliberalismo, o planejamento urbano tradicional cedeu espaço ao planejamento estratégico, dando origem ao modelo da "cidade-empresa". Nesse cenário, a cidade passa a ser tratada como uma mercadoria, gerida sob lógicas empresariais para atrair investimentos globais e de capital internacional através do marketing urbano. Como consequência dessa visão hipermercantilizada, o desenvolvimento passa a priorizar intervenções fragmentadas e pontuais que favorecem a especulação imobiliária, negligenciando a escala humana e a vida coletiva. Sob essa lógica, a qualidade de vida é drasticamente alterada: os espaços públicos, antes palcos naturais de comunalização, são degradados a meros resíduos espaciais situados entre grandes complexos arquitetônicos.

É exatamente como produto dessas forças que se consolida o eixo composto pelas avenidas Engenheiro Luís Carlos Berrini e Doutor Chucri Zaidan, na zona sul de São Paulo. Configurada como um gueto corporativo financeiro, essa região caracteriza-se por enclaves ensimesmados e fortificados que formam uma "pós-cidade", onde o desenho urbano se volta, quase que exclusivamente para a hipercirculação, a conveniência mercadológica e a segurança privada. Ao abdicar da urbanidade, a "pós-cidade" afasta-se do que Jacques Derrida, na leitura de Igor Guatelli, conceitua como Khôra:

> "...um espaço aberto a interpretações e apropriações múltiplas e não correspondentes, capaz de absorver e registrar as marcas deixadas sem, no entanto adquirir um sentido que pudesse ser adotado como o mais adequado,e, no momento seguinte, capaz de voltar a sua situação significante, à espera de novos significados, interpretações, intervenções por parte dos usuários ativadores."[1]

Ao invés de operar como um espaço de acolhimento e invenção permanente, o eixo corporativo-financeiro anula essa possibilidade, transformando-se em um rigoroso corredor de passagem segregado. Nele, o espaço não é mais um receptáculo para o encontro democrático e a alteridade, o pedestre não é o cidadão que habita e confere sentido ao território, mas um mero vetor de trabalho ou consumo em trânsito. O habitante é, assim, substituído pelo usuário autorizado, validando uma lógica que esteriliza a vida comunitária. A arquitetura abandona sua integração com o tecido da rua para mimetizar

[1] GUATELLI, Igor - **Arquitetura dos entre-lugares sobre a importância conceitual**. [S.l.] : Editora Senac São Paulo, 2021.p.32.

o que Koolhaas define como “cultura da congestão”[2] e “Espaço-Lixo”[3], confinando o usuário em ambientes internos artificiais e climatizados.

Essa urbanização capitalista atua como um dispositivo de biopoder[4], operando a gestão contínua e a normatização dos corpos. O território vivido converte-se em um “espaço estriado”[5], rigidamente organizado e vigiado para inibir qualquer uso espontâneo.

Diante das profundas transformações deste território desde o século XX, a presente pesquisa orienta-se pela seguinte questão central: ainda existe cidade nesta pós-cidade?

Para responder a essa provocação e lastrear essas reflexões críticas, o artigo parte das perspectivas de David Harvey, como base macroeconômica. Segundo o autor a urbanização sob o contexto de economia de mercado ultrapassa a simples alteração físico territorial da cidade, atuando como motor primário para a produção e absorção do excedente de capital. A cidade mercantilizada converte-se no meio essencial para a reprodução financeira, onde a lógica que predomina é a dos interesses de especulação e da espoliação imobiliária.

Nesse cenário de reestruturação do capital, a governança do território adapta-se por meio do que Carlos Vainer define como a “cidade-empresa”[6]. O planejamento urbano tradicional cede lugar a um planejamento estratégico de viés mercadológico, no qual a metrópole passa a competir globalmente para atrair investimentos. Trata-se de uma lógica fragmentada do tecido urbano, que subordina a vivência coletiva a intervenções orientadas estritamente pela lógica da performance econômica.

Para aprofundar a análise desse cenário distópico para a escala da experiência humana, a discussão avança pelo diálogo de Michel Foucault. O autor fornece as bases para compreender como a arquitetura destes enclaves corporativos funciona como um sofisticado dispositivo de biopoder. Com o rastreamento dos fluxos e a normatização dos comportamentos através de uma arquitetura que conta com sistemas de monitoramento contínuo, a forma urbana atua como uma ferramenta de vigilância e gestão dos corpos,

---

[2] Para Rem Koolhaas, a Cultura de Congestão é a produção de uma nova forma de vida e cultura gerada artificialmente através da máxima densidade humana, gerando fricções programáticas que potencializam novas possibilidades. Este conceito foi desenvolvido no livro Nova York Delirante: um manifesto retroativo para Manhattan, publicado em 1978.

[3] Para Rem Koolhaas, o Espaço-Lixo é, fundamentalmente, o resíduo material e espacial que a modernidade e o consumo deixam no planeta. Não se trata do lixo que vai para as lixeiras, mas da própria arquitetura e urbanismo que se tornaram descartáveis, genéricos e desprovidos de identidade. este conceito foi desenvolvido no texto manifesto *Junkspace*, publicado em 2001.

[4] O conceito de biopoder, formulado por Michel Foucault, consiste no conjunto de mecanismos pelos quais aquilo que constitui os traços biológicos da espécie humana entra em uma estratégia política e geral do poder. No âmbito urbano, manifesta-se como um dispositivo de segurança que gerencia fluxos, os riscos e a circulação das massas no território. FOUCAULT, Michel - **Segurança, Território, População: Curso Dado No College De France (1977-1978)**. [S.l.] : Martins Fontes, 2007, p. 3-4.

[5] Segundo Gilles Deleuze e Félix Guattari, o “espaço estriado” é o espaço da ordem da métrica, do controle, da hierarquia e da organização estatal. Ele é chamado de “estriado” porque é um espaço que foi demarcado, quadriculado e limitado por linhas fixas (estrias). Este conceito foi desenvolvido no livro Mil platôs: Capitalismo e Esquizofrenia 2, especialmente no Platô 14: O liso e o estriado, publicado originalmente em 1980.

[6] ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia - **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos;** Coleção Zero à esquerda. . 8. ed. Petrópolis : Ed. Vozes, 2000.p.78.

convertendo até o tempo livre do indivíduo em tempo produtivo e monitorado.

Em sintonia com a chave do poder biopolítico, as reflexões se expandem utilizando as formulações de Gilles Deleuze e Félix Guattari. A análise examina como a inibição das "máquinas produtoras de desejos" reconfigura a cidade em um "espaço estriado", um território rigidamente organizado, homogêneo e avesso à espontaneidade. Essa captura da urbanidade sufoca as possibilidades do "espaço liso", eliminando o campo do imprevisível, das apropriações livres e das contínuas variações que caracterizam o verdadeiro encontro metropolitano.

Para tensionar as fronteiras desse urbanismo de exclusão, incorpora-se a leitura de Igor Guatelli a partir da obra A Arquitetura dos Entre-Lugares. O entre-lugares manifestam-se como zonas intersticiais dinâmicas, híbridas s que dissolvem as rígidas fronteiras entre interior e exterior, configurando-se como espaços dedicados ao devir. Lançar luz sobre essas margens indefinidas torna-se essencial para investigar se essas fissuras da arquitetura genérica estão irremediavelmente capturadas pelo estriamento corporativo ou se guardam frestas potentes para a subversão, a resistência tática e a sobrevivência da urbanidade no seio da pós-cidade.

Por fim a análise da materialidade arquitetônica da forma metropolitana deste eixo, será decodificada pelas lentes conceituais de Rem Koolhaas, desdobradas a partir de seu manifesto Nova York Delirante. Os paradoxos da pós-cidade paulistana revelam-se na escala amoral da "Grandeza" de seus complexos, na desorientação artificial e confinada do "Espaço-Lixo" e no apagamento identitário promovido pela "Cidade Genérica". Sob essa ótica, a arquitetura abandona o tecido urbano da rua e isola-se em uma cultura de congestão interna, celebrando o triunfo do mercado sobre a forma urbana.

A urbanização capitalista

O processo de urbanização transcende a alteração físico-territorial atuando como motor de acumulação, visto que a produção de espaços funciona como um mecanismo para a produção e absorção do excedente de capital. Existe uma ligação íntima entre o desenvolvimento capitalista e a urbanização[7], pois esta representa o meio físico para a reprodução do capital, o que explica a semelhança entre as curvas logísticas que descrevem o crescimento da produção capitalista e a urbanização da população mundial.

Com a crise global no setor industrial e a mudança de paradigma econômico com a ascensão do neoliberalismo nas décadas de 1970 e 1980, houve uma mudança estrutural no modelo de planejamento urbano tradicional, baseado em um plano global para a cidade em suas diversas escalas e setores. A cidade incorpora um novo papel, no qual assume a personalidade de "cidade-empresa" ao mesmo tempo que se torna uma mercadoria. Em decorrência disso adotou-se um novo sistema de gestão chamado planejamento estratégico, com conceitos provenientes do planejamento empresarial. "..., o planejamento estratégico, segundo seus defensores, deve ser adotado pelos governos locais em razão de estarem as cidades submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas."[8]. O planejamento estratégico foi a ferramenta política para viabilizar a

[7] HARVEY, David - **Cidades rebeldes: de o direito à cidade a revolução urbana.** São Paulo/SP : Livraria Martins Fontes Editora.p.30

[8] ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia - **A cidade do pensamento único: desmanchando consenso** Ed. Vozes, 2000. p.76.

absorção de excedente de capital e colocou os governos como agentes de captação de capital financeiro, abandonando então o sistema de regulação estabelecido anteriormente.

A política urbana neoliberal concluiu que os recursos deveriam ser canalizados para polos de crescimento "empresarial" com maior potencial, e as questões urbanísticas passaram a ser tratadas de forma fragmentada, com intervenções pontuais de grande porte atuando na produção desses espaços. A metodologia de trabalho também foi transformada: a análise da demanda, plano diretor e orçamento de longo prazo cederam lugar à análise de mercado, negociação e programação financeira de projetos específicos, com enfoque "mercadológico" para incentivar o desenvolvimento imobiliário e atração de empresas. Para isto, a legislação urbanística de uso e ocupação do solo teve que ser adequada a este fim, muitas vezes negligenciando os impactos locais[9].

É justamente diante desta crise que em 1994, no texto *What ever happened to Urbanism*?, Koolhaas lança a seguinte provocação: como explicar que a profissão urbanista desapareceu justamente no momento em que a condição urbana triunfou no mundo?[10] Destacando no texto o crescimento acelerado das cidades que se transformaram em grandes metrópoles, cita como exemplos Lagos, que em 2 décadas passou de 2 milhões para 15 milhões de habitantes e Istambul, cuja população dobrou de 6 milhões para 12 milhões, sem mencionar o avanço expressivo da China. Essas transformações descritas por Koolhaas encontram eco na realidade do município de São Paulo que passou de 5.9 milhões de habitantes em 1970 para 11.5 milhões de habitantes em 2022[11] e a lógica do mercado e a grandeza redefiniram áreas da metrópole como o eixo Berrini-Chucri Zaidan (FIGURA 1).



Figura 1 – Região da Av. Eng. Luis Carlos Berrini vista desde a ciclofaixa da Marginal Pinheiros - elaborado pelo Autor, 2026

[9] NOBRE, Eduardo A. C. - **Dos planos diretores às operações urbanas consorciadas: a ascensão do discurso neoliberal e dos grandes projetos urbanos no planejamento paulistano.** São Paulo/SP : FAU - USP, 2018 Tese para obtenção do título de Livre-Docência. p.109.

[10] KOOLHAAS, Rem *et al.* (EDS.) - **Small, medium, large, extra-large: S, M, L, XL**. Rotterdam : 010 Publ. [u.a.], 1995.

[11] SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO. INFORMES URBANOS. São Paulo: [S.n.] 2023.

Concomitantemente a esta nova visão empresarial, surge uma tendência denominada "marketing urbano" que consiste no desenvolvimento de estratégias políticas, econômicas e culturais para atrair novos investimentos, tratando a cidade sobretudo como uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, visitantes e usuários solventes. As cidades passam a competir pelo investimento de capital, tecnologia, competência gerencial, atração de novas indústrias e negócios, além da atração e retenção de força de trabalho qualificada. Neste modelo competitivo temos "ganhadores" e "perdedores" e esta situação se reflete diretamente no âmbito da luta de classes, em que a apropriação direta e indireta do espaço urbano está pautado pelos interesses empresariais e globais. Este cenário gera uma economia de espoliação[12], na qual a população é desapropriada de suas moradias e vizinhanças para dar espaço à especulação através da incorporação imobiliária.

A cidade-empresa possui uma visão hiper mercantilizada e não visa construir uma vida social e de comunidades políticas, mas apenas um ambiente para sustentar a acumulação de capital. Os espaços públicos são degradados a resíduos espaciais entre os edifícios voltados exclusivamente à hipercirculação, hipermobilidade e hiperconectividade negligenciando a escala humana e a vida coletiva. Essa condição de transitoriedade ganha novos contornos a partir das alterações induzidas pelo Plano Diretor de 2014. Segundo dados do Relatório de Monitoramento do PDE, a legislação vigente desencadeou um aumento expressivo na aprovação de empreendimentos residenciais e de uso misto nos eixos de estruturação da metrópole. Entretanto, apesar da expansão imobiliária residencial no eixo Berrini-Chucri Zaidan, o padrão dos projetos e o elevado custo local de vida permanecem como barreiras para a habitação de famílias tradicionais. Esse fenômeno ratifica um processo de segregação social cujos indícios já eram visíveis em décadas passadas. A tipologia que hoje proliferam na região é de studios compactos: unidades habitacionais projetadas para a alta rotatividade, atendendo a um estilo efêmero e estritamente individualizado.

A gênese da pós-cidade no eixo Berrini-Chucri Zaidan

A região objeto desta pesquisa compreende o eixo formado pelas Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini e Av. Chucri Zaidan, localizadas no vetor sudoeste do município de São Paulo, inseridas no distrito do Itaim Bibi e Santo Amaro. O recorte espacial abrange os distritos do Itaim Bibi e Santo Amaro (FIGURA 2), desenvolvendo-se de forma paralela à Avenida das Nações Unidas e à calha do Rio Pinheiros. O eixo é delimitado por importantes nós viários, ao norte o seu eixo é delimitado pela Ponte Ary Torres (fator de conexão com a Avenida dos Bandeirantes) e estende-se em direção ao sul, articulando-se com marcos estruturais da paisagem paulistana, como a Ponte Octávio Frias de Oliveira (Ponte Estaiada) e a Ponte Caio Pompeu de Toledo (Ponte Morumbi (FIGURA 3).

[12] HARVEY, David - **O enigma do capital : e as crises do capitalismo**. São Paulo/SP : Boitempo, 2021.

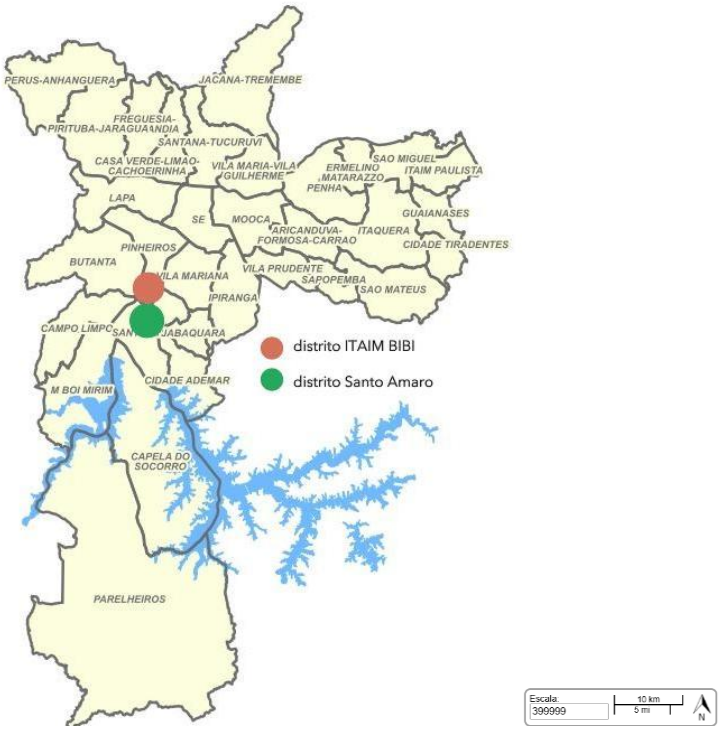


Figura 2 – Localização distritos Itaim Bibi e Santo Amaro no mapa de São Paulo - elaborado pelo Autor, 2026 com base no mapa da https://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx#

Em 2025, a Chucri Zaidan consolidou-se como o maior pólo de escritórios de São Paulo, contabilizando quase 1 milhão de metros quadrados de área corporativa e superando áreas tradicionais como Faria Lima, JK, Vila Olímpia e Berrini[13]. A região se tornou referência em torres de escritórios de alto padrão com lajes de grandes dimensões para atender às demandas de empresas multinacionais que buscam áreas de 8 a 10 mil metros quadrados, e não encontram essas opções em outras regiões da cidade, conforme Hilton Reijman, presidente executivo da Brookfield Properties.

A transformação desta região teve início com as obras de retificação das margens dos rios Pinheiros e Tietê, resultando na conversão das várzeas em terrenos urbanizáveis, posteriormente incorporados à metrópole. Em 1927, o grupo Light recebeu, por meio da lei 2.249, a concessão para captar águas diretamente do Alto Tietê e desviá-las para a represa Billings[14]. O objetivo era duplo: aproveitar o desnível de 700 metros do Complexo Hidrelétrico de Cubatão para geração de energia e viabilizar o controle do nível do rio Pinheiros, controlando e direcionando o excesso de vazão das cheias para a represa Billings. Essa iniciativa implicou a reversão do curso natural do rio Pinheiros, que exigiu uma série de obras, como a construção da Usina Elevatória da Traição em 1940. Para o funcionamento do sistema foi necessária a implantação do Dreno do Brooklin em 1970 e foi justamente às margens deste canal que surgiu a Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini.

[13] SIILA - **De "bairro escondido" a destino das grandes empresas: a virada da Chucri Zaidan** [Em linha] [Consult. 7 mar. 2026]. Disponível em WWW:<URL:De "bairro escondido" a destino das grandes empresas: a virada da Chucri Zaidan>.
[14] FIX, Mariana - **Parceiros Da Exclusao**. 1a. edição ed. São Paulo/SP : Boitempo, 2022.p.83.



Figura 3 – Mapa do eixo Berrini-Chucri Zaidan - elaborado pelo Autor, 2026

Em 1974, a empresa Bratke Collet se estabeleceu na região da Vila Funchal e no período entre 1974 e 1976 incorporou 30 terrenos na região da Berrini. Os terrenos foram adquiridos por valores muito abaixo do mercado, visto que a população local, majoritariamente de baixa renda, desconhecia o potencial de valorização imobiliária que as intervenções trariam, acabou por alienar suas propriedades por valores ínfimos. A construção de edifícios corporativos em bloco, ocupando áreas estratégicas da avenida: o início, o meio e o fim, configurou um monopólio espacial, valorizando o miolo da região e estabelecendo o controle do setor, inicialmente, a um único grupo empreendedor. Nos anos seguintes a região consolidou-se como um enclave de serviços, composto majoritariamente por edifícios com lajes corporativas.

Já na década de 1990 a consolidação da região ocorreu via grandes complexos multiuso, como o World Trade Center São Paulo (WTCSP), que congrega uma torre corporativa, o centro comercial D&D e uma unidade hoteleira da rede Sheraton, e o Centro Empresarial Nações Unidas (CENU), constituído por duas torres de escritórios, um hotel Hilton e o Shopping Nações Unidas (FIGURA 4). É notável que a integração física entre eles ocorra em nível subterrâneo, criando um enclave fortificado, que prescinde da rua não apenas por conveniência, mas como uma estratégia de segurança e distinção social. Esta interligação reforça a natureza interiorizada e insular desses complexos.



Figura 4 – Vista dos empreendimentos WTCSP e CENU - elaborado pelo Autor, 2026

Em dezembro de 2001, foi instituída a Operação Urbana Consorciada Água Espraiada (OUCAE). O eixo da Avenida Água Espraiada — atualmente denominada Avenida Jornalista Roberto Marinho — configura-se como o marco divisório entre o prolongamento da Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini e o início da Avenida Doutor Chucri Zaidan. A OUCAE configurou o instrumento jurídico e financeiro que permitiu o aumento do potencial construtivo da região e viabilizou a grandeza dos empreendimentos através da venda de CEPACs (Certificados de Potencial Adicional de Construção). Através deste mecanismo foram feitos grandes investimentos privados na ampliação da oferta de escritórios de primeira linha, criando uma centralidade urbana na região. Foram implementadas grandes intervenções viárias, incluindo a remoção de favelas, valorizando, assim, os empreendimentos privados e causando a expulsão das populações de menor renda, agravando o problema da segregação socioespacial.

A década de 2000 consolidou o trecho da Chucri Zaidan como uma centralidade terciária segregada, voltada exclusivamente ao setor corporativo de alto padrão. Em 2002 foram inaugurados dois marcos arquitetônicos do capital financeiro: o edifício-sede do BankBoston e o complexo hoteleiro Grand Hyatt. Adjacentes à Ponte Morumbi, destacam-se dois centros comerciais implantados em períodos distintos, mas que operam contemporaneamente de forma integrada: o Shopping Morumbi (1982) e o Shopping Market Place (1995). A partir de 2010, observou-se uma nova onda de empreendimentos corporativos de alto padrão, caracterizados por lajes corporativas de grandes dimensões (aproximadamente 2.000m2). Tais edificações apresentam, em sua maioria, a classificação Triple A[15] e certificação ambiental LEED[16], dotadas de atributos técnicos como pé-direito livre de 2,80m, pisos elevados e sistemas avançados de climatização

[15] Um edifício Triple A (ou AAA) é a classificação máxima concedida a um imóvel corporativo no mercado imobiliário global. Essa denominação faz parte de um sistema de classificação - Class A, B,C - e indica que o edifício possui o mais alto padrão mundial em termos de tecnologia, infraestrutura, sustentabilidade, arquitetura e localização.

[16] A certificação LEED (*Leadership in Energy and Environmental Design)* é o selo ecológico para edifícios mais utilizado e reconhecido internacionalmente.

central, que garantem o controle ambiental interno. Apesar do discurso de integração urbana, exemplos como o Morumbi Corporate e o Rochaverá operam em uma simbiose corporativa com os centros comerciais adjacentes. Através de passarelas que unem os empreendimentos, estabelece-se um ecossistema autossuficiente e ensimesmado. Este modelo de conectividade privada anula a rua, acentuando a desconexão com o tecido urbano circundante e transformando o espaço público em um mero resíduo entre enclaves de alta tecnologia.

As lentes conceituais de Koolhaas

Desde o início de sua trajetória profissional, Koolhaas articulou o olhar e o pensamento crítico de forma indissociável entre a teoria e a prática. Com a publicação de Nova York Delirante consolidou essa postura.

A obra transita entre um manifesto arquitetônico e a interpretação urbana, estabelecendo "mini constelação" de conceitos como: a grandeza, a lobotomia e a congestão programática, fundamentada em uma análise crítica da gênese de Manhattan. O urbanismo é apresentado sob a lógica da retícula urbana, concebida como uma malha flexível que permite "o máximo de controle para o máximo de descontrole"[17]. Transpondo o conceito da retícula para a região do eixo Berrini-Chucri Zaidan nota-se a ausência de uma malha ortogonal, que foi substituída por uma malha de interesses privados que opera sob o mesmo "descontrole" especulativo descrito pelo autor. O arranha-céu nasce como artefato de uma ambição tipicamente especulativa, a multiplicação do valor do solo conforme a evolução tecnológica permitisse. Nesse contexto, o elevador mecânico, inovação de Otis, viabilizou a verticalização e desencadeou um Big Bang arquitetônico. Essa escala desmesurada impôs condições inéditas à arquitetura e ao urbanismo. Esse fenômeno catalisa a "cultura da congestão", na qual cada arranha-céu se apresenta como "uma cidade dentro de outra cidade".

Posteriormente em seu ensaio de 1994, Koolhaas aprofunda essa análise ao cunhar o conceito Grandeza (Bigness)[18], fundamentado em 5 teoremas que analisa a escala monumental das edificações contemporâneas. Este fenômeno, da Grandeza, transforma a cidade antes compreendida como uma soma de certezas em uma acumulação de mistérios[19], fenômeno derivado da lobotomia arquitetônica[20], uma vez que a percepção externa do edifício já não corresponde à realidade programática interior. Os acontecimentos internos da edificação são invisíveis aos pedestres, neste ponto a arquitetura da região atinge a mesma flexibilidade dos arranha-céus americanos, pois é genérico por natureza. Sob esta lógica o zoneamento urbano é apagado, visto que o interior do edifício passa a abrigar uma multiplicidade de funções de modo indiferente, operando como um urbanismo interno ou, nos termos do autor, "a cidade dentro da

---

[17] KOOLHAAS, Rem - **Nova York Delirante: Um Manifesto Retroativo Para Manhattan Coleção** Face Norte. . [S.l.] : Cosac Naify, 2008.p.12.

[18] A Grandeza,(*Bigness*) ocorre quando um edifício atinge uma escala tão massiva que ele deixa de responder às regras tradicionais da arquitetura. Os 5 teoremas básicos deste conceito são: ruptura da escala, lobotomia da arquitetura, a primazia do interior, independência ética e a inutilidade da arquitetura. O conceito foi desenvolvido no texto " O Problema do Grande" de 1994. Ver:KOOLHAAS, Rem - **Três textos sobre a cidade. Grandeza, ou o problema do grande: a cidade genérica: espaço-lixo**. [S.l.] : Gustavo Gili, 2014. p.16-18.

[19] KOOLHAAS, Rem - **Três textos sobre a cidade. Grandeza, ou o problema do grande: a cidade genérica: espaço-lixo**. [S.l.] : Gustavo Gili, 2014. p.17.

[20] A distância entre o centro do edifício e o seu invólucro é de tamanha dimensão que a fachada já não revela o que acontece no interior.

cidade" elevada à máxima potência. Como escreve Koolhaas: "Parece inacreditável que o mero tamanho de um edifício incorpore um programa ideológico, independente da vontade dos seus arquitetos."[21]

No eixo Berrini-Chucri Zaidan a Grandeza se traduz principalmente através da escala monumental do objeto arquitetônico, assumindo um domínio amoral, acima de qualquer julgamento e o seu impacto independe da qualidade. Além da escala, estes edifícios incorporam um programa ideológico próprio, pautado pela lógica da exclusividade e da eficiência corporativa (FIGURA 5).



Figura 5 – Vista de empreendimentos na região Av. Chucri Zaidan a partir da ciclofaixa da Marginal Pinheiros - elaborado pelo Autor, 2026

Conforme Negri[22], a Grandeza sustenta o estágio em que a arquitetura alcança seu paradoxo fundamental, tornando-se, simultaneamente, máxima pela sua escala monumental e minimamente arquitetônica pela sua submissão à hegemonia das forças mercadológicas. Através da Grandeza acontece uma ruptura radical: estas edificações não fazem mais parte de nenhum tecido urbano.

Podemos dizer também que a arquitetura do eixo Berrini-Chucri Zaidan (FIGURA 6) materializa outro conceito de Koolhaas: a Cidade Genérica, por meio de suas volumetrias e arquiteturas ensimesmadas. Tais empreendimentos travam uma disputa pelo protagonismo visual, amparados também por atributos técnicos de alto padrão (Triple A) e fachadas envidraçadas. No entanto, essa pele de vidro atua como uma barreira narcísica refletindo os próprios edifícios e a imagem da cidade, reforçando o caráter hermético e a desconexão funcional em relação ao espaço público. A "Capital do Ego"[23] não sustenta

[21] KOOLHAAS, Rem - **Três textos sobre a cidade. Grandeza, ou o problema do grande: a cidade genérica: espaço-lixo**. [S.l.] : Gustavo Gili, 2014. p.15.

[22] NEGRI, Antonio - Rem Koolhaas: Junkspace e metrópole biopolítica. **Uninômade**. 2014).

[23] GRAAF, Reinier De - The Captive GlobeDrawing Matter, [s.d.]. [Consult. 3 mai. 2026]. Disponível em WWW:<URL:https://drawingmatter.org/>.

mais a arquitetura em nenhum sentido absoluto. Em troca dessa retirada, no entanto, ela devolve à arquitetura seu status de experimentação perpétua formando um ciclo infinito de obsolescência e novidades para o mercado.

A padronização mencionada por Vainer[24] revela a gênese da Cidade Genérica. A demanda mundial é globalizada e padronizada e a resposta mercadológica segue o mesmo raciocínio,“sinta-se em casa em qualquer lugar do mundo". Essa identidade corporativa hipermarcada não é neutra, nem tampouco invisível, ela é agressiva, ostensiva, composta por vidro espelhado e padrão Triple A. Ela constitui uma estratégia política de hiperidentidade que apaga o que cada lugar tem de único para transformar a cidade em um produto fácil de vender e replicar. O espaço vira um cenário pronto para o mercado se expandir sem obstáculos, consolidando o que Koolhaas define como a Cidade Genérica, um estágio onde Nova York, Dubai ou São Paulo parecem versões diferentes de uma mesma vitrine global.



Figura 6 – Av. Chucri Zaidan - elaborado pelo Autor, 2026

Para além da estética dos edifícios, diversos projetos no eixo Berrini-Chucri Zaidan mimetizam a “cultura da congestão”, ao incorporarem programas multifuncionais que priorizam a conveniência corporativa,pela qual o usuário é confinado por conta dos serviços e consumo dentro do enclave. Esses ambientes internos configuram o que Koolhaas define como Espaço-Lixo (*Junkspace)*: um resíduo espacial resultante do encontro tecnológico entre a climatização artificial e os sistemas de circulação mecânica, como as escadas rolantes (FIGURA 7). Estes ambientes são construídos e reconstruídos rapidamente através, principalmente, do sistema de gesso acartonado, configurando uma arquitetura efêmera, sem identidade e de continuidade ininterrupta. Essa fluidez material provoca a desorientação espacial que atua como condição ideal para a operação do poder

[24] ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia - **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos;** Coleção Zero à esquerda. . 8. ed. Petrópolis : Ed. Vozes, 2000.p.80.

biopolítico de Foucault[25]. Conforme destaca Koolhaas em *Junkspace*: "O espaço-lixo despoja-se da arquitetura tal como um réptil muda de pele, e renasce todas as segundas-feiras de manhã."[26].

Neste cenário emerge o fenômeno do Empretenimento[27], uma fusão entre a lógica corporativa e a indústria do entretenimento. O tempo livre ou o ócio é capturado pelo capital, transformando-se em tempo produtivo e monitorado.São ambientes que utilizam um discurso para criação de comunidade: ambientes "abertos" e "transparentes" com mobiliário hospitaleiro e confortável para encontros, relaxamento, colaboração e entretenimento, mas que na realidade não formam comunidade baseada em interesses comuns ou livre associação.

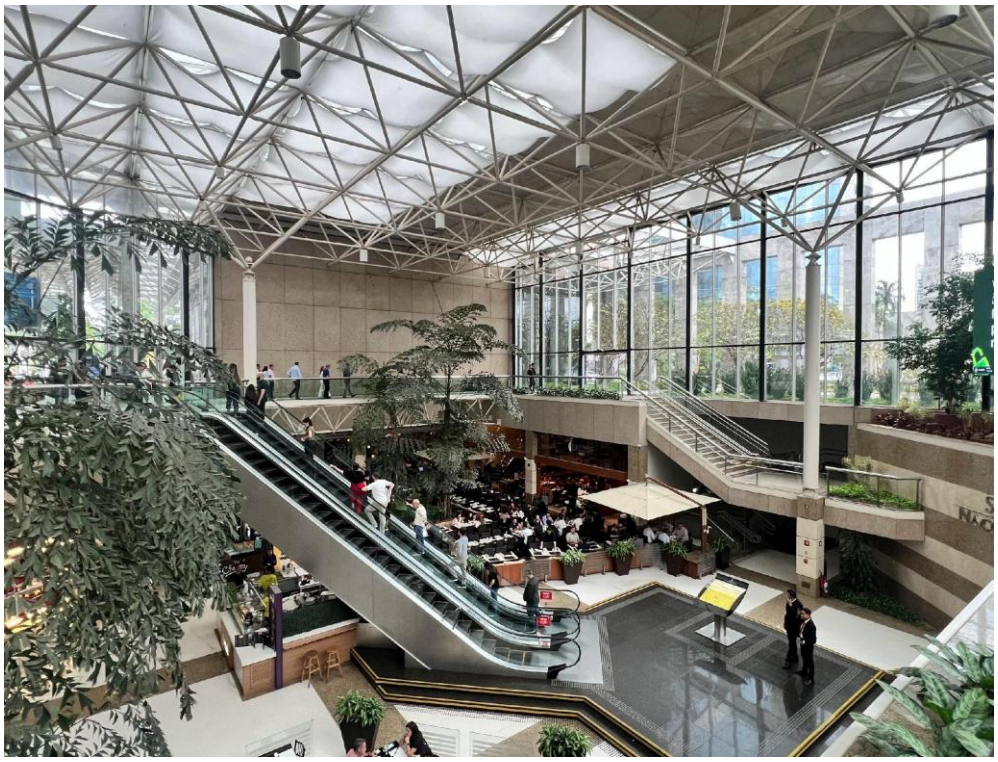


Figura 7 – Interiores do Shopping Nações Unidas - elaborado pelo Autor, 2026

Em vez disso, estabelecem uma coletividade artificial, fundamentada em uma estatística homogênea, fruto do despojamento da privacidade. Nestes recintos o indivíduo é submetido a um monitoramento e rastreamento perenes, através de um design de exposição total com uso do vidro e espaços abertos, interligados e contínuos para facilitar o controle. Conforme Foucault[28], a arquitetura atua como um dispositivo de controle e

[25] O conceito de biopoder, formulado por Michel Foucault, consiste no conjunto de mecanismos pelos quais aquilo que constitui os traços biológicos da espécie humana entra em uma estratégia política e geral do poder. No âmbito urbano, manifesta-se como um dispositivo de segurança que gerencia fluxos, os riscos e a circulação das massas no território. FOUCAULT, Michel - **Segurança, Território, População: Curso Dado No College De France (1977-1978)**. [S.l.] : Martins Fontes, 2007, p. 3-4.

[26] KOOLHAAS, Rem - **Três textos sobre a cidade. Grandeza, ou o problema do grande: a cidade genérica: espaço-lixo**. [S.l.] : Gustavo Gili, 2014.p.77.

[27] KOOLHAAS, Rem - **Três textos sobre a cidade. Grandeza, ou o problema do grande: a cidade genérica: espaço-lixo**. [S.l.] : Gustavo Gili, 2014. p.97.

[28] FOUCAULT, Michel - **Vigiar E Punir: Nascimento Da Prisão**. [S.l.] : Editora Vozes, 2021..

regulação das massas, convertendo a experiência urbana em um fluxo constante de dados e vigilância voltados para a gestão dos corpos e a normatização dos comportamentos.

Essa dinâmica consolida o que Antonio Negri[29] nomeou de inclusão disjuntiva: uma condição na qual o indivíduo é absorvido pelo sistema, ao mesmo tempo que se perpetua a sua separação, segregação ou subordinação. A materialização arquitetônica desse controle acontece justamente no Espaço-Lixo. Como destaca Fredric Jameson ao analisar as formulações de Rem Koolhaas, este ambiente atua como uma força totalitária e alienante:

> "É o fascismo isento de ditador. Desde o repentino beco sem saída em que você é deixado por uma gigantesca escada de granito, escadas rolantes levam você a um destino desconhecido num trajeto com uma vista provisória de vidro (…) vivemos sempre num sanduíche (…) entre o supérfluo e o inevitável (…) sem caráter, anônimo, repetitivo, vazio, disperso, vácuo, risível, pós-existencial (…) etc. "[30]

Na região encontramos espaços residuais configurados como zonas híbridas, o que Deleuze e Guattari classificariam como espaços estriados[31]: territórios capturados pela ordem, cercados por gradis metálicos, acesso restrito e vigilância contínua que anulam qualquer possibilidade de espontaneidade (FIGURAS 8 e 9).



Figura 8 – Jardim artificial cercado com gradis metálicos no complexo WTCSP - elaborado pelo Autor, 2026

[29] NEGRI, Antonio - Rem Koolhaas: Junkspace e metrópole biopolítica. **Uninômade**. 2014).

[30] JAMESON, Fredric - **A Cidade do Futuro**. **Libertas**. Juiz de Fora.

[31] Na formulação de Deleuze e Guattari os "espaços estriados" são definidos como territórios que foram capturados pela ordem e pela regulação.

Conforme o conceito deleuziano, o estriamento impõe a homogeneização, organização e rigidez, opondo-se ao espaço liso, território do nômade, multidirecional, marcado pela flexibilidade, pelos arranjos imprevistos e variações contínuas.

> "O espaço liso é ocupado por acontecimentos ou hecceidades, muito mais do que por coisas formadas e percebidas. É um espaço de afectos, mais que de propriedades. É uma percepção háptica, mais que óptica. Enquanto no espaço estriado as formas organizam uma matéria, no liso materiais assinalam forças ou hes servem de sintomas. É um espaço intensivo, mais do que extensivo, de distâncias e não de medidas."[32]

O uso da grama sintética simula uma natureza artificial que acaba por promover uma territorialização precária, pois simula o público, mas nega o encontro. Atua como um dispositivo de assepsia, oferecendo o "verde" da natureza, mas negando a "vida": a sua textura, o seu cheiro e a terra. A ausência do mobiliário urbano não é apenas uma falha ergonômica, mas um impedimento ao devir-comunitário, interrompendo os fluxos de sociabilidade. Trata-se de um espaço de atmosfera artificial e sem infraestrutura adequada, que desperdiça a sua potência de criação e comunalização ao condenar-se a ser um "resto" entre edifícios priorizando a imagem sobre a experiência. Ao invés disso, a área possui uma vocação para figurar o que Igor Guatelli define como Entre-Lugar: um espaço livre, dedicado ao devir, que não se caracteriza por ser "isso ou aquilo", mas que abriga a chance de um vir-a-ser outro possibilitado justamente por esta indefinição"[33].



Figura 9 – Jardim artificial cercado com gradis metálicos no complexo WTCSP - elaborado pelo Autor, 2026

[32] DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix - **Mil Platôs - Vol. 05 - Capitalismo E Esquizofrenia**. 2a. ed. São Paulo : Editora 34, 2021. p.198.

[33] GUATELLI, Igor- **Arquitetura dos entre-lugares sobre a importância conceitual**. [S.l.] : Editora Senac São Paulo, 2021.p.32.

Da mesma forma que a Grandeza reconfigura a arquitetura e o Espaço-Lixo molda os ambientes internos, emerge uma nova cidade, a Cidade Genérica. Nesta perspectiva, Koolhaas a descreve como o produto final da cidade-empresa[34] - conceito que fundamenta a governança urbana contemporânea, a espacialização da Sociedade do Controle[35] descrita por Deleuze.

Em virtude de sua vocação corporativa, a região caracteriza-se por uma densa população flutuante, cuja dinâmica urbana é estritamente ditada pelo horário comercial. Embora o território receba um volume massivo de trabalhadores nos dias úteis, sofrendo um esvaziamento drástico nos períodos noturnos e fins de semana, a presença de pedestres nas ruas ao longo do dia é paradoxalmente escassa (FIGURAS 10 e 11). Isso ocorre porque a região opera como um enclave corporativo fortificado: a população é capturada e confinada no interior dos edifícios, imersa em uma lógica produtiva. Como resultado dessa interiorização da vida, decreta-se a "morte da rua". As áreas externas, que deveriam servir à circulação livre e à comunalização, permanecem inóspitas, reduzidas a meros corredores de movimento funcional e espaços rigidamente estriados que inibem o encontro e a espontaneidade.



Figura 10 - Calçada na região da Av. Engenheiro Luis Carlos Berrini - Fonte: Autor 2026

[34] A reestruturação do capital, a governança do território adapta-se por meio do que Carlos Vainer define como a "cidade-empresa". O planejamento urbano tradicional cede lugar a um planejamento estratégico de viés mercadológico, no qual a metrópole passa a competir globalmente para atrair investimentos.

[35] O conceito de "Sociedade de Controle" cunhado por Gilles Deleuze, aponta para a superação histórica dos confinamentos disciplinares foucaultianos em prol de um modelo de dominação em meio aberto. Esse poder opera por modulação contínua e digitalização dos sujeitos, gerindo fluxos, acessos e velocidades no território através de dispositivos tecnológicos de monitoramento e racionalidade espacial. Ver: DELEUZE, Gilles - POST-SCRIPTUM – SOBRE AS SOCIEDADES DE CONTROLE. **Conversações: 1972-1990**. Rio de Janeiro. 34 (1992). p.219-226



Figura 11 - Calçada na região da Av. Chucri Zaidan- Fonte: Autor 2026

Até mesmo o comércio informal, que surge nos horários de pico, acaba sendo capturado por essa lógica de consumo imediato, transformando o escasso domínio público em uma extensão da engrenagem corporativa, onde o encontro humano é substituído pelo mero trânsito funcional. Como observa Koolhaas: "A Cidade Genérica é sempre fundada por pessoas em trânsito, determinadas a seguir adiante. Isto explica a insubstancialidade das suas fundações"[36]. Além disso, o perfil imobiliário da região impõe um elevado custo de vida, que inviabiliza a moradia familiar tradicional, uma tipologia que foi relegada ao acaso durante os processos iniciais de ocupação.

Essa condição de transitoriedade ganha novos contornos a partir das alterações induzidas pelo Plano Diretor de 2014. Conforme atesta o Relatório de Monitoramento do PDE[37], a legislação induziu uma explosão na aprovação de projetos de uso residencial e misto vertical nos eixos de estruturação urbana da cidade. Contudo, embora o eixo Berrini-Chucri Zaidan tenha passado a receber novos empreendimentos residenciais, o perfil imobiliário e o alto custo de vida local continuam a inviabilizar a moradia de uma família tradicional, confirmando uma tendência de exclusão social que já se anunciava nas décadas anteriores. A tipologia que hoje proliferam na região é de studios compactos: unidades habitacionais projetadas para a alta rotatividade, atendendo a um estilo efêmero e estritamente individualizado.

Trata-se de um modelo habitacional que não visa o enraizamento, mas que funciona como

[36] KOOLHAAS, Rem - **Três textos sobre a cidade. Grandeza, ou o problema do grande: a cidade genérica: espaço-lixo**. [S.l.] : Gustavo Gili, 2014. p.41.

[37] COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO URBANO (PLANURB); SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (SMUL) - **Relatório de Monitoramento e Avaliação da Implementação do Plano Diretor Estratégico 2014 a 2020** [Em linha]. SÃO PAULO, SP : [s.n.] [Consult. 28 jun. 2026]. Disponível em WWW:<URL:Relatório de Monitoramento e Avaliação da Implementação do Plano Diretor Estratégico 2014 a 2020>.

uma infraestrutura-dormitório voltada à manutenção dos corpos produtivos da cidade-empresa. A introdução desta tipologia residencial não resgata a urbanidade, mas consolida a análise de Koolhaas sobre um habitar focado na conveniência corporativa e no constante trânsito das pessoas, o que corrobora com a insubstancialidade das fundações desta pós-cidade.

Nesse cenário, o eixo Berrini-Chucri Zaidan consolida-se como paradigma da pós-cidade, constituída de fluxos e enclaves. O desejo de pertencer ao centro do poder econômico e o fluxo incessante de pessoas e capitais são capturados por uma arquitetura que produz isolamento. Em vez de o desejo se conectar com a cidade e com o outro para criar novas formas de comunalização, ele é canalizado para o consumo, a eficiência corporativa e o status monumental dos edifícios.

O eixo opera, portanto, como uma máquina que produz subjetividades em série: o indivíduo é engatado nessa superestrutura urbana não como um cidadão, mas como uma peça funcional de uma engrenagem produtiva. Quando o espaço público é abandonado como resíduo de si-mesmo, a lógica corporativa prevalece sobre qualquer desejo, inibindo a espontaneidade, configurando um "espaço estriado". Embora Deleuze e Guattari alertem para a reversibilidade constante e inevitável entre essas duas forças, demonstrando que a cidade é um espaço estriado que paradoxalmente espalha espaços lisos por toda a parte, a lógica de controle da pós-cidade atua para interromper essa dinâmica. O eixo Berrini-Chucri Zaidan nasce exclusivamente estriado e opera de forma a manter-se assim, atuando como um dispositivo que busca asfixiar o inesperado e anular qualquer fresta de imprevisibilidade onde a verdadeira urbanidade possa emergir.

Considerações Finais

Retomando a questão que norteou esta reflexão: ainda existe cidade nesta pós-cidade? A resposta revela que o que se ergue nesta centralidade não é um espaço vivido de apropriações e comunalização livre, mas uma máquina urbana de acumulação capitalista gerida pela lógica da cidade-empresa.

É nesse "espaço estriado" da experiência urbana que se consolida a pós-cidade: um território que sob as lentes de Koolhaas desistiu de ser cidade para tornar-se infraestrutura de capital. A análise aponta que a Grandeza dos empreendimentos, o confinamento imposto pelo Espaço-Lixo e o apagamento identitário da Cidade Genérica atuam como dispositivos biopolíticos que normatizam corpos e capturam o desejo, convertendo a vida pública em mero trânsito funcional. A região do eixo Berrini-Chucri Zaidan revela-se, assim, não como um bairro, mas como um território de urbanismo terminal que celebra o triunfo do mercado sobre a vida comum, anulando qualquer possibilidade do imprevisível.

Contudo, se a reflexão deleuziana alerta que o espaço estriado suscita a emergência de espaços lisos, a realidade morfológica do eixo Berrini-Chucri Zaidan impõe um ceticismo rigoroso a essa premissa. Diante do esvaziamento do expediente corporativo, a hipótese de um surgimento rizomático de micro-resistências ou táticas de subversão revela-se utópica. Isso ocorre porque o território em questão não foi apenas planejado, mas estruturalmente blindado contra o acontecimento.

Há aqui uma distorção radical da "cultura de congestão" teorizada por Koolhaas. Para o arquiteto e urbanista holandês, a densidade e a sobreposição programática da metrópole,

ou cosmopolitismo, operam em prol da esfera social, estimulando a fricção democrática. No vetor sudoeste paulistano, contudo, a diretriz mercadológica subverteu essa lógica: a congestão programática é artificialmente projetada não para aproximar, mas para capturar e isolar.

O que se consolida na " pós-cidade" não é o cosmopolitismo integrador, mas um manifesto de eugenismo social.O controle normativo e a segurança não afrouxam no fim do expediente, eles apenas mudam de turno, garantindo que o ascetismo estético e a exclusão de classes permaneçam intactos mesmo no silêncio das torres vazias.

Diante dessa constatação,a questão que se impõem ao devir da metrópole assume um tom muito mais severo: se o projeto capitalista contemporâneo é concebido para ser cirurgicamente infenso à espontaneidade à apropriação popular, restará à verdadeira urbanidade algum meio de sobreviver, ou somos testemunhas do sepultamento do espaço público sob a égide do gueto corporativo?

Bibliografia

ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia - **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**Coleção Zero à esquerda. . 8. ed. Petrópolis : Ed. Vozes, 2000. ISBN 978-85-326-2384-3.

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO URBANO (PLANURB); SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO (SMUL) - **Relatório de Monitoramento e Avaliação da Implementação do Plano Diretor Estratégico 2014 a 2020** [Em linha]. SÃO PAULO, SP : [s.n.] [Consult. 28 jun. 2026]. Disponível em WWW:<URL:https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/12/Relat%C3%B3rio-de-Monitoramento-do-PDE-2014-2020.pdf>.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix - **Mil Platos - Vol. 05 - Capitalismo E Esquizofrenia**. 2a. ed. São Paulo : Editora 34, 2021. ISBN 978-85-7326-057-1.

DELEUZE, Gilles - POST-SCRIPTUM – SOBRE AS SOCIEDADES DE CONTROLE. **Conversações: 1972-1990**. Rio de Janeiro. 34 (1992).

FIX, Mariana - **Parceiros Da Exclusao**. 1a. edição ed. São Paulo/SP : Boitempo, 2022. ISBN 978-85-85934-68-2.

FOUCAULT, Michel - **Vigiar E Punir: Nascimento Da Prisao**. [S.l.] : Editora Vozes, 2021. ISBN 978-85-326-0508-5.

FOUCAULT, Michel - **Segurança, Território, População: Curso Dado No College De France (1977-1978)**Topicos. . [S.l.] : Martins Fontes, 2007. ISBN 978-85-336-2377-4.

GRAAF, Reinier De - The Captive GlobeDrawing Matter, [s.d.]. [Consult. 3 mai. 2026]. Disponível em WWW:<URL:https://drawingmatter.org/>.

GUATELLI - **Arquitetura dos entre-lugares sobre a importância conceitual**. [S.l.] : Editora Senac São Paulo, 2021. ISBN 978-85-396-0198-1.

HARVEY, David - **O enigma do capital : e as crises do capitalismo**. São Paulo/SP : Boitempo, 2021. ISBN 978-85-7559-184-0.

HARVEY, David - **Cidades rebeldes: de o direito à cidade a revolução urbana**. São Paulo/SP : Livraria Martins Fontes Editora, [s.d.]. ISBN 978-85-8063-161-6.

KOOLHAAS, Rem - **Três textos sobre a cidade. Grandeza, ou o problema do grande: a cidade genérica: espaço-lixo**. [S.l.] : Gustavo Gili, 2014. ISBN 978-85-65985-54-3.

KOOLHAAS, Rem *et al.* (EDS.) - **Small, medium, large, extra-large: S, M, L, XL**. Rotterdam : 010 Publ. [u.a.], 1995. ISBN 978-1-885254-01-6.

KOOLHAAS, Rem - **Nova York Delirante: Um Manifesto Retroativo Para Manhattan**Coleção Face Norte. . [S.l.] : Cosac Naify, 2008. ISBN 978-85-7503-606-8.

NEGRI, Antonio - Rem Koolhaas: Junkspace e metrópole biopolítica. **Uninômade**. 2014).

NOBRE, Eduardo A. C.; BONFIM, Valéria C. - A produção do espaço urbano da cidade de são paulo na década de 90: políticas públicas de exclusão e inclusão social. **Revista USP**. [s.d.]).

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO - **INFORMES URBANOS**. São Paulo : [s.n.]

SIILA - **De “bairro escondido” a destino das grandes empresas: a virada da Chucri Zaidan** [Em linha] [Consult. 7 mar. 2026]. Disponível em WWW:<URL:https://siila.com.br/noticias/de-bairro-escondido-a-destino-das-grandes-empresas-a-virada-da-chucri-zaidan/7957/lang/pt-br>.

Ler por desenhos: análise dos fatos arquitetônicos como evidência do pensamento projetual

Marcelo Hennerberg Morettin
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Universidade Presbiteriana Mackenzie
marcelo.morettin@mackenzie.br

Ana Gabriela Godinho Lima
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Universidade Presbiteriana Mackenzie
anagabriela.lima@mackenzie.br

Resumo: Este artigo discute o desenho como modo de conhecimento na pesquisa acadêmica em arquitetura, a partir da interlocução entre os autores acerca da investigação de Marcelo Morettin sobre o momento que antecede a forma. O foco recai sobre o processo de formulação de hipóteses e construção de métodos em áreas de prática projetual, tomando a pesquisa em desenvolvimento como campo de observação para examinar a passagem entre experiência projetual, formulação conceitual, definição de procedimentos e comunicação acadêmica dos resultados. O texto situa essa discussão no debate sobre a validade de recursos provenientes da prática, a definição de evidências e a explicitação metodológica em pesquisas baseadas na prática projetual. A partir da hipótese de que premissas, parâmetros e critérios de projeto permanecem inscritos na configuração físico-espacial das obras, analisa-se a construção do conceito de fato arquitetônico como operador de delimitação do campo observável da investigação. O artigo examina ainda o papel dos artefatos gráficos elaborados na pesquisa, compreendidos como operadores analíticos que decompõem, ordenam e comparam relações entre sistemas arquitetônicos. Argumenta-se que tais artefatos conferem expressão comunicável ao discernimento especializado do arquiteto-praticante, permitindo que saberes formados pela experiência projetual ingressem no campo acadêmico como argumento, evidência e método. A contribuição do texto reside na explicitação do uso do desenho como estratégia de construção de método acadêmico em arquitetura.

Palavras-chave: desenho; pesquisa em arquitetura; prática projetual; fatos arquitetônicos; método acadêmico

Introdução

Este texto discute o desenho como modo de conhecimento na pesquisa em arquitetura, tomando como ponto de partida a interlocução entre os autores acerca da investigação de Marcelo Morettin sobre o momento que antecede a forma. O foco do presente trabalho recai sobre o processo de formulação de hipóteses e construção de métodos no âmbito da pesquisa acadêmica em áreas de prática projetual, temática que vem mobilizando considerável debate internacional[1].

Tal debate envolve a validade acadêmica de recursos provenientes da prática projetual, a definição do que pode ser considerado evidência em pesquisas baseadas na prática, a explicitação de procedimentos metodológicos e a comunicabilidade dos resultados entre pares[2]. No contexto brasileiro, essas questões vêm sendo discutidas a partir da identificação de indicadores histórico/historiográficos e projetuais em pesquisas acadêmicas de arquitetura e urbanismo, com atenção especial ao modo como desenhos, redesenhos, mapas, croquis, diagramas, modelos e fotografias podem participar da construção, demonstração e comunicação do conhecimento acadêmico[3].

Os artefatos gráficos discutidos neste texto assumem função analítica a partir da articulação entre duas experiências prolongadas: a experiência de projeto em arquitetura e desenho urbano exercida por Morettin ao longo de mais de três décadas, e a experiência de investigação acadêmica *stricto sensu*, orientação e construção de expressões acadêmicas das práticas projetuais desenvolvida por Lima em período equivalente. A prática projetual comparece aqui na forma de desenhos elaborados a partir de raciocínios próprios de quem projeta arquitetura e se forma no trato contínuo com textos, obras, documentos e debates da disciplina.

A questão desta pesquisa, tal como descrita por Morettin, nasceu da inquietação provocada pelo embate cotidiano — no escritório e em sala de aula — com os problemas da forma na prática projetual. Em ambos os contextos, bases, dados, levantamentos, referências, observações e análises costumam ser reunidos e debatidos com relativa

---

[1] CROSS, Nigel – **Designerly ways of knowing**. *Design Studies*. Vol. 3, n.º 4, 1982. p. 221–227. CROSS, Nigel – **Designerly ways of knowing**. Basel: Birkhäuser, 2007. SCHÖN, Donald A. – **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2000. SCRIVENER, Stephen – **Reflection in and on action and practice in creative-production doctoral projects in art and design**. *Working Papers in Art and Design*. Vol. 1, 2000. BÜCHLER, Daniela; BIGGS, Michael – **Pesquisa acadêmica em áreas de prática projetual**. *Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*. N.º 26, 2009. p. 168–183. MAREIS, Claudia – **The epistemology of the unspoken: on the concept of tacit knowledge in contemporary design research**. *Design Issues*. Vol. 28, n.º 2, 2012. p. 61–71. FOQUÉ, Richard – **Building knowledge in architecture**. Brussels: University Press Antwerp, 2010.

[2] SCRIVENER, Stephen – **Reflection in and on action and practice in creative-production doctoral projects in art and design**. *Working Papers in Art and Design*. Vol. 1, 2000. BÜCHLER, Daniela; BIGGS, Michael – **Pesquisa acadêmica em áreas de prática projetual**. *Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*. N.º 26, 2009. p. 168–183. MAREIS, Claudia – **The epistemology of the unspoken: on the concept of tacit knowledge in contemporary design research**. *Design Issues*. Vol. 28, n.º 2, 2012. p. 61–71.

[3] LIMA, Ana Gabriela Godinho; PERRONE, Rafael Antônio Cunha; ZEIN, Ruth Verde – **Notas sobre a pesquisa acadêmica em áreas de prática projetual**. In: GORDILHO-SOUZA, Angela; COTRIM, Marcio; SUAREZ, Naia Alban, orgs. – **Pesquisa em projeto e extensão na pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo**. Salvador: EDUFBA, 2021. p. 66–77. SILVA, Leonardo Tadeu Kseib Coelho da; LIMA, Ana Gabriela Godinho – **O edifício escolar expandido: análise projetual em Medellin nas escalas KM, M e CM**. *Vernácula: territórios contemporâneos*. Vol. 2, n.º 7, 2024. p. 80–95.

segurança. A dificuldade se intensifica no momento em que se deve passar à proposição projetual. Surgem então entraves, hesitações e impasses de várias naturezas.

A recorrência e a intensidade desses embates, observados no meio profissional e acadêmico, conferem relevância acadêmica à questão. Que conhecimentos, advindos da prática projetual experimentada, poderiam contribuir para enfrentar esse momento? Quais considerações deveriam ser mobilizadas durante o processo de projeto para lidar com os problemas da forma com coerência disciplinar, evitando a atribuição gratuita ou fortuita de qualquer geometria? Como identificar e descrever essas considerações de modo consistente? Essas perguntas, sistematizadas inicialmente pelo arquiteto-pesquisador, situam a investigação em uma zona cuja delimitação pode ser assim descrita: o intervalo entre o processamento geral das informações, julgamentos, referências e restrições impostas pelo projeto e o início das decisões arquitetônicas expressas como forma.

O momento que antecede a forma designa esse campo de elaboração. Nele, premissas, parâmetros e critérios de projeto participam da gênese da configuração físico-espacial das obras. A leitura dos fatos arquitetônicos procura reconhecer tais elementos nos produtos dos processos projetuais, compreendendo a obra arquitetônica como registro material de um sistema complexo que articula variados modos e estratégias do pensamento. A análise dirige a atenção para aquilo que a configuração arquitetônica permite observar: sistemas, recorrências, articulações, hierarquias, limites e modos de organização espacial.

A formulação das perguntas enunciadas acima encontra respaldo nos modos projetuais de conhecer propostos por Nigel Cross. Em sua proposição sobre o conhecimento próprio das práticas de projeto, Cross afirma a especificidade epistemológica das ciências projetuais como campo de investigação, com objetos, procedimentos e formas de validação próprios[4]. Em seu argumento, o design constitui uma terceira cultura, distinta das ciências e das humanidades, cujo campo de estudo é o mundo fabricado, ou seja, o mundo constituído por artefatos. Seus procedimentos próprios envolvem modelagem, formação de padrões e síntese; sua linguagem opera por códigos não verbais, modelos, desenhos, diagramas e objetos, mobilizados para ler e escrever no mundo dos artefatos. Essa perspectiva sustenta o enquadramento adotado pela pesquisa aqui discutida: a proposição de um sistema gráfico de leitura dos fatos arquitetônicos confere expressão analítica a um saber projetual muitas vezes tácito, formado pela experiência e pelo conhecimento profundo da prática, tornando-o passível de comunicação acadêmica.

1. Formulação de hipóteses projetuais

A partir desse enquadramento, a investigação organiza-se em torno da hipótese central segundo a qual a configuração físico-espacial de obras arquitetônicas permite reconhecer premissas, parâmetros e critérios que antecederam a definição de sua forma e orientaram seu processo de projeto. A seleção das obras decorre dessa hipótese: busca-se, nos produtos dos processos projetuais, evidências materiais de modos estruturados de enfrentar os problemas da forma. Projetos, obras, desenhos, textos, memoriais, entrevistas, publicações autorais e registros especializados compõem, nesse sentido, um campo documental por meio do qual a pesquisa procura reconhecer aquilo que permanece inscrito na configuração arquitetônica como pensamento projetual.
O universo de análise se constitui a partir de autores e obras amplamente documentados, difundidos e discutidos no ensino e na pesquisa em arquitetura moderna e contemporânea,

[4] CROSS, Nigel – **Designerly ways of knowing**. *Design Studies*. Vol. 3, n.º 4, 1982. p. 221–227.

pertencentes a um repertório canônico mobilizado pela disciplina. Essa escolha é coerente com a posição do arquiteto-professor, cuja experiência se desenvolve no cruzamento entre prática profissional, ensino de projeto e ensino de história e teoria da arquitetura contemporânea. Interessa, nesse conjunto, observar padrões, recorrências e estratégias de pensamento presentes em obras de diferentes autores, por meio dos quais se tornam reconhecíveis modos de considerar os problemas da forma. A organização do corpus privilegia afinidades entre abordagens projetuais, reconhecidas em obras distintas e descritas a partir de critérios comuns de leitura.

A obra arquitetônica passa então a ser examinada como produto de uma elaboração projetual na qual decisões, avaliações e modos de organização espacial e material permanecem inscritos e discerníveis em sua concretude. Essa hipótese desdobra-se em duas hipóteses secundárias. A primeira propõe a compreensão dos documentos de projeto e dos registros produzidos pelos arquitetos como fontes suficientes e necessárias para o tipo de leitura aqui proposto. Sua suficiência não se define pela posse direta dos arquivos originais, mas pela possibilidade de reconhecer, nos materiais disponíveis, relações verificáveis entre configuração físico-espacial, organização dos sistemas arquitetônicos e hipóteses de pensamento projetual. Desenhos técnicos, croquis, diagramas, memoriais, textos, entrevistas, publicações autorais e registros especializados constituem, nesse sentido, materiais de base para a leitura dos movimentos que orientaram a proposição da forma no processo projetual.

A segunda hipótese secundária focaliza os artefatos gráficos produzidos pelo autor e convocados durante o fazer da própria pesquisa. Ela sustenta que a proposição de um sistema de leitura de obras arquitetônicas, estruturado por um conjunto coordenado de artefatos gráficos pensados para essa finalidade, permite elucidar relações significativas inscritas nessas obras que não seriam apreendidas por meios predominantemente textuais ou conceituais. Essas relações dizem respeito à articulação entre sistemas, partes, limites, hierarquias, recorrências e modos de organização espacial, cuja inteligibilidade depende de operações gráficas de decomposição, redesenho, comparação e síntese.

Nesse contexto, a pesquisa de Morettin constitui artefatos gráficos válidos a partir de operações pensadas, selecionadas, testadas e organizadas pela combinação entre experiência projetual acumulada e elaboração acadêmica. Esses artefatos nascem de saberes exercidos ao longo de décadas de prática profissional e docente, articulados a referenciais teóricos, fontes primárias e procedimentos de revisão próprios da pesquisa. Sua validade acadêmica depende, portanto, de um rigor específico: finalidade analítica explícita, vínculo com materiais verificáveis, clareza dos procedimentos adotados e possibilidade de comunicação entre pares. Seu propósito principal é operar como sistema articulado de instrumentos para evidenciar nexos relevantes entre os sistemas que estruturam os fatos arquitetônicos.

2. Artefatos gráficos como método de pesquisa em áreas de práticas projetuais

A validade acadêmica de recursos provenientes da prática projetual — como os artefatos gráficos propostos por Morettin — constitui uma das questões centrais da pesquisa em áreas de prática projetual[5]. Nesse campo, a experiência do pesquisador participa das

[5] MAREIS, Claudia – **The epistemology of the unspoken: on the concept of tacit knowledge in contemporary design research**. *Design Issues*. Vol. 28, n.º 2, 2012. p. 61–71. BÜCHLER, Daniela; BIGGS, Michael – **Pesquisa acadêmica em áreas de prática projetual**. *Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*. N.º 26, 2009. p. 168–183.

condições de formulação da pesquisa, orienta a seleção dos materiais, informa a construção dos instrumentos analíticos e sustenta a interpretação dos resultados. No caso de Morettin, as décadas de prática profissional, docente e investigativa constituem parte essencial das condições que conferem consistência à elaboração dos artefatos gráficos de leitura das obras. A credibilidade acadêmica desses artefatos decorre da articulação entre experiência acumulada, explicitação dos procedimentos, diálogo com materiais verificáveis, possibilidade de revisão por pares e fundamentação teórica. Essa posição encontra respaldo em autores que discutem o conhecimento incorporado na prática, a formação da expertise, a reflexão em ação e a validação acadêmica de pesquisas baseadas na prática, entre eles Sennett, Polanyi, Schön, Scrivener, Biggs e Büchler[6].

A ponderação de Sennett sobre dez mil horas de prática como referência recorrente em distintas áreas profissionais contribui para compreender a densidade dos saberes experienciais construídos ao longo do tempo, formados pela repetição, por ajustes sucessivos e pelo exercício prolongado da atenção[7]. No caso de praticantes com mais de três décadas de atuação, que somam muito mais que as dez mil horas apontadas por Sennett, essa referência permite dimensionar a extensão de um saber constituído no enfrentamento reiterado de problemas concretos, em situações de projeto, ensino, análise e julgamento disciplinar.

A discussão de Mareis sobre conhecimento tácito, expertise e *connoisseurship* permite qualificar a natureza desse saber[8]. A autora retoma a contribuição de Polanyi, especialmente a formulação apresentada em *The tacit dimension*, publicada originalmente em 1966, segundo a qual conhecemos mais do que conseguimos dizer de modo plenamente articulado[9]. Nessa perspectiva, parte relevante do conhecimento mobilizado por praticantes experientes permanece incorporada em modos de perceber, selecionar, distinguir, julgar e operar. Esse conhecimento pode não se apresentar integralmente como explicação verbal, mas pode ser reconhecido em ações, demonstrações, escolhas e procedimentos.

Na pesquisa acadêmica em áreas de prática projetual, expressões como conhecimento tácito, conhecimento profundo, expertise e *connoisseurship* aparecem frequentemente associadas, exigindo exame de sua dimensão social, histórica e disciplinar[10]. O ponto relevante, para o presente argumento, está na compreensão do *connoisseurship* como discernimento qualitativo fino, adquirido por treinamento extensivo e por contato direto

---

[6] SENNETT, Richard – **O artífice**. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2009. POLANYI, Michael – **The tacit dimension**. Garden City, New York: Doubleday, 1966. SCHÖN, Donald A. – **The reflective practitioner: how professionals think in action**. New York: Basic Books, 1983. SCRIVENER, Stephen – **Reflection in and on action and practice in creative-production doctoral projects in art and design**. *Working Papers in Art and Design*. Vol. 1, 2000. BÜCHLER, Daniela; BIGGS, Michael – **Pesquisa acadêmica em áreas de prática projetual**. *Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*. N.º 26, 2009. p. 168–183.

[7] SENNETT, Richard – **O artífice**. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

[8] MAREIS, Claudia – **The epistemology of the unspoken: on the concept of tacit knowledge in contemporary design research**. *Design Issues*. Vol. 28, n.º 2, 2012. p. 61–71.

[9] POLANYI, Michael – **The tacit dimension**. Gloucester, Mass.: Peter Smith, 1983. MAREIS, Claudia – **The epistemology of the unspoken: on the concept of tacit knowledge in contemporary design research**. *Design Issues*. Vol. 28, n.º 2, 2012. p. 61–71.

[10] MAREIS, Claudia – **The epistemology of the unspoken: on the concept of tacit knowledge in contemporary design research**. *Design Issues*. Vol. 28, n.º 2, 2012. p. 61–71

com culturas especializadas de prática. Trata-se de um saber exercido em situações concretas, transmitido por exemplos, consolidado em ambientes de formação e trabalho, e incorporado em modos de ver, julgar e operar.

Na pesquisa de Morettin, a construção dos artefatos gráficos assume também o papel de evidência desse discernimento especializado, que fundamenta as análises propostas pela investigação. Constitui-se, assim, parte do processo de explicitação do tácito: por meio da construção laboriosa e explicitada dos artefatos gráficos, o saber tácito do arquiteto-praticante adquire, ao longo da tese, expressão analítica, torna-se examinável e passa a integrar o campo comunicável da investigação acadêmica. O desenho assume, desse modo, o papel de operador analítico: organiza observações, explicita relações, testa hipóteses visuais e permite que nexos entre sistemas arquitetônicos sejam apresentados à discussão entre pares.

A seção seguinte apresenta o conceito de fato arquitetônico e os sistemas por meio dos quais Morettin organiza essa leitura: núcleos programáticos, estruturas de conexão e estruturas de suporte e construção.

3. Construção do conceito de fatos arquitetônicos

Construir o conceito de fato arquitetônico corresponde, na pesquisa de Morettin, à etapa em que o corpus de análise é definido e delimitado a partir de critérios próprios da prática projetual. Essa operação situa a investigação no âmbito da pesquisa acadêmica em áreas de prática projetual, tal como discutida por Lima e Vieira e, posteriormente, por Lima, Perrone e Zein[11]. Um de seus aspectos centrais está na possibilidade de conduzir a análise sem subordiná-la aos métodos de raiz histórico/historiográfica, mantendo o repertório de obras, autores, textos e documentos situado em um campo disciplinar historicamente constituído.

A distinção entre indicador histórico/historiográfico e indicador projetual permite qualificar esse deslocamento. O indicador histórico/historiográfico refere-se aos procedimentos textuais mobilizados para contextualizar, justificar e situar o problema de pesquisa, envolvendo recorte, bibliografia, referencial teórico e desenvolvimento das análises[12]. O indicador projetual, por sua vez, diz respeito ao emprego de instrumentos derivados da prática de projeto — desenhos, redesenhos, plantas, cortes, fachadas, mapas, modelos, fotografias, esquemas e croquis — como meios de construção, demonstração e comunicação do conhecimento acadêmico[13]. Em pesquisas dessa natureza, os recursos

---

[11] LIMA, Ana Gabriela Godinho; VIEIRA, Júlio Luiz – **O redesenho como instrumento de construção de conhecimento em arquitetura**. *Thésis*. Vol. 2, n.º 3, 2017. p. 34–53. LIMA, Ana Gabriela Godinho; PERRONE, Rafael Antônio Cunha; ZEIN, Ruth Verde – **Notas sobre a pesquisa acadêmica em áreas de prática projetual**. In: GORDILHO-SOUZA, Angela; COTRIM, Marcio; SUAREZ, Naia Alban, orgs. – **Pesquisa em projeto e extensão na pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo**. Salvador: EDUFBA, 2021. p. 66–77.

[12] Ibidem

[13] LIMA, Ana Gabriela Godinho; VIEIRA, Júlio Luiz – **O redesenho como instrumento de construção de conhecimento em arquitetura**. *Thésis*. Vol. 2, n.º 3, 2017. p. 34–53. LIMA, Ana Gabriela Godinho; PERRONE, Rafael Antônio Cunha; ZEIN, Ruth Verde – **Notas sobre a pesquisa acadêmica em áreas de prática projetual**. In: GORDILHO-SOUZA, Angela; COTRIM, Marcio; SUAREZ, Naia Alban, orgs. – **Pesquisa em projeto e extensão na pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo**. Salvador: EDUFBA, 2021. p. 66–77.

gráficos assumem função argumentativa: participam da formulação do problema, da construção do argumento e da validação dos resultados.

A investigação de Morettin assume essa segunda vertente como eixo ao buscar reconhecer, em obras e textos de autores canônicos, estratégias de pensamento comuns situadas na origem da pesquisa formal de determinados grupos de praticantes. Esse reconhecimento exige orientar a observação para a configuração física e espacial das obras, tomando distância de leituras centradas em individualidades autorais, classificações estilísticas ou narrativas historiográficas já estabilizadas. Esse recorte define a matéria sobre a qual os artefatos gráficos passam a operar: objetos, elementos, sistemas e relações inscritos na obra arquitetônica. O conceito de fato arquitetônico nomeia esse campo e refere-se ao artefato cuja configuração física e espacial é dada pelo processo de projeto. Trata-se de uma realidade tangível, objetiva, observável e verificável, constituída por partes ou elementos articulados em uma estrutura e regida por uma lógica de funcionamento que organiza as relações entre seus componentes.

A dimensão histórica, crítica, cultural e social das obras permanece implicada no processo de projeto, informando problemas, programas, valores, técnicas, repertórios e modos de interpretação. A investigação de Morettin concentra a análise nos problemas da forma verificáveis no mapa de relações construído a partir dos elementos que compõem a realidade física das obras. Essa realidade física é compreendida como inscrição material da prática projetual e constitui o campo no qual se tornam observáveis as articulações entre partes, sistemas, limites, hierarquias e modos de organização espacial.

A partir dessa compreensão, os fatos arquitetônicos são organizados em três sistemas fundamentais, que funcionam como índice para a leitura gráfica das obras. Esses sistemas delimitam o campo de relações sobre o qual incidem os artefatos gráficos. Os núcleos programáticos, ou espaços contidos, designam as estruturas físicas e espaciais que condicionam os usos de um determinado fato arquitetônico, a partir de seu propósito original. As estruturas de conexão, ou espaços contínuos, designam as estruturas físicas e espaciais que condicionam fluxos, circulações e articulações entre os núcleos de um fato arquitetônico e entre esse fato e seu entorno. As estruturas de suporte e construção designam os componentes e sistemas que constituem o arcabouço físico do fato arquitetônico, configurando suportes, superfícies, limites e fronteiras que relacionam os elementos entre si e fazem sua mediação com o ambiente.

A conceituação de fato arquitetônico estabelece, assim, o ponto de referência a partir do qual a pesquisa ajusta seu foco e define o contorno dos fenômenos observados nas obras escolhidas. Uma vez delimitado o objeto da investigação como configuração física e espacial das obras, a análise concentra-se nos projetos e nas obras propriamente ditas, voltando-se à identificação e interpretação dos elementos que os constituem. Desenhos técnicos, perspectivas, diagramas, memoriais, registros fotográficos, publicações autorais, livros e periódicos especializados da área de projeto compõem o conjunto documental mobilizado pela pesquisa, selecionado segundo critérios de confiabilidade, autoria e correspondência entre documentos, obras e autores. O exame desses materiais articula análises textuais e gráficas e conduz à elaboração de artefatos gráficos específicos, concebidos a partir da estruturação dos fatos arquitetônicos. Esses artefatos evidenciam aspectos relevantes dos sistemas que compõem os projetos e as obras, especialmente aqueles vinculados às considerações sobre a pesquisa da forma.



Figura 01. Um dos projetos analisados na tese é o ZKM, de Rem Koolhaas. A imagem da maquete faz parte do conjunto documental mobilizado pela pesquisa (juntamente com desenhos técnicos, perspectivas, diagramas, memoriais, registros fotográficos, dentre outros). Fonte: El Croquis nº 53, p. 141.

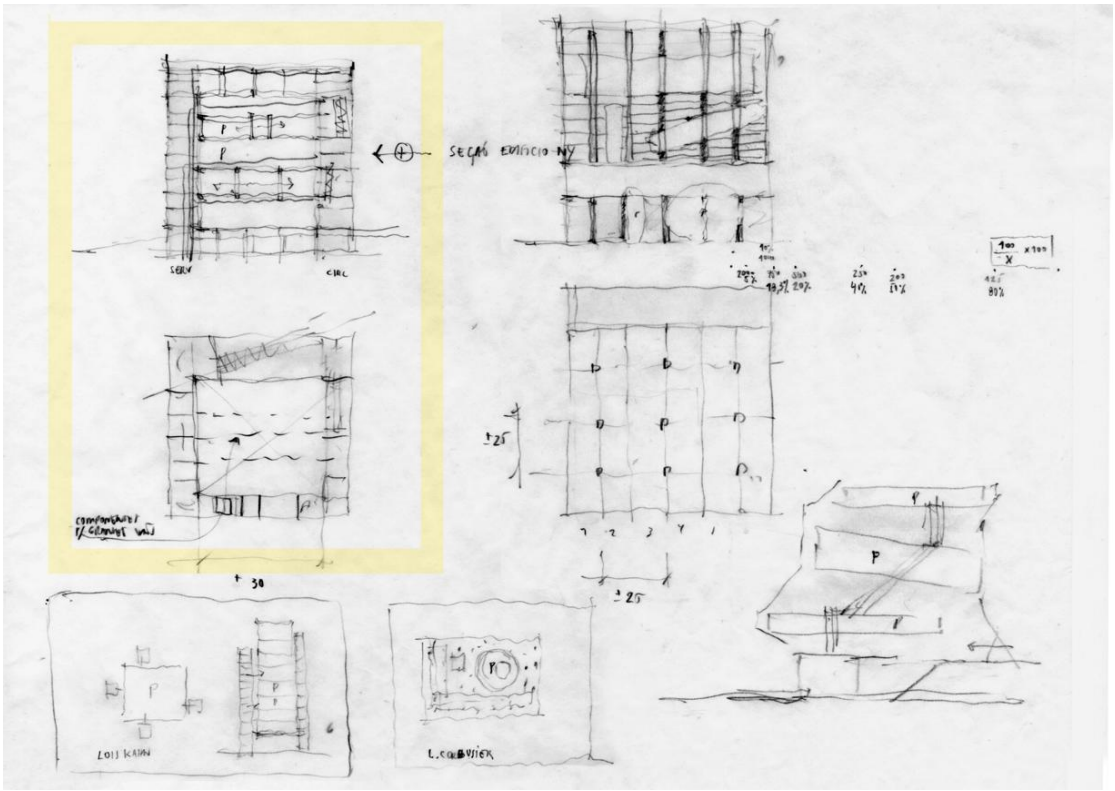


Figura 02. Em uma primeira abordagem, são realizados croquis sem escala, identificando e explorando as relações entre os sistemas que compõem o edifício. Outros projetos do mesmo autor e de outros autores pertinentes à pesquisa são convocados para auxiliar nesta investigação. Em destaque, os croquis referentes ao ZKM.
Fonte: Desenhos do autor.

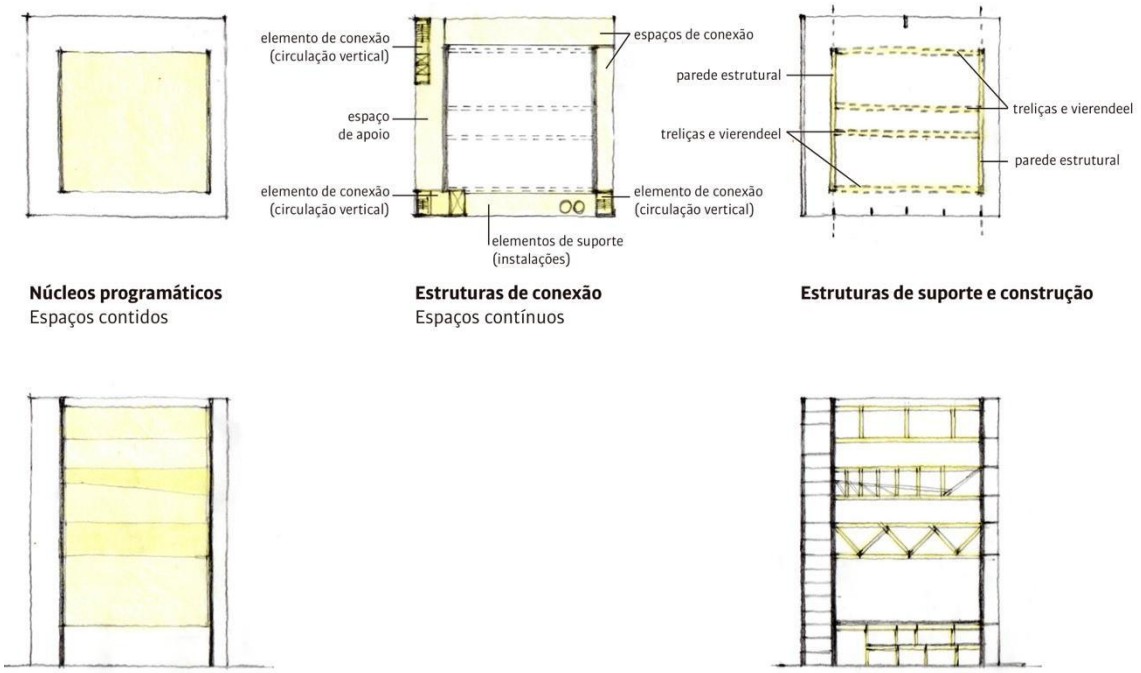


Figura 03. **Série amarela | Diagramas de exploração**
Artefatos gráficos elaborados especificamente para a pesquisa são utilizados para identificar e iluminar os três sistemas que compõem o edifício. Fonte: Desenhos do autor.

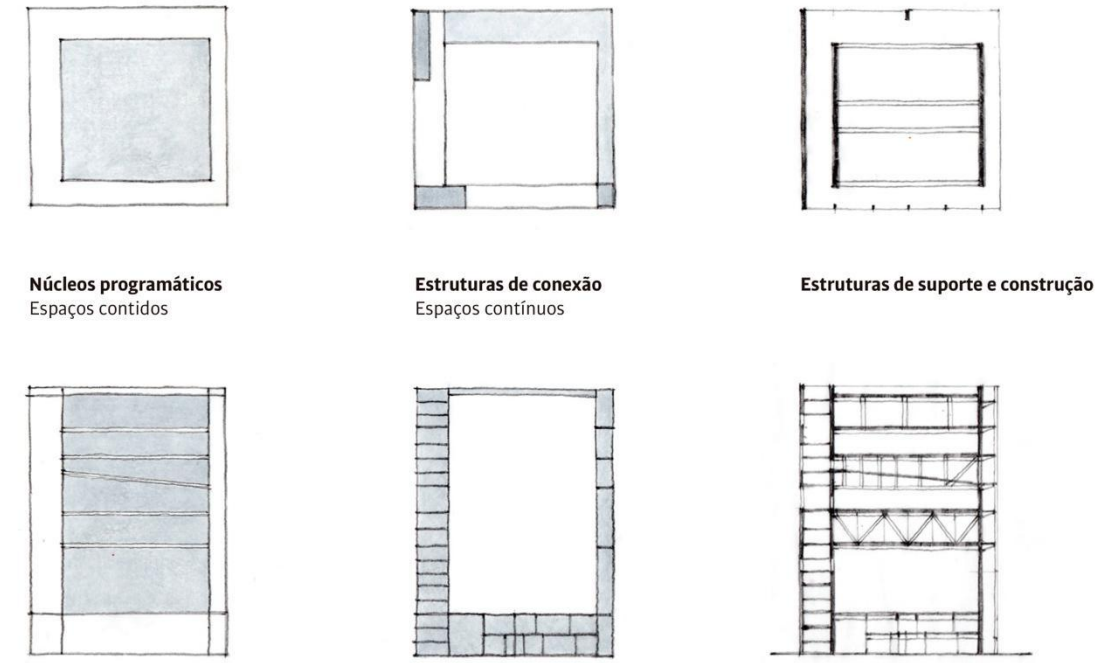


Figura 04. **Série cinza | Diagramas de conclusão**

Aqui, os diagramas assumem a condição mais sintética possível, registrando as evidências relativas aos sistemas estudados, para que possam ser comparados com diagramas análogos de outros projetos e, consequentemente, propiciar as análises e discussões que interessam ao desenvolvimento do trabalho. Fonte: Desenhos do autor.

Considerações Finais

Este texto partiu da interlocução entre os autores acerca do modo como conhecimentos provenientes da prática projetual participam da formulação de hipóteses e da construção de métodos na pesquisa acadêmica em arquitetura. O foco recaiu sobre o processo de elaboração acadêmica que articula experiência projetual, formulação conceitual, definição de procedimentos e comunicação dos resultados. Essa questão insere-se no debate internacional sobre pesquisa acadêmica em áreas de prática projetual, especialmente no que se refere à validade dos recursos provenientes da prática, à definição de evidências e à explicitação metodológica. A investigação de Morettin foi tomada como campo de observação desse processo, permitindo examinar como uma prática projetual experiente pode ser elaborada como problema, hipótese, conceito e método de pesquisa.

Na investigação do autor, esse processo se estrutura a partir de uma questão situada no interior da prática projetual: o momento que antecede a forma. A partir dela, a pesquisa formula a hipótese de que premissas, parâmetros e critérios de projeto permanecem inscritos na configuração físico-espacial das obras. O conceito de fato arquitetônico atua como operador de delimitação do campo observável da análise, definindo os objetos, elementos, sistemas e relações a serem examinados. Os artefatos gráficos, estruturados a partir desse conceito, operam como instrumentos de leitura, decomposição, comparação e síntese. Desse modo, o desenho se estabelece como operador analítico na construção da investigação.

Como operadores analíticos, os artefatos gráficos produzidos pela pesquisa decompõem, ordenam e comparam relações que estruturam os fatos arquitetônicos. Eles tornam observáveis nexos entre núcleos programáticos, estruturas de conexão e estruturas de suporte e construção, bem como articulações entre partes, limites, hierarquias e modos de organização espacial. Essa operação dá forma comunicável ao discernimento especializado do arquiteto-praticante, constituído pela experiência projetual e docente, pelo exame continuado de obras e documentos e pela participação em debates disciplinares. A explicitação dos procedimentos gráficos permite que esse saber ingresse no campo acadêmico como argumento, evidência e método.

A contribuição aqui discutida reside na explicitação do processo de construção de hipóteses, conceitos, procedimentos e artefatos de pesquisa em áreas de prática projetual. No caso examinado, experiência profissional, formulação de hipóteses, construção conceitual, elaboração de artefatos gráficos e definição de procedimentos articulam-se na constituição de uma investigação ainda em desenvolvimento. O interesse do caso está, portanto, no modo como uma prática projetual experiente é elaborada academicamente como problema, hipótese, conceito, método e forma de comunicação. Nessa perspectiva, o capítulo contribui para tornar inteligível o uso do desenho como estratégia de construção de método acadêmico em arquitetura.

Bibliografia

BÜCHLER, Daniela; BIGGS, Michael – **Pesquisa acadêmica em áreas de prática projetual**. *Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP*. N.º 26, 2009. p. 168–183. DOI: 10.11606/issn.2317-2762.v0i26p168-183.

CROSS, Nigel – **Designerly ways of knowing**. *Design Studies*. Vol. 3, n.º 4, 1982. p. 221–227.

CROSS, Nigel – **Designerly ways of knowing**. Basel: Birkhäuser, 2007.

FOQUÉ, Richard – **Building knowledge in architecture**. Brussels: University Press Antwerp, 2010.

LIMA, Ana Gabriela Godinho; PERRONE, Rafael Antônio Cunha; ZEIN, Ruth Verde – **Notas sobre a pesquisa acadêmica em áreas de prática projetual**. In GORDILHO-SOUZA, Angela; COTRIM, Marcio; SUAREZ, Naia Alban, orgs. – **Pesquisa em projeto e extensão na pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo**. Salvador: EDUFBA, 2021. p. 66–77.

LIMA, Ana Gabriela Godinho; VIEIRA, Júlio Luiz – **O redesenho como instrumento de construção de conhecimento em arquitetura**. *Thésis*. Rio de Janeiro. Vol. 2, n.º 3, 2017. p. 34–53.

MAREIS, Claudia – **The epistemology of the unspoken: on the concept of tacit knowledge in contemporary design research**. *Design Issues*. Vol. 28, n.º 2, 2012. p. 61–71. DOI: 10.1162/DESI_a_00143.

POLANYI, Michael – **The tacit dimension**. Gloucester, Mass.: Peter Smith, 1983.
SCHÖN, Donald A. – **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SCRIVENER, Steven – **Reflection in and on action and practice in creative-production doctoral projects in art and design**. *Working Papers in Art and Design*. Vol. 1, 2000. ISSN 1466-4917.

SENNETT, Richard – **O artífice**. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVA, Leonardo Tadeu Kseib Coelho da; LIMA, Ana Gabriela Godinho – **O edifício escolar expandido: análise projetual em Medellin nas escalas KM, M e CM**. *Vernácula: territórios contemporâneos*. Vol. 2, n.º 7, 2024. p. 80–95.

La conservación sostenible española a raíz de la Convención del PM: el caso andaluz

Soledad González Arques
Universidad de Sevilla, Departamento de Historia, Teoría y Composición Arquitectónicas; Instituto Universitario de Arquitectura y Ciencias de la Construcción
mgonzalez30@us.es

Blanca del Espino Hidalgo
Universidad de Sevilla, Departamento de Urbanismo y Ordenación del Territorio; Instituto Universitario de Arquitectura y Ciencias de la Construcción
bdelespino@us.es

Marta García de Casasola Gómez
Universidad de Sevilla, Departamento de Historia, Teoría y Composición Arquitectónicas
mgcasasola@us.es

Abstract: La Convención sobre la Protección del Patrimonio Mundial de 1972 ha consolidado un aparato operativo internacional que ha condicionado las políticas de conservación de todos aquellos países que la han ratificado. En su evolución a lo largo del tiempo, ha ido incorporando requisitos exigibles desde el ámbito internacional a estos tipos de bienes, evolucionando recientemente hacia la integración del patrimonio en marcos de desarrollo sostenible. El presente artículo analiza cómo el ordenamiento jurídico español y, de forma pormenorizada, el andaluz, han transpuesto estas exigencias globales en su normativa regional para garantizar la salvaguarda de bienes que son considerados de Valor Universal Excepcional. Esta pregunta adquiere más pertinencia en un contexto andaluz que atraviesa un momento crítico con la aprobación de la nueva Ley 4/2026 de Patrimonio Cultural, la cual asume un cambio de paradigma hacia una visión territorial y social del patrimonio, en sintonía con la evolución dictada por los convenios internacionales. A través del análisis cualitativo de las figuras de protección y gestión disponibles en el corpus normativo de aplicación se busca una evaluación de su grado de alineación con los pilares que conforman las exigencias para estos bienes desde el ámbito internacional que permite la identificación de oportunidades de mejora, así como desafíos persistentes en la implementación efectiva de las exigencias más recientes frente a los procedimientos tradicionales. En el cambio de paradigma de la conservación patrimonial andaluza, ante una nueva normativa que da pasos importantes hacia parámetros de sostenibilidad, es imperativo reglamentar herramientas que garanticen de forma obligatoria la preservación del Valor Universal Excepcional frente a las transformaciones territoriales contemporáneas.

Palabras clave: conservación sostenible, patrimonio mundial, plan de gestión, evaluación de impacto patrimonial, proyecto de conservación.

Introducción

En 1972, la UNESCO aprobó su "Convención sobre la protección del patrimonio mundial, cultural y natural"[1], documento que nacía de la cooperación internacional para la salvaguarda de monumentos y estructuras de gran valor patrimonial tras los conflictos del siglo XX. Se acuñaba el término de Patrimonio Mundial (PM), a la vez que se inauguraba la Lista del Patrimonio Mundial[2], con el objetivo de identificar una serie de bienes que se identificaban por ser universales en su consideración patrimonial. Su promulgación originó el desarrollo de todo un aparato operativo para la identificación y conservación de estos bienes. Otras dos listas se inauguraron en paralelo: la Lista indicativa[3] recoge los bienes candidatos a la denominación de PM y la Lista del PM en peligro que actúa como mecanismo de defensa del propio aparato UNESCO, emplazando una señal de advertencia sobre los bienes que ven amenazadas sus condiciones originales[4]. La creación de entidades para la aplicación de la convención como el Comité del patrimonio Mundial y el Fondo del Patrimonio Mundial (1976), o el Centro del Patrimonio Mundial (1992), vino a apoyar la labor de la UNESCO en la puesta en marcha de la Lista, a través de un procedimiento que fuertemente en protocolizado y jerarquizado desde un primer momento[5].

Por tanto, la gestión de la conservación del PM gira alrededor de la colaboración de los diferentes estados que han ratificado la Convención. A través del Comité del Patrimonio Mundial, se actualizan las tres listas, así como se recogen peticiones de ayuda internacional y se evalúa de manera periódica el estado de conservación de los bienes inscritos[6]. Pero también los diferentes órganos consultivos de la UNESCO ejercen un papel de liderazgo en la conceptualización patrimonial, no solo del PM, desde sus diferentes ámbitos de trabajo. La UICN[7], ICCROM[8] y las diferentes entidades regionales

---

[1] UNESCO - **Convención sobre la Protección del Patrimonio Cultural y Natural Mundial**. Paris: UNESCO, 1972.

[2] "A base de los inventarios presentados por los Estados […], el Comité establecerá, llevará al día y publicará, con el título de "Lista del patrimonio mundial", una lista de los bienes del patrimonio cultural y del patrimonio natural, tal como los definen los artículos 1 y 2 de la presente Convención, que considere que poseen un valor universal excepcional siguiendo los criterios que haya establecido". UNESCO - **Convención sobre la Protección del Patrimonio Cultural y Natural Mundial**. Artículo 11, párrafo 2.

[3] UNESCO. World Heritage Centre - **Tentative Lists**. París: UNESCO, [s.d.].

[4] "una lista de los bienes que figuren en la Lista del patrimonio mundial, cuya protección exija grandes trabajos de conservación para los cuales se haya pedido ayuda en virtud de la presente Convención. […] amenazados por peligros graves y precisos como la amenaza de desaparición debida a un deterioro acelerado, proyectos de grandes obras públicas o privadas, rápido desarrollo urbano y turístico, destrucción debida a cambios de utilización o de propiedad de tierra, alteraciones profundas debidas a una causa desconocida, abandono por cualquier motivo, conflicto armado que haya estallado o amenace estallar, catástrofes y cataclismos, incendios, terremotos, deslizamientos de terreno, erupciones volcánicas, modificaciones del nivel de las aguas, inundaciones y maremotos." UNESCO - **Convención sobre la Protección del Patrimonio Cultural y Natural Mundial**. Artículo 11, párrafo 4.

[5] JOKILEHTO, J. - T**he World Heritage list: What is OUV? Defining the outstanding universal value of cultural world heritage properties**. Berlin: ICOMOS, 2008.

[6] STOVEL, H. - An Advisory Body View of the Development of Monitoring for World Cultural Heritage. **UNESCO - World Heritage series: papers**. París: UNESCO, 2004. Vol. Monitoring World Heritage, nº 10.

[7] Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza: www.iucn.org

[8] Centro Internacional de Estudios para la Conservación y la Restauración de los Bienes Culturales: www.iccrom.org

de ICOMOS[9] han participado de manera activa en la promulgación de acuerdos en forma de cartas y recomendaciones internacionales que han dado forma a la evolución del concepto de patrimonio del último siglo. Acuerdos que han marcado este camino como la Carta de Venecia sobre la conservación de monumentos y sitios (1964)[10], La Carta de Nara (1994)[11] sobre la autenticidad, el Convenio de Faro (2005)[12] sobre el valor del patrimonio cultural para la sociedad o las diferentes Recomendaciones que han dirigido la transición del foco en el objeto patrimonial al contexto territorial, se han beneficiado del impulso ejercido por estas instituciones que operan en buena medida al servicio de la Convención.

El propio desarrollo de los criterios a través de los cuales la UNESCO define los bienes del PM refleja la evolución en la sensibilidad hacia el patrimonio, incorporando paulatinamente a la definición de Valor Universal Excepcional (VUE)[13] condiciones o pilares para la justificación de su existencia. De este modo, a los criterios de inscripción enunciados desde 1967 se suman en 1978 el enunciado de las condiciones de integridad y autenticidad del bien, concepto que justifica y pone en marcha el desarrollo de todo un aparato operativo para el monitoreo del estado de conservación[14]. El último pilar se establece en 2005, al incorporar la protección y gestión de estos bienes como requisito para su inscripción. Es decir, los criterios para la protección, conservación y gestión de estos bienes se colocan ahora al mismo nivel que aquellos que conforman el VUE.

Se trata de un denso conjunto de mecanismos y conocimientos en torno al PM no siempre fácilmente traducible o adaptable a las realidades específicas de cada estado miembro. Es por esto que, para guiar la aplicación de la Convención, el Centro del PM elabora las "Directrices Operativas del Patrimonio Mundial" (DOPM)[15], un documento que se actualiza periódicamente para incorporar aquellas cuestiones emergentes en la escena internacional. Un recorrido por la evolución de este documento muestra la paulatina incorporación de exigencias e instrumentos consensuados que conforman el denso

---

[9] Consejo Internacional de Monumentos y Sitios: www.icomos.org

[10] CONGRESO INTERNACIONAL DE ARQUITECTOS Y TÉCNICOS DE MONUMENTOS HISTÓRICOS – **Carta Internacional sobre la Conservación y la Restauración de Monumentos y Sitios**. Venecia, 1964.

[11] CONFERENCIA DE NARA SOBRE LA AUTENTICIDAD – **Documento de Nara sobre la Autenticidad**. Nara, 1994.

[12] CONSEJO DE EUROPA – **Convenio Marco del Consejo de Europa sobre el Valor del Patrimonio Cultural para la Sociedad (Convenio de Faro)**. Faro, 2005. Serie de Tratados del Consejo de Europa, nº 199.

[13] **"**Un valor cultural y/o natural tan excepcional que trasciende las fronteras nacionales y reviste una importancia común para las generaciones presentes y futuras de toda la humanidad. Por ello, la protección permanente de este patrimonio reviste la máxima importancia para la comunidad internacional en su conjunto**"**. UNESCO. World Heritage Centre - **Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention**, 2025. Párrafo 49.

[14] La monitorización del PM pasa, a través de las diferentes entidades involucradas, por la redacción de informes por parte de los gestores y estados miembro para su envío a la UNESCO. Estos pueden solicitarse de manera reactiva, frente a situaciones sobrevenidas o no debidamente informadas que entrañen un riesgo real para la conservación, o de manera periódica, participando en los ciclos de monitorización para actualizar las condiciones de conservación de cada bien.

[15] UNESCO. World Heritage Centre - **Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention**. París: UNESCO, 16 de julio de 2025.

desarrollo programático alrededor del PM hoy, en un camino que en la última década[16] ha buscado integrar las indicaciones de los ODS (Figura 1).

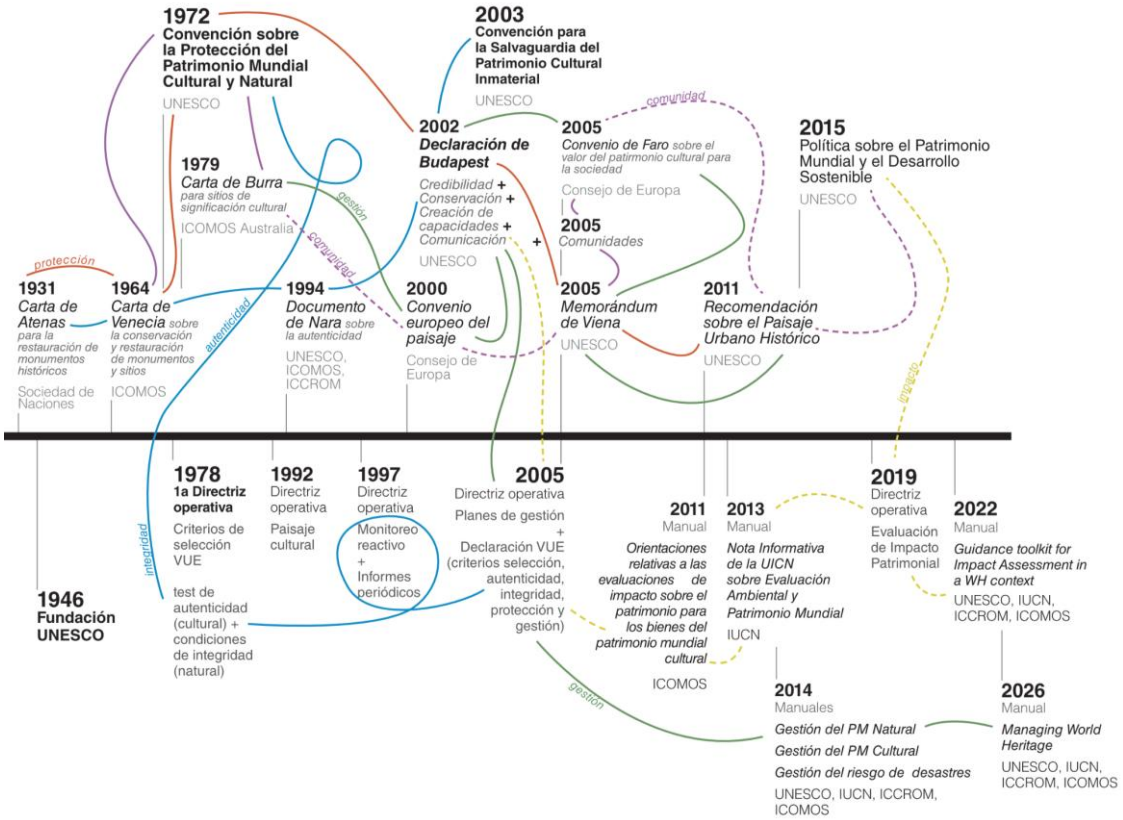


Figura 1 – Cronología que relaciona, abajo, la aparición de los pilares del PM (líneas contínuas) y conceptos clave (líneas discontinuas) en su conservación sostenible y su traducción en el corpus operativo desarrollado por la UNESCO con el desarrollo del concepto patrimonial en el ámbito internacional a través de la publicación de cartas y recomendaciones, arriba. Elaborado por el autor.

Las DOPM han marcado desde el contexto internacional el rumbo para una adecuada representación del espíritu de la Convención de 1972 en la conservación y la planificación del PM de los estados miembro. El compromiso de cumplimiento con los requisitos detallados en estos documentos parte de la ratificación por parte de los estados de la propia Convención. Herramientas como los planes de gestión, así como las Evaluaciones del Impacto Patrimonial (EIP), pasan paulatinamente a incorporarse como requisitos para la sostenibilidad en la toma de decisiones y en la conservación de estos bienes, decisiones que derivan en la publicación de diferentes manuales para ayudar con su ejecución. Sin embargo, su integración efectiva en los diferentes corpus normativos nacionales, que abarcan muchos otros patrimonios y que pueden adoptar enfoques más generalistas o parciales, entraña dificultades propias. No todas las herramientas desarrolladas gozan del mismo nivel de validez legal ni entrañan un compromiso en su cumplimiento igual de firme. Es por esto que es necesario realizar un recorrido por el corpus normativo español, con especial atención al ámbito andaluz, buscando encontrar referencias que permitan establecer puentes con los postulados establecidos para el PM tras la Convención y la publicación periódica de las DOPM. Se trata de identificar de manera cualitativa el grado en que la normativa de aplicación recoge el guante de la UNESCO sobre conservación

[16] Especialmente a raíz de la adopción de la Política sobre el Patrimonio Mundial y el Desarrollo Sostenible en 2015.

sostenible del PM, aunque sea de manera tangencial o inicialmente planteada para otros tipos de patrimonios.

La identificación dentro del corpus normativo de las figuras disponibles de protección y gestión patrimonial permitirá un análisis posterior. El análisis de la aplicabilidad de las figuras identificadas como herramientas de aplicación de la Convención se propone a partir de las condiciones que sostienen el VUE de un bien según UNESCO: la integridad/autenticidad, la protección y la gestión, seleccionando esta última como categoría independiente por su traducción en las exigencias de UNESCO en la herramienta específica del Plan de Gestión. A este primer nivel de análisis se superponen dos consideraciones transversales que han marcado el desarrollo de la conservación sostenible del PM: la inclusión de la comunidad y las evaluaciones de impacto patrimonial.

Las figuras normativas en relación con la Convención

Desde la aprobación de su última constitución en 1978, el estado español se define como un estado de autonomías, lo cual en la práctica implica un grado de independencia en la gestión, administración y operatividad económica y programática de cada región que lo compone. Es por esto que las Comunidades Autónomas han asumido las competencias en materia de protección de patrimonio cultural y han redactado su propia legislación, de modo que la administración nacional colabora y ejerce el papel de coordinador entre todas ellas. España ratifica la Convención del Patrimonio Mundial en 1982, diez años tras su redacción, inscribiendo el primero de sus 50 bienes en la lista en 1984. Esto supone una paulatina adaptación de su corpus normativo para establecer una respuesta a los requisitos enunciados desde UNESCO, también en evolución.

Al buscar textos normativos en los que se identificaran consideraciones relacionadas con los requisitos impuestos por la Convención de 1972, encontramos una serie de documentos con diferentes niveles y ámbitos de aplicación. Las diferentes legislaciones sobre patrimonio, ordenación territorial y urbana, construcción, así como otros textos sectoriales, abordan la cuestión patrimonial con una incidencia más o menos directa, pero necesaria, en una consideración general del panorama español y andaluz en relación con el PM. Con el fin de identificar las diferentes herramientas de las que disponemos en la actualidad para cumplir con los requisitos mencionados, se ha analizado, en mayor o menor medida, el articulado de los siguientes documentos:

A nivel estatal:

- Ley 16/1985, de 25 de junio, del Patrimonio Histórico Español (LPHE).
- Diversas normativas sobre Evaluación de Impacto Ambiental (EIA). Especialmente, la Ley 21/2013, de 9 de diciembre, de Evaluación Ambiental (LEA).
- Ley 38/1999, de 5 de noviembre, de Ordenación de la Edificación (LOE) y Código Técnico de la Edificación (CTE).

A nivel regional:

- Ley 14/2007, de 26 de noviembre, del Patrimonio Histórico de Andalucía (LPHA).
- Ley 4/2026, de 24 de marzo, de Patrimonio Cultural de Andalucía (LPCA).
- Ley 7/2021, de 1 de diciembre, de Impulso para la Sostenibilidad del Territorio de Andalucía (LISTA).
- Directrices técnicas para la elaboración de documentos de planificación (CTEDP), 2016.

En 1985, se aprueba una Ley de Patrimonio Histórico, la segunda del país y aún en vigencia, en la que es ya reconocible una mirada que busca la identificación de aquellos bienes singulares del patrimonio español, mediante la creación de un registro y una figura que otorga el máximo nivel de protección: los Bienes de Interés Cultural (BIC), que en su declaración incluyen al bien de especial interés, los posibles bienes muebles asociados y un entorno al que se extiende la protección. Si bien esta ley no hace mención expresa al reconocimiento como PM, como regla general cualquier bien inscrito en la Lista del PM va a aparecer previamente recogido en el Registro General como BIC y quedar legalmente protegido bajo esta figura. Sin embargo, es posible, incluso frecuente, que las delimitaciones de los entornos o del propio bien no coincidan con los establecidos para la Lista según el tipo de inscripción. La denominación de BIC constituye la principal herramienta para la protección del patrimonio cultural en España, lanzando un guante que recogen las diferentes normativas regionales, que desarrollan las categorías de protección, así como las acciones admisibles.

En el ámbito andaluz, a pesar de la reciente aprobación de una nueva ley, la legislación en vigencia sobre patrimonio andaluz hasta 2027[17] data de 2007. Es por esto que el momento de realización de esta investigación es crítico para entender las implicaciones de una nueva normativa que está por sustituir a aquella que lleva en vigor 20 años. La principal novedad de la Ley de Patrimonio Cultural (2026) respecto de la Ley del patrimonio Histórico (2007) aparece implícita en el cambio de nomenclatura. La sustitución de la consideración histórica del patrimonio por otra cultural es una respuesta a la evolución que ha experimentado el consenso internacional sobre el concepto de patrimonio: del objeto al sujeto, del monumento al territorio. La nueva norma establece claramente una vocación de recoger los postulados de documentos plenamente asumidos en el contexto internacional.

También es necesario considerar las diferentes normas que regulan la actividad constructiva, para evaluar el grado de incidencia que pueden llegar a ejercer. En este sentido, la LOE regula el procedimiento necesario para realizar cualquier procedimiento de obra o construcción, incluidos trabajos de intervención patrimonial, si bien cede a las normas de patrimonio la competencia de establecer procedimientos específicos. Por su parte, el CTE establece los estándares obligatorios de construcción, también en obras sobre edificios existentes. Sin embargo, deja específicamente abierta la posibilidad de flexibilizar su aplicación cuando su cumplimiento estricto resulte inviable o incompatible con la naturaleza de la intervención y el grado de protección del edificio[18]. Las normas de planeamiento territorial o urbanístico, por su parte, operan en muchas ocasiones de manera complementaria y subordinada a la normativa de patrimonio, desarrollando las figuras enunciadas para la protección y salvaguarda patrimonial, como es el caso de la conocida como LISTA en Andalucía.

La normativa española en materia de patrimonio histórico no cuenta por el momento con referencias específicas a la realización de informes de evaluación de impacto para actuaciones propuestas sobre bienes de su patrimonio. Sí cuenta, sin embargo, con un cuerpo normativo bastante desarrollado en lo que respecta a los procedimientos de

[17] La LPCA fue aprobada en abril de 2026, pero tardará un año en entrar en vigor y sustituir a la LPHA de 2007.

[18] Real Decreto 314/2006, de 17 de marzo, por el que se aprueba el Código Técnico de la Edificación. España. **Boletín Oficial del Estado**, **núm. 74**. Parte 1. Artículo 2.3.

Evaluación de Impacto Ambiental (EIA), para la evaluación de proyectos que puedan tener repercusión en hábitats naturales de interés comunitario. The Habitats Directive[19] constituye un alegato del Consejo de la Comunidades Europeas para la conservación de sus hábitats naturales, que en España recibe respuesta en el desarrollo de una serie de normativas[20], y que ha llevado aparejada la redacción de guías metodológicas[21]. Hasta el momento, las EIP que se desarrollan en España suelen ir insertos dentro de un procedimiento de EIA, pues la Ley de evaluación ambiental de 2013 establece en su Anexo I la obligatoriedad de someter a evaluación de impacto ambiental ordinaria aquellos proyectos que se desarrollen en espacios naturales protegidos[22]. De este modo, en ocasiones las EIPs se llevan a cabo integradas dentro de procedimientos más amplios de valoración ambiental, siguiendo las metodologías propias de la EIA o, especialmente cuando se trata de PM, siguiendo las indicaciones de los diferentes manuales publicados por los órganos consultivos de la UNESCO[23].

Por último, a la hora de abordar el requisito que establece la UNESCO para todos los bienes del PM de contar con un plan de gestión, encontramos una serie de documentos que se solapan y complementan a lo largo del tiempo, desarrollados intensivamente en un ámbito, el de los museos, que lleva mucho más camino recorrido alrededor de la planificación estratégica para la gestión de estos bienes culturales. Es por esto que en el contexto andaluz la norma de referencia para la redacción de documentos de gestión sigue siendo las Directrices técnicas para la elaboración de documentos de planificación (CTEDP), aprobadas en 2016, que establecen los contenidos de dos herramientas para la planificación en algunos tipos específicos de bienes: el Plan museológico para museos y el Plan director para conjuntos culturales.

Las herramientas de protección y gestión en el contexto andaluz

Partiendo del planteamiento común para la protección de bienes culturales muebles e inmuebles que otorga para todo el contexto nacional la LPHE, la normativa andaluza desarrolla en mayor profundidad las medidas de protección de los BICs en su territorio. La LPHA de 2007, aún vigente, añade el lugar de interés etnológico y la zona patrimonial

---

[19] Dirección General / Consejo de las Comunidades Europeas - Directiva 92/43/CEE del Consejo, de 21 de mayo de 1992 relativa a la conservación de los hábitats naturales y de la fauna y flora silvestres. **Diario Oficial de las Comunidades Europeas, n.º L 206** (1992-07-22) 7-50.

[20] Ley 21/2013, de 9 de diciembre de Evaluación Ambiental. España. **Boletín Oficial del Estado**, **núm. 296** (2013-12-11) 98151-98239.

[21] ESPAÑA. Ministerio para la Transición Ecológica y el Reto Demográfico – **Guía metodológica de evaluación de impacto ambiental en Red Natura 2000**. Madrid: MITECO, 2019.
COMISIÓN EUROPEA – Assessment of plans and projects in relation to Natura 2000 sites: Methodological guidance on the provisions of Article 6(3) and (4) of the Habitats Directive 92/43/EEC. **Diario Oficial de la Unión Europea. Serie C, nº 437** (2021) 1-38.

[22] "Los siguientes proyectos cuando se desarrollen en espacios protegidos de la Red Natura 2000, en espacios naturales protegidos, en humedales de importancia internacional (Ramsar), en sitios naturales de la Lista del Patrimonio Mundial, en áreas o zonas protegidas de los Convenios para la protección del medio ambiente marino del Atlántico del Nordeste (OSPAR) o para la protección del medio marino y de la región costera del Mediterráneo (ZEPIM) y en zonas núcleo de Reservas de la Biosfera de la UNESCO". Ley 21/2013, de 9 de diciembre de Evaluación Ambiental. España. **Boletín Oficial del Estado**, **núm. 296**. ANEXO I. Grupo 9. Otros proyectos.

[23] ICOMOS – **Guidance on Heritage Impact Assessments for Cultural World Heritage Properties**. París: ICOMOS, 2011.
(UNESCO) [et al.] – **Guidance and Toolkit for Impact Assessments in a World Heritage Context**. París: UNESCO, 2022.

como nuevas categorías de inscripción[24] a las cinco operantes a nivel estatal desde 1985[25], mientras que la LPCA añadirá dos más: el paisaje cultural y las vías culturales. El giro del concepto patrimonial del monumento al territorio, asentado durante la última década en el contexto internacional, se pone de manifiesto en Andalucía con la adopción progresiva de nuevas categorías que reconocen la convivencia de valores materiales e inmateriales en las manifestaciones de los diferentes modos de ocupación a lo largo del tiempo.

Además de las diferentes estrategias respectos a las categorías BIC, cada normativa sectorial desarrolla los criterios de conservación admisibles de bienes muebles e inmuebles para su territorio, a partir de los criterios internacionalmente consensuados. También reconocen otras categorías patrimoniales, reflejo de la adaptación de las administraciones a los consensos internacionales a la vez que de la realidad cultural de cada territorio. En Andalucía, el sistema de protección reconoce tres niveles de intensidad, si bien estos han sufrido reordenaciones entre la norma de 2007[26] y la de 2026[27]. La declaración de BIC conlleva el más alto grado de protección que puede recibir un bien cultural en el contexto español, lo que a su vez puede implicar la redacción de instrucciones particulares para la conservación cada bien concreto, y un refuerzo de la gobernanza que se traduce en la activación de procesos de información pública para su inscripción o intervención, así como un régimen mínimo de visita pública estipulado a nivel estatal.

El reconocimiento de estos bienes conlleva según las diferentes normas de aplicación su inscripción en una serie de instrumentos para la salvaguarda, la consulta y la divulgación de estos bienes. En este sentido, a nivel estatal el "Registro general" recoge todas las inscripciones BIC españolas, mientras que a nivel andaluz se crean registros propios, para incluir otras categorías patrimoniales. Desde 2007, el "Catálogo general del patrimonio histórico andaluz" incluye tanto aquellos bienes andaluces inscritos BIC como otros bienes de catalogación general y bienes muebles de la región y, con la entrada en vigor de la última normativa, este vendrá sustituido por el "Registro general del patrimonio cultural de Andalucía" que recogerá en un mismo sitio BIC y los nuevos bienes de interés patrimonial (BIP). Estos registros son independientes de los catálogos desarrollados en el ámbito del planeamiento para el reconocimiento de elementos sujetos a protección urbanística, aunque resulta esperable un cierto grado de relación en su redacción.

Asimismo, la protección de estos bienes se extiende a su entorno, el cual ha de quedar espacialmente delimitado y justificado. Esto implica, en el caso de BICs con una mayor componente territorial -conjuntos históricos, sitios o zonas arqueológicas, lugares de

---

[24] Ley 14/2007, de 26 de noviembre, del Patrimonio Histórico de Andalucía. España. **Boletín Oficial de la Junta de Andalucía**, **núm. 248.** Artículo 25.

[25] "Los bienes inmuebles integrados en el Patrimonio Histórico Español pueden ser declarados Monumentos, Jardines, Conjuntos y Sitios Históricos, así como Zonas Arqueológicas, todos ellos como Bienes de Interés Cultural". Ley 16/1985, de 25 de junio, del Patrimonio Histórico Español. España. **Boletín Oficial del Estado**, **núm. 155**. Artículo 14.

[26] La LPHA de 2007 reconoce: Bienes de interés cultural, bienes de catalogación general y bienes reconocidos del patrimonio histórico andaluz. Ley 14/2007, de 26 de noviembre, del Patrimonio Histórico de Andalucía. España. **Boletín Oficial de la Junta de Andalucía**, **núm. 248.**

[27] "Los bienes del patrimonio cultural de Andalucía [..] podrán ser declarados de interés cultural, de interés patrimonial o catalogados". Ley 4/2026, de 24 de marzo, de Patrimonio Cultural de Andalucía. España. **Boletín Oficial de la Junta de Andalucía**, **núm. 65**. Artículo 17.

interés etnológico o de interés industrial, paisajes culturales y vías culturales-, que los municipios quedan obligados a redactar un documento para el planeamiento urbanístico del área afectada. Normalmente este suele ser un Plan Especial de Protección (PEP), que regula actuaciones admisibles para el bien y su entorno. Si bien la norma regional en materia de patrimonio establece este requisito, es necesario consultar la LISTA, para buscar posibles relaciones con el espíritu de la Convención de 1972 en sus figuras normativas.

Se trata de figuras a caballo entre la protección, mediante la incorporación de catálogos de bienes vinculados, a menudo los más amplios y detallados, y la planificación de una serie de cuestiones más o menos relacionadas con la conservación, como usos compatibles o decisiones sobre el mantenimiento de ciertas estructuras catalogadas. En líneas generales, constan de: memorias de información y diagnóstico, de participación e información pública, de ordenación con alternativas y evaluación de impacto, económica y de aplicación, además de todo el aparato gráfico que sea necesario para su adecuado desarrollo. Es necesario indicar que, al tratarse la LISTA de una norma enfocada a la sostenibilidad en el territorio andaluz a través de la ordenación, los procesos de evaluación de impacto implicados no terminan de abordar la cuestión patrimonial. Sea mediante un procedimiento ordinario o simplificado, en este contexto hablamos de Evaluaciones ambientales estratégicas (EAE), que incorporan en su metodología los procesos de participación pública como pieza fundamental pero enfocadas específicamente a la evaluación de la planificación de la ordenación.

Por su condición inherente, los documentos de ordenación urbanística no tienen capacidad para la toma de decisiones en el día a día, cuestiones como la incorporación de los diferentes intereses de la sociedad sobre un bien, la gestión de flujos o la planificación de acciones quedan fuera de su rango de funcionamiento. A pesar de lo anterior, en España es común encontrar bienes patrimoniales (también bienes del PM) los cuales, a falta de contar con una herramienta específica, recurren a las figuras del planeamiento urbanístico para regular su gestión, si bien parcialmente, por contar estas con validez legal[28]. En otras ocasiones, se buscan soluciones para adaptar los contenidos establecidos para los Planes directores por la legislación autonómica a las particularidades de cada bien concreto. Estos funcionan a partir del enunciado de hasta 10 programas temáticos[29], entre los que podemos encontrar un alto grado de afinidad con los requisitos internacionales. Sin embargo, estos programas se plantean fuertemente orientados a la gestión física de colecciones museísticas[30], mientras que cuando hablamos de gestión del PM el foco se traslada al contenedor y su territorio, dificultando la adecuación de la herramienta.

En lo relativo a la conservación de bienes, la normativa en materia de patrimonio en Andalucía enuncia una figura para la realización de trabajos de intervención,

---

[28] GONZÁLEZ ARQUES, Soledad; GARCÍA-CASASOLA, Marta; DEL ESPINO HIDALGO, Blanca – Towards sustainable management of the World Heritage in Spain: from identification to monitoring of cultural values. ***Conservar Património.*** Vol. 48 (2025), p. 115–132.

[29] A saber: estrategia institucional, territorio y sociedad, arquitectónico, colecciones, expositivo, investigación, comunicación y difusión, recursos económicos, recursos humanos y un plan de seguridad.

[30] MORENTE DEL MONTE, María — Museo y patrimonio. Del objeto a la planificación estratégica. **Museos.es: Revista de la Subdirección General de Museos Estatales**. Madrid: Ministerio de Cultura, N.º 3 (2007), p. 16-29.

conservación, restauración y rehabilitación sobre bienes registrados[31]. Se trata del Proyecto de conservación, que ha de integrarse en los procesos reglados para la práctica arquitectónica[32]. La LPHA establece unos contenidos mínimos para este documento: el estudio del bien y sus valores culturales, la diagnosis de su estado, la descripción de la metodología a utilizar, la propuesta de actuación desde el punto de vista teórico, técnico y económico y la incidencia sobre los valores protegidos, así como un programa de mantenimiento[33]. Una estructura documental que durante años ha generado todo un desarrollo académico alrededor de su aplicación efectiva y su integración con los procesos reglados para la práctica arquitectónica[34] los cuales, en líneas generales, parecen aún hoy dejar los procesos de intervención patrimonial pendientes de un mayor desarrollo.

Finalmente, la entrada en vigor de la LPCA conlleva una actualización de los contenidos y una inclusión mucho más pormenorizada de los criterios de intervención admisibles en inmuebles BIC, enfocados a la mínima intervención, compatibilidad material y mantenimiento de la integridad de estos bienes a través de la salvaguarda de sus valores culturales. El proceso planteado por la normativa responde a una voluntad de mantenimiento de la integridad de estos bienes a través de la salvaguarda de sus valores culturales, haciendo hincapié en el levantamiento de estudios especializados para un diagnóstico y caracterización patrimonial del bien que las acciones del Proyecto de conservación han de venir a mantener y mejorar. Es por esto que los programas de mantenimiento o para la conservación preventiva aparecen como requerimientos al final del proceso, acompañado de un control en diferentes fases por parte de la administración para evaluar las alteraciones posibles sobre el bien. El requisito de obtención de autorización previa a la licencia es un mecanismo al servicio de la protección de los valores culturales de los BIC y su entorno. Si bien su activación depende de la existencia de un Proyecto de Conservación, la normativa andaluza establece la obligatoriedad de al menos notificar cualquier intervención de escasa entidad, pudiendo recibir siempre solicitud de corrección. La notificación de cualquier proyecto (de intervención o no) con afección sobre los valores de un bien del PM a los organismos de la UNESCO queda en manos de la administración a través del punto focal español, sujeto a la ratificación de la Convención.

Hemos visto que la normativa española no incorpora por el momento referencias a los procesos de EIP, sin embargo parte del espíritu metodológico de las recomendaciones y manuales internacionales tiene un reflejo en alguna normativa regional como la andaluza. Así, la descripción de la figura normativa del Proyecto de Conservación hace ya referencia a la necesidad de identificar valores y atributos del bien, así como de incorporar un informe sobre la afección sobre dichos valores de la propuesta. La compatibilidad de ambas figuras facilitaría la incorporación de los procesos de EIP en la práctica de intervención, sin embargo, permanece aún hoy como un proceso opcional. Según como se quiera interpretar por parte de los promotores de la propuesta, un Proyecto de

---

[31] Ley 4/2026, de 24 de marzo, de Patrimonio Cultural de Andalucía. España. **Boletín Oficial de la Junta de Andalucía**, **núm. 65**. Artículo 52.2

[32] Ley 38/1999, de 5 de noviembre, de Ordenación de la Edificación. España. **Boletín Oficial del Estado**, **núm. 266**.

[33] Ley 14/2007, de 26 de noviembre, del Patrimonio Histórico de Andalucía. España. **Boletín Oficial de la Junta de Andalucía**, **núm. 248**. Artículo 27.

[34] VILLALOBOS GÓMEZ, Aurora – Nuevas estrategias de investigación e intervención en Patrimonio Cultural: el Proyecto de Conservación. **V Jornadas de Investigación en Arquitectura y Urbanismo**. Las Palmas de Gran Canaria: Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, 2013, p. 53-65.

conservación podría incluir aparejado un informe de EIP, pero la ley no especifica que esta sea la única manera de abordar este requerimiento. Para esta misma ley se propuso en 2018 un anteproyecto de modificación[35] por medio del cual se quiso establecer la obligatoriedad de realizar Evaluaciones de Impacto Patrimonial para los proyectos que incidieran en elementos de Patrimonio Mundial situados en Andalucía, si bien esta modificación no salió adelante. Finalmente, la LPCA de 2026 enuncia en su artículo 43.2: "Los proyectos y las actividades a desarrollar en un bien del patrimonio mundial se sujetarán, en su caso, a lo dispuesto en la Convención del Patrimonio Mundial y las directrices que la desarrollen."

Esta propuesta de inclusión de los criterios de UNESCO adolece de la falta de una legislación marco para la realización de EIPs en la que apoyarse, manteniendo la puerta abierta a la interpretación del articulado. De este modo, ante una propuesta de actuación frente a un bien del PM podría seguir justificando su cumplimiento mediante los contenidos del Proyecto de Conservación. En este sentido es interesante señalar como, cuando se trata de proyectos con impacto ambiental[36], sujetos a procesos de EIA según la legislación nacional, la necesidad de incorporar estudios del impacto patrimonial queda enunciada con mayor rotundidad, aún sin tomar forma propia y pudiendo quedar reducida a una consulta en materia de impacto sobre el patrimonio cultural.

A modo de recopilación de los datos levantados alrededor de esta investigación se ha levantado la siguiente tabla, que permite una visualización de las herramientas disponibles y textos que las desarrollan, así como acciones particulares identificadas en su análisis cruzado con los puntos clave tras el espíritu de la Convención de 1972 (Figura 2).

[35] "Cualquier obra o intervención que incida en bienes del Patrimonio Mundial […] o su zona de amortiguamiento, situados en Andalucía, incluirá en el proyecto que deba presentar ante la Consejería competente en materia de patrimonio histórico una evaluación de impacto patrimonial. La evaluación de impacto patrimonial se ajustará al contenido que reglamentariamente se determine y comprenderá, al menos, la identificación de los potenciales impactos y la definición de las medidas de mitigación o compensación, que aseguren que el valor universal excepcional del bien patrimonio mundial no se vea afectado negativamente". ANDALUCÍA. Junta de Andalucía – Anteproyecto de Ley por el que se modifica la Ley 14/2007, de 26 de noviembre, del Patrimonio Histórico de Andalucía. **Consejería de Cultura**, 2018. Artículo 34bis.

[36] Se especifican instrumentos de ordenación cuando ya estén sometidos a un proceso de EIA, además de proyectos de energías renovables.

ANDALUCÍA		CONSERVACIÓN SOSTENIBLE INTERNACIONAL				
		3 condiciones			2 cuestiones transversales	
Herramientas	Normativa	Integridad + Autenticidad	Protección	Gestión	Comunidad	Impacto
BIC + registro	LPHE '85 + LPHA '07 + LPCA '26	Instrucciones particulares	Herramienta de máxima protección patrimonial en España		Información pública inscripción + Régimen de visitas	
Ordenación urbanística (PEP)	LPHA '07 + LPCA '26 + LISTA '21		Protección urbanística		Información y participación pública	EAE simplificada / ordinaria
Proyecto de conservación	LPHA '07	Criterios de conservación	Necesaria autorización admón. según entidad de la intervención (BIC + entornos)	Programa de mantenimiento		Compatibilidad con EIP. No obligatorio en entornos de BIC, sin consideración a bienes del PM.
Proyecto de conservación	LPCA '26	Criterios generales y específicosde intervención	Necesaria autorización admón. según entidad de la intervención (BIC + entornos + BIP)	Programa de mantenimiento + Programa de conservación preventiva		Compatibilidad con EIP. No obligatorio en entornos de BIC, sin consideración a bienes del PM.
Plan director / Plan museológico	DTECP '16			10 programas de planificación	Territorio y sociedad + Comunicación y difusión	
Evaluación de impacto ambiental / Evaluación ambiental estratética	LEA '13				Información y participación pública	Preceptivo en sitios NATURALES del PM (Sólo ambiental) EIP como consulta no obligatoria

Figura 2 – Tabla de resultados del análisis de las herramientas disponibles en la normativa de aplicación en el ámbito andaluz para abordar los 3 pilares y dos cuestiones transversales de la conservación sostenible del PM. Elaborado por el autor.

Consideraciones finales

Desde sus primeros estatutos, la conservación del patrimonio español ha sido un reflejo de la evolución del discurso sobre el patrimonio en el seno de la comunidad internacional. El desarrollo del cuerpo legislativo hoy vigente es el resultado de la ratificación más o menos pronta de los diversos acuerdos, materializados en forma de Cartas y Recomendaciones internacionales, con una cadencia de reacción influenciada por los avatares históricos y sociales. La trayectoria del cuerpo legislativo español y andaluz demuestra que la protección del patrimonio no es una realidad estática, sino un reflejo fiel de la evolución del discurso internacional y la traducción de esta evolución en medidas concretas en el articulado del corpus normativo vigente es hoy más rápida e identificable en los textos aprobados de manera más reciente.

Por su parte, la adopción de la Política sobre el Patrimonio Mundial y el Desarrollo Sostenible en 2015 por parte de la UNESCO se traduce en la incorporación a los pilares que desde 2005 sustentan la consideración del Patrimonio Mundial de una serie de exigencias para avanzar hacia una conservación de estos bienes desde la sostenibilidad: la comunidad y las evaluaciones del impacto patrimonial para garantizar su

mantenimiento. Las diferentes figuras analizadas en este trabajo demuestran un mayor grado de asimilación de los criterios enunciados hace más tiempo.

Tras 40 años de vigencia, figuras de protección como los BICs se encuentran plenamente asentadas en el ámbito estatal, recibiendo desarrollos progresivos por parte de las normativas regionales que se adaptan a las diferentes sensibilidades enunciadas desde cada contexto cultural, pero ofreciendo una protección legal robusta que ha servido de base para la salvaguarda de los bienes patrimoniales en el territorio español. Es por esto que no es infrecuente observar a ciertos bienes del Patrimonio Mundial español señalar su condición de BIC cuando se trata de justificar ante la UNESCO el régimen vigente para su protección efectiva. A la hora de su aplicación a bienes del Patrimonio Mundial, que pueden considerarse agrupados o "en serie" es importante considerar las discrepancias frecuentes entre las delimitaciones de los BIC nacionales y sus entornos y los inscritos en la Lista, con sus zonas buffer, que puede generar conflictos en la gestión diaria, especialmente cuando las otras herramientas de planeamiento, esta vez urbanístico, no incorporan plenamente los atributos que conforman el Valor Universal Excepcional (VUE) en sus catálogos de elementos patrimoniales.

También el Proyecto de conservación, de larga andadura en el ámbito andaluz, incorpora criterios basados en el enunciado de estos valores, demostrando como los criterios de protección, integridad y autenticidad de los bienes del Patrimonio Mundial se aborda de manera más integral la gestión, donde aún es necesaria la traducción en instrumentos de gestión más específicos. Actualmente, la dependencia de directrices técnicas diseñadas originalmente para museos y conjuntos culturales limita la capacidad de respuesta ante la complejidad territorial de muchos bienes del PM.

Algo similar ocurre con las evaluaciones del impacto, paulatinamente instaurado en su modalidad ambiental, pero cuyo potencial de activación mediante herramientas más consolidadas como el Proyecto de conservación sigue siendo infrautilizado. Por tanto, es urgente que la normativa no solo recoja el guante de la UNESCO de manera tangencial, sino que establezca puentes sólidos y obligatorios que garanticen que cualquier intervención patrimonial preserve la autenticidad y el VUE de forma preventiva y participativa. Como ocurriera con las Evaluaciones de impacto ambiental, quizás este paso será más eficiente si se adapta primero en el ámbito estatal, generando un paraguas normativo para asegurar que el legado del Patrimonio Mundial sea un motor de desarrollo sostenible para las generaciones futuras.

Agradecimientos

Esta publicación forma parte del proyecto de I+D+i Patrimonio Mundial: un enfoque hacia la sostenibilidad social mediante la revalorización de los valores culturales (WHATS-UP), PID2022-140917OA-I00, financiado por el MICIU/AEI/10.13039/501100011033 y por el FEDER/UE. Esta investigación ha contado con el apoyo de la subvención INV-PRE-2023-I-026, financiada por el MICIU/AEI/10.13039/501100011033 y por el FSE+.

Bibliografía

ANDALUCÍA. Junta de Andalucía – Anteproyecto de Ley por el que se modifica la Ley 14/2007, de 26 de noviembre, del Patrimonio Histórico de Andalucía. **Consejería de Cultura**, 2018. [Consultado 2 julio 2026]. Disponible en:

https://www.juntadeandalucia.es/export/drupaljda/Anteproyecto%20Ley%20modificaci%C3%B3n%20LPHA.pdf

COMISIÓN EUROPEA – Assessment of plans and projects in relation to Natura 2000 sites: Methodological guidance on the provisions of Article 6(3) and (4) of the Habitats Directive 92/43/EEC. **Diario Oficial de la Unión Europea. Serie C, nº 437** (2021) 1-38. [Consultado 2 julio 2026]. Disponible en: https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/99a99e59-3789-11ec-8daf-01aa75ed71a1

CONFERENCIA DE NARA SOBRE LA AUTENTICIDAD – **Documento de Nara sobre la Autenticidad**. Nara, 1994. [Consultado 2 julio 2026]. Disponible en: https://icomos.es/wp-content/uploads/2020/01/21.CONFERENCIADENARASOBREAUTENTICIDAD1994.pdf

CONGRESO INTERNACIONAL DE ARQUITECTOS Y TÉCNICOS DE MONUMENTOS HISTÓRICOS – **Carta Internacional sobre la Conservación y la Restauración de Monumentos y Sitios**. Venecia, 1964. [Consultado 2 julio 2026]. Disponible en: https://icomos.es/wp-content/uploads/2020/01/venice_sp.pdf

CONSEJO DE EUROPA – **Convenio Marco del Consejo de Europa sobre el Valor del Patrimonio Cultural para la Sociedad (Convenio de Faro)**. Faro, 2005. Serie de Tratados del Consejo de Europa, nº 199. [Consultado 2 julio 2026]. Disponible en: https://www.coe.int/en/web/conventions/full-list/-/conventions/treaty/199

Dirección General / Consejo de las Comunidades Europeas - Directiva 92/43/CEE del Consejo, de 21 de mayo de 1992, relativa a la conservación de los hábitats naturales y de la fauna y flora silvestres. **Diario Oficial de las Comunidades Europeas, n.º L 206** (1992-07-22) 7-50. [Consultado 2 julio 2026]. Disponible en: https://www.boe.es/buscar/doc.php?id=DOUE-L-1992-81200

ESPAÑA. Ministerio para la Transición Ecológica y el Reto Demográfico – **Guía metodológica de evaluación de impacto ambiental en Red Natura 2000**. Madrid: MITECO, 2019. [Consultado 2 julio 2026]. Disponible en: https://www.miteco.gob.es/content/dam/miteco/es/biodiversidad/temas/espacios-protegidos/criteriossgbymnperjuiciohabitats_tcm30-481533.pdf

GONZÁLEZ ARQUES, Soledad; GARCÍA-CASASOLA, Marta; DEL ESPINO HIDALGO, Blanca – Towards sustainable management of the World Heritage in Spain: from identification to monitoring of cultural values. ***Conservar Património.*** Vol. 48 (2025), p. 115–132. DOI: https://doi.org/10.14568/cp37915

ICOMOS – **Guidance on Heritage Impact Assessments for Cultural World Heritage Properties**. París: ICOMOS, 2011. [Consultado 2 julio 2026]. Disponible en: https://publ.icomos.org/publicomos/technica/B10A97D54D63F2ADC89BAA8BA139B161

JOKILEHTO, J. - **The World Heritage list: What is OUV? Defining the outstanding universal value of cultural world heritage properties**. Berlin: ICOMOS, 2008.

[Consulta 2 de julio de 2026]. Disponible en: https://openarchive.icomos.org/id/eprint/435/

Ley 16/1985, de 25 de junio, del Patrimonio Histórico Español. España. **Boletín Oficial del Estado**, **núm. 155** (1985-06-29) 20342-20352. [Consultado 2 julio 2026]. Disponible en: https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-1985-12534

Ley 38/1999, de 5 de noviembre, de Ordenación de la Edificación. España. **Boletín Oficial del Estado**, **núm. 266** (1999-11-06) 38925-38934. [Consultado 2 julio 2026]. Disponible en: https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-1999-21567

Ley 14/2007, de 26 de noviembre, del Patrimonio Histórico de Andalucía. España. **Boletín Oficial de la Junta de Andalucía**, **núm. 248** (2007-12-19). Consultado 2 julio 2026]. Disponible en WWW: https://www.juntadeandalucia.es/boja/2007/248/1

Ley 21/2013, de 9 de diciembre, de Evaluación Ambiental. España. **Boletín Oficial del Estado**, **núm. 296** (2013-12-11) 98151-98239. [Consultado 2 julio 2026]. Disponible en: https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2013-12913

Ley 7/2021, de 1 de diciembre, de Impulso para la Sostenibilidad del Territorio de Andalucía. España. **Boletín Oficial de la Junta de Andalucía**, **núm. 233** (2021-12-03). [Consultado 2 julio 2026]. Disponible en: https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2021-20916

Ley 4/2026, de 24 de marzo, de Patrimonio Cultural de Andalucía. España. **Boletín Oficial de la Junta de Andalucía**, **núm. 65** (2026-04-07). [Consultado 2 julio 2026]. Disponible en: https://www.juntadeandalucia.es/boja/2026/65/1

MORENTE DEL MONTE, María — Museo y patrimonio. Del objeto a la planificación estratégica. **Museos.es: Revista de la Subdirección General de Museos Estatales**. Madrid: Ministerio de Cultura, N.º 3 (2007), p. 16-29. [Consultado 3 julio 2026]. Disponible en: https://www.cultura.gob.es/dam/jcr:aab06ce4-1e39-49fe-ae52-2bed6fe46975/rev03-entornoalmuseo.pdf

Orden de 3 de marzo de 2016, por la que se aprueba las directrices técnicas para la elaboración de los documentos de planificación y evaluación de los museos, colecciones museográficas y conjuntos culturales de Andalucía. España. **Boletín Oficial de la Junta de Andalucía**, **núm. 56** (2016-03-23). [Consultado 2 julio 2026]. Disponible en: https://ws040.juntadeandalucia.es/sedeboja/tc/30819

Real Decreto 314/2006, de 17 de marzo, por el que se aprueba el Código Técnico de la Edificación. España. **Boletín Oficial del Estado**, **núm. 74** (2006-03-28) 11816-11831. [Consultado 2 julio 2026]. Disponible en: https://www.boe.es/buscar/act.php?id=BOE-A-2006-5515

STOVEL, H. - An Advisory Body View of the Development of Monitoring for World Cultural Heritage.UNESCO - **World Heritage series: papers**. París: UNESCO, 2004. Vol. Monitoring World Heritage, nº 10. [Consult. 2 de julio de 2026]. Disponible en: https://unesdoc.unesco.org/notice?id=p::usmarcdef_0000136571

UNESCO - **Convención sobre la Protección del Patrimonio Cultural y Natural Mundial**. París: UNESCO, 1972. [Consulta 23 de mayo de 2026]. Disponible en: whc.unesco.org/archive/convention-es.pdf

UNESCO. World Heritage Centre - **Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention**. París: UNESCO, 16 de julio de 2025. Doc. WHC.25/01. [Consult. 2 de julio de 2026]. Disponible en: https://whc.unesco.org/en/guidelines

UNESCO. World Heritage Centre - **Tentative Lists** [En línea]. París: UNESCO, [s.d.]. [Consulta 2 de julio de 2026]. Disponible en: https://whc.unesco.org/en/tentativelists/

UNESCO [et al.] – **Guidance and Toolkit for Impact Assessments in a World Heritage Context**. París: UNESCO, 2022. [Consultado 2 julio 2026]. Disponible en: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000382347

VILLALOBOS GÓMEZ, Aurora – Nuevas estrategias de investigación e intervención en Patrimonio Cultural: el Proyecto de Conservación. **V Jornadas de Investigación en Arquitectura y Urbanismo**. Las Palmas de Gran Canaria: Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, 2013, p. 53-65. [Consultado 2 julio 2026]. Disponible en: https://idus.us.es/items/9ed91fe3-ceb2-4e60-b8eb-5f773402f2a1

Los ábsides desnudos.
Reflexiones sobre la pintura mural desplazada

Javier Domingo Ballestin
Universidad de Zaragoza
jdomingo@unizar.es

Luis Agustín Hernández
Universidad de Zaragoza
lagustin@unizar.es

Aurelio Vallespín Muniesa
Universidad de Zaragoza
aureliov@unizar.es

Resumen: La pintura mural románica constituye una manifestación artística concebida inseparablemente de la arquitectura que la contiene. A diferencia de otras expresiones pictóricas, su significado no reside únicamente en la imagen representada, sino también en la configuración espacial, la geometría del soporte y la experiencia perceptiva generada por el edificio. Sin embargo, durante el siglo XX numerosos conjuntos fueron arrancados mediante la técnica del *strappo* y trasladados a museos nacionales e internacionales, garantizando su conservación material, pero alterando profundamente las relaciones espaciales para las que fueron concebidos. Este trabajo reflexiona sobre las consecuencias arquitectónicas y patrimoniales de ese desplazamiento a partir de una investigación doctoral centrada en la documentación tridimensional de veintiséis conjuntos absidiales románicos conservados en nueve museos de España y Estados Unidos. Mediante la combinación de escáner láser terrestre, fotogrametría digital y modelos tridimensionales comparativos, la investigación analiza las transformaciones experimentadas por estos conjuntos tras su separación del edificio original y estudia las posibilidades que ofrecen las tecnologías digitales para comprender nuevamente la relación entre pintura, arquitectura y espacio. Lejos de plantear una restitución física de las pinturas, el artículo propone entender la documentación digital como una herramienta crítica capaz de reconstruir el conocimiento sobre unas obras cuya naturaleza fue esencialmente arquitectónica. La comparación entre iglesias y museos permite identificar las alteraciones introducidas por la museografía contemporánea y valorar hasta qué punto los modelos digitales pueden contribuir a recuperar, al menos desde el punto de vista analítico y perceptivo, la unidad espacial perdida.

Palabras clave: Pintura mural románica; arquitectura; patrimonio desplazado; digitalización patrimonial; restitución virtual.

Introducción

La pintura mural románica fue concebida para formar parte de una arquitectura concreta. Su iconografía, su escala, la curvatura del ábside, la iluminación natural y el recorrido constituían un sistema espacial unitario en el que arquitectura y pintura resultaban indisociables. El ábside no actuaba como un simple soporte físico sobre el que disponer imágenes, sino como un elemento activo en la construcción del discurso visual y litúrgico. La percepción de estas pinturas dependía tanto de sus cualidades formales como de la geometría del espacio que las acogía y de la posición del observador dentro del templo[1]. Durante las primeras décadas del siglo XX, el controvertido arranque de las pinturas murales del ábside de Santa María de Mur, motivó el desarrollo de campañas de salvaguarda, como la emprendida por el *Institut d'Estudis Catalans* bajo la dirección de Puig i Cadafalch y destinadas a garantizar la conservación del arte mural medieval. La aplicación sistemática de técnicas de arranque, especialmente mediante *strappo*, permitió preservar una parte esencial de este patrimonio frente al expolio, el mercado internacional del arte y el deterioro de numerosos edificios históricos[2] (Figura 1). Como consecuencia, decenas de pinturas fueron trasladadas desde pequeñas iglesias rurales a museos donde continúan conservándose en condiciones óptimas desde el punto de vista material. No obstante, este proceso transformó inevitablemente la naturaleza de las obras, separando la superficie pictórica del espacio arquitectónico para el que había sido concebida y modificando las relaciones visuales, espaciales y perceptivas que definían su significado.



Figura 1 - Arrancamiento de una pintura mural de la iglesia de Santa María de Taüll. (Fuente: Arxiu Mas Fundació Institut Amatller d´Art Hispànic, 1921)

Algunas iniciativas recientes han tratado de restablecer parcialmente ese vínculo entre arquitectura y pintura mediante recursos digitales. El videomapping *Taüll 1123*, desarrollado en la iglesia de Sant Climent de Taüll, constituye uno de los ejemplos más significativos al recuperar, de forma inmersiva, la lectura espacial del programa pictórico original, un caso de éxito contrastado en el que la digitalización ha ayudado a convertir

[1] SUREDA, Joan – *La pintura románica en Catalunya*. Madrid: Alianza Editorial, 1981.
[2] SADIA, José María – *El románico español. Córdoba:* Editorial Almuzara, 2020.

este centro en un lugar de referencia de turismo cultural sostenible y de calidad[3] (Figura 2). Sin embargo, la mayor parte de las iglesias románicas desprovistas de sus pinturas carecen todavía de herramientas que permitan comprender esa relación perdida.

El problema, por tanto, no reside únicamente en el desplazamiento de una pintura, sino en la fragmentación de una obra concebida como una unidad espacial. Cada ábside arrancado deja tras de sí una arquitectura vacía y, paralelamente, cada pintura trasladada comienza una nueva existencia dentro de una arquitectura distinta: la arquitectura del museo.



Figura 2 – Ábside central de Sant Climent de Taüll: a)1955-2013; b)2013; c)Proyección digital de los fragmentos originales; d)Interpretación Video mapping Taüll. (Fuente: Eloi Maduell / pantocrator.cat)

La investigación se desarrolla en el marco de una tesis doctoral dedicada a la documentación gráfica y tridimensional de la totalidad de los conjuntos absidiales románicos desplazados conservados sobre soportes cilíndricos. Actualmente se conocen veintisiete conjuntos medievales arrancados en España, conservados hoy en nueve instituciones museísticas de España y Estados Unidos[4]. Hasta la fecha se han documentado y digitalizado veintiséis conjuntos mediante escáner láser terrestre, fotogrametría digital y técnicas de adquisición híbrida. Más allá de generar modelos tridimensionales de alta precisión, la investigación emplea la documentación digital para comparar geometrías, analizar relaciones espaciales y estudiar críticamente las transformaciones producidas entre los edificios originales y sus instalaciones museográficas.

El objetivo de este trabajo es reflexionar sobre las implicaciones arquitectónicas de ese desplazamiento y sobre el papel que las tecnologías digitales pueden desempeñar en la comprensión de un patrimonio cuya esencia fue inseparable del espacio que le dio origen. Para ello se plantea un recorrido que parte de la consideración del ábside como espacio pictórico, analiza las consecuencias de la separación entre pintura y arquitectura, estudia la aparición del museo como nuevo escenario de estas obras y, finalmente, propone la documentación tridimensional como una herramienta capaz de analizar las relaciones espaciales hoy desaparecidas.

---

[3] GARGANTÉ LLANES, María – «"Descubrir" y "descubrirse" en el románico: un ejemplo catalán de patrimonio de la humanidad». *CEM Cultura, Espaço & Memória: Revista do CITCEM*. N.º 11 (2020), p. 108–123. DOI: 10.21747/2182109711/cema6.

[4] DOMINGO-BALLESTÍN, Javier; AGUSTÍN-HERNÁNDEZ, Luis; GIL-BORDÁS, José Ángel – Digitalización Patrimonial de pintura mural románica desplazada: Propuesta metodológica y catálogo 3D. En: *XXI Congreso Internacional de Expresión Gráfica Arquitectónica*. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya (2026), p. 153–162. DOI: 10.5821/conference-EGA.26.4.15

Los ábsides desnudos: arquitectura y pintura como una unidad espacial

La expresión *ábside desnudo* hace referencia a una realidad que trasciende la simple ausencia física de las pinturas murales. Un ábside desprovisto de su decoración conserva su geometría, su sistema constructivo y su función arquitectónica, pero pierde una parte esencial de la experiencia para la que fue concebido. Del mismo modo, las pinturas trasladadas al museo mantienen su soporte material, su iconografía y buena parte de sus valores artísticos, aunque dejan de formar parte del espacio arquitectónico que les otorgaba sentido. El arranque produce así una doble transformación: vacía el espacio arquitectónico y convierte la pintura en un objeto autónomo, cuando originalmente ambas constituían una única realidad artística (Figura 3).



Figura 3 – Digitalización de la iglesia de los Santos Julián y Basilisa de Bagüés y del conjunto de pinturas murales arrancado que se encuentra en la Sala Bagüés del Museo Diocesano de Jaca (Fuente: Elaboración propia)

La estrecha relación entre pintura y arquitectura constituye una de las características fundamentales del arte románico. La decoración mural no fue concebida como un elemento añadido al edificio, sino como parte integrante de un programa arquitectónico, litúrgico e iconográfico unitario. La geometría del ábside, la orientación del templo, la iluminación natural, la escala de las figuras y la posición del espectador participaban conjuntamente en la construcción del significado de la imagen. La arquitectura no actuaba únicamente como soporte físico, sino que condicionaba la percepción de la pintura y organizaba la secuencia narrativa desarrollada sobre los muros.

Esta condición resulta especialmente evidente en los programas absidiales. La curvatura semicircular del muro, la continuidad entre el hemiciclo y la bóveda de horno y la transición hacia el arco triunfal articulaban un recorrido visual continuo que acompañaba el movimiento del fiel dentro de la iglesia. La monumentalidad de la *Mandorla mística*, situada en el centro de la semicúpula absidial, no dependía exclusivamente de sus dimensiones o de su calidad pictórica, sino de su posición dominante dentro del espacio litúrgico. La arquitectura amplificaba el mensaje visual y contribuía decisivamente a su comprensión.

Cuando estos conjuntos fueron arrancados mediante la técnica del *strappo*, la superficie pictórica pudo conservarse, pero la unidad espacial quedó inevitablemente fragmentada.

El proceso separó dos elementos que habían sido concebidos conjuntamente durante siglos. Las pinturas pasaron a ser transportables, comerciables y susceptibles de ser musealizadas; los ábsides permanecieron en las iglesias convertidos en espacios vacíos que todavía conservan la huella física de aquello que una vez contuvieron.

Los museos que actualmente conservan estos conjuntos han desarrollado soluciones expositivas destinadas a recuperar parcialmente esa relación espacial. El Museu Nacional d'Art de Catalunya (MNAC), constituye probablemente el ejemplo más significativo, al instalar las pinturas sobre soportes de madera y yeso que reproducen la geometría original de los ábsides. Del mismo modo, la Sala Bagüés del Museo Diocesano de Jaca reconstruye la volumetría de la iglesia de los Santos Julián y Basilisa mediante una estructura completa que permite contemplar el programa pictórico prácticamente en continuidad. Estas soluciones representan un extraordinario esfuerzo museográfico por mantener la lectura espacial de las obras y constituyen hoy parte de la propia historia de la conservación del patrimonio románico.

Sin embargo, por rigurosas que sean estas reconstrucciones, ninguna puede reproducir completamente las condiciones originales del edificio histórico. La escala de la nave, la relación entre los distintos espacios litúrgicos, la iluminación natural, los recorridos procesionales o la conexión con el paisaje desaparecen inevitablemente cuando la pintura se traslada al museo. La arquitectura museográfica sustituye a la arquitectura histórica y genera una nueva forma de contemplar las obras, condicionada ahora por criterios de conservación, accesibilidad y exposición pública.

La musealización ha garantizado la conservación material de muchos de estos conjuntos y ha contribuido decisivamente a su difusión internacional. No obstante, la nueva arquitectura que los alberga modifica necesariamente su percepción. El visitante ya no experimenta las pinturas como parte de un edificio medieval, sino como piezas patrimoniales integradas en un discurso museográfico contemporáneo. El conjunto mural transforma su significado: deja de responder a una función litúrgica para integrarse en un relato expositivo donde la experiencia colectiva del templo se sustituye por la contemplación individual y descontextualizada de la obra.

Precisamente en esa distancia entre ambos escenarios reside una de las principales aportaciones de esta investigación. Comprender qué relaciones espaciales se han transformado, cuáles permanecen y cuáles pueden documentarse mediante modelos tridimensionales permite estudiar la pintura mural desplazada desde una perspectiva arquitectónica. La digitalización deja así de constituir un fin en sí misma para convertirse en una herramienta crítica capaz de analizar la obra como una unidad espacial, recuperando las relaciones geométricas y perceptivas que definieron originalmente estos conjuntos. Ya que, el arranque no produjo únicamente el desplazamiento de una pintura mural; dio lugar a dos patrimonios necesariamente incompletos, aunque indisociables: una arquitectura privada de su imagen y una imagen privada de su arquitectura.

La representación digital como herramienta de análisis arquitectónico

Si el arranque de la pintura mural transformó la relación entre imagen y arquitectura, resulta necesario disponer de instrumentos capaces de volver a estudiar esa relación desde una perspectiva objetiva. Tradicionalmente, el análisis de estos conjuntos se ha basado en fotografías, dibujos, levantamientos arquitectónicos o estudios histórico-artísticos que, aun siendo imprescindibles, analizan por separado elementos que originalmente formaban

parte de una misma realidad espacial. La aparición de las tecnologías de documentación tridimensional ha abierto nuevas posibilidades para abordar este problema desde la representación arquitectónica.

En las dos últimas décadas, la digitalización del patrimonio mediante escáner láser terrestre y fotogrametría se ha consolidado como una de las metodologías más precisas para la documentación de bienes culturales complejos. La generación de modelos tridimensionales de alta resolución permite registrar simultáneamente información geométrica y cromática con niveles de precisión difícilmente alcanzables mediante los sistemas tradicionales de levantamiento gráfico. Diversos estudios han señalado el creciente protagonismo de estas técnicas en la conservación y documentación del patrimonio arquitectónico, destacando su capacidad para generar modelos científicos reutilizables, interrogables y compatibles con estrategias de preservación digital a largo plazo[5].

En el caso de la pintura mural desplazada, su interés trasciende el simple registro geométrico, ya que permite representar conjuntamente dos realidades hoy físicamente separadas: el edificio del que proceden las pinturas y el espacio museográfico donde actualmente se conservan. La digitalización permite así establecer un lenguaje común de representación capaz de comparar ambas arquitecturas con criterios métricos homogéneos.

La principal aportación metodológica de esta investigación consiste en el desarrollo de un protocolo sistemático de captura y tratamiento de datos específicamente diseñado para la documentación de pintura mural románica desplazada. El flujo de trabajo integra escaneado láser terrestre, fotogrametría digital y procedimientos híbridos de adquisición, garantizando la coherencia geométrica y cromática de toda la documentación y facilitando la comparación entre conjuntos conservados en diferentes instituciones museísticas (Figura 4).

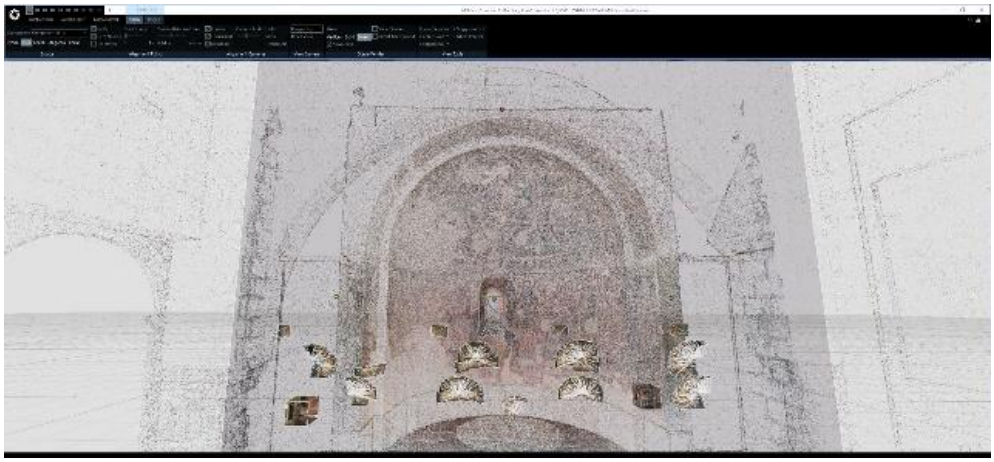


Figura 4 – Imagen del proceso de creación de la nube de puntos densa, geometrización y texturizado en método híbrido, mediante software RealityScan. Ábside de Osia en el Museo Diocesano de Jaca. (Fuente: Elaboración propia, 2025

[5] MÜNSTER, Stefan; UTESCHER, Rico; ULUTAS AYDOGAN, Sevil – "Digital Topics on Cultural Heritage Investigated: How Can Data-Driven and Data-Guided Methods Support to Identify Current Topics and Trends in Digital Heritage?". *Built Heritage*. Vol. 5 (2021). DOI: 10.1186/s43238-021-00045-7

El protocolo comprende la planificación de las campañas de documentación, el registro geométrico mediante escáner láser terrestre *FARO Focus M70*, la adquisición fotogramétrica con cámaras *Nikon D3300* y *D5600*, la captura científica del color mediante cartas *ColorChecker* y el procesado de la información con *FARO SCENE*, *Agisoft Metashape*, *RealityScan* y *Rhinoceros*. La aplicación sistemática de este procedimiento garantiza la comparabilidad entre campañas y la generación de un corpus documental homogéneo.

Dentro de este flujo metodológico, la captura científica del color constituye un aspecto fundamental, gracias al uso de la carta *ColorChecker* durante la adquisición fotográfica, permitiendo la normalización cromática de las imágenes antes de su procesado. Este procedimiento minimiza las variaciones derivadas de las distintas condiciones de iluminación de los museos y garantiza una representación cromática homogénea del conjunto documental (Figura 5).



Figura 5 - Uso de la carta *ColorChecker* durante la digitalización del ábside de Mur en el Museum of Fine Arts de Boston. (Fuente: Elaboración propia, 2025)

El protocolo desarrollado responde a tres objetivos complementarios. En primer lugar, establecer una metodología sistemática para la documentación tridimensional de pintura mural románica desplazada que garantice la coherencia y reproducibilidad de los procesos de captura y tratamiento de datos. En segundo lugar, constituir un corpus digital formado por modelos tridimensionales de alta fidelidad geométrica y cromática que facilite el análisis comparado de los distintos conjuntos absidiales documentados. Finalmente, asegurar la preservación y difusión abierta de esta documentación mediante un repositorio virtual estructurado conforme a los principios *FAIR* (*Findable, Accessible, Interoperable*

y *Reusable*), favoreciendo su localización, interoperabilidad y reutilización en futuras investigaciones sobre patrimonio cultural, así como su preservación digital a largo plazo[6]. Frente a la fotografía o al dibujo arquitectónico, el modelo tridimensional constituye un soporte científico navegable y medible que integra simultáneamente geometría, textura y posición espacial. Esta condición facilita el análisis comparado, la incorporación de nuevos datos y la formulación de hipótesis sobre conjuntos conservados en instituciones diferentes.

La digitalización patrimonial deja así de entenderse como una herramienta exclusivamente destinada al registro para convertirse en un instrumento de conocimiento arquitectónico (Figura 6). Más que reproducir la realidad existente, los modelos tridimensionales permiten interpretar las transformaciones espaciales derivadas del desplazamiento de las pinturas y establecer un marco objetivo para el estudio comparado de iglesias e instalaciones museográficas.

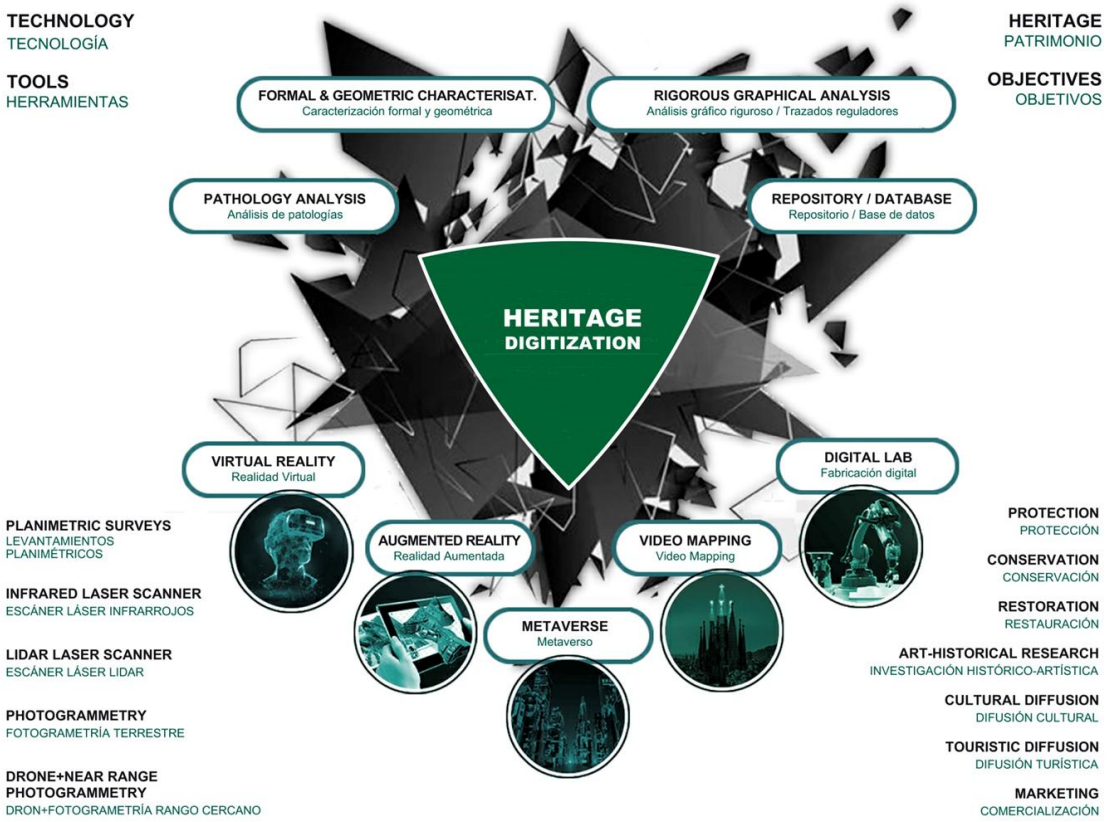


Figura 6 – Aplicaciones de la Digitalización Patrimonial (Fuente: Elaboración propia, 2025)

Del templo al museo: una nueva arquitectura para la pintura mural

El desplazamiento de la pintura mural románica no supone únicamente un cambio de localización, sino la construcción de un nuevo marco arquitectónico desde el que la obra vuelve a ser contemplada. Esta transformación modifica inevitablemente las condiciones bajo las cuales la pintura fue concebida y experimentada, sustituyendo la arquitectura histórica por una arquitectura expositiva. Más que interpretar esta circunstancia como una

[6] AMICO, Nicola; FELICETTI, Achille – *3D Data Long-Term Preservation in Cultural Heritage*. Luxembourg: Publications Office of the European Union, European Commission – eArchiving Initiative, 2024. https://digital-strategy.ec.europa.eu/es/library/report-long-term-preservation-3d-data-cultural-heritage

simple pérdida, resulta pertinente analizar cómo la museografía ha tratado de responder a un problema para el que apenas existían precedentes. Las grandes campañas de arranque desarrolladas durante el siglo XX obligaron a idear nuevas formas de presentar unas pinturas que, a diferencia de un retablo o una tabla, constituían la piel del espacio arquitectónico. La solución adoptada en muchos casos consistió en reconstruir volumétricamente los ábsides mediante soportes autoportantes capaces de reproducir, con mayor o menor fidelidad, su geometría original (Figura 7).



Figura 7 – Vista trasera de uno de los bastidores de madera de las instalaciones absidiales del MNAC (Fuente: Elaboración propia, 2025)

La comparación entre las reconstrucciones museográficas y la documentación tridimensional realizada en las iglesias originales ha permitido identificar un aspecto escasamente analizado desde la representación arquitectónica. Mientras que la mayor parte de los soportes expositivos fueron construidos a partir de geometrías ideales —semicilindros perfectos rematados por cuartos de esfera regulares—, los levantamientos mediante escáner láser terrestre demuestran que los ábsides medievales presentan con frecuencia ligeros achatamientos, excentricidades y deformaciones constructivas derivadas tanto de su ejecución como de su evolución histórica. Estas irregularidades forman parte de la arquitectura sobre la que fueron concebidos los programas pictóricos. No constituyen simples desviaciones constructivas, sino condiciones espaciales que influyen en la percepción de la pintura. La idealización geométrica introducida por muchos montajes museográficos modifica sutilmente la curvatura del soporte y, con ello, la experiencia visual de las obras. La documentación tridimensional permite cuantificar por primera vez estas diferencias y valorar hasta qué punto la geometría del ábside participa activamente en la construcción del espacio pictórico.

El MNAC constituye uno de los ejemplos más significativos de esta estrategia museográfica. Desde la instalación de las primeras pinturas románicas, el museo optó por reproducir la volumetría de los ábsides mediante estructuras de madera y yeso sobre las que fueron nuevamente montadas las pinturas. Esta decisión permitió conservar la lectura continua de los programas iconográficos y recuperar parcialmente la percepción envolvente característica de los espacios románicos.

Una estrategia semejante puede observarse en la Sala Bagüés del Museo Diocesano de Jaca. El conjunto procedente de la iglesia de los Santos Julián y Basilisa fue reinstalado respetando la disposición general del programa pictórico y reconstruyendo la volumetría

del ábside y del arco triunfal[7]. Aunque la sala responde también a criterios museográficos contemporáneos, la instalación mantiene una estrecha relación con la organización espacial del templo original, convirtiéndose en uno de los ejemplos más logrados de museografía aplicada a la pintura mural románica.

Sin embargo, la comparación entre la iglesia y su reconstrucción museográfica revela diferencias que trascienden la simple geometría. En la iglesia, la pintura formaba parte de una secuencia espacial integrada por la nave, el presbiterio y el ábside, articulada mediante la luz natural, la liturgia y el recorrido del fiel. En los museos, esa secuencia desaparece y es sustituida por un itinerario expositivo donde la contemplación responde a otros tiempos y a otras formas de aproximación. La iluminación artificial, la proximidad del visitante, la neutralidad del espacio o la ausencia del resto de elementos arquitectónicos generan una percepción necesariamente distinta.

Precisamente estas diferencias constituyen uno de los aspectos que mejor pueden analizarse mediante la documentación tridimensional. La obtención de modelos digitales comparables permite estudiar con precisión la correspondencia entre la arquitectura conservada y la arquitectura reconstruida en el museo, evaluando tanto las coincidencias como las transformaciones introducidas durante el proceso de musealización. La superposición y comparación métrica de ambos escenarios proporciona una base objetiva para interpretar las diferencias espaciales y perceptivas de estos conjuntos (Figura 8).

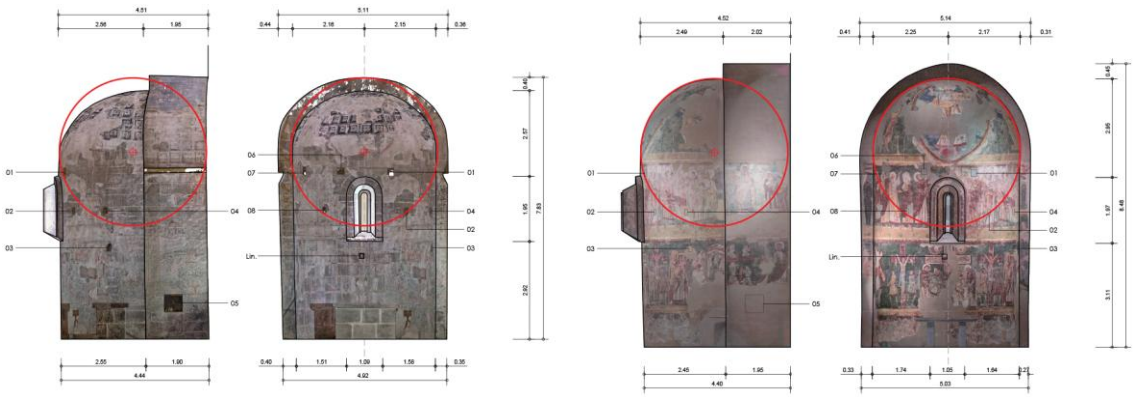


Figura 8 – Comparativa geométrica del ábside de la iglesia de los Santos Julián y Basilisa de Bagüés y de la instalación absidial del Museo Diocesano de Jaca (Fuente: Elaboración propia, 2025)

Desde esta perspectiva, el museo deja de ser únicamente el lugar donde hoy se conservan las pinturas para convertirse también en un objeto de estudio. La arquitectura expositiva pasa a formar parte de la historia material de las obras y constituye una nueva capa patrimonial que debe ser igualmente documentada, analizada y comprendida.

La representación gráfica permite así estudiar conjuntamente dos arquitecturas que, aunque hoy permanezcan físicamente separadas, continúan formando parte de un mismo proceso histórico. La incorporación de modelos tridimensionales comparativos amplía las posibilidades tradicionales de la representación arquitectónica. Más allá de documentar edificios existentes, permite analizar simultáneamente el templo que perdió las pinturas y el museo que hoy las conserva, reconstruyendo gráficamente una relación espacial que

[7] BUIL MARTÍNEZ, Ana – *Estudio y propuesta de intervención de las pinturas murales de la iglesia de los Santos Julián y Basilisa de Bagüés ubicadas en el Museo Diocesano de Jaca*. Valencia: Universitat Politècnica de València, 2019. Trabajo Fin de Máster.

dejó de existir físicamente hace décadas. La documentación tridimensional deja así de constituir un simple procedimiento de registro para convertirse en una herramienta de interpretación arquitectónica capaz de estudiar conjuntamente el edificio original y su reconstrucción museográfica.

Consideraciones finales

La investigación desarrollada pone de manifiesto que el desplazamiento de la pintura mural románica no puede entenderse únicamente como un problema de conservación material. El arranque de los conjuntos absidiales transformó una realidad concebida como una unidad entre arquitectura, pintura y espacio en dos patrimonios incompletos, pero complementarios: una arquitectura privada de su imagen y una imagen privada de su arquitectura. La iglesia conserva la huella arquitectónica de unas pinturas ausentes; el museo preserva las pinturas, aunque dentro de un contexto espacial distinto del original.
Desde esta perspectiva, la documentación tridimensional constituye mucho más que una herramienta de registro. La aplicación de un protocolo sistemático de captura y tratamiento de datos, basado en la integración de escáner láser terrestre, fotogrametría digital y procedimientos de captura científica del color, ha permitido generar una base documental homogénea para el estudio comparado de veintiséis conjuntos absidiales conservados en diferentes instituciones museísticas. Más allá de la obtención de modelos de alta precisión geométrica y cromática, el interés del protocolo reside en hacer comparables realidades patrimoniales que, hasta ahora, habían sido estudiadas de forma aislada.

La comparación sistemática entre los edificios originales y sus reconstrucciones museográficas ha permitido identificar uno de los principales resultados de esta investigación. Mientras que los ábsides medievales presentan deformaciones, ligeros achatamientos e irregularidades derivadas de sus procesos constructivos y de su evolución histórica, gran parte de los soportes museográficos fueron concebidos a partir de geometrías idealizadas. Esta circunstancia modifica, aunque sea de forma sutil, la curvatura sobre la que hoy se contemplan las pinturas y, con ello, determinados aspectos de su percepción espacial. La documentación tridimensional hace posible cuantificar estas diferencias e incorporarlas al análisis arquitectónico, evidenciando que la geometría del soporte forma parte activa del discurso visual de la pintura mural románica.

La investigación demuestra igualmente que el interés de los modelos tridimensionales no reside únicamente en su capacidad para documentar el estado actual de conservación de las obras. Su principal aportación consiste en proporcionar un marco común desde el que estudiar conjuntamente la arquitectura original, la instalación museográfica y la superficie pictórica. De este modo, la representación digital deja de entenderse exclusivamente como un procedimiento de registro para convertirse en una herramienta de conocimiento arquitectónico, capaz de analizar relaciones espaciales que habían permanecido fragmentadas desde el traslado de las pinturas.

La creación de un corpus digital abierto, estructurado conforme a los principios *FAIR*, constituye una consecuencia directa de este planteamiento metodológico. El repositorio digital creado en la plataforma abierta *Sketchfab,* no solo garantiza la preservación digital y la reutilización científica de la documentación generada, sino que proporciona una infraestructura común desde la que desarrollar futuras investigaciones sobre pintura mural desplazada, conservación del patrimonio, representación arquitectónica y museografía (Figura 9).

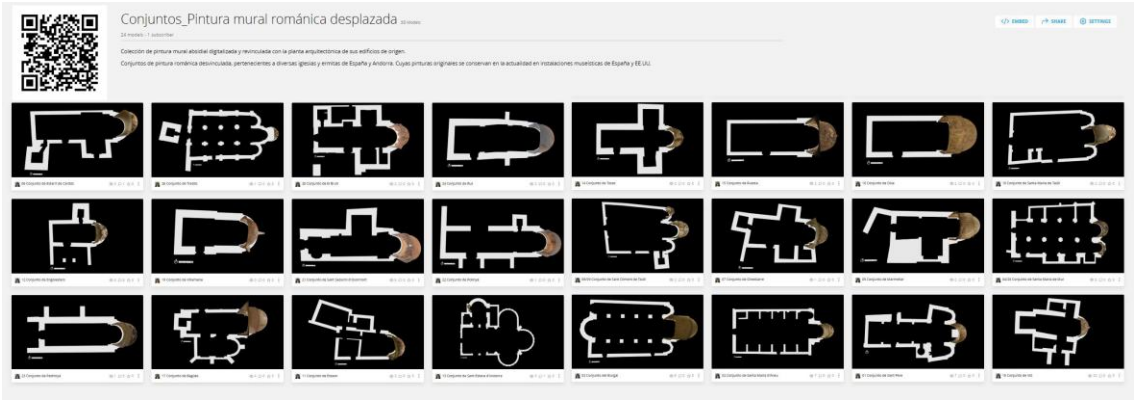


Figura 9 – Repositorio virtual abierto. Conjuntos de pintura mural románica desplazada. *Sketchfab*
(Fuente: Elaboración propia, 2025)

Más allá de sus resultados técnicos, esta investigación plantea una reflexión sobre la naturaleza del patrimonio. La permanencia de una obra no depende exclusivamente de la conservación de su materia, sino también de la capacidad para preservar el conocimiento asociado a ella y transmitir las relaciones espaciales y culturales que le otorgaron significado. La documentación digital no sustituye la experiencia del edificio histórico ni pretende reconstruir una realidad desaparecida; ofrece nuevas herramientas para comprenderla, interpretarla y difundirla desde el rigor científico.

Como señala Llorenç Prats, el patrimonio solo adquiere sentido cuando es reconocido y activado socialmente[8]. La arquitectura románica y sus programas pictóricos no solo transmitían un discurso religioso; también construían identidad y articulaban comunidades en torno a un espacio compartido. La digitalización patrimonial y sus posibles aplicaciones, definen hoy una nueva forma de mantener vivo ese conocimiento y de favorecer su transmisión a las generaciones futuras. Mientras exista una comunidad capaz de reconocerse en su patrimonio, de interrogarlo, de valorarlo y de reinterpretarlo, seguirá existiendo la posibilidad de reconstruir el conocimiento sobre aquello que un día fue fragmentado. Porque el desplazamiento de estas pinturas no dio lugar únicamente a unos museos y a unas iglesias vacías, sino a dos patrimonios necesariamente incompletos, pero indisociables: una arquitectura privada de su imagen y una imagen privada de su arquitectura.

Bibliografía

AMICO, Nicola; FELICETTI, Achille **– 3D Data Long-Term Preservation in Cultural Heritage**. Luxembourg: Publications Office of the European Union, European Commission – eArchiving Initiative, 2024.

BUIL MARTÍNEZ, Ana – **Estudio y propuesta de intervención de las pinturas murales de la iglesia de los Santos Julián y Basilisa de Bagüés ubicadas en el Museo Diocesano de Jaca**. Valencia: Universitat Politècnica de València, 2019. Trabajo Fin de Máster.

DOMINGO-BALLESTÍN, Javier; AGUSTÍN-HERNÁNDEZ, Luis; GIL-BORDÁS, José Ángel – «Digitalización patrimonial de pintura mural románica desplazada: propuesta metodológica y catálogo 3D». En: **XXI Congreso Internacional de**

[8] PRATS, Llorenç – *Antropología y patrimonio*. Barcelona: Ariel, 1997.

Expresión Gráfica Arquitectónica. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya, 2026, p. 153–162. DOI: 10.5821/conference-EGA.26.4.15.

GARGANTÉ LLANES, Maria – «"Descubrir" y "descubrirse" en el románico: un ejemplo catalán de patrimonio de la humanidad». **CEM Cultura, Espaço & Memória: Revista do CITCEM**. N.º 11 (2020), p. 108–123. DOI: 10.21747/2182109711/cema6.

MÜNSTER, Stefan; UTESCHER, Rico; ULUTAS AYDOGAN, Sevil – «Digital Topics on Cultural Heritage Investigated: How Can Data-Driven and Data-Guided Methods Support to Identify Current Topics and Trends in Digital Heritage». **Built Heritage**. Vol. 5, n.º 1 (2021). DOI: 10.1186/s43238-021-00045-7.

PRATS, Llorenç – **Antropología y patrimonio**. Barcelona: Ariel, 1997.

SADIA, José María – **El románico español. La recuperación del patrimonio histórico**. Córdoba: Almuzara, 2020.

SUREDA, Joan – **La pintura románica en Catalunya**. Madrid: Alianza Editorial, 1981.

Convento da Tomina:
da Identidade Patrimonial à Estratégia de Intervenção

Carlota Rocha
Dep. Arquitetura – EAartes – Universidade de Évora
l49039@alunos.uevora.pt
carlota.s.rocha@gmail.com

Sofia Aleixo
IHC-CEHCi/DArq – EArtes, Universidade de Évora
CHAM-SLHI, FCSH – Universidade Nova de Lisboa
saleixo@uevora.pt
saleixo@fcsh.unl.pt

Resumo: O Convento da Tomina, edifício religioso seiscentista localizado nos limites da Herdade da Contenda, reúne valores culturais de natureza tangível e intangível e constitui uma referência patrimonial relevante para a compreensão da história do território e da comunidade local. A sua permanência física, ainda que em ruína, atua como suporte da memória coletiva e das práticas culturais associadas ao lugar, sendo a Arquitetura entendida, neste contexto, como instrumento que assegura a conexão entre passado, presente e futuro. Neste enquadramento, procura-se neste artigo, apresentar a análise de documentos doutrinais e de intervenções precedentes em situações similares, contribuindo para a definição de estratégias de intervenção aplicáveis a património religioso em estado de ruína, evitando a sua perda definitiva e reforçando a sua identidade patrimonial. A análise de casos de estudo que foram alvo de intervenções resultantes de diferentes metodologias, poderá assim sugerir bases metodológicas aplicáveis ao Convento da Tomina, ou seja, proporcionar resposta às necessidades atuais sem comprometer a transmissão dos valores patrimoniais às gerações futuras. O artigo procura, assim, contribuir para a definição de uma estratégia de intervenção sustentada, capaz de orientar futuras ações de adaptação a um novo uso, na articulação com os valores patrimoniais que lhe são inerentes.

Palavras-chave: património religioso; Tangível e Intangível; Ruína; Reabilitação adaptativa; Sustentabilidade Sociocultural.

INRODUÇÃO

O património religioso representa um conjunto de bens físicos e tradições que asseguram a identidade espiritual das populações[1]. Mais do que meros edifícios, este legado integra uma dimensão simbólica relevante e necessária para a manutenção de costumes culturais. Segundo Rodney Harrison, arqueólogo e investigador na área dos Estudos Críticos do Património, para o proteger, e de modo a que a história material continue unida ao significado sagrado de cada comunidade, é reconhecida a necessidade de uma abordagem holística[2].

A valorização do património religioso enquanto património cultural consolida-se ao longo do século XX, no âmbito da ampliação do conceito de património que, de uma visão centrada no monumento, evolui para uma abordagem que integra o contexto, o uso e os significados associados aos bens culturais, assumindo particular expressão a partir da Carta de Veneza, que introduz a articulação entre conservação, função e integridade do conjunto[3].

Esta perspetiva alargada permite compreender o património religioso como uma realidade complexa, na qual se articulam bens materiais, práticas devocionais e significados coletivos:

> "O património religioso, além de ser um testemunho de práticas religiosas históricas, está frequentemente relacionado a paisagens sacralizadas e locais de culto que são venerados pela sua relação com o sagrado. Abrange tanto elementos materiais como igrejas e retábulos, quanto aspectos imateriais, como ritos litúrgicos e festividades religiosas, que possuem valor histórico, identitário e cultural" [4].

A herança cultural associada ao património religioso é interpretada através do seu valor simbólico, funcionando como um elo de ligação entre a Arquitetura e os valores espirituais. Na perspetiva de Mircea Eliade, historiador das religiões, as práticas e os objetos religiosos possuem um sentido que ultrapassa a experiência física, remetendo para uma realidade sobrenatural e para valores que definem a existência humana além da matéria. No contexto do património rural, esta relação torna-se ainda mais evidente, uma vez que o edificado e a natureza aparecem como elementos indissociáveis[5].

Pierre Sanchis, antropólogo e sociólogo da ciência da religião, esclarece que a compreensão do património religioso exige a leitura de fatores que ultrapassam os limites físicos do santuário, como a localização de locais de culto em elementos naturais — rochedos, fontes ou árvores — e a permanência de antigos itinerários rituais. A celebração "no campo" e a harmonia do sítio revelam uma continuidade histórica onde o romeiro identifica o sagrado na totalidade da paisagem[6].

A memória coletiva é a base da identidade de um grupo, funcionando como um mecanismo de preservação que resiste às mudanças do tempo através da sua ligação ao espaço físico. Para o sociólogo Maurice Halbwachs, o pensamento coletivo de uma comunidade só consegue perdurar e "eternizar-se" quando se fixa em lugares ou imagens

---

[1] ICOMOS, ICCROM, UNESCO, 1994, p. 1
[2] HARRISON, 2012, p.32
[3] ICOMOS, 1964, p.2
[4] CONGRESSO REGISTO, 2011, p. 41
[5] ELIADE, 1956, p. 40-41
[6] SANCHIS, 1983, p. 325

simbólicas que oferecem estabilidade, pois "os lugares participam da estabilidade das coisas materiais" e servem de moldura para as recordações [7].

Neste enquadramento, o património religioso coloca desafios específicos de conservação e valorização, sobretudo num contexto de transformação social e de perda de função e de materialidade de muitos dos seus espaços. Enquanto instrumento que permite refletir sobre a continuidade destes bens culturais no tempo e a sua adaptação às necessidades contemporâneas, o conceito de sustentabilidade surge como de inegável relevância.

O conceito de sustentabilidade afirma-se a partir da segunda metade do século XX, como resposta às consequências ambientais, sociais e culturais dos modelos de desenvolvimento. Organizações internacionais, como a UNESCO, reconhecem que o desenvolvimento sustentável não pode ser alcançado sem a consideração dos contextos culturais, das identidades locais e dos sistemas de valores que estruturam as comunidades[8].

No domínio do património, a sustentabilidade implica uma gestão equilibrada entre conservação, uso e transmissão às gerações futuras. O património deixa de ser encarado apenas como herança do passado e passa a ser entendido como um recurso ativo para o desenvolvimento sustentável, capaz de reforçar a coesão social, a identidade coletiva e a relação das comunidades com o território[9].

Aplicada ao património religioso, esta perspetiva pressupõe assegurar, além da conservação física dos espaços, a continuidade dos valores simbólicos, espirituais e comunitários que lhes estão associados. É a partir desta evolução conceptual que emerge a noção de sustentabilidade sociocultural, centrada na continuidade das práticas culturais, na valorização da identidade local e na capacidade das comunidades de manter e renovar os significados associados aos seus lugares[10]. É neste contexto que se apresenta o caso do Convento da Tomina.

O CONVENTO DA TOMINA

O Convento da Tomina localiza-se no concelho de Moura, freguesia de Santo Aleixo da Restauração, integrando um território de fronteira marcado por elevada sensibilidade ecológica e paisagistica. A sua implantação em contexto isolado, associado a uma paisagem árida e de difícil acessibilidade, é ainda condicionada pela presença da Ribeira de Pae Joanes, cujas cheias esporádicas contribuem para o isolamento periódico do conjunto edificado[11]. Patrimonialmente, encontra-se enquadrado em extensas áreas - Rede Natura 2000 como Sítio de Interesse Comunitário Moura/Barrancos (PTCON0053) e Habitats 5330 (Matos Mediterrânicos pré-desérticos) e 8220 (Vertentes rochosas siliciosas com vegetação casmofítica)"[12] – mas não enquanto edifício de valor cultural.

A origem do Convento remonta ao século XVII, no contexto da Congregação dos Frades Agonizantes, fundada por uma comunidade eremítica sob a orientação de Manuel de Beça Leal, e a sua implantação reflete uma escolha deliberada pelo isolamento e pela vida de

[7] HALBWACHS, 1990, p.125-127.
[8] UNESCO, 2010, p.4.
[9] UNESCO, 2014, p. 18-20.
[10] SMITH e CAMPBELL, 2018, p. 13
[11] LECOQ, 2014, p.143.
[12] SIPA, 2004.

recolhimento[13]. As restrições construtivas associadas ao contexto fronteiriço, decorrentes do enquadramento do período pós-Guerra da Restauração, nomeadamente a proibição da utilização de coberturas em telha para evitar a fixação de posse territorial, influenciaram a edificação inicial do conjunto, verificando-se posteriormente a consolidação em alvenaria de xisto[14] . Tais restrições são comprovadas pelo manuscrito *Notícias do Convento da tomina*[15]: "por ser proibido na sua concordata (entre as coroas de Portugal e Espanha) levantar-se nela edifícios e fazendo-se coisas que parecia adquirir-se posse nas mesmas e assim fixaram a horta e cerca em terras de Portugal e Castela e o Convento em terras de Portugal somente".

Após a extinção das ordens religiosas em 1834, o conjunto entrou em progressivo abandono mantendo-se ativo na sua dimensão imaterial através da permanência da Festa da Tomina, celebrada desde 1688 - que se mantém até aos dias de hoje - constituindo um dos principais mecanismos de continuidade da memória coletiva local[16]. Esta permanência evidencia a continuidade entre o espaço físico e a prática cultural, reforçando o papel do Convento enquanto referência identitária da comunidade de Santo Aleixo da Restauração.

Do ponto de vista arquitetónico, o conjunto corresponde a uma organização eremítica de implantação isolada, composta por igreja de nave única, torre sineira e zona regral com celas, refeitório e espaços de apoio, construída em alvenaria de xisto com elementos estruturais em tijolo cerâmico[17]. Apesar do estado avançado de ruína, a leitura espacial e tipológica do conjunto permanece ainda reconhecível, permitindo a compreensão da sua organização original.

Neste enquadramento, o Convento da Tomina ultrapassa a sua dimensão estritamente material, assumindo-se como um lugar de forte carga simbólica e identitária, onde se articulam valores tangíveis e intangíveis associados à memória coletiva, às práticas religiosas e à continuidade cultural da comunidade local. A sua relevância atual reside precisamente nesta condição híbrida entre ruína, paisagem e prática cultural, que o mantém ativo enquanto referência patrimonial e social.

COMO INTERVIR

A consolidação dos princípios que hoje orientam a salvaguarda do património cultural foi sendo expressa em diversos documentos internacionais, que procuraram definir orientações para a sua proteção e valorização.

A intervenção no património edificado em estado de ruína, em concordância com os princípios definidos pela Carta de Veneza (1964), implica uma leitura crítica da pré-existência, do seu estado de conservação e dos valores patrimoniais que lhe estão associados. No seu artigo 1.º, define o monumento histórico como testemunho de uma civilização, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico, abrangendo também obras modestas que, com o tempo, adquiriram significado cultural. Já no artigo 9.º, o documento refere que o restauro deve preservar e revelar os valores estéticos e

[13] FRANCO ET AL., 2001, p.294
[14] JORGE, séc. XVIII, p.4
[15] *Homenagem a Monsenhor Costa Correia*, 1987, v.367
[16] CALDEIRA, 2016, p. 84
[17] BISPO, 1758, p.80

históricos dos monumentos, com respeito pelos materiais originais e pelos documentos autênticos.

Esta abordagem já afasta a aplicação de soluções universais, fundamentando a intervenção no conhecimento do bem e na articulação de critérios técnicos, históricos, culturais e éticos[18]. O desenvolvimento do pensamento em património, na sua salvaguarda através de intervenções arquitetónicas, tem produzido documentos orientadores, como Cartas, Convenções e Recomendações internacionais (ver Figura 1).

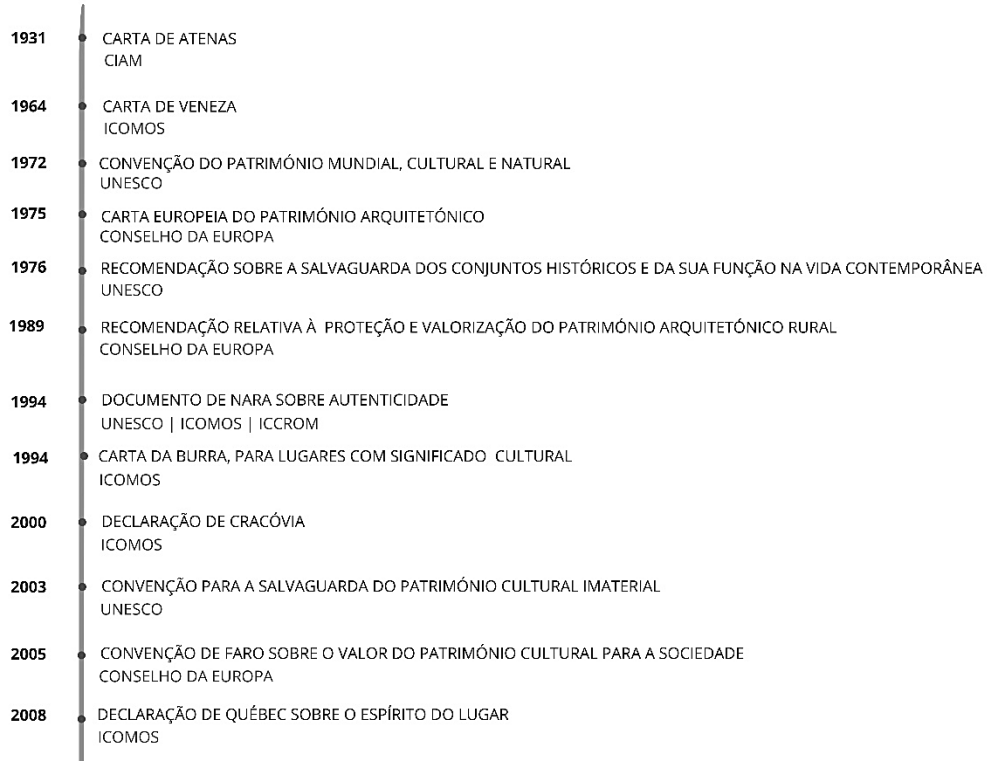


Figura 1 – Evolução do conceito de património: cronologia de documentos emanados pela UNESCO, ICOMOS e Conselho da Europa.

Roders, investigadora em património, sugere uma "abordagem integrada e colaborativa", sublinhando que a participação ativa das comunidades locais e o aumento da conscientização sobre o valor do património são elementos determinantes para o sucesso de qualquer intervenção[19]. No entanto, de acordo com a Carta de Cracóvia, um empenho contínuo por parte dos governos, autarquias e profissionais[20] é indispensável.

Esta perspetiva contribui para enquadrar a intervenção patrimonial numa lógica de sustentabilidade, na qual o uso contínuo e a reintegração dos espaços nas dinâmicas contemporâneas se articulam com o respeito pela sua carga cultural e simbólica, em consonância com a definição de desenvolvimento sustentável apresentada no Relatório Brundtland — "*Sustainable development is development that meets the needs of the*

[18] ICOMOS, 1964, p.1-2.
[19] RODERNS E VAN OERS, 2015, p.1
[20] Declaração de Cracóvia, 2000, p.1

present without compromising the ability of future generations to meet their own needs"[21].

A conservação sustentável associa-se assim não apenas à preservação material, mas também à participação local, à apropriação comunitária e ao reconhecimento social do património[22]. Tal entendimento é reforçado pelo investigador José Aguiar, que defende que as questões essenciais da conservação não são de natureza estritamente técnica ou científica, mas sobretudo culturais, sendo determinadas pela cultura de cada sociedade e pelas opções que esta define para a preservação e transformação do seu património arquitetónico e urbano[23].

REABILITAÇÃO ADAPTATIVA COMO ESTRATÉGIA

No artigo *"The Importance of Adaptive Reuse"*, publicado em 2021 pelo Royal Institute of the Architects of Ireland, a reutilização adaptativa é descrita como o processo que visa reaproveitar edifícios existentes, atribuindo-lhes uma função distinta daquela para a qual foram originalmente concebidos. Ao serem reutilizados, é possível preservar aspetos do seu carácer, do seu desenho e do seu valor histórico e cultural, conferindo-lhes simultaneamente uma nova finalidade[24]. Para o engenheiro João Appleton (2011), este conceito deve ser entendido como uma estratégia que associa a conservação aos princípios da sustentabilidade, uma vez que ao adaptar estruturas existentes, potencia-se a continuidade do seu valor arquitetónico e identitário, reduzindo simultaneamente o impacto ambiental e a energia incorporada na construção.

Os edifícios patrimoniais que perderam a sua função original poderão ainda incorporar valores culturais, históricos, espaciais e económicos. A reutilização adaptativa, como uma estratégia crítica e sustentável na prática arquitetónica contemporânea, poderá dar resposta à crescente necessidade de equilíbrio entre a preservação do património e as exigências funcionais modernas, sociais e ambientais[25]. Esta estratégia destina-se a preservar os elementos que encerram esses valores, adaptando paralelamente o lugar para novos usos, num diálogo ativo e significativo entre o passado e o presente[26].

No âmbito do património religioso, esta problemática assume uma dimensão particularmente complexa e sensível. Igrejas, conventos e outras construções religiosas estão profundamente enraizadas nas tradições culturais e espirituais, e a sua transformação suscita frequentemente questões éticas e sociais. Uma reabilitação adaptativa bem-sucedida de edifícios religiosos envolve funções consonantes com o seu significado simbólico original, tais como espaços para encontros culturais, bibliotecas ou espaços públicos de contemplação. Uma reutilização desadequada pode, pelo contrário, originar conflitos éticos e sociais[27].

[21] WCED, 1987, p. 37
[22] FAIRCLOUGH, 1999, p.128
[23] AGUIAR, 2004, p.3
[24] RIAI, 2021
[25] Architects' Council of Europe, 2018, p.1
[26] Architects' Council of Europe, 2018, p.1
[27] Architects' Council of Europe, 2018, p.11

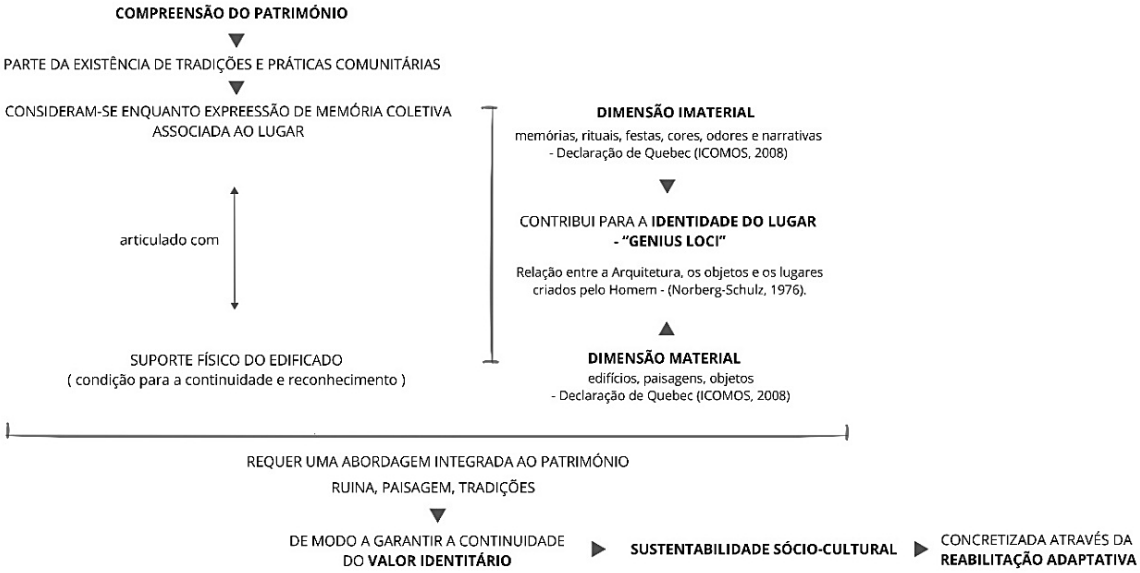


Figura 2 – Relação entre conceitos patrimoniais. Esquema elaborado pela autora.

O sucesso de qualquer estratégia de preservação de património exige confrontar a teoria com as exigências reais da ação direta sobre o edificado, como a historiadora Françoise Choay alerta ao advertir que "Querer e saber 'classificar' monumentos é uma coisa. Saber depois conservá-los fisicamente e restaurá-los é um outro assunto, que assenta sobre outros conhecimentos"[28].

O engenheiro João Appleton defende que a intervenção em edifícios antigos requer um processo aprofundado de conhecimento e diagnóstico, evitando tanto a inação, como o erro da intervenção excessiva[29]. Sob esta ótica, o uso é reconhecido como um fator determinante para a permanência do património, desde que o novo programa se adapte às características da preexistência e não imponha transformações irreversíveis, em conformidade com os princípios de compatibilidade material sistematizados por Feilden.[30]

Essa necessária convergência entre a integridade física do edificado e a sua viabilidade funcional introduz a importância de olhar para a ruína não como um elemento obsoleto, mas como um recurso dotado de potencial operativo e sensorial. Ao caracterizar os elementos que dão substância ao espaço reabilitado, o Arquiteto Peter Zumthor considera:

> "No trabajamos con la forma, trabajamos con el resto de cosas, con el sonido, los ruidos, los materiales, la construcción, la anatomía, etc. Desde el inicio, el cuerpo de la arquitectura es construcción, anatomía, lógica del construir. Nosotros trabajamos con todas esas cosas, con un ojo puesto simultáneamente en el lugar y el uso"[31].

Da mesma forma, ao evocar o Arquiteto Giorgio Grassi, Pedro Alarcão, também Arquiteto, destaca a importância de compreender "como" outros intervieram, não como modelo formal, mas como instrumento crítico para a prática contemporânea. Assim,

[28] CHOAY, 1999, p.127
[29] APPLETON, 2011, P.23-24
[30] FEILDEN, 2003, pp. 65
[31] ZUMTHOR, 1998, p.68.

através deste diálogo entre tempos, a ruína deixa de ser um vestígio estático, assumindo-se antes como espaço vivo de articulação entre memória e intervenção[32].

Tendo como referencial os princípios de intervenção no património edificado emanados em cartas patrimoniais, a análise dos casos de estudo de intervenção em património religioso abandonado, ou mesmo em ruína, permitirá compreender quais as estratégias de intervenção que preservam os valores culturais desta tipologia arquitectónica, e assim informar uma estratégia de intervenção que potencie a ressignificação do Convento da Tomina.

PRECEDENTES

Para melhor compreender como diferentes metodologias de intervenção foram aplicadas na prática contemporânea, apresentamos uma seleção de casos de estudo que permitem analisar conjuntos monásticos adaptados a novos usos, centrando-se nos seguintes indicadores:

— a ordem religiosa, enquanto matriz organizadora da espacialidade e das práticas de uso;
— a relação com a paisagem e o território, reconhecendo o património natural como parte integrante do significado cultural do edificado;
— o eremitismo e as condições de recolhimento, enquanto fatores determinantes da implantação, da escala e da organização espacial;
— os novos usos.

1. MOSTEIRO DE SANTA MARIA DO BOURO – ADAPTAÇÃO A POUSADA



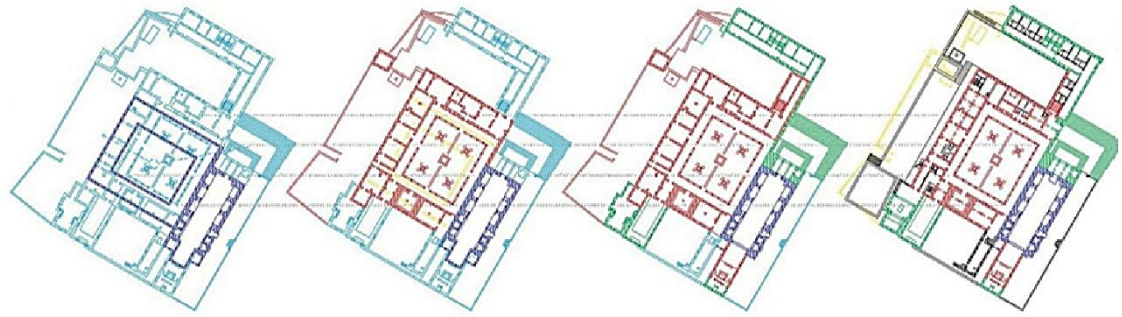
Figura 3 e 4 - Mosteiro de Santa Maria do Bouro: estado anterior à intervenção. | SIPA, 1989-1997.



Figura 5 - Vista geral do Mosteiro de Santa Maria do Bouro após a adaptação a pousada. Fotografia de Luís Ferreira Alves | Arquitetura Viva.

[32] ALARCÃO, 2019, p.8.

A intervenção de Eduardo Souto de Moura no Mosteiro de Santa Maria do Bouro constitui um exemplo de reabilitação adaptativa do património monástico em ruína, através da sua conversão em pousada. A estratégia adotada não procurou reconstruir a imagem histórica perdida, mas consolidar e reinterpretar a pré-existência, assumindo a ruína como matéria disponível para a intervenção arquitetónica[33].



- Idade Média: Séculos XII a XV
- Idade Moderna: Reconstrução no final do século XVI – início do século XVII
- Idade Moderna: Reabilitação e ampliação no século XVI – início do século XVII
- Século XX
- Demolição

Figura 6 - Leitura estratigráfica do Mosteiro de Santa Maria do Bouro, representando as diferentes fases construtivas do edifício ao longo do tempo, 1989-1997 | Portuguese Architecture.

Do ponto de vista arquitetónico, a intervenção estruturou-se em torno de quatro operações[34]:

- Consolidação da pré-existência, assegurando a estabilidade dos elementos remanescentes e a permanência da matéria com valor patrimonial;
- Adaptação funcional do conjunto, através da introdução de um novo programa compatível com a estrutura monástica existente;
- Introdução de elementos contemporâneos, assumidos de forma legível e sem recurso à imitação formal da construção histórica;
- Reorganização dos espaços, percursos e infraestruturas, permitindo adequar o edifício às exigências do novo uso, mantendo a leitura da ruína.



Figura 7, 8, 9 e 10 - Mosteiro de Santa Maria do Bouro, depois da inserção de elementos contemporâneos. Fotografias de Luís Ferreira Alves | Archdaily.

[33] SOUTO MOURA, 2001
[34] MOURA, cit. por LEÓN; COLLOVÀ; FONTES, 2001, p.53.

A intervenção articulou, assim, conservação material e adaptação funcional, demonstrando que a adequação a um novo uso constitui uma estratégia de salvaguarda quando resulta de uma leitura crítica da pré-existência e dos valores patrimoniais associados ao conjunto.

2. ANTIGA IGREJA DE CORBERA D´EBRE - CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO PARA USO MUSEOLÓGICO



Figura 11 – Vista do interior da Igreja de Corbera d´Ebre antes da intervenção. Fotografia de José Hevia | Arquitetura Viva.
Figura 12 – Vista da nave após a instalação da nova cobertura translúcida. Fotografia de José Hevia | Arquitetura Viva.

Grandemente afetada pela destruição provocada pela Guerra Civil Espanhola, a antiga Igreja de Corbera d'Ebre é intervencionada a partir de uma estratégia de consolidação da ruína e de valorização do seu caráter memorial. O projeto de Ferran Vizoso e Núria Bordas não procura reconstruir os volumes desaparecidos, mas estabilizar a pré-existência e transformá-la num espaço público contemporâneo, mantendo a leitura da sua condição fragmentária.

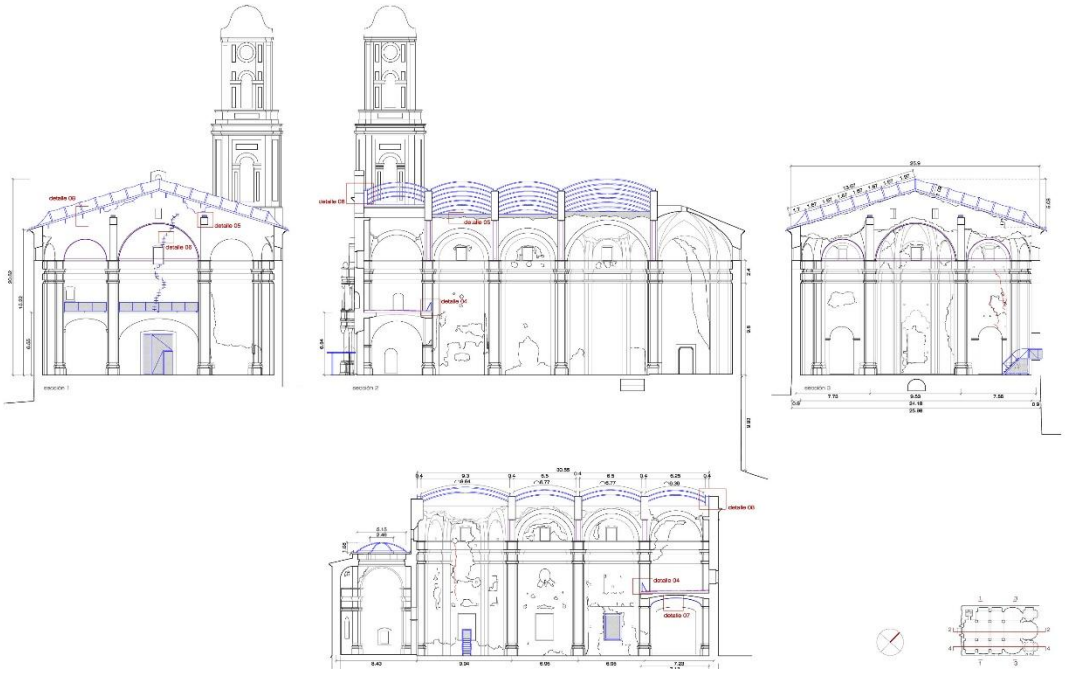


Figura 13 – Desenhos técnicos da intervenção e esquema estrutural da nova cobertura | Architectural Monographs Nº 48, 1997.

A atuação desenvolveu-se através de um conjunto restrito de operações:

- Estabilização das estruturas sobreviventes, garantindo a conservação das paredes, da torre do campanário e dos elementos construtivos em risco;
- Introdução de uma cobertura leve e translúcida, que protege o interior da ação dos agentes atmosféricos sem anular a perceção da ruína;
- Separação estrutural entre antigo e novo, através de apoios independentes que evitam sobrecarregar a alvenaria histórica;
- Preservação do caráter memorial do espaço, mantendo a condição fragmentária da igreja e recusando a reconstrução formal dos volumes desaparecidos.

A preservação da ruína na Igreja de Corbera d'Ebre representa uma estratégia de intervenção patrimonial, capaz de valorizar sem recorrer à reconstrução. Ao integrar discretamente novos elementos, é possível preservar o carácter memorial do edifício, adaptando-o para o uso contemporâneo, sem comprometer a sua integridade simbólica.

3. CONVENTO DOS CAPUCHOS DE ALFERRARA – ESTABILIZAÇÃO DA RUÍNA



Figura 14 – Paisagem cultural do Convento dos Capuchos. Fotografia de Victor Mestre | *Reunir o tempo e o espaço no/do Convento dos Capuchos de Alferrara*.

O Convento dos Capuchos de Alferrara, localizado em Setúbal, foi objeto de estudo aprofundado pelo arquitecto Victor Mestre, e constitui um exemplo de conservação da ruína conventual enquanto património arquitetónico, cultural e paisagístico. Embora em estado fragmentário, a estrutura espacial permaneceu legível, permitindo compreender a lógica de recolhimento, austeridade e relação com a paisagem associada à tradição capucha[35].

A relação com a serra, a proximidade da água, o isolamento e o silêncio contribuem para uma experiência sensorial marcada pelo recolhimento e pela intensidade simbólica. Esta articulação aproxima-se do conceito de "totalidade ambiental", entendido como a unidade indissociável entre espaço construído, natureza e vivência humana[36]. Em Alferrara, esta totalidade mantém-se ativa mesmo na ruína, sendo a experiência do lugar construída a partir da interação entre matéria remanescente, luz, sombra e tempo.

[35] ALEIXO; MESTRE, 2020.
[36] NORBERG-SCHULZ, 1980, p.6.



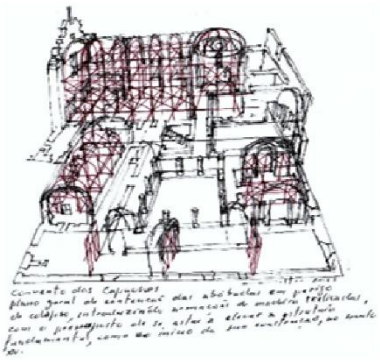


Figura 15 – "Nova grelhagem em vão da sala do capítulo: a luz filtrada (2016)". Fotografia de José Manuel. Fonte: Aleixo e Mestre, 2020.
Figura 16 – "Circuito de visita à nave/altar-mor por entre estruturas de sustentação (2016)". Fotografia de José Manuel. Aleixo e Mestre, 2020.
Figura 17 – "Convento dos Capuchos: desenho estrutural numa «geometria sagrada»" (2011). Desenho de Victor Mestre. Fonte: Aleixo e Mestre, 2020.

A intervenção desenvolveu-se a partir de um Plano Diretor de Salvaguarda, entendido como instrumento de atuação progressiva e de longo prazo, assente no conhecimento rigoroso do lugar. A estratégia não procurou restituir uma imagem formal perdida, mas estabilizar a ruína, preservá-la e controlar os processos de degradação. A intervenção mínima surge como resposta orientada para a permanência material do conjunto, mantendo as lacunas, as marcas do tempo e a leitura estratificada da pré-existência[37].




Figura 18 – Vista exterior das ruínas do Convento dos Capuchos de Alferrara. Fotografia de José Manuel. Fonte: Aleixo e Mestre, 2020.
Figura 19 – Planta do piso 0. A amarelo o percurso de visita. Desenho vmsa arquitetos. Fonte: Aleixo e Mestre, 2020.

As principais ações de intervenção podem ser sintetizadas nos seguintes pontos:

- Consolidação estrutural da ruína, através da estabilização das paredes, abóbadas e elementos construtivos em risco de colapso;
- Preservação da condição fragmentária, evitando reconstruções hipotéticas ou restituições formais que alterassem a leitura histórica do conjunto;
- Qualificação dos percursos de visita e integração discreta de elementos de segurança e sinalética, permitindo a fruição controlada do espaço e reforçando a experiência sensorial do lugar;

[37] PESSOA ET AL., 2011, p. 92.

- Manutenção e controlo da vegetação, de modo a limitar os processos de degradação e assegurar a legibilidade espacial do convento;
- Envolvimento da comunidade, reconhecendo que a proteção só é bem conseguida se o património "for compreendido, se interessar e/ou pertencer à comunidade"[38].

A opção por uma atuação contida resultou de uma posição crítica face à introdução de arquiteturas contemporâneas dominantes em contextos patrimoniais sensíveis. Em Alferrara, a intervenção evitou adições intrusivas e privilegiou uma atuação que respeita a relação entre a ruína e a paisagem, reconhecendo o Convento como parte integrante do território e não como um objeto arquitetónico isolado. A preservação da dimensão imaterial do lugar, associada à memória, ao silêncio, ao recolhimento e à espiritualidade, garante que a experiência original do convento seja mantida[39].

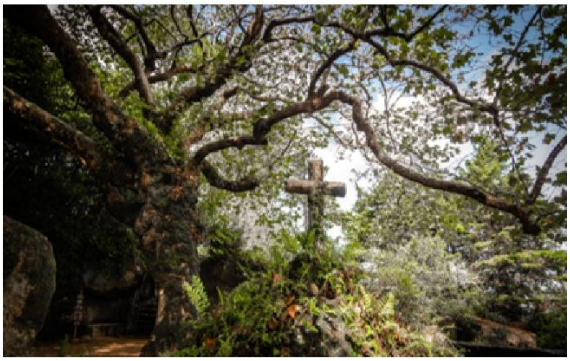
4. CONVENTO DE SANTA CRUZ DA SERRA DE SINTRA – CONSERVAÇÃO E RESTAURO PARA USO MUSEOLÓGICO



Figura 20 – Vista exterior do Convento de Santa Cruz da Serra de Sintra. Fotografia de José Marques Silva | lisboasecreta.

O Convento de Santa Cruz da Serra de Sintra, fundado em 1560 sob a regra da estrita observância franciscana, é um exemplar de arquitetura ascética, cuja estrutura se submete à "construção divina" da natureza, envolvida por penedos de granito. Gerido pela Parques de Sintra - Monte da Lua (PSML) desde 2000, o Convento manteve-se fiel à sua tradição eremítica, caracterizada pelo despojamento e pela simplicidade, com o uso exclusivo de materiais como a cortiça e a pedra.





[38] PESSOA ET AL., 2011, p. 89.
[39] MESTRE E ALEIXO, 2017.

Figura 21 – Paredes internas revestidas de cortiça. Fotografia de José Marques Silva | lisboasecreta.
Figura 22 – Vista para o Terreiro da Fonte, onde eram recebidos os peregrinos. Fotografia de Andreia Almeida | lisboasecreta.

Entre 2016 e 2020, foi realizada uma intervenção focada na preservação e restauro do convento, com uma abordagem de conservação crítica, orientada pelos seguintes princípios metodológicos[40]:

- Intervenção mínima: A introdução de novos materiais foi limitada ao estritamente necessário para garantir a estabilidade estrutural, rejeitando reconstruções, conforme os princípios da Carta de Burra[41].
- Intervenção cuidadosa e seletiva: A intervenção evitou falsos históricos, permitindo apenas pormenores que clarificassem a leitura espacial, em consonância com a Carta de Cracóvia[42].
- Integração material: Fendas preenchidas com materiais compatíveis e cromaticamente neutros, preservando a legibilidade da matéria original.
- Gestão da colonização biológica: A limpeza controlada no interior e a manutenção de musgos e líquenes no exterior garantiram a preservação da pátina e da atmosfera do lugar.
- Reposição criteriosa: A reposição de portas e vãos foi realizada apenas quando havia evidência histórica.

A aplicação rigorosa destes princípios permitiu preservar as marcas do tempo como testemunhos históricos, rejeitando adições anacrónicas e assegurando que a experiência sensorial e espiritual do lugar permanecesse intacta. Este procedimento revela como as estratégias de intervenção mínima podem ser compatíveis com as exigências contemporâneas, mantendo a autenticidade do local.
A ruína é aceite como parte da identidade destes Conventos, sendo conservada como condição patrimonial a interpretar e salvaguardar. Esta filosofia de intervenção encontra respaldo nas Cartas e Convenções Internacionais de conservação do património. Intervenções de rejeição de reconstruções hipotéticas e de valorização da materialidade existente estão em consonância com a Carta de Veneza, a qual estabelece que "a restauração deve parar onde começa a hipótese"[43], preservando o carácter ascético do conjunto. Do mesmo modo, a compreensão da autenticidade como resultado da interação entre matéria, contexto, memória e experiência corresponde à perspetiva defendida pelo Documento de Nara (1994), que reconhece que a autenticidade se manifesta através de múltiplos atributos, incluindo a forma, os materiais, o uso, a tradição e o contexto cultural[44].

Para cada um destes casos, identificam-se, de seguida, os princípios que definem o tipo de intervenção adotado pelos arquitetos enquanto metodologia (ver Figura 25).

[40] Síntese analítica elaborada pela autora com base no levantamento dos dados operacionais das obras de restauro da Parques de Sintra - Monte da Lua (PSML, 2016-2020), estruturada metodologicamente a partir das diretrizes internacionais do ICOMOS, as quais serviram como enquadramento de referência para a análise e interpretação dos dados.
[41] ICOMOS, 1999, art. 2.º.
[42] ICOMOS, 2000, art. 10.º.
[43] ICOMOS, 1964, art. 9.º.
[44] ICOMOS, 1994.

CASO DE ESTUDO	TIPO DE INTERVENÇÃO	
MOSTEIRO DE SANTA MARIA DO BOURO	Adaptação de uso	Adapta o edifício a um novo uso, mantendo a estrutura original e garantindo que as funções contemporâneas não alteram a essência do edifício.
ANTIGA IGREJA DE CORBERA D'EBRE	Conservação Memorial	Foca-se na preservação da ruína como valor histórico e na valorização das marcas do tempo, evitando reconstruções volumétricas, apenas consolidando a estrutura existente para garantir a sua estabilidade.
CONVENTO DOS CAPUCHOS DE ALFERRARA	Intervenção mínima e Manutenção contínua	Consiste em preservar o edifício na sua condição atual, com a mínima alteração possível. O objetivo é garantir a longevidade da ruína sem reconstruir o que foi perdido, respeitando a atmosfera e os vestígios do tempo.
CONVENTO DE SANTA CRUZ DA SERRA DE SINTRA	Restauro Crítico	Intervém com base em documentação rigorosa, distinguindo o que se conserva, o que se consolida e o que, por ausência de evidência, não se repõe. Os materiais novos são compatíveis com os originais, de modo a não criar falsos históricos.

Figura 23 – Tipo de intervenção. Tabela elaborada pela autora.

Face a estas conclusões, procura-se de seguida compreender de que forma essa lógica operativa é ou não transponível para o Convento da Tomina, explorando como poderão estes princípios ser aplicados neste património religioso.

RESSIGNIFICAÇÃO DO CONVENTO DA TOMINA

Tendo em conta que a memória oral constitui uma das dimensões imateriais mais frágeis e significativas, recolheu-se o testemunho oral de uma pessoa durante uma visita ao Convento, no decurso de uma caminhada ao local:[45]: "Muitos querem ir à Tomina – é a história da nossa aldeia - todos dizem que não querem que isto caia. Se não estivesse dentro de propriedade privada e estivesse no perímetro da Contenda, já tínhamos esperança.". Esta afirmação evidencia não apenas a permanência da memória do lugar, mas também o reconhecimento do seu valor de continuidade histórica e as limitações percecionadas no processo de salvaguarda.

A importância que a comunidade local atribui ao Convento confere-lhe um valor que ultrapassa a sua dimensão material. A memória coletiva associada constitui um dos seus principais legados, funcionando como âncora cultural que se mantém viva sobretudo através da transmissão intergeracional. Esta persistência da memória sugere que o Convento continua a desempenhar um papel significativo na identidade do lugar enquanto referência simbólica, profundamente enraizada na vivência da população

Esta preocupação com a salvaguarda do Convento não é, contudo, recente. Arlindo Caldeira, na obra *A Aldeia de Santo Aleixo – Viagem ao Passado de um Povo da Raia*,

[45] Entrevista durante a caminhada ao Convento, com a comunidade de Sto Aleixo da Restauração, em junho de 2025

em 2016, alertava para o avançado estado de degradação do conjunto, afirmando: "Apesar da delapidação dos homens, que o tempo se encarregou de aprofundar, restam ainda de pé algumas paredes mestras e até uma interessante torre sineira. Se não forem feitas urgentes obras de consolidação, até quando?"[46]

Neste sentido, embora o Convento da Tomina não se encontre classificado enquanto bem imóvel, de interesse nacional ou municipal, a sua relevância histórica, arquitetónica, simbólica e identitária, bem como a sua inserção em território reconhecido pelo elevado valor patrimonial e paisagístico, justificam uma leitura que lhe atribua uma futura valorização. Este enquadramento permite sustentar a sua consideração enquanto objeto patrimonial e fundamentar estratégias de conservação e intervenção orientadas para a sua salvaguarda. É sob este entendimento, centrado na valorização cultural do conjunto, que a ressignificação do Convento da Tomina será perspetivada como uma reflexão crítica sobre as possibilidades de intervenção neste conjunto patrimonial em estado de ruína, mas com elevado valor simbólico para a comunidade local.





Figura 24 e 25 – Imagens da fachada do Convento da Tomina. Década de 80. Autor desconhecido | Junta de Freguesia de Santo Aleixo da Restauração.



Figura 26 – Fachada do Convento da Tomina. Fotografia da autora. 07.06.2025.

A abordagem apoia-se nos casos de estudo anteriormente analisados, entendidos como referências operativas para informar critérios de leitura, consolidação e valorização, orientados pela autenticidade do lugar e pela valorização da sua dimensão territorial,

[46] CALDEIRA, 2016, p.85

espiritual e comunitária, em diálogo com a noção de "espírito do lugar" definida pela Declaração de Québec[47].

CASO DE ESTUDO	APLICABILIDADE AO OBJETO DE ESTUDO	
	APLICA-SE	NÃO SE APLICA
MOSTEIRO DE SANTA MARIA DO BOURO	Subordinar um uso novo à pré-existência, fazendo com que um testemunho do passado, também tenha função na contemporaneidade.	Um programa de grande dimensão é incompatível com a escala e com a localização do Convento da Tomina.
ANTIGA IGREJA DE CORBERA D'EBRE	Preservação do valor simbólico e da memória histórica. Construção de estruturas leves para prevenção. Adaptação sem sobrecarregar a ruína, garantindo a mínima intervenção.	Igreja adaptada a eventos. A Tomina deve manter o seu caráter eremítico e contemplativo.
CONVENTO DOS CAPUCHOS DE ALFERRARA	Através do Plano Diretor de Salvaguarda, orienta ações progressivas, periódicas e proporcionadas ao estado do edifício. Privilegia a estabilidade estrutural, o controlo da vegetação, a qualificação dos percursos e o envolvimento da comunidade.	Os percursos no Convento da Tomina devem ser adaptados a uma escala maior, envolvendo não apenas o edifício, mas todo o conjunto e o percurso da aldeia até ao Convento.
CONVENTO DE SANTA CRUZ DA SERRA DE SINTRA	Intervenção restrita a reparação necessária de elementos construtivos, decorativos, artísticos e funcionais, com compatibilidade de materiais.	A Tomina não exige um restauro intensivo, mas sim manter a ruína na sua condição fragmentada, com mínima intervenção e total reversibilidade, preservando a autenticidade e a experiência do lugar.

Figura 27 – Aplicabilidade ao objeto de estudo. Tabela elaborada pela autora.

A valorização do Convento da Tomina admite a integração de usos compatíveis, com base em princípios de reabilitação adaptativa, enquanto estratégia de intervenção no património construído, orientada para a continuidade entre conservação e uso contemporâneo. Esta abordagem encontra paralelo nos casos de estudo anteriormente apresentados, onde a intervenção em património religioso em estado de ruína se baseia na estabilização do existente, na preservação da condição fragmentária e na introdução controlada de elementos contemporâneos, assegurando a legibilidade entre o antigo e o novo. A reabilitação adaptativa não é entendida como transformação intensiva, mas como instrumento de ativação cultural e comunitária.

É considerada também a relação entre a dimensão material e imaterial do património, uma vez que os valores associados às práticas, memórias, usos e significados atribuídos pelas comunidades, contribuem para a continuidade da significância dos lugares. Neste sentido, Rogers reforça a importância de integrar estes valores no processo de decisão patrimonial - "Putting intangible values at the center of conservation decision making is central to maximizing these opportunities and maintaining meaning for all"[48].
Para que estes objetivos sejam alcançados, os projetos de reabilitação adaptativa implicam desafios específicos - nomeadamente a garantia de flexibilidade processual, a adoção de abordagens participativas, a inovação, a constituição de equipas

[47] ICOMOS, 2008
[48] RODERS, 2019, p. 172

multidisciplinares e a viabilidade financeira - fatores que, quando presentes, contribuem decisivamente para o seu sucesso a longo prazo[49].

INTERVENÇÃO NO CONVENTO DA TOMINA

As operações sobre o património construído podem ser compreendidas através da distinção entre ações de proteção e salvaguarda, orientadas para a manutenção dos valores existentes, e ações de intervenção, associadas a diferentes níveis de transformação e atuação[50].

A clarificação destas categorias operativas permite estruturar a leitura do património enquanto sistema de ações diferenciadas, fornecendo uma base metodológica para a definição de estratégias de intervenção ajustadas a cada etapa.

A estratégia proposta para o Convento da Tomina considera uma intervenção faseada:

- INTERVENÇÃO URGENTE

- Consolidação progressiva da ruína, priorizando a estabilização do existente antes da introdução de novos elementos; consolidação das alvenarias em xisto, das abóbadas ainda íntegras e das juntas com argamassas de cal compatíveis.
- Limpeza controlada da vegetação invasiva presente nas juntas e nos coroamentos murários, reduzindo tensões mecânicas e retenção de humidade; implementação de manutenção anual, através de ações regulares de limpeza, inspeção estrutural e controlo de anomalias;

- INTERVENÇÃO A CURTO PRAZO

- Introdução de elementos de proteção leves e reversíveis, destinados a reduzir a exposição das abóbadas e panos murários aos agentes atmosféricos, sem reconstituição volumétrica das coberturas históricas;

- INTERVENÇÃO A MÉDIO PRAZO

- Requalificação do acesso com a implantação de pequenas estruturas discretas no exterior do perímetro edificado, apoiando usos pontuais associados à romaria de tradição anual, sem alterar a condição arquitetónica do conjunto.

Articulando consolidação, manutenção periódica, proteção mínima e melhoria controlada da acessibilidade, potenciar-se-á a sustentabilidade da ruína enquanto documento histórico em três dimensões:

[49]KRAKOW DECLARATION, p. 2
[50] PEREIRA, 2003, pp. 27-35

a. RELAÇÃO COM O TERRITÓRIO







Figuras 28 e 29 – Convento da Tomina. Relação com a envolvente. Imagens de drone, captadas pelo topógrafo Rui Amaro. 04.10.25.
Figura 30 – Convento da Tomina. Relação com a envolvente. Fotografia da autora. 04.10.25.

O Convento da Tomina é um conjunto indissociável do território envolvente, onde a presença da água, o isolamento, e a perceção dos sentidos no lugar são assumidos como princípios estruturantes da intervenção, enraizados numa tradição eremítica e ascética em que a escolha do sítio é tão significativa quanto o edifício. Sugere assim a reaplicação da orientação metodológica implementada no Convento de Alferrara, adotando os seus critérios de intervenção mínima e manutenção periódica para travar a degradação física do conjunto.

Contudo, a escala e abrangência da intervenção terão de ser reequacionadas para a totalidade do conjunto onde a integração e a qualificação dos percursos permitirá o acesso qualificado para o seu usufruto. Saliente-se que potenciais condicionantes de gestão e de acessibilidade, por o Convento se encontrar em propriedade privada, poderão limitar a execução direta de ações de salvaguarda.

b. ESTABILIZAÇÃO DA RUÍNA



Figuras 31 – Convento da Tomina. Celas. Fotografias da autora. 07.06.25.
Figuras 32– Convento da Tomina. Igreja. Fotografias da autora. 07.06.25.
Figura 33 – Convento da Tomina. Celas. Fotografia da autora. 04.10.25.

A estabilização da ruína incorporará a estratégia de preservação da integridade estrutural do convento, procurando evitar o agravamento dos processos de degradação e a perda do património existente. A intervenção partirá da análise das patologias e das anomalias, permitindo fundamentar soluções de consolidação compatíveis com o conjunto edificado. O recurso a técnicas construtivas tradicionais, utilizando materiais do lugar, semelhantes aos da construção original, contribuirá para a compatibilidade material da intervenção. Sempre que possível, as pedras provenientes das derrocadas serão integradas na reparação dos muros da cerca, preservando a materialidade existente e a coerência histórica do lugar.

c. VALORIZAÇÃO DOS PERCURSOS



Figura 34 – Percurso até ao Convento da Tomina. Fotografias da autora. 04.10.25.
Figura 35 – Ribeira de Pae Joannes no mês de outubro. Fotografias da autora. 04.10.25.
Figura 36 – Percurso pela Ribeira até ao Convento da Tomina. Fotografias da autora. 04.10.25.

A leitura do lugar constrói-se através do movimento, da aproximação progressiva ao Convento e da experiência sensorial proporcionada por esse percurso, sendo os caminhos parte integrante da compreensão do Convento enquanto espaço espiritual e cultural. A acessibilidade condicionada ao leito da ribeira, sugere que seja implementada uma

passagem transversal de modo a garantir o acesso ao longo de todo o ano, sobretudo no inverno, quando o aumento do caudal da Ribeira de Pae Joannes dificulta a travessia para a margem oposta, onde se situa o Convento da Tomina.




Figura 37 e 38– Percurso tradicional da comunidade de Sto Aleixo da Restauração em direção ao convento, reforçando a relação entre comunidade, paisagem e memória coletiva. Fotografias da autora. 07.06.25.

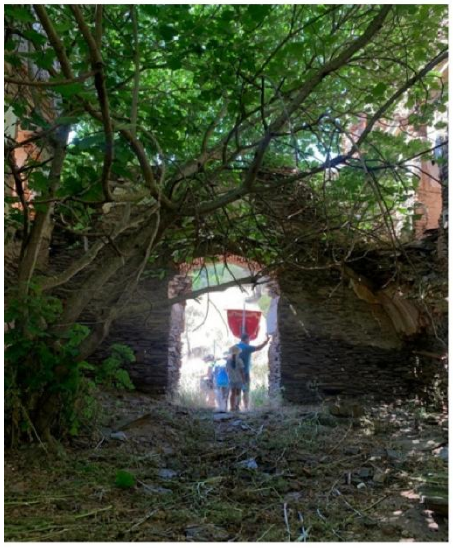



Figura 39 e 40 – Práticas comunitárias associadas ao Convento da Tomina, evidenciando a permanência das tradições. Fotografias da autora. 07.06.25.

A dimensão comunitária desta ligação ao lugar ficou patente nos depoimentos recolhidos durante a caminhada ao Convento, realizada em junho de 2025, com um grupo de habitantes de Santo Aleixo da Restauração. Um dos testemunhos, expressou com clareza o sentimento comum partilhado:

> "O que o povo diz é que a Câmara de Moura tem feito esforços para tentar chegar a acordo para não deixar aquilo ruir, porque quando a torre cair, perde-se tudo. Muitos querem ir à Tomina – é a história da nossa aldeia – e todos dizem que não querem que isto caia. Se não estivesse dentro de propriedade privada mas sim no perímetro da Contenda, já tínhamos mais esperança".

Outro participante testemunhou que "a melhor intervenção, era estabilizar. Claro, e depois associar alguma explicação do que se passava, da utilização dos espaços."

Fica evidenciado que a comunidade não só reconhece o valor do Convento, como confirma a revisão da literatura. Manter viva a memória do lugar, perspetivando a estabilização dos valores materiais, é entendido pela população como o suporte necessário para a salvaguarda e continuidade dos valores imateriais presentes no lugar.

CONCLUSÃO

A condição de ruína no património religioso não representa apenas perda ou abandono, mas constitui um testemunho histórico, espacial e identitário que, no caso do Convento da Tomina, corre o risco de se perder e cuja preservação urge implementar, de modo a contribuir para a continuidade da memória do lugar, em consonância com a perspetiva do historiador Laurier Turgeon[51].

Neste artigo sugere-se uma estratégia assente no conceito de intervenção mínima, na manutenção periódica da ruína, e na qualificação controlada do acesso, privilegiando a estabilização das estruturas existentes, o uso de materiais compatíveis e a valorização da relação entre o convento, a paisagem e a memória coletiva de Santo Aleixo da Restauração.

Assim, a reabilitação adaptativa é entendida como uma possibilidade de ativação cultural e comunitária, capaz de devolver presença e significado a este lugar. Ao valorizar estas estruturas, a ressignificação do Convento da Tomina manterá a sua identidade permitindo transmitir os seus valores patrimoniais às gerações futuras. Desta forma, o convento afirma-se não apenas como um vestígio do passado, mas sobretudo como um recurso cultural ativo, integrado numa estratégia de sustentabilidade sociocultural do território que procura preservar sem adulterar, e ativar sem descaracterizar.

NOTA

O presente artigo constitui parte da dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, em curso na Universidade de Évora, intitulada "*Sustentabilidade Sociocultural do património. Proposta de Salvaguarda e Valorização do Convento da Tomina*".

BIBLIOGRAFIA

AFN – Autoridade Florestal Nacional – **Perímetro Florestal da Contenda**. Lisboa: AFN, 2023.

AGUIAR, José – **Projecto de conservação: da importância do método à oportunidade das surpresas**. Lisboa: ISCTE, 2004.

ALARCÃO, Pedro – **Construir na ruína: entre a reconstituição e a reabilitação**, 2019.

ALEIXO, Sofia; MESTRE, Victor – **Cadernos de Alferrara**. Setúbal, 2011.

[51] TURGEON, 2009, p.429-430

ALEIXO, Sofia; MESTRE, Victor – **El movimiento de las sombras**. Lisboa: CIDEHUS, 2017.

ALEIXO, Sofia; MESTRE, Victor – "Reunir o tempo e o espaço no/do Convento dos Capuchos de Alferrara". In CONDE, António Fernando; MAGALHÃES, Olga; GOUVEIA, António Camões (coord.) – **O Claustro e o Século**. Évora: CIDEHUS – Universidade de Évora, 2020.

APPLETON, João – **Reabilitação de edifícios antigos: patologias e tecnologias de intervenção**. Lisboa: Orion, 2011.

ARCHITECTS' COUNCIL OF EUROPE – **Leeuwarden Declaration: Adaptive Reuse of Historical Buildings for Modern Needs**. Bruxelas: ACE, 2018.

BISPO, F. F. – **Memórias paroquiais da vila de Moura e seu termo**. Moura, 1758.

BRUNDTLAND, Gro Harlem – **Our Common Future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

CALDEIRA, Arlindo – **A Aldeia de Santo Aleixo: Viagem ao Passado de um Povo da Raia**. Beja, 2016.

CHOAY, Françoise – **A Alegoria do património**. Lisboa: Edições 70, 2000.

CONSELHO DA EUROPA – **Convenção-Quadro do Conselho da Europa relativa ao valor do património cultural para a sociedade**. Faro: Conselho da Europa, 2005.

ELIADE, Mircea – **O Sagrado e o Profano: a essência das religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FAIRCLOUGH, Graham – "The 'S' Word – or Sustaining Conservation". In CLARK, Kate (ed.) – **Conservation Plans in Action**. London: English Heritage, 1999.

FEILDEN, Bernard M. – **Conservation of Historic Buildings**. Oxford: Architectural Press, 2003.

FRANCO, J.; MOURÃO, J.; GOMES, A. – **Dicionário histórico das ordens e instituições afins em Portugal**. Lisboa, 2001.

HARRISON, Rodney – **Heritage: Critical Approaches**. Abingdon: Routledge, 2012.

ICOMOS – **Carta de Veneza**. Veneza: ICOMOS, 1964.

ICOMOS – **Carta de Cracóvia**. Cracóvia: ICOMOS, 2000.

ICOMOS – **Declaração de Québec sobre o Spiritus Loci**. Québec: ICOMOS, 2008.

ICOMOS AUSTRÁLIA – **The Burra Charter**. Burra: ICOMOS Australia, 1999.

ICOMOS; ICCROM; UNESCO – **Documento de Nara sobre a autenticidade do património cultural**. Nara, 1994.

JORGE, Manuel – *Textos memorialísticos ligados à Congregação da Tomina*.
KRONENBER, Robert – "Softness, Movement and Light". **Architectural Monographs**, nº 48. Londres: Academy Editions, 1997.

LECOQ, Nuno Joaquim Costa Cara de Anjo – **A Herdade da Contenda: uma paisagem única como paisagem de referência**. Évora: Universidade de Évora, 2014.

LEÓN, Juan Hernández; COLLOVÀ, Roberto; FONTES, Luís – **Santa Maria do Bouro: Eduardo Souto de Moura: construir uma pousada com as pedras de um mosteiro**. Lisboa: White & Blue, 2001.

NORBERG-SCHULZ, Christian – **Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture**. New York: Rizzoli, 1979.

NOTÍCIAS DO CONVENTO DA TOMINA – **Homenagem a Monsenhor Costa Correia**. Moura, 1987.

PEREIRA, António Nunes – Para uma terminologia da disciplina de protecção do património construído. **J-A Jornal Arquitectos**, n.º 213, Lisboa, 2003.

PESSOA, Fernando et al. – **Cadernos de Alferrara**. Setúbal: Câmara Municipal de Setúbal, 2011.

PINTOSSI, Nicolas et al. – "Challenges of Cultural Heritage Adaptive Reuse". **Habitat International**, 136. Elsevier, 2023.

RIAI – Royal Institute of the Architects of Ireland – **The Importance of Adaptive Reuse**. Dublin: RIAI, 2021.

RODERS, Ana Pereira – "Values and Relationships Between Tangible and Intangible Dimensions of Heritage Places". In AVRAMI, Erica et al. – **Values in Heritage Management**. Los Angeles: Getty Conservation Institute, 2019.

RODERS, Ana Pereira; VAN OERS, Ron – "Cultural Heritage Management, Sustainable Development and Communities". **Journal of Cultural Heritage Management**, 2015.

SANCHIS, Pierre – **Arraial, Festa de um Povo**. Lisboa: Dom Quixote, 1983.

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico – **Freguesia de Santo Aleixo da Restauração**. Lisboa: SIPA, 2004.

SMITH, Laurajane; CAMPBELL, Gary – "The Tautology of Intangible Values". **Heritage & Society**, 2018.

SOUTO DE MOURA, Eduardo – **Rehabilitación para Pousada del Monasterio de Bouro**, 1989–1997.

TURGEON, Laurier – **Spirit of Place**. Paris: UNESCO, 2009.

UNESCO – **Culture and Development**. Paris: UNESCO, 2010.

UNESCO – **Culture: Urban Future**. Paris: UNESCO, 2014.

WCED – World Commission on Environment and Development – **Our Common Future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

ZUMTHOR, Peter – **Pensar la Arquitectura**. Barcelona: Gustavo Gili, 1998.

Mosteiro de São Martinho de Tibães: metodologia de recolha e análise documental do património monástico[1]

João Novais Tavares
FLUP/CITCEM/PCIP
joao.gnovaistavares@gmail.com

Maria Leonor Botelho
FLUP/CITCEM
mlbotelho@letras.pt

Luís Sebastian
PCIP/CITCEM
luissebastian@patrimoniocultural.gov.pt

Resumo: A realidade dos bens patrimoniais monásticos levou a que o seu espólio documental se encontre atualmente disperso em diferentes instituições. Inicialmente potenciada pela extinção, em 1834, das ordens religiosas em Portugal e pela consequente divisão dos seus arquivos, esta circunstância veio ainda a ser progressivamente agravada pela frequente sucessão de tutelas administrativamente competentes pela sua gestão, conservação e salvaguarda. Se a primeira impacta a documentação histórica (estados, livros de obras e de gastos, *e.g.*), a segunda impacta particularmente a documentação administrativa (processos de classificação, de obra e de licenciamento, *e.g.*) produzida durante os séculos XX e XXI, decorrente da institucionalização da responsabilidade do Estado na proteção do património cultural e, como tal, dos bens patrimoniais monásticos. Com o Mosteiro de São Martinho de Tibães (Braga, Portugal) como caso de estudo, pretende-se apresentar uma proposta de metodologia de recolha e análise documental dos arquivos monásticos e contemporâneos, atendendo à sua separação por diferentes organismos e à tipologia díspar (gráfica e textual), à semelhança do próprio contexto de produção desta documentação e ao curso das instituições tutelares. Considerando a emergência da análise da documentação administrativa nos estudos do património, objetiva-se demonstrar este tipo de informação como ativo cultural, contribuindo para a disseminação da utilização deste tipo de recursos.

Palavras-chave: Património monástico; Arquivos monásticos; Arquivos administrativos; Tutela do património cultural; Mosteiro de São Martinho de Tibães

[1] Artigo resultante de investigação financiada por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), no âmbito da bolsa de investigação para doutoramento (2024.01178.BDANA), com projeto orientado por Maria Leonor Botelho (FLUP/CITCEM) e Luís Sebastian (PCIP/CITCEM). O projeto conta igualmente com o apoio do Centro de Investigação Transdisciplinar "Cultura, Espaço e Memória" (CITCEM), financiado por fundos nacionais através da FCT (UIDB/04059/2025, https://doi.org/10.54499/UID/04059/2025).

Nota introdutória

No âmbito do projeto de investigação em doutoramento "Virtualização e mediação digital do património cultural: ações e intervenções no Mosteiro de Tibães (1834-2024)", financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia através da bolsa de investigação 2024.01178.BDANA, o presente artigo procura apresentar a metodologia utilizada na recolha e análise documental, tendo por estudo de caso o Mosteiro de São Martinho de Tibães.

À semelhança da maioria dos bens patrimoniais, particularmente dos bens imóveis históricos, existe um elevado número de documentação associada, produzida em contexto da própria vivência do edifício, relativa à sua construção, reformas introduzidas, eventos históricos ocorridos, *e.g.*; ou no campo da administração pública do património, de que são exemplo os processos de secularização e desamortização dos seus bens, de classificação e de obras, incluindo campanhas de conservação e restauro. Por este motivo, assiste-se à dispersão deste *corpus* por diferentes entidades, fruto do destino dos próprios edifícios monásticos e da incorporação dos cartórios e das livrarias noutras instituições, mas também da própria vida destes organismos públicos, os quais são reestruturados e divididos ou fundidos com outras entidades. Uma vez que o trabalho de investigação no campo da história e dos estudos do património exige o recurso a estas fontes de informação, é essencial a correta localização, análise e cruzamento destes documentos, bem como a apreensão das suas condições de acessibilidade. Por outro lado, para uma adequada análise documental e extração de dados, é necessário entender o enquadramento destes arquivos, nomeadamente o seu contexto de produção e o percurso da documentação, pelo que se pretende explorar as diferentes naturezas dos *arquivos* que designamos de *monásticos* e de *arquivos contemporâneos*, não obstante a sua pertença a uma mesma realidade informacional.

Neste sentido, enquanto parte integrante do referido projeto de doutoramento, com o objetivo de compreender as transformações do mosteiro de Tibães entre 1834 e 2024, apresenta-se a abordagem utilizada na identificação e análise dos conjuntos documentais de interesse ao estudo, com destaque para o *arquiv@* - Arquivo Online do Património Cultural, Instituto Público (PCIP), enquanto principal entidade que custodia esta documentação, ao reunir um manancial de processos administrativos e elementos visuais pertencentes a várias tutelas competentes pela gestão, salvaguarda e conservação dos bens patrimoniais portugueses.

Como tal, é necessário conhecer a história do mosteiro de Tibães, qual o destino da sua documentação histórica, que tipo de entidades públicas ou privadas detiveram a sua propriedade e quais foram responsáveis pela sua gestão e conservação, desde a extinção das ordens religiosas até à atualidade. A propósito, é essencial compreender a arquitetura administrativa do património cultural, de modo a identificar as tutelas com competências sobre o imóvel e o tipo de documentação administrativa produzida, o que torna indispensável apreender o Código de Procedimento Administrativo. Consequentemente, tem-se a possibilidade de identificar que tipo de dados são fornecidos por estas fontes, reforçando a importância da análise da documentação administrativa nos estudos do património e comprovando o ativo cultural dos arquivos que a detêm. Com o objetivo de conferir um carácter operativo a este artigo, considerando o tipo de informação existente, pretende-se ainda esclarecer a utilização destas fontes à luz do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) e da Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA).

1. Arrolamento da documentação e identificação de arquivos

O Mosteiro de São Martinho de Tibães é fundado em meados do século XI e colocado ao serviço da regra beneditina (cluniacense), desenvolvendo-se ao longo de toda a Idade Média e Moderna, com a outorga de cartas de couto, doações e privilégios e a realização de campanhas de expansão e enobrecimento do complexo monástico. Em 1566, com a criação da Congregação Beneditina do Reino de Portugal, o mosteiro de Tibães é escolhido como casa-mãe, assumindo a administração dos mosteiros reformados e a organização dos capítulos gerais (ou *Estados de Tibães*). Com o advento do liberalismo, o mosteiro em estudo é extinto a 9 de maio de 1834, antecedendo a realidade nacional de extinção das ordens religiosas, com o *Decreto de 30 de maio de 1834*. Assim, os seus bens são nacionalizados, inventariados e vendidos em hasta pública[2]. No entanto, nem todos os bens são vendidos, mas são integrados nas coleções de instituições públicas, como é o caso da livraria. Esta, com uma coleção entre 25.000 e 30.000 volumes, em 1822[3], será repartida por diferentes organismos após 1834. As obras consideradas melhores são transferidas por Alexandre Herculano para a Biblioteca Pública do Porto. Quanto à restante coleção, uma parte é integrada na Biblioteca Pública de Braga (criada em 1841), sendo que o excedente terá passado para a posse de várias bibliotecas públicas ou privadas do país[4]. De forma semelhante, os quadros pertencentes à casa das pinturas do mosteiro, constituído inicialmente pelo legado de José Teixeira Barreto, são transferidos para o Museu Portuense pela Comissão Administrativa do Conventos Abandonados[5], vindo a integrar, com o suceder dos anos e das instituições, o Museu Nacional Soares dos Reis. A mesma realidade de partição aplica-se a todos os bens do mosteiro, incluindo o cartório.

Para a identificação da documentação produzida em contexto monástico, destaca-se a identificação de fundos pertencentes ao mosteiro de Tibães, produzida por Fernanda Ribeiro, através da reunião e análise de vários instrumentos de acesso à informação dos fundos eclesiásticos beneditinos, localizando-os nomeadamente no Arquivo Distrital de Braga, no Arquivo Distrital do Porto e no Arquivo Nacional Torre do Tombo[6]. Note-se que estes conjuntos pertenciam originalmente ao cartório de Tibães, pelo que reúnem livros das obras, dos gastos e do recibo, capítulos gerais, fábricas e catálogos das igrejas da congregação beneditina, bezerros, cartas de doações e de couto, tombos de demarcação, contratos, entre outros documentos. Posteriormente, foi possível identificar documentação pertencente ao mosteiro de Tibães sob custódia da Biblioteca Pública Municipal do Porto, nomeadamente atas capitulares, três bezerros e uma carta de couto, para além de vários livros provenientes da livraria do mosteiro. Mais, Geraldo Coelho Dias identifica dois bezerros no Arquivo do Mosteiro de Singeverga e um na Biblioteca e Arquivo Histórico Municipal de Elvas[7].

---

[2] TAVARES, João Novais – Patrimonialização do mosteiro de Tibães (1834-2024). **Revista Portuguesa de História**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra (no prelo).

[3] RAMOS, Maria Teresa C. F. Oliveira - **A biblioteca de S. Martinho de Tibães no século XVIII: Dissertação de mestrado**. Évora: Universidade de Évora, pp. 9-10.

[4] MATA, Aida; RAMOS, Anabela; SOARES, Maria José – Manuscritos da Livraria do Mosteiro de São Martinho de Tibães. **FORUM**. Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho, n.º 27 (jan-jun 2000), p. 73.

[5] TAVARES, João Novais – Patrimonialização do mosteiro de Tibães (1834-2024). **Revista Portuguesa de História**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra (no prelo).

[6] RIBEIRO, Fernanda – Os instrumentos de acesso à informação das instituições monásticas beneditinas: uma abordagem crítica. **Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 308-309.

[7] DIAS, Geraldo Coelho – O Capítulo Geral de Tibães, A alternativa dos DD. Abades Gerais, Os "galopins eleitorais" de Camilo Castelo Branco. **Em torno dos espaços religiosos – monásticos e eclesiásticos. Atas do Colóquio de Homenagem a Frei Geraldo Coelho Dias**. Porto: Instituto de História Moderna – Universidade do Porto, 2005, p. 86, nota 32.

Arquivos monásticos						
Entidade detentora	Arquivo Distrital de Braga	Arquivo Distrital do Porto	Arquivo Nacional Torre do Tombo	Arquivo do Mosteiro de Singeverga	Biblioteca Pública Municipal do Porto	Biblioteca e Arquivo Histórico Municipal de Elvas
Conteúdo	- Tombos; - Sentenças; - Prazos; - Vedorias; - Livros do recibo; - Fábricas das igrejas do mosteiro e da congregação; - Livros de obras; - Visitas; - Livros dos gastos; - Estados de Tibães;	- Livro do recibo; - Ata capitular (*Jurisprud. Monastica N.º 27*); - Catálogo das igrejas da Congregação de São Bento no Arcebispado de Braga	- Tombos de demarcação do couto; - Cartas de doação; - Cartas de couto - Cópias de contratos - Atas capitulares	- Bezerros; - Livro de Rezam; - Livro das Alfayas	- Atas capitulares; - Bezerros; - Carta de couto - …	- Bezerro

Tabela 1 – Identificação de *arquivos monásticos* de Tibães. Elaborado pelo autor

Para além destes *arquivos monásticos,* destaca-se o *Livro de Rezam*, de Frei José da Santo António Ferreira Vilaça, e o *Livro das Alfayas*, com identificação de campanhas de obras, incluindo datação, autorias e descrições dos espaços. Estes livros são referenciados na bibliografia sobre Tibães e encontram-se no Arquivo do Mosteiro de Singeverga.

Após a secularização do mosteiro, a cerca é arrematada por José António da Silva Reis, em 1838, e o edifício monástico por António de Moura Monteiro, em 1864, vindo a ser reunida na posse da família Vieira Marques após 1868. Excetuam-se destas vendas a igreja, a residência paroquial e o passal, que permanecem na posse do Benefício Paroquial. Deste modo, a gestão destes bens passa a ser corealizada pela paróquia e pela família Vieira Marques até 1911, altura em que o Estado nacionaliza os bens religiosos, contudo, permitindo a permanência de culto e a utilização dos espaços pela corporação responsável pelo mesmo. Em 1944, a igreja e o mosteiro de Tibães são classificados como Imóvel de Interesse Público, com a Zona de Proteção do conjunto do mosteiro e do cruzeiro de Tibães a ser fixada em 1949, pelo que exige que quaisquer intervenções realizadas tenham obrigatoriamente de ser aprovadas superiormente pela(s) tutela(s) competente(s). Em 1981, o Estado transfere a posse do passal para a paróquia e, em 1986, adquire a cerca e o mosteiro de Tibães, iniciando uma campanha de reabilitação dos espaços e musealização do conjunto[8]. Em 2024, o conjunto é reclassificado como Monumental Nacional e define-se uma nova Zona de Proteção Especial. Neste sentido, os documentos

[8] TAVARES, João Novais – Patrimonialização do mosteiro de Tibães (1834-2024). **Revista Portuguesa de História**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra (no prelo).

produzidos neste contexto e os respetivos arquivos que os custodiam foram identificados e compilados na tabela referente aos *arquivos contemporâneos*.

No tocante à documentação produzida no âmbito da extinção das ordens religiosas, nomeadamente ao processo de secularização e venda dos bens, identificou-se o inventário dos bens imobiliários e mobiliários declarados propriedade do Estado no Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças e o inventário de extinção do mosteiro e a documentação originária da sua arrematação em hasta pública no Arquivo Nacional Torre do Tombo.

Posteriormente, em contexto de patrimonialização do mosteiro, procurou-se identificar os arquivos das várias instituições responsáveis pela gestão, salvaguarda e conservação deste complexo monástico. Como tal, destaca-se o *arquiv@* - Arquivo Online do PCIP, enquanto entidade que custodia e disponibiliza o aceso em-linha de documentação herdada das extintas Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN) e dos seus antecessores, nomeadamente o Instituto Português do Património Cultural (IPPC), o Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico (IPPAR), o Instituto Português do Património (IPPAR) e o Instituto Português dos Museus (IPM). O PCIP detém também outros arquivos pertencentes a organismos administrativos extintos, como o arquivo de património arquitetónico, da extinta Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), disponibilizado no Sistema Integrado de Património Arquitetónico (SIPA) e no Forte de Sacavém; e os arquivos do extinto Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR) e do Instituto dos Museus e da Conservação (IMC), localizados no Palácio Nacional da Ajuda.

Arquivos contemporâneos					
Entidade detentora	arquiv@ (PCIP)	Arquivo de Património Arquitetónico (ex-DGEMN)	Arquivo do ex-IGESPAR e ex-IMC	Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças	Arquivo Nacional Torre do Tombo
Conteúdo	Documentação administrativa do PCIP, DGPC, DRCN, DGEMN, IPM, IPPAR, IPPC, *e.g* - Documentação audiovisual do PCIP, DGPC, DRCN, DGEMN, IPM, IPPAR, IPPC, *e.g*	- Documentação administrativa da DGEMN; - Documentação gráfica da DGEMN	- Documentação administrativa do IGESPAR e IMC	- Inventário dos bens imobiliários e mobiliários	- Inventário de extinção do mosteiro; - Documentação originária da arrematação em hasta pública

Tabela 2 – Identificação dos *arquivos contemporâneos* de Tibães.
Elaborado pelo autor

Arquivos contemporâneos

Aquando da classificação da igreja e mosteiro de São Martinho de Tibães, as competências administrativas do património cultural encontram-se adstritas à Junta

Nacional de Educação (JNE), enquanto as competências executivas são incumbidas à DGEMN. Enquanto competências administrativas entenda-se a inventariação, classificação de bens, definição de zonas de proteção e emissão de pareceres sobre intervenções. Como competências executivas, compreende-se a elaboração, execução e fiscalização de projetos de obra, incluindo ações de conservação e restauro. A JNE será sucedida pela Direção Geral dos Assuntos Culturais (1971), pela DGPC (1976) e pelo IPPC (1980), entidade esta que reúne de forma inédita competências administrativas e executivas a partir de 1990, não obstante a permanência da DGEMN. Por sua vez, o IPPC é sucedido pelo IPM (1991), pelo IPPAR (1992) e pelo IPCR (Instituto Português de Conservação e Restauro) (2000). Após 2007, as competências administrativas e executivas são fundidas em determinadas entidades setoriais, o IGESPAR para o património cultural, articulado com Direções Regionais de Cultura (DRC), e o Instituto dos Museus e da Conservação para a política museológica. Os dois institutos são fundidos na DGPC em 2012, que será extinta com as DRC, em 2024, para a criação do PCIP e da Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E.[9].

No âmbito da criação e sucessão destas instituições tutelares, há um conjunto de documentação produzida, essencial para acionar os procedimentos administrativos e guiar os agentes públicos responsáveis pela sua execução. Entre esta, o procedimento de classificação, de que é exemplo a reclassificação de 2024[10], é organizado por diferentes fases de análise, decisão e ponderação, com vista a que sejam verificados os requisitos legais e regulamentares e a avaliar o interesse cultural do bem, de modo a que se possa propor a categorização e a fixação de uma zona de proteção[11].

Não obstante a sucessão das tutelas e a alteração de competências, desde logo a criação de uma servidão administrativa do património cultural exige o controlo prévio da entidade competente, sobre quaisquer ações realizadas no imóvel classificado ou na área inscrita na zona de proteção, mesmo que esteja na posse do Estado. Tal é realizado através de um processo de obras ou de licenciamento, composto por uma informação interna acerca do pedido, redigida por um técnico superior qualificado. Esta informação enquadra o pedido e expõe a justificação para a sua realização, como a abertura de um concurso público para uma empreitada, *e.g.*, podendo ainda propor a adjudicação a determinada entidade (de acordo com o Código de Contratos Públicos) e apresentar os custos que importam. De seguida, é elaborada uma proposta de apreciação pelo departamento/direção[12], seguindo-se para aprovação final superior. Após o deferimento ou indeferimento, devolve-se o processo ao organismo inicial, que é responsável pela notificação do resultado e pela gestão do processo.

Todos estes processos são normalizados pelo Código de Procedimento Administrativo[13], que regulariza os preceitos do exercício da função administrativa, atendendo à própria

---

[9] TAVARES, João Novais – Entre regimes e reformas: as instituições públicas e a gestão do património cultural em Portugal (1900-2025). **Herança e Dinâmicas das Estruturas Administrativo-Territoriais: da Europa Moderna à Atualidade**. Porto: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço, e Memória (no prelo).

[10] PCIP. *Arquivo Administrativo. Processos de Classificação*. CL110013 (ID CL110013).

[11] TAVARES, João Novais – **Foz Velha (Porto). Classificação e reabilitação da paisagem histórica urbana (2002-2023): Dissertação de Mestrado**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2023, pp. 40-41.

[12] A orgânica varia consoante a tutela em função à data do procedimento.

[13] Cf. PORTUGAL. Ministério da Justiça – Decreto-Lei n.º 4/2015. **Diário da República**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, Série I, n.º 4 (2015-01-07), pp. 50-87 e PORTUGAL. Presidência do Conselho

evolução da Administração Pública. Entre os princípios da atividade administrativa, destaca-se o princípio da legalidade, da prossecução do interesse público, da igualdade, da imparcialidade, *et. seqq.* Ainda, o *dever de fundamentação* atenta para a justificação dos atos tomados, através da exposição dos fundamentos e do direito da decisão, de forma a legitimá-los, de que são exemplo as supramencionadas informações redigidas pelos técnicos superiores.

No caso de Tibães, a maioria dos documentos existentes são referentes a processos de obras, podendo-se tratar de empreitadas de construção de equipamentos ou infraestruturas novas, reabilitação de espaços, trabalhos de conservação e restauro de bens móveis ou imóveis, instalações de especialidades, entre outros. Na sua instrução, os processos de obras oferecem, para além das informações de serviço interno, os cadernos de encargos, as propostas dos vários concorrentes, os editais e as atas de concurso público, os contratos estabelecidos (incluindo termos adicionais), atas de reuniões entre tutelas e empreiteiros, autos de vistoria e de medição de trabalhos, autos de receção, faturas ou notas de honorários, elementos gráficos, como projetos de arquitetura e de especialidade, entre outros. Neste sentido, é possível reunir um grande volume de dados acerca do planeamento e da execução dos trabalhos, contribuindo para o alargamento do conhecimento sobre um determinado imóvel, sobre ações empreendidas por determinada tutela em determinado período, sobre os custos e financiamentos, as áreas ou os elementos mais intervencionados e o tipo de ações e metodologias empregues.

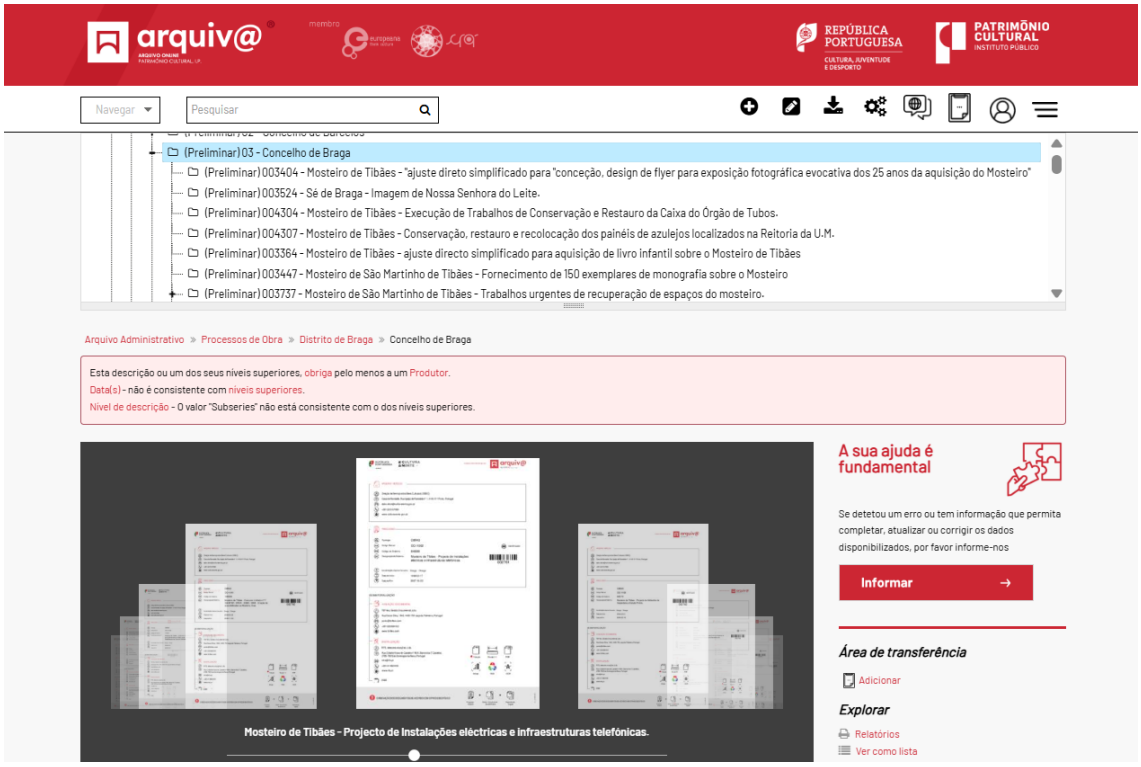


Imagem 1 – Processos de obra existentes no *arquiv@* © Património Cultural, Instituto Público

Para além destes processos, o *arquiv@* possui processos de classificação e de fixação de zonas de proteção, como apontado anteriormente; processos de licenciamento de intervenções em bens classificados ou inscritos em zonas de proteção; assim como

de Ministros – Decreto-Lei n.º 442/91. **Diário da República**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, Série I-A, n.º 263 (1991-11-15), pp. 5852-5871.

relatórios de arqueologia, de conservação e restauro e de especialidade, oferecendo informação técnica acerca dos trabalhos executados. No âmbito da museologia, dispõe de processos de cedência de espaços, processos de cedência de imagem e empréstimos, o que permite percecionar a vivência dos próprios espaços, o percurso de obras, processos de curadoria de exposições e o planeamento de encenação museográfica, para os quais poderão ser estabelecidos protocolos[14]. Ainda, detém contratos de comodato, protocolos assinados entre as tutelas do património cultural e outras entidades.

Quanto ao arquivo audiovisual do *arquiv@*, apresenta registos fotográficos e videográficos de bens móveis e imóveis de interesse patrimonial, incluindo o registo de intervenções realizadas (antes, durante e após as ações); mas também levantamentos desenhados, como plantas, cortes e alçados; levantamentos topográficos e fotogramétricos; projetos de arquitetura e de especialidades; o registo de atividades no âmbito da mediação cultural, desde exposições a conferências, concertos, visitas, mostras, entre outros; e documentários vários sobre os bens móveis e imóveis ou projetos específicos no âmbito da conservação, salvaguarda ou disseminação do património cultural[15].

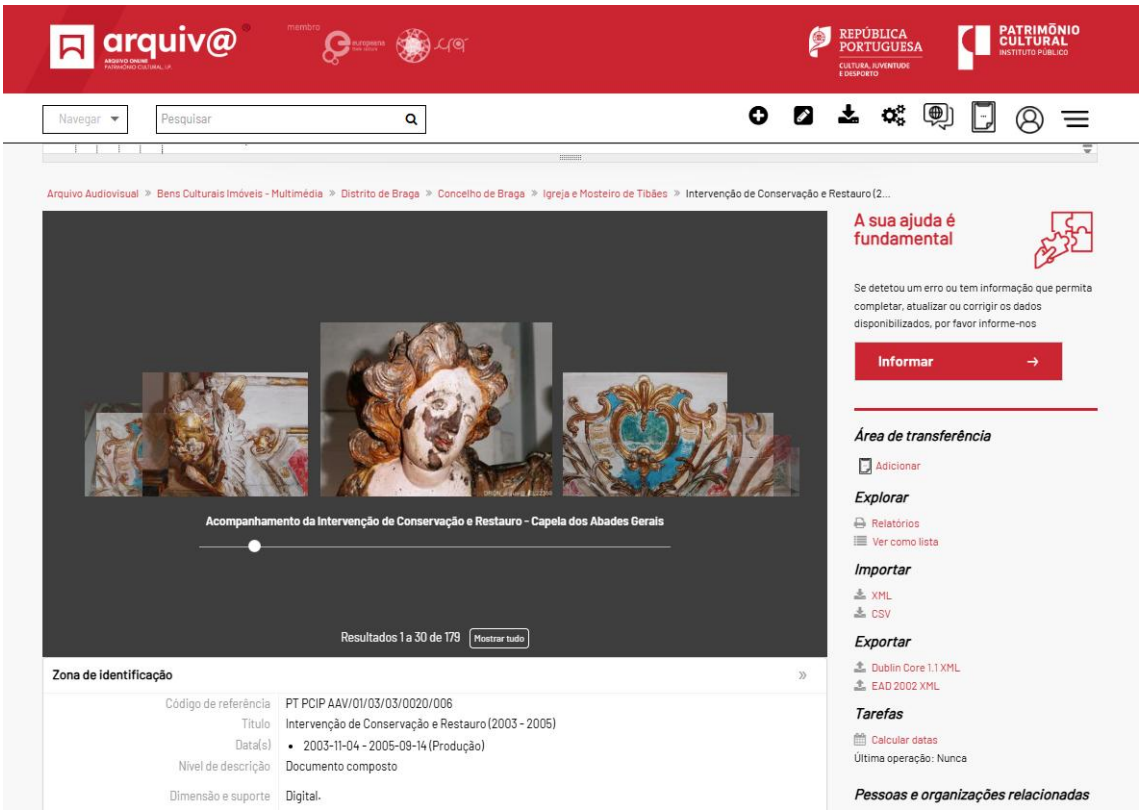


Imagem 2 – Registos fotográficos existentes no *arquiv@* © Património Cultural, Instituto Público

[14] SEBASTIAN, Luís – arquiv@: projeto. Objetivos. **Património a Norte - arquiv@: objetivos, conceitos, conceção e produção**. Porto: Direção Regional de Cultura do Norte – Ministério da Cultura. N.º 14 (2023), pp. 78-80.
[15] SEBASTIAN, Luís – arquiv@: projeto. Objetivos. **Património a Norte - arquiv@: objetivos, conceitos, conceção e produção**. Porto: Direção Regional de Cultura do Norte – Ministério da Cultura. N.º 14 (2023), pp. 79-80.

Proposta de análise documental

No estudo de caso sobre as intervenções contemporâneas no mosteiro de Tibães (1834-1824), a análise do conjunto documental iniciou-se com a avaliação dos dois arquivos de maior interesse ao estudo proposto, a saber o arquivo da extinta DGEMN e o arquivo online do PCIP, uma vez que compreendem documentação pertencente a um período mais alargado e disponibilizada digitalmente. Esta avaliação preliminar, com base em mais de 600 processos administrativos, procurou apreender a variedade tipológica de documentos existentes e o assunto a que se referiam, o que permitiu a categorização dos tipos de informação em função das diferentes ações.

Ação	**Tipo**
Salvaguarda	Classificação Zona de proteção Inventário
Conservação/restauro (móveis)	Diagnóstico Conservação Restauro Desmontagem/Montagem/Recolocação Armazenamento Desinfestação
Recuperação/reabilitação (imóveis)	Recuperação de elementos Recuperação de espaços Desinfestação Construção de equipamentos/estruturas Instalação de serviços (museu, hospedaria, etc.) Circuito de visita Consolidação/Escoramento Armazenamento Prospeções Montagem de estruturas Reflorestação
Instalação de especialidade	Fundações e estruturas Acessibilidades Eletricidade Gás Águas, esgotos e drenagens Telecomunicações AVAC Segurança (incêndio) Segurança (furto ou intrusão) Segurança (túnel de proteção e acesso durante obras) ITED Material multimédia
Trabalhos arqueológicos	Sondagem Escavação Acompanhamento Identificação Armazenamento Trabalhos de apoio
Levantamento	Topográfico Gráfico Patologias Colonização biológica Geotécnico 3D Fotogramétrico Fotográfico Videográfico
Estudo/Projeto	Arquitetónico Hidrotérmico Hidrogeológico Acústico

	Instalações hidráulicas Estruturas Histórico-artístico Hidrogeológico Biodiversidade Instalações elétricas Instalações mecânicas Segurança (incêndio) Segurança (intrusão) AVAC Comportamento de materiais Comportamento térmico Paisagístico
Aquisição	Bens Serviços Deslocações Seguros
Comunicação	Flyers, cartazes, painéis informativos, etc. Produção Aquisição de livros Produção de catálogos Visitas áudio Projeto educativo Espetáculos/exposições Filme/documentário Conferência Comunicação social
Fiscalização	Auditoria Consultoria Acompanhamento técnico Pareceres
Administrativa	Candidatura Protocolo/Contrato Correspondência Informações Ação judicial Financeiro Registo de propriedade Caderno de encargos Análise de propostas Testamento Relatório de atividades/Plano de atividades

Tabela 3 – Estruturação tipológica da documentação administrativa sobre o mosteiro de Tibães.
Elaborado pelo autor

Por sua vez, esta estruturação tipológica permitiu a definição de campos numa base de dados, os quais são essenciais para a correta recolha de informação, análise dos processos e para a prossecução do objetivo da investigação. A base de dados A base dados permite relacionar as informações respeitantes à ação executada ou planeada, aos elementos intervencionados; às áreas do edificado; às tutelas administrativamente competentes; aos quadros de financiamento; e aos intervenientes do processo.

Particularmente no que toca às ações efetuadas, pretendeu-se sistematizar os dados recolhidos sobre o tipo de ação empreendida, a sua cronologia, os elementos e/ou espaços intervencionados, as pessoas e entidades envolvidas, os custos e financiamentos, se foram executados ou não, a justificação para a sua proposta, trabalhos efetuados e metodologias empregues. Mais, há a possibilidade de acrescentar informações sobre elementos gráficos existentes no processo em análise ou relacionar-se com elementos externos. Note-se que todos estes dados são passíveis de serem recolhidos nos processos de obras, nomeadamente através das informações técnicas que justificam a ação e dão início ao processo, das cópias dos contratos, dos autos de medição, dos autos de revisão de preços,

das faturas, entre outros. Apesar de não constarem em todos os processos, as atas de reunião revelam-se essenciais para a compreensão do curso da obra e das tomadas de decisão, com possibilidade de serem introduzidas alterações ao projeto inicial, pelo que oferecem um nível de informação mais detalhado e técnico às questões levantadas sobre a metodologia ou opções adotadas em determinada ação.

Por sua vez, os referidos processos administrativos complementam a informação histórico-artística recolhida acerca dos espaços monásticos e respetivos elementos arquitetónicos (tetos em caixotões, pinturas murais, elementos em talha, *e.g.*) e bens móveis (imaginária, pinturas de cavalete, mobiliário, *e.g.*), nomeadamente através da identificação e descrição das peças, a sua localização, estado de conservação em determinado momento, data da intervenção e técnicas utilizadas, podendo ainda anexar-se elementos gráficos, como fotografias ou levantamentos referentes a diferentes fases. Do mesmo modo, oferecem dados relativos à área intervencionada do edificado ou onde um determinado bem intervencionado se localiza. Entre a informação passível de ser recolhida, encontra-se a função inicial e atual do espaço, datas de construção ou modificação, ações de conservação e restauro realizadas e os referidos registos visuais.

Utilização dos dados

Com o intuito de analisar a sensibilidade dos dados recolhidos, para consequente avaliação da sua disponibilização, procurou-se mapear os dados a tratar e identificar medidas para a sua gestão e proteção, nomeadamente através de um Plano de Gestão de Dados.

Entre os vários dados recolhidos, enquanto elementos que poderiam suscitar dúvidas acerca da sua sensibilidade, destacam-se a identidade dos técnicos superiores que redigem a informação técnica e que são responsáveis pela gestão do processo; a autoria dos projetos e estudos realizados; a identidade dos profissionais que intervêm enquanto trabalhadores das empresas adjudicadas; o tipo de intervenção realizada, a respetiva descrição dos trabalhos, quantias despendidas e elementos desenhados detalhados das áreas a intervencionar.

Tendo em consideração o *Regulamento (UE) 2016/679*[16], do Parlamento Europeu e do Conselho, e a *Lei n.º 58/2019*[17], é necessário conservar o direito à proteção de dados pessoais, ao respeito pela vida privada e familiar e à liberdade individual. Estes dados pessoais são relativos a uma pessoa singular, permitindo identificá-la e/ou criar um perfil, pelo que são considerados sensíveis quaisquer dados que permitam revelar a origem étnica, convicções políticas ou religiosas, dados genéticos ou biométricos, informações sobre a vida privada, a vida sexual ou a orientação sexual. Destes dados, os processos analisados apresentam exclusivamente a identificação básica de determinados intervenientes, nomeadamente o nome e, em alguns casos, a data de nascimento, estado civil e o número de identificação, quando estes o tenham voluntariamente expresso nas notas curriculares enviadas em anexo aos concursos públicos. Neste sentido, uma vez que "no âmbito da contratação pública, e caso seja necessária a publicação de dados pessoais, não devem ser publicados outros dados pessoais para além do nome, sempre que este seja

[16] UNIÃO EUROPEIA. Parlamento Europeu e Conselho – Regulamento (UE) 2016/679. **Jornal Oficial da União Europeia**. L 119 (2016-05-04), pp. 119(1)-119(88).
[17] PORTUGAL. Assembleia da República – Lei n.º 58/2019. **Diário da República**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. Série I, n.º 151 (2019-08-08), pp. 3-40.

suficiente para garantir a identificação do contraente público e do cocontratante"[18], não se armazena ou utiliza quaisquer outros dados para além do nome dos intervenientes. Por outro lado, é de atentar que os técnicos responsáveis pela redação das informações e pela gestão dos processos atuam enquanto membros de um órgão administrativo e não como cidadãos, pelo que não se obsta à sua identificação.

Quanto aos dados sobre os trabalhos executados, incluindo descrições e justificações; despesas e financiamentos; e projetos de arquitetura ou de especialidade, compreendendo os atinentes elementos gráficos, não se considera existir qualquer grau de sensibilidade ou confidencialidade, de acordo com o LADA, uma vez que não são considerados documentos nominativos [19] e que, mediante requerimento à tutela responsável, são passíveis de consulta, reprodução e informação, independentemente destes documentos administrativos se encontrarem em arquivo corrente, intermédio ou definitivo[20]. Para além da autoria dos projetos não ser considerada um dado pessoal, esta rege-se pelo Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos[21], pelo que não se veem obstáculos à menção dos arquitetos e firmas responsáveis pela sua produção.

Considerações finais

A identificação de dez entidades custodiárias de documentação sobre o Mosteiro de São Martinho de Tibães, quer esta seja pertencente a *arquivos monásticos* (com documentação histórica pertencente ao cartório de Tibães) ou produzida em contexto de patrimonialização do mosteiro (com documentos administrativos criados entre o século XX e XXI) e preservada em *arquivos contemporâneos*, confirma a dispersão deste tipo de fontes e a importância de manter estes registos rastreáveis e atualizados. Particularmente no que diz respeito aos processos administrativos, a contínua sucessão de entidades tutelares torna mais complexa a identificação e a análise destas fontes, uma vez que a distribuição das competências executivas e administrativas também varia ao longo do tempo.

Para o caso de Tibães encontraram-se quatro momentos charneira na gestão do imóvel: 1) quando este é secularizado e vendido em hasta pública (1834), levando a que a intervenção seja realizada pela própria paróquia (igreja e residência paroquial) e por privados (edifício monástico e cerca); 2) quando o Estado nacionaliza os bens da Igreja (1911), passando a responsabilidade pelas obras empreendidas na igreja e claustro do cemitério a recair no próprio Estado, o que origina processos de obra e projetos de arquitetura ou de especialidades próprios; 3) quando a igreja e o mosteiro são classificados como imóvel de interesse público (1944), depreendo que todas as ações empreendidas no imóvel e na respetiva zona de proteção requeiram aprovação prévia superior, gerando processos de licenciamento; e 4) quando o Estado adquire a totalidade do mosteiro (1986), procurando aplicar um plano de gestão integrada de reabilitação e musealização dos espaços, com impacto na produção de documentação administrativa.

---

[18] PORTUGAL. Assembleia da República – Lei n.º 58/2019. **Diário da República**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. Série I, n.º 151 (2019-08-08), art.º 27.º.

[19] Documento administrativo que possua dados pessoais, de acordo com o regime legal de proteção de dados. Cf. PORTUGAL. Assembleia da República – Lei n.º 26/2016. **Diário da República**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. Série I, n.º 160 (2016-08-22), art.º 3.º/1/b.

[20] PORTUGAL. Assembleia da República – Lei n.º 26/2016. **Diário da República**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. Série I, n.º 160 (2016-08-22), art.º 5.º.

[21] PORTUGAL. Ministério da Cultura – Lei n.º 63/85. **Diário da República**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. Série I, n.º 61 (1985-03-14), art.º 14.º.

Entre as várias tutelas arroladas, destacam-se a DGEMN, o IPPC, o IPPAR e a DGPC/DRCN, considerando as suas atribuições e o volume de processos administrativos que lhes são adstritos. Ainda, no decorrer da análise, percecionou-se que, apesar da alteração da estrutura administrativa, os procedimentos mantêm-se praticamente inalterados, o que permite uma maior fluidez na análise documental e na extração de dados.

Enquanto passo da metodologia adotada, a avaliação dos documentos permitiu a apreensão da variedade documental, com processos referentes à salvaguarda patrimonial, à conservação e restauro de bens móveis, à recuperação e reabilitação de bens imóveis, à execução de projetos de especialidade, a trabalhos arqueológicos, a levantamentos, a estudos ou projetos, à aquisição de bens ou serviços, à comunicação, à fiscalização e a elementos administrativos. Neste sentido, estes documentos fornecem informações técnicas, administrativas e financeiras sobre as ações realizadas no imóvel, o que possibilita a multiplicação de leituras sobre o mosteiro, atendendo aos ciclos de obras, a determinados elementos ou espaços intervencionados, a marcos cronológicos, entidades responsáveis ou meios de financiamento, comprovando o potencial ativo cultural dos arquivos administrativos, que possibilitarão o alargamento do conhecimento sobre a gestão, salvaguarda e conservação do património e a compreensão das políticas patrimoniais adotadas.

No tocante aos dados existentes nos processos administrativos, procurou-se ainda desmistificar a sua utilização, considerando que não se trata de dados pessoais, uma vez que não permitem a constituição do perfil dos intervenientes, e que este tipo de documentação é passível de ser consultada, reproduzida e informada, de acordo com a lei vigente.

Bibliografia

DIAS, Geraldo Coelho – O Capítulo Geral de Tibães, A alternativa dos DD. Abades Gerais, Os "galopins eleitorais" de Camilo Castelo Branco. **Em torno dos espaços religiosos – monásticos e eclesiásticos. Atas do Colóquio de Homenagem a Frei Geraldo Coelho Dias**. Porto: Instituto de História Moderna – Universidade do Porto, 2005, p. 86, nota 32

MATA, Aida; RAMOS, Anabela; SOARES, Maria José – Manuscritos da Livraria do Mosteiro de São Martinho de Tibães. **FORUM**. Braga: Conselho Cultural da Universidade do Minho, n.º 27 (jan-jun 2000), p. 73.

PORTUGAL. Assembleia da República – Lei n.º 58/2019. **Diário da República**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. Série I, n.º 151 (2019-08-08), pp. 3-40.

PORTUGAL. Assembleia da República – Lei n.º 26/2016. **Diário da República**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. Série I, n.º 160 (2016-08-22).

PORTUGAL. Ministério da Cultura – Lei n.º 63/85. **Diário da República**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. Série I, n.º 61 (1985-03-14).

PORTUGAL. Ministério da Justiça – Decreto-Lei n.º 4/2015. **Diário da República**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, Série I, n.º 4 (2015-01-07), pp. 50-87

PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros – Decreto-Lei n.º 442/91. **Diário da República**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, Série I-A, n.º 263 (1991-11-15), pp. 5852-5871.

PCIP. *Arquivo Administrativo. Processos de Classificação*. CL110013 (ID CL110013).
RAMOS, Maria Teresa C. F. Oliveira - **A biblioteca de S. Martinho de Tibães no século XVIII: Dissertação de mestrado**. Évora: Universidade de Évora, pp. 9-10.

RIBEIRO, Fernanda – Os instrumentos de acesso à informação das instituições monásticas beneditinas: uma abordagem crítica. **Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 308-309.

SEBASTIAN, Luís – arquiv@: projeto. Objetivos. **Património a Norte - arquiv@: objetivos, conceitos, conceção e produção**. Porto: Direção Regional de Cultura do Norte – Ministério da Cultura. N.º 14 (2023), pp. 79-80.

TAVARES, João Novais – **Foz Velha (Porto). Classificação e reabilitação da paisagem histórica urbana (2002-2023): Dissertação de Mestrado**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2023, pp. 40-41.

TAVARES, João Novais – Entre regimes e reformas: as instituições públicas e a gestão do património cultural em Portugal (1900-2025). **Herança e Dinâmicas das Estruturas Administrativo-Territoriais: da Europa Moderna à Atualidade**. Porto: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço, e Memória (no prelo).

TAVARES, João Novais – Patrimonialização do mosteiro de Tibães (1834-2024). **Revista Portuguesa de História**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra (no prelo).

UNIÃO EUROPEIA. Parlamento Europeu e Conselho – Regulamento (UE) 2016/679. **Jornal Oficial da União Europeia**. L 119 (2016-05-04), pp. 119(1)-119(88).

“Difusão Vitrais – 1250º Conservação e Restauro”: as intervenções de uma oficina familiar em algumas obras de conservação e restauro

Ana Luísa Madureira
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
up201408554@up.pt

Ana Cristina de Sousa
Faculdade de Letras da Universidade do Porto/CITCEM
accsousa@letras.up.pt

Resumo: A conservação e restauro de bens patrimoniais é fundamental para a preservação física e histórica dos bens artísticos, entre os quais se inclui a arte do vitral. Inserindo-se na dissertação desenvolvida no âmbito do Mestrado em História da Arte, Património e Cultura Visual, cujo estudo incide sobre a oficina familiar “Difusão Vitrais – 1250º Conservação e Restauro”, o presente artigo procura explanar o processo de conservação e restauro do vitral através de três casos de estudo: Igreja Matriz de Fafe, Paço Episcopal da Diocese do Porto e Livraria Lello. As intervenções em estudo foram realizadas pela referida oficina, localizada em Vila Nova de Gaia. Esta unidade de produção foi fundada em 1997 por António Miranda que, atualmente, trabalha com o seu filho Miguel Miranda. A oficina produz vitrais de raiz, mas dedica-se, também, à conservação e restauro de vitral, sendo este o tema sobre o qual nos iremos debruçar neste artigo.

Palavras-chave: Artes Decorativas, Vitral, Conservação e restauro, Difusão Vitrais – 1250º Conservação e Restauro

Introdução

A Carta de Atenas[1], no início da década de 1930, inclui já uma maior propensão para a conservação e manutenção do património cultural, instruindo os Estados a terem um papel ativo nesta ação. O documento alerta, também, para a necessidade de colaboração entre especialistas de diversas áreas, de forma a alcançar o melhor método de intervenção aplicável a cada caso. A Carta de Veneza, em 1964[2], surge com o intuito de continuar e aprofundar estas indicações, reiterando o apelo "(…) à colaboração de todas as ciências e de todas as técnicas que possam contribuir para o estudo e salvaguarda do património monumental."[3] Prossegue afirmando a importância de todos os contributos históricos para o produto final e reforça o dever de trabalhar em equipa na tomada de decisões relativas à conservação e restauro, de um monumento ou sua componente. Termina instituindo o dever de documentar todas as fases do processo de restauro, garantindo a posteridade dessas informações. Esta Carta é importante no contexto deste artigo, porque serve como base para o código de ética dos conservadores restauradores, utilizando os seus critérios como princípios de intervenção.

A importância da conservação do património artístico é notória noutros documentos e cartas, mas, tendo em mente o nosso tema de estudo, destacamos as Diretrizes para a Conservação e Restauro de Vitral[4], do *Corpus Vitrearum*. O documento remete para o valor intrínseco do vitral, equivalente a qualquer outra arte e, por isso, merecedor do mesmo profissionalismo e atenção no seu restauro. Tratando-se de uma arte aplicada, este não pode ser lido apenas como objeto, mas analisado no seu contexto histórico e arquitetónico. O artigo 8 da Carta de Veneza[5], já citada, refere que elementos como pintura, escultura e decoração são parte integrante do monumento, não podendo ser separados da componente estrutural quando se trata da conservação. Assim, a consulta e produção de documentação é essencial para o projeto, permitindo compreender as decisões tomadas no passado e relatar as novas para a posteridade. As diretrizes do *Corpus Vitrearum* estendem-se ao processo de retirar, mover, expor e tratar um vitral e estas são as linhas orientadoras da Oficina Difusão Vitrais – 1250º Conservação e Restauro, nas suas intervenções.

É a partir dessas intervenções que realizamos a nossa investigação, tendo como objetos de estudo a Igreja Matriz de Fafe, o Paço Episcopal da Diocese do Porto e a Livraria Lello, também na cidade do Porto. Os três restauros efetuados com metodologias diferentes permitem explorar as várias formas de conservação e restauro, adaptáveis a cada local, obra e projeto.

Para facilitar a apresentação do artigo, organizamos os casos de estudo por data cronológica de intervenção, realizando uma leitura completa de cada local e procedendo-se à análise do contexto histórico do mesmo. Investigamos a origem do vitral, quando possível, bem como a mudança dos espaços onde se inserem, tentando criar um pequeno relatório de intervenção de cada local.

---

[1] SERVIÇO INTERNACIONAL DE MUSEUS – **Carta de Atenas sobre o restauro de monumentos**. Atenas: Serviço Internacional de Museus, 1931.
[2] ICOMOS – **Carta de Veneza sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios**. Veneza: ICOMOS, 1964.
[3] Idem. Artº. 2.
[4] CORPUS VITRAERUM, **Guidelines for the Conservation and Restoration of Stained Glass Second edition**. Nuremberg: Corpus Vitraerum, 2004.
[5] ICOMOS – **Carta de Veneza sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios**. Veneza: ICOMOS, 1964, Artº. 8.

Intervenção na Igreja Matriz de Fafe, 2019

A Igreja matriz da cidade de Fafe, dedicada a Santa Eulália, pertence ao distrito de Braga. Correspondendo ao núcleo fundador da localidade, existem vestígios de uma construção primitiva de traço românico[6], mas a sua construção atual data do século XVIII, inserindo-se no barroco português. Como é habitual nos espaços religiosos, o edifício sofreu alterações ao longo do tempo, nomeadamente a construção de torres sineiras e a colocação de retábulos ao gosto da época. Para o nosso estudo, destacamos a encomenda de vitrais para o templo, dois de feitura desconhecida e os restantes desenhados e produzidos pelo Atelier Vidraria Antunes[7], não sendo possível indicar a sua datação. A identificação dos vitrais produzidos pelos Antunes foi confirmada pelo próprio João Aquino Antunes, que disponibilizou os desenhos originais, da sua autoria, para os trabalhos de restauro.



Fig. 1 – Vitrais da Igreja Matriz de Fafe. Montagem feita pela autora a partir de fotografias de Miguel Miranda, 2019.

O restauro dos vitrais começou com a proatividade da Oficina que, numa visita a outra obra na cidade, reparou no mau estado de alguns painéis na lateral da igreja, que se encontravam abaulados e com perda de vidros. A Oficina entrou em contacto com os párocos da matriz, Padre António Carneiro e Padre Victor Araújo, que se mostraram

[6] CÂMARA MUNICIPAL DE FAFE, **Fasciculo 01 Património Religioso — Memória e Identidade: O Românico em Fafe**. Fafe: Câmara Municipal de Fafe, [s/d].

[7] O Atelier Vidraria Antunes foi fundado em 1906, no Porto, por Plácido Antunes. Foi uma das mais importantes oficinas de vitral de Portugal, a par da Oficina Leone, tendo tido uma participação ativa nos restauros da Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais. O Atelier encerrou com o neto de Plácido, João Aquino Antunes.

recetivos ao restauro, mediante o orçamento que fosse apresentado. A intervenção foi planeada faseadamente, mas acabou por ser realizada numa só empreitada, um trabalho que demorou cerca de quatro meses a ser executado.

A primeira fase do processo consiste na retirada e transporte dos vitrais para a Oficina. Os vitrais são colocados numa estrutura de ferro, feita à medida do vão e dos painéis a receber, sendo essa completada com um tafife de ferro para cada painel de vitral. Os painéis são retirados pelo interior da igreja, começando pelo superior. Retirados os silicones ou parafusos que possam ter são, posteriormente, numerados e transportados para a Oficina, na vertical, protegidos com placas de poliestireno. Os ferros são também retirados e transportados para receber tratamento. As grades de proteção exteriores são retiradas e substituídas por uma camada isotérmica, ou seja, um vidro temperado com proteção UV e sistema de ventilação que impede a acumulação de humidade nos painéis. Na Oficina, os painéis são cuidadosamente analisados, fazendo-se o mapeamento das patologias existentes. O processo é pormenorizadamente fotografado, garantindo-se a meticulosa documentação do seu estado de conservação. Para além da já esperada acumulação de sujidades superficiais, os vitrais apresentavam: abaulamentos; falha de vidro; vidros partidos; corrosões estabilizadas e ativas; acumulação de sais de sílica; falhas no chumbo; danos nas calhas da periferia; e tinta castanha sobre calhas e vidros, provavelmente proveniente da falta de isolamento dos vitrais aquando da pintura dos ferros.

Identificadas as patologias, inicia-se o processo de restauro. Os painéis são colocados na mesa de trabalho e é retirada a massa de vidraceiro anterior, através de limpeza mecânica, com auxílio do bisturi. Este processo retira a pressão do painel e nivela-o, revertendo o abaulamento e restaurando a posição original do chumbo. Com o painel nivelado, cada calibre de vidro é numerado e o painel é aberto nos locais necessários, de forma a que os vidros partidos sejam retirados. Respeitando a regra de intervenção mínima, os vidros são colados sempre que possível e substituídos apenas em último recurso. Para colar os vidros, é necessário que as extremidades a colar estejam bem limpas, retirando todas as impurezas. É utilizada uma cola anaeróbia, o que significa que é preciso selar a secção a colar com fita-cola. Seguidamente, o fragmento é curado com luz UV, um processo rápido com resultado resistente e incolor. O vidro novo ou colado é colocado no seu lugar, procedendo-se às substituições de chumbo que forem necessárias na remontagem.
As calhas de chumbo interiores são trocadas apenas quando necessário. As da periferia, ou seja, as calhas que emolduram o vitral são, geralmente, sempre trocadas por serem as que mais danos sofrem, inclusive durante a retirada do vitral. As soldas danificadas são limpas e refeitas, juntamente com as novas soldas necessárias para a união das calhas de chumbo substituídas.

Para consolidar a estrutura, é aplicada massa igual à retirada do painel, no início do processo. Normalmente é uma massa composta por óleo de linhaça, gesso e água, que pode ou não conter corante. Aplicada com pincel de caiar sobre todo o painel, este é seguidamente coberto por serrim que é prensado por toda a superfície, servindo para limpar a massa e polir as calhas. Retirado o serrim, o excesso de massa é removido com a ajuda de um instrumento semelhante a uma chave de fendas. O vitral é depois limpo com um produto adequado como, por exemplo, o Limpa Metais Coração.
Os ferros de suporte do vitral são limpos e estabilizados através da sua anodização. Este processo é feito por terceiros. Por último, o ferro é colorido, podendo esta tarefa ser feita através de lacagem por terceiros ou pintada com tinta específica pela oficina.

A última etapa do procedimento é a montagem dos vitrais no local, efetuada já depois da colocação da proteção isotérmica. Esta camada de proteção fica no exterior do vitral, protegendo, em simultâneo, o vidro e a estrutura de ferro, que é aparafusada na cantaria do vão. Os painéis são finalmente colocados no seu devido lugar, começando pelo painel inferior, para garantir que os painéis encaixam corretamente no devido lugar, testando sempre antes de fixar. Depois de confirmar a sua posição correta, é aplicado silicone à cor no ferro de suporte. Em seguida, posiciona-se o vitral pressionando as laterais e, por último, o tafife é colocado e aparafusado. Depois de instalados todos os painéis do vitral, é distribuído silicone a toda a volta da estrutura, normalmente aplicado a dedo, criando uma inclinação que produz efeito estético e facilita o escorrimento de futuras humidades.



Fig. 2 – Vitrais da Capela do Paço Episcopal da Diocese do Porto. Montagem feta pela autora a partir de fotografias de Miguel Miranda, 2024.

Intervenção nos vitrais colocados na Capela do Paço Episcopal da Diocese do Porto, 2024

Os vitrais que atualmente se encontram na Capela do Paço Episcopal da Diocese do Porto têm, como local de origem, o Palacete dos Viscondes de São João da Pesqueira, localizado no número 14 da Rua D. Manuel II, no Porto. Em 1918, é pedida uma licença de obra para a construção de um anexo no pátio, entre o palacete e o prédio na Rua do Rosário,

também propriedade do Visconde.[8] A obra, da responsabilidade de Gerald Van Krieken[9], visou a edificação de uma capela para a habitação, espaço onde se encontravam os vitrais intervencionados pela oficina Difusão Vitrais – 1250º Conservação e Restauro, em 2024. O palacete, última morada dos Viscondes, foi doado em testamento ao Seminário Maior da Diocese do Porto[10], o que explica a transladação dos vitrais para o Paço Episcopal. O Palacete foi, entretanto, convertido em hotel, mantendo no seu interior os restantes vitrais. No decorrer da investigação não foi possível averiguar, no entanto, se são do mesmo autor e se sofreram alguma intervenção de conservação e/ou restauro.

Os dois vitrais intervencionados são da autoria da Vidreria Maumejean[11]. Não estão datados, mas apresentam a assinatura no vitral do Sagrado Coração de Jesus «J. H. MAUMEJEAN. H^{OS}. | PARIS. MADRID. S.SEBASTIAN». Esta enquadra-se na data da construção da capela do Palacete dos Viscondes de São João da Pesqueira, sendo que Maderuelo divulga anúncios publicitários com esta assinatura, a partir de 1913[12].O vitral com a representação da Imaculada Conceição não dispõe desta informação.

A proposta para a intervenção dos vitrais foi feita através do contacto de um estudante da Universidade Católica do Porto, que estabeleceu a ligação entre o Cónego Alfredo da Diocese do Porto e a Oficina. Não foi possível apurar quando se deu a remoção dos vitrais do edifício original, mas sabe-se que foram retirados juntamente com a mesa de altar e que tinham como destino a Capela do Paço Episcopal da Diocese do Porto. No primeiro contacto, foram enviadas fotografias, mas o orçamento para a obra só foi elaborado depois de uma visita ao local, para apurar as condições em que os painéis se encontravam. Os vitrais foram removidos da capela, mas não foram retirados das suas estruturas metálicas. Neste sentido, foram transportados nelas para a Oficina e só depois foi removido o betume que os segurava.

Na oficina, foi feito o decalque dos vitrais para a obtenção do cartão dos seus desenhos. Este processo não foi necessário na intervenção apresentada anteriormente porque a Oficina teve acesso aos desenhos originais. Seguidamente, o método de intervenção passou pelas etapas comuns ao restauro de vitral, já explicadas no caso de estudo anterior, a saber: substituição das calhas da periferia para dar estabilidade aos painéis; retirada de massa no interior; verificação de soldas, roturas e vidros partidos, vidros esses colados quando possível ou substituídos na totalidade; limpeza e substituição de soldas; colocação de massa nova e limpeza final dos painéis. No entanto, os dois vitrais apresentavam estados de conservação diferentes: o vitral da Imaculada Conceição estava mais bem

[8] Arquivo Histórico do Porto. **Licença de obra n.º: 669/1918**. Porto: Arquivo Histórico do Porto, 1918. D-CMP/9(267) - f. 327-331.

[9] TENREIRO, João; QUEIROZ, Francisco - Gerard van Krieken (1864-1933): percurso e actividade artística em Portugal. In **ROMANTHIS – História, Arte, Cultura e Património do Romantismo.** ISSN 2975-8106, Nº3 (2024), p.273.

[10] Arquivo Histórico do Porto. **Registo do testamento com que faleceu Maria Adelaide Pinto da Silva, viscondessa de São João da Pesqueira, viúva, proprietária.** Porto: Arquivo Histórico do Porto, 1949. A-PUB/5474 - f.25-29v.

[11] Fundada em 1860 por Jules Pierre Maumejean, em Pau (França), foi um grande atelier de vitral que exerceu atividade em França e Espanha até aos anos 70 do século XX. Para aprofundar o tema aconselhamos a leitura da tese de doutoramento de Ricardo Hernanz Maderuelo intitulada "La casa internacional de vidrieras Maumejean y su entornodesde 1862 hasta nuestros días", apresentada na Universidade de Burgo, em 2021.

[12] HERNANZ MADERUELO, Ricardo - **La casa internacional de vidrieras Maumejean y su entornodesde 1862 hasta nuestros días.** Burgos: Universid de Burgos, 2021. Tese de Doutoramento. p.661.

preservado, apresentando uma falha no painel inferior; o vitral do Sagrado Coração de Jesus tinha o painel inferior com grandes perdas e vidros partidos, o que levou à sua reconstituição.

Assim, no vitral da Imaculada Conceição, foi realizado um preenchimento volumétrico com resina ultravioleta. Este preenchimento foi efetuado na oficina, fechando a lacuna existente no vidro. A reintegração cromática deste preenchimento foi feita no local após a colocação do vitral, de forma a evitar que as diferenças de luz interferissem na pintura. Não sendo possível encontrar o desenho original, a reconstituição do painel inferior do vitral do Sagrado Coração de Jesus foi feita através da comparação dos dois painéis e da cópia dos vidros que se encontravam muito fissurados. O processo da cópia é semelhante ao processo de produção de vitral novo, sendo necessário utilizar o vidro mais próximo possível ao original e replicar a pintura realizada. Todo este procedimento é realizado na Oficina e as peças originais que não podem ser integradas no vitral, tendo sido coladas e entregues à Diocese do Porto.

Ao contrário do que aconteceu na Igreja Matriz de Fafe, os vitrais da Diocese não foram colocados em vãos de iluminação, mas sim no interior da Capela do Paço, numa caixa de luz que funciona quase como retábulo. Inicialmente, os vitrais ficariam lado a lado na caixa, mas o projeto evoluiu para a colocação de uma imagem de Nossa Senhora no centro. Assim, foi projetada uma caixa de luz com estrutura em ferro para suportar o peso dos vitrais e da figura criada para o centro, que foi posteriormente revestida a madeira. A estrutura tem 490cm de altura e 184cm de largura, alinhando-se, assim, com a mesa de altar que se encontra à sua frente. É composta por duas caixas de luz com 74,5x250cm, onde se inserem os vitrais, presos por tafifes de madeira. A iluminação é feita através de lâmpadas laterais, que refletem a luz na parede, fazendo com que seja difundida de forma homogénea pelos painéis. O exterior da caixa é pintado a negro e as laterais são amovíveis, facilitando a manutenção e futuras intervenções.

Tratando-se de um espaço privado, em que os vitrais não estão em contacto com o exterior, nem sofrem com as mudanças climatéricas, não foi colocado vidro de proteção como aconteceu na intervenção da Igreja de Matriz Fafe. Esta intervenção demorou cerca de dois meses a ser executada.

Intervenção na Livraria Lello, 2026



Fig. 3 – Vitral da Livraria Lello. Fotografia de Miguel Miranda, 2026.

A Livraria Lello é, atualmente, uma atração turística bem conhecida da cidade do Porto. O edifício foi construído em 1904, de acordo com a traça do engenheiro Francisco Xavier Esteves[13]. Em parceria com o engenheiro trabalhou, também, Gerald Van Krieken, que desenhou os elementos decorativos da fachada e o grande vitral do teto[14]. Segundo informação colhida no site da Livraria Lello[15], o vitral terá sido produzido pelo Atelier Antunes. Mede 8x3,5 metros e divide-se em 55 painéis (11x5). Enquadrando-se na linguagem decorativa da livraria, apresenta ao centro o logotipo ainda hoje utilizado, um ferreiro com a divisa da casa "Decus in Labore".

A intervenção teve início com a visita ao local, para identificação do estado de conservação e definição das ações necessárias. Por se encontrar com perda de vidros, o painel central foi retirado e transportado para a Oficina, onde foi realizada a sua limpeza e a execução das réplicas dos vidros em falta. Por essa razão, o painel foi aberto nos locais necessários para a integração dos vidros replicados, seguindo-se a colocação de chumbo novo e respetiva soldadura – como já foi explanado nas intervenções anteriores.

O painel encontra-se numa claraboia iluminada por um telhado de vidro de duas águas, protegido por uma tela dividida em onze secções, correspondentes a cada fileira de painéis. Esta tela é a primeira camada de proteção contra a luz direta e a humidade proveniente da cobertura, apresentando, por isso, uma grande acumulação de sujidades superficiais e manchas de humidade. Sendo impossível a sua substituição no curto espaço de tempo da intervenção, cada secção da tela foi aspirada nas duas faces, através da fileira subjacente de painéis de vitral, previamente retirados.

Os painéis foram retirados por filas de cinco, limpos no verso e anverso, iniciando-se com a aspiração da sujidade superficial, seguida de limpeza química e limpeza mecânica com auxílio de bisturi. Tal como nas intervenções anteriores, os vidros partidos presentes nos painéis foram colados com cola UV e foram refeitas as soldas necessárias. Os arames de suporte que se encontravam folgados foram apertados. Quando estavam em falta foram colocados arames em roseta, método que permite apertar quando necessário, facilitando a conservação do vitral.

A estrutura de ferro que suporta o vitral foi aspirada e limpa mecanicamente com auxílio de um pincel e por via húmida. Após a limpeza, os painéis foram recolados nas suas posições iniciais, repetindo-se o processo de limpeza, fila a fila, na totalidade do vitral. Depois da realização de toda a limpeza, o painel central foi transportado e colocado no lugar.

A intervenção realizada foi muito rápida, tendo sido efetuada em três dias de trabalho de uma semana de restauro intensiva, que ocorreu em toda a livraria.

Considerações Finais

Desenvolvida no âmbito de uma dissertação de mestrado dedicada à oficina Difusão Vitrais – 1250º Conservação e Restauro, a presente investigação procurou sintetizar os

[13] ARQUIVO HISTÓRICO DO PORTO**. Licença de obra n.º: 71/1904**. Porto: Arquivo Histórico do Porto, 1904. D-CMP/7(177) - f. 66-73; D-CDT/A3-1064

[14] TENREIRO, João; QUEIROZ, Francisco - Gerard van Krieken (1864-1933): percurso e actividade artística em Portugal. In **ROMANTHIS – História, Arte, Cultura e Património do Romantismo.** ISSN 2975-8106, Nº3 (2024), p.262.

[15] LIVRARIA LELLO. **O Vitral**. Disponível em: https://livrarialello.pt/the-bookstore/

processos de conservação e restauro de vitrais através de três casos de estudo distintos. Tomando como exemplos vitrais de exterior, em caixa de luz e de claraboia, foi possível explorar as diferentes formas de conversação preventiva de um vitral, em diferentes contextos.

As etapas das intervenções têm uma base semelhante que é adaptação à realidade e contexto de cada obra. O trabalho é moldado pela encomenda e tempo disponível para a realização da intervenção. O fator tempo não deve ser descurado no processo de restauro, visto que obras como a do vitral da Livraria Lello poderiam ter uma intervenção mais duradoura, se fossem realizadas com mais tempo, permitindo, por exemplo, a limpeza de colagens e uma maior homogeneidade no resultado final.

Este estudo permitiu perceber, também, que o universo de produção do vitral foi, e continua a ser, relativamente pequeno em Portugal. As três obras, realizadas num espaço de tempo próximo, têm ligação entre artistas responsáveis pelo risco e oficinas de produção, revelando a importância de três nomes fundamentais para o estudo do vitral: Atelier Antunes, Geraald van Krieken e Vidreria Maumejean.

No futuro, pretendemos aprofundar a investigação deste tipo de intervenções, realizadas pela oficina em estudo, explorando novas técnicas, mas também outras oficinas, tentando perceber os pontos divergentes e convergentes entre as diferentes unidades de produção. Tratando-se de uma área em que a inovação de produtos, como colas e resinas é um fator a ter em conta, acreditamos que existam diferentes métodos que não foram explorados nesta investigação.

Bibliografia

ARQUIVO HISTÓRICO DO PORTO**. Licença de obra n.º: 71/1904**. Porto: Arquivo Histórico do Porto, 1904. D-CMP/7(177) - f. 66-73; D-CDT/A3-1064. Disponível em: https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/73619/?q=francisco+xavier+esteves

ARQUIVO HISTÓRICO DO PORTO. **Licença de obra n.º: 669/1918**. Porto: Arquivo Histórico do Porto, 1918. D-CMP/9(267) - f. 327-331. Disponível em: https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/86746/?q=s%C3%A3o+jo%C3%A3o+da+pesqueira

ARQUIVO HISTÓRICO DO PORTO. Registo do testamento com que faleceu Maria Adelaide Pinto da Silva, viscondessa de São João da Pesqueira, viúva, proprietária. Porto: Arquivo Histórico do Porto, 1949. A-PUB/5474 - f.25-29v. Disponível em: https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/15136/?q=s%C3%A3o+jo%C3%A3o+da+pesqueira

CÂMARA MUNICIPAL DE FAFE, **Fasciculo 01 Património Religioso — Memória e Identidade: O Românico em Fafe**. Fafe: Câmara Municipal de Fafe, [s/d].

CORPUS VITRAERUM, **Guidelines for the Conservation and Restoration of Stained Glass Second edition**. Nuremberg: Corpus Vitraerum, 2004.

FILIE, Ana - **Oficinas de Vitrais da Vidraria Antunes.** Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, 2012. Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5440

GONÇALVES, Joaquim - **Igreja Paroquial de Fafe / Igreja de Santa Eulália.** Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, 2006. Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=24805

ICOMOS – **Carta de Veneza sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios**. Veneza: ICOMOS, 1964.

HERNANZ MADERUELO, Ricardo - **La casa internacional de vidrieras Maumejean y su entornodesde 1862 hasta nuestros días.** Burgos: Universid de Burgos, 2021. Tese de Doutoramento

TENREIRO, João; QUEIROZ, Francisco - Gerard van Krieken (1864-1933): percurso e actividade artística em Portugal. In **ROMANTHIS – História, Arte, Cultura e Património do Romantismo**. ISSN 2975-8106, Nº3 (2024).

SERENO, Isabel - **Casa dos Viscondes de São João da Pesqueira / Palacete dos Viscondes de São João da Pesqueira / Sede da Acção Católica Portuguesa**. Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, 2001. Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=15602

SERENO, Isabel - **Livraria Lello & Irmão**. Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, 1995. Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3972

SERVIÇO INTERNACIONAL DE MUSEUS – **Carta de Atenas sobre o restauro de monumentos**. Atenas: Serviço Internacional de Museus, 1931.

Arqueologia administrativa: dinâmicas de transformação do interior de edifícios antigos de uso habitacional a partir da consulta de Processos de Obra

Marta Vicente
LNEC; ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa; Dinâmia'cet-Iscte
magvicente@lnec.pt

Paula André
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa; Dinâmia'cet-Iscte
paula.andre@iscte-iul.pt

João Branco Pedro
LNEC
jpedro@lnec.pt

Resumo: O presente ensaio pretende contribuir para a compreensão das dinâmicas de transformação do interior dos edifícios antigos de uso habitacional, em Lisboa, tomando como caso de estudo o eixo Cais do Sodré – Largo do Rato. Para o efeito, procedeu-se a uma análise documental retrospetiva e quantitativa dos Processos de Obra de 110 edifícios localizados nesse eixo. Foram codificadas 1636 entradas, correspondentes a diferentes tipos de eventos, e os resultados foram confrontados com a evolução das dinâmicas urbanas do eixo em análise e com as principais alterações do enquadramento legislativo. A análise permitiu identificar três períodos distintos. Entre 1975 e 2003, num contexto de congelamento das rendas e de ausência de um enquadramento legislativo específico para a reabilitação, predominam os eventos relacionados com a degradação dos edifícios, as intimações para realizar obras e as intervenções de conservação. No período entre 2004 e 2014, observa-se uma mudança nas políticas e nas dinâmicas de reabilitação, marcada por diversas alterações legislativas e por um aumento da submissão de projetos. Entre 2015 e 2025, consolida-se um ciclo de reabilitação associado ao Alojamento Local e à *financeirização* da habitação, no qual as obras de conservação deixam de predominar e as intervenções de reabilitação ganham maior expressão. Os resultados evidenciam, assim, a passagem de uma dinâmica centrada na contenção da degradação para outra orientada para a transformação e valorização imobiliária dos edifícios e, em particular, do seu interior num contexto de crescente pressão imobiliária e turística.

Palavras-chave: reabilitação; edifícios antigos de uso habitacional; processos de obra; Lisboa

Introdução

O presente ensaio enquadra-se na investigação de doutoramento, em curso, intitulada *"Culturas de reabilitação de edifícios antigos (1975-2025): o caso do eixo Cais do Sodré – Rato"*, em Lisboa. A investigação explora a dicotomia entre a unidade visual das fachadas, mantida ao longo do tempo, e as alterações que acontecem sucessivamente além-fachada, no interior dos edifícios. Assim, o objetivo central passa por contribuir para o conhecimento sobre a evolução das culturas de reabilitação do interior dos edifícios antigos de uso habitacional, focando não só as grandes intervenções mas também as pequenas alterações, realizadas por proprietários e inquilinos de forma mais ou menos formal, com ou sem apoio técnico especializado, sobre as quais existe pouco (re)conhecimento apesar de representarem parte significativa das alterações e adaptações destes edifícios aos modos de viver (n)a cidade e (n)o edifício. Como é natural, estas transformações refletem, em parte, aquilo que são as mudanças e as dinâmicas urbanas da própria cidade ao longo do tempo.

Assim, o presente ensaio pretende contribuir para a compreensão das dinâmicas de transformação do interior dos edifícios antigos de uso habitacional na cidade de Lisboa. Para esse efeito, procedeu-se a uma análise documental retrospetiva e quantitativa, em jeito de *arqueologia administrativa*, dos Processos de Obra de 110 edifícios localizados no eixo Cais do Sodré – Largo do Rato que abrangeu o período entre 1975 e 2025. Estes processos, consultados no Arquivo Municipal de Lisboa, constituem fontes primárias que permitem inferir padrões e tipos de intervenção recorrentes. Os resultados da análise foram confrontados com uma síntese das dinâmicas urbanas do eixo em análise e com as principais alterações do enquadramento legislativo.

Na análise dos Processos de Obra, foram considerados todos os edifícios antigos de uso habitacional localizados no eixo em estudo que, à data do levantamento mais recente (*i.e.*, janeiro de 2026): *i*) tinham utilização predominantemente habitacional ou conjugavam a habitação com outros usos; ou *ii*) se encontravam devolutos, mas apresentavam características compatíveis com o uso habitacional. Foram excluídos da amostra os edifícios totalmente ocupados com funções não habitacionais (*e.g.*, hotéis, espaços de comércio e lazer), bem como aqueles que tinham carácter excecional (*e.g.*, palácios e palacetes).

O ensaio organiza-se em cinco secções. Após esta introdução, apresenta-se um breve enquadramento das dinâmicas urbanas do eixo em análise e da legislação aplicável à reabilitação de edifícios, entre 1975 e 2025 (2). De seguida, apresentam-se os resultados da análise dos Processos de Obra dos 110 edifícios da amostra (3). Na secção seguinte, esses resultados são confrontados com as alterações das dinâmicas urbanas do eixo em análise e com a evolução do enquadramento legislativo, discutindo-se a relação entre as transformações urbanas, as alterações legislativas e as dinâmicas de intervenção nos edifícios analisados (4). Por último, apresentam-se as considerações finais do ensaio (5).

Dinâmicas urbanas e legislação aplicável à reabilitação: breve enquadramento a partir do eixo em análise

Vários estudos têm incidido, total ou parcialmente, sobre o eixo Cais do Sodré – Largo do Rato. A sua revisão permitiu identificar momentos-chave das dinâmicas urbanas e caracterizar algumas transformações do eixo e da sua envolvente próxima, em particular, as

associadas à reabilitação dos edifícios antigos de uso habitacional. Com base nesta revisão, apresenta-se uma síntese organizada em três períodos: 1975-2003, 2004-2014 e 2015-2025.

Em cada um destes períodos, a evolução das dinâmicas urbanas do eixo é analisada em articulação com a evolução do enquadramento legislativo aplicável às obras no interior dos edifícios antigos de uso habitacional. Esta análise do enquadramento legislativo incide sobre dois domínios: *i*) os procedimentos administrativos aplicáveis à realização das obras; e *ii*) os requisitos espaço-funcionais a observar nas obras.

1975-2003 – O declínio e as primeiras políticas de reabilitação

Entre meados da década de 1970 e o início do século XXI, o centro histórico de Lisboa atravessou um processo continuado de esvaziamento e degradação do parque habitacional, marcado pela saída de residentes para a periferia, pelo envelhecimento e empobrecimento da população remanescente e pela persistência de deficientes condições de habitabilidade nos edifícios antigos, em particular em zonas como o Bairro Alto, onde grande parte das habitações carecia de infraestruturas básicas e onde se acumulavam intervenções de fraca qualidade [1]. A combinação entre o congelamento de rendas e práticas associadas à especulação imobiliária (*e.g.*, situações em que os imóveis eram mantidos devolutos ou em condições que favoreciam intencionalmente a sua deterioração) agravou o estado de conservação dos edifícios e possibilitou um modelo de intervenção centrado na demolição parcial ou total dos seus interiores e na mera preservação das fachadas. Este modelo foi criticado por diversos autores pela sua fraca qualidade arquitetónica e pelo impacto negativo na conservação do património edificado [2].

As respostas públicas incluíram a criação dos Gabinetes Técnicos Locais (GTL), que começaram a operar entre 1986 e 1990, e o lançamento do programa RECRIA, a par de outros programas semelhantes. Foram também desenvolvidas operações como o Projeto Sétima Colina, que contemplou, entre outras ações, a pintura de fachadas no eixo Cais do Sodré – Largo do Rato. Estas iniciativas incentivaram práticas de reabilitação integrada e estratégias de renovação da imagem urbana. Ainda assim, esses esforços revelaram-se insuficientes para inverter o processo de desertificação residencial ou travar a "decadência material" da área central. No início do século XXI, grande parte dos edifícios antigos de uso habitacional desta área permanecia degradado, subutilizado e cada vez mais exposto a pressões especulativas [3].

---

[1] CABRITA, A. R., AGUIAR, J., & APPLETTON, J. – **Manual de Apoio à Reabilitação de Edifícios do Bairro Alto.** Câmara Municipal de Lisboa e Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1992.
FRANCO, V. – Bairro Alto: uma intervenção em curso. Cadernos Municipais. **Revista de Acção Regional e Local**, 10(49), 1989, 14-17.
NOGUEIRA, A. Z., & DUARTE, M. I. – Bairro Alto: contribuição para o estudo de uma comunidade em trasnformação. Sociedade e Território. **Revista de Estudos Urbanos e Regionais**, 1(2), 1985, 14-28.
[2] BESSA, J. P. – Lisboa de Queda e Cal. Cadernos Municipais. **Revista de Acção Regional e Local**, 10(49), 1989, 5-8.
FERNANDES, J. M. – **Lisboa: arquitectura & património**. Livros Horizonte, 1989.
SANTOS, M. H. – **A Baixa Pombalina: passado e futuro** (2.ª Ed.). Livros Horizonte, 2005.
[3] AGUIAR, J. – Reabilitação ou fraude. **Revista Património**, 2, 2014, 56-69.
FERNANDES, J. M. – **7 anos de Lisboa – 1997-2004. Arquitectura, património, urbanismo, polémicas**. Livros Horizonte, 2005.

Ao longo deste período, a reabilitação de edifícios não dispôs de um enquadramento legislativo específico, ficando as intervenções sujeitas à regulamentação técnica então aplicável, nomeadamente ao RGEU (Decreto-Lei n.º 38 382). A aplicação deste regulamento aos edifícios existentes colocava dificuldades, em particular no que respeitava aos requisitos aplicáveis às partes comuns dos edifícios (*e.g.*, comunicações verticais) e ao interior das habitações (*e.g.*, pé-direito, dimensões dos compartimentos e vãos de iluminação e ventilação natural) [4].

No âmbito dos procedimentos administrativos, destaca-se a vigência do Decreto-Lei n.º 166/70, de 15 de abril, que determinava que as "obras de construção civil, de reconstrução, ampliação, alteração, reparação ou demolição de edificações" se encontravam sujeitas a licenciamento municipal (artigo 1.º). Este diploma consagrava um princípio de tutela administrativa *ex ante*, ou seja, baseado na verificação prévia por parte do município do cumprimento dos requisitos técnicos e urbanísticos aplicáveis, independentemente de se tratar de uma intervenção no interior ou no exterior do edifício. Apenas as "obras simples de conservação, de reparação ou de limpeza" que não implicassem uma "modificação da estrutura das fachadas, da forma dos telhados, da natureza e da cor dos materiais de revestimento exterior" ficavam excluídas da necessidade de licenciamento, configurando um primeiro reconhecimento de operações de pequena escala que, pela sua natureza pouco intrusiva, não justificavam a existência de um processo de licenciamento completo.

Em 1991, a aprovação do Regime de Licenciamento de Obras Particulares (Decreto-Lei n.º 445/91, de 20 de novembro) manteve, no essencial, o enquadramento administrativo aplicável às obras no interior dos edifícios.

Com a publicação do RJUE, foi consagrado o princípio da proteção do existente, que permitiu maior flexibilidade na aplicação dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis às obras em edificações existentes (artigo 60.º). Nos termos deste princípio, as edificações construídas ao abrigo do direito anterior e as respetivas utilizações não eram afetadas por "normas legais e regulamentares supervenientes". Além disso, a concessão de licença ou autorização para a realização de obras de reconstrução ou alteração não podia ser recusada com fundamento em legislação posterior à construção original, desde que as obras não originassem ou agravassem desconformidades com as normas em vigor ou tivessem como resultado a melhoria das condições de segurança e salubridade da edificação. Este princípio não era, contudo, absoluto. Com efeito, o RGEU sujeitava expressamente às suas disposições as obras de reconstrução, ampliação, alteração e reparação, pelo que os respetivos requisitos continuavam a ter de ser observados nos espaços ou elementos intervencionados.

HOLTON, K. D. – Lisboa 94, Capital Europeia da Cultura. In S. Castelo-Branco & J. F. Branco (Eds.), **Vozes do Povo: A folclorização em Portugal** (pp. 171-187). Etnográfica Press, 2003.
SANTOS, M. H. – **A Baixa Pombalina: passado e futuro** (2.ª Ed.). Livros Horizonte, 2005.
SEIXAS, J. (Coord.) – **Diagnóstico Sócio-urbanístico da Cidade de Lisboa – Uma perspectiva censitária 2001**. Câmara Municipal de Lisboa, 2004.

[4] PEDRO, J. B. – **Exigências funcionais da habitação e da edificação em conjunto aplicáveis às obras em edifícios existentes – Análise comparativa entre a Portaria n.º 304/2019 e o RGEU**. Encore 2020 – 4.º Encontro de Conservação e Reabilitação de Edifícios, 2020.

2004-2014 – A crise e a reformulação do enquadramento legislativo

No início do século XXI, o centro histórico de Lisboa atravessou uma transição no âmbito das políticas de reabilitação urbana, marcada pela extinção dos GTL e pela criação das Sociedades de Reabilitação Urbana (SRU), instituídas pelo Decreto-Lei n.º 104/2004. Esta mudança tem sido interpretada como o início de uma "viragem neoliberal" [5]. Na sequência da crise económica de 2008, foi adotado um conjunto de medidas legislativas que incluiu a regulamentação do Alojamento Local, a criação do regime fiscal dos residentes não habituais, alterações ao regime do arrendamento urbano e a introdução dos denominados "Vistos Gold", reforçando uma orientação assente na dinamização do mercado e na captação de capital estrangeiro [6].

Em linha com estas transformações legislativas, foi aprovada a "Estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa – 2011-2024", na sequência da qual foi definida a Área de Reabilitação Urbana de Lisboa, que abrange o eixo em análise. Este período registou uma intensificação dos processos de *gentrificação* e *turistificação*. Assistiu-se também ao "regresso ao centro" de jovens qualificados e de estudantes, bem como à crescente presença de residentes estrangeiros de elevado poder aquisitivo, nomeadamente em bairros como o Bairro Alto, o Príncipe Real, o Chiado e o Cais do Sodré. Estas dinâmicas ocorreram num contexto marcado por investimentos privados, como o da EastBanc, e por instrumentos públicos, como o Plano de Pormenor de Salvaguarda da Baixa Pombalina (2011). É também um período marcado por alertas para riscos de expulsão de residentes com menor poder de compra, para a consequente perda de identidade social e para a transformação das zonas históricas em produtos meramente turísticos [7].

Neste período, destacaram-se ainda duas alterações legislativas diretamente relacionadas com a reabilitação. O Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, aprovou o Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), cujos objetivos incluíam a reabilitação de edifícios degradados ou funcionalmente desadequados e a melhoria das condições de habitabilidade e funcionalidade do parque imobiliário urbano. Atendendo às especificidades da intervenção em edifícios existentes, o RJRU estabeleceu um conjunto de princípios gerais aos quais deve obedecer a política de reabilitação urbana.

A segunda alteração correspondeu à publicação do Decreto-Lei n.º 53/2014, de 8 de abril, que estabeleceu o Regime Excecional e Temporário a Aplicar à Reabilitação de Edifícios ou de Frações (RERE), com o objetivo de acelerar a reabilitação do parque edificado. Este

---

[5] AGUIAR, J. – Reabilitação ou fraude. **Revista Património**, 2, 2014, 56-69.
MENDES, L., CARMO, A., & MALHEIROS, J. – Gentrificação transnacional, novas procuras globais e financeirização do mercado de habitação em Lisboa. In A. C. Santos (Ed.), **A nova questão da habitação em Portugal** (pp. 111-141). Conjuntura Actual Editora, 2019.

[6] *Ibid*, p.136.

[7] AGUIAR, J. – Reabilitação ou fraude. **Revista Património**, 2, 2014, 56-69.
COSTA, P., & MAGALHÃES, A. – Novos tempos. Nova Vida. Novo centro? Dinâmicas e desafios para uma vida nova do centro histórico de Lisboa. **Rossio. Estudos de Lisboa**, (4), 2014, 16-27.
LOPES, R. – Bairro Alto ao Cais do Sodré. Criatividade, informalidade e recomposição física, social, funcional e económica. **Rossio. Estudos de Lisboa**, (4), 2014, 80-93.
QUATERNAIRE – **Novas dinâmicas urbanas no centro histórico de Lisboa**, 2017.
SILVA, J. – Património, reputação e criação de valor. Um fundo imobiliário no Príncipe Real. **Rossio. Estudos de Lisboa**, (4), 2014, 118-129.

regime dispensou determinadas operações de reabilitação da observância de diversas normas técnicas, incluindo uma parte significativa dos requisitos espaço-funcionais estabelecidos pelo RGEU. As intervenções não podiam, contudo, originar novas desconformidades, nem agravar as existentes, devendo sempre contribuir para a melhoria das condições de segurança e salubridade do edifício ou fração.

2015-2025 – A intensificação da reabilitação e do turismo

Neste período, consolidou-se e intensificou-se a atividade de reabilitação dos edifícios antigos nas freguesias centrais da cidade de Lisboa (*e.g.*, Misericórdia, Santa Maria Maior e Santo António). Os edifícios antigos, em particular, de uso habitacional destas zonas da cidade apresentavam uma conjugação de condições favoráveis à sua conversão para usos turísticos, nomeadamente a concentração de edifícios devolutos ou degradados, a existência de tipologias facilmente convertíveis em alojamento turístico e, simultaneamente, a dificuldade de adaptação de algumas frações às exigências da habitação contemporânea permanente [8]. Estas características conjugaram-se com o rápido crescimento do Alojamento Local [9], com o aumento da procura imobiliária por parte de compradores internacionais de elevado poder aquisitivo, com o investimento estrangeiro concentrado nestas áreas [10] e com a *financeirização* da habitação. Em conjunto, estes fatores impulsionaram intervenções destinadas à instalação de hotéis, *hostels* e apartamentos de luxo, contribuindo para a subida dos preços e para a intensificação dos processos de *gentrificação* e *turistificação* [11].

Nas áreas de contenção, o Regulamento Municipal do Alojamento Local apenas previa a possibilidade de autorizar excecionalmente novos registos de AL, designadamente quando respeitassem a operações de reabilitação de edifícios em ruínas ou à reabilitação integral de

---

[8] QUATERNAIRE – **Novas dinâmicas urbanas no centro histórico de Lisboa**, 2017, p. 5.

[9] GAGO, A., & COCOLA-GANT, A. – O alojamento local e a gentrificação turística em Alfama, Lisboa. In A. C. Santos (Ed.), **A nova questão da habitação em Portugal** (pp. 143-170). Conjuntura Actual Editora, 2019.
FERNANDES, J., CARVALHO, L., CHAMUSCA, P., GAGP, A., & MENDES, T. – **Lisboa e a Airbnb**. Book Cover Editora, 2019.

[10] MENDES, L., CARMO, A., & MALHEIROS, J. – Gentrificação transnacional, novas procuras globais e financeirização do mercado de habitação em Lisboa. In A. C. Santos (Ed.), **A nova questão da habitação em Portugal** (pp. 111-141). Conjuntura Actual Editora, 2019.

[11] CORREIA, R., GUERREIRO, R., & BRANDÃO, F. – Quais são as zonas de Lisboa com altas densidades de anúncios Airbnb? **Rossio. Estudos de Lisboa**, 10, 2024, 222-237.
FERNANDES, J., CARVALHO, L., CHAMUSCA, P., GAGP, A., & MENDES, T. – **Lisboa e a Airbnb**. Book Cover Editora, 2019.
LESTEGÁS, I., LOIS-GONZÁLEZ, R., & SEIXAS, J. – The global rent gap of Lisbon's historic centre. **International Journal of Sustainable Development and Planning**, 13(4), 2018, 683-694.
MENDES, L., CARMO, A., & MALHEIROS, J. – Gentrificação transnacional, novas procuras globais e financeirização do mercado de habitação em Lisboa. In A. C. Santos (Ed.), **A nova questão da habitação em Portugal** (pp. 111-141). Conjuntura Actual Editora, 2019.
SANTOS, T., PEREIRA, M., VELEZ, S., & ÁLVARO, C. – Dinâmicas de reabilitação em edifícios devolutos públicos na cidade de Lisboa (2009-2018). **Atas do XVI Colóquio Ibérico de Geografia**, 2018, 208-216.
SANTOS, T., PEREIRA, M., VELEZ, S., & ÁLVARO, C. – Reabilitação de edifícios devolutos na cidade de Lisboa (2009 2018): Situação nas freguesias de Santa Maria Maior e das Avenidas Novas. **Atas do 25.º Congresso da APDR**, 2018, 499-505.
VICENTE, M., ANDRÉ, P., & PEDRO, J. B. – O alojamento local e a reabilitação de edifícios habitacionais em Lisboa: exploração a partir de casos na Sétima Colina. In P. André (Ed.), **Antologia de Ensaios. Laboratório Colaborativo: Dinâmicas Urbanas, Património, Artes – IX Seminário de Investigação, Ensino e Difusão** (pp. 289-311). DINÂMIA'CET-ISCTE, 2023.

edifícios totalmente devolutos há mais de três anos (Aviso n.º 17706-D/2019, artigos 5.º e 6.º). Não obstante, os estudos consultados indicam que as intervenções realizadas, maioritariamente sem apoio técnico especializado [12], tenderam a privilegiar a adaptação ao uso turístico em detrimento da preservação informada da pré-existência, contrariando princípios de flexibilidade e reversibilidade defendidos para tipologias históricas como as pombalinas [13].

Em 2019, atendendo às especificidades da reabilitação de edifícios antigos, foi publicado o Regime Aplicável à Reabilitação de Edifícios ou Frações Autónomas (RAREFA), pelo Decreto-Lei n.º 95/2019, de 18 de julho. Este regime estabeleceu um enquadramento legal específico para a reabilitação de edifícios ou frações destinados a ser total ou predominantemente afetos ao uso habitacional. Definiu também três princípios fundamentais da reabilitação: *i)* proteção e valorização do existente; *ii)* sustentabilidade ambiental; e *iii)* melhoria proporcional e progressiva das condições de habitabilidade e desempenho. Regulamentado por um conjunto de portarias, este regime procurou conciliar as exigências de uso, segurança, conforto e eficiência energética com o respeito pelas características construtivas e arquitetónicas da pré-existência. Com a entrada em vigor do RAREFA, o RERE foi revogado, passando-se de um regime temporário de dispensa de requisitos para um enquadramento permanente assente na melhoria proporcional e progressiva das condições de habitabilidade e desempenho dos edifícios.

Dinâmicas de intervenção além-fachada entre 1975 e 2025

Para analisar os registos relativos às intervenções realizadas no interior dos edifícios antigos de uso habitacional do eixo Cais do Sodré – Largo do Rato, foram consultados, no Arquivo Municipal de Lisboa, os Processos de Obra relativos a 110 edifícios, num total de 631 volumes. A análise incidiu sobre os eventos registados no período entre 1975 e 2025. A natureza e a quantidade da informação disponível para cada edifício variaram substancialmente.

As entradas dos Processos de Obra correspondentes a eventos relacionados com os edifícios ou as frações habitacionais foram classificadas segundo a codificação apresentada na Tabela 1. No caso dos projetos e das obras concluídas, registou-se ainda o respetivo âmbito: a totalidade do edifício, uma ou mais frações ou apenas as partes comuns. No total, foram codificados 1636 eventos.

[12] CRUZ, T. – **O impacto do alojamento local na reabilitação urbana em Lisboa** [Tese de Mestrado]. Instituto Superior Técnico, 2016.

[13] GAGO, C. – **Contemporary Renovation of 19th Century Housing in Lisbon, Oporto and Geneva: Comfort, Typology and Urban Character** [Tese de Doutoramento]. Instituto Superior Técnico e École Polytechnique Federale de Lausanne, 2015.
GAGO, C. – Housing and Contemporaneity: Recent Renovations in Lisbon's Baixa Pombalina. **Docomomo Journal**, 55(2), 2016, 66-73.

Tabela 1 – Codificação das entradas nos Processos de Obra em categorias e indicadores
(Elaborado pelos autores)

Categorias	*Indicadores*
Obras de Conservação [CONS]	Obra de Conservação [CON]
	Obra de Reparação [REP]
	Obra de Beneficiação [BEN]
Avaliação do Estado de Conservação [AEC]	Avaliação e Determinação do Nível de Conservação do Imóvel antes [ADNCI-AO] ou depois [ADNCI-PO] da obra
Projetos de Reabilitação [PROJ]	Comunicação Prévia [CP]
	Pedido de Informação Prévia [PIP]
	Licenciamento [L]
Parecer do Património [PP]	Parecer positivo [PPP] ou negativo [PPN] da entidade responsável pelo património relativamente a um projeto
Telas Finais [TF]	Entrega das Telas Finais de projeto de alteração ou ampliação de edifício ou fração [TFALT-E; TFALT-F; TFAMP-E; …]
Obras de Reabilitação Concluídas [REAB]	Obra de Alteração do edifício [ALT-E] ou da fração [ALT-F]
	Obra de Ampliação do edifício [AMP-E] ou da fração [AMP-F]
	Obra de Reconstrução [REC]
	Obra de Alteração e Ampliação [ALTAMP]
Obras de Reabilitação Comparticipada [ORC]	RECRIA [ORC]
Ocupação da Via Pública [OVP]	Pedido e emissão de licença para ocupação da via pública [OVP]
Obras Ilegais [OBRA ILEGAL]	Vistoria [VOI]
	Queixa/denúncia [QOI]
	Embargo [EOI]
Processo de Obras Coercivas [POC]	Posse Administrativa [PA]
	Realização de Obras Coercivas [ROC]
Proprietário Não Identificado [PNI]	Comunicação dos serviços da CML ou da Polícia Municipal que atesta a impossibilidade de identificar o proprietário do edifício ou fração [PNI-E; PNI-F]
Intimações para Obras [IO]	Intimação para a realização de obras no edifício [IO-E], nas partes comuns [IO-PC] ou numa fração [IO-F]
Mau Estado de Conservação [DEG]	Vistorias [VDEG]
	Queixas de Segurança e Salubridade [QSS]
Adoção de medidas de segurança contra incêndio [SCI]	Vistoria [V-SCI]
	Intimação para a adoção de medidas [IO-SCI]
Edifícios devolutos [DEV]	Vistoria que atesta o estado devoluto de um edifício [V-DEV]
Alterações à propriedade [PROP]	Vistoria que atesta a existência de frações autónomas [VPH]
	Certificado de Propriedade Horizontal [CPH]
Transações [TRANS]	Compra, venda ou transmissão por herança de edifícios [CVC-E]
	Compra, venda ou transmissão por herança de frações autónomas [CVC-F]
Alojamento Local [AL]	Registo de fração em regime de Alojamento Local [RAL-F]
	Registo de edifício em regime de Alojamento Local [RAL-E]
Outros eventos administrativos [OUTROS]	Emissão de alvará de obra [AO]
	Pedido e emissão de licenças de utilização [PLU]
	Vistorias relacionadas com utilização [VU]
	Alteração de uso sem obra [LALT]
	Revogação de processo de intimação para a realização de obras [RIO]

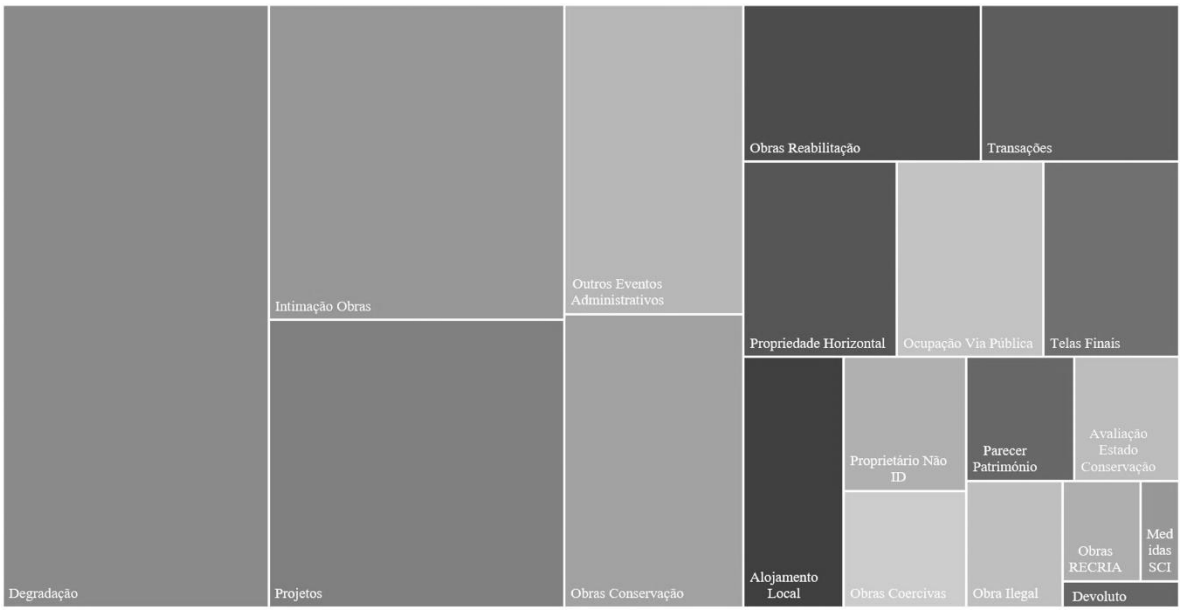


Figura 1 – Distribuição dos eventos registados nos Processos de Obra de 110 edifícios
(Elaborado pelos autores)

A Figura 1 apresenta a frequência absoluta dos vários eventos registados (Tabela 1). A partir da análise desta distribuição, é possível verificar que, apesar da dispersão de eventos, as categorias "Mau Estado de Conservação" e "Intimações para Obras" concentram o número mais elevado de ocorrências, com um total de 370 e 215 eventos registados, respetivamente, representando quase 36% do total de eventos codificados. As categorias de eventos que se seguem – "Projetos", "Obras de Conservação" e "Obras de Reabilitação Concluídas" – sugerem a existência de um padrão de resposta ao mau estado de conservação dos edifícios. Com efeito, em mais de metade dos edifícios analisados (n = 61) verifica-se a existência de um padrão composto por três eventos: *i*) queixas de segurança ou salubridade e/ou a realização de uma vistoria que atesta a degradação de um edifício, fração ou parte comum; *ii*) intimação da CML ao proprietário para a realização de obras com o objetivo de resolver os problemas identificados na vistoria; e *iii*) a realização de obras de conservação, reparação, beneficiação ou reabilitação.

No que respeita às intervenções realizadas nos edifícios analisados e registadas nos Processos de Obra, as "Obras de Conservação" apresentam maior expressão (n = 121), seguindo-se as "Obras de Reabilitação Concluídas" (n = 86). Os "Processos de Obras Coercivas" (n = 33) e as "Obras de Reabilitação Comparticipada" (n = 18), designadamente através do RECRIA, apresentam uma expressão significativamente menor.

Ao analisar o total de eventos codificados em cada ano do período em análise (Figura 2), identificam-se quatro anos (*i.e.*, 1988, 1991, 2003 e 2015) em que o número de eventos registados ultrapassa os 50 eventos.

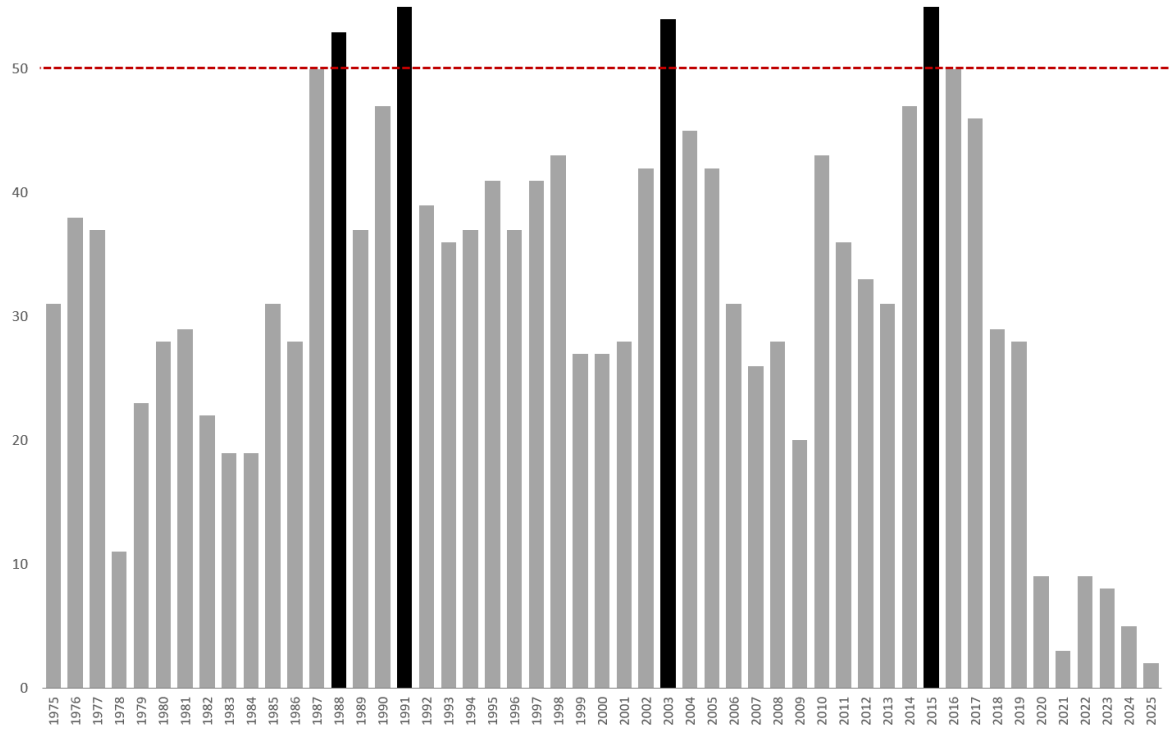


Figura 2 – Total de eventos registados por ano (1975-2025)
(Elaborado pelos autores)

Estes picos permitem identificar três períodos de concentração de eventos. O primeiro, entre 1987 e 1991, é dominado por queixas e vistorias relativas ao mau estado de conservação dos edifícios e pelas subsequentes intimações para a realização de obras. Mais de metade dos 110 edifícios analisados (n = 61) tem, durante este período, pelo menos um registo relacionado com o mau estado de conservação. É também entre 1987 e 1991 que os eventos classificados nas categorias "Mau Estado de Conservação" e "Intimações para Obras" atingem a maior concentração de registos ao longo dos anos analisados (Figura 3). Embora se situe fora deste período de concentração, o pico dos eventos relacionados com a realização de obras coercivas ocorre no ano seguinte, em 1992 (Figura 3). Este pico mais tardio poderá estar relacionado com intimações emitidas nos anos anteriores que, por não terem produzido o efeito pretendido, terão dado origem a processos de realização de obras coercivas.

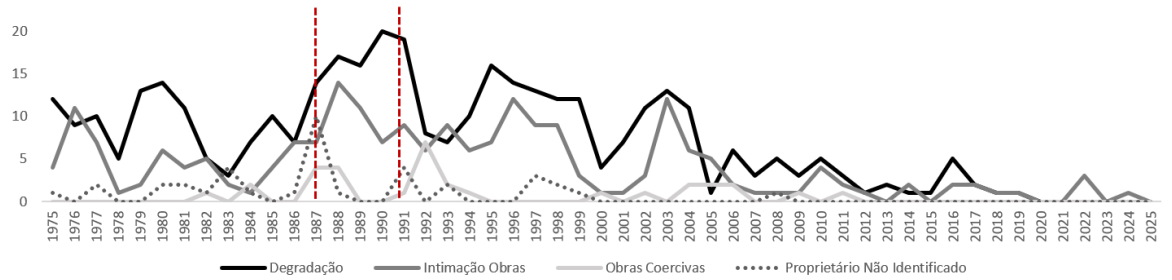


Figura 3 – Evolução dos eventos registados nas categorias "Mau Estado de Conservação", "Intimações para Obras" e "Processos de Obras Coercivas" e "Proprietário Não Identificado", entre 1975 e 2025
(Elaborado pelos autores)

Neste contexto, destaca-se também a realização de "Obras de Reabilitação Comparticipada". Embora estas tenham uma expressão reduzida no conjunto dos 1636 eventos codificados – apenas 18 correspondem a obras concluídas com comparticipação do RECRIA, 13 dessas operações concentraram-se entre 1990 e 1996. Com efeito, em 1994, as obras concluídas através do RECRIA foram mais numerosas do que as obras de reabilitação ou de conservação. Esta concentração poderá estar relacionada com o investimento da CML na divulgação, junto dos proprietários intimados, da possibilidade de recorrer a este programa para comparticipar as obras nos seus imóveis.

O segundo pico abrange o período entre 2002 e 2005 e caracteriza-se pela intensa atuação da CML, marcada pela realização de vistorias e pela subsequente intimação dos proprietários para a realização de obras. Enquanto, entre 1987 e 1991, os autos de vistoria davam conta de edifícios em avançado estado de degradação, entre 2002 e 2005 a CML realizou vistorias e intimou proprietários a executar obras em imóveis que se encontravam frequentemente em razoável estado de conservação e que se localizavam num território onde, segundo a documentação municipal, se "pretende desenvolver uma intervenção sistemática de reabilitação e valorização do património edificado" [14].

Contrariamente ao que aconteceu entre 1987 e 1991, entre 2002 e 2005 observa-se um aumento significativo da apresentação de projetos de reabilitação relativos a edifícios ou frações cujos proprietários haviam sido intimados. No mesmo período, destacam-se as alterações à propriedade, nomeadamente as "Transações" de imóveis e, sobretudo, a constituição de edifícios em propriedade horizontal, que atingiu o número máximo de registos em 2003.

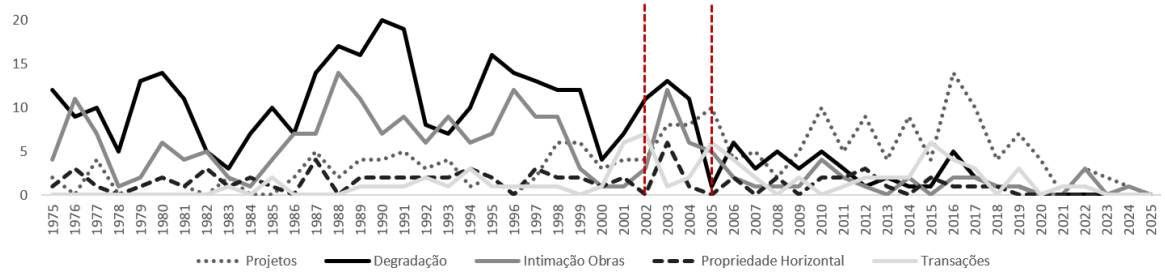


Figura 4 – Evolução dos eventos registados nas categorias "Projetos", "Mau Estado de Conservação", "Intimações para Obras", "Propriedade Horizontal" e "Transações", entre 1975 e 2025
(Elaborado pelos autores)

Embora não se integre nos três principais períodos de concentração identificados na análise longitudinal, importa considerar separadamente os dados relativos a 2010. Nesse ano, registou-se uma concentração de eventos associada sobretudo à entrada de projetos e à emissão dos correspondentes Pareceres do Património, mas também relativa a situações de degradação, intimações para a realização de obras e identificação de edifícios devolutos. A relativa proximidade temporal do pico de 2002-2005 poderá sugerir que alguns dos projetos apresentados nesse período poderão não se ter concretizado ou a respetiva conclusão poderá

[14] Obra n.º 20666, Volume 6, Processo n.º 23/I/ORGUP/05, folha n.º 1.

não ter ficado documentada nos Processos de Obra. A entrada de novos projetos através de procedimentos de licenciamento ou comunicação prévia em 2010, acompanhada pela persistência de eventos relacionados com a degradação dos edifícios, sugere que os esforços anteriores não tinham ainda permitido resolver parte das situações identificadas.

Por fim, o terceiro pico de concentração de eventos ocorreu entre 2014 e 2017 (Figura 5). Este pico é dominado pelo registo de frações em regime de "Alojamento Local" – fenómeno em ascensão desde o ano 2012, pela submissão de projetos de reabilitação, pela conclusão de obras de reabilitação e pelos eventos relacionados com a compra e venda de edifícios ou frações habitacionais (*i.e.*, "Transações"). Pelo tipo de eventos que concentra, este terceiro pico atesta uma mudança significativa no eixo em análise: a passagem de um contexto dominado pela degradação do património edificado e pelo esforço administrativo para promover a sua recuperação para outro marcado pela reabilitação, transação e orientação turística dos edifícios e das frações. É no ano 2016 que se verifica o maior número de registos anuais relacionados com a submissão de projetos por licenciamento ou comunicação prévia.

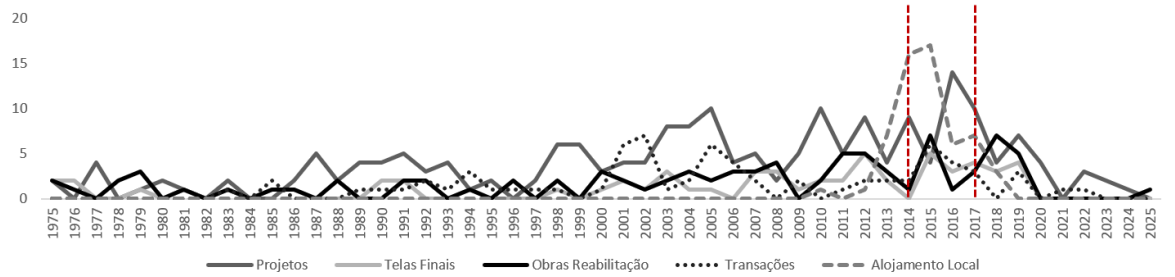


Figura 5 – Evolução dos eventos registados nas categorias "Projetos", "Telas Finais", "Obras de Reabilitação Concluídas", "Transações" e "Alojamento Local", entre 1975 e 2025
(Elaborado pelos autores)

Importa ainda analisar a evolução dos eventos relacionados com a realização de obras em edifícios ou frações (*i.e.*, categorias "Obras de Conservação" e "Obras de Reabilitação Concluídas"), bem como a sua articulação com a submissão de projetos no âmbito de procedimentos de licenciamento ou de comunicação prévia (*i.e.*, categoria "Projetos").

A Figura 6 ilustra a evolução das dinâmicas de intervenção nos edifícios em análise ao longo das cinco décadas em estudo. Evidencia-se a transição de uma prática assente nas intervenções de conservação para outra marcada pelo aumento da submissão de projetos e da conclusão de obras de reabilitação. Com efeito, entre 1975 e o final dos anos 1990, as intervenções são dominadas pelas obras de conservação, com picos em 1977, 1985 e 1991, enquanto o registo de obras de reabilitação concluídas permanece residual. Esta situação inverte-se a partir do início do século XXI, período em que os projetos ganham maior expressão e atingem o número máximo de registos em 2016, com 14 ocorrências. A maior expressão dos projetos é acompanhada por um aumento das obras de reabilitação concluídas. O desfasamento entre os picos de submissão de projetos e os de conclusão de obras de reabilitação, situados um ou mais anos depois, é compatível com o habitual hiato temporal entre a submissão dos projetos e a execução e conclusão das obras.

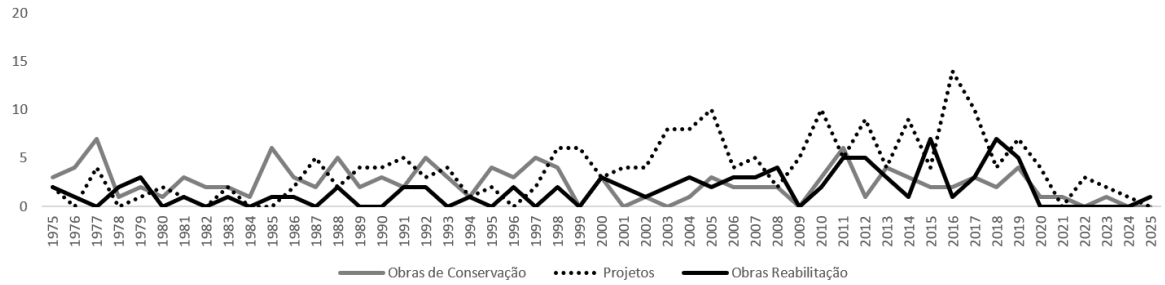


Figura 6 – Evolução dos eventos registados nas categorias "Obras de Conservação", "Projetos" e "Obras de Reabilitação Concluídas", entre 1975 e 2025
(Elaborado pelos autores)

Discussão dos resultados à luz da evolução urbana e legislativa

A análise longitudinal dos 110 Processos de Obra permitiu interpretar os eventos registados à luz das transformações urbanas, políticas e legislativas que marcaram o centro histórico de Lisboa ao longo das últimas cinco décadas. O confronto dos dados recolhidos com as dinâmicas urbanas e com o enquadramento jurídico revelou que as dinâmicas de intervenção não foram homogéneas e permitiu distinguir três períodos, evidenciando a passagem de uma dinâmica centrada na contenção da degradação física para outra marcada pela crescente pressão do mercado imobiliário e turístico.

1975-2003

O período compreendido entre meados da década de 1970 e o início do século XXI surge, na literatura analisada, como marcado declínio socioeconómico, pelo esvaziamento demográfico e pela degradação física do parque habitacional. Os dados empíricos recolhidos nos Processos de Obra corroboram esta leitura: o pico de eventos registado entre 1987 e 1991 é dominado por ocorrências relacionadas com o mau estado de conservação e pelas consequentes intimações para a realização de obras. Até ao início do século XXI, as intervenções registadas consistiam sobretudo em "Obras de Conservação", enquanto as "Obras de Reabilitação" permaneciam residuais.

A predominância das obras de conservação e a reduzida expressão das obras de reabilitação devem ser interpretadas, em primeiro lugar, à luz do contexto económico e social deste período. O congelamento das rendas, o esvaziamento demográfico, o envelhecimento e o empobrecimento da população residente limitaram a procura habitacional e a capacidade económica para promover intervenções mais profundas. A estas condições somaram-se práticas especulativas associadas, em alguns casos, à manutenção de imóveis devolutos ou degradados. Os picos de obras de conservação registados em 1977, 1985 e 1991 refletem, assim, uma intervenção centrada sobretudo na reparação e manutenção dos edifícios. Também os programas públicos de cofinanciamento, como o RECRIA, tiveram uma expressão reduzida nos Processos analisados, não sendo suficientes para alterar esta dinâmica.

No plano legislativo, apesar da emergência das primeiras políticas e programas de reabilitação, não existia ainda um regime próprio para a intervenção em edifícios existentes, permanecendo estas obras sujeitas à regulamentação técnica geral, nomeadamente ao RGEU.

Os requisitos deste regulamento, estabelecidos num contexto em que predominava a construção nova, podiam introduzir dificuldades adicionais em algumas intervenções, ainda que não devam ser entendidos como a principal causa do reduzido dinamismo da reabilitação neste período.

2004-2014

Na primeira década do século XXI, a estratégia de gestão do centro histórico conheceu uma rutura, que a literatura associa ao início da "viragem neoliberal". A extinção dos GTL e a criação e progressiva generalização das SRU constituem manifestações desta mudança.

Na análise dos Processos de Obra, a transição entre o primeiro e o segundo períodos é assinalada pelo pico de eventos registado entre 2002 e 2005, dominado pelas vistorias e intimações promovidas pela CML. Ao contrário do observado entre 1987 e 1991, estas ações já não incidiam predominantemente sobre edifícios em avançado estado de degradação, mas também sobre imóveis em razoável estado de conservação, localizados em áreas onde o município pretendia promover uma intervenção sistemática de reabilitação e valorização do património edificado. As intimações foram acompanhadas por um aumento da submissão de projetos de reabilitação, indiciando uma maior dinamização dos processos de intervenção.

No plano administrativo, esta transição coincidiu com a aplicação do RJUE, que introduziu alterações relevantes no enquadramento das obras: *i*) consagrou o princípio da proteção do existente, condicionando a aplicação de normas supervenientes às edificações construídas ao abrigo do direito anterior; e *ii*) sujeitou à comunicação prévia as obras de alteração no interior de edifícios não classificados que não afetassem a estrutura resistente, as cérceas, as fachadas ou a forma dos telhados. Estas alterações procuraram tornar os procedimentos mais céleres, embora os dados analisados não permitam estabelecer uma relação causal direta entre a entrada em vigor do RJUE e o aumento da submissão de projetos. Em 2014, o RERE aprofundou a flexibilização do enquadramento técnico, dispensando expressamente determinadas operações de reabilitação do cumprimento de várias normas técnicas aplicáveis à construção.

2015-2025

Entre 2015 e 2025, consolidou-se uma mudança significativa nas dinâmicas socioeconómicas e de intervenção no eixo estudado. A leitura analisada descreve a passagem de um contexto dominado pela degradação dos edifícios antigos de uso habitacional e pela atuação administrativa destinada a promover a sua recuperação para outro caracterizado por uma intensa dinâmica imobiliária e por processos de *gentrificação*, *turistificação* e *financeirização* da habitação.

Na análise dos Processos de Obra, a transição para este terceiro período é assinalada pelo pico de eventos registado entre 2014 e 2017. Esta concentração caracteriza-se pela convergência de quatro fenómenos: o crescimento dos registos de Alojamento Local, o aumento das transações imobiliárias, o aumento da submissão de projetos e a conclusão de obras de reabilitação. Verifica-se, assim, uma inversão da tendência observada no primeiro período: as obras de conservação deixam de predominar, enquanto os projetos e as obras de reabilitação ganham maior expressão. A submissão de projetos atingiu o valor máximo em 2016.

A análise dos Processos de Obra não permite, contudo, conhecer todas as intervenções efetivamente realizadas no interior das frações. Os estudos anteriores indicam que uma parte significativa destas intervenções ocorreu sem apoio técnico especializado e foi orientada para o uso turístico e para a rentabilidade imediata. O confronto entre esta leitura e a informação disponível nos Processos de Obra sugere que terão ocorrido intervenções que não se encontram neles documentadas, embora não seja possível quantificá-las.

A publicação do RAREFA, em 2019, representa uma resposta legislativa às especificidades da reabilitação de edifícios e frações de uso habitacional. Ao consagrar o princípio da melhoria proporcional e progressiva, este regime procurou conciliar a melhoria das condições de habitabilidade e desempenho com a proteção e valorização da pré-existência. A escassez de informação disponível nos Processos de Obra para o período entre 2020 e 2025 não permite, contudo, avaliar os seus efeitos nas intervenções realizadas.

Considerações finais

A análise articulada da evolução das dinâmicas urbanas, do enquadramento legislativo e dos eventos registados nos Processos de Obra analisados permitiu distinguir três períodos nas dinâmicas de intervenção nos edifícios antigos de uso habitacional do eixo Cais do Sodré – Largo do Rato. Num primeiro período (1975-2003), predominaram os registos relativos à degradação do edificado, às intimações municipais e às obras de conservação; num segundo período (2004-2014), intensificou-se a submissão de projetos de reabilitação, em paralelo com a reformulação do enquadramento legislativo; no terceiro período (2015-2025), as obras de reabilitação passaram a assumir maior expressão, num contexto marcado pelo crescimento do Alojamento Local e pela intensificação das transações imobiliárias. Esta evolução evidencia a passagem de uma dinâmica centrada na contenção da degradação para outra orientada para a transformação e valorização imobiliária dos edifícios.

Estes resultados devem, contudo, ser considerados à luz das limitações do estudo. A delimitação geográfica condiciona a generalização dos resultados a outras áreas da cidade. A natureza e a quantidade da informação variam entre edifícios, e os Processos de Obra não permitem identificar todas as intervenções isentas de controlo prévio ou realizadas ilegalmente. Acresce que a menor quantidade de informação disponível entre 2020 e 2025 condiciona a caracterização das dinâmicas mais recentes.

Não obstante estas limitações, o principal contributo do ensaio consiste em articular a análise de 110 Processos de Obra com as dinâmicas urbanas do eixo em análise e com a evolução do enquadramento legislativo aplicável à reabilitação ao longo de cinco décadas. É nesta capacidade de converter registos administrativos dispersos numa leitura histórica das relações entre edifício, legislação e cidade que reside o valor da *arqueologia administrativa*.

Agradecimentos

O ensaio enquadra-se numa investigação em curso, conducente à tese de doutoramento com o título "Culturas de reabilitação de edifícios antigos (1975-2025): o caso do eixo Cais do Sodré – Largo do Rato", a apresentar no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. O estudo é desenvolvido no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I. P., com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (bolsa de doutoramento com a referência https://doi.org/10.54499/2022.13799.BD).

Bibliografia

AGUIAR, J. – Reabilitação ou fraude. **Revista Património**. 2 (2014) 56-69.

BESSA, J. P. – Lisboa de Queda e Cal. **Cadernos Municipais. Revista de Acção Regional e Local**. 10:49 (1989) 5-8.

CABRITA, A. R.; AGUIAR, J.; APPLETON, J. – **Manual de Apoio à Reabilitação de Edifícios do Bairro Alto**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa e Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1992.

CORREIA, R.; GUERREIRO, R.; BRANDÃO, F. – Quais são as zonas de Lisboa com altas densidades de anúncios Airbnb? **Rossio. Estudos de Lisboa**. 10 (2024) 222-237.

COSTA, P.; MAGALHÃES, A. – Novos tempos. Nova Vida. Novo centro? Dinâmicas e desafios para uma vida nova do centro histórico de Lisboa. **Rossio. Estudos de Lisboa**. 4 (2014) 16-27.

CRUZ, T. – **O impacto do alojamento local na reabilitação urbana em Lisboa**. Lisboa: Instituto Superior Técnico, 2016. Dissertação de mestrado.

FERNANDES, J.; CARVALHO, L.; CHAMUSCA, P.; GAGO, A.; MENDES, T. – **Lisboa e a Airbnb**. [S.L.]: Book Cover Editora, 2019.

FERNANDES, J. M. – **7 anos de Lisboa – 1997-2004. Arquitectura, património, urbanismo, polémicas**. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

FERNANDES, J. M. – **Lisboa: arquitectura & património**. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

FRANCO, V. – Bairro Alto: uma intervenção em curso. **Cadernos Municipais. Revista de Acção Regional e Local**. 10:49 (1989) 14-17.

GAGO, A.; COCOLA-GANT, A. – O alojamento local e a gentrificação turística em Alfama, Lisboa. *In* SANTOS, A. C. (ed.) – **A nova questão da habitação em Portugal**. [S.L.]: Conjuntura Actual Editora, 2019. p. 143-170.

GAGO, C. – **Contemporary Renovation of 19th Century Housing in Lisbon, Oporto and Geneva: Comfort, Typology and Urban Character**. Lisboa: Instituto Superior Técnico e École Polytechnique Fédérale de Lausanne, 2015. Tese de doutoramento.

GAGO, C. – Housing and Contemporaneity: Recent Renovations in Lisbon's Baixa Pombalina. **Docomomo Journal**. 55:2 (2016) 66-73.

HOLTON, K. D. – Lisboa 94, Capital Europeia da Cultura. *In* CASTELO-BRANCO, S.; BRANCO, J. F. (eds.) – **Vozes do Povo: A folclorização em Portugal**. [S.L.]: Etnográfica Press, 2003. p. 171-187.

LESTEGÁS, I.; LOIS-GONZÁLEZ, R.; SEIXAS, J. – The global rent gap of Lisbon's historic centre. **International Journal of Sustainable Development and Planning**. 13:4 (2018) 683-694.

LOPES, R. – Bairro Alto ao Cais do Sodré. Criatividade, informalidade e recomposição física, social, funcional e económica. **Rossio. Estudos de Lisboa**. 4 (2014) 80-93.

MENDES, L.; CARMO, A.; MALHEIROS, J. – Gentrificação transnacional, novas procuras globais e financeirização do mercado de habitação em Lisboa. *In* SANTOS, A. C. (ed.) – **A nova questão da habitação em Portugal**. [S.L.]: Conjuntura Actual Editora, 2019. p. 111-141.

NOGUEIRA, A. Z.; DUARTE, M. I. – Bairro Alto: contribuição para o estudo de uma comunidade em transformação. **Sociedade e Território. Revista de Estudos Urbanos e Regionais**. 1:2 (1985) 14-28.

PEDRO, J. B. – Exigências funcionais da habitação e da edificação em conjunto aplicáveis às obras em edifícios existentes – Análise comparativa entre a Portaria n.º 304/2019 e o RGEU. *In ENCORE 2020* – **4.º Encontro de Conservação e Reabilitação de Edifícios**, 2020.

QUATERNAIRE – **Novas dinâmicas urbanas no centro histórico de Lisboa**. [S.L.]: Quaternaire, 2017.

SANTOS, M. H. – **A Baixa Pombalina: passado e futuro**. 2.ª Ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

SANTOS, T.; PEREIRA, M.; VELEZ, S.; ÁLVARO, C. – Dinâmicas de reabilitação em edifícios devolutos públicos na cidade de Lisboa (2009-2018). **Atas do XVI Colóquio Ibérico de Geografia** (2018) 208-216.

SANTOS, T.; PEREIRA, M.; VELEZ, S.; ÁLVARO, C. – Reabilitação de edifícios devolutos na cidade de Lisboa (2009-2018): Situação nas freguesias de Santa Maria Maior e das Avenidas Novas. **Atas do 25.º Congresso da APDR** (2018) 499-505.

SEIXAS, J. (coord.) – **Diagnóstico Sócio-urbanístico da Cidade de Lisboa – Uma perspectiva censitária 2001**. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2004.

SILVA, J. – Património, reputação e criação de valor. Um fundo imobiliário no Príncipe Real. **Rossio. Estudos de Lisboa**. 4 (2014) 118-129.

VICENTE, M.; ANDRÉ, P.; PEDRO, J. B. – O alojamento local e a reabilitação de edifícios habitacionais em Lisboa: exploração a partir de casos na Sétima Colina. *In* ANDRÉ, P. (ed.) – **Antologia de Ensaios. Laboratório Colaborativo: Dinâmicas Urbanas, Património, Artes – IX Seminário de Investigação, Ensino e Difusão**. Lisboa: DINÂMIA'CET-ISCTE, 2023. p. 289-311.

Identidade da Arquitetura Vernácula Timorense: o caso de Baucau

Virgínia Gusmão
DArq - EArtes, Universidade de Évora
reisvirginia34@gmail.com

Sofia Aleixo
IHC-CEHFCi-UÉ/DArq - EArtes, Universidade de Évora; CHAM/FCSH - Universidade Nova de Lisboa
saleixo@uevora.pt

Resumo: O presente artigo explora as habitações vernáculas timorenses, tipologia arquitectónica que se encontra em transformação acelerada, gerando uma perda das características que constituem a identidade tradicional. Procedeu-se ao estudo das habitações vernáculas ancestrais que ainda persistiam no território em levantamento efectuado em 2022, no sentido de identificar o que é identitário e único desta arquitectura. Doze habitações localizadas nos sucos do Município de Baucau permitiram compreender melhor as construções vernáculas timorenses, registando a situação de preservação à data, as transformações ocorridas, as condições de habitabilidade e os materiais e técnicas utilizados na sua construção.
Com as informações recolhidas e com os resultados obtidos contribui-se para a salvaguarda das habitações vernáculas timorenses, ao identificar os elementos identitários a valorizar em intervenções de adaptação e ampliação das habitações vernáculas timorenses.

Palavras-chave: Arquitetura Vernácula, Habitação, Preservação da Identidade, Timor-Leste

Introdução

A presente investigação[1] explora a autenticidade da arquitetura vernácula timorense enquanto valor identitário do país, considerando que estas habitações tradicionais são constituídas por materiais e técnicas construtivas transmitidas ao longo das gerações. Em 2022, embora em processo acelerado de transformação, ainda foi possível visitar algumas destas habitações no território de Timor, particularmente em Baucau. A problemática da gradual transformação e ampliação das construções tradicionais, como reflexo do modo de habitar contemporâneo das comunidades, de novos requisitos para as condições de habitabilidade e da integração de materiais importados, solicita uma reflexão que contemple um estudo sobre os modos e condições de vida das comunidades, a par dos materiais e das tecnologias tradicionais de construção.

O objetivo principal deste artigo é assim identificar e compreender as habitações vernáculas timorenses enquanto parte da identidade do país, identificando-as e compreendendo-as na actualidade, em que se observa uma descaracterização na generalidade das intervenções de adaptação. A metodologia definida para o presente trabalho de investigação encontra-se dividida em duas partes. A componente teórica permitiu identificar as características destas construções na literatura, através de recolha de informação escrita e desenhada sobre materiais e técnicas construtivas tradicionais. A componente prática, de trabalho de campo, selecionou 12 casos de estudo localizados no distrito de Baucau, para complementar o estudo teórico através do método comparativo entre o conhecimento registado na bibliografia e aquele que permanece no território. A observação no local, com o posterior registo vetorial em desenhos técnicos dos dados recolhidos sobre os edifícios, complementou-se com a transcrição de entrevistas aos habitantes das casas tradicionais, possibilitando a interpretação e análise dos dados para a obtenção de informação relevante para a salvaguarda da identidade deste património.

Arquitetura vernácula: Habitação

As habitações nativas timorenses caraterizam-se pela ancestralidade, tendo sido construídas com materiais orgânicos disponíveis nos locais de edificação e adaptando-se ao clima local. Constituem-se como habitações de autoconstrução, isto é, construídas pela própria família sem intervenção de técnicos nem de especialistas, uma vez que as técnicas são herdadas pelos antepassados e transmitidas de geração em geração[2]. Assim, a arquitetura vernácula timorense apresenta uma pluralidade de tipologias (ver Figura 1), que resulta de diferentes grupos étnicos, do clima, da topografia e da disponibilidade do material local[3].

---

[1] O trabalho que aqui se apresenta tem por base uma parte da investigação de uma dissertação concluída em 2023 no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura da Universidade de Évora.

[2] GUEDES [et al.]. **Arquitetura Sustentável em Timor-Leste: Manual de Boas Práticas**. Lisboa: IST Press, 2015.

[3] CINATTI, Ruy; ALMEIDA, Leopoldo de; MENDES, Sousa. **Arquitetura Timorense**. Lisboa: Direção Geral do Património Cultural, Museu Nacional de Etnologia: Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, 1987.

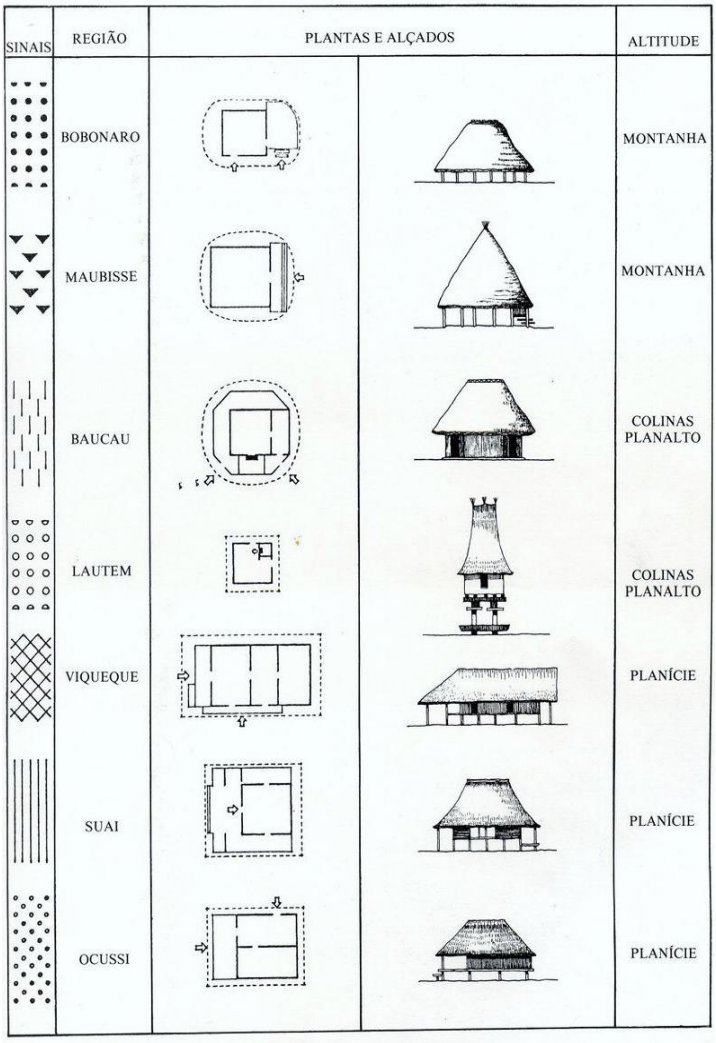


Figura 1. Tipologias da Arquitetura Vernácula Timorense.
Fonte: Cinatti et al. (1987, p. 79).

Na sua maioria, as habitações apresentam uma planta quadrangular. No caso de Baucau, a planta apresenta forma octognal ou retangular. Ao nível de organização espacial, podem possuir várias plataformas, de diferentes alturas, apresentam poucas divisões internas e observa-se a persistência de um espaço principal com lareira, o local das refeições e de convívio para a família.

As tipologias das habitações nativas, em geral, vistas a partir do exterior, apresentam coberturas inclinadas, de materiais vegetais. As paredes externas não são visíveis e são sobrelevadas do chão por diversos pilares de madeira. Na maioria das habitações vernáculas de Timor são utilizados materiais de origem vegetal e mineral (ver Figura 2).

As técnicas de construção das habitações nativas, em todo o território, apresentam técnicas muito semelhantes, sendo todos os materiais utilizados de origem autóctone [4].

Madeira	A madeira é muito usada nas estruturas de coberturas e de pavimentos (Guedes et al., 2015).
Bambu	O bambu é aplicado na construção de paredes e pavimentos, de forma espalmado e aberto longitudinalmente. (Guedes et al., 2015).
Capim	O capim é utilizado como revestimento das coberturas (Guedes et al., 2015).
Palapa (Família de palmeira)	As suas folhas são usadas como revestimento de coberturas, os pecíolos são usados para as paredes e pavimentos e o tronco serve para os vigamentos. (Guedes et al., 2015).
Gamúti (fibras negras de palmeira)	A gamuteira utiliza-se as suas fibras negras para o revestimento e coberturas (Guedes et al., 2015).
Pedra	A pedra é aplicada tradicionalmente nos embasamentos das habitações vernáculas. (Guedes et al., 2015).



Figura 2. Materiais tradicionais usados na Arquitetura vernácula timorense. Fonte: Autora.

Baucau: Habitações

As relações de parentesco definiam não só a espacialidade funcional interna das habitações vernáculas de Baucau, como o seu modo de agrupamento em pequenos núcleos. Observa-se mais do que uma tipologia, embora os materiais e técnicas construtivas sejam muito semelhantes às outras habitações do território timorense[5].

Três tipologias de habitação foram identificadas em Baucau por Cinatti et al. (1987). A primeira é a mais representativa: casa de piso térreo, assente sobre embasamento de

[4] CINATTI, Ruy; ALMEIDA, Leopoldo de; MENDES, Sousa. **Arquitetura Timorense**: Lisboa: Direção Geral do Património Cultural, Museu Nacional de Etnologia: Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, 1987.

[5] CINATTI, Ruy; ALMEIDA, Leopoldo de; MENDES, Sousa. **Arquitetura Timorense**: Lisboa: Direção Geral do Património Cultural, Museu Nacional de Etnologia: Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, 1987.

alvenaria de pedra com junta seca; planta de forma octogonal, com duas portas de acesso do exterior (ver Figura 3).

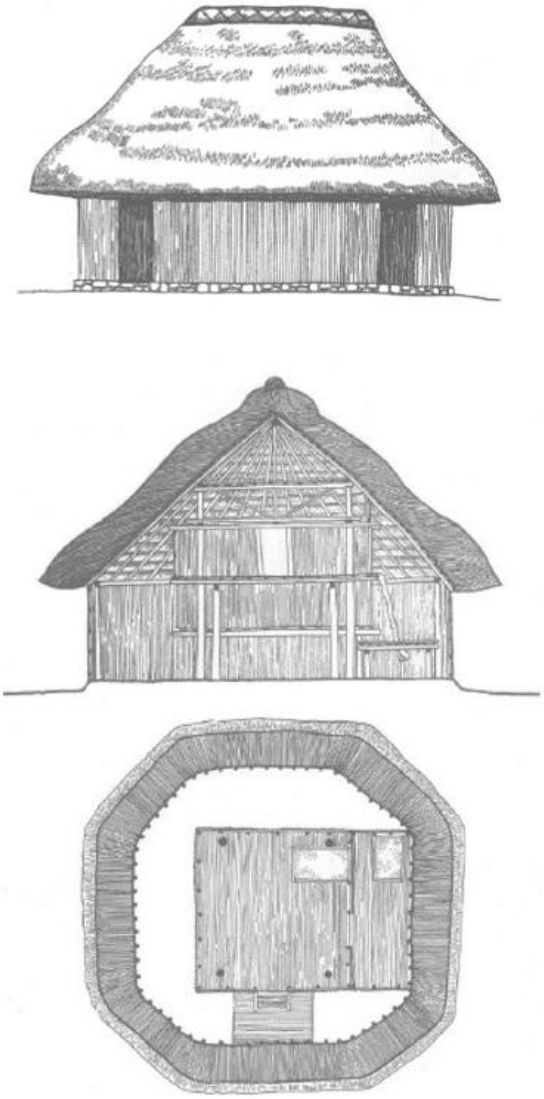


Figura 3. Casa de piso térreo: planta, corte e fachada. Fonte: Cinatti et al. (1987 p. 134-135)

A segunda tipologia apresenta cobertura cónica, prolongada até ao pavimento sobrelevado da habitação, que está assente em diversos pilares de madeira de secção significativa, formado planta octogonal. Esta tipologia carateriza-se pela sua cobertura (ver Figura 4).

A terceira tipologia destaca-se pela sua planta de forma quadrangular, com cobertura inclinada de quatro pendentes, assente em quatro colunas de madeira (ver Figura 4).



Figura 4. Tipologia da habitação com cobertura quase cónica e tipologia das habitações com coberturas inclinadas de quatro pendentes. Fonte: Cinatti et al. (1987, p.140, 146 e 149).

Os materiais e a técnica de construção tradicional empregues nas tipologias das habitações de Baucau (ver Figura 5) são quase similares aos materiais e técnicas utilizadas nas outras habitações tradicionais timorenses[6].

[6] CINATTI, Ruy; ALMEIDA, Leopoldo de; MENDES, Sousa. **Arquitetura Timorense**: Lisboa: Direção Geral do Património Cultural, Museu Nacional de Etnologia: Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, 1987.



Figura 5. Paredes de palapa e de bambu espalmado; estrutura da cobertura. Fonte: Cinatti et al. (1987 p. 138, 142 e 145).

Relevância da Arquitetura Vernácula Timorense

As casas tradicionais timorenses são consideradas essenciais na cultura timorense[7]. Estas fazem parte da identidade cultural de Timor-Leste, ao terem sido herdadas dos

[7] SILVA, R. N. da. **Casas sagradas e políticas de patrimônio em Timor-Leste pós-retomada da independência: transposição e espetacularização da Kultura**. e-cadernos CES (Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra), 33, 2020. [Consult. 30/02/2023]. Disponível em: https://www.unesco-ichcap-org.

antepassados. Possuem um valor significativo para as comunidades e são consideradas património cultural[8]. As habitações vernáculas timorenses, possuem ainda um significado social, pois resultam de uma construção comunitária. A prática de construção tradicional timorense baseia-se nas trocas, nos festejos e nos rituais, onde os parentes familiares, o construtor e as comunidades, homens e mulheres, participam reciprocamente na construção das habitações[9].

A utilização dos materiais e mão-de-obra locais na arquitetura vernácula timorense poderá contribuir para a sua sustentabilidade, em particular para as estratégias bioclimáticas[10]. Do ponto de vista da sustentabilidade económica, as habitações vernáculas apresentam menor custo, porque os materiais naturais encontram-se disponíveis na natureza[11]. Estas construções poderão permitir a dinamização e o desenvolvimento económico local, através da criação de emprego, como pequenas indústrias de materiais tradicionais locais, da valorização dos construtores locais e do desenvolvimento no sector de turismo local, nomeadamente integrando estes locais em circuitos de ecoturismo[12].

No que concerne à sustentabilidade ambiental, os materiais tradicionais são biodegradáveis e recicláveis, possuindo baixo nível de processamento, contribuindo para a redução do desperdício e do consumo energético[13]. Quanto às estratégias passivas para garantir o conforto térmico, a iluminação e a ventilação dos edifícios - sem recurso ao uso de sistemas mecânicos ou elétricos e permitindo um consumo energético baixo – verifica-se a utilização de métodos de projeto arquitetónico e construtivo que utilizam os recursos naturais do clima local, como o sol, o vento e a vegetação. A arquitetura vernácula timorense apresenta proteção contra o calor através do sombreamento, controlando a área dos vãos, reduzindo de ganhos de calor internos e dissipando o calor através da ventilação natural. A utilização de materiais naturais, que por sua vez, podem ser encontrados no terreno dos proprietários, permite criar ambientes confortáveis. As estratégias passivas usadas para mitigação do calor e para ganho de conforto interno, nomeadamente através da permeabilidade dos materiais, da altura do pé-direito e da existência da varanda, são consideradas estratégias bioclimáticas, pelo que a arquitetura vernácula timorense contribui para a sustentabilidade ambiental e económica.

---

[8] MENDONÇA, A.R. Safeguarding Intangible Cultural Heritage: the role of traditional houses (UMA-Lulik) in Timor-Leste. Timor-Leste National Commission for UNESCO, 2018. [Consult. 30/02/2023]. Disponível em: https://www.unesco-ichcap-org.

[9] CINATTI, Ruy; ALMEIDA, Leopoldo de; MENDES, Sousa. **Arquitetura Timorense**: Lisboa: Direção Geral do Património Cultural, Museu Nacional de Etnologia: Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, 1987.

[10] GUEDES [et al.]. **Arquitetura Sustentável em Timor-Leste: Manual de Boas Práticas**. Lisboa: IST Press, 2015.

[11] ALSAYYAD, Nezar.; ARBOLEDA, Gabriel. **The sustainable indigenous vernacular: Interrogating a myth**. Aesthetics of Sustainable Architecture. Roterdam: Sang Lee, pp. 134-151, 2011.

[12] CIB, T. I. **Agenda 21 for Sustainable Construction in Developing Countries**. Pretória - África do Sul: WSSD - World Summit on Sustainable Development, 2002.

[13] DANIEL, Alberto. **Arquitetura Tradicional em Angola, Estratégias de Sustentabilidade** (Dissertação de Mestrado em Arquitetura), Lisboa: Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa, 2019.

Habitações vernáculas em 2022

Nesta secção apresenta-se e analisa-se algumas das habitações vernáculas no território de Baucau observadas *in situ* em 2022, tendo sido recolhidos dados utilizando os seguintes métodos: registos fotográficos, levantamento dos edifícios à fita e entrevistas aos residentes. Estas foram dirigidas mais especificamente ao pai, mãe ou filhos maiores de idade e conhecedores da habitação onde residem, num total de 13 participantes (ver Figura 6). Os protocolos dos inquéritos incluíam os seguintes temas: caraterização da casa, conforto dos habitantes no interior da habitação, necessidades atuais dos moradores, e as suas aspirações futuras.

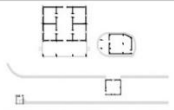
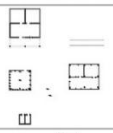
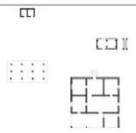
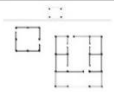
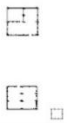
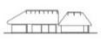
SUCO	PLANTA	FACHADA	TIPOLOGIA
Bahu			Térrea
Buruma			Térrea
Buruma			Térrea
Buruma			Térrea
Buruma			Térrea
Letemumo			Térrea
Tirilolo			Térrea
Tirilolo			Térrea
Sagadate			Sobreelevada
Sagadate			Sobreelevada
Sagadate			Térrea
Sagadate			Térrea

Figura 6. Tipologia das habitações vernáculas (observável em 2022). Fonte: Autora.

1-Tipologia e organização espacial

Partindo do levantamento de Cinatti et al. (1987), e embora hoje apresentem materiais tradicionais e não tradicionais, nos sucos de Baucau - mais especificamente, Bahú, Buruma, Letemumo, Tirilolo e Sagadate -, foram identificadas duas tipologias de habitação, denominadas de **tipologia A (**piso térreo) e **tipologia B (**sobrelevada), num total de 12 habitações.

A **tipologia A** é geralmente constituída por duas a quatro edificações. A construção principal é destinada à habitação, tendo como anexos a cozinha, a instalação sanitária, o celeiro e o *quiosque* (mercearia). A instalação sanitária pode não existir em algumas das habitações e, quando existe, encontra-se afastada da habitação principal. O celeiro é usado para guardar as colheitas e equipamentos domésticos. A mercearia funciona como um pequeno negócio do agregado familiar, base de sustento da família, mas praticado apenas por algumas famílias.

Na **tipologia B** encontramos habitações sobrelevadas por quatro grandes colunas de madeira, com acesso por escadas. Geralmente, a habitação tem menor dimensão, sendo a organização espacial composta por poucos compartimentos: um a dois quartos, uma sala e uma cozinha. Caso exista instalação sanitária esta encontra-se no piso térreo ou num anexo exterior.

Com base da observação empírica, a tipologia dominante e mais representativa nas áreas rurais em Baucau é a **tipologia A**. Descrevem-se seguidamente os materiais e técnicas construtivas observadas *in loco*.

02-Materiais e técnicas construtivas usadas na atualidade

Pilares: permanece a utilização predominante de pilares estruturais em madeira, com a exceção de uma casa que utiliza betão; os pilares de madeira são assentes diretamente no solo escavado, sendo este depois preenchido com o solo escavado, com pedras e argamassa de terra branca.

Parede de alvenaria de pedra com argamassa de terra: as habitações atuais apresentam as paredes estruturais de alvenaria de pedra com tamanhos irregulares; na alvenaria de pedra utilizam a argamassa de terra branca como ligante entre as juntas das pedras.

Parede mista de alvenaria de pedra e de palapa: utilização de dois materiais naturais, um de origem mineral e outro vegetal; a meia parede de alvenaria de pedra geralmente apresenta técnica da parede estrutural de alvenaria de pedra mencionada anteriormente.

Parede mista de alvenaria de pedra e bambu espalmado: trata-se da combinação da alvenaria de pedra com juntas de terra branca e bambu espalmados em painéis; os painéis de bambu são seguros por duas canas de bambu colocados horizontalmente; as duas canas de bambu pousadas na horizontal são fixas com pregos e atadas com cordas vegetais aos pilares de madeira; os painéis são fixados nas duas canas por cordas vegetais.

Parede de bambu espalmado: colocados na horizontal, ou na vertical, são painéis assentes por cima das vigas de madeira, presos por canas de bambu perpendiculares, colocadas nos dois lados, e fixos por travamento da madeira situada na parte interna da habitação.

Parede de palapa: a técnica da construção é constituída por um conjunto de pecíolo de palmeira com alturas iguais pousados verticalmente, amarrados por dois pecíolos de palmeira colocados na horizontal, situados no lado interno da habitação; estes dois pecíolos horizontais também são atados, ou pregados, aos pilares de madeira ou aos pecíolos de palmeira.

Parede de folhas de coqueiro: usadas nas paredes, são atadas com cordas vegetais à estrutura da parede, feita de madeira.

Parede de lona: utilizadas em paredes, por exemplo nas paredes da casa de banho de uma casa, onde se apresentam pregadas à estrutura de madeira, sendo o material também utilizado para revestimento de paredes.

Parede divisória de têxtil: no interior de uma casa encontra-se também o uso de tecidos para a divisão entre a sala e o quarto do filho casado; os tecidos são abertos e pendurados numa corda colocada na parte superior e atada às paredes laterais.

Parede de chapa de zinco e de fibrocimento: no revestimento das paredes da habitação vernácula, observado no território timorense, são pouco frequentes em Baucau.

Acabamentos: a maioria das paredes das habitações estudadas apresenta os materiais à vista; no entanto, foi possível encontrar algumas paredes externas e internas rebocadas com terra e com rebocos de argamassa de cimento sobre as pedras de alvenaria.

Cobertura: a maioria das coberturas dos conjuntos edificados apresenta dois materiais distintos: folhas de palmeira ou chapas de zinco; a cobertura com folhas de palmeiras é mais utilizada nos sucos de Bahú, Buruma e Tirilolo, onde existem grandes plantações de palmeiras; nos restantes sucos, como Sagadate e Letemumo estão mais presentes as coberturas com chapas metálicas; todos os conjuntos de habitações têm coberturas inclinadas, possuem uma a quatro águas e beirais.

Pavimento: dois tipos de pavimento: o pavimento térreo e pavimento sobrelevado; o primeiro utiliza materiais como terra batida e betonilha, sendo que o pavimento de terra batida está mais presente na habitação principal e na cozinha, enquanto o uso de betonilha é muito frequente no pavimento das casas de banho; o segundo de pavimento, encontra-se nas habitações sobrelevadas, e é constituído por madeira.

Ligações dos elementos construtivos: atualmente, encontram-se entalhes, ligação com cordas vegetais e pregagem; as técnicas tradicionais de ligação por entalhe e cordames vegetais são as mais praticadas na união dos materiais da estrutura (ver Figura 7).



Figura 7. Técnicas tradicionais de ligação dos materiais (2022). Fonte: Autora.

02-Canalização e saneamento

A rede pública de abastecimento de água é de acesso geral para cada família, sendo recolhida pelas comunidades através de coletores da água ou conectada por mangueira. A água da rede pública não é abastecida diariamente, pelo que as comunidades recorrem às nascentes, utilizando coletores para o seu armazenamento (ver Figura 8).

Não existe rede de drenagem de águas residuais domésticas, nem rede de drenagem de águas pluviais. Nas habitações, nos casos observados, o sistema de esgoto sanitário é a fossa séptica.



Figura 8. Captação de água através da mangueira (2022). Fonte: Autora.

03-Conforto

Iluminação: as entrevistas realizadas aos residentes revelaram que 8% dos entrevistados considerava moderado o nível de iluminação no interior das suas habitações; 75%, consideravam ter pouca iluminação e 17% reconheciam a falta de iluminação no interior da casa

Ventilação: os habitantes expressam que 18% das casas têm boa ventilação, 27% têm ventilação moderada e 55% têm má ventilação no interior das habitações.

Humidade: os participantes mencionaram a existência de humidade por infiltração; a chuva é, muitas vezes, a causa principal da humidade presente nas habitações.

Acústica: em casas com cobertura de palmeiras, paredes de alvenaria de pedra e paredes mistas de alvenaria de pedra com pecíolos de palmeira, é referida menor intensidade de ruído externo, enquanto em casas cobertas com chapas de zinco, paredes de bambu, paredes mistas com alvenaria de pedra e bambu, e ainda paredes com chapas metálicas, o nível de ruído externo é superior; no geral, 50% das habitações ouviam pouco ruído exterior, e outros 50% ouviam muito ruído externo.

Térmica: a perceção sensorial dos moradores foi captada utilizando os conceitos de confortável e desconfortável, registando-se que 33% das habitações oferecem um ambiente confortável e 67% oferecem um ambiente desconfortável.

Alterações das habitações vernáculas

Esta seção analisa as alterações efetuadas nas habitações vernáculas, tendo em consideração as informações recolhidas. Pretende-se compreender as mudanças ocorridas, bem como os fatores que contribuíram para essa transformação, uma vez que na área rural de Baucau, as casas térreas apresentam diversas alterações.

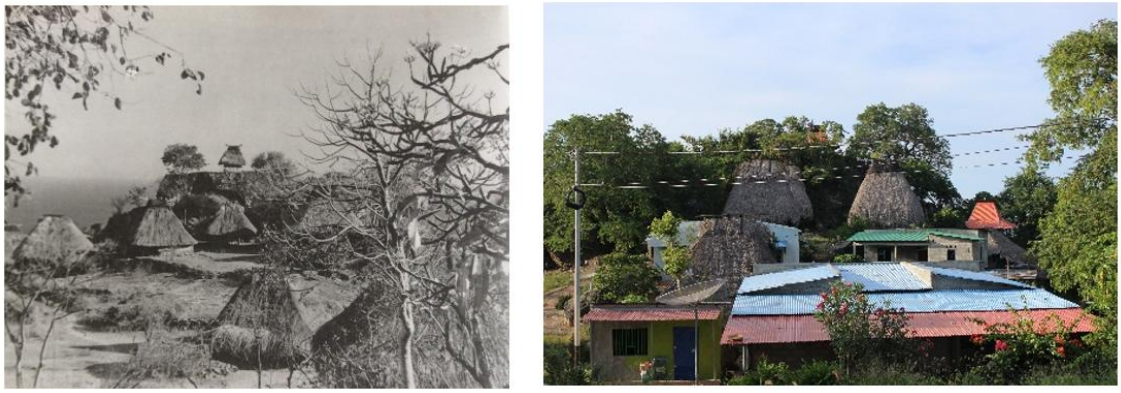


Figura 9. Fotografia histórica: núcleo tradicional do suco de Buruma no período colonial. Fonte: Cinatti et al., (1987 p. 129). Fotografia atual do mesmo núcleo (2022). Fonte: Autora.

Refira-se que a tipologia da casa sobrelevada, hoje menos comum, é agora considerada a das Casas Sagradas (*Uma-Lulik*), sendo utilizadas para culto, como é o caso da casa situada no suco de Buruma (ver Figura 9). As comunidades que ainda vivem em habitação de tipologia sobrelevada encontram-se no suco de Sagadate, ainda que em número reduzido.

Comparativamente com a habitação identificada por Cinatti, a organização espacial ainda se mantém em algumas habitações, principalmente na habitação de tipologia sobrelevada, onde no seu interior possui dois compartimentos, e na confeção dos alimentos ainda se utiliza a lareira que se situa no espaço maior. Quanto à organização espacial da tipologia de piso térreo, comparativamente com a habitação ancestral, hoje apresenta mais divisões.

A confeção dos alimentos já não se encontra no interior da casa, sendo que os alimentos são confecionados na cozinha, que se localiza noutra construção nas proximidades.

Apesar das comunidades possuírem um modo de habitar distinto, comparado com o que foi identificado na obra *Arquitetura Timorense* (1987), a organização espacial da habitação vernácula timorense atual evidencia o espaço social. Atualmente, e principalmente nas casas térreas, destaca-se a varanda como espaço de lazer da família (ver Figura 10).



Figura 10. Lugar de convívio social (2022). Fonte: Autora.

Relativamente ao acréscimo das construções autónomas junto ao volume principal, os dados recolhidos indicam terem sido construídas para dar resposta às necessidades dos habitantes, decorrentes do aumento da família.

Durante a visita ao suco de Bacau, observou-se que as habitações vernáculas se encontram construídas num sistema misto, encontrando-se materiais tradicionais e não tradicionais. As chapas metálicas onduladas ou chapas de zinco são muito, e cada vez mais, frequentes. Na habitação principal é muitas vezes usado esse material na cobertura, nomeadamente nas casas de tipologia sobrelevada. As chapas de zinco são usadas em locais onde os materiais de origem vegetal já não se encontram em quantidade, sendo que, no suco de Buruma, a maioria das habitações vernáculas é ainda coberta por folhas de palmeira, pela sua abundância local. No entanto, alguns habitantes afirmam que a substituição da cobertura do material vegetal por chapa metálica deve-se à rápida degradação do material vegetal. A mistura dos materiais tradicionais e industrializados deve-se também ao facto de os residentes da habitação não possuírem as suas próprias plantações de árvores e palmeiras, tendo de adquirir os materiais em locais distantes.

Apesar de reconhecerem que os materiais como a madeira, a palapa, as folhas de palmeira, a pedra e a terra serem tradicionais, alguns habitantes consideram-nos precários e preferem utilizar materiais que não são tradicionais. No entanto, estes nem sempre se encontram adequados ao contexto rural podendo causar desconforto no interior da habitação e uma descaraterização exterior.

No que concerne às técnicas construtivas e procedimentos, com base na observação empírica e nas entrevistas realizadas, a maioria das habitantes ainda aplica os métodos tradicionais na construção das suas habitações. A observação *in situ* permitiu identificar as novas técnicas utilizadas: execução do pavimento em betonilha, execução da parede

de alvenaria de pedra mista com reboco de terra e cimento, aplicação de chapas metálicas no revestimento das coberturas, execução de elementos estruturais (como pilares) em betão, e a ligação dos materiais com a nova técnica de pregagem. Quanto aos processos tradicionais praticados pelos atuais residentes são muito semelhantes aos empregues em termos remotos. Os habitantes continuam a prática da construção em coletivo, participando tanto homens como mulheres.

Outras mudanças ocorreram, de que se destaca a ampliação do espaço habitável com a adição de outra construção, mudanças de funções de compartimentos, alargamento do espaço interior da habitação, e melhoria do estado de conservação dos materiais. Estas mudanças refletem o modo de vida dos habitantes, sendo motivadas pela procura de conforto, de aumento de espaço habitável e de adaptação às necessidades atuais.

As entrevistas possibilitaram apurar que algumas casas vernáculas têm sido transformadas e adaptadas às necessidades dos moradores, mas apesar das alterações os moradores ainda não sentem que as suas necessidades estão satisfeitas. Quando foi perguntado aos residentes sobre a necessidade de fazerem mais mudanças no futuro, a maioria expressa que precisam expandir a área da habitação, ou aumentar os compartimentos ou, ainda, de novas construções de apoio independentes, destinadas a arrumos e instalações sanitárias. Além disso, os residentes ainda mencionam a necessidade de substituição dos materiais.

Atualmente, embora as habitações vernáculas ainda recorram às técnicas e materiais tradicionais, não existem condições de salubridade adequadas. Assim, as tipologias construtivas estão a sofrer alterações ampliando o espaço e proporcionando maior conforto ao habitar. Compreendendo a razão dessas alterações, assinala-se a perda de identidade da arquitetura vernácula timorense.

Salvaguardar

O crescimento global afeta a sobrevivência da cultura vernácula, causando uma homogeneização cultural e arquitetónica[14], colocando desta forma em causa a identidade. A salvaguarda destas construções requer assim uma investigação aturada, da habitação ou grupo de habitações[15], para melhor conhecer as suas características únicas. O conhecimento das técnicas tradicionais é fundamental, a par da compreensão do ambiente local, do clima, da cultura, das tradições da comunidade e dos seus estilos de vida, da compreensão do processo de construção (conhecimentos técnicos), da tradição e da tecnologia realizada na construção vernacular. Ao mesmo tempo é necessário ter em atenção as aspirações futuras dos habitantes, criando soluções que salvaguardem a arquitetura vernácula de alterações descaracterizadoras no contexto contemporâneo[16].
A mudança e a evolução da vida não podem ser ignoradas. Na intervenção para a salvaguarda deve-se ter em conta: as necessidades atuais dos habitantes e a preservação

[14] ICOMOS, **Charter on Built Vernacular Heritage**. [Consult. 30/02/2023]. Disponível em: https://www.icomos.org/
[15] KAZIMEE, B. **Learning from vernacular architecture: Sustainability and cultural conformity.** WIT Transactions on Ecology and the Environment, 113, 2008, pp. 3-13.
[16] DABAIEH, M. **A Future for the past of desert Vernacular Architecture**. (Tese de Doutoramento em Arquitetura) Lund: Lund University, 2011.

das caraterísticas sociais, quando se pretende atender às condições de salubridade e de segurança da habitação[17].

A intervenção num espaço construído, principalmente nos países em desenvolvimento, requer respeito para com as necessidades e condições básicas dos habitantes, melhorando as suas condições de vida quotidiana e o seu bem-estar[18].

Recomendações

Para o bem-estar no habitat, é necessário, nomeadamente, uma adequada organização do espaço e proporcionar conforto relativamente à iluminação, através de janelas para uma boa entrada da luz natural no interior da habitação, e simultaneamente proporcionar o conforto da qualidade do ar e térmico[19].

Num projeto de reabilitação de uma habitação vernácula, foram identificadas três ações prioritárias: examinar as patologias presentes e propor ações de conservação que garantam a durabilidade dos materiais tradicionais; recorrer sempre que possível a materiais tradicionais; identificar as carências existentes na habitação[20]. Acresce considerar o desenvolvimento da sociedade com as suas necessidades contemporâneas e a melhoria dos padrões da qualidade de vida das comunidades, em relação aos referenciais que estiveram na origem da construção destas habitações. Estas recomendações permitirão salvaguardar as construções tradicionais contemporâneas, protegendo simultaneamente o sentido identitário[21].

A diminuição dos materiais tradicionais implica, por vezes, a substituição desses materiais nas habitações. No entanto, se as populações forem incentivadas a plantar árvores utilizadas nas habitações vernáculas, nos seus próprios terrenos, evitar-se-á a sua substituição e a compra desses materiais em locais distantes.
A investigação sobre como sensibilizar as comunidades para esta forma de preservar o passado será necessária para a preservação de entidade da arquitetura vernácula. Recomenda-se ainda a exploração de linhas de investigação que sigam as recomendações do ICOMOS[22], para incentivar os governos, as autoridades responsáveis, grupos e organizações a reforçar programas de educação para preservar os princípios da arquitetura vernácula, a criar programas de formação para ajudar as comunidades na manutenção dos sistemas tradicionais de construção, materiais e competências artesanais, a desenvolver programas de informação que melhoram a sensibilização do público para a arquitetura

---

[17] MESTRE, Victor. **Arquitectura popular da Madeira**. Lisboa: Argumentum, 2002.

[18] COELHO [et al.]. **Que arquitectura nos países em desenvolvimento?** Lisboa: Escolar Editora, 2014.

[19] COELHO, A. **Habitação e Arquitetura: Contributos para um habitar e um espaço urbano com mais qualidade**. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, IP, 2012.

[20] TEIXEIRA, C. **A Arquitectura Vernacular da Madeira: tradição, identidade e sustentabilidade** (Dissertação de Mestrado em Arquitetura) Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2009.

[21] DE FILIPI, F.; BALBO, R. **Vernacular Architecture. Identification, Preservation Upgrading Principles**. CIPA XX. International Symposium, 2005, pp. 1039-1041.

[22] ICOMOS, **Charter on Built Vernacular Heritage**. [Consult. 30/02/2023]. Disponível em: https://www.icomos.org/

vernácula, especialmente a geração mais jovem, e potenciar a criação de redes regionais sobre arquitetura vernácula para troca de conhecimentos e experiências.

Considerações finais

Para compreender as habitações vernáculas na atualidade, foi realizado um dedicado trabalho de campo, nos sucos de Baucau, onde foi possível identificar as características originais e atuais desta arquitetura, bem como comprovar como a arquitetura vernácula timorense está atualmente a sofrer uma gradual degradação física e transformação. Concluiu-se que, na generalidade, as condições de habitabilidade das habitações vernáculas na atualidade não são as adequadas observando-se a falta de conforto no interior das habitações, a falta de saneamento básico, a fraca iluminação, a deficiente ventilação dos espaços e a ausência de conforto térmico. Observou-se ainda que a transformação da arquitetura vernácula acontece ao nível dos espaços e dos materiais, nomeadamente na redução do uso dos materiais tradicionais e da sua substituição por materiais industriais, como aspiram os habitantes, sugerindo que estes fatores contribuem fortemente para a decadência e perda de identidade vernácula local. Considera-se assim que, para que estas habitações se mantenham em uso, é necessário criar condições de habitabilidade adaptadas às necessidades contemporâneas para as pessoas ou comunidades que vão usufruir dessas habitações.

Esta investigação contribuiu para a manutenção da identidade da arquitetura vernácula timorense ao propor uma metodologia de reconhecimento da realidade, junto das habitações e das comunidades rurais, para que seja reconhecido o seu valor cultural e assim promover a salvaguarda da tradição vernácula. Para além dos habitantes e do governo, acredita-se na capacidade de motivar outros investigadores e especialistas a empreender ações de intervenção para a proteção das habitações vernáculas, enquanto formas de identidade e valor patrimonial. Serão incentivos que terão certamente um impacto positivo na preservação de identidade de Arquitetura vernácula Timorense.

Bibliografia

ALSAYYAD, N.; ARBOLEDA, Gabriel. **The sustainable indigenous vernacular: Interrogating a myth**. Aesthetics of Sustainable Architecture. Rotterdam: Sang Lee, pp. 134-151, 2011.

CIB, T. I. **Agenda 21 for Sustainable Construction in Developing Countries**. Pretoria - África do Sul: WSSD - World Summit on Sustainable Development, 2002.

CINATTI, R; ALMEIDA, L. de; MENDES, S. **Arquitetura Timorense**: Lisboa: Direção Geral do Património Cultural, Museu Nacional de Etnologia: Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, 1987.

COELHO, A. **Habitação e Arquitetura: Contributos para um habitar e um espaço urbano com mais qualidade**. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, IP, 2012.

COELHO, A. [et al.]. **Que arquitectura nos países em desenvolvimento?** Lisboa: Escolar Editora, 2014.

DABAIEH, M. **A Future for the past of desert Vernacular Architecture**. (Tese de Doutoramento em Arquitetura) Lund: Lund University, 2011.

DANIEL, A. **Arquitetura Tradicional em Angola, Estratégias de Sustentabilidade** (Dissertação de Mestrado em Arquitetura), Lisboa: Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa, 2019.

DE FILIPI, F.; BALBO, R. **Vernacular Architecture. Identification, Preservation and Upgrading Principles**. CIPA XX. International Symposium, 2005, pp. 1039-1041.

GUEDES, M. [et al.]. **Arquitetura Sustentável em Timor-Leste: Manual de Boas Práticas**. Lisboa: IST Press, 2015.

ICOMOS, **Charter on Built Vernacular Heritage**. [Consult. 30/02/2023]. Disponível em: https://www.icomos.org/

KAZIMEE, Bashir. **Learning from vernacular architecture: Sustainability and cultural conformity.** WIT Transactions on Ecology and the Environment, 113, 2008, pp. 3-13.

MENDONÇA, A.R. **Safeguarding Intangible Cultural Heritage: the role of traditional houses (UMA-Lulik) in Timor-Leste**. Timor-Leste National Commission for UNESCO, 2018. [Consult. 30/02/2023]. Disponível em: https://www.unesco-ichcap-org.

MESTRE, Victor. **Arquitectura popular da Madeira**. Lisboa: Argumentum, 2002.

SILVA, R. N. da. **Casas sagradas e políticas de patrimônio em Timor-Leste pós-retomada da independência: transposição e espetacularização da Kultura**. e-cadernos CES (Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra), 33, 2020. [Consult. 30/02/2023]. Disponível em: https://www.unesco-ichcap-org.

TEIXEIRA, Cláudia. **A Arquitectura Vernacular da Madeira: tradição, identidade e sustentabilidade** (Dissertação de Mestrado em Arquitetura) Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2009.

Arquitetura e lugar na organização social da procura da habitação: revisitar os bairros SAAL da Meia Praia, cinquenta anos depois

Pedro Alexandre Correia Rodrigues
Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto
pedigues@gmail.com

Ana Sousa Brandão Alves Costa
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto / Centro de Estudos Nuno Portas
ascosta@arq.up.pt

Miguel Reimão Costa
CEAACP/ Universidade do Algarve e CAM
mrcosta@ualg.pt

Resumo: O presente artigo procura destacar o potencial do Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) enquanto instrumento de ação direta e de experimentação social e espacial, com atenção particular ao caso do Algarve. Para isso, propõem-se um enquadramento e análise dos bairros 25 de Abril e 1º de Maio e reflete-se sobre as transformações ocorridas nas últimas cinco décadas, identificando os impactos e os efeitos do Plano de Urbanização da Meia Praia. Numa parte conclusiva, são discutidas propostas que visam responder às necessidades habitacionais persistentes nestes bairros, com enfoque na reabilitação urbana com assessoria técnica, no reconhecimento jurídico das comunidades e no papel das autarquias na garantia do direito à cidade. Mais do que uma evocação nostálgica, esta reflexão procura repensar a atualidade do SAAL como prática política e urbanística, interrogando os vínculos entre o coletivo e o individual, entre arquitetura, justiça espacial e organização social.

Palavras-chave: Arquitetura participada, autoconstrução coletiva, organização social, direito ao lugar, Turismo

Introdução

Entre o mar e o areal da Meia Praia, no concelho de Lagos, os bairros do 25 de Abril e do 1.º de Maio permanecem como testemunhos materiais e simbólicos da experiência excecional que foi o Serviço de Apoio Ambulatório Local, uma iniciativa transformadora no panorama da política habitacional em Portugal, surgida no período de profundas mudanças sociais e políticas que se seguiram à Revolução de Abril de 1974.

Projetados pela equipa liderada pelo arquiteto José Veloso, em colaboração com comunidades de famílias de pescadores que, cerca de trinta anos antes, haviam ocupado este território com cabanas autoconstruídas, estes bairros foram concebidos segundo princípios de habitação evolutiva e de autoconstrução parcial, traduzindo um modelo de atuação muito próximo do espírito do decreto fundador do programa.

Ao longo das décadas, contudo, estas experiências foram progressivamente marginalizadas por um modelo de desenvolvimento urbano orientado para o investimento privado e para a contínua turistificação do território. A indefinição quanto à titularidade dos solos e a erosão do apoio institucional configuram, hoje, um cenário de vulnerabilidade e de subalternidade estrutural.

A experiência do Serviço de Apoio Ambulatório Local

A Revolução de 25 de abril de 1974 marcou o fim da ditadura e abriu caminho a um período de profundas transformações políticas, económicas e sociais em Portugal. Nos meses subsequentes, no contexto do chamado Processo Revolucionário em Curso (PREC), emergiram novas formas de mobilização popular e de reivindicação de direitos fundamentais, entre os quais, o direito a uma habitação condigna. A ampliação da consciência coletiva acerca das desigualdades habitacionais levou a que o governo de transição adotasse políticas inovadoras destinadas a enfrentar um problema que, até então, permanecera descurado pelo Estado.

Neste contexto de efervescência política e de urgência social, surgiu o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), aprovado por despacho conjunto do Ministro da Administração Interna, Manuel da Costa Brás e do Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, Nuno Portas a 31 de julho de 1974[1]. Tratou-se de uma iniciativa inovadora e paradigmática no contexto da política habitacional em Portugal, instaurada num período de transformação social e política subsequente à Revolução de Abril de 1974[2].
A partir do 25 de Novembro de 1975[3], e sobretudo com o despacho interministerial de 27 de outubro de 1976[4], iniciou-se o desmantelamento do SAAL nos moldes em que havia sido concebido, assinalando o fim de uma política inovadora de habitação popular. Com

[1] Despacho conjunto dos Ministérios Da Administração Interna e do Equipamento Social e do Ambiente - **Diário do Governo. n.º 182. Série I.** 1974. p. 873-874.
[2] A sua conceção assentou, entre outras, nas reflexões e debates realizados no Colóquio *Política da Habitação* de 1969, bem como em estudos e artigos desenvolvidos no Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) e pelas escolas de Arquitetura.
[3] "A partir de Novembro de 1975, verificou-se a travagem do processo político revolucionário, sob a liderança de sectores do centro-esquerda, em especial o Partido Socialista, maioritário no aparelho de Estado, mas apoiado e pressionado pela direita e sob a égide da corrente moderada do MFA, especialmente o "Grupo dos 9", cujo documento, lançado a 7 de Agosto, se transformara numa "bandeira do descontentamento" contra a orientação que o documento-guia da Aliança Povo-MFA vinha imprimindo ao processo político-social." PEREIRA, Gaspar Martins – **SAAL: um programa de habitação popular no processo revolucionário.** História: Revista da FLUP. IV série, vol. 4, 2014. p. 26.
[4] Despacho conjunto dos Ministérios da Administração Interna e da Habitação, Urbanismo e Construção - **Diário da República. n.º 253. Série I.** 1976.

esta mudança, esvaziou-se progressivamente a sua dimensão participativa e descentralizada, favorecendo o regresso de lógicas mais centralizadas e menos inclusivas na resposta aos problemas habitacionais. Ainda assim, embora nem todas as operações tenham conseguido integrar-se harmoniosamente no tecido urbano preexistente, muitas delas permanecem como testemunhos da abordagem imaginativa de como a Revolução fez Cidade.



Figura 1 - Assembleia SAAL/Norte no Pavilhão Rosa Mota
© Alexandre Alves Costa

Para além dos centros: O SAAL Algarve

Os princípios fundadores do serviço constituem um marco na abordagem à habitação, orientada para a participação ativa dos moradores na resolução dos seus problemas habitacionais. Central a este modelo foi o papel decisivo atribuído às associações de moradores que se tornaram responsáveis desde a escolha da parcela de implantação até à gestão da obra, a definição tipológica e da escala da operação, a elaboração do modelo de financiamento, bem como a distribuição dos fogos e o pagamento dos encargos.[5] Esta

[5] COSTA, Miguel Reimão – Mãos à obra. A autoconstrução e a identidade do processo SAAL no Algarve. **In Cidade Participada: Arquitetura e Democracia**. Lisboa: Tinta-da-china. 2022. p. 31.

perspetiva *bottom up* colocou a comunidade no âmago do processo, promovendo a auto-gestão e a autonomia na resolução das dificuldades habitacionais.

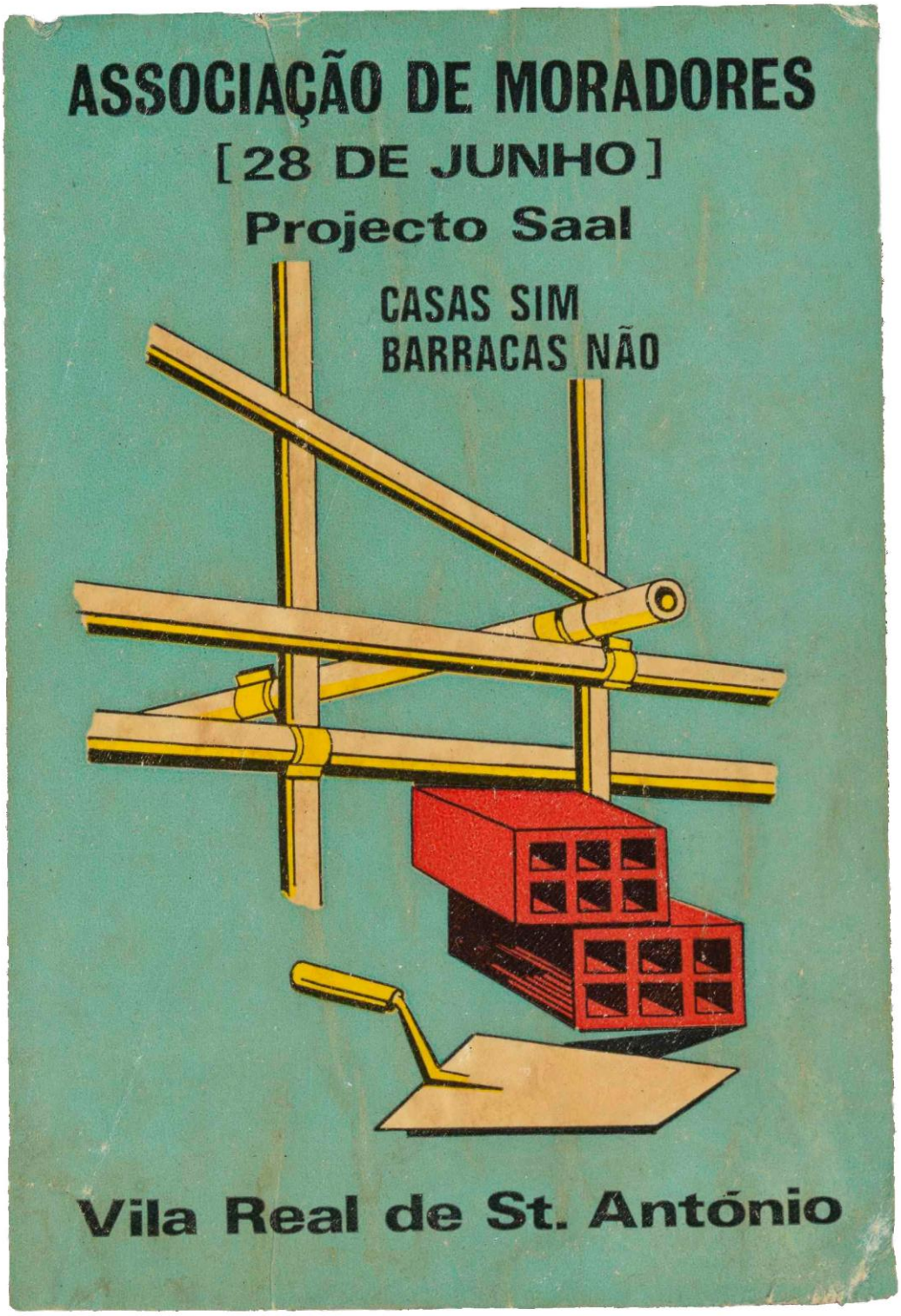


Figura 2 - Cartaz da Associação de Moradores 28 de Junho de Vila Real de Santo António
Fonte: http://www.casacomum.org/cc/visualizador?pasta=11154.001.035 (2026-6-30)

No Algarve, embora as equipas de Apoio Local fossem reduzidas (dado o número reduzido de técnicos e a inexistência de escolas de arquitetura na região), foram divididas em três zonas: Barlavento, coordenada por José Veloso; Centro, coordenada por José Maria Lopes da Costa e Manuel Dias; Sotavento coordenado por João Moitinho. O processo apresentou uma grande coerência e uma visão convergente[6] com o Gabinete de Planeamento do Algarve (GaPA), coordenado pelo arquiteto Rui Paula[7].

O estudo do SAAL nesta região assume uma relevância crescente e atual, especialmente num território que tem sido alvo de intensa exploração turística. Poder-se-á, até, argumentar que foi nesta região que o programa mais se aproximou do espírito original do despacho que o instituiu, refletindo uma luta pelo direito ao lugar[8]. Os bairros foram, de um modo geral, implantados na primeira coroa de expansão das áreas urbanas consolidadas, permitindo às camadas populares a apropriação de locais estratégicos, conforme referia o artigo 7º do programa[9]. Este artigo sublinha a importância de garantir às populações marginalizadas o direito de residir em áreas valorizadas da cidade, aproveitando a oportunidade de ocupar parcelas da cidade de dimensão significativa, independentemente da sua classe social. Esta orientação não só assegurou o direito igualitário à cidade, mas também protegeu as associações de moradores, muitas vezes constituídas por pescadores, ao permitir que permanecessem próximos dos seus locais de trabalho. No caso da Meia Praia, essa abordagem foi precípua, pois grande parte da população residia, até então, em barracas no areal da praia.

Estes dois casos destacam-se como exemplos singulares na região[10], uma vez que o processo de constituição da associação de moradores foi formado por uma comunidade já existente em assentamentos precários. Neste contexto, a operação enquadrou-se plenamente no espírito do programa, ao legitimar uma das reivindicações consistentes entre os moradores: a defesa do direito de permanecer no local onde residiam, frequentemente justificada pela ligação histórica ao local, num cenário de crescente valorização imobiliária associada ao turismo[11]. Este processo pode ser relacionado com

---

[6] Esta convergência deveu-se, entre outras razões, ao facto do arquiteto José Maria Lopes da Costa ter integrado o GaPA em março de 1975. "No GaPA, para além das tarefas pontuais de planeamento, assumi a responsabilidade do setor habitacional, tendo como tarefa essencial (...) a articulação entre os órgãos centrais de tutela dos programas de habitação social e as entidades locais, nomeadamente autarquias, associações SAAL e cooperativas de habitação económica (...)". COSTA, José Maria - Bairro 11 de Março em Olhão. **In Cidade Participada: Arquitetura e Democracia**. Lisboa: Tinta-da-china. 2022. p.137.

[7] COSTA, Miguel Reimão – Mãos à obra. A autoconstrução e a identidade do processo SAAL no Algarve. **In Cidade Participada: Arquitetura e Democracia**. Lisboa: Tinta-da-china. 2022. p. 46.

[8] *Idem, ibidem.* p. 32.

[9] "A insuficiência dos recursos até final de 1974 e, por outro lado, a falta de experiência dos serviços em operações deste tipo aconselham a que o SAAL seja prudente na selecção das iniciativas nesta primeira fase, particularmente quanto à avaliação da viabilidade urbanística da consolidação-reconstrução dos bairros. Recorde-se que a principal justificação desta política está na apropriação de locais valiosos pelas camadas populares nele radicadas sob forma marginal. Assim, nos casos em que a reconstrução no próprio local seja desaconselhável pelas características do terreno, acessos ou outras razões, deve antes proceder-se, pelas câmaras municipais, à preparação de solo convenientemente localizado - por troca, cedência, expropriação ou aquisição - para que as operações de reconstrução por iniciativa dos próprios possam ser efectivadas pelas verbas de 1975, a inscrever oportunamente." Art. 7º do Despacho conjunto Dos Ministérios da Administração Interna e do Equipamento Social e do Ambiente - **Diário do Governo. n.º 182. Série I.** 1974. p. 873-874.

[10] COSTA, Miguel Reimão – Mãos à obra. A autoconstrução e a identidade do processo SAAL no Algarve. **In Cidade Participada: Arquitetura e Democracia**. Lisboa: Tinta-da-china. 2022. p. 42.

[11] *Idem, ibidem.* p. 32.

o princípio de "apropriação de locais valiosos pelas camadas populares nelas radicadas sob forma marginal"[12], contrariando as dinâmicas de exclusão económica típicas da cidade especulativa.[13]



Figura 3 - Composição (do autor) com fotografias aéreas da Meia Praia. 1972.
Arquivo Histórico da Marinha

Os bairros da Meia Praia

Os bairros da Meia Praia foram as primeiras intervenções na região algarvia. Era do conhecimento do arquiteto José Veloso[14] que naquela zona ainda se residia em assentamentos precários, visíveis a partir da linha ferroviária. A urgência em implementar o serviço na região permitiu a configuração de modelos de atuação, que, com o tempo adquiriram uma dimensão experimental e influenciaram as operações subsequentes no Barlavento.

Historicamente compostas por famílias cuja subsistência dependia da atividade piscatória, ambas as comunidades desenvolveram uma forte ligação ao território. Tratando-se de populações marginalizadas e privadas de uma habitação condigna, este vínculo ao território forçou-as a recorrer à construção de barracas, tendo sido erguidas utilizando materiais rudimentares que resultaram em condições habitacionais sub-humanas e insalubres.

Inicialmente, os abrigos predominantemente construídos com estruturas de madeira e revestidos de materiais vegetais[15] eram tolerados pelas autoridades policiais, mas quaisquer tentativas de melhoria ou utilização de materiais alternativos eram imediatamente impedidas, sob pena de destruição. Ao longo de várias décadas, no entanto, os moradores desenvolveram estratégias para a melhoria das suas condições de habitabilidade, utilizando, por exemplo, placas de *platex*, no interior das barracas.

---

[12] Despacho conjunto Dos Ministérios da Administração Interna e do Equipamento Social e do Ambiente - **Diário do Governo. n.º 182. Série I.** 1974. p. 873-874.

[13] COSTA, Ana Catarina - **O campo da arquitectura na costrução da cidade democrática: Processo SAAL/Porto**. Porto: tese de doutoramento, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. 2022. p. 543.

[14] Arquiteto que liderou a brigada técnica, sediada em Lagos, responsável pelo desenvolvimento de 16 operações no Barlavento algarvio: Aljezur (20 fogos), Burgau (16 fogos), Praia da Luz (17 fogos), Espiche (16 fogos), Bensafrim (31 fogos), Lagos (108 fogos), Meia Praia (18 + 41 fogos), Alvor (48 fogos), Portimão (75 + 24 + 54 fogos), Mexilhoeira da Carregação (70 fogos), Estômbar (60 fogos), Silves (52 fogos), Enxerim (34 fogos). Teria ainda contado com a operação da Associação Um de Maio em Monchique, caso esta não tivesse sido inviabilizada pelo despacho de 27 de outubro de 1976. COSTA, Miguel Reimão – Mãos à obra. A autoconstrução e a identidade do processo SAAL no Algarve. **In Cidade Participada: Arquitetura e Democracia**. Lisboa: Tinta-da-china. 2022. p. 68.

[15] *Idem, ibidem.* p.35.

Este processo culminou no conjunto das barracas que se observava naquele local, em 1974, e onde restava ainda um exemplar habitado dos abrigos originais dos pescadores, com cobertura em junco[16]. Esta condição de sistemática repressão foi acompanhada por um estigma social profundamente enraizado[17]. Todo este contexto ficaria ilustrado e imortalizado no documentário *Continuar a viver* ou *Índios da Meia Praia* de António Cunha Telles, que viria a inspirar a canção de José Afonso.

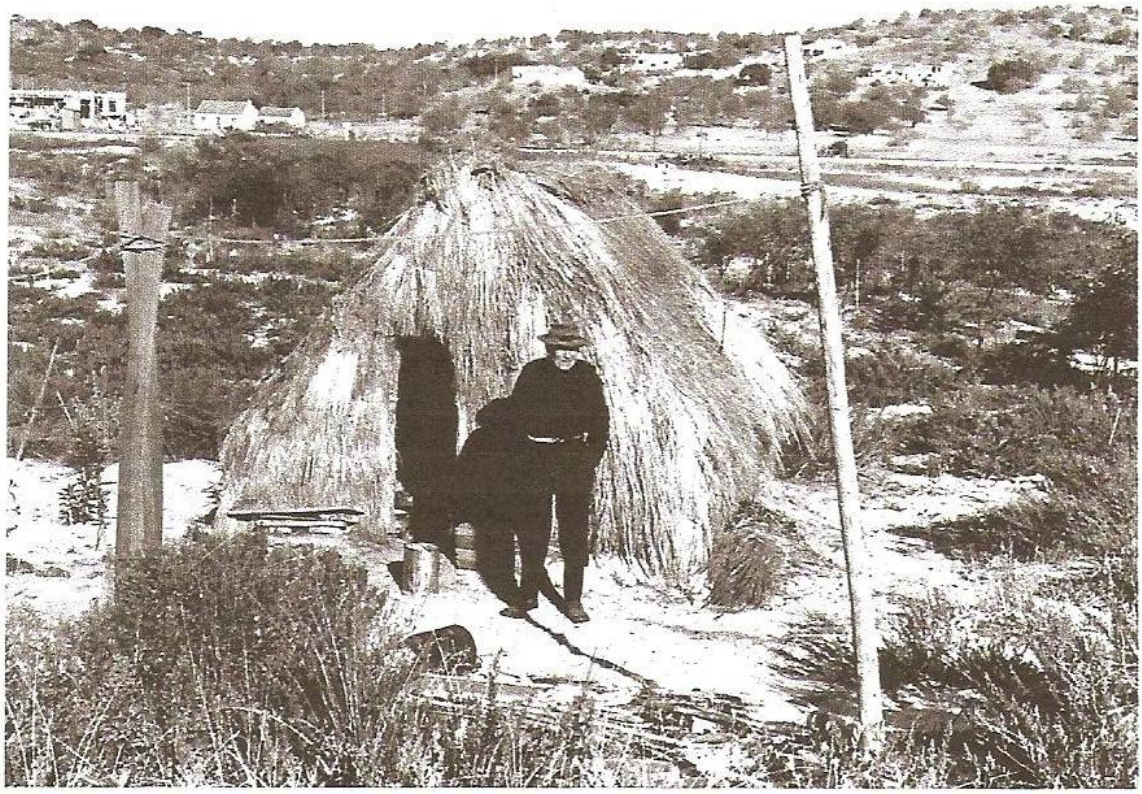


Figura 4 - Último exemplar de cabana existente no aglomerado de cabanas da Meia Praia, 1974.
© Alexandre Alves Costa

A mobilização coletiva constituiu um traço comum entre as populações, surgindo como resposta à situação precária em que se encontravam. A organização de comissões e a formalização das associações de moradores, conforme determinado no despacho, motivaram coesões comunitárias fortemente inebriadas pelo espírito de mudança associado ao período revolucionário. Desta forma, as associações de moradores não só debateram, aprovaram e escrituraram os seus estatutos, deliberaram sobre os terrenos e participaram nos programas dos projetos de arquitetura, mas também assumiram a construção das habitações, em regime de administração direta.

[16] VELOSO, José - Acolher e Habitar Contra-corrente. **In Conversas à Volta da Resiliência e Tenacidade Viveracidade** [Registo vídeo]. Montemor-o-Novo. 2013.

[17] como se pode ler no estudo de viabilidade urbanística elaborado pela brigada técnica: "Os habitantes do bairro de barracas do Apeadeiro da Meia Praia foram sempre conhecidos pela alcunha depreciativa de os "índios", significando-se assim terem sido tidos como uma espécie de sub-raça agressiva e conflituosa, mantida à distância, e sem que certamente fosse capaz de o definir, estando incluída neste título a noção de disporem duma capacidade feroz de defenderem de todos os ataques o seu direito duramente mantido de viverem onde haviam escolhido." Equipa de Lagos - **Bairro Apeadeiro. Meia Praia. Lagos. Estudo de viabilidade urbanística**. 1976. p. 1.

A autoconstrução parcial constituiu um aspeto fundamental do programa, pela sua dimensão coletiva[18]. Este modelo, baseado na colaboração entre os moradores e as brigadas técnicas, não só rompeu com o alheamento dos moradores em relação ao processo de decisão que lhes dizia respeito, como também se revelou um ato de verdadeira coletividade, na medida em que a população conseguiu assumir o seu próprio destino. Ainda assim, tratou-se de uma autoconstrução parcial, uma vez que, em grande parte, a população prestava auxílio aos operários da construção civil contratados[19].
Em contextos onde a infraestrutura formal se revelava deficiente, as relações pessoais e a confiança constituíram um verdadeiro pilar da organização social, configurando uma autêntica "infraestrutura humana"[20].



Figura 5 - Filmagens do processo de autoconstrução do bairro 25 de Abril, em Lagos.
© Albano Pereira

A implantação dos bairros

No que diz respeito ao desenho urbano, embora a implantação dos bairros tenha lugar num areal, é comum, nos vários projetos SAAL de José Veloso, a rejeição da rigidez dos alinhamentos viários predefinidos pelas infraestruturas urbanas tradicionais. Aqui, esta abordagem torna-se percetível, através da ligeira rotação que os bairros apresentam relativamente ao conjunto edificado e à linha férrea, propondo-se uma implantação flexível que se adapta às condições naturais.

[18] COSTA, Miguel Reimão – Mãos à obra. A autoconstrução e a identidade do processo SAAL no Algarve. **In Cidade Participada: Arquitetura e Democracia**. Lisboa: Tinta-da-china. 2022. p. 65.
[19] Houve, no entanto, associações de moradores, como é o caso da Associação 11 de Março em Olhão, em que, operários da construção civil se tornaram sócios, facilitando fases da construção que precisavam de mão qualificada. "o pedreiro mais qualificado, João Luís Correia, que tinha sido eleito pela associação para dirigir os trabalhos, passou a fazê-lo a tempo inteiro, depois de se despedir da empresa onde trabalhava.". COSTA, José Maria - Bairro 11 de Março em Olhão. **In Cidade Participada: Arquitetura e Democracia**. Lisboa: Tinta-da-china. 2022. p. 138.

[20] DIAS, Miguel - **Da Informalidade ao Urbanismo de Enclave - Luanda uma Metrópole Africana do Sul Global**. Porto: FAUP. Aula aberta da U.C. Urbanística I. 2024.

O projeto é desenhado do particular para o geral, ou conforme defendia Portas, adotando o plano "de baixo para cima", partindo do bairro para a totalidade da cidade[21]. Na mesma ordem de ideias, o bairro organizava-se em pequenos quarteirões, cuja forma era determinada consoante o número de células e os seus diferentes estágios de ampliação. Permitia aos habitantes moldarem e transformarem o espaço de acordo com as suas necessidades e dinâmicas sociais ao longo do tempo. Este princípio de apropriação contínua dos espaços foi fundamental para a promoção do direito ao *habitat* e à sua permanência no mesmo, da coesão comunitária e de um urbanismo ao serviço do coletivo.



Figura 6 - Bairros SAAL de Lagos.

Bairro 25 de Abril

A implantação do bairro evoluiu ao longo de três versões distintas. Não existindo qualquer registo da primeira, destaca-se a segunda, publicada em 1976, na revista *L'Architecture d'Aujourd'hui*, nº 185, enquanto a terceira, resultante da evolução lógica da anterior, apresenta variações atribuídas à indefinição do último fogo[22] e às intensas discussões com a associação de moradores.

[21] PORTAS, Nuno - **O Processo SAAL: entre o Estado e o Poder Local**. Coimbra: Revista Crítica de Ciências Sociais, n.º 18/19/20.1986. p. 641.

[22] Inicialmente, a Associação de Moradores 25 de Abril foi constituída por 40 famílias ao abrigo do projeto SAAL, à qual, se terá juntado a última família que, inicialmente, não estaria completamente convencida do processo. TELLES, António da Cunha – Os corajosos índios da meia praia: saudades de uma pequena aventura. **In Cidade Participada: Arquitetura e Democracia**. Lisboa: Tinta-da-china. 2022[1976]. p. 155.

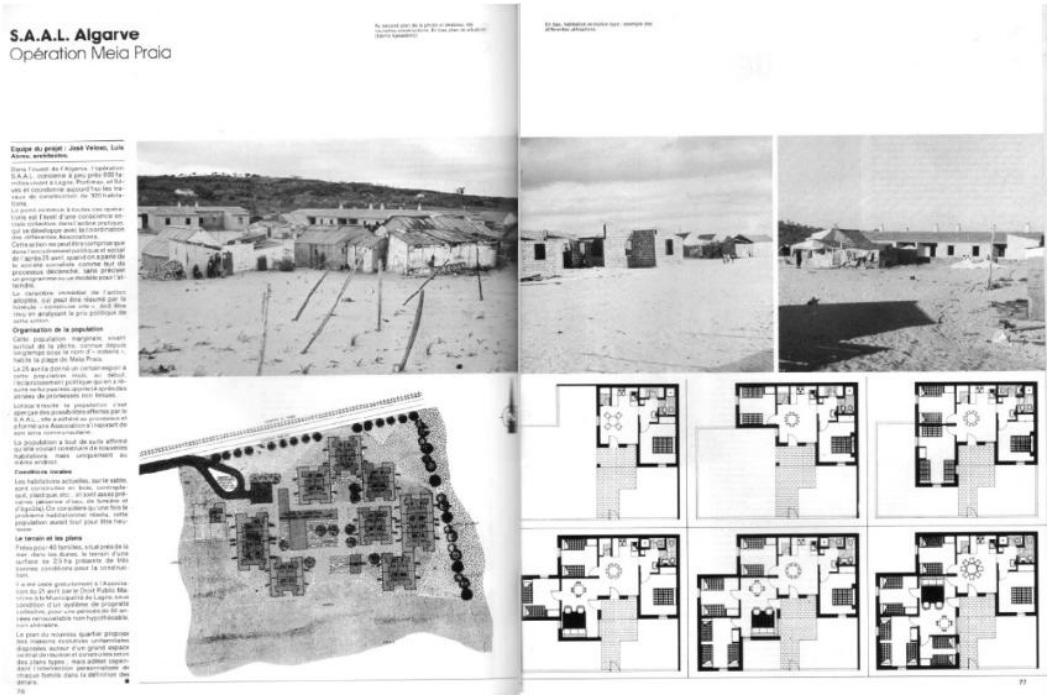


Figura 7 - Bairro 25 de Abril publicado na revista *L'Archtecture d' Aujourd'hui*.

Na planta final, identificam-se dois espaços públicos centrais, que desempenham um papel estruturante na organização do bairro.
Os conjuntos "geminados" encontram-se, na sua maioria, agrupados em conjuntos de quatro fogos, com exceção do quarteirão nascente, que agrupa oito fogos. Este quarteirão integra quatro fogos T1, não evolutivos[23], reunidos de forma a rematar o bairro neste limite oriental. Observam-se, assim, dois espaços públicos que funcionam como elementos estruturantes de todo o bairro, definindo a disposição dos quarteirões, garantindo a entrada no bairro e compondo o espaço central destinado aos equipamentos coletivos, que se abre para o mar e para a própria cidade.

Bairro 1º de Maio

Os desenhos técnicos do projeto para o Bairro da Duna evidenciam três momentos distintos: uma primeira solução no local onde se encontravam inicialmente as barracas, uma segunda proposta já para o novo terreno destinado às 31 famílias iniciais e, por fim, uma terceira versão correspondente às 18 habitações que acabaram por ser efetivamente construídas.

A memória descritiva do anteprojeto refere que os moradores ocupavam inicialmente um terreno arrendado, onde tinham construído barracas em madeira, placas de aglomerado, plásticos e telha. Mais tarde, o terreno foi adquirido pela empresa Palmares, que deixou

[23] Esta tipologia não previa evolução. Surgiu por decisão da associação de moradores, destinando-se a membros mais idosos, cujo agregado familiar não se iria alterar, ou a casais jovens. "Só existiam quatro casos que eram definitivos. Porque eram para casais mais idosos, que já não iam ter filhos e não iam precisar de ampliar a casa, ou para casais novos, como a sua primeira habitação, que seria uma questão de gestão da associação para resolver, mais tarde, a suposta evolução destas famílias.". RODRIGUES, Fátima - **Uma casa para todos e à imagem de cada um. SAAL Algarve e as consequências de um processo participativo: os bairros 25 de Abril e Zona Verde.** Porto: dissertação de mestrado, FAUP. 2014. p. 235.

de receber as rendas, levando os moradores a permanecer no local sem encargos.[24]. A intenção da empresa passava pela construção de um hotel de quatro estrelas com 900 camas, tendo sido cedido um novo terreno para a implantação do bairro.

A solução proposta no anteprojeto passava pela obtenção do terreno por acordo ou por expropriação, seguida da sua cedência pela autarquia à Associação de Moradores, em regime de direito de superfície[25]. Todavia, apesar de tal solução ter sido meticulosamente delineada como forma de assegurar estabilidade jurídica e facilitar o desenvolvimento do bairro, a sua aplicação não foi efetivamente concretizada.

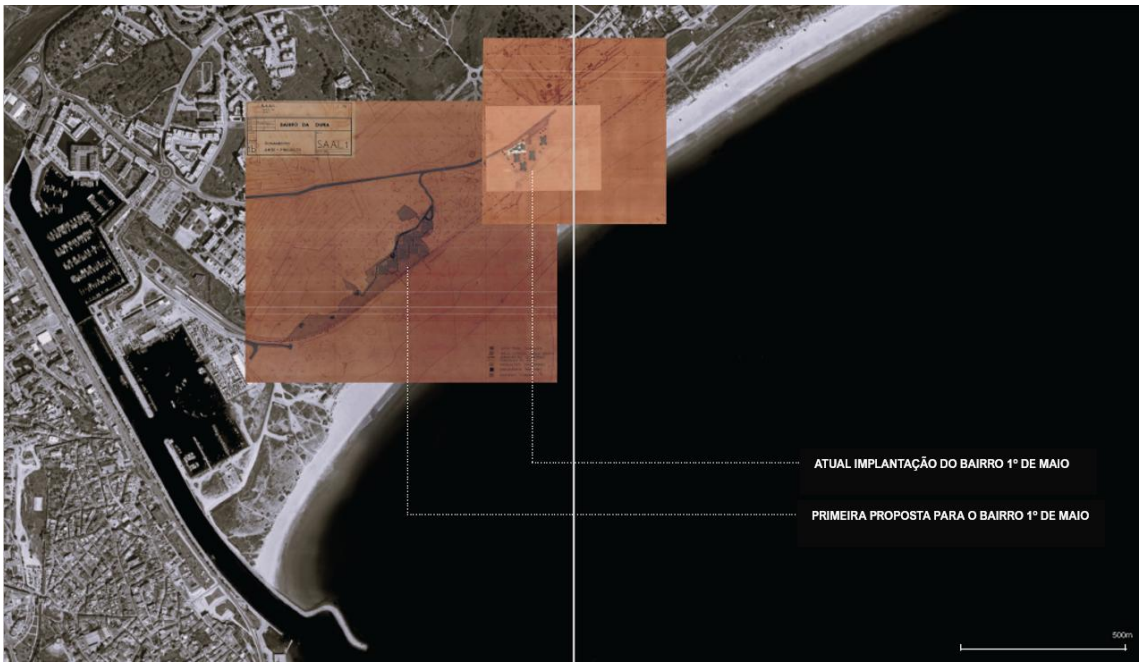


Figura 8 - Sobreposição (do autor) de fotografia aérea com desenhos das propostas para o bairro Duna. Google Earth. © Miguel Veloso.

Da autogestão à subalternidade institucional

Em 1981, a Assembleia Municipal de Lagos demonstrava preocupação com a situação dos bairros, aprovando o pedido para a autorização de concessão de direito de superfície sobre os terrenos utilizados pelas Associações de Moradores, "assumindo o compromisso de lavrar as respectivas escrituras públicas no mais breve espaço de tempo"[26].

No entanto, esta proposta não espelhou mais que o profundo contraste de expetativas que se arrastaram durante as décadas seguintes. A ausência de legalização, acompanhada da instalação de infraestruturas mínimas, muitas delas improvisadas e de má qualidade e "até

[24] Equipa de Lagos - **Memória descritiva do ante-projecto do Bairro Duna. Meia Praia. Lagos**. 1974. p. 1.
[25] Este regime contemplava a concessão gratuita do terreno, garantindo que o direito não fosse hipotecável, alienável, ou penhorável, e seria atribuído à Associação de moradores em regime de propriedade coletiva sem fins lucrativos. A concessão teria uma duração de 50 anos, renováveis por mais 20, consoante a conservação das habitações e o interesse comum representado pela autarquia, e as edificações seriam revertíveis para a autarquia ao término do direito de concessão, mediante indemnização à Associação do valor investido pelos moradores, atualizado à data. Adicionalmente, os moradores teriam direito de preferência em novos arrendamentos ou em futuras concessões. Equipa de Lagos - **Bairro Apeadeiro. Meia Praia. Lagos. Estudo de viabilidade urbanística**.1976. p. 5.
[26] FREIRE, José Manuel; VELOSO, José - **Os índios da Meia Praia (2).** Poder Local. 2016. p. 4.

com aspectos não regulamentares"[27], expôs os bairros a uma imagem pública de precariedade, que se foi agravando ao longo do tempo. Perante a dificuldade em responder às necessidades que iam surgindo, foram sendo realizadas sucessivas obras de ampliação das habitações, bem como novas construções desenquadradas do projeto e sem acompanhamento técnico ou fiscalização municipal. José Veloso afirma que esta mudança terá sido, em certa medida, incentivada pela própria autarquia, de modo a reforçar o argumento de que o bairro apresentava uma imagem de clandestinidade.[28]

Foram várias as ocasiões em que a autarquia confirmou legitimidade da presença da comunidade no local, destacando-se o ofício enviado ao Ministro das Obras Públicas, em 1990, solicitando a desafetação da área do Domínio Público Marítimo[29] onde o bairro 25 de Abril está implantado, sem que, contudo, se chegasse a concretizar a posse do terreno. A partir dos anos 2000, a situação agravou-se com a elaboração do Plano de Urbanização da Meia Praia (PUMP)[30], promovido pela Câmara Municipal de Lagos, mas desenvolvido por uma empresa privada contratada pela Palmares, proprietária do empreendimento com campo de golfe contíguo ao bairro. O plano foi aprovado em 2007, definindo a "renaturalização" do bairro 25 de Abril, e reconversão do bairro 1º de Maio em Passeio Marítimo[31], sem que considerasse os direitos adquiridos dos moradores e a legalidade da sua presença no local, ignorando, por exemplo, a existência da Declaração de Utilidade Pública relativa aos terrenos ocupados pelo bairro, emitida durante o processo SAAL[32]. O PUMP, em articulação com o Plano Diretor Municipal (PDM) de Lagos[33], estabelece as regras relativas à ocupação, uso e transformação do solo. Nos termos do artigo 4º do regulamento, esta articulação também implica que o PUMP deveria respeitar os objetivos,

---

[27] VELOSO, José – O SAAL no Algarve e os índios da Meia Praia **In Cidade Participada: Arquitetura e Democracia**. Lisboa: Tinta-da-china. 2022. p.134.

[28] *Idem, ibidem.* p.135.

[29] Em resposta à solicitação da desafetação do terreno, a Direção Geral de Marinha reconheceu a possibilidade de desafetação quando outros fins de interesse geral fossem prevalentes sobre o uso público original, conforme consta do relatório da ata da 4ª reunião da Assembleia Municipal de Lagos, realizada a 12 de outubro de 2024, que inclui o *Relatório sobre a Petição "Justiça no Bairro da Associação de Moradores 25 de Abril, Apeadeiro, Meia Praia".* Assembleia Municipal de Lagos - **Relatório sobre a petição**. 2024. p. 64.

[30] O PUMP foi elaborado pela Oficina de Arquitectura, contratada pela empresa Palmares. A Resolução do Conselho de Ministros n.º 125/2007, de 28 de agosto, aprovou o plano sem salvaguardar os direitos da comunidade residente.

[31] O Bairro 1º de Maio aparece mencionado na alínea f), do artigo 82º, onde se previa a reconversão da área ocupada em Passeio Marítimo, permitindo a instalação de equipamentos desportivos e recreativos ao ar livres e a criação de novas áreas destinadas a equipamentos, serviços, comércio e restauração de apoio ao uso balnear. Oficina de Arquitectura –**plano de urbanização da meia praia**. 2007. p. 35.

[32] O Regulamento do PUMP não menciona, no seu Título II (servidões e restrições de utilidade pública, art.º 7º), a Declaração de Utilidade Pública sobre os terrenos da Associação de Moradores 25 de Abril, definindo antes, a sua "renaturalização".

[33] Os Planos de Urbanização têm como função desenvolver e concretizar as orientações definidas nos Planos Diretores Municipais. No entanto, o município de Lagos constitui uma exceção, uma vez que, durante um período significativo, o PUMP vigorou sem que existisse um PDM eficaz que o enquadrasse. Apenas em 2015 foi aprovado um novo PDM para o município. "A opção da Assembleia Municipal de Lagos (AML) de aprovar, em 7 de Novembro de 1994, a versão definitiva do Plano Director Municipal (PDM) sem a sua prévia sujeição a inquérito público, na sequência de alterações suscitadas pelo Governo (...) originou a impugnação judicial da decisão por uma instituição financeira que se sentiu prejudicada nos seus interesses após ter tomado conhecimento das alterações à proposta inicial publicamente discutida, processo que culminou em 2002 com a anulação judicial do acto de aprovação do plano e sua respectiva perda de eficácia." "Lagos juntava-se ao reduzido conjunto de outros seis concelhos do país cujos territórios, em Janeiro de 2002, não estavam sujeitos à disciplina de um PDM eficaz (...)" MARQUES, Nuno - **A anulação judicial do acto de aprovação do PDM de Lagos**. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. 2013. pp.1-17.

regimes e condicionantes definidos pelo Plano de Ordenamento da Orla Costeira de Burgau-Vilamoura (POOC)[34], no que diz respeito à classificação e ao uso do solo, como também, às servidões de utilidade pública em áreas sensíveis como o Domínio Público Marítimo (DPM). No entanto, a análise comparada entre os regulamentos e as plantas de ordenamento, revelou incoerências e contradições nas classificações dos solos e nas respetivas propostas de uso, sobretudo na área dos bairros e do terreno contíguo ao bairro 25 de Abril, ocupado pelos campos de golfe dos Palmares.

Esta divergência permitiu evidenciar um desrespeito pelos princípios de articulação entre instrumentos de ordenamento do território, abrindo espaço para práticas de planeamento orientadas por interesses particulares em detrimento da salvaguarda do interesse público. A seletividade na aplicação do ordenamento revela um uso instrumental do discurso ecológico e do planeamento, que serve mais os interesses do capital turístico do que a proteção ambiental ou o direito à cidade. Estas incoerências não são meramente técnicas, refletem escolhas políticas sobre o que se pretende preservar e o que se pretende apagar. O PUMP, configura, acima de tudo, um ideal de modo de vida para o território, onde o ambiente, a paisagem e o turismo de alta qualidade são os principais vetores. Não só definem um público-alvo específico, como traçam uma narrativa espacial de exclusividade, em consonância com os interesses económicos que moldaram o plano. Trata-se, portanto, de uma política urbana com um propósito muito claro e de efeitos perversos, sobretudo quando se reconhece que o próprio PU foi financiado pela empresa privada, Palmares, grande promotora interessada no ramo do golfe e no turismo perto do oceano[35].



Figura 9 - The Business of Architecture.
ARCH+

[34] "O Plano de Ordenamento da Orla Costeira entre Burgau e o molhe poente da marina de Vilamoura, adiante designado por POOC, tem a natureza de regulamento administrativo e com ele se devem conformar os planos municipais e intermunicipais de ordenamento de território, bem como os programas e projectos a realizar na sua área de intervenção.". Artigo 1º do POOC de Burgau-Vilamoura. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/33-1999-531411.

[35] VELOSO, José - **Índios da Meia Praia, a Câmara de Lagos e a Palmares**. Lagos: Jornal Barlavento. 2012. p.21.

o Projeto *Palmares Ocean Living & Golf*

O *masterplan* do empreendimento *Palmares Ocean Living & Golf*, desenvolvido pelo atelier de arquitetura RCR, contempla 103 habitações unifamiliares, 357 habitações em edifícios multifamiliares, 2 hotéis e um *clubhouse*[36]. A isto soma-se o campo de golfe que ocupa grande parte do território da Meia Praia, em confronto direto com o Bairro 25 de Abril. É precisamente este confronto direto que torna o bairro uma espécie de elemento "desestabilizador" para a imagem urbana almejada, deixando-o suscetível a intervenções violentas.

O projeto dos Palmares potencia uma lógica de instrumentalização da natureza, que, longe de se assumir como um gesto de resistência ao capitalismo, perpetua a alienação e a mercantilização do território. Esta relação aparentemente espontânea, é cuidadosamente fabricada como um espaço que oferece uma vida mais próxima do oceano, afastada geograficamente da cidade e de tudo o que ela representa. A ideia de criar uma experiência de contemplação e proximidade com a natureza acaba por ser um mecanismo para vender uma imagem idealizada de um estilo de vida altamente exclusivo que está perfeitamente inserida na lógica neoliberal.



Figura 10 - Simulação (a vermelho) de graffiti em outdoor publicitário do atelier do sul. Composição do autor.

As intenções tornam-se particularmente gráficas com o apagamento do Bairro 25 de Abril dos painéis de promoção publicitários concebidos pelo Atelier do Sul. Estas constituem um ato deliberado de dominação territorial, no qual a publicidade e a imagem idealizada do projeto respondem exclusivamente à lógica de mostrar aquilo que se quer vender: a

[36] ALVES, Vítor; FIGUEIREDO, Rute; NUNES, Tiago Silva - Palmares Ocean Living & Golf e o Truque do Ilusionista. **In Jornal dos Arquitectos. N.º 263.** Lisboa. 2022. p. 51.

exclusão do bairro – um território vivo construído coletivamente – que representa tudo o que os Palmares não são.

A delimitação toma a forma física. A nascente do Bairro 25 de Abril, a construção de um muro ilegal separa as casas do campo de golfe[37]. Mais recentemente, em 2023, a construção de um passadiço a sul do bairro reforçou este processo de estrangulamento territorial, impedindo a sua expansão e estabelecendo uma barreira na sua relação com a envolvente. Como Stavros Stavrides defende, esta delimitação "não é só o processo de vedar zonas de produção ou utilizações de certos bens e recursos, mas o processo de obstruir as práticas de comunalização que tendem para a abertura da partilha"[38]
Neste contexto, a arquitetura e o urbanismo tornam-se ferramentas de separação. A sua função é organizar o território para que este funcione como um produto vendável, regulando o acesso, filtrando os utilizadores e impondo uma gramática de consumo, que esvazia toda a dimensão pública e política da cidade.

A situação atual dos Bairros

Neste contexto, a produção da imagem de desordem e informalidade torna-se funcional a uma estratégia mais ampla de controlo territorial. A consolidação dessa imagem pública de precariedade serve, não raras vezes, como base para legitimar intervenções autoritárias sob pretexto de requalificação. No Bairro 1º de Maio os anexos estão a ser demolidos e as casas reabilitadas, no entanto apenas se financiaram as operações de demolição – justificadas pela necessidade de restituir a originalidade do projeto – enquanto o ónus da reabilitação é assumido pelos moradores.

A situação expõe a tensão entre a vontade de recuperar a matriz original do bairro e as limitações práticas da sua reabilitação, num contexto em que a necessidade de legalização e a preservação das formas de vida ali construídas nem sempre convergem. A imposição de modelos normativos[39] tende, por isso, a confrontar-se com as dinâmicas evolutivas que o próprio projeto inicialmente incentivava.

No caso do Bairro 25 de Abril, profundamente alterado em relação ao seu projeto original, emergem temas como a arquitetura popular e anónima expressa nas múltiplas decorações e adaptações encontradas em cada casa. Embora se trate de intervenções individuais, estas integram-se num campo mais vasto da arquitetura vernacular algarvia.
A impossibilidade de acesso a materiais adequados e os condicionalismos ditados pela falta de recursos económicos e pela escassez de mão de obra conduziram a um desvio inevitável, traduzido em soluções improvisadas, muitas vezes obtidas em grandes superfícies comerciais.

Torna-se igualmente importante sublinhar a relevância das atividades económicas informais[40] que proliferaram no bairro ao longo das últimas décadas: um minimercado

---

[37] "É como fizeram na Alemanha, um muro da vergonha. Fazer um muro é estar a dividir as classes." Fernando Filipe Romão, morador do Bairro 25 de Abril. RTP 1 - Quem dera que a Gente Tenha. **In Linha da Frente**. [Registo vídeo]. 2018.
[38] STAVRIDES, Stavros - **Espaço Comum. A cidade como obra colectiva**. Lisboa: Orfeu Negro. 2021. p. 50.
[39] "O Sr. Presidente salientou que o Bairro 1º de Maio já foi alvo de transformações que têm permitido a limpeza e a demolição de construções ilegais no sentido de se proceder à legalização." Assembleia Municipal de Lagos - **Relatório sobre a petição**. 2024. p. 88.
[40] No caso do bairro da Duna, o restaurante teve o projeto aprovado na câmara municipal.

entretanto desativado, cujo morador foi realojado, passando o fogo para outros habitantes[41]; e o café Larita, que se tornou o principal espaço de encontro e convívio da população.



Figura 11 - Ampliações. Bairro 25 de Abril. Esquisso do autor.
Fonte: RODRIGUES, Pedro – ***Continuar a Viver.*** **Os bairros SAAL da Meia Praia: permanência e conflito num território turistificado**. Porto: FAUP. 2025. Tese de Mestrado.

Já no Bairro 1º de Maio, o restaurante teve o projeto aprovado pela autarquia, embora tenha sido explorado durante anos a título individual, sendo apenas recentemente a renda revertida a favor da Associação de Moradores. Estas estruturas, para além de responderem às necessidades básicas das comunidades, constituem espaços importantes de sociabilidade e de sustentação económica. A sua continuidade deve ser assegurada e integrada em qualquer estratégia de reabilitação, contrariando visões higienistas que tendem a apagar estas práticas em nome, mais uma vez, de uma urbanidade normativa e excludente.

A prática recente de demolir anexos levanta sérias preocupações sociais, quando assumidas como possibilidade de "projeto-piloto" a aplicar no bairro 25 de Abril, onde muitos desses anexos foram construídos para acolher filhos ou familiares sem acesso a habitação na cidade[42]. Estas estruturas informais, ainda que não legalizadas, representam respostas espontâneas a necessidades habitacionais reais e devem ser reconhecidas enquanto tal. Não se trata de perpetuar a precariedade, mas de reconhecer a complexidade destas situações e de garantir que qualquer intervenção futura seja precedida de um processo participado.

[41] História contada pelo atual morador, Pedro Romão, numa visita ao bairro.
[42] RTP 1 - Quem dera que a Gente Tenha. **In Linha da Frente**. [Registo vídeo]. 2018.

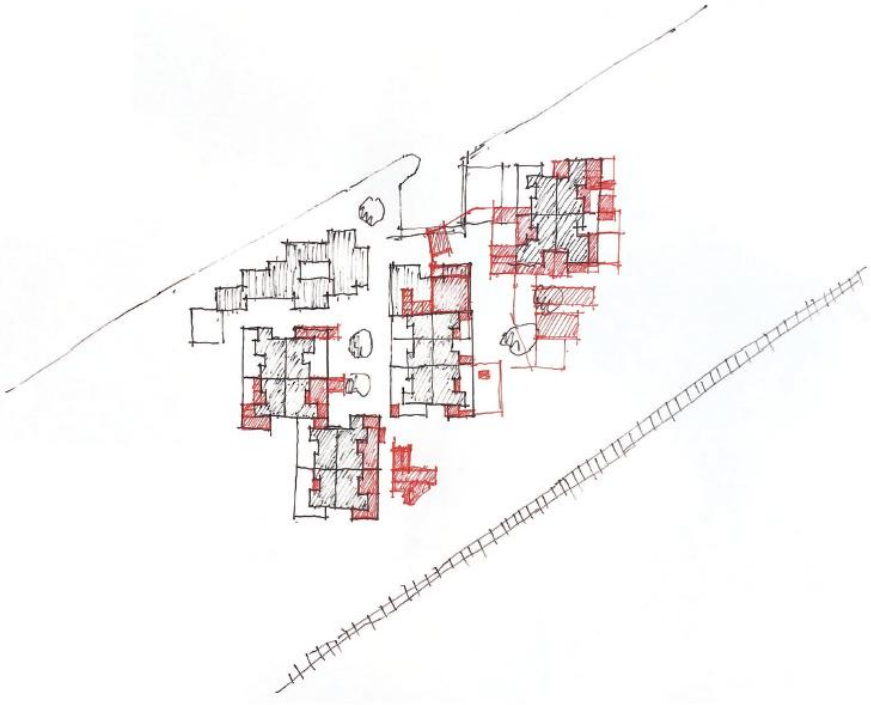


Figura 12 - Ampliações do Bairro 1º de Maio (antes das demolições). Esquisso do autor.
Fonte: RODRIGUES, Pedro – ***Continuar a Viver.*** **Os bairros SAAL da Meia Praia: permanência e conflito num território turistificado**. Porto: FAUP. 2025. Tese de Mestrado.



Figura 13 - Visitas ao Bairro 25 de Abril. Fotografias do autor.


Figura 14 - Visitas ao Bairro 1º de Maio. Fotografias do autor.

Considerações finais

Ao revisitar os bairros da Meia Praia, compreendeu-se como a arquitetura, mesmo quando emancipada das formas convencionais do poder, só pôde transformar o território até onde a estrutura político-administrativa o permitiu. A aposta na habitação evolutiva, a força das associações de moradores e a apropriação de parcelas estratégicas nas zonas de expansão das cidades revelam como o SAAL viabilizou soluções não especulativas, num contexto de urgência habitacional. No entanto, a não concretização de equipamentos coletivos e a incompletude dos espaços públicos comprometeram parte do seu alcance transformador, abrindo caminho à estigmatização e à marginalização continuada destes territórios. Constatou-se, assim, que mesmo essa arquitetura, com o seu alcance potencialmente emancipador, não foi capaz de produzir uma verdadeira rotura social, ou, pelo menos, viu essa possibilidade frustrada quando o programa foi travado ou amputado nos seus objetivos mais amplos.

A atualidade do SAAL, neste sentido, não reside apenas na sua memória ou nos seus resultados materiais, mas sobretudo na possibilidade de reativar as perguntas que levantou – sobre quem tem o direito à cidade, quem decide o que e como se constrói, e que formas de habitar podem emergir quando a arquitetura se coloca ao serviço da vida comum.
Neste quadro, a resolução fundiária dos bairros da Meia Praia constitui a base essencial de qualquer proposta de reabilitação que se queira justa e duradoura. A concessão de direito de superfície[43], enquanto regime fundiário pensado desde o início para estes bairros, afigura-se como a solução mais justa e viável, por permitir a formalização da posse e reforçar o papel da Associação de Moradores. Trata-se, em última análise, de uma forma de garantir o direito à permanência das populações, de evitar processos de gentrificação e de bloquear lógicas de valorização imobiliária que esvaziam o significado histórico destes lugares.

Impõem-se, portanto, um compromisso político claro: impedir que bairros nascidos da luta por uma cidade mais justa sejam agora absorvidos por lógicas de mercado que contradizem os seus princípios fundadores.

É também neste contexto que deve ser repensado o valor patrimonial destes bairros. O que deve ser considerado património? E quem decide?[44]

A memória dos bairros da Meia Praia não pode ser dissociada da história da Revolução, das formas coletivas de organização popular e das práticas quotidianas que aí se desenvolveram. O seu valor simbólico, cultural e arquitetónico ultrapassa largamente os critérios clássicos de monumentalidade ou autenticidade material. Mais do que a arquitetura construída, é a dimensão imaterial do próprio processo SAAL que lhe confere um valor singular. Esta dimensão manifesta-se nas formas de organização comunitária, na construção participada e na luta anticapitalista pelo direito à cidade. Por isso, os bairros

[43] Diário da República - **Direito de superfície.** (s.d). https://diariodarepublica.pt/dr/lexionario/termo/direito-superficie.

[44] "(...) a memória é sempre uma construção social, que vai se renovando com o tempo e pelas diversas gerações. Tudo que ganha visibilidade corresponde a uma escolha, e sempre é o resultado de uma luta de visões, interesses e classes. O patrimônio constitui o testemunho físico dessa construção da memória coletiva. E uma amostra dessa tensão, evolução e escolha está na história das próprias diretrizes das cidades." MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida - **Política e arquitetura**. São Paulo: Editora Olhares. 2021. p. 136.

SAAL da Meia Praia, enquanto *continuarem a viver*[45], permanecem como testemunhos dessa resistência.

Bibliografia

AGAREZ, Ricardo Costa – **A construção do Algarve**. Porto: Dafne Editora, 2023.

ALVES, Vítor; FIGUEIREDO, Rute; NUNES, Tiago Silva – **Palmares Ocean Living & Golf e o truque do ilusionista**. Jornal dos Arquitectos, n.º 263, 2023.

BANDEIRINHA, José António – **O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.

BANDEIRINHA, José António – **O Processo SAAL: as especificidades geográficas no SAAL**. 2014. [Registo vídeo].

BANDEIRINHA, José António – **25 de Abril: uma revolução urbana: entrevista**. 2016. [Registo vídeo].

BISMARCK, Pedro Levi **– Arquitectura e «pessimismo»**. Porto: Stones Against Diamonds, 2020.

COSTA, Alexandre Alves – 1974–1975, o SAAL e os anos da revolução. In BECKER, Annette; TOSTÕES, Ana; WANG, Wilfried (Orgs.) – **Portugal: arquitectura do século XX**. Munique: Prestel, 1997.

COSTA, Alexandre Alves – Uma perigosa unidade. In COSTA, Ana Alves; COSTA, Miguel Reimão (Coords.) **– Cidade participada: arquitectura e democracia. Algarve**. Lisboa: Tinta-da-China, 2022.

COSTA, Ana Alves; COSTA, Ana Catarina; FERNANDEZ, Sergio (Coords.) – **Cidade participada: arquitectura e democracia: Operações SAAL – S. Victor**. Lisboa: Tinta-da-China, 2019.

COSTA, Ana Alves; FERNANDEZ, Sergio (Coords.) **– Cidade participada: arquitectura e democracia: Operações SAAL – Antas, Pedro Ramalho**. Lisboa: Tinta-da-China, 2020.

COSTA, Ana Alves; COSTA, Miguel Reimão (Coords.) – **Cidade participada: arquitectura e democracia: Operações SAAL – Algarve**. Lisboa: Tinta-da-China, 2022.

COSTA, Ana Catarina – **O simpósio «SAAL: em retroprospectiva». Algumas considerações sobre as condições necessárias à crítica**. Revista Punkto, junho 2014.

COSTA, Ana Catarina **– O campo da arquitectura na construção da cidade democrática: processo SAAL/Porto**. Porto: FAUP, 2022.

[45] RODRIGUES, Pedro – ***Continuar a Viver.*** **Os bairros SAAL da Meia Praia: permanência e conflito num território turistificado**. Porto: FAUP. 2025. Tese de Mestrado.

DAVID, Briggite – Le S.A.A.L. ou l'exception irrationnelle du système. In **L'Architecture d'aujourd'hui**. Paris: Jean-Michel Place, n.º 185, mai/jun. 1976.

DIAS, Francisco Silva; GONÇALVES, Rui Mário – **10 anos de artes plásticas e arquitectura em Portugal 1974–1984**. Lisboa: Caminho, 1985.

DIAS, Francisco Silva; PORTAS, Nuno – **Habitação evolutiva**. Arquitectura, n.º 126, 1972.

FOLGADO, Madalena – **Se isto fosse um paraíso feito de nada: entrevista a Uma Arqueologia da Utopia**. Revista Punkto, 2023.

FREIRE, José Manuel; VELOSO, José – **Os índios da Meia Praia (2)**. Poder Local: revista da Administração Democrática, 2016.

HAN, Byoung-Chul – **O aroma do tempo**. Lisboa: Relógio D'Água, 2016.

LEFEBVRE, Henri – **O direito à cidade**. Lisboa: Letra Livre, 2012 [orig. 1968].

MONTANER, Josep Maria; MUXÍ, Zaida - **Política e arquitetura**. São Paulo: Editora Olhares. 2021.

MOTA, Nelson – **An archaeology of the ordinary: rethinking the architecture of dwelling from CIAM to Siza**. Delft: Delft University of Technology, 2014.

PAUPÉRIO, João; REBELO, Maria – **When architects work for people not profit: revolution and the architecture workers movement in Portugal**. 2019.

PAUPÉRIO, João; REBELO, Maria – **Cada casa é uma utopia inacabada**. Revista Punkto. 2021.

PEREIRA, Gaspar Martins – **SAAL: um programa de habitação popular no processo revolucionário**. História: Revista da FLUP, IV série, vol. 4, 2014, p. 13-31.

PORTAS, Nuno – **O processo SAAL: entre o Estado e o poder local**. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, nº 18/19/20, 1986.

PORTAS, Nuno – **A habitação social**. Porto: CODA, ESBAP, 1969.

STAVRIDES, Stavros **– Espaço comum: a cidade como obra colectiva**. Lisboa: Orfeu Negro, 2021.

TRAVASSO, Nuno – O pilar que falta edificar. In **E depois da revolução: cinco décadas de democracia**. Lisboa: FFMS, 2023.

VELOSO, José – **A rábula do debate público**. Jornal Barlavento, 2007.

VELOSO, José – **O guarda-chuva da técnica para o ataque aos direitos**. Jornal Barlavento, 2007.

VELOSO, José – **A última aldeia de pescadores**. Jornal Barlavento, 2011.

VELOSO, José – **Índios da Meia Praia, a Câmara de Lagos e a Palmares**. Jornal Barlavento, 2012.

VELOSO, José – **SAAL, a responsabilidade de cada um**. Correio de Lagos, 2012.

VELOSO, José – Acolher e habitar contra-corrente. In **Conversas à volta da resiliência e tenacidade: Viveracidade**. 2013.

Parque Ecológico das Sucupiras: Memorial Vivo do Cerrado para o Plano Piloto de Brasília

Arthur Machado Dinis
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
arthurmachadodinis@gmail.com

Ana Sousa Brandão Alves Costa
Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
ascosta@arq.up.pt

Resumo: O trabalho centra-se em um projeto que responde ao Plano de Manejo do Parque Ecológico das Sucupiras em Brasília, Brasil. O Parque é uma Reserva Ecológica na região central da Zona Metropolitana da cidade que protege um pedaço do bioma savânico autóctone da região: o Cerrado. O Parque, adjacente ao Eixo Monumental, é fruto de um processo de mobilização de moradores do local que, organizados na Associação Parque Ecológico das Sucupiras – APES – reivindicaram a proteção dessa zona, que desde então está sob risco constante de descaracterização. Cercado por área urbana consolidada e forte pressão imobiliária, a manutenção de sua condição de reserva ecológica demanda um esforço constante de mediação entre as realidades da cidade e do Cerrado. Para garantir que se faça cumprir seu papel, a APES e os demais órgãos responsáveis elaboraram um Plano de Manejo, estabelecendo diretrizes para o funcionamento do Parque. O que se propõe é utilizar das ferramentas próprias da arquitetura para interpretar e propor sobre esse contexto no esteio de recentes investigações que problematizam as fronteiras entre patrimônio construído e patrimônio natural, buscando construir uma armação teórica que, a partir desse caso concreto, integre uma discussão mais ampla sobre o papel da arquitetura na urgência do debate cultura/natureza. Configura-se portanto, como uma experiência de colaboração entre ativismo, produção artística e acadêmica em prol da defesa das condições de habitação nas cidades brasileiras para todas as espécies.

Palavras-chave: Brasília, Cerrado, Monumento, Paisagem, Patrimônio

Introdução

O inverno de 2024 ficará na memória da população do Centro-Oeste brasileiro. A região esteve imersa em fumaça por semanas enquanto atravessava o período de estiagem – *a seca* – mais intensa que se registrou nas últimas décadas. No Distrito Federal, o incêndio sem precedentes no Parque Nacional de Brasília – uma área de Cerrado protegida – cobriu o Plano Piloto de fuligem. As queimadas não são novidade na região, mas nunca a haviam atingido com tanta contundência.[1]

Para além de abrigar seu centro político, o Centro-Oeste tem se consolidado como centro econômico do Brasil, que tem seus pólos produtivos historicamente situados em regiões costeiras. Esse processo de interiorização está relacionado ao avanço do cultivo de monoculturas, como a da soja, e à atividade pecuária. O *agronegócio*, como é conhecido, tornou-se simultaneamente o motor econômico do país e o grande agente do desmatamento extensivo.[2]

A exportação de bens primários enquanto centro da atividade econômica produtiva tem solidificado a posição do Brasil como "celeiro do mundo", marcadamente desde a sua *redemocratização* (1985). Apesar disso, durante o século passado, o estímulo ao crescimento industrial e urbano do país foi fundamental para avançar as fronteiras dessa *linha-de-fogo* até seu estado atual.

Se hoje o avanço sobre o bioma Amazônico é uma importante pauta ambiental internacional é porque esse movimento coincide com o avanço brasileiro sobre o próprio território: da costa em direção ao interior, Mata Atlântica e Cerrado são os biomas que mais sofreram com a ação humana, respectivamente.[3]

O Cerrado é a savana tropical autóctone da região central da América do Sul. O bioma ocupa aproximadamente 20% do território brasileiro, estendendo-se por cerca de 2 milhões de km^2. Sua vegetação, marcada por gramíneas, arbustos e árvores baixas e retorcidas, está adaptada aos longos períodos de seca que caracterizam a região.[4]

Apesar estar adaptado para lidar naturalmente com o fogo, pesquisadores afirmam que o aumento da escala e da gravidade das queimadas no Cerrado, como as que recentemente atingiram Brasília, tem relação direta com a crise climática e o impacto humano no geral, e em específico com o vertiginoso avanço dos interesses econômicos sobre o *natural*. Como um *ouroboros* maldito, o avanço sobre o Cerrado tem acentuado ainda mais o seu próprio desvanecimento.[5]

---

[1] SCHWINGEL, Samara; MARTINS, Jonatas – 2024 é O Ano Que Mais Teve Chamados Para Incêndios Em Vegetação No DF. **Metrópoles,** 2024.

[2] VEIGA, Edison – Desmatamento No Cerrado Pode Inviabilizar Agronegócio. **DW Brasil**, 2024.

[3] TAVARES, Paulo; LAMBERT, Leopold – The Amazon Forest, a Brazilian Colonial Frontier for over Two Centuries. **The Funambulist** Nº 43, 2023.

[4] WESELY, Michael; KIM, Lina – **Arquivo Brasília.** São Paulo: Cosac Naify, 2010, p. 8.

[5] GUARALDO, Lucas – Área Queimada No DF Em Setembro Já é 24% Maior Do Que a Registrada O Ano Todo. **IPAM Amazônia**, 2024.



Figura 1 – Avião combatendo incêndio no Parque Nacional de Brasília; Marcelo Camargo / Agência Brasil. 2024.

Desenvolvimento

Essa história, entretanto, não se inicia agora e muito menos com a emblemática construção da nova capital. A colonialidade, que há muito se manifestou – e se manifesta – no Brasil com um cariz exploratório muitíssimo elevado, inaugura e nos deixa como legado um senso de *descontinuidade* entre a forma que se vive e o território em que se habita.

No âmbito da construção de Brasília, o olhar – *descontinuado* – sobre o Cerrado é evidente nos relatos das principais figuras associadas ao projeto da cidade, que, repetidamente, referiam-se à sua vegetação nativa como *deserto*. Como bem aponta o arquiteto Ciro Miguel, "referir-se à paisagem ao redor de Brasília como *deserto* foi uma estratégia para construir uma narrativa de um espaço em branco, improdutivo, disponível para ocupação e exploração." [6] O pressuposto da "terra vazia" estrutura o discurso sobre Brasília. A construção desse mito, de forma deliberada, "apagou intencionalmente culturas, fauna e flora anteriores, repetindo a abstração de projetos coloniais de outrora." [7]

O legado de Brasília, entretanto, no sentido da ocupação econômica do território, em muito ultrapassa o lugar imediato onde foi erguida. A nova cidade encabeçava um amplo projeto de ocupação do território nacional por meio de uma extensa rede rodoviária que conectava a capital ao resto do país. Destaca-se a construção da Rodovia Belém-Brasília, que ao cruzar o

[6] MIGUEL, Ciro – White Buildings, Red Dust: Brasilia in Ektachrome Colour. **Sophia Journal** 8, no. 1, 2023, p. 138.
[7] *ibid.*

Cerrado em direção à Amazônia, estabeleceu uma plataforma para se alcançar as regiões recônditas no interior do continente, outrora inacessíveis ou de difícil acesso. [8]

Dessa forma, as rodovias serviram como principal vetor de ocupação do Planalto Central brasileiro, que, aliadas ao desenvolvimento da agricultura mecanizada e ao aumento no uso de insumos químicos, tornou possível o avanço contínuo da agricultura de caráter extensivo na região.[9]

No Cerrado, entre 1985 e 2021, as atividades agrícolas aumentaram em 508%, passando de 4 milhões para quase 25 milhões de hectares, dos quais cerca de 20 milhões são apenas de soja. Só esse insumo ocupa cerca de 10% da área total do bioma e já existem evidências de que a acelerada antropização do Cerrado tem tido impacto direto no clima na região.[10]

Como muito bem aponta o arquiteto Paulo Tavares, "a violência contra a própria terra espelha a violência contra aqueles que a cultivaram e a protegeram desde tempos imemoriais." [11] O avanço sobre o Cerrado é, portanto, um capítulo central da relação predatória que o Brasil tem consigo mesmo e que hoje, ao se fazer sentir de forma significativa, acaba por se confundir com as discussões contemporâneas sobre um projeto de país.

A construção de Brasília, para além de viabilizar concretamente o avanço sobre o interior brasileiro, atualiza formal e simbolicamente o ímpeto de auto-colonização nacional, consagrando-o. A Arquitetura teve, nesse contexto, um papel central: deu forma e palco concreto para o imaginário difuso de um Brasil que se afirmava moderno, ao mesmo passo que buscava estabelecer continuidade com os processos coloniais.

Na situação do concurso para a nova capital, Lúcio Costa, que seria o vencedor e eventual responsável pelo projeto urbano da cidade, descreve seu esquema de implantação como "um ato deliberado de posse, um gesto de sentido ainda desbravador, nos moldes da tradição colonial. Dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz." [12]

Apesar da referência direta ao gesto colonial cruciforme, o desenho da cidade é, em grande parte, associado com a figura de um avião, ao ponto de que os diferentes bairros do Eixo Residencial são popularmente chamados de Asa Sul e Asa Norte. Como refere Tavares: "A metamorfose da cruz em avião rumo ao progresso, é outra entre tantas construções simbólicas

---

[8] WESELY, Michael; KIM, Lina – **Arquivo Brasília.** São Paulo: Cosac Naify, 2010, p. 19.

[9] PASTORE, Julio Barêa. – **O Cerrado Enquanto Paisagem: A Dinâmica Da Apropriação Paisagística Do Território. Doutoramento**, Universidade de São Paulo, 2014, p. 123-124.

[10] Em 38 Anos O Brasil Perdeu 15% De Suas Florestas Naturais. **MapBiomas**, 2023.

[11] TAVARES, Paulo – Against the Ruralization of the Amazon: The Forest as Architectural Heritage. In **On Architecture and the Greenfield,** editado por MALTERRE-BARTHES, Charlotte. Berlim: Hatje Cantz, 2024, p. 89.

[12] INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). Superintendência do Iphan no Distrito Federal; DISTRITO FEDERAL (Brasil). Secretaria de Estado de Cultura – **Relatório do Plano Piloto de Brasília. 4.** ed. Brasília: Iphan-DF, 2018, p. 29.

da relação entre colonialismo e modernidade na formação nacional tão bem representada em Brasília.” [13]



Figura 2 – Integração Nacional. Jesco von Puttkamer / Arquivo Brasília (2010). Ano desconhecido.

SUCUPIRAS

Nas imediações da Praça do Cruzeiro, adjacente ao Eixo Monumental, ao lado do lugar onde JK reeditou o mito de fundação colonial na situação do início das obras para a nova capital, encontra-se uma situação contemporânea de conflito: o Parque Ecológico das Sucupiras. Situado entre o Eixo Monumental e o bairro do Sudoeste, o Parque é fruto de um processo de mobilização de moradores do local que, organizados na Associação Parque Ecológico das Sucupiras (APES), reivindicaram a proteção dessa zona, que servia informalmente enquanto depósito de lixo.

Desde sua demarcação enquanto *Reserva,*[14] em meados dos anos 2000, o Parque se tornou um importante núcleo para o bairro e para a cidade, conciliando o esforço de preservação do

[13] TAVARES, Paulo – Brasília: Colonial Capital. The Settler Colonial Present **e-flux architecture**, 2020.

[14] Segundo o Sistema Distrital de Unidades de Conservação (SDUC): “O Parque Ecológico tem como objetivo conservar amostras dos ecossistemas naturais, da vegetação exótica e paisagens de grande beleza cênica; propiciar a recuperação dos recursos hídricos, edáficos e genéticos; recuperar áreas degradadas, promovendo sua revegetação com espécies nativas; incentivar atividades de pesquisa e monitoramento ambiental e estimular a educação ambiental e as atividades de lazer e recreação em contato harmônico com a natureza.” In ECOSOUL. **Elaboração do Plano de Manejo Do Parque Ecológico Das Sucupiras.** Brasília: IBRAM, 2022, p. 7-10.

Cerrado com atividades educativas e de lazer. Apesar dos esforços da APES, que continua mobilizada, o Parque das Sucupiras esteve, durante toda sua existência, sob risco constante de descaracterização. Cercado por área urbana consolidada, a manutenção de sua condição de *reserva ecológica de uso sustentável*[15] demanda um esforço constante de mediação entre as realidades da cidade e do Cerrado a ser protegido.

Essa situação, já frágil, ficou ainda mais sensível face à pressão exercida pela recente expansão do bairro do Sudoeste sobre um antigo terreno adjacente ao Parque. O lote, que até então pertencia à Marinha do Brasil, guardava um grande trecho de mata nativa. Em 2019, 14 hectares de Cerrado, cercados desde os tempos da fundação da cidade, foram derrubados para abrir caminho para a construção do que já se tornou o metro quadrado mais caro da cidade.” [16]

Prontamente, setores associados às novas quadras buscaram apoderar-se do Parque, descaracterizando-o. Em contrapartida, a resposta da sociedade civil organizada em oposição à apropriação indevida da área teve como conquista recente a elaboração de um outro projeto de Parque, que contempla a sua permanência e funcionamento como reserva.

Formalizou-se um *Plano de Manejo*, ferramenta legal que detalha o funcionamento de uma *Unidade de Conservação* – uma reserva. Esse Plano é uma contribuição interdisciplinar que explicita um programa para a manutenção do Parque, propondo intervenções que melhor amparem seu uso pela população, na mesma medida em que preserva sua condição de reserva ecológica.

Esse trabalho, desenvolvido a partir de um diálogo próximo com a Associação, buscou elaborar uma proposta que respondesse a esse programa de Parque, na mesma medida que buscasse responder também às diferentes dimensões do projeto de Brasília. Propõe-se tirar partido da proximidade ao Eixo Monumental para mobilizar os instrumentos de que a Arquitetura dispõe na disputa em torno do Parque Ecológico das Sucupiras.

---

[15] Área onde se busca conciliar a conservação da natureza com a exploração sustentável dos recursos naturais, permitindo atividades humanas que não comprometam a regeneração dos ecossistemas.

[16] Sudoeste Tem Metro Quadrado Mais Caro Do DF', Diz Pesquisa; Veja Ranking Das Regiões Com Preços Altos Na Capital. **G1 DF**, 2025.



Figura 3 – Localização do Parque Ecológico das Sucupiras no Plano Piloto de Brasília. Elaborado pelo autor. 2026.

"PODEM-SE REIVINDICAR AS ÁRVORES COMO MONUMENTO?"[17]

Face às disputas envolvendo a expansão do Sudoeste, Fernando Lopes, presidente da APES, delimitou as perspectivas da Associação para o Parque: "A nossa intenção é preservar a área como um sítio de pesquisas botânicas, atividades ligadas a educação ambiental, instalação de viveiros, **edificação de um memorial,** além de um local de contemplação do pôr-do-Sol e contato com a natureza." [18]

A historiadora Françoise Choay define o *monumento* como "qualquer artefato edificado por uma comunidade de indivíduos para se recordarem, ou fazer recordar a outras gerações de pessoas, acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças."[19] É sabido também que o desenvolvimento das *memórias artificiais* como a imprensa, a televisão, o cinema e a fotografia – têm alterado significativamente a relação das sociedades *mediatizadas* com o passado.

---

[17] TAVARES, Paulo – **Derechos No Humanos Y Otros Ensayos Acerca De La Arquitectura Del Bosque.** Lugo: Bartlebooth, 2022, p. 27-31.

[18] LOPES, Fernando in BEZERRA, Laezia – Parque Das Sucupiras Reflete Belezas Do Cerrado Bem No Coração De Brasília. **Correio Braziliense**, 2023.

[19] CHOAY, Françoise – **A Alegoria do Património**. Lisboa: Edições 70, 2000, p. 16-18.

Choay distingue as categorias de *monumento,* criado *a priori;* e de *monumento histórico*, criado *a posteriori.*[20] Apliquemos as duas noções a Brasília. A transferência da capital foi uma operação tão simbólica quanto concreta. Os meios pelos quais a operação simbólica se deu foram justamente as mídias de massa, que segundo Choay, tornam possível a "semantização do monumento-sinal." [21]

A consciência desse potencial, expressa no desenho da nova capital, esteve muito clara para seus idealizadores. As imagens da cidade, construídas "para legitimar um discurso de *progresso*'," [22] circularam em massa no país e no mundo. Brasília nasceu para ser *monumento*, em todas as escalas possíveis. A cidade está repleta deles: m*onumentos* propriamente ditos, *edifícios-monumento* e até mesmo a própria cidade constitui-se enquanto uma espécie de *cidade-monumento.* Existe no projeto urbano da cidade toda uma *escala* dedicada exclusivamente a essa função: a escala monumental.

Na contemporaneidade, o *monumento* perdeu relevância face à consolidação das memórias prostéticas. Em contrapartida, o *monumento histórico* passa a deter maior capacidade de edificar os "monumentos autênticos" em nosso tempo.[23] Destaca-se o caso da *memorialização* do campo de batalha de Verdun, importante palco da Primeira Guerra Mundial, onde a paisagem esteve disponível para que lhe fosse atribuída uma função de memória.[24]

O Plano Piloto de Brasília é bastante arborizado. Os espaços verdes na cidade são, entretanto, artificiais. Dos *cinturões verdes* das superquadras de Lúcio Costa ao *Parque da Cidade* de Burle-Marx, os jardins urbanos da cidade foram, em sua maioria, construídos.

A vegetação do Cerrado foi substituída, em grande parte, na área urbana planejada da cidade e em seu lugar foram introduzidas espécies comuns em outras regiões do país. Uma área verde "antiga" no Plano Piloto, ou seja, onde as árvores introduzidas já se desenvolveram, remete mais aos vistosos bosques da Mata Atlântica do que à paisagem savânica que circundava a cidade.

Os espaços de Cerrado remanescentes no Plano Piloto ficaram relegados ao segundo plano e, em geral, não configuram "espaços de estar". Os trechos de mata autóctone remanescentes geralmente podem ser encontrados em lotes cercados, pertencentes a algum órgão público que ainda não construiu nada ali. Por isso, não é de se estranhar que, no vocabulário urbano brasiliense, o Cerrado seja entendido enquanto "vazio" – um *terrain vague* que está à espera de, pela construção, tornar-se "algo".

---

[20] *ibid.* p. 21.

[21] *ibid.* p. 20.

[22] MIGUEL, Ciro – White Buildings, Red Dust: Brasilia in Ektachrome Colour. **Sophia Journal** 8, no. 1, 2023, p. 138.

[23] CHOAY, Françoise – **A Alegoria do Património**. Lisboa: Edições 70, 2000, p. 20.

[24] *Ali não foi necessário qualquer artista intercessor, bastou uma simples operação metonímica. O peso do real, de uma realidade intimamente associada à dos eventos comemorados, é aqui mais poderoso do que qualquer símbolo. O campo, tornado monumento, participa da relíquia."* in CHOAY Françoise – **A Alegoria do Património**. Lisboa: Edições 70, 2000, p. 21.

As reminiscências do bioma original na região central da cidade são escassas e desconexas. O Parque das Sucupiras é uma importante ilha no que outrora foi um "mar" e hoje é um tímido arquipélago. Sua qualidade de *santuário*, reforça o quanto o Cerrado, que cerca de 70 anos atrás estendia-se por toda a região, hoje é um verdadeiro *vestígio*, legado concreto dos projetos de ocupação territorial predatórios no Centro-Oeste brasileiro.

Em tempos de Antropoceno e catástrofe climática iminente, o repensar das práticas arquitetônicas têm oferecido ferramentas para a construção de estratégias de *prolongamento*. Os debates em torno do patrimônio, ao investigar alguns paradoxos intrínsecos à disciplina, têm revelado algum potencial subversivo.

A arquiteta Charlotte Malterre-Barthes defende que "uma valorização 'total 'do existente – desde os edifícios até a camada superior do solo – implica uma redefinição do patrimônio como algo que se aplica a mais do que artefatos a serem protegidos. Que os marcos legais que protegem edifícios de valor cultural, estético e histórico possam ser estendidos a todas as outras coisas – espaciais, culturais, não humanas e todos os componentes vivos."[25]

Nesse contexto, interpretar o Parque das Sucupiras como *vestígio* e admitir seu valor de documento da construção da paisagem brasiliense poderia viabilizar categorias legais adicionais para fortalecer o manejo proposto. Por sua localização – adjacente ao Eixo Monumental – a categoria, defasada, de *monumento* poderia, taticamente, servir como um "*dispositivo de defesa",* evocando seu potencial de salvaguarda. [26]

O que deveria ser, portanto, um memorial para o Cerrado no parque senão o próprio Parque e o Cerrado – vivo – que ele mantém?



Figura 4 – Construção de Brasília. Autor desconhecido / ArPDF. Ano desconhecido.

[25] MALTERRE-BARTHES, Charlotte – **A Moratorium on New Construction.** Critical Spatial Practice Series. Editado por HIRSCH, Nikolaus; MIESSEN, Markus. Vol. 14, Londres: Sternberg Press, 2025, p. 83-88.

[26] CHOAY, Françoise – **A Alegoria do Património**. Lisboa: Edições 70, 2000, p. 16.

MONUMENTALIDADE À MARGEM

O projeto do Plano Piloto de Brasília prevê quatro escalas: *Monumental, Residencial, Gregária e Bucólica.* O parque, por estar disponível de forma condicionada ao público, enquadrar-se-ia na escala Bucólica da cidade. Entretanto, o conjunto das condições nas quais se insere o Parque das Sucupiras permite tirar partido desse zoneamento presente no desenho de Brasília, evidenciando as distorções que estão presentes em toda a história da cidade.

A compreensão do Cerrado como patrimônio natural aliada à proximidade do Parque em relação ao Eixo Monumental – que é patrimônio urbano-arquitetônico de relevância internacional – representa uma oportunidade de propor a pergunta: *se a manutenção dos biomas é condição para a qualidade da vida nas cidades e no planeta como um todo – não pode o Cerrado ser patrimônio arquitetônico?*

Se a categoria de *patrimônio natural* quase não foi o suficiente para proteger o Parque dos avanços do setor imobiliário, que o seu reconhecimento enquanto vestígio, enquanto documento dos processos de urbanização e ocupação do Cerrado, possa oferecer a ele também os dispositivos de proteção legal voltados ao campo da *cultura*.

Propõe-se, então, a inclusão do Parque Ecológico das Sucupiras no circuito de monumentos e equipamentos culturais articulados pelo Eixo Monumental, como o *Memorial Vivo do Cerrado.* O valor documental da vegetação ali preservada, paisagens *cultural* e *natural* da cidade, sobrepostas, passaria também a compor, a partir de então, a intersecção entre as escalas *bucólica* e *monumental*, permitindo a aplicação de categorias legais adicionais que reforçam o manejo e a preservação do espaço.
A proposta de um "memorial-vivo" para o Cerrado, adota uma expressão contraditória para expressar uma contradição: ainda que esse bioma já não exista como *natureza natural"* no Plano Piloto, ele não poderá existir como *natureza socialmente fabricada?*

O que se propõe é a formalização dessas contradições numa resposta às necessidades do Parque e da comunidade que o mantém. Tirando proveito da sua implantação e do traçado urbano de Brasília, a formalização do Parque Ecológico pode materializar uma presença que faça frente aos vetores que caracterizam a Brasília contemporânea. Marcaria, assim, posição tanto em relação ao *apelo simbólico* que representa o Eixo Monumental, quanto ao *motor concreto* que é o *avanço da especulação imobiliária.*



Figura 5 – Escalas predominantes no Plano Piloto. Elaborado pelo autor. 2025.

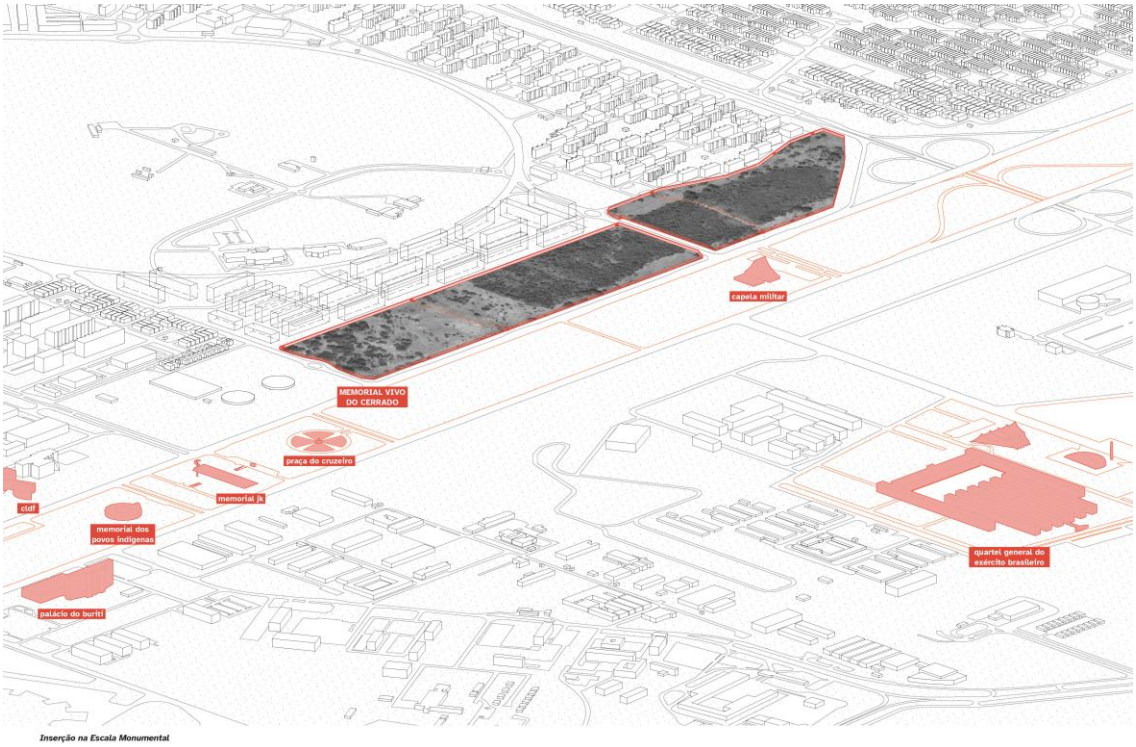


Figura 6 – Inserção do Memorial Vivo do Cerrado na escala monumental. Elaborado pelo autor. 2025.

PROGRAMA: LIMITE E SUPORTE

A formalização do Memorial Vivo do Cerrado, associada ao Plano de Manejo pode ser resumida, para efeitos de *projeto arquitetônico*, no desenho do *'limite'* e no desenho dos *suportes* .

A cerca, enquanto dispositivo arquitetônico, é algo a se evitar. No entanto, ela aparece aqui como um elemento necessário para viabilizar o *prolongamento* do Cerrado protegido no PES.[27] Uma espécie de torniquete que, não ideal, se faz necessário para estancar uma ferida para a qual ainda não encontramos remédio.

O desenho do *limite* demanda uma solução que proteja sem isolar e que encerre sem sufocar. Como resposta, propõe-se uma cerca composta por um elemento simples, tensionado e translúcido, que possa ter sua forma ajustada conforme coincida com árvores sem que se perca a clareza de escala como reação ao seu entorno.

Para configurar os acessos, projetam-se umbrais que pontuam o ritmo do limite. Desenhados como paredes de taipa realizadas com a rubra terra local, esses elementos configuram os portões de acesso. Sua quantidade e implantação estão especificadas no Plano de Manejo, que as posiciona junto aos blocos circundantes e aos caminhos de terra preexistentes, conhecidos em Brasília como *caminhos do desejo.*[28] Tira-se partido destes trajetos, caminhos orgânicos que surgem dos atravessamentos ligados ao trabalho que conectam a rede viária do Eixo Monumental com os blocos residenciais a Sul do Parque. Para conferir condições dignas a esse pedestre, os caminhos associados ao trabalho serão formalizados de forma sutil e permeável.

Acompanhando os acessos, estão as estruturas de *suporte*. Para garantir o cumprimento das diretrizes de funcionamento do Parque, estão previstos zeladores em cada portão, portanto, fez-se necessário a elaboração de estruturas de apoio. As guaritas devem servir também de ponto de apoio para quem visita o Memorial Vivo do Cerrado, oferecendo amparo ao utente.

Os elementos construídos, entretanto, não são propostos como construções perenes. Antes, visto que são propostos como uma resposta tática num contexto de produção de cidade desfavorável à sua existência, entende-se que sua construção precisa evidenciar seu caráter contingente: *postes e telas, paredes feitas de terra e cabanas pontuando seu interior com pontos de apoio.*

Essa "outra monumentalidade", que, como reivindicava Lina Bo Bardi "não se quer 'elefântica,'"[29] também pretende pôr em debate o papel da arquitetura em contextos de tensão social e cultural: como pode o conteúdo de uma arquitetura ser perene quando seu uso segue as contingências de uma disputa?

---

[27] MORENO, Saulo – Plano De Manejo Do Parque Das Sucupiras é Tema De Ciclo De Palestras. **Agência Brasília**, 2023.

[28] ALEGRETTI, Laís – 'Linhas De Desejo': Os Caminhos Inventados Por Pedestres Na Cidade Feita Para Carros. **BBC News Brasil**, 2022.

[29] BO BARDI, Lina – O Novo Trianon. **Mirante das Artes,** n. 5. São Paulo, 1967.

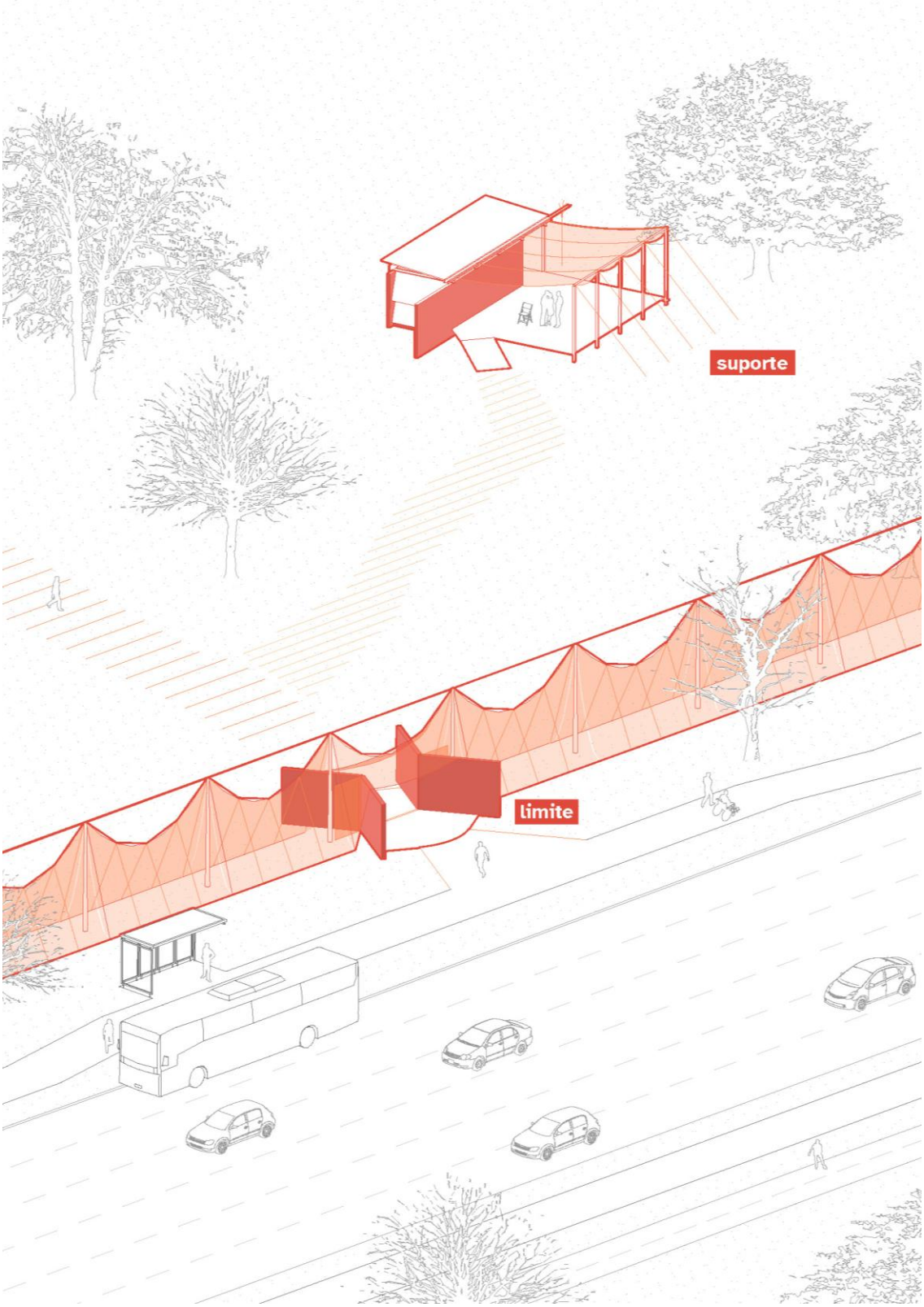


Figura 7 – Limite e Suporte. Elaborado pelo autor. 2025.

Pela grande extensão do perímetro do Parque, o limite seria, por si só, monumental. Se hoje não o é, deve-se ao vocabulário urbano da cidade: um trecho de Cerrado cercado é entendido como "vazio", algo que ainda vai vir a ser. Há de se romper com essa "naturalização" na realidade urbana brasiliense. [30]

O limite deve ser facilmente compreendido como algo distinto. Sua capacidade de produzir *estranhamento* torna-se fator importante para legitimá-lo enquanto monumento no circuito da escala monumental. Essa adição não almeja ser, contudo, uma integração completa, mas sim um "porém", um asterisco, um contraponto, já que a monumentalização, nesse caso, poderia comunicar, incorretamente, uma espécie de resolução da questão que se está a tratar.

Christian Huneeus diz que "o 'anti-poema 'não é uma proposição externa ao poema, mas sim uma proposição interna que o contradiz. E é a tensão assim gerada que, ao não se resolver, determina sua força e atualidade."[31] Da mesma forma, um contraponto ao monumento deve cultivar essa tensão. Para elaborar sobre um monumento "anti-monumental" em contexto brasileiro, evoca-se enquanto alicerce a *gambiarra*, que é adotada aqui como uma provocação.

Para Cícero Sobreira: "*[...] a Gambiarra é histórica enquanto pacto contingente pelo continuar funcionando. A partir do momento em que surge, começa a caminhar em direção à sua degradação, que é menos trágica porque é sua condição de partida. O que ela não pode ser é alheia a sua contingência, alienando sobre a circunstância geradora. A beleza da gambiarra é a expressão da feiura que a tornou necessária."* [32]

Isso nos põe a questão: o que substitui a *gambiarra*? A crise climática, associada ao conjunto de tragédias "mais-ou-menos-naturais" que são as queimadas, representa um perigo existencial para as cidades brasileiras em grande escala. Esses problemas são agravados pela ausência de um modelo de urbanização e gestão urbana adequada.

Nesse sentido, para além do uso tático das categorias *legais* que envolvem a arquitetura, buscou-se investigar como intervenções urbanas que tenham um horizonte temporal limitado podem alcançar a pressa e a economia de meios que o momento suscita. Mais do que isso, pretende propor alternativas arquitetônicas que, pela sua ligeireza, se coloquem à disposição de instâncias populares de disputa pelo território de maneira a dar espaço e forma a maneiras alternativas de construção da cidade.

---

[30] GORELIK, Adrián – Cidade, Cultura E Historiografia Na América Latina In Arquitetura e Escrita: Relatos Do Ofício, editado por LIRA, José; CONTIER, Felipe; SODRÉ, João; DELECAYE, Jonas; DEDECCA, Paula; CHAHIN, Samira; PRÓSPERO, Victor. São Paulo: Romano Guerra, 2023, p. 330.

[31] HUNEUUS, Christián – Sobre la Poesia de Parra, **Mensaje**, n. 262. Santiago de Chile, 1977; in RADIĆ, Smiljan – **Habitaré Mi Nombre.** Barcelona: Puente Editores, 2022, p. 44..

[32] SOBREIRA, Cícero Victor Duarte – Dá Gambiarra. **Fio Mental,** 2024.

Formalmente, buscou-se “alcançar o efeito máximo com um conjunto mínimo de intervenções.”[33] Dessa forma, evoca-se a ideia da *gambiarra,* “solução precária” cuja forma e construção denunciam sua qualidade paliativa.



Figura 8 – Encontro do Limite com a vegetação pré-existente. Elaborado pelo autor. 2025.

Considerações finais

A proposta de distinguir o Parque Ecológico das Sucupiras como Memorial Vivo não se propõe integralmente enquanto uma solução-modelo para as questões de preservação e inserção dos biomas em ambientes urbanos. Suas condições de implantação no que diz respeito à urbanização do território que corresponde à cidade de Brasília são singulares. Entretanto, a proposta pode ensejar um conjunto de perguntas e ensaios.

A preservação das florestas e, de forma complementar, o reflorestamento das nossas cidades é um tema que nos permite questionar: o quanto de *cidade* existem nas nossas *florestas* e o quanto de *floresta* existem nas nossas *cidades*? Se tanto umas quanto outras não são objetos bem definidos e encerrados em si, o quanto de *floresta* é, por exemplo, o Parque Ecológico das Sucupiras? Se, por um lado, ele tantas vezes foi acossado por fogo e desmatamentos

[33] PAUPÉRIO, João; REBELO, Maria – **Atelier Local: After Five Years of Living.** Lisboa: Exemplo Books, 2024. p. 73.

deliberados, por outro, ele é ponto de suporte para sistemas *naturais* e *sociais* enquanto trampolim ecológico, enquanto parque e enquanto frente de disputa.

Nesse sentido, discutir sobre a existência do Parque Ecológico das Sucupiras também passa por pensar cada ponto de interesse para os diferentes sistemas que convivem nos ambientes urbanos como potenciais focos de floresta. Para tal é preciso considerar como vários movimentos de *'preservação'* ambiental podem, de maneira complementar, ser considerados como uma expressão de uma demanda popular por *'construção'* ambiental: tanto uma vontade quanto uma necessidade de fazer coincidir os sistemas de *cidade* e *floresta*. Entendidas assim, com recurso às ferramentas dos diferentes campos do conhecimento – *inclusive da Arquitetura* – pode-se promover a urgente re-proposição dos termos do debate e oferecer ferramentas concretas para sua disputa.

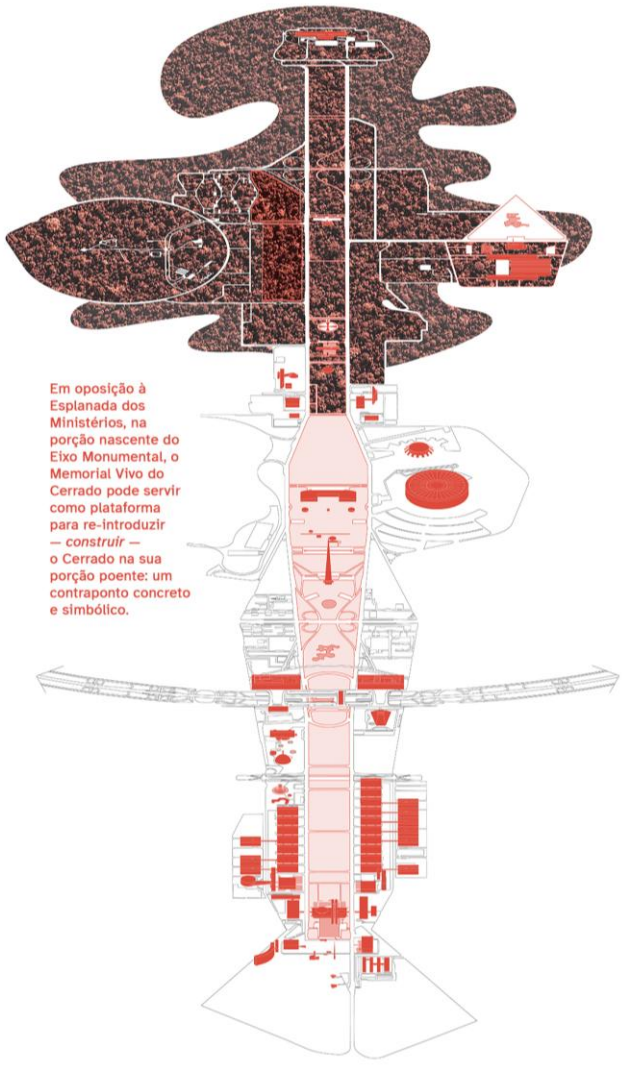


Figura 9 – Um novo Eixo Monumental. Elaborado pelo autor. 2025.

A crítica ao processo de urbanização e construção da modernidade no Brasil, proposta aqui, não se dá a partir de uma aversão ou negação das contradições que qualquer projeto, ao sair do papel, inevitavelmente suscitará ao deparar-se com a realidade. O exercício do poder político, substanciado em *projeto*, tende a acarretar, mais cedo ou mais tarde, em contradições. Não se quer fazer aqui uma apologia da *pureza* ou até mesmo de uma teoria desvinculada da prática, que até pode ser arrojada, mas tende a ser infértil.

A *resistência*, registrada de forma transversal neste trabalho, não deve e não pode compor *um fim em si mesma.* Entende-se a *resistência* – *gambiarra* – como elemento paliativo, como um torniquete que contém o sangramento e mantém – temporariamente e a um grande custo em potencial – o corpo acidentado vivo e é, portanto, fundamental.

Em contraste, o que nos ocupa o horizonte é construir as condições de superação real da necessidade de resistir, para que enfim, se possa usufruir, propor e permanecer. Reitera-se a pergunta: *O que substitui o elemento paliativo no caso dos dilemas ambientais entranhados em nossas cidades e paisagens?*

Quaisquer respostas possíveis, passam necessariamente, em última instância, pela construção de um projeto real de emancipação popular.



Figura 10 – Cerrar Brasília. APES / Facebook. 2018.

Bibliografia

– Em 38 Anos O Brasil Perdeu 15% De Suas Florestas Naturais. **MapBiomas**, 2023.

– Sudoeste Tem Metro Quadrado Mais Caro Do DF', Diz Pesquisa; Veja Ranking Das Regiões Com Preços Altos Na Capital. **G1 DF**, 2025.

ALEGRETTI, Laís – 'Linhas De Desejo': Os Caminhos Inventados Por Pedestres Na Cidade Feita Para Carros. **BBC News Brasil**, 2022.

BO BARDI, Lina – O Novo Trianon. **Mirante das Artes,** n. 5. São Paulo, 1967.

CHOAY, Françoise – **A Alegoria do Património**. Lisboa: Edições 70, 2000.

ECOSOUL – **Elaboração do Plano de Manejo Do Parque Ecológico Das Sucupiras.** Brasília: IBRAM, 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). Superintendência do Iphan no Distrito Federal; DISTRITO FEDERAL (Brasil). Secretaria de Estado de Cultura – **Relatório do Plano Piloto de Brasília. 4.** ed. Brasília: Iphan-DF, 2018.

GORELIK, Adrián – Cidade, Cultura E Historiografia Na América Latina In Arquitetura e Escrita: Relatos Do Ofício, editado por LIRA, José; CONTIER, Felipe; SODRÉ, João; DELECAYE, Jonas; DEDECCA, Paula; CHAHIN, Samira; PRÓSPERO, Victor. São Paulo: Romano Guerra, 2023.

GUARALDO, Lucas – Área Queimada No DF Em Setembro Já é 24% Maior Do Que a Registrada O Ano Todo. **IPAM Amazônia**, 2024.

HUNEUUS, Christián – Sobre la Poesia de Parra, **Mensaje**, n. 262. Santiago de Chile, 1977; in RADIĆ, Smiljan – **Habitaré Mi Nombre.** Barcelona: Puente Editores, 2022.

LOPES, Fernando in BEZERRA, Laezia – Parque Das Sucupiras Reflete Belezas Do Cerrado Bem No Coração De Brasília. **Correio Braziliense**, 2023.

MALTERRE-BARTHES, Charlotte – **A Moratorium on New Construction.** Critical Spatial Practice Series. Editado por HIRSCH, Nikolaus; MIESSEN, Markus. Vol. 14, Londres: Sternberg Press, 2025.

MIGUEL, Ciro – White Buildings, Red Dust: Brasilia in Ektachrome Colour. **Sophia Journal** 8, no. 1, 2023.

MORENO, Saulo – Plano De Manejo Do Parque Das Sucupiras é Tema De Ciclo De Palestras. **Agência Brasília**, 2023.

PASTORE, Julio Barêa. – **O Cerrado Enquanto Paisagem: A Dinâmica Da Apropriação Paisagística Do Território. Doutoramento**, Universidade de São Paulo, 2014.

PAUPÉRIO, João; REBELO, Maria – **Atelier Local: After Five Years of Living.** Lisboa: Exemplo Books, 2024.

SCHWINGEL, Samara; MARTINS, Jonatas – 2024 é O Ano Que Mais Teve Chamados Para Incêndios Em Vegetação No DF. **Metrópoles,** 2024.

SOBREIRA, Cícero Victor Duarte – Dá Gambiarra. **Fio Mental,** 2024.

TAVARES, Paulo – Brasília: Colonial Capital. The Settler Colonial Present **e-flux architecture**, 2020.

TAVARES, Paulo – **Derechos No Humanos Y Otros Ensayos Acerca De La Arquitectura Del Bosque.** Lugo: Bartlebooth, 2022.

TAVARES, Paulo; LAMBERT, Leopold – The Amazon Forest, a Brazilian Colonial Frontier for over Two Centuries. **The Funambulist** Nº 43, 2023.

VEIGA, Edison – Desmatamento No Cerrado Pode Inviabilizar Agronegócio. **DW Brasil**, 2024.

WESELY, Michael; KIM, Lina – **Arquivo Brasília.** São Paulo: Cosac Naify, 2010.

O papel da água no planeamento da paisagem e da cidade: Do passado para o futuro. O caso da Bacia Hidrográfica de Barcarena, na Região Metropolitana de Lisboa

Luís Peralta
Universidade de Évora, CHAIA
d57570@alunos.uevora.pt

Desidério Batista
Universidade do Algarve, CEAACP, CHAIA/UÉ
dbatista@ualg.pt

Rute Sousa Matos
Universidade de Évora, CHAIA
rsm@uevora.pt

Resumo: O artigo defende a Bacia Hidrográfica como unidade espacial fundamental para a análise e planeamento da paisagem, por integrar de forma sistémica as componentes naturais e culturais, e por corresponder a limites definidos pelo relevo e pela hidrografia, o que permite compreender os impactos da ação humana no ciclo hidrológico e no equilíbrio ambiental e paisagístico. Esta aceção assume grande relevância no contexto contemporâneo das alterações climáticas, da gestão sustentável da água e da necessidade de promover resiliência urbana e ecológica. A Bacia Hidrográfica da Ribeira de Barcarena, na periferia de Lisboa, é apresentada como caso de estudo, pelo elevado valor ecológico, agrícola, cultural e patrimonial. No seu território, ao longo da história, a água desempenhou um papel estruturador na ocupação humana, na agricultura, na indústria e nas atividades recreativas, contudo, a intensa urbanização ocorrida nas últimas décadas provocou a impermeabilização dos solos, a artificialização das linhas de água e a degradação das margens ribeirinhas, aumentando o risco de cheias e comprometendo o funcionamento ecológico da paisagem. O artigo defende que os problemas da água e dos ecossistemas ribeirinhos devem ser resolvidos através de uma reorganização dos usos do solo baseada no ciclo natural da água, adotando uma visão holística e relacional que integre os distintos sistemas da paisagem, de forma a planear a cidade e a Paisagem Global.

Palavras-chave: Água, Bacia Hidrográfica, Barcarena, Paisagem, Planeamento

Introdução

A água é um elemento estruturante da paisagem e corredores fluviais assumem um papel preponderante a vários níveis: hidrológico, ecológico, paisagístico e socioeconómico. Pensar a água a partir da paisagem constitui uma mudança de paradigma essencial no desenho do território e da cidade: pressupõe ultrapassar a ideia da água como um mero recurso explorável e finito, passando a entendê-la como o elemento estruturador, vivo e dinâmico, que define a própria forma urbana e da paisagem. Adotando uma abordagem global, considerou-se a Bacia Hidrográfica da ribeira de Barcarena, perto de Lisboa, como uma unidade fundamental de análise e planeamento da paisagem, implicando a compreensão relacional entre o homem e a água ao longo da histórica, através da ocupação humana, das dinâmicas urbanas, das atividades socioeconómicas e do património existente. Assim, o artigo organiza-se em três partes: em primeiro lugar é analisada a importância da Bacia Hidrográfica como unidade espacial de análise e planeamento da paisagem, dando ênfase à necessidade de adotar uma visão integrada e relacional entre água, paisagem e cidade; em segundo lugar far-se-á a caracterização holística da paisagem, considerando as estruturas ecológica e cultural, e o(s) património(s) existente(s); em terceiro lugar, discutir-se-ão algumas oportunidades e constrangimentos que influenciam a integração da água no planeamento da paisagem do futuro.

A Bacia Hidrográfica como unidade de análise e planeamento da paisagem

Para os arquitetos paisagistas, a paisagem é "a figuração da biosfera e resulta da ação complexa do homem e de todos os seres vivos – plantas e animais – em equilíbrio com os fatores do meio ambiente"[1]. Uma paisagem é composta pelas estruturas ecológica, cultural e patrimonial, e ainda fatores determinantes (económicos, sociais, políticos) cuja interação entre si é dinâmica, complexa e contínua[2]. Ao estudarmos uma dada paisagem, teremos necessariamente de estabelecer um limite e uma escala. A bacia hidrográfica apresenta limites definidos pelas condições naturais do relevo, o que a que a torna uma das unidades territoriais mais importantes para o estudo e planeamento da paisagem: a sua análise permite compreender as ações humanas sobre o ambiente e os impactos no equilíbrio hidrológico. No século XIX Olmsted, considerado um precursor do planeamento ambiental[3], defendia que "os parques, os rios, a drenagem, o saneamento e a ocupação urbana deveriam ser planeados como partes interdependentes de um sistema natural"[4]. Mais concretamente, Powell em 1879 indica que "as bacias hidrográficas são unidades hidrológicas naturais que devem orientar o planeamento territorial"[5], mostrando que a organização do território não deveria seguir apenas divisões político-administrativas, mas sim os limites naturais impostos pelos sistemas hídricos. Do mesmo modo Geddes ao apresentar o conceito de "planeamento regional" (1915), reconhecia a importância das inter-relações naturais da paisagem, especialmente o relevo, os rios, a

---

[1] CABRAL, Francisco Caldeira. – Paisagem. **Enciclopédia Luso-Brasileira de cultura**, v.14. Lisboa: Verbo, 1973.

[2] MAGALHÃES, Manuela Raposo – **A Arquitetura Paisagista: Morfologia e Complexidade**. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.

[3] Spirn, considera Olmsted um precursor do planeamento urbano baseado nos sistemas naturais, indicando que o autor já aplicava princípios ecológicos muito antes do termo "ecological urbanism" existir.
SPIRN, Anne Whiston – **Ecological Urbanism: A framework for the design of resilient cities**, 2012.

[4] OLMSTED, Frederick Law – **Public Parks and the Enlargement of Towns**. Cambridge: Riverside Press, 1870.

[5] POWELL, John Wesley – **Report on the Lands of the Arid Region of the United States**. Washington: Government Printing Office, 1879.

ocupação humana e as atividades económicas[6]. Mais tarde McHarg consolida esta ideia (1969), defendendo a abordagem ecológica, ao considerar o estudo dos sistemas naturais, especialmente da hidrologia e bacias hidrográficas: materializou esta abordagem num exercício debruçado sobre a bacia hidrográfica do rio Potomac (EUA), cujo trabalho está patente num capítulo do livro *Design with Nature*[7]. Nas últimas décadas a ideia de organizar o território a partir de bacias hidrográficas tem sido defendida em várias correntes ligadas ao urbanismo[8] e ao planeamento ambiental sustentável[9] numa vasta literatura internacional, e também por organismos institucionais ligados à UNESCO e à União Europeia[10]. Em Portugal o planeamento de bacias hidrográficas tem sido muito centrado nos recursos hídricos, e nem sempre se considera a paisagem como uma entidade global[11]. A abordagem da Arquitetura Paisagista constitui uma contraposição a esta corrente, privilegiando uma visão integradora entre arte e técnica[12]. Para Ribeiro Telles[13], o planeamento da paisagem exige a compreensão dos sistemas naturais, o respeito pela vocação ecológica do território, a criação de espaços funcionais e sustentáveis, e promoção da harmonia entre as atividades humanas e a natureza: ao propor o conceito de "paisagem global" (1994)[14], defende a "continuidade e interligação entre o espaço rural e o espaço urbano, [através do] *continuum naturale*[15]*(...)*". O autor reforça, ainda, que os corredores fluviais desempenham um papel central na continuidade ecológica e são meios de ligação entre a paisagem rural e as áreas urbanas, indicando que "a cidade depende da água que vem de longe, das montanhas onde nascem os rios (…)" e as áreas ribeirinhas formam um "sistema contínuo e biológico"[16] que deve ser protegido e valorizado. A necessidade de um novo modelo de planeamento da paisagem e das bacias hidrográficas é também defendida por Graça Saraiva que num importante estudo dedicado aos

---

[6] Para Geddes, o planeamento do território deveria respeitar as características naturais da região, incluindo os sistemas fluviais e as áreas de drenagem, pois estes condicionam os assentamentos humanos, a agricultura, a circulação e a economia.
GEDDES, Patrick – **Cities in Evolution: an introduction to the town planning movement and to the study of the civics**. Londres: Williams & Norgate, 1915.

[7] McHARG, Ian – **Design with Nature**. Nova Iorque: Natural History Press, pp.127-151, 1969.

[8] Do qual são exemplos o *Landscape Urbanism* e *Ecological Urbanism*, promovidos nos EUA por Anne W. Spirn, Charles Whaldeim, James Corner, Forster Ndubisi, David Sedlak; Tony Wong e Rebekah Brown (Austrália), Chris Zevenbergen (Países Baixos) e Kongjian Yu (China).

[9] Por exemplo: Carl Steinitz (1990, 1995), Frederick Steiner (1991, 2000), Jack Ahern (1995, 1999) John Anthony Allan (1993), Mª. Graça Saraiva (1999), Botequilha Leitão e Ahern (2001), Miguel Amado (2005), Claudia Pahl-Wostl (2015), Gary Brierley (2004), Asit K. Biswas (1970; 2013), Cecilia Tortajada (2015).

[10] A UNESCO, que tem promovido a "Gestão Integrada dos Recursos Hídricos", através de uma rede internacional de organismos ligados à água, desenvolvimento sustentável e planeamento territorial: a ideia central é gerir água, solo e ecossistemas de forma integrada, normalmente à escala da bacia hidrográfica; e a UE, através da Diretiva-Quadro da Água, que orienta políticas territoriais pela lógica das bacias.

[11] São exemplos: Planos de Gestão de Região Hidrográfica; Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Tejo.

[12] SARAIVA, M.ª da Graça – **O Rio como Paisagem: Gestão de Corredores Fluviais no Quadro do Ordenamento do Território**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, pp. 37-38, 1999.

[13] TELLES, Gonçalo Ribeiro – **A Utopia e os Pés na Terra**. Lisboa: Instituto Português de Museus, pp.332-333, 2003.

[14] TELLES, Gonçalo Ribeiro – Paisagem Global. Um conceito para o futuro. **Iniciativa para o desenvolvimento, a energia e o ambiente**, 1, p. 28-33, 1994

[15] Conceito desenvolvido pelo arq. paisagista Caldeira Cabral, que defende que a natureza não deve ser vista como algo separado em "ilhas" (parques isolados, reservas, jardins), mas sim como uma rede contínua de espaços naturais e seminaturais que atravessa o território — ligando o rural ao urbano.
CABRAL, Francisco Caldeira – **O *Continuum Naturale* e a conservação da natureza**. Lisboa: Serviços de Estudos do Ambiente, pp. 35–54, 1980.

[16] TELLES, Gonçalo Ribeiro – **A Utopia e os Pés na Terra**. Lisboa: Instituto Português de Museus, pp.333-336, 2003.

corredores fluviais (1999)[17], defende que os cursos de água e as áreas adjacentes não devem ser vistos apenas como infraestruturas hidráulicas, mas como elementos estruturantes da paisagem e do território, uma vez que os sistemas fluviais desempenham simultaneamente funções ecológicas, hidráulicas, paisagísticas e económicas, devendo ser geridos de forma integrada. A autora explica que as bacias hidrográficas devem ser entendidas como sistemas onde interagem processos naturais e atividades humanas, indicando que os corredores fluviais possuem funções de habitat, conectividade ecológica, controlo da erosão, regulação hídrica e valorização estética da paisagem. O "Grupo de Trabalho das Cheias" (1984)[18], em que ambos contribuíram, destacou-se como um caso exemplar de ordenamento territorial assente na valorização da paisagem e na gestão da água. Após as cheias nas ribeiras do Jamor e da Laje (1983), uma equipa multidisciplinar coordenada pelo arquiteto paisagista Fernando Pessoa desenvolveu propostas de proteção e manutenção dos corredores fluviais, aprovadas em 1987[19]. Este caso evidenciou o papel fundamental e compromisso da Arquitetura Paisagista com a sustentabilidade, a preservação da natureza e o interesse público. A bacia hidrográfica tem sido considerada como uma "área de terra drenada por um rio e seus afluentes, limitada por um divisor de águas (cumeada), funcionando como um sistema hidrológico integrado"[20]. A evolução da ciência ecológica, através de Bertalanffy (1968), Odum (1983) e Forman e Godron (1986), contribuiu para a ideia de ecossistema integrado da bacia hidrográfica: conceitos como Continuidade Fluvial e a substituição de uma visão antropocêntrica pelo reconhecimento valor intrínseco de todas as espécies vivas, fizeram emergir novos paradigmas na relação das atividades humanas com a água. Esta perspetiva favoreceu o aparecimento de novas abordagens ao estudo e planeamento regional, integrando a paisagem, a cidade e a água, como: as infraestruturas verdes e azuis, associadas a corredores fluviais; a adoção de soluções baseadas na natureza (*Nature Based Solutions*)"[21] e de baixo impacto (LIDs - *Low Impact Developments*[22]), uma vez que se adequam ao tratamento de margens ribeirinhas e áreas ecologicamente sensíveis, que frequentemente ajudam a criar um ciclo hidrológico mais resiliente e controlado. O conceito operativo de cidade-esponja[23] enquadra-se neste pressuposto tendo a gestão do ciclo urbano da água como matéria e preocupação central do planeamento e desenho das

---

[17] SARAIVA, M.ª da Graça – **O Rio como Paisagem: Gestão de Corredores Fluviais no Quadro do Ordenamento do Território**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, pp. 339-380, 1999

[18] Resolução de Conselho de Ministros n.º 2/84 de 4 de Janeiro, no âmbito da Direcção-Geral do Ordenamento, do Ministério da Qualidade de Vida.

[19] Decreto-Lei n.º 89/87 de 26 de Fevereiro.

[20] WARD, R. e ROBINSON, M. – **Principles of Hydrology** (4ª ed.). Londres: McGraw-Hill, pp.10-12, 2000.

[21] Estratégias que resultam da convergência entre ecologia, conservação da natureza, ordenamento do território, adaptação climática e políticas públicas. A definição mais comum é "são ações para proteger, gerir de forma sustentável e restaurar ecossistemas naturais ou modificados, proporcionando simultaneamente benefícios para o bem-estar humano e para a biodiversidade".
COHEN-SHACHAM, E. et al. – **Nature-based Solutions to address global societal challenges**. Gland: International Union for Conservation of Nature, 2016.

[22] Conceito surgido nos anos 90 (EUA), propondo que o desenvolvimento urbano deve ter o menor impacto possível sobre infiltração, evapotranspiração, qualidade da água e escoamento natural. O princípio assenta na criação de estratégias locais e descentralizadas por todo o território, sendo usados mecanismos como bacias de retenção, telhados verdes, cisternas, e jardins de chuva (*rain gardens*).
DIETZ, Michael – Low Impact Development Practices: A Review of Current Research and Recommendations for Future Directions. **Water, Air, & Soil Pollution**, 186, 351–363, 2015. 10.1515/eces-2015-0032.

[23] YU, Kongjian, YE, Zheng, et al. – On the Continuity of Urban Landscape Ecological Process and Pattern: Taking Zhongshan City as Case Study. **Urban Planning**, 4, 14-17, 1998.

cidades contemporâneas. Com efeito, face ao intenso e descontrolado processo de urbanização do território e à crise climática sem precedentes, torna-se um imperativo planear a cidade e a paisagem com conhecimento do ciclo da água, incorporando este conhecimento nos diferentes níveis e escalas de planeamento urbano e paisagístico. Face ao cenário de agravamento das alterações climáticas gradualmente reconhecido, a gestão eficiente e equilibrada da água, no contexto mediterrânico caraterizado pelo regime torrencial, tem importância acrescida: pode ajudar a prever situações de escassez, controlar cheias, melhorar o conforto ambiental urbano e proteger ecossistemas[24]. Planear a paisagem a partir da hidrografia e da bacia enquanto unidade sócioespacial é um exercício complexo, que exige um novo olhar e um pensamento sistémico baseado na interligação e interdependência entre as áreas rurais e urbanas, entre natureza e construção humana, dando especial atenção ao funcionamento do sistema hidrológico e ao ciclo da água no seu ramo terrestre.

Breve caracterização da Bacia Hidrográfica de Barcarena: interpretação ecológica, cultural e patrimonial

A bacia hidrográfica da Ribeira de Barcarena situa-se na região metropolitana de Lisboa (15km para oeste), abrangendo os concelhos de Sintra e Oeiras. É uma bacia de pequena dimensão (34,7km2)[25], típica da Península de Lisboa. É delimitada a Este pela bacia do rio Jamor e a Oeste pelas bacias da ribeira de Porto Salvo e da Laje. As localidades mais desenvolvidas são Agualva, Cacém, Massamá, Tercena, Barcarena e Caxias. A Ribeira de Barcarena nasce na Serra da Carregueira, numa área de características rurais a uma altitude de cerca de 230m, perto da povoação de Vale de Lobos (Sintra), percorrendo quase 20km até à foz, em Caxias (Oeiras), desaguando no estuário do Tejo (Figura 01).



Figura 01: Delimitação da Bacia Hidrográfica da Ribeira de Barcarena na Região Metropolitana de Lisboa (Norte), sobre fotografia aérea retirada do Google Earth 2025. Fonte: LP

[24] FLETCHER, T., et al. – SUDS, LID, BMPs, WSUD and more – The evolution and application of terminology surrounding urban drainage. **Urban Water Journal**, 12(7), 525–542, 2015.
[25] QUINTELA, António, et al. – **A Fábrica da Pólvora de Barcarena e os seus sistemas hidráulicos**. Oeiras: CM Oeiras, 1995.

A bacia desenvolve-se maioritariamente em aluviões e sobre o "Complexo Vulcânico de Lisboa", dois tipos geológicos que originam, por norma, solos de grande valor ecológico e elevada fertilidade (Aluviossolos e Barros Castanho-Avermelhados)[26]. Quanto ao relevo, nas cabeceiras situadas a Norte prevalece uma paisagem serrana que passa para um vale em Barcarena, terminando num vale mais aberto em Caxias. Do ponto de vista morfológico, resumidamente poderemos determinar: sistemas secos a Norte, nos cabeços da serra da Carregueira; alguns planaltos abertos a meio da bacia, com maior expressão na margem esquerda da ribeira; sistemas húmidos a Sul, com destaque para o vale de Barcarena que se vai abrindo até ao estuário do Rio Tejo (Figura 02).



Figura 02: Paisagem em estudo (zona rural de Vale de Lobos e zona urbana de Caxias). Fonte: LP

Consultada a Reserva Ecológica Nacional destacam-se três tipologias: Áreas com Risco de Erosão, Áreas de Infiltração Máxima e Zonas Ameaçadas pelas Cheias[27]. O clima mediterrânico de influência atlântica no qual se insere a bacia, típico da faixa litoral da região de Lisboa[28], permite que no Norte surjam bosques de Zambujeiro (*Olea europaea* var. *sylvestris*), associados a carrascais e tojais, destacando-se a espécie *Aster araonensis*, um endemismo português; para Sul destacam-se povoamentos de sobreiro (*Quercus suber*) e azinheira (*Quercus rotundifolia*), existindo algumas manchas de pinhal e eucaliptal. Podemos assim considerar quatro unidades ecológicas de paisagem: Sistema Serrano (Carregueira), Sistema de Planalto Agrícola (Complexo Vulcânico), Sistema de Vales (Tercena-Barcarena) e Sistema Húmido (Barcarena-Caxias) (Figura 03).

[26] LEAL, Miguel – **As cheias rápidas em bacias hidrográficas da AML Norte: Fatores condicionantes e desencadeantes.** Universidade de Lisboa: Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, 2011.
[27] Carta da Reserva Ecológica Nacional. Disponível em <https://snit-sgt.dgterritorio.gov.pt/plans>.
[28] Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA). **Normais climatológicas 1971–2000 / 1981–2010 – Região de Lisboa e Vale do Tejo.** Lisboa: IPMA.



Figura 03: Diversidade morfológica (em cima: vale em Massamá e terrenos agrícolas do complexo vulcânico; em baixo: Vale de Barcarena e áreas de RAN entre Tercena-Barcarena). Fonte: LP

As excelentes condições naturais oferecidas pela região ribeirinha do estuário do Tejo, constituíram desde muito cedo fatores propícios à ocupação humana: clima ameno, solos férteis, disponibilidade de água, rede hidrográfica favorável à circulação de produtos e de pessoas (facilitando as ligações com o estuário) e, por último, a proximidade do Oceano[29]. A ribeira de Barcarena constitui um dos corredores de povoamento mais antigos e arqueologicamente ricos da região de Lisboa, articulando ocupações humanas desde o Neolítico Antigo até à industrialização moderna[30]. Pensa-se que o núcleo mais antigo é Carrascal (Neolítico Antigo); são ainda importantes os vestígios de Colaride (Agualva) e o povoado de Leceia (Neolítico Final-Calcolítico) – implantado sobre um esporão rochoso dominante sobre o vale, que é considerado como o mais importante da Ribeira de Barcarena[31]. O período romano poderá estar menos documentado do que as épocas

[29] RIBEIRO, Orlando – Lisboa, a Cidade e a Região. In: **Opúsculos Geográficos**, Tomo III (2ª Ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 105-111, 2014.
[30] CARDOSO, João – A evolução do paleoestuário da Ribeira de Barcarena entre os finais do VI milénio e os fins do III milénio a.C. segundo a presença de *Ostrea edulis L*. [Em linha]. **Setúbal Arqueológica**. Vol. 14 (2013), p. 113-122.
[31] Ibidem.

anteriores, mas há evidências de ocupação dispersa, integrada na rede agrícola e viária de Olisipo (Lisboa romana). Na Idade Média a ocupação humana relacionava-se com o aproveitamento agrícola dos locais mais favoráveis, através de pequenas quintas, com moinhos e casais dispersos[32]. No século XVI, instalaram-se na região atividades industriais e comerciais, nomeadamente as primeiras oficinas para a manipulação de pólvora (Fábrica da Pólvora), junto à ribeira, aproveitando as infraestruturas hidráulicas e ocupação anteriores[33]: consolidava-se assim o papel da água para a produção, circulação de matérias-primas e escoamento de produtos. A partir do séc. XVII vão surgir novas quintas de recreio[34], dispersas pelo vale: os povoados mais importantes da região seriam Barcarena, Queluz de Baixo e Tercena, e a economia assentava sobretudo na produção de cereais, vinha, olival e pastorícia[35] (Figura 04).



Figura 04: Património e relação com a paisagem (em cima: Leceia e Fábrica da Pólvora: em baixo: Quinta de S. Miguel e Quinta Real de Caxias). Fonte: LP

[32] CARDOSO, João e CARDOSO, Guilherme – **Estudos Arqueológicos de Oeiras nº 4: Carta Arqueológica de Oeiras**. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 1993.
[33] QUINTELA, António, et al. – **A Fábrica da Pólvora de Barcarena e os seus sistemas hidráulicos**. Oeiras: CM Oeiras, 1995.
[34] São exemplos a norte/Sintra: Quinta do Molha Pão (classificada, Mira-Sintra), Quinta da Bela Vista (classificada, Cacém e São Marcos), Quinta dos Lóios (Mira-Sintra), Quinta do Castelo (Massamá). Na zona do vale de Barcarena destacam-se: Quinta do Cata Sol (1676), Quinta da Fonte (1796), Quinta da Politeira (1756), Quinta da Ponte ou Casa de João Cabral (1883), Quinta do Bico, Quinta do Moura, Quinta do Moinho, Quinta de S. Miguel (1910). Na zona da foz destaca-se a Quinta Real de Caixas (séc. XVIII, classificada).
[35] COSME, João, et al – **Memórias Paroquiais de 1758, vol. VI: Babe – Benquerença**. Casal de Cambra: Caleidoscópio / Centro de História da Universidade de Lisboa, 2015.

A disponibilidade de água permitiu pequenos regadios e a pesca, atividade que perdurou até ao século XX[36]. Com a construção das linhas ferroviárias de Sintra (1887) e Cascais (1895) a periferia de Lisboa começou a atrair população que ali trabalhava iniciando-se, em meados do século, o processo de suburbanização; a partir dos anos 1970, com a melhoria dos acessos, o conjunto Aguava-Cacém-São Marcos-Massamá-Tercena constitui-se como uma "cidade-dormitório"[37], através de construção intensiva e sectorialmente planeada[38], numa malha densa e contínua. Um interessante estudo sobre as ribeiras de Oeiras nos anos 1980[39] indica a existência parcelas agrícolas providas de azenhas, pastagens para gado caprino, bovino e até pecuária; pesca de variadas espécies; zona de veraneio, havendo banhos e piqueniques de famílias em férias. A zona junto da serra da Carregueira foi mantendo o carácter rural pela baixa densidade de construção, determinando uma paisagem mais harmoniosa com penetração de manchas florestais e áreas de cultivo; na maior parte do trajeto da ribeira o contraste é absoluto, predominando um cenário urbanizado e artificializado (Figura 05).



Figura 05: Diversidade da paisagem em estudo, com destaque para a presença de água, a forte urbanização e infraestruturação (Mira-Sintra e Agualva-Cacém; em baixo: Vale de Barcarena e Caxias). Fonte: LP

[36] MONTEIRO, Carlos – **Ribeiras dos Concelhos de Oeiras e Cascais**. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 1989.

[37] Tal como foi explicado por Patrick Geddes (início século XX) e mais tarde por Lewis Mumford e Jean Gottman (anos 60), as cidades-dormitório referem-se a territórios suburbanos com função essencialmente residencial, e que dependem de uma grande cidade – ou várias. O conjunto Agualva-Cacém-Massamá-Tercena é um exemplo deste fenómeno.

[38] PORTAS, Nuno – **Os Tempos das Formas – Vol. 2: A Cidade Imperfeita e a fazer**. Escola de Arquitetura da Universidade do Minho (EAUM)/Guimarães, pp.209-228, 2012.

[39] MONTEIRO, Carlos – **Ribeiras dos Concelhos de Oeiras e Cascais**. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 1989.

Por outro lado, a expansão urbana nem sempre considerou a dinâmica da água, impermeabilizando áreas ecológica e hidrologicamente, originando desde logo um grave problema no equilíbrio da paisagem. Entre 1990 e 2012 assistiu-se a alterações significativas de uso e ocupação do solo, marcadas pelo aumento de áreas urbanizadas (Figura 06).

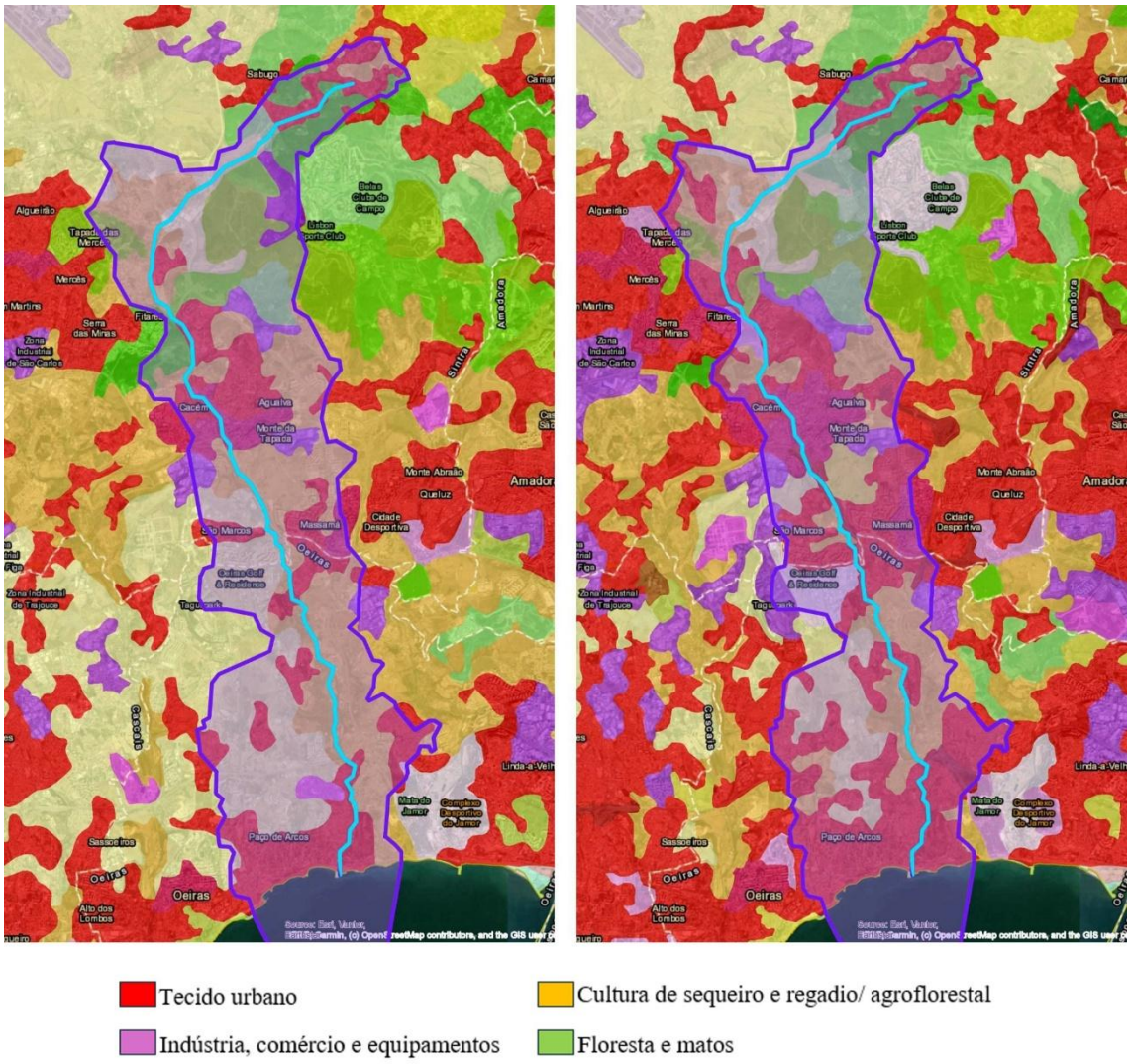


Figura 06: Uso e Ocupação de solo 1990-2012 (Corine Land Cover), na BH da Ribeira de Barcarena. Fonte: LP.

Esta situação tem contribuído para a vulnerabilidade hidrológica da ribeira, levando ao aumento do caudal nos momentos de precipitação intensa e, com isso, a episódios recorrentes de cheias: existe um importante historial de ocorrências e graves consequências, registados em 1967, 1983, 1997, 2008, 2010, 2022 e 2025[40].

O papel da água no planeamento da paisagem global do futuro

O processo de urbanização ocorrido na periferia de Lisboa no século XX foi fruto de uma época em que se priorizaram, nomeadamente, as questões de habitação, por vezes de génese ilegal, e circulação, não atendendo às questões com que hoje nos confrontamos:

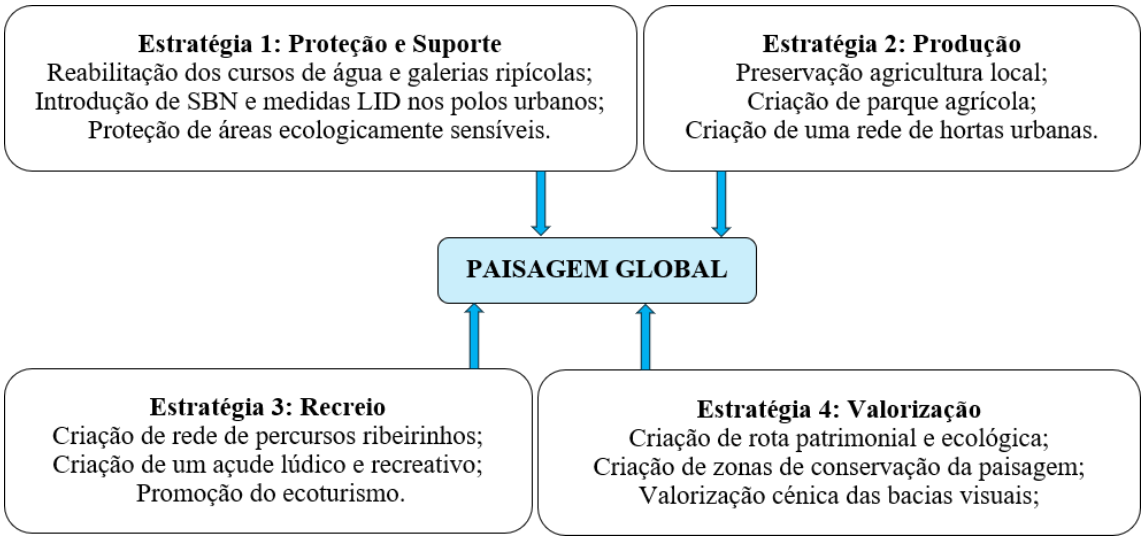
[40] LEAL, Miguel – **Inundações na área metropolitana de Lisboa: danos humanos e materiais e componentes de risco.** Tese de Doutoramento apresentada ao Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, 2019.

ambiente, qualidade de vida, proteção do solo, biodiversidade, sustentabilidade, resiliência urbana, etc. Em nosso entender, a paisagem e a cidade do futuro podem ser um lugar onde diferentes saberes se encontram: não apenas as questões físicas da geografia, mas também as questões socioculturais, ecológicas, o património, a memória e o desenvolvimento sustentável. A água (visível e invisível, os seus espaços e ecossistemas), entendida como matriz fundacional e elemento estruturador da paisagem – tema e matéria-chave para o planeamento urbano e regional – contribui para este objetivo e será, certamente, um aliado valioso frente aos desafios climáticos no presente e no futuro. Para decifrar o seu papel e a sua importância no âmbito da construção de uma paisagem para o futuro, propomos uma análise a oportunidades e constrangimentos relacionados com a água encontrados na área em estudo (Quadro 01).

Oportunidades / Pontos Fortes
Disponibilidade permanente de água
Fertilidade do solo
Relevo favorável para produção, recreio, lazer
Quintas / Propriedades com grande valor paisagístico e patrimonial
Rico património cultural/ Potencial rota patrimonial e histórica
Potencial para corredor verde integrando parques existentes
Aproveitamento de açudes, criação de bacias de retenção, charcas mediterrânicas e jardins de chuva
Ligação ciclo-pedonal ribeirinha dos vários núcleos urbanos
Grande parque agrícola no setor médio da bacia
Aumentar a resiliência a partir de Soluções Baseadas na Natureza
Possibilidade de reforçar a coesão socio-territorial (intermunicipal)
Constrangimentos
Intensa ocupação humana nas áreas contíguas aos cursos de água
Intensa artificialização dos cursos de água
Degradação e descaracterização das margens ribeirinhas
Ausência de vegetação típica de galeria ripícola
Ocupação abusiva do solo junto à ribeira
Contínuo crescimento urbano/ forte presença de infraestruturas / Impermeabilização de solos com valor agrícola e valor ecológico
Fraca coesão urbana entre núcleos urbanos
Ausência de estratégia para a gestão integrada da água na bacia
Instrumentos de Gestão Territorial Municipal distintos
Necessidade de estratégias de governança e acordos
Planeamento setorial pouco integrado
Dificuldade de reconversão de tecido urbano existente

Quadro 1: Oportunidades e Constrangimentos da integração da água no planeamento da paisagem na Bacia Hidrográfica da Ribeira de Barcarena

Indo de encontro à análise efetuada, e na sequência de uma investigação muito mais alargada, apresentam-se algumas ideias em esquema que podem contribuir para remediar conflitos e estabelecer a Paisagem Global.



Em suma, considera-se que a intervenção deve acomodar a integração da água enquanto recurso finito e elemento estruturador do espaço nas soluções de engenharia e de planeamento urbano e regional, de modo a permitir que o ciclo natural da água funcione de forma equilibrada. Isto implica proteger os solos agrícolas, preservar as florestas, limitar a impermeabilização e recuperar as linhas de água como elementos estruturantes da paisagem. A compreensão da dinâmica da água e da multifuncionalidade da paisagem, inspira não só a linha de estratégias a seguir como também as *nature-based solutions* (SBN) a adotar.

Considerações finais

O artigo procurou colocar em evidência a importância da água nos processos de planeamento urbano e regional, demonstrando o papel que este recurso tem, historicamente, na organização e valorização da paisagem. Os elementos naturais nas cidades são infraestruturas vitais que influenciam a saúde, o clima urbano e a qualidade de vida. Num cenário de incerteza climática sentida especialmente na região mediterrânica, a centralidade da água nas atividades humanas torna a sua gestão um tema de grande atualidade e de extrema importância para o planeamento da paisagem e da cidade. Para isso é fundamental reconsiderar a bacia hidrográfica como a unidade de planeamento e gestão urbana e territorial, por excelência, ao possibilitar a integração de todos os elementos que compõem a paisagem. Os desafios que se colocam ao planeamento urbano e paisagístico no atual contexto de excessiva urbanização, alterações climáticas imprevisíveis e profunda crise hídrica, exigem um novo olhar sobre os graves problemas ambientais, urbanísticos e sociais decorrentes do modelo de desenvolvimento económico e territorial vigente. A investigação em curso sobre o papel e a importância da água no processo histórico de ocupação e humanização do território, considerando o estudo de caso da Bacia Hidrográfica da Ribeira de Barcarena, na região metropolitana de Lisboa, apresenta, neste artigo, algumas ideias e estratégias de planeamento urbano e regional que integram o ciclo hidrológico e a sua gestão como solução para a sustentabilidade e resiliência urbana e paisagística.

Bibliografia

BERTALANFFY, L. Von – **General system theory: Essays on its foundation and development** (rev. ed.). Nova Iorque: George Braziller, 1968.

CABRAL, Francisco Caldeira. – Paisagem. **Enciclopédia Luso-Brasileira de cultura**, vol. 14. Lisboa: Verbo, 1973.

CABRAL, Francisco Caldeira – **O *Continuum Naturale* e a conservação da natureza**. Lisboa: Serviços de Estudos do Ambiente, 1980.

CARDOSO, João – A evolução do paleoestuário da Ribeira de Barcarena entre os finais do VI milénio e os fins do III milénio a.C. segundo a presença de *Ostrea edulis L*. [Em linha]. **Setúbal Arqueológica**. Vol. 14 (2014) pp. 113-122. ISSN 0873-3451.

CARDOSO, João e CARDOSO, Guilherme – **Estudos Arqueológicos de Oeiras nº 4: Carta Arqueológica de Oeiras**. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 1993.

COHEN-SHACHAM, E., WALTERS, G., JANZEN, C., e MAGINNIS, S. (eds.) – **Nature-based Solutions to address global societal challenges**. Gland: International Union for Conservation of Nature, 2016. DOI: 10.2305/IUCN.CH.2016.13.

COSME, João, VARANDAS, José, e PINTO, Tiago (COORDS.) – **Memórias Paroquiais de 1758, vol. VI: Babe – Benquerença**. Casal de Cambra: Caleidoscópio / Centro de História da Universidade de Lisboa, 2015. ISBN 978-989-658-307-1.

DIETZ, Michael – Low Impact Development Practices: A Review of Current Research and Recommendations for Future Directions. **Water, Air, & Soil Pollution**, 186 (2015) 351–363. DOI: 10.1515/eces-2015-0032.

FLETCHER, T., SHUSTER, W., HUNT, W., ASHLEY, R., BUTLER, D., ARTHUR, S. e VIKLANDER, M. – SUDS, LID, BMPs, WSUD and more – The evolution and application of terminology surrounding urban drainage. **Urban Water Journal**, 12(7) (2015), 525–542. DOI: 10.1080/1573062X.2014.916314.

GEDDES, P. - **Cities in Evolution: an introduction to the town planning movement and to the study of the civics**. Londres: Williams & Norgate, 1915.

FORMAN, R. T. T. e GODRON, M. – **Landscape Ecology**. Nova Iorque: John Wiley & Sons, 1986.

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) – **Normais climatológicas 1971–2000 / 1981–2010 – Região de Lisboa e Vale do Tejo.** Lisboa: IPMA.

LEAL, Miguel – **As cheias rápidas em bacias hidrográficas da AML Norte: Fatores condicionantes e desencadeantes.** Universidade de Lisboa: Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, 2011.

LEAL, Miguel – **Inundações na área metropolitana de Lisboa: danos humanos e materiais e componentes de risco.** Tese de Doutoramento apresentada ao Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, 2019.

MAGALHÃES, Manuela Raposo – **A Arquitetura Paisagista: Morfologia e Complexidade**. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.

McHARG, Ian – **Design With Nature**. Nova Iorque: Natural History Press, 1969.

MONTEIRO, Carlos – **Ribeiras dos Concelhos de Oeiras e Cascais**. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 1989.

ODUM, Eugene P. – **Basic Ecology**. Nova Iorque: CBS College Publishing, 1983.

OLMSTED, Frederick Law – **Public Parks and the Enlargement of Towns**. Cambridge: Riverside Press, 1870.

PORTAS, Nuno – **Os Tempos das Formas – Vol. 2: A Cidade Imperfeita e a fazer**. Escola de Arquitectura da Universidade do Minho (EAUM)/Guimarães, 2012.

POWELL, John Wesley – **Report on the Lands of the Arid Region of the United States**. Washington: Government Printing Office, 1879.

QUINTELA, António, CARDOSO, João, MASCARENHAS, José e ANDRÉ, Maria – **A Fábrica da Pólvora de Barcarena e os seus sistemas hidráulicos**. Oeiras: CM Oeiras, 1995.

RIBEIRO, Orlando – Lisboa, a Cidade e a Região. In: **Opúsculos Geográficos**, Tomo III (2ª Ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp.105-111, 2014.

SARAIVA, Mª. da Graça – **O Rio como Paisagem: Gestão de Corredores Fluviais no Quadro do Ordenamento do Território**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / FCT, 1999.

SPIRN, Anne Whiston – **Ecological Urbanism: A framework for the design of resilient cities**, 2012. Disponível em <https://annewhistonspirn.com/sharefiles/Spirn-EcoUrbanism-2012.pdf>

TELLES, Gonçalo Ribeiro – Paisagem Global. Um conceito para o futuro. In: **Iniciativa para o desenvolvimento, a energia e o ambiente,** 1, pp. 28-33, 1994.

TELLES, Gonçalo Ribeiro – **A Utopia e os Pés na Terra**. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2003.

WARD, R. e ROBINSON, M. – **Principles of Hydrology** (4ª ed.). Londres: McGraw-Hill, 2000.

YU, Kongjian, YE, Zheng, LI, Dihua & DUAN, Tiewu – On the Continuity of Urban Landscape Ecological Process and Pattern: Taking Zhongshan City as Case Study. **Urban Planning**, 4 (1998), 14-17.

Grandjean de Montigny e a transferência da tradição clássica de arquitetura no prisma franco-brasileiro (1816-1850)

João Paulo Campos Peixoto
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) /
École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS – Paris)
joaopcp@usp.br

Maria Lucia Bressan Pinheiro
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP)
mlbp@usp.br

Resumo: Este artigo examina a transferência da tradição clássica de arquitetura ao Brasil oitocentista por intermédio de Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny (1776-1850), único professor de arquitetura da Academia Imperial de Belas Artes entre a chegada da colônia artística francesa e a sua morte. Dando continuidade a um estudo anterior, dedicado à formação do arquiteto na França, sustenta-se aqui que aquilo que atravessa o Atlântico em 1816 não é um estilo, mas uma doutrina: um sistema de regras constantes em seus princípios e variáveis em suas aplicações, cuja própria estrutura o tornava transponível. Demonstra-se, à luz do conceito de transferência cultural de Michel Espagne, que essa doutrina já era, na origem, um híbrido que amalgamava o referencial italiano da tratadística renascentista, a codificação operada pela formação acadêmica francesa e a ressignificação imposta pela Revolução. A análise percorre os caminhos de constituição dessa tradição – de Alberti a Blondel, da querela das belezas positivas e arbitrárias à teoria da imitação de Quatremère de Quincy – para, em seguida, observar a doutrina sob a ótica de Montigny, em suas coleções editoriais e no Solar da Gávea, tomado como caso exemplar de aclimatação dos princípios clássicos aos trópicos.

Palavras-chave: Grandjean de Montigny; tradição clássica; transferência cultural; neoclassicismo; Academia Imperial de Belas Artes.

1. Introdução

Ao rememorar, em 1951, o início do ensino regular de arquitetura no Rio de Janeiro, Lúcio Costa registrava que, com Grandjean de Montigny, "integrava-se assim, oficialmente, a arquitetura do nosso país no espírito moderno da época"[1]. O juízo, formulado por quem se tornaria ele próprio figura canônica da historiografia da arquitetura brasileira, condensa o problema de que este artigo se ocupa: por que vias, e sob que condições, uma tradição de arquitetura constituída na Europa pôde "integrar-se" a um país que não dispunha de nenhuma das estruturas – academias, corporações, ruínas – que a haviam originado?

O arquiteto francês Auguste Henri Victor Grandjean de Montigny (1776-1850) ocupa posição central nessa interrogação. Desembarcado no Rio de Janeiro em março de 1816 com o grupo de artistas reunido por Joachim Le Breton, foi o responsável pelo primeiro ensino formal de arquitetura estruturado no país, que conduziu, como único professor da disciplina na Academia Imperial de Belas Artes, até a data de sua morte – balizas que definem o recorte temporal deste estudo. Sua figura conta com fortuna crítica consolidada[2], e não se pretende, portanto, acrescentar-lhe um capítulo biográfico. Em artigo anterior, publicado na revista *Brésil(s)*, reconstituímos a formação do arquiteto "antes do Brasil", entre a *Académie d'Architecture*, o *Grand Prix de Rome* e as convulsões da Revolução[3]. O presente texto constitui a continuação e o aprofundamento daquele estudo, deslocando o foco da formação para a transmissão: interessa-nos agora o conteúdo daquilo que se transfere e o modo de sua aplicação no Brasil.

Essa mudança de foco requer um instrumento teórico preciso, que encontramos na noção de transferência cultural elaborada por Michel Espagne. Para o autor, toda passagem de um objeto cultural de um contexto a outro resulta numa transformação de seu sentido, numa dinâmica de ressemantização em que o contexto de recepção detém legitimidade própria[4]. Duas consequências dessa perspectiva estruturam nossa análise. A primeira é que não há original puro: aquilo que um contexto emissor transmite é, ele mesmo, resultado de deslocamentos anteriores, e Espagne chega a propor que a própria Antiguidade clássica seja lida como o quadro de uma cadeia de reapropriações de elementos das culturas ao redor do Mediterrâneo[5]. A segunda é que a transferência não se mede pela fidelidade à origem, mas pela produtividade da reinterpretação no contexto de acolhida.

Ora, ambas as consequências encontram na tradição clássica de arquitetura um terreno propício. A doutrina que Montigny incorpora em sua formação e reaplica no Brasil não é um neoclassicismo francês puro e originário: é uma síntese já reelaborada, que amalgama

---

[1] COSTA, Lúcio – **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. p. 78. Texto originalmente publicado no jornal **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, em 15 de junho de 1951.

[2] Cf., entre outros, TELLES, Angela – **Grandjean de Montigny: da arquitetura revolucionária à civilização nos trópicos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008; e a antologia **Grandjean de Montigny (1776-1850): un architecte français à Rio**. Paris: Institut de France, 1988.

[3] PEIXOTO, João Paulo Campos – Grandjean de Montigny avant le Brésil: la formation intellectuelle d'un architecte dans le Paris révolutionnaire. **Brésil(s). Sciences humaines et sociales**. n.º 28, 2025. Disponível em: https://journals.openedition.org/bresils/20217.

[4] ESPAGNE, Michel – **Les transferts culturels franco-allemands**. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

[5] ESPAGNE, Michel – A noção de transferência cultural. Trad. Dirceu Magri. **Jangada: crítica, literatura, artes**. N.º 9 (jan.-jun. 2017), p. 136-147, esp. p. 143.

pelo menos três estratos: o referencial italiano, de Vitrúvio relido por Alberti e pelos tratadistas do Renascimento; a codificação operada pela formação acadêmica francesa, do *Cours* de Blondel aos *recueils*; e a ressignificação política imposta pela Revolução, que converteu o repertório antigo em instrumento de regeneração. Sustentamos que é essa condição híbrida, somada à estrutura da doutrina (regras constantes em seus princípios, variáveis em suas aplicações), que tornou a tradição clássica transponível aos trópicos.

O percurso do artigo desdobra o argumento em dois tempos. Na primeira parte, reconstituímos os caminhos de constituição dessa tradição, detendo-nos nos momentos em que sua portabilidade se inscreve teoricamente. Na segunda, observamos a doutrina sob a ótica de Montigny: nas coleções que publicou e na obra que projetou no Brasil, com destaque para o Solar da Gávea. As considerações finais retomam o processo de transferência em seu conjunto, interrogando o que significa, nesse caso, o êxito de uma transposição cultural.

2. Os caminhos da tradição clássica

"O bom gosto, que se espalha cada vez mais pelo mundo, formou-se primeiro sob o céu grego", escrevia Winckelmann em 1755[6]. A frase, que percorreria toda a cultura artística europeia da segunda metade do século XVIII, pressupõe justamente aquilo que cumpre demonstrar: que o "bom gosto" clássico não é um dado, mas uma construção, sedimentada em tratados, instituições e disputas, cuja história explica por que ela pôde, mais tarde, ser deslocada.

O primeiro estrato dessa construção é italiano, e convém começar por seu documento fundador. Françoise Choay reconheceu no *De re aedificatoria* de Leon Battista Alberti o texto instaurador da arquitetura como campo teórico autônomo: o primeiro tratado a conceber a edificação não a partir de modelos a reproduzir, mas de um corpo articulado de princípios e regras capaz de gerar, por operações próprias, edifícios ainda inexistentes[7]. A distinção da autora entre a regra, generativa e aberta, e o modelo, fechado sobre sua própria reprodução, é decisiva para o argumento aqui desenvolvido: uma cultura arquitetônica fundada em regras é, por natureza, exportável; uma cultura fundada em modelos, apenas replicável. No plano do conteúdo, a doutrina albertiana do belo repousa na *concinnitas*, isto é, o acordo regrado de número, proporção e colocação de que se valem, antes de qualquer arte, as próprias obras da natureza, articulada à distinção entre a *pulchritudo*, harmonia proporcional das partes de um corpo, e o *ornamentum*, luz adjunta que confere caráter e dignidade ao edifício, como demonstrou Andrea Buchidid Loewen[8]. Fundar a beleza no modo de operar da natureza, e não na aparência dos objetos, é o gesto que a tradição posterior herdaria: nele já se anuncia a possibilidade de imitar uma lei, e não uma forma.

Esse estrato italiano seria codificado, na França, pela via institucional. A *Académie Royale d'Architecture*, fundada por Colbert em 1671 e vinculada desde a origem aos

---

[6] WINCKELMANN, Johann Joachim – **Gedanken über die Nachahmung der griechischen Werke in der Malerei und Bildhauerkunst.** [Dresden], 1755. p. 11.

[7] CHOAY, Françoise – **A regra e o modelo: sobre a teoria da arquitetura e do urbanismo**. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Perspectiva, 1985.

[8] LOEWEN, Andrea Buchidid – **Lux pulchritudinis: sobre beleza e ornamento em Leon Battista Alberti**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2007. Tese de doutoramento. p. 29; 67-68.

projetos do rei e do Estado[9], teve seus fundamentos pedagógicos fixados por François Blondel no *Cours d'architecture* (1675), cujo subtítulo declara sem ambiguidade os referenciais adotados: os princípios de Vitrúvio e os dos três mais hábeis "modernos", Vignola, Palladio e Scamozzi[10]. Mais que um repertório estético, o *Cours* é um manual: ao longo de mais de mil páginas, examina ordens, medidas e proporções com minúcia, constituindo a *doxa* (equilíbrio, harmonia, simplicidade, "bom gosto") que, como mostra Hélène Rousteau-Chambon, atravessaria praticamente intacta a sucessão dos professores da instituição[11]. A genealogia importa: os "modernos" eleitos por Blondel são os reelaboradores de Alberti, de modo que o programa acadêmico francês já nasce como reapropriação de outra reapropriação, uma confirmação, *avant la lettre*, da advertência de Espagne quanto à hibridez de todo contexto emissor.

A estabilidade da preceptiva não significou, contudo, unanimidade teórica. É no interior da própria *Académie* que se trava a disputa cujo desfecho interessa diretamente à questão da portabilidade. Em 1683, Claude Perrault distingue, no prefácio da *Ordonnance des cinq espèces de colonnes*, duas ordens de beleza na arquitetura: as belezas positivas, fundadas em razões convincentes e imediatamente apreensíveis, e as belezas arbitrárias entre as quais inclui as próprias proporções das ordens, cuja autoridade não derivaria da natureza, mas do costume[12]. A tese atingia o coração do ensino de Blondel, que lhe responderia reafirmando o estatuto natural e absoluto da proporção[13]. Não cabe aqui arbitrar a notória querela, mas extrair-lhe a consequência: um século antes de Winckelmann e de Quatremère, a tradição acadêmica francesa já havia tematizado, em seu próprio seio, a questão de saber se as regras clássicas são leis da natureza ou eleições da cultura. A admissão, ainda que combatida, de que parte do cânone é convencional prepara, na longa duração, a possibilidade de que esse cânone seja deslocado, reeleito e reaplicado sem traição. A portabilidade da doutrina não é, nesse sentido, um acidente de sua história: está inscrita, desde a querela seiscentista, em sua própria constituição teórica.

O terceiro estrato é o revolucionário, e trata-se de uma ressignificação, não de uma ruptura. No plano do cânone, o âmago do ensino permaneceu calcado no referencial de Blondel mesmo após a dissolução das Academias, em 1793, e ao longo das metamorfoses institucionais que conduziriam ao *Institut de France*[14]. O que a Revolução transforma é o sentido que o referencial clássico assume. Édouard Pommier demonstrou como a reflexão de Winckelmann, para quem "a liberdade constitui uma das principais causas da

---

[9] EGBERT, Donald Drew – **The Beaux-Arts Tradition in French Architecture**. Princeton: Princeton University Press, 1980.

[10] BLONDEL, François – **Cours d'architecture enseigné dans l'Académie royale d'architecture**. Paris: Lambert Roulland, 1675.

[11] ROUSTEAU-CHAMBON, Hélène – **L'enseignement à l'Académie royale d'architecture**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2016. esp. p. 153-200.

[12] PERRAULT, Claude – **Ordonnance des cinq espèces de colonnes selon la méthode des Anciens.** Paris: Jean-Baptiste Coignard, 1683. Préface.

[13] Sobre a querela e suas implicações teóricas, cf. HERRMANN, Wolfgang – **The Theory of Claude Perrault**. London: A. Zwemmer, 1973; e PÉREZ-GÓMEZ, Alberto – **Architecture and the Crisis of Modern Science**. Cambridge, MA: MIT Press, 1983.

[14] ROUSTEAU-CHAMBON, Hélène – *Op. cit.* na nota 11; EGBERT, Donald Drew – *Op. cit.* na nota 9. O ensino e os prêmios tiveram continuidade, após 1793, sob a tutela de Julien-David Le Roy e de Antoine Vaudoyer, no edifício do Louvre.

preeminência dos gregos na arte"[15], pôde oferecer à Revolução a tentação de fazer da Grécia o seu próprio futuro, metamorfoseando a nostalgia em esperança e convertendo a imitação numa conquista da política[16]. Sob essa lógica, a França passa a reivindicar para si o lugar de sucessora e herdeira da tradição artística, a "nova Atenas", reivindicação que o Império napoleônico tornaria dogmática[17]. Aos arquitetos cabia materializá-la: colunas trajanas, arcos do triunfo e obeliscos, elementos antes destinados a decorações efêmeras, convertem-se em mobiliário urbano permanente de um culto cívico à liberdade[18].

Resta o núcleo doutrinário que dá fundamento a esse conjunto: a teoria da imitação. Sob a ótica de Winckelmann, a imitação dos antigos não é reprodução mecânica de modelos; a categoria pertinente é a *electio*, isto é, a escolha criteriosa, entre os exemplos disponíveis, daquilo que neles há de mais perfeito, com vistas a constituir uma natureza idealizada superior à natureza empírica[19]. Na França, Quatremère de Quincy radicalizaria essa concepção: a arquitetura não imita a natureza por conservar as formas da cabana primitiva, mas porque se vale dos mesmos meios de que a natureza se vale, regendo-se por leis de proporção constantes em seus princípios e variáveis em suas aplicações[20]. No *Dictionnaire historique d'architecture*, a doutrina alcança sua formulação mais lapidar: "on peut, sans imiter l'ouvrage, imiter l'ouvrier"[21]. Daí a distinção entre uma imitação positiva, que reproduz objetos sensíveis, e uma imitação ideal ou abstrata, que se eleva aos princípios[22] – distinção que separa o historicismo neoclássico, para o qual a ruína é documento de princípios, do historicismo que desembocaria no ecletismo e nos *revivals*, para o qual o passado é catálogo de estilos a citar e combinar.

O encontro dessa doutrina com a perspectiva de Espagne pode agora ser formulado com precisão: se o que se imita são princípios, e não objetos, então o referencial clássico é, por sua estrutura mesma, transponível; e se aquilo que se transmite já é um híbrido de transferências anteriores, a máxima winckelmanniana pôde ressoar, no Novo Mundo, não como imperativo de cópia, mas como convocação ao gesto de eleição. Faltava, porém, o vetor humano dessa travessia – e é dele que nos ocupamos a seguir.

3. A doutrina sob a ótica de Montigny

Reconstituímos no mencionado artigo anterior[23] o percurso formativo de Grandjean de Montigny, que aqui basta rememorar em seus marcos: admitido na formação acadêmica de arquitetura em 1793, o próprio ano da dissolução das Academias, discípulo de

---

[15] Winckelmann apud POMMIER, Édouard – Winckelmann et la vision de l'Antiquité classique dans la France des Lumières et de la Révolution. **Revue de l'Art**. N.º 83 (1989), p. 9. Do original: "la liberté forme une des principales causes de la prééminence des Grecs dans l'Art".

[16] POMMIER, Édouard – *Op. cit.* na nota 15, p. 13.

[17] EGBERT, Donald Drew – *Op. cit.* na nota 9.

[18] TELLES, Angela – **Grandjean de Montigny: da arquitetura revolucionária à civilização nos trópicos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. p. 44.

[19] AZEVEDO, Ricardo Marques de – **Antigos modernos: estudos das doutrinas arquitetônicas nos séculos XVII e XVIII.** São Paulo: Editora FAU-USP, 2009. p. 45-56.

[20] *Ibidem*, p. 46; LAVIN, Sylvia – **Quatremère de Quincy and the Invention of a Modern Language of Architecture**. Cambridge, MA: MIT Press, 1992. p. 102.

[21] QUATREMÈRE DE QUINCY, Antoine-Chrysostome – **Dictionnaire historique d'architecture**. Paris: Librairie d'Adrien Le Clère, 1832. t. II.

[22] PEREIRA, Renata Baesso – A imitação da natureza e dos antigos nas preceptivas arquitetônicas de Quatremère de Quincy. In: PESSOA, Ana *et al.* **Gosto neoclássico: Atores e práticas no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Ruy Barbosa, 2018. p. 246.

[23] PEIXOTO, João Paulo Campos. – *Op. cit.* na nota 9.

Delannoy e, sobretudo, de Percier e Fontaine, venceu em 1799 o *Grand Prix de Rome*, *ex aequo* com Louis-Sylvestre Gasse, e permaneceu como pensionário em Roma entre 1801 e 1805[24]. Importa menos a cronologia do que uma circunstância a que a historiografia brasileira costuma reservar apenas menção biográfica: antes de atravessar o Atlântico, a doutrina que Montigny incorporara já havia sido transposta uma primeira vez. Em Cassel, capital do reino da Vestfália, Estado-modelo napoleônico implantado em território alemão, o arquiteto, a serviço de Jérôme Bonaparte, zelava para que os projetos da corte se conformassem aos modelos de seus mestres, chegando a conceber um conjunto urbano comercial cuja referência tipológica remetia aos imóveis da Rue de Rivoli, obra maior de Percier e Fontaine em Paris[25]. O que se ensaia na Vestfália é exatamente a operação que o Brasil conheceria em outra escala: a exportação de um referencial francês, codificado em modelos e regras, para um contexto que não o produzira. O Brasil não seria, portanto, a primeira prova da portabilidade da doutrina, mas a segunda – mais duradoura.

Antes de examinar essa segunda transposição, cumpre observar o veículo material da doutrina: o livro. Formar-se sob Percier e Fontaine significava incorporar não apenas uma maneira de compor, mas uma cultura do livro de arquitetura: a convicção de que o levantamento medido, gravado e publicado é o instrumento por excelência da transmissão do referencial, como demonstrou Jean-Philippe Garric ao situar os *recueils d'Italie* como dispositivo central de constituição e difusão dos modelos italianos na cultura arquitetônica francesa entre o final do século XVIII e a Monarquia de Julho[26]. A obra editorial de Grandjean é herdeira direta dessa convicção. Ainda na Itália, iniciou com Auguste-Pierre Famin o *Recueil des plus beaux tombeaux exécutés en Italie dans les XVe et XVIe siècles* (1813), cujo prefácio já anunciava o critério da *electio*: reunir, dentre os exemplos disponíveis, aqueles dotados de maior valor – modelos a serem estudados não para a cópia, mas para a apreensão de seus princípios[27]. A mesma lógica governa a obra maior do par, a *Architecture toscane*, iniciada em fascículos a partir de 1806 e reunida, na edição de 1837, em cento e nove pranchas, em cujo prefácio Grandjean expõe verdadeira tomada de posição doutrinária: elege a arquitetura toscana, sobretudo a florentina, por sua simplicidade e pureza, qualidades que a aproximariam da grandeza dos antigos sem os excessos do ornamento[28]. Eleger a Toscana e, com ela, Brunelleschi, Giuliano da Sangallo, Ammannati e o próprio Alberti, é já exercer, no plano editorial, a imitação compreendida como eleição.

Não por acaso, esses mesmos volumes figurariam, décadas depois, nas estantes da Academia Imperial de Belas Artes: o catálogo de sua biblioteca registra Winckelmann entre os autores mais numerosos, ao lado das coleções de Percier e Fontaine e da própria *Architecture toscane*, em convívio com os tratados de Vignola e os escritos de Milizia e de Félibien[29]. Esse encontro, na mesma estante, da doutrina e do repertório dá forma

---

[24] TELLES, Angela – *Op. cit.* na nota 18, p. 41.

[25] Sobre o episódio vestfaliano, cf. catálogo *König Lustik!?* **Jérôme Bonaparte und der Modellstaat Königreich Westphalen**. Kassel: Museumslandschaft Hessen Kassel; München: Hirmer, 2008.

[26] GARRIC, Jean-Philippe – **Recueils d'Italie: les modèles italiens dans les livres d'architecture français**. Sprimont: Mardaga, 2004. p. 127-164.

[27] GRANDJEAN DE MONTIGNY, Auguste; FAMIN, Auguste-Pierre – **Recueil des plus beaux tombeaux exécutés en Italie dans les XVe et XVIe siècles**. Paris: P. Didot l'aîné, 1813. p. 5; 7.

[28] GRANDJEAN DE MONTIGNY, Auguste; FAMIN, Auguste-Pierre – **Architecture toscane, ou palais, maisons et autres édifices de la Toscane**. Paris: P. Didot l'aîné, 1837. Préface.

[29] GOMES JÚNIOR, Guilherme Simões – **Biblioteca de arte: circulação internacional de modelos de formação.** São Paulo: Novos Estudos, 2008. p. 159; 164.

concreta a um ensino a um tempo teórico e prático: a teoria fornece as regras; as coleções, os exemplos sobre os quais exercer a eleição. A biblioteca, assim como o próprio Grandjean, é o veículo material da doutrina.

Quanto à obra projetada no Brasil, ela compreende um conjunto relativamente pequeno: do projeto para a Praça do Comércio (1820), hoje Casa França-Brasil, à sede da Academia Imperial (1826), da Catedral de São Pedro de Alcântara (1827) ao projeto para o Senado do Império (1848), pouco se realizou[30]. De todo esse acervo, é a residência do próprio arquiteto, o Solar da Gávea (c. 1831), que assume posição central para os fins desta análise: nela, e não nos grandes edifícios públicos em sua maioria irrealizados, a doutrina se deixa ler em estado de manifesto. A escolha não é arbitrária: a casa do arquiteto é a expressão incorporada de um *habitus*[31], o lugar em que aquele que ensina uma doutrina a vive, fazendo de si mesmo a primeira prova de sua coerência.

A leitura de Torres reconhece no Solar um arranjo de planta de matriz italiana evoluído segundo a experiência francesa, sublinhando que o partido não decorre de improviso, mas da sedimentação de uma cultura projetual[32]. É possível avançar sobre essa base em direção a três filiações complementares. A primeira remete a Palladio, não a uma *villa* tomada como objeto a copiar, mas à lei que ordena seus projetos: o sistema de proporções, de simetria e de relação com o sítio que Rudolf Wittkower reconduziu a princípios harmônicos de validade geral[33]. O avarandado que circunda a casa, lido por José Pessôa como uma *loggia* aclimatada[34], é a tradução tropical de um dispositivo cuja função, na *villa* vêneta, era mediar a relação entre a casa e o território. A segunda filiação remete a Durand, ele próprio um sistematizador da herança palladiana, cujos modelos residenciais do *Précis des leçons d'architecture* oferecem um método de composição por elementos e eixos que a planta do Solar parece reelaborar, adaptando-o às condições brasileiras de clima, de materiais e de mão de obra[35]. A terceira remete à tradição francesa das *maisons de plaisance*, gênero de residência suburbana em que o neoclassicismo exercitava, em escala doméstica, a síntese entre rigor compositivo e elegância. Em nenhum dos três casos há cópia: há adesão consciente a uma sintaxe partilhada, imita-se o "operário", não a obra.

É aqui que o Solar deixa de ser mero exercício de aplicação e se torna caso exemplar de uma aclimatação. A varanda contínua não é ornamento nem reminiscência pitoresca: é um dispositivo climático, resposta projetual ao sol e às chuvas dos trópicos, que cumpre simultaneamente, no plano formal, a função mediadora da *loggia* palladiana. A implantação no terreno em declive da Gávea converte uma circunstância topográfica em recurso compositivo, articulando a casa à paisagem. A própria chácara, instituição luso-brasileira da casa suburbana cercada de terras, é reinterpretada à luz da *maison de plaisance*, num cruzamento sem precedente exato em nenhuma das duas tradições. O que

---

[30] TELLES, Angela – *Op. cit.* na nota 18.

[31] Tomamos o conceito por analogia a BOURDIEU, Pierre – **Distinction: a social critique of the judgement of taste**. Cambridge: Harvard University Press. 2002.

[32] TORRES, Mario H. G. – **A casa de Grandjean de Montigny na Gávea**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, FUNARTE, Fundação Roberto Marinho. 1979 p. 82.

[33] WITTKOWER, Rudolf – **Architectural Principles in the Age of Humanism**. London: The Warburg Institute, 1949.

[34] PESSÔA, José – [completar título da obra de 2014]. p. 265.

[35] DURAND, Jean-Nicolas-Louis – **Précis des leçons d'architecture données à l'École Polytechnique**. Paris: [s.n.], 1802-1805. 2 v. Cf. BERGDOLL, Barry – **European Architecture 1750-1890**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

se opera é a eleição, no repertório clássico, daqueles princípios, a varanda como mediação, a proporção como ordem, a relação com o sítio como partido, capazes de se reescreverem nas condições do Novo Mundo. E a operação não é gesto isolado de um arquiteto: no mesmo período, e sob o mesmo teto institucional, Félix-Émile Taunay submetia a paisagem tropical a análoga eleição do olhar clássico, como demonstrou Elaine Dias, indício de que a aclimatação era programa acadêmico, e não idiossincrasia individual[36].

Há, contudo, uma dimensão dessa aclimatação que não se deixa reduzir ao clima nem à topografia, e que cumpre nomear: a base social sobre a qual a doutrina se materializa. O saber que atravessa o Atlântico é um saber codificado por regras, pranchas, procedimentos gráficos..., concebido para prescindir do regime corporativo de transmissão que caracterizara o ofício europeu. O canteiro que o recebe no Rio de Janeiro do primeiro Oitocentos, porém, tampouco é neutro: é um canteiro estruturado pelo trabalho escravizado, em que os ofícios da construção eram exercidos em larga medida por trabalhadores escravizados e libertos, cujo saber prático, transmitido à margem de qualquer codificação letrada, constituía a condição concreta de possibilidade de toda edificação na cidade[37]. A transferência opera, portanto, entre três termos, e não dois: a doutrina letrada que chega da França, a instituição que a ensina e o regime de trabalho compulsório que a executa. O dado não enfraquece o argumento da portabilidade, mas qualifica-o: a doutrina revelou-se portátil também porque pôde acoplar-se a um regime de execução radicalmente distinto daquele que a originara.

4. Considerações finais

Avaliada pelo critério da obra construída, a atuação de Grandjean de Montigny no Brasil poderia parecer um insucesso: a Repartição de Obras Públicas era largamente favorável aos profissionais de formação portuguesa, o arquiteto manteve-se relativamente isolado na Academia e viu a maior parte de seus grandes projetos não se concretizar[38]. É precisamente aqui, contudo, que o critério deve ser invertido, e é a perspectiva da transferência cultural que autoriza a inversão. O êxito de uma transposição não se mede pelo número de edifícios erguidos pela mão do transmissor, mas pela capacidade de a doutrina se reproduzir no contexto de recepção. E ela se reproduziu: o referencial de Montigny ecoaria, depois de 1850, na atuação de seus discípulos, na continuidade da cadeira de arquitetura da Academia, em obras como o Palácio do Itamaraty, na fundação do Liceu de Artes e Ofícios, convertendo-se de ensino em prática projetual e em linguagem.

Essa reprodução só foi possível porque a doutrina encontrou uma estrutura que a acolheu e lhe atribuiu valor. Um referencial não se transfere no vácuo: a Academia Imperial de Belas Artes constituiu o campo de recepção no qual o capital simbólico do laureado do *Grand Prix*, amplificado, segundo nossa hipótese, justamente pelo deslocamento para um meio que não dispunha de nada equivalente, pôde converter-se em autoridade

---

[36] DIAS, Elaine – **Paisagem e academia: Félix-Émile Taunay e o Brasil (1824-1851).** Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

[37] KARASCH, Mary C. – **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850).** Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

[38] DIAS, Elaine – Félix-Émile Taunay e Grandjean de Montigny: a Arquitetura como instrumento de consolidação da Academia Imperial de Belas Artes. **Anais do XXVI Colóquio Brasileiro de História da Arte**. Belo Horizonte: Editora C/Arte. 2007. p. 331.

pedagógica[39]. Mas o essencial, para o argumento aqui desenvolvido, está na natureza daquilo que se transferiu. Não foi um estilo: foi um sistema. A tradição clássica que aportou em 1816 já era um híbrido (o referencial italiano recolhido pela tratadística, a codificação acadêmica francesa, a ressignificação revolucionária), e sua estrutura, feita de princípios constantes e aplicações variáveis, continha inscrita a possibilidade do deslocamento. A querela seiscentista admitira que parte do cânone é convenção; a teoria da imitação convertera o passado em manancial de leis; as coleções haviam reduzido o repertório a pranchas transportáveis. Quando Montigny embarca, a doutrina já estava, por assim dizer, pronta para viajar, já teria inclusive viajado uma vez, à Vestfália.

No Brasil, porém, a operação assume um sentido que não possuía nas transposições europeias. A linguagem clássica não serviria para perpetuar uma tradição preexistente, mas para instituí-la onde ela não havia: eleger, no repertório clássico, os princípios aptos a se reescreverem nos trópicos foi também conferir a uma jovem nação em formação a aparência de uma ascendência ilustre, operação pela qual a França, "nova Atenas", afirmava simultaneamente, no Novo Mundo, sua posição de herdeira e difusora da tradição clássica. O Solar da Gávea e seu avarandado, a paisagem idealizada de Taunay, o próprio pórtico da sede da Academia, que foi salvo da demolição de 1938 e hoje segue, reerguido em meio à vegetação, no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, oferecem, cada qual a seu modo, a imagem condensada dessa síntese: uma ordem clássica que só alcança o seu sentido pleno enquadrada pela natureza dos trópicos.

Retomando Espagne, o índice máximo do êxito de uma transferência cultural é a naturalidade com que a procedência se apaga. Que a arquitetura neoclássica tenha podido tornar-se, na longa duração, simplesmente a arquitetura brasileira do Oitocentos, a ponto de Lúcio Costa, em 1951, descrevê-la como a integração do país ao "espírito moderno da época", é a medida exata de que a doutrina transferida deixou de ser percebida como estrangeira. Entre 1816 e 1850, Grandjean de Montigny não transplantou edifícios: naturalizou princípios. E é essa naturalização, não o inventário de suas obras, que constitui, a nosso ver, a sua herança mais duradoura.

Bibliografia

AZEVEDO, Ricardo Marques de – **Antigos modernos: estudos das doutrinas arquitetônicas nos séculos XVII e XVIII**. São Paulo: Editora FAU-USP, 2009.

BERGDOLL, Barry – **European Architecture 1750-1890**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

BLONDEL, François – **Cours d'architecture enseigné dans l'Académie royale d'architecture**. Paris: Lambert Roulland, 1675.

BOURDIEU, Pierre – **Distinction: a social critique of the judgement of taste**. Cambridge: Harvard University Press. 2002.

CHOAY, Françoise – **A regra e o modelo: sobre a teoria da arquitetura e do urbanismo**. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Perspectiva, 1985.

[39] BOURDIEU, Pierre – *Op. cit.* na nota 30. O funcionamento do campo acadêmico carioca como estrutura de recepção e consagração excede o escopo deste artigo.

COSTA, Lúcio – **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

DIAS, Elaine – *Paisagem e academia: Félix-Émile Taunay e o Brasil (1824-1851)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

DIAS, Elaine – Félix-Émile Taunay e Grandjean de Montigny: a Arquitetura como instrumento de consolidação da Academia Imperial de Belas Artes. **Anais do XXVI Colóquio Brasileiro de História da Arte**. Belo Horizonte: Editora C/Arte. 2007.

EGBERT, Donald Drew – **The Beaux-Arts Tradition in French Architecture**. Princeton: Princeton University Press, 1980.

ESPAGNE, Michel – A noção de transferência cultural. Trad. Dirceu Magri. **Jangada: crítica, literatura, artes**. N.º 9 (jan.-jun. 2017), p. 136-147.

ESPAGNE, Michel – **Les transferts culturels franco-allemands**. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.

GARRIC, Jean-Philippe – **Recueils d'Italie: les modèles italiens dans les livres d'architecture français**. Sprimont: Mardaga, 2004.

GOMES JÚNIOR, Guilherme Simões – **Biblioteca de arte: circulação internacional de modelos de formação**. São Paulo: Novos Estudos, 2008.

GRANDJEAN DE MONTIGNY, Auguste; FAMIN, Auguste-Pierre – **Architecture toscane, ou palais, maisons et autres édifices de la Toscane**. Paris: P. Didot l'aîné, 1837.

GRANDJEAN DE MONTIGNY, Auguste; FAMIN, Auguste-Pierre – **Recueil des plus beaux tombeaux exécutés en Italie dans les XVe et XVIe siècles**. Paris: P. Didot l'aîné, 1813.

Grandjean de Montigny (1776-1850): un architecte français à Rio. Paris: Institut de France, 1988.

HERRMANN, Wolfgang – **The Theory of Claude Perrault.** London: A. Zwemmer, 1973.

KARASCH, Mary C. – **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KÖNIG LUSTIK!? **Jérôme Bonaparte und der Modellstaat Königreich Westphalen**. Kassel: Museumslandschaft Hessen Kassel; München: Hirmer, 2008.

LAVIN, Sylvia – **Quatremère de Quincy and the Invention of a Modern Language of Architecture**. Cambridge, MA: MIT Press, 1992.

LOEWEN, Andrea Buchidid – **Lux pulchritudinis: sobre beleza e ornamento em Leon Battista Alberti**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2007. Tese de doutoramento.

PEIXOTO, Paulo Campos – Grandjean de Montigny avant le Brésil: la formation intellectuelle d'un architecte dans le Paris révolutionnaire. **Brésil(s). Sciences humaines et sociales**. n.º 28, 2025. Disponível em: https://journals.openedition.org/bresils/20217.

PEREIRA, Renata Baesso – A imitação da natureza e dos antigos nas preceptivas arquitetônicas de Quatremère de Quincy. *In*: PESSOA, Ana *et al.* **Gosto neoclássico: Atores e práticas no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Ruy Barbosa, 2018. p. 246.

PÉREZ-GÓMEZ, Alberto – **Architecture and the Crisis of Modern Science**. Cambridge, MA: MIT Press, 1983.

PERRAULT, Claude – **Ordonnance des cinq espèces de colonnes selon la méthode des Anciens**. Paris: Jean-Baptiste Coignard, 1683.

PESSÔA, José – [completar título da obra de 2014].

POMMIER, Édouard – Winckelmann et la vision de l'Antiquité classique dans la France des Lumières et de la Révolution. **Revue de l'Art**. N.º 83 (1989), p. 9-20.

QUATREMÈRE DE QUINCY, Antoine-Chrysostome – **Dictionnaire historique d'architecture**. Paris: Librairie d'Adrien Le Clère, 1832. 2 t.

ROUSTEAU-CHAMBON, Hélène – **L'enseignement à l'Académie royale d'architecture.** Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2016.

TELLES, Angela – **Grandjean de Montigny: da arquitetura revolucionária à civilização nos trópicos.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

TORRES, Mario H. G. – **A casa de Grandjean de Montigny na Gávea**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, FUNARTE, Fundação Roberto Marinho. 1979 p. 82.

WINCKELMANN, Johann Joachim – **Gedanken über die Nachahmung der griechischen Werke in der Malerei und Bildhauerkunst**. [Dresden], 1755.

WITTKOWER, Rudolf – **Architectural Principles in the Age of Humanism**. London: The Warburg Institute, 1949.

Territórios culturais bolivianos na cidade de São Paulo: a Feira da Kantuta

Milagros Britany Apaza Estrada
Universidade Federal de Uberlândia
Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo
apaza.milagros@outlook.com

Adriano Tomitão Canas
Universidade Federal de Uberlândia
Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo
adrcanas@ufu.br

Alexander Gaiotto Miyoshi
Universidade Federal de Uberlândia
Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo
alexmiyoshi@hotmail.com

Resumo: Este trabalho analisa territórios culturais dos imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo. Faz-se um recorte no bairro do Pari, na Praça da Kantuta e em sua feira livre que ocorre aos domingos. O objetivo é compreender a sua constituição, suas tipologias e inter-relações na malha urbana, assim como a cultura boliviana na metrópole, considerando dimensões espaciais e simbólicas. Busca-se evidenciar como a lógica de ocupação cultural contribui para a formação de territórios significativos não só para os bolivianos e descendentes como para outras comunidades, articulando práticas culturais e sociais.

Palavras-chaves: território, imigrantes, bolivianos, Feira da Kantuta.

Introdução

São Paulo, caleidoscópio de arquiteturas e povos, apresenta uma diversidade notável devido, em grande parte, aos grupos imigratórios. Este trabalho analisa a constituição urbana e territorial formada por imigrantes bolivianos e seus descendentes. É possível observar na capital paulista uma gama de espaços marcados pela comunidade boliviana, grupo que se firmou não apenas numericamente como também por meio de lugares próprios na cidade, dotados de cultura e características singulares, que serão aqui observados.

A análise concentra-se na Feira da Kantuta, localizada na Praça da Kantuta, zona central de São Paulo, conhecida como uma "mini Bolívia". Trata-se de uma feira semanal, que ocorre aos domingos, das 9 às 19h. Seus comércios, serviços, danças, festejos e pessoas envolvidas são, em maioria, bolivianos e latino-americanos. Segundo o IPHAN[1] é composta por cerca de 54 barracas, distribuídas entre comidas típicas, artesanato, cereais, doces e bolos, DVD's e CD's, livros e revistas, sucos, brinquedos, pães, barbeiros. Na praça há um pequeno palco onde ocorrem discursos e falas relacionados a temas de interesse da comunidade, além de apresentações culturais, como danças típicas. Com um impacto urbano significativo, ela foi reconhecida pelo IPHAN, em 2009, como bem cultural no Inventário Nacional de Referências Culturais sobre o bairro do Bom Retiro, consolidando-se como um importante ponto de referência de cultura e lazer.



Figura 1 - Apresentação de Salay na Feira da Kantuta. Foto Milagros Apaza Estrada, 2025.

[1] IPHAN. Inventário Nacional de Referências Culturais do Bom Retiro: ficha de identificação Lugares, Feira Kantuta. São Paulo, 2009, p. 2.



Figura 2 - Feira da Kantuta. Foto: Milagros Apaza Estrada. 2025.

A Feira da Kantuta integra o cotidiano urbano não apenas dos bolivianos que moram no Brás, região paulistana comercial onde se originou, mas também de outras comunidades de imigrantes latino-americanas da metrópole. A Praça da Kantuta, espaço que abriga a feira, foi vital para a consolidação dessa ocupação. Mas nota-se que a constituição da feira-livre enquanto tradição urbana evidencia a versatilidade e o dinamismo necessários à manutenção da cultura boliviana e de sua territorialização. Busca-se assim, neste trabalho, compreender e analisar as dimensões urbanas e arquitetônicas a partir dos seus entrelaçamentos com aspectos sociais, políticos, culturais e artísticos.

Imigrantes bolivianos e suas territorializações na grande São Paulo

A imigração boliviana na metrópole teve, inicialmente, caráter estudantil, proporcionado por acordos políticos internacionais do MERCOSUL por volta da década de 1960[2]. Na mesma década, o Brás se formou como um bairro operário e industrial marcado pela presença de imigrantes italianos e, posteriormente, de outros grupos de estrangeiros e nordestinos, consolidando-se como importante polo no ramo da confecção[3], havendo uma inserção massiva de bolivianos nessa indústria por volta de 1980[4], tanto nas oficinas de costura como na venda de produtos.

Dessa forma, a relação entre trabalho e moradia ditou por décadas a ocupação boliviana na cidade[5]. Seu impacto econômico e social ocorreu também na urbe, segundo dados da Polícia Federal (2019), os bolivianos constituíam, em 2019, a maior comunidade estrangeira na Grande São Paulo, com cerca de 75 mil habitantes. O crescimento populacional dessa comunidade levou à expansão da sua ocupação urbana, principalmente nas áreas centrais da metrópole, estendendo-se pelas Zonas Leste e Norte.

---

[2] OLIVEIRA, G. C. – Rumo ao interior: bolivianos no Estado de São Paulo. *In Seminário Migrações Internacionais, Refúgios e Políticas*. São Paulo: NEPO/UNICAMP, 2016.

[3] SOUCHAUD, Sylvain – Presença estrangeira na indústria das confecções e evoluções urbanas nos bairros centrais de São Paulo. In LANNA, Ana Lúcia et al. (org.) – *São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades.* São Paulo: Alameda, 2011, p. 63-88.

[4] SILVA, Sidney A. da – Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. *Estudos Avançados*. Vol. 20, n.º 57 (2006), p. 157-170.

[5] SAYAD, Abdelmalek – *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.

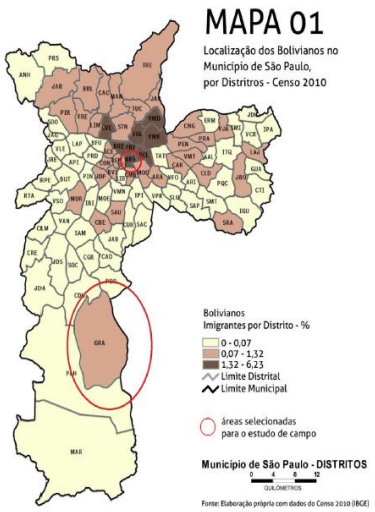


Figura 3 - Distribuição dos bolivianos por distrito – São Paulo (2010). Fonte: Pucci, F. M. S., & Véras, M. P. B. (2017).

Apesar da indiscutível proeminência do trabalho na territorialização dos bolivianos, enfatiza-se neste estudo outro importante aspecto dessa comunidade: a cultura boliviana. De acordo com o último Censo do Instituto Nacional de Estatística da Bolívia de 2021, 59% da população boliviana se autodeclaram indígenas, 30% pertencentes a outros grupos, 10% brancos e 1% negro. Tal composição abrange idiomas, dialetos, especificidades e uma pluralidade cultural riquíssima, desconhecida, em geral, pelos não bolivianos, e que se faz também presente no cotidiano urbano dos imigrantes bolivianos residentes em São Paulo.

Para Sayad[6], o imigrante deve ser entendido como um sujeito social composto por identidades múltiplas e transitórias. Milton Santos[7] por sua vez, entende o território como abrigo de todos os homens, das instituições e organizações, como "fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida". Podemos então considerar o movimento migratório como desterritorialização, oposto à territorialização, na qual o sujeito abandona o território natal[8]. Ao chegar no seu destino, o imigrante se vê obrigado, até veladamente, a desenvolver novas territorialidades, em um lugar por vezes completamente desconhecido[9]. Passa a construir algo novo:

> "más que una cosa, un territorio es un acto, una acción, una relación, un movimiento concomitante de territorialización y desterritorialización (…)" (Deleuze y Guattari, 1997), funcional, de uso pragmático existencial –reproducción de la vida– una dimensión simbólica afectiva, es decir, espacios de representación en la doble construcción de sujetos y territorios"[10].

[6] SAYAD, Abdelmalek – *A imigração ou os paradoxos da alteridade.* São Paulo: EDUSP, 1998.
[7] SANTOS, Milton – O dinheiro e o território. In OLIVEIRA, Márcio Piñon de; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (org.) – *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Niterói: PPGEO/UFF, 2002.
[8] SILVA, A. V. – Atravessando fronteiras: a dimensão vivida da desterritorialização de brasileiros em Portugal e Estados Unidos da América. *Caminhos de Geografia*. Uberlândia. Vol. 20, n.º 72 (2019), p. 386-401.
[9] MARANDOLA JR., Eduardo; DAL GALLO, Priscila Marchiori – Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Vol. 27, n.º 2 (2010), p. 407-424.
[10] ROJAS PIEROLA, Ramiro – *La Feria 16 de Julio (jach'a qhatu) de El Alto, Bolivia: ¿territorio o aglomerado de exclusión?* Quito: FLACSO Ecuador; Abya Yala, 2016, p. 91.

E compreende-se aqui a cultura enquanto território, não como entidades separadas, e sim de uma única "dimensão territorial da cultura"[11]. Trata-se de uma dimensão temporal, espacial e conceitual, em que a cultura assume o espaço e vice-versa[12]. Nesse sentido, o trabalho aborda as ocupações culturais da comunidade boliviana na metrópole, com destaque para suas práticas de lazer. Na antropologia urbana, Magnani[13] evidencia a importância desta prática na cidade:

> "Atividade marginal, instante de esquecimento das dificuldades cotidianas, lugar enfim de algum prazer –mas talvez por isso mesmo possa oferecer um ângulo inesperado para a compreensão de sua visão de mundo: é lá que os trabalhadores podem falar e ouvir sua própria língua" [14].

O movimento de dispersão dos bolivianos para outras regiões da metrópole consolidou, espaços, fluxos e territórios próprios da comunidade, que se tornaram não apenas referências urbanas como também componentes da imagem da cidade. Segundo Sidney Silva[15] "a importância da presença boliviana em São Paulo deve-se à vitalidade e pluralidade de suas manifestações culturais".

Dessa forma, foram levantados os lugares onde aconteceram e acontecem os principais festejos da comunidade nos últimos anos, além de outros importantes pontos de congregação cultural, sendo organizados por setor. Interpretam-se, assim, os espaços identificados como territórios, que independem da sua formalidade ou informalidade.

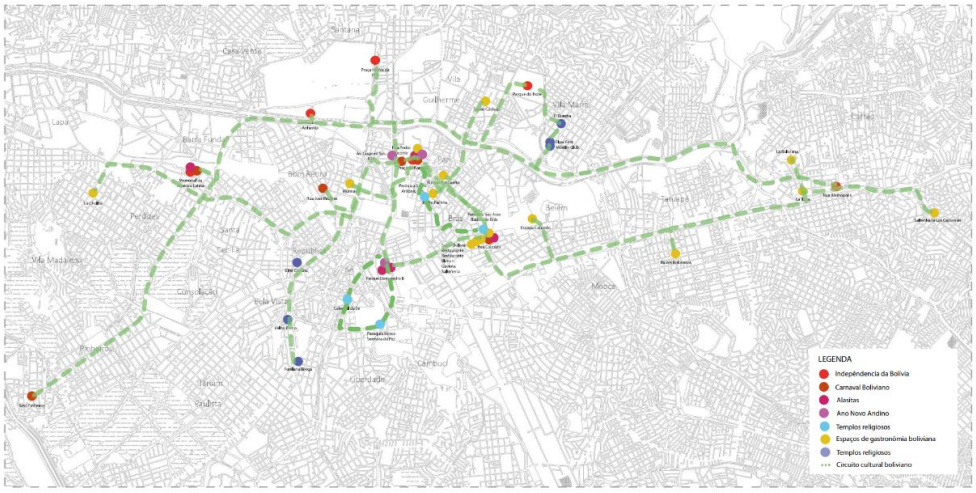


Figura 4 - Ocupações e circuito cultural bolivianos. Foto: Milagros Apaza Estrada. 2025.

A Figura 4 apresenta uma cartografia baseada no dito levantamento, que busca mapear os padrões, espaços, circulações e conexões entre as ocupações culturais identificadas, permitindo visualizar a territorialização cultural boliviana na metrópole a partir de um

[11] ROLNIK, Raquel – Lei de Fomento à Periferia de SP inova ao reconhecer a dimensão territorial da cultura. *Blog da Raquel Rolnik*. 2016.
[12] SANDLER, D. – A cultura como urbanismo, ou a dimensão territorial da cultura. *arq.urb*. N.º 23 (2019), p. 95-116.
[13] MAGNANI, José Guilherme Cantor – *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
[14] Idem, p.22.
[15] SILVA, Sidney A. da – *Bolivianos: a presença da cultura andina*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

circuito traçado interligando esses espaços, categoria da análise urbana proposta por Magnani[16], que "descreve o exercício de uma prática (...) por meio de estabelecimentos, equipamentos e espaços que não mantêm entre si uma relação de contiguidade espacial; ele é reconhecido em seu conjunto pelos usuários habituais (...) designa um uso do espaço e dos equipamentos urbanos – possibilitando (...) o exercício da sociabilidade por meio de encontros, comunicação, manejo de códigos".

Aonde foi semeada, e floresceu a Kantuta

O embrião da Feira da Kantuta surgiu no bairro Canindé, junto à Praça Padre Bento, em frente à igreja Nossa Senhora do Pari. Foi lá que trabalhadores bolivianos passaram a se reunir e desenvolver as primeiras atividades que dariam origem à feira. Em 2002, ela foi transferida para outra praça no mesmo bairro, posteriormente denominada "Kantuta", onde permanece até hoje.

A partir da década de 1980, em decorrência de uma onda imigratória continental, houve um aumento significativo de imigrantes latino-americanos, principalmente chilenos, bolivianos e peruanos. Estes passaram a integrar o cotidiano comercial dessa região central, especialmente Brás, Pari e Bom Retiro, áreas do ramo de confecções e comércio. Segundo a Alobrás, o Brás é o maior polo de confecção têxtil do país. Segundo dados da Polícia Federal (2018), circulam por dia 500 ônibus fretados e cerca de 400 mil pessoas, número que pode chegar a 900 mil pessoas em épocas festivas. Em suas 55 ruas funcionam aproximadamente 5 mil lojas, que geram 150 mil empregos diretos e 300 mil indiretos. A região abriga ainda um amplo comércio de rua, conhecido como "Feirinha da Madrugada".

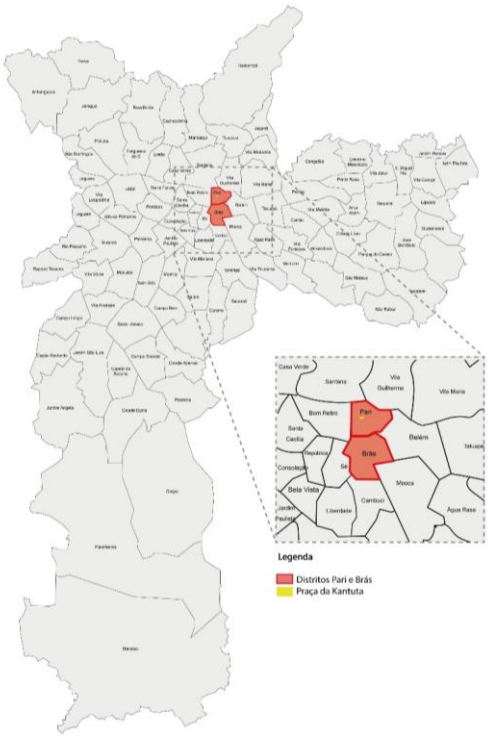


Figura 5 - Subprefeituras do Brás, Pari e Canindé. Fonte: Milagros Apaza Estrada.

[16] MAGNANI, José Guilherme Cantor – Os circuitos dos jovens urbanos. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP.* São Paulo, v. 17, n. 2, p. 173-205, nov., 2005.


Figura 6 – Rua comercial na região do Brás. Fonte: Alexandre Battibugli, 2022.

A história da feira começou quando a imigrante boliviana Bertha decidiu vender *anticuchos* na Praça Padre Bento, com sua churrasqueira e seus molhos[17]. Com o tempo criou-se uma rede de feirantes, e posteriormente uma feira dominical que se tornou ponto de referência, local de encontro, compras, degustação e socialização dos bolivianos e de outros imigrantes latino-americanos. O crescimento dessas reuniões começou a causar incomodo aos moradores da região, relacionados ao barulho, sujeira, segurança e consumo de bebidas, reclamações que culminaram em um abaixo-assinado para a expulsão dos bolivianos da praça[18].

Dessa forma iniciou-se um movimento para a manutenção da feira. Em 2002 foi criada a Associação Gastronômica Cultural e Folclórica Boliviana Padre Bento. Após reuniões entre a associação e entidades governamentais foi formalizado um pedido de espaço junto à Subprefeitura da Mooca[19], sendo concedida uma praça sem nome localizada entre as ruas Pedro Vicente, das Olarias e Carnot, ao norte da área comercial do Brás. A feira, até então denominada "Feira de Arte, Cultura e Lazer Boliviana Padre Bento", foi oficializada em 2003, sendo comumente conhecida como Feira da Kantuta. Segundo Santos (2014), a sensação coletiva dos feirantes foi de conquista e vitória, principalmente após passarem pela xenofobia que os tirou do espaço anterior.

[17] IPHAN – *Inventário Nacional de Referências Culturais do Bom Retiro: ficha de identificação – Lugares: Feira Kantuta*. São Paulo: IPHAN, 2009.
[18] ALVES, Ubiratan Silva – *Imigrantes bolivianos em São Paulo: a Praça Kantuta e o Futebol.* In BAENINGER, Rosana (org.) – Imigração Boliviana no Brasil. Campinas: Núcleo de Estudos de População – NEPO/UNICAMP; FAPESP; CNPq; UNFPA, 2012.
[19] FRAGA, Valdson – Territorialidade e identidade dos imigrantes bolivianos em São Paulo. *Revista Cordis*, São Paulo, n. 2, p. 1-22, 2009.



Figura 7 - Praça da Kantuta, sede da feira desde 2002. Fonte: Google Earth.

Desde então, a feira passou a acontecer na Praça da Kantuta. Apesar da localização mais distante em comparação à da Praça Padre Bento, o novo espaço oferecia maior flexibilidade e potencial urbano. Aos domingos, a praça passou a receber a feira, transformando um espaço antes pouco utilizado em um ambiente vivo, marcado pela circulação de pessoas, seus festejos, suas cores e sua arquitetura.

Conforme a feira crescia, surgiram novas demandas de infraestrutura, e em 2018, a diretoria da feira[20] buscava a revitalização da praça, mas sem o apoio estatal passou a se organizar internamente, e procurou a Assessoria Técnica de Interesse à Comunidades Organizadas (ÁTICO), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP-SPO). Dessa parceria iniciou-se o projeto participativo "Nova Kantuta". Por meio de questionários aplicados aos feirantes, visitantes e moradores locais, o ÁTICO elaborou um projeto de revitalização, que considerava a singularidade multicultural da praça.

A Flor Boliviana: A Feira, A Praça

A Praça da Kantuta passou por pequenas alterações de estrutura entre 2003 e 2023, tendo uma reforma de maior impacto em 2024 após o projeto Nova Kantuta elaborado em parceria com o EMAU ÁTICO.

[20] A gestão da feira da Kantuta é realizada pela Associação Gastronômica Cultural e Folclórica Boliviana Padre Bento (também chamada de Associação Feira Kantuta - AFK). A gestão segue uma estrutura simples de organização: Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário de Atas, Diretor Tesoureiro, Diretor de Eventos. Além da diretoria, integram a associação cerca de 30 a 40 feirantes, que compõe parte votante para a escolha da Diretoria.

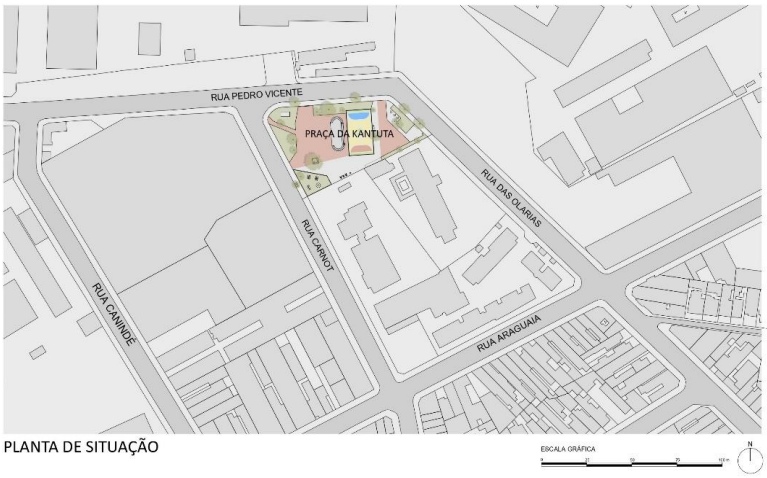


Figura 8 - Planta de Situação. Foto: Milagros Apaza Estrada, 2025.

A praça de 276m², localizada na borda de uma quadra, é delimitada por três vias: Rua Pedro Vicente, Rua das Olarias e Rua Carnot. O projeto inicial da praça, que abrigou a Feira da Kantuta de 2002 até 2023, era um projeto simples, constituído por uma quadra esportiva, com canteiros e acessos pelas três ruas ao redor, além de pouco mobiliário urbano. Havia também um palco pequeno na área sul da praça. Ela sofreu pequenas alterações, modificações e reformas ao longo dos anos, no desenho dos canteiros, nos pisos de concreto e, principalmente, na pintura da quadra, que funcionou como um suporte artístico simbolizando a alteridade imigrante, como tela preenchida pelas cores da bandeira boliviana, conjugadas com as da bandeira brasileira (Figura 9).



Figura 9 - Praça da Kantuta antes da reforma, ao longo dos anos. Fonte: Google Earth, 2025.

Em 2024, a praça foi enfim revitalizada. O projeto da praça executado e adaptado, seguindo os principais elementos arquitetônicos propostos.



Figura 10 - Praça da Kantuta em 2024. Fonte: Google Earth, 2025.

O projeto do ÁTICO, resultado de uma participação ativa da população, propôs um programa extenso, que abrange frequentadores da feira até trabalhadores locais em dias úteis. Na proposta há um playground e dois palcos para eventos grandes sendo o maior deles multifuncional: uma arquibancada voltada para a quadra. A quadra foi reposicionada para a abertura da área entre os palcos, para ampliar o espaço disponível às apresentações de dança. A leste se localizam um bicicletário, mesas de jogos e equipamentos de exercício físico, para atender inclusive a população idosa que frequenta a UBS próxima. Propõe-se também a inserção de elementos visuais na arquitetura que remetem a símbolos andinos. Apresenta ainda um projeto de paisagismo, visando a ampliação da variedade de espécimes e para elevar os índices de arborização[21].

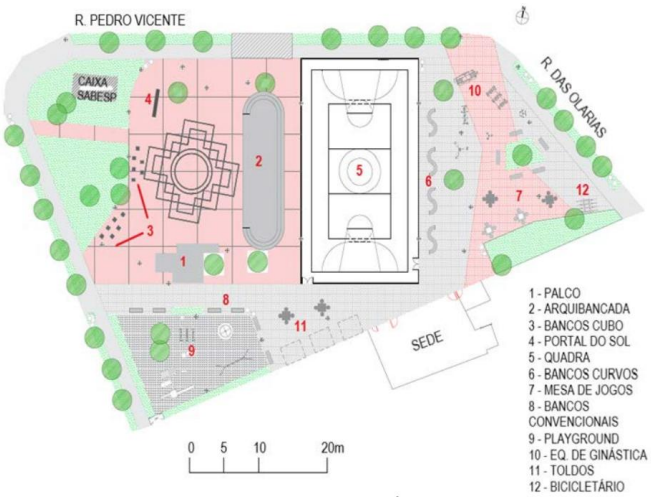


Figura 11 - Nova Kantuta, projeto de revitalização, ÁTICO. Fonte: CARVALHO (2023).

[21] CARVALHO, Cecília Maria Resende Gonçalves de – *Comensalidade entre usuários de um tradicional mercado público: um olhar nas dimensões simbólicas, afetivas e sociais*. Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2024.



Figura 12 - Implantação atual da Praça da Kantuta. Levantamento e desenho: Milagros Apaza Estrada (2025).

Sobre o público que frequenta a Feira, é indiscutível a presença dos bolivianos, enquanto comerciantes e visitantes, mas há também uma grande presença de imigrantes latino-americanos, que compartilham características culturais com os bolivianos. Dá-se atenção especial aos frequentadores brasileiros, cada vez mais presentes, que indicam a redução das formas estigmatizadas como os bolivianos são vistos e tratados pelos brasileiros. Para Alves[22], a praça se tornou um local onde o encontro de gerações, costumes e misturas étnicas acontece de maneira incisiva: onde os mais velhos querem manter as tradições e a memória do seu país, enquanto os mais jovens tentam encontrar novos significados.



Figura 13 - Diferentes gerações na feira da Kantuta, Foto: Milagros Apaza Estrada, 2025.

[22] ALVES, Ubiratan Silva – *Imigrantes bolivianos em São Paulo: a Praça Kantuta e o Futebol*. In BAENINGER, Rosana (org.) – Imigração Boliviana no Brasil. Campinas: Núcleo de Estudos de População – NEPO/UNICAMP; FAPESP; CNPq; UNFPA, 2012.

Uma característica de quase todas as feiras-livres marca também a Feira da Kantuta: as barracas de lona, com sua estrutura funcional e padronizante. Mas isso não significa que a Kantuta seja monótona, pois as barracas organizam bem os percursos, possibilitando tanto o deslocamento adequado de pessoas quanto das manifestações artísticas e culturais, de danças e shows, orquestrando uma galeria de formas, cores, aromas e sons que surpreende os frequentadores.



Figura 14 - Praça da Kantuta durante a feira. Foto: Milagros Apaza Estrada, 2025.



Figura 15 - Vista da Rua das Olarias, Pedro Vicente e Carnot. Foto: Milagros Apaza Estrada, 2025.

Os espaços de circulação e interação entre as barracas assim, são amplos e generosos, o que se deve à organização da Associação e aos colaboradores da Feira. Segundo Marcelo Laura[23], dos 30 a 40 feirantes a maioria é do ramo de alimentação, mas

[23] Marcelo Laura, presidente da associação Feria da Kantuta, em entrevista concedida a Milagros Apaza Estrada. Agosto de 2025.

também estão presentes pequenos comerciantes de artefatos, acessórios, produtos importados da Bolívia e prestadores de serviços como cabeleireiro e banca de jogos.



Figura 16 - Praça da Kantuta com o uso das barracas. Levantamento e desenho: Milagros Apaza Estrada, 2025.

Nota-se um ordenamento espacial diferente para cada uso, uma setorização, contudo flexível, que se organiza pelo tipo de comércio ou serviço prestado, dividido em: alimentação, varejo de alimentos importados, cabelereiros, varejo de roupas e acessórios, artesanato e prestação de serviços secundários.



Figura 17 - *Peluquerias* masculinas com as cores da Bolívia. Fonte: O viajante comilão, 2013.



Figura 18 - Barracas de artesanato boliviano e andino. Foto: Milagros Apaza Estrada, 2025.

O setor alimentício se concentra principalmente na Rua Carnot e em parte na Rua Pedro Vicente, acontecendo esporadicamente em outras ruas. O comércio de artesanato e outros produtos se concentra na Rua Pedro Vicente, na via do lado direito. Serviços secundários se localizam geralmente na esquina entre a Pedro Vicente e a Carnot. Há também o serviço de brinquedos infláveis, que possuem barraca de apoio e se dá na quadra poliesportiva, ou ao lado do playground fixo. Os serviços como cabeleireiros estão localizados na Rua das Olarias.



Figura 19 - Rua Carnot, principal área de alimentação da feira. Foto: Milagros Apaza Estrada, 2025.

Segundo Santos[24], muitos feirantes utilizam a gastronomia como fonte secundária de renda, sendo a primeira ocupação de comerciantes têxteis. Esses espaços de alimentação boliviana, embora efêmeros, trazem uma carga cultural fundamental:

> "As práticas alimentares humanas são impactadas pelas crenças, memórias, experiências, condição socioeconômica, lembranças familiares, identidade cultural e simbolismos. (...) O consumo alimentar pode ser algo simples e cotidiano, porém, ao se estudar o que se come e por que se come coletivamente, há o estabelecimento da comensalidade, marcada pelo contato social, interações de marco cultural, expressão do afeto, compromisso e identidade[25]."

[24] SANTOS, Milton – O dinheiro e o território. In OLIVEIRA, Márcio Piñon de; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (org.) – *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Niterói: PPGEO/UFF, 2002.

[25] MELO, Martha Teresa Siqueira Marques; CARVALHO, Cecília Maria Resende Gonçalves de; SILVA, B. L. S.; NUNES, I. F. O. C.; BARRETO, Suely Carvalho Santiago; PAZ, S. M. R. S. – Comensalidade

E na Kantuta as barracas são distribuídas geralmente sobre a calçada, diferentemente das feiras livres brasileiras, em que são dispostas dentro da via. Dessa forma, abre-se um caminho entre elas para a circulação de pedestres, de visitantes e curiosos, além de servir como esse espaço para os desfiles de danças e música.

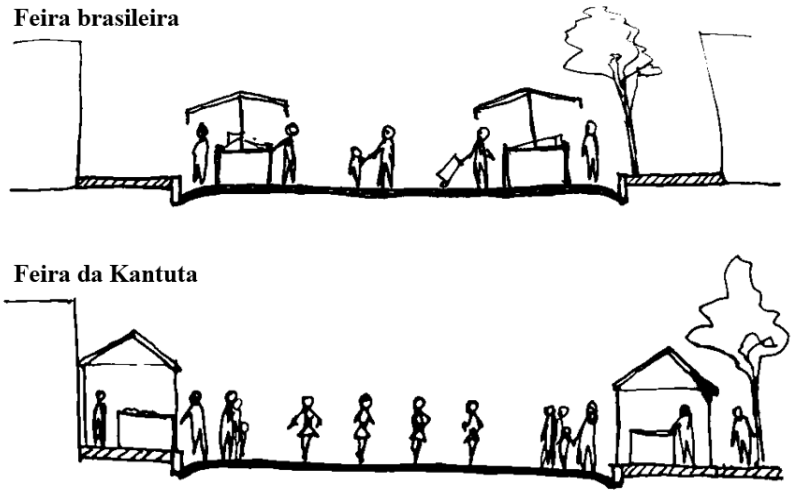


Figura 20 - Corte esquemático da disposição das feiras. Foto: Milagros Apaza Estrada, 2025.

Nos momentos de festa, as barracas, a rua, o palco e a praça seca geram o fluxo que abriga o principal momento das danças: o *recorrido*. Os recorridos seguem um padrão há anos: os grupos se concentram no início da quadra na Rua das Olarias, preparando-se para sua entrada. Com a bandeira da fraternidade à frente, iniciam a dança seguindo pela Rua das Olarias, virando na Rua Pedro Vicente e contornando a Rua Carnot até o centro da praça, onde ocorre a performance final e o momento principal da festa. Assim, foi elaborado o esquema que os recorridos seguem na feira, para um melhor entendimento:



Figura 21 - Trajeto dos recorridos de dança. Levantamento e desenho: Milagros Apaza Estrada, 2025.

O palco atual possui um formato retangular com as extremidades circulares, que permite um uso dinâmico, uma vez que a parte de trás conta com degraus que servem de arquibancada, voltados para a quadra, auxiliando em melhores acústica e visualização.



Figura 22 - Palco sendo utilizado. Foto: Milagros Apaza Estrada, 2025.

Os recorridos (ou trajetos) de dança são os eventos mais frequentes da Feira da Kantuta, ocorrendo todos os domingos com o desfile de fraternidades em dias alternados. Mesmo nos dias sem comemorações bolivianas, há o momento de festejo, dança e música que acontece através dos recorridos. E nas datas festivas, a Feira se consolida como o principal receptáculo dos festejos da comunidade em São Paulo, funcionando como espaço central de articulação e movimento das celebrações coletivas bolivianas, como as Alasitas, o Carnaval Boliviano, o Dia da Independência da Bolívia, entre outras manifestações religiosas e cívicas, que tornaram um logradouro antes convencional em um espaço de identidade dos migrantes na cidade.



Figura 23 - Recorrido da fraternidade Tinkus San Simon. Foto: Milagros Apaza Estrada, 2025.

Nesses períodos, a dinâmica cotidiana da feira se intensifica significativamente, pois são os dias de maior fluxo de frequentadores: o público se adensa, os pedestres ocupam as ruas do entorno e longas filas se formam diante das barracas de comida típica. A ambiência, já vibrante nos domingos regulares, torna-se ainda mais marcada por cores, música, aromas e performances culturais.



Figura 24 - Morenada, no carnaval boliviano de 2015. Fonte: Planeta América, 2015.

Por diversas vezes a Feira é usada como um espaço democrático de informação, abrigando campanhas de saúde e assistência social, voltadas à orientação de imigrantes em situação de vulnerabilidade e também sobre seus direitos, além de oficinas de arte e incentivo cultural. Assim, a Feira expandiu o seu sentido para o de um espaço também educativo.

Quanto à quadra, no projeto atual ela foi realocada para o oeste da praça, e possui dimensões de 25x14m, para a prática de futsal, vôlei e basquete. Abriga treinos e jogos entre times de futebol latino-americanos e locais. Apesar da dimensão limitada, é um espaço importante para a socialização, pois mesmo quando não há uso esportivo,

frequentemente é usada para o lazer, sobretudo pelas crianças, por ser um espaço seguro, controlado, e lúdico, que eventualmente recebe brinquedos infláveis.



Figura 25 - Quadra e playground. Foto: Milagros Apaza Estrada, 2025.

Por falar em brincar, no projeto atual foi implantado um playground, equipado com gangorras, balanços e escorregadores. Esses brinquedos são muito disputados, especialmente aos domingos, quando é difícil vê-los vazios.

O conjunto de ações, interações, redes e elementos que ocorrem na Kantuta evidenciam sua territorialidade, construída pelos signos que envolvem cada movimento ali presente. A Praça, com sua singela arquitetura, seja em uma mesa ou um banco torna-se ambiente de troca e sociabilidade. Além das ações ali realizadas, se fixa no imaginário coletivo como lugar de pertencimento, marcado pela identificação mútua, de histórias ritos e vivências.



Figura 26 - Corte esquemático. Levantamento e desenho: Milagros Apaza Estrada, 2025.

A partir da análise etnográfica de Magnani[26], perspectiva importante para este trabalho, a Feira da Kantuta pode ser compreendida como um *pedaço,* por constituir um recorte do espaço urbano marcado pela sociabilidade regular de um mesmo grupo, ao comunidade boliviana, que domingo após domingo, retorna ao local, produzindo continuidade, reconhecimento mútuo e códigos compartilhados. Trata-se de um território onde se ativam vínculos sociais e culturais específicos, expressos na língua, nas práticas comerciais, nas músicas, nas comidas, nas manifestações religiosas e festivas.

Considerações Finais

A consolidação da comunidade boliviana reflete-se em sua territorialização na metrópole, que passa a ocupar não apenas o inicial bairro têxtil, mas também outras

[26] MAGNANI, José Guilherme Cantor – De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 17, n. 49, 2006.

áreas, de outras formas, que ganharam tamanho e protagonismo nos últimos anos. Território e cultura, assim, denotam um papel vital aqui, uma vez que são componentes importantes para as identidades individuais e coletiva, que seguem construindo e alimentando constantemente a memória e o pertencimento[27].

As ocupações urbanas bolivianas se manifestam como um veículo democrático para a construção de uma memória coletiva, cuja transitoriedade não altera seu peso urbano e social, mas sim enfatiza a participação cultural dessa população nas imagens da cidade e no imaginário urbano. A partir das categorias de Magnani, foi possível identificar a constituição de *pedaços* e *circuitos* que a ocupação territorial dos bolivianos desenhou na cidade, que revela a emancipação urbana desses sujeitos. A cidade passa a ser desenhada por esses imigrantes, através das suas arquiteturas efêmeras e permanentes, de suas andanças e histórias, da sua cultura e lazer, compondo uma história coletiva.

O valor da feira da Kantuta ultrapassa sua materialidade, constituindo um símbolo de memória e pertencimento. Mais do que uma ligação com a terra natal, ela afirma a existência boliviana em São Paulo, cidade que também lhes pertence. Os ritos, festas, danças e música convertem a praça em algo mais do que construção e asfalto: se mostra como palco, cenário, terra antiga e nova ao mesmo tempo, exemplificando os múltiplos usos que um espaço pode adquirir quando se converte em território, sinônimo este de cultura. Estrutura viva e que pode se adaptar, constantemente construída por aqueles que a frequentam com suas arquiteturas efêmeras, andanças e trocas transitórias, mas permanentes. É um território cultural de resistência, construído pela comunidade imigrante boliviana, que se reafirma enquanto personagem e agente urbano, que através de sua identidade constituem seu pertencimento por meio de luta urbana e social.

A Feira da Kantuta demarca, assim, um importante território urbano, que desempenha um significativo papel para a população boliviana e outras comunidades. Uma flor dos Andes que nasceu em pleno asfalto cinzento e hostil da cidade, em meio à luta cotidiana de seus trabalhadores.

Bibliografia

ALVES, Ubiratan Silva – *Imigrantes bolivianos em São Paulo: a Praça Kantuta e o Futebol.* In BAENINGER, Rosana (org.) – **Imigração Boliviana no Brasil**. Campinas: Núcleo de Estudos de População – NEPO/UNICAMP; FAPESP; CNPq; UNFPA, 2012.

CARVALHO, Driely de Oliveira et al. – ÁTICO: experiências interdisciplinares e participativas de um escritório modelo em São Paulo. In: **Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, 20., 2023, Salvador. Anais [...] Salvador: ANPUR, 2023. p. 1-18. Disponível em: https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st09-14.pdf. [Consult. 10 nov. 2024].

CARVALHO, Cecília Maria Resende Gonçalves de – **Comensalidade entre usuários de um tradicional mercado público: um olhar nas dimensões simbólicas, afetivas e sociais**. Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2024.

[27] (Woodward, 2000)

FRAGA, Valdson – Territorialidade e identidade dos imigrantes bolivianos em São Paulo. **Revista Cordis**, São Paulo, n. 2, p. 1-22, 2009. Disponível em: https://www4.pucsp.br/revistacordis/downloads/numero2/revista_cordis2_valdson_pesquisa.pdf. [Consult. 16 nov. 2024].

IPHAN – **Inventário Nacional de Referências Culturais do Bom Retiro: ficha de identificação – Lugares: Feira Kantuta**. São Paulo: IPHAN, 2009.

MARANDOLA JR., Eduardo; DAL GALLO, Priscila Marchiori – Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Vol. 27, n.º 2 (2010), p. 407-424.Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-30982010000200010. [Consult. 27 abr. 2024].

MAGNANI, José Guilherme Cantor – **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MAGNANI, José Guilherme Cantor – Os circuitos dos jovens urbanos**. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**. São Paulo, v. 17, n. 2, p. 173-205, nov., 2005.

MAGNANI, José Guilherme Cantor – De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 17, n. 49, 2006. Disponível em: https://nau.fflch.usp.br/sites/nau.fflch.usp.br/files/upload/paginas/de_perto_de_dentro.pdf. [Consult. 19 abr. 2024].

OLIVEIRA, G. C. – Rumo ao interior: bolivianos no Estado de São Paulo. In **Seminário Migrações Internacionais, Refúgios e Políticas**. São Paulo: NEPO/UNICAMP, 2016. Disponível em: https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/anais/arquivos/45_GCO.pdf. [Consult. 10 jan. 2025].

ROJAS PIEROLA, Ramiro – **La Feria 16 de Julio (jach'a qhatu) de El Alto, Bolivia: ¿territorio o aglomerado de exclusión?** Quito: FLACSO Ecuador; Abya Yala, 2016.

ROLNIK, Raquel – Lei de Fomento à Periferia de SP inova ao reconhecer a dimensão territorial da cultura. **Blog da Raquel Rolnik**. 2016. Disponível em: https://raquelrolnik.wordpress.com/2016/08/04/lei-de-fomento-a-periferia-de--sp-inova-ao-reconhecer-a-dimensao-territorial--da-cultura/. [Consult. 20 mar. 2024].

SANDLER, D. – A cultura como urbanismo, ou a dimensão territorial da cultura. **arq.urb**. N.º 23 (2019), p. 95-116. Disponível em: https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/41. [Consult. 27 abr. 2024].

SANTOS, Milton – O dinheiro e o território. In OLIVEIRA, Márcio Piñon de; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (org.) – **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Niterói: PPGEO/UFF, 2002.

SANTOS, Rosana Fernandes dos – **A gastronomia e a Feira Kantuta: cultura e identidade de imigrantes bolivianos em São Paulo**. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, 2014.

SAYAD, Abdelmalek – **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SILVA, A. V. – Atravessando fronteiras: a dimensão vivida da desterritorialização de brasileiros em Portugal e Estados Unidos da América. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia. Vol. 20, n.º 72 (2019), p. 386-401. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/46464. [Consult. 27 jun. 2024].

SILVA, Sidney A. da – Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. **Estudos Avançados**. Vol. 20, n.º 57 (2006), p. 157-170. https://doi.org/10.1590/S0103-40142006000200012

SILVA, Sidney A. da – **Bolivianos: a presença da cultura andina**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

MELO, Martha Teresa Siqueira Marques; CARVALHO, Cecília Maria Resende Gonçalves de; SILVA, B. L. S.; NUNES, I. F. O. C.; BARRETO, Suely Carvalho Santiago; PAZ, S. M. R. S. – Comensalidade entre usuários de um tradicional mercado público: um olhar nas dimensões simbólicas, afetivas e sociais. **Revista Eletrônica – Nutrição em Pauta**. Vol. 14 (2024), p. 5-13.

SOUCHAUD, Sylvain – Presença estrangeira na indústria das confecções e evoluções urbanas nos bairros centrais de São Paulo. In LANNA, Ana Lúcia *et al.* (org.) – **São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades**. São Paulo: Alameda, 2011, p. 63-88.

WOODWARD, Kathryn – Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) – **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 7-72.

Caminhos das infâncias: percursos imersivos e formação cidadã em contextos de vulnerabilidade socioambiental na Cidade do Rio de Janeiro

Esther Ribeiro Costa Xavier
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro
esther.costa@fau.ufrj.br

Giselle Arteiro Nielsen Azevedo
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro
gisellearteiro@fau.ufrj.br

Resumo: Este ensaio discute a participação das infâncias na produção de conhecimento sobre os territórios urbanos como estratégia para o enfrentamento das vulnerabilidades socioambientais e da emergência climática. A partir das experiências desenvolvidas pelo Grupo Ambiente-Educação (GAE-PROARQ/UFRJ), é proposta uma reflexão sobre o potencial de metodologias participativas para integrar arquitetura, urbanismo, educação integral e justiça socioambiental, reconhecendo as crianças como sujeitos de direitos e agentes ativos na transformação dos lugares que habitam. Fundamentado nos conceitos de direito à cidade, territórios educativos, cidades educadoras, racismo ambiental e justiça climática, o texto argumenta que a escuta ativa das crianças amplia a compreensão das desigualdades urbanas e contribui para a construção de políticas públicas mais democráticas e territorialmente contextualizadas. Com base nos resultados da pesquisa Mapeamento Afetivo dos Territórios Educativos da Cidade do Rio de Janeiro e do desenvolvimento de percursos imersivos apoiados por ferramentas digitais de georreferenciamento, discute-se a produção de cartografias capazes de articular percepções infantis, indicadores de vulnerabilidade e processos de formação cidadã. A proposta dialoga com experiências internacionais de cidades amigas das crianças e planejamento urbano participativo, o que contribui para aproximar debates produzidos na América Latina e na Europa sobre coprodução de conhecimento para governança urbana e justiça climática. Espera-se que o ensaio contribua para o aprimoramento de metodologias participativas aplicáveis em diferentes contextos territoriais, ao oferecer subsídios para a atuação articulada entre universidades, escolas, poder público e organizações comunitárias na formulação de políticas urbanas mais democráticas e sensíveis às experiências das infâncias diante dos desafios impostos pela crise climática.

Palavras-chave: territórios educativos, vulnerabilidade socioambiental, formação cidadã, percurso imersivo, mapeamento afetivo

Introdução

O habitar infantil diz respeito às formas como as crianças vivem, circulam, percebem e atribuem sentidos aos territórios. As crianças experimentam a cidade como território de descobertas, mas também como cenário de barreiras. Esse habitar infantil é, ao mesmo tempo, experiência formativa e marcador de desigualdades urbanas, sobretudo nos territórios marcados por vulnerabilidades socioambientais e climáticas. Portanto, este é um elemento chave para se pensar em cidades mais justas e sustentáveis[1].

As percepções infantis ainda têm pouca incidência nos processos de planejamento urbano e na formulação de políticas públicas. No contexto atual de enfrentamento à emergência climática e ambiental, é preciso que as crianças integrem a agenda climática, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Essa participação constitui um desafio e, ao mesmo tempo, uma oportunidade estratégica para o enfrentamento das vulnerabilidades urbanas.

A crise climática não incide de forma homogênea sobre os territórios urbanos, mas afeta de maneira desigual determinadas populações. Em territórios socioambientalmente fragilizados, as crianças são duplamente afetadas, pois além de terem que conviver com os impactos das enchentes, da poluição, das ilhas de calor e da precariedade de infraestrutura, elas herdam, de maneira prolongada, as consequências das decisões políticas atuais. Essa perspectiva dialoga com o conceito de justiça climática geracional[2], que defende a urgência de garantir condições de vida digna para as gerações futuras, tendo em vista que os custos da crise ambiental não podem ser transferidos de forma desigual entre classes sociais, grupos raciais e faixas etárias.

Portanto, reconhecer as crianças como sujeitos de direitos[3], as insere como protagonistas em processos de diagnóstico e planejamento urbano. Como defende Tonucci[4], pensar a cidade a partir das crianças é repensar o próprio modelo urbano, pois uma cidade que garante o direito ao brincar, circular e se apropriar dos espaços públicos é uma cidade adequada para todas as pessoas. É nesse horizonte que se inserem as contribuições das pesquisas recentes do Grupo Ambiente-Educação, do Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GAE-PROARQ/UFRJ). Como aponta Rodrigo Loeb[5]:

---

[1] AZEVEDO, Giselle Arteiro Nielsen – Diálogos escola-cidade: participação social e educação cidadã para uma infância urbana. In AZEVEDO, Giselle Arteiro Nielsen et al. (org.) – **O habitar das infâncias e juventudes: territorialidades em rede**. Rio de Janeiro: Selo Editorial PROARQ/Paisagens Híbridas, 2024. p. 120-141.

[2] LEFF, Enrique – **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2009.

[3] QVORTRUP, Jens – **Nove teses sobre a infância como um fenómeno social (1993)**. Trad. Maria Letícia Nascimento. Pro-Posições. Campinas: Vol. 22, n.º 1 (2011), p. 199-211.
SARMENTO, Manuel Jacinto – As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. In SARMENTO, Manuel Jacinto & CERISARA, Ana Beatriz (org.) – **Crianças e miúdos: perspetivas sociopedagógicas da infância e educação**. Porto: Asa, 2004. p. 9-34.

[4] TONUCCI, Francesco – A cidade das crianças. São Paulo: Cortez, 2009.

[5] LOEB, Rodrigo Mindlin – Arquitetura, territorialidades e infâncias no mundo em colapso: desafios e vislumbres de outros mundos possíveis. In AZEVEDO, Giselle Arteiro Nielsen et al. (org.) – **O habitar das infâncias e juventudes: territorialidades em rede**. Rio de Janeiro: Selo Editorial PROARQ/Paisagens Híbridas, 2024. p. 88.

> "Precisamos nos recordar que as crianças são o fundamento de nós mesmos. A urgência de transformações eficazes por meio das arquiteturas e dos desenhos urbanos, em áreas de grande vulnerabilidade social e ambiental, pode ser traduzida na necessidade de incluir a escuta, a participação e o reconhecimento de saberes e capacidades de sujeitos como as crianças e jovens, capazes de contribuir com muita potência aos processos criativos, de planejamento e desenho, que necessitam ser aprimorados os seus instrumentos e mecanismos de participação, desde a escala dos objetos e equipamentos, das ações microterritoriais ao macro território urbano."

O direito à cidade, na perspectiva de Henri Lefebvre[6], diz respeito à possibilidade de participar ativamente da produção e transformação dos espaços urbanos. Quando esse princípio é aplicado às infâncias, a participação não se limita à escuta, mas envolve formação cidadã e protagonismo político. Criar oportunidades para que as crianças possam mapear problemas e propor soluções para os territórios que habitam significa abrir caminho para a constituição de uma cidadania ativa desde a infância. Nesse processo, é preciso reconhecer tanto as desigualdades materiais que condicionam o acesso aos diferentes espaços urbanos, quanto as experiências subjetivas que moldam as formas de habitar e atribuir sentidos à cidade.

Na Educação Integral[7], o conceito de territórios educativos compreende a cidade como extensão da escola e campo pedagógico[8]. São territórios que compreendem o conjunto de espaços, tempos e relações que potencializam aprendizagens dentro e fora das escolas. Azevedo, Rheingantz e Costa[9] definem território educativo como: "um espaço ativo e dinâmico, construído social e tecnologicamente, formado por humanos e não humanos, capaz de gerar efeitos educativos e influenciar ações, que não é pré-determinado ou limitado aos muros da escola (...)".

Diante dos desafios contemporâneos, entende-se que incentivar a constituição de territórios educativos e a apropriação desses territórios pelas crianças é também reivindicar condições de segurança, acessibilidade e qualidade ambiental para todos. Nesse sentido, a noção de território educativo aproxima-se de pautas urgentes como a justiça climática e o enfrentamento ao racismo ambiental:

> "O que tem sido forjado no Brasil e no mundo em termos de território educativo, em convergência com a ideia de cidade educadora e o campo da justiça climática, tem muito a ver com fazerCOM e não fazerPARA. Esse é um compromisso que a gente assume nas duas agendas e temos buscado colocar em prática, cuidado de estratégias que possam, primeiro, reconhecer aquilo que já é produzido, aquilo que já é feito, o conhecimento que já existe nesses territórios para, a partir deles, a gente construir os caminhos que são contextualizados e que são pertinentes para aquelas comunidades."[10]

---

[6] LEFEBVRE, Henri – **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

[7] O Programa Mais Educação, criado em 2007 pelo Ministério da Educação do Brasil, difundiu a noção de Educação Integral articulada aos territórios educativos.

[8] MOLL, Jaqueline et al. – **Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012.

[9] AZEVEDO, Giselle Arteiro Nielsen; RHEINGANTZ, Paulo Afonso; COSTA, Rodrigo – Educação Integral e Território Educativo: diálogos possíveis em um coletivo complexo. In AZEVEDO, Giselle Arteiro Nielsen et al. (org.) – **Do espaço escolar ao território educativo: o lugar da arquitetura na conversa da escola de educação integral com a cidade**. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ, 2016. p. 23.

[10] RIBEIRO, Raiana – Territórios, Justiça Climática e COP30. Comunicação apresentada na **Série de entrevistas Territórios Educativos para Justiça Climática** [Em linha]. São Paulo: Educação e

Nesse debate, entendemos, portanto, que as escolas possuem um papel de centralidade: são núcleos de articulação capazes de conectar diferentes atores sociais – famílias, poder público, universidades, organizações comunitárias etc. – e promover políticas intersetoriais de desenvolvimento dos potenciais educativos dos territórios[11]. O movimento internacional das Cidades Educadoras, da Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), ganha força nesse contexto, pelo compromisso firmado com os princípios de participação cidadã e justiça social nas políticas urbanas. No Plano Estratégico 2025-2028: Rio, legado e futuro[12], o Programa Rio Cidade Educadora foi incluído como meta, o que representa uma oportunidade de consolidação de práticas pedagógicas articuladas ao território e fortalecimento de políticas públicas que reconheçam a cidade como campo formativo.

Nesse sentido, esta pesquisa tem como objeto de estudo o habitar das infâncias em contextos de vulnerabilidade socioambiental da cidade do Rio de Janeiro. Como desdobramento da pesquisa Mapeamento Afetivo dos Territórios Educativos da Cidade do Rio de Janeiro[13] e das Oficinas de Educação Urbanística e Ambiental[14], desenvolvidas pelo GAE-PROARQ/UFRJ, o projeto propõe a realização de percursos imersivos em territórios vulneráveis, para articulação de três dimensões complementares:

1. Escuta e protagonismo das crianças, reconhecendo-as como sujeitos ativos na produção do conhecimento sobre o espaço urbano;
2. A formação cidadã, através da Educação Urbanística e Ambiental, entendida como componente da Educação Integral;
3. A incidência em políticas públicas, por meio da elaboração de cartografias participativas que contribuam para a promoção da justiça climática e para o enfrentamento do racismo ambiental.

A questão central que orienta esta pesquisa é: como promover a participação efetiva das crianças que vivem em territórios vulneráveis da cidade do Rio de Janeiro, especialmente

---

Território/Cidade Escola Aprendiz, 2025. [Consult. 23 ago. 2025]. Disponível na internet: <https://youtu.be/hhFurHVTdk8?si=P-df-IpkK1FE8MQn>.

[11] PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO – **Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática da Cidade do Rio de Janeiro** [Em linha]. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2021. [Consult. 20 ago. 2025]. Disponível na internet: <https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/12937849/4327050/PDS_COMPLETO_0406.pdf>.

[12] PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO – **Plano Estratégico 2025-2028: Rio, legado e futuro**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2025.

[13] O Mapeamento Afetivo dos Territórios Educativos da Cidade do Rio de Janeiro é uma pesquisa que vem sendo aplicada, desde 2019, em escolas municipais das 11 Coordenadorias Regionais de Educação do Rio de Janeiro, a partir de uma parceria entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ). Por meio de duas perguntas orientadoras, a atividade busca compreender como as crianças percebem e experienciam seus trajetos cotidianos entre casa e escola, bem como identificar seus desejos, necessidades e proposições para esses percursos. Os resultados produzidos têm contribuído para a formulação de políticas públicas locais, em parceria com o Escritório de Planejamento da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (EPL-PCRJ).

[14] Trata-se de oficinas temáticas de formação cidadã em escolas de ensino fundamental do Rio de Janeiro, mediante convênio firmado entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME-RJ), vinculado ao projeto de pesquisa Diálogos escola-cidade: Educação urbanística e ambiental como estratégia para a construção de cidades mais igualitárias, resilientes e sustentáveis, coordenado pela Prof.ª Giselle Arteiro Nielsen Azevedo (PROARQ/UFRJ).

crianças negras e periféricas, na produção de conhecimento sobre os territórios que habitam e no enfrentamento à emergência climática?

A proposta de cartografias participativas, alimentadas por dados gerados nos percursos imersivos, pretende estabelecer uma ponte entre as experiências das crianças em seus territórios e a formulação de políticas de adaptação e mitigação climática. Para isso, serão utilizadas ferramentas de georreferenciamento através de plataformas digitais, que possibilitam o mapeamento de problemas e potencialidades dos territórios. Os mapas interativos produzidos consistirão em recursos pedagógicos, mas também como recursos de participação infantil, subsidiando políticas públicas e fomentando micropolíticas territoriais.

O objetivo geral da pesquisa é **fortalecer a participação infantil em territórios educativos vulneráveis da cidade do Rio de Janeiro, integrando percepções e vivências das infâncias no enfrentamento à emergência climática**. Ele se desdobra através de quatro objetivos específicos:

1. Compreender as formas de habitar a cidade pelas crianças em contextos de vulnerabilidade socioambiental, e como suas experiências cotidianas revelam desigualdades urbanas e potenciais educativos dos territórios.
2. Promover processos formativos com estudantes de ensino fundamental de escolas municipais do Rio de Janeiro, fortalecendo seu papel como agentes transformadores da cidade.
3. Produzir cartografias e indicadores sociais que expressem a sobreposição entre vulnerabilidades e demandas comunitárias, como subsídios para políticas públicas de enfrentamento à emergência climática e ao racismo ambiental.
4. Contribuir para a consolidação de uma metodologia participativa, apoiada em ferramentas digitais, capaz de articular escolas, universidades e poder público.

A pesquisa parte de uma abordagem qualitativa e participativa, utilizando método correlacional e abordagem multimétodos e multiescalar. A metodologia proposta integra as ações de pesquisa e extensão do Grupo Ambiente-Educação (GAE-PROARQ/UFRJ). Ao priorizar áreas de maior vulnerabilidade socioambiental e climática, o projeto adota a justiça ambiental como eixo central de sua abordagem. O desenho metodológico articula três dimensões complementares: diagnóstico, formação e ação. Cada etapa da pesquisa é orientada pela valorização da participação ativa das crianças, com o intuito de transformar suas experiências em insumos para a construção de ações transformadoras nos territórios.

Desenvolvimento

A presente pesquisa se justifica pela urgência de promover formas mais democráticas de participação na cidade, sobretudo no que se refere às infâncias. A infância é frequentemente considerada objeto de proteção, mas não sujeito político. Essa visão restritiva desconsidera que crianças têm capacidade de interpretar criticamente e intervir no território, especialmente quando apoiadas por processos educativos emancipatórios.

Pensar a cidade do ponto de vista das infâncias significa encarar tensões estruturais da vida urbana. Os percursos cotidianos das crianças frequentemente se tornam experiências marcadas por riscos sociais, ambientais e de mobilidade. Os dados produzidos pela pesquisa

Mapeamento Afetivo dos Territórios Educativos da Cidade do Rio de Janeiro, conduzido pelos grupos de pesquisa Ambiente-Educação (GAE), Sistema de Espaços Livres do Rio de Janeiro (SEL-RJ) e Projeto e Representação do Ambiente (PROAMB), revelam essa realidade: crianças associam seu cotidiano a imagens de lixo acumulado nas ruas e nos rios, alagamentos frequentes, ruas mal iluminadas e violência urbana, por exemplo. Em paralelo, indicam potenciais positivos do território e objetos de desejo, como áreas verdes, praças e espaços de convivência, que são subaproveitados ou até inexistentes em determinados territórios, em função da ausência de políticas públicas contextualizadas.

A cidade do Rio de Janeiro é marcada por contradições entre territórios de alta valorização e aqueles que estão submetidos à precariedade urbana. O relatório final do Plano de Adaptação Climática do Estado do Rio de Janeiro[15] demonstra que as áreas com maior déficit de infraestrutura coincidem com as regiões mais afetadas por enchentes, deslizamentos, ilhas de calor e outros fenômenos climáticos extremos, decorrentes da falta de saneamento, da coleta irregular de lixo, da ausência de áreas verdes e da má qualidade dos equipamentos urbanos e falta de equipamentos comunitários.

A noção de justiça ambiental e climática[16] amplia esse debate, mostrando que os impactos dos eventos climáticos extremos atingem mais severamente os territórios vulneráveis[17]. Esses problemas não são meramente circunstanciais. Um levantamento feito pelo grupo SEL-RJ[18] revela que os maiores índices de vulnerabilidade territorial da cidade do Rio de Janeiro estão localizados, principalmente, nas favelas e periferias urbanas, áreas de maior densidade populacional e menor infraestrutura urbana. A população que enfrenta tais circunstâncias é, majoritariamente, negra e periférica, o que evidencia a dimensão do racismo ambiental, conceito que descreve como a distribuição desigual dos riscos ambientais afeta de forma desproporcional populações negras e periféricas[19]. No Brasil, essa dimensão está diretamente relacionada às marcas da colonialidade, que estruturam a segregação socioespacial[20].

O racismo ambiental refere-se a qualquer política, prática ou diretiva que afete de forma diferenciada ou prejudique (intencionalmente ou não) indivíduos, grupos ou comunidades com base na raça ou cor. O racismo ambiental se combina com políticas públicas e práticas

---

[15] GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – **Plano de adaptação climática do Estado do Rio de Janeiro: relatório final** [Em linha]. Rio de Janeiro: Instituto Internacional para Sustentabilidade, 2021. [Consult. 17 ago. 2025]. Disponível na internet: <https://www.iis-rio.org/wp-content/uploads/2021/11/PAERJ-Relato%CC%81rio-Final-compactado.pdf>.

[16] ACSELRAD, Henri et al. (org.) – **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

[17] MARANDOLA JUNIOR, Eduardo – As escalas da vulnerabilidade e as cidades: interações trans e multiescalares entre variabilidade e mudança climática. In OJIMA, Ricardo & MARANDOLA JUNIOR, Eduardo (org.) – **Mudanças climáticas e as cidades: novos e antigos debates na busca da sustentabilidade urbana e social**. São Paulo: Blucher, 2013. p. 43-62.

[18] PARAHYBA, Natalia Loureiro et al. – Praças da primeira infância no Rio de Janeiro: Mapeamento Afetivo como critério de análise na definição de "Manchas de Vulnerabilidade Territorial". Comunicação apresentada na **13.ª Conferência da Rede Lusófona de Morfologia Urbana (PNUM)**, Porto, 25-27 jul. 2025.

[19] BULLARD, Robert Doyle – **Dumping in Dixie: race, class, and environmental quality**. Boulder: Westview Press, 2000.

[20] PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter – **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

da indústria para fornecer benefícios para os brancos enquanto transfere os cursos da indústria para as pessoas negras. É reforçado por instituições governamentais, jurídicas, econômicas, políticas e militares. Como aponta Bullard[21], "cada instituição do estado é uma instituição racial". A tomada de decisões e políticas ambientais muitas vezes refletem os arranjos de poder da sociedade dominante e suas instituições.

Ainda que as políticas de Educação Integral estimulem a articulação entre escola e território, as condições dos territórios vulneráveis da cidade do Rio de Janeiro frequentemente inviabilizam tais práticas. A falta de segurança, os problemas ambientais e a precariedade de infraestrutura limitam a implementação de projetos pedagógicos que incluam a cidade como campo de formação. Como observa o geógrafo Leonardo Marino[22]:

> "As cidades têm espaços negados a determinados segmentos sociais. Em muitos casos, os planejamentos urbanos, alicerçados na perspectiva da cidade mercadoria, reforçam os processos de apartação dos segmentos sociais considerados como indesejados. O entendimento da cidade como mercadoria determina a redução do contato entre os segmentos sociais diferentes e, consequentemente, depaupera as possibilidades de formação dos sujeitos. (...) Cabe aos processos educativos, estimular os contatos entre os diferentes estratos sociais. É preciso que a escolarização procure reduzir a construção de estereótipos e a fragmentação do tecido urbano. Por isso defendemos que é necessário pensar a escola a partir do não escolar, das ruas, das calçadas e das múltiplas territorialidades."

As crianças, principais sujeitas deste projeto, representam um grupo social ainda mais vulnerável, pois ao serem impactadas por tais condições, restringem seus percursos cotidianos, limitam seu acesso a espaços públicos e têm suas oportunidades de aprendizagem e lazer comprometidas. Contudo, entende-se que elas são agentes centrais na produção de conhecimento sobre o território e capazes de identificar, de forma sensível, problemas e potencialidades locais[23].

Primeira etapa: diagnóstico

A terceira edição da pesquisa Mapeamento Afetivo dos Territórios Educativos da Cidade do Rio de Janeiro, realizada em 2025, teve como foco os territórios classificados por altas vulnerabilidades socioambientais. A identificação destes territórios parte de um levantamento produzido pelo grupo de pesquisa SEL-RJ[24], que cruza indicadores sócio-econômicos, de território, saúde, meio ambiente e segurança pública de cada bairro da cidade

---

[21] BULLARD, Robert Doyle – **Dumping in Dixie: race, class, and environmental quality**. Boulder: Westview Press, 2000.

[22] MARINO, Leonardo Freire – A cidade e seus caminhos: o espaço urbano como currículo e itinerário formativo. **Revista Ensino de Geografia** [Em linha]. Recife: Vol. 5, nº 3 (2021), p. 243. [Consult. 18 jun. 2026]. Disponível na internet: <https://pdfs.semanticscholar.org/3d4e/78726bdd1f15897380326cad7f1ba54b8975.pdf>.

[23] AZEVEDO, Giselle Arteiro Nielsen (org.) – **Diálogos entre arquitetura, cidade e infância: territórios educativos em ação**. Rio de Janeiro: Paisagens Híbridas, 2019.
TONUCCI, Francesco – **A cidade das crianças**. São Paulo: Cortez, 2009.

[24] PARAHYBA, Natalia Loureiro et al. – Praças da primeira infância no Rio de Janeiro: Mapeamento Afetivo como critério de análise na definição de "Manchas de Vulnerabilidade Territorial". Comunicação apresentada na **13.ª Conferência da Rede Lusófona de Morfologia Urbana (PNUM)**, Porto, 25-27 jul. 2025.

do Rio de Janeiro para identificação de manchas de vulnerabilidade territorial, conforme pode ser observado na Figura 1.

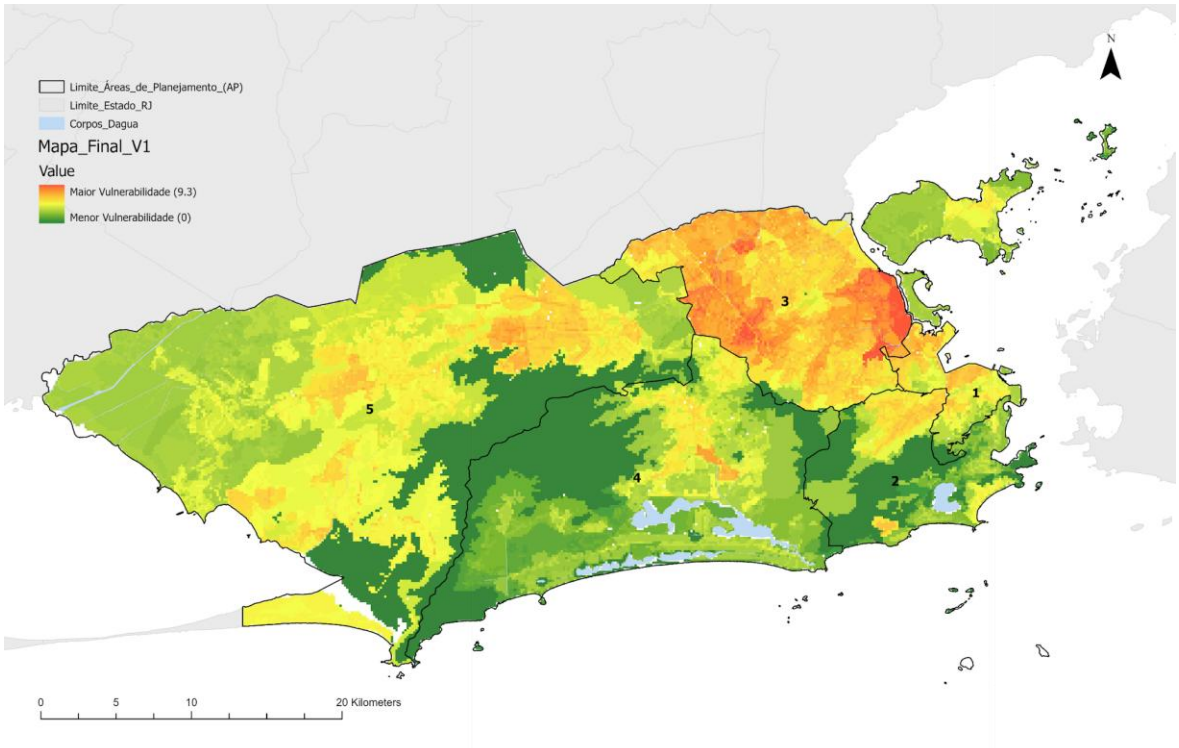


Figura 1 – Manchas de vulnerabilidade da cidade do Rio de Janeiro. Fonte: Acervo Grupo SEL-RJ, 2025.

A sobreposição das manchas de vulnerabilidade com a localização das unidades escolares da rede pública municipal (Figura 2) permite identificar quais escolas estão mais expostas a riscos urbanos e socioambientais. A seleção das escolas considerou tanto a distribuição espacial das manchas de vulnerabilidade quanto a diversidade de contextos urbanos, de modo a contemplar distintas configurações territoriais. Foram selecionadas 150 escolas públicas municipais, situadas nas áreas mais críticas dessas manchas, em diálogo com a Secretaria Municipal de Educação (SME-RJ) e o Escritório de Planejamento da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (EPL-PCRJ). Ao focar nos territórios de maior vulnerabilidade, esta pesquisa busca, não apenas compreender essa multiplicidade de paisagens, mas também intervir nelas.

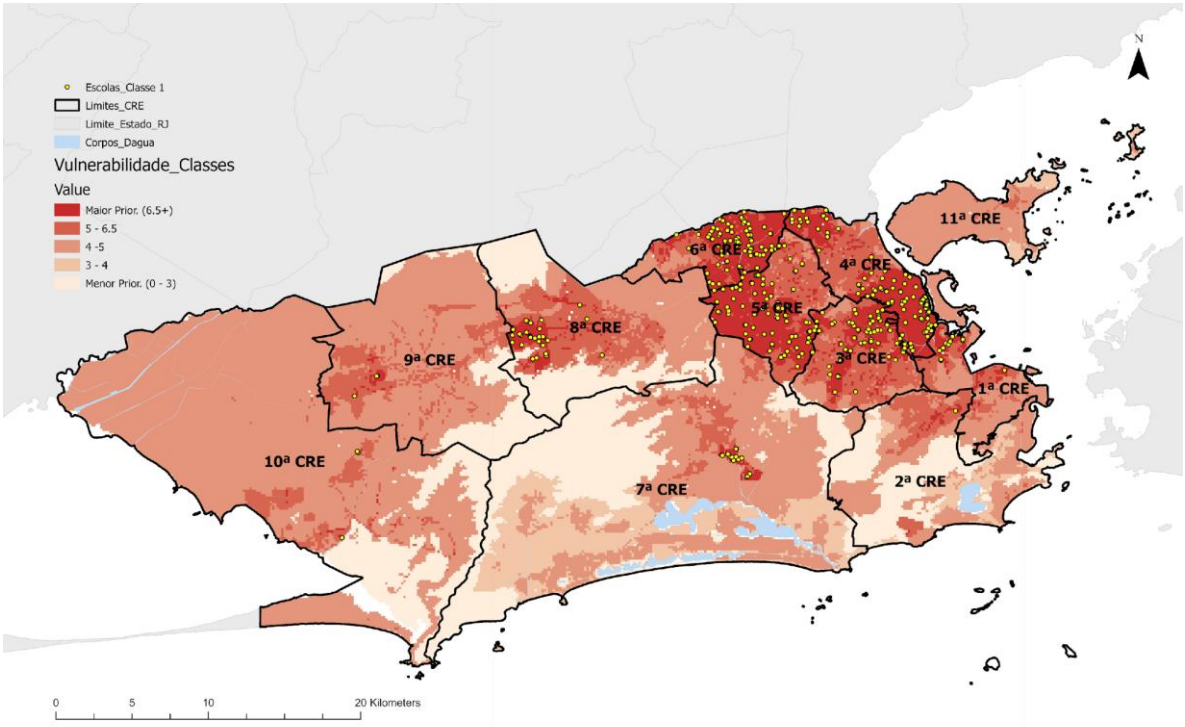


Figura 2 – Identificação das escolas em áreas mais vulneráveis. Fonte: Acervo Grupo SEL-RJ, 2025.

Segunda etapa: formação

A partir dos resultados obtidos neste recorte macro do Mapeamento Afetivo, serão selecionadas unidades escolares em territórios estratégicos para o desenvolvimento das ações referentes a este projeto de pesquisa. Cada escola será considerada um núcleo de formação e pesquisa-ação, envolvendo turmas de ensino fundamental 1 e 2 (4º e 5º anos do ensino fundamental 1 e 6º, 7º, 8º e 9º anos do ensino fundamental 2). A participação das crianças é voluntária, mediante consentimento dos responsáveis, em consonância com os protocolos éticos de pesquisas com menores de idade.

As Oficinas de Educação Urbanística e Ambiental que integram esta etapa buscam, dentro de cada contexto, promover reflexões sobre espaço urbano, leitura crítica do território, sustentabilidade e cidadania com diferentes públicos. A incorporação da perspectiva infantil ao debate urbano representa uma articulação entre Arquitetura, Urbanismo, Educação e Justiça Climática, ao reconhecer as crianças como sujeitos de direitos e agentes transformadores dos territórios. A necessidade de enfrentar desigualdades estruturais que se expressam nos espaços urbanos reforça a urgência de políticas públicas intersetoriais, contextualizadas, produzidas e co-criadas por esses sujeitos.

As Oficinas são estruturadas a partir de quatro temas geradores: 1) A casa e o bairro; 2) O bairro da escola; 3) Qualidades do entorno escolar; 4) Soluções para o ambiente urbano. Espera-se, com essas oficinas, contribuir para o desenvolvimento do olhar das crianças para as questões da cidade, estimulando sua participação na construção de cidades mais justas e sustentáveis. As atividades desenvolvidas incluem a elaboração de desenhos, leitura de mapas, discussão de temas específicos, rodas de conversa, além da aplicação de dispositivos de escuta já consolidados em pesquisas anteriores dos grupos de pesquisa envolvidos.

Na oficina 1, os conteúdos abordados envolvem tipologias habitacionais, moradia e qualidade de vida, conforto ambiental (ventilação, iluminação, orientação solar, arborização), direito à moradia, sustentabilidade. Na oficina 2, são abordados aspectos de infraestrutura urbana, equipamentos comunitários, uso do solo, densidade urbana, espaços livres e áreas verdes. Na oficina 3, é feita uma análise crítica das condições do espaço urbano, para identificação de potencialidades e problemas relacionados à acessibilidade universal, drenagem urbana, sombreamento e arborização, mobiliário urbano, infraestrutura urbana, equipamentos públicos, mobilidade urbana e conservação dos espaços públicos. Por fim, a oficina 4 traz uma compreensão sobre os diferentes agentes envolvidos na produção e transformação da cidade, aborda conceitos de participação social, planejamento participativo cidadania e direito à cidade relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas).

Terceira etapa: pesquisa-ação

Os percursos imersivos constituem a terceira etapa, que é a ação central desta pesquisa de doutorado. Consiste na realização, em escolas participantes do Mapeamento Afetivo e das Oficinas de Educação Urbanística e Ambiental, de caminhadas investigativas nos territórios de análise. Nos percursos, os estudantes, acompanhados por pesquisadores e integrantes da comunidade escolar, irão cartografar alguns de seus trajetos cotidianos: o caminho de casa até a escola, da escola até a praça, da praça até um equipamento comunitário etc.

O objetivo dos percursos é formativo, pois promove a autonomia das crianças e a formação cidadã, mas também é analítico, pois busca promover dados georreferenciados para identificação de padrões de vulnerabilidade socioambiental e climática nos territórios pesquisados. Durante os percursos, as crianças, com apoio da equipe de pesquisa, marcarão pontos críticos (buracos, lixo, falta de iluminação, risco de alagamento etc.) e pontos positivos (praças, árvores, áreas de convivência) para identificação de potenciais educativos nos territórios.

O Percurso Imagético, dispositivo de escuta desenvolvido pelo GAE[25], se constitui como uma metodologia participativa de mapeamento visual. Por meio da realização de trajetos comentados pelas crianças e registrados em imagens, são identificados aspectos positivos e negativos dos ambientes urbanos. Esse dispositivo possibilita a aproximação dos pesquisadores às dimensões cotidianas do habitar das infâncias na cidade.

Nesta pesquisa, o Percurso Imagético é tido como referência metodológica para elaboração dos percursos imersivos, que irão ampliar sua potência ao incorporar ferramentas digitais georreferenciamento que possibilitam a sistematização dos dados coletados em mapas interativos, como o Google My Maps, Mapillary ou Survey123, para a produção de mapas digitais interativos. O uso dessas tecnologias será combinado com registros manuais, como cadernos de campo infantis, desenhos, registros fotográficos e audiovisuais.

[25] AZEVEDO, Giselle Arteiro Nielsen (org.) – **Diálogos entre arquitetura, cidade e infância: territórios educativos em ação**. Rio de Janeiro: Paisagens Híbridas, 2019.

Considerações finais

Os resultados produzidos pelo Mapeamento Afetivo de 2025 são o ponto de partida para o desenvolvimento desta pesquisa. O cruzamento entre as percepções das crianças (Figura 3) e os indicadores de vulnerabilidade territorial evidencia que as maiores concentrações de vulnerabilidade socioambiental e climática no Rio de Janeiro se encontram na Área de Planejamento 3 (AP-3), que abrange grande parte da Zona Norte da cidade e corresponde à 3ª, 4ª 5 e 6ª Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) da Cidade do Rio de Janeiro.

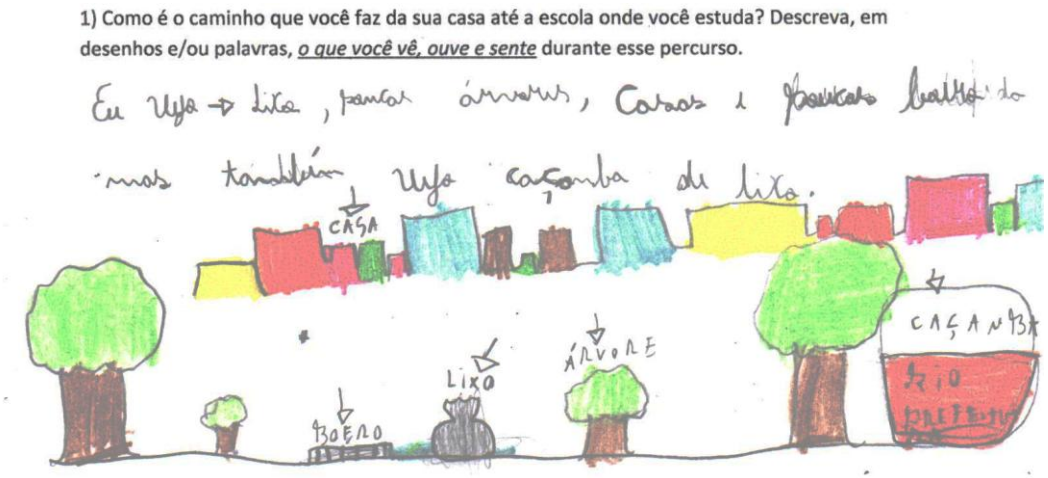


Figura 3 – Percepções de estudante da Escola Municipal Professor Paulo Freire, no Complexo da Maré, 4ª CRE. Fonte: Acervo GAE/SEL-RJ/PROAMB, 2025.

A AP-3 caracteriza-se por uma elevada densidade populacional e grande concentração de favelas e assentamentos populares. Por conta dos tipos de ocupação, há uma grande parcela de impermeabilização do solo, que acompanha o déficit de arborização urbana e de áreas verdes, e decorre na produção de ilhas de calor, em enchentes em áreas próximas a corpos hídricos poluídos etc.

Esses fatores tornam a região uma das mais sensíveis aos efeitos da emergência climática, o que afeta o cotidiano da população, em especial as crianças em seus percursos de casa até a escola, que são o público-alvo desta pesquisa. Entre os principais desejos manifestados pelas crianças, destacam-se a recuperação de rios e praças, ruas mais limpas e arborizadas, espaços seguros para brincar, melhorias de acessibilidade e redução da violência, como pode ser observado na Figura 4.

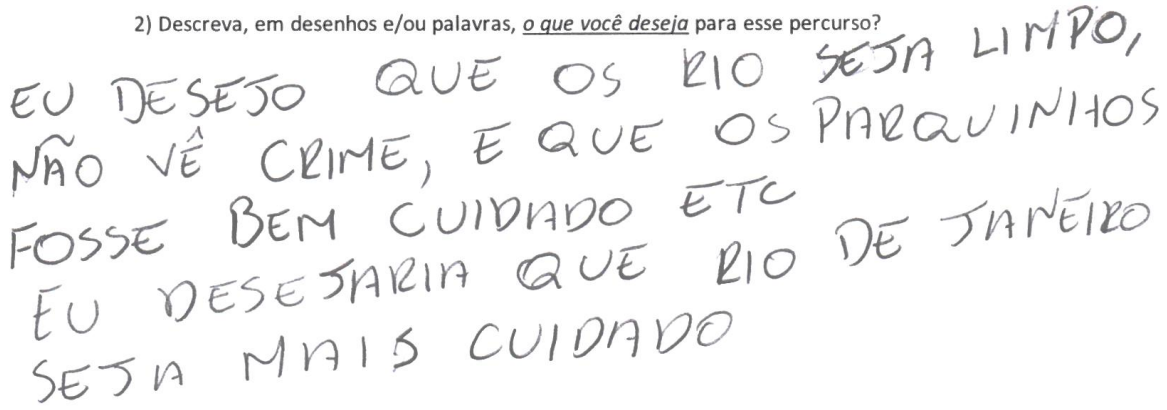


Figura 4 – Desejo de estudante da Escola Municipal Vinicius de Moraes, na favela do Jacarezinho, 3ª CRE. Fonte: Acervo GAE/SEL-RJ/PROAMB, 2025.

A partir desses resultados preliminares, serão selecionadas unidades escolares situadas em territórios classificados como prioritários para a realização de Oficinas de Educação Urbanística e Ambiental e a realização de percursos imersivos com as crianças. Busca-se contemplar contextos urbanos distintos que permitam compreender diferentes manifestações da vulnerabilidade ambiental.

Espera-se que os percursos imersivos ampliem o alcance do Mapeamento Afetivo ao produzir informações georreferenciadas sobre a experiência cotidiana das crianças nos territórios investigados. A intenção é incorporar registros fotográficos e as narrativas infantis sobre os percursos para análise territorial e identificação de padrões espaciais de vulnerabilidade que dificilmente seriam captados apenas por indicadores técnicos.

A integração dos dados produzidos nas diferentes etapas da pesquisa busca demonstrar que as crianças não podem ser tratadas apenas como um grupo social vulnerável, mas devem ser tratadas também como ponto de partida para políticas de justiça climática capazes de enfrentar desigualdades estruturais em escala local e global. A sistematização dos dados tem a intenção de formular uma síntese cartográfica em painéis digitais interativos, possibilitando a atualização contínua pelas comunidades escolares. Essas cartografias afetivas, construídas a partir das representações gráficas e narrativas das crianças, buscam cruzar essas percepções com indicadores sócio-econômicos e discussões coletivas sobre os achados, revelando convergências e lacunas.

A devolutiva dos resultados deverá ocorrer nos espaços institucionais, envolvendo toda a comunidade escolar e outros sujeitos envolvidos na pesquisa. A partir disso, serão produzidas cartas coletivas e relatórios síntese para articulação com órgãos públicos como subsídio para políticas e ações de enfrentamento à emergência climática. Alguns desdobramentos possíveis são a elaboração de materiais orientativos com princípios e diretrizes para adaptação da metodologia a cidades de diferentes portes e redes de cidades educadoras.

Nesse sentido, a proposta busca não apenas expandir o alcance das práticas do Grupo Ambiente-Educação (GAE-PROARQ/UFRJ), mas também consolidar uma metodologia replicável, através do desenvolvimento de um recurso pedagógico capaz de orientar práticas

de mapeamento realizadas por escolas, redes municipais e organizações sociais em todo o país. Nessa perspectiva, a função social da Arquitetura e do Urbanismo se expressa através da formação cidadã e da construção de cidades que reconheçam as infâncias como ponto de partida para a transformação social.

Bibliografia

ACSELRAD, Henri *et al*. (org.) – **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

AZEVEDO, Giselle Arteiro Nielsen; RHEINGANTZ, Paulo Afonso; COSTA, Rodrigo – Educação Integral e Território Educativo: diálogos possíveis em um coletivo complexo. In AZEVEDO, Giselle Arteiro Nielsen *et al*. (org.) – **Do espaço escolar ao território educativo: o lugar da arquitetura na conversa da escola de educação integral com a cidade**. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ, 2016. p. 17-27.

AZEVEDO, Giselle Arteiro Nielsen (org.) – **Diálogos entre arquitetura, cidade e infância: territórios educativos em ação**. Rio de Janeiro: Paisagens Híbridas, 2019.

AZEVEDO, Giselle Arteiro Nielsen – Diálogos escola-cidade: participação social e educação cidadã para uma infância urbana. In AZEVEDO, Giselle Arteiro Nielsen *et al*. (org.) – **O habitar das infâncias e juventudes: territorialidades em rede**. Rio de Janeiro: Selo Editorial PROARQ/Paisagens Híbridas, 2024. p. 120-141.

BULLARD, Robert Doyle – **Dumping in Dixie: race, class, and environmental quality**. Boulder: Westview Press, 2000.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – **Plano de adaptação climática do Estado do Rio de Janeiro: relatório final** [Em linha]. Rio de Janeiro: Instituto Internacional para Sustentabilidade, 2021. [Consult. 17 ago. 2025]. Disponível na internet: <https://www.iis-rio.org/wp-content/uploads/2021/11/PAERJ-Relato%CC%81rio-Final-compactado.pdf>.

LEFEBVRE, Henri – **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFF, Enrique – **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2009.

LOEB, Rodrigo Mindlin – Arquitetura, territorialidades e infâncias no mundo em colapso: desafios e vislumbres de outros mundos possíveis. In AZEVEDO, Giselle Arteiro Nielsen *et al.* (org.) – **O habitar das infâncias e juventudes: territorialidades em rede**. Rio de Janeiro: Selo Editorial PROARQ/Paisagens Híbridas, 2024. p. 74-91.

MARANDOLA JUNIOR, Eduardo – As escalas da vulnerabilidade e as cidades: interações trans e multiescalares entre variabilidade e mudança climática. In OJIMA, Ricardo & MARANDOLA JUNIOR, Eduardo (org.) – **Mudanças climáticas e as cidades: novos e**

antigos debates na busca da sustentabilidade urbana e social. São Paulo: Blucher, 2013. p. 43-62.

MARINO, Leonardo Freire – A cidade e seus caminhos: o espaço urbano como currículo e itinerário formativo. **Revista Ensino de Geografia** [Em linha]. Recife: Vol. 5, nº 3 (2021), p. 241-248. [Consult. 18 jun. 2026]. Disponível na internet: <https://pdfs.semanticscholar.org/3d4e/78726bdd1f15897380326cad7f1ba54b8975.pdf>.

MOLL, Jaqueline *et al*. – **Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012.

PARAHYBA, Natalia Loureiro *et al.* – Praças da primeira infância no Rio de Janeiro: Mapeamento Afetivo como critério de análise na definição de "Manchas de Vulnerabilidade Territorial". Comunicação apresentada na **13.ª Conferência da Rede Lusófona de Morfologia Urbana (PNUM)**, Porto, 25-27 jul. 2025.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter – **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO – **Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática da Cidade do Rio de Janeiro** [Em linha]. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2021. [Consult. 20 ago. 2025]. Disponível na internet: <https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/12937849/4327050/PDS_COMPLETO_0406.pdf>.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO – **Plano Estratégico 2025-2028: Rio, legado e futuro**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2025.

QVORTRUP, Jens – Nove teses sobre a infância como um fenómeno social (1993). Trad. Maria Letícia Nascimento. **Pro-Posições**. Campinas: Vol. 22, n.º 1 (2011), p. 199-211.

RIBEIRO, Raiana – Territórios, Justiça Climática e COP30. Comunicação apresentada na **Série de entrevistas Territórios Educativos para Justiça Climática** [Em linha]. São Paulo: Educação e Território/Cidade Escola Aprendiz, 2025. [Consult. 23 ago. 2025]. Disponível na internet: <https://youtu.be/hhFurHVTdk8?si=P-df-IpkK1FE8MQn>.

SARMENTO, Manuel Jacinto – As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade. In SARMENTO, Manuel Jacinto & CERISARA, Ana Beatriz (org.) – **Crianças e miúdos: perspetivas sociopedagógicas da infância e educação**. Porto: Asa, 2004. p. 9-34.

TONUCCI, Francesco – **A cidade das crianças**. São Paulo: Cortez, 2009.

A cidade por montagens: imagem, imaginário e história na Avenida Borges de Medeiros

Milena Rubin Magoga[1]
Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional
milena.rubinmagoga@gmail.com

Daniela Marzola Fialho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional
dfialho.voy@terra.com.br

Josicler Orbem Alberton
Universidade Federal de Santa Maria; Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo
josicler.alberton@ufsm.br

Resumo: Este artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa de doutoramento em andamento que investiga as potencialidades da montagem como estratégia de leitura da história urbana e do imaginário social. A partir do diálogo entre as formulações de montagem desenvolvidas por Aby Warburg e Walter Benjamin, busca-se compreender de que modo a montagem pode tensionar narrativas históricas hegemônicas e tornar visíveis memórias, experiências e conflitos frequentemente marginalizados pelos discursos oficiais. Tomando a Avenida Borges de Medeiros, em Porto Alegre (RS), como objeto de estudo, o trabalho desenvolve um procedimento analítico baseado na justaposição de imagens, documentos, vestígios e acontecimentos de diferentes temporalidades, recusando abordagens lineares da história urbana. As montagens produzidas organizam-se em três núcleos temáticos. O primeiro, modernização e apagamentos, evidencia a dimensão destrutiva das intervenções urbanas associadas à abertura e à remodelação da avenida, bem como a permanência de discursos de exclusão dirigidos às populações vulnerabilizadas. O segundo, cidade, águas e futuros urbanos, explora as relações entre os projetos de modernização da cidade e os processos de invisibilização das águas e das práticas sociais a elas vinculadas. O terceiro, sobrevivências e retornos, aproxima as enchentes de 1941 e 2024, expondo a persistência de vulnerabilidades estruturais que os sucessivos projetos urbanos procuraram deslocar, mas não eliminar. Argumenta-se que a montagem, ao operar por meio da tensão, do intervalo e do anacronismo, constitui um instrumento crítico para a investigação histórica, permitindo evidenciar continuidades, rupturas e sobrevivências inscritas no espaço urbano.

Palavras-chave: montagem, Aby Warburg, Walter Benjamin, Avenida Borges de Medeiros, História Cultural.

[1]O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

Introdução

Este artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa de doutorado em andamento que investiga o uso da montagem como estratégia de leitura da história urbana e do imaginário social, a partir do diálogo entre as concepções de montagem de Aby Warburg e Walter Benjamin. Em ambos os autores, a montagem constitui-se como procedimento de produção de conhecimento, capaz de colocar em relação tempos, experiências e narrativas heterogêneas e não-hegemônicas.

A cidade contemporânea preserva vestígios, rastros e camadas parcialmente apagadas, mas ainda legíveis, que exigem um trabalho de interpretação capaz de reconhecer permanências e rupturas que escapam às narrativas lineares. Tal perspectiva aproxima-se das reflexões de Benjamin[2], para quem o passado emerge em constelações temporais nas quais diferentes tempos entram em tensão.

É nesse horizonte que a pesquisa toma a Avenida Borges de Medeiros, em Porto Alegre (Brasil, RS), como campo empírico de investigação. Resultado de sucessivas intervenções urbanas realizadas ao longo do século XX, a Avenida materializa projetos de modernização que transformaram profundamente a cidade. Ao mesmo tempo, preserva vestígios de experiências, conflitos e memórias que permanecem inscritos em seu espaço, ainda que frequentemente invisibilizados pelas narrativas oficiais do progresso urbano.
Busca-se compreender de que maneira a aproximação entre imagens, documentos, vestígios e acontecimentos pode contribuir para o resgate de memórias e narrativas historicamente marginalizadas. A questão que orienta a investigação consiste em compreender como a montagem, enquanto estratégia de pesquisa, pode tensionar as leituras hegemônicas da história urbana e abrir novas possibilidades de interpretação da cidade.

História Cultural

Com o desenvolvimento da História Cultural, representações, imaginários e experiências históricas tornam-se dimensões fundamentais para a compreensão dos processos sociais. O trabalho do historiador, nesse contexto, concentra-se na interpretação dessas mediações, buscando compreender os sentidos nelas inscritos. Como destaca Pesavento[3] "trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo", parte-se de um exercício de "re-imaginar o imaginado" [4].

As reflexões de Benjamin, fundamentais para a História Cultural, problematizam as abordagens historiográficas tradicionais ao enfatizar as rupturas, os conflitos e as descontinuidades que atravessam a história. Nessa perspectiva, o passado não constitui um dado estável a ser recuperado em sua totalidade, mas um campo de disputas cuja inteligibilidade depende das questões formuladas pelo presente[5].
Ao questionar a concepção linear e homogênea do tempo histórico, Benjamin propõe uma compreensão na qual diferentes temporalidades coexistem e se relacionam. Nessa perspectiva, as imagens do passado não permanecem fixadas ao contexto em que

---

[2] BENJAMIN, Walter – Sobre o Conceito de História. In BENJAMIN, Walter – **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 222-232.
[3] PESAVENTO, Sandra Jatahy – **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 15
[4] PESAVENTO, Sandra Jatahy – O Desfazer da ordem fetichizada: Walter Benjamin e o Imaginário Social. In: **Cultura Vozes**, nº5, setembro-outubro, 1995, p. 35.
[5] BENJAMIN, Walter – **Sobre o Conceito de História.**

surgiram, mas podem adquirir novos sentidos quando confrontadas com questões do presente. Dessa relação emerge o conceito de *Jetztzeit* ("tempo do agora"), entendido como um momento singular em que tempos distintos entram em contato produzindo uma interrupção da continuidade histórica. O presente, portanto, não corresponde apenas ao ponto mais recente de uma sucessão cronológica, mas ao espaço em que determinadas imagens históricas se tornam legíveis, permitindo novas interpretações e abrindo outras possibilidades para a compreensão da história[6].

Aby Warburg e Walter Benjamin: montagem, sobrevivência e imagem dialética

No início do século XX, em um período marcado por instabilidades, crise da modernidade e ascensão do nazismo, a montagem consolidou-se como uma resposta intelectual e artística à experiência de um mundo em conflito. Nesse contexto, Aby Warburg (1866 – 1929) e Walter Benjamin (1892 – 1940), buscavam, cada um a seu modo, expor a lógica do pensamento e criar modos de apreensão da realidade, recusando a ideia de totalidade estável, enfatizando sua condição de processo: sempre inacabado, descontínuo e em recomposição permanente[7].

O historiador de arte Aby Warburg recorreu à montagem como estratégia de conhecimento e pesquisa, principalmente em seu projeto inacabado Atlas *Mnemosyne* (1924–1929), no qual se dedicou a investigar a sobrevivência de formas, gestos e símbolos da Antiguidade, especialmente no Renascimento italiano. O autor define o Atlas como "um inventário das pré-formações de inspiração antiga que verificadamente influenciaram a representação da vida em movimento na época do Renascimento"[8].
É a partir do Atlas que se consolidam as principais questões de sua obra. O trabalho reuniu centenas de imagens organizadas em painéis de madeira cobertos por tecido preto, nos quais as imagens eram dispostas de forma móvel, permitindo constantes rearranjos e novas leituras. Os painéis funcionavam como um experimento metodológico: um modo de "pensar por imagens" e de expor ideias.[9]

Warburg compreendia as imagens como portadoras de memórias culturais vinculadas às experiências humanas mais intensas. Gestos, movimentos e expressões corporais inscritos nas obras renascentistas carregam marcas de experiências emocionais que sobrevivem historicamente por meio de suas imagens. Para o autor, o Atlas "pretende [...] ilustrar esse processo, que se poderia designar como uma tentativa de introjeção na alma dos valores expressivos pré-formados na representação da vida em movimento"[10]. A sobrevivência não implica uma continuidade linear da história, mas a permanência descontínua de formas e gestos que reaparecem de maneira fragmentária e anacrônica, tornando as

---

[6]BENJAMIN, Walter – Sobre o Conceito de História. In BENJAMIN, Walter – **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 222-232.
[7]JACQUES, Paola Berenstein – Montagem urbana: uma forma de conhecimento das cidades e do urbanismo. In: **Memória, Narração e História**. Coleção Experiências Metodológicas. Salvador: Edufba, 2015. p. 47-94.
[8]WARBURG, Aby – **Histórias de fantasma para gente grande: escritos, esboços e conferências**. Org. Leopoldo Waizbort. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 346.
[9]DIDI-HUBERMAN, Georges – **A imagem sobrevivente: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
JACQUES, Paola Berenstein – Pensar por montagens. In: Jacques, P. B.; Pereira, M. S.; Cerasoli, J. F. **Nebulosas do pensamento urbanístico. Modos de pensar**. Tomo I. Salvador: EDUFBA, 2020.
[10]WARBURG, Aby – **Histórias de fantasma para gente grande**, p. 346

imagens espaços de condensação temporal nos quais diferentes tempos históricos entram em relação[11].

O conceito de *Pathosformel* (fórmula de páthos) condensa sua concepção da imagem como campo de forças históricas e afetivas. Trata-se de uma fórmula expressiva em que gesto, emoção e memória cultural se tornam inseparáveis. A *Pathosformel* "seria um traço significante [...]: algo pelo qual ou por onde a imagem pulsa, move-se, debate-se na polaridade das coisas"[12]. É nesse sentido que a imagem sobrevive como reaparição de conflitos que permanecem latentes e reaparecem com intensidade renovada em determinados contextos históricos. Como sublinha Agamben, um conceito como o de *Pathosformel* "torna impossível separar a forma do conteúdo, pois designa o indissolúvel entrelaçamento de uma carga emotiva e de uma fórmula iconográfica"[13]. A imagem deixa de ser entendida como representação estável para tornar-se campo de sobrevivências tensivas. É precisamente por meio da montagem e das relações estabelecidas entre as imagens que essas sobrevivências emergem.

Além disso, nos painéis do Atlas *Mnemosyne*, o fundo preto das pranchas constitui o "meio de aparição" das imagens: um espaço de intervalo onde operam os processos associativos da memória[14]. É nesse "entre" que Warburg elabora sua "iconologia do intervalo", na qual o sentido reside tanto nas relações entre as imagens como também nos espaços intermediários que se estabelecem entre elas.

Assim como Warburg formava montagens em um exercício de experimentação com imagens, Walter Benjamin utilizava a montagem como procedimento literário, como "imagem-pensamento", montando e desmontando fragmentos narrativos em uma escrita que compõe diferentes tempos e lugares. No projeto inacabado "Passagens" (1927–1929), Benjamin elucida seu procedimento: "Método deste trabalho: montagem literária. Não tenho nada a dizer. Somente a mostrar. [...] os farrapos, os resíduos: não quero inventariá-los, e sim fazer-lhes justiça da única maneira possível: utilizando-os".[15]
Para Benjamin, a montagem transcende sua função como técnica literária ou cinematográfica, tornando-se uma forma de produzir conhecimento histórico. Ao reorganizar fragmentos do passado, ele rompe com a linearidade do tempo e a lógica do progresso contínuo, expondo conexões inesperadas entre diferentes épocas. Ao "fazer explodir o *continuum* da história"[16], a montagem é um ato crítico que tensiona e desconstrói narrativas dominantes. Como observa Didi-Huberman[17],

> A montagem aparece como operação do conhecimento histórico na medida em que caracteriza também o objeto desse conhecimento: o historiador remonta os 'restos', porque eles próprios apresentam a dupla capacidade de desmontar a história e de montar junto os tempos heterogêneos, Outrora com Agora, sobrevivências com sintomas, latências com crises.

---

[11]DIDI-HUBERMAN, Georges – **A imagem sobrevivente**.
[12] DIDI-HUBERMAN, Georges – **A imagem sobrevivente: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013, p. 173.
[13] AGAMBEN, Giorgio – Aby Warburg e a ciência sem nome. In BARTHOLOMEU, Cezar (Org.) – **Dossiê Warburg.** Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da EBA/UFRJ, 2009, p. 132
[14] DIDI-HUBERMAN, Georges – **A imagem sobrevivente.**
[15] BENJAMIN, Walter – **Passagens**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 502
[16] BENJAMIN, Walter – Sobre o Conceito de História. In BENJAMIN, Walter – **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 222-232, p. 230
[17] DIDI-HUBERMAN, Georges – **Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015, p. 133

É nesse contexto que Benjamin formula a imagem dialética, compreendida como a constelação crítica entre tempos distintos: "a imagem é aquilo em que o ocorrido encontra o agora num lampejo, formando uma constelação. [...] a imagem é a dialética na imobilidade. Pois, enquanto a relação do presente com o passado é puramente temporal e contínua, a relação do ocorrido com o agora é dialética — não é uma progressão, e sim uma imagem, que salta"[18].

Nesse contexto, a dialética da paralisia refere-se à interrupção do fluxo contínuo da história, instaurando um momento de suspensão em que passado e presente entram em relação: "É neste momento, em que passado e presente se juntam em constelação, em que o 'tempo do agora' se vê nas imagens do passado, que se constitui o que Walter Benjamin chamou de 'dialética da paralisia'"[19]. O passado, ao tornar-se novamente legível, revela possibilidades históricas não realizadas, experiências silenciadas e vestígios que resistem ao esquecimento.

A montagem, portanto, é a estratégia que não visa à síntese, mas à intensificação das tensões. Tanto em Warburg quanto em Benjamin, a montagem se constitui como procedimento de conhecimento que recusa a linearidade, opera por fragmentos e intervalos, e faz aparecer o que permanece oculto ou reprimido nas narrativas históricas dominantes. Esses dois modos de pensar convergem: o passado sobrevive no presente de forma anacrônica, dialética e sempre inacabada.

Montagem (o método)

O dispositivo metodológico desta pesquisa opera a partir da articulação de diferentes tipos de imagens: visuais, textuais, documentais e narrativas. Cada montagem corresponde a uma construção interpretativa produzida a partir de fragmentos, vestígios e documentos historicamente situados, cujas relações buscam evidenciar tensões, permanências e disputas que atravessam a formação histórica do espaço urbano. O método organiza-se em três momentos inter-relacionados:

1. Consiste na seleção e organização de representações heterogêneas, reunidas a partir de parâmetros que buscam contemplar tanto discursos institucionais e hegemônicos quanto imagens que evidenciem práticas dissidentes, processos de apagamento e narrativas não-hegemônicas sobre o espaço urbano.
2. A montagem como gesto interpretativo, que opera pela colocação em relação dos fragmentos. Nesse caso, as imagens não possuem sentido único contido em suas bordas, mas se constituem na relação com outras imagens. Nas palavras de Benjamin, "ser dialético significa ter o vento da história nas velas [...]. O decisivo é a arte de posicioná-las"[20]. Assim, a organização dos fragmentos não segue uma lógica cronológica, mas opera por aproximações anacrônicas, em procedimento aberto e em constante reorganização, análogo ao realizado no Atlas *Mnemosyne*.
3. A remontagem como reconfiguração analítica das composições produzidas. Como observa Didi-Huberman[21], "enquanto procedimento, a montagem supõe a desmontagem [...] no duplo sentido da anamnese e da recomposição estrutural." Vinculando-se à proposição benjaminiana de "escovar a história a contrapelo", a

[18] BENJAMIN, Walter – **Passagens.** 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 504
[19] PESAVENTO, Sandra – O Desfazer da ordem fetichizada: Walter Benjamin e o Imaginário Social. In: **Cultura Vozes**, nº5, setembro-outubro, 1995, p. 38
[20] BENJAMIN, Walter – **Passagens,** p. 515.
[21] DIDI-HUBERMAN, Georges – **Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015, p. 132

remontagem reabre criticamente as narrativas sobre o espaço urbano, permitindo que elementos apagados ou silenciados da experiência histórica possam emergir. As montagens não constituem sínteses definitivas, mas configurações situadas e potencialmente (re)articuláveis. Tal incompletude, inspirada na "iconologia do intervalo" de Warburg, abre espaço para novas associações a partir dos vazios que separam os fragmentos[22].

A Avenida Borges de Medeiros como campo de tensões

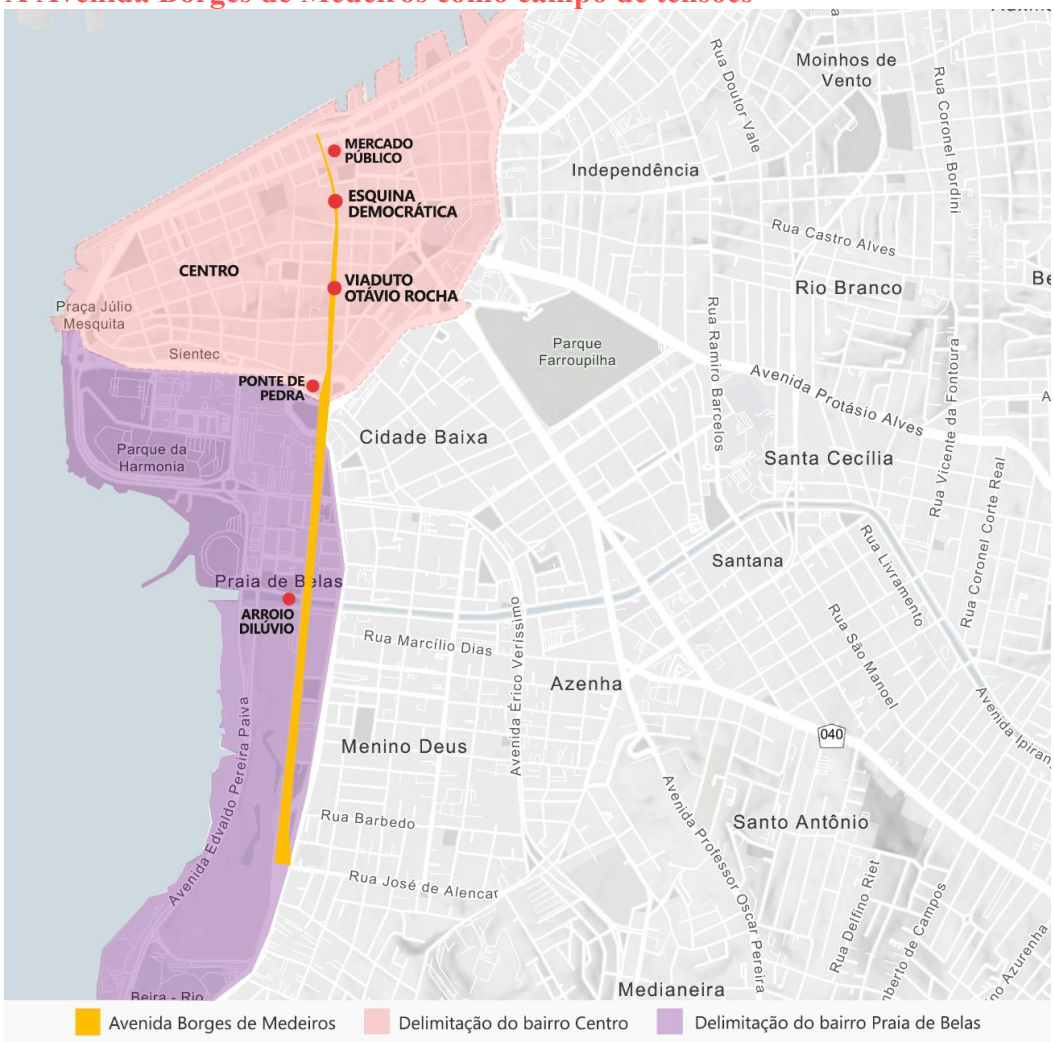


Fig. 01: Mapa de Porto Alegre com destaque para a Avenida Borges de Medeiros. Fonte: elaborado pela autora a partir de ArcGIS (2026).

O campo empírico da pesquisa concentra-se na Avenida Borges de Medeiros, em Porto Alegre, entendida como um espaço onde se sobrepõem diferentes camadas, projetos urbanos, experiências sociais, representações e imaginários. A investigação organiza-se a partir de núcleos de análise localizados ao longo da avenida, entre eles o Viaduto Otávio Rocha, a Esquina Democrática, a retificação do arroio dilúvio e Ponte de Pedra, os aterros da Praia de Belas e os episódios relacionados às enchentes de 1941 e 2024 (Fig. 01).

A Avenida articula a circulação urbana entre o Centro Histórico e a Zona Sul. No trecho central, predomina uma ocupação compacta e verticalizada; à medida que avança em

[22] VELLOSO, Rita; JACQUES, Paola Berenstein – **Enigma das cidades: ensaio de epistemologia urbana em Walter Benjamin.** Belo Horizonte; Salvador: Cosmópolis; Edufba, 2023.

direção à zona sul, o tecido construído torna-se menos denso, com maior presença de vazios urbanos e uma experiência espacial marcada mais pela lógica da circulação do que pela concentração de usos voltados ao pedestre.

Para além de sua função viária, a Avenida reúne vestígios de distintos momentos históricos. Sua formação está vinculada aos projetos de modernização urbana implementados em Porto Alegre nas primeiras décadas do século XX, expressando expectativas de progresso, circulação e higienização compartilhadas pelas elites locais. Sua consolidação, entretanto, envolveu sucessivos processos de transformação do tecido urbano, marcados tanto pela produção de novas espacialidades quanto pelo desaparecimento de referências materiais e simbólicas preexistentes.

Na passagem do século XIX para o século XX, cidades brasileiras passaram por intensos processos de transformação urbana orientados pela incorporação de referências do urbanismo europeu. Para Pesavento[23], "a cultura da modernidade é eminentemente urbana" e comporta a conjugação de duas dimensões indissociáveis: a cidade como sítio da ação social renovadora e como tema das manifestações culturais e artísticas. Em muitos casos, tais intervenções eram acompanhadas por discursos higienistas, homogeneizadores e excludentes, que reorganizavam o espaço urbano segundo os desejos da elite. Sob a justificativa da modernização e do embelezamento, promoviam a expulsão das populações pobres de áreas valorizadas e a redefinição da cidade segundo padrões considerados mais civilizados.

O traçado que posteriormente daria origem à Borges de Medeiros tinha início na península central, em um caminho conhecido como Beco do Poço. Oficialmente denominada Rua General Paranhos em 1871, a via configurava-se como um estreito percurso marcado por topografia íngreme e intensa sociabilidade popular, concentrando tavernas, manifestações culturais afro-brasileiras e diferentes práticas cotidianas, sendo alvo de estigmatização por parte das autoridades públicas e da imprensa local[24].

Os becos eram percebidos como espaços desagradáveis, que contrastavam com o ideal de modernização buscado por políticos e elites. Jornais e depoimentos da época vinculavam esses espaços à miséria, às doenças e à prostituição, de modo que sua demolição era apresentada como condição para o embelezamento e a higienização urbana.[25]

Durante a administração de José Montaury (1897–1924), foi encomendado ao engenheiro-arquiteto João Moreira Maciel, em 1910, um projeto de melhoramentos para a cidade. Em 1912, criou-se a Comissão de Melhoramentos e Embelezamento, que elaborou o primeiro plano de urbanismo de Porto Alegre, concluído em 1914[26]. O Plano Geral de Melhoramentos previa a remodelação do porto, a regularização das vias e a transformação de becos e vielas em ruas, tendo como projeto central a criação de uma grande avenida para conectar o centro ao sul da cidade.

---

[23] PESAVENTO, Sandra Jatahy – **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano - Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 158.
[24] FRANCO, Sérgio da Costa. **Guia histórico de Porto Alegre**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
[25] PESAVENTO, Sandra Jatahy – **Memória Porto Alegre: espaços e vivências**. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1991.
[26] SOUZA, Célia Ferraz de; MÜLLER, Doris Maria – **Porto Alegre e sua evolução urbana**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

O intendente Otávio Rocha, sucessor de Montaury, via a implantação da Avenida Borges de Medeiros não apenas como solução viária, mas também como obra de saneamento e embelezamento. Pesavento[27] destaca que o "sonho instaurador da modernidade urbana" propunha uma intensa "cirurgia" que rompia barreiras físicas com a construção de uma ampla avenida e viaduto.

A solução para o obstáculo geográfico foi o Viaduto Otávio Rocha, cuja construção simbolizava o desafio de conectar a Rua Duque de Caxias à moderna avenida. O projeto do engenheiro Manoel Itaqui destacou-se pela monumentalidade, com rampas escalonadas, arcadas e passeios cobertos por galerias. O viaduto, concluído em 1932, tornou-se um marco na paisagem de Porto Alegre, simbolizando a modernização da cidade e consolidando-se como cartão-postal representativo da nova identidade urbana[28]. O projeto modernizador causou impactos expressivos nas sociabilidades, deslegitimando práticas populares, excluindo parcelas da população consideradas indesejáveis pela burguesia, promovendo seu deslocamento para as margens da cidade. Manifestações culturais como festas religiosas, batuques e o comércio ambulante foram progressivamente reprimidas ou removidas. Para Monteiro[29],

> o viés progressista-conservador deste projeto de modernidade provoca a perda de parte da soberania popular em relação à construção e à gestão do meio urbano, instaurando de forma autoritária um novo regime de imagens e um novo padrão de sociabilidade no espaço urbano.

Em maio de 1941, Porto Alegre enfrentou a maior enchente de sua história até então. A elevação simultânea do nível do Guaíba e dos cursos d'água provocou inundações que atingiram bairros inteiros e deixaram cerca de quarenta mil pessoas desabrigadas[30]. A enchente explicitou as tensões do projeto de modernização urbana: "a grande enchente de 1941 acentuou o problema dos setores menos favorecidos. As águas invadiram os bairros operários (...) e as terras ao longo do Arroio Dilúvio, que apresentavam grandes áreas faveladas"[31]. Os grupos que ocupavam os territórios mais suscetíveis às inundações foram aqueles que sofreram os impactos mais severos.

Poucos anos após a inauguração, as águas tornaram visíveis os limites do projeto de controle territorial. A resposta institucional consistiu em aprofundar a aposta na técnica: a partir da década de 1950 foi implantado um sistema integrado de proteção contra cheias, composto por diques, comportas, estações de bombeamento e o Muro da Mauá, materializando uma nova lógica urbana de separação física entre a cidade e o lago.

Paralelamente, a retificação do Arroio, cujas obras foram iniciadas em 1939, substituiu seu traçado sinuoso por um canal retilíneo ladeado por diques e avenidas marginais. O arroio, que nas descrições do século XIX configurava uma paisagem bucólica onde "os porto-alegrenses tomavam banho e pescavam"[32], foi profundamente transformado. A proposta, já presente nos estudos de Maciel em 1914, previa "melhorar o estado higiênico

---

[27] PESAVENTO, Sandra Jatahy – **Memória Porto Alegre: espaços e vivências**. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1991, p. 281.
[28] VOLPATTO, Lucas Bernardes – **Viaduto Otávio Rocha: ícone da Porto Alegre moderna**. Porto Alegre: Concórdia, 2022.
[29] MONTEIRO, Charles – **Porto Alegre: urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995, p. 141.
[30] OLIVEIRA, Clóvis Silveira de – **Porto Alegre e sua formação**. 2. ed. Porto Alegre: Metrópole, 1993.
[31] PESAVENTO, Sandra Jatahy – **Memória Porto Alegre**, p. 72.
[32] SOUZA, Célia Ferraz de – **Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre: o plano que orientou a modernização da cidade**. 2. ed. ampl. e rev. Porto Alegre: Armazém Digital, 2010, p. 229

das adjacências do atual leito do Riacho" e incorporar as áreas liberadas ao tecido urbano[33]. A canalização do Dilúvio criou as condições para a execução dos grandes aterros da Praia de Belas, que tornaram-se suporte para novas formas de urbanização associadas a ideais de modernidade, circulação e monumentalidade. A região tornou-se o principal "mostruário" da Porto Alegre moderna, reunindo projetos urbanísticos que buscavam afirmar uma imagem de progresso e racionalidade[34].

Entre as décadas de 1960 e 1980, a ampliação do transporte coletivo e o crescimento da frota de automóveis consolidaram a Borges de Medeiros como principal eixo de ligação entre o centro e a zona sul de Porto Alegre. Paralelamente, a avenida também se afirmou como espaço de manifestações e disputas políticas, tendo na Esquina Democrática um importante palco da vida pública da cidade, especialmente durante o movimento das Diretas Já[35]. O Viaduto Otávio Rocha, tombado como patrimônio cultural em 1988, tornou-se um dos principais marcos da região central, sendo apropriado de diferentes formas ao longo do tempo. Sua trajetória evidencia as tensões entre os ideais de modernização que orientaram sua construção e os usos cotidianos que continuamente ressignificam o espaço urbano.

Em maio de 2024, Porto Alegre vivenciou uma das maiores catástrofes socioambientais de sua história. As chuvas intensas provocaram a elevação do Guaíba, que atingiu a marca de 5,37 metros, superando a enchente de 1941 (4,76 m), comprometendo o sistema de proteção contra cheias. Tornou visível desigualdades históricas e a vulnerabilidade do espaço urbano diante da catástrofe.

Montagens urbanas: constelações

A trajetória da Borges de Medeiros sintetiza diferentes camadas, constituindo um espaço onde diferentes temporalidades coexistem em permanente tensão entre memória, esquecimento e transformação.

As duas primeiras montagens (Fig. 02 e 03) colocam em relação diferentes representações da cidade. Esses fragmentos explicitam a dimensão dupla da modernização urbana: de um lado, a fabricação de um imaginário, a avenida projetada, executada, narrada e consumida como símbolo de progresso; de outro, a violência que esse imaginário envolve.

[33] Maciel *apud* Souza, 2010, p. 231.
[34] MARQUES, Sérgio Moacir – Cidade moderna, cidade mutante: Praia de Belas, 1752-2016. **Minha Cidade**, São Paulo, ano 12, n. 134.03, 2011.
[35] PESAVENTO, Sandra Jatahy – **Memória Porto Alegre: espaços e vivências**. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1991.

01.
Plano Geral de Melhoramentos
Fonte: Arquivo Municipal de Porto Alegre Moysés Vellinho - Reprodução - Cartografia virtual histórico-urbana de Porto Alegre: séculos 19 e 20, IHGRS.

02.
Fotografia aérea da abertura da Borges de Medeiros.
Fonte: Diário de Notícias, 02/06/1933, p. 1. Hemeroteca do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

03.
"A avenida fundamental"
Reportagem Zero Hora
Fonte: BIEV/PPGAS/UFRGS

04.
Cartão Postal da Avenida Bordes de Medeiros
Fonte: Volpato, 2022

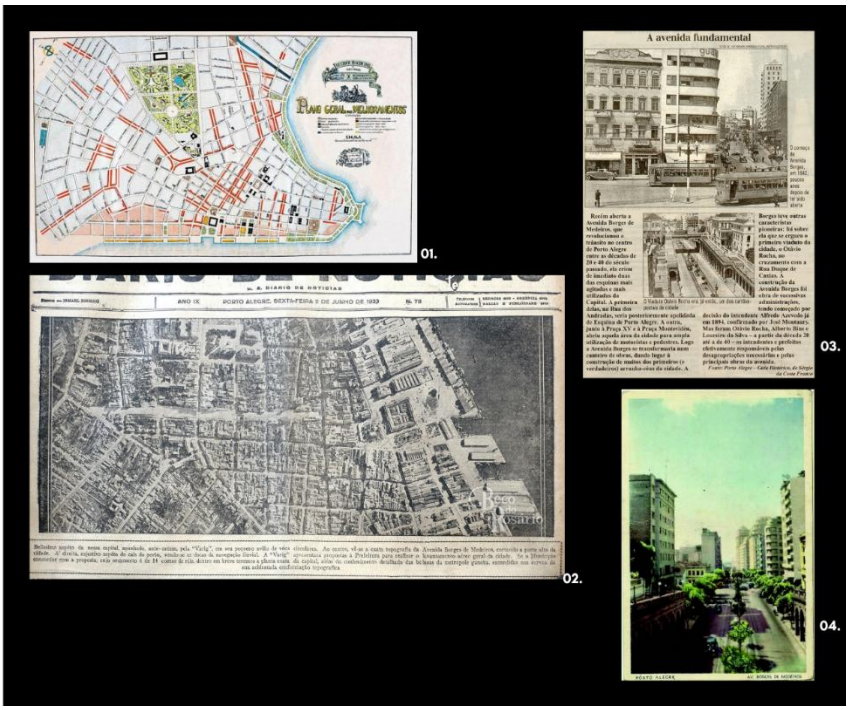


Fig. 02: Montagem "O sonho da modernização". Fonte: elaborado pela autora (2026).

Na segunda montagem (Fig. 03), o aviso publicado em 1930, alertando moradores a buscar abrigo antes das explosões das obras do viaduto, é o fragmento que interrompe o *continuum*: nele sobrevive a dimensão corporal e cotidiana da destruição que as imagens celebratórias silenciam.

01. Rua General Paranhos em 1865
Fonte: Fototeca Sioma Breitman. Museu de Porto Alegre.

02. "A CIDADE SE TRANSFORMA - Travessa General Paranhos, antigo becco do Poço. Um aspecto dos trabalhos de demolição e alargamento que transformarão a antiga viella na grande avenida Gal. Paranhos".
Fonte: Revista A Máscara, 06/02/1925. Hemeroteca do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

03. "Na Avenida Borges de Medeiros - Vista das obras sob a direcção da firma Dyckerhoff & Widmann S. A."
Fonte: Revista do Município, RS, 1930, Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional.

04. "Aviso ao público em geral
Roga-se aos transeuntes das immediações do VIADUCTO BORGES DE MEDEIROS, ao soar da syrena que inicia as explosões de dynamite naquelle local, procurarem abrigo nas casas visinhas, afim de evitar accidentes."
Fonte: Revista do Globo, 1930.



Fig. 03: Montagem "O custo da modernização". Fonte: elaborado pela autora (2026).

A terceira montagem (Fig. 04) aprofunda a tensão entre narrativas ao colocar em relação fragmentos da imprensa de 1896 e 2016. Operam como imagens dialéticas: ao nomear o retorno, revelam que o apagamento nunca foi completo. As formas (ou *Pathosformel*) da

desordem urbana sobrevivem por mais de um século, reaplicada a corpos diferentes sob os mesmos discursos de degradação e perigo.



01. "Calçada do Viaduto da Borges não tem barracas ou moradores de rua nesta quinta-feira (2)"
Fonte: Gabrielle de Paula/G1, 2018

02. "O Beco do Poço em polvorosa! Um grupo de desordeitos commette depredações e trava lucta com a policia
Intervindo uma patrulha da Brigada, são elles subjugados e presos"
Eedição de 19 de fevereiro de 1926
Fonte: Acervo Correio do Povo Memória

03. "Pessoas em situação de rua vivem sob as arcadas do monumento."
Fonte: Tonico Alvares/CMPA, 2018

[1]Fragmentos da reportagem: Gazetinha, Porto Alegre, 12 jan. 1896 *apud* Pesavento, 2008, p. 150.

[2]Fragmentos da reportagem: "A decadência", GaúchaZH, 2016.

Fig. 04: Montagem "Discurso de exclusão". Fonte: elaborado pela autora (2026).

As montagens das Figuras 05 e 06 operam prioritariamente pelo intervalo: o espaço entre os fragmentos onde o sentido se produz. No espaço entre as imagens há um silêncio que é ele mesmo um documento: o desaparecimento de uma relação entre cidade e água, e com ela de práticas e sociabilidades populares que a retificação e os aterros tornaram impossíveis. A montagem da Praia de Belas percorre oito décadas de imaginários projetados sobre o mesmo território conquistado ao Guaíba.



01. Antigo Riacho e a Ponte de Pedra. Sem data.
Fonte: PMPA/CP Memória

02. Praia de Belas desde o Morro Santa Teresa.
Hermann Rudolf Wendroth, Aquarela, 1852
Fonte: Wikimedia Commons. Domínio público. Disponível em: Wikimedia Commons.

03. Almoço dos Canoeiros, em 1940, sob a ponte de Pedra.
Fonte: Reprodução/Museu de Comunicação Hipólito José da Costa

04. "Lavadeiras que usam as margens cristalinas do riacho para lavar as roupas das senhoras da alta sociedade, em 1900."
Fonte: Reprodução/Museu de Comunicação Hipólito José da Costa

05. Canalização Arroio Dilúvio em 1951.
Fonte: Wikimedia Commons, a partir de fotografia de autor desconhecido (1951). Domínio público. Disponível em: Wikimedia Commons.

06. Vista panorâmica aterro Guaíba
Fonte: Acervo Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV/PPGAS/UFRGS).

Fig. 05: Montagem "A cidade e as águas". Fonte: elaborado pela autora (2026).

O que a montagem torna legível é que a terra conquistada às águas é reapresentada, em cada época, como oportunidade de futuro, apagando sistematicamente as disputas e os usos que não cabem nas imagens oficiais. Juntas, essas duas montagens evidenciam que a relação entre Porto Alegre e suas águas não é apenas técnica ou ambiental, mas profundamente política.



01. Aterro do Guaíba, na região da Avenida Praia de Belas, em outubro de 1959.
Fonte: Acervo do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo.

02. "Grupo de empreendimento imobiliário Maguefa adquire terreno da prefeitura em negócio contestado pela oposição (Porto Alegre-RS, fev. 1979)"
Crédito: Beto Mattoso.
Fonte: Centro Sérgio Buarque de Holanda - CSBH/FPA

03. Projeto do Bairro Residencial Praia de Belas, 1953, Foto da Maquete.
Fonte: Plano Diretor de Porto Alegre, 1964

04. "Conselho do Plano Diretor aprova construção de obra gigantesca no Bairro Praia de Belas"
Fonte: Brasil de Fato, 2024.

05. Plano diretor de 1959
Fonte: Prefeitura de Porto Alegre.

Fig. 06: Montagem "Os futuros produzidos". Fonte: elaborado pela autora (2026).

A montagem seguinte (Fig. 07) produz uma imagem dialética, onde o passado funciona como presença: oito décadas de obras de infraestrutura, diques e comportas separam as imagens. A placa e as marcas nos edifícios são cicatrizes e sobrevivências que o espaço urbano retém contra o esquecimento: vestígios que resistem à narrativa da catástrofe como exceção. O que a montagem faz emergir é a permanência de uma vulnerabilidade estrutural não resolvida pela modernização, recaindo, uma vez mais, de forma desigual sobre as populações mais vulnerabilizadas.



01.
Enchente de 2024, ao fundo o mercado público de Porto Alegre.
Fonte: Rafa Neddermeyer/ Agencia Brasil

02.
Marcas da enchente em edifício do Centro Histórico um ano após a enchente.
Fonte: Acervo pessoal, 2025.

03.
Enchente de 1941, ao fundo o mercado público de Porto Alegre.
Foto: Sioma Breitman
Fonte: G1

04.
Detalhe da placa da cheia de 1941 localizada no Cais do Porto
Fonte: Acervo pessoal, 2025.

Fig. 07: Montagem “As enchentes”. Fonte: elaborado pela autora (2026).

É na sobreposição temporal que reside a potência crítica do procedimento: não na síntese, mas na tensão irresoluta entre o que foi idealizado e o que permanece. As montagens não constituem análises independentes: são partes de uma mesma constelação. O fio que as atravessa é a relação entre projeto urbano e apagamento: em cada núcleo temático, o que a modernização produz como progresso deixa como resto corpos indesejados, práticas populares invisibilizadas e territórios vulneráveis. Esse resto, no entanto, não desaparece, mas sobrevive, reaparecendo em outros tempos, com intensidade renovada. Colocando esses fragmentos em relação, a montagem torna visível não o progresso da cidade, mas a estrutura que o sustenta e o que ela continuamente produz como sombra.

Considerações finais

Ao mobilizar a montagem como estratégia de investigação da história urbana, este artigo buscou explorar formas alternativas de leitura da cidade a partir da articulação entre Warburg e Benjamin, o procedimento adotado procurou deslocar o olhar das narrativas lineares e progressivas da modernização urbana para os conflitos, permanências e apagamentos inscritos no espaço da cidade.

Enquanto a reconstrução histórica permitiu reunir os fragmentos que compõem a trajetória da Avenida Borges de Medeiros, as montagens possibilitaram colocá-los em relação, produzindo constelações capazes de evidenciar permanências, apagamentos e sobrevivências que atravessam diferentes temporalidades urbanas. Escovar a história a

contrapelo, nesse sentido, é reconhecer uma estrutura operante sobre o planejamento urbano.

Bibliografia

A decadência. **GaúchaZH**, (2016). Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/especiais/viaduto-da-borges/a-decadencia.html.

AGAMBEN, Giorgio – Aby Warburg e a ciência sem nome. In: BARTHOLOMEU, Cezar (org.) - **Dossiê Warburg**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da EBA/UFRJ, 2009.

BENJAMIN, Walter – **Passagens.** 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

BENJAMIN, Walter – Sobre o Conceito de História. In BENJAMIN, Walter – **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 222-232.

DIDI-HUBERMAN, Georges – **A imagem sobrevivente: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

DIDI-HUBERMAN, Georges – **Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2015.

FRANCO, Sérgio da Costa – **Guia histórico de Porto Alegre**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

JACQUES, Paola Berenstein – Pensar por montagens. In JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth da Silva; CERASOLI, Josianne França – **Nebulosas do pensamento urbanístico: modos de pensar.** Tomo I. Salvador: EDUFBA, 2020.

JACQUES, Paola Berenstein – Montagem urbana: uma forma de conhecimento das cidades e do urbanismo. In **Memória, Narração e História**. Coleção Experiências Metodológicas. Salvador: Edufba, 2015. p. 47-94.

MARQUES, Sérgio Moacir – Cidade moderna, cidade mutante: Praia de Belas, 1752-2016. **Minha Cidade**. São Paulo. ano 12, n.º 134.03 (2011).

MONTEIRO, Charles – **Porto Alegre: urbanização e modernidade: a construção social do espaço urbano**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy – **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy – **Memória Porto Alegre: espaços e vivências**. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1991.

PESAVENTO, Sandra Jatahy – **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano - Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy – O Desfazer da ordem fetichizada: Walter Benjamin e o Imaginário Social. In: **Cultura Vozes**, nº5, setembro-outubro, 1995.

SOUZA, Célia Ferraz de – **Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre: o plano que orientou a modernização da cidade**. 2. ed. ampl. e rev. Porto Alegre: Armazém Digital, 2010.

SOUZA, Célia Ferraz de; MÜLLER, Doris Maria – **Porto Alegre e sua evolução urbana**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

WARBURG, Aby – **Histórias de fantasma para gente grande: escritos, esboços e conferências**. Org. Leopoldo Waizbort. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

VELLOSO, Rita; JACQUES, Paola Berenstein – **Enigma das cidades: ensaio de epistemologia urbana em Walter Benjamin**. Belo Horizonte; Salvador: Cosmópolis; Edufba, 2023.

OLIVEIRA, Clóvis Silveira de – **Porto Alegre e sua formação**. 2. ed. Porto Alegre: Metrópole, 1993.

VOLPATTO, Lucas Bernardes – **Viaduto Otávio Rocha: ícone da Porto Alegre moderna**. Porto Alegre: Concórdia, 2022.

Polifonia vertical: a estética do empilhamento na obra do escritório MVRDV

Claudia Lichtenberger Roxo Carneiro
Universidade Presbiteriana Mackenzie
claudiaroxxo.arq@gmail.com

Igor Guatelli
Universidade Presbiteriana Mackenzie
igor.guatelli@mackenzie.br

Resumo: O presente artigo propõe compreender o empilhamento heterogêneo como uma operação recorrente da gramática projetual desenvolvida pelo escritório holandês MVRDV, investigando como essa operação é mobilizada como instrumento de investigação crítica das transformações da cidade contemporânea. A pesquisa adota abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica, análise projetual e pesquisa de campo, articulando referenciais da teoria da arquitetura e do urbanismo à análise dos projetos Pig City, Pavilhão Holandês, Silodam e da intervenção temporária The Stairs to Kriterion. O percurso analítico organiza-se a partir da explicitação do conceito de gramática projetual, da contextualização dos antecedentes do empilhamento e da análise de sua manifestação em diferentes escalas e programas, mobilizando as categorias analíticas de congestão, urbanidade tridimensional e arquitetura infraestrutural. Os resultados demonstram que o empilhamento ultrapassa a condição de estratégia de adensamento ou de sobreposição programática para constituir uma operação recorrente por meio da qual o MVRDV reorganiza relações entre programas, fluxos, paisagens e infraestruturas. Conclui-se que o empilhamento constitui o mecanismo por meio do qual o MVRDV transforma o projeto arquitetônico em instrumento de investigação crítica da cidade contemporânea, tornando legíveis conflitos, potencialidades e formas alternativas de organização e apropriação do espaço urbano.

Palavras-chave: Empilhamento; pratica investigativa; congestão; urbanidade tridimensional; arquitetura infraestrutural;

Introdução

Em um contexto marcado pela crescente integração vertical dos sistemas econômicos, informacionais e territoriais, a cidade contemporânea passa a operar por meio de relações cada vez mais complexas, instáveis, voláteis, apresentando formas renovadas de dominação, segregação e expurgo sociais e, ao mesmo tempo, de interdependência, impondo novos desafios à organização do espaço urbano. Essa condição tem motivado o desenvolvimento de abordagens projetuais que procuram compreender a cidade e a arquitetura para além de suas dimensões formais ou morfológicas.

Dessa forma, a complexidade urbana é compreendida como a intensificação das relações entre programas, infraestruturas, fluxos, temporalidades e formas de ocupação que coexistem e se interdependem na cidade contemporânea. Essa compreensão aproxima-se das formulações de Lefebvre, para quem o espaço urbano não se reduz aos objetos que contém, mas constitui um campo de relações: "*esse espaço contém objetos muito diversos* (...). *Esses objetos não são apenas coisas, mas relações*"[1] A complexidade da cidade contemporânea não decorre, portanto, apenas da multiplicação de edifícios ou da densificação do tecido urbano, mas da intensificação das percebidas e inauditas relações que se estabelecem entre seus diferentes sistemas.

A complexidade urbana coloca em questão modelos tradicionais de planejamento, historicamente fundamentados na separação funcional dos usos e na expansão horizontal da cidade. Nesse contexto, a arquitetura é desafiada não apenas a responder ao adensamento urbano, mas agenciar espacialmente assimétricas, heterogêneas e conflituosas relações. Como observa Montaner[2],a arquitetura contemporânea deve ser compreendida como um sistema, *"(...)um todo que não é explicável pela mera soma das partes. Cada parte do sistema está em função da outra, não há elementos isolados".* Sob essa perspectiva, o edifício deixa de ser interpretado como objeto autônomo para ser compreendido a partir das relações que estabelece com o contexto urbano, social, cultural, ambiental e tecnológico no qual se insere.

É nesse contexto que se insere o interesse pela obra do escritório holandês MVRDV. Fundado em 1992 por Winy Maas, Jacob van Rijs e Nathalie de Vries, arquitetos e urbanistas formados pela Universidade Técnica de Delft, o escritório desenvolveu uma prática projetual investigativa na qual o projeto arquitetônico é mobilizado não apenas como resposta às demandas da cidade contemporânea, mas como instrumento de investigação crítica.

A dimensão investigativa da prática do MVRDV insere-se em uma tradição contemporânea na qual projeto e reflexão teórica constituem atividades indissociáveis. Conforme observa Montaner:

> A confusão contemporânea e o descrédito da crítica têm conduzido a uma arriscada redução da teoria arquitetônica à mera prática profissional. Isso vem resultando em um deslocamento do peso das teorias mais influentes para textos que os próprios arquitetos geram a partir de seus projetos*"*[3].

---

[1] LEFEBVRE, Henri – **A produção do espaço.** Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021.p.118

[2] MONTANER, Josep Maria. **Sistemas arquitetônicos contemporâneos**. Barcelona: Gustavo Gili, 2009.p10

[3] MONTANER, Josep Maria – **Arquitetura e crítica**. Barcelona: Gustavo Gili,2007. p. 130

Diante desse cenário, a produção do escritório ultrapassa a elaboração de projetos e desenvolve um conjunto de publicações e pesquisas que utilizam os projetos como instrumento de formulação crítica. Obras como FARMAX (1998) e KM3 (2005) evidenciam essa postura ao articular investigação urbana, especulação projetual e reflexão teórica em torno das transformações da cidade contemporânea. Em vez de buscar respostas definitivas ou modelos ideais de cidade, o escritório utiliza o projeto como um ensaio arquitetônico capaz de explorar criticamente diferentes possibilidades de organização espacial.

Partindo-se dessa compreensão de como o escritório articula teoria e prática, propõe-se compreender o empilhamento heterogêneo como uma operação recorrente da gramática projetual desenvolvida pelo MVRDV. Mais do que a sobreposição física de volumes, o empilhamento refere-se à articulação de múltiplas camadas espaciais, programáticas e urbanas em uma mesma estrutura, organizando relações complexas entre programas, fluxos, paisagens e infraestruturas.

A partir dessa hipótese, o artigo analisa projetos representativos de diferentes momentos da produção do MVRDV, entre eles Pig City, o Pavilhão Holandês e o Silodam, investigando como as heteróclitas operações do empilhamento conduzidas pelo escritório se manifesta em distintas escalas e temas projetuais. Ao final, essa leitura é estendida à intervenção urbana The Stairs to Kriterion, evidenciando o potencial crítico do empilhamento como prática projetual de reinterpretação da cidade contemporânea.

Desenvolvimento

A compreensão do empilhamento como operação recorrente da gramática projetual do MVRDV exige, inicialmente, explicitar o sentido atribuído nesta pesquisa à noção de gramática projetual. Diferentemente da repetição de soluções formais ou da constituição de uma linguagem arquitetônica homogênea, a gramática projetual refere-se à recorrência de procedimentos por meio dos quais o escritório investiga e reorganiza espacialmente relações entre programas, fluxos, paisagens e infraestruturas em resposta às questões colocadas pela cidade contemporânea. Nessa perspectiva, aproxima-se das formulações de Rafael Moneo[4], para quem a compreensão da obra de um arquiteto depende da identificação das estratégias e procedimentos projetuais mobilizados de forma recorrente em diferentes projetos.

A recorrência do que poderíamos chamar de uma estética singular de empilhamento na obra do MVRDV está diretamente relacionada ao interesse do escritório em investigar formas de criar sobreposições e intensificar o uso não só do solo da cidade, mas de novas cotas urbanas como alternativa aos processos de dispersão característicos da suburbanização contemporânea. Como afirmam os próprios arquitetos, *"Em nosso desejo de promover uma densificação saudável, a proximidade e a maximização do uso do solo, empilhamos funções"* [5]A afirmação evidencia que o empilhamento é concebido pelo escritório não como um recurso formal, mas como uma estratégia projetual voltada a responder simultaneamente às questões da densidade urbana, da proximidade entre atividade, diversidade social e da otimização do uso do território.

[4]MONEO, Rafael – **Inquietação teórica e estratégia projetual: na obra de oito arquitetos contemporâneos.** São Paulo: Cosac Naify, 2011.
[5] MVRDV – **Architecture Speaks opens in Innsbruck** [Em linha]. 2019. [Consult. 26 jun. 2026]. Disponível em: <https://www.mvrdv.com>

Conforme reconhece Maas, *"o desejo por um empilhamento, um urbanismo vertical, não é novo"* [6]. A ideia de reorganizar a cidade por meio de diferentes níveis espaciais atravessa parte significativa da cultura arquitetônica do século XX e pode ser identificada em propostas como La Città Nuova, de Antonio Sant'Elia, a Ville Spatiale, de Yona Friedman, e a Multi-level City, de Kenzo Tange, além das investigações desenvolvidas pelo Archigram[7] em torno da metrópole como sistema tridimensional. Em comum, esses projetos exploram a estratificação da cidade como resposta ao crescimento urbano e à intensificação das infraestruturas.

A contribuição do MVRDV, entretanto, não reside na retomada dessas imagens de cidade vertical, mas na transformação do empilhamento em uma operação recorrente de sua gramática projetual, mobilizada para investigar diferentes problemas da urbanização contemporânea em escalas e programas distintos

Pig City

Uma das primeiras manifestações do empilhamento na obra do MVRDV pode ser observada em Pig City, projeto no qual essa operação é mobilizada como uma hipótese de investigação projetual voltada à reorganização espacial da produção e do território. Mais do que um projeto para a criação intensiva de suínos, trata-se de um experimento que utiliza o empilhamento para investigar novas formas de organização espacial capazes de articular, em uma mesma estrutura, atividades tradicionalmente distribuídas pelo território.

Essa postura investigativa aproxima-se da leitura apresentada pelo Hubertus Adam, segundo a qual o MVRDV *"deixou para trás a teoria crítica que buscava uma solução fora dos limites de um determinado sistema. Sua postura é, até certo ponto, afirmativa, porque aceita as condições dadas"* [8].Em Pig City, essa posição manifesta-se na escolha de tomar a produção intensiva de suínos como condição de partida para a formulação de hipóteses projetuais capazes de investigar outras possibilidades de organização espacial.

Diante da crise da pecuária intensiva nos Países Baixos, marcada pela elevada concentração da produção suína, pela escassez de solo disponível e pelos impactos ambientais decorrentes desse modelo, o escritório desloca a questão da simples redução do consumo para a investigação de novas formas de organização espacial da atividade. A proposta consiste em uma fazenda vertical, conforme exposto na figura 1, diferentes etapas da cadeia produtiva[9] — criação, alimentação, manejo, abate, tratamento da água e geração de energia — são reorganizadas em uma estrutura tridimensional integrada.

[6] MVRDV. **KM3: Excursions on Capacities**. Barcelona: Actar, 2005. p.476(tradução nossa)
[7]ARCHIGRAM – **Archigram 5: Metropolis.** London: Archigram, 1964. [Em linha]. [Consult. 28 jun. 2026]. Disponível em: https://www.mplus.org.hk/en/collection/objects/magazine-archigram-5-ca36-t12/
[8] ADAM, Hubertus – **Stacking and layering**. Madrid: El Croquis 111, 2002.p. 32 (tradução nossa)
[9] MVRDV – **KM3: Excursions on Capacities**. Barcelona: Actar, 2005

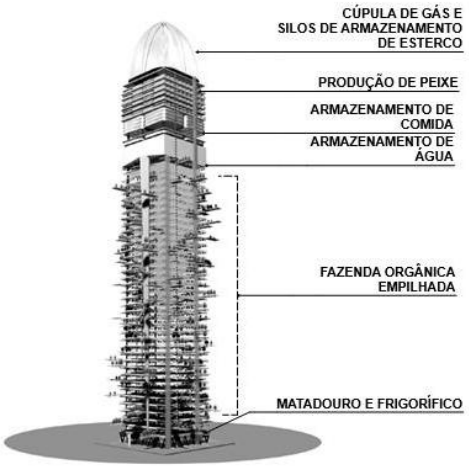


Figura 1 – Organização vertical da cadeia produtiva proposta no projeto Pig City, evidenciando o empilhamento de diferentes programas e infraestruturas em uma única estrutura tridimensional.
Fonte: Adaptada MVRDV. Pig City [Em linha]. Disponível em: MVRDV – Pig City. [Consult. 29 jun. 2026]

Em vez de apenas concentrar funções, o projeto investiga e interpela como a reorganização vertical da cadeia produtiva pode produzir novas relações entre infraestrutura, produção, território e cidade. Ao deslocar a criação de suínos para uma estrutura tridimensional inserida na cidade, o MVRDV questiona a separação convencional entre espaços de produção e espaços de urbanização, explorando novas possibilidades de coexistência entre atividades tradicionalmente mantidas à distância.

Todo o projeto é desenvolvido a partir da sistematização de dados sobre a produção suína, evidenciando uma prática recorrente do MVRDV denominada Datascape. Nessa abordagem os dados deixam de atuar apenas como parâmetros técnicos e passam a integrar o próprio processo de investigação projetual, aproximando a arquitetura de procedimentos voltados à leitura e organização de sistemas complexos. Conforme observa Stan Allen:

> O método de trabalho do MVRDV consiste em realizar pesquisas extensivas, reunir grandes quantidades de dados e, em seguida, buscar resolver os problemas de forma racional e objetiva. Sem intuições vagas, expressões meramente "artísticas" ou afirmações metafísicas. O escritório utiliza as ferramentas convencionais do arquiteto — desenhos, computadores e maquetes —, mas as complementa com métodos estatísticos, diagramas abstratos e mapeamentos de informação. [10]

O projeto deixa de constituir apenas a resposta a um problema previamente definido e passa a operar como um processo de investigação, no qual a interpretação crítica dos dados orienta a formulação e a avaliação de diferentes hipóteses de organização espacial. A importância do Datascape reside na capacidade de transformar informações em

[10] ALEN, Stan – **Artificial Ecologies: The Work of MVRDV**. Madrid: El Croquis, n.º 86, 1997. p.27 (tradução nossa)

argumentos para o projeto, permitindo explorar cenários alternativos e tornar legíveis relações que dificilmente seriam apreendidas por meio de procedimentos convencionais de projeto.



Figura 2 – Vista superior dos pavimentos da fazenda empilhada proposta no projeto Pig City.
Fonte: MVRDV. Pig City [Em linha]. Disponível em: MVRDV – Pig City. [Consult. 29 jun. 2026]

A concentração dessas atividades em uma mesma estrutura não representa apenas um exercício de racionalização funcional. Ao intensificar relações de proximidade e interdependência entre diferentes sistemas, o projeto produz uma condição de congestão, compreendida não como simples acúmulo quantitativo, mas como a intensificação das relações entre programas, infraestruturas, fluxos e atividades anteriormente distribuídos pelo território.

O Pig City aproxima-se da leitura desenvolvida por Rem Koolhaas sobre o Downtown Athletic Club[11], na qual a condensação vertical deixa de significar apenas o empilhamento de programas para constituir um sistema de relações produzido pela proximidade entre diferentes atividades. Essa condição seria posteriormente desenvolvida por Koolhaas em Bigness, quando a grande escala passa a ser compreendida menos como um atributo dimensional e mais como uma forma de organização da complexidade programática.

O diálogo entre o empilhamento e a noção de Bigness permite compreender como o MVRDV produz arquitetonicamente essa condição de complexidade. Para Koolhaas a grande escala constitui uma condição capaz de reunir múltiplos programas, sistemas e eventos em uma mesma estrutura arquitetônica, produzindo uma *"proliferação promíscua de eventos em um único contentor"*[12] Mais do que um atributo dimensional, a Bigness representa uma forma de organização da complexidade urbana.

Enquanto Bigness descreve uma condição de complexidade produzida pela grande escala, o empilhamento permite compreender os procedimentos por meio dos quais o MVRDV organiza espacialmente essa condição.

[11] KOOLHAAS, Rem – **Nova York delirante: um manifesto retroativo para Manhattan.** Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
[12] KOOLHAAS, Rem – **Três textos sobre a cidade**. Trad. Luís Santiago Baptista. Barcelona: Gustavo Gili, 2014. p.23

Pavilhão Holandês

Se em Pig City o empilhamento é mobilizado para investigar novas formas de reorganização espacial da produção e do território, no Pavilhão Holandês essa operação passa a incidir sobre outra questão: a redistribuição da própria urbanidade. O interesse desloca-se para a investigação de novas formas de produzir espaço público.

Apresentado pelo MVRDV na Expo 2000, em Hannover, o Pavilhão Holandês inaugura uma investigação sobre a elevação do chão urbano. Como afirmam os arquitetos, "*a questão de construir ou não construir é particularmente importante na Holanda. Em muitos casos, nossos projetos precisam ser construídos em terrenos já ocupados pela natureza ou por espaços públicos*" [13]O problema deixa de ser apenas como construir e passa a envolver a possibilidade de produzir novas espacialidades sem ampliar a ocupação do solo.

A consciência ambiental havia ganhado novas proporções e a ecologia constituía o tema central da exposição. Havia certa nostalgia em torno da ideia de preservação da natureza e, ao mesmo tempo, uma desconfiança em relação ao uso da tecnologia[14]. Para os arquitetos, cuja prática se desenvolve em um território profundamente artificializado como o holandês, natureza e técnica não constituem esferas opostas, mas dimensões indissociáveis da construção da paisagem. Conforme a figura 3, o projeto reorganiza paisagens, percursos e espaços públicos em uma estrutura tridimensional, distribuindo-os em diferentes níveis da arquitetura.

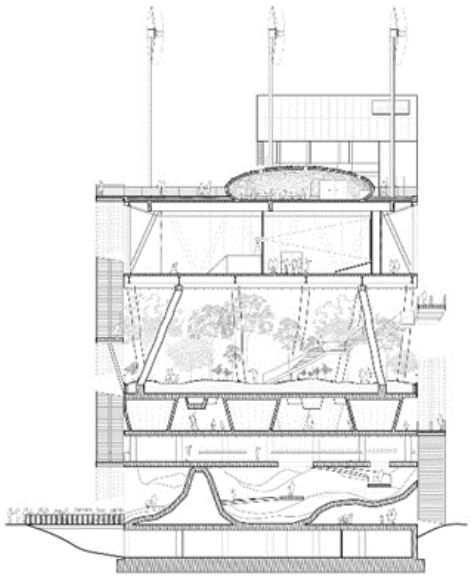


Figura 3 – Corte do Pavilhão Holandês, evidenciando o empilhamento de diferentes paisagens e os percursos verticais de circulação por meio das escadas laterais.
Fonte: MVRDV. Expo 2000 [Em linha]. Disponível em: MVRDV – Expo 2000. [Consult. 29 jun. 2026]

No Pavilhão Holandês, o empilhamento materializa uma condição de urbanidade tridimensional. O conceito refere-se à ampliação do domínio urbano para além do plano do solo, por meio da redistribuição, em diferentes cotas da arquitetura, de atributos tradicionalmente associados ao espaço público. Mais do que elevar programas, neste caso

[13] MANSILLA, Luis Moreno; TUNON, Emilio – **The Space Of optimism: A conversation with Winny Maas, Jacob Van Pijs and Natalie de Vries**. Madrid: El Croquis, n.º 86, 1997.p.23 (tradução nossa)
[14] El Croquis – **Dutch Pavilion for the expo 2000**. Madrid: El Croquis, n.º 86, 1997. p.158-163

o empilhamento desloca circulação, permanência, encontro e outras práticas urbanas para múltiplos níveis, fazendo da seção arquitetônica um instrumento de produção da urbanidade.

Rompendo com o padrão esperado para um pavilhão — a horizontalidade —, os arquitetos holandeses apresentaram uma estrutura monumental com 50 metros de altura e planta quadrada de 40 metros de lado, na qual se ensaiou o empilhamento de paisagens holandesas distribuídas em cinco pavimentos, acessados por uma escada que percorria o contorno da edificação.Os próprios arquitetos descrevem o projeto como um "*parque monumental multinível*"[15], no qual a natureza organizada em diferentes níveis amplia o espaço público existente e cria novas possibilidades de visibilidade, acessibilidade e apropriação(fig.4). Essa descrição evidencia que o interesse do projeto não reside apenas no empilhamento de paisagens, mas na redistribuição vertical de atributos tradicionalmente associados ao espaço urbano, convertendo a arquitetura em suporte para novas formas de experiência coletiva.



Figura 4 – Fachada do Pavilhão Holandês, evidenciando a monumentalidade da estrutura e sua organização em camadas sobrepostas.
Fonte: MVRDV. Expo 2000 [Em linha]. Disponível em: MVRDV – Expo 2000. [Consult. 29 jun. 2026]

O Pavilhão Holandês dialoga com a leitura desenvolvida por Koolhaas acerca de uma arquitetura que passa a incorporar atributos tradicionalmente associados à cidade. O projeto amplia essa discussão ao evidenciar como a gramática projetual do MVRDV organiza essas relações por meio do empilhamento, articulando circulação, permanência e encontro em uma mesma estrutura tridimensional.

Essa abertura tornou-se particularmente evidente após o encerramento da Expo 2000. Embora concebido como uma estrutura temporária, parte do Pavilhão Holandês permaneceu montada e passou a receber formas de apropriação não previstas inicialmente. O próprio MVRDV relata que a estrutura foi ocupada por pássaros, utilizada espontaneamente por visitantes e acabou por "*tornar-se um verdadeiro parque*"[16]. Mais do que um episódio posterior à exposição, essa permanência evidencia que o empilhamento produziu uma organização espacial capaz de incorporar novos usos e acontecimentos para além daqueles previstos pelo projeto.

[15] MVRDV– ***KM3:*** **Excursions on Capacities.** Barcelona: Actar, 2005. p.1120 (tradução nossa)
[16] MVRDV– ***KM3:*** **Excursions on Capacities.** Barcelona: Actar, 2005. p.1126 (tradução nossa)

Silodam

Se Pig City e o Pavilhão Holandês investigam o empilhamento como hipótese projetual, o Silodam demonstra como essa gramática passa a operar na organização da vida cotidiana. Mais do que reproduzir soluções ensaiadas anteriormente, o projeto consolida o empilhamento como uma operação recorrente da gramática projetual do MVRDV.



Figura 5 – Fachada principal do Silodam, evidenciando a expressão externa das diferentes vizinhanças empilhadas.
Fonte: MVRDV – Silodam [Em linha]. [Consult. 29 jun. 2026]. Disponível em: https://www.mvrdv.com/projects/163/silodam?photo=2265.

O Silodam foi desenvolvido no âmbito de um programa público de habitação que previa a oferta de unidades residenciais com diferentes metragens, destinadas a um público heterogêneo selecionado por sistema de loteria. Em vez de compreender essa exigência apenas como uma restrição quantitativa do programa, o MVRDV a transforma em uma oportunidade de investigação projetual. A diversidade tipológica deixa de representar apenas a coexistência de apartamentos com diferentes dimensões e passa a constituir um princípio de organização espacial. A partir da articulação de pequenos agrupamentos habitacionais, o projeto organiza um bairro verticalizado (fig.6), rompendo com a lógica das torres residenciais baseadas na repetição de uma única planta. Conforme observa Montaner, trata-se de uma condição em que "*verticalidade e diversidade*"[17] passam a coexistir, reorganizando em uma mesma estrutura tridimensional relações tradicionalmente distribuídas pelo tecido urbano.

[17] MONTANER, Josep Maria. **Sistemas arquitetônicos contemporâneos**. Barcelona: Gustavo Gili, 2009.p.165

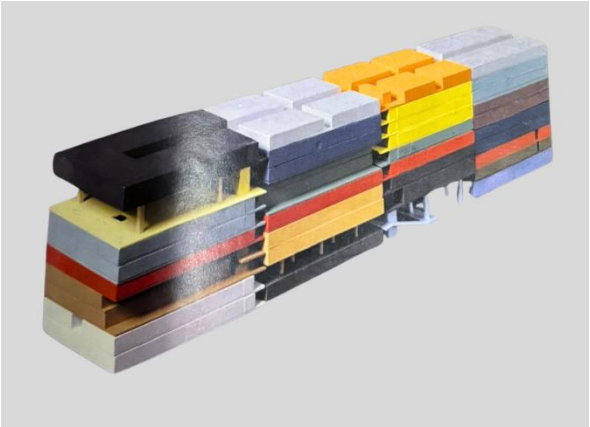


Figura 6 – Maquete conceitual do Silodam evidenciando o empilhamento de diferentes vizinhanças em um único edifício.
Fonte: Adaptado de EL CROQUIS – MVRDV 1997–2002. Madrid: El Croquis, n.º 111, 2002, p.110.

A investigação sobre a diversidade tipológica desenvolvida no Silodam não permaneceu restrita ao edifício, mas deu origem a novos instrumentos de projeto. Nesse contexto, o MVRDV desenvolveu o FunctionMixer, software concebido como ferramenta de investigação projetual destinada a testar diferentes cenários de distribuição e combinação de tipologias habitacionais e usos. A ferramenta permitia explorar múltiplas possibilidades de organização espacial a partir da variação de diferentes parâmetros projetuais. Como afirmam os próprios arquitetos, "*Sem o Silodam, nunca teríamos desenvolvido o FunctionMixer*"[18], evidenciando que o instrumento emerge da própria experiência projetual, e não o contrário. Os recursos computacionais deixam, assim, de atuar apenas como mecanismos de automatização das decisões de projeto e passam a ampliar a capacidade de projetar, comparar e avaliar diferentes hipóteses de organização espacial.

Essa diversidade tipológica ultrapassa a dimensão compositiva e produz efeitos sobre a experiência cotidiana do edifício. Durante a pesquisa de campo e nas entrevistas realizadas com moradores, observou-se que a variedade das unidades despertava curiosidade em conhecer os apartamentos vizinhos, favorecendo visitas e formas espontâneas de convivência, sobretudo nos primeiros meses de ocupação.

As observações realizadas durante a visita ao Silodam evidenciam também a incorporação de usos coletivos surgidos por iniciativa dos próprios moradores (fig. 6 e7), como a implantação de uma biblioteca compartilhada, a adaptação de uma área originalmente destinada aos medidores para espaço de trabalho coletivo e a utilização do corredor superior — conhecido como corredor azul — para aulas de yoga durante o inverno. Essas apropriações demonstram que o empilhamento não organiza apenas programas, mas produz uma arquitetura capaz de incorporar novos usos sem comprometer sua coerência espacial.

[18] MORENO, Cristina Diaz; GRINDA, Efren Garcia – **Redefining the Tools of Radicalism: a conversation with Winy Maas, Jacob van Rijs and Nathalie de Vries.** Madrid: El Croquis 111, 2002. p.10 (tradução nossa)



Figura 7 e 8 – Apropriações dos espaços coletivos do Silodam. À esquerda biblioteca compartilhada organizada pelos moradores. À direita espaço de trabalho instalado em área originalmente destinada aos medidores das unidades habitacionais.
Fonte: Acervo autora (2026)

Essa condição aproxima-se das reflexões de Igor Guatelli acerca de arquiteturas abertas à apropriação. Ao discutir a autonomia dos espaços em relação às intenções de seus autores, observa que *"existem certas estruturas que são capazes de absorver uma série de eventos distantes do imaginado pelo autor/arquiteto e que significados e afecções do objeto existem independentemente do desejo de um único autor"*[19]. Sob essa perspectiva, a dimensão infraestrutural da gramática do empilhamento não reside apenas na organização espacial dos programas, mas na capacidade de sustentar acontecimentos, usos e relações que extrapolam aqueles inicialmente previstos pelo projeto.

The Stairs to Kriterion

Em 2016, durante as comemorações dos 75 anos da reconstrução de Rotterdam, o MVRDV desenvolveu a intervenção temporária “The Stairs to Kriterion”, uma escadaria de andaimes que conectava a praça da Estação Central à cobertura do edifício “Groot Handelsgebouw”, restabelecendo temporariamente o acesso ao antigo cinema “Kriterion”, desativado há décadas. Mais do que criar um novo percurso vertical, a intervenção introduzia uma ruptura momentânea nos modos habituais de circulação e percepção da cidade.

[19] GUATELLI, Igor. **Arquitetura dos entre-lugares: sobre a importância do trabalho conceptual**. São Paulo: Senac, 2012.p105



Figura 9 – Intervenção Stairs to Kriterion evidenciando a escada temporária que conecta a praça da Estação Central de Rotterdam à cobertura do edifício Groot Handelsgebouw.
Fonte: MVRDV – *The Stairs to Kriterion* [Em linha]. [Consult. 29 jun. 2026]. Disponível em: https://www.mvrdv.com/projects/238/the-stairs-to-kriterion.

Inserida em um dos principais eixos de deslocamento entre a Estação Central e o centro de Rotterdam, a escadaria interrompia um percurso cotidiano marcado pela rapidez e pela funcionalidade. Ao emergir como elemento inesperado na paisagem urbana, convidava os transeuntes a suspender trajetórias habituais e a participar de uma experiência espacial não prevista pela lógica ordinária da cidade. A intervenção não operava apenas como dispositivo de acesso, mas como mecanismo de desaceleração, curiosidade e permanência em um contexto orientado pela fluidez dos fluxos. Como observam Deleuze e Guattari, *"às vezes bastam movimentos, de velocidade ou de lentidão, para recriar um espaço liso"*[20], indicando que alterações nos ritmos e modos de deslocamento podem produzir outras formas de experiência e apropriação do espaço.

Ao produzir uma pausa nos fluxos cotidianos, a intervenção evidencia uma das questões centrais das metrópoles contemporâneas: a escassez de espaços públicos capazes de acolher permanência, encontro e convivência. Nesse contexto, The Stairs to Kriterion não pretende solucionar essa carência, mas torná-la legível por meio de uma intervenção temporária que evidencia possibilidades de uso normalmente interditadas pela organização da cidade. Mais do que uma solução projetual, a intervenção configura-se como um manifesto urbano ao revelar o potencial coletivo de espaços situados em cotas normalmente inacessíveis e questionar as fronteiras estabelecidas entre o público e o privado.

Sob a perspectiva de Deleuze e Guattari, a intervenção pode ser compreendida como um processo de desterritorialização e reterritorialização dos modos convencionais de apropriação da cidade. Ao sobrepor usos com pretensões públicas e coletivas a um espaço de domínio privado, o projeto suspende, ainda que provisoriamente, os regimes habituais de circulação e acesso, abrindo a possibilidade de novas formas de ocupação coletiva.

[20] DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix – **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 5. Trad. Peter Pal Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, 1997.p.214



Figura 10 – Fluxo de pessoas na intervenção Stairs to Kriterion, evidenciando a ampliação temporária do plano público para a cobertura do edifício Groot Handelsgebouw
Fonte: MVRDV – The Stairs to Kriterion [Em linha]. [Consult. 29 jun. 2026]. Disponível em: https://www.mvrdv.com/projects/238/the-stairs-to-kriterion.

Nesse sentido, a intervenção evidencia que o empilhamento ultrapassa a condição de uma operação de organização espacial para afirmar-se como uma prática crítica da arquitetura, por meio da qual o projeto torna visíveis conflitos, potencialidades e formas alternativas de apropriação da cidade contemporânea.

Considerações finais

A leitura desenvolvida ao longo do artigo permitiu compreender o empilhamento como a operação recorrente por meio da qual o MVRDV estrutura sua prática projetual investigativa sobre adensamentos sociais e delimitações espaciais. Mais do que uma solução de organização espacial ou um procedimento associado à grande escala, o empilhamento constitui o mecanismo que permite ao escritório explorar criticamente diferentes problemas da cidade contemporânea, mobilizando, em cada projeto, distintas formas de reorganização entre programas, infraestruturas, paisagens, fluxos e relações urbanas.

Sob essa perspectiva, a análise dos projetos evidencia que congestão, urbanidade tridimensional e arquitetura infraestrutural não correspondem a categorias independentes, mas a diferentes perspectivas analíticas para compreender as manifestações de uma mesma operação projetual. Essa leitura permite reinterpretar a produção do MVRDV não como uma sucessão de projetos autônomos ou respostas específicas a programas distintos, mas como uma investigação contínua, na qual o empilhamento atua como como estratégia de criação de uma gramática projetual em permanente desenvolvimento.

A principal contribuição deste trabalho consiste, portanto, em deslocar a compreensão do empilhamento do campo da forma, da densidade ou da sobreposição programática para entendê-lo como um procedimento crítico de projeto. Mais do que produzir edifícios, as heteróclitas experiências de empilhamento transformam a arquitetura em instrumento de investigação, capaz de tornar legíveis conflitos, potencialidades e formas alternativas de organização e apropriação da cidade contemporânea. O empilhamento para o MVRDV é a chance de um porvir urbano ligado à coletivização de espaços gerada pelo adensamento, mistura e invenção de novas cotas públicas, mesmo que de forma efêmera.

Bibliografia

ADAM, Hubertus – Stacking and layering. In **El Croquis**. N.º 111: MVRDV 1997–2002. Madrid: El Croquis, 2002. p. 30–38.

ALLEN, Stan – Artificial Ecologies: The Work of MVRDV. **El Croquis**. N.º 86: MVRDV 1991–1997. Madrid: El Croquis, 1997. p. 26–33.

——— – From Object to Field: Field Conditions in Architecture and Urbanism. **Architectural Design. AD Profile**, n.º 127: Architecture after Geometry. London: John Wiley & Sons, 1997. p. 24–31.

ARCHIGRAM – Archigram 5: Metropolis. London: Archigram, 1964. [Em linha]. [Consult. 28 jun. 2026]. Disponível em: https://www.mplus.org.hk/en/collection/objects/magazine-archigram-5-ca36-t12/.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix – **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 5. Trad. Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa**. São Paulo: Editora 34, 1997.

EL CROQUIS – MVRDV 1991–1997. N.º 86. Madrid: El Croquis, 1997.

——— – MVRDV 1997–2002. N.º 111. Madrid: El Croquis, 2002.

GUATELLI, Igor – **Arquitetura dos entre-lugares: sobre a importância do trabalho conceptual**. São Paulo: Senac, 2012.

KOOLHAAS, Rem – **Nova York delirante: um manifesto retroativo para Manhattan.** Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

——— – **Três textos sobre a cidade**. Trad. Luís Santiago Baptista. Barcelona: Gustavo Gili, 2014.

LEFEBVRE, Henri – **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021.

MANSILLA, Luis Moreno; TUÑÓN, Emilio – The Space of Optimism: A Conversation with Winy Maas, Jacob van Rijs and Nathalie de Vries. **El Croquis**. N.º 86: MVRDV 1991–1997. Madrid: El Croquis, 1997. p. 6–25.

MONEO, Rafael – **Inquietação teórica e estratégia projetual: na obra de oito arquitetos contemporâneos**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

MONTANER, Josep Maria – **Arquitetura e crítica**. Barcelona: Gustavo Gili, 2007.

——— – **Sistemas arquitetônicos contemporâneos**. Barcelona: Gustavo Gili, 2009.

MORENO, Cristina Díaz; GARCÍA GRINDA, Efrén – Redefining the Tools of Radicalism: A Conversation with Winy Maas, Jacob van Rijs and Nathalie de Vries. **El Croquis**. N.º 111: MVRDV 1997–2002. Madrid: El Croquis, 2002. p. 10–29.

MVRDV – **FARMAX**. 2. ed. Rotterdam: 010 Publishers, 2001.

——— – **KM3: Excursions on Capacities**. Barcelona: Actar, 2005.

——— – **Architecture Speaks opens in Innsbruck** [Em linha]. 2019. [Consult. 26 jun. 2026]. Disponível em: https://www.mvrdv.com.

——— – **Dutch Pavilion (Expo 2000)** [Em linha]. [Consult. 29 jun. 2026]. Disponível em: https://www.mvrdv.com/projects/158/expo-2000.

——— – **Pig City** [Em linha]. [Consult. 29 jun. 2026]. Disponível em: https://www.mvrdv.com/projects/134/pig-city.

——— – **Silodam** [Em linha]. [Consult. 29 jun. 2026]. Disponível em: https://www.mvrdv.com/projects/163/silodam.

——— – **The Stairs to Kriterion** [Em linha]. [Consult. 29 jun. 2026]. Disponível em: https://www.mvrdv.com/projects/238/the-stairs-to-kriterion.

RUBY, Ilka; RUBY, Andreas – **MVRDV Buildings**. Updated ed. Rotterdam: nai010 Publishers, 2015.

Da experiência cotidiana ao dado territorial: Produção Cidadã de dados promovendo a visibilidade de territórios populares

Simone Sousa Silva
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Universidade Presbiteriana Mackenzie
prof.simonesilva@ulife.com.br

Eunice Helena Sguizzardi Abascal
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Universidade Presbiteriana Mackenzie
eunicehab@gmail.com

Resumo: O artigo analisa duas experiências de geração cidadã de dados que enfrentam a invisibilidade cartográfica e informacional de territórios populares. Adota-se uma abordagem qualitativa, descritiva e analítica, fundamentada em dois estudos de caso comparados: o projeto *Cocôzap*, no Complexo da Maré, Rio de Janeiro, Brasil, e a plataforma *Caminos de la Villa*, em Buenos Aires, Argentina. Os resultados apresentados indicam que as ações possibilitam que a vivência cotidiana de moradores desses territórios seja convertida em dados, mapas e conhecimento. Essas iniciativas ampliam as possibilidades de participação popular e podem contribuir para a formulação de políticas públicas de modo colaborativo.

Palavras-chave: geração cidadã de dados, participação popular, cartografia colaborativa, territórios populares, redes sociotécnicas.

Introdução

O avanço das tecnologias digitais, associado à ampliação do acesso à internet e à disseminação do uso de dispositivos móveis, contribuiu para o surgimento, a reconfiguração e a consolidação de lógicas econômicas, sociais e políticas, mediadas por plataformas digitais privadas, controladas em sua maioria por grandes empresas de tecnologia, as chamadas *Big Techs*[1][2][3][4]

Essas plataformas digitais são compreendidas como infraestruturas sociotécnicas (re) programáveis, que possibilitam, mas também moldam as interações entre diferentes atores, estruturando-se por meio da coleta, do processamento algorítmico, da monetização e da circulação de dados provenientes dessas relações. A progressiva inclusão dessas infraestruturas às várias esferas da vida social, entre elas a comunicação, a mobilidade, a economia, o trabalho e a participação política, reorganiza práticas sociais e mercados, o que resulta na atual organização da sociedade de plataformas[3]. Nesse contexto, as relações sociais não são apenas mediadas pelas plataformas, mas são remodeladas de acordo com suas lógicas técnicas, econômicas e institucionais.

Com base nessas considerações iniciais, este artigo tem como objetivo analisar iniciativas de produção cidadã de dados capazes de gerar conhecimento territorial, de modo a contribuir para a governança pública e compartilhada. Em vista disso, a seguinte questão é colocada: as ações em que há produção popular de dados podem tensionar as formas dominantes de *dataficação* e *plataformização*, transformando infraestruturas digitais subordinadas à lógica corporativa em instrumentos de visibilidade territorial e participação política que contribuam para o desenvolvimento de políticas públicas de forma colaborativo entre comunidades e poder público?

Para fundamentar a discussão proposta nesta investigação, adota-se uma abordagem metodológica qualitativa, com caráter descritivo e analítico, consistente em dois estudos de caso comparados. Foram definidos como critérios para a seleção dos casos que as experiências procedessem de laboratórios de dados organizados pela sociedade civil que contemplassem a participação popular, e que tenham um impacto significativo na organização do espaço socioeconômico e cultural.

O primeiro estudo selecionado para análise é o projeto *Cocôzap,* desenvolvido pelo Data_Labe, um laboratório de dados e educação que atua em parceria com a Casa Fluminense, uma organização da sociedade civil. O objetivo da proposta consistiu em mobilizar os moradores da Favela da Maré, Rio de Janeiro, Brasil, para que denunciassem situações de violação sanitária na região, contestando as bases de dados oficiais.
A segunda experiência investigada é a plataforma *Caminos de la Villa*, em Buenos Aires, Argentina.

---

[1] SRNICEK, Nick — **Platform capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2016. 120 p.
[2] VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; DE WAAL, Martijn — *The platform society: public values in a connective world*. New York: Oxford University Press, 2018.
[3] POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José — Plataformização. Trad. Rafael Grohmann. **Fronteiras: Estudos Midiáticos**. Vol. 22, n.º 1 (2020), p. 2-10.
[4] ZUBOFF, Shoshana — **A era do capitalismo de vigilância**. Trad. George Schlesinger. 1.ª ed. São Paulo: Intrínseca, 2021.

Embora expandam as possibilidades de comunicação, participação e difusão de informações, por outro lado, plataformas instituem assimetrias de poder relacionadas ao domínio de infraestruturas e dados. Isso constitui formas de governamentalidade algorítmica, práticas de vigilância e exploração econômica, relacionadas ao capitalismo de plataformas[5] e ao capitalismo de vigilância[6].

Essas ferramentas tecnológicas favorecem o surgimento de modelos de negócios baseados em uma economia em torno do monitoramento e controle das atividades de usuários, a partir da coleta e do processamento de grandes quantidades de dados digitais com fins de monetização[7].

A sociedade de plataformas apoia-se em procedimentos de *dataficação*, por meio dos quais ações, relações e comportamentos são convertidos em dados digitais rastreáveis, quantificáveis e operacionalizáveis, por intermédio de processamento algorítmico e aprendizado de máquina. Essas técnicas possibilitam a criação de perfis, juntamente com a identificação de padrões e a recomendação de conteúdo para induzir ações atuais e futuras[8]. Para Zuboff [6], a experiência humana reivindicada como matéria-prima para a produção de dados comportamentais gera um excedente compreendido como superávit comportamental, convertido em produtos de predição e comercializado em mercados de comportamentos futuros. A dinâmica competitiva desses mercados faz com que os sistemas digitais passem da observação à intervenção.

Essa abordagem constitui a governamentalidade algorítmica, vinculada à *dataficação* da vida, ao domínio privado das infraestruturas informacionais, instituindo uma conformação de poder que opera de maneira contínua, personalizada e frequentemente velada[9][10].

Essa configuração atual não deve ser vista como consequência inevitável do progresso tecnológico. As tecnologias digitais se desenvolveram no âmbito de um modelo econômico; isso nos faz constatar que não são neutras, pois são resultantes do contexto histórico em que se manifestam e, no caso, essa conjuntura é marcada pela busca por eficiência, maximização de lucros e acumulação empresarial. Nessas circunstâncias, as relações de poder instituídas favorecem a extração de dados e a vigilância[11].

Nessa lógica neoliberal direcionada à busca de eficiência, redução de custos e aumento de competitividade, tanto governos nacionais quanto locais são levados a implementar

---

[5] SRNICEK, Nick — **Platform capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2016. 120 p.

[6] ZUBOFF, Shoshana — **A era do capitalismo de vigilância**. Trad. George Schlesinger. 1.ª ed. São Paulo: Intrínseca, 2021.

[7] SILVEIRA, Sérgio Amadeu da — Capitalismo preditivo e os sistemas algorítmicos. In PENTEADO, Cláudio; PELLEGRINI, Jerônimo; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da, orgs. — **Plataformização, inteligência artificial e soberania de dados: tecnologia no Brasil 2020-2030**. São Paulo: Ação Educativa; Coletivo 660, 2023, p. 119-142.

[8] MAYER-SCHÖNBERGER, Viktor; CUKIER, Kenneth — **Big data: a revolution that will transform how we live, work, and think**. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2013.

[9] ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas — Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individuação pela relação? **Revista Eco-Pós**. Vol. 18, n.º 2 (2015), p. 36-56

[10] LEMOS, André Luiz Martins — O futuro da sociedade de plataformas no Brasil. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. Vol. 46 (2023)

[11] MOROZOV, Evgeny — *AI Futures*. Boston: Boston Review, 2025. 184 p.

soluções tecnológicas para o enfrentamento de problemas urbanos e administrativos, no intuito de quantificar seu desempenho para atrair investimentos. Esses dispositivos são utilizados com funcionalidades diversas, que vão desde a simplificação da gestão administrativa, o aprimoramento de serviços públicos e incentivo à participação dos cidadãos. Esses procedimentos, no entanto, elevam a dependência do poder público em relação às empresas privadas de tecnologia e intensificam os mecanismos de monitoramento e controle de indivíduos e territórios[12] .

Atualmente, os dados representam um importante ativo do capital financeiro. Em razão da transferência de dados do Sul para o Norte global, onde são controlados por grandes empresas de tecnologia, observa-se uma nova expressão de colonialismo de dados. O fato de serem processados e armazenados em *data centers* que estão fora da jurisdição de onde se originam dificulta sua gestão local, além de aumentar a dependência tecnológica e as vulnerabilidades econômica, política e institucional[10]

Desse modo, o conceito de soberania tecnológica torna-se fundamental para a constituição de cidades mais democráticas. A ideia é que cidadãos e instituições possam, de forma coletiva, participar da gestão de dados, tecnologias e infraestruturas, além de reduzir a dependência das administrações municipais em relação às grandes empresas de tecnologia, e incentivar a inovação direcionada a projetos de interesse comum. A soberania tecnológica relaciona-se ao direito à cidade, já que o domínio de recursos urbanos por infraestruturas privadas, com normas definidas pelas corporações, fragiliza esse preceito[13].

Em oposição à extração massiva de dados pelas grandes plataformas, práticas efetuadas por organizações da sociedade civil, comunidades e coletivos também podem produzir deliberadamente informações que questionam representações oficiais e denunciam problemas públicos. O propósito é reivindicar direitos e promover melhorias em seus territórios, ao que chamamos de geração cidadã de dados.

Participação Cidadã, políticas de dados abertos e geração cidadã de dados

No Brasil, a Constituição de 1988 e o Estatuto da Cidade (Lei Federal n.º 10.257/01) fortaleceram a participação popular nas políticas urbanas[14]. A Lei de Acesso à Informação n.º 12.527 regulamentou o acesso a informações públicas em formatos abertos. Em 2016, a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal estabeleceu procedimentos de transparência por meio do Portal de Dados Abertos[1516].
O governo aberto consolidou-se como modelo baseado em transparência, participação e colaboração entre Estado e sociedade[17]. As plataformas digitais de participação cidadã incorporam essas práticas e podem resistir à plataformização orientada por interesses

---

[12] MOROZOV, Evgeny; BRIA, Francesca — **A cidade inteligente: tecnologias urbanas e democracia**. São Paulo: Ubu, 2019.
[13] MOROZOV, Evgeny; BRIA, Francesca — **A cidade inteligente: tecnologias urbanas e democracia**. São Paulo: Ubu, 2019
[14] TRAMONTANO, Marcelo; TRUJILLO, Juliana Couto — Compartilhando decisões: plataformas online para participação cidadã. In **Seminário Internacional Projetar**, 9.º, Curitiba, 22-25 out. 2019
[15] BRASIL — **Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011: regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 18 nov. 2011
[16] BRASIL — **Decreto n.º 8.777, de 11 de maio de 2016: institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 12 maio 2016.
[17] OLIVEIRA, Daniel José Silva; CKAGNAZAROFF, Ivan Beck — A colaboração como um dos princípios de governo aberto. **Revista Gestão & Conexões**. Vol. 13, n.º 1 (2024), p. 28-51.

privados. Além dos dados governamentais, incluem-se a colaboração público-privada e a geração cidadã de dados, deliberadamente produzida por indivíduos e coletivos para enfrentar problemas comuns[18].

O projeto *Cocôzap*: produção popular de dados e visibilidade territorial

O Projeto *Cocôzap* constituiu uma experiência desenvolvida pelo Data_Labe, um laboratório de dados criado em 2015 pelo Observatório de Favelas, uma das ONGs que atuam no Complexo da Maré, um conjunto de 16 assentamentos precários localizados no Rio de Janeiro, Brasil. Constituído por moradores locais, o laboratório tem como função orientar a comunidade para produzir informações sobre o acesso à água e ao saneamento no Complexo da Maré, visando que compartilhem sua experiência no território[19].

O Data_Labe apoia a produção cidadã de dados e o desenvolvimento de bases estruturadas de informação independentes que subsidiem a formulação de políticas públicas, em oposição à invisibilização de territórios e comunidades decorrente da inconsistência ou ausência de informações[20].A falta de informação rigorosa sobre favelas e comunidades periféricas no Brasil espelha uma problemática de ordem histórica[20]. Como as políticas públicas são planejadas, fundamentadas e implementadas com base em coleta e interpretação dos dados, a sub-representação territorial pode reproduzir desigualdades na distribuição de investimentos e infraestruturas.

O *Cocôzap* coletou informações e converte experiências cotidianas relativas ao saneamento em mapas, gráficos e relatórios. Desse modo, constitui um registro que evidencia a imprecisão das bases oficiais, por um lado, e, por outro, amplifica a percepção das demandas locais ao produzir indicadores passíveis de subsidiar intervenções públicas mais adequadas ao contexto da Maré.

Foi divulgado um número de *WhatsApp* à comunidade, operando como canal de denúncias relacionadas a problemas de acesso à água e ao saneamento básico (Vieira, 2018). As mensagens recebidas foram analisadas e codificadas pelo laboratório, incluindo dados pessoais dos moradores. Os percursos de acesso e as localizações das ocorrências foram georreferenciados por meio do *MyMaps*, do *Google Maps*. Com esses dados, estabeleceram-se quatro categorias e onze subcategorias de problemas identificados[21].

Ao comparar o número de reclamações por localidade do Complexo da Maré com o mapa de distribuição das denúncias, foram sinalizadas as áreas com condições sanitárias mais precárias. Os dados, organizados por categoria e subcategoria, foram apresentados em gráficos que facilitaram sua visualização[21]. Os mapas produzidos pela equipe do *Cocôzap* confrontam dados oficiais (IBGE e DATA. Rio, Instituto Pereira Passos) com informações de denúncias realizadas pela população[21]. Serão apresentados alguns desses mapas, os quais sustentam a tese de que a produção cidadã de dados pode contribuir para o

---

[18] MEIJER, Albert; POTJER, Sophie — Citizen-generated open data: an explorative analysis of 25 cases. **Government Information Quarterly**. Vol. 35, n.º 4 (2018), p. 613-621.
[19] DATA_LABE — **CocôZap: um guia sobre geração cidadã de dados** [Em linha]. Rio de Janeiro: Data_Labe, [s.d.].
[20] FIRMINO, Rodrigo; PIO, Débora; VIEIRA, Gilberto — Revolução periférica dos dados em tempos de pandemia global. **Revista de Morfologia Urbana**. Vol. 8, n.º 1 (2020)
[21] DATA_LABE — **Relatório CocôZap 5.0: sistematizando dados e formulando políticas**. Rio de Janeiro: Data_Labe, 2021.

aprimoramento de uma governança mais democrática, ao possibilitar a formulação de políticas públicas mais precisas em decorrência da participação popular.

Na Fig. 1, o Data_Labe expõe divergências entre as denúncias do *Cocôzap* e os dados oficiais do IBGE (2010), segundo os quais grande parte da Maré não apresenta esgoto a céu aberto. Em contraste, verificam-se círculos verdes que indicam registros de denúncia realizados pela comunidade, os quais se espalham por todo o território[21].

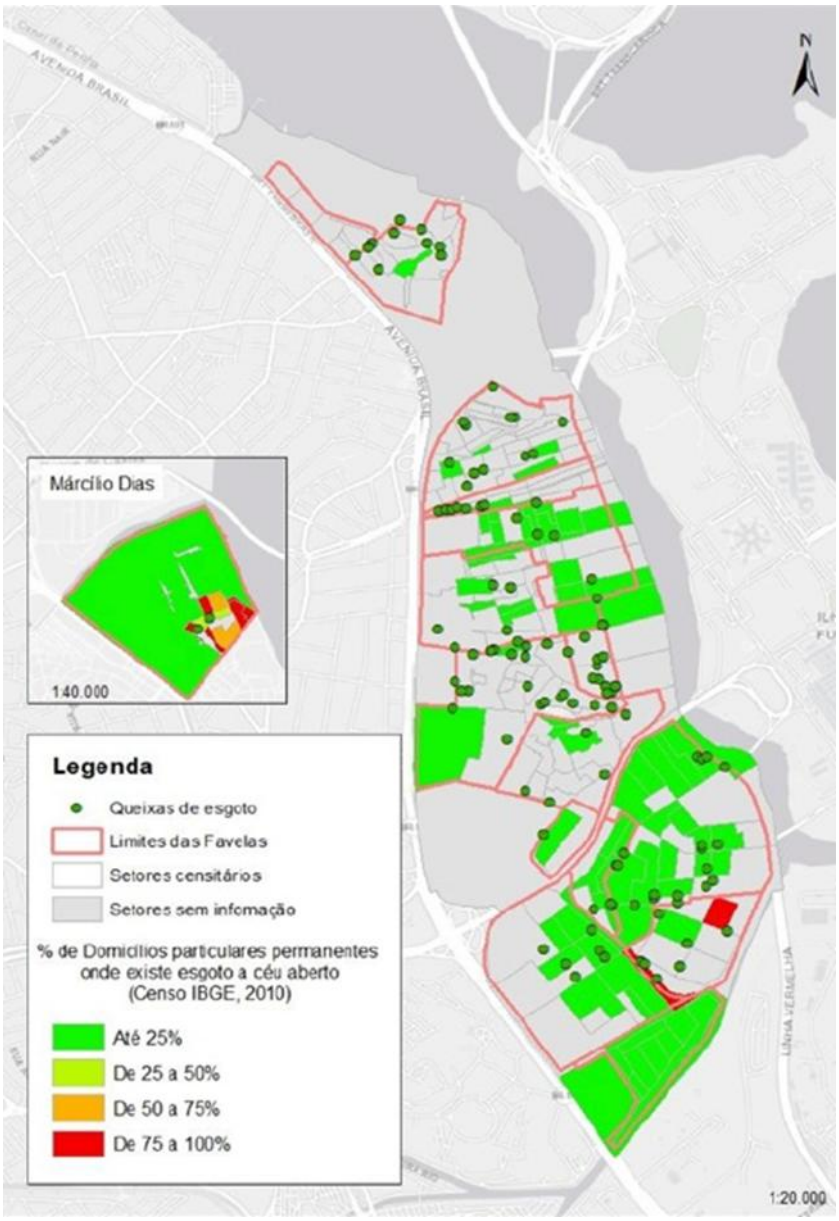


Fig. 1 Mapa produzido pelo Data_Labe com cruzamento de informações do IBGE (2010) sobre a existência de esgoto a céu aberto no entorno dos domicílios. Fonte: Data_Labe, 2021.

No mapa de esgoto visível em valas (Fig. 2), a equipe do *Cocôzap* confronta as informações produzidas pelo Data.Rio (2017). Enquanto os dados oficiais indicam ausência de esgoto aparente em valas, o Data_Labe aponta valas, principalmente nas divisas das comunidades. O Data.Rio (2017) classifica a microárea Avenida Canal como "pouco esgoto em alguns pontos"; porém, o Data_Labe registra um valão extenso com acúmulo de lixo e esgoto, que afeta as favelas no seu entorno.

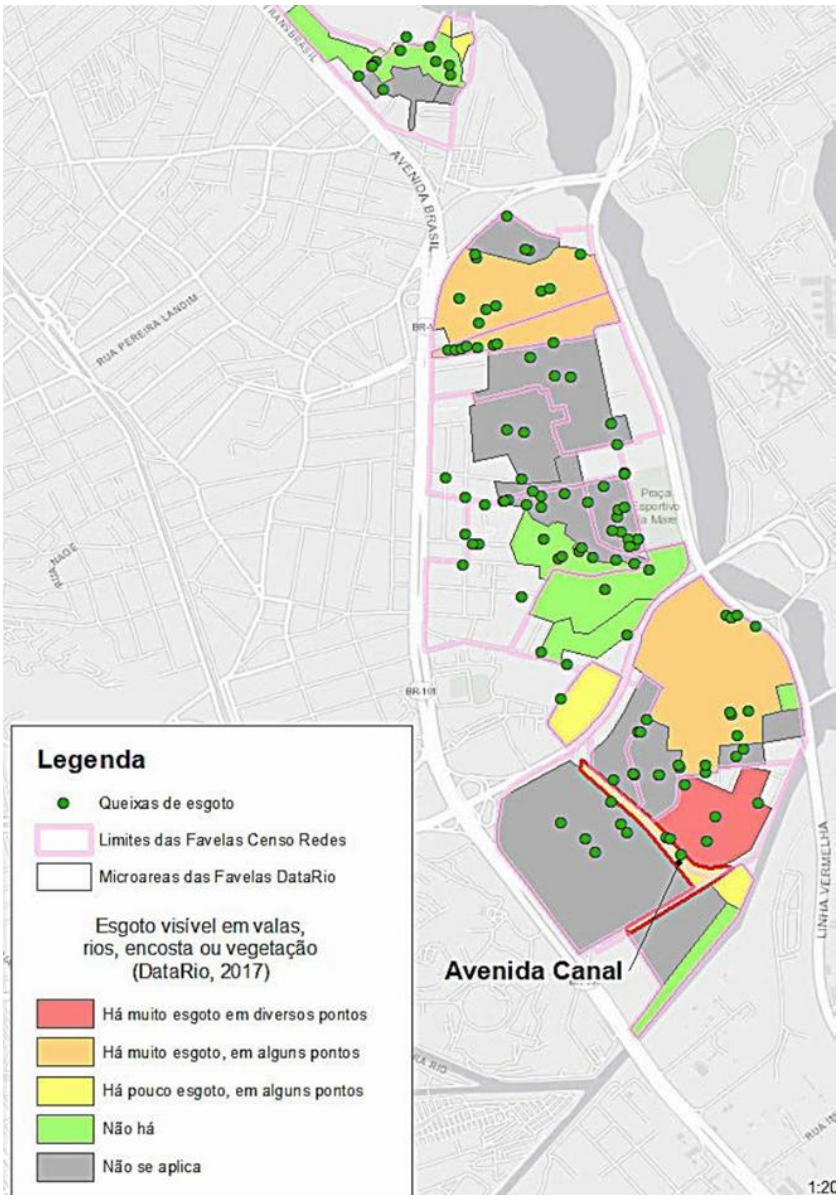


Fig. 2 Mapa de existência de esgoto visível em valas. Fonte: Data_Labe, 2021

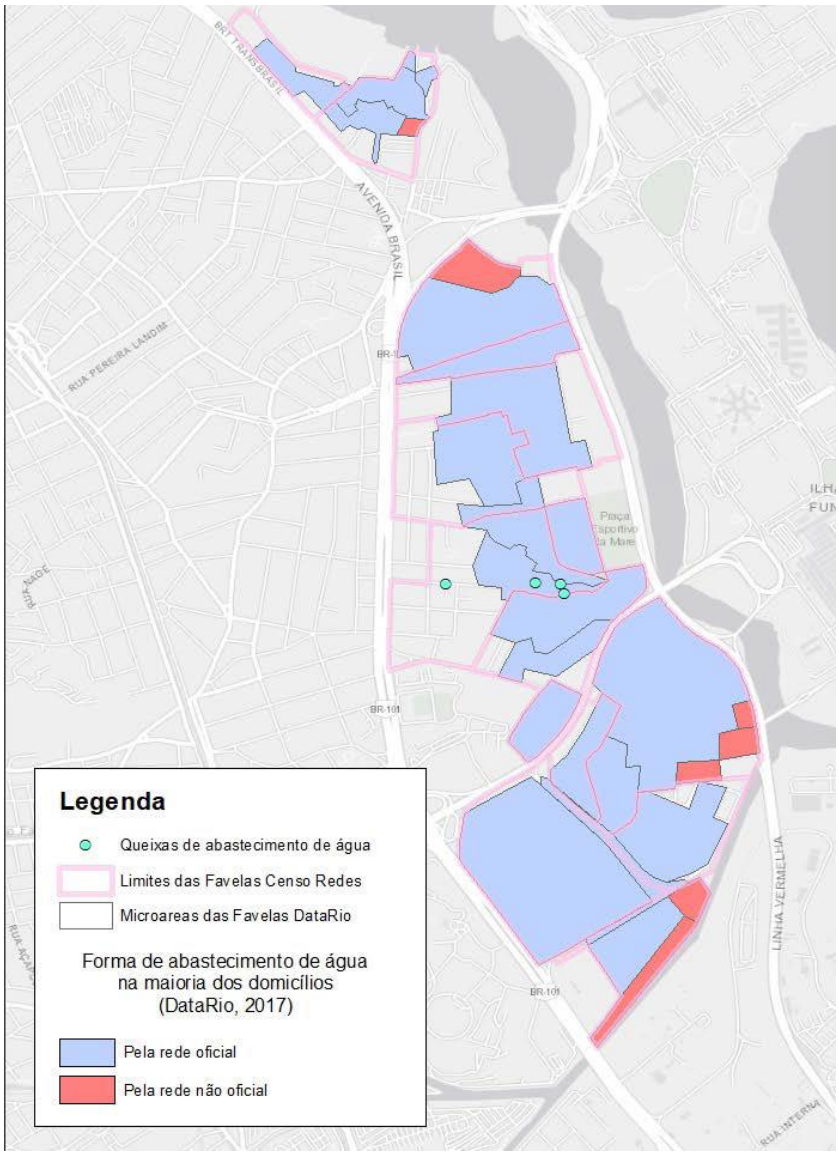


Fig 3. Mapa sobre abastecimento de água. Fonte: Data_Labe, 2021

No mapa (Fig.3) sobre as formas de abastecimento de água na maioria dos domicílios, constata-se que o DataRio não dispõe de informações referentes às áreas em cinza e que mesmo nas localidades em azul, onde há abastecimento pela rede oficial, o *Cocôzap* registrou reclamações.

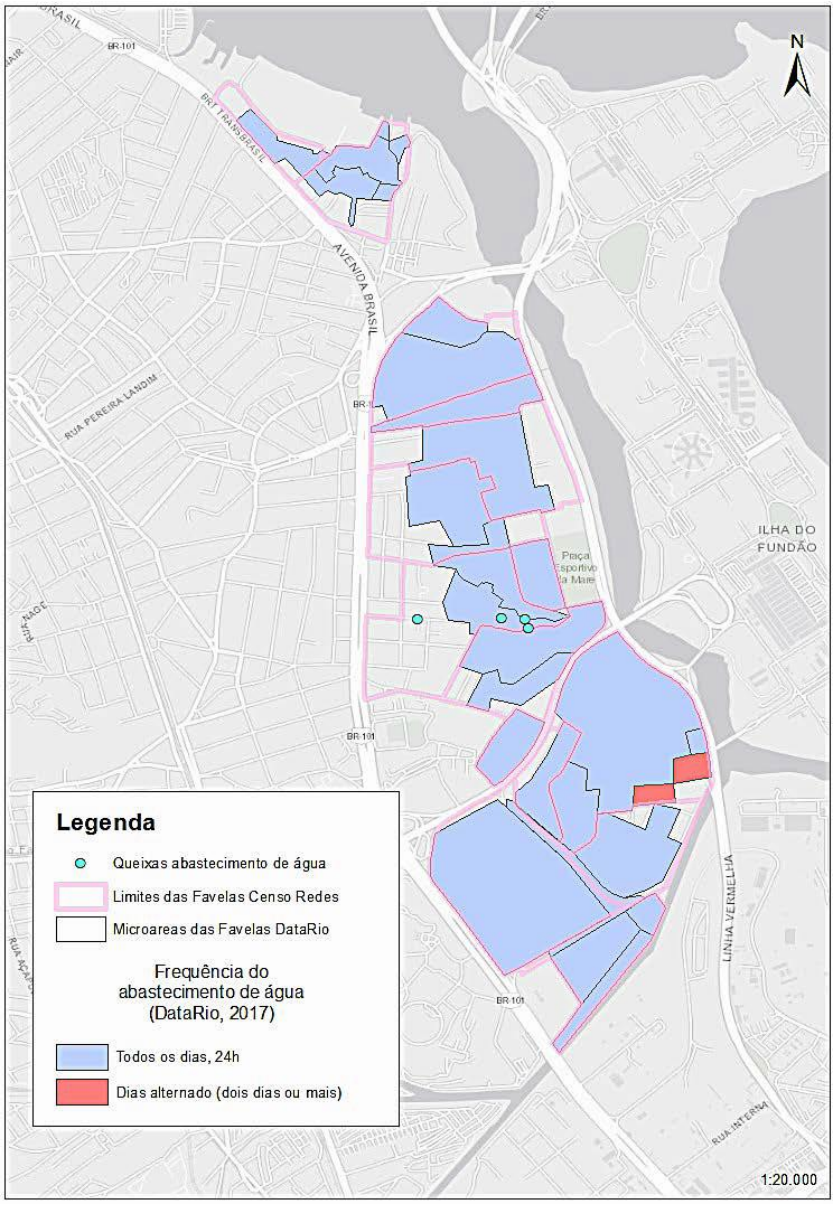


Fig 4. Mapa da Frequência das interrupções de água. Fonte: Data_Labe, 2021

No cruzamento entre as informações do *Cocôzap* e o mapa divulgado pelo DataRio, observam-se áreas em cinza, regiões nas quais não há dados sobre a frequência das interrupções no abastecimento de água e pontos com registros de queixas localizados em áreas que informam cobertura diária, 24h.

O *Cocôzap* como rede sociotécnica: Mediações, Limitações e Resultados

De acordo com uma perspectiva orientada pela teoria desenvolvida por Latour [22] o projeto *Cocôzap* pode ser entendido como uma rede sociotécnica composta por componentes heterogêneos, por meio da qual a ação se efetiva a partir da interconexão entre: a equipe do Data_Labe, os moradores, celulares, conexão à internet, *WhatsApp*, fotografias, áudios, localizações, mensagens, categorias e subcategorias de classificação, *MyMaps*, *GoogleMaps*, as bases do IBGE e do Data. Rio, mapas, gráficos, relatórios, instituições

[22] LATOUR, Bruno — *Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. 1.ª ed. Salvador: EDUFBA; Bauru, SP: EDUSC, 2012. 400 p.

públicas. Segundo o autor, os objetos não são neutros: eles precisam autorizar, permitir, conceder, possibilitar, proibir, influenciar, sugerir etc.

Nesse sentido, o *WhatsApp* atua como mediador, naquilo que Latour[23] descreve, pois modifica o conteúdo das mensagens; assim, não se apresenta como um canal neutro; desempenha papel fundamental na configuração da denúncia, uma vez que viabiliza o compartilhamento de fotografias, mensagens e áudios, se incorpora ao cotidiano social e requer mínima adaptação por parte dos usuários; além disso, está disponível sem custo em certos planos de internet, como argumenta o Data_Labe[24].

A opção pelo *WhatsApp* amplia as formas de participação em um aspecto, porém em outro, eleger esse meio para compartilhamento de denúncias em detrimento de soluções livres e abertas reforça o colonialismo de dados, ao gerar dependência de uma infraestrutura privada cujas regras não são controladas pela comunidade nem pelo Data_Labe, consequência que, num primeiro momento afasta a comunidade da soberania tecnológica. Dessa forma, a plataforma ao mesmo tempo autoriza ao facilitar a comunicação e limita a ação ao condicionar a tradução dos relatos a determinados formatos e às suas normas.

Entretanto, o uso do *WhatsApp* pode ser interpretado também como uma apropriação tática da infraestrutura, numa interpretação que converge para o pensamento de Certeau[25].

Ao longo do processo, uma cadeia de mediações é construída. A experiência territorial começa como uma denúncia e, depois, é georreferenciada, classificada e mapeada para que possa ser padronizada e comparada. Assim, a informação é transformada em cada etapa.

Sob o enfoque latouriano[23], os mapas elaborados pelo Data_Labe podem ser compreendidos como atores ou actantes[23], uma vez que um dos produtos da iniciativa foi um diagnóstico que propõe a formulação de políticas públicas fundamentadas na base de dados gerada pela ação. Concebido pelo Data_Labe em parceria com os moradores locais, o documento recomenda a implementação de medidas como a expansão, requalificação e autonomia da rede coletora de esgoto em relação à galeria de águas pluviais. Sugere que os coletores-tronco sejam interligados à Estação de Tratamento de Esgoto Alegria, localizada no Complexo da Maré, RJ, unidade que, atualmente, não atende a comunidade e orienta para que a coleta de resíduos abrangente cubra integralmente a região, entre outras providências[24].

As bases de dados produzidas pelo *Cocôzap* foram incorporadas às deliberações do Plano Diretor do Rio de Janeiro (2021), sendo empregadas no aprimoramento da infraestrutura urbana. Outro desdobramento refere-se à inserção do Data_Labe no Conselho Consultivo do IBGE dedicado às comunidades urbanas vulneráveis, com o objetivo de contribuir para

---

[23] LATOUR, Bruno — *Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. 1.ª ed. Salvador: EDUFBA; Bauru, SP: EDUSC, 2012. 400 p

[24] DATA_LABE — **Relatório CocôZap 5.0: sistematizando dados e formulando políticas**. Rio de Janeiro: Data_Labe, 2021.

[25] CERTEAU, Michel de — *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 22.ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 319 p

a definição de metodologias de levantamento e análise de dados mais adequadas à complexidade do território[26].

O *Cocôzap* oferece uma experiência fortemente territorializada, na qual se produz conhecimento local e popular composto por contra evidências. O Data_Labe transforma essas práticas cotidianas em capacidade parcialmente estratégica. Assim, não se limita a ser um instrumento de registro, configura-se como um recurso político destinado a revelar as desigualdades subnotificadas ou ausentes nas bases de dados oficiais.

Caminos de la Villa: mapeamento cidadão e reconhecimento dos territórios populares

Caminos de la Villa é uma iniciativa da sociedade civil para a construção de uma plataforma cidadã que torna visíveis as condições de vida em mais de vinte bairros populares da Cidade de Buenos Aires, funcionando como uma ferramenta para verificação de prestação de serviços, para o monitoramento de obras públicas e políticas de urbanização, além de promover cartografia comunitária e a geração popular de dados[27].

A plataforma foi lançada em 2014 pela *La Asociación Civil por la igualdad y la justicia* (ACIJ), em parceria com a Fundação Avina, a organização de tecnologia social Wingu, organizações de bairro, lideranças comunitárias e os moradores das regiões[27].

Segundo o Instituto de Censos e Estatística da Cidade de Buenos Aires, com base no censo de 2022, cujo resultado foi publicado em 2026, identificou-se 19 bairros populares informais do tipo *villa* e 26 microinformalidades, totalizando 45 áreas de informalidade habitacional na cidade. Foram ainda contabilizados 180.792 moradores nos bairros populares informais, tipo *villa* e nas microinformalidades. O relatório informa, no entanto, que esse resultado apresenta uma subnumeração no Bairro Padre Ricciardelli, onde se estima a omissão de 19.500 pessoas[28]. O ACIJ indicava a presença de 275.000 habitantes distribuídos em 20 bairros populares, cerca de 1 em cada 10 habitantes da cidade de Buenos Aires moravam em favelas e assentamentos precários até 2015[29].

Esses aglomerados habitacionais caracterizam-se por condições precárias e pela transgressão sistemática de direitos, incluindo ausência de saneamento básico, deficiências na coleta de resíduos e contaminação de água, solo e ar[29].
De acordo com a ACIJ[30] essas áreas de favela eram frequentemente representadas como espaços em branco ou manchas em mapas oficiais, gerando a invisibilidade de bairros, habitantes e dos problemas por eles enfrentados em seus territórios.

A plataforma *Caminos de la Villa* teve como referência iniciativas que se valeram do mapeamento para visibilizar desigualdades, como o *Map Kibera*, no Quênia. Outra

---

[26] DATA_LABE — **CocôZap: um guia sobre geração cidadã de dados**. Rio de Janeiro: Data_Labe, [s.d.].
[27] ASOCIACIÓN CIVIL POR LA IGUALDAD Y LA JUSTICIA — Caminos de la Villa. Buenos Aires: ACIJ, [s.d.].
[28] INSTITUTO DE ESTADÍSTICA Y CENSOS DE LA CIUDAD AUTÓNOMA DE BUENOS AIRES — *Los Barrios Populares Informales (BaPIs) de la Ciudad de Buenos Aires: evolución de los principales indicadores 2001/2022: primera entrega*. Buenos Aires: IDECBA, 2026.
[29] ASOCIACIÓN CIVIL POR LA IGUALDAD Y LA JUSTICIA — Caminhos da Favela: Caminos de la Villa — Argentina. Brasília: Fundação Banco do Brasil, [s.d.].

[30] ASOCIACIÓN CIVIL POR LA IGUALDAD Y LA JUSTICIA — Caminos de la Villa. Buenos Aires: ACIJ, [s.d.].

experiência que inspirou o projeto foi o *Fix My Street*, uma plataforma colaborativa em que moradores de Londres registram queixas sobre problemas de infraestrutura[30].

Em escala local, realizaram-se encontros com o coletivo *Talleres de Urbanismo Barrial* (Turba), que desenvolve a oficina Arquitetura e Mapas na Vila 31, na qual aplica várias técnicas de registro e representação vinculadas à arte, fotografia e arquitetura e que incentivou a produção de desenhos, maquetes e esboços para um mapa do bairro. Esse saber em cartografia social do coletivo foi aproveitado na construção colaborativa da plataforma. Estabeleceu-se conexões com outra organização, a TECHO, com o objetivo de aproveitar sua experiência; essa entidade atua no acesso à moradia em assentamentos precários e dispunha de levantamentos sobre bairros de baixa renda[30].

Mapeamento Colaborativo na Caminos de la Villa: Resultados e Impactos

A iniciativa foi implementada em quatro territórios, *Los Piletones, Ramón Carrillo, Villa* 20 e 21-24. Foram promovidas várias oficinas com o objetivo de capacitar os moradores para o uso da plataforma[30].

Organizações comunitárias e moradores percorreram as vias internas dos bairros munidos de um GPS para mapear as ruas e vielas e digitá-las com o *OpenStreetMap*, uma plataforma que permite a criação colaborativa de mapas. Posteriormente, foram criados mapas de outras 16 favelas da cidade, viabilizando o georreferenciamento de problemas urbanos. Na etapa seguinte, os moradores foram incentivados a contribuir com o mapeamento ao documentar as melhorias em seus bairros[30].

Entre os impactos do projeto destacou-se o ocorrido no bairro de Chacarita, onde os moradores relataram que o caminhão de limpeza de esgoto não seguia a rota correta, causando transbordamentos. Nesse contexto, registraram uma reclamação na Unidade de Gestão de Intervenção Social (UGIS), órgão da cidade de Buenos Aires responsável pelo atendimento de emergências sociais e pela execução e manutenção de obras de infraestrutura. Inicialmente, a entidade informou que não tinha como verificar se a rota correta estava sendo seguida. Os residentes então traçaram o percurso no mapa, permitindo a correção do serviço. Esse episódio configura uma incidência operacional do projeto sobre a administração pública[31].

Em 2015, os mapas das favelas e assentamentos precários foram integrados nos mapas oficiais da cidade de Buenos Aires, após reuniões com o governo, configurando um marco institucional relevante.
O governo da cidade de Buenos Aires lançou o processo de urbanização em quatro favelas em 2016, o que resultou em alterações nas políticas públicas voltadas para essas áreas. A plataforma *Caminos de la villa* foi modificada para viabilizar a participação e o acompanhamento da execução dos projetos na *Villa* 31, *Villa* 20, *Rodrigo Bueno* e *Playón* de Chacarita, por meio da inserção de uma nova função[31].

A plataforma possibilita o acompanhamento de obras e contratos relacionados aos projetos de urbanização. Nesse contexto, ela registra o problema urbano e a ação estatal frente à questão. O avanço da urbanização é averiguado no mapa por meio dos critérios do *Acuerdo por la Urbanización de Villas* (Acordo para a urbanização de assentamentos precários). O empreendimento envolve organizações sociais, instituições públicas e

[31] ASOCIACIÓN CIVIL POR LA IGUALDAD Y LA JUSTICIA — Caminos de la Villa. Buenos Aires: ACIJ, [s.d.].

acadêmicas, lideranças comunitárias e moradores, visando o alcance de consenso sobre a urbanização desses assentamentos e as condições em que tais processos devem ocorrer[31].

Rosário Fassina[32], integrante da equipe da ACIJ afirma não haver plena transparência nas informações quanto aos valores, à execução e quanto a quem foram atribuídos os contratos relativos aos projetos de urbanização. Apesar de progressos serem constatados, ainda existem muitas pessoas sem água potável, sem acesso a eletricidade segura e sem saneamento básico[31].

Em 2017, teve início uma etapa realizada em parceria com a *Google*, na qual os moradores foram treinados para integrar imagens dos territórios ao *Google Street View* [31].
Uma posterior modificação da plataforma foi implementada em 2020, passando a incluir, no mapa de cada bairro, registros de problemas específicos e locais relevantes no contexto da pandemia de COVID-19, permitindo também a visualização da evolução dos casos nas favelas da cidade[31].

Três imagens da plataforma informando os moradores sobre o progresso das obras de intervenção serão exibidas.

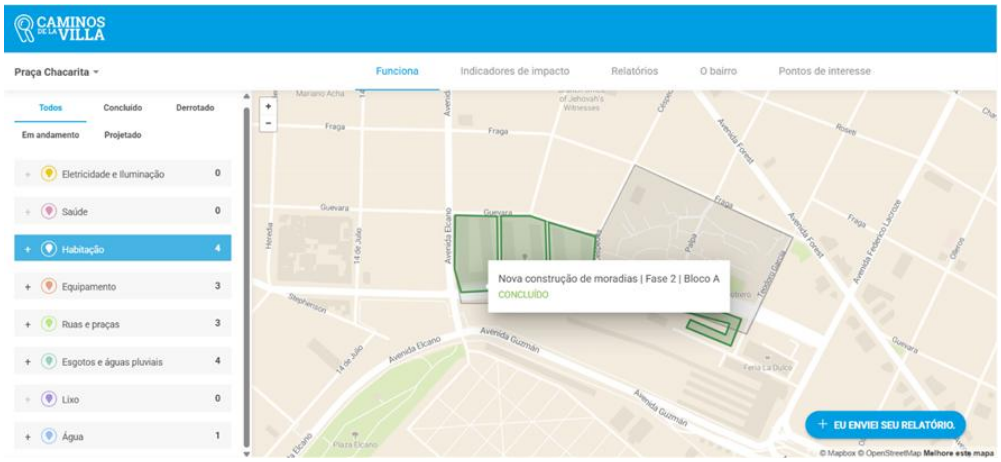


Fig 5. Quadro informando sobre a conclusão da construção das moradias. Fonte: *Caminos de la Villa*, s.d.

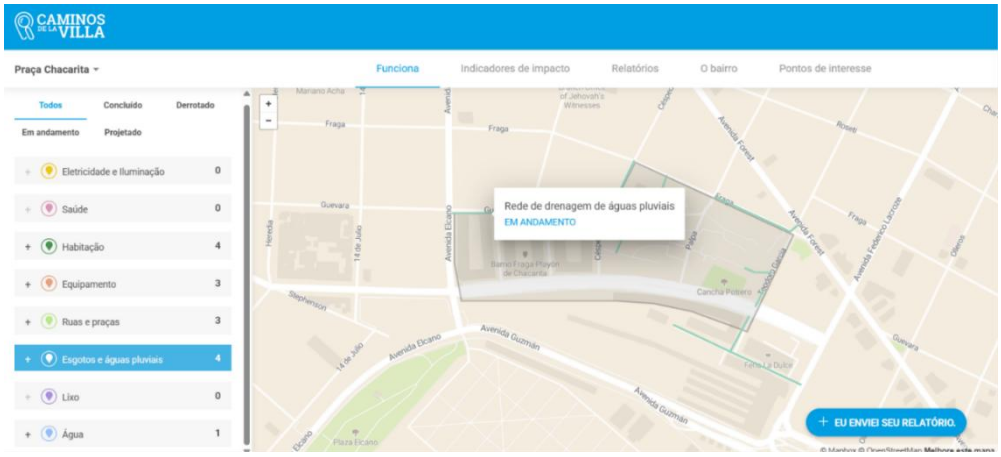


Fig.6 Quadro informando o andamento das obras de drenagem na praça Chacarita. Fonte: Caminos de la Villa, s.d

[32] socióloga e então coordenadora do Programa de Direito à Cidade da *Asociación Civil por la Igualdad y la Justicia* — ACIJ, participou do desenvolvimento e da implementação da plataforma *Caminos de la Villa*.

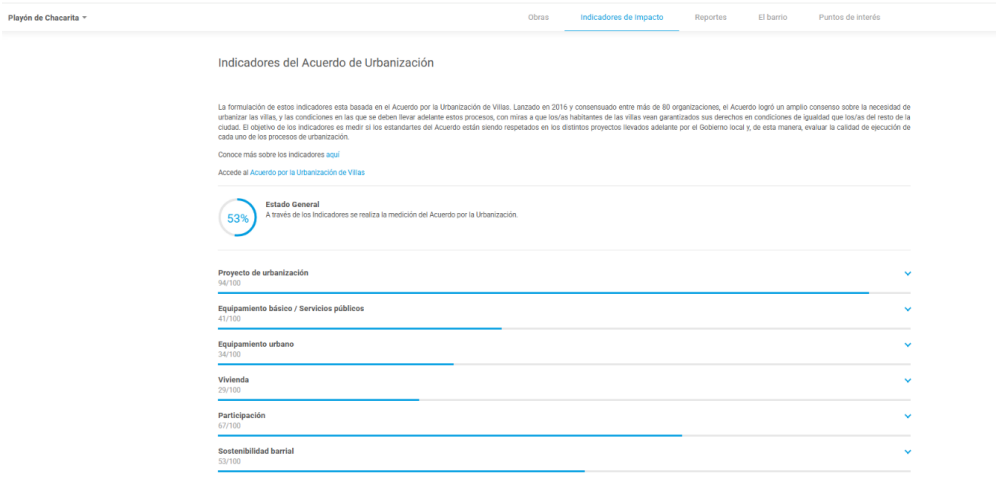


Fig 7. Quadro indicando se os princípios do acordo de urbanização estão sendo respeitados Fonte: Caminos de la Villa, s.d.

Entre táticas cidadãs e mediações sociotécnicas: uma análise comparativa das iniciativas

A análise comparativa entre o *Cocôzap* e o *Caminos de la Villa* evidencia que ambas as iniciativas enfrentaram a invisibilidade cartográfica e informacional de territórios populares, condição que dificulta o reconhecimento das demandas e o acesso aos serviços públicos.

No *Cocôzap*, a insuficiência de informações oficiais sobre o saneamento no Complexo da Maré comprometia a compreensão das condições vivenciadas pelos moradores e a formulação de políticas públicas adequadas. Como resultado, foram produzidos relatórios e mapas que cruzam dados cidadãos e bases oficiais, complementando e questionando as informações existentes. No *Caminos de la Villa*, o mapeamento colaborativo possibilitou registrar, digitalizar e incorporar às representações urbanas ruas, vielas e moradias ausentes da cartografia oficial.

As iniciativas traduzem experiências cotidianas territorialmente situadas em dados, categorias, mapas e evidências públicas. Para isso, constituem redes sociotécnicas nas quais a ação se distribui entre moradores, lideranças comunitárias, organizações sociais, laboratórios de dados e dispositivos tecnológicos. No *Cocôzap*, o *WhatsApp* facilita as denúncias, mas sujeita os relatos aos formatos e às regras de uma infraestrutura privada. No *Caminos de la Villa*, a plataforma e o *OpenStreetMap* viabilizam o mapeamento colaborativo e o acompanhamento de obras. Assim, mapas e bases de dados não são neutros, pois selecionam, classificam e tornam visíveis determinados problemas.

As duas experiências apresentam dimensões táticas, conforme Certeau[33]. No *Cocôzap*, o uso do *WhatsApp* para denunciar violações sanitárias configura uma apropriação tática da plataforma corporativa. No *Caminos de la Villa*, o mapeamento pode ser interpretado como tática de inscrição dos bairros populares na cartografia oficial.

[33] CERTEAU, Michel de — *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 22.ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 319 p

Também se formaram infraestruturas sociotécnicas de monitoramento, informação e incidência pública, organizadas pelo Data_Labe, no *Cocôzap*, e pela ACIJ, Wingu e Fundação Avina, no *Caminos de la Villa*. Ao estabelecerem procedimentos de geração, sistematização e categorização de dados e produzirem mapas e diagnósticos, esses atores aproximam-se da noção de estratégia proposta por Certeau[33]. Entretanto, não controlam as respostas estatais, mantendo sua capacidade estratégica restrita aos campos organizacional e informacional.

O *Cocôzap* produz contra evidências e diagnósticos sobre saneamento, articulando mobilização comunitária e formulação de propostas. O *Caminos de la Villa*, por sua vez, monitora a ação estatal e apresenta incidência institucional e operacional.

Considerações Finais

A análise dos casos indica que a geração cidadã de dados constitui um importante mecanismo de resistência aos procedimentos de *dataficação* e *plataformização*. Essa dinâmica possibilita que os cidadãos assumam a função de produtores de conhecimento sobre seus territórios. Os projetos contribuem para o fortalecimento da participação cidadã e para a ampliação da visibilidade de bairros populares. Os saberes reunidos por meio dessas iniciativas podem subsidiar a construção de políticas públicas mais eficazes de modo colaborativo. Contudo, para que essas ações perdurem e promovam transformações materiais nas localidades, torna-se necessário assegurar a continuidade das redes desenvolvidas, garantia de transparência e respostas efetivas por parte do poder público.

Bibliografia

ASOCIACIÓN CIVIL POR LA IGUALDAD Y LA JUSTICIA — **Caminhos da Favela: Caminos de la Villa — Argentina** [Em linha]. Brasília: Fundação Banco do Brasil, [s.d.]. [Consult. 17 jul. 2026]. Disponível em: https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/caminhos-da-favela-caminos-de-la-villa-argentina

ASOCIACIÓN CIVIL POR LA IGUALDAD Y LA JUSTICIA — **Caminos de la Villa** [Em linha]. Buenos Aires: ACIJ, [s.d.]. [Consult. 17 jul. 2026]. Disponível em https://acij.org.ar/una-plataforma-colaborativa-les-permite-a-los-vecinos-de-las-villas-portenas-reportar-problemas-y-monitorear-el-proceso-de-urbanizacion/

BRASIL — **Decreto n.º 8.777, de 11 de maio de 2016: institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal**. Diário Oficial da União [Em linha]. Brasília, DF, 12 maio 2016. [Consult. 25 jun. 2024]. Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8777.htm.

BRASIL — **Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011: regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal e dá outras providências**. Diário Oficial da União [Em linha]. Brasília, DF, 18 nov. 2011. [Consult. 25 jun. 2024]. Disponível em:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm.

CERTEAU, Michel de — **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 22.ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 319 p. ISBN 978-85-326-1148-2.

DATA_LABE — **CocôZap: um guia sobre geração cidadã de dados** [Em linha]. Rio de Janeiro: Data_Labe, [s.d.]. [Consult. 5 dez. 2024]. Disponível em:https://datalabe.org/cocozap-guia-gcd/.

DATA_LABE — **Relatório CocôZap 5.0: sistematizando dados e formulando políticas** [Em linha]. Rio de Janeiro: Data_Labe, 2021. [Consult. 5 dez. 2024]. Disponível em:https://datalabe.org/cocozap-guia-gcd/.

LATOUR, Bruno — **Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede**. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. 1.ª ed. Salvador: EDUFBA; Bauru, SP: EDUSC, 2012. 400 p. ISBN 978-85-232-0864-6.

LEMOS, André Luiz Martins — O futuro da sociedade de plataformas no Brasil. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação** [Em linha]. ISSN 1980-3508. Vol. 46 (2023), e2023115. [Consult. 25 jun. 2024]. Disponível em https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/4545. DOI 10.1590/1809-58442023115pt.

MAYER-SCHÖNBERGER, Viktor; CUKIER, Kenneth — **Big data: a revolution that will transform how we live, work, and think**. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2013.

MEIJER, Albert; POTJER, Sophie — Citizen-generated open data: an explorative analysis of 25 cases. **Government Information Quarterly** [Em linha]. Vol. 35, n.º 4 (2018), p. 613-621. [Consult. 5 dez. 2024]. Disponível em:https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0740624X17303015.

MOROZOV, Evgeny — **AI Futures**. Boston: Boston Review, 2025. 184 p. ISBN 978-1-946511-91-1.

MOROZOV, Evgeny; BRIA, Francesca — **A cidade inteligente: tecnologias urbanas e democracia**. São Paulo: Ubu, 2019.

OLIVEIRA, Daniel José Silva; CKAGNAZAROFF, Ivan Beck — A colaboração como um dos princípios de governo aberto. **Revista Gestão & Conexões** [Em linha]. ISSN 2317-5087. Vol. 13, n.º 1 (2024), p. 28-51. [Consult. 12 jun. 2024]. Disponível em:https://periodicos.ufes.br/ppgadm/article/view/41036. DOI 10.47456/regec.2317-5087.2024.13.1.41036.28-51.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José — Plataformização. Trad. Rafael Grohmann. **Fronteiras: Estudos Midiáticos** [Em linha]. Vol. 22, n.º 1 (2020), p. 2-10. [Consult. 10 dez. 2024]. Disponível em:https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2020.221.01. DOI 10.4013/fem.2020.221.01.

ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas — Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individuação pela relação? **Revista Eco-Pós** [Em linha]. ISSN 2175-8689. Vol. 18, n.º 2 (2015), p. 36-56. [Consult. 15 fev. 2026]. Disponível em:

https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/2662. DOI 10.29146/eco-pos.v18i2.2662.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da — Capitalismo preditivo e os sistemas algorítmicos. In PENTEADO, Cláudio; PELLEGRINI, Jerônimo; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da, orgs. — **Plataformização, inteligência artificial e soberania de dados: tecnologia no Brasil 2020-2030**. São Paulo: Ação Educativa; Coletivo 660, 2023, p. 119-142.

SRNICEK, Nick — **Platform capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2016. 120 p.

TRAMONTANO, Marcelo; TRUJILLO, Juliana Couto — Compartilhando decisões: plataformas online para participação cidadã. In **Seminário Internacional Projetar**, 9.º, Curitiba, 22-25 out. 2019 [Em linha]. Curitiba: Projetar, 2019. [Consult. 26 jun. 2024]. Disponível em:https://www.researchgate.net/publication/338902502_Compartilhando_decisoes_plataformas_online_para_participacao_cidada

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; DE WAAL, Martijn — **The platform society: public values in a connective world**. New York: Oxford University Press, 2018. ISBN 978-0-19-088976-0.

ZUBOFF, Shoshana — **A era do capitalismo de vigilância**. Trad. George Schlesinger. 1.ª ed. São Paulo: Intrínseca, 2021.

Onde e Como se Localiza a Cidade no Jornal: *o acesso à moradia na imprensa durante as enchentes de Porto Alegre (2024)*

Brenda Rodrigues Fernández
Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Programa de Pós-Graduação de Planejamento Urbano
fernandezrbrenda@gmail.com

Daniela Marzola Fialho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Programa de Pós-Graduação de Planejamento Urbano
dfialho.voy@terra.com.br

Resumo: Este artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa de mestrado sobre a cobertura jornalística de ocupações urbanas em Porto Alegre no contexto das enchentes de maio de 2024. A partir da análise discursiva do acervo impresso do jornal Zero Hora — principal veículo impresso do Rio Grande do Sul —, o trabalho examina de que forma a imprensa noticiou o conjunto de ocupações que eclodiu no Centro Histórico da capital gaúcha após a tragédia climática. O corpus é composto por treze matérias publicadas entre janeiro e dezembro de 2024, sistematizadas em quadro analítico, e examinado com uma cronologia das ocupações urbanas que emergem no mesmo período. A partir desse cruzamento, o artigo interroga não apenas o que foi dito, mas o que foi silenciado, e o que esse silêncio produz.

Palavras-chave: Planejamento Urbano; Moradia; Imprensa; Análise do Discurso; Imaginário Urbano.

Introdução

Cada vez mais as relações entre cidade e jornalismo têm proporcionado uma ampliação desse campo de estudo. Ao passo que a imprensa se estrutura e se desenvolve dentro de um meio urbano, buscando retratar problemas e relatos do cotidiano, a cidade vive sua pulsante transformação atravessada e mediada pela comunicação de massa. Não à toa as notícias relacionadas à cidade foram, no decorrer das décadas, reunidas em editorias próprias — um jornalismo no e do cotidiano. Como lembram Tavares e Vaz,

> Se olharmos para a cidade, tomando-a como lugar de "excelência" do cotidiano, vale perguntar qual é a cidade representada pelo jornal e em que medida tal cidade coincide, invade e complexifica nosso olhar sobre a mesma cidade para a qual o jornal se dirige e sobre as cidades em que vivemos. É parte dessa discussão a grave questão social brasileira, especialmente localizada no espaço urbano, e o conjunto de jornais que a habitam[1].

O jornalismo contemporâneo seleciona suas notícias a partir de acontecimentos do cotidiano no presente. São, sobretudo, os eventos imediatos que acabam pautando a grande mídia. O acontecimento acaba, muitas vezes, sendo resumido numa pequena nota única, sem acompanhamento dos desdobramentos ou aprofundamento na abordagem.

As pautas sociais como a disputa por moradia digna e o acúmulo de prédios públicos ociosos, por exemplo, parecem existir apenas quando há a ocupação desses espaços acompanhada de um contexto de disputas judiciais e/ou intervenções policiais. A não-representação na imprensa desses elementos relacionados à cidade pode trazer consequências graves para a construção das narrativas sociais e para a formação da opinião pública[2].

É nesse hiato entre a urgência crônica e a pauta efêmera que se situa esta pesquisa. Em maio de 2024, o Rio Grande do Sul viveu a maior tragédia climática de sua história recente. A enchente destruiu moradias, deslocou famílias e escancarou uma crise habitacional estrutural há muito acumulada. Em junho daquele ano, ao menos três ocupações urbanas surgiram ou se fortaleceram no Centro Histórico de Porto Alegre — a Ocupação do Arvoredo, a Ocupação Maria da Conceição Tavares e a Ocupação Sarah Domingues —, abrigando famílias que haviam perdido suas moradias. O fenômeno era expressivo, geograficamente central e politicamente relevante.

Este artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa de mestrado que analisa o corpus impresso do jornal Zero Hora, compreendendo todas as edições publicadas entre 1.º de janeiro e 31 de dezembro de 2024. Os achados revelam uma estrutura de enunciação que elege o que merece existir no espaço público da palavra impressa. Por meio de categorias da Análise do Discurso, da sociologia do território e dos estudos sobre o imaginário urbano, busca-se compreender não apenas o que foi dito, mas o que foi sistematicamente silenciado — e o que esse silêncio produz. O artigo organiza-se em cinco partes: após esta introdução, apresenta-se o contexto da enchente e das ocupações; em seguida, o marco teórico; depois, a análise do corpus; e, por fim, as considerações preliminares.

---

[1]TAVARES, Frederico de M. B.; VAZ, Paulo B. F. Cidades em "Cidade". **Estudos em Jornalismo e Mídia**, vol. II, n. 2, 2.º semestre de 2005, p. 59.

[2]MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3.ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 70.

Enchente, moradia e ocupações urbanas em Porto Alegre

Porto Alegre possui 1.332.570 moradores[3] e um déficit habitacional que alcançava 47.292 unidades em 2019 — 8,1% dos domicílios permanentes da cidade[4]. Ao mesmo tempo, o Censo de 2022 identificou mais de 100 mil imóveis vagos na capital, em um total de 686,4 mil existentes. Essa equação — déficit e vacância coexistindo — é reveladora das contradições do mercado imobiliário urbano e do não cumprimento da função social da propriedade.

Sobre esse cenário preexistente, a enchente de maio de 2024 se abateu com força devastadora. No auge do desastre climático, o Estado contava com 77.228 desabrigados[5]. Em Porto Alegre, os bairros das ilhas, a zona norte e a região central — áreas próximas ao Guaíba foram especialmente afetadas, pois o nível do Guaíba ultrapassou os 5 metros, sendo que a cota de inundação é de 3 metros. O evento não criou o problema habitacional, mas o expandiu e o evidenciou ainda mais.

A resposta de parte da população sem moradia foi a ocupação de imóveis ociosos no Centro Histórico. A Ocupação do Arvoredo, instalada em 26 de maio em um prédio que funcionava como hotel e estava há mais de dez anos sem uso, abrigou inicialmente 55 famílias (cerca de 146 pessoas), incluindo idosos e crianças. A Ocupação Maria da Conceição Tavares, organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) a partir de 15 de junho em um prédio de 25 andares da União onde funcionou o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), buscava pressionar o poder público a providenciar assistência às vítimas da enchente. A Ocupação Sarah Domingues, ligada ao Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), ocupou o prédio desativado da Fepam. O Quadro 1 sistematiza a cronologia dessas ocupações:

Quadro 1 — Cronologia das ocupações urbanas em Porto Alegre (2016–2025)

Data	Ocupação	Evento / Marco	Fonte
25/11/2016	Casa de Mulheres Mirabal	Primeiro imóvel ocupado na rua Duque de Caxias, Centro Histórico de Porto Alegre. Inspirada na Ocupação Tina Martins (em Belo Horizonte), acolhe mulheres vítimas de violência e vulnerabilidade social.	Brasil de Fato; registros do movimento
2018	Casa de Mulheres Mirabal	Transferência para segundo endereço no bairro São João, após pressão de reintegração de posse.	Registros do movimento
01–04/05/2024	—	Enchente histórica atinge o Rio Grande do Sul. Rio Guaíba ultrapassa 5 metros (cota de inundação é de 3m). Porto Alegre decreta estado de calamidade pública. Estado registra 77.228 desabrigados.	Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS/RS), 2025
26/05/2024	Ocupação do Arvoredo (antes chamada-se Desabrigados da Enchente)	55 famílias — cerca de 146 pessoas, incluindo 7 idosos e 11 crianças — ocupam prédio do antigo Hotel Arvoredo, no Centro Histórico, desativado há mais de dez anos. Ocupantes são majoritariamente moradores dos bairros Humaitá e Sarandi.	Brasil de Fato, 30/05/2024; Defensoria Pública do RS

[3]IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.
[4]FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2016-2019**. Belo Horizonte: FJP, 2021.
[5]SDS - Secretaria de Desenvolvimento Social. **Painel de monitoramento de abrigos**. Porto Alegre, 2025. Atualizado semanalmente.

Data	Ocupação	Evento / Marco	Fonte
15/06/2024	Ocupação Maria da Conceição Tavares	MTST ocupa prédio de 25 andares da União (ex-INSS) no Centro Histórico, com cerca de 100 pessoas. Batizada em homenagem à economista falecida na mesma data. Movimento reivindica destinação do imóvel ao programa Minha Casa Minha Vida - Entidades.	Correio do Povo; jornal Matinal
Junho/2024	Ocupação Sarah Domingues	MLB ocupa prédio desativado da Fepam. Batizada em homenagem à estudante da UFRGS assassinada durante trabalho de campo na Ilha das Flores.	Correio do Povo
Junho/2024	Ocupação Sarah Domingues	Famílias são removidas do imóvel da Fepam pela Brigada Militar.	Correio do Povo
Mar./2025	Casa de Mulheres Mirabal	Governo federal oficializa cessão de uso gratuito de imóvel pelo programa Imóvel da Gente. Quase uma década após a primeira ocupação, o movimento obtém resposta institucional.	Registros do movimento
Abr./2025	Ocupação do Arvoredo	Moradores seguem no imóvel por decisão do STF em Reclamação Constitucional, observando as diretrizes da ADPF 828 e da Resolução n.º 510 do CNJ. 55 famílias permanecem no local.	Defensoria Pública do RS; Rafael Magagnin, abr. 2025
Abr./2025	Ocupação Sarah Domingues	Após reuniões com governo estadual, MLB obtém cessão de terreno na av. Coronel Massot, 381 (bairro Camaquã) para construção via Minha Casa Minha Vida - Entidades.	Correio do Povo, mai. 2025
Mai./2025	Ocupação Maria da Conceição Tavares	Cerca de 25 famílias permanecem no prédio do ex-INSS, sem luz e sem água. Ocupação mantém Cozinha Solidária aberta ao público.	Jornal Matinal, mai. 2025

Fonte: Brasil de Fato (30/05/2024); Correio do Povo; jornal Matinal; Defensoria Pública do RS (Rafael Magagnin, abr. 2025); registros dos movimentos sociais. Elaboração da autora.

Em junho de 2026, o prédio que abriga a Ocupação Maria da Conceição Tavares, com área de 22.630 metros quadrados, foi contemplado pelo programa ‘Minha Casa, Minha Vida - Entidades’ para ser transformado em moradia adequada para mais de 200 famílias de baixa renda. A notícia não ganhou espaço na Zero Hora.

Esses prédios das ocupações citados no Quadro 1 expressavam uma demanda concreta e urgente. Sua localização central os tornava visíveis para transeuntes, para o poder público e, em tese, para a imprensa. Como aponta Lefebvre, entre os direitos que vão "abrindo caminho" nas sociedades contemporâneas figura o direito à cidade, compreendido como "direito à vida urbana, transformada, renovada". Direito que as famílias das ocupações reivindicavam de maneira concreta ao se apropriar de edifícios ociosos no coração da cidade[6].

Discurso, silêncio e imaginário: marcos teóricos

A análise que este artigo apresenta apoia-se em um conjunto de conceitos articulados. O primeiro deles é o de discurso, compreendido não como simples transmissão de informação, mas como processo de constituição de sujeitos e produção de sentidos. Para Orlandi[7],

> [...] não se trata de transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e

[6]LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1968, p. 139.
[7]ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 3.ª ed. Campinas: Pontes, 2000, p. 21.

> pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. São processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade etc.

Nessa perspectiva, o discurso jornalístico não relata a realidade, mas ele a constitui, hierarquiza e significa. O que o jornal diz sobre a cidade não é um reflexo neutro do urbano, mas uma intervenção na materialidade simbólica da geografia urbana — como propõem Noyer, Raoul e Pailliart, para quem "o território precisa ser nomeado para ser apreendido material e simbolicamente"[8].

O segundo conceito central é o de silêncio. Em ‘As formas do silêncio[9], Orlandi distingue o silêncio fundador — aquele que existe nas próprias palavras, significando sem se formular — do que denomina política do silêncio, ou silenciamento. Este segundo movimento é o processo pelo qual se faz calar: aquilo que se apaga para que outra coisa faça sentido. O silêncio, nessa acepção, não é ausência, é operação discursiva com efeitos concretos sobre o que pode e o que não pode ser dito em um determinado campo de enunciação.

O terceiro eixo teórico articula imaginário social e estigmatização territorial. Para Pesavento[10], o imaginário opera como representação do real, onde "as coisas ditas, pensadas e expressas têm um outro sentido além daquele manifesto". A imprensa é uma das instituições que alimenta e reproduz esse campo subjetivo compartilhado, elegendo quais espaços existem para o leitor e quais transformações urbanas merecem ser narradas. Wacquant[11], por sua vez, aponta que a estigmatização territorial opera também nos "domínios jornalísticos, políticos e burocráticos", tornando invisíveis ou apenas estatísticos aqueles que habitam os espaços marginalizados. Essa tríade — discurso, silêncio, imaginário — fornece as ferramentas para interpretar o corpus que será descrito a seguir.

A cobertura da Zero Hora

A pesquisa documental foi realizada no acervo digitalizado do jornal Zero Hora, abrangendo todas as edições impressas publicadas entre 1.º de janeiro e 31 de dezembro de 2024. A busca pelos termos moradia, habitação, ocupação, sem-teto e desabrigados, com recorte geográfico para Porto Alegre, resultou em um corpus de treze matérias jornalísticas. A avaliação dos documentos seguiu as cinco dimensões propostas por Cellard[12]: contexto de produção, autoria, autenticidade e confiabilidade, natureza do texto e conceitos-chave e lógica interna. O Quadro 2 apresenta o corpus na íntegra.

---

[8]NOYER, Jacques; RAOUL, Bruno; PAILLIART, Isabelle. **Médias et Territoires: L'espace public entre communication et imaginaire territorial**. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 2013, p. 12.

[9]ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6.ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 83-84.

[10]PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 15, n. 29, 1995, p. 15-16.

[11]WACQUANT, Loïc. A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 16, 2017, p. 30.

[12]CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 2008.

Quadro 2 — Corpus da pesquisa: matérias sobre habitação e moradia publicadas pela Zero Hora em 2024

Data	Título	Editoria / Posição	Fontes ouvidas	Tema central	Menciona ocupações?
03/07/2024	Alta procura por aluguéis em bairros poupados pela cheia movimenta mercado	ZH Notícias, p. 8 — chamada de capa.	Setor imobiliário (Auxiliadora Predial, Secovi/RS, Guarida).	Aquecimento do mercado de aluguéis após a enchente.	Não
25/05/2024	Como serão as cidades temporárias	ZH Notícias, p. 6.	Maria Beatiz Nogueira, chefe do escritório Acnur em São Paulo; Clarice de Oliveira, urbanista e copresidente da seção gaúcha do IAB; Marcelo Arioli Heck, integrante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/RS); Luís Renato Vedovato, professor de Direito Internacional da Unicamp e pesquisador sobre migração e pobreza.	Cidades temporárias que foram erguidas como medida emergencial para os desabrigados; Além de Porto Alegre, foram contempladas três cidades da região Metropolitana da capital.	Não
28/05/2024	Imóveis com potencial para moradia	Coluna 'Acerto de Contas' (economia) , p. 18.	Germano Bremm, secretário de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade; João Melhado, diretor de Políticas Públicas e Conformidade da Loft - plataforma de tecnologia para o mercado imobiliário.	Impacto Econômico.	Não
28/05/2024	Como serão as casas de transição	Coluna Rosane de Oliveira, p.5.	Sem fontes, opinativo.	Ações emergenciais.	Não
30/05/2024	Moradia, a maior demanda dos prefeitos	Coluna Rosane de Oliveira, p.7; chamada de capa da edição.	Sem fontes, opinativo.	Análise política sobre o cenário de desabrigados.	Não.
30/05/2024	Com desmobilização, redução no número de abrigos preocupa prefeitura de Porto Alegre	ZH Notícias, p. 6; chamada de capa na edição.	Luiz Carlos Pinto, coordenador da Central de Abrigos e secretário municipal de Inovação; Ali Klemt, coordenador do abrigo do Colégio Mãe de Deus; Mateus Filipe de Souza, coordenador e estudante do abrigo da Escola Aurélio Reis.	Ações emergenciais.	Não.
30/05/2024	História que a cheia lembrou	ZH Notícias, p.2, seção 'chamou a atenção'.	Teófilo Rodrigues Motta Junior, reciclador.	Conta a história de um reciclador que está vivendo às margens de uma rodovia, com moradia improvisada.	Não.

Data	Título	Editoria / Posição	Fontes ouvidas	Tema central	Menciona ocupações?
21/06/2024	Abrigo em obras	GZ Notícias, p.17; com chamada de capa na edição.	Venezuelanas que estão no abrigo; Daniela e Annis; vice-governador Gabriel Souza.	Ações emergenciais.	Não.
28/06/2024	Enchente derruba 55% das vendas de imóveis	Coluna Marta Sfredo, p. 12.	Loft.	Impacto econômico.	Não.
03/07/2024	Alta procura por aluguéis em bairros poupados pela cheia movimenta mercado	GZH Notícias, p.8; com chamada de capa na edição.	Índice FipeZAP (Fipe); diretor de Aluguéis da Imobiliária Imobiliária Auxiliadora Predial, Mario César Soares; vice-presidente do Secovi/RS e CEO da imobiliária Vila Rica, Leandro Hilbik; e diretor de Aluguéis da Imobiliária Guarida, Rafael Spolavori.	Impacto Econômico.	Não.
05/07/2024	Enchente deixou lições para o futuro do Sarandi, bairro mais atingido da Capital	GZH Notícias, p.14.	Moradora e comerciante do bairro Denise Antunes; coordenador do Plano Municipal de Redução de Riscos de Porto Alegre, Guilherme Garcia de Oliveira; professor do Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS, Fernando Dornelles; eletricista e morador do bairro Paulo Fernandes.	Análise social.	Não.
15/07/2024	Sob as novas regras do Centro	Coluna 'Acerto de Contas' (economia).	CEO do Xtay Cais Rooftop.	Transformação de prédio outrora ocupado em empreendimento de alto padrão.	Sim, como contexto histórico, sem problematização
26/07/2024	Prefeitura dá início ao cadastro das famílias aptas a receber moradias	ZH Notícias, p. 13.	Secretária de Habitação Simone Somensi.	Processo de cadastramento para política habitacional municipal	Não
31/12/2024	Desafios incluem moradias para desabrigados	Editoria Em Foco, p. 9 — entrevista.	Prefeito de Porto Alegre Sebastião Melo.	Balanço do ano e perspectivas para habitação em 2025	Não

Nota: em nenhuma das matérias foram ouvidos moradores de ocupações urbanas, lideranças de movimentos sociais de luta pela moradia ou especialistas em planejamento urbano com perspectiva crítica. Fonte: acervo digital do jornal Zero Hora, edições impressas de janeiro a dezembro de 2024. Elaboração da autora.

Esse número, por si só, já constitui um primeiro dado significativo: em um ano marcado pela maior tragédia climática da história recente do Rio Grande do Sul, o principal jornal impresso do Estado dedicou pouco mais de uma dezena de textos ao tema do acesso à moradia na capital gaúcha. A escassez não é um dado neutro. Como lembra Maricato, a desigualdade e a segregação espacial características das cidades brasileiras

frequentemente "não estão presentes no tratamento dado pela mídia"[13]. A ausência é, ela mesma, uma forma de presença discursiva.

Os treze materiais concentram-se em sua maioria no mês de julho de 2024, aproximadamente dois meses após o início da enchente. Essa distribuição temporal aponta para uma lógica de cobertura reativa, acionada pelo evento extremo e não por um acompanhamento sistemático da questão habitacional. Antes da enchente, o tema estava praticamente ausente das páginas do jornal; depois do pico da tragédia, o silêncio retorna.

A distribuição do corpus por editoria e posição na página revela um dado analítico relevante. O Quadro 2 mostra que das treze matérias levantadas, oito integram a editoria de notícias gerais (ZH Notícias ou GZH Notícias), sendo cinco delas com chamada de capa, posicionamento que, na hierarquia da página impressa, sinaliza o que o veículo considera prioritário para seus leitores. Os demais textos aparecem em editoria opinativa de viés econômico. Por fim, duas publicações não indicam fontes externas consultadas.

Esse mapeamento indica que a questão habitacional, quando aparece, raramente o faz como pauta de cidade, isto é, como fenômeno social a ser investigado jornalisticamente, comparecendo com mais frequência como dado econômico ou comentário político. O espaço concedido ao tema reforça essa hierarquização: colunas internas de economia para o drama habitacional; chamadas de capa para o aquecimento do mercado imobiliário. A forma de localizar o conteúdo no jornal é, ela mesma, uma operação discursiva.

Quando o mercado é a fonte

A análise das fontes ouvidas nas treze matérias revela um padrão consistente. A questão habitacional é tratada pela Zero Hora, prioritariamente, como um problema de mercado. Das matérias publicadas, as que tiveram maior destaque — incluindo posição de chamada de capa — acionaram como fontes primárias representantes do setor imobiliário: o diretor de Aluguéis da imobiliária Auxiliadora Predial, o vice-presidente do Secovi/RS (entidade representante do mercado imobiliário gaúcho) e o diretor de Aluguéis da Imobiliária Guarida. A matéria de abertura do corpus, publicada em 3 de julho de 2024 com chamada na capa do jornal, tem como ângulo principal a "alta procura por aluguéis em bairros poupados pela cheia" e seu impacto no mercado imobiliário.

Essa escolha de enquadramento não é casual. Ela obedece a uma lógica de noticiabilidade que Lage descreve ao tratar dos fatores que operam na seleção de pautas: na realidade das empresas de comunicação, esses fatores incidem "segundo a ordem de interesses de classe ou grupo dominante"[14].

> Na realidade das empresas de comunicação, esses fatores influem segundo a ordem de interesses de classe ou grupo dominante; secundariamente, operam ainda gostos individuais de pessoas que dispõem momentaneamente de algum poder, ou estratégias fundadas em avaliações prévias quanto a efeitos, conseqüências ou desdobramentos de um fato noticiado.

[13]MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3.ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 70.
[14]LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia.** 5.ª ed. São Paulo: Ática, 2001, p. 61.

O drama das famílias que perderam suas moradias na enchente e não conseguiram realocar-se é transformado, nesse enquadramento, em oportunidade de análise para o setor imobiliário. O sujeito da notícia não é o sem-teto: é o mercado de aluguéis aquecido.

Em nenhuma das treze matérias levantadas foram ouvidos moradores de ocupações urbanas ou lideranças de movimentos sociais de luta pela moradia. As fontes governamentais que aparecem — o Ministro da Reconstrução, o vice-governador, a secretária de habitação e o prefeito — são acionadas para informar sobre medidas e programas em andamento, sem que suas declarações sejam tensionadas por outros pontos de vista. Para Wacquant, a estigmatização territorial opera também nos domínios jornalísticos, e um de seus efeitos é tornar invisíveis — ou apenas estatísticos — aqueles que habitam os espaços marginalizados[15].

O silêncio sobre as ocupações

Ao analisar o Quadro 1 e o Quadro 2 juntos, percebese que o achado mais contundente da análise diz respeito não ao que foi publicado, mas ao que foi omitido. Conforme demonstra o Quadro 1, entre maio e junho de 2024 ao menos três ocupações urbanas surgiram ou se fortaleceram no Centro Histórico de Porto Alegre. Trata-se de um fenômeno urbano expressivo, com implicações jurídicas, políticas e humanitárias relevantes, e com localização central na cidade — o que, pelos próprios critérios de noticiabilidade de Lage, deveria ampliar seu valor-notícia[16].

No entanto, nenhuma dessas ocupações foi objeto de cobertura jornalística pela Zero Hora no período analisado. A única menção ao termo ‘ocupação’ no corpus surge em sentido completamente distinto: uma coluna econômica que narra a trajetória de um prédio que "foi ocupado por 40 famílias", depois abandonado e, por fim, transformado em empreendimento imobiliário de alto padrão — o ‘Xtay Cais Rooftop’. O passado das famílias que ocuparam o imóvel aparece como dado de contexto histórico, não como questão social a ser problematizada.

A matéria se refere a um prédio abandonado por décadas, que foi ocupado por famílias sem teto ao menos quatro vezes em um período de 14 anos, sendo a última com origem na Ocupação Saraí. Em 2019, as últimas famílias deixaram o prédio por conta de uma ordem de despejo em meio a um histórico de disputas judiciais.

A matéria publicada em 15 de julho de 2024 na coluna ‘Acerto de Contas’ é reveladora não pelo que diz, mas pelo que naturaliza. O texto narra que o prédio "foi concebido para ser moradia social, foi ocupado por 40 famílias, ficou abandonado e tornou-se conhecido como o local onde criminosos escavaram um túnel para tentar assaltar o Banrisul". Em uma única frase, a história do imóvel passa da destinação social ao crime, com a ocupação no meio, e chega ao desfecho celebrado na notícia: o empreendimento de aluguel de alto padrão. A recuperação do espaço pelo mercado é apresentada como o ponto de chegada natural de um passado de abandono e irregularidade. As 40 famílias existem na frase como episódio encerrado, sem nome, sem história.

Essa operação discursiva é o que Foucault descreve como a prática que impõe uma ordem às coisas: "deve-se conceber o discurso como uma violência que fazemos às coisas, como

[15]WACQUANT, Loïc. A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, v. 16, 2017, p. 28.
[16]LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. 5.ª ed. São Paulo: Ática, 2001, p. 61.

uma prática que lhes impomos em todo o caso"[17]. A matéria não descreve neutramente uma trajetória urbana, ela a hierarquiza, elegendo o mercado como horizonte legítimo e apagando o conflito social que a ocupação expressa. A coluna substitui o espaço vivido pelas 40 famílias pelo espaço concebido pelo empreendedor, operação que Lefebvre identificava como central na lógica da produção capitalista do espaço[18].

Ao publicar essa matéria e silenciar sobre a Ocupação do Arvoredo — que estava acontecendo a poucos quarteirões, no mesmo período, a Zero Hora realiza um gesto de nomeação seletiva do território. Como aponta Noyer, Raoul e Pailliart, o jornal define quais espaços existem para o leitor, quais transformações urbanas merecem ser celebradas e quais populações não cabem no horizonte da cidade que projeta[19]. O resultado é uma Porto Alegre que se recupera, que atrai investimentos, que transforma prédios ociosos em empreendimentos sofisticados. Ou seja, a cidade dos cartões-postais que Maricato identifica como o horizonte preferencial da cobertura jornalística brasileira[20].

O contexto editorial

É necessário contextualizar os achados dentro do ano de 2024 como um todo. Trata-se de um período em que a pauta jornalística foi marcada por ao menos três grandes acontecimentos de ampla repercussão: a enchente de maio, a Copa do Brasil e as eleições municipais de outubro. Em redações com equipes enxutas e recursos limitados — realidade comum ao jornalismo contemporâneo brasileiro —, a concorrência por espaço editorial é intensa, e pautas de acompanhamento de longo prazo tendem a perder para o acontecimento imediato. Bourdieu observa que o campo jornalístico opera com uma lógica própria de valoração, na qual o novo e o extraordinário têm primazia sobre o crônico e o estrutural[21]. O problema habitacional é, por definição, crônico, pois ele não acontece, ele persiste.

A esse dado estrutural do campo jornalístico soma-se, no caso específico da Zero Hora, uma condição que não pode ser ignorada. O Media Ownership Monitor Brasil, levantamento realizado pelo Intervozes em parceria com o Global Media Registry, registra que a família Sirotsky, proprietária do Grupo RBS e, portanto, da Zero Hora, figura como sócia de ao menos seis empresas do setor imobiliário, entre elas a Maiojama Empreendimentos Imobiliários Ltda., incorporadora com atuação em Porto Alegre[22]. Sem que seja possível, nos limites desta pesquisa e de sua metodologia, estabelecer relação causal entre essa estrutura de propriedade e as escolhas editoriais analisadas no corpus, o dado integra o que o próprio Bourdieu identificou como o horizonte de interesses que circunda o campo jornalístico. Ou seja, a estrutura econômica que, mesmo sem se

[17]FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5.ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996, p. 53.
[18]LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.
[19]NOYER, Jacques; RAOUL, Bruno; PAILLIART, Isabelle. **Médias et Territoires: L'espace public entre communication et imaginaire territorial.** Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 2013, p. 12.
[20]MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias.** In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3.ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 72.
[21]BOURDIEU, Pierre. Espaço social e espaço simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.
[22]MEDIA OWNERSHIP MONITOR BRASIL. **Família Sirotsky. Intervozes / Global Media Registry, 2017**. Disponível em: https://brazil.mom-gmr.org/br/proprietarios/pessoas/detail/owner/owner/show/sirotsky-family/. Acesso em: 23 jun. 2026.

apresentar como instrução direta às redações, configura o terreno dentro do qual certas pautas se tornam naturais e outras, improváveis.

A enchente poderia ter sido essa abertura, um acontecimento extremo que tornasse visível a dimensão estrutural da crise habitacional em Porto Alegre. O pico de novas ocupações urbanas em junho e julho de 2024 era, nesse sentido, um indicador claro de que a tragédia climática havia escancarado um problema preexistente. No entanto, como demonstra o corpus, a cobertura da Zero Hora nesse período enquadrou a questão pela perspectiva do mercado e das políticas públicas em andamento, sem aprofundar nas causas estruturais nem dar voz aos que mais sofreram os efeitos da crise habitacional.

A ausência de cobertura sobre as ocupações não foi, ademais, um fenômeno exclusivo da Zero Hora. A revisão das edições impressas do Correio do Povo referentes ao mês de maio de 2024 também não identificou nenhuma matéria sobre as ocupações urbanas que surgiram em Porto Alegre no contexto da tragédia climática. O silêncio aponta para um padrão editorial mais amplo da imprensa gaúcha diante de um fenômeno que era, ao mesmo tempo, urgente, geograficamente central e politicamente relevante.

Considerações finais

A análise mostrou que a Zero Hora não simplesmente ignorou as ocupações urbanas que emergiram no contexto da enchente de 2024. Ela as apagou ativamente, ao escolher um enquadramento econômico para a questão habitacional e ao reproduzir, sem tensionamento, a narrativa do mercado e das políticas oficiais. Esse apagamento na Análise do Discurso chama-se silenciamento.

O segundo ponto, o silêncio jornalístico sobre as ocupações não é neutro do ponto de vista do imaginário urbano. Como propõe Pesavento[23], o imaginário social é formado por símbolos, discursos e representações que constroem uma determinada visão do real. Ao eleger quais espaços e quais sujeitos merecem ser nomeados, a imprensa contribui para definir quem pertence à cidade e quem dela é excluído. As famílias da Ocupação do Arvoredo, da Maria da Conceição Tavares e da Sarah Domingues existiram, durante o período analisado, fora da cidade narrada pela Zero Hora.

Por fim, a análise do corpus aponta para um problema que vai além da cobertura de um único evento. A mídia brasileira tende a construir a imagem de uma "cidade representada" que não coincide com a "cidade real" — uma cidade de investimentos, empreendimentos e reformas, que oculta as contradições do acesso desigual ao espaço urbano[22]. A tragédia das enchentes de 2024 poderia ter sido a oportunidade para que o jornalismo gaúcho tornasse visível essa contradição. Os dados indicam que essa oportunidade foi, em grande medida, desperdiçada.

As próximas etapas da pesquisa incluirão o aprofundamento da análise discursiva das matérias identificadas, a comparação sistemática com o Correio do Povo e a articulação mais densa entre os achados empíricos e o referencial teórico. Trata-se de um estudo em construção, mas cujos primeiros achados já permitem afirmar que o silêncio tem consequências, e que identificá-lo é, também, uma forma de dar visibilidade ao que a imprensa preferiu não ver.

---

[22]MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3.ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 72.

Bibliografia

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e espaço simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5.ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil** 2016-2019. Belo Horizonte: FJP, 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. 5.ª ed. São Paulo: Ática, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1968.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias**. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 3.ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

NOYER, Jacques; RAOUL, Bruno; PAILLIART, Isabelle. **Médias et Territoires: L'espace public entre communication et imaginaire territorial**. Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 3.ª ed. Campinas: Pontes, 2000.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.** 6.ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 15, n. 29, 1995, p. 11-29.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 27, n. 53, 2007, p. 11-23.

SDS - Secretaria de Desenvolvimento Social. **Painel de monitoramento de abrigos**. Porto Alegre: SDS, 2025.

TAVARES, Frederico de M. B.; VAZ, Paulo B. F. Cidades em "Cidade". **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Florianópolis, v. II, n. 2, p. 51-68, 2.º semestre de 2005.

WACQUANT, Loïc. A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**. Porto, v. 16, p. 27-32, 2017.

Leituras do projetar em três escalas: obras de arquitetas contemporâneas na América Latina

Aiê Tombolato Ribeiro
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Universidade Presbiteriana Mackenzie
aietombolato@aietombolato.com.br

Ana Gabriela Godinho Lima
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Universidade Presbiteriana Mackenzie
anagabriela.lima@mackenzie.br

Resumo: Este capítulo desenvolve uma reflexão retrospectiva de Lima e Ribeiro, respectivamente orientadora e orientanda, sobre a dissertação de mestrado elaborada por Ribeiro[1]. A pesquisa reuniu setenta e dois projetos vinculados às trajetórias de Paula Zasnicoff, Maríaluisa Borja e Glória Cabral, ampliando o repertório de arquitetas contemporâneas na América Latina e registrando as redes profissionais associadas às obras. O gênero orientou a constituição do corpus e definiu o campo crítico da investigação, enquanto a análise se concentrou em decisões relativas ao território, à implantação, à organização espacial, à materialidade e ao detalhe construtivo. A leitura foi estruturada pelas escalas KM, M e CM[2], adaptadas a um conjunto amplo e documentalmente desigual. Fichas, diagramas e redesenhos organizaram as fontes, estabeleceram condições de comparação entre os projetos e sustentaram a construção de evidências arquitetônicas. A releitura mostra como a ampliação da visibilidade das arquitetas, o reconhecimento das formas coletivas de autoria e a construção de evidências gráficas se integram à análise acadêmica das práticas projetuais.

Palavras-chave: arquitetas latino-americanas; gênero e arquitetura; práticas projetuais; análise multiescalar; evidência gráfica.

[1] RIBEIRO, Aiê Tombolato de Faria – *Arquitetas contemporâneas na América Latina: um estudo sobre estratégias projetuais de três arquitetas latino-americanas*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2025. Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Disponível na biblioteca on-line no Portal da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

[2] SILVA, Leonardo Tadeu Kseib Coelho da – *O edifício escolar e a cidade: análise projetual em Medellín nas escalas KM, M e CM*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2024. Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Disponível na biblioteca on-line no Portal da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

1. Introdução: uma reflexão retrospectiva sobre o método

Este capítulo retoma, em coautoria entre orientadora e orientanda, o percurso metodológico da dissertação *Arquitetas contemporâneas na América Latina: um estudo sobre estratégias projetuais de três arquitetas latino-americanas*, defendida por Ribeiro em 2025[3]. A pesquisa reuniu setenta e dois projetos vinculados às trajetórias de Paula Zasnicoff, Maríaluisa Borja e Glória Cabral, analisados por meio das escalas KM, M e CM. A releitura decorre do reconhecimento posterior de que a dissertação formulou procedimentos relevantes para pesquisas vinculadas às práticas projetuais. A constituição do corpus, a comparação entre obras produzidas em contextos distintos e o tratamento de fontes documentais desiguais exigiram a elaboração de fichas, redesenhos e diagramas analíticos. A reflexão articula a discussão sobre as relações entre gênero e a análise de processos de projeto. Nesse sentido, o interesse pela presença das mulheres na arquitetura associa-se ao exame de seus saberes profissionais, de suas decisões e das formas pelas quais essas dimensões podem ser reconhecidas nas obras e nos documentos do processo projetual[4].

1.1. Objeto e corpus

A dissertação examinou setenta e dois projetos vinculados às trajetórias profissionais de Paula Zasnicoff, Maríaluisa Borja e Glória Cabral. O conjunto reuniu obras produzidas em diferentes países da América Latina, com programas, escalas, condições materiais e formas de organização profissional diversas. Essa composição estabeleceu uma base comparativa ampla e preservou as diferenças entre as três trajetórias[5].

A seleção considerou a atuação contemporânea das arquitetas, a existência de produção construída e publicada, a disponibilidade de documentação e a possibilidade de observar práticas desenvolvidas em contextos distintos. Paula Zasnicoff atua em uma estrutura profissional associada a projetos culturais e a interlocuções com artistas e curadores. Maríaluisa Borja integra o coletivo Al Borde, cuja produção envolve processos colaborativos, participação comunitária e emprego de recursos locais. Glória Cabral desenvolveu parte expressiva de sua trajetória no Gabinete de Arquitectura, em trabalhos marcados pela experimentação construtiva e pelo domínio técnico do tijolo[6].

O corpus foi constituído a partir de publicações, páginas institucionais, entrevistas, fotografias, desenhos técnicos e outros registros disponíveis sobre as obras. A documentação apresentava graus distintos de precisão, extensão e acessibilidade, exigindo procedimentos de seleção, sistematização e verificação das informações. O objeto do estudo correspondeu às estratégias projetuais reconhecíveis nas obras e nos documentos associados às três arquitetas. A investigação concentrou-se em decisões relativas à implantação, à permeabilidade, à composição, ao programa, à materialidade e ao detalhe construtivo[7].

---

[3] Ibidem.

[4] LIMA, Ana Gabriela Godinho – Aspectos da pesquisa em gênero e processo de projeto. In: GORDILHO-SOUZA, Angela Maria; COTRIM, Marcio; SUAREZ, Naia Alban, org. – *Pesquisa em projeto e extensão na pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo*. Salvador: Edufba; Rio de Janeiro: Anparq, 2020. p. 143–159.

[5] RIBEIRO, Aiê Tombolato de Faria – *Arquitetas contemporâneas na América Latina*.

[6] Ibidem

[7] Ibidem

1.2. Problema da pesquisa

Durante a dissertação, duas operações foram desenvolvidas de forma articulada. O corpus foi constituído por obras de arquitetas, em resposta à baixa presença de mulheres nos repertórios disciplinares. A análise dessas obras recorreu a categorias arquitetônicas relativas ao território, à organização espacial, à materialidade e à construção. A releitura posterior permitiu reconhecer que a relação entre essas duas operações configurava um problema metodológico específico. Desse reconhecimento decorre a formulação, *a posteriori*, de uma pergunta que sintetiza o percurso metodológico de Ribeiro:

Como construir um corpus de obras de arquitetas a partir de uma perspectiva de gênero e analisar essas obras por meio de categorias arquitetônicas, sem atribuir às profissionais qualidades projetuais essencializadas?

A formulação dessa pergunta pertence à reflexão desenvolvida no presente capítulo. Sua resposta pode ser reconhecida em três decisões tomadas durante a dissertação: o tratamento do gênero como princípio de constituição do corpus; a adoção das escalas KM, M e CM para examinar relações territoriais, espaciais, materiais e construtivas; e a produção de fichas, diagramas e redesenhos para organizar fontes heterogêneas e sustentar a comparação entre as obras.

1.3. Do objetivo e método

A dissertação teve como objetivo analisar estratégias projetuais nos setenta e dois projetos selecionados. A leitura foi organizada por meio das escalas KM, M e CM, retomadas do método desenvolvido por Kseib e redefinidas por Ribeiro para abranger relações territoriais, espaciais, materiais e construtivas. A releitura posterior permitiu reconhecer que a realização desse objetivo envolveu a construção de um método de análise. O gênero orientou a escolha das arquitetas e a constituição do corpus, respondendo à baixa presença de mulheres nos repertórios disciplinares. A interpretação das obras exigiu categorias comuns, fontes sistematizadas e instrumentos gráficos que permitissem comparar projetos distintos sem atribuir às profissionais uma identidade projetual previamente definida.

Fichas, mapas, diagramas e redesenhos participaram desse processo. Esses artefatos selecionaram informações, destacaram relações arquitetônicas e apoiaram a formulação dos argumentos. O trabalho gráfico integrou a produção das evidências, em articulação com a documentação consultada e a escrita. Essa característica situa a dissertação no campo da Pesquisa Acadêmica em Áreas de Prática Projetual, dedicado a investigar como saberes, instrumentos e procedimentos provenientes das práticas de projeto participam da produção de conhecimento acadêmico. Nesse caso, as operações gráficas permitiram examinar decisões de implantação, organização espacial, materialidade e construção, mantendo identificável o percurso entre fonte, representação e interpretação.

1.4. Gênero e prática projetual em análise

A releitura da dissertação permite formular com maior precisão seu argumento central: estratégias projetuais de arquitetas contemporâneas podem ser examinadas por categorias arquitetônicas, enquanto o gênero orienta criticamente a constituição do corpus. A seleção das três trajetórias respondeu à baixa presença de mulheres nos repertórios disciplinares e ampliou as referências disponíveis para a pesquisa em arquitetura, sem definir previamente as qualidades que seriam encontradas nos projetos.

A ação projetual foi compreendida como prática cultural e profissional constituída pela formação, pela experiência acumulada, pelas formas de organização do trabalho, pelas

condições territoriais, pelos recursos materiais, pelas culturas construtivas e pelas interlocuções desenvolvidas durante os projetos. O gênero integra essas condições e participa das formas de inserção e reconhecimento profissional das arquitetas. Essa perspectiva dialoga com a hipótese formulada por Lima de que a prática projetual carrega marcas da trajetória de quem projeta, entre elas cultura, valores, formação, experiência profissional e gênero.

As escalas KM, M e CM, desenvolvidas por Kseib e adaptadas por Ribeiro, ofereceram campos comuns para observar como essas condições se materializavam em decisões territoriais, espaciais, programáticas, materiais e construtivas. A comparação permitiu reconhecer recorrências e diferenças entre as obras, preservando os contextos profissionais e as particularidades de cada projeto.

A perspectiva de gênero orientou a construção do repertório; os instrumentos arquitetônicos tornaram reconhecíveis os saberes profissionais e as decisões mobilizadas nas obras. As recorrências identificadas resultaram da comparação entre práticas desenvolvidas em contextos distintos, sem sustentar a atribuição de uma identidade projetual comum às três arquitetas.

2. Gênero como princípio de constituição do corpus

A constituição do corpus partiu da baixa presença de mulheres nos repertórios que orientam o ensino, a pesquisa e o reconhecimento profissional em arquitetura. Livros de história, publicações especializadas, premiações e mecanismos de consagração registravam de modo limitado suas obras e trajetórias. Essa ausência resultava dos critérios pelos quais a disciplina selecionava, nomeava e transmitia sua produção.

A dissertação retomou a análise de Daniela Arias Laurino sobre sete livros fundacionais para o ensino e a historiografia da arquitetura moderna[8]. A autora identificou quatro operações recorrentes: exclusão, quando nomes e trabalhos desapareciam do relato; invisibilização, quando a participação das arquitetas era diluída em referências genéricas a escritórios ou equipes; pseudoinclusão, quando sua presença era reconhecida em posição subordinada; e inclusão, quando sua contribuição era nomeada de forma proporcional. A presença feminina nos títulos examinados variava entre 0% e 2,1%, inclusive em edições revistas e ampliadas[9].

Essas operações encontravam continuidade nos mecanismos contemporâneos de consagração. O levantamento realizado na dissertação, encerrado em 2024, registrou que, entre 1979 e aquele ano, o Prêmio Pritzker havia distinguido 53 profissionais, dos quais seis eram mulheres. Zaha Hadid havia sido a única premiada individualmente; as demais receberam o reconhecimento em duplas ou grupos[10]. O dado reforçava a persistência de assimetrias na seleção e na legitimação das trajetórias profissionais.

---

[8] ARIAS LAURINO, Daniela – *La construcción del relato arquitectónico y las arquitectas de la modernidad: un análisis feminista de la historiografía*. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya, 2018. Tese de doutoramento em Teoria e História da Arquitetura. Cit. por RIBEIRO, Aiê Tombolato de Faria – *Arquitetas contemporâneas na América Latina: um estudo sobre estratégias projetuais de três arquitetas latino-americanas*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2025. Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo.

[9] Idem, p. 23-25

[10] RIBEIRO, Aiê Tombolato de Faria – *Arquitetas contemporâneas na América Latina*.

Iniciativas como os sites *Un día | una arquitecta* e *RebelArchitett* responderam a esse quadro por meio da documentação e da circulação de nomes, obras e trajetórias. A dissertação observou que essas redes eram mantidas principalmente por coletivos de mulheres e ainda alcançavam repercussão limitada nos meios disciplinares mais amplos. Na pesquisa de Ribeiro, a ausência de referências deixou de funcionar apenas como diagnóstico do campo e passou a organizar a investigação. Ela fundamentou a escolha de um corpus formado por obras de arquitetas e definiu o gênero como princípio crítico de seleção. A análise concentrou-se em categorias arquitetônicas relativas ao território, à organização espacial, à materialidade e à construção.

2.1. Critérios de seleção das arquitetas

A constituição do corpus teve como ponto de partida a série *Conversas latino-americanas: processos de projetar*[11], organizada pela arquiteta e pesquisadora Mariana Alves no âmbito do Arqtetatlas, coletivo de pesquisa ativista dedicado a projetos contemporâneos concebidos por arquitetas. Realizados em 2021, os encontros com Glória Cabral, Paula Zasnicoff e Maríaluisa Borja integraram o projeto de extensão "Processos de Projeto de Arquitetas Contemporâneas"[12], vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie. As gravações foram posteriormente incorporadas às fontes da dissertação.

Os encontros reuniram informações sobre as trajetórias das três profissionais, suas obras, suas formas de organização do trabalho e os contextos de suas práticas. A dissertação partiu desse repertório para definir seu corpus analítico.

A etapa seguinte consistiu em verificar as condições de investigação oferecidas pelas obras e pelos materiais disponíveis. Foram levantados projetos construídos e publicados, fotografias, plantas, cortes, textos institucionais, entrevistas, registros audiovisuais e informações sobre concepção e execução. A documentação apresentava níveis distintos de extensão e acessibilidade. Paula Zasnicoff e Maríaluisa Borja integravam escritórios com páginas institucionais atualizadas; as informações sobre Glória Cabral estavam dispersas em revistas, plataformas digitais, entrevistas e outros registros. Essa assimetria passou a integrar o problema metodológico da pesquisa.

A inserção latino-americana e a diversidade das condições territoriais, construtivas e profissionais deram consistência ao conjunto selecionado. As três trajetórias permitiram examinar obras produzidas em diferentes países, culturas construtivas e estruturas coletivas de trabalho. O conjunto não pretendia representar a totalidade da produção arquitetônica de mulheres na região. A delimitação do corpus se modificou durante a pesquisa. Inicialmente, foram escolhidos três projetos construídos de cada arquiteta, com prioridade para programas comerciais, institucionais e expográficos. A exclusão dos programas residenciais procurava evitar a reprodução da associação histórica entre mulheres e espaço doméstico. As discussões da banca de qualificação levaram à revisão desse recorte e à ampliação do levantamento para setenta e dois projetos.

---

[11] ARQTETATLAS – *Conversas latino-americanas: processos de projetar*. 1.º ciclo. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2021. Registos vídeo.

[12] UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE – *Processos de Projeto de Arquitetas Contemporâneas*. Projeto de extensão coordenado por Ana Gabriela Godinho Lima. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2021.

A seleção ocorreu em etapas. A série do Arqtetatlas forneceu o repertório inicial e os registros das narrativas profissionais. Ribeiro recortou três trajetórias, avaliou as condições documentais das obras, definiu critérios iniciais e então os desenvolveu durante a investigação. O corpus resultou dessa sucessão de decisões, ajustes e ampliações.

2.2. Gênero como recorte crítico

Na dissertação, o gênero orientou a constituição do corpus e definiu o campo crítico da investigação. A análise das obras foi conduzida por categorias arquitetônicas relativas ao território, à implantação, à organização espacial, à materialidade e ao detalhe construtivo.Essa distinção retomou uma questão identificada em pesquisas sobre gênero e processo de projeto. Qualidades como cuidado, colaboração, flexibilidade, atenção ao cotidiano e sensibilidade material são frequentemente associadas a uma identidade feminina. Tratadas como propriedades estáveis das mulheres, essas atribuições culturais produzem explicações essencializadas sobre suas práticas profissionais.

A eventual presença dessas qualidades nas obras exigiria outro desenho de pesquisa, voltado às condições sociais, culturais, psicológicas e corporais envolvidas em sua produção. A dissertação concentrou-se na Pesquisa Acadêmica em Áreas de Prática Projetual e dirigiu-se às decisões arquitetônicas reconhecíveis nas obras e nos documentos de projeto. A ação projetual foi compreendida como prática cultural e profissional marcada pela formação, pela experiência, pela organização do trabalho, pelos recursos materiais, pelas culturas construtivas, pelo contexto territorial e pelo gênero. Esses fatores participavam das condições em que as decisões eram tomadas e das formas de inserção e reconhecimento das arquitetas no campo profissional[13].

As comparações entre Paula Zasnicoff, Maríaluisa Borja e Glória Cabral foram construídas por meio de questões arquitetônicas comuns, preservando as diferenças entre trajetórias, contextos e formas de atuação. O gênero orientou a formação do repertório; os documentos, os desenhos e as categorias arquitetônicas fundamentaram a análise das estratégias projetuais.

2.3. Autoria e práticas coletivas

A seleção de obras vinculadas às trajetórias de Paula Zasnicoff, Maríaluisa Borja e Glória Cabral tornou a autoria um problema metodológico. As três profissionais desenvolveram parte expressiva de sua produção em estruturas coletivas, redes de colaboração e parcerias com outros profissionais, instituições, comunidades e equipes de execução. As decisões identificadas nos projetos não poderiam, portanto, ser atribuídas automaticamente a uma única autora.

Paula Zasnicoff atuou no âmbito do Arquitetos Associados; Maríaluisa Borja integrou o coletivo Al Borde; Glória Cabral desenvolveu parte de sua trajetória no Gabinete de Arquitectura e, posteriormente, em outras configurações profissionais. Cada estrutura distribuía responsabilidades, registrava contribuições e apresentava publicamente as autorias de maneira própria.A dissertação trabalhou com obras vinculadas às trajetórias das três arquitetas. Essa formulação relacionou os projetos às suas experiências

[13] LIMA, Ana Gabriela Godinho – Aspectos da pesquisa em gênero e processo de projeto. In: GORDILHO-SOUZA, Angela Maria; COTRIM, Marcio; SUAREZ, Naia Alban, org. – *Pesquisa em projeto e extensão na pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo*. Salvador: Edufba; Rio de Janeiro: Anparq, 2020. p. 143–159.

profissionais e preservou a natureza coletiva da produção. Escritórios, colaboradores, equipes e parceiros foram registrados nas fichas analíticas sempre que as fontes permitiram identificá-los.

A autoria também incidiu sobre a interpretação das estratégias projetuais. Decisões relativas à implantação, ao programa, à materialidade e ao detalhe construtivo podiam resultar de interlocuções com clientes, comunidades, consultores, construtores e equipes de obra. Quando a documentação não permitia determinar sua origem individual, a atribuição permanecia vinculada à obra, ao escritório ou à equipe responsável. Esse tratamento permitiu analisar as práticas associadas às três trajetórias sem individualizar integralmente os projetos. A pesquisa reconheceu as arquitetas no corpus e manteve identificáveis as formas coletivas de produção documentadas nas obras.

3. Escalas, fichas e redesenhos na produção de evidências

3.1. Organização das fontes e definição das escalas

A passagem do levantamento documental para a análise exigiu a organização dos materiais segundo perguntas arquitetônicas comuns. Os projetos estavam distribuídos entre publicações especializadas, páginas institucionais, registros audiovisuais, fotografias, plantas, cortes, mapas e informações fornecidas pelos escritórios. A extensão e a precisão desses documentos variavam entre as três trajetórias, exigindo procedimentos de seleção, verificação e sistematização.

As fichas técnicas constituíram a primeira operação de organização do corpus. Elas reuniram dados de localização, autoria e colaboração, cronologia, programa, concepção, execução, premiações, imagens, desenhos e fontes consultadas. A definição desses campos delimitava as informações consideradas pertinentes. As fichas permitiram reconhecer lacunas, confrontar versões documentais e preparar a comparação entre projetos apresentados segundo padrões distintos. A leitura arquitetônica foi organizada pelas escalas KM, M e CM, retomadas do método desenvolvido por Leonardo Tadeu Kseib Coelho da Silva. Nesse trabalho, as escalas constituíam campos complementares de observação. KM examinava as relações entre edifício, lote, acessibilidade, infraestrutura e contexto urbano; M concentrava-se na organização programática, nas circulações, na materialidade e no partido estrutural; CM voltava-se aos espaços pedagógicos e às relações entre ambientes específicos.

Essas designações indicavam níveis arquitetônicos de observação, e não a escala numérica das peças. Um croqui sem escala podia integrar o campo KM quando examinava topografia, implantação ou relação com o entorno; um diagrama também sem escala pertencia ao campo M quando representava programa, circulação ou estrutura. A escala definia a natureza da pergunta e orientava a seleção das informações. Ribeiro escolheu esse método por reconhecer sua pertinência para o exame das relações entre território, objeto arquitetônico e detalhe construtivo. Sua aplicação ao novo corpus exigiu a redefinição das categorias. KM passou a reunir implantação, ocupação, permeabilidade e relações com o entorno e com as comunidades. M organizou a leitura das composições arquitetônicas e programáticas, das circulações, da materialidade e dos sistemas construtivos. CM concentrou-se nos ambientes internos, nos componentes, nas soluções de montagem e nos detalhes. A adaptação preservou a articulação entre os três campos e transformou o método segundo as características do novo objeto. As escalas passaram a orientar as perguntas dirigidas às fontes e os aspectos destacados nos redesenhos.

3.2. Redesenho como método de análise

A heterogeneidade das fontes tornou o redesenho uma operação metodológica central. Os materiais de origem haviam sido produzidos para divulgação, desenvolvimento técnico, premiações ou registro institucional e apresentavam níveis desiguais de detalhamento. Fotografias, plantas, cortes, mapas e publicações forneciam informações sobre as obras, mas não ofereciam diretamente as relações exigidas pela comparação. Cada peça gráfica respondia a uma pergunta analítica. Um corte podia ser reelaborado para examinar a relação entre edifício e topografia; uma planta, simplificada para destacar acessos, percursos ou distribuição programática; um detalhe, isolado para observar a montagem e a articulação entre materiais. Essas operações envolviam decisões de enquadramento, supressão, hierarquia e simplificação.

O redesenho reorganizou os documentos segundo uma linguagem comum, estabelecendo condições de comparação entre obras distintas. Essa operação preservou as diferenças entre programas, territórios, sistemas construtivos e contextos de produção, enquanto tornava observáveis relações arquitetônicas específicas. Em alguns casos, o trabalho gráfico participou da formulação das categorias. A aproximação entre desenhos permitiu reconhecer recorrências, distinguir estratégias e testar os termos empregados na análise. Parte do vocabulário interpretativo da dissertação foi construída nesse movimento entre observação gráfica, comparação e elaboração verbal[14].

A principal transformação metodológica consistiu em adaptar um procedimento concebido para um conjunto restrito e tipologicamente próximo a um corpus extenso, heterogêneo e documentalmente desigual. Fichas e redesenhos organizaram materiais dispersos, estabeleceram condições de comparação e sustentaram a produção de evidências arquitetônicas.

3.3. Operações gráficas exemplares

A função metodológica dos redesenhos torna-se mais clara em três operações desenvolvidas na dissertação. A primeira aparece nos desenhos esquemáticos de implantação e circulação empregados na análise das obras de Paula Zasnicoff. Na Pina Contemporânea, o redesenho dos eixos de circulação confrontou a organização espacial do projeto com as condições observadas em visita. A peça examinou a continuidade de um eixo reconhecível na configuração arquitetônica, cuja realização integral não se confirmava no uso do edifício. Documento de projeto, observação direta e representação gráfica integraram uma mesma sequência analítica. A planta simplificada isolou uma relação espacial e sustentou uma afirmação sobre seu funcionamento.

A segunda operação ocorreu na comparação entre projetos de uma mesma trajetória. Plantas, cortes e esquemas foram aproximados para reconhecer estratégias recorrentes de implantação, ocupação e relação entre interior e exterior. Na produção de Zasnicoff, essa leitura relacionou soluções presentes em residências, equipamentos culturais e edifícios institucionais, identificando modos semelhantes de acomodação à topografia, suspensão de volumes, controle de acessos e organização de percursos. Relações percebidas em uma

---

[14] LIMA, Ana Gabriela Godinho; PERRONE, Rafael Antônio Cunha; ZEIN, Ruth Verde – Notas sobre a pesquisa acadêmica em áreas de prática projetual. In: GORDILHO-SOUZA, Angela Maria; COTRIM, Marcio; SUAREZ, Naia Alban, org. – *Pesquisa em projeto e extensão na pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo*. Salvador: Edufba; Rio de Janeiro: Anparq, 2020. p. 65–79.

obra foram examinadas em outras, confirmadas, diferenciadas ou reformuladas. As categorias analíticas resultaram desse movimento entre observação gráfica e elaboração verbal.

A terceira operação aparece nos desenhos relativos à produção de Glória Cabral. Ribeiro comparou formas de assentamento, rotação, espaçamento e justaposição de tijolos em projetos distintos. Os esquemas do Centro de Reabilitação Teletón e da ampliação da Faculdade de Arquitetura, Design e Arte da Universidade Nacional de Assunção permitiram observar como uma lógica construtiva era retomada com variações. Outro desenho explicitou a justaposição dos módulos de tijolos nas paredes da FADA.

Essas peças, produzidas na escala CM, relacionaram material disponível, técnica de execução, espessura da parede e expressão arquitetônica. O redesenho reuniu soluções fragmentadas em fotografias, registros de obra e desenhos técnicos, tornando reconhecível uma estratégia projetual vinculada à experimentação construtiva. Os três casos correspondem a operações distintas: verificação da relação entre projeto e uso, construção de correspondências entre obras e decomposição de soluções materiais. A operação gráfica variava conforme a pergunta, a escala de observação e os documentos disponíveis. Sua unidade metodológica residia na possibilidade de acompanhar o percurso entre fonte, transformação gráfica e argumento.

3.4. Artefatos gráficos e produção de evidências no PAAPP

Fichas, mapas, diagramas, cortes esquemáticos e desenhos de componentes organizaram as fontes, destacaram relações arquitetônicas e sustentaram comparações entre as obras. Cada peça foi elaborada a partir de uma pergunta de pesquisa, de um conjunto de documentos e de uma finalidade argumentativa. A evidência gráfica resultou de uma sequência de operações: a pergunta orientava a busca documental; as fontes delimitavam as informações disponíveis; o redesenho as reorganizava; a comparação identificava correspondências e diferenças; a interpretação estabelecia o alcance da afirmação.

O rigor dependia da possibilidade de acompanhar esse percurso. Informação de origem, reconstrução gráfica e inferência analítica precisavam permanecer distinguíveis. Essa rastreabilidade também evidenciava os limites da representação: o artefato gráfico oferecia uma leitura fundada na documentação e nos critérios da pesquisa, sem restituir integralmente a obra, o processo de projeto ou o uso cotidiano dos espaços. O corpus extenso e documentalmente desigual tornou esse processo especialmente visível. A adaptação do método em escalas e a produção de uma linguagem gráfica comum permitiram aproximar projetos distintos, reconhecer recorrências e formular categorias. Podemos assim considerar que a contribuição para o campo da Pesquisa Acadêmica em Áreas de Prática Projetual reside na explicitação das condições em que instrumentos gráficos produzem evidências acadêmicas examináveis e reprodutíveis.

Considerações finais

A releitura da dissertação permitiu explicitar as decisões que orientaram a constituição do corpus e a análise dos projetos vinculados às trajetórias de Paula Zasnicoff, Maríaluisa Borja e Glória Cabral. A questão central esteve em ampliar a presença de arquitetas latino-americanas no repertório disciplinar e examinar suas obras por meio de categorias arquitetônicas, preservando a diversidade das trajetórias.

O gênero orientou a seleção das profissionais e definiu o campo crítico da investigação. As obras foram analisadas a partir de decisões de implantação, relações com o entorno, organização programática, materialidade, sistemas construtivos e detalhes. A reunião de fontes dispersas tornou possível organizar o repertório e reconhecer localizações, cronologias, programas, autorias e colaborações.

O tratamento da autoria preservou a natureza coletiva da prática profissional. Zasnicoff foi relacionada ao Arquitetos Associados; Borja, ao coletivo Al Borde; Cabral, ao Gabinete de Arquitectura e às configurações posteriores de trabalho. Escritórios, equipes, consultores e parceiros foram registrados sempre que as fontes permitiram identificá-los. A pesquisa construiu-se em diálogo com trabalhos desenvolvidos no mesmo ambiente acadêmico. A série *Conversas latino-americanas: processos de projetar*, organizada por Mariana Alves, forneceu o repertório inicial e registros das narrativas profissionais. O método em escalas desenvolvido por Leonardo Kseib foi selecionado e transformado por Ribeiro para responder a um corpus mais amplo e documentalmente desigual. Essa interlocução explicita uma forma de originalidade fundada no reconhecimento, na atribuição e na reformulação crítica de contribuições produzidas por pares.

A adaptação das escalas KM, M e CM, a elaboração das fichas e a produção dos redesenhos estabeleceram condições de comparação entre projetos distintos. Essas operações permitiram reconhecer recorrências, diferenças e estratégias projetuais, mantendo identificável o percurso entre fonte, representação e interpretação.

A experiência analisada mostra como a perspectiva de gênero pode integrar a Pesquisa Acadêmica em Áreas de Prática Projetual. O gênero orientou a formação do repertório e o exame das condições de visibilidade e autoria; os documentos, as escalas e os artefatos gráficos sustentaram a análise das decisões arquitetônicas. A dissertação articulou gênero, autoria coletiva, documentação e análise projetual em um procedimento metodológico coerente e examinável.

Bibliografia

ARIAS LAURINO, Daniela – **La construcción del relato arquitectónico y las arquitectas de la modernidad: un análisis feminista de la historiografía**. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya, 2018. Tese de doutoramento em Teoria e História da Arquitetura.

ARQTETATLAS – **Conversas latino-americanas: processos de projetar**. 1.º ciclo. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2021. Registos vídeo.

LIMA, Ana Gabriela Godinho – Aspectos da pesquisa em gênero e processo de projeto. In: GORDILHO-SOUZA, Angela Maria; COTRIM, Marcio; SUAREZ, Naia Alban, org. – **Pesquisa em projeto e extensão na pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo**. Salvador: Edufba; Rio de Janeiro: Anparq, 2020. p. 143–159.

LIMA, Ana Gabriela Godinho; PERRONE, Rafael Antônio Cunha; ZEIN, Ruth Verde – Notas sobre a pesquisa acadêmica em áreas de prática projetual. In: GORDILHO-SOUZA, Angela Maria; COTRIM, Marcio; SUAREZ, Naia Alban, org. – **Pesquisa em projeto e extensão na pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo**. Salvador: Edufba; Rio de Janeiro: Anparq, 2020. p. 65–79.

RIBEIRO, Aiê Tombolato de Faria – **Arquitetas contemporâneas na América Latina: um estudo sobre estratégias projetuais de três arquitetas latino-americanas**. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2025. Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo.

SILVA, Leonardo Tadeu Kseib Coelho da – **O edifício escolar e a cidade: análise projetual em Medellín nas escalas KM, M e CM**. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2024. Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo.

Projeto Arquitetônico para o Empoderamento das Mulheres: uma Matriz Analítica em Sete Dimensões

Sara Merhj
Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
sara.merhj@aluno.unb.br

Carolina Pescatori
Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
pescatori@unb.br

Resumo: A arquitetura exerce um papel fundamental na organização da vida cotidiana e pode tanto reproduzir quanto reduzir desigualdades de gênero. Embora os estudos feministas e o planejamento urbano sensível ao gênero tenham ampliado a compreensão das relações entre mulheres e ambiente construído, os instrumentos de análise existentes concentram-se predominantemente na escala urbana e dos espaços públicos, oferecendo poucas diretrizes para o projeto arquitetônico na escala do edifício. Este artigo busca preencher essa lacuna ao propor uma matriz analítica para o empoderamento feminino por meio do projeto arquitetônico, articulando fundamentos teóricos e princípios de projeto capazes de orientar a concepção e a avaliação de edifícios voltados às necessidades das mulheres. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa de construção teórica, baseada em revisão interdisciplinar da literatura sobre teoria feminista, teoria do espaço, crítica arquitetônica, ética do cuidado e estudos sobre empoderamento feminino. Também realiza uma análise crítica de referenciais contemporâneos de planejamento urbano sensível ao gênero, identificando suas contribuições e limitações para a prática arquitetônica. A partir dessa síntese, amplia as cinco dimensões de empoderamento propostas por Malhotra et al.[1] com a incorporação das dimensões espacial e temporal, fundamentadas, respectivamente, na teoria da produção do espaço de Lefebvre, no conceito de empoderamento coletivo de Cornwall e na ética do cuidado desenvolvida por Tronto e Sánchez de Madariaga. Como resultado, propõe-se a Matriz Analítica de Empoderamento em Sete Dimensões, composta pelas dimensões psicológica, sociocultural, econômica, jurídica, política, espacial e temporal. Cada dimensão é traduzida em princípios arquitetônicos e indicadores de avaliação capazes de apoiar tanto a análise de edifícios existentes quanto o desenvolvimento de projetos arquitetônicos sensíveis às questões de gênero. Ao aproximar teoria feminista e prática projetual, o estudo apresenta uma ferramenta metodológica que amplia o campo da arquitetura com perspectiva de gênero, contribuindo para o desenvolvimento de ambientes construídos mais inclusivos, equitativos e comprometidos com a justiça espacial e o empoderamento das mulheres.

Palavras-chave: empoderamento feminino; arquitetura sensível ao gênero; arquitetura feminista; justiça espacial; ética do cuidado.

[1] MALHOTRA, A.; BOENDER, C. Measuring Women's Empowerment as a Variable in International Development. In: Narayan, Deepa (Ed.) Measuring empowerment: cross-disciplinary perspectives.The World Bank: Washington, 2005. p. 71-88.

Introdução

Apesar dos avanços significativos alcançados nas últimas décadas em relação à igualdade de gênero, o ambiente construído continua a reproduzir desigualdades sociais e espaciais que afetam desproporcionalmente as mulheres. Os espaços arquitetônicos e urbanos têm sido historicamente concebidos a partir de modelos de planejamento que privilegiam grupos sociais dominantes, negligenciando as diferentes experiências, responsabilidades e práticas cotidianas das mulheres. Como argumentam reiteradamente as teóricas feministas, a arquitetura não constitui um suporte físico neutro, mas uma construção social e política capaz tanto de reforçar quanto de desafiar as relações de poder existentes. Consequentemente, o projeto de edifícios e espaços públicos desempenha um papel ativo na conformação do acesso das mulheres à segurança, às oportunidades econômicas, à participação social, à atuação política e ao bem-estar.

Nas últimas décadas, surgiram diversas iniciativas de planejamento urbano sensível ao gênero, incluindo metodologias participativas de desenho urbano, ferramentas de avaliação da segurança e diretrizes para o planejamento inclusivo. Essas iniciativas contribuíram significativamente para incorporar as experiências das mulheres aos processos de tomada de decisão urbana e para promover espaços públicos mais seguros e inclusivos. Entretanto, a maioria desses instrumentos concentra-se na escala urbana, privilegiando ruas, bairros, sistemas de mobilidade e espaços públicos. Comparativamente, pouca atenção tem sido dedicada à escala arquitetônica dos edifícios, onde grande parte das atividades cotidianas das mulheres — como o cuidado, a educação, o trabalho, a convivência social, a produção econômica e a recuperação de situações de violência — efetivamente acontecem.

Ao mesmo tempo, os modelos de empoderamento desenvolvidos no âmbito das ciências sociais concebem esse processo predominantemente a partir das dimensões psicológica, sociocultural, econômica, política e jurídica, sem considerar explicitamente a contribuição do espaço arquitetônico para sua concretização. Da mesma forma, a teoria feminista da arquitetura, os estudos sobre justiça espacial e a ética do cuidado produziram importantes contribuições para a compreensão das relações entre gênero e ambiente construído; contudo, essas perspectivas permanecem fragmentadas e raramente foram integradas em um modelo coerente de avaliação arquitetônica. Essa fragmentação evidencia uma lacuna metodológica entre o conhecimento teórico e sua aplicação na prática projetual.

Este estudo busca preencher essa lacuna ao propor uma matriz analítica integrada que traduz as teorias do empoderamento feminino em princípios de projeto arquitetônico e critérios mensuráveis de avaliação. Com base nas dimensões do empoderamento propostas por Malhotra et al. [2], a pesquisa amplia o modelo tradicional mediante a incorporação de duas novas dimensões — espacial e temporal — fundamentadas, respectivamente, na teoria dos espaços de representação de Lefebvre, na concepção de empoderamento coletivo de Cornwall e na ética do cuidado desenvolvida por Tronto e Sánchez de Madariaga. Em conjunto, essas sete dimensões constituem uma matriz analítica multidimensional capaz de articular a teoria feminista à prática arquitetônica.

[2] MALHOTRA, A.; BOENDER, C. Measuring Women's Empowerment as a Variable in International Development. In: Narayan, Deepa (Ed.) Measuring empowerment: cross-disciplinary perspectives.The World Bank: Washington, 2005. p. 71-88.

Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de construção teórica, fundamentada em uma revisão interdisciplinar da literatura sobre teoria feminista, teoria do espaço, crítica arquitetônica e ética do cuidado. Além disso, realiza uma análise crítica dos principais referenciais contemporâneos de planejamento urbano sensível ao gênero, identificando suas contribuições metodológicas e suas limitações. A síntese desses referenciais resulta na elaboração de uma matriz de empoderamento em sete dimensões, que converte princípios teóricos em indicadores arquitetônicos e estratégias projetuais aplicáveis ao projeto de edifícios.

A principal contribuição deste artigo consiste no desenvolvimento de uma matriz analítica capaz de aproximar as teorias feministas do empoderamento da prática arquitetônica. Em vez de compreender a arquitetura apenas como o cenário físico onde o empoderamento ocorre, a proposta a reconhece como um mecanismo ativo de promoção do empoderamento psicológico, sociocultural, econômico, jurídico, político, espacial e temporal das mulheres. Ao transformar fundamentos teóricos em indicadores arquitetônicos mensuráveis, a matriz oferece a arquitetos e pesquisadores um instrumento sistemático para analisar, avaliar e projetar ambientes construídos comprometidos com a igualdade de gênero, a justiça espacial e o empoderamento feminino.

Empoderamento e suas dimensões

O empoderamento é definido como a ampliação dos recursos e das capacidades dos indivíduos para participar, influenciar, responsabilizar e exercer controle sobre as instituições que afetam suas vidas[3]. De acordo com Amartya Sen[4], o empoderamento é alcançado quando as mulheres dispõem de liberdade efetiva para fazer escolhas e conduzir suas próprias vidas. Naila Kabeer[5], economista especializada em desenvolvimento, argumenta que o empoderamento pressupõe um processo de transformação, afirmando que: "o empoderamento implica um processo de mudança [...] refere-se à expansão da capacidade das pessoas de fazer escolhas estratégicas sobre suas vidas em contextos nos quais essa capacidade lhes era anteriormente negada".

Essa compreensão também está presente na visão de organismos internacionais, especialmente da ONU Mulheres e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que entendem o empoderamento como um processo por meio do qual todas as mulheres passam a usufruir plenamente de seus direitos sociais e econômicos, bem como da capacidade de participar das decisões que afetam suas vidas[6]. Em seu relatório conjunto de 2023, essas organizações apresentaram o Índice de Empoderamento das Mulheres, que avalia o empoderamento a partir de cinco dimensões principais: qualidade de vida e saúde, educação e desenvolvimento de competências, inclusão financeira e no mercado de trabalho,

[3] NARAYAN, D. Conceptual Framework and Methodological Challenges. In: NARAYAN, D. (ed.). **Measuring Empowerment: Cross-Disciplinary Perspective**. Washington, DC: World Bank, 2005. p. 5..
[4] SEN, A.
[5] KABEER, N. Resources, Agency, Achievements: Reflection on the Measurement of Women's Empowerment. **Development and Change**, v. 30, n. 3, 1999, p. 437.
[6] UN WOMEN. **Women's Economic Empowerment Strategy**. Nova York: UN Women, 2024.p.4.

participação na tomada de decisões e liberdade em relação à violência[7]. Essa abordagem está diretamente alinhada ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS 5), voltado à promoção da igualdade de gênero.

Segundo Anju Malhotra e Sidney Ruth Schuler, o empoderamento feminino pode ser compreendido por meio de cinco dimensões fundamentais. A dimensão psicológica está relacionada à autoconfiança, ao bem-estar psicológico e à autoestima. A dimensão sociocultural abrange a existência de redes de apoio para além do núcleo familiar, a valorização da identidade e da cultura das mulheres e o acesso aos serviços de saúde reprodutiva e educação. A dimensão econômica refere-se ao controle sobre renda e patrimônio e à capacidade de gerar meios próprios de subsistência. A dimensão jurídica envolve o conhecimento dos direitos das mulheres, a proteção contra todas as formas de violência e a autonomia sobre o próprio corpo. Por fim, a dimensão política compreende a representação e a participação das mulheres nos processos de tomada de decisão e na vida pública[8].

Entretanto, para a antropóloga social Andrea Cornwall, essa estrutura ainda deixa de contemplar um aspecto essencial do empoderamento. Em sua perspectiva, a ação coletiva e a construção de movimentos sociais são fundamentais para transformar a condição das mulheres, sendo a solidariedade e o sentimento de pertencimento elementos indispensáveis desse processo. Como afirma a autora: "concentrar-se apenas no fortalecimento dos recursos e ativos das mulheres deixa de lado uma dimensão crucial do processo de empoderamento [...] aquela que emerge do encontro com outras mulheres, do compartilhamento de experiências e da superação do isolamento"[9]. Essa compreensão é reforçada pelo psicólogo social Douglas Perkins[10], para quem o empoderamento não constitui um processo estritamente individual, mas um fenômeno construído por meio da participação coletiva e do acesso a instrumentos que possibilitem essa participação.

Embora o conceito de empoderamento tenha sido desenvolvido no âmbito das ciências sociais, esta pesquisa o adota como fundamento teórico para sua aplicação no campo da arquitetura. Além disso, incorpora as contribuições de Cornwall e Perkins ao defender que a arquitetura pode constituir um elemento estratégico na promoção do empoderamento feminino. A oferta de espaços físicos destinados ao encontro, à solidariedade e à troca de experiências favorece a construção de redes de apoio capazes de transformar as condições de vida das mulheres. Nessa perspectiva, o projeto arquitetônico deixa de ser apenas um suporte físico das relações sociais e passa a atuar como um instrumento ativo de promoção do

---

[7] UN WOMEN. **The Paths to Equal**: Twin Indices on Women's Empowerment and Gender Equality. Nova York: UN Women, 2023. Available at: https://data.unwomen.org/publications/paths-equal-twin-indices-womens-empowerment-and-gender-equality. Accessed on: 29 Mar. 2025. p.6.

[8] MALHOTRA, A.; SCHULER, S. R.. **Measuring Women's Empowerment as a Variable in International Development.** In: Deepa Narayan (Ed.). Measuring empowerment: cross-disciplinary perspectives. The World Bank: Washington, 2005.p.82-83.

[9] CORNWALL, A. Women's Empowerment: What Works? **Journal of International Development**, v. 28, n. 3,2016, p. 342–359

[10] PERKINS, D. D. Empowerment. In: COUTO, R. A. (ed.). **Political and Civic Leadership**: A Reference Handbook. Thousand Oaks: Sage, 2010. p. 207.

empoderamento, ampliando a autonomia das mulheres e sua capacidade de exercer controle sobre suas próprias vidas.

O conceito de cuidado

Os fundamentos filosóficos da ética do cuidado

O cuidado constitui um conceito complexo, situado na interseção entre a filosofia moral, a psicologia e a teoria política. A ética do cuidado emergiu na década de 1980 como uma reação às abordagens tradicionais da filosofia moral, que privilegiavam os princípios da utilidade e do dever em detrimento dos sentimentos, das relações interpessoais e da responsabilidade mútua. A primeira autora a desenvolver essa perspectiva foi Carol Gilligan[11], que argumenta que a moralidade feminina atribui maior importância aos sentimentos e às necessidades dos outros, assumindo a responsabilidade pelo cuidado e colocando as relações humanas recíprocas no centro dos valores morais.

A filósofa política Joan Tronto[12], por sua vez, distancia-se da associação do cuidado ao universo privado e emocional proposta por Gilligan e amplia significativamente esse conceito. Tronto compreende o cuidado como uma prática política, social e institucional, que inclui não apenas o cuidado com as pessoas, mas também a manutenção, a preservação e a reparação do ambiente e do mundo em que vivemos. Nessa perspectiva, Tronto define o cuidado como uma prática contínua que somente pode ser compreendida em seus contextos social, político e cultural. A autora estrutura esse processo em quatro etapas interdependentes: caring about (perceber e reconhecer uma necessidade), taking care of (assumir a responsabilidade por atendê-la), care-giving (realizar efetivamente o cuidado, frequentemente por meio de esforço físico ou material) e care-receiving (avaliar a resposta e os efeitos produzidos sobre quem recebe o cuidado).

Pesquisas recentes têm ampliado essa discussão ao incorporar a ética do cuidado como uma estratégia espacial, defendendo que os espaços destinados ao cuidado deixem de ser considerados áreas secundárias de apoio para assumirem papel central na concepção arquitetônica[13]. A oferta de equipamentos de cuidado, como creches, constitui um exemplo dessa abordagem, uma vez que favorece o empoderamento das mulheres ao ampliar suas possibilidades de acesso à educação, ao trabalho e à autonomia econômica[14].

---

[11] GILLIGAN, Carol**. In a different voice: psychological theory and women's development**. Cambridge, MA; London: Harvard University Press, 1982. p. 9–10, 16, 22–23, 73

[12] TRONTO, Joan C**. Moral boundaries: a political argument for an ethic of care**. New York; London: Routledge, 1993.

[13] GONZÁLEZ-FERNÁNDEZ, I.; PÉREZ-MORENO, L. C. Aging and Caring Architecture: A Theoretical Approach from the Ethics of Care. **Architecture**, v. 6, n. 1,2026, p. 15; ARROJO NAVEIRA, I. Análisis crítico con perspectiva feminista e interseccionalidad del proyecto y construcción del Centro Sociocomunitario de la Cañada Real Galiana (2019) de Recetas Urbanas. **ASTRÁGALO**: Cultura de la Arquitectura y de la Ciudad, n. 33–34,2023, p. 453–470; VALDIVIA, B.; ORTIZ ESCALANTE, S. Feminist Urban Planning: Women Transforming Territories through Participatory Action Methods. In: MARTÍNEZ, M. A. (ed.). **Research Handbook on Urban Sociology**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2024. p. 341–359.

[14] SERTYESILISIK, B. Effective Childcare Services, Kindergarten Education and Policies for Achieving Women Empowerment, Gender Equality and Social Development Enhanced by the Construction Industry. In: CHAKRABORTY, C.; PAL, D.; KAYALICA, M. O. (ed.). **Gender (In)equality and Social Development**:

Com base nessa revisão da literatura, esta pesquisa compreende o cuidado como uma prática ética, política e relacional que transcende sua dimensão biológica ou maternal, constituindo-se como um comportamento social e cultural e como uma prática espacial e temporal que ultrapassa os limites da família e da esfera doméstica. Articulado ao conceito de empoderamento discutido anteriormente, o cuidado passa a ser entendido como uma responsabilidade da arquitetura. Assim, o projeto arquitetônico deixa de apenas abrigar atividades de cuidado para tornar-se um instrumento capaz de criar condições espaciais que promovam a justiça espacial, fortaleçam redes de solidariedade e contribuam para o empoderamento das mulheres nos ambientes construídos.

A aplicação espacial e temporal do conceito de cuidado

Ao compreender o cuidado como uma prática concreta de natureza espacial e temporal, torna-se evidente que as atividades de cuidado consomem uma parcela significativa do tempo das mulheres no cotidiano, fenômeno conhecido como pobreza de tempo (*time poverty*). O termo foi introduzido por Vickery, em 1977, no campo da economia, para caracterizar famílias submetidas a restrições de tempo que impedem a obtenção de um nível socialmente aceitável de bem-estar. Entre suas principais causas está a desigual distribuição das responsabilidades de cuidado entre homens e mulheres[15]. No ambiente construído, longas distâncias, a fragmentação dos usos urbanos e as barreiras espaciais obrigam as mulheres a dividir continuamente seu tempo entre as responsabilidades de cuidado e sua participação na vida produtiva e pública. Como consequência, a pobreza de tempo constitui um obstáculo significativo ao empoderamento econômico das mulheres, à sua participação política e ao seu bem-estar psicológico.

No campo da arquitetura e do urbanismo, o conceito de cuidado passou a fundamentar importantes reflexões sobre a relação entre gênero, cidade e mobilidade. Entre essas contribuições destaca-se o conceito de Mobilidade do Cuidado (*Mobility of Care*), desenvolvido por Inés Sánchez de Madariaga no início dos anos 2000. Essa abordagem representa uma mudança na compreensão dos padrões de mobilidade urbana ao deslocar o foco para os deslocamentos cotidianos realizados por pessoas responsáveis pelas atividades de cuidado, tendo como objetivo promover maior igualdade e justiça de gênero. A mobilidade do cuidado corresponde aos deslocamentos decorrentes da realização de atividades de cuidado não remuneradas, historicamente negligenciadas pelas políticas tradicionais de transporte. Como as mulheres realizam uma proporção significativamente maior dessas viagens do que os homens, acabam dispondo de menos tempo para o trabalho remunerado, a educação, o lazer e o descanso[16]. A autora propõe estratégias de planejamento urbano que aproximem creches, escolas, serviços de saúde e estabelecimentos destinados às necessidades

Issues of Health, Education, Environment and other SDG Implications. Singapura: Springer Nature, 2025. p. 67-80.

[15] RIBEIRO, Lilian Lopes; MARINHO, Emerson. Time poverty in Brazil: measurement and analysis of its determinants. ***Estudos Econômicos (São Paulo),*** São Paulo, v. 42, n. 2, , jun. 2012, p. 285-305.

[16] SÁNCHEZ DE MADARIAGA, Inés. Vivienda, movilidad y urbanismo para la igualdad en la diversidad: ciudades, género y dependencia. **Ciudad y Territorio: Estudios Territoriales**, Madrid, v. XLI, n. 161-162, , 2009, p. 591.

cotidianas das áreas residenciais e defende a implantação de percursos seguros, acessíveis e adequados aos deslocamentos associados às atividades de cuidado[17].

Embora essas contribuições tenham sido desenvolvidas no âmbito do planejamento urbano e dos sistemas de transporte, esta pesquisa sustenta que seus princípios podem ser transpostos para a escala do projeto arquitetônico. A organização espacial das funções e dos percursos internos de um edifício pode tanto reduzir quanto intensificar as cargas temporais associadas às responsabilidades de cuidado assumidas pelas mulheres. Dessa forma, considera-se que o conceito e a ética do cuidado constituem fundamentos teóricos indispensáveis da dimensão temporal proposta nesta pesquisa, devendo integrar os princípios da arquitetura voltada ao empoderamento feminino e orientar o projeto de edifícios destinados às mulheres.

Nessa perspectiva, a arquitetura representa a dimensão material por meio da qual as práticas de cuidado são viabilizadas ou dificultadas. O empoderamento feminino não pode ser dissociado das responsabilidades de cuidado; ao contrário, ele depende da criação de ambientes construídos capazes de apoiar essas atividades e ampliar a autonomia das mulheres. Isso implica reorganizar as relações espaciais de forma a favorecer um processo integrado de cuidado, coerente com as quatro etapas propostas por Tronto, promovendo relações sustentáveis, solidárias e recíprocas entre as usuárias.

Crítica feminista da arquitetura

Antes de apresentar os princípios arquitetônicos propostos, é necessário explicitar o posicionamento teórico adotado por esta pesquisa no amplo campo do pensamento feminista. O estudo insere-se predominantemente na tradição do feminismo materialista, articulada à geografia feminista socioespacial[18]. Essa abordagem compreende a opressão de gênero não como uma questão restrita à representação simbólica ou à subjetividade individual, mas como resultado da distribuição desigual de recursos materiais, trabalho, tempo e espaço. A partir da incorporação das contribuições de Lefebvre[19] e Harvey[20] sobre a produção social do espaço, o ambiente construído é entendido como um mecanismo ativo capaz de reproduzir ou redistribuir essas desigualdades. Essa perspectiva justifica a incorporação das dimensões espacial e temporal como responsabilidades próprias da arquitetura, e não apenas como questões secundárias de planejamento urbano, além de explicar a centralidade atribuída ao empoderamento econômico em articulação com as dimensões psicológica e sociocultural.
Com o objetivo de integrar os referenciais teóricos anteriormente discutidos, a pesquisa articula perspectivas sociais, espaciais e temporais utilizando a interseccionalidade como

[17] SÁNCHEZ DE MADARIAGA, Inés. **Urbanismo con perspectiva de género**. Sevilla: Instituto Andaluz de la Mujer, Junta de Andalucía, 2004. p. 64, 69, 88.
[18] HAYDEN, D. What Would a Non-Sexist City Be Like? Speculations on Housing, Urban Design, and Human Work. **Signs**, v. 5, n. 3, 1980. p. S170-S187.; MASSEY, Doreen. **Space, place, and gender**. Cambridge: Polity Press; Minneapolis: University of Minnesota, 1994.; MCDOWELL, Linda. **Gender, identity and place: understanding feminist geographies**. Cambridge: Polity Press; Oxford: Blackwell Publisher, 1999.
[19] LEFEBVRE, H. **The Production of Space**. Tradução de D. Nicholson-Smith. Oxford: Blackwell Publishing, 1991.
[20] HARVEY, D. **Social Justice and the City**. Oxford: Basil Blackwell, 1973.; HARVEY, D. The right to the city. **New Left Review**, n. 53, 2008, p. 23-40,.

ferramenta crítica de análise[21]. Parte-se do reconhecimento de que as mulheres contempladas nos estudos de caso — indígenas, refugiadas, sobreviventes de violência doméstica ou trabalhadoras rurais — experimentam a injustiça espacial não apenas em função do gênero, mas também da interseção entre raça, etnia, condição migratória, classe social e violência institucional. Conforme discutido na introdução, a proteção da identidade cultural e étnica está diretamente relacionada à segurança física e ao direito de ocupar os espaços construídos. Essas múltiplas formas de marginalização refletem-se diretamente na forma como os edifícios são concebidos, frequentemente restringindo o acesso dessas mulheres a ambientes seguros e acolhedores. Definido esse posicionamento teórico, passa-se à análise das principais contribuições da crítica feminista à arquitetura.

A crítica feminista da arquitetura, consolidada a partir da década de 1970, promoveu uma profunda revisão da concepção tradicional do espaço arquitetônico, compreendendo-o não apenas como uma estrutura funcional ou estética, mas como uma construção cultural continuamente produzida e transformada pelas relações de poder de gênero[22]. Jane Rendell[23] argumenta que o conhecimento arquitetônico é produzido por meio da prática e da experiência sensorial dos sujeitos, especialmente das mulheres.

Uma das principais críticas formuladas pela teoria feminista dirige-se à tradicional separação entre os espaços público e privado. O espaço público, associado à produção econômica, à cidadania e à participação política, foi historicamente concebido como domínio masculino, enquanto a esfera doméstica passou a ser identificada como espaço feminino, restringindo a participação das mulheres na vida pública[24]. Essa divisão institucionaliza a experiência masculina como universal, objetiva e neutra, ao mesmo tempo em que marginaliza a experiência feminina, classificando-a como particular e secundária. Embora público e privado constituam dimensões complementares da vida social, foram historicamente tratados como esferas opostas e excludentes.

Outra crítica refere-se ao caráter excludente da arquitetura moderna, que desconsiderou as práticas cotidianas e os padrões de mobilidade das mulheres. O planejamento funcionalista predominante no período pós-Segunda Guerra Mundial, baseado no zoneamento de usos, fragmentou a cidade e dificultou a conciliação entre trabalho produtivo e atividades de cuidado, limitando a participação feminina na esfera pública[25]. Essa lógica manifesta-se, por exemplo, na dificuldade de acesso a creches e serviços essenciais, bem como na insegurança experimentada pelas mulheres nos espaços públicos[26].

---

[21] COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Translated by Rane Souza. 1st ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

[22] COLOMINA, B. (ed.). **Sexuality and Space**. Nova York: Princeton Architectural Press, 1992.

[23] RENDELL, J. Only Resist: A Feminist Approach to Critical Spatial Practice. **Architectural Review**, 19 Feb. 2018. Available at: https://www.architectural-review.com/essays/only-resist-a-feminist-approach-to-critical-spatial-practice. Accessed on: 23 Mar. 2026.

[24] VAIOU, D. Gender Divisions in Urban Space: Beyond the Rigidity of Dualist Classifications. **Antipode**, v. 24, n. 4,1992, p. 247–262.

[25] MUXI MARTÍNEZ, Zaida. **Mujeres, casas y ciudades. Más allá del umbral**. 2. ed. Barcelona: dpr-barcelona, 2019. p.279.

[26] BEEBEEJAUN, Y. Gender, Urban Space, and the Right to Everyday Life. **Journal of Urban Affairs**, v. 39, n. 3, 2017, p. 323-334.p. 324–325.

Em resposta a essas limitações, pesquisas contemporâneas defendem uma revisão dos valores arquitetônicos e simbólicos que orientam o projeto. Algumas autoras sugerem reduzir a predominância de linguagens arquitetônicas associadas a modelos masculinos e incorporar formas mais flexíveis, orgânicas e acolhedoras[27]. Entretanto, Muxí Martínez[28] adverte que a transformação da arquitetura feminista não depende apenas da adoção de determinadas formas, mas, sobretudo, de uma mudança no próprio processo de projeto. Para a autora, é necessário adotar uma abordagem bottom-up, fundamentada na observação das práticas cotidianas e na participação efetiva das usuárias.

Essa perspectiva recupera a valorização da experiência vivida com o objetivo de superar a centralidade do modelo masculino que marcou a tradição arquitetônica, substituindo-o por processos projetuais flexíveis, não hierárquicos e orientados pelas práticas da vida cotidiana. Nessa abordagem, compreender como as mulheres utilizam, percebem e transformam os espaços torna-se condição indispensável para a produção de uma arquitetura verdadeiramente inclusiva e promotora do empoderamento.

Princípios de Projeto para o Empoderamento

Diversos pesquisadores defendem que projetos arquitetônicos voltados às mulheres devem fundamentar-se em princípios específicos capazes de promover autonomia, inclusão e igualdade de oportunidades. Dolores Hayden[29] propõe três princípios fundamentais. O primeiro é a provisão coletiva do cuidado, que consiste na criação de espaços destinados a serviços compartilhados, como creches, cozinhas comunitárias e equipamentos de apoio, reduzindo a sobrecarga das responsabilidades de cuidado tradicionalmente atribuídas às mulheres. O segundo é o princípio da flexibilidade produtiva, segundo o qual os espaços devem permitir a integração entre atividades produtivas e responsabilidades de cuidado, favorecendo a geração de renda e a independência econômica. O terceiro refere-se ao planejamento baseado na segurança e na proximidade, que busca reduzir a separação espacial entre moradia, trabalho e serviços essenciais, ao mesmo tempo em que cria percursos seguros capazes de ampliar a mobilidade, a participação comunitária e a autonomia das mulheres.

A esses princípios soma-se a necessidade de garantir a participação ativa das mulheres no processo de projeto, assegurando-lhes o direito de influenciar as decisões relativas aos espaços que utilizarão[30]. Estudos recentes também enfatizam a importância dos espaços verdes e dos jardins como componentes essenciais de edifícios terapêuticos e do chamado projeto sensível ao trauma (trauma-informed design), contribuindo para a recuperação física e psicológica das usuárias[31].

---

[27] PETERSON, M. Designing a Feminist City: Public Libraries as a Women's Space. **Geoforum**, v. 150, art. 103971, 2024.

[28] MUXI MARTÍNEZ, Zaida. **Mujeres, casas y ciudades. Más allá del umbral**. 2. ed. Barcelona: dpr-barcelona, 2019. p.279.

[29] HAYDEN, D. What Would a Non-Sexist City Be Like? Speculations on Housing, Urban Design, and Human Work. **Signs**, v. 5, n. 3, 1980. p. S170-S187.

[30] BEEBEEJAUN, Y. Gender, Urban Space, and the Right to Everyday Life. **Journal of Urban Affairs**, v. 39, n. 3, 2017, p. 323-334.p. 328–329.

[31] TROJANOWSKA, M.; MATUSZEWSKA, J.; BROSZ, M. Investigating the preferences for Hospital Landscape Design: Results of a Pilot Study from Poland. **Architecture**, v. 5, n. 4, 2023; PETRILLO, M.;

Para Jane Rendell[32], projetos arquitetônicos comprometidos com as necessidades das mulheres devem assegurar privacidade, segurança e flexibilidade espacial. Os ambientes precisam ser capazes de acomodar usos múltiplos e transformações ao longo do tempo, permitindo a combinação entre atividades de cuidado, trabalho e produção informal, fortalecendo, assim, a autonomia econômica das mulheres. Essa perspectiva é corroborada por Peterson[33] e Petrillo e Fanghanel[34], que defendem a adoção de espaços visualmente abertos, flexíveis, com linhas de visibilidade claras e formas orgânicas, favorecendo ambientes mais confortáveis, seguros e acolhedores, capazes de estimular a confiança das mulheres na utilização dos espaços.

Outro aspecto destacado por Rendell[35] refere-se à necessidade de responder às especificidades culturais. Não existe uma solução arquitetônica universal para a igualdade de gênero; ao contrário, as estratégias de projeto devem adaptar-se às diferentes culturas, contextos sociais e formas de organização comunitária, conforme também argumentam as geógrafas feministas Dina Vaiou[36] e Tovi Fenster[37].

Esses princípios convergem diretamente com a concepção contemporânea da Cidade do Cuidado[38]. Nessa perspectiva, o ambiente construído deve garantir a sustentabilidade da vida, criando condições para que as mulheres possam desenvolver uma vida digna, conciliando trabalho remunerado, trabalho doméstico e atividades de cuidado. A arquitetura passa, assim, a favorecer não apenas a autonomia econômica, mas também o bem-estar cotidiano. Além disso, esses autores defendem que os espaços urbanos e arquitetônicos incorporem princípios de segurança baseados em visibilidade, boa comunicação visual e sonora, possibilidade de fuga, manutenção adequada, acolhimento e vigilância comunitária, transformando-os em ambientes vivos, acessíveis, seguros e socialmente ativos. A participação das mulheres em todas as etapas do planejamento e do projeto constitui igualmente um requisito indispensável dessa abordagem[39].

FANGHANEL, A. Building Hope: Co-producing Trauma-Informed Space with Women in the Justice System. **Feminist Criminology**, v. 0,x, 2025, p. 1-21.

[32] RENDELL, J. Only Resist: A Feminist Approach to Critical Spatial Practice. **Architectural Review**, 19 Feb. 2018. Available at: https://www.architectural-review.com/essays/only-resist-a-feminist-approach-to-critical-spatial-practice. Accessed on: 23 Mar. 2026.

[33] PETERSON, M. Designing a Feminist City: Public Libraries as a Women's Space. **Geoforum**, v. 150, art. 103971, 2024.

[34] PETRILLO, M.; FANGHANEL, A. Building Hope: Co-producing Trauma-Informed Space with Women in the Justice System. **Feminist Criminology**, v. 0,x, 2025, p. 1-21.

[35] RENDELL, J. Only Resist: A Feminist Approach to Critical Spatial Practice. **Architectural Review**, 19 Feb. 2018. Available at: https://www.architectural-review.com/essays/only-resist-a-feminist-approach-to-critical-spatial-practice. Accessed on: 23 Mar. 2026.

[36] VAIOU, D. Gender Divisions in Urban Space: Beyond the Rigidity of Dualist Classifications. **Antipode**, v. 24, n. 4,1992, p. 247–262.

[37] FENSTER, T. Gender and the City: The Different Formations of Belonging. In: NELSON, L.; SEAGER, J. (ed.). **A Companion to Feminist Geography**. Oxford: Blackwell Publishing, 2005. p. 242-256.

[38] VALDIVIA, B.; ORTIZ ESCALANTE, S. Feminist Urban Planning: Women Transforming Territories through Participatory Action Methods. In: MARTÍNEZ, M. A. (ed.). **Research Handbook on Urban Sociology**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2024. p. 341–359.

[39] VALDIVIA, B.; ORTIZ ESCALANTE, S. Feminist Urban Planning: Women Transforming Territories through Participatory Action Methods. In: MARTÍNEZ, M. A. (ed.). **Research Handbook on Urban**

Matriz Analítica de Empoderamento em Sete Dimensões

A matriz analítica desenvolvida neste estudo reúne os referenciais teóricos discutidos nas seções anteriores em um instrumento integrado de análise arquitetônica: a Matriz Analítica de Empoderamento em Sete Dimensões. Trata-se de uma ferramenta operacional destinada a orientar, avaliar e aperfeiçoar projetos arquitetônicos sob a perspectiva do empoderamento feminino.

Além das cinco dimensões de empoderamento propostas por Malhotra et al.[40] — psicológica, sociocultural, econômica, jurídica e política —, a pesquisa incorpora duas novas dimensões consideradas essenciais para a análise arquitetônica: a dimensão espacial e a dimensão temporal.

A dimensão espacial concentra-se na existência de espaços coletivos acessíveis, representativos e inclusivos, capazes de fortalecer redes de solidariedade, romper o isolamento e favorecer a construção de identidades coletivas. A dimensão temporal, por sua vez, aborda a gestão do tempo das mulheres, buscando reduzir a pobreza de tempo por meio da proximidade funcional, da integração entre atividades cotidianas e da melhoria das condições de deslocamento[41].

Cada uma dessas dimensões está fundamentada em contribuições provenientes da teoria feminista, da teoria do espaço, da ética do cuidado e da crítica arquitetônica, sendo posteriormente traduzida em princípios arquitetônicos aplicáveis ao processo de projeto. Apresentamos a estrutura dessa matriz, evidenciando as relações entre cada dimensão do empoderamento, seus respectivos fundamentos teóricos e os princípios arquitetônicos correspondentes.

Nas seções seguintes, cada dimensão é apresentada individualmente, explicitando seus fundamentos conceituais, sua tradução para o campo da arquitetura e sua operacionalização por meio de indicadores mensuráveis. Essa estrutura busca conferir precisão conceitual à matriz e oferecer bases para sua aplicação em futuras pesquisas e avaliações de projetos arquitetônicos.

A dimensão espacial

Objetiva a criação de ambientes coletivos acessíveis, inclusivos e representativos, que estimulem a interação social entre mulheres, fortaleçam o pertencimento e consolidem redes de apoio. Essa dimensão constitui a base sobre a qual as demais dimensões do

---

Sociology. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2024. p. 344–349.; PETRILLO, M.; FANGHANEL, A. Building Hope: Co-producing Trauma-Informed Space with Women in the Justice System. **Feminist Criminology**, v. 0,x, 2025, p. 11.

[40] MALHOTRA, A.; SCHULER, S. R.. **Measuring Women's Empowerment as a Variable in International Development.** In: Deepa Narayan (Ed.). Measuring empowerment: cross-disciplinary perspectives. The World Bank: Washington, 2005.p.82-83.

[41] SÁNCHEZ DE MADARIAGA, Inés. Vivienda, movilidad y urbanismo para la igualdad en la diversidad: ciudades, género y dependencia. **Ciudad y Territorio: Estudios Territoriales**, Madrid, v. XLI, n. 161-162, , 2009, p. 591.; GÓMEZ-VARO, I.; DELCLÒS-ALIÓ, X.; MIRALLES-GUASCH, C.; MARQUET, O. Accounting for care in everyday mobility: an exploration of care-related trips and their sociospatial correlates. **Geografiska Annaler: Series B, Human Geography**, v. 106, n. 3, 2024, p. 347-363.

empoderamento podem se desenvolver. Sem espaços seguros, acolhedores e acessíveis destinados ao encontro entre mulheres, torna-se difícil fortalecer redes sociais, promover iniciativas econômicas coletivas ou organizar processos de participação política.

Do ponto de vista arquitetônico, essa dimensão traduz-se em princípios como a criação de espaços híbridos e participativos, capazes de integrar atividades de cuidado, trabalho, convivência e aprendizagem em um mesmo edifício ou complexo arquitetônico; a implantação de praças, pátios e áreas coletivas que funcionem como espaços cotidianos de encontro e representação; o fortalecimento das conexões visuais entre espaços individuais e coletivos, favorecendo o sentimento de pertencimento e o apoio mútuo; e a adoção de ambientes flexíveis, facilmente adaptáveis a diferentes usos, desde atividades econômicas informais até reuniões comunitárias e processos de organização política.

Os indicadores de avaliação da dimensão espacial compreendem não apenas a existência e a qualidade dos espaços coletivos, mas também o grau de integração visual e física entre áreas privadas e compartilhadas, a flexibilidade e adaptabilidade dos ambientes, bem como a capacidade das usuárias de apropriar-se, transformar e gerir esses espaços de forma autônoma.

A dimensão psicológica

Refere-se ao bem-estar psicológico das mulheres, à autoconfiança, à autoestima e ao sentimento de segurança. Essa dimensão traduz-se em princípios arquitetônicos voltados à promoção da segurança física e emocional. O projeto deve assegurar privacidade terapêutica, criando ambientes que favoreçam o bem-estar psicológico e a autonomia das usuárias. Deve prever espaços de acolhimento e recuperação de traumas, como salas de atendimento individual, ambientes adaptados às diferentes necessidades das mulheres, salas de amamentação e unidades residenciais independentes que reforcem a autonomia. Também é fundamental a criação de ambientes terapêuticos que integrem iluminação e ventilação naturais, contato com a natureza, jardins, materiais acolhedores e cores que transmitam tranquilidade. Nas áreas coletivas, recomenda-se a adoção de linhas de visão claras e transparência visual, aumentando a percepção de segurança, sem comprometer a privacidade dos espaços individuais.

Os indicadores de avaliação dessa dimensão incluem a existência de espaços privados e seguros para uso individual, a qualidade da iluminação e da ventilação naturais, a presença de elementos terapêuticos — como jardins e espelhos d'água —, a percepção de conforto e segurança pelas usuárias e a incorporação de princípios do projeto sensível ao trauma.

A dimensão sociocultural

Enfatiza a importância da construção de redes de relacionamento e apoio para além do núcleo familiar, da valorização da identidade cultural das mulheres e do acesso aos serviços de saúde reprodutiva, educação e cuidado. Do ponto de vista arquitetônico, essa dimensão requer ambientes capazes de fortalecer o sentimento de identidade, pertencimento e reconhecimento cultural das mulheres, respeitando simultaneamente suas necessidades de privacidade. Recomenda-se a criação de cozinhas compartilhadas, refeitórios, oficinas comunitárias e outros espaços que favoreçam a convivência e a formação de redes sociais para além da família. Também são importantes ambientes flexíveis destinados às diferentes manifestações

culturais, bem como o acesso facilitado a creches, serviços de saúde e equipamentos educacionais, localizados no próprio edifício ou em seu entorno imediato.

Os indicadores dessa dimensão compreendem a existência e a qualidade dos espaços de convivência coletiva, a presença de elementos arquitetônicos que expressem a identidade cultural das usuárias, a proximidade e facilidade de acesso aos serviços de saúde, educação e cuidado infantil, a realização de atividades comunitárias e o sentimento de pertencimento cultural manifestado pelas mulheres.

A dimensão econômica

Refere-se à capacidade das mulheres de controlar sua renda e seus ativos, participar de atividades produtivas e criar oportunidades econômicas para outras mulheres. Os princípios arquitetônicos dessa dimensão incluem a oferta de espaços produtivos flexíveis, capazes de acomodar atividades econômicas formais e informais, como oficinas, mercados comunitários e empreendimentos domiciliares. Também pressupõem a proximidade entre esses espaços e equipamentos de cuidado — especialmente creches — reduzindo o tempo dedicado às responsabilidades domésticas e ampliando as oportunidades de trabalho remunerado. Recomenda-se, ainda, a implantação de ambientes destinados à capacitação profissional, como oficinas de formação, laboratórios de informática, áreas de produção agrícola e outros espaços voltados ao desenvolvimento de competências. O projeto deve favorecer modelos econômicos cooperativos, por meio de cozinhas compartilhadas, cooperativas alimentares e iniciativas produtivas coletivas.

Os indicadores utilizados para avaliar essa dimensão incluem a disponibilidade e a qualidade dos espaços destinados à produção econômica, a integração entre atividades produtivas e serviços de cuidado, a existência de programas de capacitação e geração de renda e os resultados econômicos alcançados pelas usuárias, como inserção no mercado de trabalho, aumento da renda e aquisição de ativos.

A dimensão jurídica

Refere-se ao conhecimento dos direitos das mulheres, à proteção contra a violência e outras formas de opressão, à autonomia física e à participação ativa das mulheres na concepção, gestão e apropriação dos espaços que utilizam. Essa dimensão traduz-se em princípios arquitetônicos que privilegiam processos participativos de projeto, assegurando o envolvimento das mulheres nas etapas de concepção, implementação e gestão dos edifícios. Também pressupõe a existência de espaços sobre os quais as usuárias possam exercer controle direto, como unidades habitacionais, áreas de trabalho ou espaços coletivos autogeridos. Além disso, recomenda-se a implantação de ambientes destinados ao apoio jurídico e psicossocial, incluindo salas de aconselhamento, serviços de assistência legal e mecanismos seguros para denúncia de situações de violência.

Os indicadores dessa dimensão compreendem a existência de processos participativos de projeto, o grau de autonomia das usuárias sobre os espaços individuais e coletivos, a disponibilidade de serviços de apoio jurídico, bem como o nível de conhecimento das mulheres acerca de seus direitos e sua capacidade de participar da gestão e da tomada de decisões relacionadas ao edifício.

A dimensão política

Refere-se à representação das mulheres nos processos de tomada de decisão, à sua capacidade de organização coletiva e à sua presença e influência na vida pública. Para que essa dimensão seja efetivamente promovida, o projeto arquitetônico deve funcionar como uma plataforma para a ação coletiva, oferecendo espaços flexíveis, acessíveis e adequados à organização comunitária, ao debate público e à formulação de demandas. As atividades desenvolvidas pelas mulheres devem ser visíveis ao espaço público por meio de interfaces transparentes, mercados comunitários, oficinas abertas e outros ambientes que evidenciem sua produção econômica, cultural e política. O projeto também deve contemplar salas de reunião, espaços para capacitação e ambientes destinados à organização coletiva. Além disso, a própria arquitetura pode tornar-se um meio de expressão política mediante a incorporação de elementos simbólicos, obras de arte pública e espaços autogeridos que reforcem a presença das mulheres e sua capacidade de influenciar a vida comunitária.

Os indicadores de avaliação dessa dimensão incluem a existência e a qualidade dos espaços destinados à organização coletiva e às reuniões comunitárias, o grau de visibilidade pública das atividades desenvolvidas pelas mulheres, evidências de processos de organização social e participação política, bem como o nível de envolvimento das usuárias na gestão do edifício e nas decisões que afetam sua comunidade.

A dimensão temporal

Concentra-se na forma como o tempo das mulheres é organizado e na possibilidade de reduzir o tempo dedicado às atividades de cuidado por meio de soluções arquitetônicas e espaciais. A principal inovação da matriz reside na incorporação dessa dimensão temporal, ao traduzir princípios originalmente formulados para a escala do planejamento urbano em estratégias de projeto aplicáveis à escala do edifício.

Os princípios arquitetônicos associados a essa dimensão incluem a proximidade funcional entre atividades complementares e a concentração dos serviços de cuidado no interior ou nas imediações do edifício, como creches, lavanderias coletivas, salas de amamentação, espaços para atendimento em saúde e outros serviços de apoio. Essa estratégia reduz a necessidade de deslocamentos externos e otimiza o tempo dedicado às atividades cotidianas.

Outro princípio consiste na organização sequencial e integrada dos espaços, permitindo que diferentes atividades de cuidado sejam realizadas durante uma única visita ao edifício, mediante a localização de funções relacionadas em um mesmo pavimento ou setor. Também são recomendados percursos internos curtos, seguros, acessíveis e facilmente compreensíveis, caracterizados por boa visibilidade, continuidade espacial e reduzido tempo de deslocamento. Por fim, a incorporação de espaços flexíveis destinados à prestação de pequenos serviços no próprio edifício contribui para diminuir a necessidade de deslocamentos adicionais, favorecendo a conciliação entre trabalho, cuidado e vida cotidiana. Os indicadores utilizados para avaliar essa dimensão incluem a existência e a proximidade dos serviços de cuidado disponíveis no edifício, o grau de integração espacial entre essas funções, a qualidade e a acessibilidade dos percursos internos — considerando o tempo médio de deslocamento, a facilidade de circulação e a ausência de barreiras arquitetônicas — , bem como a proporção de ambientes flexíveis e multifuncionais capazes de acomodar diferentes atividades ao longo do tempo.

Conclusão

Este estudo propôs uma Matriz Analítica de Empoderamento em Sete Dimensões, composta pelas dimensões psicológica, sociocultural, econômica, jurídica, política, espacial e temporal. A matriz constitui um instrumento analítico multidimensional que integra contribuições da teoria feminista, da teoria do espaço, da ética do cuidado e da crítica arquitetônica, aproximando esses referenciais da prática projetual. Ao traduzir princípios teóricos em indicadores arquitetônicos mensuráveis e estratégias de projeto, a pesquisa oferece um instrumento capaz de orientar a concepção, a análise e a avaliação de edifícios comprometidos com o empoderamento das mulheres.

A principal contribuição do estudo reside na incorporação das dimensões espacial e temporal aos modelos tradicionais de empoderamento, demonstrando que a arquitetura não deve ser compreendida apenas como o cenário físico onde os processos sociais acontecem, mas como um agente capaz de favorecer a autonomia, a participação, a segurança, a inclusão social e a igualdade de oportunidades. Ao deslocar o debate da escala urbana para a escala do edifício, a pesquisa amplia o campo da arquitetura sensível ao gênero e propõe uma abordagem metodológica que aproxima teoria e prática.

Bibliografia

ARROJO NAVEIRA, I. Análisis crítico con perspectiva feminista e interseccionalidad del proyecto y construcción del Centro Sociocomunitario de la Cañada Real Galiana (2019) de Recetas Urbanas. **ASTRÁGALO**: Cultura de la Arquitectura y de la Ciudad, n. 33–34, 2023, p. 453–470 .

BEEBEEJAUN, Y. Gender, Urban Space, and the Right to Everyday Life. **Journal of Urban Affairs**, v. 39, n. 3, 2017, p. 323-334.

BUBECK, Diemut Elisabet. **Care, gender, and justice**. Oxford: Clarendon Press; New York: Oxford University Press, 1995.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Translated by Rane Souza. 1st ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLOMINA, B. (ed.). **Sexuality and Space**. Nova York: Princeton Architectural Press, 1992.

CORNWALL, A. Women's Empowerment: What Works? **Journal of International Development**, v. 28, n. 3,2016, p. 342–359.

FENSTER, T. Gender and the City: The Different Formations of Belonging. In: NELSON, L.; SEAGER, J. (ed.). **A Companion to Feminist Geography**. Oxford: Blackwell Publishing, 2005. p. 242-256.

GILLIGAN, Carol**. In a different voice: psychological theory and women's development**. Cambridge, MA; London: Harvard University Press, 1982.

GÓMEZ-VARO, I.; DELCLÒS-ALIÓ, X.; MIRALLES-GUASCH, C.; MARQUET, O. Accounting for care in everyday mobility: an exploration of care-related trips and their sociospatial correlates. **Geografiska Annaler: Series B, Human Geography**, v. 106, n. 3, 2024, p. 347-363.

GONZÁLEZ-FERNÁNDEZ, I.; PÉREZ-MORENO, L. C. Aging and Caring Architecture: A Theoretical Approach from the Ethics of Care. **Architecture**, v. 6, n. 1,2026, p. 15.

HARVEY, D. **Social Justice and the City**. Oxford: Basil Blackwell, 1973.

HARVEY, D. The right to the city. **New Left Review**, n. 53, 2008, p. 23-40,.

HAYDEN, D. What Would a Non-Sexist City Be Like? Speculations on Housing, Urban Design, and Human Work. **Signs**, v. 5, n. 3, 1980. p. S170-S187.

HUTCHISON, Ray (Ed.). Gendered Space. In: **Encyclopedia of Urban Studies**. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2010.

KABEER, N. Resources, Agency, Achievements: Reflection on the Measurement of Women's Empowerment. **Development and Change**, v. 30, n. 3, 1999, p. 435-464.

LEFEBVRE, H. **The Production of Space**. Tradução de D. Nicholson-Smith. Oxford: Blackwell Publishing, 1991.

MALHOTRA, A.; SCHULER, S. R.. **Measuring Women's Empowerment as a Variable in International Development.** In: Deepa Narayan (Ed.). Measuring empowerment: cross-disciplinary perspectives. The World Bank: Washington, 2005.

MASSEY, Doreen. **Space, place, and gender**. Cambridge: Polity Press; Minneapolis: University of Minnesota, 1994.

MCDOWELL, Linda. **Gender, identity and place: understanding feminist geographies**. Cambridge: Polity Press; Oxford: Blackwell Publisher, 1999.

MEHAN, A.; DOMINGUEZ, N. Interdisciplinary Urban Interventions: Fostering Social Justice Through Collaborative Research-Led Design in Architecture Education. **Architecture**, v. 4, n. 4, 2024, p. 1136–1156.

MUXI MARTÍNEZ, Zaida. **Mujeres, casas y ciudades. Más allá del umbral**. 2. ed. Barcelona: dpr-barcelona, 2019.

NARAYAN, D. Conceptual Framework and Methodological Challenges. In: NARAYAN, D. (ed.). **Measuring Empowerment: Cross-Disciplinary Perspective**. Washington, DC: World Bank, 2005. p. 3-38.

PERKINS, D. D. Empowerment. In: COUTO, R. A. (ed.). **Political and Civic Leadership**: A Reference Handbook. Thousand Oaks: Sage, 2010. p. 207–218.

PETERSON, M. Designing a Feminist City: Public Libraries as a Women's Space. **Geoforum**, v. 150, art. 103971, 2024.

PETRESCU, D.; GIBSON, K. Diverse Economies, Ecologies and Practices of Urban Commoning. In: FRICHOT, H.; GABRIELSSON, C.; RUNTING, H. (ed.). **Architecture and Feminisms**: Ecologies, Economies, Technologies. Londres: Routledge, 2017.

PETRILLO, M.; FANGHANEL, A. Building Hope: Co-producing Trauma-Informed Space with Women in the Justice System. **Feminist Criminology**, v. 0,x, 2025, p. 1-21.

RENDELL, J. Only Resist: A Feminist Approach to Critical Spatial Practice. **Architectural Review**, 19 Feb. 2018. Available at: https://www.architectural-review.com/essays/only-resist-a-feminist-approach-to-critical-spatial-practice. Accessed on: 23 Mar. 2026.

RIBEIRO, Lilian Lopes; MARINHO, Emerson. Time poverty in Brazil: measurement and analysis of its determinants. ***Estudos Econômicos (São Paulo),*** São Paulo, v. 42, n. 2, , jun. 2012, p. 285-305.

SÁNCHEZ DE MADARIAGA, Inés. **Urbanismo con perspectiva de género**. Sevilla: Instituto Andaluz de la Mujer, Junta de Andalucía, 2004.

SÁNCHEZ DE MADARIAGA, Inés. Vivienda, movilidad y urbanismo para la igualdad en la diversidad: ciudades, género y dependencia. **Ciudad y Territorio: Estudios Territoriales**, Madrid, v. XLI, n. 161-162, , 2009, p. 581-598.

SERTYESILISIK, B. Effective Childcare Services, Kindergarten Education and Policies for Achieving Women Empowerment, Gender Equality and Social Development Enhanced by the Construction Industry. In: CHAKRABORTY, C.; PAL, D.; KAYALICA, M. O. (ed.). **Gender (In)equality and Social Development**: Issues of Health, Education, Environment and other SDG Implications. Singapura: Springer Nature, 2025. p. 67-80.

TROJANOWSKA, M.; MATUSZEWSKA, J.; BROSZ, M. Investigating the preferences for Hospital Landscape Design: Results of a Pilot Study from Poland. **Architecture**, v. 5, n. 4, 2023, p. 91.

TRONTO, Joan C**. Moral boundaries: a political argument for an ethic of care**. New York; London: Routledge, 1993.

UN WOMEN. **The Paths to Equal**: Twin Indices on Women's Empowerment and Gender Equality. Nova York: UN Women, 2023. Available at: https://data.unwomen.org/publications/paths-equal-twin-indices-womens-empowerment-and-gender-equality. Accessed on: 29 Mar. 2025.

UN WOMEN. **Women's Economic Empowerment Strategy**. Nova York: UN Women, 2024.

VAIOU, D. Gender Divisions in Urban Space: Beyond the Rigidity of Dualist Classifications. **Antipode**, v. 24, n. 4,1992, p. 247–262.

VALDIVIA, B.; ORTIZ ESCALANTE, S. Feminist Urban Planning: Women Transforming Territories through Participatory Action Methods. In: MARTÍNEZ, M. A. (ed.). **Research Handbook on Urban Sociology**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2024. p. 341–359.

O direito ao território educativo: a participação das infâncias na construção das micropolíticas e políticas públicas da Cidade do Rio de Janeiro

Mariana Coviello Rei Rebelo Pereira
Universidade Federal do Rio de Janeiro - Programa de Pós-graduação em Arquitetura (PROARQ-FAU-UFRJ)
mariana.coviello@fau.ufrj.br

Giselle Arteiro Nielsen Azevedo
Universidade Federal do Rio de Janeiro - Programa de Pós-graduação em Arquitetura (PROARQ-FAU-UFRJ)
giselleartEiro@fau.ufrj.br

Resumo: Este artigo é parte da pesquisa de doutorado em desenvolvimento, no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROARQ-FAU-UFRJ), com o objetivo de refletir sobre a participação cidadã das crianças, em múltiplas escalas, estabelecendo articulações entre práticas sociais e políticas públicas. Parte-se da compreensão de que as crianças são sujeitos de direitos, ativos e transformadores de seus territórios, e, portanto, suas opiniões precisam ser ouvidas e consideradas em todos os aspectos. Mesmo que existam marcos legais que garantam o direito à participação desses sujeitos, ainda persistem desafios no que diz respeito à sua efetivação. Trata-se de uma revisão da literatura, de natureza qualitativa e transdisciplinar, a partir de conceitos como Territórios Educativos, Educação Urbanística e Ambiental, Sociologia da infância e direito à cidade. As discussões evidenciam a necessidade de despertar o interesse pelas questões e direitos urbanos, bem como de fortalecer metodologias participativas que promovam a escuta ativa das crianças e ampliem sua inserção nos processos de planejamento urbano, reconhecendo a educação como eixo estratégico para construção da cidadania e do direito ao território educativo. Busca-se, com esse trabalho, colaborar nos debates contemporâneos sobre a função social da arquitetura e urbanismo, como campo potencializador para mediar processos educativos sobre o ambiente construído, ao oferecer conhecimentos técnicos e instrumentos para a leitura, a compreensão e a intervenção crítica nos territórios.

Palavras-chave: Infâncias, participação cidadã, direito à cidade, território educativo, educação urbanística e ambiental.

Introdução

O fenômeno urbano tem sido objeto de análises de diversos campos disciplinares, dada a sua relevância e complexidade nas dinâmicas contemporâneas. De acordo com projeções da Organização das Nações Unidas[1] aproximadamente 56% da população mundial vive em contexto urbanos, com a perspectiva de atingir 68% em 2050. No Brasil, esse processo apresenta contornos ainda mais expressivos, com cerca de 85% da população residindo em áreas urbanas[2].

Entretanto, o crescimento populacional das cidades não tem sido acompanhado, de forma proporcional, por condições igualitárias de acesso a espaços, serviços e oportunidades. Ao contrário, esse processo tem contribuído para o acirramento das desigualdades socioespaciais, o agravamento dos impactos ambientais e a intensificação da crise climática. Conforme Sarmento[3], esse cenário afeta de maneira particularmente intensa os grupos socialmente mais vulnerabilizados, como as infâncias. Além de serem aquelas que irão conviver por mais tempo com as consequências dessas transformações e impactos, tais condições também interferem diretamente no desenvolvimento integral, bem-estar e saúde dessa população. No entanto, acabam sendo invisibilizados das discussões e decisões que afetam diretamente suas vivências. A partir dessa problemática, a pesquisa tem como objetivo refletir sobre a participação cidadã das crianças em múltiplas escalas, estabelecendo um diálogo entre práticas sociais, políticas públicas e planejamento urbano, com vistas à promoção do direito das infâncias à cidade.

Historicamente, o planejamento urbano tem sido orientado por uma perspectiva adultocêntrica, que produz e reproduz a segregação e a invisibilização dos corpos, saberes e modos de viver infantis, tanto na esfera pública quanto no cotidiano. Além disso, fenômenos como a superpopulação, o tráfego intenso, a violência e a desigualdade socioespacial, acabam por comprometer a fruição plena do direito à cidade. Esse comprometimento não restringe apenas a dimensão funcional, como o brincar, circular e ocupar os espaços com segurança e autonomia, mas alcança também a dimensão política, ao limitar o exercício da cidadania, da participação e da vida coletiva.

A permanência desse modelo de produção do espaço também está relacionada à limitada compreensão da população sobre os processos que estruturam a cidade e as possibilidades de participação em sua transformação. Buzzar *et al.*[4] afirmam que a população raramente é estimulada a questionar as dinâmicas urbanas e os conflitos de interesse que se manifestam na cidade. Em diálogo com essa perspectiva, Ermínia Maricato[5] discute o conceito de "analfabetismo urbanístico", caracterizado pela ausência de compreensão crítica acerca dos processos que estruturam a produção capitalista do espaço urbano. Diante desse quadro, a educação pode desempenhar um papel transformador ao contribuir para a formação de sujeitos mais críticos, participativos e comprometidos com a transformação da realidade social. Isso reforça a importância de promover processos

---

[1] ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ***World Urbanization Prospects:*** *The 2018 Revision*. New York: United Nations, 2018.

[2] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – **Censo Demográfico 2010:** Características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

[3] SARMENTO, Manuel – Infância e Cidade: restrições e possibilidades. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 41, nº 2 (2018) p. 232-240.

[4] BUZZAR, Miguel; BERALDO, Ana Maria; SASSO, Analle; SANTOS, Edmilson; CRUZ, Mayara – **Cartilha da cidade**. v.1, 2.ed. São Carlos: IAU/USP, 2023.

[5] MARICATO, Ermínia – **Para entender a crise urbana.** São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2015.

educativos sobre o tema desde a infância, tendo a escola como espaço estratégico para formação cidadã, estimulando a corresponsabilidade e o engajamento comunitário na resolução dos desafios locais.

A escola, enquanto equipamento social e comunitário, deve ir além da mera transmissão de conteúdos formais, e fundamentar-se em experiências contextualizadas e significativas, capazes de promover um processo dialógico de reflexão e intervenção no mundo[6]. Isso implica reconhecer que a aprendizagem extrapola os limites físicos da instituição escolar e se constrói na interação com o território e as dinâmicas cotidianas. Assim, é necessário que a escola se abra para o território, pois estes dispõem de inúmeras possibilidades formativas. Conforme afirma Leonardo Marino:

> "[…] ao encararmos os processos educativos para além dos muros escolares, entendemos que a escola pode contribuir para consolidar uma maior participação dos indivíduos na resolução dos problemas socialmente compartilhados, no reconhecimento das potencialidades locais e na formulação de políticas públicas"[7].

Discussões sobre questões emergentes relacionadas ao ambiente construído corroboram para cultivar uma cultura de consciência crítica sobre o espaço urbano e o cuidado com o meio ambiente. A atenção à crise climática e aos riscos e vulnerabilidades socioambientais não apenas prepara os estudantes para um futuro incerto, mas também os empodera a participar ativamente na busca por soluções. Considerando a importância de refletir sobre a temática a partir de uma perspectiva transdisciplinar, a Arquitetura e o Urbanismo constituem um campo potencializador para mediar processos educativos sobre o ambiente construído, ao oferecer conhecimentos técnicos e instrumentos para a leitura, a compreensão e a intervenção crítica nos territórios.

Infâncias em perspectiva: reflexões sobre participação, cidadania e direito à cidade

De acordo com Qvortrup[8], o campo da Sociologia da Infância compreende a infância como categoria geracional estrutural. Essa perspectiva envolve reconhecer que as crianças não são apenas indivíduos em desenvolvimento, mas atores sociais, produtoras de cultura e detentoras de conhecimento e de direitos, cujas experiências são constituídas pela multiplicidade de contextos socioculturais nos quais estão inseridas. Assim, é preciso considerar que as infâncias existentes são múltiplas e atravessadas por uma das questões mais desafiadoras da contemporaneidade: a produção e a reprodução das desigualdades socioespaciais.

Nesse cenário, a cidadania ultrapassa a dimensão estritamente jurídica. Embora Dimenstein[9] a defina, em essência, como a garantia por lei de viver dignamente, sua efetivação depende das condições concretas de acesso aos direitos e das possibilidades de participação na vida coletiva. Assim, a cidadania constitui um processo que se aprende

---

[6] FREIRE, Paulo – **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

[7] MARINO, Leonardo – A falência do modelo escolar tradicional e a necessária construção de uma educação integral e comunitária. **Giramundo: Revista de Geografia do Colégio Pedro II**, vol 5, nº 10 (2020) p. 19–30.

[8] QVORTRUP, Jens – A infância enquanto categoria estrutural. **Educação e Pesquisa**, vol 36, nº 2 (2010) p. 631-643.

[9] DIMENSTEIN, Gilberto – **O cidadão de papel:** a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil. São Paulo: Ática, 1994.

socialmente e se forma de "dois componentes essenciais: o território e a cultura"[10]. É nessa perspectiva que se insere o direito à cidade, que compreende um conjunto de direitos básicos para a qualidade de vida urbana, como condições adequadas de habitação, acesso a equipamentos comunitários, infraestrutura urbana, transporte público etc. Reforça, ainda, a importância da participação ativa dos cidadãos na construção e transformação das cidades.

O termo foi teorizado por Henri Lefebvre[11] em 1968, que o entende enquanto direito coletivo, ao enfatizar que a cidade precisa ser moldada pelas necessidades e desejos da população, em vez de ser determinada apenas pelas forças de mercado. Portanto, reconhecer o direito à cidade é um passo importante na conquista da melhoria de vida da população. No Brasil, o direito à cidade está descrito no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), documento que regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, como forma de promover o planejamento urbano em obediência à função social da cidade, garantindo o bem-estar de seus habitantes e a gestão democrática e participativa.

No caso das crianças, o direito à opinião e à participação nos processos decisórios que afetam suas vidas é assegurado por diversos marcos legais, tanto nacionais quanto internacionais. A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Programa Nacional de Direitos Humanos são alguns dos exemplos marcantes sobre o tema. Entretanto, na prática, o que predomina é a negação ou invisibilização dessa participação, frequentemente sustentada por uma perspectiva adultocêntrica e hierarquizada, que desconsidera a legitimidade das suas percepções e experiências. E, quando são criados espaços de participação, esses processos muitas vezes ocorrem de forma passiva ou consultiva, limitando-se à escuta sem garantir uma efetiva inserção das crianças nos processos de decisão e transformação dos territórios.

Arnstein[12] defende que há uma diferença fundamental entre a participação entendida como um rito meramente obrigatório e a participação que efetivamente confere poder aos cidadãos para influenciar os resultados dos processos decisórios. Isso pressupõe redistribuição de poder, permitindo que grupos historicamente excluídos das decisões públicas passem a exercer influência real sobre a formulação, implementação e avaliação das políticas. Ou seja, é necessário dar visibilidade a processos de formação, escuta e diálogo que reconheçam seus saberes, suas experiências situadas no território e sua capacidade de intervir nas suas realidades. Considerá-las, nesse processo é, propriamente, um exercício de cidadania.

Escola, território educativo e cidade educadora: uma rede de possibilidades

Os debates e pesquisas relativos à infância já reconhecem que os direitos e existências desses sujeitos lhes são negados nas mais diversas formas, envolvendo tanto seus corpos como seus modos de pensar e agir. Em contraposição a essa realidade, ganha força a defesa de uma cidade mais inclusiva e educadora, cujos espaços públicos são a base para que seus cidadãos possam aprender e usufruir de seus direitos, saberes cotidianos e

[10] SANTOS, Milton – **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 1987.

[11] LEFEBVRE, Henri – **Le droit a la ville**. Paris: Anthropos, 1968.

[12] ARNSTEIN, Sherry – Uma escada da participação cidadã. **Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação - PARTICIPE**, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, vol 2, nº 2 (2002) p. 4-13.

diferenças, reverberando na qualidade de vida urbana e bem-estar de toda a sociedade. Moacir Gadotti[13] reforça que, em uma cidade que educa, todos os habitantes devem usufruir das mesmas oportunidades de formação, desenvolvimento pessoal e acesso à cultura e ao lazer. Isso pressupõe o reconhecimento de que o processo de aprendizagem não se limita ao ambiente escolar, mas se estende aos espaços públicos. Da mesma forma, a responsabilidade por essa formação deve ser compartilhada por todas as instâncias da sociedade.

É preciso reconhecer que nenhuma prática educativa acontece descolada de seus contextos. Por isso, ao tratarmos das relações locais, tomamos como base o conceito de território educativo proposto por Azevedo et al., compreendido como "um espaço ativo e dinâmico, construído social e tecnologicamente, formado por humanos e não humanos, capaz de gerar efeitos educativos e influenciar ações"[14]. Esse termo é incorporado em algumas normativas no campo do planejamento urbano e da educação, como é o caso do Programa Mais Educação (Decreto nº 7.083/2010), que propõe a integração entre espaços escolares e equipamentos públicos como praças, parques, bibliotecas, museus e centros comunitários, no âmbito da Educação Integral. Isso mostra a importância de uma atuação em rede, onde a escola atua como centralidade, e assume o papel de articulação com o seu entorno e comunidade. Em muitas realidades, sobretudo aquelas marcadas por maiores vulnerabilidades, o equipamento escolar é o espaço central para a garantia de direitos fundamentais, como o acesso a iniciativas de educação, saúde, cultura e lazer.

O oportunizar das possibilidades educativas do território envolve a criação de processos e ambientes que incentivem e deem qualidade à apropriação do espaço público e à participação ativa, motivando-os a serem agentes de transformação em suas comunidades. No contexto do Rio de Janeiro, observa-se um movimento de fortalecimento da cultura de participação popular nos processos de planejamento e gestão da cidade. No caso das infâncias, uma das iniciativas desenvolvidas nesse sentido foi o Mapeamento Afetivo do Rio de Janeiro, realizado com estudantes do ensino fundamental da rede municipal de educação. A atividade consistiu na aplicação de um formulário composto por duas perguntas, por meio das quais as crianças e os jovens puderam expressar suas percepções e desejos em relação ao percurso entre a casa e a escola. A iniciativa foi desenvolvida por meio de uma parceria entre a academia e o poder público, envolvendo os Grupos de Pesquisa Ambiente-Educação (GAE), Sistema de Espaços Livres (SEL-RJ) e Projeto e Representação do Ambiente (PROAMB), vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROARQ/UFRJ), em articulação com o Escritório de Planejamento da Subsecretaria de Planejamento e Acompanhamento de Resultados (CVL-SUBPAR) e a Secretaria Municipal de Educação (SME) da Prefeitura do Rio de Janeiro.

As reflexões e análises produzidas a partir dos resultados do Mapeamento Afetivo constituem um importante campo de diagnóstico e investigação sobre a cidade sob a perspectiva das infâncias, dando visibilidade para suas experiências e percepções nos debates sobre planejamento urbano, políticas públicas e direito à cidade. Nesse sentido, os resultados foram incorporados em dois importantes documentos da cidade: o Plano

[13] GADOTTI, Moacir – A escola na cidade que educa. **Cadernos Cenpec**, vol 1, nº 1 (2006) p. 133-139.

[14] AZEVEDO, Giselle; TÂNGARI, Vera; RHEINGANTZ, Paulo – **Do espaço escolar ao território educativo:** O lugar da arquitetura na conversa da escola de educação integral com a cidade. Rio de Janeiro: Rio Books, 2016.

Estratégico[15]e o Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática[16]. Neste último, apresenta-se como meta para o município integrar a Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE) para receber o título de Cidade Educadora.

Mas, ainda são reconhecidos desafios significativos para a efetivação dessas diretrizes na prática urbana. A dificuldade de estabelecer uma gestão democrática eficiente, a partir da participação social garantida em lei, corrobora com a produção de políticas dissociadas da realidade. Como consequência, são produzidas soluções que não atendem às necessidades reais das comunidades e perpetua a invisibilização de grupos vulnerabilizados. Singer esclarece que:

> "Uma Cidade Educadora possui territórios educativos, sem dúvida, mas a política urbana como um todo tem que ser pensada numa perspectiva educadora. Isso se dá quando os grandes marcos referenciais da cidade, como o Plano Diretor Estratégico e o Plano Municipal de Educação já são concebidos juntos, integrados e em diálogo para que todas as políticas da cidade se desenhem na perspectiva da Cidade Educadora"[17].

Nesse sentido, Santos[18] sugere a "implantação de um verdadeiro planejamento estratégico, em que as realidade locais sejam um ponto de partida para o raciocínio dos administradores". Mostra-se necessário fortalecer a continuidade e a revisão das políticas públicas, de modo a construir um modelo de governança democrático, intersetorial e multinível, fundamentada na gestão compartilhada e noção ampliada do território. Assim, o planejamento urbano passa a constituir um processo transversal, articulado às políticas de educação, assistência social, cultura, mobilidade, saúde e meio ambiente, ampliando as possibilidades educadoras da cidade.

Educar para um planejamento urbano integrado e sensível às infâncias

Raveja[19] destaca que, a partir da década de 1980, arquitetos e urbanistas começaram a se atentar para a importância da participação social da comunidade no processo projetual, de forma que a qualidade do lugar contemple as demandas e necessidades de quem os vivencia. Nesse sentido, compreende que a educação sobre o ambiente construído desde a infância precisa ser uma tarefa prioritária para a sociedade.

Ferraro e Azevedo[20] trazem uma contribuição terminológica acerca da educação que envolve os conhecimentos baseados na arquitetura e urbanismo direcionado principalmente à crianças e jovens. Em contextos internacionais são utilizados termos

---

[15] PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro 2021–2024.** Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2021

[16] PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática da Cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2021.

[17] SINGER, Helena – Territórios Educativos: como aprender na cidade? [Entrevista concedida a] Pedro Nogueira. **Educação e Território**, Cidade Escola Aprendiz, abril, 2015. Disponível em: https://educacaoeterritorio.org.br/reportagens/territorios-educativos-como-aprender-na-cidade/. Acesso em 23 jun. 2026.

[18] SANTOS, Milton – **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 1987.

[19] RAVEJA, Magdalina Polinova. Built Environment Education. Fostering Growth in School Children. **Revista Internacional de Educación para la Justicia Social**. vol 6, nº 1, (2017) p.255-270. Disponível em: https://revistas.uam.es/riejs/article/view/7665. Acesso em: 06 jan. 2026.

[20] FERRARO, Luiza Helena; AZEVEDO, Giselle. Educação Urbanística e Ambiental : rede colaborativa, corresponsabilização e função social da universidade. **Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente**, vol 8, nº 3, (2023) p. 57–70.

como *Built Environment Education*, *Baukultur, Educación para la arquitectura,* Educación cívica en arquitectura, entre outros. No Brasil, o termo Educação Urbanística e Ambiental ganhou destaque a partir da criação do programa CAU Educa[21], estruturado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR). O termo traz equivalência com o *Building Environment Education,* utilizado pelo Grupo de trabalho *"Architecture & Children"* da União Internacional de Arquitetos (UIA). Desde 2018, a iniciativa promove a democratização do acesso aos conhecimentos da arquitetura e do urbanismo, ao aproximar crianças e jovens das discussões sobre o ambiente construído. Entende-se que esse diálogo contribui para o desenvolvimento da consciência crítica e da formação cidadã, ao promoverem o senso de pertencimento e de corresponsabilidade na construção de cidades mais sustentáveis, resilientes e igualitárias.

Se, por um lado, é necessário promover essas reflexões desde cedo com as crianças, por outro, é fundamental que os profissionais de Arquitetura e Urbanismo assumam uma responsabilidade coletiva e compartilhada no diálogo e na ampliação do conhecimento cultural acerca das infâncias, conforme defende Loeb[22]. Isso porque, a atuação desses profissionais extrapola a dimensão técnica do projeto, e influencia de maneira significativa no cotidiano das crianças e demais grupos sociais. Considerada uma das pioneiras a pensar sobre o protagonismo das crianças nas práticas arquitetônicas no Brasil, a arquiteta Mayumi Souza Lima[23] pôs em evidência a função social educadora da profissão, ao propor que crianças e jovens se envolvessem nos processos de projetos que eram voltados para elas, como os equipamentos escolares. Mais que ouvir suas demandas, esse movimento de co-construção dava aos estudantes a politização para atuar com consciência crítica em outras esferas da sociedade.

Nesse sentido, cita-se a Universidade como um espaço importante no fortalecimento dessas práticas, desde a formação profissional, por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão. A aproximação com as realidades é essencial para que os profissionais compreendam as dinâmicas socioespaciais em sua complexidade e ampliem o diálogo com os sujeitos que vivenciam o território, de modo a promover práticas urbanas contra-hegemônicas nos diferentes âmbitos de atuação. Um exemplo disso são as Oficinas de Educação Urbanística e Ambiental, propostas pelo Grupo de Pesquisa Ambiente (GAE). A proposta das atividades parte de uma abordagem transdisciplinar, multiescalar e multimétodos, com base em dispositivos de interlocução utilizados pelo grupo, com o objetivo de incluir os estudantes nas discussões de temas emergentes relacionados aos fenômenos urbanos e ambientais.

Como propõe bell hooks[24], a proposta busca encarar a educação como prática de liberdade, permitindo que vozes historicamente marginalizadas passem a ocupar o centro da produção do conhecimento, valorizando suas culturas e experiências. Dessa forma, a abordagem educativa é situada no território e na realidade dos estudantes, em um processo dialógico de construção de conhecimentos, onde eles são compreendidos como co-

[21] CAU/BR – **Caderno CAU Educa:** Educação Urbanística e Ambiental. Brasília, DF: CAU/BR, 2022.

[22]LOEB, Rodrigo – Arquitetura, Territorialidades e Infâncias no mundo em colapso: desafios e vislumbres de outros mundos possíveis. In AZEVEDO, Giselle; Matiello, Alexandre; Silva, Rogério – **O habitar das infâncias e juventudes:** territorialidades em rede. Rio de Janeiro: Paisagens Híbridas, 2024. p.74.

[23] LIMA, Mayumi Watanabe Souza – **Arquitetura e Educação.** São Paulo: Studio Nobel, 1995.

[24] HOOKS, Bell – **Ensinando a transgredir:** A educação como prática de liberdade. Tradução: Marcelo Brandão. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

construtores da pesquisa, alinhando-se à ideia de se pesquisar-COM[25]. Além dos estudantes, as atividades buscam incluir os professores regentes das turmas, compreendendo que são agentes multiplicadores das ações e aprendizagens produzidas.

Dentro de cada contexto socioterritorial e escolar, as atividades buscam discutir temas relacionados à arquitetura e urbanismo, alinhados à Base Nacional Comum Curricular, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o conteúdo escolar e a vivência cotidiana das crianças. A metodologia inclui três momentos principais: aproximar, mapear e construir. O primeiro momento tem a intenção de apresentar a profissão de arquiteto e urbanista aos estudantes, explorando suas formas de representação e os instrumentos utilizados na prática profissional. O segundo momento estimula o aprofundamento no território do entorno escolar, a partir da identificação de suas potencialidades e desafios. Por fim, o terceiro momento propõe a elaboração de soluções para as questões identificadas, bem como o reconhecimento dos diferentes agentes que podem contribuir para sua implementação (Figura 1).



Figura 1: Etapas das oficinas. Fonte: Elaborado pela autora (2025).

De acordo com Ferraro[26] são trabalhados temas específicos como vocabulário urbano; noções sobre os atributos das cidades; mobilidade urbana; relações entre a escola e o entorno construído; patrimônio; relações do meio antrópico ao meio natural; problemáticas urbanas e a infraestrutura existente e/ou necessária etc. Além de temas sociais que tangenciam as discussões e experiências, como gênero, classe e raça. Nota-se que, além de tratarem de conceitos importantes, esses temas dialogam diretamente com normativas relacionadas ao planejamento urbano brasileiro, e na qual a população tem pouco conhecimento. O Estatuto da cidade (Lei nº 10.257/2001), por exemplo, traz como

[25] Termo cunhado por Moraes, para caracterizar metodologias participativas, realizadas **com** (e não **sobre)** o outro. Nele, podemos incluir não só a relação pesquisador-pesquisado, mas também todas as referências teóricas, empíricas, agentes e situações que circundam a pesquisa social qualitativa.
MORAES, Marcia – Do "PesquisarCOM" ou tecer destecer fronteiras. In: TAVARES, Gilead; MORAES, Marcia; BERNARDES, Anita (org.). **Cartas para pensar:** políticas de pesquisa em psicologia. Vitória: EDUFES, 2014. pp. 26-51.
[26] FERRARO, Luiza Helena. **Educação urbanística e ambiental:** diálogo cidade-escola. Rio de Janeiro: PROARQ-FAU-UFRJ, 2025. 389p. Tese de Doutorado em Arquitetura.

diretrizes gerais a garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações. Desse modo, a educação urbanística e ambiental constitui um importante instrumento para a compreensão crítica desses direitos e para a formação de cidadãos capazes de participar ativamente da construção de cidades mais justas, inclusivas e sustentáveis.

Breves considerações finais

O presente trabalho buscou analisar a participação cidadã das infâncias, estabelecendo um diálogo entre práticas sociais, políticas públicas e planejamento urbano. Para isso, foram investigadas as concepções de cidadania, participação e direito à cidade, compreendendo o papel da educação e da escola na formação de cidadãos conscientes das questões urbanas e de seus direitos. Diante da emergência climática e dos desafios socioambientais contemporâneos pelos quais as cidades encontram-se submetidas, torna-se imprescindível compreender a educação não apenas como um direito, mas como um eixo estratégico para o planejamento urbano sustentável e para o fortalecimento da cidadania.

No caso das infâncias, a ausência de suas vozes está diretamente relacionada à negligência em reconhecê-las como cidadãs desde o nascimento. Como consequência, suas necessidades, experiências e perspectivas permanecem, muitas vezes, invisibilizadas na formulação das políticas públicas e na produção do espaço urbano. Diante desse cenário, é necessário que a sociedade reconheça as crianças como sujeitos de direitos e cidadãs, compreendendo sua capacidade de contribuir para os processos de produção, planejamento e gestão dos seus territórios.

Assim, propõe-se pensar em formas de pesquisarCOM, projetarCOM e planejarCOM, compreendidas como perspectivas metodológicas que reconhecem a construção coletiva e a articulação de saberes, experiências e agenciamentos em rede. Mais do que um recurso metodológico, essa perspectiva representa um compromisso ético e político com a construção compartilhada do conhecimento e da cidade. Portanto, é necessário que as interações entre micropolíticas e políticas públicas estejam ancoradas no diálogo e na escuta ativa, a partir de metodologias e espaços outros, que priorizem formas de interlocução atentas e compatíveis com as culturas infantis. No âmbito das políticas públicas, isso requer uma mudança de paradigma, orientada por uma gestão democrática, integrada e intersetorial, comprometida com a participação social e com a efetivação do direito à cidade. Paralelamente, no campo das micropolíticas, as ações desenvolvidas junto às escolas revelam-se potentes para produzir leituras mais aprofundadas da realidade local, favorecendo intervenções urbanas mais sensíveis e fortalecendo, simultaneamente, os processos de formação cidadã.

Por fim, acredita-se que a consolidação de uma Cidade Educadora depende da capacidade de integrar essas diferentes escalas de atuação, articulando planejamento urbano, educação e participação social em torno de um projeto comum de cidade, que educa e transforma. Isso significa reconhecer as crianças como protagonistas da vida urbana e assegurar que suas experiências e perspectivas sejam incluídas e contribuam efetivamente para a construção de territórios mais democráticos, inclusivos e comprometidos com a justiça socioespacial.

A pesquisa de doutorado se encontra na fase de fundamentação teórica. As etapas seguintes irão se debruçar nos materiais e métodos. Será proposto o mapeamento dos projetos e ações elaborados no município do Rio de Janeiro, que considerem processos de escuta e participação com crianças em contexto escolar. Além disso, serão promovidos processos de interlocução com estudantes do ensino fundamental de escolas municipais, sobre educação cidadã, participação, ambiente construído e questões emergentes vinculadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável, por meio de oficinas de educação urbanística e ambiental. É neste sentido, de contribuir com ações e agendas que reafirmam as crianças como sujeitos ativos e transformadores de seus territórios, que se dão os caminhos da pesquisa, estabelecendo relações dialógicas e respeitando a dimensão ética, processual e sensível de se pesquisarCOM as crianças.

Bibliografia

ARNSTEIN, Sherry – Uma escada da participação cidadã. **Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação - PARTICIPE**, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, vol 2, nº 2 (2002) p. 4-13.

AZEVEDO, Giselle; TÂNGARI, Vera; RHEINGANTZ, Paulo – **Do espaço escolar ao território educativo:** O lugar da arquitetura na conversa da escola de educação integral com a cidade. Rio de Janeiro: Rio Books, 2016.

BUZZAR, Miguel; BERALDO, Ana Maria; SASSO, Analle; SANTOS, Edmilson; CRUZ, Mayara – **Cartilha da cidade**. v.1, 2.ed. São Carlos: IAU/USP, 2023.

CAU/BR – **Caderno CAU Educa:** Educação Urbanística e Ambiental. Brasília, DF: CAU/BR, 2022.

DIMENSTEIN, Gilberto – **O cidadão de papel:** a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil. São Paulo: Ática, 1994.

GADOTTI, Moacir – A escola na cidade que educa. **Cadernos Cenpec**, vol 1, nº 1 (2006) p. 133-139.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – **Censo Demográfico 2010:** Características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

FERRARO, Luiza Helena; AZEVEDO, Giselle. Educação Urbanística e Ambiental: rede colaborativa, corresponsabilização e função social da universidade. **Revista Projetar - Projeto e Percepção do Ambiente**, vol 8, nº 3, (2023) p. 57–70.

FERRARO, Luiza Helena. **Educação urbanística e ambiental:** diálogo cidade-escola. Rio de Janeiro: PROARQ-FAU-UFRJ, 2025. 389p. Tese de Doutorado em Arquitetura.

FREIRE, Paulo – **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOOKS, Bell – **Ensinando a transgredir:** A educação como prática de liberdade. Tradução: Marcelo Brandão. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

LEFEBVRE, Henri – **Le droit a la ville**. Paris: Anthropos, 1968.

LIMA, Mayumi Watanabe Souza – **Arquitetura e Educação.** São Paulo: Studio Nobel, 1995.

LOEB, Rodrigo – Arquitetura, Territorialidades e Infâncias no mundo em colapso: desafios e vislumbres de outros mundos possíveis. In AZEVEDO, Giselle; Matiello, Alexandre; Silva, Rogério – **O habitar das infâncias e juventudes:** territorialidades em rede. Rio de Janeiro: Paisagens Híbridas, 2024. p.74.

MARICATO, Ermínia – **Para entender a crise urbana.** São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2015.

MARINO, Leonardo – A falência do modelo escolar tradicional e a necessária construção de uma educação integral e comunitária. **Giramundo: Revista de Geografia do Colégio Pedro II**, vol 5, nº 10, (2020) p. 19–30.

MORAES, Marcia – Do "PesquisarCOM" ou tecer destecer fronteiras. In: TAVARES, Gilead; MORAES, Marcia; BERNARDES, Anita (org.). **Cartas para pensar:** políticas de pesquisa em psicologia. Vitória: EDUFES, 2014. pp. 26-51.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – **World Urbanization Prospects:** The 2018 Revision. New York: United Nations, 2018.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática da Cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2021.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro 2021–2024**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2021.

QVORTRUP, Jens – A infância enquanto categoria estrutural. **Educação e Pesquisa**, vol 36, nº 2 (2010) p. 631-643.

RAVEJA, Magdalina Polinova. Built Environment Education. Fostering Growth in School Children. **Revista Internacional de Educación para la Justicia Social**. vol 6, nº 1, (2017) p.255-270. Disponível em: https://revistas.uam.es/riejs/article/view/7665. Acesso em: 06 jan. 2026.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 1987.

SARMENTO, Manuel – Infância e Cidade: restrições e possibilidades. **Revista Educação**: Porto Alegre, vol 41, nº 2, (2018), p. 232-240.

SINGER, Helena – Territórios Educativos: como aprender na cidade? [Entrevista concedida a] Pedro Nogueira. **Educação e Território**, Cidade Escola Aprendiz, abril, 2015. Disponível em: https://educacaoeterritorio.org.br/reportagens/territorios-educativos-como-aprender-na-cidade/. Acesso em 23 jun. 2026.

Da Arena à Escola: Diálogos entre a Apropriação Infantil e o Legado Olímpico Rio 2016 Transformado no Ginásio Educacional Olímpico Isabel Salgado

Luiz Rocha
Doutorando, PROARQ – UFRJ
Luiz.rocha@fau.ufrj.br

Giselle Azevedo
Professora Associada, PROARQ – UFRJ
giselleartEiro@fau.ufrj.br

Resumo: Este trabalho investiga a transformação do legado olímpico Rio 2016 em infraestrutura escolar, tomando como estudo de caso o Ginásio Educacional Olímpico Isabel Salgado, instalado na antiga Arena Carioca 3, no Parque Olímpico do Rio de Janeiro. A pesquisa parte do reconhecimento de que a permanência física de uma edificação não assegura, por si só, sua conversão em legado social, pois o valor social de uma arena adaptada depende da vida cotidiana que ela passa a acolher. O objetivo geral consiste em analisar como a lógica espacial herdada da arena condiciona os usos, os fluxos, as permanências, as formas de apropriação e a produção de sentido do espaço por estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental. O quadro conceitual reúne contribuições sobre qualidade do lugar, arquitetura escolar, território educativo, currículo, desenvolvimento infantil, apropriação espacial, subversão infantil e reuso adaptativo. A metodologia adota abordagem qualitativa, baseada em estudo de caso único, revisão bibliográfica, análise documental e histórica, leitura arquitetônica, walkthrough, observação participante, mapas comportamentais, entrevistas com equipe gestora e pedagógica e procedimentos participativos com crianças, como cartografias, jogos espaciais, maquetes manipuláveis e registros gráficos. A análise indica que a conversão da arena não apagou sua espacialidade anterior. Ao mesmo tempo, as crianças reinventam usos, atribuem valor aos entre-espaços e reconhecem possibilidades em áreas não previstas pelo projeto. O estudo pretende sistematizar fragilidades, potencialidades, recomendações projetuais para o GEO Isabel Salgado e para futuras conversões de edificações não educacionais em escolas públicas, contribuindo para avaliar o legado olímpico como infraestrutura social permanente na cidade contemporânea brasileira. Também evidencia a necessidade de critérios projetuais atentos à legibilidade, ao conforto ambiental, ao brincar, à autonomia supervisionada e à gestão cotidiana escolar.

Palavras-chave: Arquitetura escolar, Reuso adaptativo, Legado olímpico, Apropriação infantil, Qualidade do lugar.

1. INTRODUÇÃO

A transformação de instalações olímpicas em equipamentos públicos de uso cotidiano tornou-se uma das questões mais sensíveis do legado Rio 2016. No caso do Rio de Janeiro, esse debate ganha densidade quando antigas infraestruturas esportivas passaram a receber programas de educação integral, deslocando o legado da esfera do evento para a permanência da vida escolar. A conversão da Arena Carioca 3 no Ginásio Educacional Olímpico Isabel Salgado permite examinar essa questão com maior clareza: uma edificação concebida para grandes fluxos, alta visibilidade e uso excepcional passa a acolher agentes educativos e rotinas marcadas pelo cuidado, pela aprendizagem e pela convivência.

O tema deste trabalho é a relação entre arquitetura escolar, reuso adaptativo e apropriação infantil em uma escola municipal implantada em uma antiga arena olímpica. O questionamento central reside em de que modo a lógica espacial herdada da arena condiciona os usos, os fluxos, as apropriações e a produção de sentido do espaço escolar pelos estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental. A pergunta orienta uma leitura que não se encerra na mudança de programa arquitetônico. Ela exige avaliar como a forma construída, os percursos, os pátios, os acessos, as zonas de transição e os limites físicos interferem na experiência infantil e nas possibilidades de construção simbólica do lugar.

O objetivo geral consiste em investigar como a permanência da lógica espacial e dos fluxos da antiga arena olímpica no edifício requalificado do GEO Isabel Salgado condiciona o uso, a apropriação e a construção de sentido do espaço escolar pelos estudantes. A pesquisa também busca identificar de que forma a organização institucional dos tempos, das circulações e dos acessos dialoga com a configuração herdada, produzindo tensões entre cuidado, controle e autonomia. Ao final, pretende-se sistematizar pontos críticos, potencialidades e recomendações capazes de contribuir tanto para a unidade estudada quanto para futuras conversões de edificações originalmente não educacionais em escolas públicas.

O quadro conceitual mobiliza conceitos como qualidade do lugar[1], a arquitetura escolar[2], o território educativo[3], o currículo[4], a percepção ambiental[5], o desenvolvimento infantil[6], a apropriação espacial[7], a subversão infantil[8] e o reuso adaptativo[9]. A escola é interpretada como ambiente pedagógico e como lugar de experiência, não apenas como espaço material das aulas. Sob essa leitura, os espaços organizam a rotina, sugerem condutas, favorecem ou restringem encontros, determinam campos de visibilidade e influenciam a autonomia das

[1] TUAN, Yi-Fu – **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** Londrina: Eduel, 2012.
[2] KOWALTOWSKI, Doris– **Arquitetura escolar: o projeto do ambiente de ensino.** São Paulo: Oficina de Textos, 2011
[3] SINGER, Helena, org. **– Territórios educativos: experiências em diálogo com o Bairro-Escola.** São Paulo: Moderna, 2015.
[4] GIROUX, Henry A. – **Escola crítica e política cultural.** São Paulo: Cortez, 1992.
[5] GIBSON, James J. – **The ecological approach to visual perception.** Boston: Houghton Mifflin, 1979.
[6] BRONFENBRENNER, Urie – **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
[7] LEFEBVRE, Henri – **The production of space.** Oxford: Blackwell, 1991.
[8] PROUT, Alan – **The future of childhood: towards the interdisciplinary study of children.** London: RoutledgeFalmer, 2005.
[9] DOUGLAS, James – **Building adaptation.** Oxford: Butterworth-Heinemann, 2006.

crianças. A infância, por sua vez, é tratada como agente ativo de produção de sentido espacial, capaz de transformar percursos e áreas de transição em lugares de pertencimento.

A metodologia adota abordagem qualitativa, baseada em estudo de caso único. O percurso combina revisão bibliográfica, análise documental e histórica, leitura arquitetônica, walkthrough, observação participante, mapas comportamentais, entrevistas semiestruturadas com a equipe gestora e pedagógica e instrumentos participativos com crianças. Entre esses instrumentos estão a Cartografia das Apropriações e Desejos Infantis, o Jogo da Transformação Espacial do GEO e o Pátio dos Sonhos. O conjunto metodológico busca aproximar a leitura técnica do edifício dos modos como os estudantes percebem, usam, nomeiam, negociam e reinventam a escola em suas práticas cotidianas.

A relevância do estudo reside em deslocar a avaliação do legado olímpico escolar de uma leitura meramente funcional para uma análise das relações que o edifício passa a sustentar. A antiga arena torna-se objeto de investigação porque preserva marcas de sua função anterior e, simultaneamente, abriga práticas escolares que demandam escala compatível. Desse modo, o trabalho examina como a conversão de uma infraestrutura excepcional em escola cotidiana pode revelar possibilidades para a produção de ambientes educacionais mais sensíveis à infância, ao território e à vida urbana.

2. O LEGADO OLÍMPICO E ESCOLAR

A cidade do Rio de Janeiro passou por uma ampla reorganização de sua infraestrutura urbana durante o ciclo de preparação e realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. O dossiê de candidatura apresentava a noção de legado como uma promessa de continuidade, capaz de ultrapassar a realização do evento e produzir benefícios duradouros para a população. Essa formulação, contudo, precisa ser analisada em seu resultado, pois a permanência de equipamentos só adquire valor público quando se converte em usos socialmente relevantes, acessíveis e compatíveis com as demandas reais da cidade.

No campo educacional, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro desenvolveu, desde 2010, uma política de ampliação da educação em tempo integral por meio das escolas vocacionadas. O programa dos Ginásios Educacionais Cariocas e, posteriormente, dos Ginásios Educacionais Olímpicos e Tecnológicos, buscou associar ampliação da jornada escolar e reorganização do espaço educativo. O Decreto n.º 32.672, de 18 de agosto de 2010[10], marcou a criação do programa experimental e indicou a intenção de oferecer uma formação articulada à excelência acadêmica, ao projeto de vida dos estudantes e à educação em valores. Mais recentemente, o Decreto n.º 53.939, de 16 de fevereiro de 2024[11], formalizou a mudança de nomenclatura dos ginásios, substituindo a fase experimental por uma organização já incorporada à rede municipal.

[10] RIO DE JANEIRO (Município) – **Decreto n.º 32.672, de 18 de agosto de 2010.** Cria o Programa Ginásio Experimental Carioca no âmbito da Rede Municipal de Ensino. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2010.

[11] RIO DE JANEIRO (Município) – **Decreto Rio n.º 53.939, de 16 de fevereiro de 2024.** Dispõe sobre a nomenclatura e a organização dos Ginásios Educacionais no Município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2024.

Essa política não se restringiu à construção de novas unidades. Ela também recorreu à requalificação de escolas existentes, à pré-fabricação, à montagem modular e ao reaproveitamento de componentes construtivos. A expansão do ensino em tempo integral passou, assim, a se relacionar com formas de racionalização construtiva e com estratégias construtivas de resposta rápida à alta demanda por vagas. A questão que se apresenta é conhecer em que medida tais soluções conseguem ultrapassar a lógica da eficiência e produzir espaços escolares efetivamente alinhados às necessidades pedagógicas, sociais, ambientais e corporais das crianças.

A transformação de arenas e componentes olímpicos em escolas apresenta duas frentes distintas. A primeira ocorre pelo reaproveitamento de materiais de uma estrutura desmontável, como no caso da Arena do Futuro, associada à implantação de novas unidades educacionais em outros pontos da cidade. A segunda ocorre pelo reuso adaptativo de uma edificação existente, como no caso da Arena Carioca 3, que permaneceu no Parque Olímpico e recebeu o programa do GEO Isabel Salgado. Essa segunda frente é mais complexa do ponto de vista da experiência espacial, pois o edifício conserva escala, acessos, hierarquias, percursos e vestígios de sua função esportiva anterior.

A análise do GEO Isabel Salgado permite questionar se a mera permanência de uma infraestrutura é suficiente para qualificar o legado olímpico como uma prática social. A resposta proposta por este estudo é que o legado escolar só ganha densidade pública quando o edifício adaptado favorece práticas educativas, acolhe a escala infantil, permite usos cotidianos, oferece conforto ambiental e reconhece a criança como sujeito participante da produção do lugar. O problema central não está apenas em transformar uma arena em escola, mas em avaliar como essa transformação se inscreve no corpo, na rotina, na imaginação e nas relações das crianças que passam a viver esse espaço diariamente.

2.1. O GEO Isabel Salgado como estudo de caso

O GEO Isabel Salgado localiza-se no Parque Olímpico, na Barra da Tijuca, com proximidade direta com o Parque Rita Lee. A unidade resulta da conversão da antiga Arena Carioca 3, construída para os Jogos Rio 2016. Inaugurada como escola municipal de tempo integral, a unidade atende estudantes do ensino fundamental e possui vocação esportiva, incorporando modalidades como judô, tênis de mesa, futsal, badminton, basquete, handebol, vôlei, natação e atletismo. Sua condição institucional articula, portanto, educação básica, formação esportiva e permanência diária em um edifício que não nasceu da lógica escolar.

A singularidade do caso reside na coexistência entre uma infraestrutura monumental e uma rotina infantil. A arena foi pensada para receber grandes fluxos, eventos pontuais e usos esportivos de alta visibilidade. A escola, em contraste, sustenta relações de aprendizagem e brincadeira. Essa mudança de regime cria uma tensão que atravessa o edifício de forma constante. O que antes organizava as dinâmicas espaciais de um evento passa a ordenar crianças cotidianamente, em suas jornadas estudantis.

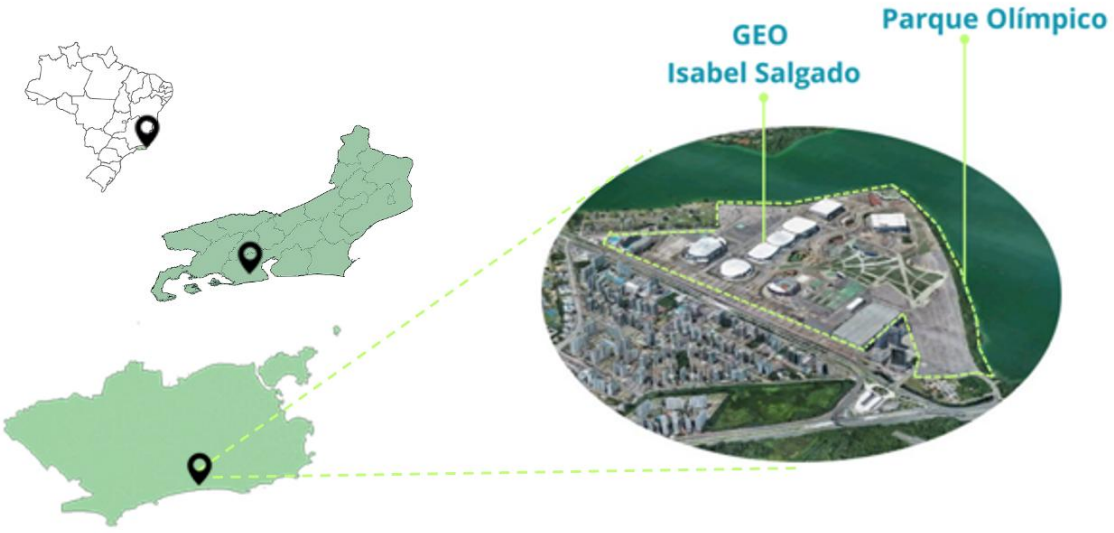


Figura 1 – Mapa de localização do GEO Isabel Salgado. Elaborado pelo autor.

As aproximações com o campo indicam que a conversão da arena não eliminou por completo sua lógica anterior. A escala monumental dos corredores surge na organização dos fluxos acarretando a fragmentação de acessos e a presença de áreas residuais que revelam as camadas da antiga instalação esportiva. Internamente, a permanência de marcas construtivas, instalações aparentes, adaptações técnicas sobrepostas e fragmentos de antigas divisórias sugere que o processo de reuso adaptativo da escola foi formado por sucessivas operações de ajuste. Externamente, o espaço utilizado como pátio escolar aparece como área residual, antigo de apoio técnico da arena, posteriormente incorporada à rotina educacional, mas ainda marcada por aridez, pouca proteção climática e carência de mobiliário lúdico.

Essa condição não significa ausência de uso. Ao contrário, os estudantes parecem produzir territorialidades próprias em áreas pouco qualificadas. Eles ocupam bordas, procuram sombras, elegem pontos de encontro, usam superfícies disponíveis, transformam intervalos em situações de negociação e atribuem valor a lugares. Esse contraste é uma das chaves da investigação: espaços frágeis do ponto de vista arquitetônico podem se tornar significativos pela ação subversiva das crianças, essa potência deve servir para naturalizar o público infantil como agente decisivo na produção do espaço nas cidades.

Outro ponto decisivo está na relação entre a escola e o Parque Rita Lee. A proximidade física sugere a possibilidade de um território educativo ampliado, em que a escola e o Parque poderiam operar de forma mais integrada. Contudo, a continuidade entre esses equipamentos é mediada por grades, portões e controles de acesso. O parque aparece, assim, como horizonte próximo, mas nem sempre disponível. Essa condição cria uma ambiguidade: a escola está instalada dentro de um contexto urbano dotado de grande potencial paisagístico e recreativo,

mas a vida cotidiana dos estudantes permanece regulada por limites que restringem o entrelaçamento entre o espaço escolar e o espaço público.



Figura 2 – Localização da escola no Parque Rita Lee. Elaborado pelo autor.

O estudo de caso, portanto, não é relevante apenas por sua forma excepcional. Ele é significativo porque condensa questões mais amplas sobre a política de educação integral, a reutilização de infraestruturas urbanas, a gestão do legado olímpico e a participação infantil na avaliação dos ambientes escolares. O GEO Isabel Salgado permite observar, em um mesmo objeto, a força simbólica do reaproveitamento, os limites da adaptação arquitetônica, as demandas da rotina escolar e as formas pelas quais as crianças reinventam um edifício que, em sua origem, não foi pensado para elas.

2.2. Quadro conceitual: qualidade do lugar, infância e reuso adaptativo

A noção de qualidade do lugar permite tratar o espaço escolar para além de sua capacidade educacional. Ela exige observar a relação entre atributos físicos e formas de apropriação infantil. Uma sala, um corredor, um pátio ou uma área de transição não se definem apenas por metragem, mobiliário ou função prevista. Esses espaços ganham sentido pela maneira como são vividos e reinventados pelos sujeitos que os utilizam. No contexto escolar, essa leitura torna-se ainda mais relevante porque a arquitetura participa da formação cotidiana das crianças e interfere na maneira como elas percebem a si mesmas, os outros e o território que habitam[12].

A arquitetura escolar possui uma dimensão pedagógica própria. Ela organiza permanências e oferece suportes ao encontro do ensino e as vivências, pode ampliar ou restringir experiências corporais. A criança precisa de ambientes capazes de acolher exploração, liberdade e desenvolvimento. A escola, nesse sentido, não é apenas um recipiente que

[12] TUAN, Yi-Fu – **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** Londrina: Eduel, 2012.

recepciona o saber. Ela age como meio que participa da construção das relações sociais e do processo de aprendizagem[13].

A infância, tomada como categoria de análise espacial, introduz outro deslocamento. A criança não percebe o ambiente da mesma forma que o adulto, nem utiliza o espaço apenas conforme a finalidade prevista pelo projeto. O desenvolvimento infantil envolve dimensões espaciais, sociais e demandas de coordenação motora, a escola torna-se um campo privilegiado para observar esses processos porque reúne repetição, convivência e supervisão de forma lúdica.

É nesse ponto que a apropriação infantil e a subversão espacial ganham importância. A subversão não é aqui entendida apenas como indisciplina ou simples transgressão. Ela é interpretada como capacidade de produzir uso próprio, reorganizar significados e ativar possibilidades não previstas pelo desenho arquitetônico. Quando uma criança transforma uma borda em assento, um corredor em percurso de encontro, uma sombra em território de permanência ou um pátio árido em campo de brincadeira, ela revela uma camada do espaço que escapa à leitura puramente técnica. Essa ação, contudo, não elimina a responsabilidade projetual do arquiteto. Pelo contrário, torna mais visíveis as insuficiências do ambiente e indica onde o projeto poderia reconhecer, apoiar e qualificar usos[14].

O reuso adaptativo acrescenta uma dimensão particular a essa discussão. As edificações passam por ciclos de transformação porque seus usos e condições técnicas mudam ao longo do tempo. Adaptar uma construção existente não significa apenas conservar a matéria construída, significa negociar permanências e alterações, decidir o que deve ser preservado, o que precisa ser modificado e quais novas relações o edifício será capaz de sustentar. Quando o novo uso é escolar, essa negociação torna-se mais exigente, pois envolve permanência prolongada, segurança e aderência a práticas pedagógicas[15].

No caso de uma arena convertida em escola, o reuso adaptativo não pode ser medido somente pela eficiência na aplicação de recursos construtivos, pela velocidade de implantação ou pela força simbólica do legado. Ele deve ser examinado pela capacidade de transformar uma espacialidade voltada ao espetáculo em ambiente de educação. A arena tende à escala ampliada, à separação entre públicos, serviços e áreas técnicas. A escola exige outra lógica: precisa de aproximação, relação com o brincar e condições que favoreçam vínculos. A pesquisa situa-se exatamente nessa tensão, buscando verificar onde a antiga lógica permanece, onde foi reconfigurada e onde ainda demanda ajustes.

2.3. Metodologia e procedimentos de análise

A metodologia estrutura-se como uma investigação qualitativa de estudo de caso único. Essa opção decorre da natureza do objeto, pois a conversão da Arena Carioca 3 em GEO Isabel Salgado constitui uma situação específica, situada em contexto real e atravessada por dimensões arquitetônicas que não podem ser isoladas sem a perda analítica. O estudo de caso

[13] LIMA, Mayumi Souza – **A cidade e a criança.** São Paulo: Nobel, 1989.
[14] PROUT, Alan – **The future of childhood: towards the interdisciplinary study of children.** London: RoutledgeFalmer, 2005.
[15] DOUGLAS, James – **Building adaptation.** Oxford: Butterworth-Heinemann, 2006.

permite acompanhar a complexidade do fenômeno e relacionar a forma construída às práticas observadas, às regras de uso, às percepções dos sujeitos e às representações produzidas pelas crianças[16].

A primeira frente metodológica corresponde à revisão bibliográfica, documental e histórica. Ela reúne referências sobre legado olímpico, arquitetura escolar, qualidade do lugar, território educativo, apropriação espacial e reuso adaptativo. Também incorpora a análise de documentos institucionais, decretos municipais, registros sobre a Arena Carioca 3, materiais relativos à implantação do GEO Isabel Salgado e documentos da política municipal de escolas vocacionadas. Essa etapa permite reconstruir o processo de transformação da arena em escola e identificar quais premissas arquitetônicas, políticas e pedagógicas sustentaram a conversão.

A segunda frente envolve instrumentos de Avaliação Pós-Ocupação. Serão empregados instrumentos como walkthrough, observação participante, mapas comportamentais, registros fotográficos, croquis e maquetes eletrônicas. Esses procedimentos permitirão mapear padrões de circulação, permanência, zonas de intensidade de uso, conflitos ambientais, barreiras, áreas subutilizadas, pontos de apropriação e situações em que o projeto executado se distancia das demandas cotidianas da escola. A intenção não é apenas descrever o edifício, mas relacionar forma, uso e experiência.

A terceira frente corresponde às entrevistas semiestruturadas com a equipe gestora e pedagógica. Essa etapa busca identificar como a unidade organiza tempos, fluxos, acessos e regras de uso, além de registrar percepções sobre segurança, autonomia estudantil e relação com o Parque Rita Lee. A experiência espacial não depende apenas da arquitetura. Ela também é modulada por decisões de gestão e formas de controle. No GEO Isabel Salgado, essa dimensão ganha especial relevância dada a escala da antiga arena.

A quarta frente reúne procedimentos participativos com crianças. A Cartografia das Apropriações e Desejos Infantis busca registrar percepções e desejos relacionados aos espaços internos e externos da unidade. O Jogo da Transformação Espacial do GEO utiliza maquete manipulável e cartas de cenário para observar como os estudantes reorganizam ambientes e justificam escolhas. O Pátio dos Sonhos permite que as crianças desenhem sobre plantas dos espaços externos, acrescentando desejos, mobiliários, usos e possibilidades sobre a representação do pátio existente. Esses instrumentos tornam visível o repertório espacial infantil e aproximam a pesquisa das experiências efetivamente vividas pelos estudantes.

O cruzamento dos dados será realizado por meio de matrizes interpretativas. A matriz de atributos de qualidade do lugar permitirá relacionar condições físicas, ambientais, perceptivas e institucionais. A matriz comportamental organizará padrões de uso, permanência e formas de apropriação. Ao final, a pesquisa pretende produzir uma leitura integrada entre configuração espacial, gestão escolar e produção simbólica infantil, evitando que cada dimensão seja analisada de forma isolada.

[16] YIN, Robert K. – **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Porto Alegre: Bookman, 2015.

As atividades com participantes humanos serão vinculadas ao escopo da pesquisa coordenada no âmbito do Grupo Ambiente-Educação, observando os procedimentos éticos aprovados em Plataforma Brasil. O contato com o público infantil dependerá de autorização dos responsáveis legais, assentimento das crianças, anuência da equipe gestora e autorização institucional correspondente. Essa dimensão ética é central porque a pesquisa reconhece as crianças como sujeitos de experiência e produção de conhecimento, sem reduzir sua participação a ilustração de hipóteses previamente definidas.

2.4. Resultados preliminares

Os resultados apresentados nesta etapa classificam-se como achados preliminares, derivados da introdução, das hipóteses de pesquisa, dos estudos já desenvolvidos no entorno do GEO Isabel Salgado e das aproximações iniciais com o campo. O primeiro achado refere-se à permanência da espacialidade da arena. A conversão da Arena Carioca 3 em escola não apagou sua escala monumental, sua organização de fluxos e seus vestígios materiais. Corredores extensos, existência de marcas construtivas, instalações aparentes, e fragmentos da lógica esportiva continuam participando da leitura do edifício e condicionam a experiência de orientação no espaço.

O segundo achado recai sobre a condição dos espaços livres escolares. O pátio externo aparece como área residual adaptada à rotina educacional, mas sem a mesma densidade projetual que se esperaria de um espaço cotidiano de recreação infantil. A carência de sombreamento, materialidade adequada e dispositivos lúdicos restringe sua potência pedagógica, embora não impeça a apropriação pelas crianças. Essa diferença entre baixa qualificação projetual e uso efetivo revela uma das tensões centrais do caso: a infância consegue produzir lugar, mas o projeto ainda precisa oferecer melhores condições para que essa produção não dependa da improvisação oferecida pela gestão escolar.

O terceiro achado envolve a gestão dos fluxos e dos acessos. A escala da antiga arena demanda mecanismos de controle para evitar desorientação e situações de risco. Portões internos, segmentação de corredores e regras de circulação aparecem como respostas institucionais a uma configuração espacial pouco usual para uma escola de ensino fundamental. O cuidado, nesse caso, produz segurança, mas também pode reduzir autonomia, contato entre grupos e liberdade de exploração. A questão não é opor cuidado e liberdade, mas investigar como o espaço poderia favorecer uma supervisão menos dependente da fragmentação rígida dos percursos.

O quarto achado diz respeito à relação entre a escola e o Parque Rita Lee. A proximidade entre os dois equipamentos sugere um território educativo ampliado, capaz de aproximar escola e natureza. Entretanto, a continuidade é mediada por limites físicos e administrativos. A presença de grades e controles transforma uma relação potencialmente aberta em uma relação dependente de autorização. Essa condição reduz a capacidade do parque de operar como extensão cotidiana da escola, embora ele permaneça como referência territorial para os estudantes.

O quinto achado confirma a relevância da apropriação infantil como categoria analítica. Mesmo diante de espaços áridos, residuais ou pouco equipados, os estudantes produzem usos próprios. Eles reconhecem pontos de permanência, criam rotas, elegem áreas de sombra,

ocupam bordas, transformam intervalos em situações de convivência e atribuem valor a entre-espaços. A infância, portanto, revela qualidades e insuficiências que nem sempre aparecem em uma avaliação centrada apenas na planta ou no programa de necessidades. Quando as crianças insistem em usar determinados lugares, elas indicam que existe ali uma potência espacial a ser lida com atenção.

O sexto achado refere-se à tensão entre espaço projetado, espaço esperado e espaço vivido. O espaço projetado corresponde à arena requalificada e ao programa escolar nela instalado. O espaço esperado corresponde às intenções pedagógicas, institucionais e operacionais atribuídas à unidade. O espaço vivido emerge das práticas concretas de estudantes, professores e equipe escolar, muitas vezes ajustando, contornando ou reinventando aquilo que o projeto e a gestão previram. Essa triangulação ajuda a interpretar por que a escola pode funcionar institucionalmente e, ao mesmo tempo, apresentar conflitos espaciais que afetam a apropriação cotidiana.

A leitura conjunta desses achados indica que o legado olímpico não pode ser avaliado apenas pela entrega do edifício ou pela mudança de uso. A questão decisiva está na capacidade da infraestrutura adaptada sustentar uma vida escolar qualificada. O GEO Isabel Salgado apresenta grande potência social, pois converte uma estrutura olímpica em escola pública de tempo integral. Ainda assim, a análise aponta que a qualidade desse legado depende de ajustes espaciais, ambientais e operacionais capazes de aproximar a escala da arena das necessidades concretas da infância.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conversão da Arena Carioca 3 em GEO Isabel Salgado constitui um caso relevante para discutir os sentidos do legado olímpico no Rio de Janeiro. O estudo mostra que a permanência física de uma infraestrutura não garante, por si, sua efetiva reutilização em equipamento social qualificado. Quando uma arena passa a abrigar uma escola, a avaliação precisa considerar não apenas a viabilidade técnica da mudança de uso, mas a qualidade da experiência produzida no cotidiano. O legado, nesse caso, não se encerra na adaptação do edifício. Ele depende da capacidade de transformar uma estrutura concebida para o evento em ambiente apto a sustentar aprendizagens, vínculos, brincadeiras, cuidado e permanência.

Os resultados preliminares indicam que a antiga arena permanece ativa na organização espacial da escola. Sua escala, seus corredores, seus fluxos segmentados, seus vestígios materiais e suas áreas residuais influenciam a rotina de estudantes e equipe escolar. A gestão responde a essa condição por meio de controles, regras e recortes internos que protegem os estudantes, mas também podem limitar a exploração autônoma do edifício. Ao mesmo tempo, as crianças demonstram capacidade de reinventar usos e de atribuir sentido a espaços pouco previstos pela intenção projetual. Essa dupla condição torna o GEO Isabel Salgado um caso particularmente fértil para investigar as relações entre arquitetura, infância e política pública.

A principal contribuição do trabalho está em propor uma leitura do legado escolar a partir da qualidade do lugar e da apropriação infantil. O edifício adaptado deve ser analisado pela vida que acolhe: os deslocamentos, as permanências, os vínculos, as brincadeiras, os conflitos, os desejos e as formas de reconhecimento que emergem no uso diário. Essa perspectiva desloca a criança da condição de usuária passiva para a de participante ativa na avaliação do ambiente

escolar. Também desloca a arquitetura da posição de objeto apenas técnico para uma dimensão relacional, na qual projeto, gestão e experiência cotidiana precisam ser examinados em conjunto.

Como encaminhamento imediato, a pesquisa pretende aprofundar a coleta empírica, aplicar os instrumentos participativos, cruzar registros comportamentais, entrevistas e cartografias infantis, além de produzir uma matriz de fragilidades e potencialidades do GEO Isabel Salgado. A etapa final deverá resultar em recomendações, desde intervenções de baixa complexidade até diretrizes mais estruturais para futuras reutilizações. O propósito não é criar um manual, mas oferecer critérios que auxiliem decisões projetuais e operacionais em contextos semelhantes.

Os trabalhos futuros poderão ampliar a análise para outros modelos de escolas vocacionadas, incluindo unidades pré-fabricadas, edifícios requalificados e escolas derivadas do reaproveitamento de componentes olímpicos. Essa comparação permitirá verificar se os desafios encontrados no GEO Isabel Salgado decorrem da especificidade da arena ou de um padrão mais amplo de adaptação arquitetônica em políticas de educação integral. Também poderá indicar em que medida o reuso adaptativo, quando aplicado à arquitetura escolar, exige protocolos próprios de avaliação, especialmente quando envolve crianças, programas de tempo integral e territórios urbanos marcados por desigualdades. Com isso, a pesquisa poderá contribuir para que a transformação de infraestruturas existentes em escolas públicas avance para além da eficiência construtiva, incorporando critérios de cuidado, autonomia, legibilidade, imaginação e justiça socioespacial.

4.0. Bibliografia

BRONFENBRENNER, Urie – **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

COMITÊ DE CANDIDATURA RIO 2016 – **Dossiê de candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.** Rio de Janeiro: Comitê de Candidatura Rio 2016, 2009.

DOUGLAS, James – **Building adaptation.** Oxford: Butterworth-Heinemann, 2006.

GIBSON, James J. – **The ecological approach to visual perception.** Boston: Houghton Mifflin, 1979.

GIROUX, Henry A. – **Escola crítica e política cultural.** São Paulo: Cortez, 1992.

HERTZBERGER, Herman – **Lições de arquitetura.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

KOWALTOWSKI, Doris – **Arquitetura escolar: o projeto do ambiente de ensino.** São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

LEFEBVRE, Henri – **The production of space.** Oxford: Blackwell, 1991.

LIMA, Mayumi Souza – **A cidade e a criança.** São Paulo: Nobel, 1989.

PROUT, Alan – **The future of childhood: towards the interdisciplinary study of children.** London: RoutledgeFalmer, 2005.

RIO DE JANEIRO (Município) – **Decreto n.º 32.672, de 18 de agosto de 2010.** Cria o Programa Ginásio Experimental Carioca no âmbito da Rede Municipal de Ensino. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2010.

RIO DE JANEIRO (Município) – **Decreto Rio n.º 53.939, de 16 de fevereiro de 2024.** Dispõe sobre a nomenclatura e a organização dos Ginásios Educacionais no Município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2024.

SINGER, Helena – **Territórios educativos: experiências em diálogo com o Bairro-Escola.** São Paulo: Moderna, 2015.

TUAN, Yi-Fu – **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** Londrina: Eduel, 2012.

YIN, Robert K. – **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Porto Alegre: Bookman, 2001.

Fotografía de arquitectura, canon y método: la imagen excéntrica como dispositivo de producción disciplinar

Adrian Aleson
Programa de doctorado Nuevos territorios de la arquitectura.
Escuela de Ingeniería y Arquitectura. Universidad de Zaragoza
adrian.aleson@gmail.com

Iñaki Bergera
Escuela de Ingeniería y Arquitectura. Universidad de Zaragoza
ibergera@unizar.es

Resumen: El aura de perfección que desprenden las fotografías de arquitectura ha contribuido a consolidar una idealización del espacio construido que condiciona la manera en que la arquitectura se percibe, se comunica y adquiere legitimidad cultural. Este artículo analiza las operaciones visuales que la fotografía introduce en la construcción del imaginario colectivo y plantea como hipótesis que la fotografía de arquitectura canónica opera como una convención institucionalizada sustentada en la repetición de clichés que estabilizan una cultura visual concreta. Para ello, se identifican los principales mecanismos que han definido históricamente este canon, entre ellos la descripción, la frontalidad, el encuadre, la escenificación, la figura humana y la difusión mediática, atendiendo a las consecuencias críticas derivadas de su reiteración. A partir de este marco se estudian dos movimientos complementarios de desplazamiento. El primero examina la exportación del canon arquitectónico hacia otros ámbitos culturales, donde sus códigos producen nuevas formas de valor, autoridad documental y deseo comercial. El segundo analiza la incorporación a la fotografía de arquitectura de lenguajes procedentes del paisaje patrimonial, el documentalismo humanista y la fotografía expresiva, que amplían la representación del espacio construido mediante la integración del territorio, el habitar y la experiencia perceptiva. A través del análisis de estos fenómenos fotográficos, el artículo demuestra que estas prácticas excéntricas no sustituyen la convención arquitectónica, sino que la enriquecen, consolidando la fotografía como una herramienta de investigación capaz de expandir la producción de conocimiento disciplinar. Finalmente, se concluye que la fotografía de arquitectura constituye un acto proyectual compartido, donde la imagen deja de ser un registro pasivo para intervenir activamente en la manera en que la arquitectura se piensa, se investiga y se proyecta.

Palabras clave: fotografía de arquitectura excéntrica, cultura visual, clichés visuales, mecanismos fotográficos, acto proyectual.

1. Introducción. La arquitectura ante la expectativa de su imagen

El aura de perfección que desprenden las fotografías de arquitectura ha perfilado en la cultura contemporánea una idealización del espacio construido que no siempre se mantiene viva después del Grand Tour para visitar los lugares representados. El consumo masivo de imágenes hizo que numerosas obras fueran conocidas primero a través de fotografías y solo más tarde mediante la experiencia directa del espacio. Esta mediación visual ha producido una expectativa previa que condicionó la recepción de la arquitectura, ya que el edificio se incorporó al imaginario colectivo antes de ser recorrido, usado o experimentado corporalmente. La arquitectura quedó, de este modo, sometida a un régimen *ocularcéntrico*, una forma de conocimiento predominantemente visual que orientó su interpretación pública y su valoración cultural.

Esta primacía de la imagen se consolidó porque la arquitectura contemporánea ha encontrado en la publicación uno de sus principales espacios de reconocimiento disciplinar. Revistas especializadas, archivos editoriales, exposiciones y plataformas digitales hicieron circular las obras mediante fotografías capaces de presentar el edificio de forma clara, ordenada y comparable. En ese sentido, el reportaje fotográfico se ha institucionalizado como un dispositivo de validación que integra la obra en un ecosistema donde la arquitectura se consume y adquiere legitimidad cultural. La reiteración de sus clichés respondió a la necesidad de producir imágenes eficaces en los medios, consolidando una gramática visual que hizo reconocible la fotografía de arquitectura y estabilizó una forma específica de comprender la cultura arquitectónica contemporánea.[1]

Esta condición sitúa la investigación dentro de los estudios críticos que han revisado la relación entre arquitectura, imagen y medios de comunicación. Por un lado, Beatriz Colomina expuso que la arquitectura moderna se construyó a través de sus dispositivos de difusión, ya que revistas, medios y fotografías participaron en la elaboración pública de sus discursos.[2] Claire Zimmerman ha mostrado cómo la fotografía intervino en la configuración cultural de la arquitectura moderna, alejándose de la idea de la imagen como reflejo transparente de la obra.[3] Hugh Campbell, por su parte, ha insistido en que mirar fotografías de arquitectura implica pensar arquitectura, ya que la imagen produce una forma específica de conocimiento sobre el espacio construido.[4]

[1] APOLLONIO, Mariela - La fotografía de arquitectura como objeto de estudio. ¿Convención o supervivencia? Valencia: Universitat Politècnica de València, 2018.
[2] COLOMINA, Beatriz - Privacidad y publicidad: la arquitectura como medio de comunicación de masas. Murcia: CENDEAC, 2010.
[3] ZIMMERMAN, Claire - Photographic architecture in the twentieth century. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2014.
[4] CAMPBELL, Hugh - Space framed. Londres: Lund Humphries, 2020.



1. NOPHOTO, Memoria Colonizada, 2011. Poblado de Vegaviana, Jose Luis Fernandez del Amo. Fuente: Web oficial del proyecto.

A partir de este predominio visual que condiciona la manera en que la arquitectura se piensa y se proyecta debemos cuestionarnos ¿cuáles son las reverberaciones que la fotografía de arquitectura ha introducido en la disciplina arquitectónica? Ante esta problemática, la investigación maneja como hipótesis que la fotografía de arquitectura canónica opera como una convención institucionalizada que reproduce patrones o mecanismos visuales que la hacen reconocible dentro del circuito disciplinar.[5] Su eficacia ha dependido de la repetición de códigos técnicos y plásticos específicos que han automatizado una forma concreta de mostrar la arquitectura hasta consolidar una identidad visual homogénea que idealiza el espacio construido. Así, el interés científico del trabajo consiste en comprender qué operaciones introduce la fotografía en la producción cultural del espacio construido y cómo sus clichés participan en la construcción de legitimidad dentro de la disciplina.[6]

El objetivo del artículo consiste en analizar las operaciones visuales de la fotografía de arquitectura y sus consecuencias sobre cómo se piensa y consume el espacio. Para ello, se identificarán los códigos que la consolidaron como una convención institucionalizada reconocible por la cultura disciplinar. Además, se estudiará cómo esa convención se ha desplazado hacia sus propios límites mediante prácticas fotográficas excéntricas que han enriquecido las plásticas canónicas. La asimilación de estas miradas hacia el territorio ha desplazado progresivamente el centro de gravedad de la convención hacia nuevos debates, ampliando el campo de lo visible dentro de la disciplina. Estas prácticas no sustituyen el canon documental, sino que han multiplicado sus posibilidades de

[5] GOODWIN, Marc - Nine facts about conventions in architectural photography. Nordic Journal of architectural research. Vol. 1, nº 1 (2014), p. 9-34.
[6] DONAT, John - The camera always lies. Royal Institute of British Architects Journal. Vol. 75, nº 02 (1968), p. 62-71.

representación, consolidando la fotografía como una herramienta de investigación que expande la producción de conocimiento disciplinar.

Estructuralmente, el trabajo adopta un enfoque analítico y crítico basado en el estudio comparado de dos movimientos complementarios de desplazamiento. El primero analiza fenómenos fotográficos que han exportado el canon arquitectónico hacia otros ámbitos culturales, reconociendo las capacidades del método en realidades ajenas a la arquitectura institucional. El segundo fenómeno estudia la importación de lenguajes externos que potencian las posibilidades del canon, incorporando narrativas procedentes del documento social, el paisaje humanizado o la abstracción artística para priorizar la experiencia habitada y la atmósfera perceptiva por encima del objeto construido.

En cuanto a la metodología, la selección de los casos de estudio responde a criterios delimitados dentro del contexto nacional reciente. Se han considerado trabajos publicados en fotolibros, series o proyectos editoriales vinculados a la transformación del territorio contemporáneo, especialmente aquellos que abordan las consecuencias culturales de la burbuja inmobiliaria. Su análisis no se plantea como una revisión monográfica de autores, sino como una lectura comparada de fenómenos fotográficos donde se atiende al discurso visual de las imágenes, los formatos de presentación, los territorios representados y los efectos culturales que producen. De este modo, cada caso permite comprobar cómo determinados mecanismos visuales de la fotografía de arquitectura desplazan, absorben o transforman sus convenciones, expandiendo los horizontes de trabajo de la disciplina arquitectónica.

Finalmente, las conclusiones plantean la posibilidad de entender la fotografía de arquitectura como una práctica proyectual compartida, donde fotógrafos y arquitectos operan sobre un sustrato común de inquietudes creativas, compartiendo metodologías que seleccionan, encuadran y ordenan relaciones del espacio construido. De esta forma, el acercamiento crítico nos permite revisar imágenes de arquitectura icónicas, otorgándoles desde la contemporaneidad un nuevo contexto reflexivo, hasta construir una constelación de perspectivas procedentes del ámbito fotográfico contemporáneo que cuestionan los límites visuales de la disciplina.

2. Fotografía de arquitectura, canon e imagen excéntrica

Para precisar qué se entiende por fotografía de arquitectura, conviene atender a los procedimientos que han permitido asentarla como un método válido para la disciplina. Su definición depende de una serie de mecanismos que han regulado la representación, ordenado su apariencia y facilitado su exposición en medios especializados. Estos clichés solicitados por la convención permitieron consolidar un canon visual basado en la descripción, la geometría, el encuadre, la escenificación, la figura humana y la difusión mediática. Revisarlos permite comprender cómo la reiteración de estos clichés terminó por estabilizar una determinada cultura visual de la arquitectura, así como las consecuencias críticas derivadas de su constante repetición.

Históricamente, la fotografía de arquitectura se ha apoyado en patrones descriptivos orientados a presentar el edificio con claridad informativa.[7] Su función inicial ha consistido en dejar constancia documental de la obra construida, registrando su existencia física y ofreciendo una imagen estable para su posterior consulta. Esta voluntad

[7] VASSALLO, Jesús - Documentary photography and preservation, or the problem of truth and beauty. Future Anterior. Vol. 11, nº 1 (2014).

descriptiva reforzó la apariencia transparente del medio, haciendo que el espectador olvidara la mediación técnica de la fotografía para dirigir su atención exclusivamente hacia la arquitectura representada. Al limitar la exploración expresiva del medio, la imagen consolidó una lectura verosímil del edificio basada en la fidelidad documental. La experiencia multisensorial del espacio quedó así subordinada a una representación sintética que privilegió la legibilidad del edificio frente a las dimensiones simbólicas o poéticas de la imagen.



2. Javier Callejas, Cádiz, 2014. Casa del infinito, Alberto Campo Baeza.
Fuente: Web oficial del autor.

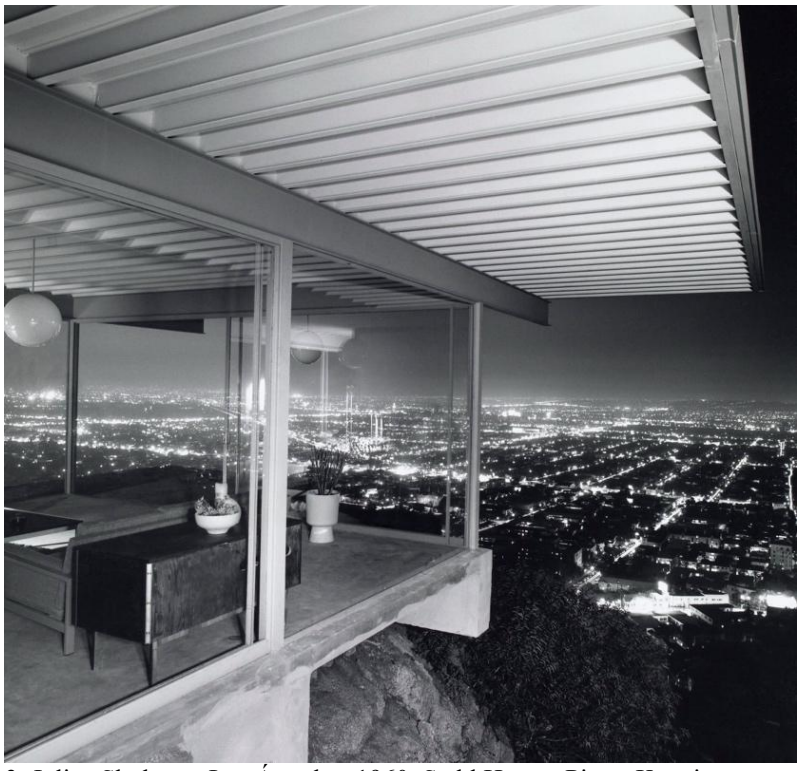
A partir de esa voluntad descriptiva, la fotografía de arquitectura ha encontrado en la frontalidad una de sus formas más eficaces de legitimación. La absorción de las convenciones procedentes del dibujo técnico y de la ilustración urbana permitió trasladar la tridimensionalidad del edificio a una superficie plana con rigor representativo. La visión en elevación acercó la imagen al alzado y ofreció una posición única frente a los infinitos escorzos posibles.[8] Esta codificación técnica ha favorecido que la fotografía sea interpretada como un documento objetivo, sin embargo, siguiendo a Lorraine Daston y Peter Galison, esa objetividad no constituye un atributo natural de las imágenes, sino un ideal cultural históricamente configurado que aspira a borrar la huella del sujeto para producir un conocimiento verificable y universal.[9] Desde esta lógica, los arquitectos han potenciado estas vistas preestablecidas como instrumentos de control visual, consolidando un lenguaje neutro que contiene la intervención del fotógrafo y convierte la corrección de las líneas y el paralelismo de los planos en una reproducción planimétrica de la arquitectura.

Junto con la frontalidad, el encuadre ha servido para activar un protocolo de admisión dentro de la fotografía de arquitectura. En la imagen canónica, el marco suele presentar la obra completa en la escena, centrada y sin cortes bruscos, manteniendo un aire suficiente alrededor del edificio para reconocer su silueta. Esta operación política de

[8] GONZALEZ FLORES, Laura - Técnica e imagen: La fotografía como concepto. ArtCultura. Vol. 12, nº 21 (2010).
[9] DASTON, Lorraine; GALISON, Peter - Objectivity. New York: Zone Books, 2007.

aislamiento y recorte no registra la complejidad del contexto, sino que selecciona los elementos necesarios para simplificar la lectura del proyecto, desplazando hacia el contracampo las posibles fricciones y los conflictos de su inserción territorial. Esa supresión del ruido exterior ha favorecido una reproducción aislada del edificio y ha producido una descontextualización que ha empobrecido la comprensión de sus relaciones urbanas. La arquitectura aparece, así como una entidad autónoma y fuera de lugar, desligada de los procesos materiales, sociales y urbanos que la sostienen.

Además de los mecanismos técnicos de representación, la fotografía de arquitectura incorporó estrategias de escenificación orientadas a intensificar el potencial connotativo de la imagen. La selección de una vista privilegiada, la iluminación del atardecer, la construcción de una atmósfera y otros recursos orientados al embellecimiento de la escena pasaron a formar parte del propio proyecto fotográfico, configurando una representación orientada a celebrar el objeto construido. Estas fórmulas asumieron una lógica próxima a la postal, donde el espacio debía condensarse en una imagen memorable, seductora y fácilmente reconocible. En este contexto, Julius Shulman desarolló la práctica del *dressing the scene*, basada en disponer cuidadosamente mobiliario, vegetación, vehículos y otros objetos cotidianos para escenificar una determinada forma de habitar la arquitectura y reforzar la lectura propuesta por la imagen.[10] Estas estrategias de realce monumental reforzaron el potencial sublime de la imagen y consolidaron una representación connotada de la arquitectura, decisiva para convertir el modernismo doméstico en un imaginario aspiracional asociado al sueño americano.



3. Julius Shulman, Los Ángeles, 1960. Stahl House, Pierre Koening.
Fuente: Revista Arts & Architecture.

[10] DÍEZ MARTÍNEZ, Daniel - ADS & ARTS & ARCHITECTURE: La publicidad de la revista Arts & Architecture (1938-1967). Madrid: Universidad Politécnica de Madrid, 2016. Tesis doctoral.

La incorporación de la figura humana constituye otro de los mecanismos solicitados por la convención fotográfica. Su presencia responde inicialmente a una necesidad de dar escala a la imagen, ya que el cuerpo proporciona una referencia para relacionar visualmente las dimensiones de la arquitectura. Sin embargo, esas pequeñas siluetas en posiciones normativas o figuras trepidadas que activan encuadres vacíos han terminado por convertir la vivencia humana en un recurso visual subordinado al edificio. Esta paradoja documental ha producido una arquitectura deshumanizada, donde las personas generan empatía y sugieren habitabilidad, pero rara vez muestran las relaciones sociales que dan sentido al espacio representado. Philip Ursprung evidencia al respecto que la convención se olvidó de incluir vida en las fotografías porque centró su atención únicamente en los propios edificios, advirtiendo que las imágenes narran sus propias historias, respetuosas pero sólo cercanas a las realidades de la existencia humana.[11]

Por último, la difusión mediática ha consolidado los mecanismos de reconocimiento social que se producen alrededor de la imagen arquitectónica.[12] En un contexto marcado por la competencia profesional y la necesidad de visibilidad pública, los arquitectos han tenido que atender cada vez más a la publicación de su trabajo en plataformas digitales como parte de su posicionamiento disciplinar. La fotografía ha resuelto esa necesidad al convertir la obra construida en un objeto capaz de circular, ser compartido y alcanzar validación ante públicos no especializados. La imagen arquitectónica, especialmente la doméstica, participa así en la construcción social del arquitecto y de sus obras, reforzando una cultura profesional cada vez más condicionada por la visibilidad pública.

Estos seis mecanismos identificados han definido los límites plásticos y conceptuales desde los que la fotografía de arquitectura ha sido reconocida como una crítica positiva que resalta los aspectos más excepcionales de las obras. Frente a ese centro normativo, la fotografía excéntrica permite nombrar imágenes vinculadas a la arquitectura que desplazan sus convenciones hacia otros ámbitos de significación o incorporan lenguajes externos a su campo de representación. En ambos casos, la imagen excéntrica permite analizar cómo la fotografía de arquitectura comienza a actuar como una herramienta de investigación y producción disciplinar.

3. El canon arquitectónico más allá de la disciplina

La expansión del canon arquitectónico fuera del ámbito disciplinar permite comprobar la validez de sus procedimientos más allá del reportaje de obra, ya que su plástica se reconoce en territorios ajenos a la arquitectura institucional. En unos casos, la imagen excéntrica reproduce el canon para otorgar valor cultural mediante la monumentalización del territorio. En otros, aprovecha sus metodologías para construir una autoridad documental de apariencia objetiva. Finalmente, incorpora su estética editorial a los circuitos comerciales para activar deseo, consumo y reconocimiento social. En conjunto, estas tres capacidades del canon revelan que la fotografía de arquitectura no actúa solo como una convención restrictiva, sino también como un método fotográfico capaz de incorporar nuevas problemáticas a la discusión arquitectónica.

La puesta en valor constituye la primera de estas capacidades del canon arquitectónico. Cuando la gramática de exaltación visual se aplica fuera de sus fronteras habituales, la fotografía deja de celebrar únicamente el diseño de un autor y comienza a revalorizar

[11] URSPRUNG, Philip - On the use and abuse of photography for architecture. En FITZ, Angelika - Architectural Photography and Its Use. Basilea: Birkhäuser, 2015. p. 13-21.
[12] CRARY, Jonathan - 24/7: Capitalismo tardío y el fin del sueño. Barcelona: Ariel, 2015.

espacios ordinarios que permanecían desplazados del interés arquitectónico. En este proceso, la imagen conserva los estilemas de exaltación asociados a la fotografía de arquitectura y los dirige hacia escenarios donde la legitimidad cultural no estaba previamente asegurada. La operación resulta especialmente eficaz porque no necesita modificar físicamente el lugar, sino alterar las condiciones visuales desde las que ese lugar es percibido. La connotación aparece precisamente en esa distancia entre lo que la imagen muestra de manera denotativa y aquello que su puesta en escena hace parecer digno de atención. La ciudad, los destinos turísticos y los parques de atracciones permiten comprobar que el valor de un lugar deja de entenderse como una cualidad física inherente al edificio excepcional y pasa a reconocerse como un efecto producido por la lógica connotativa de la imagen arquitectónica.

Esta capacidad se reconoce en los trabajos de Manolo Laguillo, Sergio Belinchón y Jordi Bernadó, donde la fotografía interviene en la construcción simbólica del lugar. Laguillo trasladó el rigor formal de la fotografía arquitectónica a las transformaciones del paisaje urbano, haciendo legible la ciudad como un escenario de cambio. Belinchón aplicó la claridad descriptiva a la globalización y saturación del turismo de masas, donde el espacio aparece organizado por expectativas visuales previamente construidas. Bernadó utilizó la escenificación arquitectónica para interrogar parques de atracciones y recintos del simulacro, donde la arquitectura funciona como decorado, réplica o pastiche cultural. El análisis de estas series constata que el canon arquitectónico puede exportar su capacidad de escenificación y dignificación del espacio anónimo, produciendo nuevos significados sobre territorios que no habían sido legitimados por la cultura disciplinar.

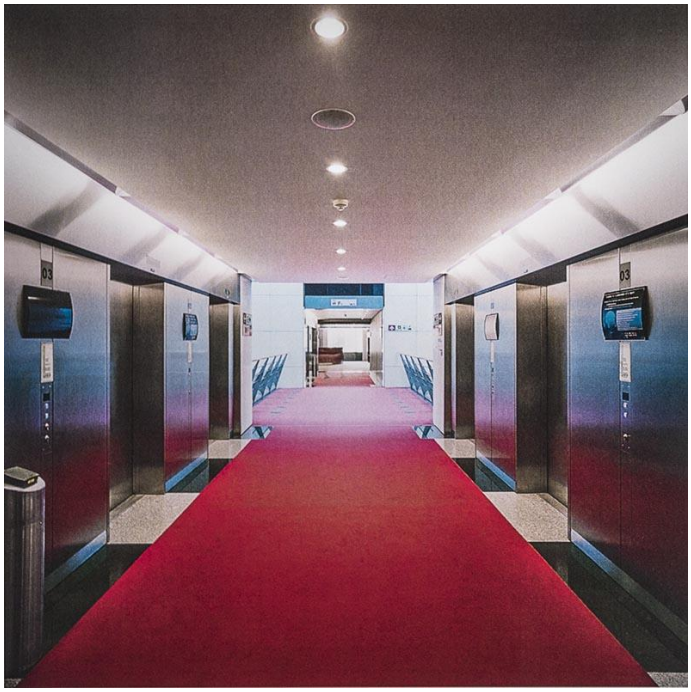


4. Sergio Belinchón, Paraíso, 2003. Fuente: Web oficial del autor.

La validación documental constituye la segunda transferencia del canon arquitectónico. En este caso, la fotografía excéntrica se ha apropiado de las metodologías objetivas del reportaje de arquitectura para legitimar proyectos desarrollados dentro del ámbito artístico y dotarlos de una verosimilitud notarial. La frontalidad, la repetición tipológica

y el recorrido secuencial pasan a funcionar como procedimientos de validación visual más allá del embellecimiento de los edificios. La imagen ha adquirido así una apariencia imparcial y verificable, capaz de sostener un discurso plástico coherente mediante un sistema de reglas que reduce la improvisación y contiene la subjetividad del fotógrafo. Este fenómeno se ha analizado a través de prácticas que trasladan la lógica descriptiva del reportaje arquitectónico hacia otros objetos de estudio. Su interés reside en que los autores variaron el sujeto, el lugar o el tema, pero conservaron la disciplina metodológica de la imagen canónica. La objetividad ya no depende de una transparencia natural del medio, sino de la construcción de un procedimiento repetible que convierte cada toma en parte de una secuencia previamente acotada. Por ello, estos trabajos adquieren una legitimidad difícilmente cuestionable dentro del ámbito artístico, ya que hacen visible la matriz analítica que ordena el objeto representado.

Dentro de esta línea de trabajo, autores como Adrián Tyler, Ignacio Evangelista y Jorge Yeregui permiten observar distintas formas de trasladar esta autoridad notarial del reportaje arquitectónico al ámbito artístico. Tyler abordó los espacios de poder mediante tomas centrales y rigurosamente ortogonales del Parlamento Europeo, donde el control institucional quedó condensado en una única vista frontal que subraya la asimetría de la vigilancia moderna. Evangelista recurrió a la matriz tipológica para comparar y archivar infraestructuras obsoletas o pasos fronterizos que ordenaron la movilidad contemporánea y que hoy aparecen como restos de sistemas en desaparición. Por su parte, Yeregui convirtió el recorrido en una metodología de investigación territorial, siguiendo muros, lindes, bordillos o trazas hidráulicas para transformar el desplazamiento físico en una secuencia visual coherente capaz de revelar la gestión política e invisible del paisaje. El análisis de estas series constata que la autoridad documental puede construirse desde el cumplimiento riguroso de unos parámetros analíticos. La fotografía arquitectónica exporta aquí su capacidad metodológica, demostrando que sus procedimientos analíticos operar como una forma de investigación artística sobre las estructuras que ordenan el espacio construido.



5. Adrian Tyler, Power, Parlamento Europeo, Bruselas, 2008. Fuente: Web oficial del autor.

La activación del deseo constituye la tercera capacidad del canon arquitectónico. En este caso, la fotografía editorial de arquitectura se reconoce con claridad en los circuitos comerciales, especialmente a través de la fotografía de interiorismo, donde el espacio doméstico se transforma en un objeto de consumo. Esta modalidad evidencia la exportación del canon porque reutiliza sus códigos de limpieza visual, orden compositivo e iluminación controlada para presentar el interior como una escena disponible para ser deseada. La iluminación artificial adquiere aquí un papel decisivo, ya que el control del flash permite homogeneizar la luz y producir interiores visualmente atractivos para el consumo. La imagen ya no persigue únicamente representar un espacio, sino construir un fetiche asociado al bienestar, el prestigio o el estilo de vida contemporáneo. De este modo, el canon arquitectónico se desplaza hacia una economía visual donde la apariencia del espacio adquiere valor comercial antes incluso de ser habitada.

Esta capacidad se reconoce en el interiorismo, la fotografía inmobiliaria y la comunicación digital, donde la representación participa activamente en la comercialización del espacio. Los trabajos de Pol Viladoms, Asier Rua y Nicanor García permiten observar cómo la gramática visual de la fotografía arquitectónica se adapta a los circuitos de consumo contemporáneo y alcanza a un público general mediante plataformas digitales y redes sociales. En estos escenarios, la imagen deja de validar únicamente la calidad del proyecto para producir una identidad socialmente reconocible y activar el deseo de ocupar, reservar o adquirir un espacio. El análisis de estas prácticas demuestra que el canon arquitectónico exporta aquí su capacidad para construir imaginarios aspiracionales, haciendo que el consumo visual de la imagen pueda traducirse en consumo económico de experiencias espaciales, especialmente en viviendas, hoteles, alquileres temporales o espacios comerciales.



6. Asier Rua, Madrid Interior, 2015. Fuente: Web oficial del autor.

De este modo, el canon fotográfico demuestra su capacidad para intervenir en la valoración de escenarios cotidianos y dotarlos de un nuevo significado. Al mismo tiempo, esta expansión proyecta una hegemonía visual sobre los territorios que retrata, ya que aplica sobre ellos unas reglas técnicas y plásticas procedentes de la profesión. La imagen técnica queda así situada como un filtro disciplinar que trasciende la mera representación del espacio para orientar activamente su incorporación dentro del debate arquitectónico.

4. La apertura de la imagen arquitectónica a otros lenguajes

La fotografía de arquitectura contemporánea ha ampliado su repertorio visual al importar lenguajes procedentes de otros ámbitos de la cultura fotográfica. Estas incorporaciones han modificado la representación canónica del espacio construido y han reconfigurado aquello que la disciplina reconoce como imagen arquitectónica. En un primer caso, la imagen ha integrado paisajes invisibilizados que enriquecen la comprensión patrimonial del territorio. En segundo lugar, ha asimilado una sensibilidad documental y humanista que sitúa el habitar social en el centro de la representación. Finalmente, ha incorporado una plástica emocional procedente de la fotografía artística, capaz de convertir el edificio en una experiencia perceptiva y atmosférica. Esta clasificación permite estudiar cómo la fotografía excéntrica ha estimulado el imaginario arquitectónico al introducir nuevas formas de entender el territorio, la convivencia y la experiencia sensible.

La incorporación de paisajes invisibilizados constituye la primera apertura de la fotografía de arquitectura hacia otros lenguajes. La imagen arquitectónica ha comenzado a incorporar su propio contracampo, desplazando la atención hacia territorios que hasta entonces habían quedado fuera del relato disciplinar. Extrarradios, infraestructuras, espacios agrícolas, arquitecturas menores o paisajes en transformación han pasado a formar parte del imaginario arquitectónico al ser abordados con el mismo rigor visual que tradicionalmente se reservaba a las obras canónicas. El paisaje ha dejado entonces de actuar como fondo neutro y ha pasado a entenderse como un constructo social, cuyo valor depende de las miradas, los relatos y los acuerdos que una comunidad proyecta sobre el territorio. Su interés reside en que estas imágenes mantienen la precisión descriptiva y el control compositivo propios de la fotografía de arquitectura, pero los orientan hacia escenarios donde el valor patrimonial aún no estaba consolidado. La fotografía recopila así en procesos de legitimación social que incorporan lugares invisibilizados al debate arquitectónico y favorecen su reconocimiento público como patrimonio compartido.

Esta incorporación del contracampo territorial se concreta en tres aproximaciones que desplazaron la atención desde el edificio hacia paisajes conflictivos o degradados. José Guerrero cartografió límites urbanos en abandono, mostrando el borde de la ciudad como un palimpsesto de espera entre desarrollos inmobiliarios. Juan Baraja abordó los paisajes en conflicto a través de la Y vasca, donde la promesa institucional de progreso se enfrenta al impacto ambiental de la infraestructura y a la oposición de las comunidades afectadas. Rafael Trapiello, por su parte, revisó paisajes atravesados por la transformación climática y económica, registrando sequías y urbanizaciones fallidas tras el colapso de la burbuja inmobiliaria. Estas series demuestran que el contracampo territorial incorpora a la imagen arquitectónica paisajes cuyo valor nace precisamente de su condición conflictiva.



7. Juan Baraja, Y Vasca / Euskal Y, 2021. Fuente: Web oficial del autor.

La asimilación de una sensibilidad documental y humanista constituye la segunda integración de la fotografía de arquitectura desde otros lenguajes. En ese sentido, el reportaje canónico ha adoptado la tradición humanista para describir las formas de vida que ocupan los edificios. El trabajo de Iwan Baan ratifica esta evolución, erigiéndose como el ejemplo por excelencia de cómo la instantánea espontánea y el flujo del movimiento se han asentado de forma natural en la representación de la obra. De este modo, la imagen ha dejado de concentrarse únicamente en las cualidades formales de la edificación para dar cabida a las dinámicas cotidianas, las relaciones sociales y los modos de apropiación, aportando una dimensión antropológica que redimensiona la lectura disciplinar del habitar. Al situar a los sujetos y sus acciones en el centro de la representación, la arquitectura dejó de presentarse como un objeto autónomo para entenderse como el soporte físico de una experiencia compartida. Esta atención hacia lo humano también ha impulsado el trabajo de colectivos fotográficos, donde la imagen incorpora relatos construidos desde las propias comunidades. La fotografía adquiere de este modo un enfoque sociológico que enriquece la comprensión de los lugares a partir del comportamiento humano.

Junto a esta normalización dentro del reportaje canónico, los trabajos de Ana Amado, Txema Salvans y Eduardo Nave permiten reconocer cómo esta sensibilidad documental también opera desde posiciones excéntricas. Amado recuperó la experiencia colectiva en los poblados de colonización; Salvans desplazó la atención hacia los espacios de apropiación urbana mientras que Nave documentó los lugares atravesados por acontecimientos trágicos donde permanece inscrita la memoria de las personas fallecidas. El análisis de estas series demuestra que la incorporación de esta sensibilidad documental

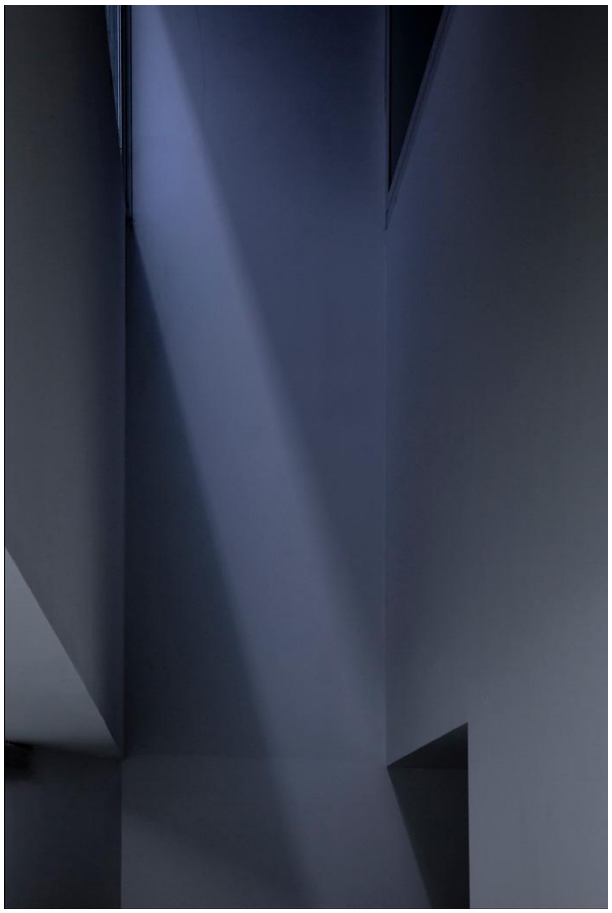
ha dotado a la fotografía de arquitectura de una comprensión social del espacio, integrando el habitar como una dimensión inseparable de su representación.



8. Txema Salvans, The Waiting Game, 2013. Fuente: Web oficial del autor.

La integración de la plástica emocional constituye la última vía de hibridación con lenguajes expresivos en la fotografía de arquitectura contemporánea. En este caso, la cámara ha adoptado recursos procedentes de la creación artística para desplazar la descripción del edificio hacia una experiencia perceptiva más autónoma. La sombra, la penumbra, el desenfoque o el cromatismo han dejado de funcionar como efectos formales para convertirse en operaciones capaces de reorganizar la atmósfera del espacio representado. La arquitectura aparece así como una materia sensible intensificada por el dispositivo. El estudio de esta deriva se centra en propuestas que trabajan sobre la capacidad de la imagen para construir una espacialidad alternativa al entorno edificado. El registro fotográfico trasciende la mera descripción física del objeto para convertir las herramientas técnicas de la cámara en verdaderos materiales de construcción espacial, consolidando una atmósfera propia que modula la experiencia sensible del observador. Esta sensibilidad fue absorbida por la fotografía de arquitectura canónica a través de estéticas próximas a la *deadpan photography*, donde los tonos desaturados y la suspensión narrativa generaron una emoción contenida.

Desde esta autonomía perceptiva, los trabajos de Marina Morón, Aitor Ortiz y Nicolás Combarro orientaron la imagen excéntrica hacia prácticas artísticas. Morón exploró el vacío y el color como una abstracción sensorial donde la arquitectura se convirtió en presencia fenomenológica; Ortiz construyó imágenes capaces de tensionar la relación entre el lugar fotografiado y el espacio expositivo, mientras que Combarro intervino directamente sobre el soporte fotográfico para producir arquitecturas ficticias inscritas en un campo imaginario. El análisis de estas series demuestra que la plástica emocional ha enriquecido la fotografía de arquitectura al convertir la superficie visual en un espacio sensible, donde la imagen arquitectónica puede ser percibida como una experiencia perceptiva independiente del edificio representado.



9. Marina Moron, Desplazamientos de azul y aire. 2022. Fuente: Web oficial del autor.

La asimilación de estos lenguajes externos confirma que la fotografía arquitectónica ha mutado hacia una práctica más permeable, potenciando las capacidades del propio canon fotográfico. Al abandonar la tradicional descripción del edificio aislado, la cámara moviliza ahora las tensiones del territorio marginal, el rastro de sus habitantes y la intensidad de las atmósferas sensoriales. Esta hibridación transforma el registro visual en un espacio de debate, donde el entorno no solo se documenta, sino que se cuestiona y adquiere nuevos significados.

5. Conclusiones: La fotografía como acto proyectual

A lo largo de este artículo se ha constatado que el tránsito desde la convención institucionalizada hacia las prácticas excéntricas se asemeja al proceso físico-químico de la *cristalización*. Este fenómeno consta de una primera fase de depuración donde la herramienta fotográfica pulió su técnica y su plástica hasta consolidar, durante el movimiento moderno, la etiqueta formal de fotografía de arquitectura. Tras este período de purificación del estilo, la disciplina inició una segunda etapa de adición de partículas. Esta nueva fase supuso una absorción de discursos visuales externos procedentes de otros ámbitos fotográficos, enriqueciendo su lenguaje con matices alternativos que hicieron crecer el imaginario colectivo.

Esta cristalización demuestra que la fotografía contemporánea no es un registro pasivo, sino un sistema de conocimiento disciplinar fundado en metodologías compartidas. Arquitectos y fotógrafos operan bajo intereses homólogas y procesos comunes, ya que ambos se guían por la búsqueda de la belleza, se someten al control de reglas compositivas, construyen atmósferas expresivas y comparten una preocupación

documental por el habitar. Si entendemos la arquitectura como la construcción social alrededor de los edificios, resulta evidente que la fotografía es otra herramienta para hacer arquitectura, al igual que lo pueden ser la comunicación, la enseñanza o la crítica. Un posicionamiento que además plantea comprender la profesión como una disciplina, en lugar de reducirla a un simple ejercicio técnico.

De este modo, la fotografía de arquitectura puede entenderse como un *acto proyectual*, ya que convierte un discurso visual en una estrategia de proyecto capaz de intervenir activamente sobre la comprensión del espacio construido. La fotografía deja entonces de ocupar una posición puramente descriptiva y pasa a formar parte de los instrumentos con los que la arquitectura se piensa, se investiga y se proyecta hacia nuevos horizontes. En definitiva, reconocer que la imagen participa de forma intrínseca en la construcción cultural de la disciplina significa, sencillamente, hacer arquitectura con fotografías. Al final, pensar una imagen es, irremediablemente, proyectar arquitectura.[13]

6. Bibliografía

BENJAMIN, Walter - **Sobre la fotografia**. Valencia: Pre-textos, 2005.

BERGERA, Iñaki - **Fotografía y arquitectura: la imagen del espacio construido**. Madrid: Turner, 2023.

CAMPBELL, Hugh - **Space framed**. Londres: Lund Humphries, 2020.

COLOMINA, Beatriz - **Privacidad y publicidad: la arquitectura como medio de comunicación de masas**. Murcia: CENDEAC, 2010.

FITZ, Angelika - **Architectural Photography and Its Use: Positions on the relationship between imagen and Architecture**. Basilea: Birkhäuser, 2015.

FLUSSER, Vilém - **El universo de las imágenes técnicas**. Buenos Aires: Caja negra, 2015.

GROYS, Boris - **Volverse público: las transformaciones del arte en el ágora contemporánea**. Buenos Aires: Caja Negra, 2014.

PALLASMAA, Juhani - **Los ojos de la piel: la arquitectura y los sentidos**. Barcelona: GG, 2014.

URSPRUNG, Philip - **Images: A Picture Book of Architecture**. Múnich: Prestel, 2004.

SONTAG, Susan - **Sobre la fotografía**. Madrid: Alfaguara, 2005.

ZIMMERMAN, Claire - **Photographic architecture in the twentieth century**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2014.

[13] FERNÁNDEZ MORILLAS, Antonio Manuel - La mirada expandida: el fotoensayo como herramienta en arquitectura. Revista SOBRE. Vol. 3 (2017), p. 39-54.

Imagens do olhar:
o enquadramento na fotografia de Luis Ferreira Alves[1]

Frederico Vicente
Dinamia 'CET – ISCTE / CiTUA - IST
frederico_vicente@iscte-iul.pt

Paula André
Dinamia 'CET - ISCTE
paula.andre@iscte-iul.pt

Susana Ventura
CiTUA - IST
susana.ventura@tecnico.ulisboa.pt

Resumo: O presente texto insere-se na investigação de doutoramento em curso em torno do fotógrafo Luis Ferreira Alves (1938-2022) e argumenta que a sua experiência em fotografia de cena, entre o final da década de 1970 e 1982, determinou um dos modos como viria a ver e a dar a ver a arquitetura. As fotografias de pormenor que o fotógrafo apelidou de "pequenos Mondrian's" revelam a sua atenção pela dimensão construtiva da arquitetura e repetem-se ao longo do seu arquivo profissional. Fotografias que só poderão ser plenamente compreendidas mediante uma leitura interdisciplinar entre o teatro e a arquitetura, em diálogo com o interesse do fotógrafo pelo cinema e pela pintura. A pintura de Piet Mondrian surge primeiro como referência proposta pelo fotógrafo, depois como analogia entre a composição das telas e a decomposição da arquitetura em planos e cores. Ao longo do texto, o enquadramento, compreendido tanto como mecanismo de seleção e delimitação do campo visual quanto como resultado de um exercício de composição e montagem, fruto de uma cultura visual prévia, afirma-se como tema transversal às diversas disciplinas: na arquitetura com a abertura de uma janela, na fotografia pela definição do *frame,* no teatro pelo quadro-cena. Já o argumento apoia-se no arquivo profissional de Ferreira Alves, doado em 2021 à Casa da Arquitectura – Centro Português de Arquitectura, e no arquivo pessoal, ao cuidado da família do fotógrafo, onde se encontram as fotografias de teatro. A estes documentos juntam-se entrevistas realizadas a arquitetos com quem colaborou, bem como outras fontes primárias, nomeadamente testemunhos, textos e artigos de jornal. Conclui-se que os "pequenos Mondrian's" de Ferreira Alves resultam da convergência entre o seu interesse pela pintura, a prática de fotografia de cena e a curiosidade pela tectónica da arquitetura fotografada. Desse encontro emergem imagens-síntese, em que a parte representa o todo; imagens que são próximas do plano fechado sobre o corpo e o gesto dos intérpretes no teatro, e que deixam antever uma estratégia de composição e montagem que percorre a totalidade da sua obra.

Palavras-chave: Luis Ferreira Alves, fotografia, teatro, arquitetura, enquadramento

[1] Este texto insere-se na investigação de doutoramento em curso no Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, em torno do fotógrafo Luis Ferreira Alves, iniciada em 2024 sob orientação das Professoras Doutoras Paula André e Susana Ventura, com bolsa atribuída pela Casa da Arquitectura – Centro Português de Arquitectura / FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (PRT/BD/155084/2024 e DOI https://doi.org/10.54499/PRT/BD/155084/2024), cujo contributo de Catarina Providência, esposa de Ferreira Alves, tem sido determinante.

1. Considerações Iniciais

Luis Seixas Ferreira Alves nasceu a 25 de abril de 1938 em Valadares (fig. 1), "numa casa grande entre pinheiros e mar".[2] Era filho de Luís Ferreira Alves (1911-2000), a terceira geração de uma família de banqueiros e de casas de câmbio, e de Zaida Emília Simões Seixas (1914-1972). Cresceu no seio de uma família da burguesia financeira nortenha, contexto que moldou profundamente a sua formação social e cultural. O ano de nascimento de Ferreira Alves marcou igualmente o quase centenário da proclamação da fotografia, anunciada por François Arago na *Académie des Sciences*, em 1839. Já o dia do seu nascimento, o fotógrafo acabaria por partilhá-lo 36 anos depois, com a Revolução dos Cravos. Duas efemérides que balizam um percurso particular: uma carreira construída na fotografia de arquitetura, em grande medida consequência do breve envolvimento político que o afastou do cinema.

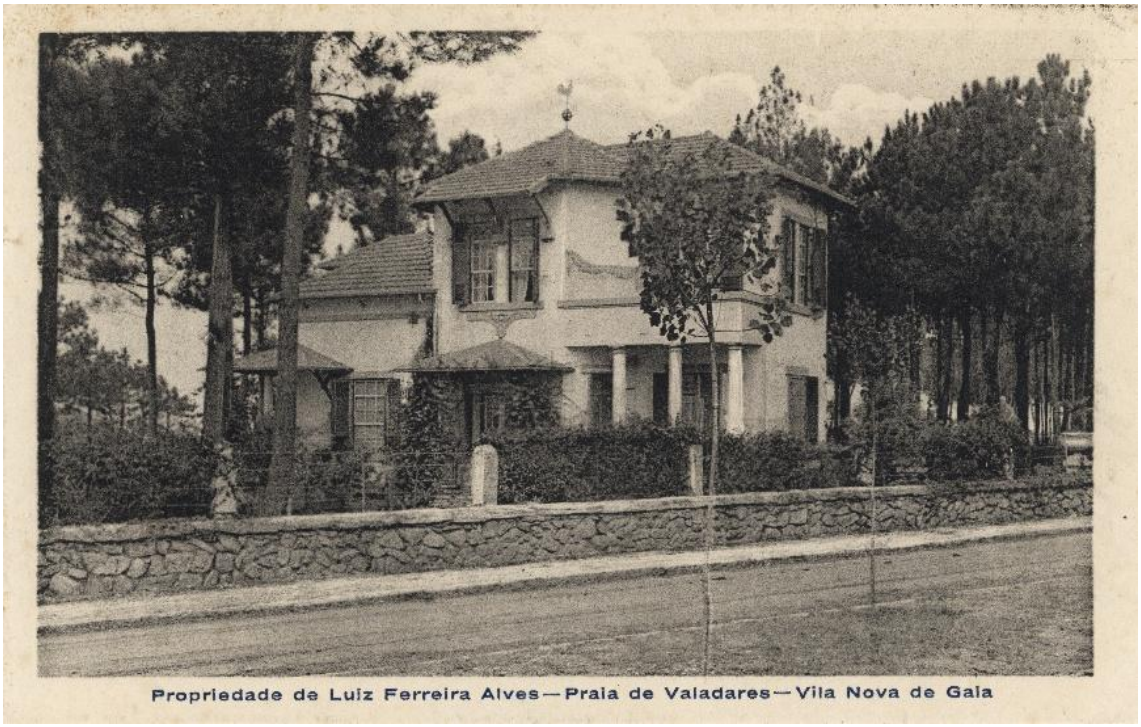


Figura 1 – Casa da família Ferreira Alves na Praia de Valadares, projeto de Francisco de Oliveira Ferreira (1884 – 1957). Fonte: Arquivo Pessoal Luis Ferreira Alves.

O pai ofereceu-lhe a sua primeira câmara fotográfica, uma *Voigtländer,* provavelmente influenciado pela memória de Joaquim Gomes Ferreira Alves (1983 – 1944), médico e fotógrafo. Numa entrevista a Carlos Campos Costa, Luis Ferreira Alves menciona o episódio, no qual revelou também ter despertado primeiro para o cinema e, apenas, depois para a fotografia: "(…) embora o meu pai tivesse comprado um aparelho, muito antes disso. Como era de uma família rica, tinha tudo, tínhamos também cinema de 8 mm. *O Gato Félix*. Tudo isso era projetado (…) provavelmente a minha paixão pelo cinema nasce aí".[3] É público o entusiasmo de Ferreira Alves pelo cinema, seja pelas sessões

[2] Brochura da exposição *Em Busca da Cor Perdida*, 1983 [Porto: Cooperativa Árvore, Arquivo Pessoal Frederico Vicente].

[3] Excerto da entrevista a Ferreira Alves, por Carlos Campos Costa. In CAMPOS COSTA, Carlos – **Microondas 40 com Luis Ferreira Alves** [em linha]. Projeto Microondas Rádio, Lápis Voador, Mixcloud,

semanais nos cinemas do Porto, nos anos 60, seja pela participação na Secção de Cinema Experimental do *Cineclube*, onde co-filmou *O Auto da Floripes*[4] (Fig. 2), seja pela coleção de centenas de filmes que integram o arquivo pessoal, seja pela curadoria de tertúlias de cinema entre amigos, que apelidou de *Cineclube Alegria.* Menos pública é a sua relação com o teatro e a fotografia de cena. Na mesma entrevista, o fotógrafo referiu essa dimensão pouco explorada da sua prática: "O primeiro grande desafio fotográfico foi o teatro, foi a fotografia de teatro. (…) Houve uma época [em] que as companhias independentes daqui do norte faziam sessões específicas para o meu trabalho fotográfico. (…) Antes do ensaio geral, fazíamos sessões só para fotografias"[5] (Fig. 3).



Figura 2 – Luis Ferreira Alves em 1959, durante as filmagens de *O Auto da Floripes*. Autor da fotografia desconhecido. Fonte: Arquivo Pessoal Luis Ferreira Alves.

Por conseguinte, compreender o percurso profissional de Ferreira Alves passa por mapear essa travessia entre géneros, tendo presente o enquadramento tanto como mecanismo de seleção e delimitação do campo visual quanto como resultado de um exercício de composição e montagem. Um território comum às disciplinas do cinema, da fotografia e do teatro, mas também à arquitetura – objeto central de grande parte da obra de Ferreira Alves e uma das áreas (a principal) pelas quais é reconhecido. Como tal, propomos que o enquadramento, em Ferreira Alves, inseparável do sentido de composição e montagem,

2014 (1h 36m 21s) [Consult. 5.06.2026], a partir dos 13:45 min. Disponível em: https://www.mixcloud.com/lapisvoador/microondas-40-com-lu%C3%ADs-ferreira-alves/

[4] Filme de 1963, com produção entre 1959 e 1960. A realização é de António Lopes Fernandes e o argumento é de Henrique Alves Costa. O nome de Luis Ferreira Alves surge nos créditos como operador de imagem ao lado de Henrique Cardoso.

[5] Excerto da entrevista a Ferreira Alves, por Carlos Campos Costa. In CAMPOS COSTA, Carlos – **Microondas 40 com Luis Ferreira Alves** [em linha]. Projeto Microondas Rádio, Lápis Voador, Mixcloud, 2014 (1h 36m 21s) [Consult. 5.06.2026], a partir dos 15:20 min. Disponível em: https://www.mixcloud.com/lapisvoador/microondas-40-com-lu%C3%ADs-ferreira-alves/

oriente o nosso trajeto até à fotografia de teatro, onde também falaremos de pintura. Mas primeiro, como entendemos o enquadramento.



Figura 3 – Composição com quatro fotografias de teatro da autoria de Luis Ferreira Alves. Fonte: Arquivo pessoal Luis Ferreira Alves.

2. O enquadramento

Ao navegarmos pela etimologia do verbo enquadrar [6], que associamos à ideia de pôr dentro de um quadrado, torna-se possível reconhecer uma família de palavras nas quais sustentamos o nosso argumento: quadro, quadrado, quadrante, quadrícula ou esquadria. Todas estas palavras remetem, de formas distintas, para uma operação de delimitação, recorte e ordenação. Nesse sentido, e aproximando-nos do pensamento de Vilém Flusser, propomos entender o enquadramento não como uma "moldura neutra", mas como um gesto que sugere uma organização para o mundo visível sujeito a várias condicionantes[7]. Para Flusser, enquadrar é escolher, reduzir e transformar a realidade numa imagem, ainda que essa escolha dependa sobretudo das possibilidades e limitações do próprio aparelho, a máquina fotográfica, e não apenas da intenção do fotógrafo.

Esta leitura ganha particular pertinência na obra de Ferreira Alves, já que o fotógrafo fez uma transição tardia para a fotografia digital, apenas em 2006. Muito embora, a sua relação prudente com a transformação técnica já se tivesse manifestado nos primeiros anos de fotografia de arquitetura (após 1983), quando demonstrou resistência à utilização do *flash*, preferindo trabalhar com luz de tungsténio, iluminando os espaços na arquitetura como cenografia de cinema. Esta preferência não correspondia apenas a uma escolha

[6] Pôr em quadro ou em moldura; emoldurar, encaixilhar: vocábulo composto do latim in + quadro + ar. In Michaelis On-line: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa [Em linha]. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2026. [Consult. 26 jun. 2026]. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/enquadrar/

[7] FLUSSER, Vilém – **Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia**. São Paulo: Hucitec, 1985.

estética, mas também a uma forma de controlar melhor o processo de visualização e de antecipação da imagem. Foi Vitor Bilhete que o referiu, com quem Ferreira Alves filmou *Um retracto da Inquisição*[8], além de outros filmes e documentários (Fig. 4): "essa fase da luz de tungsténio era mais tranquila nesse aspeto, porque a luz está lá, nós estamos visualmente a ver o efeito que se pretende, e depois tira-se uma chapa. Com mais um diafragma ou menos um, sairá aquilo que estamos a ver. (…) Com o *flash* há uma certa dose de imprevisibilidade, porque, apesar de haver uma pré-visualização, o *flash* é de uma tal intensidade e de um curto espaço de tempo que só depois de revelada nos diria exatamente como é a imagem".[9]



Figura 4 – Luis Ferreira Alves em 1983 durante as filmagens de *Um retracto da Inquisição*. Autor da fotografia desconhecido. Fonte: Arquivo Pessoal Luis Ferreira Alves.

Se para Flusser o gesto fotográfico é subordinado às possibilidades do aparelho, para Rosalind Krauss a fotografia é também condicionada pelos lugares onde circula, orientando a nossa interpretação. Krauss permite-nos alargar a leitura aos espaços expositivos, defendendo que a fotografia não se define apenas pelo que é exibido, mas também pelo "espaço discursivo" em que se inscreve. Assim, o enquadramento deixa de ser entendido apenas como o limite físico imposto pelo quadro da câmara, incluindo igualmente os contextos culturais, editoriais e institucionais que condicionam a forma como a imagem é vista e interpretada pelo público.[10]

Ao conjunto destas condicionantes acrescentamos o que lembra John Berger, e que se aproxima mais da nossa tese sobre Ferreira Alves: "a forma como vemos as coisas é

[8] Em 1982 Luis Ferreira Alves corealizou com Vitor Bilhete o filme *Um Retrato da Inquisição* no Castelo de Vila da Feira, com a participação dos alunos do 2º ano do Ciclo Preparatório de Lourosa.
[9] Excerto do depoimento de Vítor Bilhete, recolhido na entrevista realizada a 22 de junho de 2026 (*online*), no âmbito da investigação desenvolvida para a presente tese de doutoramento.
[10] KRAUSS, Rosalind – Espaços Discursivos da Fotografia: Paisagem/Vista. In TRACHTENBERG, Alan (org) – **Ensaios Sobre Fotografia de Niépce a Krauss**. Lisboa: Orfeu Negro, 2013, p.411- 423.

afectada pelo que conhecemos ou por aquilo que sabemos ou acreditamos"[11]. Para Berger enquadrar é mobilizar para a imagem uma experiência anterior do olhar, conjugando-a com a cultura e as referências do fotógrafo (a pré-fotografia), a partir das quais é produzido o recorte na realidade e no tempo, como melhor denota Hiroshi Sugimoto: "photography functions as a fossilization of time".[12] Esse recorte, sobretudo na fotografia de arquitetura, adquire depois autonomia e pode circular através de conferências, livros ou revistas, pois "a fotografia de arquitetura é uma forma de levar objetos impossíveis de viajar a sítios longínquos".[13]

Concretamente, na fotografia de Luis Ferreira Alves, o enquadramento é fruto de uma convergência de experiências e é determinante (Fig.5). Foi o próprio quem o sublinhou: "considero que realmente um momento importante da fotografia é o momento [em] que esse retângulo, que é só nosso, é extraído da realidade e transformado em mensagem pessoal.[14] Voltou a reforçá-lo referindo que "uma coisa importantíssima na fotografia de arquitetura é o rigor, e eu daí não saio, é o rigor do enquadramento. É momento tão importante como o *click*".[15] Nesse sentido, "em qualquer sítio pode surgir uma fotografia de arquitetura, é uma questão de ir com os olhos abertos".[16]

Já para Arménio Teixeira, que colaborou com o fotógrafo entre 1991 e 2010, a fotografia de Ferreira Alves tem um "princípio, meio e fim"[17] e procura, pela composição, pelas "linhas de força" da imagem, guiar o observador. Pressupõe uma narrativa. Na mesma entrevista que lhe realizámos, o fotógrafo acrescentou: "uma das coisas importantes na fotografia com as quais o Luis também se irritava muito eram os enquadramentos cortados pelos designers dos livros. Porque uma fotografia tem um princípio, um meio e um fim. Se cortas um bocado, nem que seja 10%, já arruinaste a fotografia, porque ficou desequilibrada."[18]

[11] BERGER, John – **Modos de Ver**. Lisboa: Antígona Editores Refractários, 2018, p. 18.
[12] Hiroshi Sugimoto em entrevista a Susan Sollins e Susan Dowling. In SOLLINS, Susan; DOWLING, Susan- **Art in the Twenty-First Century: Memory** (Seanon 3). [Registo de vídeo, em linha]. New York: Art21, 2005 (54:10 min.): cores. [Consult. 03.06.2026], a partir dos 26.35 min.
[13] Luis Ferreira Alves. In GONÇALVES, Ricardo - **Atelier d'Arquitetura: Arquitetura e Fotografia** (Ep21)**.** [Registo de vídeo, em linha]. RTP2, 2020. (26:10 min.): cores. [Consult. 03.06.2026], a partir dos 14:45 min. Disponível em: https://www.rtp.pt/play/p5644/e448375/atelier-arquitetura
[14] Ibid., a partir dos 16:26min.
[15] Ibid., a partir dos 16:35 min.
[16] Ibid., a partir dos 18.00 min.
[17] Depoimento de Arménio Teixeira, da entrevista que realizámos no dia 14 de janeiro de 2026, na Casa da Arquitectura – Centro Português de Arquitectura, em Matosinhos, no âmbito da investigação da tese de doutoramento.
[18] Excerto do depoimento de Arménio Teixeira, recolhido na entrevista realizada a 14 de janeiro de 2026, na Casa da Arquitectura – Centro Português de Arquitectura, em Matosinhos, no âmbito da investigação desenvolvida para a presente tese de doutoramento.

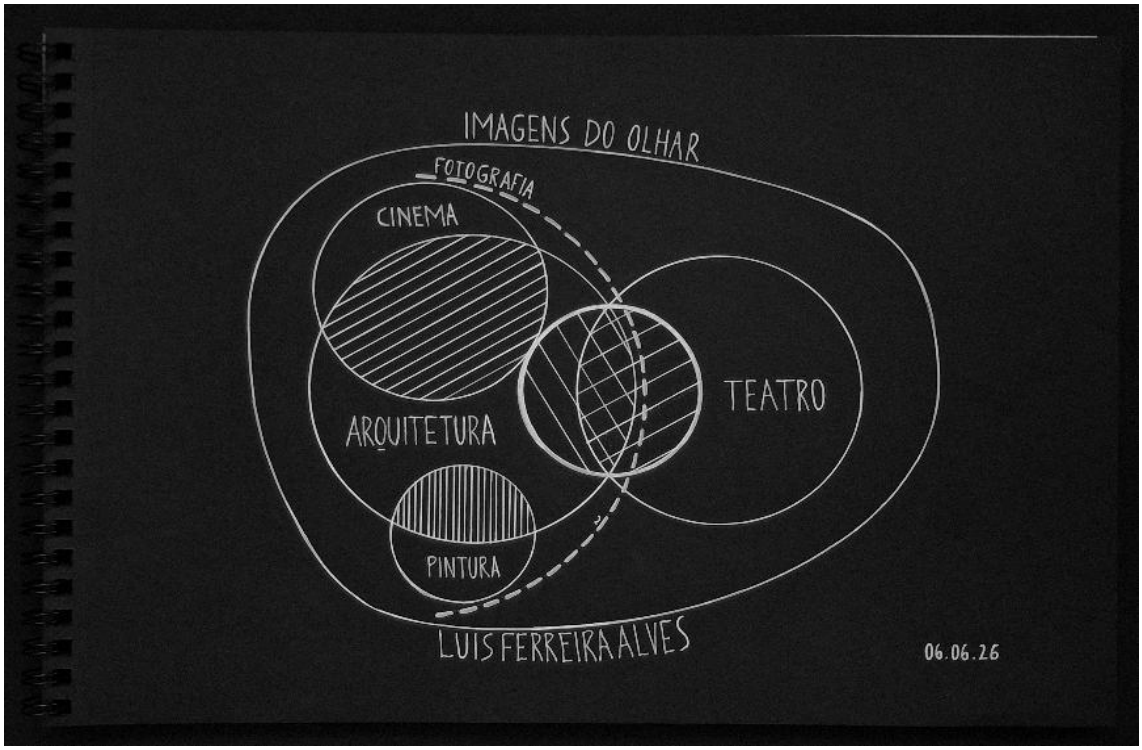


Figura 5 – Imagens do olhar na fotografia de Ferreira Alves – o enquadramento como resultado de um cruzamento interdisciplinar. Fotografia de esquema (1 página, dim.: 21x29,7) elaborado no âmbito da tese de doutoramento. Fonte: Arquivo Pessoal Frederico Vicente.



Figuras 6 e 7 – Luis Ferreira Alves em 1984 a fotografar o Museu de Amarante (esq.) Autor da fotografia desconhecido. Luis Ferreira Alves em 2002 pousando com o seu tripé junto do mosteiro de Tibães. Fotografia de Arménio Teixeira (dir). Fonte (esq. e dir.): Arquivo Pessoal Luis Ferreira Alves.

Uma perceção igualmente expressa por Marta Ferreira, colaboradora de Ferreira Alves entre 2015 e 2025 [19] quando destacou a importância da composição para o enquadramento: "(…) esteticamente (…) uma coisa que marca muito o trabalho do Luis são estes cantos, as linhas da arquitetura, da obra a fotografar, batem nos cantos do enquadramento, do *frame*. Isto (…) marca muito mais a perspetiva e o desenho da própria imagem."[20] Acreditamos que o enquadramento na fotografia de Luis Ferreira Alves é indissociável do sentido de composição da imagem, de uma montagem, e constrói-se a partir de uma constelação de referências e experiências – imagens do olhar – que adiante enunciaremos: "Eu acredito que não há fotografias inocentes. Todas as fotografias têm um sentido, são feitas por alguém que tem uma visão naquele momento que mais ninguém tem e, portanto, eu acredito que as fotografias estão impregnadas de muita coisa."[21] Assim, o enquadramento na obra fotográfica de Luis Ferreira Alves assenta num rigor simultaneamente técnico e compositivo, expresso no uso disciplinado do tripé (Fig. 6 e 7) e na organização cuidada da imagem. Tal rigor é indissociável de uma cultura visual anterior, construída pela transição entre géneros (teatro e arquitetura) e pela convergência de diferentes referências e interesses.

3. A janela na arquitetura

Mostra-se pertinente invocar a *aperta finestra* de Alberti. No Renascimento, o arquiteto projetou o retângulo como uma janela aberta para o mundo, e essa janela transformou-se: pelos desenhos e sucessivos modelos de perspetógrafo, pela pintura, pela cartografia e, posteriormente, vários séculos depois, pela introdução de novos dispositivos óticos que deram origem à fotografia e ao cinema. Dispositivos que são versões mais complexas e contemporâneas de ver e representar a realidade, mas que oscilam sempre nos binómios: abrir e fechar, contexto e exclusão, visível e invisível, velar e revelar. A esse respeito, na entrevista que realizámos a Gonçalo Byrne, [22] quando questionado sobre quais as comparações entre as disciplinas da arquitetura e da fotografia, o arquiteto recorreu à janela, como metáfora, para nos falar sobre a manipulação do modo como vemos e o que vemos:

> "(…) há uma grande proximidade entre a arquitetura e a fotografia. Desde logo, uma que me parece muito óbvia é a questão do enquadramento da arquitetura. O fotógrafo, quando fotografa, pelo menos até agora, é sempre através de um dispositivo que tem um quadro. E a questão do quadro é um pouco a metáfora daquilo que, na arquitetura, é desenhar uma janela. (…) E qual é a importância disto? Às vezes, é mais importante o que se esconde do que o que se revela. No

[19] A colaboração de Marta Ferreira prolongou-se por cerca de dez anos: seis como assistente de Luis Ferreira Alves, dois a fotografar sob a sua supervisão e mais dois sob a direção de Catarina Providência, após o desaparecimento do fotógrafo em 2022.

[20] GONÇALVES, Ricardo - **Luis Ferreira Alves: Um Olhar Construído.** [Registo de vídeo, em linha]. RTP2, 2022. (49:35 min.): cores, a partir dos 22:41 min. Disponível em: https://www.rtp.pt/play/p11311/luis-ferreira-alves-um-olhar-construido

[21] Excerto da entrevista de Ferreira Alves, por Carlos Campos Costa. In CAMPOS COSTA, Carlos – **Microondas 40 com Luís Ferreira Alves** [em linha]. Projeto Microondas Rádio, Lápis Voador, Mixcloud, 2014 (1h 36m 21s) [Consult. 5.06.2026], a partir dos 51:00 min. Disponível em: https://www.mixcloud.com/lapisvoador/microondas-40-com-lu%C3%ADs-ferreira-alves/

[22] Luis Ferreira Alves fotografou diversos projetos de Gonçalo Byrne ao longo da sua carreira, entre os quais o SAAL Casal das Figueiras (Setúbal), o Complexo Residencial de Chelas – "Pantera Cor-de-Rosa" (Lisboa), a Caixa Geral de Depósitos de Vidigueira, a Reitoria da Universidade de Aveiro, o Pavilhão Desportivo de Braga, o Pavilhão Municipal de Desportos e Turismo de Vila do Conde, bem como a Casa Sá da Costa e a Casa em Alcanena. Algumas dessas imagens foram publicadas em revistas e monografias de arquitetura, nomeadamente nas revistas *Domus* n.º 655 (1984) e *Casabella* n.º 561 (1989).

> fundo, a janela, como o enquadramento na arquitetura, é um processo de um olhar limitado, um olhar que é confinado. E quando a arquitetura tem de trabalhar um projeto, por exemplo, em que a relação com o exterior é importante, quer seja de proximidade, quer seja de panorama, muitas vezes a maneira como se enquadra, a altura a que está a janela, a proporção da janela, se é mais horizontal, se é mais vertical, tem a ver com uma opção do arquiteto de relacionamento com o que está fora. Um exemplo. Imagine que tem uma casa no Alentejo com uma planície à sua frente, ondulada de trigo, e depois tem uma imensidão de céu. Se eu desenhar a janela a uma altura relativamente alta e a fizer muito vertical, terei um excesso de céu em relação ao plano da seara, mas se eu fizer o contrário, se eu baixar a janela, cortar muito o céu, vou ver apenas seara e um bocadinho de céu, e a relação é completamente diferente. Se eu fizer esta janela [a janela vertical], vou libertar o olhar; se eu fizer esta janela [a janela horizontal], meto a seara dentro de casa, a seara, ou o jardim, ou uma escultura ou o que quer que seja. Há uma diferença entre uma e outra, e essa é também a diferença entre a arquitetura e a fotografia. (…) A fotografia é claramente sincrónica; é um corte no tempo, um pouco como o tempo do historiador. O arquiteto trabalha sobretudo no tempo da diacronia."[23]

Na mesma linha, João Mendes Ribeiro[24], cuja obra se constrói entre a arquitetura e a cenografia para teatro e dança, propôs igualmente a janela ("forma como olhamos") como ponto de encontro entre a arquitetura e a fotografia:

> "(…) Nessa relação entre a arquitetura e a fotografia, há um tema recorrente que é a forma como olhamos. Por exemplo, eu trabalho muito a partir do corte, porque me interessa muito a relação entre o interior e o exterior. A planta não tem a verticalidade do espaço. Claro que a planta está sempre presente, mas para mim não é suficiente, eu testo tudo em corte. O corte é a forma como usamos o espaço e permite estabelecer a relação entre o interior e o exterior. A forma como eu observo a paisagem é também uma vista-quadro, o que eu vejo de dentro para fora. Interessa-me menos uma paisagem que é dada por igual e muito mais uma paisagem enquadrada pelo olhar, a partir de determinado sítio. (…) A composição da fachada (…) aparece um bocadinho como uma respiração que vem do dentro. Encontro muitas semelhanças com o trabalho dos fotógrafos, como é que se enquadra a paisagem, como é que se enquadra a cidade." [25]

Para melhor compreender este sentido que é atribuído à janela na arquitetura, consideremos como exemplo as janelas da Casa Malaparte. Quando Adalberto Libera desenhou para Curzio Malaparte a sua residência na Punta Massullo, a 32 metros de altura da linha de água, estabeleceu o olhar sobre a paisagem de três formas. Primeiro, o terraço da casa, onde Camille, personagem interpretada pela atriz Brigitte Bardot, procurou resguardar-se dos olhares indiscretos, cena que o filme *Le Mépris*, de Jean-Luc Godard,[26] eternizou. Depois, as molduras em madeira que ladeiam o *salone* principal, trazendo, através do vidro-montra, as escarpas da envolvente para o interior (Fig.8). Por fim, a

[23] Excerto do depoimento de Gonçalo Byrne, recolhido na entrevista realizada a 15 de abril de 2026, no seu escritório, em Lisboa, no âmbito da investigação desenvolvida para a presente tese de doutoramento.
[24] Luis Ferreira Alves fotografou o Centro de Artes Visuais de Coimbra, projeto de João Mendes Ribeiro.
[25] Excerto do depoimento de João Mendes Ribeiro, recolhido na entrevista realizada a 30 de março de 2026, no seu escritório, em Coimbra, no âmbito da investigação desenvolvida para a presente tese de doutoramento.
[26] *Le Mepris* de Jean-luc Godard de 1963 foi parcialmente filmado na Casa Malaparte.

janela do escritório (Fig.9). Uma janela modesta de duas folhas que se abrem sobre o Mar Tirreno. Centrando-nos na análise das quatro janelas-moldura: duas são simétricas entre si; as outras duas, embora frente a frente, diferem nas proporções, uma mais quadrada, a outra mais retangular, como as anteriores. Todas partilham a altura do peito, elevando-se a cerca de 30 centímetros do pavimento. Christopher Alexander padronizou este tipo de janelas quando escreveu:

> "Everybody loves window seats, bay windows, and big windows with low sills and comfortable chairs drawn up to them. (…) These kinds of windows which create «places» next to them are not simply luxuries; they are necessary. (…) Essentially a «place» is a partly enclosed, distinctly identifiable spot within a room. All the following can function as «places» in this sense: bay windows, window seats, a low windowsill where there is an obvious position for a comfortable armchair, and deep alcoves with windows all around them."[27]



Figuras 8 e 9 – Casa Malaparte: fotografia da janela do *salone* principal (esq.), onde é visível a moldura em madeira e ausência de caixilho; e fotografia da janela do escritório (dir.). Fotografias de André Jemolo.

De modo a clarificar o conceito, o arquiteto organizou a janela em quatro tipos: "a bay window", "a window seat", "a low sill" e "a glazed alcove". Na Casa Malaparte, Libera emoldurou a paisagem. Desenhou um espaço de permanência, a janela enquanto lugar, também como pintura, que poderíamos encaixar na definição proposta por Christopher Alexander para *window seat*: "more modest. A niche, just deep enough for the scat. lt works best for one person, sitting parallel to the window, back to the window frame, or for two people facing each other in this position."[28] Perante esta sobreposição entre cinema, pintura, e janela-lugar, recordamos Beatriz Colomina, que, ao analisar a arquitetura moderna de Le Corbusier, aproximou a janela da câmara e do ecrã cinematográfico, entendendo-a como um dispositivo de enquadramento visual. A arquiteta descreveu a longa janela da Villa La Roche, referindo o movimento do corpo dado pela *promenade architectural*: "the big window is a paper wall with a picture on it,

[27] ALEXANDER, Christopher – **A Pattern Language: Towns, Buildings, Construction.** New York: Oxford University Press, 1977, p.833 - 835.
[28] Ibid, p.835.

a picture wall, a (movie) screen." [29] Igualmente, em Godard a janela parece assumir essa centralidade, tornando-se um elemento determinante no modo como o realizador enquadra e filma as personagens no *salone*.

Já em 1923, Le Corbusier, num projeto anterior, *Petite Maison de Corseaux* (*villa au bord du lac Léman*), ensaiara a *fenêtre en longueur*[30] (Fig. 10), afastando-se da proporção da janela vertical (ou quadrada da casa Malaparte) para assumir a janela horizontal. Retomando as diferenças elencadas por Gonçalo Byrne entre a janela vertical e a janela horizontal, importa recuperar o célebre debate entre os arquitetos Auguste Perret e Le Corbusier. Em 1923, o tema da janela estreita e comprida opôs os arquitetos numa disputa que foi além da questão técnica. Auguste Perret utilizou uma entrevista ao *Paris Journal* (dezembro de 1923) para questionar a arquitetura de vanguarda de Le Corbusier, sugerindo que este era vítima dos mesmos formalismos que criticava na arquitetura que tinha descrito como tradicional ou académica, acrescentando que o desenho proposto por Le Corbusier não assegurava uma iluminação adequada dos espaços. Em resposta, Le Corbusier projeta a *Petite Maison de Corseaux* com uma janela horizontal de onze metros de comprimento como demonstração prática da sua tese. Para Le Corbusier a janela horizontal, potenciada pela utilização do betão armado na construção, concentrava a luz exatamente à altura dos olhos do habitante. O debate acabaria por atingir outra proporção, quando Le Corbusier surpreende Perret sentado numa cadeira, sob uma janela horizontal no *Palais de Bois*, projeto deste segundo. Perret terá respondido "une fenêtre, c'est un homme!"[31], reafirmando a sua posição sobre a importância da verticalidade da janela como expressão antropomórfica e declarando ainda o seu repúdio pela visão panorâmica incentivada pela janela horizontal. Le Corbusier recuperaria este episódio nas páginas do seu *Almanach*, onde publicaria o projeto acompanhado do texto *Petite contribution à l'étude d'une fenêtre moderne*.[32]

[29] COLOMINA, Beatriz – **Privacy and Publicity: Modern Architecture as Mass Media.** Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1994, p.6.
[30] "Le problème posé: une maison pour deux personnes seules, sans domestiques. Région: l'extrémité Est du lac Léman: bord de lac au coteau dominant: vue frontale au sud. On a procédé contrairement aux usages: on a établi le plan rigoureux de la maison, fonctionnel, répondant exactement au programme, véritable petite «machine à habiter». Puis, le plan en poche, on est allé chercher le terrain qui pourrait convenir. Cette méthode comporte plus de bon sens qu'il n'y paraît au premier abord. Machine à habiter: chaque élément est affecté d'un certain nombre de mètres carrés, total 56 m² pour toute la maison. On compose on aboutit à 60 m². Dans cette maison minuscule, il y a une fenêtre de 11 mètres de longueur et la partie de réception offre une perspective de 14 mètres de longueur. Des cloisons mobiles, des lits dissimulés, permettent d'improviser l'hospitalisation de visiteurs." Descrição do projeto Petite Villa au Bord du Lac Léman. In L'œuvre architecturale de Le Corbusier au patrimoine mondial [Em linha, Consult. 23 jun. 2026].
[31] Excerto da publicação *La Petite maison" à Corseaux.* In. REICHLIN, Bruno – **Le Corbusier à Genève 1922-1932, projets et réalisations** [em linha]. Lausanne : Editions Payot, 1987 [Consult. 23 jun. 2026]. Disponível em: https://www.mikulas.ch/fenetre_en_bande.htm
[32] Ibid.



Figura 10 e 11 – *Villa au bord du lac Léman - Façade côté Lac* (Alçado lago) (esq.). Autor desconhecido. *Villa le Lac, Corseaux* (dir.). Fotografia de Olivier Martin - Gambier, 2005. Fonte (esq. e dir.) Fundação Le Corbusier.

Retomando a ideia de Christopher Alexander sobre a janela-nicho, é significativo que, nesse mesmo projeto, Le Corbusier desenhe no exterior uma abertura quadrada numa parede em alvenaria, associada a uma mesa e a um lugar para sentar (Fig.11). Este dispositivo transforma-se num pequeno espaço de permanência, aproximando-se de outras experiências em que o vão é pensado como lugar. Lembramos a instalação *Janela*[33] de João Mendes Ribeiro para o Miradouro da Senhora do Crasto, em Viana do Castelo, ou, anos antes, a instalação *Janelas*[34], de Eduardo Souto de Moura, com quem Luis Ferreira Alves manteve uma colaboração de cerca de três décadas, iniciada com a Casa das Artes, em 1992 – onde surgiram os primeiros "Mondrian's", de que adiante falaremos (Fig. 12). Precisamente, Eduardo Souto de Moura sobre a instalação para a Bienal de Veneza de 2012, composta por três aberturas sobre o Grande Canal referiu:

> **"**O Siza deu uma aula maravilhosa, falou de um texto do Bruno Taut que dizia: «A janela vertical é muito bonita e satisfaz quando o pé direito é alto, quando baixa, a janela tem que rodar» e fica horizontal. Fiquei muito sensibilizado com essa discussão e o Siza disse-me: «Se não sabe fazer janelas» – e não sei, passava a vida a queixar-me – «leia o Loos». A janela é uma necessidade, é uma vertigem, é uma coisa voraz que vem de dentro para fora, é uma técnica. Fiz então três janelas na Bienal de Veneza e gostei imenso de fazer isso, uma vertical com espessura (Palladio), uma horizontal com pouca espessura (Taut) e uma não janela, em negativo, a janela ausente sem espessura (Le Corbusier). Aprendi *in loco* o que ando a fazer e consegui tirar muitas conclusões."[35]

[33] *Desencaminharte*, 2018.
[34] *Bienal de Veneza,* 2012.
[35] Excerto da entrevista de Eduardo Souto de Moura. In Casa da Arquitectura (ed.) – **Radar Veneza: Arquitetos Portugueses na Bienal 1975-2021.** Matosinhos: Casa da Arquitectura, 2021, p. 178.

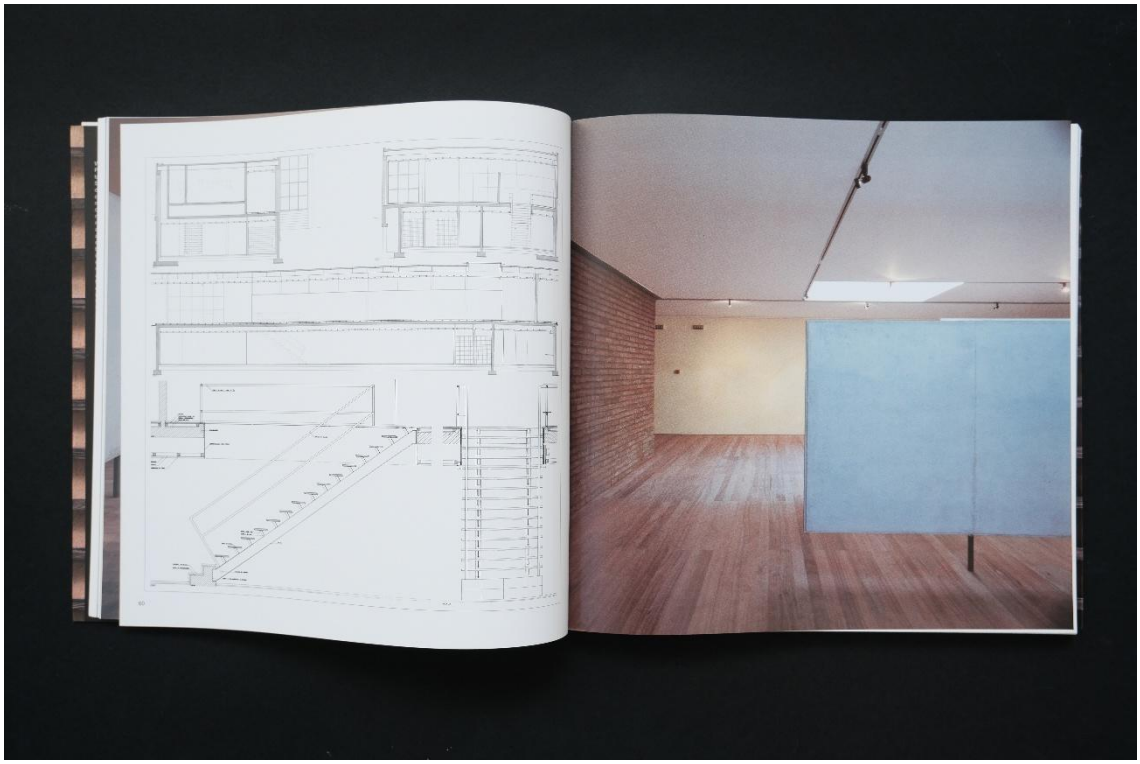


Figura 12 – Fotografia do projeto Casa das Artes de Eduardo Souto de Moura publicada na monografia dedicada ao arquiteto, editada pela Blau em 1996. Fonte: Fotografia do livro, Arquivo Pessoal Frederico Vicente.



Figura 13 – Fotografia da década de 80, do Porto da autoria de Luis Ferreira Alves. Fonte: Arquivo Pessoal Luis Ferreira Alves.

Assim, a janela, enquanto elemento fundamental da arquitetura[36], evoluiu de uma simples abertura destinada à iluminação e ventilação dos compartimentos para um dispositivo de mediação entre interior e exterior. No Modernismo, tornou-se um campo de debate disciplinar, não apenas pelas suas implicações construtivas, mas também pela diferente relação com a paisagem: de um lado, uma janela à altura do corpo, do outro lado, uma janela à altura do olhar. Neste contexto, a janela deixa de ser apenas uma abertura na fachada e afirma-se como dispositivo de ver, uma tela, aproximando-se da lógica da pintura, da fotografia e, mais tarde, do cinema (fig.13).

4. O quadro ou *frame*

Centremo-nos apenas na fotografia. Se no início a fotografia emergiu em continuidade com a pintura, absorvendo os seus códigos de representação e linguagem – a regra dos terços, o ponto de fuga, a simetria e harmonia de formas, a luz natural, a figura humana sobre fundos pintados – as vanguardas introduziram os ângulos oblíquos, os planos picados e contrapicados, os contrastes, afirmando-se como uma montagem assumidamente subjetiva, intencional e estética. Depois, Henri Cartier-Bresson, fotógrafo que Eduardo Souto de Moura invocou para escrever sobre Ferreira Alves,[37] deslocou o *frame* da composição planeada para o plano do instante, para a *street photography*, para o fotojornalismo. A fugacidade do instante decisivo exigia de Cartier-Bresson não tanto a construção de uma imagem, mas a disponibilidade e uma certa acuidade percetiva (previsão da cena). O enquadramento passou a ser indissociável do momento, que se revelava perfeito quando o disparo era certeiro, tal como na caça, quando o caçador atinge a perdiz.[38] Porém, para Luis Ferreira Alves, este não era o tempo da fotografia de arquitetura – talvez pudesse ser tempo da caça ou dos instantes da fotografia de cena – e por isso distinguiu-as escrevendo que "a fotografia de reportagem é um momento fugidio (…) a fotografia de arquitetura não é isso, não é uma rapidez, uma coisa fugidia. É uma coisa pausada, estudada".[39] "A fotografia [de arquitetura] é uma coisa que, fora as obrigações comerciais (…) são coisas que nos saltam à vista, que nos assaltam (…). É certo que existe uma apetência nossa, que faz de uma coisa que me assalta, uma coisa que

[36] A janela é, por isso, um dos temas atemporais da arquitetura, sistematicamente revisitado por arquitetos, tanto que, dois anos após a instalação de Souto de Moura, Rem Koolhaas incluiu a janela na lista dos 15 fundamentos base da disciplina. Em *Fundamentals,* tema-título da 14ª Bienal de Arquitectura de Veneza, a janela está lado a lado com: *floor, ceiling, roof, door, wall, stair, toilet, facade, balcony, corridor, fireplace, ramp, escalator, elevator.*

[37] "Cartier-Bresson dizia que a fotografia parecia ser uma actividade fácil, mas era exactamente o contrário. Escrever sobre fotografia e dizer algo de útil, ainda é mais difícil do que parece. Quando o fotógrafo como neste caso é um amigo, o Luis Ferreira Alves, a dificuldade aumenta em progressão geométrica e o melhor é não hesitar a escrever, pois a publicação de um livro de fotografias sobre o L. F. A., já devia ter acontecido há muito tempo." Escreveu Eduardo Souto de Moura no texto *Sobre o Luis Ferreira Alves*. In ALVES, Luis Ferreira – **Fotografias em Obras de Eduardo Souto de Moura**. Porto: Scopio Editions, 2016, p.9.

[38] Luis Ferreira Alves acumulava com o seu interesse por motas, carros, cinema, vela, o passatempo da caça: "Ele era um caçador. Ativo mesmo. Perdizes, etc." Excerto do depoimento de Álvaro Siza Vieira, recolhido na entrevista realizada a 21 de junho de 2025, no seu escritório, no Porto, no âmbito da investigação desenvolvida para a presente tese de doutoramento.

[39] GONÇALVES, Ricardo – **Atelier d'Arquitetura: Arquitetura e Fotografia** (Ep21)**.** [Registo de vídeo, em linha]. RTP2, 2020. (26:10 min.): cores. [Consult. 03.06.2026], a partir dos 24:53 min. Disponível em: https://www.rtp.pt/play/p5644/e448375/atelier-arquitetura

me interessa, [e de uma] outra coisa que me assalta, uma coisa que não me interessa. E essa seleção é fundamental; é a personalidade do fotógrafo."[40]
Na arquitetura, como na fotografia, o enquadramento tem também um carácter subjetivo, a partir do momento em que dominamos a técnica/tectónica: abrir uma janela num plano opaco ou selecionar, através da câmara, uma porção da realidade. Em ambos os casos, trata-se de um gesto subjetivo atravessado pelas referências culturais, sociais e políticas do fotógrafo: a "personalidade do fotógrafo". Em Ferreira Alves essa "personalidade" é moldada pelo seu atlas de referências, estabilizada pela posição do rodapé e do movimento do corpo pelos espaços. Sobre este ponto, e parafraseando Maria Helena Cardoso, a primeira mulher do fotógrafo, a formação estética de Ferreira Alves foi profundamente marcada pela frequência assídua das salas de cinema – onde nenhum filme de realizadores como Ingmar Bergman ou John Ford era perdido – e pelo contato com um círculo de pessoas, reunido no *Café Ceuta*, entre pintores, cinéfilos e o corpo do *Teatro Experimental do Porto* (TEP): "vimos pintar, o Eduardo Luiz (…) Era um homem da Renascença. Éramos muito novos e absorvemos muita coisa de lidar com essa gente (…) muito boa e (…) honesta".[41] Portanto, a "personalidade do fotógrafo" Ferreira Alves foi contaminada pela pintura que observou, pelo cinema a que assistiu, pela arquitetura que viu projetar e onde viveu, e pelo teatro que fotografou. Fez-se a partir do que absorveu, até porque: "(…) íamos a qualquer sítio e dizíamos assim, olha aquele enquadramento (…) E ficámos com esse vício. E não tivemos fotógrafos à nossa volta. Tivemos muitos arquitetos."[42]

5. O quadro-cena

No final da década de 70, Luis Ferreira Alves apesar de trabalhar como chefe de vendas na *Fapobol* – Fábrica Portuense de Borracha, onde iniciou funções em 1968, começou a fazer fotografia de cena nas companhias de teatro independentes do Porto. Impulsionado por Gabriela Ribeiro, engenheira química e colega na fábrica, que o apoiou nos processos e técnicas de revelação, Ferreira Alves quebra um hiato de cerca de uma década sem produção e mergulha no mundo do teatro. Gabriela Ribeiro era a sua companheira à época, com quem veio a casar [43] e a constituir uma sociedade para se dedicar à produção de fotografia e cinema – *IMAGO*.[44]

No teatro, e por intermédio de Gabriela Ribeiro, conheceu Isabel Alves, atriz e fundadora do *Teatro Estúdio de Arte Realista* (TEAR), além do ator e encenador João Guedes ou Moncho Rodriguez. Inicia-se uma atividade paralela como fotógrafo de cena no *Teatro Experimental do Porto* (TEP), no *Teatro Universitário do Porto* (TUP), no *Teatro Estúdio de Arte Realista* (TEAR) e depois n' *Os Comediantes*. Sobre esse período, Ferreira Alves referiu o seguinte:

> "Eu fiz uma cobertura durante anos de todas as companhias de teatro. Trabalhei com (…) Moncho [Rodriguez], com o Castro Guedes, com o João Guedes. Uma das

[40] Excerto da entrevista a Ferreira Alves, por Carlos Campos Costa. In CAMPOS COSTA, Carlos – **Microondas 40 com Luís Ferreira Alves** [em linha]. Projeto Microondas Rádio, Lápis Voador, Mixcloud, 2014 (1h 36m 21s) [Consult. 5.06.2026], a partir dos 41:40 min. Disponível em: https://www.mixcloud.com/lapisvoador/microondas-40-com-lu%C3%ADs-ferreira-alves/
[41] Excerto do depoimento de Maria Helena Cardoso, recolhido na entrevista realizada a 26 de novembro de 2025, na sua casa, no Porto, no âmbito da investigação desenvolvida para a presente tese de doutoramento.
[42] Ibid.
[43] Luis Ferreira Alves e Gabriela Cepeda Ribeiro casaram a 5 de julho de 1984.
[44] A Sociedade Ferreira Alves e Gabriela Lda (*IMAGO/FOTOGRAFIA*) foi constituída a 16 de fevereiro de 1984 e alterou a denominação para Luis Seixas Ferreira Alves a 19 de fevereiro de 1992.

últimas peças que o João Guedes fez aqui foi o meu melhor trabalho fotográfico. A *Menina Júlia*. É um trabalho em que realmente se prova, fotograficamente, que a fotografia de teatro, como qualquer outra fotografia, passa antes das máquinas e das lentes (…) pela compreensão do objeto. O tipo que não compreende a *Menina Júlia* não consegue fotografar a *Menina Júlia.* Lembro-me daquelas fotografias com as botas em primeiro plano e o drama ao fundo na cama, tudo isso tem a ver com conhecer o objeto."[45]

O encenador Moncho Rodriguez, que foi diretor artístico do TUP (1978-1981) e do TEP (1981-1983) e mais tarde fundador da companhia de teatro *Os Comediantes* (1983), recordou Luis Ferreira Alves numa: "casa de banho, que se transformava em câmara escura, em laboratório de fotografia, onde tu conseguias com toda a tua poética, magia, revelar imagens fantásticas de uns tempos muito bonitos".[46] Também, Vitor Bilhete relembra essa fase: "Fapobol de dia, ampliações até às tantas para os *cibachromes*. Era a exposição *Em Busca da Cor Perdida*, as salas da *Cooperativa Árvore*, já não cheiravam a pólvora, mas rebentavam de gente para ver essas brilhantes imagens à lá *Mon Oncle*. (…) Mas antes disto havia a fotografia de cena, o TEP e a seguir *Os Comediantes*. O Moncho Rodriguez e as suas fantasias. O rigor das ampliações a preto e branco – os negros densos e o grão. As máquinas *Nikon* mecânicas – o teu orgulho daquela época –, a *Nikkormat."*[47]

Ferreira Alves "fotografou muito teatro e filmou algum". Mostrou parte desse labor com Gabriela [Ribeiro], em 1982, na [Cooperativa] Árvore."[48] Desse encontro com as artes cénicas resiste um *dossier* A4[49] (Fig. 14) com dezenas de folhas de contacto (e negativos), que estão na origem dessa exposição: *Fotografia de Cena* (Fig.15 e 16). Lê-se na brochura original de 1982:

> "Fotografar teatro trata-se mais de captar as relações dramáticas que estão no cerne do teatro do que isolar as suas partes. Fixar contrastes ou convergências, sublinhar gestos, atitudes, réplicas, no cume da significação. Não se fotografam actores, mas os seus momentos. O teatro é uma dialéctica e ao fotógrafo de cena cabe captar o que dela pode ser captado – que não é tudo."[50]

[45] Excerto da entrevista a Ferreira Alves, por Carlos Campos Costa. In CAMPOS COSTA, Carlos – **Microondas 40 com Luís Ferreira Alves** [em linha]. Projeto Microondas Rádio, Lápis Voador, Mixcloud, 2014 (1h 36m 21s) [Consult. 5.06.2026], a partir dos 15:21 min. Disponível em: https://www.mixcloud.com/lapisvoador/microondas-40-com-lu%C3%ADs-ferreira-alves/

[46] Excerto do depoimento de Moncho Rodriguez no Álbum Coletivo de Memórias comemorativo dos 80 anos de Luis Ferreira Alves: Há festa na aldeia, p. 85. [cópia digital. Porto: abril de 2018, A4, horizontal, 165 páginas, arquivo Frederico Vicente].

[47] Testemunho de Vitor Bilhete no Álbum Coletivo de Memórias comemorativo dos 80 anos de Luis Ferreira Alves: Há festa na aldeia, p. 126-130. [cópia digital. Porto: abril de 2018, A4, horizontal, 165 páginas, arquivo Frederico Vicente].

[48] ALVES, Luis Ferreira – **Memória breve de um percurso**. In Brochura da exposição *Em Busca da Cor Perdida*, 1983 [Porto: Cooperativa Árvore, arquivo Frederico Vicente].

[49] Este *dossier* integra o espólio do Contra-Arquivo, ao cuidado da família do fotógrafo.

[50] Brochura da exposição *Fotografia de Cena,* 1982 [Porto: Cooperativa Árvore, 12 páginas, arquivo família Luis Ferreira Alves].

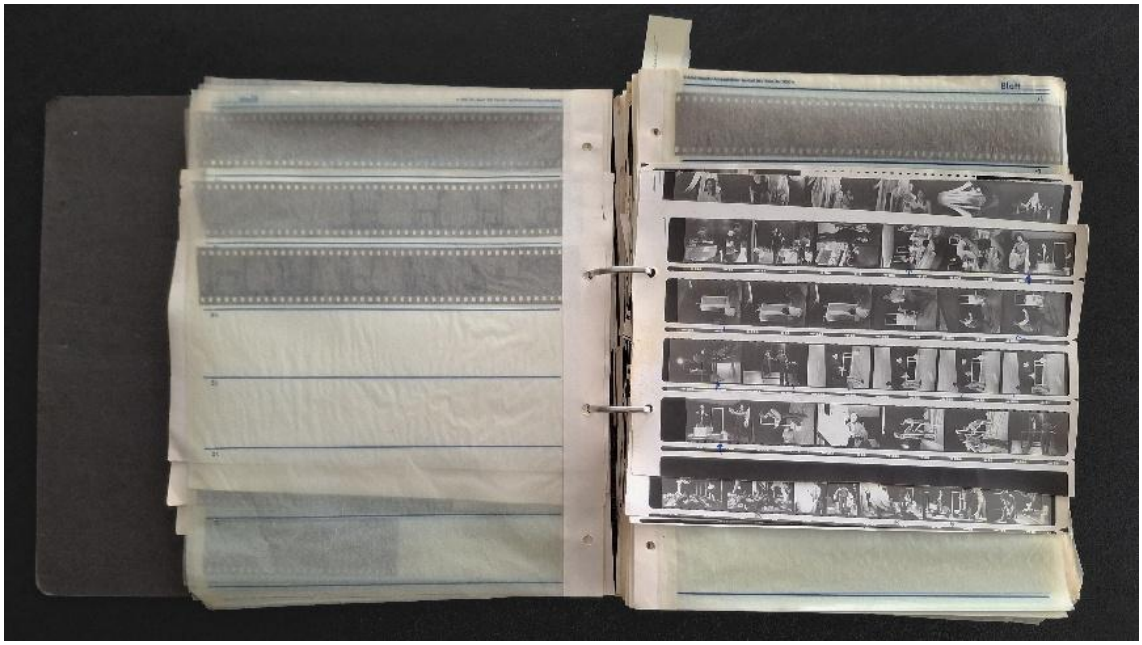


Fig. 14 – Dossier com provas de contacto e negativos de fotografias de teatro. Arquivo Pessoal Luis Ferreira Alves. Fonte: Fotografia Frederico Vicente.

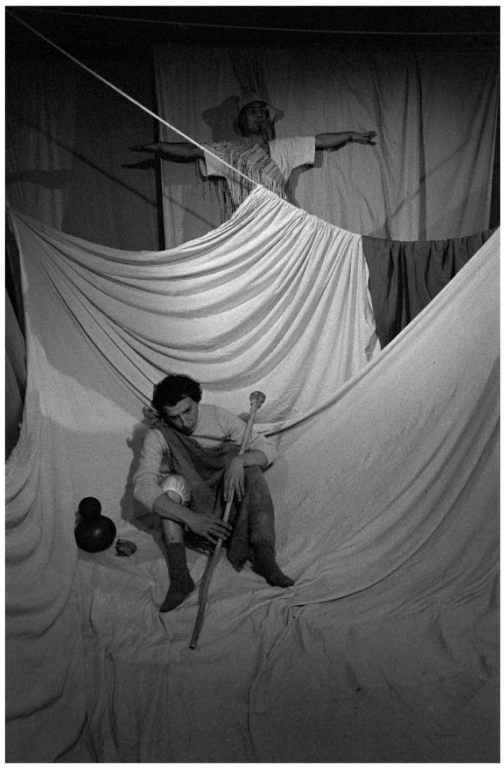
O entendimento proposto pelos fotógrafos encontra eco nas palavras de João Mendes Ribeiro, quando este referiu:

> "(…) eu não consigo mostrar nenhum cenário sem a presença dos intérpretes, o que é uma espécie de paradoxo em relação à arquitetura. Na arquitetura, o comum são as fotografias sem ninguém. (…) Portanto, é uma espécie de espaço despido de vida, de habitabilidade, num sentido que não tem as pessoas que habitam o espaço. Na cena, que não tem forçosamente de ser um espaço vivido, mas como está tão agarrado à atuação, os cenários só vivem se tiverem intérpretes. Interessa-me muito isso, a relação do corpo com o espaço, e aquilo que se faz com o cenário".[51]



Fig. 15 e 16 – Convite para a inauguração da exposição Fotografia de Cena (frente e verso). Fonte: Arquivo Pessoal Frederico Vicente.

[51] Excerto do depoimento de João Mendes Ribeiro, recolhido na entrevista realizada a 30 de março de 2026, no seu escritório, em Coimbra, no âmbito da investigação desenvolvida para a presente tese de doutoramento.




Figuras 17 e 18 – Fotografia de teatro da autoria de Luis Ferreira Alves (esq.). *A derrocada das aparências* (dir.). Fotografia impressa e emoldurada da peça *A Boda dos Pequenos Burgueses* de Brecht, de 1982. Fonte (esq. e dir.): Arquivo Pessoal Luis Ferreira Alves.

Portanto, na fotografia de cena (fig.17 e 18), o enquadramento liberta-se da visão panorâmica, e do tripé (fotografia geral) para abraçar um plano mais fechado (fotografia de pormenor) que requer interpretação: do texto, da cenografia e da emoção.

Retomando a exposição *Fotografia de Cena*, esta continha 81 imagens expostas em duas salas: "(…) numa expomos fotos isoladas, que julgamos poderem viver por si; noutra damos notícia (mitigada embora) da forma como abordamos o teatro".[52]

A exposição acabaria por ter alguma atenção mediática da crítica e dos jornais. Por exemplo, na edição de sábado do *Diário de Notícias*[53] podia ler-se: "de início o abuso de grandes distâncias de focagem. Depois, o abandono do tripé, *flash*, motor, enfim, do autodidactismo, desde que nos apercebemos de que o espectador principal destinatário das fotos, é fixo, mas tem cabeça."

Também Henrique Alves Costa, com quem Luis Ferreira Alves privou quando era um jovem entusiasta na Secção de Cinema Experimental do Cineclube do Porto, escreveu duas críticas: *Um olhar criador sobre Instantes de Teatro* e *Instantes de Teatro*. No primeiro texto, o cinéfilo assinalou o seguinte: "A fotografia pode ser também uma arte, um acto de criação. E, como tal, a interpretação de uma dada realidade, num momento preciso, num momento relâmpago, instante neste caso (o do teatro) que era já uma

[52] Brochura da exposição *Fotografia de Cena,* 1982 [Porto: Cooperativa Árvore, 12 páginas, arquivo família Luis Ferreira Alves].
[53] MENDES, Alfredo – **Fotografar em cena. Não basta fazer "click".** In Jornal Diário de Notícias, 3º caderno, de 1 de Maio de 1982 [recorte de jornal, arquivo família Luis Ferreira Alves].

transfiguração/interpretação de uma outra realidade." [54] No segundo texto escreveu: "do olhar criador que tem deitado sobre instantes teatrais, de que a recente exposição de fotografias foi eloquente e prometedor exemplo, talvez passe, por fim, ao cineasta que sempre desejou ser…".[55] Sublinha-se, além da referência a acontecimentos biográficos de Ferreira Alves, nomeadamente o interesse pelo cinema que nunca se concretizou, o sentido que Alves Costa atribui à expressão "olhar criador", como um ato de interpretação do cenário, do texto e do pensamento do encenador, que os próprios Gabriela Ribeiro e Ferreira Alves quiseram distinguir: "fotografar no teatro" de "fotografar teatro":

> "Fotografar no teatro: fotografar, pela fotografia. Cada foto começa e acaba em si-mesma e por si mesma. Concebida isoladamente, segundo critérios de exclusiva estética fotográfica (?), como mensagem existe fora do palco, do texto e da encenação. Dará notícia da sensibilidade fotográfica do autor, mas não da sua compreensão global do espectáculo. Serve-se do teatro; pode não servir o teatro. É um caminho.
>
> Fotografar teatro: outra coisa é. Também caminho: o que pretendemos nosso. Começa ainda com o material na sacola, com os dados culturais adquiridos, a compreensão do texto e das suas implicações; com a vivência, por dentro, da proposta do encenador, com a evolução dos actores, com a decifração do simbolismo dos cenários e adereços. Só depois vem a técnica - uma escrita - para pôr ao serviço desse projecto complexo."[56]

Após *Fotografia de Cena* (Fig.19), Ferreira Alves integrou uma exposição coletiva no Museu dos Biscainhos e, em 1986, a exposição *Fotografia de Teatro* na Biblioteca Municipal Raul Brandão, em Guimarães. Também em 1983, lecionou, com Gabriela Ribeiro, o Curso Superior de Fotografia na Árvore, em colaboração com o TEP (Fig.18). Neste período de intensa atividade, entre 1982 e 1983, realizou ainda a exposição individual *Em Busca da Cor Perdida*, o *Diaporama* sobre a obra do arquiteto Pedro Ramalho e participou em diversas iniciativas e exposições nacionais, como a *Bienal de Arte de Cerveira (1982)* ou a *Encontros de Fotografia de Coimbra*[57]. Depois de 1982, Luis Ferreira Alves não voltou a fotografar teatro, mas aproximou o "rigor científico"[58]

[54] COSTA, Henrique Alves – **Fotografia de Cena. Um Olhar criador sobre Instantes Teatrais.** In JN, 11 de Maio de 1982 [recorte de jornal, arquivo família Luis Ferreira Alves].
[55] COSTA, Henrique Alves – **Instantes de teatro.** In Jornal de Letras, artes e ideias, ano II, nº3 de 25 de maio a 7 de Junho de 1982 [recorte de jornal, arquivo família Luis Ferreira Alves].
[56] Brochura da exposição *Fotografia de Cena,* 1982 [Porto: Cooperativa Árvore, 12 páginas, arquivo família Luis Ferreira Alves].
[57] Em 1982, Luís Ferreira Alves participou na *III Bienal Internacional de Arte* de Vila Nova da Cerveira (24 de julho – 31 de agosto), apresentando duas fotografias que viriam a integrar no ano seguinte a exposição *Em Busca da Cor Perdida*: *Algarve* (60 × 60 cm) e *Olhar Vertical* (35 × 110 cm). No ano seguinte, apresentou a exposição *Fotografia de Cena* (23 de abril – 2 de maio de 1983), de que falámos, integrou uma exposição fotográfica coletiva no Museu dos Biscainhos, em Braga (6 – 22 de maio), e participou nos *4.os Encontros de Fotografia de Coimbra*, ao lado de Óscar Almeida, António Miranda, Carlos Valente, Ana Carneiro, Ângelo de Sousa, António Drummond, José Rodrigues, Júlio de Matos, Luís Carvalho, Luís Pavão, Manuel Magalhães, Manuel Miranda, Maria Gabriela Ribeiro, Nuno Félix da Costa, Rui Cunha, Albano Pereira, Eduardo Nery, Hermano Marques, João Paulo Sotto Mayor, José António da Costa e Silva e José de Melo. Entre fevereiro e abril de 1985, participou com Gabriela Ribeiro nas *Jornadas Fotográficas da AEFEUP*, com imagens da Torre dos Clérigos. Já em 1986, apresentou a exposição *Fotografia de Teatro* na Biblioteca Municipal Raul Brandão, em Guimarães (6 – 30 de maio). No ano seguinte, integrou a *1.ª Mostra de Fotógrafos Portugueses*, realizada entre 6 e 21 de junho de 1987, no Centro Cultural do Alto Minho, em Viana do Castelo.
[58] A expressão foi proposta por Sérgio Fernandez, na entrevista que lhe realizámos, também com Alexandre Alves Costa no dia 06 de março de 2025, no escritório no Porto: "[As fotografias de Luis Ferreira Alves] "eram uma documentação, eu diria, quase científica".

das arquiteturas que veio a radiografar dos "instantes de teatro", ou seja, detalhou a matéria e materialidade da construção montando *crops* fotográficos.





Figura 19 e 20 – Cartaz da exposição Fotografia de Cena (esq.) e Brochura do Curso Superior de Fotografia lecionado por Ferreira Alves e Gabriela Ribeiro (dir.). Fonte (esq. e dir.): Arquivo Pessoal Luis Ferreira Alves.

6. Os "pequenos Mondrian's"

Ao longo do texto convocámos a ideia de enquadramento a partir de três domínios: a janela na arquitetura, o quadro na fotografia e a boca de cena no teatro. Propomos centrar a nossa atenção nos planos fechados – os detalhes 1:1 que o próprio Ferreira Alves apelidou de "pequenos Mondrian's", e que não resultam de uma única filiação, mas de uma convergência de duas origens. Primeiro, o interesse pela pintura, em particular por Piet Mondrian e Paul Klee, bem como o convívio com pintores, dos quais se destacam Eduardo Luiz e Ângelo de Sousa. Depois, a fotografia de teatro e a própria arquitetura enquanto objeto fotografado.

A referência à pintura não é casual. Em 1983, Luis Ferreira Alves escreveu: "(…) foi à boleia aos Países Baixos só para ver flamengos e andava com os olhos a rebentar de Klee. Tentou de novo a pintura [e] pediu ao Eduardo Luis [Eduardo Luiz] que lhe ensinasse as alquimias. Fez umas coisas que envergonhadamente sepultou nos fundos da casa grande." [59]As pinturas a que Ferreira Alves se refere são de 1956 e, na sua maioria, são figuras humanas (Fig. 20-23), em que a imagem é decomposta em pequenas unidades de cor, próximas das primeiras aguarelas de Paul Klee (mas igualmente da pintura de Eduardo Luiz).

[59] ALVES, Luis Ferreira - **Memória breve de um percurso**. In Brochura da exposição *Em Busca da Cor Perdida*, 1983 [Porto: Cooperativa Árvore, arquivo pessoal Frederico Vicente].



Figura 21, 22 e 23 – Pinturas da autoria de Ferreira Alves datadas de 1956. Fonte: Arquivo Pessoal Luis Ferreira Alves.

Uma saturação cromática que Piet Mondrian aprimorou (mais próxima da nossa hipótese) através de grelhas, esquadrias, cores primárias e planos opacos, por outras palavras, *Cores num Plano* e *Planos de Cor*[60]. Precisamente os títulos que Ferreira Alves escolheu para títulos de algumas das 37 fotografias que compunham a exposição *Em Busca da Cor Perdida*:

> "Cores num Plano – Não mais Mondrian. Tudo está feito. Os pedacinhos de pintura com a lente a entrar pela parede estão no fim. Mas não resisti a este.
> Planos de Cor – Multi-planos em perspectiva, tridimensionalidade colorida. A própria paisagem, ao fundo, transformada em puro plano de cor. É um caminho e vou por aí."[61]

O fotógrafo referia-se às imagens 28 a 31 da exposição (Fig. 24-26). Analisando as fotografias, é possível estabelecer, por um lado, paralelismos com a composição de algumas pinturas de Piet Mondrian, sobretudo tendo presente as cores primárias dos desenhos de planeamento das molduras da exposição e dos respetivos *passe-partout* (Fig. 27-29). Por outro lado, não podemos ser indiferentes às comparações com as fotografias de detalhe de Ferreira Alves nas obras de João Álvaro Rocha (Fig.30) ou de Eduardo Souto de Moura (Fig. 31 e 32) [62]. Quando Luis Ferreira Alves fotografava uma junta entre a madeira e a pedra; uma grelha de escoamento que cruza e compõe a diagonal da imagem; a transição entre pavimentos na arquitetura, ou a sucessão de planos e portas no

[60] *Cores num Plano* é a fotografia 28 da série *Paragens do Olhar - Dispersos*. Já *Planos de Cores* é o nome da série *Planos de Cor* de três imagens 29, 30 e 31 cujos títulos são *Amarelo em Primeiro Plano, Algarve I e Algarve II*. No total, *Em busca da Cor Perdida* foi composta por 37 fotografias.

[61] Pode ler-se na brochura da exposição *Em Busca da Cor Perdida*, 1983 [Porto: Cooperativa Árvore, arquivo Frederico Vicente].

[62] "Todos nós temos certo tipo de formação. E eu, já no princípio da juventude, apaixonei-me pelos Mondrian's. E acontece que, quer o Eduardo [Souto de Moura], quer o João Álvaro Rocha, especialmente, usam muito esse tipo de linguagem nos jardins, na ligação dos jardins com a casa. É realmente um jogo interessante que se propõe ao fotógrafo. E eu julgo que tenho algum mérito nisso, porque comecei a chamar-lhes de Mondrian's com o Eduardo na Casa das Artes. E ela está cheio de Mondrian's, a obra dele. Aquilo que me sensibiliza muito é a aproximação da câmara. E o facto de ela isolar, ao isolar, estar a transmitir a minha opinião sobre aquilo. Em todas as casas com o fotógrafo, se houver um Mondrianzinho, truco, tiro logo." Excerto da entrevista a Luis Ferreira Alves. In GONÇALVES, Ricardo - **Luis Ferreira Alves: Um Olhar Construído.** [Registo de vídeo, em linha]. RTP2, 2022. (49:35 min.): cores, a partir dos 02:00 min. Disponível em: https://www.rtp.pt/play/p11311/luis-ferreira-alves-um-olhar-construido

projeto de Santa Maria do Bouro (Fig. 30), por exemplo, procurava ir ao encontro de um pormenor que representasse a obra toda – dar o todo, pela parte. Sobre este gesto, Eduardo Souto de Moura referiu:

> "(…) Eu queria o registo das fotografias das casas e das obras a duas dimensões, como alçados e cortes. E ele agitava-se e dizia assim, primeiro pela atitude, e segundo porque dizia que as casas não são Mondrian's. O tema desta casa é a passagem do antigo ao novo e antes do novo. Então, eu queria uma referência a essa imagem. Pode ser um detalhe, mas não é um Mondrian. É uma referência. É quase um alerta. Era um pormenor numa obra que representa a obra toda. Depois, um dia ele fotografou-me todas as juntas dos materiais das casas. Fizemos uma exposição."[63]

É possível que Ferreira Alves operasse segundo uma lógica próxima das composições gráficas de Mondrian ou de Klee, acrescentando-lhe uma camada de autonomia. Além disso, foi o fotógrafo quem assumiu a pintura como processo de aprendizagem, primeiro, quando disse "todos nós temos um certo tipo de formação. E eu, já no princípio da juventude, apaixonei-me pelos [Piet] Mondrian's."[64] Depois, quando escreveu:

> "Viagens do Olhar – Fotografias – testemunho de duas nostalgias: a do cinema que não pude, a da pintura que não soube. Do cinema – o vício da montagem (que é desmontagem), o movimento serial, o enquadramento como um rigor. Da pintura – as superfícies definidas, o despojamento anti-barroco, as cores não à toa. Não me procurem escola fora disto que a não tenho."[65]

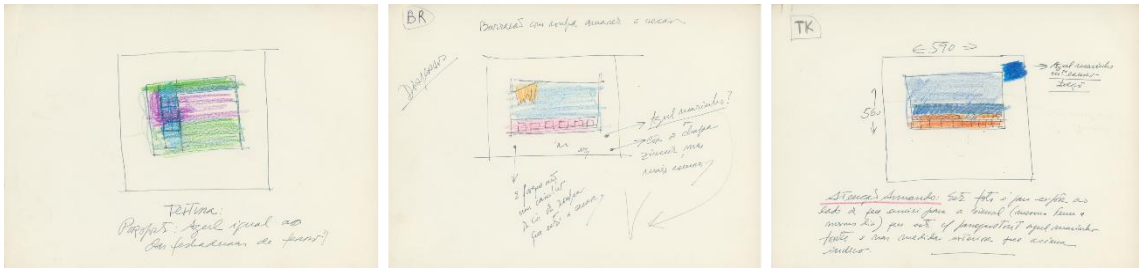


Figuras 24, 25, 26 – *Cores num Plano.* Fotografia n. º 28 da exposição *Em Busca da Cor Perdida*, série *Paragens do Olhar - Dispersos.* Porto Jan/79 (esq.). *Amarelo em Primeiro Plano.* Fotografia n. º 29 da exposição *Em Busca da Cor Perdida*, série *Paragens do Olhar - Planos de Cor*. Porto Dez/1978 (ao centro). *Algarve II.* Fotografia n. º 31 da exposição *Em Busca da Cor Perdida*, série *Paragens do Olhar Planos de Cor.* Praia da Luz abr/1980 (dir.) Fonte: Arquivo Pessoal Luis Ferreira Alves.

[63] Excerto do depoimento de João Mendes Ribeiro, recolhido na entrevista realizada a 30 de março de 2026, no seu escritório, em Coimbra, no âmbito da investigação desenvolvida para a presente tese de doutoramento.

[64] GONÇALVES, Ricardo - **Luis Ferreira Alves: Um Olhar Construído.** [Registo de vídeo, em linha]. RTP2, 2022. (49:35 min.): cores, a partir dos 02:40 min. Disponível em: https://www.rtp.pt/play/p11311/luis-ferreira-alves-um-olhar-construido

[65] Brochura da exposição *Em Busca da Cor Perdida*, 1983 [Porto: Cooperativa Árvore, arquivo Frederico Vicente].



Figuras 27, 28, 29 – Desenhos de planeamento das molduras e passe-partouts da exposição *Em Busca da Cor Perdida*. Fonte: Arquivo Pessoal Luis Ferreira Alves.



Figuras 30, 31, 32 – Capa da revista *TC Cuadernos* n.º 57 dedicada a João Álvaro Rocha. A capaz é composta com várias fotografias de pormenor da autoria de Luís Ferreira Alves (esq.). Capa da revista 2G nº.5 dedicada a Eduardo Souto de Moura. Na capa uma fotografia de pormenor da autoria de Luis Ferreira Alves (ao centro). Páginas da revista 2G n.º 5 dedicada a Eduardo Souto de Moura, onde é possível encontrar uma composição de várias imagens de pormenor do projeto de Santa Maria do Bouro (canto inferior direito) (dir.) Fonte: Arquivo Pessoal Frederico Vicente.

Mas se a primeira referência que Ferreira Alves fez aos Mondrian's foi na exposição *Em Busca da Cor Perdida*, ligando-a a fotografias, a segunda aconteceu com o texto de 2008, sobre a documentação do projeto da Casa das Artes.

> "Primeira obra do Eduardo Souto de Moura [ESM] que, fotografando, tentei apreender, aprendendo. Habituado até aí à nitidez dos volumes, à alvura da cal, às lisas superfícies zenitalmente iluminadas, logo entendi que me estava a chegar o desafio da pedra, do aço, do vidro, do tijolo-burro, do betão tinto na massa, nas paredes oblíquas de fora para dentro – ou o contrário –, da horizontalidade. Uma pujante, mas contida gramática convocando novo olhar, imaginação. Deixei-me ir atrás do desenho, em busca dele na obra (é um princípio) até atingir o enquadramento, síntese da confluência dos materiais: os meus «Mondrian's ESM», plenamente do reinado da bidimensionalidade".[66]

[66] Escreveu ainda: "Aprendi em liberdade, não me foram impostos programas prévios, fixados pontos de vista, exigidos alçados obrigatórios. Andei todos estes anos, da Casa das Artes ao Burgo, com os olhos à solta impulsionado pelo entusiasmo, sempre consciente de que a fotografia de arquitectura (uma encomenda) não é exercício meramente idiossincrático, mas sim a tal busca do desenho escondido na obra, a qual reduzida à bidimensionalidade revela novas relações, linhas de fuga, re-leituras insuspeitas, tudo isto sujeito ao desígnio que é dá-la a conhecer. (É um fim). Acreditando, todavia, que nada é inocente e só exterior nas fotografias, como na vida, aliás ambas do reino dos meios tons, só por isso me permito pendurá-las numa galeria, autónomas, na esperança de que algo de mim aí esteja também. Não sei se atingi esse desígnio. Uma amizade, isso fiz." ALVES, Luis Ferreira – Dos Fins e dos princípios. In ALVES, Luis Ferreira – **Fotografias em Obras de Eduardo Souto de Moura**. Porto: Scopio Editions, 2016, p.265.

As fotografias da Casa das Artes são uma sequência de planos de cores e sobreposição de cores em planos, numa linguagem muito próxima da pintura, no "reinado da bidimensionalidade" (fig. 33). Naquele projeto, Ferreira Alves ensaiou a estética que viria a trabalhar mais tarde, em 1998, para a exposição *Temi di Progetti:* 17 fotografias, em formato retrato (vertical), de 6 projetos de Eduardo Souto de Moura (88x70x5cm) coladas sobre madeira (Fig.34). Estas imagens-tela são composições focadas no detalhe, sem sombras ou contrastes fortes, fora de escala (ampliadas), comunicando o edifício graficamente.

Voltaria a repetir o tipo de enquadramento ao longo da sua carreira, enquanto fotógrafo de arquitetura. Talvez esta afinidade entre pintura e fotografia não seja suficiente para justificar o gesto, até porque Ferreira Alves detinha uma "curiosidade no olhar"[67], fruto da sua natureza, mas também do seu convívio com os arquitetos Alexandre Alves Costa e Pedro Ramalho, que muito influenciaram a sua formação.[68] No entanto, e embora o fotógrafo nos recomende que não lhe procuremos formação além da pintura e do cinema, é um facto que foi fotógrafo de cena, e como tal estava muito "treinado para fechar o enquadramento", como sublinhou João Mendes Ribeiro: "(…) às vezes peço [aos fotógrafos], «uma fotografia que não seja só os atores, que se veja o espaço também», porque os fotógrafos de cena estão muito bem treinados para fechar o enquadramento, e às vezes faz-me falta o campo mais alargado."[69] Na mesma entrevista Mendes Ribeiro sublinhou que Ferreira Alves se distinguia porque captava "o espírito da obra":

> "O Luis tinha muitíssimo talento, grande rigor no trabalho que fazia. Fotografava aquilo que é a arquitetura. Outros fotógrafos tentavam sempre, sobre a arquitetura, dar-lhe uma outra leitura. Como fotografia documental, o Luis Ferreira Alves fazia isso muitíssimo bem. Porque apanhava aquilo que era essencial, seguramente, com muito treino. E, eventualmente, com muita conversa com os arquitetos também. Mas apanhava o espírito da obra, que é uma coisa difícil, portanto, punha aquilo que era essencial, nem a mais, nem a menos. (…) Ele fazia sempre um bocadinho de imagens de enquadramento, mas depois nunca deixava de fazer os detalhes."[70]

[67] "Os fotógrafos estão muito treinados para ver a cidade, para ver o quotidiano de uma determinada maneira, etc, e por isso estão muito atentos ao enquadramento. E esses pequenos apontamentos, quando eles os referem, fazem sentido. Mas é preciso ser fotógrafo para dizer-se isso. Eles estão muito treinados em ver as coisas de determinada maneira, há uma espécie de curiosidade no olhar do fotógrafo." Excerto do depoimento de João Mendes Ribeiro, recolhido na entrevista realizada a 30 de março de 2026, no seu escritório, em Coimbra, no âmbito da investigação desenvolvida para a presente tese de doutoramento.

[68] (…) Antes de eu ser fotógrafo de arquitetura, e julgo que isso teve muita importância na minha atividade atual, eu fui um conhecedor de arquitetura por dentro, porque acompanhei os meus amigos nos seus exames, quando faziam as suas maquetes e sofriam com os seus desenhos e tal. Eu acompanhei tudo de perto, do dia a dia. Portanto, não era um aluno de arquitetura, mas era um aluno que estava envolvido. Excerto da entrevista a Ferreira Alves, por Carlos Campos Costa. In CAMPOS COSTA, Carlos – **Microondas 40 com Luís Ferreira Alves** [em linha]. Projeto Microondas Rádio, Lápis Voador, Mixcloud, 2014 (1h 36m 21s) [Consult. 5.06.2026]. A partir dos 22:08 min. Disponível em: https://www.mixcloud.com/lapisvoador/microondas-40-com-lu%C3%ADs-ferreira-alves/

[69] Excerto do depoimento de João Mendes Ribeiro, recolhido na entrevista realizada a 30 de março de 2026, no seu escritório, em Coimbra, no âmbito da investigação desenvolvida para a presente tese de doutoramento.

[70] Ibid.



Figura 33 – Fotografia do interior da Casa das Artes, projeto de Eduardo Souto de Moura. Esta fotografia é de 2012, resultado de uma nova sessão fotográfica após a renovação do espaço e reabertura em 2013. A imagem repete o enquadramento da fotografia original publicada na monografia editada pela Blau em 1996 (Figura 11). Fonte: Arquivo Pessoal Luis Ferreira Alves.

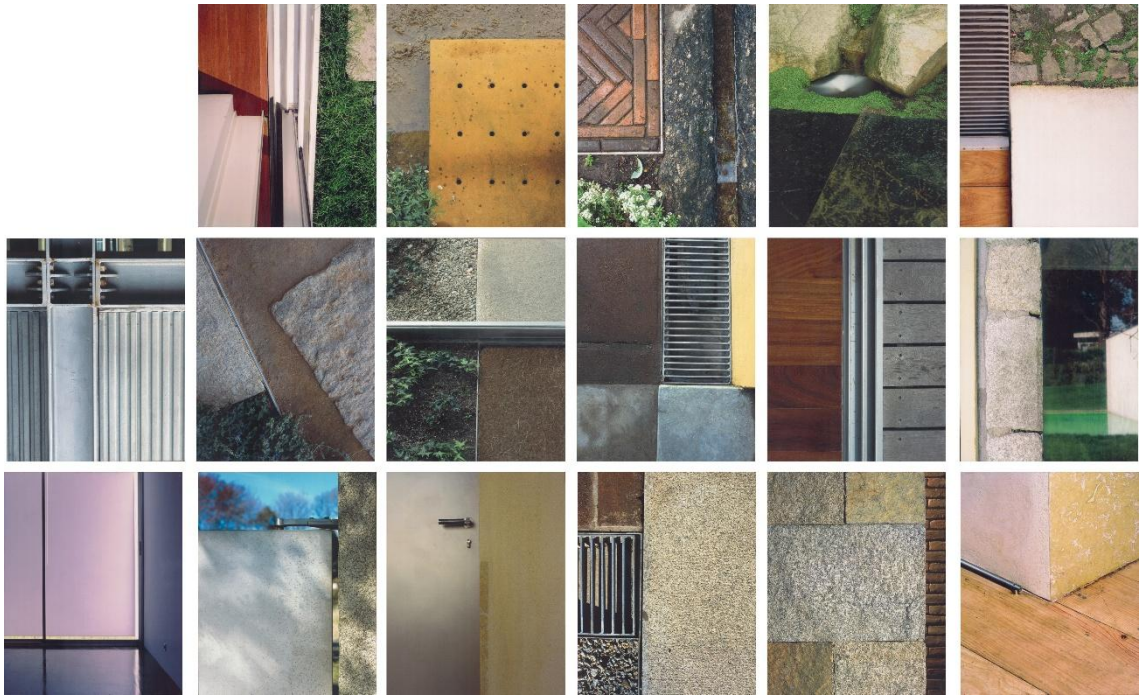


Figura 34 – Composição com os 17 "pequenos Mondrian's" que integraram a exposição *Temi di Progetti.* Fonte: Arquivo Eduardo Souto de Moura (Fundo: PT/CA/ESM), Casa da Arquitectura – Centro Português de Arquitetura.

7. Considerações finais e reflexões a prolongar

Concluindo, a atenção ao detalhe que Ferreira Alves desenvolveu na fotografia de cena poderá ter moldado a sua prática na fotografia de arquitetura. Uma atenção que resulta igualmente da vontade do fotógrafo de compreender o objeto. O *close-up* sobre o intérprete em cena tornou-se o *close-up* sobre a fachada, o pavimento ou o detalhe construtivo, na relação entre um, dois ou vários materiais. Os "pequenos Mondrian's" de Ferreira Alves são uma interpretação do fotógrafo sobre a tectónica da arquitetura, em busca da autonomia da imagem face ao objeto fotografado.

Estas fotografias de detalhe, e outras que se repetem sobretudo ao longo do arquivo profissional, não podem ser entendidas apenas como um exercício formal ou como uma referência direta à pintura de Piet Mondrian. Pelo contrário, resultam sim da convergência de diferentes experiências que marcaram o percurso do fotógrafo, em particular o seu contacto com o teatro, a pintura, o cinema e a arquitetura. Neste sentido, os planos macro revelam uma deslocação do olhar do fotógrafo para a lógica do fragmento. Tal como na fotografia de teatro, o gesto, a expressão ou a relação entre os corpos, os objetos e o cenário podem condensar o significado de uma cena inteira; também na arquitetura, um detalhe construtivo, uma junta, uma superfície ou um encontro de materiais pode sintetizar a totalidade de um edifício. E por isso, tal como não é possível fotografar a *Menina Júlia* (Fig.35) sem compreender a peça e a sua encenação, também não é possível fotografar arquitetura sem compreender o edifício fotografado, como escreveu Álvaro Siza Vieira: "Luis Ferreira Alves fotografa Arquitetura desde há anos, antes demais porque ama a Arquitetura (condição essencial para compreendê-la)."[71]



Figura 35 – Provas de contacto da peça *Menina Júlia* de August Strindberg. Fotografias da autoria de Ferreira Alves. Fonte: Arquivo Pessoal Luis Ferreira Alves

No entanto, mais do que estabelecer uma relação causal entre a fotografia de cena e a fotografia de arquitetura de Ferreira Alves, interessa-nos reconhecer a existência de um território comum, onde diferentes práticas visuais se contaminam. Os "pequenos Mondrian's" parecem surgir precisamente dessa interseção ou desse interstício. Esta leitura abre possibilidades para a investigação (Fig.36), ou seja, de que modo estas estratégias de enquadramento e composição atravessam a totalidade da obra de fotografia de arquitetura de Ferreira Alves, cuja formação foi construída ao longo de décadas, à margem dos circuitos institucionais e sim através dos contactos com a pintura, o teatro e o cinema.

[71] VEIRA, Álvaro Siza - Porque Ama a Arquitectura (Porto, janeiro de 2015). In ALVES, Luis Ferreira - **Fotografias em Obras de Eduardo Souto de Moura**. Porto: Scopio Editions, 2016, p.15.



Figura 36 – Fotografia do ATLAS em execução (duas páginas, dim.: 42x59,4cm) no âmbito da tese de doutoramento. Fonte: Arquivo Pessoal Frederico Vicente.

Bibliografia

ALEXANDER, Christopher – **A pattern language: towns, buildings, construction**. New York: Oxford University Press, 1977.

ALVES, Luis Ferreira – **Fotografias em obras de Eduardo Souto de Moura**. Porto: Scopio Editions, 2016.

BERGER, John – **Modos de ver.** Lisboa: Antígona – Editores Refractários, 2018.

CASA DA ARQUITECTURA, ed. – **Radar Veneza: arquitetos portugueses na Bienal 1975–2021.** Matosinhos: Casa da Arquitectura, 2021.

COLOMINA, Beatriz – **Privacy and publicity: modern architecture as mass media.** Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1994.

FLUSSER, Vilém – **Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia.** São Paulo: Hucitec, 1985.

REICHLIN, Bruno – **Le Corbusier à Genève, 1922–1932: projets et réalisations** [Em linha]. Lausanne: Éditions Payot, 1987. [Consult. 23 jun. 2026].

TRACHTENBERG, Alan, org. – **Ensaios sobre fotografia: de Niépce a Krauss.** Lisboa: Orfeu Negro, 2013.

Arquivos:

CASA DA ARQUITECTURA – CENTRO PORTUGUÊS DE ARQUITECTURA - **Fundo Luis Ferreira Alves [PT/CA/LFA]**. Matosinhos.

CASA DA ARQUITECTURA – CENTRO PORTUGUÊS DE ARQUITECTURA - **Fundo Eduardo Souto de Moura [PT/CA/ESM]**. Matosinhos.

FUNDAÇÃO INSTITUTO MARQUES DA SILVA - **Biblioteca Luis Ferreira Alves.** Porto.

Documentos:

ALVES, Luis Ferreira – **Em Busca da Cor Perdida.** 1983 [Brochura da exposição, Porto: Cooperativa Árvore, Arquivo Pessoal Frederico Vicente].

ALVES, Luis Ferreira. RIBEIRO, Gabriela – **Fotografia de cena** [Brochura de exposição]. Porto: Cooperativa Árvore, 1982. 12 p. Arquivo Pessoal Luis Ferreira Alves.

COSTA, Henrique Alves – Fotografia de cena: um olhar criador sobre instantes teatrais. **Jornal de Notícias.** 11 maio 1982. [Recorte de jornal conservado Arquivo Pessoal Luis Ferreira Alves].

COSTA, Henrique Alves – Instantes de teatro. **Jornal de Letras, Artes e Ideias.** Ano 2, n.º 3 (25 maio –7 jun. 1982). [Recorte de jornal conservado no arquivo pessoal Luis Ferreira Alves].

MENDES, Alfredo – Fotografar em cena: não basta fazer "click". **Diário de Notícias.** 3.º caderno (1 maio 1982). [Recorte de jornal conservado no arquivo pessoal Luis Ferreira Alves].

PROVIDÊNCIA, Cataria (org.) – **Há festa na aldeia: álbum coletivo de memórias comemorativo dos 80 anos de Luis Ferreira Alves** [Documento eletrónico]. Porto: [s.n.], abril de 2018. 165 p.; formato A4 horizontal. Arquivo Pessoal Frederico Vicente.

Entrevistas, registos sonoros e audiovisuais:

CAMPOS COSTA, Carlos – **Microondas 40 com Luís Ferreira Alves** [Registo sonoro em linha]: Projeto Microondas Rádio; Lápis Voador; Mixcloud, 2014. 1 registo sonoro (1 h 36 min 21 s). [Consult. 5 jun. 2026].

GONÇALVES, Ricardo – **Luis Ferreira Alves: Um Olhar Construído.** [Registo de vídeo, em linha]. RTP2, 2022. (49:35 min.): cores. [Consult. 18 fev. 2025]. [Consult. 3 jun. 2026].

SOLLINS, Susan; DOWLING, Susan – **Art in the Twenty-First Century: Memory. Season 3** [Registo de vídeo em linha]. New York: Art21, 2005. 1 registo vídeo (54 min 10 s), cor. [Consult. 3 jun. 2026].

Fontes orais inéditas:

ALVES COSTA, Alexandre; FERNANDEZ, Sérgio – **Entrevista concedida a Frederico Vicente no âmbito da tese de doutoramento.** Porto: 6 de março de 2025, [Som da entrevista gravado e transcrito].

BILHETE, Vitor – **Entrevista concedida a Frederico Vicente no âmbito da tese de doutoramento.** [S.l.]: 22 de junho de 2026, [Som da entrevista gravado e transcrito].

BYRNE, Gonçalo – **Entrevista concedida a Frederico Vicente no âmbito da tese de doutoramento.** Lisboa: 15 de abril de 2026, [Som da entrevista gravado e transcrito].

CARDOSO, Maria Helena – **Entrevista concedida a Frederico Vicente no âmbito da tese de doutoramento.** Porto: 26 de novembro de 2025, [Som da entrevista gravado e transcrito].

MENDES RIBEIRO, João – **Entrevista concedida a Frederico Vicente no âmbito da tese de doutoramento.** Coimbra: 30 de março de 2026, [Som da entrevista gravado e transcrito].

SIZA VIEIRA, Álvaro – **Entrevista concedida a Frederico Vicente no âmbito da tese de doutoramento**. Porto: 21 de junho de 2025, [Som da entrevista gravado e transcrito].

SOUTO DE MOURA, Eduardo – **Entrevista concedida a Frederico Vicente no âmbito da tese de doutoramento.** Porto: 24 de novembro de 2025, [Som da entrevista gravado e transcrito].

TEIXEIRA, Arménio – **Entrevista concedida a Frederico Vicente no âmbito da tese de doutoramento.** Matosinhos: 14 de janeiro de 2026, [Som da entrevista gravado e transcrito].

Dicionários e recursos eletrónicos:

ENQUADRAR. In *Michaelis On-line: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* [Em linha]. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2026. [Consult. 26 jun. 2026].

L'œuvre architecturale de Le Corbusier au patrimoine mondial: Petite Villa au bord du lac Léman [Em linha] [Consult. 23 jun. 2026].

Filmografia citada:

ALVES, Luis Ferreira; BILHETE, Vitor – **Um Retrato da Inquisição**. [Registo de vídeo]. Porto: [s.n.], 1982.

GODARD, Jean-Luc – **Le Mépris**. [Registo de vídeo]. Paris; Roma: Les Films Marceau, Rome-Paris Films, 1963. (103 min.): cores, 35 mm.

SECÇÃO DE CINEMA EXPERIMENTAL DO CINE-CLUBE DO PORTO – **O Auto da Floripes.** [Registo de vídeo]. Porto: Cineclube do Porto, 1962. (60 min.): cor.

Resgatar uma Visão inacabada. Representação da semicúpula da Malagueira mediante da realidade virtual imersiva

Alvaro Gonçalves
Universidade de Évora
CHAIA- Centro de História de Arte e Investigação Artística
alvaro.goncalves@uevora.pt

Pedro Guilherme
Universidade de Évora
CHAIA - Centro de História de Arte e Investigação Artística
pmg@uevora.pt

Sofia Salema
Universidade de Évora
CHAIA- Centro de História de Arte e Investigação Artística
ssalema@uevora.pt

Resumo: Este trabalho de investigação tem como objetivo realizar um estudo detalhado sobre a semicúpula do bairro da Malagueira, um equipamento não construído, projetado por Álvaro Siza, para posteriormente representá-lo mediante ferramentas digitais que permitirão usufruir de uma experiência imersiva e interativa. Uma vez que, atualmente, o bairro da Malagueira se encontra em processo de classificação como Monumento Nacional e está integrado nas atividades da Capital Europeia da Cultura em 2027, torna-se imperiosa a investigação e divulgação do conjunto no seu todo. O trabalho divide-se em quatro partes: Génese: conceção e analogismos; Matéria; Representação; e Imersão. A primeira parte — Génese — (re)desenha a linha de pensamento de Álvaro Siza, partindo das referências que o arquiteto terá conhecido através das suas viagens e do processo evolutivo do edifício a partir do recurso ao desenho, estabelecendo os parâmetros comuns que criam, transversalmente, a narrativa que dá origem ao projeto. A segunda parte — Matéria — compreende o nível de detalhe e a composição do edifício em termos construtivos, enquanto a terceira parte — Representação — investiga a sua representação tridimensional mediante ferramentas digitais. Para concluir, a quarta parte — Imersão — pretende desenvolver a experiência imersiva com recurso à realidade virtual, acompanhada da realização de eventos que implicarão a participação da comunidade da Malagueira.

Palavras-Chave: Álvaro Siza, Cúpula da Malagueira, Realidade imersiva, Representação digital, desenho de arquitetura.

Introdução

Este trabalho tem como objetivo estudar e representar um dos equipamentos não construídos do conjunto do bairro da Malagueira, em Évora.[1] Pretende-se aproximar a comunidade ao projeto mediante ferramentas digitais, com recurso à realidade virtual imersiva. O tema de investigação a desenvolver nesta dissertação estabelecerá uma estreita relação entre o programa Évora 27 (Capital Europeia da Cultura) e o papel do património (divulgar, valorizar, representar), através da realização de eventos culturais com uma componente digital, com o intuito de inaugurar a possibilidade de atribuir representatividade a um património invisível.

A semicúpula constitui um elemento cuja implantação estratégica nos remete para a ideia de coletivismo na arquitetura do bairro, tal como afirma Enrico Molteni: *"*In a barycentric position a symbolic element is found, representing in general terms the concept of collectivism*"*.[2] Trata-se da imaterialidade do projeto de um todo que ainda hoje aguarda por ser materializado.

Em termos de literatura existente, releva-se um conjunto de trabalhos de investigação que estudaram o bairro da Malagueira e, por conseguinte, a semicúpula, abordando também o tema da realidade virtual imersiva como ferramenta de visualização em arquitetura: autores como Ludovico Miguel da Gama Sousa, João António Galhardo dos Santos, Daniela Bustos Clavijo, Manuel Montenegro, Pedro Guilherme e Sofia Salema, ou António Montes e David Romero, têm vindo a propor reflexões e práticas metodológicas diretamente relacionadas com o tema a tratar nesta investigação.

Nesse sentido, o processo de investigação encontra-se dividido em quatro partes:

- **Parte I. Génese: conceção e analogismos:** Dedica-se a investigar e expor as origens da conceção do projeto, procurando relações com a arquitetura da cidade (percursos, visitas e registos). Procura-se compreender o processo de criação, analisar os desenhos realizados pelo arquiteto como método e entender as distintas fases e a evolução até à solução final, analisando a geometria e as relações existentes com a envolvente. No âmbito da secção dos Analogismos, realizou-se o mapeamento das viagens efetuadas (Itália e Marrocos), o levantamento das leituras mais significativas na formação de Álvaro Siza, referências de outros autores e, por fim, o estudo e análise dos projetos desenvolvidos em paralelo que possam ter influenciado o seu pensamento e a projeção da obra (segundo um conjunto de parâmetros predefinidos).
- **Parte II. Matéria:** Foca-se no desenvolvimento da análise e compreensão das soluções e ferramentas construtivas aplicadas ao projeto, o que implica o desenho rigoroso desde as fundações até ao detalhe de superfície. Para o efeito, realizar-se-ão experiências e ensaios através de ferramentas digitais, maquetes e desenhos construtivos.
- **Parte III. Representação:** Foca-se no estudo das representações da cúpula através de levantamentos *in loco*, desenhos à mão, na representação tridimensional e elaboração de fotomontagens. Numa primeira fase, a representação assumirá um carácter analítico e experimental.

---

[1] Esta investigação está integrada no desenvolvimento de uma dissertação de Mestrado a decorrer na Universidade de Évora, inicialmente integrado no projeto de investigação "Malagueira para todos. Contributos para a sua classificação", onde o autor participou na qualidade de colaborador.

[2] MOLTENI, Enrico; SIZA, Álvaro - **Álvaro Siza: Barrio de la Malagueira, Évora**. Textos i documents d'arquitectura / Escola Tècnica Superior d' Arquitectura del Vallès. Barcelona: Ed. UPC, 1997.

- **Parte IV. Imersão:** Centra-se na representação virtual da semicúpula, oferecendo a possibilidade de percorrer o edifício para, posteriormente, realizar um conjunto de ensaios e eventos interativos que permitirão observar e registar a relação criada entre o utilizador e o objeto em estudo.

Em síntese, torna-se necessário investigar a representação da semicúpula através da modelação tridimensional digital num último passo metodológico, quer pela sua importância estratégica na construção da arquitetura da cidade, quer pelos princípios de cooperação e coletivismo presentes desde a conceção do bairro, tal como Siza expressa: "Com estas premissas dei início ao projeto, enquanto a participação dos futuros utentes, originada pela revolução, era o irreprimível motor de transformação que influenciou o método".[3]

A realidade virtual imersiva é uma das ferramentas de representação da arquitetura, cuja utilização é considerada pertinente na apresentação de um projeto. Permite ao utilizador (profissional ou não), uma experiência direta com o projeto. Tal como Julia Galán e Francisco Felip afirmam: "ofrecen una vía con la que sumergirse en una experiencia mucho más vivida en campos que quizá contemplaban sobrios o carentes de interés, ofreciéndole vivencias refrescantes y llenas de formas de interactuar con aquello que puede ver, estimulando sus curiosidades y su afán por comprender". [4] Este será um dos métodos utilizados nesta investigação para permitir à comunidade da Malagueira experienciar diretamente e partilhar as suas impressões de uma das partes do plano ainda não corporizadas.

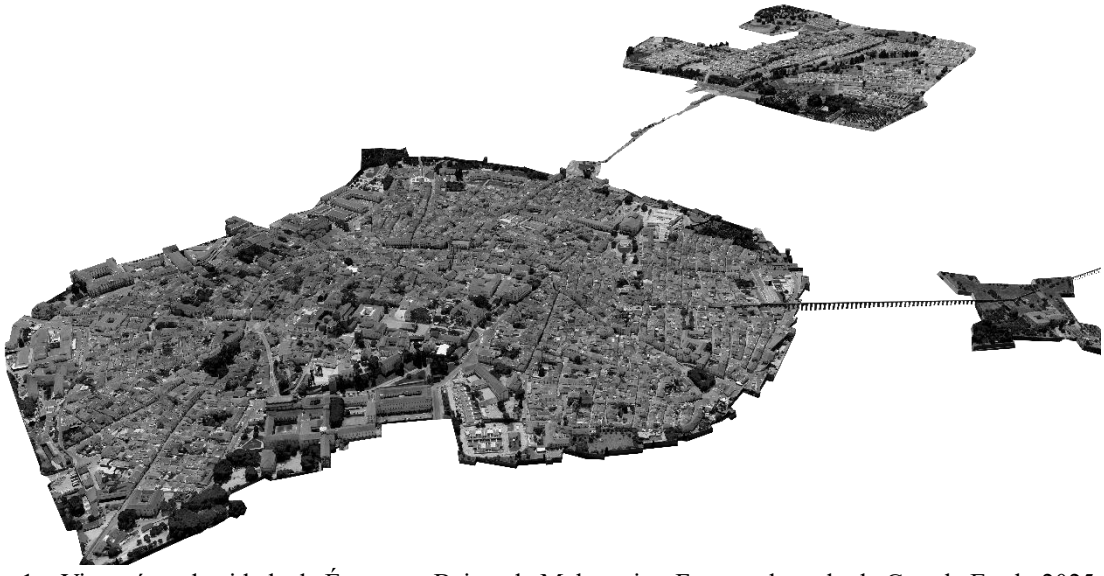


Fig. 1 – Vista aérea da cidade de Évora e o Bairro da Malagueira. Fonte: adaptado de Google Earth, 2025.

Génese: conceção e analogismos

A conceção da Semicúpula.

Álvaro Siza, em diálogo com a leitura arquitetónica da cidade histórica de Évora e com os princípios formais e conceptuais do seu tempo, desenvolve uma abordagem territorial

[3] SIZA, Álvaro - **Imaginar a evidência**. Lisboa: Edições 70, 2009. p. 107

[4] GALÁN, Julia; FELIP, Francisco - **Realidad virtual: construyendo el presente del diseño, el arte, la arquitectura y el Entretenimiento**. Plural. Valencia: Tirant Humanidades, 2020. p. 49.

marcada pela continuidade urbana e contextual. A sua proposta distancia-se tanto da mera reprodução como da rutura, privilegiando a emergência do novo através de processos construtivos contemporâneos que integraram referências da arquitetura vernácula.
No contexto da história da arquitetura, a semicúpula afirma-se como uma solução estrutural antiga, adotada por diversas civilizações para cobrir grandes vãos e associada, simultaneamente, a significados simbólicos próprios. No projeto da Malagueira, este elemento surge como ponto de convergência entre tradição e modernidade, técnica e expressão arquitetónica.

A semicúpula assume, assim, um papel central na definição de um núcleo cívico e social que não procura substituir o centro histórico, mas antes prolongá-lo simbolicamente. Para Siza, o centro de Évora é o centro da Malagueira, reforçando essa ideia de continuidade: a semicúpula da Malagueira constitui-se não apenas como elemento distintivo da paisagem urbana, mas como parte estruturante da morfologia do bairro, contribuindo para a construção de identidade coletiva e para a vitalidade dos espaços sociais envolventes.

Pré-seleção de cadernos.
Recolheram-se todos os documentos disponíveis sobre a semicúpula, disponibilizados pelo Álvaro Siza, cortesia da Fundação Drawing Matter, compreendendo desenhos rigorosos e esboços. Posteriormente, procedeu-se à observação de cada um destes elementos: foram selecionados todos os desenhos, fossem rigorosos ou não, sobre a semicúpula, para, finalmente, se realizar uma pré-seleção. Em relação aos cadernos de esboços, foram pré-selecionados e registados os seguintes, com as respetivas páginas, mês e ano:

Nº Caderno.	Nº de página.	Mês.	Ano.
14	16; 46	Janeiro.	1978
15	15	Fevereiro.	
18	18; 19; 26; 28; 31; 32	Março.	
19	29; 46; 48; 57	Abril.	
20	08; 09; 10		
21	14; 22; 25		
22	05; 06; 11; 13; 16; 32; 33; 38	Maio.	
23	05		
26	21; 22; 23; 48	Setembro.	
27	78	Outubro.	
35	35; 36	Abril.	1979
39	07; 11; 12; 13; 28; 35; 37; 38; 39; 43; 46; 48; 49	Junho.	
40	10; 13; 16; 32; 33; 34; 42; 49; 51; 52; 57; 67	Agosto.	
41	11; 20; 21; 26; 28; 48; 49; 52		
42	02; 03; 16; 17; 18; 19; 20; 22; 35; 36		
54	57; 67; 72; 73; 74	Abril.	1980
111	07; 18; 24; 25; 26; 27	Maio.	
460	31; 32; 33; 34; 35; 37;47; 48	Março.	1999

Tabela 01 – Registo dos cadernos e páginas com desenhos da semicúpula. Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.



Fig. 2 – Cadernos Nº 54, 18 e 39 respetivamente. Fonte: Cortesia da Fundação Drawing Matter, 2025.

Critérios de observação e análise do processo evolutivo.

Ao longo do processo de projeto, as características do edifício que foram sujeitas a mais iterações e transformações dizem respeito a valores como a implantação, a geometria e a proporção, definindo-os como os principais critérios de análise. Por isso, foi construída uma linha temporal com base nos desenhos selecionados, de modo a sintetizar esses critérios. Em complemento, propõe-se o desenvolvimento de modelos tridimensionais especulativos, para traduzir a versão do edifício desenhada pelo arquiteto numa interpretação aproximadamente rigorosa.

Embora analisados separadamente, estes parâmetros mantêm uma relação constante entre si, na medida em que a proporção influencia a geometria e esta condiciona a implantação. Importa ainda referir que os desenhos nem sempre apresentam informação clara, tratando-se de representações pouco rigorosas, o que implica um certo grau de especulação nesta investigação.

Implantação.

Após uma atenta observação e leitura do território, Álvaro Siza acaba por escolher um espaço de grande significado para a vida coletiva dos habitantes locais. Desde o início, trata-se de um ponto relativamente elevado, onde outrora existia um tanque e um sobreiro, sendo este último o principal ponto de encontro da comunidade.

Antes do surgimento da semicúpula, Siza define uma praça delimitada por edifícios. A conduta, assente sobre pilares, gera uma galeria, culminando num frontão sobre a própria conduta. Segundo o arquiteto: “Inicialmente, a ideia não era exatamente uma cúpula como a que existe hoje. Começou por ser uma cúpula com frontão, inspirada numa fachada barroca que tinha visto numa igreja na praça principal.”[5]

Esta praça nasce da proporção da malha urbana, a qual, por sua vez, deriva da proporção da própria casa. Pode-se afirmar que, de certo modo, a grande escala, a da praça, emerge a partir da pequena escala, a da habitação. Tal relação é evidenciada nos cadernos 03 e 05, datados de maio e junho de 1977, respetivamente.

[5] SIZA, Álvaro. Entrevista concedida a Pedro Guilherme, no âmbito do projecto “Malagueira: Património de Todos: Subsídios para a sua classificação”. Porto, 24 novembro 2021.



Fig. 3 – Bairro da Malagueira em construção, grupo de pessoas reunidas debaixo de um sobreiro. Malagueira, Évora (1977). Fonte: Molteni, Enrico. Álvaro Siza. **Barrio de la Malagueira**, Barcelona, 1997.

Geometria.

Os esquissos revelam uma reflexão contínua sobre o processo de criação da semicúpula, resultado de sucessivas explorações gráficas que exprimem intenções que permanecem em aberto, mais do que soluções fechadas. Através das diferentes versões do edifício, observa-se a introdução e a eliminação de elementos, num processo de investigação formal orientado para a procura de uma linguagem própria.

A geometria, enquanto critério de análise, permite compreender a presença de elementos inicialmente adicionados com um propósito específico, mas progressivamente abandonados à medida que a solução formal é depurada. Desde o início, a semicúpula foi definida como uma estrutura correspondente a um quarto de esfera, com exceção do Caderno 26, página 22, onde o arquiteto rompe com essa regra-base e explora formas distintas, num gesto de libertação formal.

Neste contexto, torna-se pertinente recordar a definição de forma proposta por Francis D.K. Ching: "Em arte e design, utiliza-se frequentemente (a palavra forma) para denotar a estrutura formal de uma obra, a forma como se dispõem e coordenam os elementos e partes de uma composição para produzir uma imagem coerente".[6] Esta leitura ajuda a compreender que a geometria da semicúpula não se limita a uma volumetria, mas traduz uma lógica compositiva que articula partes e intenções num conjunto coerente.

Elementos como o frontão assente sobre a conduta, os túneis de acesso, um óculo no topo da semicúpula, possivelmente numa referência ao Panteão de Roma, os surgimentos de uma galeria, entre outros, foram considerados relevantes dentro deste parâmetro, pois a

[6] CHING, Francis D. K. – **Arquitetura: forma, espaço e ordem**. Barcelona: Gustavo Gili, 2013. p. 34.

geometria, no seu todo, evoluiu conforme os elementos que lhe foram sendo adicionados ou retirados.

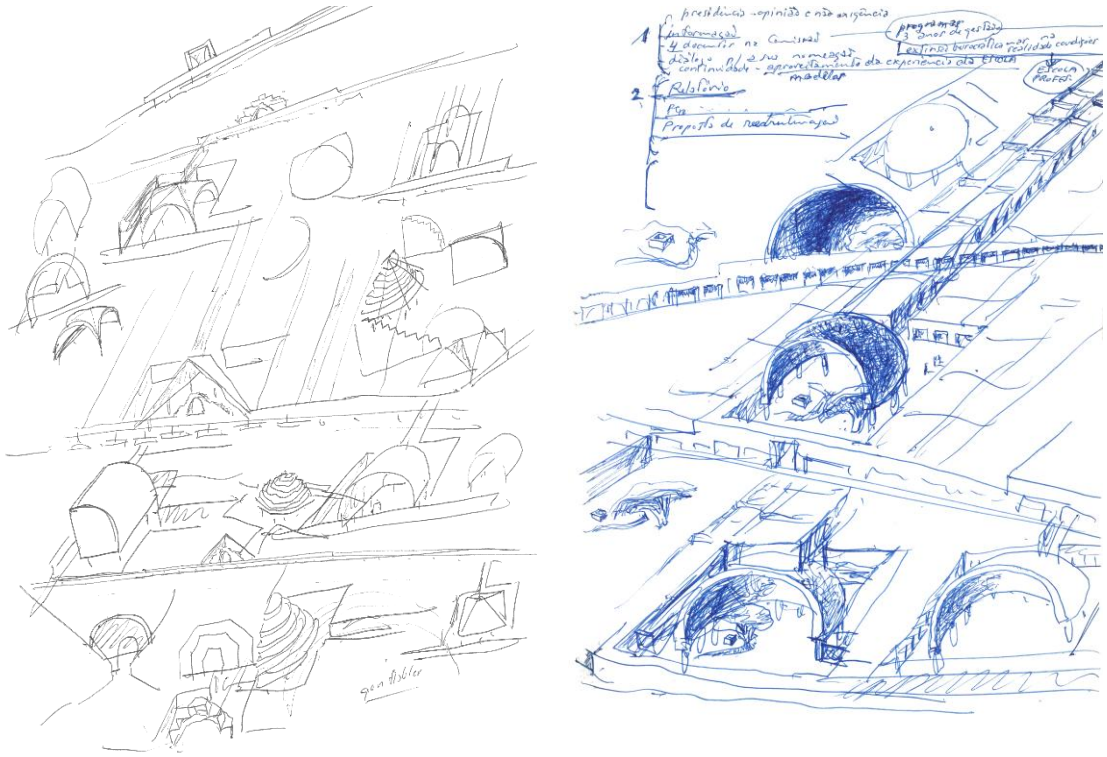


Fig. 4 – Esquisso: Caderno 26, página 02; Caderno 39, página 11, respetivamente. Malagueira, Évora (1977). Fonte: Adaptado de Álvaro Siza, Cortesia da Fundação Drawing Matter.

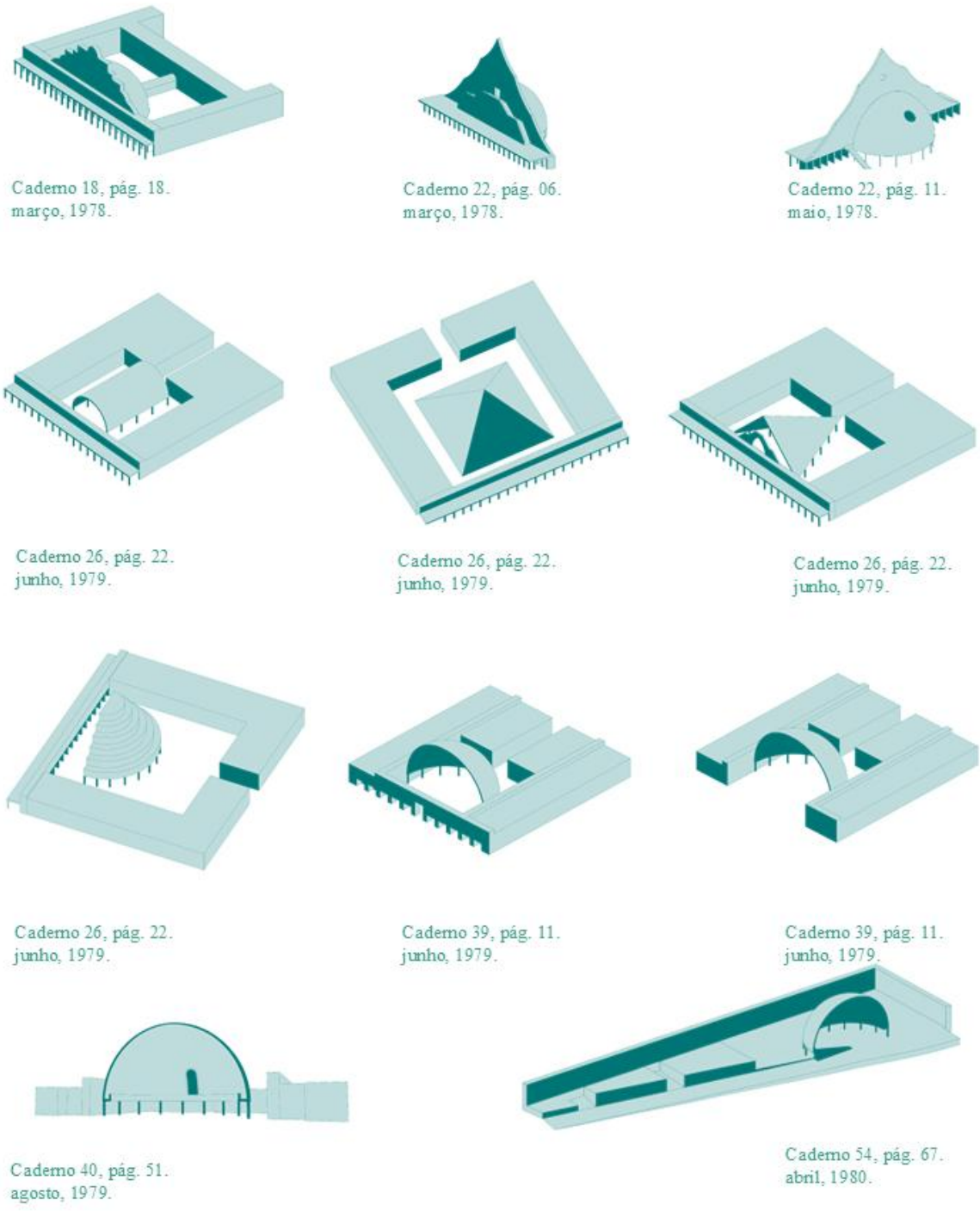


Fig. 5 – Modelos tridimensionais especulativos, desenhados com base nos desenhos originais do Álvaro Siza. Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Proporção.

A proporção da semicúpula baseia-se, fundamentalmente, na métrica da habitação, que, por sua vez, determina a da praça e, finalmente, a da semicúpula. Os lotes habitacionais apresentam dimensões de 8 x 12 metros. A partir de alinhamentos geométricos gerados

por múltiplos e submúltiplos dessas medidas, estabelece-se a proporção inicial da semicúpula, que apresenta, desde os primeiros esquissos, 30 metros de diâmetro e 15 metros de raio.

No processo evolutivo do projeto, observam-se três configurações proporcionais distintas:

1. Primeira configuração: presente nos Cadernos 20, 21, 26, 39 e 40, resulta do alinhamento de dois conjuntos de duas habitações (8 + 8 metros), disposto lado a lado e separados por uma rua de 6 metros de largura, configurando o seguinte esquema:
16 m (2 casas) / 6 m (rua) / 16 m (2 casas).

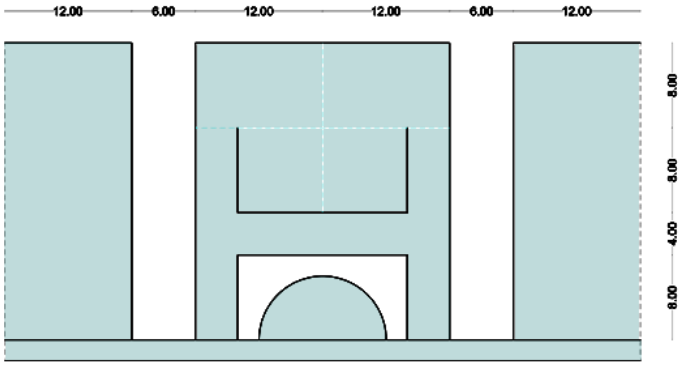


Fig. 6 – Desenho de proporção (1). Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

2. Segunda configuração: corresponde a um conjunto de quatro habitações coligadas (8 x 4 = 32 m), ladeadas por ruas de 6 metros em ambas as extremidades:
6 m (rua) / 32 m (4 casas) / 6 m (rua).

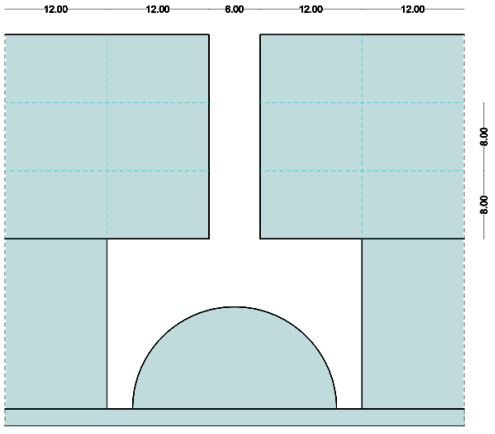


Fig. 7 – Desenho de proporção (2). Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

3. Terceira configuração: resulta na solução final do projeto, em que se alinham dois conjuntos de quatro habitações, separados por uma rua central de 6 metros e ladeados por outras duas ruas de igual largura. A semicúpula é aqui colocada sobre o eixo da rua central, assumindo um papel de ponto focal e de articulação axial dentro da malha urbana. O esquema correspondente é:
6 m (rua) / 32 m (4 casas) / 6 m (rua central) / 32 m (4 casas) / 6 m (rua).

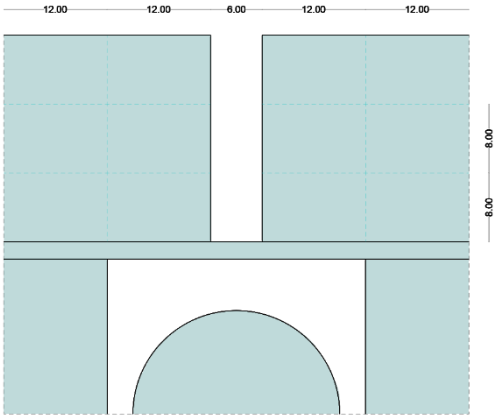


Fig. 8 – Desenho de proporção (3). Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Estas variações demonstram uma adaptação progressiva das proporções da semicúpula à malha habitacional e revelam diferentes estratégias de integração formal e espacial, culminando numa solução em que a semicúpula se inscreve como elemento central de organização do espaço coletivo.

Analogias.
A cidade reinterpretada: ecos do centro histórico de Évora na Malagueira.

Em termos gerais, pode-se afirmar que uma das invariantes formais de Álvaro Siza se pauta pelo vínculo proposto entre o contexto existente, nas suas matrizes social e histórica e, sobretudo, urbanística e o projecto. Nesse sentido, também o Bairro da Malagueira expressa essa invariante e se constitui como uma reinterpretação do casco histórico de Évora. Peter Testa, num primeiro momento, concluiu que existem padrões no projeto do bairro que resultam numa releitura do centro histórico da cidade[7], através da presença de elementos que relacionam ambos os contextos: uma visão tradicional expressa numa linguagem moderna, sem pretensões de imitação. Entre estes elementos ressalta-se a conduta do bairro da Malagueira, como uma expressa interpretação do aqueduto Água d'Prata, que atesta este princípio central de que obras de arquitetura e urbanismo devem manter vínculos que reflitam a identidade do local onde se inscrevem, mas sem a pretensão de uma imitação mimética ou formal.



Fig. 9 – Fotomontagem – Analogias entre a cidade histórica de Évora e a Malagueira. Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

A viagem como método.

Após uma reforma radical da Escola de Belas-Artes do Porto, liderada por Carlos Ramos, surgiram novas possibilidades que permitiram a realização de viagens académicas.

[7] TESTA, Peter – **The Architecture of Alvaro Siza**. Cambridge, MA: Massachusetts Institute of Technology, 1984.

Fernando Távora, incentivou os seus alunos a olharem para além-fronteiras, sublinhando a importância da construção do conhecimento do mundo através da viagem. Como referira: "Ler, viajar, conhecer, saber como, saber quem, como são, como fazem, o que pensam, o que dizem, de onde vêm, para onde vão os outros. E o que pensam os nossos dos outros. E o que pensam os nossos de si próprios".[8]



Fig. 10 – Esquisso: Caderno 65. Roma, Itália (1980). Fonte: Soto Moura et al., Esquissos de viagem, 1988.

No decorrer da vida pessoal, académica e profissional do Álvaro Siza, a viagem esteve sempre presente. Entre as décadas de 1940 e 1950, Siza realizou viagens familiares a Barcelona, tendo sido nesta cidade que ganhou consciência da sua proximidade à arquitetura: "Tive o primeiro pressentimento de que talvez a arquitetura me interessasse mais do que qualquer outra coisa; de que estava ao meu alcance" [9]

[8] VEIGA, Ana Motta – **Viagem à Grécia**. Revisitar Fernando Távora, 2016.
[9] SIZA, Álvaro; CAMPOS MORAIS, Carlos - **01 textos**. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 2019. p. 25



Fig. 11 – Vila Adriana, Pompeia. The Good Garden. Fonte: Adaptado de David Calle, 2025.

Em setembro de 1967, realizou uma viagem de amigos a Marrocos, que consistiu num percurso pela zona norte do litoral e interior do país. A Europa foi também um destino frequente, com especial destaque para Itália. Entre 18 e 30 de abril de 1977, realizou um tour que teve início em Veneza, por ocasião da Bienal, onde participou em conferências sobre os seus trabalhos no âmbito da habitação social, no contexto do projeto SAAL. A viagem finalizou em Palermo. Existem ainda cadernos de esquissos de outras viagens realizadas à Itália entre 1980 e 1984.



Fig. 12 – Tour do Álvaro Siza. Itália, 1976. Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

No âmbito desta dissertação, é pertinente destacar as viagens à Itália e Marrocos, pela influência que estes dois destinos tiveram na concepção e desenvolvimento do projeto da semicúpula. Por um lado, Itália, onde "O conceito da cúpula para organizar o território da Malagueira, tem origem numa visita a Pompeia" [10]; e, por outro, Marrocos, que desempenhou um papel relevante do ponto de vista construtivo, influenciando a escolha do revestimento da semicúpula: "Os azulejos eram azul-turquesa, porque vi isso, a ideia veio de uma visita a Marrocos".[11]

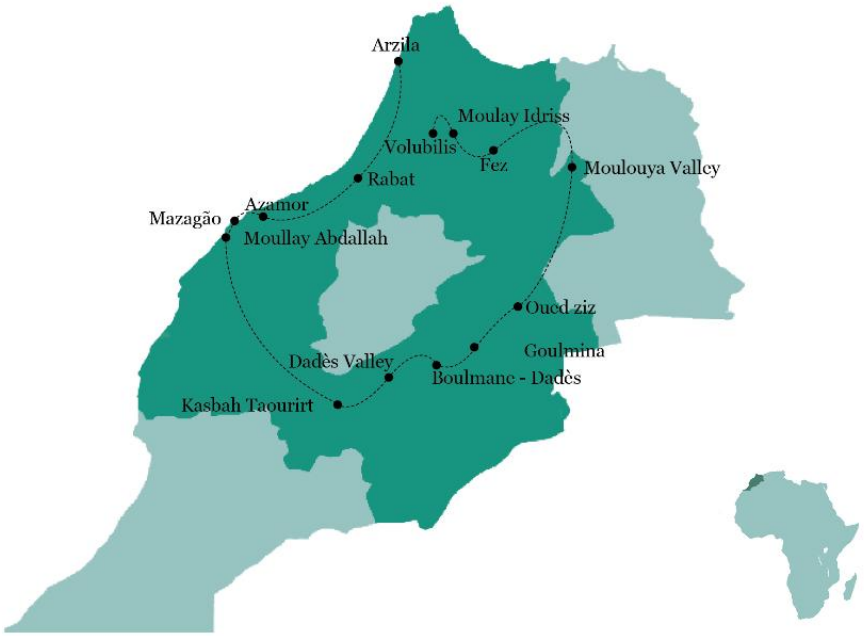


Fig. 13 – Tour do Álvaro Siza. Marrocos,1967. Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Matéria.

Nesta parte, procura-se compreender a composição construtiva do edifício através da análise das suas diferentes componentes, fundação, pilares, galeria, cúpula e café, com especial atenção à aplicação dos materiais em cada elemento arquitetónico. Dada a sua complexidade técnica e compositiva, os revestimentos são tratados autonomamente, evidenciando o seu papel na definição da identidade do edifício.

A metodologia inclui simulações em programas de modelação tridimensional, complementadas por maquetes físicas, de modo a aferir a solução mais adequada a partir da intenção original de Álvaro Siza. Nesta fase, foi igualmente relevante compreender a lógica construtiva do arquiteto e os princípios que orientaram as suas opções materiais.
Paralelamente, foi estabelecida uma linha temporal de obras contemporâneas da semicúpula, selecionadas com base na utilização de revestimentos como azulejo e pedra, em espaços interiores e exteriores. Esta comparação permitiu relacionar princípios materiais comuns e fundamentar as soluções construtivas ensaiadas no edifício em estudo.

[10] SIZA, Álvaro. Entrevista concedida a Pedro Guilherme, no âmbito do projecto "Malagueira: Património de Todos: Subsídios para a sua classificação". Porto, 24 novembro 2021.
[11] SIZA, Álvaro; HOBHOUSE, Niall - **Seven early sketchbooks Opening lines**. Yarlington: Drawing Matter, 2018. p. 05.

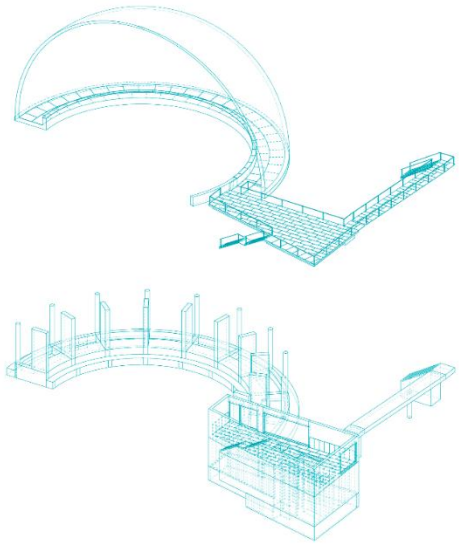


Fig. 14 – Modelo tridimensional. Sistema estrutural da semicúpula. Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Obras do Álvaro Siza construídos no período de 1977-1999.

O recorte temporal definido para a análise das obras de Álvaro Siza parte do início do desenvolvimento da semicúpula e estende-se até 1999, ano em que o Álvaro Siza definiu os últimos desenhos de carácter mais pormenorizado. Este intervalo não é arbitrário: nele, Siza consolida um processo de experimentação material sustentado na apropriação e reinvenção de ferramentas já exploradas em projetos anteriores. Tal constatação justifica a pertinência de se proceder ao estudo de um conjunto de obras específicas, onde a escolha da pedra e do azulejo como elementos de revestimento assume um papel particularmente relevante na expressão arquitetónica.



Fig.15 – Linha de tempo das obras pré-selecionadas do Álvaro Siza. Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

A seleção das obras que compõem este corpus de análise não é, portanto, aleatória. Está ancorada em critérios previamente estabelecidos, que procuram garantir a consistência metodológica do estudo: a natureza pública dos programas arquitetónicos, a efetiva concretização das construções e a presença, tanto em espaços interiores como exteriores, de soluções de revestimento em pedra e em azulejo. Estes parâmetros permitem identificar recorrências e variações significativas no modo como Siza articula tradição e inovação através da materialidade.

Obras selecionadas e linha temporal de obras construídas com base nos critérios.
Seleção, observação e análise das obras do ponto de vista técnico e conceitual.
Ano de construção – Obra.

1. **(1977 –) Bairro da Malagueira.**

Material de revestimento: Pedra.

2. **1985 – Faculdade de Arquitetura do Porto.**

Material de revestimento: Pedra.

3. **1992 – Terraços de Bragança.**

Material de revestimento: Pedra e azulejo.

4. **1995 – Igreja de Santa Maria de Canaveses.**

Material de revestimento: Pedra e Azulejo.

5. **1995 – Banco irmãos & Borges.**

Material de revestimento: Pedra.

6. **1998 – Edifícios Boavista.**

Material de revestimento: Pedra e Azulejo.

7. **1998 – Estação Baixa-Chiado.**

Material de revestimento: Pedra e Azulejo.

8. **1998 – Pavilhão de Portugal.**

Material de revestimento: Pedra e Azulejo.

9. **1999 – Museu Serralves.**

Material de revestimento: Pedra.

O azulejo na obra do Álvaro Siza.
Todas as obras de arquitetura de Álvaro Siza apresentam elevada complexidade, na medida em que o desenvolvimento da ideia se encontra intrinsecamente ligado a princípios arquitetónicos fundamentais. Neste contexto específico, a obra de Siza adquire uma dimensão que ultrapassa o plano físico, pois a aplicação de um determinado material depende, em grande parte, da sua interação com a luz e a matéria e, consequentemente, da atmosfera gerada por essa experiência. A Igreja de Marco de Canaveses constitui um exemplo paradigmático, já referido: "À dimensão mística que a presença da luz natural confere à iluminação do batistério de Marco de Canaveses, criando uma poderosa encenação que associa o brilho do Espírito Santo pairando invisível sobre este espaço".[12]

No caso específico da semicúpula, a intenção do arquiteto ao revesti-la em azulejo não é totalmente clara. Contudo, é possível especular a partir do pressuposto de que a cúpula constitui um elemento arquitetónico estrutural com um forte papel simbólico ao longo da história: "Ahora bien, si la esfera es la forma del cosmos y si uno de los medios para lograr la imago mundi en arquitectura es mediante la proyección de la estructura del

[12] SIZA, Álvaro – **Arte Interior: Siza Vieira e o desenho de objectos**. Casal de Cambra: Caleidoscópio, Edição e Artes gráficas, 2016. p. 37.

universo en ella, resulta coherente el empleo de la esfera como símbolo del cosmos y de las ideas a él asociadas: unidad, totalidad, perfección, belleza, acogimiento, etc.”.[13]



Fig.16 – Azulejos Viúva Lamego em estudo para serem aplicados na semicúpula. Atelier do Álvaro Siza. Fonte: Adaptado de Pedro Guilherme, 2022.

Tecnicamente, ao longo da sua prática profissional, Álvaro Siza recorre de forma consistente ao mesmo modo de aplicação do azulejo nas suas obras. Trata-se, maioritariamente, de azulejos produzidos pela fábrica Viúva Lamego, com dimensões de 15 × 15 cm (regra geral), vidrados, e com juntas de aproximadamente 0,5 cm, mantidas abertas. “As juntas entre os azulejos encontram-se abertas e por isso foram integralmente vidradas, garantido que a luz se reflete na totalidade das superfícies e o olhar não define a quadrícula da composição pela opacidade das arestas de cada um dos quadrados”.[14]

Representação e Imersão.

Nestas duas últimas fases, a investigação centrou-se na construção do edifício a partir dos dados recolhidos nas etapas anteriores, recorrendo a programas digitais como AutoCAD, Rhino 3D, SketchUp e Twinmotion.

[13] GOYCOOLEA, Roberto. La cúpula como forma simbólica de la Arquitectura. **Arquitecturas del Sur.** Chile. Vol, nº 15, 1999. p. 05.
[14] SIZA, Álvaro – **Arte Interior: Siza Vieira e o desenho de objectos**. Casal de Cambra: Caleidoscópio, Edição e Artes gráficas, 2016. p. 37.

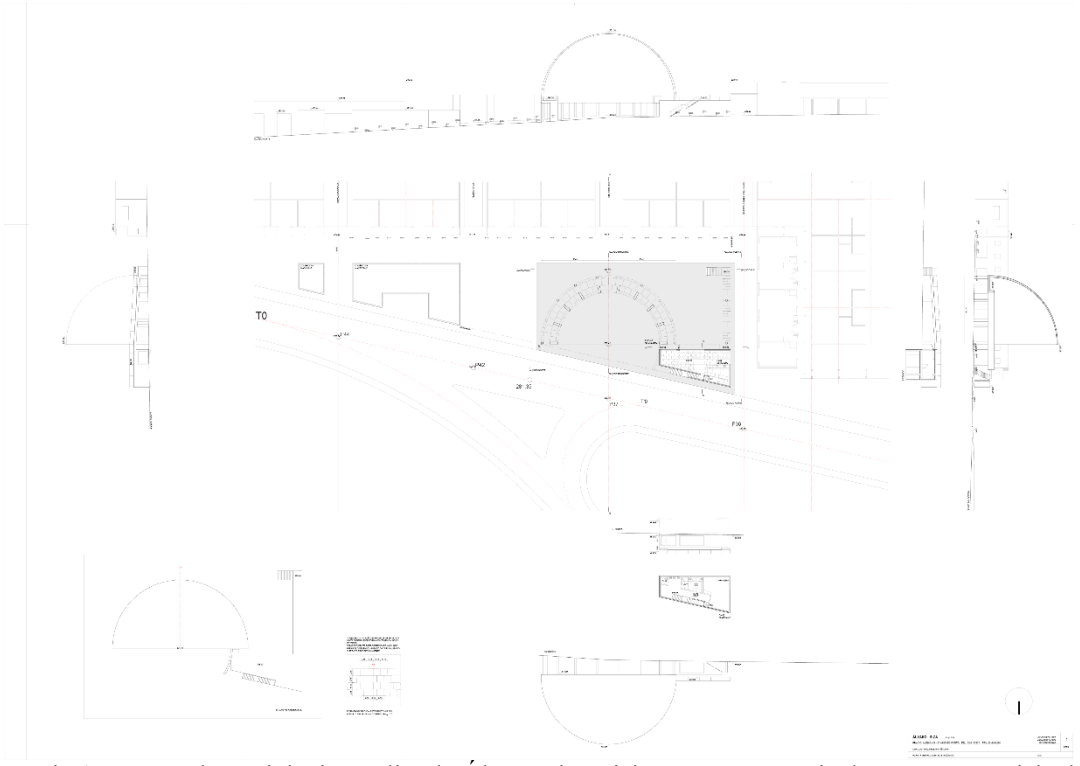


Fig.17 – Desenhos originais, Atelier do Álvaro Siza Vieira. Fonte: Cortesia da Câmara Municipal de Évora via Malagueira.pt, 2025.

A área de trabalho delimita-se à Praça Zeca Afonso, compreendendo a zona definida pela conduta e pelos edifícios públicos e comerciais a sul, e pela Avenida da Malagueira a norte. O levantamento consistiu na recolha de fotografias em vários pontos da praça da Malagueira, com vista à posterior realização de ensaios de fotomontagem. Procedeu-se ainda à elaboração dos desenhos rigorosos da semicúpula com base nos desenhos originais de Álvaro Siza, tendo-se posteriormente desenvolvido o modelo tridimensional a partir dos dados recolhidos nas Partes I e II do presente trabalho de investigação.

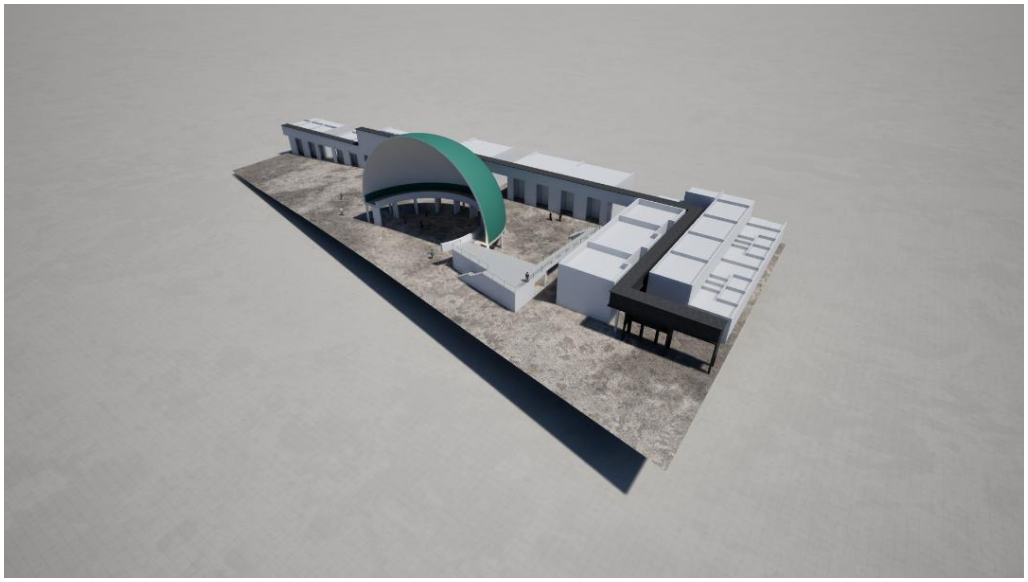


Fig. 18 – Render (1) Praça da Malagueira. Imagem gerada com Twinmotion. Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.



Fig. 19 – Render (2) Praça da Malagueira. Imagem gerada com Twinmotion. Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Numa fase final, ao longo da investigação, foram realizadas diversas atividades e eventos, no âmbito dos quais se proporcionou à comunidade de Évora a oportunidade de experienciar a imersão no interior do edifício através da utilização de óculos de realidade virtual, na linhas dos objectivos lançados num primeiro momento. Para a concretização desta última fase, contou-se com a colaboração de Antonio Montes de Miguel, especialista na área, que participou no trabalho durante a exposição da Noite dos Investigadores de 2025, realizada a 26 de setembro, na Praça 1.º de Maio.
Durante a observação das atividades, verificou-se que os participantes que experienciaram o modelo demonstraram particular curiosidade em aceder ao nível da galeria da semicúpula. As reações evidenciaram um impacto significativo face à escala do edifício, refletido na forma como os utilizadores exploraram o espaço virtual.

De salientar que a experiência não se limitou ao edifício enquanto objeto isolado, estendendo-se também ao seu enquadramento envolvente. Esta abordagem sugere que a perceção do espaço construído é indissociável do contexto urbano em que se insere, sendo a experiência do espaço público apreendida como uma unidade contínua e integrada, onde edifício e envolvente se articulam numa leitura conjunta.

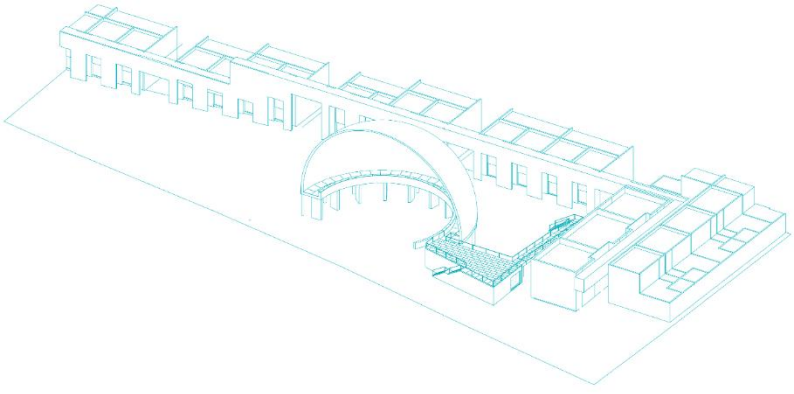


Fig. 20 – Modelo tridimensional. Semicúpula da Malagueira. Fonte:Elaborado pelo autor, 2025.

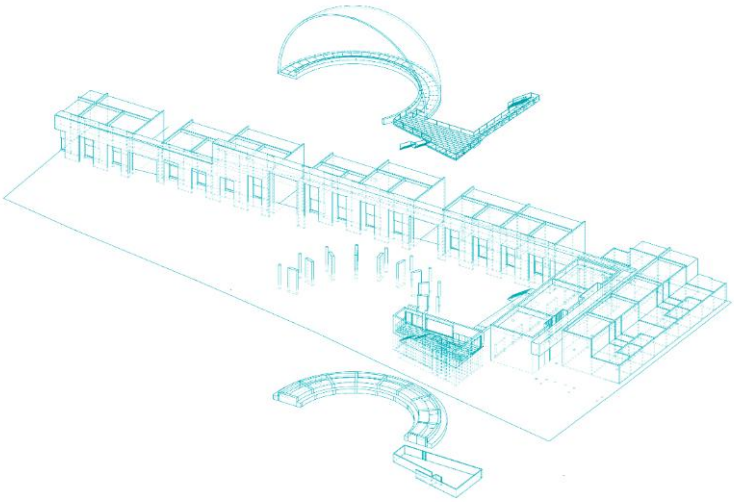


Fig. 21– Modelo tridimensional. Semicúpula da Malagueira. Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.



Fig. 22 – Noite dos Investigadores, Évora. Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.



Fig. 23 – Noite dos Investigadores, Évora. Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Considerações Finais.

A presente investigação permitiu aprofundar a leitura da semicúpula enquanto elemento arquitetónico, formal e simbólico, evidenciando a relevância da sua materialidade, representação e da sua relação com o contexto urbano. A partir da análise desenvolvida, tornou-se possível compreender que a obra ultrapassa a condição de objeto isolado, afirmando-se antes como parte integrante de uma estrutura espacial mais ampla, na qual forma, lugar e experiência se interligam.

A utilização do azulejo revelou-se particularmente significativa, tanto pela sua dimensão técnica como pela sua expressividade estética, contribuindo para a construção de uma perceção marcada pela luz, pela cor e pela superfície. Paralelamente, o processo de modelação tridimensional e de imersão virtual permitiu aproximar a investigação da experiência espacial efetiva, demonstrando a importância da representação como instrumento de interpretação e de comunicação arquitetónica.

A observação das reações dos participantes confirmou ainda que a experiência do edifício não se esgota na sua forma construída, estendendo-se ao seu enquadramento envolvente. Neste sentido, reforça-se a ideia de que o espaço público é apreendido como uma unidade contínua, na qual a relação entre edifício e contexto constitui um aspeto determinante da vivência arquitetónica.

Em síntese, este trabalho procurou resgatar uma visão inacabada, articulando análise, representação e experiência, e evidenciando a semicúpula como uma obra em que matéria, espaço e contexto convergem numa leitura crítica e sensível da arquitetura.

Bibliografia

ALVES COSTA, Alexandre; SIZA, Álvaro - **1967, Marrocos. Viagens**. 2. ed. [S.l.]: Circo de Ideias, 2018. ISBN 978-989-54-1314-0.

FLECK, Brigitte; PFEIFFER, Günter (EDS.) - **Malagueira: Álvaro Siza in Évora**. 1. Aufl ed. Freiburg: Syntagma, 2013. ISBN 9783940548467.

GALÁN, Julia; FELIP, Francisco - **Realidad virtual: construyendo el presente del diseño, el arte, la arquitectura y el EntretenimientoPlural**. Valencia: Tirant Humanidades, 2020. ISBN 9788418155871.

GUILHERME, Pedro - Drawing the spiritual. The churches of Álvaro Siza Vieira. International Seminar. **Architecture of the Soul**. 2020.

GUILHERME, Pedro; DOMÍNGUEZ, Nicolás Martín; SALEMA, Sofia - Malagueira: Events in the landscape "what things say". **Grand Projects: Conference Proceedings**. 202. ISBN 865–882.

GUILHERME, Pedro; SALEMA, Sofia - **Álvaro Siza Vieira sketchbooks for Malagueira: A critical reading about research through project** [Em linha].: Universidad Politécnica de Cartagena. Ediciones UPCT, 2022 [Consult. 9 nov. 2023]. Disponível em WWW:<URL: https://repositorio.upct.es/handle/10317/11285>. ISBN 9788417853518.

GUILHERME, Pedro; SALEMA, Sofia - Dibujar la Cúpula. El centro de la Malagueira. Em **Visiones urbanas: IX Jornadas Internacionales Arte y CIudad**. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2020. ISBN 9788409269488. p. 175-183.

GUILHERME, Pedro; SALEMA, Sofia - **Olhares** [Em linha]: Universidade de Évora, 2022 [Consult. 9 nov. 2023]. Disponível em WWW:<URL: http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/32848>.

JANEIRO, Pedro António (ED.) - **Desenho (...) cidade (...) lugar. Arquiteturas-imaginadas.** Casal de Cambra, Portugal: Caleidoscópio, 2016. ISBN 9789896582890.

MOLTENI, Enrico; SIZA, Álvaro - **Álvaro Siza: Barrio de la Malagueira**, ÉvoraTextos i documents d'arquitectura / Escola Tècnica Superior d' Arquitectura del Vallès. Barcelona: Ed. UPC, 1997. ISBN 9788483012239.

OLIVERIA DAS NEVES, António et al. - ÉVORA 2027 CIDADE CANDIDATA A CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA. Évora: Câmara Municipal de Évora, 2022

ROSSI, Aldo - **La arquitectura de la ciudad**. Barcelona: Gustavo Gili, 2015. ISBN 9788425229855.

SIZA, Álvaro - **Imaginar a evidência**. Lisboa: Edições 70, 2009. ISBN 9789724413907.

SIZA, Álvaro - **02 Textos**. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 2018. ISBN 9789728645922.

SIZA, Álvaro; CAMPOS MORAIS, Carlos - **01 textos**. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, 2019. ISBN 9789728645939.

SIZA, Álvaro; CAMPOS MORAIS, Carlos - **03Textos**. Lisboa: Parceria A.M. Pereira, 2019. ISBN 9789728645946.

SIZA, Álvaro; GRANDE, Nuno; MURO, Carles - **Álvaro Siza: in/discipline**. Porto: Serralves, 2019. ISBN 9789727393701.

SIZA, Álvaro; HOBHOUSE, Niall - **Seven early sketchbooks Opening lines**. Yarlington: Drawing Matter, 2018. ISBN 9780995630949.

Webgrafia

#BEING Bairro da Malagueira - Évora, 2022. [Consult. 9 nov. 2023]. Disponível em WWW:<URL: https://www.youtube.com/watch?v=CM3MdPUEaUQ>.

BRITO, Francisco; GUILHERME, Pedro; SALEMA, Sofia - From Drawing to Place.The void of the places imagined by Álvaro Siza for Malagueira [Em linha], atual. 18 fev. 2021. [Consult. 9 nov. 2023]. Disponível em WWW:<URL: http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/29270>.

BUILT_ Malagueira - 3D model by Antonio Montes (@antoniomontesdemiguel) -, 23 jan. 2023. [Consult. 8 nov. 2023]. Disponível em WWW:<URL: https://sketchfab.com/models/7b4e6080a8c84ef2a7a54d860c1d4222/embed?autostart=1>.

ÉVORA__27 - PT - [Em linha] [Consult. 8 nov. 2023]. Disponível em WWW:<URL: https://www.evora2027.com/>.

Malagueira: Património de Todos: Subsídios para a sua classificação. - [Em linha], atual. 2022. [Consult. 7 nov. 2023]. Disponível em WWW:<URL: https://www.uevora.pt/investigar/projetos?id=3827>.

MONTES, Antonio - Course: Malagueira XR [Em linha], atual. 2023. [Consult. 8 nov. 2023]. Disponível em WWW:<URL: https://b8d.es/course/view.php?id=2#section-1>.

Entornos urbanos como filtros de la biodiversidad y co-determinantes de las prácticas artísticas contemporáneas

Andrés Richarte Ramírez
Universidad de Málaga.
Instituto Universitario de Investigación de Género e Igualdad
aricharte@uma.es
arichartea@gmail.com

Javier Cuevas del Barrio
Universidad de Málaga.
Instituto Universitario de Investigación de Género e Igualdad
jcuevasb@uma.es

Resumen: Los entornos urbanos pueden operar como dispositivos complejos que no solo organizan la vida social, económica y cultural humana, sino que también actúan como filtros de la biodiversidad. Este proceso de filtrado y condicionamiento de la presencia de cuerpos no humanos —resultado de decisiones urbanísticas, infraestructuras humanas, usos del suelo, biopolíticas, etc.— puede configurar paisajes urbanos profundamente antropocéntricos. Partiendo de una lectura crítica de ecologías urbanas situadas principalmente en contextos del Norte Global, esta comunicación propone analizar cómo dichos entornos no solo condicionan la biodiversidad urbana, sino que co-determinan las prácticas artísticas contemporáneas que emergen en y desde la ciudad. Tomando ejemplos de obras y proyectos artísticos que incorporan a aves, se plantea que las prácticas artísticas se desarrollan en estrecha interdependencia con las condiciones materiales y ecológicas impuestas por el entorno urbano, viéndose reflejadas estas tensiones en los resultados plásticos y conceptuales de las obras y proyectos artísticos.

Palabras clave: urbanismo, biodiversidad, no humanos, encuentro, arte contemporáneo.

Introducción

El crecimiento de la población urbana a lo largo de los últimos dos siglos constituye un indicador clave de la revolución urbana experimentada por la humanidad. En 1800, solo el 2% de la población mundial residía en ciudades,[1] mientras que para 1900 esta proporción había aumentado al 10%, una cifra que, aún no representaba un cambio demográfico significativo a nivel global.[2] En cambio, desde el año 2008 más de la mitad de la población humana mundial vive en áreas urbanas, lo que evidencia la consolidación de un proceso de urbanización sin precedentes.

Las ciudades han sido configuradas como complejos territorios-mosaico que responden a lógicas productivas capitalistas que determinan su función y estructura. Los usos del territorio se vinculan a una actividad humana que varía, echo que influye en la morfología del entorno construido, la presencia de vegetación y la densidad de población humana o no humana. Estos factores afectan al territorio resultando determinantes en la configuración final del paisaje antropogénico al que llamamos ciudad.

Inevitablemente, la actividad cotidiana de las ciudadanas y ciudadanos se ve influenciada por las particularidades del medio urbano. Entre las múltiples prácticas que se desarrollan en él también se encuentran las prácticas artísticas contemporáneas, no exentas de verse influidas por el medio. La consideración de la ciudad como espacio que condiciona modos de pensar, producir y relacionarse del ciudadano-artista constituye uno de los ejes de la tesis doctoral *Cohabitabilidad en las urbes entre animales humanos y no humanos: el impacto de las aves en la producción artística contemporánea* (2026), de la que deriva parcialmente el presente texto.

Aunque la influencia del contexto sobre la producción artística ha sido ampliamente estudiada bajo diversos enfoques y perspectivas, la dimensión ecológica ha recibido una atención considerablemente menor. Por ello, este texto parte de una intersección entre enfoques y disciplinas para plantear que las condiciones ecológicas, específicamente aquellas que condicionan la ciudad, también participan en la configuración de los procesos y resultados de las prácticas artísticas.

Metodológicamente, este trabajo combina dos aproximaciones. Por un lado se ha realizado una revisión sistemática de literatura científica procedente de ámbitos como la filosofía y los estudios animales, la historia y teoría del arte, la biología y la ecología urbana, con el fin de profundizar en los condicionantes de la práctica artística. Por otro, se incorpora una dimensión experimental derivada del proceso de investigación doctoral del autor, basado en el análisis crítico de obras así como en la práctica artística, ambas centradas en aves urbanas, como territorio de experimentación y generación de conocimiento.

Esta propuesta se articula en tres apartados. El primero analiza la ciudad como filtro de la biodiversidad desde la perspectiva de la ecología urbana. El segundo examina pedagogías implícitas al entorno urbano y los encuentros interespecie. Por último, son revisados diversos ejemplos de prácticas artísticas contemporáneas con el fin de ilustra

[1] MAINWARING, Mark C.; SONG, Guobao; ZHANG, Shuping - Urban biodiversity in the Anthropocene. **Scientific Reports**. ISSN 2045-2322. 14:1 (2024) 27851, s41598-024-77311-y. doi: 10.1038/s41598-024-77311-y.

[2] GRIMM, Nancy B. *et al.* - Global Change and the Ecology of Cities. **Science**. ISSN 0036-8075, 1095-9203. 319:5864 (2008) 756–760. doi: 10.1126/science.1150195.

cómo las condiciones ecológicas urbanas pueden participar en la configuración de los procesos creativos y de sus resultados estéticos y conceptuales.

Biodiversidad urbana y gestión antropocéntrica del medio

Existe un amplio consenso en la comunidad científica acerca del profundo impacto que los procesos de urbanización ejercen tanto sobre el territorio como sobre las comunidades que lo habitan, sean estas humanas o no humanas. Lejos de constituir un mero espacio físico para el desarrollo de las actividades humanas, la ciudad opera como un sistema ecológico complejo capaz de favorecer, limitar o excluir la presencia de determinadas especies.[3] Desde esta perspectiva, el entorno urbano puede entenderse como un auténtico filtro de la biodiversidad, cuya configuración responde a decisiones urbanísticas, arquitectónicas, económicas y políticas que, aunque se encuentran orientadas prioritariamente a satisfacer las necesidades humanas, repercuten de manera decisiva sobre el resto de los seres vivos con los que coexistimos o cohabitamos en un determinado espacio.[4]

No obstante, entender la urbanización como un fenómeno global implica asumir que todos los entornos urbanos produzcan resultados idénticos o tengan un impacto similar. Aunque los procesos de urbanización responden a dinámicas comunes inmersas y asociadas al Antropoceno, o desde otras perspectivas críticas al Capitaloceno, sus efectos ecológicos presentan importantes variaciones según las características ambientales, climáticas y territoriales de cada contexto. La ciudad debe entenderse, por tanto, como un dispositivo que reproduce tendencias globales, pero cuya incidencia sobre la biodiversidad permanece inevitablemente situada.

Entre los factores locales que condicionan la biodiversidad urbana destaca especialmente la cobertura vegetal. Existe un sólido consenso acerca de la relación entre la presencia de zonas verdes y el incremento de la diversidad de especies que conforman la fauna urbana, siendo las aves uno de los grupos que muestran especial sensibilidad frente a estas variaciones. Sin embargo, la mera existencia de espacios verdes no constituye un indicador suficiente. Aspectos como la extensión, conectividad, composición vegetal o complejidad estructural de las zonas verdes modifican significativamente las comunidades de animales capaces de establecerse en estos espacios.[5] Del mismo modo, la proximidad de ecosistemas naturales también influye en la composición de las poblaciones de seres vivos, evidenciando que la biodiversidad de una ciudad depende de un conjunto de factores que interactúan entre sí y trascienden la simple dicotomía entre espacio construido y espacio natural.[6]

A estas variables hemos de sumar el denominado efecto barrera, entendido como el conjunto de condicionantes bióticos y/o abióticos que limitan el desplazamiento, establecimiento o reproducción de determinadas especies dentro del espacio urbano. O, de forma general, los condicionantes que permiten que unas especies sobrevivan o no en el entorno urbano. Entre ellas se pueden encontrar las grandes obras dedicadas al

---

[3] MCKINNEY, Michael L. - Urbanization as a major cause of biotic homogenization. **Biological Conservation**. ISSN 00063207. 127:3 (2006) 247–260. doi: 10.1016/j.biocon.2005.09.005.
[4] Ibidem, 248.
[5] SOIFER, Lydia G. *et al.* - Piecing together cities to support bird diversity: Development and forest edge density affect bird richness in urban environments. **Landscape and Urban Planning**. ISSN 01692046. 213:2021) 104122. doi: 10.1016/j.landurbplan.2021.104122, 187.
[6] Idem.

transporte, superficies edificadas o fragmentaciones del hábitat urbano que reducen la conectividad ecológica y dificultan la adaptación de otras especies no humanas. Desde esta perspectiva, la planificación urbana deja de ser una cuestión exclusivamente funcional para convertirse también en un problema ecológico. Resulta necesario, por tanto, avanzar hacia modelos urbanos más porosos y permeables a otras formas de vida, capaces de ampliar las posibilidades de adaptación de otras especies en un medio eminentemente antropocéntrico.[7]

Asimismo, la dimensión antropocéntrica de la ciudad se manifiesta en la propia arquitectura, la cual ha sufrido una serie de transformaciones en las últimas décadas que han introducide nuevas dificultades para especies urbanas, especialmente para las aves. La progresiva desaparición de ornamentación o cavidades en las fachadas ha reducido los lugares disponibles para la nidificación de especies urbanas como el gorrión común.[8] Paralelamente, la generalización del abuso de grandes superficies acristaladas ha incrementado considerablemente las colisiones de las aves contra edificios, incorporando nuevos factores de mortalidad asociados directamente al diseño arquitectónico.[9]

Más allá de las características físicas del entorno urbanizado, diversos estudios comienzan a señalar que la distribución y acceso a la biodiversidad urbana también se encuentra atravesada por variables socioeconómicas. De este modo, pueden encontrarse diferencias significativas en la biodiversidad entre barrios construidos siguiendo un modelo prefabricado y masivo y aquellas zonas residenciales más consolidadas y con mayores recursos económicos.[10] Aunque estas categorías resultan necesariamente relativas y dependientes de cada contexto geográfico sus resultados apuntan hacia una cuestión especialmente relevante para esta investigación. Y es que, el acceso cotidiano a espacios biodiversos y, en consecuencia, la posibilidad de establecer encuentros interespecie puede estar condicionado por desigualdades socioeconómicas.[11] Recientes metaanálisis apuntan a una clara desigualdad de acceso a la naturaleza y la biodiversidad basada en factores como la renta familiar, lo que se traduce en que la experiencia de la biodiversidad urbana no constituye, por tanto, una realidad homogénea sino una experiencia distribuida de un modo desigual entre los habitantes de la ciudad.[12]

Pese a las particularidades que presentan los distintos estudios sobre biodiversidad urbana, sus resultados convergen en una serie de tendencias ampliamente compartidas: la urbanización se asocia a una disminución de la biodiversidad; la presencia de cobertura vegetal guarda una estrecha relación el aumento de la variedad de especies y los procesos de homogenización biótica favorecen la presencia recurrente de un número relativamente reducido de especies generalistas adaptadas al medio urbano. Estas evidencias

---

[7] Ibidem, 187.
[8] JEAN-NOËL RIEFFEL; HERNÁNDEZ BORDAS, Carmen; ZELICH, Cristina - **Elogio de las aves de paso**. [S.l.]: Bookwire GmbH, 2024. P. 110.
[9] AYMÍ, Raül *et al.* - Bird-window collisions in a city on the Iberian Mediterranean coast during autumn migration. **Revista catalana d'ornitologia = Catalan journal of ornithology**. ISSN 1697-4697. 33 (2017) 17–28.
[10] STROHBACH, Michael W.; HAASE, Dagmar; KABISCH, Nadja - Birds and the City: Urban Biodiversity, Land Use, and Socioeconomics. **Ecology and Society**. ISSN 1708-3087. 14:2 (2009) art31. doi: 10.5751/ES-03141-140231, 9.
[11] Ibidem, 9-10.
[12] KURAS, Evan R. *et al.* - Urban socioeconomic inequality and biodiversity often converge, but not always: A global meta-analysis. **Landscape and Urban Planning**. ISSN 01692046. 198:2020) 103799. doi: 10.1016/j.landurbplan.2020.103799.

trascienden el ámbito de la ecología para adquirir una dimensión cultural. Si la ciudad filtra la biodiversidad, también condiciona las oportunidades de encuentro con otras formas de vida. En consecuencia, las relaciones interespecie que pueden desarrollarse en el espacio urbano aparecen condicionadas por la propia configuración material de la ciudad. Esta cuestión resulta fundamental, dado que dichas experiencias constituyen uno de los principales mecanismos mediante los que se desarrollan y conforman sensibilidades, formas de atención y modos de entender la convivencia entre especies.

Pedagogía implícita a los encuentros interespecie y al entorno urbano

Si como se ha señalado en el apartado anterior, la configuración del espacio urbano condiciona la presencia de unas especies frente a otras, también condiciona las posibilidades cotidianas de encuentro entre humanos y animales no humanos. La ciudad no solo organiza la movilidad, las infraestructuras o las actividades económicas en su territorio, sino que distribuye de manera desigual las experiencias interespecie que pueden producirse en los espacios que la constituyen.[13] En este sentido, el entorno urbano no constituye un escenario neutro donde tienen lugar dichas relaciones, sino que puede entenderse en sí mismo como un agente que participa activamente en la formación de modos de percepción, atención y convivencia con otras especies.

Analizar el alcance de esta influencia resulta, sin embargo, una tarea compleja. La ciudad constituye un sistema en el que confluyen innumerables variables ambientales, económicas, culturas y políticas, lo que dificulta establecer relaciones causales simples entre su diseño, la presencia o ausencia de diversas especies y el comportamiento de éstas. Del mismo modo, imaginar un modelo urbano completamente inocuo para otros seres vivos parece una aspiración difícilmente alcanzable. No obstante, reconocer esta complejidad no implica renunciar a la posibilidad de orientar el diseño urbano hacia formas de convivencia más inclusivas desde una perspectiva interespecie.

Precisamente, con este objetivo, Garrard desarrolla la propuesta *Biodiversity Sensitive Urban Design* (2018), una aproximación que sintetiza diversos principios para integrar la conservación de la biodiversidad en los procesos de planificación urbana. A partir de una extensa revisión de la literatura científica la autora propone estrategias orientadas a favorecer la conectividad ecológica, incrementar la diversidad de hábitats y reforzar el papel de la cobertura vegetal como elemento estructurador de la biodiversidad urbana.[14] Propuestas de esta naturaleza evidencian que la configuración porosa y ecológica de la ciudad no constituye una consecuencia inevitable de la urbanización, sino que son el resultado de decisiones proyectuales susceptibles de ser conducidas en nuevas direcciones.

Ahora bien, las implicaciones de estas transformaciones trascienden la mera conservación de especies. La biodiversidad presente en una ciudad determina también, como ya hemos señalado, el horizonte de experiencias disponibles para quienes la habitan. En otras palabras, la naturaleza de los espacios urbanos que habitamos condiciona qué animales podemos observar, con cuales resulta posible convivir y qué formas de relación pueden

[13] **Who benefits from nature in cities? Social inequalities in access to urban green and blue spaces across Europe** - [Em linha], atual. 1 fev. 2022. [Consult. 29 jun. 2026]. Disponível em WWW:<URL:https://www.eea.europa.eu/en/analysis/publications/who-benefits-from-nature-in-cities-social-inequalities-in-access-to-urban-green-and-blue-spaces-across-europe>.

[14] GARRARD, Georgia E. *et al.* - Biodiversity Sensitive Urban Design. **Conservation Letters**. ISSN 1755-263X, 1755-263X. 11:2 (2018) e12411. doi: 10.1111/conl.12411.

llegar a establecerse con ellos. La ciudad, en cierto modo, educa. Educa nuestra percepción y nuestras sensibilidades. Por ello resulta relevante reflexionar las posibilidades del encuentro con otras especies en el medio urbano, así como tomar consciencia del rol que la configuración material de éste puede tener.

Desde esta perspectiva, la experiencia cotidiana en la ciudad adquiere una dimensión pedagógica. Los encuentros interespecie no solo permiten reconocer la presencia de otros organismos, sino que contribuyen a modelar formas de atención, sensibilidad y cuidado hacia ellos. Pensar otros modelos urbanos implica ir más allá de la incorporación de criterios ambientales en la planificación y considerar igualmente relevantes las experiencias que dichos espacios posibilitan. La información proporcionada por las investigaciones de biodiversidad urbana adquiere una nueva dimensión cuando se cruza con la experiencia vital, con la experiencia vivida del encuentro, pues ambas participan en la construcción de imaginarios sobre la ciudad y sobre las relaciones que mantenemos o podemos establecer con las demás especies.

Esta dimensión pedagógica del espacio urbano constituye uno de los puntos tratados por Izaskun Chinchilla en *La ciudad de los cuidados* (2020). Recuperando planteamientos de Herbert Marcuse, la autora sostiene que "la cultura de la productividad ha convertido a los seres humanos en esclavos del trabajo hasta el punto de que conciben las cosas, los objetos, los espacios y los sucesos por el papel que estos juegan en el sector productivo".[15] Esta racionalidad instrumental no solo condiciona el diseño físico de las ciudades, sino también las formas de habitar y experimentar el espacio urbano. En consecuencia, la ciudad participa activamente en la configuración de nuestros criterios de valor, de nuestros regímenes de atención y de la sensibilidad con la que nos relacionamos con nuestro entorno.

En el ámbito educativo, diversas investigaciones desarrolladas desde finales de la década de 1990 han puesto de manifiesto el carácter pedagógico de los espacios verdes urbanos. Los trabajos de autores como Robin C. Moore, arquitecto paisajista y planificador ambiental, muestran cómo la renaturalización de espacios integrados en centros educativos enfatiza experiencias asociadas a "la diversidad, la riqueza, un lugar al que pertenecer, el cuidado de la naturaleza y un ambiente más acogedor".[16] Más allá de sus beneficios ambientales, estas propuestas evidencian que el contacto cotidiano con otras formas de vida constituye un elemento relevante en el desarrollo de actitudes vinculadas a la curiosidad, el reconocimiento y cuidado de la alteridad no humana.[17] La biodiversidad deja así de entenderse como un indicador ecológico para convertirse también en una condición que posibilita determinados procesos de aprendizaje.

Estas reflexiones encuentran un sólido marco teórico en la noción de *response-ability* desarrollada por Donna Haraway. Para esta autora, de relevancia en el ámbito de los estudios animales, nuestra sensibilidad y habilidades relacionales con otros animales "crece con la capacidad de responder, es decir, la responsabilidad. Dicha capacidad sólo

[15] CHINCHILLA, Izaskun - **La ciudad de los cuidados**. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2020. ISBN 978-84-1352-087-2, 18.
[16] FJØRTOFT, Ingunn; SUDO, Tomomi; ITO, Keitaro - Nature in the Cities: Places for Play and Learning. Em ITO, KEITARO (Ed.) - **Urban Biodiversity and Ecological Design for Sustainable Cities** [Em linha]. Tokyo: Springer Japan, 2021 [Consult. 29 abr. 2025]. ISBN 978-4-431-56854-4, 125–141.
[17] MOORE, Robin C.; COOPER, Allen; FRUMKIN, Howard - **Nature play & learning places: creating and managing places where children engage with nature**. Raleigh, N.C., Reston, Va.: Natural Learing Initiative; National Wildlife Federation, 2014. ISBN 978-0-9907713-0-2, 76-77.

puede configurarse en y para las relaciones multidireccionales, en las que siempre hay más de una entidad receptiva en proceso de devenir".[18] Desde esta perspectiva, la responsabilidad hacia otras especies no puede desarrollarse al margen de las experiencias de convivencia que la hacen posible. En consecuencia, los encuentros interespecie propiciados por el espacio urbano participan igualmente en la construcción de esa capacidad de respuesta. La ciudad no solo condiciona qué especies se adaptan y sobreviven en ella, sino también las oportunidades de establecer relaciones significativas con esos cuerpos otros.

Todo ello, en conjunto, permite comprender que las pedagogías implícitas al medio urbano trascienden a ámbitos educativos formales. La distribución de la biodiversidad, la posibilidad de encuentros interespecie y las formas de cohabitar intervienen en la construcción de sensibilidades, imaginarios y regímenes de atención que afectan a múltiples esferas de la vida social humana. Las prácticas artísticas contemporáneas constituyen una de ellas. Si estas prácticas se desarrollan desde experiencias situadas, resulta razonable plantear que las condiciones ecológicas y perceptivas generadas por la ciudad participan igualmente en la configuración de los procesos creativos, de los cuerpos no humanos que adquieren o no protagonismo en las obras y de los modos en que estos son incorporados a ellas.

La ciudad como co-determinante en las prácticas artísticas contemporáneas

Las dimensiones señaladas en los anteriores apartados ponen de manifiesto que la ciudad actúa como un filtro de la biodiversidad y que dicha configuración ecológica condiciona las posibilidades de encuentro entre especies, la cohabitabilidad entre humanos y no humanos así como las sensibilidades que pueden desarrollarse a partir de ellas. Desde esta perspectiva, resulta pertinente preguntarse si estas mismas condiciones participan también en la configuración de las prácticas artísticas contemporáneas. La hipótesis que aquí se plantea es que el entorno urbano no constituye únicamente el escenario donde las obras son producidas o, sus espacios, el lugar donde exhibirlas, sino que constituye un condicionante que interviene en los procesos creativos al determinar qué especies están disponibles en la ciudad, cuál será la naturaleza de las relaciones que pueden establecerse y qué imaginarios llegan a consolidarse en torno a determinadas especies animales.

Diversas investigaciones recientes comienzan a señalar en esta dirección. En *Cohabitabilidad en las urbes entre animales humanos y no humanos: el impacto de las aves en la producción artística contemporánea* (2026), es analizado cómo la configuración ecológica de las ciudades, insistiendo especialmente en contextos urbanos occidentales y europeos, puede condicionar la incorporación de aves a proyectos artísticos contemporáneos. Desde esta perspectiva, se propone una nueva lectura de la inclusión de cuerpos no humanos a procesos artísticos, dejando de entender estas incorporaciones exclusivamente como decisiones iconográficas o simbólicas para comenzar a interpretarse como el resultado de unas condiciones ecológicas y urbanísticas previamente establecidas.[19] Condiciones de las que las y los artistas pueden o no ser conscientes.

---

[18] HARAWAY, Donna J. - **When species meet**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008. ISBN 978-0-8166-5045-3, 71.

[19] RICHARTE RAMÍREZ, Andrés - **Cohabitabilidad en las urbes entre animales humanos y no humanos: el impacto de las aves en la producción artística contemporánea** [Em linha]. [S.l.]: Universidad de Málaga, 2026 Disponível em WWW:<URL:http://hdl.handle.net/10630/46068>.

Un ejemplo especialmente ilustrativo de esta co-determinación de la ciudad en el sentido que adquiere una obra puede observarse en la biodiversidad incorporada al diorama *Paris Streetscape* (2017) de Mark Dion. Este diorama constituye un ejemplo especialmente significativo. Frente a la tradición museológica que presenta ecosistemas aparentemente intactos, prístinos o ajenos a la intervención humana y donde se manifiesta un sentimiento de lo sublime, Dion construye una escena urbana donde los residuos y la infraestructura antropogénica conforman el hábitat de un conjunto de especies ampliamente adaptadas a la ciudad. Palomas (*Columba livia*), estorninos (*Sturnus vulgaris*), urracas (*Pica pica*), cuervos (*Corvus corax*), ratas (*Rattus norvegicus*) o un gato callejero (*Felis silvestris catus*) conviven en un paisaje profundamente transformado por la acción humana y que ironiza las clásicas representaciones de la naturaleza.[20]

Lo relevante de esta obra no reside únicamente en la denuncia de la degradación ambiental urbana, sino en que la propia selección de especies disecadas reproduce con notable fidelidad la composición biológica común en diversos entornos urbanos occidentales. Las elecciones representadas no constituyen una elección arbitraria del artista, sino que coinciden con aquellas que han logrado adaptarse a las condiciones impuestas por la urbanización del medio. En este sentido, el filtro ecológico previamente ejercido por la ciudad participa indirectamente en la configuración de una determinada biodiversidad que posteriormente pasa a formar parte de la obra.

Una segunda dimensión de esta co-determinación afecta a la carga narrativa y simbólica de determinadas especies. Tanto *Dinosaurio* (2024), de Iván Argote, como *Belonging* (2012), de Patrick Murphy, toman como protagonista un ave cuya presencia resulta indisociable de la experiencia cotidiana de la ciudad: la paloma. En el caso de Argote, la monumentalización del animal altera la jerarquía entre escalas habitual entre arquitectura y fauna urbana, despertando así el interés del espectador ante un cuerpo otro que sobrevive en la ciudad bajo la categoría de plaga urbana. Murphy, por su parte, multiplica la presencia de la paloma mediante una instalación formada por ciento ochenta reproducciones a escala real, presentando a esta especie como metáfora de la pertenencia, la exclusión y las posibles violencias habitacionales propias de las ciudades.[21]

Ambas obras evidencian que la carga simbólica atribuida a la paloma no puede separarse completamente de su extraordinaria abundancia en el ecosistema urbano. Su poder a nivel estético depende, en gran medida, de que el espectador mantiene una relación cotidiana con este animal. Por tanto, la ciudad no solo favorece la supervivencia de determinadas especies por encima de otras, sino que convierte a algunas de ellas en referentes culturales con capacidad de activar significados específicos dentro del ámbito artístico.

Sin embargo, la influencia del entorno urbano no se limita a las especies presentes o re-presentadas ni a los imaginarios asociados a ellas. También alcanza dimensiones etológicas, dígase el comportamiento desarrollado por las especies como consecuencia de su adaptación a la ciudad. *Vanishing Point: Where Species Meet* (2011), de Snæbjörnsdóttir y Wilson, constituye un ejemplo paradigmático de esta situación. La performance fue concebida como espacio para el encuentro y centrada en la interacción

[20] BRYSON, Norman; CORRIN, Lisa G.; KWON, Miwon - **Mark Dion** Contemporary artists. . London : Phaidon, 1997. ISBN 978-0-7148-3659-1.

[21] Catherine Jones, «Walker Art Gallery Becomes a Home to 180 Painted Pigeons as Part of the Liverpool Biennial», Liverpool Echo, 2 de mayo de 2013, http://www.liverpoolecho.co.uk/news/liverpool-news/walker-art-gallery-becomes-home-3334407.

entre participantes humanos y gaviotas atraídas mediante pescado crudo, aprovechando un comportamiento de estas aves ampliamente documentado en núcleos urbanos donde se habitúan a obtener alimento en espacios de ocio y restauración.[22]

La pieza no incorpora simplemente cuerpos animales, sino que se vertebra en un comportamiento determinado producido por la adaptación de las gaviotas al propio entorno urbano. La posibilidad misma de la obra, su existencia, depende de que las gaviotas hayan desarrollado estrategias adaptativas específicas derivadas de su convivencia con los seres humanos. La ciudad aparece, así, como un contexto que configura tanto la conducta de los animales como el dispositivo artístico diseñado por los autores. En este caso, la co-determinación ya no afecta únicamente a la selección de especies, sino que afecta a las dinámicas comportamentales que hacen posible la performance o acción artística.

Los ejemplos anteriores permiten identificar distintos niveles o planos desde los que el espacio urbano participa en la producción artística contemporánea. En primer lugar, selecciona las especies con las que resulta posible convivir y trabajar. En segundo lugar, contribuye a consolidar determinados imaginarios culturales asociados a ellas. Finalmente, modifica los propios comportamientos animales que pueden suponer ejes potenciales para incorporar al animal no humano a los procesos y resultados de las prácticas artísticas. Tal y como ilustran estos ejemplos, la ciudad debe dejar de entenderse exclusivamente como el contexto donde tiene lugar una determinada práctica artística para adquirir un papel activo en su configuración. Esta selección de obras, que no es sino una reducida muestra de un catálogo mayor de ejemplos, muestra que la biodiversidad urbana constituye una condición ecológica que participa en la producción de formas estéticas, procesos creativos y relaciones interespecie.



Figura 1 – Paris Streetscape, 2017. Mark Dion. Origem: https://www.fundacionjumex.org/en/fundacion/coleccion/550-paris-streetscape-paisaje-urbano-parisin

[22] SNÆBJÖRNSDÓTTIR, Bryndís; WILSON, Mark - Untying the Knots: Relational Art and Interspecific Encounter. Em BÖHM, ALEXANDRA; ULLRICH, JESSICA (Eds.) - **Animal Encounters**Cultural Animal Studies. [Em linha]. Stuttgart : J.B. Metzler, 2019. ISBN 978-3-476-04938-4v. 4. p. 187–205.

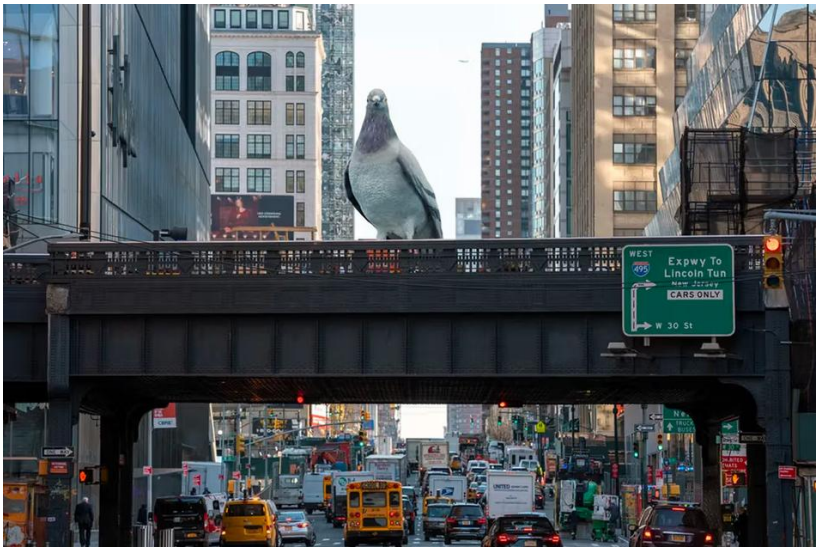


Figura 2 – Dinosaur, 2024. Iván Argote. Origem: https://hypebeast.com/2024/7/ivan-argote-dinosaur-sculpture-high-line-new-york



Figura 3 – Belonging, 2012. Patrick Murphy. Origem: https://patrickmurphystudio.co.uk/portfolio/belonging/

Consideraciones finales

El recorrido realizado a lo largo de este trabajo permite poner de manifiesto que la ciudad no constituye un mero escenario donde pueden acontecer las prácticas artísticas, sino un agente que participa activamente en la configuración de las condiciones materiales, ecológicas y relacionales desde las que estas emergen. El análisis de la literatura sobre biodiversidad urbana ha evidenciado que los procesos de urbanización actúan como filtros de la biodiversidad, favoreciendo la presencia de determinadas especies y limitando la de otras. Esta selección no solo transforma los ecosistemas urbanos, sino que condiciona las oportunidades de encuentro entre animales humanos y no humanos, y con

ello, las formas de atención, sensibilidad y convivencia que pueden desarrollarse en el espacio urbano.

En este sentido, puede afirmarse que las prácticas artísticas se encuentran co-determinadas por el medio en el que se producen. Tradicionalmente, la historia y la teoría del arte han analizado las prácticas artísticas como el resultado de unas determinadas condiciones históricas, sociales, económicas, políticas o institucionales. Sin cuestionar la relevancia de estos factores, el presente trabajo propone ampliar esta comprensión del contexto incorporando una dimensión ecológica. Las características del entorno urbano, la biodiversidad que este posibilita y las relaciones interespecie que en él tienen lugar constituyen igualmente condiciones materiales que participan en la configuración de las prácticas artísticas contemporáneas. Esta perspectiva permite pensar el contexto de producción de las obras como un contexto expandido, en el que las dimensiones ecológicas y relacionales dejan de entenderse como elementos periféricos para integrarse en el conjunto de factores que tradicionalmente hemos estudiado como intervinientes en la producción artística.

Esta amplificación del concepto de contexto permite, además, replantear la relación entre ciudad, ecología y práctica artística desde una perspectiva interespecie. La ciudad deja de ser únicamente un marco físico de producción para convertirse en una condición ecológica que participa, junto a otros factores, en la emergencia de determinadas prácticas y discursos estéticos.

En conjunto, la perspectiva de esta propuesta invita a reconsiderar la práctica artística desde una lectura ampliada de las condiciones que hacen posible su emergencia. Hemos de asumir que las obras se producen en un entramado de relaciones ecológicas, además de históricas, sociales y económicas, reconociendo a través de este ejercicio que las ciudades además de filtrar la biodiversidad pueden filtrar las posibilidades y las condiciones desde las que pueden emerger determinadas narrativas, discursos o relaciones que integren a animales no humanos.

Bibliografía

AYMÍ, Raül *et al.* - Bird-window collisions in a city on the Iberian Mediterranean coast during autumn migration. **Revista catalana d'ornitologia = Catalan journal of ornithology**. ISSN 1697-4697. 33 (2017) 17–28.

BRYSON, Norman; CORRIN, Lisa G.; KWON, Miwon - **Mark Dion.** Contemporary artists. London : Phaidon, 1997. ISBN 978-0-7148-3659-1.

CHINCHILLA, Izaskun - **La ciudad de los cuidados**. Madrid : Los Libros de la Catarata, 2020. ISBN 978-84-1352-087-2.

DANKS, Sharon - **The Power and Potential of Green Schoolyards** [Em linha], atual. 8 mai. 2015. [Consult. 28 mai. 2025]. Disponível em WWW:<URL:https://www.greenschoolyards.org/blog/2016/7/14/the-power-and-potential-of-green-schoolyards>.

FJØRTOFT, Ingunn; SUDO, Tomomi; ITO, Keitaro - Nature in the Cities: Places for Play and Learning. Em ITO, KEITARO (Ed.) - **Urban Biodiversity and Ecological**

Design for Sustainable Cities [Em linha]. Tokyo : Springer Japan, 2021 [Consult. 29 abr. 2025]. Disponível em WWW:<URL:http://link.springer.com/10.1007/978-4-431-56856-8_6>. ISBN 978-4-431-56854-4. p. 125–141.

GARRARD, Georgia E. *et al.* - Biodiversity Sensitive Urban Design. **Conservation Letters**. . ISSN 1755-263X, 1755-263X. 11:2 (2018) e12411. doi: 10.1111/conl.12411.

GRIMM, Nancy B. *et al.* - Global Change and the Ecology of Cities. **Science**. . ISSN 0036-8075, 1095-9203. 319:5864 (2008) 756–760. doi: 10.1126/science.1150195.

HARAWAY, Donna J. - **When species meet**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008. ISBN 978-0-8166-5045-3.

JEAN-NOËL RIEFFEL; HERNÁNDEZ BORDAS, Carmen; ZELICH, Cristina - **Elogio de las aves de paso**. [S.l.]: Bookwire GmbH, 2024

KURAS, Evan R. *et al.* - Urban socioeconomic inequality and biodiversity often converge, but not always: A global meta-analysis. **Landscape and Urban Planning**. . ISSN 01692046. 198:2020) 103799. doi: 10.1016/j.landurbplan.2020.103799.

MAINWARING, Mark C.; SONG, Guobao; ZHANG, Shuping - Urban biodiversity in the Anthropocene. **Scientific Reports**. . ISSN 2045-2322. 14:1 (2024) 27851, s41598-024-77311-y. doi: 10.1038/s41598-024-77311-y.

MCKINNEY, Michael L. - Urbanization as a major cause of biotic homogenization. **Biological Conservation**. . ISSN 00063207. 127:3 (2006) 247–260. doi: 10.1016/j.biocon.2005.09.005.

MOORE, Robin C.; COOPER, Allen; FRUMKIN, Howard - **Nature play & learning places: creating and managing places where children engage with nature**. Raleigh, N.C., Reston, Va. : Natural Learing Initiative; National Wildlife Federation, 2014. ISBN 978-0-9907713-0-2.

RICHARTE RAMÍREZ, Andrés - **Cohabitabilidad en las urbes entre animales humanos y no humanos: el impacto de las aves en la producción artística contemporánea** [Em linha]. [S.l.] : Universidad de Málaga, 2026 Disponível em WWW:<URL:http://hdl.handle.net/10630/46068>.

SNÆBJÖRNSDÓTTIR, Bryndís; WILSON, Mark - Untying the Knots: Relational Art and Interspecific Encounter. Em BÖHM, ALEXANDRA; ULLRICH, JESSICA (Eds.) - **Animal Encounters**Cultural Animal Studies. [Em linha]. Stuttgart : J.B. Metzler, 2019 [Consult. 17 set. 2025]. Disponível em WWW:<URL:http://link.springer.com/10.1007/978-3-476-04939-1_12>. ISBN 978-3-476-04938-4v. 4. p. 187–205.

SOIFER, Lydia G. *et al.* - Piecing together cities to support bird diversity: Development and forest edge density affect bird richness in urban environments. **Landscape and Urban Planning**. . ISSN 01692046. 213:2021) 104122. doi: 10.1016/j.landurbplan.2021.104122.

STROHBACH, Michael W.; HAASE, Dagmar; KABISCH, Nadja - Birds and the City: Urban Biodiversity, Land Use, and Socioeconomics. **Ecology and Society**. . ISSN 1708-3087. 14:2 (2009) art31. doi: 10.5751/ES-03141-140231.

Who benefits from nature in cities? Social inequalities in access to urban green and blue spaces across Europe - [Em linha], atual. 1 fev. 2022. [Consult. 29 jun. 2026]. Disponível em WWW:<URL:https://www.eea.europa.eu/en/analysis/publications/who-benefits-from-nature-in-cities-social-inequalities-in-access-to-urban-green-and-blue-spaces-across-europe>.

Gonçalo Ribeiro Telles (1922-2020): território, família, academia e personalidade na formação de um pensamento paisagístico

Elodie Gomes Marques
Dinamia'cet_Iscte
Elodie_Marques@iscte-iul.pt

Paula André
Dinamia'cet_Iscte
paula.andre@iscte-iul.pt

Resumo: Este artigo reconstitui as raízes do pensamento de Gonçalo Ribeiro Telles (1922-2020), arquiteto paisagista, ecologista e político português cuja obra atravessou sete décadas de intervenção sobre o território português. Parte-se de uma pergunta estruturante: de onde vem a coerência que une, num mesmo percurso, o projeto de jardins, a produção legislativa, o ensino universitário e a intervenção cívica e política? A par da leitura, que tende a explicar esta unidade a partir da obra construída e da formação académica, defende-se que a coerência do pensamento de Ribeiro Telles resulta da conjugação de quatro dimensões experienciais anteriores e mais profundas: a dualidade territorial vivida entre Lisboa e Coruche; uma herança familiar e filosófica transmitida de geração em geração, marcada pela tensão entre uma linhagem monárquica paterna e um tio-avô republicano; o encontro com Francisco Caldeira Cabral e o Curso Livre de Arquitetura Paisagista, que confere método e vocabulário disciplinar a uma sensibilidade pré-existente; e uma personalidade e um método de pensar próprios, que garantem a unidade do conjunto ao longo do tempo. Metodologicamente, o estudo articula o arquivo pessoal com fontes escritas (biografias, monografias, catálogos, estudos académicos) e com um conjunto inédito de depoimentos orais recolhidos junto do filho, do neto e de colaboradores próximos de Ribeiro Telles. Os resultados sugerem que a formação universitária funcionou como tradução e confirmação de uma visão do mundo já em constituição na infância e na adolescência. Este contributo historiográfico permite repensar Ribeiro Telles não apenas como arquiteto paisagista, mas como pensador estruturante da relação entre paisagem, ética e política pública em Portugal, e abre pistas de investigação futura sobre o conceito de paisagem global e sobre o arquivo pessoal ainda por sistematizar.

Palavras-chave: Gonçalo Ribeiro Telles, arquitetura paisagista, biografia intelectual, pensamento paisagístico, ação cívica.

Introdução

Gonçalo Ribeiro Telles (1922-2020) é hoje recordado, sobretudo, através da obra: o Jardim da Fundação Calouste Gulbenkian, a Reserva Agrícola Nacional, a Reserva Ecológica Nacional, o Corredor Verde de Monsanto, a atividade docente no Instituto Superior de Agronomia e na Universidade de Évora, os artigos e livros publicados e as intervenções académicas e públicas que marcaram sete décadas de vida cívica portuguesa[1]. Estas realizações atravessam a prática projetual, a reflexão teórica, a produção legislativa, o ensino universitário e a intervenção política, e são frequentemente evocadas em conjunto, como se constituíssem uma unidade natural, dada por adquirida. Quando Ribeiro Telles morreu, a 11 de novembro de 2020, as comunicações produzidas em sua memória confirmaram este retrato consensual: arquiteto paisagista, ecologista e ambientalista, político e legislador, professor. O Presidente da República sintetizou-o ao qualificá-lo como "pioneiro em Portugal das grandes questões que hoje, mais do que nunca, se mostram decisivas"[2].

É precisamente esta coerência que o presente artigo se propõe questionar. A pergunta que estrutura o argumento é dupla: de onde vem a unidade que atravessa sete décadas de ação pública dispersa por domínios tão distintos como o desenho de jardins, a legislação ambiental, o ensino universitário e a intervenção cívica? E o que explica que o percurso de um homem formado em Agronomia, com o Curso Livre de Arquitetura Paisagista, se tenha revelado tão sistematicamente orientado para questões que a sua própria época ainda não sabia nomear[3]?

O objetivo deste artigo é deslocar o centro de gravidade da leitura sobre Ribeiro Telles a partir da obra, dos projetos, das leis, dos conceitos teóricos; propõe-se uma leitura que parte das raízes anteriores à formação académica. Defende-se, como hipótese central, que a coerência do seu pensamento resulta da conjugação de quatro núcleos experienciais que se sobrepõem e se reforçam mutuamente: um núcleo territorial, a dualidade vivida entre Lisboa e Coruche; um núcleo familiar e filosófico, transmitido oralmente através de uma herança em tensão entre a linhagem monárquica paterna e um tio-avô republicano; um núcleo académico, o encontro com Francisco Caldeira Cabral e o Curso Livre de Arquitetura Paisagista (CLAP); e um núcleo de personalidade e método de pensar, que

---

[1]O estudo de VASCONCELOS, Domingas; FARINHA-MARQUES, Paulo; REGO, Francisco - Gonçalo Ribeiro Telles: Landscape architect, ecologist and politician in Portugal. In MATOS SILVA, Maria; CASTEL-BRANCO, Cristina; NUNES, João; RIBEIRO, Luís; ANDRESEN, Teresa – **Portuguese Landscape Architecture Education, Heritage and Research: 80 Years of History**. New York: Routledge, 2025. P. 30-61, analisa um conjunto alargado de textos publicados por ocasião da morte de Gonçalo Ribeiro Telles, em novembro de 2020, noticiários, artigos de opinião, depoimentos institucionais, votos de pesar e o decreto de luto nacional. Os autores identificam quatro domínios recorrentes na caracterização pública da figura: Paisagem, Ecologia-Ambiente, Política e Ensino-Educação, sendo a paisagem o mais frequentemente associado ao seu nome, seguido de perto pela ecologia e ambiente e pela intervenção política. O estudo sublinha que estes domínios raramente aparecem isolados: na maioria dos casos surgem combinados, o que os autores interpretam como reflexo de uma visão integrada do território, em que o conhecimento científico, o projeto de paisagem, a ação política e a pedagogia cívica se articulam num mesmo quadro conceptual. Esta conclusão constitui um dos pontos de partida empíricos do presente capítulo.

[2]REBELO DE SOUSA, Marcelo, **nota de pesar pelo falecimento de Gonçalo Ribeiro Telles**, novembro de 2020, Presidência da República Portuguesa.

[3]Ribeiro Telles ocupava-se, de forma consistente e ao longo de décadas, de problemas ecológicos, territoriais e ambientais que só mais tarde viriam a ganhar nome, visibilidade e urgência social no discurso público corrente.

garante a persistência desta unidade ao longo de setenta anos de transformações do território e contextos políticos distintos.

O quadro conceptual do artigo dialoga com três corpos de literatura: os estudos de história e teoria da arquitetura paisagista portuguesa, que documentam o legado germânico de Caldeira Cabral[4] e situam Ribeiro Telles como figura central da primeira geração de arquitetos paisagistas portugueses[5]; a literatura que articula estética, ética e paisagem, das leituras fenomenológicas de Mendonça[6] e Andresen[7] aos estudos recentes sobre a estética tomista do belo[8] e sobre a filosofia do jardim[9], indispensáveis à compreensão da dimensão espiritual do seu pensamento; e a literatura dedicada à sua obra, organizada em torno da noção de sistema-paisagem, da infraestrutura ecológica, do contributo legislativo e do conceito de paisagem global que introduz a partir da década de 1990[10]. Esta literatura documenta extensamente o que Ribeiro Telles fez, mas não explica como se formou o pensamento que tornou possível fazê-lo, lacuna que este artigo procura colmatar.

Metodologicamente, o artigo articula uma base documental ampla: monografias, biografias, estudos académicos, documentários, entrevistas concedidas pelo próprio Ribeiro Telles e o seu arquivo pessoal, com um conjunto inédito de depoimentos orais recolhidos no âmbito da investigação de doutoramento em curso[11], junto do filho, Miguel Ribeiro Telles, do neto, Gonçalo Ribeiro Telles, e de colaboradores próximos, designadamente Fernando Santos Pessoa, autor de referência dos trabalhos biográficos sobre Ribeiro Telles, e Aurora Carapinha, sua discípula assumida[12]. Estes testemunhos permitem reconstituir a dimensão familiar, privada e vivida do pensamento de Ribeiro Telles, e constituem o contributo empírico mais original deste artigo.

O texto que se segue desenvolve-se em quatro momentos articulados, e não segregados: o território, primeiro, porque foi a primeira experiência; a família e a filosofia, em seguida, porque forneceram o quadro interpretativo dessa experiência; a academia, depois, porque lhe deu método; e a personalidade, por fim, como elemento integrador que atravessa e mantém os três núcleos anteriores.

---

[4]CABRAL, Francisco Caldeira – **Arquitectura Paisagista. Lições Proferidas no Instituto Superior de Agronomia**. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1943. Separata do volume «Conferencias realizadas no ano lectivo de 1942-1943»; ANTUNES, Ana – **A influência alemã na génese da Arquitetura Paisagista em Portugal**. Porto: Universidade do Porto, 2019. Tese de doutoramento.

[5]ANDRESEN, Teresa (Comissar.) – **Do estádio nacional ao jardim da Gulbenkian. Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitectos paisagistas (1940-1970)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

[6]MENDONÇA, Nuno – **Para uma poética da paisagem**. Évora: Universidade de Évora, 1989. Dissertação de doutoramento em Artes e Técnicas da Paisagem.

[7]ANDRESEN, Teresa – **Para a crítica da paisagem**. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1992. Tese de doutoramento.

[8]PINTO, Manuel António Alves – **O belo em Tomás de Aquino e a sua presença na arquitectura paisagista portuguesa**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2024. Dissertação de mestrado em Filosofia.

[9]REKER, Marina – **A Filosofia do Jardim em Rosario Assunto**. Lisboa: Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras, 2022. Tese de doutoramento em Filosofia.

[10]RIBEIRO, Ricardo Jorge **– Cidade do futuro – visão do sistema – paisagem: caso de estudo da cidade de Lisboa**. Lisboa: ISA, 2010. Dissertação de mestrado em Arquitetura Paisagista.; SANTOS, Ana - Desenhar a paisagem global. Évora: Universidade de Évora, 2018. Relatório de estágio.

[11] Elodie Gomes Marques é investigadora do Dinâmia'cet_Iscte, integrada no Doutoramento em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos, do Iscte, e financiada pela FCT com o código 2023.01881.BD.

[12]Fontes orais: TELLES, Miguel Ribeiro (filho), 2026; TELLES, Gonçalo Ribeiro (neto), 2026; PESSOA, Fernando Santos, 2026; CARAPINHA, Aurora, 2025.

Esta trajetória de leitura tem, ainda, um propósito que ultrapassa o caso singular de Ribeiro Telles: mostrar de que modo um trabalho de investigação arquivística e histórica sobre um autor da paisagem pode alimentar, hoje, a reflexão e a prática dos arquitetos paisagistas contemporâneos, e interrogar, em particular, o lugar que o próprio Ribeiro Telles atribuía à história do território na sua prática projetual e na sua teoria. As considerações finais retomam os resultados desta leitura e discutem as suas implicações para a historiografia da arquitetura paisagista portuguesa, bem como as pistas de investigação futura que dela decorrem.

Desenvolvimento

Da experiência territorial à proto-teoria da paisagem

Ribeiro Telles cresceu entre dois mundos. Lisboa: a cidade, a Avenida da Liberdade, os polícias sinaleiros, o ritmo urbano. Coruche: o campo, a família alargada, o rio, os ciclos agrícolas, a memória de gerações ligadas à terra. O próprio Ribeiro Telles descreveu esta dualidade evocando o bairro de Lisboa "onde ainda se respira e vive" e a vila ribatejana "com cheiro a velho burgo e a ruralidade"[13]. Não se trata de uma nostalgia rural: trata-se de uma visão sistémica em que os dois polos são funcionalmente interdependentes, uma cidade que precisa do campo para ser cidade.



Figura 1 – Prédio da família de Ribeiro Telles no cruzamento da Avenida da Liberdade com a rua das Pretas, 1958. Autor: Fernandes, Salvador de Almeida. Avista-se Automóvel / Polícia sinaleiro / Moradia / Stand de automóveis / Liberdade (avenida, Santo António, Lisboa, Portugal). Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SAL/000097.

Esta dualidade não era um simples dado biográfico: funcionava como proto-teoria, estrutura cognitiva pré-discursiva que a academia viria, décadas mais tarde, a confirmar e a formalizar. O território antecede o pensamento, e não o contrário. No documentário *A Vossa Terra*, Ribeiro Telles recorda a perspetiva que um tio-avô lhe abriu do quinto andar da casa da Rua das Pretas, "onde se via tudo à volta e o céu", e evoca o "relógio" biológico dos pardais que, ao anoitecer, vinham dormir aos ulmeiros da Avenida vindos das searas circundantes: testemunho que documenta a perceção precoce de um sistema, os pássaros como indicadores de um ciclo agrícola sentido à distância no coração da capital, origem remota da atenção ao detalhe vivo que se tornaria central na sua prática projetual.

> "Tinha um tio-avô que vivia no 5.º andar da Rua das Pretas. 5.º andar onde se via tudo à volta e o céu. Que era uma perspetiva completamente diferente dos outros

[13]TELLES, Gonçalo Ribeiro – "Duas Casas". In CAETANO, Joaquim de Oliveira (Coord.) – **A utopia e os pés na terra: Gonçalo Ribeiro Telles**. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2003. p.343.

> andares mais baixos. E isso marcou-me. Marcou-me o ritmo de vida, por exemplo o ritmo que se dava era: quando havia searas à volta de Lisboa aumentava a pardalada que vinha dormir a Lisboa aos ulmeiros da Avenida. Com um horário absolutamente rígido. Quando havia grão eles saíam às horas necessárias para ir apanhar o grão. Se não havia grão iam para outra coisa. Era um relógio que me marcou desde o princípio: a chegada e a partida dos pardais e dos pássaros de bico mole para a Avenida da Liberdade, e dos melros — que têm direito —, e a coruja-das-torres que fazia ninho nos prédios que não tinham andares alugados no seu telhado."[14]

Se Lisboa lhe dava a perceção do sistema à distância, Coruche oferecia a experiência direta do território como totalidade vivida. Mais do que um lugar de férias, a casa de Coruche, com os seus três pátios em escada e a sua grande biblioteca, era o centro da sua vida intelectual, ponto de encontro do círculo informal que a esposa de Ribeiro Telles designava como "grupo dos sábios"[15]. Coruche era também um espaço pedagógico: o neto e o filho recordam os Rally Papers que ali organizava para as crianças da família, percursos que obrigavam a descobrir a história dos lugares[16], a cultura transmitida pelo território e pela descoberta direta, princípio que décadas mais tarde orientaria a sua pedagogia na Universidade de Évora.



Figura 2 – Casa de Gonçalo Ribeiro Telles em Coruche. Fotografia da autora, 23 de maio de 2026.

Não é indiferente, nesta leitura, que o trabalho final do Curso Livre de Arquitetura Paisagista, apresentado em 1950, tenha sido dedicado precisamente a Coruche: *Um caso concreto de ordenamento paisagístico. Estudo de três herdades no concelho de Coruche*[17]. O território que havia formado Ribeiro Telles como pessoa tornou-se o objeto do seu primeiro projeto formal, gesto que confirma a tese central deste artigo: a experiência precede e fundamenta a teorização.

Importa sublinhar que esta relação não permaneceu implícita: Ribeiro Telles converteu-a em princípio teórico explícito. Sobre as suas duas casas, escreveu que ambas "têm

[14]GRILO, João Mário – **A Vossa Terra** [Registo vídeo]. Lisboa: Ana Costa e Paulo Trancoso, 2016. Vídeo (60 min.). 23:31-24:55.
[15]TELLES, Miguel Ribeiro, entrevista concedida à autora. Lisboa, 2026.
[16]TELLES, Miguel Ribeiro, op. cit.
[17]TELLES, Gonçalo Ribeiro – **Um caso concreto de ordenamento paisagístico: estudo de três herdades no concelho de Coruche**. Lisboa: ISA, 1950. Relatório final de curso.

memória, história e integram-se em lugares, sem os quais não as poderia entender"[18]. A formulação é precisa: não memória como ornamento sentimental, mas como condição de inteligibilidade do lugar; o lugar só se compreende através da sua história, e a história só se compreende através do lugar. É este princípio que fundamenta teoricamente a sua aversão ao urbanismo de *tabula rasa*, discutida adiante a propósito da herança monárquica e *burkeana*.

Herança familiar e matriz filosófica

Se a experiência territorial deu a matéria da visão do mundo de Ribeiro Telles, a herança familiar deu-lhe o quadro interpretativo, transmitido oralmente, por vivências e pelo exemplo. Nasceu a 25 de maio de 1922, em Lisboa, filho de Joaquim Ribeiro Telles Júnior, médico veterinário e oficial do Exército, e de Gertrudes Guilhermina Gonçalves Pereira Ribeiro Telles[19], com ascendência paterna em Coruche, origem que funcionou como ponto de fixação de parte significativa da sua identidade.

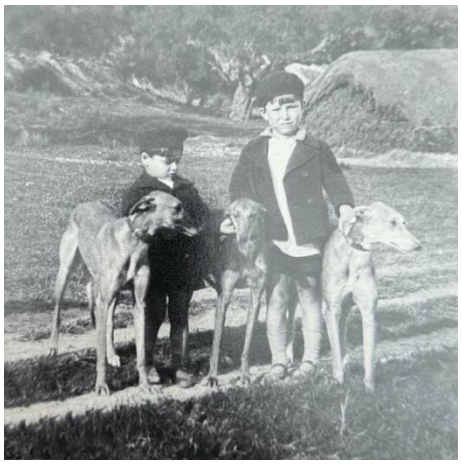


Figura 3 – Gonçalo e Paulo, Catarroeira [Coruche], 1928. Registo escrito no verso da fotografia. PT PC,IP/SIPA GRT-A1FCT201.

A figura mais determinante desta formação foi o tio-avô Joaquim Cardoso Gonçalves (1864-1946), que residia no último andar da casa da Rua das Pretas e se dedicava ao estudo das iluminuras medievais, em particular ao Apocalipse do Lorvão[20]. A leitura que fazia deste manuscrito é evocada por Ribeiro Telles ao longo de toda a vida como cena fundadora do seu método interpretativo: comparando os cavaleiros do Apocalipse com a gravura de Dürer, identificava no cavaleiro habitualmente lido como a Justiça, portador de uma balança, a Injustiça: "era com uma balança que se pagava o salário dos trabalhadores; as moedas não se contavam, pesavam-se. A balança desequilibrada é a injustiça social, é o dinheiro mal pago ou roubado ao trabalhador"[21]. O que o jovem Gonçalo aprendia não era história da arte académica, mas uma forma de ler o mundo através das imagens: um exercício em que a forma neutra de um símbolo é desmontada para revelar a estrutura de poder e de injustiça que oculta. A paisagem, nesta genealogia, nunca foi para Ribeiro Telles um objeto meramente estético: era, desde a infância, um campo de leitura política.

[18]TELLES, Gonçalo Ribeiro - "Duas Casas", op. cit.
[19]CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA – **Processo individual de Gonçalo Ribeiro Telles**. Lisboa: CML, s.d.
[20]TELLES, Miguel Ribeiro, op. cit.
[21]TELLES, Gonçalo Ribeiro – **Entrevista a Anabela Mota Ribeiro**. Disponível em: https://anabelamotaribeiro.pt/24603.html.



Figura 4 – Ex-líbris de Joaquim Cardoso Gonçalves. PT PC, IP/SIPA GRT-02-183.

Há aqui um paradoxo produtivo: Joaquim Cardoso Gonçalves era republicano convicto, ao passo que a família paterna de Ribeiro Telles era monárquica, "toda D. Carlos"[22]. Esta tensão não se resolveu numa síntese ideológica tranquilizadora; gerou um pensamento politicamente inclassificável, que o filho caracteriza com clareza: "o meu pai tinha os seus objetivos. Se tivesse o apoio do SEM, tinha o apoio do SEM. Se tivesse o apoio do CDS, tinha o apoio do CDS. O objetivo não tinha a ver com política, tinha a ver com: eu quero isso para o território"[23] princípio que estruturaria toda a ação pública de Ribeiro Telles: a subordinação do cálculo partidário a um objetivo territorial que o precede.

A herança monárquica paterna não deve ser lida como nostalgia institucional. A referência mais próxima, identificada pela própria família, é Edmund Burke: um conservadorismo entendido não como resistência à mudança, mas como insistência em que a mudança se processe sem romper os fios que ligam presente, passado e futuro[24]. É este princípio que explica dois traços aparentemente distintos do seu pensamento: a aversão sistemática ao urbanismo de *tabula rasa*, e a insistência na continuidade ecológica da paisagem como princípio de ordenamento. É também a esta matriz que se reconduz o conceito de serviço, que opunha ao de cidadania: "Não me chamem cidadão. Eu sou um homem de serviço"[25] distinção que abre o indivíduo a uma responsabilidade que transcende o contrato social, perante o território e as gerações futuras.

A filosofia chegou-lhe sobretudo pela via oral: as conversas com o tio-avô, com o "grupo dos sábios" em Coruche e com os amigos do Martinho do Rossio e da Brasileira do Chiado. Miguel Ribeiro Telles recorda que o pai "dizia a todos os netos que se não estudassem filosofia, não tinham estudado nada"[26]: Sócrates, Platão e, sobretudo, Santo Agostinho, não como matéria, mas como modo de estar no mundo.

É Aurora Carapinha quem propõe a leitura mais sistemática desta dimensão filosófica e espiritual, partindo da tese de que Ribeiro Telles era, antes de arquiteto paisagista, "um político no verdadeiro sentido do termo", no sentido etimológico da *polis*, do serviço, da ética[27]: a arquitetura paisagista não foi vocação técnica que encontrou aplicação política,

[22]TELLES, Miguel Ribeiro, op. cit.
[23]TELLES, Miguel Ribeiro, op. cit.
[24]TELLES, Gonçalo Ribeiro (neto), entrevista concedida à autora. Lisboa, 2026.
[25]TELLES, Gonçalo Ribeiro, op. cit.
[26]TELLES, Miguel Ribeiro, op. cit.
[27]CARAPINHA, Aurora, conferência organizada pelas autoras deste artigo: Elodie Gomes Marques e Paula André. A pretexto dos 50 anos do Curso de Planeamento Biofísico e Paisagístico iniciado a 11 de novembro de 1975 na Universidade de Évora, e no âmbito dos Laboratórios Temáticos Transnacionais do Doutoramento em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos, do Iscte, a Arquiteta Paisagista Aurora Carapinha apresentou a conferência *A Beleza que o Homem tem o dever de Criar*, no dia 11 novembro de 2025.

mas o instrumento que a política, como serviço ao bem comum, reclamava para se tornar ação concreta sobre o território. O texto fundador é "O Homem perante a Paisagem", publicado em Cidade Nova (1956), onde cita São Tomás de Aquino e propõe uma abordagem que ultrapassa deliberadamente a arquitetura para entrar nos universos da filosofia, da política e da poesia[28].

Carapinha identifica um encadeamento filosófico que une três referências: São Tomás de Aquino, Inácio de Loyola e Francisco de Assis[29]. De Tomás de Aquino retém-se a definição da beleza, integridade, proporção, esplendor, e a fórmula "o *ethos* está antes do *ecos*"[30]: a relação entre todos os seres precede o lugar onde habitamos. De Loyola, a inseparabilidade entre ação, serviço e contemplação. De Francisco de Assis, a relação com a criação não como domínio, mas como pertença: "há um sistema de seres naturais [...] interligados por relações. Não há, de facto, uma separação entre as coisas"[31]. Este encadeamento encontra expressão contemporânea nas encíclicas *Laudato Si* e *Fratelli Tutti*, lidas por Carapinha como "duas aulas de arquitetura paisagista"[32].

A tradução académica: Caldeira Cabral e o Curso Livre de Arquitetura Paisagista

Se o território e a família constituem as duas primeiras raízes, o terceiro núcleo, o encontro com a academia, não deve ser lido como origem, mas como momento de tradução: o momento em que uma sensibilidade já em formação encontra uma linguagem disciplinar. A entrada de Ribeiro Telles no Instituto Superior de Agronomia, no início dos anos quarenta, resultou de uma decisão relatada com humor: hesitando entre Arquitetura e Agronomia, e desencorajado pela exigência de desenhar a cabeça de um romano, optou pela Agronomia; e, no dia em que ali entrou, chegava da Alemanha Francisco Caldeira Cabral para fundar o Curso Livre de Arquitetura Paisagista (CLAP). "Juntei as duas coisas", resumiria mais tarde[33].

> "Eu tinha duas possibilidades: ou ia para Arquitetura ou para Agronomia. Eu desenhava bem, e ainda desenho — dizem. Mas para entrar em Arquitetura, tinha de desenhar a cabeça de um romano, o Vitélio. O Vitélio era muito gordo..., não tinha graça nenhuma. 'Então vou para Agronomia.' Aí dá-se um golpe de sorte: no dia em que entrei para Agronomia, vinha da Alemanha montar o curso de Arquitetura Paisagística o [Francisco] Caldeira Cabral. Juntei as duas coisas."[34]

O CLAP combinava disciplinas científicas de agronomia (Botânica, Topografia, Silvicultura) com matérias projetuais (Arquitetura Paisagista, Desenho, Construção de Jardins, História da Arte)[35], estrutura híbrida reveladora do projeto de Caldeira Cabral, cuja Arquitectura Paisagista introduzia em Portugal uma abordagem moderna e ética ao

[28]TELLES, Gonçalo Ribeiro – O Homem perante a Paisagem. **Cidade Nova**. Vol. 4, nº4 (maio 1956), p.240-246.
[29]CARAPINHA, Aurora, op. cit.
[30]CARAPINHA, Aurora, op. cit.
[31]CARAPINHA, Aurora, op. cit.
[32]CARAPINHA, Aurora, op. cit.
[33]TELLES, Gonçalo Ribeiro – entrevista a Anabela Mota Ribeiro, op. cit.
[34]TELLES, Gonçalo Ribeiro – entrevista a Anabela Mota Ribeiro, op. cit.
[35]Estrutura curricular do Curso Livre de Arquitetura Paisagista (CLAP) In TELLES, Gonçalo Ribeiro, BRANCO, Cristina Castel, FONTES, Edgar, MAGALHÃES, Manuela, SARAIVA, Maria da Graça – Cinquenta anos de ensino de arquitetura paisagista no Instituto Superior de Agronomia 1942-1992. **Agro**s. Nº1-especial (janeiro-junho 1992), p.42-44.

projeto de paisagem, ancorada no *continuum natural* e na matriz germânica[36]. Para Ribeiro Telles, esta articulação entre ciência do território e sensibilidade projetual não foi uma novidade intelectual, mas o reconhecimento formal de algo que a experiência anterior já sedimentava: o curso não o formou nesta disposição de espírito, mas deu-lhe método.



Figura 5 – Congresso da IFLA (Internacional Federation of Landscape Architecture) realizado em Zurique (1956) com Francisco Caldeira Cabral, Viana Barreto e Gonçalo Ribeiro Telles. PT PC,IP/SIPA GRTA1FCT197.

O trabalho final de curso confirma esta leitura: a escolha de Coruche resulta diretamente da relação afetiva com aquele território; a metodologia, análise biofísica, diagnóstico ecológico e económico, intervenção integrada, era nova enquanto procedimento, não enquanto sensibilidade. Esta leitura apoia-se na própria definição da profissão proposta por Caldeira Cabral em 1943, disciplina "bem marcada com as preocupações do bem-comum, [que] defende a primazia dos valores espirituais sobre os económicos"[37]. Carapinha sintetiza esta ressonância: Ribeiro Telles era "mais do que um arquiteto paisagista, antes de tudo um político", que "vai encontrar na arquitetura paisagista um meio de pôr em prática os seus conceitos do que é o bem comum"[38].

A criação da IFLA (Internacional Federation of Landscape Architecture), fundada em 1948, permitiu desde a década de 1950 a participação e a projeção internacional dos arquitetos paisagistas portugueses. Neste âmbito destaca-se a integração de Caldeira Cabral, em 1951, e de Portugal, através do CEAP (Centro de Estudos de Arquitetura Paisagista), em 1957. Caldeira Cabral participou nos congressos de Estocolmo (1952) com Azevedo Coutinho, Edgar Fontes e Fernando Vaz Pinto; Zurique (1956) com Viana Barreto e Gonçalo Ribeiro Telles, no qual organizou a participação portuguesa na exposição itinerante, que em 1957 trouxe a Lisboa.[39] Organizada pelo CEAP, com o patrocínio do Ministério das Obras Públicas, da CML e do SNI (Secretariado Nacional da Informação), a Exposição Internacional de Arquitetura Paisagista "A Paisagem e a vida moderna", inaugurou-se no dia 23 de março de 1957, no Palácio Foz do SNI.[40]

[36]CABRAL, Francisco Caldeira, 1943, op. cit.
[37]CABRAL, Francisco Caldeira, 1943, op. cit.
[38]CARAPINHA, Aurora, op. cit.
[39]ANDRESEN, Teresa – **Francisco Caldeira Cabral**. Reino Unido: LDT Monographs Editorial Board, 2001.
[40]MARQUES, Elodie Gomes; ANDRÉ, Paula – As Exposições Nacionais de Floricultura (1940-1962) e as Exposições de Arquitetura Paisagista (1953-1966): das ações da Câmara Municipal de Lisboa à formação da primeira geração de arquitetos paisagistas. In **LABORATORIO COLABORATIVO: Dinâmicas Urbanas, Património, Artes. X Seminário de Investigação, Ensino e Difusão**. Évora, 2024.

O testemunho de Fernando Santos Pessoa, colaborador no atelier de Ribeiro Telles desde 1962 e chefe de gabinete quando Ribeiro Telles foi Secretário de Estado do Ambiente, revela um atelier onde o desenho era feito à mão, a liberdade criativa era total, e o mestre ensinava pela prática mais do que pela exposição teórica[41]. Discípulo direto de Caldeira Cabral, viria a coassinar com ele *A Árvore*[42]. As viagens conjuntas a França e Itália, primeiro com Caldeira Cabral, depois com o tio Joaquim Maria, constituem pedagogia itinerante coerente com os congressos da IFLA e os *Rally Papers* de Coruche: a aprendizagem pela observação direta, não pela mediação exclusiva de textos[43].

Em 1975 esta trajetória prolonga-se na fundação, com Alexandre e Margarida Cancela d'Abreu e o escultor Nuno de Mendonça, do curso de Planeamento Biofísico da Universidade de Évora, transformado em 1981 na licenciatura em Arquitetura Paisagista; Ribeiro Telles foi Professor Catedrático entre 1976 e 1992, depois professor Emérito, recebendo em 1994 o grau de Doutor *Honoris Causa*[44]. Esta segunda fundação é simbolo da reafirmação do mesmo princípio identificado desde a infância: a aprendizagem pelo território e pela descoberta direta. A academia funcionou sistematicamente como instância de confirmação e equipamento metodológico de uma sensibilidade anterior.

A personalidade como princípio integrador

O quarto núcleo, a personalidade privada de Ribeiro Telles, é a chave de leitura que permite compreender de que modo as três raízes anteriores se traduziram, ao longo de setenta anos, numa ação pública coerente. Os depoimentos familiares descrevem um intelectual pouco comum: não o leitor sistemático, mas o pensador que utiliza os livros como instrumentos de verificação de ideias já em formação. “Ele folheava muitos livros”, explica o neto[45], e “a conversa era um hobby”[46]. O filho recorda os cafés lisboetas, o Martinho do Rossio e a Brasileira do Chiado, onde o mesmo pensamento dialógico se desenrolava à escala urbana: um pensamento agregador, no sentido propriamente ecológico do termo.

A este método associa-se uma sensibilidade estética cultivada desde a infância: “muito interesse por pintura, desenho e escultura” e uma relação ativa com a música clássica, com visitas obrigatórias ao Coliseu dos Recreios e à Fundação Gulbenkian[47], forma deliberada de educação corporal e presencial. A esta dimensão associa-se uma atenção continuada ao mundo animal: a gaiola de pássaros do pátio da casa de Lisboa, de que cuidava pessoalmente[48], prolonga a mesma atenção ao ritmo vivo do território já identificada na memória de infância da Rua das Pretas.

[41]PESSOA, Fernando Santos, entrevista concedida à autora. Lisboa, 2026.
[42]CABRAL, Francisco Caldeira; TELLES, Gonçalo Ribeiro – **A árvore**. Lisboa: Ministério das obras públicas, direção geral dos serviços de urbanização e centro de estudos de urbanismo, 1960.
[43]TELLES, Miguel Ribeiro, op. cit.
[44]Registo institucional da Universidade de Évora.
[45]TELLES, Gonçalo Ribeiro (neto), op. cit.
[46]TELLES, Gonçalo Ribeiro (neto), op. cit.
[47]TELLES, Miguel Ribeiro, op. cit.
[48]TELLES, Miguel Ribeiro, op. cit.



Figura 6 – Gaiola de pássaros de Ribeiro Telles. PT PC, IP/SIPA GRT-02-176.

Esta coerência entre esfera privada e pública é sublinhada pelo neto: "ele era, na esfera privada, muito do que era na esfera pública [...]. Eu acho que o privado entrou na persona pública do meu avô"[49]. Curiosamente, a mesma identidade monárquica central na esfera pública era, na privada, transmitida de forma desprendida, não imposta[50], confirmação de que a monarquia, para Ribeiro Telles, não era identidade política a professar, mas princípio filosófico de continuidade, vivido com naturalidade por estar integrado, desde a infância, na sua forma pessoal de habitar o mundo.

Esta dimensão pessoal explica também a estratégia cívica e política, instrumental e orientada para objetivos territoriais: a candidatura à Assembleia Nacional em 1950 e 1957 pelos Monárquicos Independentes, a fundação, em 1957, do Movimento dos Monárquicos Independentes, o apoio à candidatura presidencial do General Humberto Delgado em 1958, e a subscrição da Carta a Salazar sobre os serviços de repressão em 1959[51], documentam um percurso progressivamente alargado a outras sensibilidades, incluindo, a partir de 1965, o movimento clandestino Resistência Cristã e o Manifesto dos 101 Católicos contra a Política Colonial da Ditadura, do qual foi corredator[52].

A sua intervenção por ocasião das cheias de Lisboa, em 1967, merece destaque particular. Na série *Há Só uma Terra*, no episódio *As Cheias de 1967*, disponível nos RTP Arquivos, Gonçalo Ribeiro Telles analisa as causas da tragédia que ocorreu na noite de 26 de novembro, defendendo que as consequências devastadoras das cheias não resultaram apenas de um fenómeno natural, mas também de décadas de desordenamento do território e de opções inadequadas de planeamento eocupação do solo. Como recorda Helena Roseta, que o entrevistou nessa época, Ribeiro Telles denunciou a situação "não como um problema de uma catástrofe natural, mas como um problema da responsabilidade da administração pública por ter deixado o território totalmente desordenado"[53]. Esta leitura

[49]TELLES, Gonçalo Ribeiro (neto), op. cit.
[50]TELLES, Gonçalo Ribeiro (neto), op. cit.
[51]Registo biográfico da atividade política de Gonçalo Ribeiro Telles entre 1950 e 1969. In PESSOA, Fernando Santos – Gonçalo Ribeiro Telles: a fotobiografia. Lisboa: Argumentum, 2011.; PESSOA, Fernando Santos – Gonçalo Ribeiro Telles: o homem e a obra. Lisboa: Argumentum. 2021.
[52]Manifesto dos 101 Católicos contra a Política Colonial da Ditadura, 1965. Ibidem.
[53] ROSETA, Helena – Depoimento sobre as cheias de 1967. In RTP – **Gonçalo Ribeiro Telles. Vidas que se contam** [Registo vídeo]. Lisboa: RTP Arquivos. https://arquivos.rtp.pt/conteudos/goncalo-ribeiro-telles-2/. Vídeo (46 min.). 15:44-16:05. A entrevista foi publicada no Caderno de Reflexão n.º 1, publicado pelas direções da JUC e JUCF (Pedro Roseta e Manuela Eanes) no princípio de 1968. O caderno era uma separata

dos desastres naturais como sintomas de uma falha sistémica antecipa, com mais de uma década de avanço, os fundamentos da Reserva Agrícola Nacional e da Reserva Ecológica Nacional, impulsionadas a partir de 1976, no quadro do Decreto-Lei n.º 613/76[54]. Uma vez mais, a experiência precede e fundamenta a elaboração legislativa.



Figura 7 – *Frame* da série *Há Só uma Terra*, no programa *As Cheias de 1967*, que contou com a colaboração do arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles na análise às causas do que aconteceu nessa noite de 26 de novembro. RTP Arquivos. Vídeo (28min.).

Síntese: a conjugação constitutiva

Os quatro núcleos reconstituídos: território, família e filosofia, academia, personalidade, devem ser lidos como uma conjugação constitutiva: é o território que torna legível a filosofia; é a filosofia que confere sentido ético ao território; é a academia que transforma esta visão em método operativo; e é a personalidade que mantém a unidade do conjunto ao longo do tempo e das circunstâncias.

Esta leitura é corroborada pela persistência contemporânea do legado de Ribeiro Telles. A literatura sobre sistema-paisagem[55] confirma a influência direta das formulações que lançou nas décadas de 1960 e 1970 sobre drenagem natural, arborização das bacias hidrográficas e proteção dos solos; os estudos sobre infraestrutura ecológica e corredores verdes[56] prolongam esta visão da cidade como sistema ecológico, de que é exemplo paradigmático o Plano Diretor Municipal de Lisboa de 2013, que integrou diretamente os princípios da Estrutura Ecológica delineada por Ribeiro Telles[57]; e o conceito de paisagem global, introduzido por Ribeiro Telles a partir da década de 1990 como síntese dos sistemas naturais, das dinâmicas territoriais e das práticas humanas[58], permanece o eixo menos consolidado da literatura, constituindo uma das principais lacunas que a investigação futura poderá colmatar.

---

do jornal Encontro, publicada desse modo para escapar à censura prévia obrigatória para publicações periódicas.

[54]Decreto-Lei n.º 613/76, de 27 de julho. Diário da República, I Série.

[55]RIBEIRO, Ricardo Jorge – **Cidade do futuro – visão do sistema – paisagem: caso de estudo da cidade de Lisboa**. Lisboa: ISA, 2010; MATOS, Rute – **A reinvenção da multifuncionalidade da paisagem em espaço urbano – reflexões**. Évora: Universidade de Évora, 2010. Tese de doutoramento; MAGALHÃES, Manuela (Coord.) – **Estrutura ecológica da paisagem: conceitos e delimitação: escalas regional e municipal**. Lisboa: ISA Press, 2007.

[56]CACHADA, Maria – **Corredores Verdes como Estratégia de Integração e Salvaguarda do Património Histórico e Cultural**. Lisboa: ISA, 2019. Dissertação de mestrado; DIOGO, Vasco – **Infraestrutura como paisagem: proposta de consolidação do Corredor Verde de Monsanto**. Lisboa: Iscte, 2021. Dissertação de mestrado; LIMA, Joana – **Os Corredores Verdes de Lisboa: Contribuição para os Serviços de Ecossistema na Cidade**. Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 2023.

[57]LISBOA. Câmara Municipal – **Plano Diretor Municipal de Lisboa**. Lisboa: CML, 2013.

[58]TELLES, Gonçalo Ribeiro – A Paisagem Global da Região de Lisboa. **Agros**. Lisboa: ISA. Nº2 (julho-dezembro 1992), p.5-9; SANTOS, Ana – **Desenhar a paisagem global**. Évora: Universidade de Évora, 2018.

A reconstituição empírica aqui proposta apoia-se, por fim, num arquivo pessoal ainda parcialmente inventariado: o material proveniente da casa de Lisboa, setenta e duas pastas de documentação, foi parcialmente tratado[59], ao passo que a biblioteca de Coruche permanece sem levantamento exaustivo, constituindo um objeto de investigação em aberto.

Considerações finais

Este artigo procurou responder a uma pergunta sobre Gonçalo Ribeiro Telles: de onde vem a coerência que atravessa sete décadas de um percurso disperso pelo projeto de paisagem, pela legislação ambiental, pelo ensino e pela intervenção cívica? A resposta proposta desloca o centro de gravidade da leitura para as raízes que precedem e fundamentam a obra: a experiência territorial entre Lisboa e Coruche, proto-teoria da paisagem; a herança familiar e filosófica, transmitida oralmente através da tensão entre um tio-avô republicano e uma linhagem monárquica de inspiração burkeana; o encontro com Caldeira Cabral e o CLAP, que dá método a uma sensibilidade pré-existente; e uma personalidade e um método de pensar dialógico e visual, que garantem a persistência desta unidade ao longo de contextos radicalmente distintos.

O principal resultado é, assim, de natureza historiográfica: a inversão da relação habitual entre formação e pensamento. No caso de Ribeiro Telles, é a vida que forma a teoria; a academia funciona como momento de tradução e de confirmação metodológica de uma visão do mundo já constituída na infância. Esta leitura permite recuperar dimensões da sua biografia centrada na obra pública, e revelar a dimensão privada, doméstica e afetiva, e o modo como esta se articula, sem rutura, com a sua ação pública.

Este contributo tem implicações para a historiografia da arquitetura paisagista portuguesa: sugere que a compreensão de outras figuras fundadoras da disciplina poderá beneficiar de metodologia semelhante, combinando fontes escritas com testemunhos orais inéditos e atenção à experiência territorial pré-académica. Mais amplamente, este estudo demonstra o interesse que um trabalho arquivístico e histórico sobre autores da paisagem representa para a prática contemporânea: reconstituir as condições concretas em que um projeto ou conceito nasceu ajuda os arquitetos paisagistas de hoje a compreender não apenas o que se projetou, mas porque se projetou assim, método de leitura do território, atento à sua memória e história, que a própria obra de Ribeiro Telles exemplifica. Tem, também, implicações para a leitura do seu legado legislativo: se a RAN e a REN resultam de uma visão sistémica formada muito antes de 1976, a sua atualização deve ser pensada não como abandono de um paradigma ultrapassado, mas como continuidade de um princípio, a subordinação da ação sobre o território a uma visão de longo prazo, cuja atualidade, como a emergência climática apenas reforça.

Este artigo apresenta limitações que abrem pistas de investigação futura. O levantamento do arquivo pessoal, tanto o núcleo do Forte de Sacavém como a biblioteca de Coruche, permanecem por sistematizar. O conceito de paisagem global, eixo teórico menos consolidado da obra de Ribeiro Telles, carece de um estudo monográfico dedicado, que articule os seus textos da década de 1990 com os debates contemporâneos sobre sustentabilidade. Os arquivos audiovisuais da RTP, ainda subexplorados, contêm entrevistas e intervenções cuja sistematização enriqueceria a reconstituição do seu

[59]FONSECA, Maria João – Archival description of the Gonçalo Ribeiro Telles' personal archive and Edgar Sampaio Ferreira Fontes' professional archive (198/DPGC/22). Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural, 2022.

pensamento público. A investigação futura deverá, por fim, alargar esta metodologia de história oral a outros protagonistas da primeira geração da arquitetura paisagista portuguesa, contribuindo para uma historiografia disciplinar mais atenta às condições de possibilidade pessoais, familiares e territoriais que tornaram a obra possível.

Bibliografia

Fontes orais (inéditas)
PESSOA, Fernando Santos (colaborador de Gonçalo Ribeiro Telles no atelier e chefe de gabinete), entrevista concedida à autora. Lisboa, 2026.

TELLES, Gonçalo Ribeiro (neto), entrevista concedida à autora. Lisboa, 2026.

TELLES, Miguel Ribeiro (filho de Gonçalo Ribeiro Telles), entrevista concedida à autora. Lisboa, 2026.

Documentário/Entrevistas
GRILO, João Mário – **A Vossa Terra** [Registo vídeo]. Lisboa: Ana Costa e Paulo Trancoso, 2016.

ROSETA, Helena – Depoimento sobre as cheias de 1967. In RTP – **Gonçalo Ribeiro Telles. Vidas que se contam** [Registo vídeo]. Lisboa: RTP Arquivos. https://arquivos.rtp.pt/conteudos/goncalo-ribeiro-telles-2/. Vídeo (46 min.). 15:44-16:05.

Entrevista escrita
TELLES, Gonçalo Ribeiro – **Entrevista a Anabela Mota Ribeiro**. Disponível em: https://anabelamotaribeiro.pt/24603.html [consultado em 2024].

Conferência
CARAPINHA, Aurora – **A Beleza que o Homem tem o Dever de Criar**. Conferência. Lisboa: Iscte – DINÂMIA'CET, 2025.

Referências bibliográficas
ANDRESEN, Teresa – **Para a crítica da paisagem**. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1992. Tese de doutoramento.

ANDRESEN, Teresa (Comissar.) – **Do estádio nacional ao jardim da Gulbenkian. Francisco Caldeira Cabral e a primeira geração de arquitectos paisagistas (1940-1970)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

ANTUNES, Ana – **A influência alemã na génese da Arquitetura Paisagista em Portugal**. Porto: Universidade do Porto, 2019. Tese de doutoramento.

CABRAL, Francisco Caldeira; TELLES, Gonçalo Ribeiro – **A árvore**. Lisboa: Ministério das obras públicas, direção geral dos serviços de urbanização e centro de estudos de urbanismo, 1960.

CABRAL, Francisco Caldeira – **Arquitectura Paisagista. Lições Proferidas no Instituto Superior de Agronomia**. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1943. Separata do volume «Conferencias realizadas no ano lectivo de 1942-1943»

CACHADA, Maria – **Corredores Verdes como Estratégia de Integração e Salvaguarda do Património Histórico e Cultural**. Lisboa: ISA, 2019. Dissertação de mestrado.

CAETANO, Joaquim de Oliveira (Coord.) – **A utopia e os pés na terra: Gonçalo Ribeiro Telles**. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2003.

DIOGO, Vasco – **Infraestrutura como paisagem: proposta de consolidação do Corredor Verde de Monsanto**. Lisboa: Iscte, 2021. Dissertação de mestrado.

LIMA, Joana – **Os Corredores Verdes de Lisboa: Contribuição para os Serviços de Ecossistema na Cidade**. Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, 2023.

LISBOA. Câmara Municipal – **Plano Diretor Municipal de Lisboa**. Lisboa: CML, 2013.

MAGALHÃES, Manuela (Coord.) – **Estrutura ecológica da paisagem: conceitos e delimitação: escalas regional e municipal**. Lisboa: ISA Press, 2007.

MATOS, Rute – **A reinvenção da multifuncionalidade da paisagem em espaço urbano – reflexões**. Évora: Universidade de Évora, 2010. Tese de doutoramento.

MENDONÇA, Nuno – **Para uma poética da paisagem**. Évora: Universidade de Évora, 1989. Dissertação de doutoramento.

PESSOA, Fernando Santos – **Gonçalo Ribeiro Telles: a fotobiografia**. Lisboa: Argumentum, 2011.

PESSOA, Fernando Santos – **Gonçalo Ribeiro Telles: o homem e a obra**. Lisboa: Argumentum. 2021.

PINTO, Manuel António Alves – **O belo em Tomás de Aquino e a sua presença na arquitectura paisagista portuguesa**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2024. Dissertação de mestrado.

Decreto-Lei n.º 613/76, de 27 de julho. Diário da República, I Série.

REBELO DE SOUSA, Marcelo – **Nota de pesar pelo falecimento de Gonçalo Ribeiro Telles**. Lisboa: Presidência da República Portuguesa, 2020.

REKER, Marina – **A Filosofia do Jardim em Rosario Assunto**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2022. Tese de doutoramento.

RIBEIRO, Ricardo Jorge – **Cidade do futuro – visão do sistema – paisagem: caso de estudo da cidade de Lisboa**. Lisboa: ISA, 2010. Dissertação de mestrado.
SANTOS, Ana – **Desenhar a paisagem global**. Évora: Universidade de Évora, 2018. Relatório de estágio.

TELLES, Gonçalo Ribeiro – "Duas Casas". In CAETANO, Joaquim de Oliveira (Coord.) – **A utopia e os pés na terra: Gonçalo Ribeiro Telles**. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2003. p.343.

TELLES, Gonçalo Ribeiro, BRANCO, Cristina Castel, FONTES, Edgar, MAGALHÃES, Manuela, SARAIVA, Maria da Graça – Cinquenta anos de ensino de arquitetura paisagista no Instituto Superior de Agronomia 1942-1992. **Agro**s. Nº1-especial (janeiro-junho 1992), p.42-44.

MARQUES, Elodie Gomes; ANDRÉ, Paula – As Exposições Nacionais de Floricultura (1940-1962) e as Exposições de Arquitetura Paisagista (1953-1966): das ações da Câmara Municipal de Lisboa à formação da primeira geração de arquitetos paisagistas. In **LABORATORIO COLABORATIVO: Dinâmicas Urbanas, Património, Artes. X Seminário de Investigação, Ensino e Difusão**. Évora, 2024.

TELLES, Gonçalo Ribeiro – A Paisagem Global da Região de Lisboa. **Agros**. Lisboa: ISA. Nº2 (julho-dezembro 1992), p.5-9.

TELLES, Gonçalo Ribeiro – O Homem perante a Paisagem. **Cidade Nova**. Vol. 4, nº4 (maio 1956), p.240-246.

TELLES, Gonçalo Ribeiro – **Um caso concreto de ordenamento paisagístico: estudo de três herdades no concelho de Coruche**. Lisboa: ISA, 1950. Relatório final de curso.

VASCONCELOS, Domingas; FARINHA-MARQUES, Paulo; REGO, Francisco Castro – Gonçalo Ribeiro Telles: Landscape architect, ecologist and politician in Portugal. In SILVA, Maria Matos [et al.] – **Portuguese Landscape Architecture Education, Heritage and Research: 80 Years of History**. New York: Routledge, 2025. p.30-61.

Arquivos

Arquivo Pessoal

CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA – **Processo individual de Gonçalo Ribeiro Telles**. Lisboa: CML, s.d.

Escrever-se Contra a Parede: *Tag*, identidade e Dissidência *Queer* em *No Soy Tu Baby*

Inês Canhão
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa
a58057@campus.fcsh.unl.pt

Bruno Marques
Universidade Aberta; IHA — NOVA FCSH / IN2PAST
brunosousamarques@gmail.com

Resumo: Partindo de *No Soy Tu Baby* (2018), *tag* e nome artístico de Marina Panerai, este ensaio analisa o graffiti caligráfico como dispositivo de autorrepresentação, construção identitária e afirmação política no espaço público. Articulando contributos da História da Arte, dos Estudos Urbanos e dos Estudos de Género, argumenta-se que a *tag* desloca o autorretrato e a autobiografia dos seus regimes convencionais: substitui o rosto pela inscrição, a semelhança pelo reconhecimento e a continuidade narrativa pela repetição fragmentária. Simultaneamente nome, recusa e gesto de autopropriedade corporal, *No Soy Tu Baby* configura uma autorrepresentação sem figura e uma autobiografia urbana descontínua, através das quais uma identidade *queer* se constrói e se negoceia na materialidade instável da cidade.

Palavras-chave: *Tag*; corpo; identidade; autorrepresentação; dissidência.

INTRODUÇÃO

Escrever um nome numa parede pode constituir uma forma de aparecimento: um modo de reclamar um corpo e de inscrever uma identidade num espaço que nem sempre reconhece como legítimos todos os sujeitos que o habitam. Na *tag*, o eu não se apresenta através do rosto nem se organiza segundo uma narrativa retrospetiva; dissemina-se pela cidade sob a forma de uma assinatura repetida, precária e vulnerável ao apagamento.

É a partir desta perspetiva que se analisa *No Soy Tu Baby*, *tag* e nome artístico adotado por Marina Panerai em 2018. Simultaneamente nomeação e recusa, a expressão rejeita formas possessivas, patriarcais e heteronormativas de conceber o corpo, convertendo-se, pela sua repetição no espaço público, num gesto político de existência-resistência.

Através de uma abordagem interdisciplinar, o ensaio interroga a *tag* enquanto forma de autorrepresentação e autobiografia descontínua. Num primeiro momento, analisa-se a passagem do rosto para a inscrição, considerando a repetição, a circulação e o reconhecimento como processos de construção identitária. Seguidamente, examina-se a cidade como suporte instável e disputado, cujas transformações, sobreposições e políticas de apagamento participam na produção da identidade inscrita.

A análise incide nas diferentes dimensões assumidas por *No Soy Tu Baby* — pseudónimo, frase, *tag* e página de Instagram — e apoia-se numa entrevista realizada com a artista, em 2025, bem como num *corpus* de documentos visuais que permite acompanhar a evolução da sua linguagem artística. Procura-se, assim, compreender de que modo nome, gesto, corpo e espaço convergem numa prática de autopropriedade corporal e dissidência *queer*.

I — DO ROSTO À INSCRIÇÃO: A *TAG* COMO AUTORREPRESENTAÇÃO E AUTOBIOGRAFIA DESCONTÍNUA

Pensar uma *tag*[1] como forma de autorrepresentação implica reconsiderar os dispositivos através dos quais, historicamente, o sujeito se deu a ver, se nomeou e se narrou. Embora pertençam a regimes distintos — predominantemente visual, no caso do retrato e do autorretrato; narrativo, no caso da autobiografia —, estas formas participaram na construção de um sujeito reconhecível e relativamente estável. A *tag* desloca essa tradição para um regime simultaneamente visual, verbal, corporal e espacial.

No quadro tradicional da História da Arte, o retrato funcionou como dispositivo de identificação visual, capaz de fixar uma individualidade e tornar reconhecível um sujeito. Desde a sua consolidação no horizonte humanista do Renascimento, participou numa gramática da visibilidade assente na identificação de individualidades discerníveis,

[1] A *tag,* quando emergiu, correspondia ao nome do seu autor ou *writer* em forma de logo ou monograma e com letras estilizadas. (Castleman, 1982, p.26). Os primeiros *writers* também produziam assinaturas com base em alcunhas, números significativos para si ou a combinação de ambos, como o intuito de ocultar o seu nome (Castleman, 1982, pp. 53-56). O *tagging* pode ser assumido como o ato de elaborar uma *tag*, sendo que o termo costuma ser usado para referir o ato contínuo, ou seja, a disseminação das *tags*. Este termo equivale à pichação em português do Brasil, considerada ilegal e um ato de vandalismo (Araújo, 2015, p. 19). O *graffiti* corresponde a uma prática antiga e, seguindo a genealogia da palavra, significa escrever, remete para manifestações transgressoras, tanto caligráficas quanto imagéticas (Campos e Câmara, 2019, pp. 65-71). Neste sentido, a *tag* pode ser considerada uma forma de *graffiti*, o que poderá explicar a utilização, no cenário contemporâneo, do termo *graffiti* caligráfico para fazer referência à *tag* e a utilização da expressão *graffiti* artístico para identificar um subgénero caracterizado por trabalhos de maior complexidade formal, quer pela composição quer pela diversidade cromática (Campos e Câmara, 2019, pp. 76-77).

segundo Didi-Huberman[2]. Contudo, o retrato não reproduz apenas um rosto: produz uma posição. A pose, o vestuário, os atributos, o enquadramento e o suporte transformam uma figura numa identidade socialmente legível. Como observa Jean-Luc Nancy[3], nele cruzam-se o real, a memória e o olhar, convertendo a contingência de uma existência numa presença suscetível de reconhecimento e rememoração.

O autorretrato complexifica esta operação ao aproximar o sujeito que representa e aquele que é representado. Não constitui uma transparência do eu, mas uma tecnologia de produção do sujeito, através da qual a identidade é composta, encenada e negociada. A autobiografia, por sua vez, tende a organizar a experiência segundo uma temporalidade narrativa, enquanto o autorretrato a condensa num espaço de aparição. Como propõe Michel Beaujour, este último não procura dizer "o que fiz", mas "quem sou" no momento da enunciação[4].

Essa condensação não pressupõe, porém, uma identidade imóvel. Segundo Eunice Ribeiro, "o presente do autorretrato é sempre, e simultaneamente, uma arqueologia", pois a invenção de uma imagem de si atravessa diferentes lugares da memória sem os ordenar necessariamente numa sequência linear[5]. O autorretrato seleciona e redistribui indícios, compondo aquilo que Paula Morão designa como uma figura concentrada na "verticalidade da condensação de um eu num só espaço"[6]. Deste modo, a distinção entre autorretrato e autobiografia torna-se porosa: todo o autorretrato contém elementos autobiográficos e toda a autobiografia produz imagens do eu.

A arte e o pensamento contemporâneos vieram desestabilizar a expectativa de coerência associada ao rosto, ao nome próprio e à narrativa de vida. Stuart Hall[7] compreende as identidades como processos fragmentados, descentrados e historicamente situados, enquanto Judith Butler[8] as concebe como efeitos performativos produzidos pela repetição de atos, gestos e normas. Cada repetição constitui a identidade, mas pode igualmente deslocá-la, uma vez que ocorre num contexto diferente e nunca reproduz integralmente a norma que cita.

Neste quadro, a autorrepresentação deixa de depender da semelhança fisionómica e passa a operar através de máscaras, objetos, arquivos, vozes, nomes, gestos e vestígios. O sujeito não preexiste inteiramente à representação, mas emerge através dela, num processo contínuo de aparecimento, desaparecimento e reconfiguração[9]. Um autorretrato sem rosto pode, assim, deslocar-se para a assinatura, a palavra, o corpo ausente ou a

---

[2] DIDI-HUBERMAN, Georges – La grammaire, le chahut, le silence: pour une anthropologie du visage. In **À visage découvert**. Paris: Fondation Cartier pour l'Art Contemporain; Flammarion, 1992, p.27.
[3] NANCY, Jean-Luc – **Le regard du portrait**. Paris: Galilée, 2000.
[4] BEAUJOUR, Michel – **Miroirs d'encre: rhétorique de l'autoportrait**. Paris: Éditions du Seuil, 1980, p.9.
[5] RIBEIRO, Eunice – O retrato em literatura: ilustração e ruína. **Limite**. N.º 9 (2015), p.326. Disponível em: https://revista-limite.unex.es/index.php/limite/article/view/1540.
[6] MORÃO, Paula – Retrato e auto-retrato: fronteiras e limites. In BASÍLIO, Kelly [*et al.*], org. – **Concerto das artes**. Porto: Campo das Letras, 2007, pp. 188–189.
[7] HALL, Stuart – **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
[8] BUTLER, Judith – **El género en disputa: el feminismo y la subversión de la identidad**. Barcelona: Paidós, 2001, p.177.
[9] BREA, José Luis – Fábricas de identidad: retóricas del autorretrato. **Exit: Autorretratos/Self-Portraits**. N.º 10 (2003), pp. 82–87.

inscrição, interrogando as condições sob as quais determinado sujeito pode tornar-se visível.

É neste deslocamento que a *tag* pode ser entendida como modalidade contemporânea de autorrepresentação. Não mostra necessariamente quem escreve, mas torna reconhecível a insistência de uma presença. Ao condensar uma marca e afirmar um nome mediante a repetição situada de um gesto, funciona simultaneamente como autorretrato sem rosto e autobiografia sem narrativa linear.

A *tag* aproxima-se da dimensão arqueológica identificada por Eunice Ribeiro[10], pois cada inscrição remete para ocorrências anteriores e antecipa outras, integrando uma série que nunca se oferece integralmente a um único olhar. Na autobiografia convencional, o reconhecimento tende a assentar na correspondência entre autor, narrador e personagem; na *tag*, desloca-se para a relação entre a forma caligráfica, o pseudónimo e a memória acumulada das suas aparições. Separa-se, deste modo, o reconhecimento da identificação: o sujeito pode tornar-se publicamente reconhecível sem ser civilmente identificado.

A *tag* é, portanto, assinatura sem ser apenas autenticação, máscara sem constituir simples ocultação e vestígio que permanece também ato de presença. Aproxima-se do autorretrato porque condensa uma identidade numa forma visível e da autobiografia porque distribui fragmentos de existência no tempo e no espaço. Contudo, afasta-se de ambos ao recusar a estabilidade do rosto, a transparência do nome próprio e a linearidade do relato. Não representa um sujeito plenamente constituído: participa na produção de uma subjetividade relacional, provisória e continuamente negociada.

Esta discursividade não depende apenas da configuração caligráfica ou da repetição performativa. Resulta igualmente do suporte em que a *tag* se inscreve. Ao contrário do retrato conservado num espaço privado ou institucional e da autobiografia estabilizada no objeto escrito, a *tag* existe num território sujeito à circulação, ao desgaste, à intervenção de terceiros e às políticas de remoção. A cidade não é, por isso, um fundo passivo: participa na produção, na transformação e no apagamento da identidade inscrita.

II — ESCREVER-SE NA CIDADE: ESPAÇO URBANO, CIRCULAÇÃO E APAGAMENTO

O espaço urbano, suporte da escrita urbana, caracteriza-se por ter uma natureza volátil e permanente metamórfica. Esta instabilidade própria verte para os sujeitos contemporâneos e, especialmente, para aqueles que pretendem inscrever-se e afirmar-se nas paredes da cidade. A cidade está em constante mutação, quer pelas dinâmicas sociais que se desenham, apagam e reconfiguram, quer pelas mutações físicas, que destroem, constroem e reconstroem o articulado urbano.

A cidade, como entidade permeável ao comportamento da sociedade, é inerentemente um lugar de constante transformação. As dinâmicas relacionais estabelecidas entre os indivíduos de uma sociedade, considerados estruturais na sua composição influenciam e transformam o espaço urbano, segundo Henri Lefebvre[11]. Também a cidade, por seu

[10] RIBEIRO, Eunice – O retrato em literatura: ilustração e ruína. **Limite**. N.º 9 (2015), p. 326. Disponível em: https://revista-limite.unex.es/index.php/limite/article/view/1540.
[11] LEFEBVRE, Henri – **O direito à cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro Editora, 2011. Publicação original: 1968.

turno, potencia certas formas de relacionamento entre os indivíduos que, assim, são modificados e modificam os espaços onde circulam. Além das dinâmicas relacionais, devem ainda ser consideradas as alterações que ocorrem constantemente na materialidade dos espaços urbanos que modificam, deslocam ou até eliminam as assinaturas urbanas. A criação em superfícies instáveis e sujeitas à exposição ao sol, à humidade, à chuva, à ação contínua do vento, entre outros, contribuem para o desgaste das intervenções urbanas, podendo levar ao seu desaparecimento completo; no caso dos *stickers*, a chuva rapidamente os faz descolar ou dissolver, enquanto que as criações com tinta, com o tempo, acabam por ir perdendo a sua intensidade inicial. (Ver figuras 1 e 2).



Figura 1 – *Sticker* da autoria du artista *No Soy Tu Baby*. Página de Instagram du artista.



Figura 2 – Intervenção urbana da autoria du artista *No Soy Tu Baby* (2026). Página de Instagram du artista.

Além do apagamento natural pelos fenómenos do tempo e as modificações operadas por terceiros que modificam as *tags* originais, deve ainda ser considerada a ação das entidades governamentais sobre as assinaturas urbanas. Neste contexto, as *tag*s, enquanto signos caligráficos, continuam associadas ao vandalismo e à ilegalidade, como argumentado por

Ricardo Campos[12] e Jeffrey Ross et al[13]. Em contrapartida, os murais, entendidos como uma manifestação de *street art*[14] mais próxima dos códigos artísticos institucionalmente reconhecidos, são incentivados e, não raras vezes, encomendados. Esta discrepância decorre do processo de progressiva artificação[15] e domesticação das expressões mais radicais da street art, como a *tag*, procurando alinhá-las com os objetivos das políticas públicas urbanas, que as mobilizam, de forma frequentemente simplificadora e instrumental, como recursos para a revitalização de comunidades e territórios urbanos considerados degradados, tal como articulado por Inês Marques e Manuel Elias[16] e Otávio Raposo[17].

Para aprofundar a análise da remoção das *tag*s do espaço público, importa considerar, num primeiro momento, a intencionalidade que preside à sua génese e, seguidamente, o modo como estas escapam à lógica imagético-centrada da cultura contemporânea. O surgimento da *tag* assume contornos específicos consoante o contexto espácio-temporal da sua emergência, podendo tanto ser associado à rejeição da violência como às disputas territoriais entre *gangs* ou à criminalidade[18]. Assim sendo, torna-se pertinente guiar o olhar para a linha de base que parece subsistir: a vontade de ocupar o espaço público numa atitude latente de transgredir as leis impostas pela cidade; escrever e inscrever-se nas paredes, nos muros ou nas carruagens de metro pressupõe uma atitude política contestatária, alicerçada na vontade de destabilizar a ordem instaurada e de afirmar uma existência-resistência.

Assim, a genética da *tag* vai de encontro ao discurso político predominante, ao afirmar a existência de sujeitos periféricos. Neste sentido, a *tag* enquadra-se na noção de "subcultura", explorada por Dick Hebdige[19], pode ser incluída na conceção de "infrapolítica", mobilizada por James Scott[20] ou ainda na expressão "aproximação da

---

[12] CAMPOS, Ricardo – **Pintando a cidade: uma abordagem antropológica ao graffiti urbano**. Lisboa: Universidade Aberta, 2007. Tese de doutoramento. Disponível em: http://hdl.handle.net/10400.2/765.

[13] ROSS, Jeffrey Ian; BENGTSEN, Peter; LENNON, John F.; PHILLIPS, Susan; WILSON, Jacqueline Z. – In search of academic legitimacy: the current state of scholarship on graffiti and street art. **The Social Science Journal.** Vol. 54, n.º 4 (2017), p. 411–419. DOI 10.1016/j.soscij.2017.08.004.

[14] A *street art* constitui-se como um conceito ambivalente e limítrofe que poderá insinuar um afastamento dos objetos e das práticas "vandalísticas" da rua, tais como o *tagging*, o *graffiti,* os *stickers*, etc. (Campos e Câmara, 2019, pp.98-100). No presente ensaio, o conceito será aplicado de forma fluída e abrangente, capaz de as práticas e os objetos referidos, assim como o mural contemporâneo e assumindo a sua sobreposição à expressão arte urbana. Serão, no entanto, feitas chamadas de atenção considerando o contexto da sua aplicação.

[15] A artificação refere-se ao processo através do qual práticas originalmente entendidas como marginais, ilegais e exteriores ao circuito artístico passam, progressivamente, a ser reconhecidas, legitimadas e integradas no campo artístico, do ponto de vista social e institucional (Campos, 2017).

[16] ELIAS, Manuel; MARQUES, Inês – From squares to walls: where does public art end and urban art start? In ABREU, José Guilherme; CASTRO, Laura, eds. – **Public art in the digital creativity era: International Conference Proceedings 2017**. Porto: Universidade Católica Editora, 2017. p. 20–30.

[17] RAPOSO, Otávio – Street art commodification and (an)aesthetic policies on the outskirts of Lisbon. **Journal of Contemporary Ethnography**. Vol. 52, n.º 2 (2022), p. 163–191. DOI 10.1177/08912416221079863.

[18] ARDS, Angela – Organizing the hip hop generation. In FORMAN, Murray; NEAL, Mark Anthony, eds. **– *That's the joint! The hip-hop studies reader***. Nova Iorque: Routledge, 2004, p.312.

[19] HEBDIGE, Dick – **Subculture: The meaning of style**. Londres: Routledge, 2002.

[20] SCOTT, James C. – **A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos**. Lisboa: Letra Livre, 2013.

margem", utilizada por Frederico Caiafa[21]. Estas formulações evidenciam o núcleo-duro da prática do *tagging* e do *graffiti*: manifestações provenientes da *margem* que se apropriam – nas suas várias formas – de equipamentos públicos, reformulando-os, através de gesto(s) de resistência política[22]. Inscrever uma *tag* no espaço público é infringir a norma instituída na e pela cidade, forçando o espaço urbano a atuar como suporte de visibilidade às identidades historicamente oprimidas e consecutivamente incompatibilizadas com o sistema.

Em suma, a *tag* tende a ser incompatível com o poder político, a não ser que a sua forma original se modifique ou seja combinada com outros elementos, especialmente pictóricos, que lhe confiram uma outra identidade. Nesse caso, as derivações e transmutações do *tagging* podem permanecer nos espaços públicos. Isto é, enquanto forma caligráfica encriptada, a *tag* tem dificuldade em produzir os efeitos desejados pelas instituições do poder político. Por outro lado, o mural[23] abre um outro conjunto de possibilidades: por ser, geralmente, centrado na imagem tem uma abrangência muito maior e uma capacidade comunicacional superior; pode ser lido como uma forma das instâncias políticas apostarem na união das comunidades suburbanas, daí que muitos murais sejam coletivos e alguns até participativos, de apoiarem as minorias sociais, pelos locais onde são realizados, e de valorizarem a estética da rua, atualmente *em voga* (ver figuras 3 e 4).



Figura 3 – Intervenção urbana da autoria du artista *No Soy Tu Baby* (2024). Página de Instagram du artista.

[21] CAIAFA, Fernanda A. – Arte urbana queer como ato da resistência ativista. **Ephemera: Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal de Ouro Preto**. Ouro Preto. Vol. 4, n.º 9 (2021), p. 188. DOI 10.70446/ephemera.v4i9.4984.

[22] SCOTT, James C. – **A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos**. Lisboa: Letra Livre, 2013, p.273.

[23] O termo mural terá sido utilizado, primeiramente, para definir trabalhos mais complexos que as *tags* e de grandes dimensões geralmente realizadas nas carruagens do metropolitano, podendo ocupar desde uma única carruagem, denominado *whole car*, até à totalidade de um comboio, chamado de *whole train* ou *worm*. (Castleman, 1982, pp. 10-60). O mural contemporâneo constitui-se como uma forma híbrida e difícil de definir de forma estanque, mas segundo Campos e Câmara (2019) esta prática aproxima-se da do *graffiti* artístico e é preponderante no universo da *street art* (Elias e Marques, 2017).



Figura 4 – Mural inserido no projeto PAREDES COM PROPÓSITO (2024). Página de Instagram de *No Soy Tu Baby*.

Deste modo, os murais assumem um lugar preponderante no espaço urbano contemporâneo, especialmente pela sua valorização como forma artística. Contrariamente, a *tag* permanece no lugar do apagamento, porque quer a sua intenção de génese quer a forma caligráfica que a caracteriza não se alinham com a cultura imagético-centrada contemporânea, nem com os objetivos das entidades do poder político.

Ainda assim, a *tag* é sempre múltipla, quer no espaço quer no tempo. Primeiro, a mesma *tag* raramente é inscrita apenas num local ou apenas numa superfície e, mesmo que o fosse, esse lugar comporta sempre a possibilidade de se desmultiplicar. O mesmo sucede com o tempo, uma vez que a existência da *tag* não se esgota no momento da sua criação, nem sequer no intervalo compreendido entre a sua emergência e a sua remoção. Durante esse período, diferentes olhares cruzam-se com ela em momentos distintos; além disso, a *tag* pode viajar ao longo de quilómetros, desmultiplicando-se em fragmentos e em temporalidades simultaneamente ínfimas e potencialmente infinitas, que se sobrepõem e acumulam. Estas dinâmicas de dispersão e de desmultiplicação tornam-se exponenciais quando o suporte selecionado pressupõe movimento, ou seja, quando uma *tag* é realizada, por exemplo, numa carruagem de metro, num elétrico ou numa carrinha. Nesse caso, ela acaba por atingir uma abrangência maior, completamente desconhecida e incontrolável pelo seu autor. A circulação da *tag* permite transportar a identidade do seu criador a lugares inesperados, pelo que esta transitoriedade narrativa é impressa na identidade do próprio *writer* que, ao fazer-se representar por uma marca em constante circulação, expande a sua própria história.

A cidade, torna-se assim, em arquivo efémero, guardando as marcas da passagem de um indivíduo, que o representam e que, assim, constroem uma espécie de autobiografia, não linear, parcialmente incontrolável e, inerentemente, fragmentária. Esta narrativa é, por isso, fluída e não está dependente de uma forma fixa, ou seja, mesmo que o artista decida alterar a sua assinatura ou o seu nome artístico, desde que a capacidade do mesmo ser reconhecido se mantenha, mantém-se a dinâmica de autorrepresentação, como

evidenciam as figuras 5 e 6, nas quais se verifica uma alteração do estilo e da cor das letras e de alguns símbolos que compõem a *tag*, mas sem comprometer o seu significado.



Figura 5 – Intervenção de *No Soy Tu Baby* no mural *O corpo como território de sossego* (2023). Página de Instagram du artista.



Figura 6 – Arte digital da autoria du artista *No Soy Tu Baby*. Página de Instagram de du artista.

As figuras apresentadas demonstram, ainda, que as *tags* e os murais habitam hoje uma temporalidade distinta, produzida pelas tecnologias de registo e circulação da imagem. Inscrições cuja existência no espaço urbano era, à partida, transitória podem agora permanecer indefinidamente em arquivos digitais, prolongando a sua memória para além do desaparecimento material e conferindo-lhes novas formas de presença, circulação e duração. Além disto, também os suportes se multiplicaram, através da possibilidade de criar uma *tag* apenas em suporte digital. Estas modificações, nomeadamente a emergência e desenvolvimento das tecnologias de registo, de fotografia e de vídeo, mudaram a forma

de criação, de perceção, de receção e de circulação do *graffiti*, segundo Konstantina Drakopoulou e Konstantinos Avramidis[24]. A audiência dos *writers* ou artistas urbanos passou assim a ser maior, a estar mais envolvida no trabalho dos artistas e a funcionar como mecanismo imediato de *feedback* do trabalho desenvolvido.

III — *NO SOY TU BABY*: NOME, CORPO, GÉNERO E AUTOPROPRIEDADE

A *tag*, podendo assumir a forma de nome, pseudónimo, alcunha, frase, sinal gráfico ou marca caligráfica é, antes de mais, uma forma de nomeação. Não substitui uma identidade, mas representa-a, porque ainda que esta possa permanecer anónima no plano civil, pode ser reconhecível numa comunidade de leitura urbana. O pseudónimo não constitui um mero substituto de uma identidade supostamente verdadeira, oculta por detrás dele. Configura-se, antes, como um organismo vivo que, por um lado, transporta traços presumivelmente estáveis da identidade de quem o adota e, por outro, se afirma como um campo de abertura exponencial, capaz de os reconfigurar e de produzir novas possibilidades de autorrepresentação e construção narrativa, como demonstrado pela *tag* *No Soy Tu Baby*.

No Soy Tu Baby é uma frase que atua como *tag* e nome artístico de Marina Panerai (1995), artista contemporâneu não binário que explora, através da arte, questões como a identidade de género e a soberania individual do corpo. Pretende ainda, como terá reforçado na entrevista realizada em maio de 2025, construir percursos alternativos à predominância dos pontos de vista masculinos, brancos, héteros e cis[género], não só na história do Design e da Cultura Visual (áreas de formação du artista), mas também de uma forma geral nos programas curriculares e em diversas áreas da vida, dando visibilidade às experiências, às perspetivas e aos contributos de mulheres e de pessoas não-binárias.

O espaço para estas narrativas tomou a forma de uma página no Instagram, criada em 2018 e de forma anónima, onde *No Soy Tu Baby* teve a liberdade de testar e de explorar questões identitárias, recorrendo à ilustração digital como forma de pensar as questões de género e a autopropriedade do corpo. Estas questões, prevalentes no pensamento e na arte du artista, verteram para a escolha do nome artístico, como partilhou na entrevista supramencionada: "*No Soy Tu Baby* foi a minha forma de dizer que este é o meu corpo e que não sou propriedade de ninguém". A frase *No Soy Tu Baby* rege-se, portanto, pela intenção de reclamar a autopropriedade do corpo, através de um gesto de despatriarcalização, assertando que o corpo é um território de soberania individual, historicamente negado. A ilustração digital de *No Soy Tu Baby* (figura 7) demonstra essa atitude de uma forma evidente em certos aspetos e discreta noutros.

[24] AVRAMIDIS, Konstantinos; DRAKOPOULOU, Konstantina – Moving from urban to virtual spaces and back: learning in/from signature graffiti subculture. In JANDRIĆ, Petar; BORAS, Damir, eds. – **Critical learning in digital networks**. Cham: Springer International Publishing, 2015. p. 133–160. DOI 10.1007/978-3-319-13752-0_7.



Figura 7 – Ilustração digital da autoria de *No Soy Tu Baby*. Página de Instagram du artista.

Ao olharmos para a figura, somos interpelados por uma boca rosa-néon que contrasta com o fundo negro, como se saltasse do mesmo. Podemos dizer que há uma vontade de trazer ao de cima uma voz, um diálogo e até um corpo. Mas este corpo não é passivo, ele carrega uma revolta, até uma violência, que podem ser simbolicamente representadas pelas presas que nascem desta boca. No entanto, existem elementos que suavizam esta revolta, como os elementos que se assemelham a estrelas e as *gemstones*, colocadas num dos dentes da figura, em forma de coração. Portanto, há uma vontade de invadir, por um lado e, por outro, uma suavidade percebida nestes elementos que, tradicionalmente, são sinónimos de emoções positivas, como a celebração ou o amor.

É ainda pertinente mencionar a formação du artista que, por ter estudado moda, elabora de forma frequente composições com elementos anatómicos, rostos, corpos ou, como é o caso desta ilustração, uma boca. A prevalência do preto nas suas composições procura tornar visível aquilo que permanece oculto, relegado para o "escuro", e que importa trazer à luz: histórias, experiências e identidades apagadas, nomeadamente de pessoas *queer* e negras, entre outras. O preto funciona, assim, como uma tela que, ao substituir o branco convencional, questiona a sua pretensa neutralidade e universalidade. Assume-se como um campo de representação inclusivo, destinado a acolher a pluralidade da experiência humana, independentemente do tom de pele:

> Como venho de moda tenho familiaridade com o desenho anatómico e, por isso, costumo representar corpos. Uso o preto no meu trabalho para representar os corpos ocultos e também inverter a conceção de que o fundo branco representa várias cores de pele. Eu quis fazer essa brincadeira e trazer para o mural os corpos que não são visíveis, ou que não costumam ser, na sociedade" [25].

[25] *No Soy Tu Baby*, 2025.

A necessidade de o corpo pertencer ao próprio indivíduo e do sujeito poder ser o centro da sua narrativa, evidenciada na figura, vai de encontro aos estudos de diversos autores. São de relevo as teses feministas de Simone de Beauvoir[26], segundo as quais o corpo feminino foi entendido como apêndice ou anomalia face ao masculino, um *Outro* contido no primeiro e definido em relação a ele. Assumindo uma lente interseccional neste debate torna-se imprescindível recorrer à autora bell hooks[27]que reconhece o apagamento sistémico do corpo negro feminino como consequência da sua construção ora como objeto ora como animal e, por isso, considerado sempre propriedade (de outrem).

Considerando agora o panorama das teorias *queer*, encontramos simultaneamente a regra de produção das identidades binárias, como é o caso da matriz heterossexual, formulada e explorada por Judith Butler[28], e mecanismos que permitem aos corpos escapar dessa jaula. Paul B. Preciado planifica esta fuga como ninguém, ao desenhar a monstruosidade como um dispositivo de verdadeira liberdade identitária. O monstro é, por natureza, uma quimera, uma sobreposição de contradições anatómicas, assim alinhado com as identidades *queer* que, por um lado estão vulneráveis e, por outro, ficam protegidas, pelas suas garras ou presas simbólicas, a partir do momento em que reclamam para si a capacidade metamórfica dessa mesma identidade[29].

Segundo Preciado, a saída da jaula conquista-se tanto ao assumir uma identidade não binária, como pela reivindicação pública desse lugar de fala, i.e., do lugar de fala do monstro, como evidencia desde logo o título do seu famoso discurso: *Je suis un monstre qui vous parle*. Este monstro manifesta-se simultaneamente vulnerável e protegido por essa identidade, tal como sugere Caterina Nirta: "Não pode haver monstruosidade sem vulnerabilidade, porque a vulnerabilidade, um tipo de afeção, é a condição existencial para se estar no mundo. É parte do processo de afirmação – da transgressão – que está no coração da existência"[30].

À luz das formulações anteriormente estabelecidas, e considerando a perspetiva de que a visibilização dos corpos estruturalmente apagados, tais como o corpo feminino, o corpo negro ou o corpo *queer*, constitui uma luta contínua, quer seja operada pela autorrepresentação ou da autonomeação, é possível conceptualizar a *tag No Soy Tu Baby* como uma rejeição do apagamento por subalternização e um grito de existência que deverá também ser assumido como resistência, norteando esta argumentação a partir dos escritos de Fernando Cascais[31].

---

[26] BEAUVOIR, Simone de – **O segundo sexo. Vol. 1: Fatos e mitos**. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. Publicação original: 1949. Disponível em: https://joaocamillopenna.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/03/beauvoir-o-segundo-sexo-volume-11.pdf.

[27] HOOKS, bell – **Ain't I a woman: Black women and feminism**. Boston: South End Press, 1981. Disponível em: https://projects.iq.harvard.edu/files/bannekerinstitute/files/hooks_-_aint_i_woman_enough.pdf.

[28] BUTLER, Judith – **Gender trouble: feminism and the subversion of identity**. Nova Iorque: Routledge, Chapman & Hall, 1990.

[29] PRECIADO, Paul B. – Eu sou o monstro que vos fala. **Cadernos PET Filosofia**. Vol. 22, n.º 1 (2022), p. 278–331. DOI 10.5380/petfilo.v22i1.88248.

[30] NIRTA, Caterina – Monstrosity as resistance: rethinking trans embodiment beyond the rhetoric of the wrong body. **Culture, Theory and Critique**. Vol. 62, n.º 4 (2022), p. 347. DOI 10.1080/14735784.2022.2084130.

[31] CASCAIS, António Fernando – Introdução. In CORREIA, Ana; CASCAIS, António Fernando; SILVA, Ana; MARQUES, Bruno; ARTALOYTIA, Francisco; AFONSO, Raquel; CLEMINSON, Richard – **Dissidências e resistências homossexuais no século XX português**. Lisboa: Letra Livre, 2024. p. 5–88.

Neste sentido, o nome *No Soy Tu Baby* transporta não só as convicções du artista, mas também parte da sua história, integrando a língua espanhola como homenagem à sua herança cultural. "Trouxe o espanhol faz parte de mim e do lugar de onde venho. Nunca o vi como uma fronteira, mas sim como forma de abrir o diálogo"[32]. Esta afirmação demonstra uma atitude ativa de trazer para o seu nome artístico aspetos identitários estruturais, nomeadamente o local onde nasceu e a cultura na qual se revê, nomeadamente a prevalência da utilização da língua espanhola pela proximidade com a Argentina e o Uruguai, que fazem fronteira com Rio Grande do Sul, de onde é natural.

Assim, ao utilizar o espanhol, o nome carrega uma herança, uma cultura e uma vontade de quebrar fronteiras, paredes simbólicas, preconceitos entre o estado brasileiro e seus vizinhos. A segurança e o diálogo de que *No Soy Tu Baby* fala foi construído no espaço virtual, através da sua página nas redes sociais, mas também conquistado no espaço físico, através da pichação:

> Eu assinava como *No Soy Tu Baby* na rua enquanto voltava para casa, já no fim da noite. Fazia aquilo para me sentir segure, ia escrevendo e ia encontrando também os nomes dos meus amigos e era uma forma de dizer que aquele espaço também era meu. Gostava dessa sensação e sentia-me mais protegide assim, porque a rua não é segura, e à noite [ainda menos], para corpos não masculinos[33].

O gesto repetido de se escrever nas ruas e nas paredes da cidade de Lisboa possibilitou que *No Soy Tu Baby* deixasse a sua marca no espaço público, a marca de um corpo *queer* em movimento pela noite e pela ilegalidade. A repetição do gesto consolidou tanto a sua identidade como lugar de dissidência, contra a predominância masculina, como um lugar de segurança e de reconstrução identitária. Reclamou e ocupou o espaço, reocupando o seu próprio corpo, agora protegido, agora parte de uma comunidade, de uma serenidade e segurança. Assim, a *tag*, atuou tanto como mecanismo de afirmação de existência-resistência, como de transformação, quer do eu, quer da matéria urbana, para sempre modificada.

CONCLUSÃO

O percurso desenvolvido permite concluir que a *tag* não deve ser entendida apenas pelo que representa, mas também pelo que produz. Em *No Soy Tu Baby*, nomear-se constitui um ato de transformação: modifica quem escreve, interfere na ordem visual da cidade e convoca uma comunidade possível de reconhecimento. A sua precariedade material não diminui essa força; torna-a dependente da insistência, da memória e da relação.

Neste sentido, escrever-se contra a parede é disputar as condições de legibilidade pública de um corpo. Mais do que assegurar uma identidade estável, a *tag* mantém-na aberta, em movimento e disponível para novas reconfigurações. Talvez seja precisamente aí que reside a sua dimensão política: não apenas em tornar visível uma existência dissidente, mas em alterar, ainda que provisoriamente, os critérios através dos quais uma presença pode ser reconhecida como legítima no espaço comum.

[32] *No Soy Tu Baby*, 2025.
[33] *No Soy Tu Baby*, 2025.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Maria A. C. – ***O dualismo grafite vs. pichação: arte grafite, tagging, pichação e pixo***. [S. l.]: Universidade Federal do Espírito Santo, 2015. Dissertação de mestrado.

ARDS, Angela – Organizing the hip hop generation. In FORMAN, Murray; NEAL, Mark Anthony, eds. – **That's the joint! The hip-hop studies reader**. Nova Iorque: Routledge, 2004. p. 311–323.

AVRAMIDIS, Konstantinos; DRAKOPOULOU, Konstantina – Moving from urban to virtual spaces and back: learning in/from signature graffiti subculture. In JANDRIĆ, Petar; BORAS, Damir, eds. – **Critical learning in digital networks**. Cham: Springer International Publishing, 2015. p. 133–160. DOI 10.1007/978-3-319-13752-0_7.

BEAUJOUR, Michel – **Miroirs d'encre: rhétorique de l'autoportrait**. Paris: Éditions du Seuil, 1980.

BEAUVOIR, Simone de – **O segundo sexo. Vol. 1: Fatos e mitos**. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. Publicação original: 1949. Disponível em: https://joaocamillopenna.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/03/beauvoir-o-segundo-sexo-volume-11.pdf.

BREA, José Luis – Fábricas de identidad: retóricas del autorretrato. **Exit: Autorretratos/Self-Portraits**. N.º 10 (2003), p. 82–91.

BUTLER, Judith – **Gender trouble: feminism and the subversion of identity**. Nova Iorque: Routledge, Chapman & Hall, 1990.

BUTLER, Judith – **El género en disputa: el feminismo y la subversión de la identidad**. Barcelona: Paidós, 2001.

CAIAFA, Fernanda A. – Arte urbana queer como ato da resistência ativista. **Ephemera: Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal de Ouro Preto**. Ouro Preto. Vol. 4, n.º 9 (2021), p. 179–197. DOI 10.70446/ephemera.v4i9.4984.

CAMPOS, Ricardo – **Pintando a cidade: uma abordagem antropológica ao graffiti urbano**. Lisboa: Universidade Aberta, 2007. Tese de doutoramento. Disponível em: http://hdl.handle.net/10400.2/765.

CAMPOS, Ricardo – O espaço e o tempo do graffiti e da street art. **Cidades, Comunidades e Territórios**. Lisboa. N.º 34 (2017), p. 1–16. DOI 10.15847/citiescommunitiesterritories.jun2017.034.

CAMPOS, Ricardo; CÂMARA, Sílvia – **Arte(s) urbana(s).** Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, 2019.

CASCAIS, António Fernando – Introdução. In CORREIA, Ana; CASCAIS, António Fernando; SILVA, Ana; MARQUES, Bruno; ARTALOYTIA, Francisco; AFONSO, Raquel; CLEMINSON, Richard – **Dissidências e resistências homossexuais no século XX português**. Lisboa: Letra Livre, 2024. p. 5–88.

CASTLEMAN, Craig – **Getting up: subway graffiti in New York**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1982.

DIDI-HUBERMAN, Georges – La grammaire, le chahut, le silence: pour une anthropologie du visage. In **À visage découvert**. Paris: Fondation Cartier pour l'Art Contemporain; Flammarion, 1992. p. 15–55.

ELIAS, Manuel; MARQUES, Inês – From squares to walls: where does public art end and urban art start? In ABREU, José Guilherme; CASTRO, Laura, eds. – **Public art in the digital creativity era: International Conference Proceedings 2017**. Porto: Universidade Católica Editora, 2017. p. 20–30.

HALL, Stuart – **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HEBDIGE, Dick – **Subculture: The meaning of style**. Londres: Routledge, 2002.

MORÃO, Paula – Retrato e auto-retrato: fronteiras e limites. In BASÍLIO, Kelly [*et al.*], org. – **Concerto das artes**. Porto: Campo das Letras, 2007. p. 187–198.

HOOKS, bell – **Ain't I a woman: Black women and feminism**. Boston: South End Press, 1981. Disponível em: https://projects.iq.harvard.edu/files/bannekerinstitute/files/hooks_-_aint_i_woman_enough.pdf.

LEFEBVRE, Henri – **O direito à cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro Editora, 2011. Publicação original: 1968.

NANCY, Jean-Luc – **Le regard du portrait**. Paris: Galilée, 2000.

NIRTA, Caterina – Monstrosity as resistance: rethinking trans embodiment beyond the rhetoric of the wrong body. **Culture, Theory and Critique**. Vol. 62, n.º 4 (2022), p. 339–352. DOI 10.1080/14735784.2022.2084130.

PRECIADO, Paul B. – Eu sou o monstro que vos fala. **Cadernos PET Filosofia**. Vol. 22, n.º 1 (2022), p. 278–331. DOI 10.5380/petfilo.v22i1.88248.

RAPOSO, Otávio – Street art commodification and (an)aesthetic policies on the outskirts of Lisbon. **Journal of Contemporary Ethnography**. Vol. 52, n.º 2 (2022), p. 163–191. DOI 10.1177/08912416221079863.

RIBEIRO, Eunice – O retrato em literatura: ilustração e ruína. **Limite.** N.º 9 (2015), p. 321–335. Disponível em: https://revista-limite.unex.es/index.php/limite/article/view/1540.

ROSS, Jeffrey Ian; BENGTSEN, Peter; LENNON, John F.; PHILLIPS, Susan; WILSON, Jacqueline Z. – In search of academic legitimacy: the current state of scholarship on graffiti and street art. **The Social Science Journal**. Vol. 54, n.º 4 (2017), p. 411–419. DOI 10.1016/j.soscij.2017.08.004.

SCOTT, James C. – **A dominação e a arte da resistência: discursos ocultos**. Lisboa: Letra Livre, 2013.

SNYDER, Gregory – Long live the tag: representing the foundations of graffiti. In AVRAMIDIS, Konstantinos; TSILIMPOUNIDI, Myrto, eds. – **Graffiti and street art: reading, writing and representing the city**. Londres: Routledge, 2017. p. 264–273.

VIDEOGRAFIA

Mass Appeal. (2016). **CORNBREAD Lives** [Video]. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pXz_5TJbXr0

Sistemas Proporcionais na Arquitetura Religiosa das ilhas de São Miguel e Santa Maria (Açores)

Maria Antónia Rocha Vieira
ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa; ISTAR-IUL - Centro de Investigação em Ciências da Informação, Tecnologias e Arquitetura
marva@iscte-iul.pt

Mafalda Sampayo
ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa; ISTAR-IUL - Centro de Investigação em Ciências da Informação, Tecnologias e Arquitetura
mafalda.sampaio@iscte-iul.pt

João Alves da Cunha
Universidade Católica Portuguesa; UCP-CEHR - Centro de Estudos de História Religiosa
joaoalvesdacunha.arq@gmail.com

Resumo: O presente artigo apresenta parte dos resultados de uma investigação centrada na identificação de sistemas proporcionais, métricos e rítmicos na arquitetura religiosa açoriana dos séculos XVIII e XIX, com incidência nas ilhas de São Miguel e de Santa Maria. Perante a escassez de documentação histórica relativa aos autores e processos construtivos, o estudo assenta na análise direta do edificado, recorrendo ao levantamento métrico, modelação digital e leitura geométrica. O objetivo é compreender os princípios compositivos subjacentes às igrejas através da sua configuração formal. Do ponto de vista teórico, a investigação enquadra-se no debate sobre a relação entre geometria, proporção e arquitetura, considerando a influência indireta da tratadística europeia e portuguesa difundida após o Concílio de Trento (1545–1563). Embora não existam evidências da circulação destes tratados nos Açores, identificam-se afinidades com modelos arquitetónicos amplamente divulgados, o que aponta para processos de adaptação e reinterpretação de referências externas às realidades locais. O estudo analisa quarenta e duas igrejas de uma e três naves, incidindo sobre a planta e a fachada, através do método dos polígonos sobrepostos, com especial destaque para o retângulo de aresta √5 enquanto módulo compositivo. Os resultados demonstram a relevância da geometria, da proporção e da métrica para a compreensão da arquitetura religiosa açoriana. A recorrência do retângulo de aresta √5 revela padrões consistentes de organização espacial e formal, contribuindo para o conhecimento destes edifícios e evidenciando o potencial da análise geométrica em contextos com reduzida documentação histórica.

Palavras-chave: Arquitetura Religiosa, Açores, Sistemas Proporcionais, Retângulo √5

Introdução

O presente artigo[1] expõe uma das ferramentas metodológicas desenvolvidas no âmbito de uma investigação de doutoramento dedicada à identificação de padrões proporcionais, métricos e geométricos na arquitetura religiosa açoriana dos séculos XVIII e XIX.

Perante a escassez de documentação relativa aos autores dos projetos, aos processos de conceção e aos métodos de construção, a investigação assenta sobretudo na análise direta do edificado. Por meio do levantamento métrico, da modelação digital e da análise gráfica das plantas e das fachadas, foi possível formular hipóteses sobre os princípios compositivos subjacentes a estes edifícios.
O artigo sintetiza os principais resultados obtidos até ao momento, privilegiando a leitura geométrica das plantas e das fachadas de quarenta igrejas das ilhas de São Miguel e de Santa Maria (11 de uma nave e 29 de três naves), incluindo edifícios paroquiais e não-paroquiais.

Enquadramento Teórico

A geometria e a proporção constituem temas centrais da teoria da arquitetura. Diversos autores demonstraram que a forma construída resulta não apenas de exigências funcionais, mas também da aplicação de sistemas racionais capazes de organizar o espaço e conferir unidade ao edifício. Desde a Antiguidade, passando pela Idade Média e pelo Renascimento, a arquitetura recorreu a figuras geométricas simples, proporções matemáticas e relações modulares para estruturar a composição arquitetónica[2].
A investigação recente tem reforçado a importância da análise proporcional como instrumento de interpretação da arquitetura histórica, sobretudo em contextos em que a documentação projetual é reduzida ou inexistente. Nestas circunstâncias, a leitura geométrica dos edifícios permite compreender lógicas de organização espacial, sistemas de medida e estratégias de conceção que dificilmente podem ser identificadas através de fontes escritas[3].

---

[1] O presente artigo insere-se numa investigação em curso no âmbito do Doutoramento em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos do ISCTE-IUL, desenvolvida no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação em Ciências da Informação, Tecnologias e Arquitetura (Lisboa, Portugal). A investigação centra-se na identificação e análise de sistemas proporcionais, métricos e rítmicos na arquitetura religiosa açoriana dos séculos XVIII e XIX, com particular incidência nas ilhas de São Miguel e de Santa Maria.

[2] WITTKOWER, Rudolf - **Architectural principles in the age of humanism**. London: Academy Editions, 1988.; MARCH, Lionel - **Architectonics of humanism: essays on number in architecture**. London: Academy Editions, 1998.; BOUDON, Philippe - **Sur l'espace architectural: Essai d'epistémologie de l'architecture**. Éditions Parentlèses, 2003.; COHEN, Matthew – Proportion and Proportional Systems. In **Beyond beauty: reexamining architectural proportion in the Basilicas of San Lorenzo and Santo Spirito in Florence**. Linotipia Saccuman sr l, Vicenza, 2013. p.17-51.; COHEN, Matthew - Ten Principles for the Study of Proportional Systems in the History of Architecture. In **Proportional Systems in the History of Architecture: A Critical Consideration**. [Em linha] 2018, p.525-550. [Consult. 22 mar. 2023]. Disponível na internet: URL: <http://www.jstor.org/stable/j.ctv30hx40h>.; MAIA, Joana - **A dimensão intrínseca: validade do conceito de proporção na arquitetura portuguesa a partir de meados do século XX**. Coimbra: FCTUC. 2022. Tese de Doutoramento.; OTTENHEYM, Konrad - Proportional Design Systems in Seventeenth-Century Holland. In **Architectural Histories**. 2(1): 10, 2014. p.1-14.; BENUTTI, Maria Antonia - Proporções e Estruturas da Geometria Sagrada na Antiguidade. In **Revista Educação Gráfica**. [Em linha]. Vol.12, n.º 02, (2008). [Consult. 4 jun. 2023]. Disponível na internet: URL: <https://www.educacaografica.inf.br/wp-content/uploads/2011/06/03_Proporcoes.pdf>.

[3] JORGE, Virgolino Ferreira – A cabeceira da Igreja Abacial de Alcobaça. In **Ratio Fecit Diversum. Ensaios sobre a Abadia de Alcobaça.** Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural e Mosteiro de

No contexto português, a receção dos modelos clássicos e da tratadística europeia contribuiu para a progressiva valorização da geometria como instrumento de projeto. Ainda que a influência destes modelos não possa ser demonstrada diretamente em todos os casos, a sua difusão criou um quadro cultural favorável à utilização de princípios proporcionais na prática construtiva[4].

No caso açoriano, apesar da vasta historiografia dedicada à arquitetura religiosa[5], continuam escassos os estudos centrados na análise métrica e proporcional dos edifícios. A ausência de documentação direta sobre os processos de conceção torna particularmente relevante o recurso à análise geométrica. A recorrência de determinadas soluções de planta e de fachada sugere a existência de princípios organizadores comuns,

---

Alcobaça. 2017, p.79-111.; JORGE, Virgolino Ferreira - Arquitectura, medida e número na igreja de São João de Tarouca (Portugal). In **Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. 2, 2006. p.367-385.; MCCAGUE, Hugh. - A mathematical look at a medieval cathedral. In **Math Horizons.** 10(4), 2003. p.10–13.; WANG, Chaoran; HANN, Michael Andrew - Serendipity? The Inspiration of the Medieval Masons in Cathedral Floor-plan Design. In **The Design Journal An International Journal for All Aspects of Design.** 22:sup1, (2019). p.1821-1840.; BENUTTI, Maria Antonia - Proporções e Estruturas da Geometria Sagrada na Antiguidade. In **Revista Educação Gráfica**. [Em linha]. Vol.12, n.º 02, (2008). [Consult. 4 jun. 2023]. Disponível na internet: URL: <https://www.educacaografica.inf.br/wp-content/uploads/2011/06/03_Proporcoes.pdf>; HALES, Jonathan - Gothic Geometry in Two Hawksmoor Churches. In **Architectural Histories.** 12(1). 2024. p. 1–30.; DEWITTE, Liz - Proportionality in the Architecture of Dom Bellot. In **Nexus Network Journal: Architecture and Mathematics**. Turin: Kim Williams Books. (2015). p.457-485.; PEREIRA, Miguel **- O traço divino: A geometria como instrumento de sacralização do espaço na igreja de Santa Maria Maior**. Universidade do Porto: Repositório da Universidade do Porto, 2015. Dissertação de Mestrado.; OTTENHEYM, Konrad - Proportional Design Systems in Seventeenth-Century Holland. In **Architectural Histories**. 2(1): 10, 2014. p.1-14.

[4] RODRIGUES, Ana Duarte; MOREIRA, Rafael – **Tratados de Arte em Portugal**. Lisboa: Scribe. 2011.; XAVIER, João Pedro - Geometria e proporção. In **António Rodrigues. Renascimento em Portugal.** Porto: Dafne Editora, 2007, p.103-120.; XAVIER, João Pedro - Perspective in António Rodrigues's Tratado de Arquitectura. In **Architecture and Mathematics from Antiquity to the Future**. Springer International Publishing Switzerland, 2015. p.73-91.; RAIMUNDO, Nuno de Mendonça – A Harmonia Musical na Arquitectura Renascentista Portuguesa. In **Proportion dis Harmonies Identities**. Lisboa: AGIR - Artes Gráficas, 2015, p.214-229.; MAIA, Joana - **A dimensão intrínseca: validade do conceito de proporção na arquitetura portuguesa a partir de meados do século XX**. Coimbra: FCTUC. 2022. Tese de Doutoramento.

[5] SOUSA, Nestor de - Arquitetura Religiosa nos Açores: da expressão manuelina ao "estilo chão". In **III Curso de verão de história da arte,** 1990. (inédito); SOUSA, Nestor de - Arquitectura barroca nos Açores. In **Actas do I Congresso Internacional do Barroco**. Porto: Reitoria da Universidade do Porto. Vol 2 (1991), p. 463-482.; CALDAS, João Vieira - Pequeno ensaio sobre as igrejas de três naves do Nordeste. In **Nordeste: São Miguel: Inventário do património imóvel dos Açores**. Angra do Heroísmo (Açores): Direcção Regional da Cultura: IAC- Instituto Açoriano de Cultura, 2011. p.25-35.; CALDAS, João Vieira - A matriz velha da Povoação e a sua fachada "micaelense". In **Povoação: São Miguel: Inventário do património imóvel dos Açores**. Angra do Heroísmo (Açores): Direcção Regional da Cultura: IAC- Instituto Açoriano de Cultura, 2012. p.39-46.; CALDAS, João Vieira - A arquitetura religiosa do classicismo pós-tridentino. In **História da Arte nos Açores (c.1427-2000)**. Angra do Heroísmo (Açores): Secretaria Regional da Educação e Cultura dos Açores, 2018a. p.249-301.; CALDAS, João Vieira - A arquitetura religiosa do tempo barroco. In **História da Arte nos Açores (c.1427-2000).** Angra do Heroísmo (Açores): Secretaria Regional da Educação e Cultura dos Açores, 2018b. p.369-427.; LARANJEIRA, Mateus - **São Salvador de Angra: uma catedral sebástica.** Angra de Heroísmo (Açores): Instituto Açoriano de Cultura, 2008.

cuja identificação permite aprofundar o conhecimento sobre a arquitetura religiosa do arquipélago[6].

Construtores e Contexto Construtivo

A circulação dos tratados de arquitetura a partir do século XVI contribuiu para a formação dos construtores portugueses, cuja aprendizagem combinava a experiência adquirida em estaleiro com conhecimentos teóricos provenientes da tratadística europeia[7]. Contudo, a escassez de documentação relativa aos agentes da construção dificulta a reconstituição dos seus percursos profissionais, obrigando frequentemente ao recurso a fontes indiretas e à análise do próprio edificado[8].

Até ao século XVII, predominavam designações como *"mestre pedreiro"* ou *"mestre das obras"*, profissionais que frequentemente acumulavam funções de projetista, diretor e coordenador dos trabalhos. A organização dos estaleiros caracterizava-se por uma estrutura hierarquizada, mas simultaneamente flexível, permitindo uma significativa mobilidade dos mestres e favorecendo a circulação de técnicas construtivas, modelos arquitetónicos e saberes especializados[9].

---

[6] VIEIRA, Maria Antónia, SAMPAYO, Mafalda Teixeira de e CUNHA, João Alves da - Uma tipologia de igrejas nos Açores. Uma particularidade de fachada na ilha de São Miguel e o estudo do seu sistema de proporção, nos séculos XVIII e XIX. In **Antologia de Ensaios. Laboratório Colaborativo: dinâmicas urbanas, património, artes IX – Seminário de investigação, ensino e difusão.** Lisboa: DINÂMIA'CET-ISCTE /Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, 2023. p.111-131.; VIEIRA, Maria Antónia - Metodologia: Num processo de investigação em torno dos sistemas proporcionais das igrejas micaelenses. In **9ª edição do Colóquio Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos: Atas**, Lisboa: DINÂMIA'CET-ISCTE /Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, 2024.; VIEIRA, Maria Antónia - Análise Gráfica das Fachadas e das Plantas das Igrejas Açorianas: Estrutura e Proporções Arquitetónicas. In **10ª edição do Colóquio Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos: Atas**, Lisboa: DINÂMIA'CET-ISCTE /Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, 2025. p.55-83.; VIEIRA, Maria Antónia - Analysis of Proportional Systems in the Azorean Churches: Nossa Senhora da Estrela and São Vicente Ferreira. In **11ª edição do Colóquio Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos: Atas**. Lisboa: DINÂMIA'CET-ISCTE /Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, 2026. p.90-105.

[7] AAVV - **Teoria da arquitectura: do Renascimento até aos nossos dias.** Köln: Taschen, 2003.; XAVIER, João Pedro - Geometria e proporção. In **António Rodrigues. Renascimento em Portugal**. Porto: Dafne Editora, 2007. p. 103-120.; XAVIER, João Pedro - Perspective in António Rodrigues's Tratado de Arquitectura. In **Architecture and Mathematics from Antiquity to the Future**. Springer International Publishing Switzerland, 2015. p.73-91.; MAIA, Joana - **A dimensão intrínseca: validade do conceito de proporção na arquitetura portuguesa a partir de meados do século XX**. Coimbra: FCTUC. 2022. Tese de Doutoramento.

[8] ABREU, Susana - «Arquitecto, do Officio de Mestre das Obras». A introdução do título de arquiteto em Portugal: ambiguidades de uma questão em aberto - Parte I. In **História da arquitetura. Perspetivas temáticas.** Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2018. p. 327-349.; ALBERGARIA, Maria Isabel - **A casa nobre na ilha de S. Miguel: do período filipino ao final do antigo regime.** Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico, Vol. 1 e 2, 2012. Tese de Doutoramento.; ALBERGARIA, Maria Isabel – Os homens da construção nas ilhas atlânticas da Madeira e dos Açores (séculos XV e XVI). Cargos, funções e organização profissional dos sectores da construção. In **História da Construção. Os Construtores**. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2011. p.129-149.

[9] ABREU, Susana - «Arquitecto, do Officio de Mestre das Obras». A introdução do título de arquiteto em Portugal: ambiguidades de uma questão em aberto - Parte I. In **História da arquitetura. Perspetivas temáticas.** Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2018. p. 327-349.; ALBERGARIA, Maria Isabel - **A casa nobre na ilha de S. Miguel: do período filipino ao final do antigo regime.** Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico, vol. 1 e 2, 2012. Tese de Doutoramento.; ALBERGARIA, Maria Isabel – Os homens da construção nas ilhas atlânticas da Madeira e dos Açores (séculos XV e XVI). Cargos, funções e organização profissional dos sectores da

Nos Açores, a construção de igrejas, conventos e fortificações foi maioritariamente assegurada por mestres locais, embora influenciada por técnicos e modelos provenientes do Reino. O contexto insular favoreceu a transmissão familiar dos conhecimentos e a adaptação de soluções já consolidadas, originando uma arquitetura simultaneamente enraizada nas tradições locais e aberta a influências externas[10].

No caso das igrejas paroquiais micaelenses, a documentação raramente permite identificar os autores dos projetos ou os responsáveis pelo risco arquitetónico, mencionando com maior frequência pedreiros, carpinteiros, entalhadores, douradores, pintores e outros oficiais envolvidos nas obras. Ainda assim, os registos disponíveis possibilitam reconstituir as principais fases construtivas, desde a execução dos alicerces e das estruturas murárias até aos programas decorativos, evidenciando o carácter coletivo e multidisciplinar do processo de construção[11].

A análise dos dados recolhidos confirma esta realidade. Os registos documentais revelam uma forte presença de pedreiros, carpinteiros, entalhadores, douradores e pintores, demonstrando que a edificação das igrejas envolvia a articulação de diversos ofícios especializados. Entre estes grupos, destacam-se particularmente os pedreiros e os entalhadores, sugerindo que a construção estrutural e a valorização artística dos interiores constituíam dimensões complementares e igualmente relevantes do investimento realizado pelas comunidades.

A distribuição cronológica dos agentes identificados evidencia maior concentração de atividade nos séculos XVIII e XIX, período que corresponde às principais campanhas de construção, ampliação e remodelação do património religioso açoriano. Este facto sugere que muitas das igrejas existentes resultam de sucessivos processos de transformação, mais do que de campanhas construtivas únicas e homogéneas.

Outro aspeto relevante é a reduzida referência a arquitetos ou projetistas formalmente identificados. A predominância de mestres de obras e de oficiais especializados reforça a ideia de que a conceção e execução dos edifícios dependiam sobretudo de agentes locais, para os quais a distinção entre arquiteto, projetista e construtor nem sempre era claramente definida. A acumulação de funções por um mesmo indivíduo parece ter sido

---

construção. In **História da Construção. Os Construtores**. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2011. p.129-149.

[10] ALBERGARIA, Maria Isabel - **A casa nobre na ilha de S. Miguel: do período filipino ao final do antigo regime.** Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico, Vol. 1 e 2, 2012. Tese de Doutoramento.; ALBERGARIA, Maria Isabel – Os homens da construção nas ilhas atlânticas da Madeira e dos Açores (séculos XV e XVI). Cargos, funções e organização profissional dos sectores da construção. In **História da Construção. Os Construtores**. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2011. p.129-149.; PACHECO, Ana Assis - Arquitectos, obras e desenhos: contributos para uma história da construção nos séculos XVII-XVIII no Brasil e Ilhas Atlânticas. In **I Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira / I International Congress on Luso-Brazilian Construction Proceedings**, Vitória, 2013.

[11] AVELLAR, José Cândido da Silveira - **Ilha de S. Jorge: apontamentos para a sua história**. Horta (Açores): Tipografia Minerva Insulana, 1902.; ALBERGARIA, Maria Isabel - **A casa nobre na ilha de S. Miguel: do período filipino ao final do antigo regime.** Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico, Vol. 1 e 2, 2012. Tese de Doutoramento.; ALBERGARIA, Maria Isabel – Os homens da construção nas ilhas atlânticas da Madeira e dos Açores (séculos XV e XVI). Cargos, funções e organização profissional dos sectores da construção. In **História da Construção. Os Construtores**. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2011. p.129-149.

uma prática recorrente, aproximando-se da realidade observada noutros contextos portugueses da Época Moderna.

Por outro lado, a repetição de determinados apelidos ao longo da cronologia poderá indiciar a existência de redes familiares associadas à construção, responsáveis pela transmissão intergeracional de conhecimentos técnicos e de práticas profissionais. Embora a documentação disponível não permita confirmar a existência de verdadeiras dinastias de construtores, esta hipótese revela-se consistente com a organização tradicional dos ofícios no contexto insular.

Em síntese, a arquitetura religiosa micaelense surge como o resultado de um processo coletivo que envolveu mestres de obras, artífices e oficiais de diferentes especialidades. A conjugação entre saberes práticos, conhecimentos transmitidos no âmbito profissional e familiar e a adaptação de modelos arquitetónicos provenientes do exterior contribuiu para a formação de uma produção arquitetónica com características próprias, simultaneamente integrada nas correntes artísticas do seu tempo e ajustada às especificidades do contexto açoriano.

Metodologia

A primeira fase da investigação consistiu na pesquisa documental e arquivística em fontes primárias, consultadas em vinte e seis arquivos, bibliotecas e bases de dados dos Açores e nacionais. Verificou-se, contudo, a escassez de peças desenhadas relativas às igrejas em estudo, frequentemente inexistentes ou incompletas, o que tornou necessário o levantamento arquitetónico *in situ* dos edifícios.

Assim a metodologia adotada combina levantamento arquitetónico, tratamento de dados métricos e análise gráfica digital, no *software* AutoCADTM. Após a validação dos levantamentos *in situ*, as peças desenhadas foram vetorizadas e simplificadas de modo a evidenciar a estrutura formal dos edifícios[12].
A análise incidiu principalmente sobre as plantas do piso térreo e as fachadas principais. Foram identificados os volumes originais das construções, distinguindo-os de ampliações e acrescentos posteriores.

Com base em ensaios sucessivos de sobreposição geométrica, recorreu-se ao método dos polígonos sobrepostos. Os resultados demonstraram uma correspondência

[12] VIEIRA, Maria Antónia, SAMPAYO, Mafalda Teixeira de e CUNHA, João Alves da - Uma tipologia de igrejas nos Açores. Uma particularidade de fachada na ilha de São Miguel e o estudo do seu sistema de proporção, nos séculos XVIII e XIX. In **Antologia de Ensaios. Laboratório Colaborativo: dinâmicas urbanas, património, artes IX – Seminário de investigação, ensino e difusão.** Lisboa: DINÂMIA'CET-ISCTE /Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, 2023. p.111-131.; VIEIRA, Maria Antónia - Metodologia: Num processo de investigação em torno dos sistemas proporcionais das igrejas micaelenses. In **9ª edição do Colóquio Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos: Atas**. Lisboa: DINÂMIA'CET-ISCTE /Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, 2024.; VIEIRA, Maria Antónia - Análise Gráfica das Fachadas e das Plantas das Igrejas Açorianas: Estrutura e Proporções Arquitetónicas. In **10ª edição do Colóquio Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos: Atas.** Lisboa: DINÂMIA'CET-ISCTE /Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, 2025. p.55-83.; VIEIRA, Maria Antónia - Analysis of Proportional Systems in the Azorean Churches: Nossa Senhora da Estrela and São Vicente Ferreira. In **11ª edição do Colóquio Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos: Atas**. Lisboa: DINÂMIA'CET-ISCTE /Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, 2026. p.90-105.

particularmente consistente com o sistema dos retângulos de raiz, em especial com o retângulo √5, adotado como principal referência analítica[13].

Importa referir que o presente artigo corresponde a uma aplicação parcial da metodologia global desenvolvida no âmbito de uma investigação mais ampla. Embora o universo de análise integre a totalidade dos casos de estudo considerados no doutoramento, a abordagem aqui apresentada assume um carácter mais sintético e exploratório, centrando-se na planta e na fachada, entendidas como elementos privilegiados para a identificação de padrões compositivos e relações dimensionais recorrentes.

Em paralelo com a identificação de princípios como ritmo, simetria e lógica organizativa, a investigação adotou uma abordagem centrada na análise geométrica, intrinsecamente articulada com os sistemas proporcionais e métricos. Esta opção decorre do enquadramento teórico, marcado pela ausência de evidências de uma tratadística local ou de um sistema proporcional formalizado no contexto construtivo. Assim, com base em ensaios de sobreposição de diferentes sistemas proporcionais sobre as peças desenhadas, recorreu-se ao método dos polígonos sobrepostos, estabelecendo-se uma correspondência consistente com o sistema dos retângulos de raiz, em particular com o retângulo √5, mais concretamente, com o retângulo cuja aresta maior apresenta a medida de √5[14].

[13] VIEIRA, Maria Antónia - Analysis of Proportional Systems in the Azorean Churches: Nossa Senhora da Estrela and São Vicente Ferreira. In **11ª edição do Colóquio Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos: Atas**. Lisboa: DINÂMIA'CET-ISCTE /Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, 2026. p.90-105.

[14] VIEIRA, Maria Antónia - Metodologia: Num processo de investigação em torno dos sistemas proporcionais das igrejas micaelenses. In **9ª edição do Colóquio Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos: Atas**. Lisboa: DINÂMIA'CET-ISCTE /Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, 2024.; VIEIRA, Maria Antónia - Analysis of Proportional Systems in the Azorean Churches: Nossa Senhora da Estrela and São Vicente Ferreira. In **11ª edição do Colóquio Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos: Atas**. Lisboa: DINÂMIA'CET-ISCTE /Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, 2026. p.90-105.

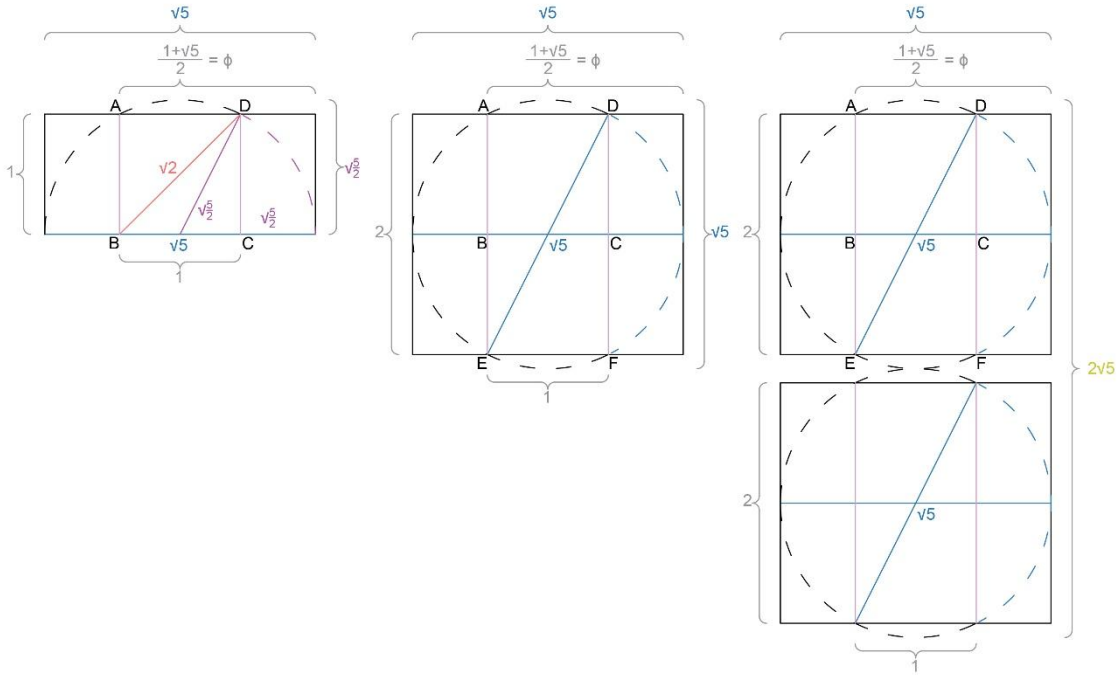


Figura 1 - Sistemas Proporcionais: (esquerda) retângulo cuja aresta maior apresenta a medida de √5; (centro) variação em espelho; (direita) variação em multiplicação. Fonte: VIEIRA, 2026.

A partir deste retângulo base foram geradas variações operativas, nomeadamente o seu espelho e a sua multiplicação, que possibilitaram a construção de esquemas geométricos mais complexos, incluindo a inscrição de círculos e quadrados. O método foi aplicado de forma sistemática às plantas e às fachadas das igrejas de uma e três naves, adotando como referência um ponto fixo na fachada principal e na planta, assegurando a consistência da leitura comparativa[15].

Com o objetivo de sintetizar os resultados e compreender a diversidade de aplicações do sistema geométrico identificado, foram elaboradas tabelas (1 e 2) nas quais se sistematizam as principais relações observadas (representadas nas colunas). Esta síntese permite não apenas avaliar o grau de recorrência do modelo geométrico, mas também identificar variações que poderão refletir adaptações locais, condicionamentos construtivos, campanhas de remodelação ou diferentes momentos cronológicos, reforçando um processo coletivo que envolveu agentes de diferentes especialidades com a conjugação entre saberes práticos e conhecimentos transmitidos e a adaptação de modelos arquitetónicos.

A análise do conjunto demonstra uma expressiva coerência geométrica e proporcional. Apesar das diferenças tipológicas entre igrejas de uma e de três naves, a maioria dos edifícios parece assentar numa lógica compositiva comum, estruturada a partir do retângulo de aresta √5 e de suas derivações geométricas. Neste contexto, as principais diferenças observadas não resultam da adoção de sistemas proporcionais distintos, mas da forma como a mesma matriz geométrica é aplicada à organização espacial, à articulação dos volumes e à composição das fachadas.

Tabela 1 – Leitura global dos sistemas proporcionais das igrejas de uma nave. Elaborado pelo autor.

[15] VIEIRA, Maria Antónia - Analysis of Proportional Systems in the Azorean Churches: Nossa Senhora da Estrela and São Vicente Ferreira. In **11ª edição do Colóquio Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos: Atas**. Lisboa: DINÂMIA'CET-ISCTE /Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, 2026. p.90-105.

Igrejas		Planta				Fachada		
		Data	Relação longitudinal		Posição da Porta	Data	Altura global	Altura do 1.º nível
1	Furnas	1777	Retângulo aresta √5 (quase, até aos altares)	Retângulo 3√5	Descentrada	1777	Quadrado √5 excluindo Frontão	Quadrado √5
2	S. Vicente Ferreira	1868	Retângulo aresta √5	Retângulo 3√5	Centrada	1780	Quadrado √5 incluindo Frontão	Retângulo aresta √5 + 2/ Retângulo aresta √5
3	Ginetes	1811	Retângulo aresta √5 + meio	Retângulo 3√5 + Retângulo aresta √5	Descentrada (indica a posição dos altares)	1811	Quadrado √5	Retângulo aresta √5 + 2/ Retângulo aresta √5
4	Milagres	1815	Retângulo aresta √5	Retângulo 2√5 + Retângulo aresta √5	Centrada	1815	Quadrado √5	Retângulo aresta √5 +2/ Retângulo aresta √5
5	Santa Bárbara	1826	Retângulo aresta √5 + meio	Retângulo 3√5	Descentrada	1826	Quadrado √5	Retângulo aresta √5 + 2/ Retângulo aresta √5
6	Atalhada	1826	Retângulo aresta √5	Retângulo 2√5	Descentrada (erro construtivo)	1826	Quadrado √5 excluindo frontão	Quadrado √5
7	Lomba de S. Pedro	1830	Retângulo aresta √5 + meio (quase)	Retângulo 3√5	Descentrada (indica a posição dos altares)	1830	Quadrado √5 excluindo frontão	Quadrado √5
8	Ribeira das Tainhas	1844	Retângulo aresta √5 + meio	Retângulo 3√5	Descentrada (indica a posição das portas)	1844	Quadrado √5	Retângulo aresta √5 + 2/ Retângulo aresta √5
9	Candelária	1826	Retângulo aresta √5 + meio	Retângulo 3√5	Descentrada (indica a posição dos altares)	1853	Quadrado √5 incluindo Frontão	Retângulo aresta √5
10	Remédios	1854	Retângulo aresta √5	Retângulo 2√5	Centrada	1854	Quadrado √5	Retângulo aresta √5 +2/ Retângulo aresta √5
11	Algarvia	1865	Retângulo aresta √5	Retângulo 2√5	Centrada	1865	Quadrado √5 incluindo Frontão	Retângulo aresta √5

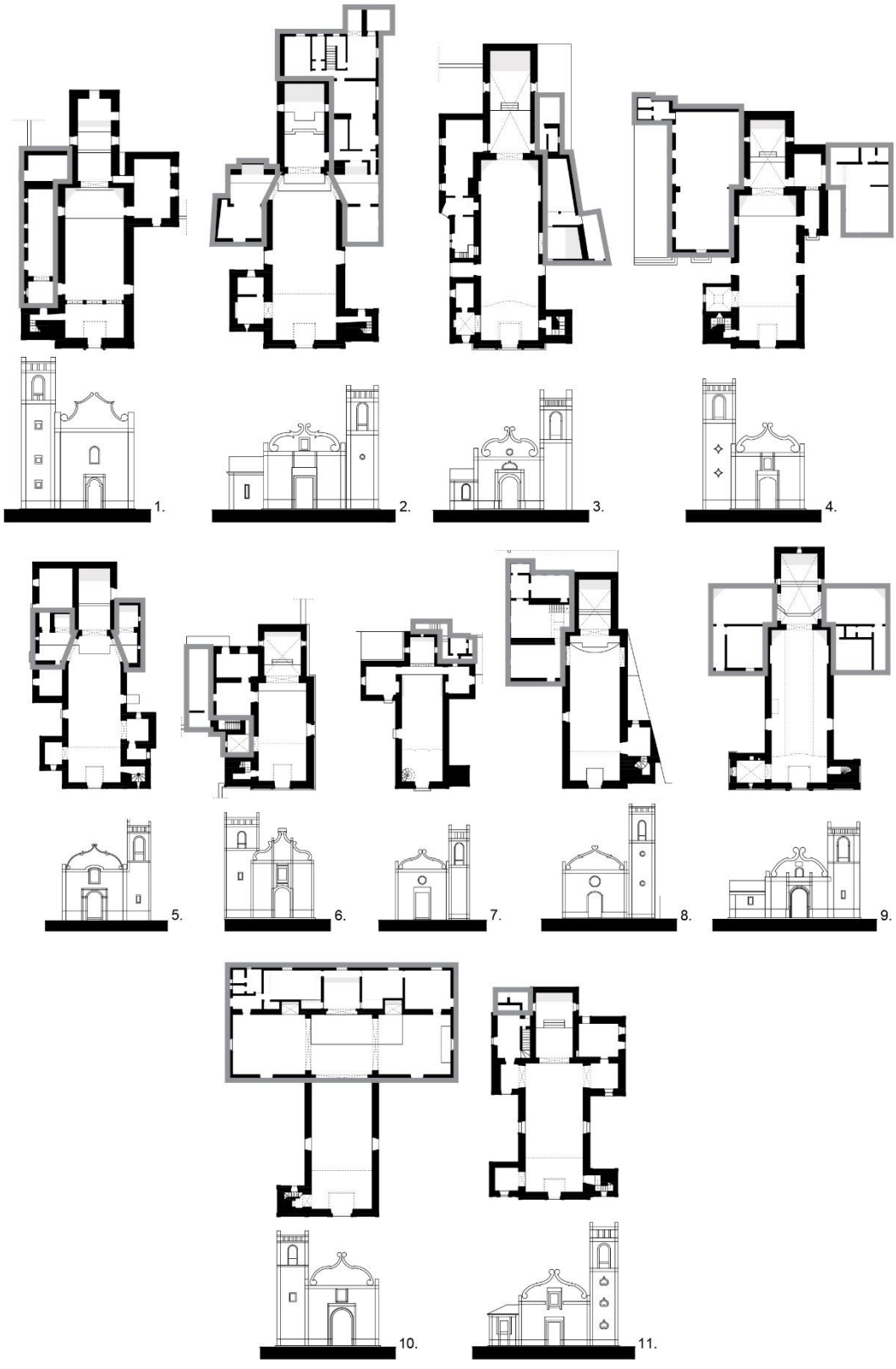


Figura 2 – Leitura global das plantas e das fachadas das igrejas de uma nave (as adições posteriores são assinaladas em cinza). Elaborado pelo autor.

Tabela 2.1 – Leitura global dos sistemas proporcionais das igrejas de três naves (1ª parte). Elaborado pelo autor.

	Igrejas	Planta						Fachada						
		Data	Relação (transversal	Relação estrutural	Relação longitudinal	Posição da Porta	Relação Tramos	Importancia do 1.º Tramo	Data	Estrutura Interna vs Externa	Proporção entre Tramos	Fachada tripartida	Altura global	Altura do 1.º nível	Altura do 2.º nível	Relação entre Tramos
1	Matriz	1728	Retângulo aresta √5	Na face externa	Retângulo 2√5	Posicinamento da porta define o 1ºTramo	6 partes iguais	Semelhante aos restantes, mas o posicionamento da porta define o 1.º tramo	1728	Quase	5/7	1/3	Quadrado √5 inclunido Frontão	Retângulo aresta √5	Retângulo aresta √5, resultante do Retângulo aresta √5 do 1º Nível	Quadrado √5
2	Fenais da Luz	1728	Retângulo aresta √5	Na face externa	Retângulo 2√5	Centrada	5 partes iguais	Igual aos restantes	1728	Sim	3/4	1/3	Retângulo aresta √5 + meio Retângulo aresta √5	Retângulo aresta √5	Menor Retângulo aresta √5, resultante do Retângulo aresta √5 do 1º Nível	Quadrado √5
3	S. Sebastião	1545	Não aplicado	-	Retângulo 2√5	Centrada	6 partes iguais	Igual aos restantes	1733	Não	3/5	1/3	Quadrado √5 inclunido Frontão	Maior Retângulo aresta √5	Retângulo aresta √5, resultante do Retângulo aresta √5 do 1º Nível	Quadrado √5
4	Rabo de Peixe	1735	Retângulo aresta √5	Na face externa	Retângulo 2√5	Centrada (quase)	5 partes iguais	Igual aos restantes	1735	Não	3/4	1/3	Quadrado √5 inclunido Frontão	Maior Retângulo aresta √5	Retângulo aresta √5, resultante do Retângulo aresta √5 do 1º Nível	Quadrado √5
5	Ajuda	1746	Retângulo aresta √5	Na face externa	Retângulo 2√5 incluindo as capelas laterais	Centrada	5 partes iguais	Igual aos restantes	1746	Sim	2/3	Não	Quadrado √5 inclunido Frontão	Menor Retângulo aresta √5	Retângulo aresta √5, resultante do Retângulo aresta √5 do 1º Nível	Menor Retângulo aresta √5
6	Santo Espirito	1753	Retângulo aresta √5	Na face interna	Retângulo 2√5 incluindo as capelas laterais	Centrada	Variada	Diferente	1753	Sim	2/5	Não	Retângulo aresta √5	-	-	Retângulo aresta √5 (meio)
7	Saúde	1765	Retângulo aresta √5	Na face externa	Retângulo 2√5	Descentrada, a porta define as portas laterais da cabeceira	5 partes iguais	Igual aos restantes	1765	Sim	5/6	Não	Retângulo aresta √5 + meio Retângulo aresta √5	Menor Retângulo aresta √5	Menor Retângulo aresta √5, resultante do Retângulo aresta √5 do 1º Nível	Quadrado √5
8	Rosário	1767	Retângulo aresta √5	Na face externa	Retângulo 2√5 (quase)	Centrada (quase)	5 partes iguais	Igual aos restantes, mas menor e mais marcado estruturalmente	1767	Sim	2/3	Não	Quadrado √5 inclunido Frontão	Maior Retângulo aresta √5	Maior Retângulo aresta √5, resultante do Retângulo aresta √5 do 1º Nível	Menor Retângulo aresta √5
9	Capelas	1768	Retângulo aresta √5	Na face externa	Retângulo 2√5 incluindo as capelas laterais	Centrada	5 partes iguais	Igual aos restantes	1768	Não	5/7	1/3	Quadrado √5 inclunido Frontão	Retângulo aresta √5	Menor Retângulo aresta √5, resultante do Retângulo aresta √5 do 1º Nível	Quadrado √5
10	Vila da Povoação (NP)	1788	Não aplicado	-	Retângulo 2√5	Posicinamento da porta define o 1ºTramo	5 partes iguais + 1	Diferente	1788	Não	1/2	Não	Retângulo aresta √5	-	-	Retângulo aresta √5 (meio)
11	Achada	1788	Retângulo aresta √5	Ao eixo	Retângulo 2√5 incluindo as capelas laterais	Centrada (quase)	4 partes iguais + 1	Diferente	1788	Sim	1/2	Não	Retângulo aresta √5 + meio Retângulo aresta √5	Menor Retângulo aresta √5	Menor Retângulo aresta √5, resultante do Retângulo aresta √5 do 1º Nível	Menor Retângulo aresta √5
12	Porto Formoso	1790	Retângulo aresta √5	Ao eixo	Retângulo 2√5	Descentrada, a porta define as portas laterais da cabeceira	5 partes iguais	Igual aos restantes	1790	Sim	4/7	Não	Quadrado √5 inclunido Frontão	Retângulo aresta √5	Retângulo aresta √5, resultante do Retângulo aresta √5 do 1º Nível	Menor Retângulo aresta √5
13	Vila de Nordeste	1796	Retângulo aresta √5	Na face externa	Retângulo 2√5 incluindo as capelas laterais	Centrada (quase)	5 partes iguais	Igual aos restantes, mas menor e mais marcado estruturalmente	1796	Não	4/5	Não	Quadrado √5 excluindo Frontão	Retângulo aresta √5 + meio Retângulo aresta √5	Maior Retângulo aresta √5, resultante do Retângulo aresta √5 do 1º Nível	Menor Retângulo aresta √5
14	Maia	1796	Retângulo aresta √5	Na face externa	Retângulo 2√5	Centrada	5 partes iguais	Igual aos restantes	1796	Não	3/4	Não	Quadrado √5 inclunido Frontão	Retângulo aresta √5 + meio Retângulo aresta √5	Retângulo aresta √5, resultante do Retângulo aresta √5 do 1º Nível	Menor Retângulo aresta √5
15	Pico da Pedra	1802	Retângulo aresta √5	Na face externa	Retângulo 2√5 (quase)	Descentrada	4 partes iguais	Igual aos restantes	1802	Sim	3/4	1/3	Quadrado √5 inclunido Frontão	Retângulo aresta √5	Retângulo aresta √5, resultante do Retângulo aresta √5 do 1º Nível	Quadrado √5

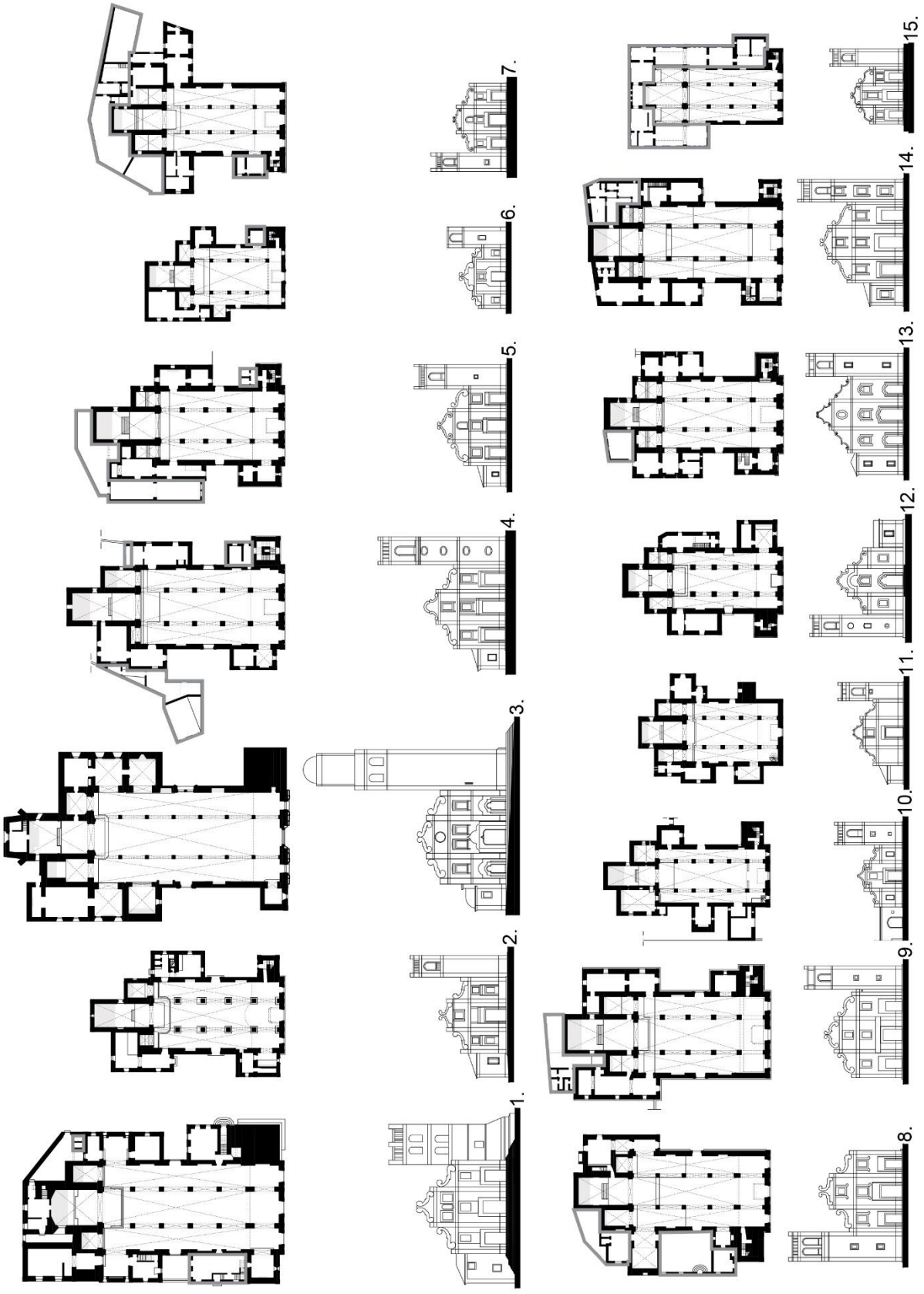


Figura 3.1 – Leitura global das plantas e das fachadas das igrejas de três naves (1ª parte) (as adições posteriores são assinaladas em cinza). Elaborado pelo autor.

Tabela 2.2 – Leitura global dos sistemas proporcionais das igrejas de três naves (2ª parte). Elaborado pelo autor.

	Igrejas	Planta							Fachada						
		Data	Relação transversal	Relação estrutural	Relação longitudinal	Posição da Porta	Relação Tramos	Importancia do 1.º Tramo	Data	Estrutura Interna vs Externa	Proporção entre Tramos	Fachada tripartida	Altura global	Altura do 1.º nível	Altura do 2.º nível	Relação entre Tramos
16	Faial da Terra	1818	Retângulo aresta √5	Ao eixo	Retângulo 2√5 incluindo as capelas laterais	Descentrada	4 partes iguais	Igual aos restantes	1818	Sim	5/9	Não	Quadrado √5 incluindo Frontão	Retângulo aresta √5	Maior Retângulo aresta √5, resultante do Retângulo aresta √5 do 1º Nível	Menor Retângulo aresta √5
17	Ribeirinha	1826	Não aplicado	-	Retângulo 2√5	Centrada	5 partes iguais	Igual aos restantes, mas menor e mais marcado estruturalmente	1826	Quase	4/5	1/3	Quadrado √5 excluindo Frontão	Retângulo aresta √5 + meio Retângulo aresta √5	Maior Retângulo aresta √5, resultante do Retângulo aresta √5 do 1º Nível	Menor Retângulo aresta √5
18	Ribeira Seca	1563	Retângulo aresta √5	Ao eixo	Retângulo 2√5	Centrada (quase)	5 partes iguais	Igual aos restantes, mas menor e mais marcado estruturalmente	1830	Sim	5/7	Não	Quadrado √5 incluindo Frontão	Retângulo aresta √5	Maior Retângulo aresta √5, resultante do Retângulo aresta √5 do 1º Nível	Menor Retângulo aresta √5
19	Santo António	1730	Retângulo aresta √5	Na face interna	Retângulo 2√5	Descentrada	4 partes iguais + 1	Igual aos restantes	1830	Não	1/2	Não	Quadrado √5 incluindo Frontão	Retângulo aresta √5	Maior Retângulo aresta √5, resultante do Retângulo aresta √5 do 1º Nível	Menor Retângulo aresta √5
20	Fenais da Ajuda	1832	Retângulo aresta √5	Na face externa	Retângulo 2√5 (quase)	Centrada (quase)	5 partes iguais	Igual aos restantes	1832	Não	4/5	1/3	Quadrado √5 excluindo Frontão	Retângulo aresta √5 + meio Retângulo aresta √5	Maior Retângulo aresta √5, resultante do Retângulo aresta √5 do 1º Nível	Menor Retângulo aresta √5
21	Santa Cruz	1586	Não aplicado	-	Retângulo 2√5 + Retângulo aresta de √5	Posicionamento da porta define o 1ºTramo	5 partes iguais + 1	Diferente	1844	Não	2/3	Não	Quadrado √5 incluindo Frontão	Retângulo aresta √5	Retângulo aresta √5, resultante do Retângulo aresta √5 do 1º Nível	Menor Retângulo aresta √5
22	Ponta Garca	1846	Retângulo aresta √5	Na face externa	Retângulo 2√5	Descentrada	Variada	Diferente	1846	Não	4/5	1/3	Quadrado √5 incluindo Frontão	Retângulo aresta √5	Quadrado √5, resultante do Retângulo aresta √5 do 1º Nível	Menor Retângulo aresta √5
23	Caboouco	1847	Retângulo aresta √5	Na face interna	Retângulo 2√5	Centrada	5 partes iguais	Igual aos restantes, mas menor e mais marcado estruturalmente	1847	Não	2/3	Não	Quadrado √5 incluindo Frontão	Retângulo aresta √5	Quadrado √5, resultante do Retângulo aresta √5 do 1º Nível	Menor Retângulo aresta √5
24	Vila da Povoacao	1848	Retângulo aresta √5	Ao eixo	Retângulo 2√5 + Quadrado √5 incluindo as capelas laterais	Posicionamento da porta define o 1ºTramo	6 partes iguais	Semelhante aos restantes, mas o posicionamento da porta define o 1.º tramo	1848	Sim	3/4	Não	Quadrado √5 incluindo Frontão	Retângulo aresta √5	Maior Retângulo aresta √5 (+ meio), resultante do Retângulo aresta √5 do 1º Nível	Menor Retângulo aresta √5
25	Lomba da Maia	1851	Retângulo aresta √5	Na face externa	Retângulo 2√5 (quase)	Centrada	5 partes iguais	Igual aos restantes, mas menor e mais marcado estruturalmente	1851	Não	3/4	Não	Quadrado √5 excluindo Frontão	Retângulo aresta √5 + meio Retângulo aresta √5	Maior Retângulo aresta √5, resultante do Retângulo aresta √5 do 1º Nível	Menor Retângulo aresta √5
26	Santana	1869	Retângulo aresta √5	Na face externa	Retângulo 2√5 (quase)	Centrada	5 partes iguais	Igual aos restantes	1869	Sim	2/3	Não	Quadrado √5 incluindo Frontão	Retângulo aresta √5	Maior Retângulo aresta √5, resultante do Retângulo aresta √5 do 1º Nível	Menor Retângulo aresta √5
27	Água Retorta	1872	Retângulo aresta √5	Ao eixo	Retângulo 2√5 (quase)	Centrada	5 partes iguais	Igual aos restantes	1872	Não	2/3	Não	Quadrado √5 excluindo Frontão	Maior Retângulo aresta √5	Maior Retângulo aresta √5, resultante do Retângulo aresta √5 do 1º Nível	Menor Retângulo aresta √5
28	Lomba da Pedreira	1872	Retângulo aresta √5	Ao eixo	Retângulo 2√5	Centrada	5 partes iguais	Igual aos restantes	1872	Quase	7/9	Não	Quadrado √5 incluindo Frontão	Menor Retângulo aresta √5	Maior Retângulo aresta √5, resultante do Retângulo aresta √5 do 1º Nível	Menor Retângulo aresta √5
29	Achadinha	1830	Retângulo aresta √5	Na face interna	Retângulo 2√5	Descentrada	Variada	Diferente	1882	Não	3/4	Não	Quadrado √5 excluindo Frontão	Retângulo aresta √5 + meio Retângulo aresta √5	Maior Retângulo aresta √5, resultante do Retângulo aresta √5 do 1º Nível	Menor Retângulo aresta √5

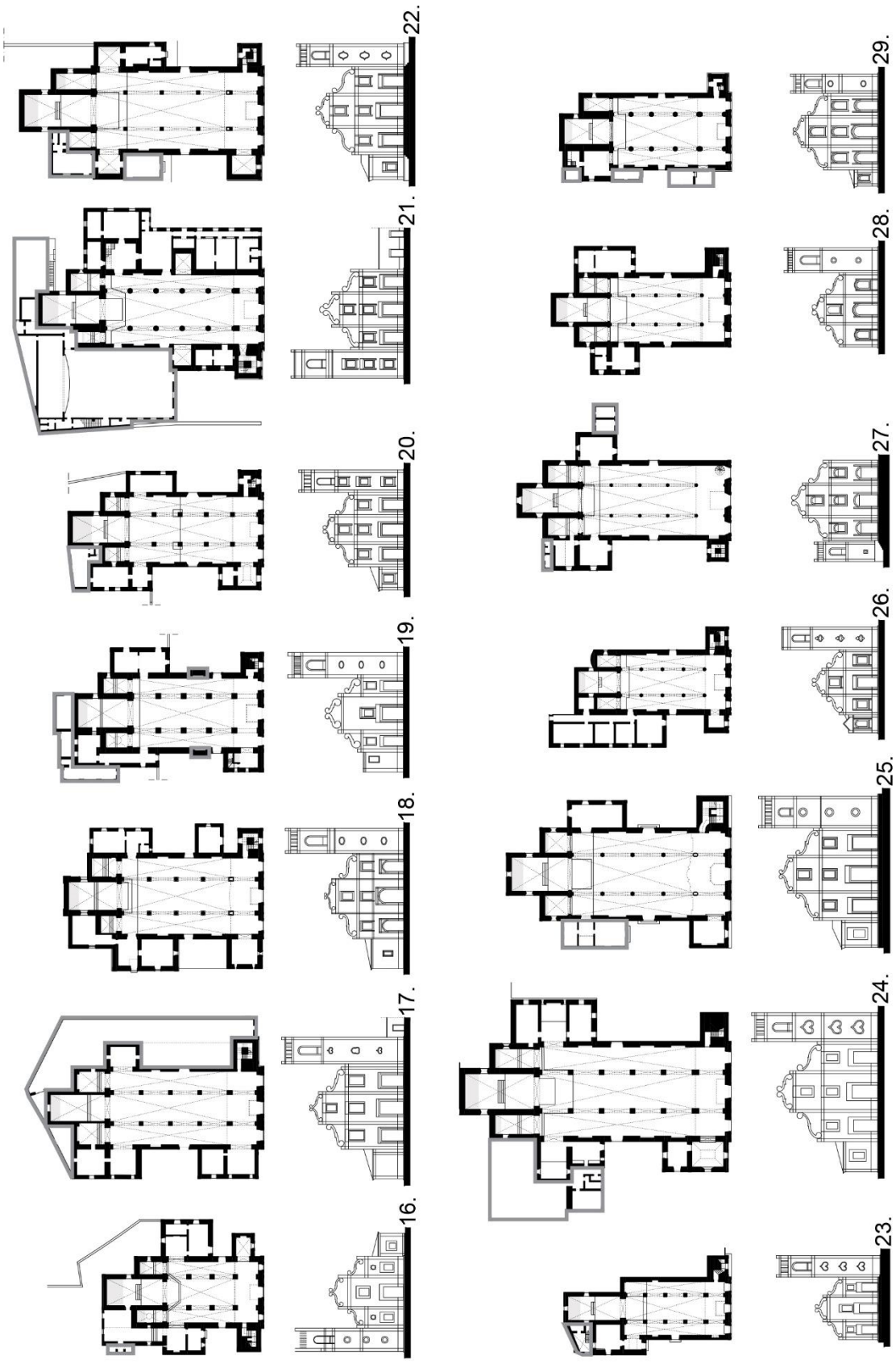


Figura 3.2 – Leitura global das plantas e das fachadas das igrejas de três naves (2ª parte) (as adições posteriores são assinaladas em cinza). Elaborado pelo autor.

Apresentação e Análise dos Dados

Análise às igrejas de uma nave

Apesar de apresentarem uma organização estrutural menos complexa, uma escala mais reduzida e uma composição significativamente simplificada, as igrejas de nave única conservam os princípios compositivos identificados nas tipologias das igrejas de três naves. A análise evidencia que o retângulo de aresta √5 assume um papel determinante na definição das proporções gerais do edifício.

Nas igrejas de três naves verifica-se, de forma predominante, a adoção de uma proporção próxima de 1:2, ao passo que, nas igrejas de nave única, se observa com maior frequência a aproximação à proporção de 1:3 (55%) (Figura 4). Revelando um desenvolvimento longitudinal mais acentuado da planta, esta configuração parece atuar como um mecanismo compensatório face à menor largura do espaço interior.

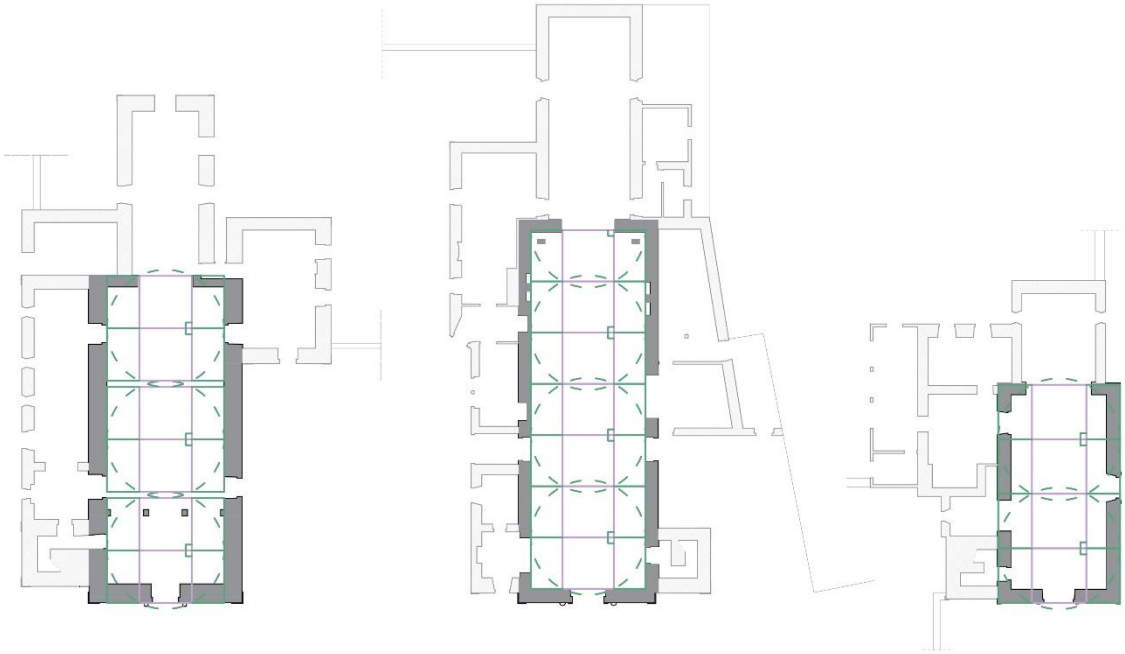


Figura 4 – Aplicação dos módulos nas plantas das igrejas: (esquerda) Furnas com proporção 1:3; (centro) Ginetes com proporção 1:3+; (direita) Atalhada com proporção 1:2. Elaborado pelo autor.

As igrejas dos Ginetes e dos Milagres constituem casos particulares. Embora mantenham a lógica proporcional de base, apresentam um acréscimo correspondente a meio módulo, situação que poderá resultar de adaptações construtivas posteriores ou de desvios ocorridos durante a execução da obra.

Também a posição das portas laterais evidencia uma lógica compositiva consistente. Na maioria dos casos, estes elementos ocupam posições geometricamente estruturadas e participam na organização do espaço litúrgico (Figura 5). Em cerca de 36% dos casos (4 igrejas), as portas encontram-se exatamente ao centro do corpo da nave, equidistantes dos extremos do edifício. Outros quatro casos apresentam localizações distintas, mas ainda associadas a uma lógica compositiva coerente, frequentemente relacionada com a definição dos altares colaterais, dos acessos junto à cabeceira ou da compartimentação interna do espaço.

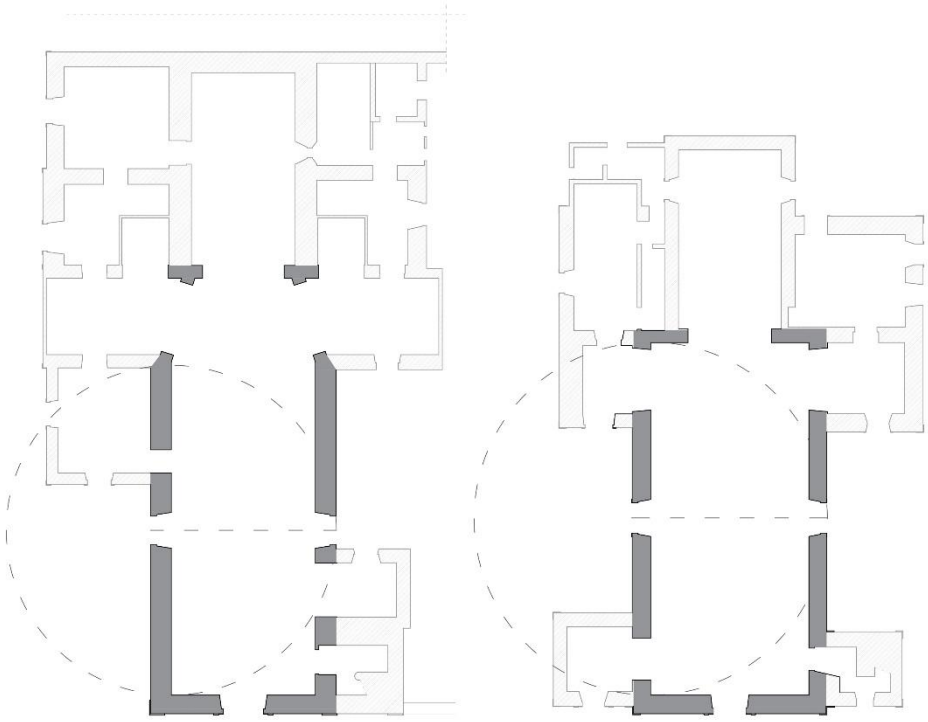


Figura 5 - Modulação das portas travessas laterais das igrejas: (esquerda) Pilar da Bretanha; (direita) Algarvia. Elaborado pelo autor.

Apenas três igrejas não evidenciam uma relação geométrica clara entre a posição das portas e a organização da planta. Nestes casos, é plausível admitir a existência de adaptações construtivas posteriores ou alterações introduzidas durante a execução da obra. Entre elas, a igreja da Atalhada destaca-se por apresentar uma solução particularmente difícil de justificar do ponto de vista proporcional, podendo corresponder a uma irregularidade construtiva.

Assim, apesar da simplificação estrutural, verifica-se a persistência de uma matriz geométrica comum baseada nas derivações do retângulo de aresta √5.

As fachadas das igrejas de uma nave apresentam uma notável continuidade em relação às das igrejas de três naves.

Embora possuam menor escala, conservam os mesmos princípios fundamentais de composição. A maioria dos casos (73%) pode ser enquadrada por proporções próximas do quadrado 1:1 (Figura 6). Tal como observado nas igrejas de três naves, identificam-se, contudo, algumas soluções de maior desenvolvimento vertical. Nestes casos, correspondentes a 27% da amostra (3 igrejas), a proporção aproximada de 1:1 é obtida sem considerar o frontão, o que evidencia uma adaptação do módulo base sem alteração significativa da lógica proporcional.

A maioria dos edifícios enquadra-se neste modelo, embora se observem algumas variações. As igrejas da Algarvia e da Candelária apresentam uma altura do tramo inferior à definida pelo módulo de referência, situação que acompanha a menor escala global das respetivas fachadas. Em sentido inverso, as igrejas da Atalhada e da Lomba

de São Pedro revelam um maior desenvolvimento vertical, aproximando-se da proporção do quadrado completo (Figura 7).



Figura 6 – Modulação Global da fachada das igrejas: (esquerda) São Vicente Ferreira com proporção 1:1, incluindo frontão; (centro) Milagres com proporção 1:1; (direita) Furnas com proporção 1:1, excluindo o frontão. Elaborado pelo autor.

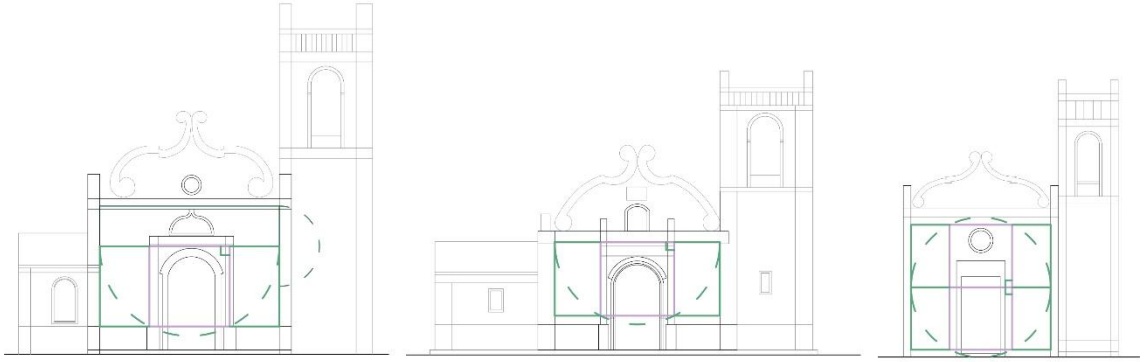


Figura 7 - Modulação do primeiro nível da fachada: (esquerda) Ginetes; (centro) Candelária; (direita). Lomba de São Pedro. Elaborado pelo autor.

A relação entre largura e altura do tramo desempenha um papel determinante na organização da fachada. O módulo geométrico permite compreender a posição dos principais elementos compositivos e reforça a unidade formal do conjunto. As variações observadas correspondem sobretudo a adaptações locais ou a diferentes graus de verticalização, sem comprometer a coerência global do sistema.

Análise às igrejas de três naves

A organização transversal da planta, correspondente à relação entre naves, revelou uma forte regularidade geométrica. Em cerca de 86% dos casos, a largura total do edifício pode ser interpretada através da aplicação do retângulo de aresta $\sqrt{5}$, permitindo estabelecer uma relação direta entre naves, onde a largura das naves laterais é regulada pela nave central, bem como pela articulação e pelo posicionamento dos eixos estruturais (Figura 8).

As exceções observadas (quatro casos) correspondem sobretudo a edifícios de cronologia mais antiga, com matriz de origem gótica (dois casos, as igrejas de São Sebastião e de Santa Cruz) ou a casos em que subsistem dúvidas relativas ao levantamento disponível (dois casos, igrejas da Ribeirinha e não-paroquial da Povoação). De forma geral, os resultados sugerem a existência de uma matriz geométrica comum, transmitida através da prática construtiva.

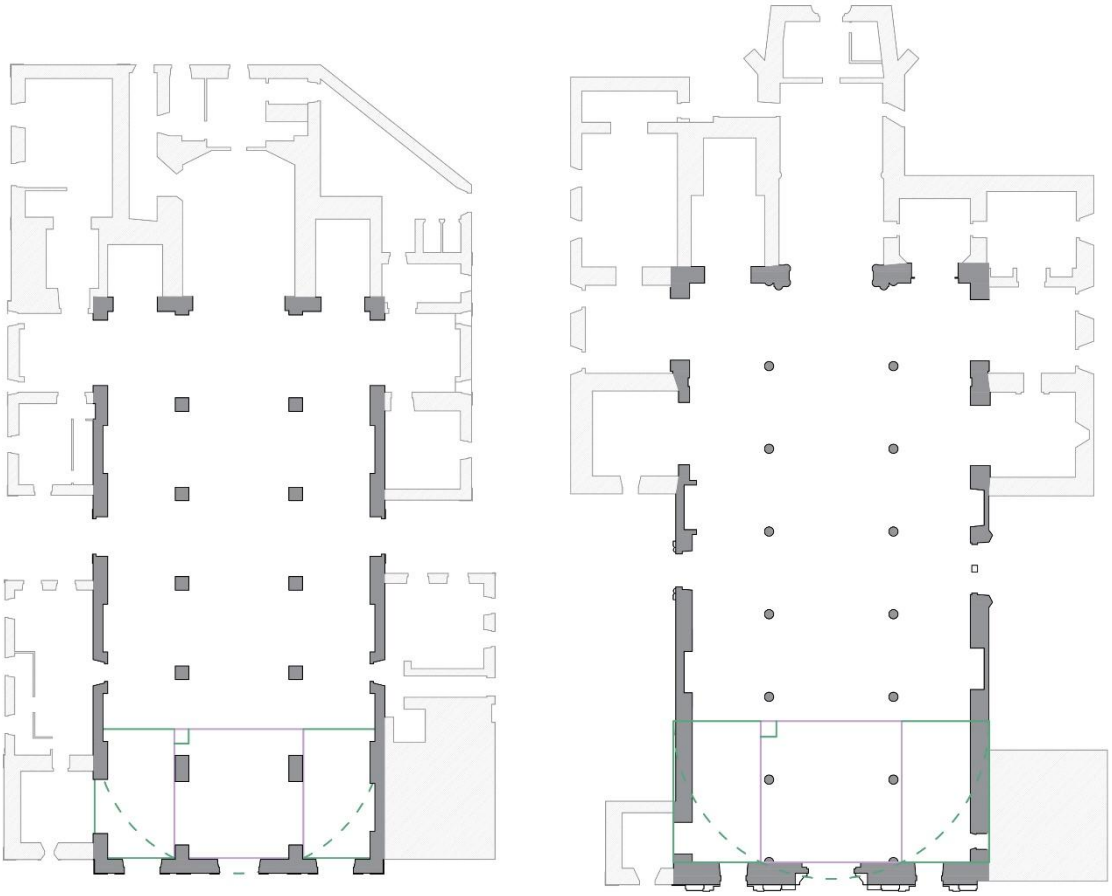


Figura 8 - Aplicação do módulo retângulo de aresta √5 na organização transversal das plantas das igrejas: (esquerda) Matriz; (direita) São Sebastião. Elaborado pelo autor.

A organização longitudinal evidencia a predominância do retângulo 2√5 (Figura 9), identificado em cerca de 72% dos casos, indicando uma proporção global próxima de 1:2, podendo incluir ou não a profundidade das capelas laterais. Quando consideradas pequenas variações dimensionais compatíveis com tolerâncias construtivas (até dois palmos, 44 cm), esta percentagem aumenta significativamente (para 92%).

Apenas dois edifícios apresentam proporções mais próximas de 1:3. Estes casos são as igrejas de Santa Cruz e da Vila da Povoação, compatíveis com um retângulo (ou próximo) 3√5. No caso da igreja de Santa Cruz, esta situação parece relacionar-se com o prolongamento da nave através da adição de um tramo aquando da reformulação da fachada. Já a igreja da Vila da Povoação constitui um caso singular no conjunto analisado, distinguindo-se claramente da tendência dominante.



Figura 9 - Aplicação do módulo retângulo 2√5 na organização longitudinal das plantas das igrejas: (esquerda) Rabo de Peixe com proporção 1:2; (centro) Santo Espírito com proporção 1:2 incluindo capelas laterais; (direita) Vila da Povoação com proporção 1:3 incluindo capelas laterais. Elaborado pelo autor.

Definidas as dimensões gerais do corpo da igreja, procedeu-se à análise da sua compartimentação interna através da divisão em tramos (Figura 10). A compartimentação em tramos revela também uma elevada homogeneidade. A divisão em cinco tramos constitui a solução mais frequente, reforçando a ideia de uma modulação regular do espaço. As diferenças observadas parecem relacionar-se sobretudo com adaptações construtivas, onde surgem ainda igrejas organizadas em seis tramos (4 casos) ou quatro tramos (2 casos), associadas, respetivamente, a edifícios de maior e menor desenvolvimento longitudinal.

Em cinco igrejas observaram-se diferenças significativas entre os tramos. Em três destes casos, as variações parecem resultar de irregularidades construtivas, uma vez que não revelam qualquer padrão geométrico consistente (contrariamente ao observado nos outros casos). Nos restantes dois casos (igreja não-paroquial da Povoação e igreja da Achada) a documentação histórica sugere ampliações posteriores através da adição de um tramo, hipótese compatível com as dimensões observadas.

Em cerca de 52% dos casos (15 igrejas), o primeiro tramo apresenta exatamente as mesmas dimensões dos restantes. Se forem considerados os casos em que as diferenças resultam apenas da espessura estrutural dos elementos construtivos, esta percentagem ultrapassa dois terços da amostra, reforçando a ideia de uma matriz organizativa comum.

A localização das portas travessas laterais participa igualmente na organização geométrica do edifício. Em grande parte dos casos (62%), estes elementos coincidem com posições centrais ou estruturalmente relevantes, contribuindo para reforçar os eixos de simetria e a hierarquia espacial. Nas igrejas organizadas em quatro tramos, a localização das portas afasta-se do centro geométrico, não por ausência de lógica compositiva, mas para evitar a sua coincidência direta com os eixos estruturais.

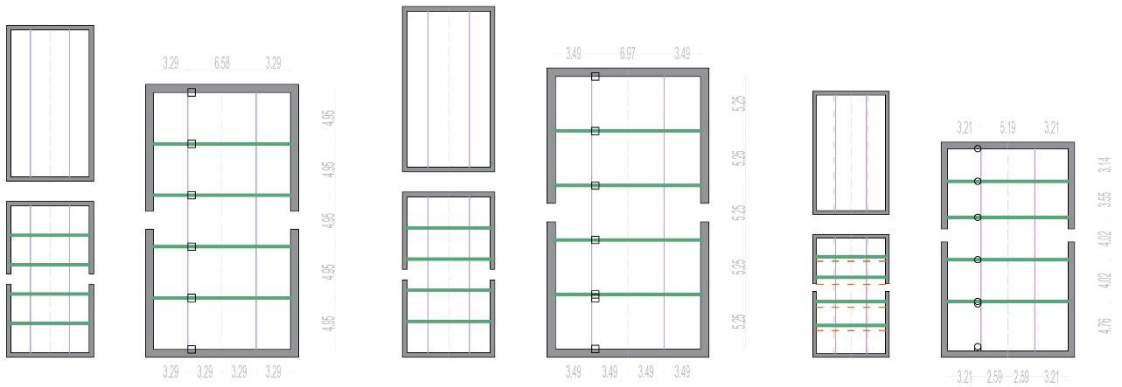


Figura 10 - Modulação dos tramos das igrejas: (esquerda) Fenais da Luz dividida em 5 tramos iguais; (centro) Rosário dividida em 5 tramos iguais com estrutura maior no primeiro tramo; (direita) Achadinha dividida em 5 tramos diferentes. Elaborado pelo autor.

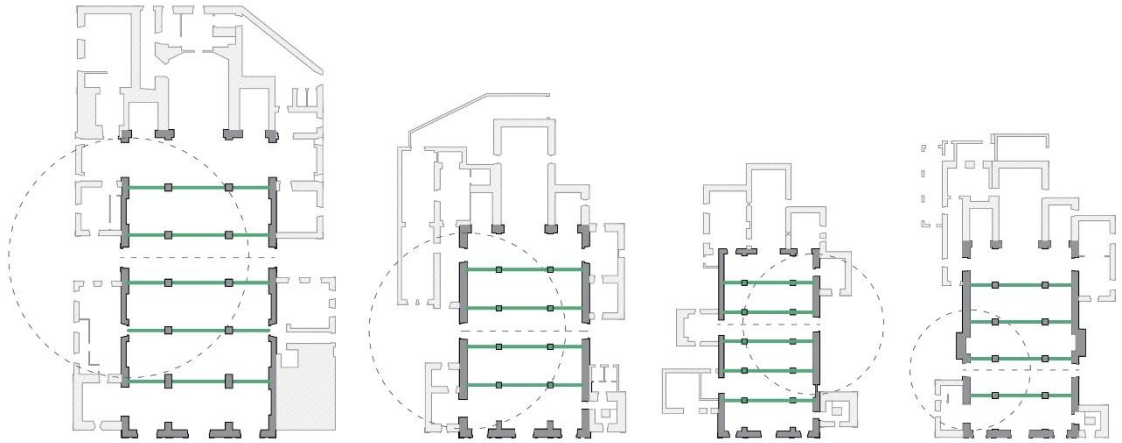


Figura 11 - Modulação das portas travessas laterais das igrejas: (esquerda) Matriz; (centro-esquerda) Ajuda da Bretanha; (centro-direita) não-paroquial da Vila da Povoação; (direita) Santo António. Elaborado pelo autor.

Os resultados sugerem, assim, que a localização das portas laterais não é aleatória. Pelo contrário, a sua posição participa na definição da hierarquia espacial, reforçando os eixos de simetria e contribuindo para a modulação interna dos espaços. Em alguns casos particulares, a posição destas portas parece mesmo determinar a dimensão do primeiro tramo, originando uma redução controlada da sua profundidade e estabelecendo uma diferenciação hierárquica entre a zona de entrada e o restante corpo da igreja. Esta situação é particularmente evidente nas igrejas da Matriz e da Vila da Povoação (Figura 11).

No entanto, a mesma realidade observada nas igrejas de Santa Cruz e da não-paroquial da Povoação pode indicar o aumento do corpo da igreja em mais um tramo, algo que corresponde à historiografia que tem vindo a ser transmitida.

Ainda de forma menos representativa, cinco casos (17%) apresentam as portas descentradas, sem qualquer sustentação geométrica, o que, no nosso entendimento, corresponde a erros construtivos.

Nas fachadas a análise torna-se mais densa e verifica-se maior liberdade compositiva, mas observa-se a aplicação do mesmo sistema dos retângulos de raiz.

O primeiro nível de análise procurou compreender a correspondência direta entre a estrutura interna e a composição da fachada que ocorre apenas numa parte dos casos (41%), demonstrando que o alçado possui relativa autonomia formal. Ainda assim, a organização dos vãos e dos diferentes tramos mantém relações proporcionais consistentes (Figura 12).

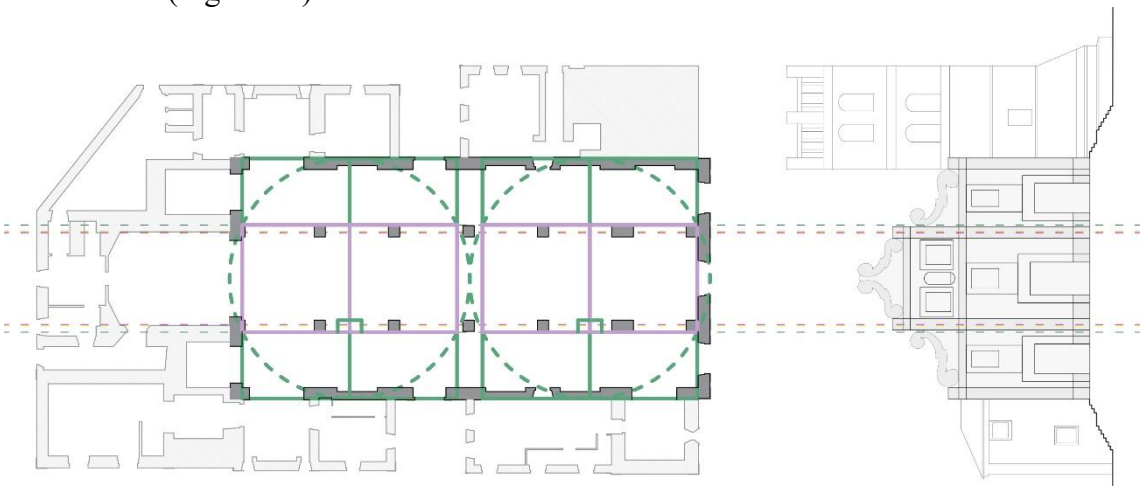


Figura 12 - Relação entre estrutura interna e *"estrutura"* externa da Igreja da Matriz. Fonte: VIEIRA, 2026.

A maioria das fachadas procura reforçar a predominância do tramo central relativamente aos tramos laterais. Embora as soluções variem, observa-se uma clara preocupação com a hierarquia visual da composição.

Veja-se que a solução mais simples corresponde à divisão da fachada em três partes iguais, identificada em cerca de 31% dos casos (9 igrejas). Neste modelo, o tramo central ocupa aproximadamente 1/3 da largura total, enquanto os restantes 2/3 correspondem aos tramos laterais, incluindo cunhais e pilastras. Contudo, apesar da frequente presença de três tramos visíveis, a lógica proporcional nem sempre assenta em três módulos autónomos. Em muitos casos, a unidade da composição prevalece sobre a divisão tripartida da fachada (Figura 13).

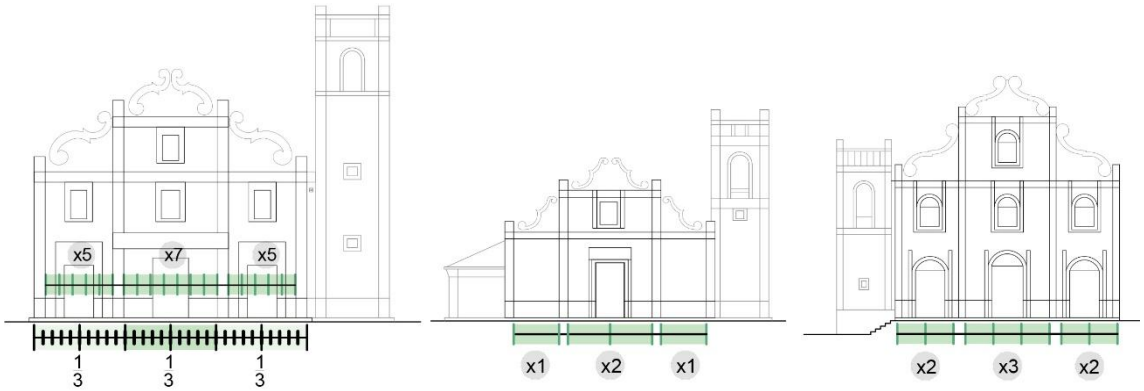


Figura 13 – Modulação dos tramos da fachada das igrejas: (esquerda) Capelas; (centro) Achada; (direita) Água Retorta. Elaborado pelo autor.



Figura 14 – Modulação global da fachada das igrejas: (esquerda) Porto Formoso com proporção 1:1 incluindo frontão; (centro) Fenais da Ajuda com proporção 1:1 excluindo frontão; (direita) Santo Espírito com proporção 1:2. Elaborado pelo autor.



Figura 15 – Modulação do primeiro nível da fachada das igrejas: (esquerda) do Rosário; (centro) Nordeste; (direita) Pico da Pedra. Elaborado pelo autor.

A análise da relação métrica entre o tramo central e os tramos laterais permitiu identificar diferentes soluções proporcionais. Os resultados sugerem que as pilastras raramente desempenham um papel determinante na definição da geometria da fachada. A largura destes elementos parece resultar sobretudo de critérios construtivos, estruturais ou visuais, mais do que da aplicação de uma regra geométrica rigorosa.

Neste contexto, o retângulo de aresta √5 e o quadrado √5 constituem uma das formas mais recorrentes de enquadramento da fachada. Cerca de 83% dos casos apresentam proporções próximas de 1:1 (quadrado), incluindo ou excluindo o frontão (Figura 14).
Os restantes casos correspondem a fachadas de menor desenvolvimento vertical, em que a altura total se aproxima de uma proporção de 1:2, produzindo edifícios visualmente mais compactos.

A análise da organização vertical evidencia igualmente a importância do retângulo de aresta √5 na definição das alturas dos diferentes níveis. Assim, em cerca de 45% dos casos, o primeiro nível da fachada apresenta uma correspondência direta com o retângulo de aresta √5, ou seja, aproximadamente metade da altura total da composição. Em alguns edifícios, observa-se uma ampliação deste módulo através da adição de meia unidade proporcional, solução que contribui para aumentar a verticalidade da fachada (Figura 15).

Foram igualmente identificadas relações proporcionais entre os diferentes níveis da fachada. Em alguns casos, a altura do segundo nível resulta diretamente da projeção geométrica do módulo utilizado no primeiro, evidenciando uma continuidade proporcional entre ambos os registos. No entanto, cerca de 52% dos casos (15 igrejas)

apresentam uma altura do segundo tramo maior que o retângulo de aresta √5, indicando um maior desenvolvimento deste nível e traduzindo uma tendência para a verticalização da composição, especialmente evidente nas igrejas da Ponta Garça, do Cabouco e da Vila da Povoação.

A aplicação do mesmo módulo na vertical evidencia uma relação direta entre a largura e a altura do tramo central. Esta relação reforça a unidade compositiva da fachada e permite determinar outros elementos, como a posição dos embasamentos, dos entablamentos, dos cunhais e dos vãos. Em treze igrejas esta correspondência revela-se particularmente evidente.

A aplicação do retângulo de aresta √5 ao tramo central permite ainda compreender a relação proporcional entre os diferentes tramos da fachada (Figura 16). Em cerca de 24% dos casos (7 igrejas), a diferença entre a altura do tramo central e a dos tramos laterais corresponde a aproximadamente um quadrado √5. Nos restantes edifícios, a relação apresenta uma maior complexidade, resultante da acentuação da hierarquia visual entre os vários elementos da composição.

De forma geral, verifica-se que o tramo central assume sempre uma posição dominante relativamente aos laterais. Esta hierarquia constitui uma das características mais consistentes do conjunto analisado e parece desempenhar um papel fundamental na construção da identidade formal das fachadas. A principal margem de liberdade compositiva concentra-se na definição da altura do primeiro nível, parâmetro que revela maior variabilidade entre os diferentes edifícios.

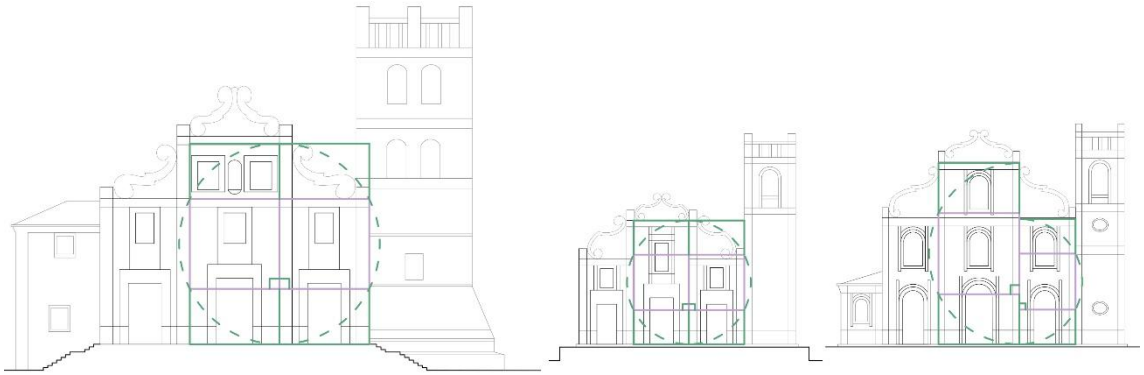


Figura 16 – Modulação dos tramos da fachada das igrejas: (esquerda) Matriz; (centro)Pico da Pedra; (direita) Achadinha. Elaborado pelo autor.

Considerações finais

Os resultados confirmam a importância da geometria e da métrica na compreensão da arquitetura religiosa açoriana do grupo oriental, evidenciando o uso recorrente do retângulo de aresta √5 e das suas derivações. A análise revelou a articulação entre sistemas geométricos, relações métricas e estratégias de modulação espacial, demonstrando a coexistência de princípios formais e soluções construtivas. Embora as igrejas de uma e de três naves apresentem diferenças tipológicas, ambas partilham uma matriz compositiva comum, identificável em planta e fachada. Verifica-se ainda uma forte continuidade destes princípios ao longo do tempo, sugerindo a persistência de um sistema proporcional reconhecível. Sem constituírem prova da aplicação consciente de um modelo único, os resultados evidenciam padrões recorrentes compatíveis com as práticas construtivas do período e demonstram o potencial da análise geométrica para o estudo da arquitetura religiosa açoriana.

Agradecimentos

A realização deste artigo foi parcialmente financiada por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P. através da bolsa de investigação de Doutoramento 2021. 08545.BD e no âmbito do projeto UID/04466/2025 (https://doi.org/10.54499/UID/04466/2025).
A realização deste estudo não seria possível sem a disponibilidade dos párocos e dos cuidadores das igrejas em análise.

Bibliografia

AAVV - **Teoria da arquitectura: do Renascimento até aos nossos dias.** Köln: Taschen, 2003. ISBN 3822826936.

RODRIGUES, Ana Duarte; MOREIRA, Rafael – **Tratados de Arte em Portugal**. Lisboa: Scribe. 2011. ISBN:978-989-8410-19-1.

ABREU, Susana - «Arquitecto, do Officio de Mestre das Obras». A introdução do título de arquiteto em Portugal: ambiguidades de uma questão em aberto - Parte I. In **História da arquitetura. Perspetivas temáticas.** Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2018. p. 327-349.

ALBERGARIA, Maria Isabel - **A casa nobre na ilha de S. Miguel: do período filipino ao final do antigo regime.** Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior Técnico, Vol. 1 e 2, 2012. Tese de Doutoramento.

ALBERGARIA, Maria Isabel – Os homens da construção nas ilhas atlânticas da Madeira e dos Açores (séculos XV e XVI). Cargos, funções e organização profissional dos sectores da construção. In **História da Construção. Os Construtores**. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2011. p.129–149. ISBN: 978-989-97558-0-2.

AVELLAR, José Cândido da Silveira - **Ilha de S. Jorge: apontamentos para a sua história**. Horta (Açores): Tipografia Minerva Insulana, 1902.

BOUDON, Philippe - **Sur l'espace architectural: Essai d'epistémologie de l'architecture**. Éditions Parentlèses, 2003. ISBN 2-86364-621-4.

BENUTTI, Maria Antonia - Proporções e Estruturas da Geometria Sagrada na Antiguidade. In **Revista Educação Gráfica**. [Em linha]. Vol.12, n.º 02, (2008). [Consult. 4 jun. 2023]. Disponível na internet: URL: <https://www.educacaografica.inf.br/wp-content/uploads/2011/06/03_Proporcoes.pdf>.

CALDAS, João Vieira - Pequeno ensaio sobre as igrejas de três naves do Nordeste. In **Nordeste: São Miguel: Inventário do património imóvel dos Açores**. Angra do Heroísmo (Açores): Direcção Regional da Cultura: IAC- Instituto Açoriano de Cultura, 2011. p.25-35. ISBN 9789726472636.

CALDAS, João Vieira - A matriz velha da Povoação e a sua fachada "micaelense". In **Povoação: São Miguel: Inventário do património imóvel dos Açores**. Angra do

Heroísmo (Açores): Direcção Regional da Cultura: IAC- Instituto Açoriano de Cultura, 2012. p.39-46. ISBN 9789726472865.

CALDAS, João Vieira - A arquitetura religiosa do classicismo pós-tridentino. In **História da Arte nos Açores (c.1427-2000)**. Angra do Heroísmo (Açores): Secretaria Regional da Educação e Cultura dos Açores, 2018ª. p.249-301. ISBN 978-972-647-324-4.

CALDAS, João Vieira - A arquitetura religiosa do tempo barroco. In **História da Arte nos Açores (c.1427-2000).** Angra do Heroísmo (Açores): Secretaria Regional da Educação e Cultura dos Açores, 2018b. p.369-427. ISBN 978-972-647-324-4.

COHEN, Matthew – Proportion and Proportional Systems. In **Beyond beauty: reexamining architectural proportion in the Basilicas of San Lorenzo and Santo Spirito in Florence**. Linotipia Saccuman sr l, Vicenza, 2013. p. 17-51.

COHEN, Matthew - Ten Principles for the Study of Proportional Systems in the History of Architecture. In **Proportional Systems in the History of Architecture: A Critical Consideration.** [Em linha] (2018), p.525-550. [Consult. 22 mar. 2023]. Disponível na internet: URL: <http://www.jstor.org/stable/j.ctv30hx40h>.

DEWITTE, Liz - Proportionality in the Architecture of Dom Bellot. In **Nexus Network Journal: Architecture and Mathematics**. Turin: Kim Williams Books, 2015. p.457-485. DOI: 10.1007/s00004-015-0246-8.

HALES, Jonathan - Gothic Geometry in Two Hawksmoor Churches. In **Architectural Histories.** 12(1). 2024. p.1–30. DOI: https://doi.org/10.16995/ah.10268.

JORGE, Virgolino Ferreira – A cabeceira da Igreja Abacial de Alcobaça. In **Ratio Fecit Diversum. Ensaios sobre a Abadia de Alcobaça.** Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural e Mosteiro de Alcobaça. 2017. p.79-111.

JORGE, Virgolino Ferreira - Arquitectura, medida e número na igreja de São João de Tarouca (Portugal). In **Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. 2, 2006. p.367-385.

LARANJEIRA, Mateus - **São Salvador de Angra: uma catedral sebástica.** Angra de Heroísmo (Açores): Instituto Açoriano de Cultura, 2008. ISBN 9789729213908.

MAIA, Joana - **A dimensão intrínseca: validade do conceito de proporção na arquitetura portuguesa a partir de meados do século XX**. Coimbra: FCTUC. 2022. Tese de Doutoramento. <https://hdl.handle.net/10316/105073>.

MARCH, Lionel - **Architectonics of humanism: essays on number in architecture**. London: Academy Editions, 1998. ISBN 0471977543.

MCCAGUE, Hugh. - A mathematical look at a medieval cathedral. In **Math Horizons.** 10(4), 2003. p.10–13. DOI: https://doi.org/10.1080/10724117.2003.11975187.

OTTENHEYM, Konrad - Proportional Design Systems in Seventeenth-Century Holland. In **Architectural Histories.** 2(1): 10, 2014. p. 1-14. DOI: http://dx.doi.org/10.5334/ah.bj.

PACHECO, Ana Assis - Arquitectos, obras e desenhos: contributos para uma história da construção nos séculos XVII-XVIII no Brasil e Ilhas Atlânticas. In **I Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira / I International Congress on Luso-Brazilian Construction Proceedings**, Vitória, 2013.

PEREIRA, Miguel **- O traço divino: A geometria como instrumento de sacralização do espaço na igreja de Santa Maria Maior** [Em linha]. Universidade do Porto: Repositório da Universidade do Porto, 2015. Dissertação de Mestrado. [Consult. 15 set. 2022]. Disponível na internet: URL: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/81110>.

RAIMUNDO, Nuno de Mendonça – A Harmonia Musical na Arquitectura Renascentista Portuguesa. In **Proportion dis Harmonies Identities**. Lisboa: AGIR - Artes Gráficas, 2015. p.214-229. ISBN 978-989-97265-0-5.

SOUSA, Nestor de - Arquitetura Religiosa nos Açores: da expressão manuelina ao "estilo chão". In **III Curso de verão de história da arte,** 1990. (inédito).

SOUSA, Nestor de - Arquitectura barroca nos Açores. In **Actas do I Congresso Internacional do Barroco**. Porto: Reitoria da Universidade do Porto, Vol. 2 (1991) p. 463-482.

VIEIRA, Maria Antónia, SAMPAYO, Mafalda Teixeira de e CUNHA, João Alves da - Uma tipologia de igrejas nos Açores. Uma particularidade de fachada na ilha de São Miguel e o estudo do seu sistema de proporção, nos séculos XVIII e XIX. In **Antologia de Ensaios. Laboratório Colaborativo: dinâmicas urbanas, património, artes IX – Seminário de investigação, ensino e difusão.** Lisboa: DINÂMIA'CET-ISCTE /Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, 2023, p.111-131. <http://hdl.handle.net/10071/29421>.

VIEIRA, Maria Antónia - Metodologia: Num processo de investigação em torno dos sistemas proporcionais das igrejas micaelenses. In **9ª edição do Colóquio Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos: Atas**, Lisboa: DINÂMIA'CET-ISCTE /Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, 2024.

VIEIRA, Maria Antónia - Análise Gráfica das Fachadas e das Plantas das Igrejas Açorianas: Estrutura e Proporções Arquitetónicas. In **10ª edição do Colóquio Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos: Atas** [Em linha] Lisboa: DINÂMIA'CET-ISCTE /Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, 2025. p.55-83. Disponível na internet: URL: <conferenceobject_98014.pdf>.

VIEIRA, Maria Antónia - Analysis of Proportional Systems in the Azorean Churches: Nossa Senhora da Estrela and São Vicente Ferreira. In **11ª edição do Colóquio Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos: Atas** [Em linha] Lisboa: DINÂMIA'CET-ISCTE /Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, 2026. p.90-105. Disponível na internet: URL: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/37264>.

XAVIER, João Pedro - Geometria e proporção. In **António Rodrigues. Renascimento em Portugal.** Porto: Dafne Editora, 2007. p.103-120.

XAVIER, João Pedro - Perspective in António Rodrigues's Tratado de Arquitectura. In **Architecture and Mathematics from Antiquity to the Future**. Springer International Publishing Switzerland, 2015. p.73-91.

WANG, Chaoran; HANN, Michael Andrew - Serendipity? The Inspiration of the Medieval Masons in Cathedral Floor-plan Design. In **The Design Journal An International Journal for All Aspects of Design.** 22:sup1, 2019. p.1821-1840. DOI: https://doi.org/10.1080/14606925.2019.1594942.

WITTKOWER, Rudolf - **Architectural principles in the age of humanism**. London: Academy Editions, 1988. ISBN 0856708755.

Capas históricas en la construcción de la Casa-Palacio de los Torrero en Zaragoza

Alicia Borja Pellicena
aborja@unizar.es

Belinda López Mesa
belinda@unizar.es

Almudena Espinosa Fernández
almudenaef@unizar.es
Universidad de Zaragoza - EINA

Resumen: Los edificios históricos son el resultado de sucesivas transformaciones constructivas desarrolladas a lo largo del tiempo, reflejo de las necesidades simbólicas y funcionales, los recursos técnicos disponibles y los criterios de intervención propios de cada época. Se consideran una realidad dinámica configurada por la superposición de distintas capas históricas que han modificado progresivamente su estado original. A través del análisis de la documentación histórica y técnica disponible y de la observación directa para conocer los distintos sistemas constructivos y materiales, se pueden identificar las principales actuaciones que han contribuido a la configuración actual del inmueble y los criterios de intervención desde los que se realizaron dichas actuaciones. La identificación de estas transformaciones permite no solo comprender la evolución constructiva del edificio y sus valores patrimoniales, sino también establecer una metodología de investigación coherente con su realidad histórica. El reconocimiento de las distintas fases constructivas orienta la caracterización de los sistemas y materiales de cada periodo, favoreciendo una interpretación adecuada de su comportamiento y proporcionando una base objetiva para definir intervenciones sostenibles y compatibles con la conservación del inmueble. La Casa - Palacio de los Torrero, edificio renacentista situado en Zaragoza declarado Bien de Interés Cultural y actual sede del Colegio Oficial de Arquitectos de Aragón, constituye un caso de estudio especialmente significativo para analizar este proceso de evolución. Los resultados muestran la coexistencia de elementos originales del siglo XVI con reformas, ampliaciones y actuaciones de restauración posteriores hasta la actualidad, dando como resultado una heterogeneidad de materiales y técnicas que dialogan entre sí. La identificación de estas capas históricas permite interpretar la evolución constructiva del edificio y comprenderla como un proceso continuo de adaptación, permanencia y transformación. La investigación pone de manifiesto que la configuración actual del edificio es consecuencia de la acumulación de intervenciones realizadas durante más de cinco siglos. Esta diversidad constructiva evidencia la capacidad de adaptación y permanencia que ha tenido la arquitectura histórica y refuerza su consideración como un activo de resiliencia que no solo posee valor histórico sino también energía incorporada. En la actualidad, el nuevo reto es ser capaces de adaptar estas construcciones a las necesidades ambientales y sostenibilistas de nuestra época para lo cual la comprensión constructiva y material del estado actual es un punto de partida fundamental.

Palabras clave: patrimonio, análisis por capas históricas, evolución constructiva, intervención sostenible

Introducción

Los edificios históricos constituyen realidades construidas complejas cuya configuración actual es el resultado de sucesivas transformaciones desarrolladas a lo largo del tiempo. Lejos de representar una realidad aislada y estática, forman parte de un patrimonio construido en continua evolución, que favorece la identidad cultural y social de su entorno más cercano dentro del tejido urbano en el que se emplazan, también cambiante[1] [2].

Gran parte de los edificios patrimoniales han experimentado procesos continuos de cambio, ampliación, reparación, restauración y cambio de uso, incorporando nuevos materiales, técnicas y soluciones constructivas que han modificado progresivamente su configuración original, es decir, adaptándose a cada época según criterios de intervención distintos. Desde esta perspectiva, la adaptación no constituye una excepción, sino una condición inherente a la propia vida útil del edificio histórico, permitiendo su permanencia y garantizando la continuidad de su función dentro de la ciudad[1] [3].

Como consecuencia de esta evolución, los edificios históricos pueden entenderse como sistemas dinámicos. La superposición de estas transformaciones da lugar a una notable diversidad constructiva que constituye, al mismo tiempo, un testimonio de su evolución histórica y uno de los principales retos para su conocimiento, conservación e intervención[3].

El conocimiento de esta complejidad constructiva no puede sustentarse exclusivamente en la documentación histórica disponible. Aunque proyectos, memorias, planos y otra documentación técnica permiten reconstruir parte de la evolución del edificio, con frecuencia resultan insuficientes para conocer con precisión la composición de las unidades constructivas existentes y la secuencia completa de las transformaciones materiales. Por ello, el análisis documental debe complementarse con técnicas in situ que permitan contrastar la información disponible con las evidencias físicas reales, proporcionando una base objetiva[4] para la caracterización constructiva del edificio y para la planificación de futuras intervenciones de conservación y rehabilitación[3]. El objetivo de esta investigación es proponer un método para identificar y caracterizar las distintas capas históricas de un edificio patrimonial desarrolladas en toda su evolución histórico-constructiva que nos permita comprender cómo las sucesivas intervenciones realizadas a lo largo del tiempo configuran su realidad actual y cómo pueden ser una base para futuras intervenciones compatibles con sus valores patrimoniales y con los actuales retos de sostenibilidad del entorno construido.

---

[1] RIPP, Matthias *et al.* - **Historic Urban Landscapes and Heritage Systems as the Basis for Sustainable Urban Development.** Land. ISSN 2073-445X. 14:9 (2025) 1783.

[2] SHI, Mo; HUANG, Xiaoxian - **Reuse of Public Heritage Buildings: Analysis of the Successful Practices and Identification of the Obstacle.** Open Journal of Social Sciences. ISSN 2327-5952, 2327-5960. 13:01 (2025) 322–351.

[3] YAZDANI MEHR, Shabnam - **Analysis of 19th and 20th Century Conservation Key Theories in Relation to Contemporary Adaptive Reuse of Heritage Buildings. Heritage.** ISSN 2571-9408. 2:1 (2019) 920–937.

[4] TITIKPINA, Fally *et al.* - **Uncertainty assessment in building energy performance with a simplified model.** International Journal of Metrology and Quality Engineering. ISSN 2107-6839, 2107-6847. 6:3 (2015) 308.

Metodología

El método que aquí proponemos incluye diversas acciones que se describen a continuación y que se han probado a través de su aplicación a un caso de estudio, la Casa-Palacio de los Torrero de Zaragoza. Las acciones tienen diferente naturaleza y se pueden clasificar en tres grandes grupos:

- Revisión documental, orientada a recopilar y analizar la información histórica y técnica disponible, que incluye:
  - Búsqueda de documentación histórica y técnica en fuentes bibliográficas y archivos históricos sobre el caso de estudio.
  - Identificación y análisis de principales intervenciones realizadas y documentadas.
- Caracterización geométrica y constructiva, destinada a documentar la configuración geométrica del edificio —mediante plantas, secciones y alzados— y a identificar los materiales, sistemas y soluciones constructivas, mediante:
  - Realización de visitas in situ al edificio, incluyendo reuniones y consultas con el personal de mantenimiento, y verificación de la correspondencia entre la información recopilada y la realidad construida.
  - Reconocimiento y caracterización de materiales, sistemas y soluciones constructivas mediante la observación directa, complementada con la ejecución de catas o la aplicación de técnicas de inspección instrumental en unidades constructivas seleccionadas por la ausencia de información o dificultad de detección visual.
  - Relación de las evidencias constructivas observadas con la información documental, identificando coincidencias, discrepancias y posibles intervenciones no documentadas.
- Caracterización del comportamiento físico, destinada a evaluar el comportamiento ambiental y otras prestaciones relevantes del edificio.

El presente artículo se centra en las dos primeras fases de la metodología y analiza cómo su desarrollo, basado en la identificación de las distintas fases históricas del edificio, proporciona el marco necesario para planificar la tercera fase de investigación y fundamentar una intervención adecuada.

1. Caso de estudio

La Casa Palacio de los Torrero se ubica en el casco histórico romano de Zaragoza, fue declarado Bien de Interés Cultural en 1982 debido a su alto valor patrimonial y es la actual sede del Colegio Oficial de Arquitectos de Aragón (COAA). Desde su construcción en 1506 ha albergado distintos usos (residencial, colegio de enseñanza y colegio profesional), estos dos últimos desarrollados ya en el siglo XX, lo que ha implicado sucesivas intervenciones y ampliaciones para su adecuación funcional[5] [6]. Esta evolución histórica ha dado lugar a una superposición de sistemas constructivos, materiales y técnicas de las distintas épocas, generando así una elevada heterogeneidad y complejidad

[5] **Casa de los Torrero. Sede Colegio Oficial De Arquitectos De Aragón. Monumento Histórico De Carácter Nacional. Su Evolución.** Aldaba. Zaragoza: Colegio Oficial de Arquitectos de Aragón. N.º 2 (1982), p. 39–49.

[6] MARCO, Ricardo – **El Colegio Oficial de Arquitectos de Aragón y su evolución arquitectónica.** Cuadernos COAARAGÓN. Vol. 1, n.º 3 (2018), p. 10–21.

en los sistemas que lo componen que puede verse tanto en el exterior (Figura 1) como en el interior del edificio (Figura 2).



Figura 1 - Fachada Pza. Ariño; Elaboración propia



Figura 2 - Patio interior; Elaboración propia

2. *Revisión documental*

La investigación se inició con la recopilación y análisis de la documentación histórica y técnica oficial disponible sobre el edificio. La principal fuente documental fue el Archivo del COAA, pudiendo consultar en su mayoría documentos técnicos relacionados con las intervenciones más actuales como proyectos de ejecución incluyendo planimetría, memorias, presupuestos, documentación administrativa. También se han consultado otras fuentes digitales con referencias más divulgativas y datos técnicos proporcionados por el personal de mantenimiento.

La Tabla 1 recoge de forma cronológica los documentos oficiales consultados, indicando su fecha de publicación, fase del edificio de la que habla su contenido, tipología del documento y contenido, autoría y fuente consultada.

Tabla 1 - Documentación consultada sobre soluciones constructivas ordenada cronológicamente

Nombre del documento				
Periodo	Fase constructiva	Tipología de documento y Contenido	Autor	Fuente consultada
El Colegio Oficial de Arquitectos de Aragón y su evolución arquitectónica				
2018	I, II, III	Descripción escrita, documentación gráfica.	R. Marco	Web

Proyecto de Ampliación del Colegio de Ntra. Sra. de la Consolación en Zaragoza				
Julio 1941	II	Proyecto de ejecución: memoria y planos	R. Borobio, J. Borobio	Archivo COAA
Modificación de Proyecto de Ampliación del Colegio de Ntra. Sra. de la Consolación en Zaragoza				
Septiembre 1942	II	Modificación proyecto de ejecución 1941: planos	R. Borobio, J. Borobio	Archivo COAA
Casa de los Torrero. Sede Colegio Oficial de Arquitectos de Aragón. Monumento histórico de carácter nacional. Su evolución				
1946	II	Artículo en revista. Descripción escrita, planos	-	Web
Proyecto de Ampliación del Colegio de Ntra. Sra. de la Consolación en Zaragoza				
1957	II	Proyecto de ejecución: memoria, planos, mediciones, pliego de condiciones, presupuesto	R. Borobio, J. Borobio	Archivo COAA
Proyecto de Acondicionamiento de edificio				
1976 – 1977	III	Proyecto de ejecución: Planos, memoria técnica, fotografías, presupuesto	M. Fernández, I. G. Elorza	Archivo COAA
Proyecto de Restauración del Palacio de los Torrero				
Julio 1982	III	Proyecto de Ejecución: Memoria descriptiva, Pliego de condiciones, mediciones, presupuesto, planos	M. Fernández, I. G. Elorza	Archivo COAA
Reforma, acondicionamiento y mobiliario de las oficinas de Visado y despacho de la Junta de Gobierno				
Septiembre 1982	III	Dato numérico	M. Fernández, I. G. Elorza	Archivo COAA
Reforma, acondicionamiento y mobiliario de las oficinas de Visado y de Información				
Febrero 1984	III	Proyecto de Ejecución: Plano	M. Fernández, I. G. Elorza	Archivo COAA
Proyecto de sala de reuniones para la Junta de Gobierno				
Octubre 1985	III	Proyecto de Ejecución: Memoria, mediciones, presupuesto, planos	M. Fernández, I. G. Elorza	Archivo COAA
Proyecto de Prevención de incendios Palacio de los Torrero				
Diciembre 1985	III	Proyecto de Ejecución: Memoria técnica, planos	M. Fernández, I. G. Elorza	Archivo COAA
Proyecto Acondicionamiento de local para Agencia Bancaria. Palacio de los Torrero				
Febrero 1986	III	Proyecto de Ejecución: Memorias, mediciones, presupuestos, planos	M. Fernández, I. G. Elorza	Archivo COAA
Adecuación de local para la ubicación de la cooperativa de consumo "El Rollo Vegetal"				

Junio 1987	III	Proyecto de Ejecución: Plano	J. Magrazo	Archivo COAA
Acondicionamiento de Salón de Actos				
Mayo 1990	III	Proyecto de Ejecución: Memoria, planos	M. Fernández, I. G. Elorza	Archivo COAA
Guía Histórico-artística de Zaragoza				
1991	I	Artículo en guía. Descripción escrita sobre el edificio original (pp.220)	G. Fatás (COORD)	Web
Proyecto Básico y de Ejecución de Colocación de Ascensor con eliminación de barreras arquitectónicas en Edificio Sede del COAA				
Abril 2000	III	Proyecto de Ejecución: Memoria, EBSS, mediciones, presupuesto, planos, informe final de obra	R. Pamplona Abenoza, J.I. Navarro Abella	Archivo COAA
El Colegio Oficial de Arquitectos de Aragón y su evolución arquitectónica				
2018	I, II, III	Descripción escrita, documentación gráfica.	R. Marco	Web

3. Caracterización geométrica y constructiva

3.1. Catas de inspección

Las catas consistieron en aperturas localizadas y controladas en unidades constructivas previamente seleccionadas destinadas a identificar materiales, espesores, técnicas constructivas y posibles transformaciones acumuladas a lo largo de la vida útil del edificio. La selección de los puntos de intervención se realizó atendiendo a criterios de relevancia constructiva y a la necesidad de verificar aspectos que no podían determinarse mediante la documentación disponible o la simple observación visual.

El procedimiento de inspección se desarrolló siguiendo una planificación previa bajo la supervisión de un técnico competente, y en coordinación con los operarios implicados. Esta fase permitió definir las unidades constructivas intervenidas y el alcance de la actuación, garantizando que el proceso se ejecutara de forma controlada y compatible con el estado del edificio y actividad en el momento.

La ejecución consistió en realizar catas mediante picado y descubrimiento de los elementos constructivos, retirando parcialmente el material hasta dejar expuestas las capas interiores. Se emplearon herramientas de percusión, seleccionadas en función del tipo de acabado y de la resistencia del soporte, con el objetivo de acceder a la composición real del cerramiento con la mínima alteración posible.

Una vez expuesto el orden material de la unidad constructiva, se procedió al análisis y caracterización de la sección identificada. Esta fase incluyó la determinación de los materiales presentes, la medición de espesores y la evaluación de su estado de conservación, registrando posibles patologías, discontinuidades o intervenciones previas. La información obtenida permitió establecer una descripción precisa de la solución constructiva existente.

Tras completar la toma de datos, se realizó la reparación de la zona intervenida. Esta actuación consistió en el cierre de la cata y la reposición del revestimiento, procurando restituir la continuidad del paramento y minimizar el impacto visual y funcional de la intervención.

3.2. Observación directa

Los procesos de análisis documental y de los ensayos destructivos se completaron con la observación directa del edificio. Se realizaron varias visitas al edificio con herramientas específicas de medida como medidor láser y flexómetro para comprobar la correspondencia con la planimetría de referencia del estado actual, principalmente vistas de las plantas del edificio, aportada por el COAA en formato .dwg. También se realizaron fotografías, tanto en el interior como en el exterior y de elementos más en detalle (Figuras 3, 4 y 5), para documentar elementos que mostraran alguna evidencia evolutiva y realizar nueva planimetría.



(Figura 3)



(Figura 4)



(Figura 5)

Figura 3 - Toma de medida de ladrillo artesanal de 1506 situada en Planta Sótano; Elaboración propia.
Figura 4 - Medición en pieza de zócalo descubierta en exterior C/San Voto; Elaboración propia.
Figura 5 - Cambio de aparejo de fábrica de ladrillo en fachada original de 1506 (parte derecha) y ampliación de años 1940 parte izquierda); Elaboración propia.

3.3. Técnicas de inspección instrumental

Para ampliar el conocimiento constructivo se utilizaron otras dos técnicas más, en este caso, de inspección instrumental.

Una de ellas fue la termografía, mediante cámara FLIR serie E60, que se utilizó para detectar discontinuidades o ausencia de aislamiento en la envolvente, puentes térmicos y fugas de aire en puntos críticos como ventanas o encuentros constructivos, afectando al confort y al consumo energético. Además, permitió localizar rápidamente las zonas problemáticas, reduciendo la necesidad de catas adicionales.

Para garantizar la fiabilidad, las inspecciones se realizaron con un gradiente térmico interior-exterior de al menos 10 °C y evitando días de lluvia o viento fuerte, que podrían alterar la interpretación de las temperaturas superficiales.

Por otro lado, se encargó a una empresa especializada escanear todo el edificio mediante un escáner LiDAR. Tras la toma de datos in situ, se realizó su procesado y se obtuvo una nube de puntos, tanto de las estancias interiores como del exterior.

Resultados

1. Recopilación y análisis documental

La información recopilada presenta una distribución desigual entre las diferentes etapas históricas del inmueble. Mientras que la documentación correspondiente a la fase de uso residencial (1506-1908) es escasa y fundamentalmente textual, las intervenciones desarrolladas durante los siglos XX y XXI cuentan con una mayor cantidad de información gráfica y técnica. Especial relevancia adquieren los proyectos redactados durante la etapa de sede colegial, destacando el proyecto de restauración de los arquitectos Manuel Fernández e Isabel García Elorza, cuya documentación permite conocer con mayor precisión las actuaciones ejecutadas, los materiales empleados y las soluciones constructivas adoptadas.

El análisis de esta documentación permitió establecer una primera aproximación a la evolución histórica del edificio e identificar las principales intervenciones que han contribuido a su configuración actual. Asimismo, facilitó la definición de tres fases o etapas principales diferenciadas por el cambio de uso y por sus soluciones y técnicas constructivas. (Figura 6).

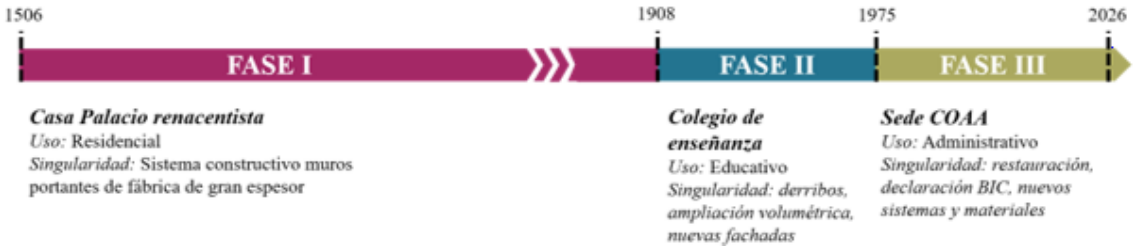
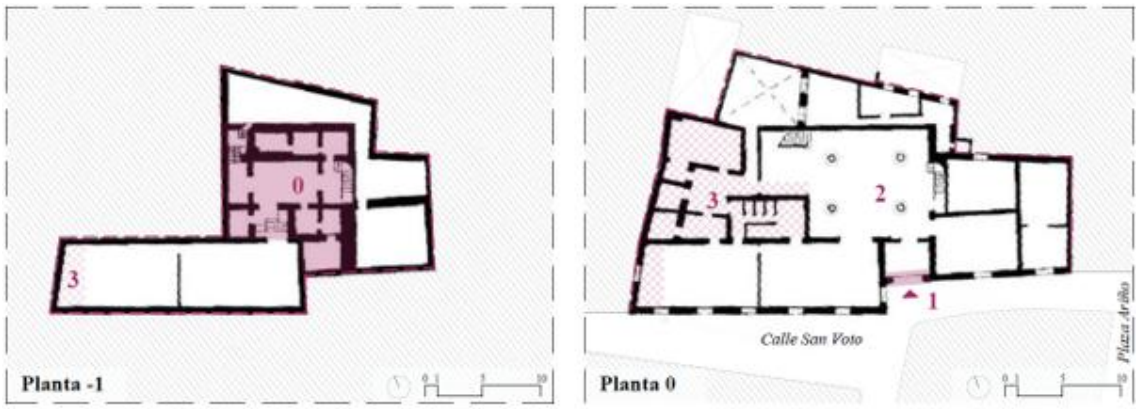


Figura 6 - Línea cronológica de las principales etapas constructivas de la Casa Palacio de los Torrero; Elaboración propia.

- Fase I (1506-1908): Casa Palacio renacentista (Figura 7)

Corresponde a la construcción inicial concebida como un ejemplo tipológico de arquitectura doméstica renacentista aragonesa. La edificación original se organiza en torno a un patio central, desarrollado en tres plantas con elementos góticos, y se resuelve mediante sistemas constructivos tradicionales basados en muros portantes de fábrica de ladrillo de gran espesor, forjados de madera y espacios abovedados en el sótano[6].

En este periodo se configura la estructura esencial del edificio, caracterizada por una elevada inercia térmica y una composición compacta.



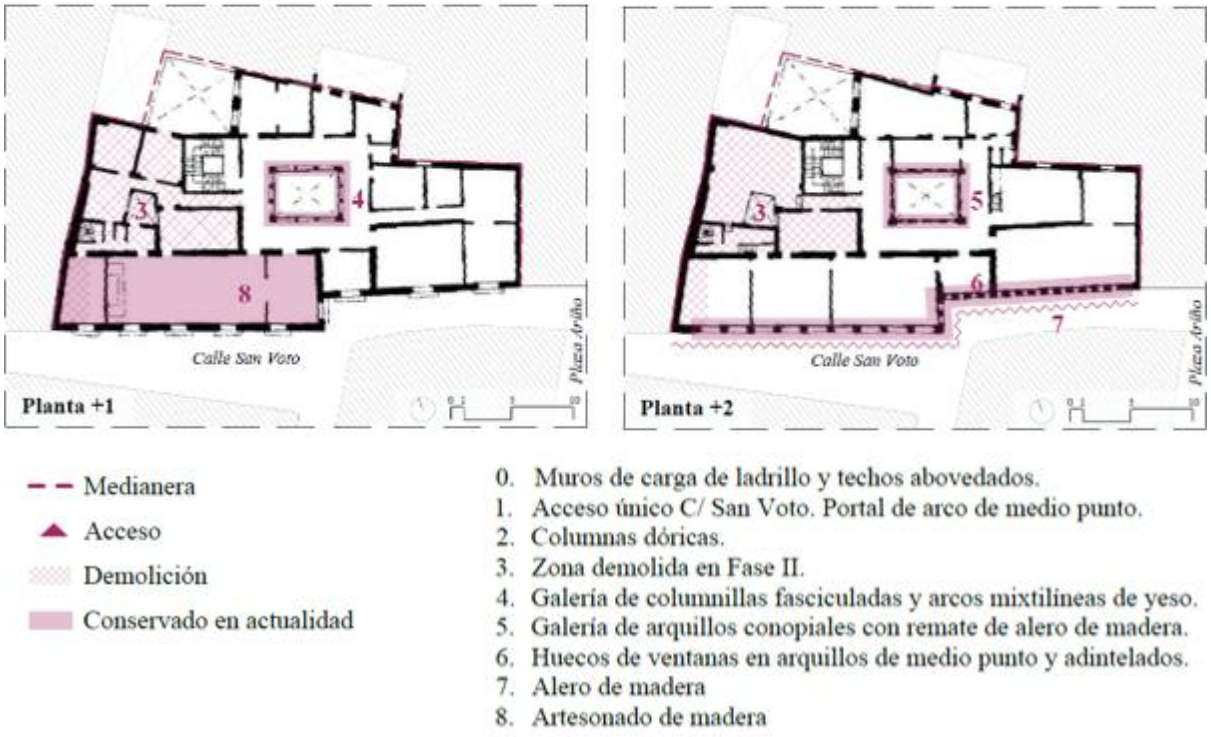


Figura 7 - Planimetría de la Casa-Palacio de los Torrero en el período 1506-1908 (fase I). Elaboración propia a partir de la Planimetría de base estado actual en 1942 de R. Borobio y J. Borobio (ver en Tabla1) y el artículo de R. Marco[6].

- Fase II (1908-1975): Colegio de enseñanza (Figura 8)

Tras su adquisición en 1908 por las Hermanas de Nuestra Señora de la Consolación, el edificio fue objeto de profundas transformaciones para su adecuación como colegio de enseñanza. Este periodo concentra las intervenciones más significativas, incluyendo ampliaciones volumétricas en planta y altura, derribos parciales, ejecución de nuevas crujías estructurales y nuevas fachadas, redistribuciones interiores. Estas actuaciones no solo modificaron sustancialmente la configuración arquitectónica y constructiva del edificio, sino que también alteraron su percepción visual exterior y su relación con el entorno urbano, especialmente tras la urbanización de la Plaza Santa Cruz. La incorporación de nuevos volúmenes y alineaciones, recogidos en los proyectos de los arquitectos Regino Borobio y José Borobio, transformó su configuración original entre medianeras, generando una nueva fachada representativa y una mayor presencia urbana. Además se percibe una conciencia del valor de la construcción original preexistente, manteniendo el uso predominante de fábrica de ladrillo macizo cara vista como material principal en sus nuevas fachadas. Por otro lado, en el interior, debido al segundo proyecto de ampliación en dos plantas en la zona de la medianera norte y a la sobrecarga estructural que esto supuso agrietando las columnas dóricas de la planta baja del patio se decidió intervenir en ellas recubriéndolas de mortero armado, lo cual supuso una pérdida de valor patrimonial que tenían.



Figura 8 - Planimetría de la Casa-Palacio de los Torrero en el período 1908-1975 (fase II). Elaboración propia a partir de la Planimetría de base estado actual en 1978 del "Proyecto de Acondicionamiento de edificio", M. Fernández e I. G. Elorza (ver en Tabla1)

- Fase III (1975-actualidad): Sede colegial (Uso Administrativo)

En 1975 el edificio es adquirido por el Colegio Oficial de Arquitectos de Aragón y La Rioja (a partir de 1981 pasa a ser Colegio Oficial de Arquitectos de Aragón), iniciándose una etapa de rehabilitación, restauración y acondicionamiento orientada a la puesta en valor del conjunto histórico[6] . Las intervenciones combinan criterios de conservación patrimonial con actuaciones de rehabilitación y restauración de elementos como fachadas o pilares, la reorganización y acondicionamiento de espacios interiores para los nuevos usos y el cubrimiento del patio central mediante un lucernario[6]. Estas actuaciones consolidan la complejidad constructiva del edificio, incorporando nuevos sistemas y materiales que se suman a los de las fases anteriores.



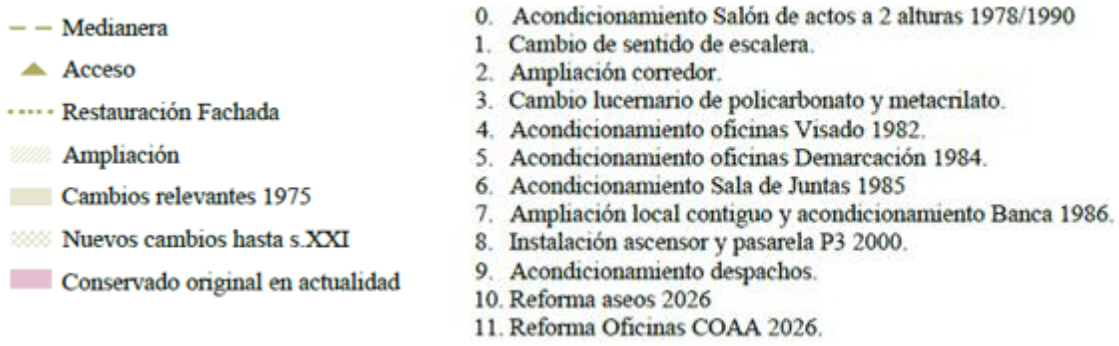


Figura 9 - Planimetría de la Casa-Palacio de los Torrero en el período 1975-actualidad (fase III). Elaboración propia a partir de la Planimetría de base estado actual en 1982 del "Proyecto de Restauración del Palacio de los Torrero", M. Fernández e I. G. Elorza (ver en Tabla1)

En la Fase III, los distintos proyectos de rehabilitación y acondicionamiento realizados hasta los años 2000 incorporan una mayor sistematización documental debido a la normativa requerida y a los medios técnicos y nuevas herramientas digitales. Las memorias y planos describen con mayor precisión las soluciones constructivas adoptadas y las actuaciones ejecutadas. Incluyen documentación gráfica detallada y mediciones presupuestarias que permitieron identificar con precisión los materiales y sistemas empleados. Aunque describen e incluyen ciertas lesiones detectadas, no aportan información relevante sobre el estado del edificio en etapas anteriores.

No obstante, la documentación consultada resultó insuficiente para determinar con precisión la secuencia completa de transformaciones materiales experimentadas por el edificio y el orden constructivo de sus distintos paramentos. En la mayoría de los casos, los proyectos, memorias, mediciones y documentación gráfica describen únicamente las actuaciones previstas o ejecutadas en cada intervención, aportando información sobre las capas añadidas, pero sin detallar la composición completa de las unidades constructivas preexistentes ni las sucesivas modificaciones acumuladas a lo largo del tiempo. Esta limitación hizo necesario complementar el estudio documental mediante técnicas de análisis in situ, basadas en la observación directa del edificio y la realización de catas, que permitieron identificar materiales, sistemas constructivos y evidencias físicas de intervenciones anteriores.

2. Catas

Las catas realizadas en los puntos que se indican en la Figura 10 permitieron conocer de manera precisa la composición real de los cerramientos las unidades constructivas, fachada, su materialidad, sus espesores y su estado de conservación.



Figura 10 - Ubicación de catas realizadas; Elaboración propia.

En total se ejecutaron diez catas en unidades constructivas correspondientes a las fases II y III. No se realizaron ensayos destructivos sobre los muros pertenecientes a la fase I debido a su elevado valor patrimonial. Los trabajos permitieron conocer la composición real de los cerramientos, verificar la presencia o ausencia de cámaras intermedias, capas aislantes en las fábricas macizas vistas y reconocer diferentes soluciones constructivas asociadas a intervenciones realizadas en distintos momentos históricos.

Los resultados obtenidos evidenciaron la coexistencia de sistemas constructivos diversos dentro de una misma fase de uso, así como diferencias materiales que no podían explicarse únicamente a partir de la documentación conservada.
Se realizaron dos catas en los muros de fachada noroeste y suroeste de la planta cuarta, pertenecientes a la fase II. Los resultados corroboran la ausencia de cámaras intermedias, tal como muestra la Figura 11.

Respecto a los cerramientos unidades constructivas de la medianera norte, debido a la insuficiencia de datos recabados tanto documentales como in situ, fue necesaria la comprobación. Los resultados, correspondientes a la Figura 13, revelan diversas soluciones constructivas compuestas por ladrillo hueco doble y simple, enfoscados, y, en algunos casos, cámaras de aire intermedias, propios de los sistemas constructivos de la época.

También se pudieron observar ensayos destructivos realizados durante la actual reforma de la pieza de los aseos (Figura 12) aunque ajenos a nuestro estudio, sirvieron para ver el estado de conservación de elementos constructivos e instalaciones.
Especialmente significativa resultó la identificación de soluciones distintas en un mismo cerramiento de la planta cuarta, perteneciente a la fase II, donde se constató la presencia simultánea de tramos con y sin cámara de aire (Figura 13). Esta circunstancia sugiere la existencia de intervenciones posteriores no documentadas y pone de manifiesto la complejidad del proceso evolutivo del edificio.

Las catas permitieron, por tanto, complementar la información histórica disponible y aportar evidencias materiales fundamentales para la identificación de las distintas capas históricas presentes en la Casa-palacio de los Torrero, contribuyendo a una mejor comprensión de su evolución constructiva.


Figura 11 - Cata realizada en muro de la fase II.


Figura 12 - Aseos en obra.



Figura 13 - Distintas soluciones constructivas en mismo muro, con y sin cámara de aire.

3.2. Observación directa

Las visitas in situ al edificio permitieron contrastar los datos obtenidos de las mediciones reales anotados en la planimetría imprecisa con la que se contaba. Se procedió a comprobar si estas medidas coincidían con las dibujadas en el archivo .dwg. Como se suponía en un principio, no coincidían. Con ayuda de las fotos, se comprobaron intervenciones no trasladadas al plano (ausencia de tabiques, carpinterías o patinillos existentes). Por ello, se planteó realizar nueva documentación gráfica que fuera más afín a la realidad. La nueva planimetría se recoge en el apartado *4. Realización de nueva planimetría y detalles constructivos*.

3.3. Técnicas de inspección instrumentales

El análisis con la cámara termográfica permite identificar puntos críticos de la envolvente y patrones térmicos asociados a las distintas fases constructivas. También sirvió para detectar anomalías en otros sistemas como en la instalación del suelo radiante en la planta baja del patio (Figura 14).

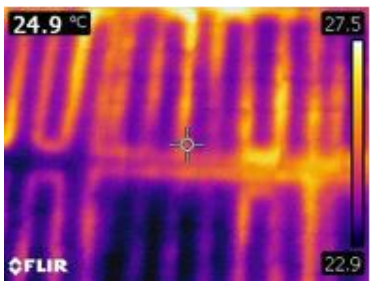


Figura 14 - Suelo radiante en patio



Figura 15 - Fachada original

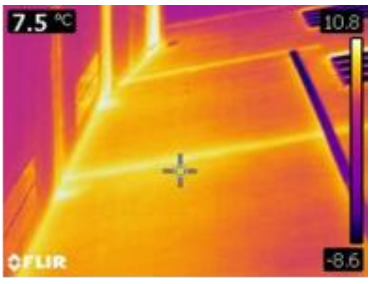


Figura 16 - Patio trasero

En la fachada original (Figura 15), se observan diferencias térmicas localizadas en los encuentros entre muros y huecos, así como contrastes entre las piezas de ladrillo y las juntas de mortero, lo que evidencia una mayor transmisión térmica en estas últimas. Asimismo, resulta especialmente significativa la detección de la traza de una antigua grieta estructural previamente restaurada y recogida en el proyecto de restauración de 1982, pese a no ser visible a simple vista.

Las termografías de las unidades constructivas del patio interior trasero, construido e intervenido en fases posteriores, muestran contrastes térmicos más notables, pudiéndose

observar (Figura 16) puentes térmicos referidos a elementos estructurales, sobre todo forjados. Con esto se puede confirmar la ausencia de aislamiento en la envolvente que afecta al comportamiento energético del edificio y al confort térmico de sus usuarios.

En cuanto a la nube de puntos, se obtuvo la volumetría y geometría del edificio muy aproximada a la realidad, ayudando a comprender su complejidad. Se usó el visor Trimble RealWorks Viewer 12.4 y se revisó exhaustivamente cada parte mediante la herramienta caja, pudiendo hacer segmentaciones del edificio para profundizar en cada estancia o elemento en detalle (Figura 17). Se detectaron incompatibilidades en la unión de varias partes de la nube, lo cual no redujo la incertidumbre (Figura 18). No obstante, mediante la herramienta metro en el software se pudieron comprobar numerosas dimensiones que hasta entonces eran dudosas o desconocidas, tanto por ausencia de información como por variedad de distintos datos de un solo elemento.

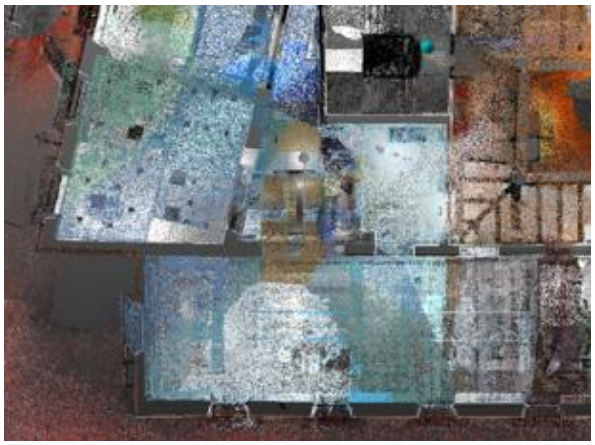


Figura 17 - Revisión de nube en software



Figura 18 - Incompatibilidad entre interior fachada

4. Realización de nueva planimetría y detalles constructivos

Con toda la información recopilada, se procedió a elaborar nueva planimetría en formato .dwg. Además se elaboraron unas fichas de las soluciones constructivas de cada cerramiento vertical y de las cubiertas (Figura 19). En las fachadas compuestas por fábrica de ladrillo macizo visto al exterior se diferenció en la leyenda de cada solución el original, perteneciente a la fase I, y el de los años 40, de la fase II. En cuanto a los forjados, se detectaron variedad de soluciones en mismas zonas pertenecientes a una misma fase, constatando la complejidad del edificio y las posibles actuaciones no documentadas que realizadas a lo largo del tiempo. Se diferenció por colores y nomenclatura la tipología de cerramiento, siendo FE - Fachada exterior, FI - fachada interior que da a patio, MM - Medianera en contacto con otra medianera, ME - Medianera en contacto con el exterior, MT- Muro en contacto con el terreno.

LEYENDA

Fase I (1506-1908) — Área construida Fase I

Fase II (1908-1975) — Área construida Fase II

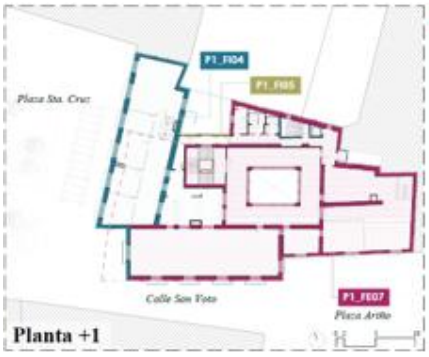
Fase III (1975-actualidad) — Área construida Fase III



PS_MT02	PS_MT05	PS_MT07
1 2 3 T INT 1 - Fábrica LM s.XVI 2 - Rastreles de madera 3 - Revestimiento interior Panelado de madera	1 2 3 4 5 T INT 1 - Fábrica LM 1940 2 - Cámara aire no ventilada (instalaciones) 3 - Trasdosado LHD 19 4 - Revestimiento interior Enlucido de yeso 5 - Acabado interior Pintura	1 2345 T INT 1 - Fábrica LM 1940 2 - Aislamiento de vidrio celular 3 - Trasdosado LHS 4 4 - Revestimiento interior Enlucido de yeso 5 - Acabado interior Pintura



PB_ME01	PB_FE05	PB_FI02
1 2 3 4 5 6 EXT INT 1 - Acabado exterior Pintura 2 - Revestimiento exterior Mortero de cemento 3 - Fábrica LM s.XVI 4 - Trasdosado LHD 9 5 - Revestimiento interior Guarnecido y enlucido de yeso 6 - Acabado interior Pintura	1 2 3 4 5 EXT INT 1 - Revestimiento exterior Aplacado de piedra arenisca Roreño 2 - Mortero de agarre 3 - Fábrica LM 1940 4 - Revestimiento interior Guarnecido y enlucido de yeso 5 - Acabado interior Pintura	1 2 3 4 567 EXT INT 1 - Acabado exterior Pintura 2 - Revestimiento exterior Mortero de cemento 3 - Fábrica LHD 9 (a soga=11,5 cm) 4 - Cámara de aire no ventilada 5 - Trasdosado LHS 4 6 - Revestimiento interior Guarnecido y enlucido de yeso 7 - Acabado interior Pintura



P1_FE07	P1_FI04	P1_FI05
1 23 EXT INT 1 - Fábrica LM s.XVI Cara Vista 2 - Revestimiento interior Guarnecido y enlucido de yeso 3 - Acabado interior Pintura	1 2 3 45 EXT INT 1 - Acabado exterior Pintura 2 - Revestimiento exterior Mortero de cemento 3 - Fábrica LM 1940 4 - Revestimiento interior Guarnecido y enlucido de yeso 5 - Acabado interior Pintura	1 2 3 4 567 EXT INT 1 - Acabado exterior Pintura 2 - Revestimiento exterior Mortero de cemento 3 - Fábrica LHD 9 (a soga=11,5 cm) 4 - Cámara de aire no ventilada 5 - Trasdosado LHS 4 6 - Revestimiento interior Guarnecido y enlucido de yeso 7 - Acabado interior Pintura



P2_MM09	P2_FE15	P2_FI10
1 2 3 4 567 M INT 1 - Acabado exterior Pintura 2 - Revestimiento exterior Mortero de cemento 3 - Fábrica LM s.XVI 4 - Trasdosado LHD 9 5 - Revestimiento interior Guarnecido y enlucido de yeso 6 - Rastreles de madera 7 - Revestimiento interior Panelado de madera	1 23 EXT INT 1 - Fábrica LM 1940 Cara Vista 2 - Rastreles de madera 3 - Revestimiento interior Panelado de madera	1 2 3 4567 EXT INT 1 - Acabado exterior Pintura 2 - Revestimiento exterior Mortero de cemento 3 - Fábrica LHD 9 4 - Cámara de aire no ventilada 5 - Trasdosado LHS 4 6 - Revestimiento interior Guarnecido y enlucido de yeso 7 - Acabado interior Pintura

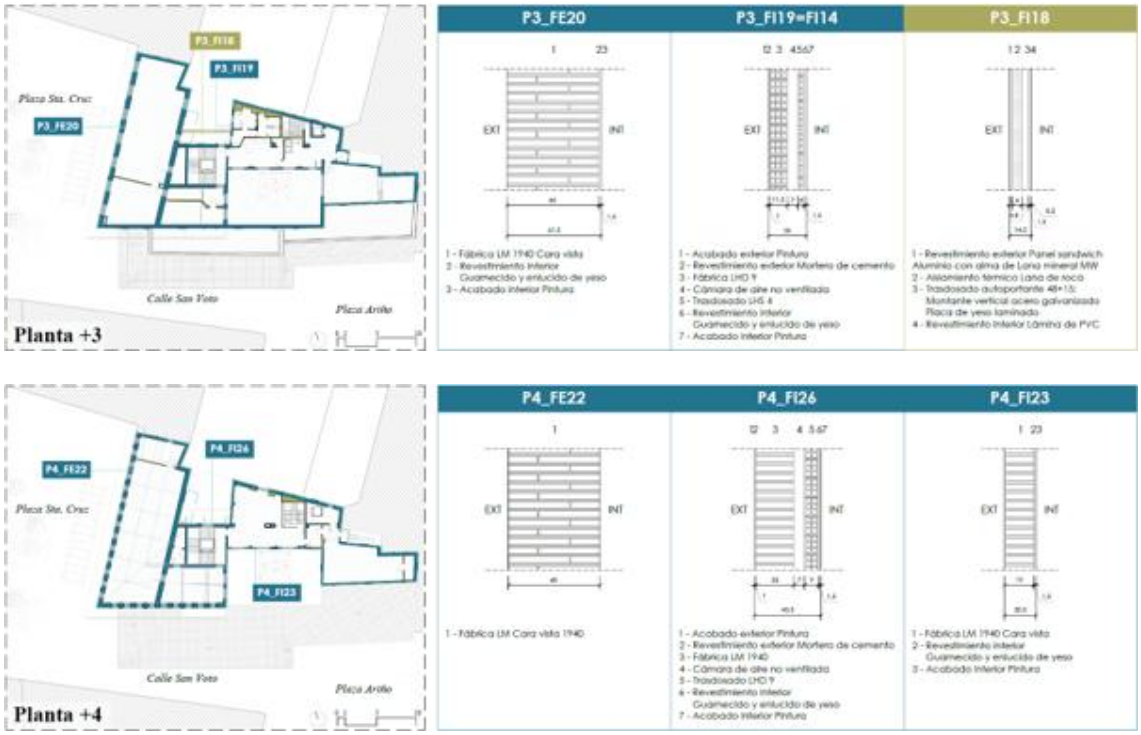


Figura 19 - Nueva planimetría y detalles de sección de unidades constructivas. Elaboración propia.

Conclusiones finales

La combinación del análisis de la recopilación documental histórica y técnica, la observación directa del edificio y la ejecución de catas permitió superar las limitaciones iniciales en la caracterización del caso de estudio y obtener una definición precisa de su configuración material. Esta metodología sirvió para contrastar y verificar la composición real de los cerramientos, identificar sistemas constructivos correspondientes a distintas etapas históricas, elaborar una planimetría actualizada y una definición detallada de las soluciones constructivas existentes, así como planificar la tercera fase de investigación en la que hemos obtenido datos de comportamiento de las distintas fases constructivas, evitando así recurrir a simplificaciones y soluciones genéricas habitualmente empleadas cuando no se dispone de información suficiente. Si bien se consiguió un alto grado de exactitud en la definición constructiva, hubo unidades en las que no fue posible obtener resultados y hubo que intuir su composición aproximándose a elementos similares.

Los resultados obtenidos demuestran que la configuración actual de la Casa-palacio de los Torrero responde a la superposición de intervenciones ejecutadas durante más de cinco siglos. Cada una de ellas incorpora soluciones técnicas y materiales propias de cada fase constructiva, generando la complejidad material, funcional y geométrica que se percibe a día de hoy. En este sentido, las capas históricas identificadas no constituyen alteraciones del edificio original, sino testimonios de su evolución y de la capacidad de adaptación que ha permitido garantizar su continuidad hasta la actualidad.

El estudio permite apreciar también la evolución de los criterios de intervención sobre el patrimonio arquitectónico. Las actuaciones desarrolladas durante la primera mitad del siglo XX responden principalmente a las necesidades derivadas del cambio de uso del edificio, priorizando su adaptación funcional, mientras que las intervenciones promovidas desde la adquisición del inmueble por el Colegio Oficial de Arquitectos de Aragón reflejan una mayor sensibilidad hacia la conservación de los valores patrimoniales, en

consonancia con la consolidación de los principios internacionales reconocidos en la Carta de Venecia de 1964[7] y en la Carta de Ámsterdam de 1975[8].

El conocimiento preciso de la evolución constructiva de un edificio histórico constituye un requisito previo para cualquier intervención futura. Si la Carta de Venecia estableció la necesidad de reconocer y respetar las aportaciones de todas las épocas, los actuales objetivos de sostenibilidad y descarbonización, recogidos en la Declaración de Toledo de 2010[9] y en las políticas europeas de rehabilitación[10], exigen además que dicho conocimiento sirva de base para diseñar intervenciones compatibles tanto con los valores patrimoniales como con las exigencias ambientales contemporáneas para avanzar hacia la descarbonización del entorno construido.

Agradecimientos

Agradecemos al Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades (MCIU), a la Agencia Estatal de Investigación (AEI) y al Fondo Europeo de Desarrollo Regional (FEDER, UE) por la financiación del Proyecto PID2023-151255OB-I00, así como al Colegio Oficial de Arquitectos de Aragón (COAA) por su colaboración institucional a través del Convenio BUILT4LIFE-COAA Estudio integral de la Casa Palacio de los Torrero con criterios de sostenibilidad entre la Universidad de Zaragoza y el Colegio Oficial de Arquitectos de Aragón. Las autoras agradecen igualmente al estudio Kurtz su colaboración en el desarrollo de este trabajo, así como al Gobierno de Aragón por la financiación del grupo de investigación T37_26R: Built4Life Lab y a todos sus miembros por su apoyo y contribución.

Bibliografía

RIPP, Matthias *et al.* - **Historic Urban Landscapes and Heritage Systems as the Basis for Sustainable Urban Development.** Land. ISSN 2073-445X. 14:9 (2025) 1783.

SHI, Mo; HUANG, Xiaoxian - **Reuse of Public Heritage Buildings: Analysis of the Successful Practices and Identification of the Obstacle.** Open Journal of Social Sciences. ISSN 2327-5952, 2327-5960. 13:01 (2025) 322–351.

YAZDANI MEHR, Shabnam - **Analysis of 19th and 20th Century Conservation Key Theories in Relation to Contemporary Adaptive Reuse of Heritage Buildings.** Heritage. ISSN 2571-9408. 2:1 (2019) 920–937.

TITIKPINA, Fally *et al.* - **Uncertainty assessment in building energy performance with a simplified model.** International Journal of Metrology and Quality Engineering. ISSN 2107-6839, 2107-6847. 6:3 (2015) 308.

[7] ICOMOS – **Carta Internacional sobre la Conservación y la Restauración de Monumentos y Sitios (Carta de Venecia, 1964)**. II Congreso Internacional de Arquitectos y Técnicos de Monumentos Históricos, Venecia, 31 mayo 1964. París: ICOMOS, 1965.

[8] COUNCIL OF EUROPE – **Declaration of Amsterdam.** Congreso sobre el Patrimonio Arquitectónico Europeo, Ámsterdam, 21–25 octubre 1975. Estrasburgo: Consejo de Europa, 1975.

[9] UNIÓN EUROPEA. PRESIDENCIA ESPAÑOLA DEL CONSEJO DE LA UNIÓN EUROPEA – **Declaración de Toledo.** Reunión Informal de Ministros de Desarrollo Urbano de la Unión Europea. Toledo, 22 junio 2010. Madrid: Presidencia Española del Consejo de la Unión Europea, 2010.

[10] UNIÓN EUROPEA – **Directiva (UE) 2024/1275 del Parlamento Europeo y del Consejo**, de 24 de abril de 2024, relativa a la eficiencia energética de los edificios. Diario Oficial de la Unión Europea. L 2024/1275, 8 mayo 2024.

Casa de los Torrero. Sede Colegio Oficial de Arquitectos de Aragón. Monumento Histórico de carácter nacional. Su evolución. Aldaba. Zaragoza: Colegio Oficial de Arquitectos de Aragón. N.º 2 (1982), p. 39–49.

MARCO, Ricardo – **El Colegio Oficial de Arquitectos de Aragón y su evolución arquitectónica.** Cuadernos COAARAGÓN. Vol. 1, n.º 3 (2018), p. 10–21.

ICOMOS – **Carta Internacional sobre la Conservación y la Restauración de Monumentos y Sitios (Carta de Venecia, 1964).** II Congreso Internacional de Arquitectos y Técnicos de Monumentos Históricos, Venecia, 31 mayo 1964. París: ICOMOS, 1965.

COUNCIL OF EUROPE – **Declaration of Amsterdam.** Congreso sobre el Patrimonio Arquitectónico Europeo, Ámsterdam, 21–25 octubre 1975. Estrasburgo: Consejo de Europa, 1975.

UNIÓN EUROPEA. PRESIDENCIA ESPAÑOLA DEL CONSEJO DE LA UNIÓN EUROPEA – **Declaración de Toledo.** Reunión Informal de Ministros de Desarrollo Urbano de la Unión Europea. Toledo, 22 junio 2010. Madrid: Presidencia Española del Consejo de la Unión Europea, 2010.

UNIÓN EUROPEA – **Directiva (UE) 2024/1275 del Parlamento Europeo y del Consejo, de 24 de abril de 2024, relativa a la eficiencia energética de los edificios**. Diario Oficial de la Unión Europea. L 2024/1275, 8 mayo 2024.

O ofício e o espaço: oficinas de carpinteiros de carros no sul do Tejo no século XX

Daniel Cardeira
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM)
danielcardeira@gmail.com

Ana Cristina de Sousa
Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM)
accsousa@letras.up.pt

Paulo Simões Rodrigues
Universidade de Évora, Centro de História da Arte e Investigação Artística (CHAIA)
dhis@uevora.pt

Ana Carvalho
Universidade de Évora, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS)
arcarvalho@uevora.pt

Resumo: O presente texto insere-se no âmbito do projeto de doutoramento em Estudos do Património a decorrer na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, intitulado "Veículos de tração animal a Sul do Tejo nos séculos XIX e XX: estudo e valorização patrimonial". Intenta-se analisar, procurando compreender o papel destes veículos nos contextos em que circulavam, as suas tipologias e métodos de construção. O artigo aborda as oficinas de carpinteiros de carros a sul do Tejo ao longo do século XX, procurando compreender como seriam esses espaços a partir de exemplos concretos e avaliar em que medida a realidade a sul do Tejo tem paralelos com outras regiões. O acesso a este património é hoje necessariamente mediado por fontes históricas, uma vez que apenas se conhece uma oficina ainda em atividade, a de João Teodósio Silva, em Ferreiras (Guia), em situação de laboração atualmente intermitente. A investigação assentou num conjunto disperso de fontes, incluindo entrevistas a artesãos e familiares, fontes documentais e iconográficas de proveniência diversa e os resultados do trabalho de campo desenvolvido. O texto estrutura-se em três partes principais. A primeira caracteriza o carpinteiro de carros e o abegão a sul do Tejo, distinguindo-o dos artesãos homólogos no norte do país e refletindo sobre a origem e a distribuição geográfica do termo abegão. A segunda aborda os ofícios que participavam na construção e no funcionamento dos veículos, nomeadamente o ferreiro, o ferrador e outros artesãos complementares. A terceira descreve a oficina, a sua organização e equipamento, e apresenta os exemplos concretos que chegaram ao nosso conhecimento, evidenciando a diversidade de formas que estas oficinas assumiram e o papel central da transmissão intergeracional na sua continuidade.

Palavras-chave: Carpinteiro de carros, abegão, veículos de tração animal, sul do Tejo, século XX

Introdução

O presente texto enquadra-se no projeto de investigação doutoral em Estudos do Património em curso na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que tem o título "Veículos de tração animal a Sul do Tejo nos séculos XIX e XX: Estudo e valorização patrimonial"[1]. Parte, igualmente, da investigação desenvolvida a montante, centrada nos veículos de tração animal no Algarve e no ofício do artesão que os construía[2]. A investigação atual alarga o âmbito geográfico e aprofunda o estudo através da mobilização de novas fontes e do cruzamento com outros contextos regionais.

Os veículos de tração animal constituíram, até meados do século XX, uma ferramenta indispensável na vida rural e urbana do território nacional, no qual se inclui o sul do Tejo. No Ribatejo, na Península de Setúbal, no Alentejo e no Algarve, carretas, carros de bois e carros de besta tinham um papel ativo no mundo do trabalho, no transporte de mercadorias e na mobilidade quotidiana de comunidades que, outrora, estavam dependentes da força animal. A sua presença não era meramente funcional: o ranger do eixo, o trepidar das rodas, os bois e as mulas a puxar carros nas estradas faziam parte de uma paisagem sonora e visual que abrangia todo o país, mas que tinham as suas especificidades locais.

A origem destes veículos antecede a própria formação de Portugal, e algumas das formas que persistiram no território transtagano, até ao século XX, descendem de uma longa continuidade.[3] No período anterior às grandes arroteias, a vida agrícola além-Tejo caracterizava-se por culturas cerealíferas episódicas, longos pousios e uma economia associada sobretudo à criação de gado miúdo, o que prolongou a vigência das formas tradicionais de veículos sem alterações de vulto[4] O carro chião alentejano, de leito baixo acima do eixo móvel e rodas muito abertas, e as carretas alentejanas e algarvias, mais ligeiras e de roda raiada, ambas tracionadas por bois, são expressões materiais desse percurso. A carreta afirmou-se como o modelo mais versátil do Sul, substituindo progressivamente o carro chião sobretudo nas distâncias mais longas. Em paralelo, os carros de besta tracionados por muares [Figura 1] eram frequentes em todo o território estudado, a par de outras tipologias regionais de uso mais restrito, como o churrião, destinado ao transporte dos grandes proprietários, e a carrinha de Portimão, que servia o trajeto entre a cidade e a Praia da Rocha. Para além das tipologias mais versáteis, havia também os carros adaptados a funções muito específicas como o abastecimento de água, a limpeza ou o descarte de resíduos, transporte fúnebre, venda itinerante, entre outros. Também circulavam modelos de carácter urbano de construção nacional ou importados para o transporte de passageiros.

---

[1] Projeto financiado pela FCT (Ref. UI/BD/153611/2022), sob orientação dos Professores Doutores Ana Cristina Sousa (FLUP-DCTP/CITCEM), Paulo Simões Rodrigues (UE-DH/CHAIA) e Ana Carvalho (UE/CIDEHUS).

2 CARDEIRA, Daniel – **Veículos de Tração Animal no Algarve, Carretas e Carros de Besta**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2020. Dissertação de mestrado realizada no âmbito do Mestrado em História da Arte, Património e Cultura Visual, orientada pela Professora Doutora Ana Cristina Sousa.

[3] Veja-se a Introdução em: Galhano, Fernando **– O Carro de Bois em Portugal**. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos de Etnologia, 1973, p. 7-18.

[4] Cardeira, Daniel – "Tracción animal y cultivo de cereales en el Alentejo a través del diálogo con la fotografía de Artur Pastor". In Laboratorio de Arte, 36 (2024), pp. 409-411. A partir de: Galhano, Fernando, Pereira, Benjamim e Veiga de Oliveira, Ernesto – **Alfaia Agrícola Portuguesa**. Lisboa: Dom Quixote, 1995, pp. 89-95.



Figura 1 - Em primeiro plano um carro de canudo com parelha de mulas, em segundo plano dois trabalhadores e um carro carregado de cereal. [1907–1908]. J. A. Cunha Moraes. Coleção Nacional de Fotografia/Subcoleção Alcídia e Luís Viegas Belchior, *Carro Alentejano*, PT/CPF/CNF-CALVB/0026/000013. Imagem cedida pelo Centro Português de Fotografia.

O acesso a este património é hoje necessariamente mediado por fontes históricas. Com exceção da oficina de João Teodósio Silva, em Ferreiras (Guia),[5] não conhecemos nenhum estabelecimento deste tipo ainda em laboração no território a sul do Tejo. A investigação assentou, por isso, num conjunto disperso de fontes: entrevistas a artesãos e a familiares que conheceram diretamente esta realidade, fontes documentais e iconográficas provenientes de arquivos distritais e municipais, e nos dados recolhidos no trabalho de campo. O cruzamento destas fontes permitiu reconstituir, ainda que de forma necessariamente parcial, os contornos de um saber-fazer que o século XXI tende a encerrar.

O presente texto estrutura-se em três partes principais. A primeira caracteriza o carpinteiro de carros e o abegão a sul do Tejo, distinguindo-o dos artesãos homólogos no norte do país. A segunda aborda os ofícios próximos que participavam na construção dos veículos, nomeadamente o carpinteiro, o ferreiro e o ferrador. A terceira descreve a oficina, a sua organização e equipamento, e apresenta os exemplos concretos que chegaram ao nosso conhecimento.

[5] Visitámos por várias vezes a oficina de João Teodósio Silva, em 2019, de que resultaram quatro entrevistas, gravadas entre maio e dezembro desse mesmo ano.

O carpinteiro de carros e o abegão, o ofício a sul do Tejo

A construção de veículos de tração animal pressupôs a existência de artesãos detentores de conhecimentos técnicos aprofundados, capazes de dominar simultaneamente a transformação da madeira e do ferro. Este perfil define, de forma geral, o carpinteiro de carros, denominação que abrange um conjunto de artífices com competências que transcendem a carpintaria convencional, integrando saberes de ferraria e, por vezes, de serralharia e outras áreas complementares.[6]

A própria etimologia do termo "carpinteiro" é reveladora da centralidade histórica deste ofício. O vocábulo deriva do latim tardio *carpentarius*, que, originalmente, designava o artesão especializado na construção de carros. Os processos de derivação semântica ao longo dos séculos fizeram com que a palavra passasse a nomear, de forma mais ampla, o artesão que trabalha a madeira em geral, perdendo a sua especificidade original, "é possível que a denominação 'carpinteiro' tenha perdurado durante séculos pelo simples facto de estes profissionais terem sido grandes entendidos na tecnologia da madeira"[7]. O termo "carpinteiro de carros" manteve-se em uso como designação precisa do artesão dedicado ao fabrico e reparação de veículos.[8]

Tal como se irá demonstrar, no território a sul do Tejo, este ofício apresenta especificidades que o distinguem das práticas observadas no Norte de Portugal e na Galiza. Nas zonas rurais do norte do país, a construção dos carros de bois tradicionais, com rodas de miúlo e cambas, não implicava um grau de especialização tão elevado. O carro era produzido pelo carpinteiro da aldeia, aquele que, como descreve Galhano, "trabalhava a madeira para qualquer obra, desde a armação dum telhado à arca para o grão, dum casco de vinho à grade ou ao arado".[9] Em casos mais raros, era o próprio lavrador que construía o carro ou possuía os conhecimentos mínimos para substituir as peças deterioradas. No Norte galaico-português, a construção destes veículos era ainda marcada pela quase ausência do ferro, refletindo uma continuidade de práticas medievais em que a estrutura do veículo assentava fundamentalmente em técnicas de encaixe e assemblagem da madeira.[10]

A sul do Tejo, o quadro é substancialmente diferente. A predominância de tipologias de veículos mais elaboradas, como a carreta e o carro de parelha, com rodas raiadas e eixo fixo de ferro, exigiu a presença de artesãos com formação técnica especializada. Como sublinhou Galhano, "o melhor acabamento do vulgar carro de machos, e da própria carreta de bois, requeria essa especialização", sobretudo no Sul.[11] O saber-fazer destes artífices

---

[6] Cardeira, Daniel – **Trabalhar a madeira, trabalhar o ferro: o ofício de abegão a sul do Tejo durante o século XX.** In Res Mobilis. Vol. 13, n.º 18 (2024), pp. 116-134.

[7] Cardoso, Cecília – **Os ofícios da madeira: Gondomar como uma "grande fábrica" (Séc. XIX-XXI)** – Porto: Faculdade de letras da Universidade do Porto, 2025. P.360. Tese de doutoramento. A partir de Merino, Andrés - **Biblioteca Atrium de la Carpinteria**. 5 Tomos. Coleccion Tecnica de Bibliotecas Profissionales. Barcelona: Oceano/Centrum, 1993.

[8] Houaiss, António e Villar, Mauro de Salles – **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Lisboa: Temas e Debates, 2005, p. 1811.

[9] Galhano, Fernando – **O Carro de Bois em Portugal**. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos de Etnologia, 1973, p. 123.

[10] Veja-se: Haupt, Herbert – "Der Wagen Im Mittelalter". In Treue, Wilhelm (ed.) – **Achse, Rad und Wagen: fünftausend Jahre Kultur- und Technikgeschichte**. 2.ª ed. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1986, p. 188. Assim como o documentário "O Carro e o Home" (1940), dir. António Román.

[11] Galhano, Fernando **– O Carro de Bois em Portugal**. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos de Etnologia, 1973, p. 123.

aproxima-os, em termos técnicos, dos construtores urbanos de carruagens, os segeiros, assim como dos artesãos de outros países nomeadamente os *wheelwrights* e os *charrons*[12]. A esta realidade associa-se, no território transtagano, uma designação específica para o ofício. Em parte do Alentejo e Algarve, o artesão responsável pela construção de carros e alfaias agrícolas era comumente designado de *abegão*. Este termo, de etimologia disputada, mas largamente associada ao universo pecuário e agrícola,[13] apresenta uma notável variabilidade regional, tendo acumulado ao longo do tempo significados distintos. No dicionário de Rafael Bluteau, (1728), o abegão surge definido como "aquele que tem cuidado do carro, bois, etc., e vai lavrar como criado do lavrador", evidenciando a sua ligação ao trabalho agrícola e ao manuseamento das alfaias.[14] Em Elvas, Silva Picão descreve-o como chefe da ganharia, empregado de confiança que "só recebe ordens do amo, que o considera seu imediato nas fainas respetivas".[15] Em Campo Maior, pelo contrário, o mesmo autor regista que o termo é reservado especificamente para o construtor de carros.[16]

O estudo linguístico de Adelino Almeida Calado, publicado em 1963, sistematiza as principais acepções do vocábulo, identificando como sua área de uso mais consistente, enquanto sinónimo de carpinteiro de carros, o distrito de Évora e o Baixo Alentejo, bem como localidades próximas dos distritos de Setúbal, Santarém e Portalegre.[17] As recolhas realizadas no âmbito desta investigação confirmam que o termo era igualmente reconhecido em concelhos não mencionados por Calado, como Barrancos, Borba, Castro Verde, Mértola, Moura, Odemira e Serpa. No Algarve, onde surgem também as variantes *abagoão* e *abugão*, o vocábulo é, ainda hoje, associado ao artesão que construía e reparava carros.[18]

A difusão do termo abegão enquanto designação do carpinteiro de carros parece relacionar-se com a organização territorial e as estruturas de exploração agrícola que caracterizaram o sul de Portugal. No Alentejo e Ribatejo, a predominância do latifúndio e a organização das grandes herdades criaram as condições materiais e económicas para sustentar artesãos especializados no seio dessas explorações. Cada herdade integrava, além das habitações e das dependências pecuárias, um espaço destinado ao armazenamento, construção e reparação das alfaias agrícolas: a abegoaria. É plausível que a figura do abegão, enquanto artesão especializado, se tenha difundido a partir destes espaços, e que o próprio vocábulo tenha adquirido progressivamente o sentido de carpinteiro de carros por via de um processo de especialização semântica, associado à função exercida nas abegoarias dos grandes montes alentejanos.[19]

---

[12] Cardeira, Daniel – **Veículos de Tração Animal no Algarve: Carretas e Carros de Besta**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2020.
[13] Calado, Adelino de Almeida – **Abegão: Estudo Linguístico**. Elvas: Tipografia Casa Ibérica, 1963, pp. 5-14.
[14] Bluteau, Rafael – **Vocabulario Portuguez e Latino. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu**, 1712-1728.
[15] Picão, José da Silva – **Através dos Campos: Usos e Costumes Agrícola-Alentejanos**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983, p. 68.
[16] Picão, José da Silva – **Através dos Campos: Usos e Costumes Agrícola-Alentejanos**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983, p. 68.
[17] Calado, Adelino de Almeida – **Abegão: Estudo Linguístico**. Elvas: Tipografia Casa Ibérica, 1963, p.13.
[18] Cardeira, Daniel – **Veículos de Tração Animal no Algarve: Carretas e Carros de Besta**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2020, p.79.
[19] Ideia desenvolvida com maior detalhe em: Cardeira, Daniel – **Veículos de tração animal a Sul do Tejo nos séculos XIX e XX: Estudo e valorização patrimonial**. Tese de doutoramento em preparação. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2026, cap. 2, subcap. 2.2.1.

A diferença entre o carpinteiro de carros do Norte e o abegão do Sul não é, portanto, meramente nominal, reflete realidades técnicas, económicas e culturais distintas. O artesão do Sul integrava-se num sistema produtivo capaz de sustentar a construção de veículos que requeriam o domínio de técnicas de carpintaria de precisão, sobretudo na construção da roda raiada, e de ferraria, incluindo a execução de eixos, ferragens, sistemas de suspensão e mecanismos de travagem. Esta dupla competência tornava o abegão um profissional indispensável às grandes explorações agrícolas e, ao mesmo tempo, inseria o seu ofício numa tradição técnica partilhada com construtores de veículos de outros países ocidentais[20].

Outros ofícios na construção de veículos

A produção de veículos de tração animal não era tarefa de um único artesão. Embora o carpinteiro de carros fosse o agente central do processo, a concretização de um carro, em particular das tipologias mais elaboradas usadas a sul do Tejo, implicava a participação de outros ofícios, cujas competências se articulavam de forma complementar com as suas.

O ferreiro era o colaborador mais próximo e indispensável. A construção das ferragens que integravam os veículos, as vielas, as boquilhas, as cintas e o calço das rodas, os eixos, os sistemas de suspensão por molas e os mecanismos de travagem, exigia o domínio das técnicas de forja e da modelação do ferro. Em algumas, o carpinteiro de carros possuía forja própria e trabalhava o metal de forma autónoma. Noutros casos, a colaboração com um ferreiro da localidade supria essa necessidade. Em Serpa, conhecemos o exemplo do abegão José Vilão, que recorria ao ferrador José Penúria para a execução das ferragens dos veículos que fabricava, estando os dois artesãos ligados por relações familiares.[21]

---

[20] Cardeira, Daniel – **Veículos de Tração Animal no Algarve: Carretas e Carros de Besta**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2020, pp. 84-85. Veja-se também: Cardeira, Daniel – "Trabalhar a madeira, trabalhar o ferro: o ofício de abegão a sul do Tejo durante o século XX". In **Res Mobilis**. Vol. 13, n.º 18 (2024), pp. 116-134. E: Cardeira, Daniel – **Veículos de tração animal a Sul do Tejo nos séculos XIX e XX: Estudo e valorização patrimonial**. Tese de doutoramento em preparação. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2026, cap. 2, subcap. 2.1. Para os paralelos internacionais veja-se: Burgess, J. – **A Practical Treatise on Coach-Building Historical and Descriptive**. Londres: Crosby Lockwood and Co., 1881; Malepeyre, F. – **Nouveau manuel complet du charron et du carrossier, tomo I**. Paris: Roret, 1851; e Pearson, H., Oram, C. e Thomas, T. – **African Oxcart Design and Manufacture**. Working Paper n.º 43. Coventry: Development Technology Unit, Department of Engineering, University of Warwick, 1994.

[21] Conversa informal com Gertrudes Penúria, filha do ferreiro José Penúria, realizada a 20 de junho de 2022, em Serpa. A colaboração de José Vilão com ferreiros é também atestada em: Janeirinho, L. – "Objectos de vida: O Museu Etnográfico de Serpa (2) [Abegão José Vilão]". In **Arquivo de Beja: Série III**, n.º 10 (abril de 1999), pp. 93-109, onde são mencionados os ferreiros com quem o abegão trabalhava.

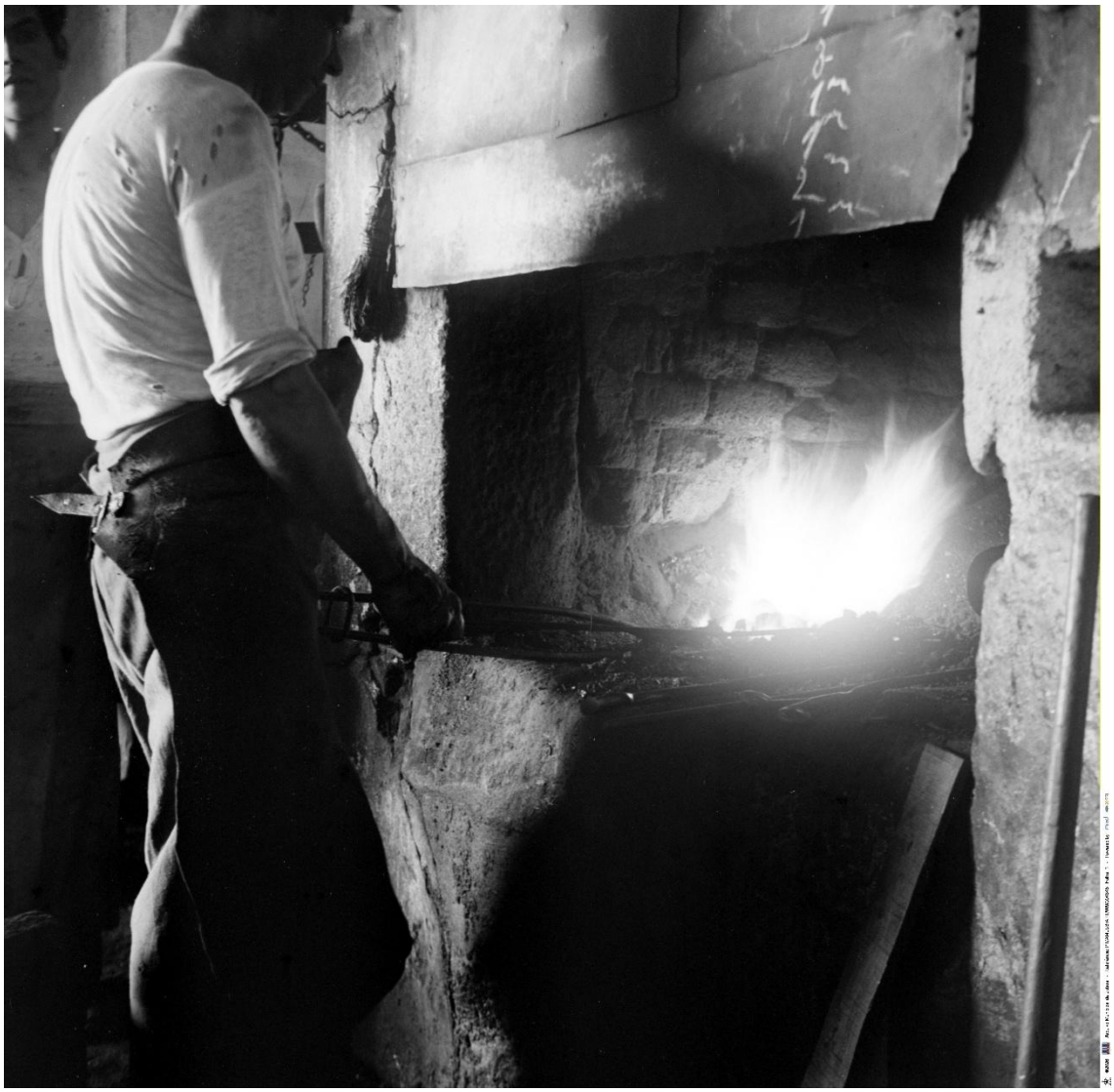


Figura 2 - Oficina de ferreiro, Alentejo. [Década de 1940]. Artur Pastor. © Arquivo Municipal de Lisboa | PT/AMLSB/ART/009/004845.

A trajetória da oficina da família Neves Severo, em Évora, ilustra bem a progressiva integração dos dois ofícios numa mesma unidade. Segundo Paulo Guimarães, que estudou esta firma com base na documentação da 4.ª Circunscrição Industrial, em 1921 estava classificada como "ferraria, serração mecânica de madeiras, aparelhamento e carpinteiro de carros" empregando, nos finais da II Guerra Mundial, entre outros, quatro carpinteiros, um ferreiro e dois torneiros.[22] A concentração, nas ruas vizinhas da Rua do Muro, de ferreiros, ferradores e abegões, presentes inclusive em momentos formais da vida familiar da família Severo, como no conselho de família para a inventariação dos bens do falecido Manuel José Severo[23] ou como padrinhos de batismo[24], revela a existência de redes de cooperação estruturadas em torno do ofício.

[22] Guimarães, Paulo – **Elites e Indústria no Alentejo (1890-1960): Um estudo sobre o comportamento económico de grupos de elite em contexto regional no Portugal contemporâneo**. Évora: Publicações do CIDEHUS, Edições Colibri, 2006, pp. 250-251.
[23] Inventário orfanológico de Manuel José Severo. Tribunal da Comarca de Évora, 16 de abril de 1866 a 16 de setembro de 1867.
[24] Paroquia de São Mamede (1885) – **Livro de registo de batismo [registo n.º 136]**. Arquivo Distrital de Évora. Cota: PT/ADEVR/PRQ/EVR07/001/0038

O ferrador constituía um ofício distinto, mas igualmente próximo. Responsável pela aplicação das ferraduras nos animais de tiro, o ferrador detinha conhecimentos de forja e de trabalho do ferro que o colocavam numa posição de interface entre o mundo animal e o universo técnico dos transportes. Na obra monográfica sobre a aldeia de Cabeça Gorda (Beja), *Cabeça Gorda: Memórias da Aldeia*, está listado, a par dos mestres abegões e dos ferreiros, os ferradores Claudino Segurado, José Brissos, Daniel Cristina e José Martins, o que evidencia a proximidade e coexistência destes ofícios.[25] A presença do ferrador no tecido artesanal destas comunidades era tão natural quanto necessária, uma vez que as ferraduras colocadas nos animais que puxavam os carros construídos pelo carpinteiro de carros dependiam da sua manutenção regular.

Além do ferreiro e do ferrador, a construção de determinadas tipologias de veículos mobilizava outros profissionais. Os carros de trabalho mais simples podiam ser inteiramente produzidos na oficina do abegão. Já os carros ligeiros destinados ao transporte de passageiros, como aranhas, charretes e churriões, exigiam intervenções adicionais. Os albardeiros e os correeiros forneciam os arreios e os aprestos de couro utilizados na atrelagem dos animais. Os estofadores garantiam interiores de carruagens mais confortáveis. Os freeiros executavam as peças metálicas dos arreios. Os latoeiros intervinham em acabamentos e revestimentos. Os serradores cortavam e preparavam as madeiras. Os pintores garantiam a pintura e acabamentos. E outros comerciantes forneciam as madeiras e o ferro para o trabalho na oficina.

Esta interdependência entre profissões tinha uma expressão espacial evidente. As oficinas de carpinteiros de carros, ferreiros, ferradores e outros artesãos complementares tendiam a concentrar-se em zonas próximas dentro das vilas e cidades, formando pequenos núcleos de atividade artesanal onde a cooperação era tão quotidiana quanto a proximidade física. Em Évora, a documentação relativa à família Neves Severo ilustra bem esta realidade: o ferreiro convocado para o conselho de família de Manuel José Severo residia no Largo da Porta de Aviz, tangente à Rua do Muro, onde se situava a oficina, e as testemunhas do mesmo processo incluíam um ferrador e um abegão moradores na rua d'Alagoa, atual Rua Cândido dos Reis, perpendicular à Rua do Muro.[26] No concelho de Odemira encontramos um caso onde a proximidade era ainda mais imediata: a planta da oficina de José João Madeira, em Amoreiras Gare, mostra a carpintaria de carros a partilhar paredes e quintal com a oficina de um ferreiro vizinho, numa contiguidade que traduzia, em termos físicos, a dependência funcional entre os dois ofícios [Figura 3].[27]

[25] Felicidade, Rui e Palma, Duarte – **Cabeça Gorda: Memórias da Aldeia**. Cabeça Gorda: Junta de Freguesia da Cabeça Gorda, 2013, pp. 51-54.
[26] Inventário orfanológico de Manuel José Severo. Tribunal da Comarca de Évora, 1866.
[27] Alvará n.º 49260. Oficina de carpintaria de carros com serração mecânica de José João Madeira. Amoreiras Gare, 1957.

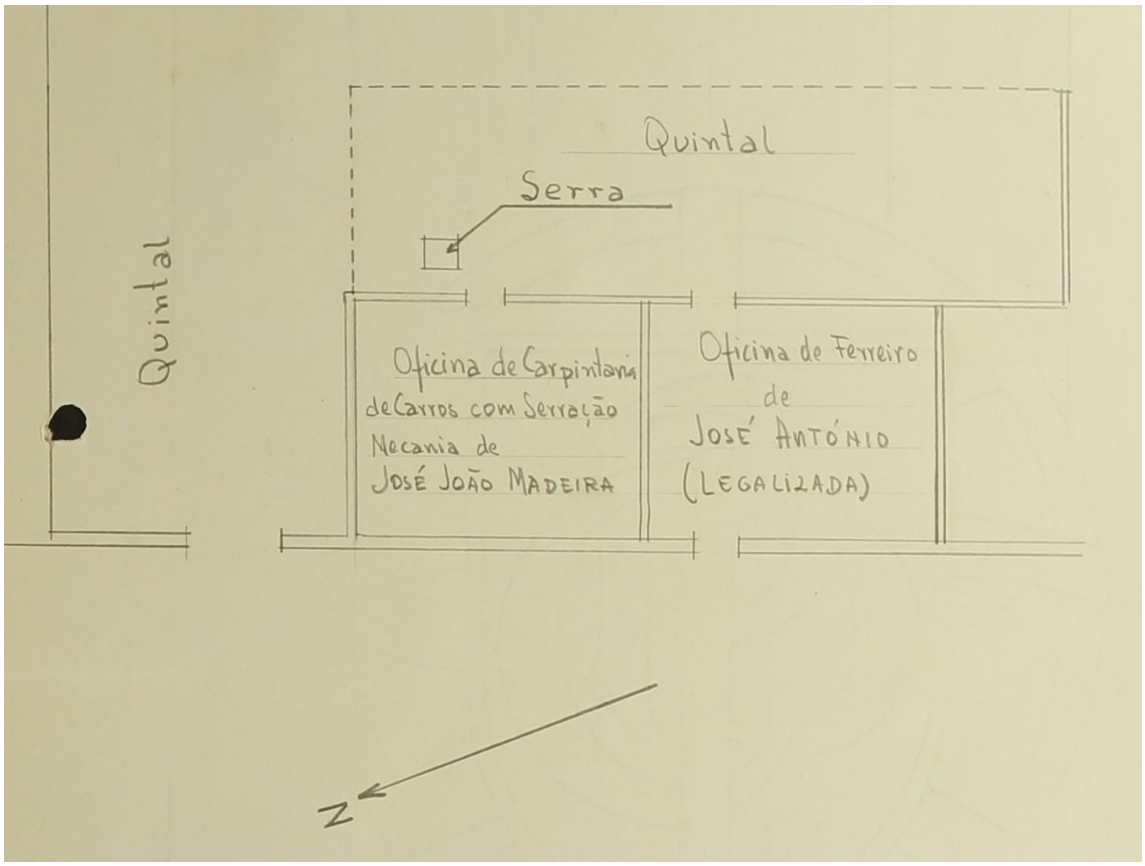


Figura 3 - Esquema da planta da oficina de José João Madeira. 1957. São Martinho das Amoreiras (Odemira). PT/ADFAR/ACD/CI5/004-003/72, PT/ADFAR/ACD/CI5/004-003/0072, Arquivo Distrital de Faro. Imagem cedida pelo ADFAR.

A oficina como espaço de produção e transmissão de saberes

A oficina do carpinteiro de carros era simultaneamente um espaço de produção e de transmissão de saberes. A sua organização e equipamentos variavam consoante a dimensão do estabelecimento, a sua localização, os recursos disponíveis e as tipologias de veículos produzidos. Como veremos nos parágrafos seguintes, não existia um modelo único, e as diferenças entre oficinas refletem tanto as condições materiais de cada artesão como as exigências do mercado local.

Em termos gerais, as oficinas a sul do Tejo podiam assumir formas muito distintas. Silva Picão, ao descrever a realidade alentejana na viragem do século XIX para o XX, refere que a loja dos carpinteiros de carros era chamada de “cabana” e incluía o depósito das madeiras, as arrecadações de veículos e alfaias, e os abrigos para gados.[28] Moniz acrescenta que o artesão que laborava nos montes alentejanos podia possuir instalações próprias, conhecidas por “loja do mestre abegão” ou “loja do abegão”, trabalhar no “casão” ou mesmo debaixo de qualquer “arramada”.[29] Nas vilas e cidades, as oficinas funcionavam em estabelecimentos próprios, como a oficina da família Neves Severo na Rua do Muro, em Évora [Figura 4].

[28] Picão, José da Silva – **Através dos Campos: Usos e Costumes Agrícola-Alentejanos**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983, p. 20.
[29] Moniz, M. Carvalho – "O Abegão". In **Ethnos**, Volume IV. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, 1965, p. 150.



Figura 4 - Oficina de carpintaria e abegoaria de Neves Severo, Évora. [Década de 1940]. Artur Pastor. © Arquivo Municipal de Lisboa | PT/AMLSB/ART/009/004367.

A presença ou ausência de forja era o elemento que mais determinava o grau de autonomia técnica e económica de cada oficina, definindo se o artesão dominava por inteiro o processo de construção do carro ou dependia da colaboração de um ferreiro externo para a execução das ferragens e o *enferramento* das rodas. Das 91 oficinas identificadas no território estudado, seis incluíam explicitamente ferreiro ou ferraria na sua designação e apenas quatro indicam expressamente que não possuíam forja.[30] A maioria dos registos não clarifica este aspeto, mas a referência ao ferreiro, à ferraria e à forja nas oficinas surgem frequentemente nas fontes e na literatura. Veja-se o inventário orfanológico de Manuel José Severo, em Évora (1866), onde, entre os bens do abegão, existia a "loja de ferreiro com dois foles, e todas as mais ferramentas que lhe pertencem", carvão de ferreiro, ferro novo e ferro velho.[31] António Severo, descendente direto da família, ainda

[30] Mapeamento a publicar na tese: Cardeira, Daniel – **Veículos de tração animal a Sul do Tejo nos séculos XIX e XX: Estudo e valorização patrimonial**. Tese de doutoramento em preparação. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2026, cap. 2.

[31] Inventário orfanológico de Manuel José Severo. Tribunal da Comarca de Évora, 16 de abril de 1866 a 16 de setembro de 1867.

recorda as duas forjas que existiam na oficina.[32] Na planta da oficina de José Cândido Rodrigues, em Loulé, do alvará de 1936, é possível identificar a localização da forja numa das extremidades do espaço. A vistoria para concessão do alvará exigia que sobre ela existisse "uma cúpula para evacuação dos fumos ligada a uma chaminé".[33]

Nas oficinas que integravam a forja, seria expectável observar pelo menos dois espaços de trabalho distintos: um dedicado ao ferro e outro reservado à madeira, incluindo aparelhar, montar, reparar e pintar os veículos. Esta separação refletia as especificidades inerentes a cada material, uma vez que o ferro exige calor intenso para ser moldado, enquanto a madeira e as tintas apresentam risco de inflamabilidade. Nas oficinas visitadas no âmbito desta investigação, porém, essas áreas encontravam-se delimitadas com menos rigor, refletindo o abandono progressivo do uso regular da forja e a adaptação dos espaços às práticas mais recentes.[34]

A forja tradicional consistia num fole de ativação manual, geralmente acionado por alavanca ou pedal, cujo sopro era dirigido para a fornalha onde ardia o carvão. O fluxo de ar elevava a temperatura do fogo, permitindo aquecer o metal até ao rubro para o martelar e moldar na bigorna. Junto à forja existia habitualmente um tanque para fazer a têmpera do metal.[35] Ao longo do século XX, o fole manual foi sendo substituído por um engenho com ventoinha mecânica de ativação manual e, mais tarde, por mecanismos movidos a eletricidade, como o que se encontra na oficina de João Teodósio Silva, em Ferreiras.[36]

Nas oficinas sem forja própria, a colaboração com um ferreiro vizinho supria essa necessidade. A já referida oficina de José João Madeira, em Amoreiras Gare (Odemira), é um desses casos, onde a forja não está presente na planta, mas inclui, a paredes meias e com saída para o mesmo quintal, a "oficina de ferreiro de José António".[37] Esta proximidade espacial traduz uma interdependência funcional que se verificava em muitos outros pontos do território.

Para além da forja, as oficinas dispunham de um conjunto variado de ferramentas e equipamentos para o trabalho da madeira. A bancada de carpinteiro, o torno manual, o talhão, as serras de vários tipos, os formões, as plainas, os berbequins, os compassos e a roleta, instrumento característico do ofício, usado para medir a circunferência das rodas, constituíam alguns dos equipamentos básicos.[38] Ao longo do século XX, máquinas elétricas de serrar e tornos mecânicos foram sendo progressivamente integrados nestes

[32] Conversa informal com António Severo, neto de Ildmo Joaquim Rosado Severo, o último a gerir a oficina da Rua do Muro antes do seu encerramento, em 1974. Realizada a 27 de novembro de 2024.
[33] Alvará n.º 25651. Oficina de carpintaria de carros e ferreiro de José Cândido Rodrigues. Rua Alexandre Herculano, n.º 10, Loulé, 1936. Arquivo Distrital de Faro.
[34] Silva, João Teodósio – Entrevista realizada a 28 de agosto de 2019. Ferreiras (Guia).
[35] Cardeira, Daniel – "Trabalhar a madeira, trabalhar o ferro". In **Res Mobilis**. Vol. 13, n.º 18 (2024), p. 126.
[36] Cardeira, Daniel – "Trabalhar a madeira, trabalhar o ferro". In **Res Mobilis**. Vol. 13, n.º 18 (2024), p. 122.
[37] Alvará n.º 49260. Oficina de carpintaria de carros com serração mecânica de José João Madeira. Amoreiras Gare, São Martinho das Amoreiras (Odemira), 1958. Secretaria-Geral da Economia.
[38] Cardeira, Daniel – "Trabalhar a madeira, trabalhar o ferro". In **Res Mobilis**. Vol. 13, n.º 18 (2024), pp. 122-125.

espaços, coexistindo com as ferramentas manuais tradicionais, como se observa nas oficinas de João Teodósio Silva e de Virgílio Canelas António.[39]

Muitas oficinas dispunham ainda de serração, quer integrada no processo produtivo, quer como atividade complementar autónoma. A sul do Tejo identificaram-se 21 oficinas com serração ou serração mecânica de madeiras, cujos alvarás foram na sua maioria cancelados nas décadas de 1960 e 1970, refletindo o declínio do ofício.[40] À medida que os veículos de tração animal se tornavam obsoletos, a serração afirmou-se como uma forma de subsistência alternativa. Esta tendência surge bem documentada no papel timbrado da firma *Joaquim José das Neves Severo & F.os, L.da* que, em 1969, anuncia serras de fita, máquinas de aparelhar madeira e venda de lenhas e madeiras de azinho.[41]

A dimensão das oficinas variava consideravelmente. A oficina da família Neves Severo, em Évora, era, segundo Paulo Guimarães, "seguramente a maior da cidade".[42] No final da Segunda Guerra Mundial empregava quatro carpinteiros, dois menores aprendizes, um ferreiro, dois torneiros, um pintor, um ajudante, três malhadores, um escriturário e um servente.[43] No extremo oposto, encontramos oficinas de carácter estritamente familiar, como a de António Manuel Costa Corvo, em Cabeça Gorda (Beja) [Figura 5], que funcionou até à década de 1970 na antiga Rua dos Trapos e onde o próprio artesão, auxiliado por familiares e vizinhos, realizava todas as operações, incluindo a minuciosa *enferração* das rodas.[44]

[39] Cardeira, Daniel – "Trabalhar a madeira, trabalhar o ferro". In **Res Mobilis**. Vol. 13, n.º 18 (2024), pp. 122.
[40] Identificações a publicar na tese: Cardeira, Daniel – **Veículos de tração animal a Sul do Tejo nos séculos XIX e XX: Estudo e valorização patrimonial**. Tese de doutoramento em preparação. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2026, cap. 2.
[41] Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, Gabinete Marcelo Caetano, Correspondência de Particulares, cx. 87, doc. 11572, 1969.
[42] Guimarães, Paulo – **Elites e Indústria no Alentejo (1890-1960)**. Évora: Publicações do CIDEHUS, Edições Colibri, 2006, p.109.
[43] Guimarães, Paulo – **Elites e Indústria no Alentejo (1890-1960).** Évora: Publicações do CIDEHUS, Edições Colibri, 2006, p.225.
[44] Felicidade, Rui e Palma, Duarte – **Cabeça Gorda: Memórias da Aldeia**. Cabeça Gorda: Junta de Freguesia da Cabeça Gorda, 2013, pp. 51-54. E conversa online com Vicente José Cançado Corvo, 20 de março de 2025.



Figura 5 - A *enferrar* uma roda na oficina do Ti Corvo, Cabeça Gorda (Beja), 1.ª metade da década de 1960. Autor desconhecido. © Junta de Freguesia da Cabeça Gorda.

A transmissão do ofício no interior da família foi o mecanismo dominante de perpetuação destas oficinas. A aprendizagem decorria desde idades precoces, pela observação e participação direta nas tarefas, e o espaço de trabalho transitava frequentemente de pai para filho. A oficina da família Neves Severo é o caso mais documentado: desde Manuel José Severo, ativo em meados do século XIX, até ao bisneto Ildmo Joaquim Rosado Severo, que encerrou a atividade em 1974, quatro gerações mantiveram a oficina no mesmo espaço da Rua do Muro.[45] Este padrão de continuidade e transmissão familiar, que se repete, igualmente, na formação dos artífices entrevistados, revela uma estrutura artesanal assente na família enquanto núcleo de produção, aprendizagem e afirmação social[46].

Considerações Finais

O presente texto procurou reconstituir, a partir de um conjunto diversificado de fontes, a realidade das oficinas de carpinteiros de carros a sul do Tejo ao longo do século XX. Os resultados obtidos permitem avançar algumas conclusões sobre o ofício, os seus protagonistas e os espaços em que se exercia, ainda que a natureza dispersa e lacunar das fontes disponíveis imponha cautela na generalização das conclusões.

A análise confirmou que o carpinteiro de carros, a sul do Tejo, constitui uma figura técnica distinta dos seus congéneres do Norte do país, pelo menos até meados do século XX. A

[45] Guimarães, Paulo – **Elites e Indústria no Alentejo**, p. 250. E Inventário orfanológico de Manuel José Severo (1866).

[46] Cardeira, Daniel – **Veículos de tração animal a Sul do Tejo nos séculos XIX e XX: Estudo e valorização patrimonial**. Tese de doutoramento em preparação. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2026, cap. 2.

progressiva difusão das tipologias de veículos com rodas raiadas e eixo fixo de ferro por todo o território nacional foi, contudo, esbatendo essas diferenças, aproximando gradualmente as práticas de regiões onde, numa fase anterior, predominavam soluções construtivas mais simples. Ainda assim, no período em análise, a especialização técnica dos artesãos do Sul, que os aproxima dos construtores urbanos de carruagens e dos construtores de carros e rodas de outros países ocidentais, foi outrora uma característica distintiva do ofício neste território. Esta especificidade técnica encontra expressão na própria terminologia pois, o termo abegão com a aceção de carpinteiro de carros encontra-se generalizado sobretudo a sul do Tejo.

Há também uma dimensão coletiva relacionada com a produção e o funcionamento dos veículos de tração animal. A construção de um carro era, como se demonstrou, uma empresa coletiva. O carpinteiro de carros era o artesão competente para a sua construção, mas dependia muitas vezes da colaboração de ferreiros, ferradores, albardeiros, correeiros e outros profissionais. A presença destes era indispensável para a concretização dos veículos, desde as ferragens e as rodas até aos arreios e à atrelagem dos animais. Esta rede de ofícios complementares refletia-se na ocupação destas oficinas no espaço urbano, como nos demonstra a oficina eborense, estudada. Os artesãos tendiam a concentrar-se em ruas próximas, partilhando não apenas vizinhança, mas também redes de sociabilidade e de cooperação que se projetavam nos momentos formais da vida familiar e comunitária.

As oficinas estudadas revelam uma grande diversidade de formas e dimensões: A oficina urbana e de grandes dimensões da família Neves Severo, localizada em Évora, que chegou a ter mais de uma dezena de trabalhadores e duas forjas; e a pequena carpintaria familiar de Cabeça Gorda, onde o Ti Corvo trabalhava com os filhos e por vezes com o apoio dos vizinhos, são os dois extremos de um amplo leque de realidades. Entre os elementos que mais diferenciavam estas oficinas entre si estava a presença ou ausência de forja, que determinava o grau de autonomia do artesão na execução das peças metálicas indispensáveis aos veículos.

A transmissão intergeracional do ofício no seio da família foi um constante mecanismo de continuidade, assegurando a perpetuação de saberes técnicos e de redes profissionais ao longo de décadas. A raiz familiar destas oficinas é comum à maioria das oficinas estudadas, independentemente da dimensão ou dos meios técnicos disponíveis.

O declínio das oficinas foi gradual, mas inexorável. A mecanização da agricultura, a substituição progressiva dos animais de trabalho pelo trator, o êxodo rural das décadas de 1950 e 1960 e a generalização do automóvel esvaziaram o mercado dos carpinteiros de carros. Em 1954, a firma Neves Severo já reconhecia, perante as autoridades industriais, que as oficinas estavam "condenadas a desaparecer devido à mecanização da lavoura"[47]. O que subsiste hoje são os objetos preservados em museus e coleções privadas, os registos documentais dispersos em arquivos e a memória dos últimos artesãos e dos seus descendentes.[48]

[47] Guimarães, Paulo – **Elites e Indústria no Alentejo**, p. 251.
[48] À data de conclusão deste texto, João Teodósio Silva, abegão de Ferreiras (Guia), constitui o único caso conhecido de uma oficina ainda formalmente ativa a sul do Tejo. Com 85 anos e por motivos de saúde, o artesão encontra-se, contudo, numa situação de atividade muito irregular, trabalhando ocasionalmente e sem perspetivas de transmissão e continuidade do ofício.

A diversidade de fontes mobilizadas neste estudo, entre inventários orfanológicos, processos de licenciamento, acervos familiares e testemunhos orais, revelou a riqueza documental disponível para o estudo deste ofício e confirmou que é possível reconstituir, ainda que de forma parcial, um saber-fazer que o século XX praticamente encerrou. Registos paroquiais e acervos de imprensa regional, ainda por explorar de forma sistemática, constituem um campo aberto a investigações futuras que poderão aprofundar e alargar o quadro aqui estabelecido, contribuindo para aprofundar o estudo das oficinas de carpinteiros de carros e do universo técnico, social e patrimonial que lhes é associado.

Fontes

Arquivo Distrital de Évora

Paroquia de São Mamede – Livro de registo de batismo [registo n.º 136]. 1885. PT/ADEVR/PRQ/EVR07/001/0038.

Tribunal da Comarca de Évora – Inventário orfanológico de Manuel José Severo. 1866-1867. PT/ADEVR/JUD/TCEVR/A/001/00511.

Arquivo Distrital de Faro

5ª Circunscrição Industrial – Alvará n.º 25651. Oficina de carpintaria de carros e ferreiro de José Cândido Rodrigues. Rua Alexandre Herculano, n.º 10, Loulé. 1936-1970. PT/ADFAR/ACD/CI5/004-003/0003.

5ª Circunscrição Industrial – Alvará n.º 49260. Oficina de carpintaria de carros com serração mecânica de José João Madeira. Amoreiras Gare, 1957. PT/ADFAR/ACD/CI5/004-002/0013 e PT/ADFAR/ACD/CI5/004-003/0072.

Arquivo Municipal de Lisboa

Pastor, Artur – Oficina de carpintaria e abegoaria de Neves Severo, Évora, [194-]. Negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, 6 x 6 cm. PT/AMLSB/ART/009/004367. Disponível em: https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/Result.aspx?id=1015710&type=PCD

Pastor, Artur – Oficina de ferreiro, Alentejo, [194-]. Negativo de gelatina e prata em acetato de celulose, 6 x 6 cm. PT/AMLSB/ART/009/004845. Disponível em: https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/Result.aspx?id=1018066&type=PCD

Arquivo Nacional Torre do Tombo

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, Gabinete Marcelo Caetano, Correspondência de Particulares, cx. 87, doc. 11572 – Ficha de expediente e ofício de remessa para o Ministério das Corporações e Previdência Social, de uma carta de Joaquim José das Neves Severo e Filhos, Lda., respeitante ao pedido de auxílio. 1969-08-13 / 1969-09-02.

Centro Português de Fotografia

Moraes, J. A. Cunha – Carro Alentejano. [1907-1908]. Emílio Biel & Cª. - Editores. PT/CPF/CNF-CALVB/0026/000013. Depósito G, Armário 04, Gaveta 14. Disponível em: https://digitarq.arquivos.pt/documentDetails/b443c9bbbd7740eebe9ba073360c5243

Fontes orais

Penúria, Gertrudes – Conversa informal realizada a 20 de junho de 2022, em Serpa.

Severo, António – Conversa informal realizada a 27 de novembro de 2024, em Évora.

Silva, João Teodósio – Entrevista realizada a 28 de agosto de 2019, em Ferreiras (Guia).

Corvo, Vicente José Cançado – Conversa informal realizada a 20 de março de 2025.

Bibliografia

Almeida Calado, Adelino – **Abegão: Estudo Linguístico**. Elvas: Tipografia Casa Ibérica, 1963.

Bluteau, Rafael – **Vocabulario Portuguez e Latino**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712-1728.

Cardeira, Daniel – **Veículos de tração animal a Sul do Tejo nos séculos XIX e XX: Estudo e valorização patrimonial**. Tese de doutoramento em preparação. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2026.

Cardeira, Daniel – "Da árvore à oficina: o abegão e a construção de carros de besta no Algarve". In Duarte, Alice [et al.] – **Suportes do Património. Madeira**. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2022, pp. 57-80.

Cardeira, Daniel – "Trabalhar a madeira, trabalhar o ferro: o ofício de abegão a sul do Tejo durante o século XX". In **Res Mobilis**. Revista internacional de investigación en mobiliario y objetos decorativos. Oviedo: Universidad de Oviedo. Vol. 13, n.º 18 (2024), pp. 116-134.

Cardeira, Daniel – **Veículos de Tração Animal no Algarve: Carretas e Carros de Besta**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2020. Dissertação de mestrado.

Cardoso, Cecília – **Os ofícios da madeira: Gondomar como uma "grande fábrica" (Séc. XIX-XXI)** – Porto: Faculdade de letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.

Carvalho Moniz, M. – "O Abegão". In **Ethnos**, Volume IV. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia, 1965, pp. 149-151.

Felicidade, Rui e Palma, Duarte – **Cabeça Gorda: Memórias da Aldeia**. Cabeça Gorda: Junta de Freguesia da Cabeça Gorda, 2013.

Galhano, Fernando – **O Carro de Bois em Portugal**. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos de Etnologia, 1973.

Galhano, Fernando, Pereira, Benjamim e Veiga de Oliveira, Ernesto – **Alfaia Agrícola Portuguesa**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

Guimarães, Paulo – **Elites e Indústria no Alentejo (1890-1960): Um estudo sobre o comportamento económico de grupos de elite em contexto regional no Portugal contemporâneo**. Évora: Publicações do CIDEHUS, Edições Colibri, 2006.

Houaiss, António e Villar, Mauro de Salles – **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Lisboa: Temas e Debates, 2005.

Janeirinho, L. – "Objectos de vida: O Museu Etnográfico de Serpa (2) [Abegão José Vilão]". In **Arquivo de Beja: Série III**, n.º 10 (abril de 1999), pp. 93-109.

Merino, Andrés - **Biblioteca Atrium de la Carpinteria**. 5 Tomos. Coleccion Tecnica de Bibliotecas Profissionales. Barcelona: Oceano/Centrum, 1993.

Picão, José da Silva – **Através dos Campos: Usos e Costumes Agrícola-Alentejanos**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983.

A Escola e seu Território:
Educação Integral na construção do Território Educativo

Viviane Costa de Faria
PROARQ/FAU/UFRJ
viviane.faria@fau.ufrj.br

Giselle Arteiro Neilsen Azevedo
PROARQ/FAU/UFRJ
giselleartEiro@fau.ufrj.br

Resumo: Esta pesquisa pretende refletir sobre o habitar das infâncias na cidade e a qualidade da educação, busca discutir novos espaços pedagógicos tanto nas escolas como nos espaços públicos e em outros espaços fora da escola, como possíveis espaços de aprendizagem tenho base na Educação Integral, onde a ideia central é o entendimento de que a criança aprende de forma integral e em suas diversas dimensões, e para isso é preciso buscar espaços que complementam este aprendizado, pois a sala de aula não comporta mais trabalhar todas essas dimensões. É importante olhar para o entorno da escola como espaços educativos e de aprendizagem, reconhecendo a potência educativa da cidade compreendendo que a criança se desenvolve, constrói e reconstrói sua visão de mundo, ao mesmo tempo que provoca mudanças em si mesma e na urbe, dotando-a de vitalidade ao se conectar com ela. Neste artigo será apresentado o estudo piloto desenvolvido durante a primeira etapa desta pesquisa de doutorado, aplicado em duas escolas municipais da rede pública da cidade do Rio de Janeiro, utilizando instrumentos da metodologia de Avaliação Pós-ocupação – APO.

Palavras Chaves: Território Educativo, Educação Integral, Infâncias, Sistemas de Espaços Livres, Avaliação Pós-ocupação

INTRODUÇÃO

A relação entre a escola e a cidade é um tema de grande relevância, pois influência tanto a educação, quanto às políticas públicas e o desenvolvimento urbano. Esta pesquisa explora as conexões entre a escola e seu entorno, sob a ótica da Educação Integral e do Território Educativo, reconhecendo a importância da apropriação desses espaços extramuros para uma formação cidadã.

Essa apropriação é imprescindível para o território, para as crianças e para a comunidade. A educação deve ir para além dos muros da escola, romper esta barreira, pois a criança está sempre construindo o conhecimento, sua personalidade e seu caráter a todo o momento a partir da sua vivência na cidade. Para isso, pensando na formação de cidadãos o ensino deve ser inclusivo, não só no seu caráter de gênero, raça e credo, mas também quando falamos de espaços arquitetônicos e seu território.

A premissa dos Territórios Educativos é que a escola utilize o território no entorno da escola para uso e apropriação das crianças, ampliando sua formação para os espaços extramuros. Seja no caminho para a escola, seja na praça ao lado da escola, seja na biblioteca pública do bairro, mas principalmente, compreendendo a cidade como parte desta construção educacional. Esta busca por conectar cidade e escola, está cada vez mais relacionada com uma concepção de educação cidadã, importante para o enfrentamento dos problemas urbanos contemporâneos. Este entendimento de que é imprescindível o extravasamento da escola além dos seus muros é debatido por alguns autores, como Giselle Azevedo, Vera Tângari e Paulo Afonso Rheingantz, quando afirmam que "É preciso assumir que a escola sozinha já não se basta e o edifício escolar não pode continuar nesse isolamento, alheio ao que acontece no seu entorno"[1]. A conexão entre a cidade e a escola e as potencialidades deste território, faz com que não seja mais possível pensar a escola fora de seu território. E a criança é o ponto chave desta discussão, conforme argumenta Giselle Azevedo:

> "(...) negar à criança a vivência da cidade é restringir suas oportunidades de conhecer e experienciar as ruas, o bairro, a história e a vocação do lugar, ao mesmo tempo restringir também sua participação enquanto cidadã e ator social com competências para desenvolver ações com potencial poder de decisão." [2]

A escola passa a ser uma peça importante nesta aproximação das crianças com o território. Ela passa a ser o agente e a centralidade desta ocupação. Mas essa aproximação só se torna possível quando se reconhece que o território em que esta escola e sua comunidade estão inseridas, interferem no processo de aprendizagem dentro e fora da escola. Leonardo Marino defende que é fundamental que se olhe para a diversidade existente no espaço das cidades e no entorno das instituições escolares, e que incorpore este território múltiplo, plural no currículo, democratizando o território, o currículo e os saberes. Ele defende que "novas formas de aprender e ensinar precisam ser constituídas, e uma nova pedagogia deve ser erigida, uma pedagogia que se estabeleça nas brechas, nas fissuras dos currículos rígidos e que incorpore a vida humana em sua diversidade e múltiplas territorialidades"[3], entendendo que o território deve ocupar um lugar central nesta discussão.

---

[1] AZEVEDO et al. - Educação Integral e território Educativo: Diálogos possíveis em um coletivo complexo, p. 22.

[2] AZEVEDO, Giselle. Sobre o habitar das crianças no espaço público: desenclausurando a infância, p. 26.

[3] MARINO, Leonardo - A Cidade como Sala de aula: educar e aprender no território, p. 30.

Assim, para a formação integral da criança, no contexto do que se propõe a Educação Integral, é fundamental que haja o entendimento da necessidade da escola se relacionar com a comunidade, buscando parcerias e com um olhar ampliado para o seu entorno.

A Educação Integral é um conceito muito atual e pertinente nos dias de hoje, sendo a base dos programas de governos recentes, como o *Programa Escola em Tempo Integral*, de 2023 e o *Programa Novo Mais Educação*, de 2016. Há de se considerar que a Educação Integral faz parte dos programas de governo desde Anísio Teixeira, quando o educador propôs às escolas-parque, em 1950, na Bahia. A Educação Integral vem permeando os programas de governo, por vezes menos efetivos e por vezes mais efetivos, como é o caso do *Programa Escola em Tempo Integral* ou do *Programa Mais Educação*. Jaqueline Moll[4] enfatiza essa discussão, ao comentar sobre a importância que o Programa Mais Educação teve para a comunidade e a escola, criando vínculos imprescindíveis para o sucesso desta proposta. A Educação Integral traz o entendimento de que a educação acontece em diversos aspectos da vida do indivíduo, em várias dimensões, seja ela cognitiva, emocional, física ou social e para isso é preciso a vivência em outros espaços, ambientes e estímulos para que esse crescimento individual aconteça em suas diversas camadas ou dimensões, como é referido pelo Centro de Referência em Educação Integral[5]:

> "A Educação Integral é uma concepção que compreende que a educação deve garantir o desenvolvimento dos sujeitos em todas as suas dimensões – intelectual, física, emocional, social e cultural e se constituir como projeto coletivo, compartilhado por crianças, jovens, famílias, educadores, gestores e comunidades locais."

A Educação Integral auxilia a construção da conexão entre a escola e a cidade, trazendo para o âmbito pedagógico o território. Nesta concepção não se refere apenas ao tempo em que a criança está na escola, mas em como a criança aprende interagindo de diversas formas com a cidade e com o que ela tem a oferecer em seu entorno, complementando assim sua formação integral. Assim, a Educação Integral é entendida como um projeto coletivo, que vai para além dos muros da escola, sendo compartilhado pelas crianças, educadores, famílias e comunidades locais.

A partir deste entendimento que o desenvolvimento total da criança só acontece neste ambiente integrado, coletivo e conectado ao território, fica cada vez mais claro a importância do Território Educativo. Reconhecer a utilização deste entorno da escola para fins educacionais e, consequentemente, para uso e apropriação das crianças é fundamental para efetivar um olhar ampliado sobre a educação, que vai para além do equipamento escolar e seus espaços intramuros.
Para isso é preciso entender que espaços, equipamentos (sejam eles públicos ou privados), ruas e praças podem se tornar parceiros na construção deste território. Mas, principalmente, é entender como eles estão configurados para receber crianças e estudantes, e não só a comunidade escolar, como também a comunidade do bairro. Este território deve ser um facilitador para atrair as crianças e também os professores, pais e toda a comunidade. No entanto, não basta preparar a cidade para receber estas crianças, é

[4] MOLL, Jaqueline. Reflexões acerca da educação para a superação da extrema pobreza: desafios da escola de tempo completo e de formação integral.
[5] As informações sobre o Centro de Referência em Educação Integral estão disponíveis no seguinte link: https://educacaointegral.org.br/reportagens/escola-em-tempo-integral-mec-anuncia-politica-de-expansao-da-jornada/.

necessário que a escola, e seus gestores, estejam predispostos a saírem de seus espaços e se conectarem com a comunidade e parceiros. É preciso olhar para o entorno, buscar reflexão dentro e fora da escola, discutir. É preciso explorar.

HIPÓTESES

A apropriação das crianças à comunidade é muito importante para o reconhecimento das infâncias no território, do reconhecimento da escola para a comunidade e dos desejos e necessidades das crianças. Conforme disse Levindo Carvalho, "conhecer e apropriar-se dos espaços públicos pode trazer importantes mudanças nas condições estruturais da infância."[6] As crianças precisam destes espaços públicos para seu crescimento enquanto crianças e cidadãos. É preciso trazer as crianças de volta ao espaço público. A escola precisa ser o agente desta retomada, se apropriando destes espaços e instituições, sejam elas públicas ou privadas, afinal educação é um problema de todos. A comunidade escolar deve ocupar o seu lugar no espaço entendendo sua importância social transformadora. Conforme argumenta Tuan[7]:

> "O enraizamento e o pertencimento a determinados lugares reduzem os temores e facilitam a apropriação. Assim, na medida em que os usuários iniciam um processo de construção e delimitação do seu território educativo, esses lugares se tornam mais amigáveis, os percursos mais reconhecidos e a vizinhança assumem uma postura mais parceira e articulada com a escola, sejam as instituições existentes ou os próprios moradores da região."

A hipótese defendida neste trabalho, ao propor a abertura da escola para o território, reconhece que a vivência da cidade é parte constitutiva da formação cidadã. A criança, ao ocupar e experienciar os espaços urbanos, desenvolve autonomia, solidariedade e consciência crítica, elementos indispensáveis para a construção de sociedades mais democráticas e inclusivas.

Além disso, a justificativa se fortalece pela atualidade do debate sobre o direito da criança à cidade, tema que ganha relevância nas discussões internacionais sobre urbanismo e cidadania. Autores como Francesco Tonucci ressaltam que a ausência das crianças nos espaços urbanos compromete a segurança, a solidariedade e o controle social[8]. Ao recolocar a criança como sujeito ativo da cidade, a pesquisa contribui para uma agenda contemporânea que reconhece a infância como dimensão estratégica para o planejamento urbano e para a construção de sociedades mais humanas.

OBJETIVOS:

Objetivo geral:

O objetivo principal desta pesquisa é entender como um território pode ser constituído como Território Educativo, a favor da comunidade escolar, tendo as crianças como ponto de partida para a ocupação e apropriação deste território.

Objetivo específicos:

---

[6] CARVALHO, Levindo.; LANSKY, Samy. Infância, espaço público e escola, p. 55.
[7] Apud AZEVEDO, Giselle. Sobre o habitar das crianças no espaço público: desenclausurando a infância, p. 21.
[8] TONUCCI, Francesco. La Ciudad de los Niños.

- Entender quais são os condicionantes ou facilitadores de um território que fazem dele um território apto a ser explorado e apropriado pela comunidade escolar, tendo em vista a constituição de um Território Educativo.
- Aprofundar os conceitos de Educação Integral, Pedagogia da Cidade e Território Educativo, para compreender melhor seus princípios, suas afinidades e entrelaçamentos possíveis.
- Traçar parâmetros/diretrizes para a construção de um território com oportunidades Educativas para que este território seja constituído como Território Educativo, sob a perspectiva da Educação Integral.
- Trazer para o debate atual questões pertinentes à arquitetura escolar e seu território educativo, compatível com as demandas atuais de ensino, contribuindo para a formação em Arquitetura e Urbanismo.

JUSTIFICATIVA

A educação é a base para o desenvolvimento de uma sociedade. Prover a educação em espaços adequados para o ensino de qualidade é um passo para a construção e consolidação desta sociedade. Para alcançar este desenvolvimento é necessário reconhecer que a sociedade como um todo precisa de novos olhares para a educação e para o ensino público, ampliando esse alcance para a formação de cidadãos mais conscientes e aptos para enfrentar os problemas do mundo atual.

O governo lançou recentemente, no ano de 2023 o programa “Escola em Tempo Integral”, criado na perspectiva da Educação Integral. É um programa que olha para o território como suporte para a formação do indivíduo de forma integral e em tempo integral. Com o olhar neste novo programa, e os novos incentivos por parte do governo, entender como o território pode ser potencializado como Território Educativo na perspectiva da Educação Integral, auxiliando o sucesso deste programa, é o que move esta pesquisa. Olhar para a educação pública é um dever. Ajudá-la a ter ferramentas para ampliar seu potencial é um privilégio enquanto pesquisador, educador e cidadão.

METODOLOGIA

Esta tese foi dividida em 2 partes, o embasamento teórico e a pesquisa de campo, que no momento atual da pesquisa, ainda se encontra na forma de estudo piloto. Para o entendimento dos conceitos envolvidos na discussão da Educação Integral e dos Territórios Educativos foi necessário fazer uma revisão bibliográfica buscando autores nas áreas da Arquitetura e Urbanismo, Geografia e Educação. Assim ao discutirmos Educação Integral, buscamos referências como Jaqueline Moll, Gesuína Leclerc, Helena Singer, Alexandre Matiello, Ana Beatriz de Goulart de Faria, Leonardo Marino, Levindo Carvalho, Samy Lansky e Manuel Sarmento. Para embasar e discutir Território Educativo e Arquitetura dialogaremos com Doris Kowaltowski, Giselle Arteiro Azevedo, Paulo Afonso Rheingantz, Vera Tângari, Maria Antônia Goulart e Lucia Leite.

Para refletir sobre os espaços escolares contemporâneos, a recorreremos à Paula Sibilia e Mayumi Souza Lima, trazendo a criança com ponto central desta discussão. Assim como a discussão em torno do direito da criança à cidade, a partir dos autores Francesco Tonucci, Maria Aparecida Gobbi e novamente Mayumi Souza Lima. Ao relacionar práticas pedagógicas, cidade e territórios educativos, pretende-se, a partir dos trabalhos de educadores como, Anisio Teixeira, Paulo Freire, José Pacheco e Loris Malaguzzi enfatizar uma educação crítica e cidadã na formação dos estudantes.

Além disso, foram consultados marcos legais, órgãos e instituições públicas e privadas, como o Centro de Referência em Educação Integral - EI, Ministério da Educação e Cultura, MEC, o Programa Mais Educação e a Escola de Tempo Integral e suas publicações, a Base Nacional Comum Curricular - BNCC e a rede internacional Cidades Educadoras, tendo em vista trazer para a discussão a posição institucional sobre o tema.

Com relação à parte empírica da pesquisa, para alcançar aos objetivos propostos, foi adotada uma abordagem qualitativa e multimétodos, com a seleção de instrumentos e dispositivos de Avaliação Pós-Ocupação (APO) e Percepção Ambiental[9] desenvolvidos pelos grupos de pesquisa Ambiente-Educação – GAE, e Projeto e Qualidade do Lugar – ProLUGAR. Nos estudos pilotos, foram adotados os dispositivos mais adequados para serem aplicados com usuários infantis.

ESTUDO PILOTO

Entendendo a necessidade de compreender como a comunidade escolar reconhecem o território ao redor da escola, optou-se por investigar as múltiplas percepções sobre os espaços livres, enfatizando que a escola deve ser vista não como um espaço isolado, mas como um equipamento social que interage e se conecta com a cidade. Na abordagem metodológica, foram adotados os seguintes instrumentos da metodologia de Avaliação Pós-ocupação – APO: Mapeamento Visual (Mapete), Jogo da Memória e Questionário, com o objetivo de entender melhor a relação existente entre esta comunidade e o território, permitindo assim um diálogo com os estudantes e com corpo docente. A pesquisa participativa é a base desta pesquisa, entendendo que sem a participação dos usuários no território, através de inserções na comunidade e na escola, não é possível fazer uma pesquisa rica e fidedigna a realidade desta comunidade.

A partir deste questionamento, foram realizadas oficinas em duas Escolas Municipais do Rio de Janeiro. As escolas que participaram das oficinas, foram selecionadas a partir de resultados obtidos pela pesquisa "Mapeamento Afetivo do Rio de Janeiro" de 2022 e 2025[10], pesquisa esta que envolveu três grupos de pesquisa do Programa de Pós-graduação em Arquitetura da UFRJ – PROARQ: o Grupo Ambiente Educação – GAE, o Grupo de Sistemas de Espaço Livre – SEL-RJ e o Grupo Projeto e Representação do Ambiente –PROAMB em conjunto com a prefeitura do Rio de Janeiro. As escolas fazem parte da 7ª Coordenadoria Regional de Educação – 7ª CRE[11], região abarcada pela pesquisa. As oficinas realizadas nas escolas municipais do Rio de Janeiro, fazem parte da pesquisa "Mapeamento afetivo dos territórios educativos do Rio de Janeiro: interlocuções e redes alinhadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável"[12] coordenada pela Profa. Giselle Azevedo, coordenadora do Grupo Ambiente Educação – GAE, um

[9] RHEINGANTZ, Paulo Afonso; AZEVEDO, Giselle; BRASILEIRO, Alice. Observando a Qualidade do Lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação. Observando a Qualidade do Lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação.

[10] Esta pesquisa foi aplicada três vezes na rede de ensino municipal do Rio de Janeiro, em 2019, 2022 e 2025.

[11] A região que configura a 7ª CRE abrange parte da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, incluindo os bairros de: Anil, Barra da Tijuca, Cidade de Deus, Curicica, Freguesia, Gardênia Azul, Itanhangá, Jacarepaguá, Praça Seca, Rio das Pedras, Taquara, Pechincha, Tanque, Vila Valqueire, Recreio dos Bandeirantes, Vargem Grande e Vargem Pequena

[12] Projeto Aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa do HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CLEMENTINO FRAGA FILHO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO / HUCFFUFRJ (cep@hucff.ufrj.br), em 03/07/2021 – Parecer n0: 4.824.852.

desdobramento da pesquisa mencionada anteriormente, o Mapeamento Afetivo do Rio de Janeiro.

A primeira escola escolhida para ser aplicada a oficina foi a Escola Municipal Professora Didia Machado Fortes, localiza-se na Barra da Tijuca, bairro caracterizado por ser uma região de condomínios fechados e shoppings centers. As características naturais, que incluem a extensa faixa litorânea, lagoas (Marapendi e Tijuca), parques e centros culturais circundam essa paisagem. A instituição de ensino está situada dentro de um desses condomínios fechados, entretanto a maioria dos estudantes não residem neste local. As crianças vivem em bairros ou comunidades situadas fora do bairro, áreas com condições econômicas menos favorecidas.

A segunda oficina foi desenvolvida na Escola Municipal Rosa do Povo, localizada na Taquara, bairro periférico de classe média/baixa, caracterizado por alta densidade demográfica, poucos espaços livres e poucos espaços de cultura, além de ser uma região considerada de alta violência urbana. A escola fica próxima a uma praça, e os estudantes moram nas comunidades próximas. A maioria deles vai a pé ou de transporte público até à instituição.

RESULTADOS

Com a aplicação do instrumento Mapeamento Visual – Mapete com os estudantes nas escolas, foi possível entender como elas entendem e se relacionam com o território ao redor das escolas. Cada escola e seus estudantes lidam de forma diferente com seu entorno. Na primeira escola, a Didia, percebe-se que as crianças têm uma falta significativa de experiência nesses lugares. Muitas só vivenciam o bairro pela janela da condução, pois a maioria delas vivem em bairros afastados e, frequentemente, em condições precárias, o que limita suas oportunidades de explorar esses espaços fora do horário escolar. O bairro em questão, Barra da Tijuca, também é um bairro pouco convidativo para explorar o bairro a pé, caminhando, pois é um bairro com muitas avenidas e pouca vida de bairro, onde este movimento acontece dentro dos condomínios. Na segunda escola, a Rosa do Povo, ficou evidente que as crianças reconheciam mais o território pela região que circulavam. A maioria dos estudantes mora no bairro e vão a pé ou de ônibus para a escola. Todos os alunos do grupo trabalhado reconheceram sua casa e seu percurso até a escola, além de identificarem o comércio local, praças e quadras que frequentavam. Como também reconheceram áreas do entorno mais problemáticas e perigosas. Ficou claro que estes estudantes, moradores da região, circulam pelo bairro, tanto em seu trajeto casa-escola quanto em outros momentos do seu cotidiano. Essa interação com o território faz com que eles reconheçam mais a região, seus desafios, particularidades e oportunidades. Muitos relatam que fazem este trajeto, mas que não ficam muito na rua, pois “tem muito bandido e violência”. É importante perceber que por mais que estes estudantes morem perto da escola, devido ao entorno violento, não utilizam o entorno com tanta frequência, salvo alguns lugares bem específicos, como uma quadra de futebol, ou a padaria, mas sempre acompanhados do responsável.

DIFERENÇAS E APROXIMAÇÕES ENTRE A ESCOLAS

Ao buscarmos o entendimento de como a escola se relaciona com seu Território Educativo, nos deparamos não só com questões desde ordem prática, como falta de pessoal e recursos, como também questões de ordem social, quando nos deparamos com a comunidade do condomínio apartada da escola no convívio em suas áreas comuns. Entendemos que na escola Didia, por não estar localizada ao lado da comunidade de seus

alunos, este fato gera um afastamento entre a comunidade local e a instituição. Esta comunidade não abraça a escola, não existe um sentimento de pertencimento daquele equipamento com o condomínio, pois os filhos dos moradores do condomínio não frequentam a escola. O condomínio é de classe média alta, e a escola, uma instituição pública, sendo a maioria de seus alunos de classe mais baixa.

Ao propormos que a Educação Integral seja o agente catalisador dessa relação comunidade / escola, percebemos como é importante essa conexão, pois mesmo com esta relação conflituosa, a aproximação quebra barreiras e desmistifica. A escola pública não é um problema para aqueles moradores, assim como o condomínio não é um empecilho para a saída da escola à rua. A comunidade escolar deve ocupar o seu lugar no espaço entendendo sua importância social transformadora.

No caso da escola Rosa do Povo, o problema é por questões de segurança pública, onde a própria equipe pedagógica não recomenda o uso do espaço público ao redor da escola por medo e insegurança. Esta escola é bem servida de equipamentos em seu espaço intramuros, com quadra, anfiteatro, pátio interno coberto e descoberto e, isso faz com que a instituição acabe trazendo a comunidade para dentro da escola, se protegendo deste entorno violento. A diretora da escola ressalta que os pais dos alunos são muito presentes, tanto no dia a dia, quanto em festas e eventos promovidos pela instituição. A escola se sente abraçada pela comunidade, assim como os pais se sentem integrados na comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante esta pesquisa, após a reflexão teórica e principalmente após o estudo piloto, o que ficou mais claro e evidente é que não adianta ter um corpo docente engajado, com vontade de trabalhar os conceitos da Educação Integral e utilizar o território, se este não está preparado para as crianças o explorarem. Assim como, também não é possível ter um território todo pensado para ser ocupado pela comunidade escolar, se esta não está disposta a sair da escola. É um projeto coletivo e precisa ser pensado por todos. Mas é importante ter ferramentas no território que facilitem essa apropriação, seja com a melhoria de uma infraestrutura básica, como faixas de pedestre que facilitem o deslocamento das crianças; seja por calçadas dignas e acessíveis para caminhadas; seja por praças projetadas para serem espaços onde essas crianças sejam acolhidas, que se apropriem do espaço e para que esse espaço se transforme em lugar, o seu Lugar; seja também por instituições parceiras, onde possa haver uma troca com a comunidade, como por exemplo uma biblioteca pública, uma quadra de esportes ou um centro cultural. É importante ter equipamentos da comunidade sendo compartilhado com a escola. Essa troca é essencial para o crescimento da comunidade, das crianças enquanto cidadãos e seu entendimento de pertencimento e identidade com o lugar.

A escola não basta por si só, mesmo que uma escola tenha bons espaços livres dentro de seu perímetro, como pátios, quadras ou equipamentos como bibliotecas, laboratórios, que teoricamente não precisariam sair da escola para utilizar outros espaços. Não é uma questão de espaço físico, mas sim de troca, de educar a criança para a cidade e com a cidade. É se apropriar dela para complementar sua formação cidadã.

Outro ponto importante é olhar para os professores e seu treinamento. Eles são a peça chave nesse processo. É preciso dar ferramentas para que consigam olhar para o território como ambiente educativo. Olhar o território como possibilidade e não como um

problema. Já existem investimentos para treinamento previsto no programa da Escola em Tempo Integral, mas é preciso trabalhar com os professores o território, para que eles efetivamente tragam o território para o curriculo.

Um dos princípios da Educação Integral é a construção coletiva desta relação escola, comunidade e sujeito, sendo o território o lugar para que esta interação aconteça. É importante que a escola seja abraçada pela comunidade, mas ela não pode se isolar do território. É preciso que o poder público, a própria escola, a comunidade encontre meios para ocupar seu território e se apropriar dele. À medida que os moradores vão se apropriando dos espaços, dos percursos, reconhecendo esse território e se apropriando dele os espaços se tronam mais amigáveis, e a vizinhança mais articulada e presente não só na escola, mas no seu território.[13]

Bibliografia

AZEVEDO, Giselle; RHEINGANTZ, Paulo Afonso; TÂNGARI, Vera Regina. (org.) **Do Espaço Escolar ao território educativo: O lugar da arquitetura na conversa da escola de educação integral com a cidade**. Rio de Janeiro: Riobooks, 2016. ISBN 978-85-9497-010-7

AZEVEDO, Giselle.; RHEIGANTZ, Paulo Afonso.; COSTA, Rodrigo. Educação Integral e território Educativo: Diálogos possíveis em um coletivo complexo. In **Do Espaço Escolar ao território educativo: O lugar da arquitetura na conversa da escola de educação integral com a cidade**. Rio de Janeiro: Riobooks, 2016. ISBN 978-85-9497-010-7. p. 17–27.

AZEVEDO, Giselle. Sobre o habitar das crianças no espaço público: desenclausurando a infância. In AZEVEDO, Giselle (org.) **Diálogos entre Arquitetura, cidade e infância: territórios educativos em ação.** Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROARQ, 2019. ISBN 978-8588341-82-1. p. 22-35.

CARVALHO, Levindo.; LANSKY, Samy. Infância, espaço público e escola. In **Do Espaço Escolar ao território educativo: O lugar da arquitetura na conversa da escola de educação integral com a cidade.** Rio de Janeiro: Riobooks, 2016. ISBN 978-85-9497-010-7. p. 45-65.

CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO INTEGRAL. (Consult. 11 set. 2023) Disponível em WWW:< https://educacaointegral.org.br/reportagens/escola-em-tempo-integral-mec-anuncia-politica-de-expansao-da-jornada/ >.

FARIA, Ana Beatriz. Quando a escola salta os muros. In **Do Espaço Escolar ao território educativo: O lugar da arquitetura na conversa da escola de educação integral com a cidade.** Rio de Janeiro: Riobooks, 2016. ISBN 978-85-9497-010-7. p. 29-43.

[13] AZEVEDO, Giselle; RHEINGANTZ, Paulo Afonso; TÂNGARI, Vera Regina. (org.) Do Espaço Escolar ao território educativo: O lugar da arquitetura na conversa da escola de educação integral com a cidade.

GOULART, Maria Antônia. Itinerários Formativos na Cidade Educadora: uma escola sustentável para uma cidade educadora. In **Do Espaço Escolar ao território educativo: O lugar da arquitetura na conversa da escola de educação integral com a cidade.** Rio de Janeiro: Riobooks, 2016. ISBN 978-85-9497-010-7. p. 67-73.

LECLERC, Gesuína. F. E.; MOLL, Jaqueline. **Programa Mais Educação: avanços e desafios para uma estratégia indutora da Educação Integral e em tempo integral.** Educar em Revista, n. 45, Curitiba: Editora UFPR, 2012, p. 91-110.

LECLERC, Gesuína. F. E.; MOLL, Jaqueline. **Diversidade e tempo integral: A garantia dos direitos sociais.** Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 7, n. 13, p. 291-304, jul./dez. 2013. (Consult. 08 jun. 2025). Disponível na internet: <URL:http//www.esforce.org.br>.

LEITE, Lucia Helena; CARVALHO, Levindo. (org). **Anais do I Seminário Internacional de Educação Integral: observando realidades e construindo compromissos** 2015. Belo Horizonte: UFMG, 2015.

LEITE, Lucia Helena; CARVALHO, Levindo Diniz; SAID, Camila do Carmo. (org) **Educação Integral e Integrada: Modulo VI – Cartografia: Projeto de pesquisa e avaliação**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

LIMA, Mayumi Souza. **A cidade e a criança**. São Paulo: Nobel, 1989. ISBN 978-85-213-0622-1.

MARINO, Leonardo Freire. Por uma pedagogia da Cidade: reflexões sobre educar e aprender com o território. In **A Cidade como Sala de aula: educar e aprender no território**. Curitiba: CRV, 2023. ISBN 978-65-251-5334-6. p. 21 – 24.

MATIELLO, Alexandre. **"Afetar a cidade": a experiência da formação de professores na educação integral e a incorporação de novos territórios educativos** In LEITE, Lucia Helena; CARVALHO, Levindo. (org.). Anais do I Seminário Internacional de Educação Integral: observando realidades e construindo compromissos 2015. Belo Horizonte: UFMG, p. 49- 65, 2015.

MOLL, Jaqueline. Reflexões acerca da educação para a superação da extrema pobreza: desafios da escola de tempo completo e de formação integral. In **O Brasil sem Miséria**. Brasília – DF: MDS, p. 563-583, 2014.

RHEINGANTZ, Paulo Afonso; AZEVEDO, Giselle; BRASILEIRO, Alice. **Observando a Qualidade do Lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação**. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU/UFRJ, 2009. ISBN: 978-85-88341-17-3

SIBILIA, Paula. **Redes ou paredes: a escola em tempos de dispersão**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. ISBN: 978-85-7866-069-7

SILVA, Rogerio Corrêa. **Desafios da Educação de Tempo Integral em uma escola municipal de um condomínio residencial na Barra da Tijuca: hostilidade, estigmatização e segregação dos espaços públicos.** In Sensory Explorations

Ambiances in a Changing World Vol. 2, International Ambiances Network, 2024, p. 1952-1965.

SINGER, Helena. **Educação Integral e Territórios Educativos.** São Paulo: 2013 - Publicado no II Colóquio Internacional do NUPSI: Construções de Felicidade. São Paulo: set. 2013.

SINGER, Helena. (org.) **Territórios educativos: experiências em diálogo com o Bairro-Escola**. São Paulo: Moderna, 2015. (Coleção territórios educativos; v. 1).

SINGER, Helena. Prefácio In **A Cidade como Sala de aula: educar e aprender no território**. Curitiba: CRV, 2023, p. 21 – 24. ISBN 978-65-251-5334-6.

SPÍNDOLA, Márcia Cristina Pereira. **Escola em tempo integral em tempos de neoliberalismo: totalidade e contradição na história da escola do rio de janeiro.** Semioses, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 77-87, 2015.

TEIXEIRA, Anísio. **A Escola Parque da Bahia**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.47, n.106, p.246-253, abr./jun. 1967. (Consult. 04 jun. 2025) Disponível na internet: WWW:<http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/index.html>

TONUCCI, Francesco. **La Ciudad de los Niños.** Barcelona: Graó, 2015. ISBN: 978-84-9980-571-9

TONUCCI, Francesco. **O direito de brincar: uma necessidade para as crianças, uma potencialidade para a escola e a cidade.** Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 16, n. 40, p. 234-257, 2020.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do Medo**. São Paulo: UNESP, 2005. ISBN: 85-7139-615-9
KOWALTOWSKI, Doris. **Arquitetura Escolar: o projeto do ambiente de ensino.** São Paulo: Oficina de Textos, 2011. ISBN: 85-7975-011-3

Entre Rio e Ferrovia: cartografando outras narrativas na paisagem urbana de Volta Redonda/RJ

Bruna de Paula Almeida
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PROARQ)
bruna.p.almeida@fau.ufrj.br

Vera Regina Tângari
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PROARQ)
vtangari@fau.ufrj.br

Resumo: A implantação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), na década de 1940, em Volta Redonda, transformou profundamente a relação entre o Rio Paraíba do Sul, a Ferrovia e a cidade, conferindo novos papéis a essas infraestruturas na organização do território. Entretanto, para além da narrativa industrial que historicamente orienta a compreensão desse território, persistem práticas cotidianas, apropriações e experiências que revelam outras formas de habitar e significar a cidade. Este artigo discute como a Abordagem Experiencial pode ampliar a compreensão da paisagem urbana a partir da investigação de dinâmicas cotidianas invisibilizadas. Fundamentado nos entendimentos de linhas e brechas na paisagem, o estudo articula percurso, cartografia sensível e registros narrativos para explorar as relações estabelecidas entre diferentes agentes e o território. As investigações evidenciam que a paisagem urbana de Volta Redonda não se limita às lógicas produtivas da indústria, mas é continuamente recriada por encontros, lugares, territorialidades e agentes humanos e não-humanos, que atribuem novos sentidos aos espaços situados entre o Rio e a Ferrovia. Ao compreender a cartografia e o caminhar como práticas investigativas processuais, o trabalho busca contribuir para o debate sobre abordagens experienciais em Arquitetura, Urbanismo e Paisagem, ressaltando o potencial do percurso como instrumento de leitura crítica e de construção de outras narrativas sobre as cidades.

Palavras-chave: rios urbanos; paisagem ferroviária; caminhar; abordagem experiencial; Volta Redonda.

Introdução

A paisagem urbana é um produto, sempre em transformação, de processos ambientais, sociais, econômicos e culturais que, ao longo do tempo, deixam marcas no território e orientam diferentes formas de habitar. Em cidades fortemente vinculadas à industrialização, essas marcas tendem a ser narradas a partir das grandes infraestruturas e dos agentes industriais que conduziram sua transformação, enquanto experiências cotidianas, práticas ordinárias e relações afetivas permanecem frequentemente à margem dessas interpretações.

Volta Redonda, cidade localizada no interior do Estado do Rio de Janeiro, Brasil (Figura 1), constitui um exemplo emblemático desse processo. Sua história costuma ser contada a partir da implantação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), na década de 1940, que foi responsável por reorganizar profundamente a ocupação do território e consolidar a imagem da "Cidade do Aço". Entretanto, essa narrativa não esgota a complexidade da paisagem urbana. Entre o Rio Paraíba do Sul e a Ferrovia que cruzam e estruturam a cidade, persistem brechas, práticas espaciais e experiências que escapam à lógica industrial predominante e revelam outras formas de produzir, perceber e significar a cidade.

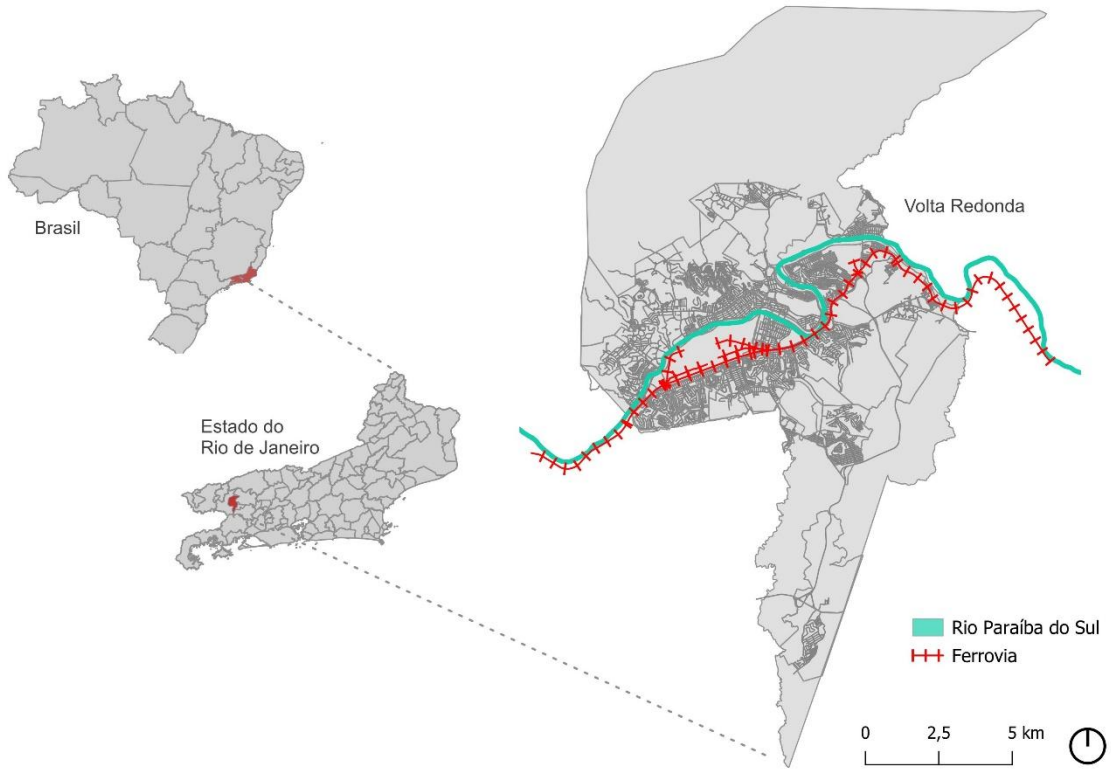


Figura 1 - Localização de Volta Redonda. Elaborado pela autora Elaborado pela autora, 2026.

Mais do que grandes linhas estruturantes, o Rio e a Ferrovia integram um sistema territorial complexo[1] que articula aspectos ambientais, atividades produtivas e formas de ocupação urbana. Dentro dessa rede, coexistem agentes humanos e não-humanos[2], áreas

[1] TÂNGARI, Vera Regina; LAMOUNIER, Alex Assunção (org.) – **Territórios e paisagens ferroviárias: aspectos morfológicos, identitários e patrimoniais.** Rio de Janeiro: PROARQ/FAU/UFRJ, 2019.

[2] TSING, Anna Lowenhaupt – O antropoceno mais que humano. **Ilha – Revista de Antropologia.** Florianópolis. Vol. 23, n.º 1 (2021), p. 176-191. DOI: 10.5007/2175-8034.2021.e75732.

industriais, bairros consolidados, espaços livres, unidades de conservação e assentamentos populares, revelando uma paisagem heterogênea e marcada por diferentes temporalidades e conflitos.

As discussões apresentadas neste trabalho integram as investigações da pesquisa de mestrado da autora, que propõe uma leitura cartográfica multiescalar da paisagem urbana de Volta Redonda a partir de um recorte de estudo situado entre o Rio Paraíba do Sul e o eixo ferroviário (Figura 2), em busca de narrativas para além da indústria. Para isso, foram combinados dois caminhos metodológicos distintos: a Compartimentação da Paisagem[3], que possibilita a análise morfológica em escala territorial, e a Abordagem Experiencial[4], que permite explorar as dinâmicas urbanas cotidianas que se desenvolvem ao longo e entre as duas linhas.

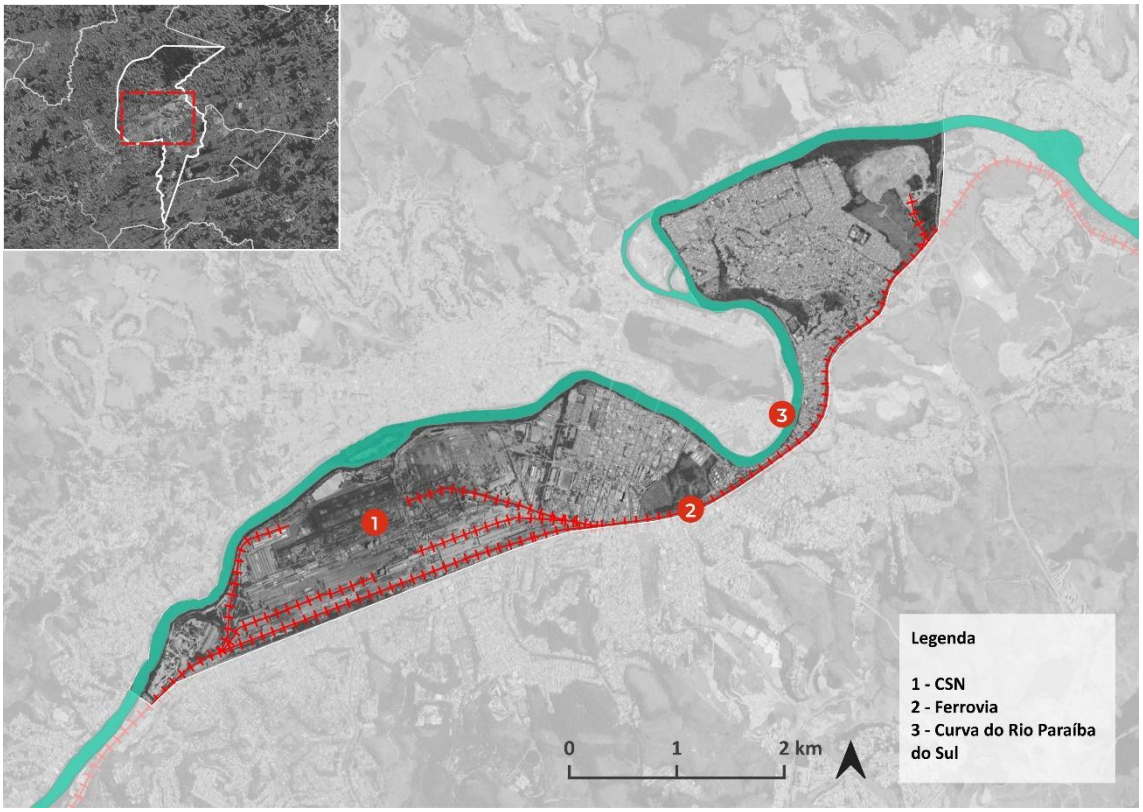


Figura 2 – Recorte de estudo da pesquisa de mestrado. Elaborado pela autora, 2026.

Partindo do contexto geral da pesquisa, este artigo foca em discutir parte dos resultados obtidos a partir da aplicação da Abordagem Experiencial, com o objetivo de explorar as possibilidades da metodologia para a identificação de narrativas urbanas cotidianas em territórios marcados por grandes linhas estruturantes. Mais do que identificar elementos físicos ou registrar transformações espaciais, interessa compreender como os percursos investigativos permitem acessar relações, afetos, territorialidades e acontecimentos que dificilmente emergem por meio de análises distanciadas. Ao caminhar pelo território, a

[3] SILVA, Jonathan Magalhães Pereira – As unidades de paisagem como método de análise da forma urbana: reflexões sobre sua incorporação pelo campo disciplinar da arquitetura e urbanismo. **Cadernos PROARQ**. Rio de Janeiro. 2013, p. 71-93.

[4] RHEINGANTZ, Paulo Afonso; AZEVEDO, Giselle Arteiro; BRASILEIRO, Alice; ALCANTARA, Denise de; QUEIROZ, Mônica – **Observando a qualidade do lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação.** Rio de Janeiro: PROARQ/FAU/UFRJ, 2009.

pesquisadora deixa de ocupar apenas a posição de observadora para tornar-se participante da paisagem, permitindo que corpo, memória, percepção e registro se articulem na produção de uma cartografia sensível.

Estruturado a partir dessa perspectiva, o texto discute os principais termos e definições que pautaram o desenvolvimento da pesquisa, bem como a articulação entre a Abordagem Experiencial, o caminhar e o fazer cartográfico. Em seguida, é apresentada uma breve contextualização da formação territorial da cidade e, por fim, é analisado um dos percursos realizados entre Rio e Ferrovia, as brechas e narrativas encontradas e o que elas revelam sobre a paisagem urbana de Volta Redonda e seus agentes.

Linhas, brechas e caminhos

Investigar uma paisagem significa compreender os processos que produziram suas formas e os modos como elas continuam sendo apropriadas, transformadas e ressignificadas. Mais do que um conjunto de elementos naturais ou construídos, a paisagem constitui a expressão morfológica das relações estabelecidas entre sociedade e ambiente ao longo do tempo[5]. Nesse sentido, as linhas que estruturam o território representam não apenas traçados físicos, mas registros das práticas, deslocamentos, conflitos e permanências que conformam a vida urbana.

Algumas dessas linhas são visíveis. Rios, ferrovias, ruas, parcelamentos e edificações organizam a ocupação do território e orientam os fluxos cotidianos. Outras, entretanto, são de qualidade intangível. São produzidas pelas relações sociais, memórias, afetos, usos e formas de apropriação que atribuem significados aos lugares. Como observa Besse[6], a paisagem não se reduz àquilo que pode ser contemplado, ela resulta do encontro entre sujeito e mundo, constituindo uma experiência continuamente produzida nas relações entre ambos.

A partir desses entendimentos, é possível afirmar que a paisagem é composta por uma multiplicidade de linhas, visíveis e invisíveis. Essas linhas, ao interagirem entre si, geram articulações e intersecções que produzem um outro tipo de espaço, que, nessa pesquisa, são chamados de “brechas”. As brechas são entendidas como pontos de oportunidade, capazes de abarcar outras experiências da cidade. Podem corresponder a espaços residuais que eventualmente são apropriados pela população, ou então a aberturas que permitem experienciar a paisagem de outras formas: o horizonte que se vê ao atravessar uma passarela, a janela de um trem, uma fresta entre edifícios, um buraco em um muro. São interrupções momentâneas que tornam visíveis atmosferas e dinâmicas até então encobertas.

Na medida em que as brechas são vivenciadas e apropriadas, novos territórios e lugares são produzidos e, consequentemente, novas linhas na paisagem. Ao atravessar esses espaços, participamos ativamente desse processo. Essa travessia não é apenas o movimento contido no percurso de um ponto a outro, mas o exercício de habitar o intervalo, as bordas onde se redesenham afetos, pertencimentos e novas possibilidades. Como afirma Certeau[7], os passos moldam os espaços e é no movimento do caminhar que a cidade se faz efetivamente.

---

[5] MACEDO, Silvio Soares – **Paisagismo brasileiro na virada do século: 1990-2010.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
[6] BESSE, Jean-Marc – **O gosto do mundo: exercícios de paisagem**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.
[7] CERTEAU, Michel de – **A invenção do cotidiano: arte do fazer.** Petrópolis: Vozes, 1998.

Partindo dessa perspectiva, a pesquisa entende o caminhar como ferramenta importante na investigação das linhas e das brechas na paisagem. A partir de Careri[8], o caminhar é entendido como uma prática estética que pode constituir um processo investigativo na medida em que, ao caminhar, observamos, interpretamos e transformamos as paisagens em que vivemos.

Essa compreensão é importante para a abordagem prática adotada na pesquisa, na qual o pesquisador não é mero observador, mas participante das dinâmicas que estuda na medida em que interage com o ambiente e seus agentes. A Abordagem Experiencial[9] pressupõe que conhecer um ambiente implica reconhecer a inseparabilidade entre sujeito e espaço. A observação deixa de buscar uma neutralidade distanciada para assumir que toda leitura da paisagem é atravessada pela experiência daquele que a percorre. O pesquisador passa, assim, a integrar o próprio processo investigativo, produzindo conhecimento ao mesmo tempo em que é transformado pelos encontros proporcionados pelo percurso.

A abordagem também se aproxima de outros estudos contemporâneos sobre o tema, como a Caminhografia Urbana, proposta por Rocha e Santos[10], que une o caminhar à cartografia. A fazer cartográfico da Caminhografia propõe um tipo de mapeamento sensível, que se constrói durante a experiência, incorporando fotografias, desenhos, registros sonoros, escritos e narrativas capazes de expressar não apenas a configuração física da paisagem, mas também as sensações, encontros e acontecimentos que emergem ao longo do caminho.

Sendo assim, em vez de ser concebida apenas como representação técnica e estática do território, a cartografia passa a ser entendida como um processo de investigação, que não necessariamente possui a forma de um mapa tradicional, mas é o conjunto dos registros, experiências e narrativas produzidas durante a pesquisa. Como exposto por Rolnik[11], o cartografar é uma prática que acompanha as transformações do território e dos sujeitos que o percorrem.

Adotar a Abordagem Experiencial pautada no caminhar como metologia significa, portanto, reconhecer que a paisagem se manifesta também nos pequenos acontecimentos cotidianos, nos encontros inesperados, nas apropriações espontâneas e nas atmosferas que só se tornam perceptíveis quando o corpo se permite atravessar suas linhas e habitar, ainda que temporariamente, suas brechas. É nesse movimento entre percorrer, observar e cartografar que se constroem as narrativas apresentadas nas seções seguintes.

Rio, Ferrovia e Indústria na formação de Volta Redonda

Compreender as narrativas produzidas durante os percursos exige reconhecer que a paisagem entre o Rio Paraíba do Sul e a Ferrovia, em Volta Redonda, resulta da sobreposição de diferentes processos de ocupação e transformação do território. Antes de integrar a rede minerário-siderúrgica brasileira, essa porção do Vale do Paraíba já se

[8] CARERI, Francesco – **Walkscapes: o caminhar como prática estética**. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.
[9] RHEINGANTZ, Paulo Afonso; AZEVEDO, Giselle Arteiro; BRASILEIRO, Alice; ALCANTARA, Denise de; QUEIROZ, Mônica – **Observando a qualidade do lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação.** Rio de Janeiro: PROARQ/FAU/UFRJ, 2009.
[10] ROCHA, Eduardo; SANTOS, Taís Beltrame dos – Como é a caminhografia urbana? Registrar, jogar e criar na cidade. **Arquitextos**. São Paulo, 2023.
[11] ROLNIK, Suely – Cartografia: uma definição provisória. In: ROLNIK, Suely – **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo.** 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011, p. 23-24.

estruturava pela relação entre o Rio, os caminhos que acompanhavam seu curso e, posteriormente, a Estrada de Ferro Dom Pedro II, que consolidou um novo eixo de circulação de pessoas, mercadorias e capitais[12]. Em Volta Redonda, a proximidade entre Rio e Ferrovia orientou a expansão urbana e a formação das primeiras centralidades, reunindo em torno do primeiro povoado, denominado Santo Antônio de Volta Redonda, e da antiga Estação Ferroviária, a ocupação que daria origem à chamada Cidade Velha[13].

A partir da década de 1940, essa relação foi profundamente transformada pela implantação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), o maior complexo siderúrgico da América Latina na época de sua construção. A disponibilidade hídrica do Paraíba do Sul, a infraestrutura ferroviária existente e a posição estratégica entre Rio de Janeiro e São Paulo foram determinantes para a escolha de Volta Redonda como sede do principal complexo siderúrgico brasileiro[14]. Incorporados ao sistema produtivo da usina, Rio e Ferrovia tiveram suas funções territoriais ressignificadas: o primeiro passou a atender prioritariamente às demandas hídricas da produção industrial, enquanto a segunda foi integrada à logística de transporte do minério de ferro e do aço (Figura 3).

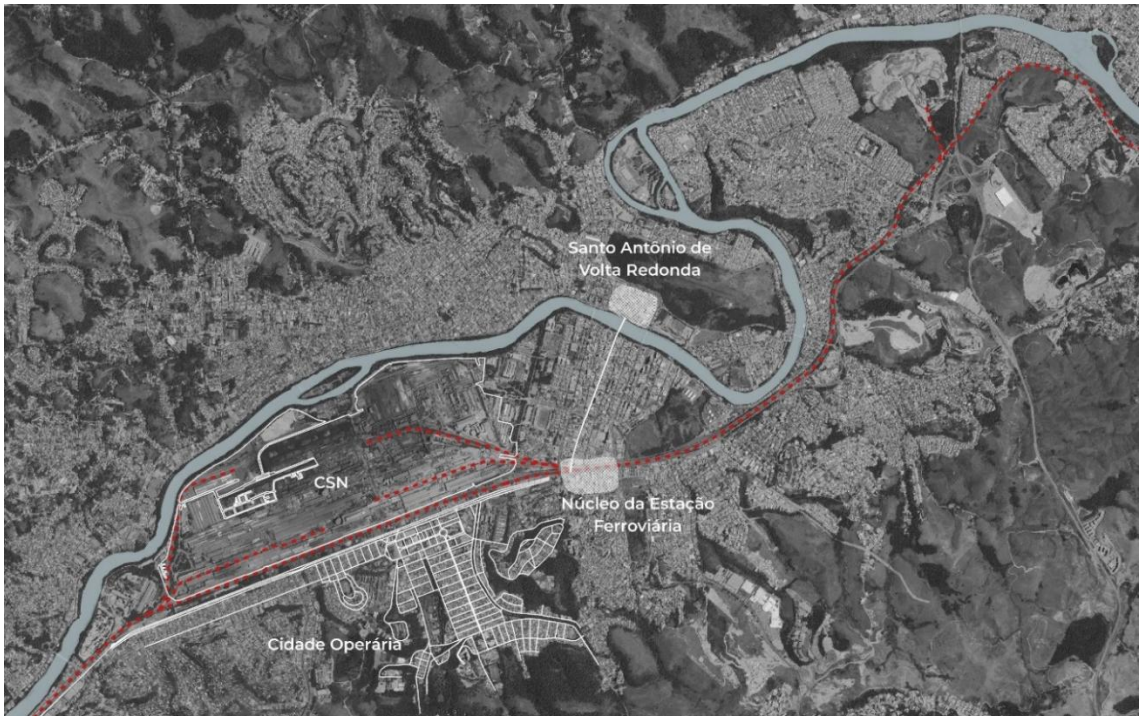


Figura 3 – Localização das primeiras frentes de urbanização no tecido urbano atual da cidade. Elaborado pela autora, 2025.

Essa reorganização repercutiu diretamente na forma como a população passou a se relacionar com essas infraestruturas. A antiga estação ferroviária foi demolida, os trilhos foram incorporados ao complexo industrial e, ao longo dos anos, muros, cercamentos e áreas operacionais consolidaram uma barreira física e simbólica entre a Ferrovia e a cidade. O Rio, por sua vez, teve suas margens extensamente ocupadas em consequência

[12] LAMEGO, Alberto – **O homem e a serra**. 2.ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1963.
[13] LOPES, Alberto Costa – **A aventura da cidade industrial de Tony Garnier em Volta Redonda.** Rio de Janeiro: Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993. Dissertação de Mestrado.
[14] SOUZA, Cláudia Virginia Cabral de – **Pelo espaço da cidade: aspectos da vida e do conflito em Volta Redonda**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992. Dissertação de Mestrado.

da expansão e adensamento urbano provocados pela industrialização, que também provocou a poluição de suas águas.

Paradoxalmente, essa condição de afastamento não significou ausência. Rio e Ferrovia (Figuras 4 e 5) continuaram estruturando a paisagem urbana, mas passaram a ser experienciados de forma descontínua, surgindo apenas em determinados momentos do cotidiano: no som distante do trem, na vibração dos trilhos, na abertura proporcionada por uma passarela ou quando o rio reaparece entre edificações e manchas de vegetação. Sua presença tornou-se fragmentária, mediada por sucessivas camadas construídas que, ao mesmo tempo em que ocultam os dois eixos, criam brechas para sua redescoberta.



Figura 4 – Rio Paraíba do Sul. A autora, 2026.



Figura 5 – Linha férrea no centro de Volta Redonda. A autora, 2026.

Foi também nesse processo que novas formas de apropriação passaram a emergir nos espaços situados entre essas duas linhas estruturadoras. À medida que a cidade crescia para além dos limites inicialmente estabelecidos pela Companhia, outros agentes produziram territorialidades, usos e práticas cotidianas que extrapolavam a lógica industrial dominante. Assim, embora a indústria tenha redefinido a relação entre a cidade,

o Rio e a Ferrovia, não esgotou os sentidos atribuídos a essa paisagem. Pelo contrário, abriu espaço para narrativas que coexistem, tensionam e, por vezes, resistem à narrativa hegemônica da Cidade do Aço.

Percursos e narrativas entre Rio e Ferrovia

Ao optar pelo caminhar como prática investigativa, parte-se do entendimento de que o conhecimento sobre a paisagem não pode se dar apenas por meio de uma análise distanciada, mas, sobretudo, pela experiência do cotidiano. Caminhar implica habitar temporariamente os espaços, percorrer suas linhas, atravessar suas fronteiras e se expor às dinâmicas e afetos que os constituem. Nesse sentido, aplicar a Abordagem Experiencial consistiu em assumir uma postura diante da cidade: andar, observar, registrar e deixar que as brechas e suas narrativas emergissem no processo.

Os percursos foram realizados em diversos bairros da cidade, compreendidos entre o Rio e a Ferrovia e impactados diretamente por eles. O objetivo era estabelecer conexões entre as duas linhas, iniciando o trajeto em uma e finalizando na outra. Fotografias, anotações, croquis, registros sonoros e vídeos acompanharam cada caminhada, como formas de registrar as dinâmicas que emergiam e dar suporte à constituição dos relatos e das análises posteriores.

As discussões apresentadas a seguir não têm como objetivo identificar ou catalogar todas as brechas e narrativas existentes no trecho analisado, mas explorar elementos e agentes que se destacaram, entendendo que essas experiências são representativas das narrativas que se constroem nesses lugares, e permitem acessar, ainda que parcialmente, as formas de apropriação e os sentidos atribuídos a eles.

Para a exposição proposta neste artigo, serão relatadas algumas das narrativas encontradas durante os percursos no bairro Vila Americana, localizado entre a curva do Rio Paraíba do Sul e a Ferrovia. O bairro se caracteriza por ser majoritariamente residencial e marcado por um cenário de vulnerabilidade socioeconômica. Por possuir uma extensa ocupação às margens do Rio e da linha férrea, a região possui relações singulares com as duas linhas, sendo muito característica as travessias pelo alto, por meio de grandes passarelas, além de relações de vizinhança que se desenvolvem principalmente nos espaços públicos próximos ao curso d'água.

Por se tratar de uma análise que se mescla à experiência da pesquisadora em campo, o debate toma a liberdade de utilizar a primeira pessoa no decorrer do texto. O mapa abaixo mostra o traçado do percurso realizado e localiza as principais dinâmicas encontradas, a serem relatadas na sequência (Figura 6).

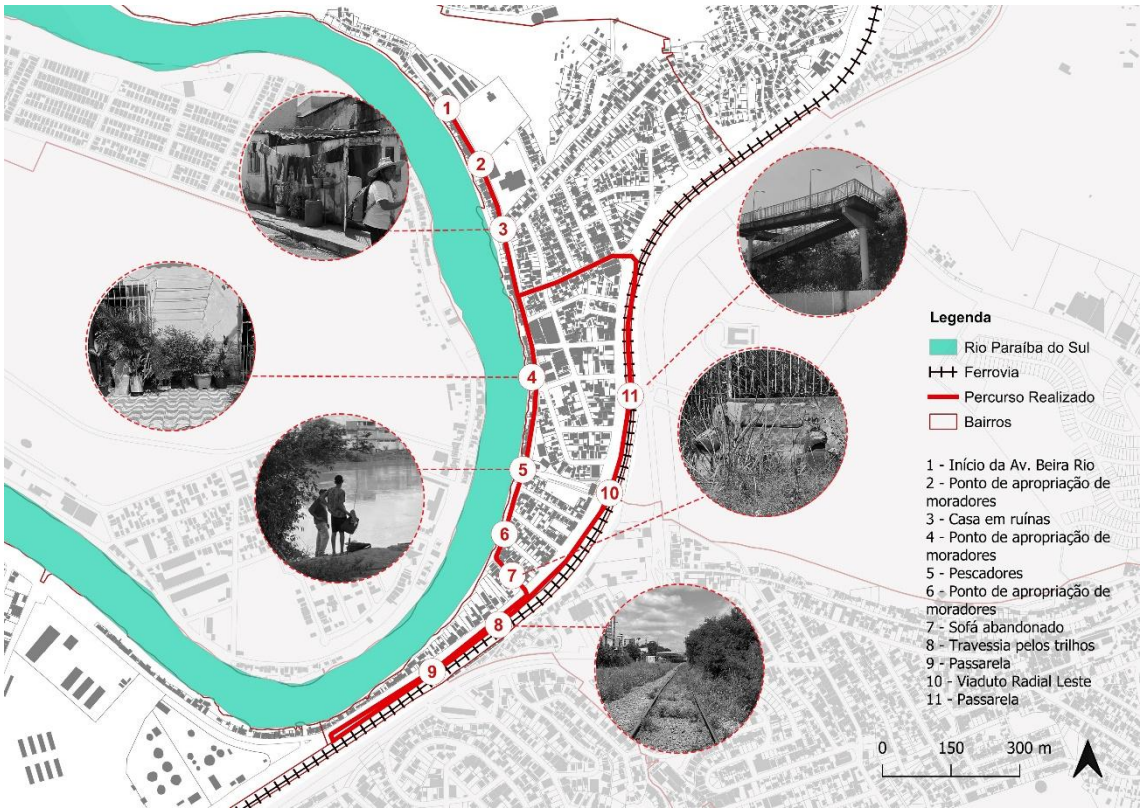


Figura 6 – Mapa do percurso e das brechas encontradas. Elaborado pela autora, 2026.

Habitar a rua: os moradores

As ruas foram meu local de estudo e de trabalho ao longo da pesquisa. Tentei habitar suas calçadas e asfalto como quem anda sem pressa e me deparei com outros que faziam o mesmo. Aceitei que as estudar é olhar para coisas cotidianas que parecem óbvias, porque estão ali todos os dias, mas que, quando observadas com um pouco mais de atenção, nos revelam histórias transformadoras.

Caminhando pela Avenida Beira-Rio do bairro Vila Americana, ficou evidente como a rua funciona como extensão dos espaços da vida doméstica (Figura 7). As casas, às vezes pequenas, são aumentadas para as calçadas. A socialização com os vizinhos acontece na esquina. Tem campinho de futebol, mas jogar bola na frente de casa é melhor para tomar conta das crianças. A calçada vira jardim frontal, é enfeitada com todo tipo de planta e decoração. Nela, tem também espaço para o varal, e é só vigiar de vez em quando que ninguém mexe. Assim, de pouco em pouco, as ruas vão se fazendo praças, adquirindo novas funções[15].

[15] QUEIROGA, Eugenio Fernandes – **Dimensões públicas do espaço contemporâneo**: **resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012. 284 p. Tese de Livre Docência.



Figura 7 – Apropriação da rua por moradores do bairro. A autora, 2026.

A rua vira também o espaço da vida laboral (Figura 8). O trabalho se instala onde há passagem, visibilidade e a possibilidade do encontro. Bancas improvisadas surgem nas esquinas, as mercadorias são expostas nas calçadas, os materiais da obra ficam do lado de fora, a oficina de carros se abre para a rua. Assim como as relações domésticas, essas práticas não são planejadas formalmente, mas construídas no cotidiano, e determinam os significados atrelados a esses lugares. O exercício laboral nas ruas não apenas responde a necessidades econômicas, mas à capacidade de um espaço urbano em ser incorporado a essas atividades.



Figura 8 – Apropriação da rua pelos moradores para atividades laborais. A autora, 2026.

Me chamaram atenção pequenos estabelecimentos que pareciam dissolver qualquer separação rígida entre espaço privado e espaço público. Uma venda de frutas expunha seus caixotes sobre a calçada; uma oficina deixava ferramentas e peças do lado de fora; uma casa de catadores acumulava grandes sacos de recicláveis junto ao passeio. Eram

práticas aparentemente banais, mas que revelavam como o cotidiano produz continuamente outras formas de apropriação da cidade.

Entre o trabalhar, o socializar, o cuidar e o observar, os moradores estabeleciam seus lugares e territórios, que se desenhavam, às vezes, sem demarcações oficiais, mas se sustentavam a partir de acordos comuns. São as linhas invisíveis que definem as relações de apropriação e tensionam as percepções de público e privado. Ao mesmo tempo em que são espaços abertos à coletividade, possuem também regras implícitas que determinam quem de fato pode estar ali.

Habitar as margens: os pescadores

Quase ao fim da Av. Beira Rio, algo acontece na paisagem. Onde o viaduto da Radial Leste cruza o Rio, as ocupações às margens acabam e a vegetação também. De repente, o Paraíba do Sul se revela, como se abrissem uma janela enorme. É, verdadeiramente, um acontecimento que impressiona. O caminho até então era estreito, afunilado entre as casas, e como o Rio fica oculto, você esquece que ele está ali. Quando ele aparece assim, sem aviso, entretanto, reafirmando sua existência, ele exige a atenção de quem passa. Foi nesse mesmo ponto que encontrei alguns homens pescando às margens do Rio.

Ainda que não haja qualquer delimitação física explícita, a presença recorrente do grupo de homens pescadores institui barreiras invisíveis, definindo, na prática, quem desce até a margem e quais atividades são ali legitimadas. Como discutido por Schlee *et al.*[16], os territórios configuram formas de dominação e ocupação do espaço, que estabelecem certos limites, contornos que podem ser visíveis ou não, e que tendem a restringir o uso de um espaço urbano a determinados grupos. Essas relações tornam a cidade um campo de negociações permanentes entre o individual e o coletivo. O estabelecimento de territórios também está associado a constituição de lugares, pois acabam por incorporar afetos e a identidade dos grupos que os ocupam.

O espaço destinado à pesca trata-se de uma territorialidade construída pela repetição e por códigos implícitos de uso, que organizam o espaço sem a necessidade de demarcações materiais rígidas. Enquanto estavam lá, as margens eram ocupadas com varas de pescar, pertences espalhados sobre a terra e vestígios de fogueiras, que compunham um espaço cuja organização era produzida pela repetição das práticas e pelos acordos implícitos entre seus frequentadores (Figura 9).



Figura 9 – Pescadores nas margens do Rio Paraíba do Sul. A autora, 2026.

[16] SCHLEE, Mônica Bahia; SOUZA, Márcio José; REGO, André Queiroz; RHEINGANTZ, Paulo Afonso; DIAS, Maria Angélica; TÂNGARI, Vera Regina – Sistema de espaços livres nas cidades brasileiras: um debate conceptual. **Paisagem e Ambiente**. São Paulo, 2009. 225-247 p.

A relação dos pescadores com a margem, apesar de parecer banal, torna evidente que os limites entre o que é individual, coletivo ou compartilhado não estão dados previamente no espaço urbano, mas são continuamente construídos, negociados e transformados pelas práticas cotidianas. As territorialidades observadas, ora mais rígidas, ora mais flexíveis, revelam que o espaço público é atravessado por múltiplas camadas de uso, pertencimento e significado, que podem tanto restringir quanto ampliar as possibilidades de convivência, e que, muitas vezes, alguns grupos dominam certos ambientes mais que outros.

Ressignificar o abandono: os não-humanos

Os homens não eram os únicos que ocupavam os espaços livremente. Outros territórios que marcaram o percurso foram aqueles tomados por agentes não-humanos, que existiam como uma presença ativa, não apenas compondo a paisagem, mas a transformando, reorganizando e ressignificando.

Logo no início do percurso, me deparei com uma casa em ruínas, por causa de um incêndio. Sua estrutura arruinada permanecia entre as demais construções do bairro, com as paredes de alvenaria expostas. Entre a casa e o asfalto, uma faixa de vegetação crescia silenciosamente, e, ao fundo, uma bananeira perfeitamente saudável, que não foi impactada pelo incêndio.

Em um outro momento, me deparei com um sofá abandonado e tive a impressão de estar diante de uma dinâmica diferente. A grama alta, que crescia ao seu redor, parecia se apropriar do objeto, incorporando-o à calçada e ao muro. Havia algo de reconfortante nessa cena: o sofá, destituído de suas funções originais, deixava de ser apenas um mobiliário descartável e passava a integrar uma nova composição, tinha vida própria. Era como se tivesse criado raízes, junto à grama.

Tive uma sensação semelhante ao caminhar sobre um trecho de trilho desativado, no interior dos muros da ferrovia, um dos poucos pontos onde a população realiza a travessia por baixo e não pelas passarelas. Entre as pedras, o mato crescia de forma dispersa, atravessando o ferro, como se aos poucos retomasse o espaço e integrasse o metal aos arbustos e às árvores. Senti que estava diante de alguma coisa não precisa, que se constitui em uma temporalidade que é distinta da nossa, alheia à pressa do habitar humano. Era um *terrain vague*[17] em sua essência, um espaço que existe em um estado de potencialidade. Eram também as narrativas mais-que-humanas exploradas por Tsing[18], que crescem pelas brechas e que produzem temporalidades e dinâmicas próprias (Figura 10).

[17] SOLÀ-MORALES, Ignasi de – Terrain vague. In: SOLÀ-MORALES, Ignasi de – **Territórios.** Barcelona: Gustavo Gili, 2003. 181-193 p.
[18] TSING, Anna Lowenhaupt – O antropoceno mais que humano. **Ilha – Revista de Antropologia.** Florianópolis, Vol. 23, n.º 1 (2021). 176-191 p.



Figura 10 – Apropriações dos não-humanos. A autora, 2026.

Essas situações revelam como as brechas se constituem enquanto territórios em transformação contínua. Ao reivindicar esses lugares, o mato, a erva daninha, a trepadeira ou os insetos mostram que a paisagem não é estática e nem exclusivamente humana, mas resultado de múltiplas interações entre agentes diversos, com temporalidades e lógicas próprias, que reconfiguram o espaço a todo tempo.

Abrir uma janela: as travessias

Atravessar novos lugares, atmosferas e temporalidades foi transformador. Falo da travessia, aqui, sob as perspectivas do atravessar e do ser atravessado. Atravessar como ato físico, cruzar o território de um ponto ao outro, e ser atravessado, subjetivamente, pelos afetos encontrados ao longo do caminho. De um jeito ou de outro, são formas de se abrir para a experiência da paisagem.

No percurso realizado, a travessia pelo alto foi algo bastante impactante. As passarelas que marcam a paisagem do bairro se revelaram como momentos privilegiados de experiência sensível da paisagem. Ao deslocar o ponto de vista, essas estruturas abrem novas janelas, vistas inesperadas, elementos antes escondidos. Cada travessia exige uma pausa, um convite à observação. Ao atravessar, o corpo se insere na fronteira, entre uma coisa e outra (um bairro, uma avenida, o Rio, a Ferrovia), e passa a habitar esse espaço onde coisas novas emergem e as já conhecidas se misturam.

Assim, toda vez que atravessava uma das passarelas sobre a linha férrea no bairro, descobria algo diferente, avistava vagões com minério de ferro e escória, pessoas que se aventuravam pelos trilhos, trabalhadores que faziam a manutenção da ferrovia, vegetações que tentavam saltar para fora dos muros, pixações que deixavam mensagens nas estruturas de ferro dos guarda-corpos. No contato com o outro, passava a entender a paisagem de novas formas, atribuindo novos significados.

Apesar de comporem e estruturarem a paisagem de Volta Redonda, ver o Rio e a Ferrovia em sua extensão não é algo que acontece a todo momento, pois ambos se mantêm, em grande parte, escondidos por trás de outras camadas da cidade. Casas, muros, morros. As travessias, nesse sentido, funcionam como brechas sensíveis, momentos em que a paisagem se revela de forma mais ampla, permitindo compreender elementos antes invisíveis, que só se manifestavam de formas também não visíveis, como o som (Figura 11).

Nesse sentido, cada travessia se configurou como um acontecimento, como entendido por Besse[19], um momento de exposição ao mundo a minha volta, um encontro que permitiu experienciar e interpretar a paisagem.



Figura 11 – Aberturas para a Ferrovia e o Rio. A autora, 2026.

Considerações finais

A investigação desenvolvida ao longo deste trabalho buscou demonstrar que a experiência do caminhar amplia as possibilidades de leitura da paisagem ao incorporar dimensões que dificilmente emergem por meio de análises distantes do território. Se a história de Volta Redonda foi construída pelas grandes linhas do Rio, da Ferrovia e da Indústria, os percursos realizados evidenciam que a cidade também se produz nas brechas deixadas entre elas. É nesses intervalos, físicos, simbólicos e experienciais, que outras narrativas se tornam possíveis, reafirmando que a paisagem não é apenas herança das infraestruturas que a conformaram, mas resultado das relações que continuamente a transformam.

Nesse contexto, as brechas mostraram-se mais do que espaços residuais produzidos pelas linhas. Elas se revelaram como oportunidades de experiência, momentos em que a paisagem se abre ao olhar e ao corpo, permitindo perceber relações que permanecem ocultas no cotidiano ou invisíveis em representações cartográficas convencionais. Mais do que localizar esses espaços, o percurso permitiu compreender como eles são continuamente produzidos e ressignificados pelas práticas que neles se desenvolvem.

Ao assumir que pesquisadora e paisagem se transformam mutuamente durante o percurso, a investigação desloca o foco da representação para a experiência e compreende a cartografia como um processo que acompanha os encontros, os afetos e as interpretações produzidos ao longo da caminhada. As fotografias, os registros escritos, os croquis e as narrativas tornam-se, assim componentes do fazer cartográfico.

[19] BESSE, Jean-Marc – **O gosto do mundo: exercícios de paisagem**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

Ao privilegiar a Abordagem Experiencial, o caminhar e a cartografia como práticas de pesquisa, este trabalho buscou contribuir para o debate sobre metodologias experienciais em Arquitetura, Urbanismo e Paisagem, evidenciando seu potencial para investigar territórios marcados por grandes linhas estruturantes. Em contextos como o de Volta Redonda, onde a narrativa industrial historicamente orientou a compreensão da cidade, percorrer o território permitiu acessar outras formas de habitar, perceber e narrar a paisagem. As narrativas apresentadas não pretendem esgotar os sentidos desse lugar, pois constituem uma entre muitas leituras possíveis, mas apresentam um convite a outras travessias e experiências urbanas.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Bibliografia

BESSE, Jean-Marc – **O gosto do mundo: exercícios de paisagem**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

CARERI, Francesco – **Walkscapes: o caminhar como prática estética**. São Paulo: Gustavo Gili, 2013.

CERTEAU, Michel de – **A invenção do cotidiano: arte do fazer.** Petrópolis: Vozes, 1998.

LAMEGO, Alberto – **O homem e a serra**. Rio de Janeiro: IBGE, 1963.

LAMOUNIER, Alex Assunção; CARVALHO, Thaís Cristina C.; YAMAKI, Humberto T.; TÂNGARI, Vera Regina – Atmosferas de preferência e paisagens cotidianas: a cidade através de múltiplos sentidos. In: **Anais da Conferência Internacional 2019 Resensitizing Cities – Urban Ambiances and Senses**. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ, 2019. 84-91 p.

LOPES, Alberto Costa – **A aventura da cidade industrial de Tony Garnier em Volta Redonda.** Rio de Janeiro: Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993. Dissertação de Mestrado.

MACEDO, Silvio Soares – **Paisagismo brasileiro na virada do século: 1990-2010.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes – **Dimensões públicas do espaço contemporâneo**: **resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012. 284 p. Tese de Livre Docência.

RHEINGANTZ, Paulo Afonso; AZEVEDO, Giselle Arteiro; BRASILEIRO, Alice; ALCANTARA, Denise de; QUEIROZ, Mônica – **Observando a qualidade do lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação.** Rio de Janeiro: PROARQ/FAU/UFRJ, 2009.

ROCHA, Eduardo; SANTOS, Taís Beltrame dos – Como é a caminhografia urbana? Registrar, jogar e criar na cidade. **Arquitextos**. São Paulo, 2023.

ROLNIK, Suely – Cartografia: uma definição provisória. In: ROLNIK, Suely – **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. 23-24 p.

SCHLEE, Mônica Bahia; SOUZA, Márcio José; REGO, André Queiroz; RHEINGANTZ, Paulo Afonso; DIAS, Maria Angélica; TÂNGARI, Vera Regina – Sistema de espaços livres nas cidades brasileiras: um debate conceptual. **Paisagem e Ambiente**. São Paulo, 2009. 225-247 p.

SILVA, Jonathan Magalhães Pereira – As unidades de paisagem como método de análise da forma urbana: reflexões sobre sua incorporação pelo campo disciplinar da arquitetura e urbanismo. **Cadernos PROARQ**. Rio de Janeiro, 2013. 71-93 p.

SOLÀ-MORALES, Ignasi de – Terrain vague. In: SOLÀ-MORALES, Ignasi de – **Territórios.** Barcelona: Gustavo Gili, 2003. 181-193 p.

SOUZA, Cláudia Virginia Cabral de – **Pelo espaço da cidade: aspectos da vida e do conflito em Volta Redonda**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992. Dissertação de Mestrado.

TÂNGARI, Vera Regina; LAMOUNIER, Alex Assunção (org.) – **Territórios e paisagens ferroviárias: aspectos morfológicos, identitários e patrimoniais.** Rio de Janeiro: PROARQ/FAU/UFRJ, 2019.

TSING, Anna Lowenhaupt – O antropoceno mais que humano. **Ilha – Revista de Antropologia.** Florianópolis, Vol. 23, n.º 1 (2021). 176-191 p.

Envelhecer é também habitar: como o habitat pode influenciar o envelhecimento saudável?

Karine da Silva Ferro
Centro Universitário FMABC / Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Presbiteriana Mackenzie
karine.ferro@fmabc.net

Angélica Benatti Alvim
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Universidade Presbiteriana Mackenzie
angelica.alvim@mackenzie.br

Resumo: Este artigo apresenta o percurso metodológico, fundamentado na matriz **pessoa–habitat–tempo**, que orienta a pesquisa de doutorado em andamento sobre as relações entre Saúde Coletiva, Arquitetura e Urbanismo e o envelhecimento no lugar. Parte da compreensão do habitat como determinante social da saúde, especialmente em contextos urbanos vulneráveis, reconhecendo seu potencial na promoção da saúde e do envelhecimento saudável. A pesquisa, de caráter aplicado e abordagem predominantemente qualitativa, fundamenta-se no Realismo Crítico e em métodos mistos, estruturando-se a partir das quatro dimensões da habitação saudável e de três fases que orientarão o desenvolvimento de um instrumento de avaliação da qualidade do habitat para uso pelas equipes da Estratégia Saúde da Família da Atenção Primária à Saúde (APS). O artigo discute a aproximação entre a promoção da saúde e a qualificação do habitat e, os limites e as possibilidades de atuação dos profissionais da saúde e do arquiteto e urbanista na construção de um fluxo intersetorial para aplicação do instrumento. Assim, busca contribuir para o debate sobre a integração entre Arquitetura, Urbanismo e Saúde Coletiva na promoção do envelhecimento saudável.

Palavras-chave: Habitat, Envelhecimento no lugar, Atenção Primária à Saúde, Arquitetura e Urbanismo.

Introdução

Este ensaio problematiza a relevância do papel da Arquitetura e do Urbanismo na promoção da saúde da pessoa idosa ao propor instrumentos que qualifiquem o envelhecimento no lugar em contextos urbanos vulneráveis. O debate parte da relação entre envelhecimento saudável, habitat e Atenção Primária à Saúde (APS), destacando como as condições de moradia e de território influenciam a autonomia, a capacidade funcional e a permanência do idoso no lugar onde vive. Embora a literatura reconheça a importância do habitat como determinante social da saúde, são escassos os referenciais e instrumentos capazes de subsidiar sua incorporação às práticas da APS e às ações intersetoriais voltadas ao envelhecimento saudável.

O objetivo do artigo é apresentar a matriz conceitual pessoa–habitat–tempo, que orienta a pesquisa de doutorado[1], e discutir como essa matriz contribui para aproximar os campos da Arquitetura e Urbanismo e da Saúde Coletiva, oferecendo uma estrutura conceitual e metodológica para orientar o desenvolvimento de um instrumento de avaliação da qualidade do habitat voltado à atuação da APS.

O conceito de envelhecimento no lugar norteia o recorte conceitual da pesquisa, entendido como a possibilidade de permanência do idoso em seu território de vida em condições adequadas de segurança, acessibilidade e suporte, complementado pelos conceitos de envelhecimento ativo e envelhecimento saudável, que orientam a forma como esse processo deve ocorrer, valorizando a manutenção da capacidade funcional, da autonomia, da participação social e dos vínculos comunitários ao longo do curso da vida. Essa articulação é sintetizada na matriz pessoa–habitat–tempo, organizando a pesquisa em três eixos interdependentes: a pessoa idosa (saúde, capacidade funcional e trajetória de vida), o habitat (moradia, entorno imediato e redes de suporte) e o tempo (curso de vida e transformações acumuladas no território).

No eixo do habitat, a investigação toma como referência as dimensões da habitação saudável propostas por Pasternak[2], que oferecem um quadro analítico para qualificar o espaço habitado pelo idoso em contextos vulneráveis. Assim, o habitat é compreendido como um determinante social da saúde que integra a moradia, o entorno e o território, constituindo base para o desenvolvimento do instrumento proposto na pesquisa.[3]

A pesquisa adota uma abordagem de métodos mistos, fundamentada no paradigma do Realismo Crítico e na triangulação múltipla, tendo como futura etapa empírica uma área adscrita da Unidade de Saúde da Família (USF) Vila Guiomar, em Santo André (SP), onde será desenvolvido e testado o instrumento de avaliação da qualidade do habitat.

---

[1] Este artigo apresenta um recorte teórico e do processo metodológico da tese de doutoramento em andamento no PPGAU da Universidade Presbiteriana Mackenzie, sob orientação de Angélica Benatti Alvim. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

[2] PASTERNAK, Suzana – Habitação e saúde. **Estudos Avançados**. São Paulo: PUC-SP / Observatório das Metrópoles. vol. 30, n. 86 (2016), p. 51–66. DOI: 10.1590/S0103-40142016.00100004.

[3] BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto – A saúde e seus determinantes sociais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social (IMS/UERJ). vol. 17, n. 1 (2007), p. 77–93. DOI: 10.1590/S0103-73312007000100006.

Desenvolvimento

A dinâmica do envelhecimento saudável está ligada às condições do habitat, influenciando o nível de independência e acesso da população idosa à permanência no território, à mobilidade, ao direito à cidade e à saúde. A passagem do tempo, por meio do curso de vida e da trajetória na cidade, constitui o eixo estruturante dessa dinâmica.

1. Envelhecer é também habitar: pessoa, tempo e território

Neste estudo, o envelhecimento é observado em contexto de urbanização desigual e vulnerabilidade, marcado pelo enfrentamento contínuo de barreiras físicas, sociais e territoriais no acesso a direitos, simultaneamente às mudanças biológicas que se acumulam com o tempo. Habitar essa realidade significa enfrentar um território com camadas de precariedade cotidiana; no qual casa, rua e serviços de saúde se articulam de forma assimétrica, ora como suporte, ora como obstáculo à autonomia. Nesse contexto, o artigo problematiza as condições de permanência dos idosos em territórios onde as atividades diárias ocorrem em habitações precárias, sobre calçadas irregulares e acessos íngremes, entre outros elementos. Tal cenário desafia a agenda de promoção do envelhecimento ativo e saudável ao evidenciar a dependência da qualidade do habitat e não de fatores individuais, apenas.

Esse debate alinha-se à agenda internacional das Cidades Amigas dos Idosos, promovida pela OMS[4]; buscando materializar, via espaço urbano, as condições de participação e autonomia para o envelhecer, por meio de políticas de transporte ativo, espaços verdes acessíveis e áreas públicas seguras. Em complemento, a pesquisa adota como referência três noções centrais: envelhecimento no lugar, envelhecimento ativo e envelhecimento saudável. Esses conceitos são entendidos como convergentes e complementares, compondo um quadro teórico, que sustenta a compreensão da interação entre indivíduo, espaço e saúde. Atualmente, envelhecer no lugar é associado à permanência qualificada, vinculada à preferência e à funcionalidade da pessoa idosa.[5] Dependendo de um habitat que garanta suporte físico às necessidades e características do indivíduo, acompanhando as adaptações requeridas pelo processo de envelhecimento, ao longo do tempo, definindo como matriz conceitual a tríade espaço, pessoa e tempo.[6]

Nesse quadro teórico, o envelhecimento no lugar debate sobre "onde" envelhecer; enquanto o envelhecimento ativo responde ao "como", enfatizando um modo de vida participativo na velhice, não limitado à capacidade física e incluindo contribuições sociais e comunitárias, baseadas nas dimensões econômicas, culturais, espirituais e cívicas.[7] Diante das críticas ao potencial excludente quanto aos idosos frágeis, o termo é complementado pelo conceito de

---

[4] OMS – **Global age-friendly cities: a guide**. Geneva: OMS, 2007.
[5] GOLANT, Stephen M. – **Aging in the right place**. Baltimore, Maryland: Health Professions Press, Inc, 2015.
[6] FORSYTH, Ann; MOLINSKY, Jennifer – What Is Aging in Place? Confusions and Contradictions. **Housing Policy Debate**. Londres: Routledge. vol. 31, n. 2 (2021), p. 181–196. DOI: 10.1080/10511482.2020.1793795; ROGERS, Wendy A; RAMADHANI, Widya A; HARRIS, Maurita T – Defining Aging in Place: The Intersectionality of Space, Person, and Time. **Innovation in Aging**. Oxford, UK: Oxford University Press. vol. 4, n. 4 (2020), p. igaa036. DOI: 10.1093/geroni/igaa036.
[7] OMS – **Active Ageing: A Policy Framework**. Nova York: OMS, 2002. [Consult. 10 abr. 2026]. Disponível em WWW:<https://iris.who.int/server/api/core/bitstreams/0418705f-1c82-4fe2-82d6-d4faee89dfa0/content>.

envelhecimento saudável pela OMS.[8] Esse, é definido pela capacidade funcional ampla, sustentada por ambientes favoráveis à saúde ao longo do curso de vida, capazes de minimizar ou reverter os impactos do declínio funcional na velhice.

Assim, o habitat é entendido como intermediário da vida urbana, englobando moradia, território, infraestrutura, serviços e redes comunitárias.[9] O lugar em que se envelhece configura-se como rede de relações entre a pessoa idosa, o habitat que a cerca e o tempo vivido no território. Em contextos vulneráveis, precariedade habitacional, serviços escassos e barreiras urbanas impactam o envelhecimento saudável no cotidiano gerontológico. Esse entendimento fundamenta a articulação entre pessoa, habitat e tempo, estruturando a matriz conceitual da pesquisa.

No Brasil, estudos evidenciam que deficiências urbanas, como a falta de rampas e saneamento básico, atingem de forma desproporcional a população idosa em áreas urbanas. Esses dados se articulam a gênero, raça, vulnerabilidade territorial e condições de moradia, de modo que a expectativa de vida de uma mulher não negra pode superar em cerca de doze anos a de um homem negro em contextos precários.[10] Com isso, o acesso à moradia digna, à infraestrutura urbana e à locomoção no território são prejudicados, ampliando a ocorrência de quedas, lesões, agravos e isolamento, comprometendo o direito à cidade.[11]

Isso afeta a salubridade do interior das habitações, que, ao se localizarem em áreas de vulnerabilidade, ficam expostas à ausência de saneamento e à presença de vetores, comprometendo sua função de proteção e promoção da capacidade funcional do idoso. Forma-se, assim, um ambiente hostil na conexão entre a microescala da habitação e a macroescala urbana.[12]

Nesse artigo, essa relação é centrada no habitat, entendido como uma rede socioespacial que extrapola os limites da unidade habitacional, e em diálogo com Lefebvre[13] e Santos[14], o habitat é concebido como uma totalidade que articula o espaço produzido e vivido, por meio do cotidiano, das relações comunitárias e do entorno.

---

[8] OMS – **World report on ageing and health**. Geneva, Switzerland: OMS, 2015.
[9] ONU – **New urban agenda: Habitat III**. Quito: United Nations, 2017.
[10] CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira – **Atlas da Violência**. Brasília: IPEA, 2025. [Consult. 25 out. 2025]. Disponível em WWW:<https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/15cca7c1-2a6d-4b43-98eb-7bf4f53744a9/content>; CAMARANO, Ana Amélia *et al.* – **Texto para Discussão 3050**. Brasília, DF: IPEA, 2024; IBGE – **População por idade e sexo (Pessoas Idosas - 60 anos ou mais de idade) - Censo 2022**. Brasília, DF: Ministério do Planejamento e Orçamento, 2023. [Consult. 18 mai. 2025]. Disponível em WWW:<https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/36065>.
[11] HARVEY, David – **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
[12] CHOAY, Françoise – **L'urbanisme: utopies et réalités une anthologie**. Paris: Points, 2014; ONU – **New urban agenda: Habitat III**. Quito: United Nations, 2017.
[13] LEFEBVRE, Henri – **La production de l'espace**. Paris: Éd. Anthropos, 1986.
[14] SANTOS, Milton – **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2020.

Por fim, considera-se a noção de habitat saudável, operacionalizada pelas dimensões propostas por Pasternak[15], que articulam habitação e saúde em quatro eixos: casa e doenças transmissíveis, casa e necessidades fisiológicas, casa e acidentes domésticos e casa e saúde mental. Essas dimensões oferecem um quadro prático para qualificar o habitat da pessoa idosa em contextos vulneráveis e compõem o eixo 'habitat' da matriz pessoa–habitat–tempo adotada na pesquisa.

2. Da matriz pessoa–habitat–tempo ao percurso metodológico

A partir do entendimento do habitat como totalidade socioespacial e determinante social da saúde, a pesquisa organiza seu quadro analítico na forma de uma matriz pessoa–habitat–tempo, que orienta o percurso metodológico.

2.1. Realismo Crítico e a matriz Pessoa-Habitat-Tempo

Para a organização metodológica a pesquisa é ancorada no paradigma do Realismo Crítico[16], que orienta a compreensão da relação entre envelhecimento, espaço e saúde. Parte-se do entendimento de que existem estruturas reais, como configurações do território, barreiras arquitetônicas, infraestrutura e indicadores epidemiológicos, que condicionam o envelhecer, ao mesmo tempo que o modo de habitar e de vivenciar a vulnerabilidade é socialmente construído, expresso em percepções de risco, vínculos com o lugar e experiências particulares.

A matriz pessoa–habitat–tempo, sintetizada na Figura 1, articula no eixo da pessoa, condições de saúde, capacidade funcional e trajetórias de vida; no eixo do habitat, casa, entorno e dimensões da habitação saudável; e, no eixo do tempo, o curso de vida, as transformações do território e a dinâmica das políticas públicas. Assim, a matriz permite analisar o habitat simultaneamente como condição objetiva do envelhecimento e como espaço vivido em contextos de desigualdade, guiando a escolha de fontes e técnicas de análise.

[15] PASTERNAK, Suzana. *op. cit.*, 2016

[16] SHANNON-BAKER, Peggy – Making Paradigms Meaningful in Mixed Methods Research. **Journal of Mixed Methods Research**. Thousand Oaks: SAGE Publications. vol. 10, n. 4 (2016), p. 319–334. DOI: 10.1177/1558689815575861.

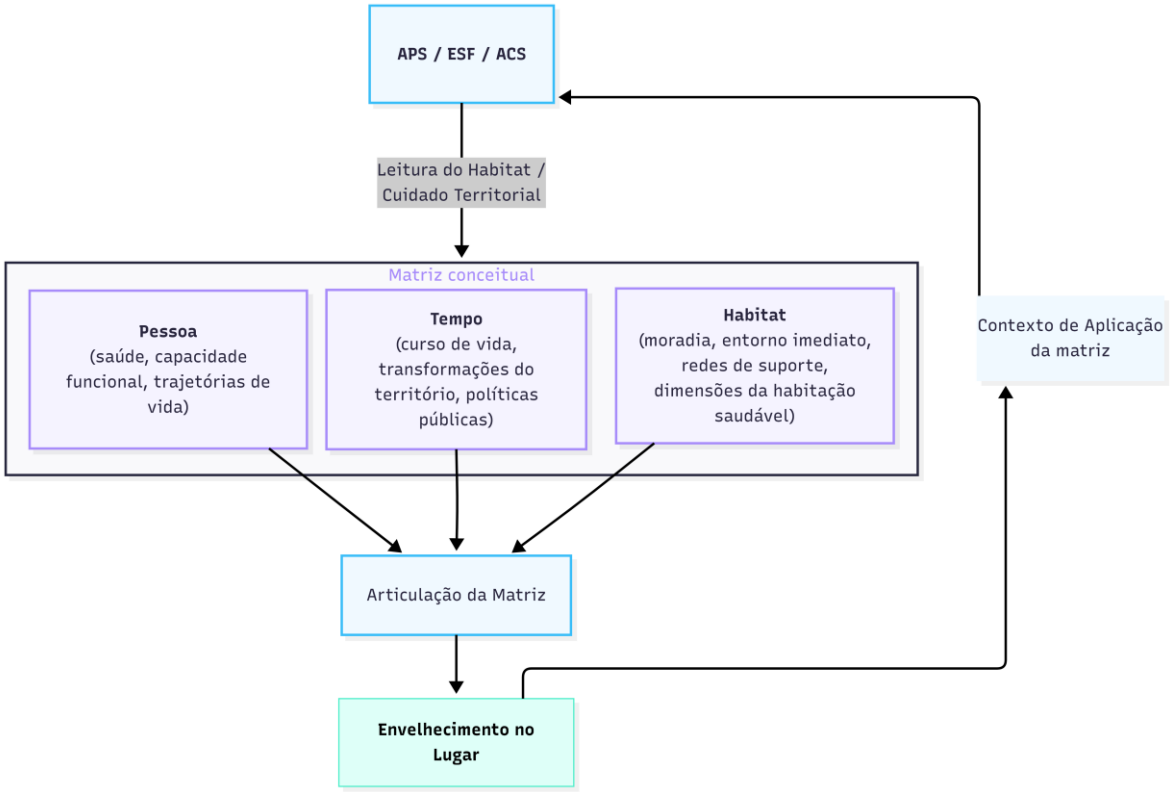


Figura 1 – Síntese da matriz pessoa–habitat–tempo e sua relação com o envelhecimento saudável no lugar e com a atuação da APS/ESF
Fonte: Elaborado pelas autoras

2.2. Métodos mistos e triangulação múltipla guiados pela matriz

Para analisar as diferentes dimensões da matriz pessoa–habitat–tempo, a pesquisa adota uma abordagem de métodos mistos[17], com predominância qualitativa. Essa escolha decorre da necessidade de articular indicadores objetivos, como dados epidemiológicos da APS e informações sobre infraestrutura urbana; com dimensões subjetivas do habitar na velhice, explicitadas nas narrativas de idosos e profissionais de saúde.

O desenho metodológico apoia-se na triangulação múltipla, integrando evidências nacionais e internacionais, dados secundários da APS e informações produzidas em diagnósticos participativos no território, por meio de estratégias como leitura territorial, entrevistas e registros de campo. Os métodos quantitativos situam a investigação em um quadro amplo de desigualdades e vulnerabilidades, enquanto os métodos qualitativos aprofundam as leituras produzidas, ao evidenciar como idosos e profissionais significam o habitat e o território.

2.3. Fases da investigação

Como parte da apresentação do desenho metodológico da pesquisa em andamento, esta seção descreve as três fases que compõem o percurso metodológico proposto, demonstradas no

[17] PARANHOS, Ranulfo *et al.* – Uma introdução aos métodos mistos. **Sociologias**. Porto Alegre: PPGS/IFCH - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). vol. 18, n. 42 (2016), p. 384–411. DOI: 10.1590/15174522-018004221.

Quadro 1 abaixo e detalhadas a seguir. Não se trata da apresentação de resultados, mas da explicitação da estratégia de investigação que orientará o desenvolvimento da pesquisa.

Fase	Objetivo	Métodos principais	Produto esperado
I	Mapear lacunas entre habitat, envelhecimento e APS	Revisão integrativa (PRISMA[18]), análise de diretrizes OMS/ONU/SUS e políticas públicas de adaptação habitacional nacionais e internacionais	Quadro conceitual e lacunas regulatórias
II	Aproximar matriz ao território	Estudo de caso na USF Vila Guiomar, diagnóstico participativo, leitura territorial	Caracterização de vulnerabilidades do habitat e percepções de idosos/equipe
III	Propor e testar instrumento	Matriz de indicadores, validação de conteúdo, simulação de uso na APS	Instrumento de avaliação do habitat e esboço de fluxo intersetorial

Quadro 1 – Quadro-resumo percurso metodológico
Fonte: Elaborado pelas autoras

A Fase I prevê a realização da revisão sistemática integrativa, orientada pelo protocolo PRISMA[19], e análise de diretrizes globais e nacionais, que abordam envelhecimento no lugar, adaptação habitacional e APS, com o objetivo de mapear como as relações entre pessoa, habitat e tempo aparecem, são limitadas ou omitidas, nas evidências, nos marcos regulatórios e diretrizes.

Na Fase II, será desenvolvido um estudo de caso territorial na área de abrangência da UBS Vila Guiomar, em Santo André - SP, em especial no núcleo Tamarutaca[20], com diagnóstico participativo junto a idosos e profissionais da APS, leitura territorial e avaliação habitacional; aproximando a matriz pessoa–habitat–tempo da realidade concreta de um território vulnerável.

A Fase III compreenderá a proposição e validação do instrumento de avaliação do habitat para uso na APS, por meio de um fluxo de atuação interdisciplinar, com base nas evidências sistematizadas nas fases anteriores.

[18] PAGE, Matthew J *et al.* – The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **BMJ**. Londres: BMJ Publishing Group Ltd. (2021), p. n71. DOI: 10.1136/bmj.n71.
[19] Ibidem.
[20] A USF Vila Guiomar foi selecionada por abranger área de alta vulnerabilidade social (Núcleo Tamarutaca), concentrar população idosa e superidosa e constituir referência territorial em geriatria. SECRETARIA DE SAÚDE DE SANTO ANDRÉ – **Relatório Territorial US/USF Vila Guiomar**. Santo André: Prefeitura de Santo André. Dados do sistema e-SUS/APS. Documento interno, 2026.

Estruturado a partir dos eixos da matriz conceitual e das dimensões da habitação saudável, o percurso metodológico apresentado configura a proposta a ser concretizada em uma ferramenta operacional para qualificar a leitura do habitat na APS e apoiar a promoção do envelhecimento saudável no lugar, dentro de um fluxo intersetorial.

3. Por que atrelar a análise do habitat à rotina da Atenção Primária à Saúde

A APS é, no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), o nível responsável por coordenar o cuidado e atuar sobre determinantes sociais da saúde, com base na promoção e na prevenção em saúde e no vínculo contínuo com a população nos territórios. Organizada principalmente por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF), estrutura seu trabalho em áreas adscritas, visitas domiciliares e ações territoriais.[21] Nesse sentido, o debate sobre habitat saudável não é externo à APS, ele faz parte da lógica de ação territorial desse modelo de atenção, ainda que de forma implícita e, muitas vezes, limitada por entraves burocráticos e normativos.[22]

As equipes da ESF, em especial os Agentes Comunitários de Saúde (ACS), conhecem intimamente os territórios urbanos vulneráveis, identificam barreiras arquitetônicas, precariedades habitacionais e redes de suporte ou de conflito. Entre suas atribuições estão o acompanhamento rotineiro das famílias por meio de visitas domiciliares, o mapeamento e cadastro da população adscrita, a busca ativa de situações de risco e a educação em saúde voltada à prevenção. Por serem moradores ou profundamente vinculados ao território, os ACS também desempenham um papel político de mediação entre a comunidade e as políticas de saúde, o que os torna observadores privilegiados das condições reais de habitat.[23]

Embora a Ficha de Cadastro Domiciliar[24] registre alguns elementos físicos da moradia; a ESF carece de instrumentos parametrizados de avaliação da salubridade do habitat. O conhecimento acumulado pelas equipes sobre o espaço habitado não se organiza em indicadores, dialogáveis com outras políticas habitacionais; de assistência técnica e de planejamento urbano; sem uso na definição de prioridades e fluxos de cuidado. Com isso, a dimensão do habitat permanece pouco acionada na prevenção de quedas, agravos respiratórios e problemas de saúde mental associados à precariedade dos espaços vividos por idosos.

É nesse contexto que o instrumento de avaliação do habitat, aliado a um fluxo de aplicação intersetorial, busca contribuir. Ao articular as dimensões da habitação saudável em uma

---

[21] BRASIL – **Portaria Nº 648/GM de 28 de março de 2006. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS)**. [s.l.]: [s.n.], 2006. [Consult. 22 jun. 2026]. Disponível em WWW:<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prtGM648_20060328.pdf>.

[22] NASCIMENTO, Eduardo Castelã; RIBEIRO, Wesllay Carlos; PASTERNAK, Suzana – Por que o investimento e foco em questões habitacionais é também uma medida de saúde. **Estudos Avançados**. São Paulo: IEA-USP. vol. 37, n. 109 (2023), p. 25–40. DOI: 10.1590/s0103-4014.2023.37109.003.

[23] ASSIS, Audrey Silva De; CASTRO-SILVA, Carlos Roberto De – Agente comunitário de saúde e o idoso: visita domiciliar e práticas de cuidado. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social (IMS/UERJ). vol. 28, n. 3 (2018). DOI: 10.1590/s0103-73312018280308.

[24] BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE – **Manual e-SUS APS**. Brasília, DF: SAPS, 2026. [Consult. 22 jun. 2026]. Disponível em WWW:<https://sisaps.saude.gov.br/sistemas/esusaps/docs/manual/>.

linguagem reconhecida no sistema de saúde, como a CIPE-APS[25], a matriz oferece à APS um vocabulário comum para discutir o espaço vivido como parte da situação de saúde e orientar a construção do instrumento, concebido como ferramenta de triagem e registro de vulnerabilidades socioespaciais, traduzíveis à dados epidemiológicos.

O objetivo não é transferir à APS a responsabilidade de resolver problemas estruturais urbanos, mas construir uma ponte entre saúde e arquitetura e urbanismo, qualificando a capacidade institucional da APS em identificar, nomear e comunicar as condições do habitat que impactam o envelhecimento saudável. Pretende ainda, apoiar decisões clínicas e de intervenção espacial, alimentar sistemas de informação com dados ambientais e fortalecer a interlocução com áreas como urbanismo, habitação e assistência social.

Nesse sentido, os ACS ocupam um lugar estratégico na operacionalização futura do instrumento, justamente por serem mediadores entre o serviço de saúde e o cotidiano dos moradores, por serem os responsáveis pelas visitas periódicas aos pacientes em suas moradias, além de serem moradores do território de ação da USF, permitindo acesso à locais que outros agentes formais não acessam. Ao sistematizar parte do conhecimento que esses profissionais já acumulam sobre o território, a proposta da pesquisa almeja transformar percepções dispersas em evidências organizadas, capazes de orientar tanto micro decisões de cuidado quanto o desenho de ações coletivas e intersetoriais.

4. O lugar do arquiteto e urbanista no fluxo intersetorial

A proposta de integrar o habitat às rotinas da APS suscita um debate relevante sobre o papel do arquiteto e urbanista nesse processo, assim como na promoção de saúde dos idosos. No Brasil, a atividade profissional da arquitetura e urbanismo é integrada, constituindo uma profissão única, regulamentada pela Lei nº 12.378/2010, com atribuições privativas e compartilhadas definidas pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), portanto sua inserção no fluxo intersetorial deve ser entendida como cooperação técnica, e não como transferência de responsabilidade.

Se, por um lado, o instrumento que a pesquisa pretende desenvolver deve ser reconhecível e utilizável por equipes de ESF e ACS, leigas à expertise construtiva; por outro, a interpretação técnica dos dados sobre a habitação e o território não pode ser deslocada para profissionais sem atribuição legal para exercer essa função. Nesse sentido, torna-se fundamental discutir como o arquiteto e urbanista deve participar da estrutura de atendimento à saúde de forma articulada.

Na pesquisa, a atuação do arquiteto é proposta em três frentes complementares, dentro da construção do fluxo intersetorial. A primeira diz respeito à formação e capacitação das equipes da APS, apoiando a construção de um olhar qualificado para o habitat, oferecendo referenciais básicos sobre acessibilidade, salubridade ambiental e sua relação com a prevenção em saúde, sem exigir dos profissionais da ESF o conhecimento técnico de questões de construtibilidade espacial. A segunda envolve a análise técnica dos dados produzidos pelo

[25] CUBAS, Marcia Regina *et al.* – Método de análise de aplicabilidade clínica de subconjunto terminológico na atenção primária em saúde: estudo teórico. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**. São Paulo: EEUSP. vol. 59 (2025), p. e20250098. DOI: 10.1590/1980-220x-reeusp-2025-0098pt.

instrumento, em espaços institucionais de apoio ou em instâncias intersetoriais que integrem saúde, urbanismo, habitação e assistência social, como núcleos de planejamento urbano ou programas de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS).[26] Nesses espaços, o arquiteto e urbanista poderá contribuir para transformar os registros da APS em subsídios para projetos, laudos técnicos e ações estruturais no território.

A terceira frente, refere-se ao próprio desenho do instrumento e seu processo de aplicação, de modo a evitar que seu uso seja interpretado como prestação de serviço técnico de arquitetura dentro das unidades de saúde. Esse cuidado implica delimitar com clareza o objetivo da ferramenta, como identificação e registro de vulnerabilidades socioespaciais relevantes para a saúde, que fomentem a prescrição de soluções construtivas individualizadas por profissional da construção habilitado. Desta forma, exigindo que os fluxos de encaminhamento resultantes das informações coletadas prevejam Órgãos colegiados, instâncias deliberativas ou esferas administrativas de atuação do arquiteto, seja na rede pública, seja por meio de políticas de ATHIS e programas municipais voltados à qualificação do habitat em áreas vulneráveis.

Ao incluir o arquiteto e urbanista como profissional atuante nesse fluxo, a pesquisa propõe a construção de um campo de cooperação entre Saúde Coletiva e Arquitetura e Urbanismo, em que cada área reconheça suas competências e limitações, complementando suas atuações técnicas para o atendimento integral em saúde para a população idosa. Questionar o modo como essa integração se dará, debatendo quem capacita, quem interpreta tecnicamente, quem responde por intervenções físicas, é parte constitutiva da proposta deste artigo e aponta para a necessidade de diálogos futuros com profissionais e classes das áreas abrangidas pela pesquisa, gestores municipais e movimentos por moradia, de forma a sustentar soluções intersetoriais que respeitem as atribuições profissionais e ampliem as possibilidades de promoção do envelhecimento saudável no lugar.

Considerações finais

Ao discutir as questões que envolvem o envelhecimento no lugar em contextos urbanos vulneráveis, o presente artigo buscou demonstrar que a qualidade do habitat constitui um importante determinante da autonomia e da capacidade funcional na velhice, embora ainda sejam escassos instrumentos capazes de traduzir essa compreensão para as práticas da APS.

Evidenciou-se que a matriz pessoa–habitat–tempo oferece uma estrutura conceitual capaz de integrar as condições objetivas do território e da moradia às trajetórias de vida e às transformações acumuladas ao longo do tempo, fundamentando o percurso metodológico da pesquisa. Nesse sentido, a matriz orienta a articulação entre a revisão integrativa da literatura, o estudo de caso territorial, a futura elaboração de um instrumento de avaliação da qualidade do habitat e a proposição de um fluxo intersetorial para sua aplicação.

[26] No Brasil a ATHIS é instituída pela Lei 11.888/2008, a qual assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para projeto, reforma, ampliação ou regularização da moradia. BRASIL – **Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005**. [s.l.]: [s.n.], 2008. [Consult. 10 mar. 2026]. Disponível em WWW:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.htm>.

Ao situar a APS, a ESF e os ACS como observadores privilegiados das condições do habitat, o estudo abre espaço para o desenvolvimento de instrumentos que tornem visíveis vulnerabilidades socioespaciais que impactam o envelhecimento saudável, favorecendo a identificação de demandas para ações intersetoriais. Ao mesmo tempo, coloca em debate a participação do arquiteto e urbanista como apoio técnico à qualificação do habitat e à articulação entre saúde, habitação e urbanismo, respeitando as atribuições profissionais de cada área.

Por tratar-se de uma pesquisa em andamento, este artigo não apresenta resultados empíricos. Sua principal contribuição consiste na sistematização da matriz pessoa–habitat–tempo e na explicitação do percurso metodológico que orientará o desenvolvimento da pesquisa. Os próximos passos incluem a realização do estudo de caso na UBS Vila Guiomar, a elaboração e o teste do instrumento junto às equipes da APS e o aprofundamento do diálogo com os diferentes atores envolvidos, visando avaliar a aplicabilidade da matriz e fortalecer a integração entre Arquitetura e Urbanismo e Saúde Coletiva na promoção do envelhecimento saudável no lugar.

Bibliografia

ASSIS, Audrey Silva De; CASTRO-SILVA, Carlos Roberto De – Agente comunitário de saúde e o idoso: visita domiciliar e práticas de cuidado. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social (IMS/UERJ). vol. 28, n. 3 (2018). DOI: 10.1590/s0103-73312018280308.

BRASIL – **Portaria Nº 648/GM de 28 de março de 2006. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS)**. [s.l.]: [s.n.], 2006. [Consult. 22 jun. 2026]. Disponível em WWW:<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/prtGM648_20060328.pdf>.

BRASIL – **Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005**. [s.l.]: [s.n.], 2008. [Consult. 10 mar. 2026]. Disponível em WWW:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.htm>.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE – **Manual e-SUS APS**. Brasília, DF: SAPS, 2026. [Consult. 22 jun. 2026]. Disponível em WWW:<https://sisaps.saude.gov.br/sistemas/esusaps/docs/manual/>.

BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto – A saúde e seus determinantes sociais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro: Instituto de Medicina Social (IMS/UERJ). vol. 17, n. 1 (2007), p. 77–93. DOI: 10.1590/S0103-73312007000100006.

CAMARANO, Ana Amélia *et al.* – **Texto para Discussão 3050**. Brasília, DF: IPEA, 2024. 39 p.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira – **Atlas da Violência**. Brasília: IPEA, 2025. [Consult. 25 out. 2025]. Disponível em WWW:<https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/15cca7c1-2a6d-4b43-98eb-7bf4f53744a9/content>.

CHOAY, Françoise – **L'urbanisme: utopies et réalités une anthologie**. Paris: Points, 2014. ISBN 978-2-7578-4439-7.

CUBAS, Marcia Regina *et al.* – Método de análise de aplicabilidade clínica de subconjunto terminológico na atenção primária em saúde: estudo teórico. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**. São Paulo: EEUSP. vol. 59 (2025), p. e20250098. DOI: 10.1590/1980-220x-reeusp-2025-0098pt.

FORSYTH, Ann; MOLINSKY, Jennifer – What Is Aging in Place? Confusions and Contradictions. **Housing Policy Debate**. Londres: Routledge. vol. 31, n. 2 (2021), p. 181–196. DOI: 10.1080/10511482.2020.1793795.

GOLANT, Stephen M. – **Aging in the right place**. Baltimore, Maryland: Health Professions Press, Inc, 2015. 1 p. ISBN 978-1-938870-36-1.

HARVEY, David – **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014. ISBN 978-85-8063-161-6.

IBGE – **População por idade e sexo (Pessoas Idosas - 60 anos ou mais de idade) - Censo 2022**. Brasília, DF: Ministério do Planejamento e Orçamento, 2023. [Consult. 18 mai. 2025]. Disponível em WWW:<https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/36065>.

LEFEBVRE, Henri – **La production de l'espace**. Paris: Éd. Anthropos, 1986. 485 p. ISBN 978-2-7157-1046-7.

NASCIMENTO, Eduardo Castelã; RIBEIRO, Wesllay Carlos; PASTERNAK, Suzana – Por que o investimento e foco em questões habitacionais é também uma medida de saúde. **Estudos Avançados**. São Paulo: IEA-USP. vol. 37, n. 109 (2023), p. 25–40. DOI: 10.1590/s0103-4014.2023.37109.003.

OMS – **Active Ageing: A Policy Framework**. Nova York: OMS, 2002. [Consult. 10 abr. 2026]. Disponível em WWW:<https://iris.who.int/server/api/core/bitstreams/0418705f-1c82-4fe2-82d6-d4faee89dfa0/content>.

OMS – **Global age-friendly cities: a guide**. Geneva: OMS, 2007. ISBN 978-92-4-154730-7.

OMS – **World report on ageing and health**. Geneva, Switzerland: OMS, 2015. 1 p.

ONU – **New urban agenda: Habitat III**. Quito: United Nations, 2017. ISBN 978-92-1-132731-1.

PAGE, Matthew J *et al.* – The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **BMJ**. Londres: BMJ Publishing Group Ltd. (2021), p. n71. DOI: 10.1136/bmj.n71.

PARANHOS, Ranulfo *et al.* – Uma introdução aos métodos mistos. **Sociologias**. Porto Alegre: PPGS/IFCH - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). vol. 18, n. 42 (2016), p. 384–411. DOI: 10.1590/15174522-018004221.

PASTERNAK, Suzana – Habitação e saúde. **Estudos Avançados**. São Paulo: PUC-SP / Observatório das Metrópoles. vol. 30, n. 86 (2016), p. 51–66. DOI: 10.1590/S0103-40142016.00100004.

ROGERS, Wendy A; RAMADHANI, Widya A; HARRIS, Maurita T – Defining Aging in Place: The Intersectionality of Space, Person, and Time. **Innovation in Aging**. Oxford, UK: Oxford University Press. vol. 4, n. 4 (2020), p. igaa036. DOI: 10.1093/geroni/igaa036.

SANTOS, Milton – **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2020. 392 p. ISBN 978-85-314-0713-0.

SECRETARIA DE SAÚDE DE SANTO ANDRÉ – **Relatório Territorial US/USF Vila Guiomar**. Santo André: Prefeitura de Santo André. Dados do sistema e-SUS/APS. Documento interno, 2026.

SHANNON-BAKER, Peggy – Making Paradigms Meaningful in Mixed Methods Research. **Journal of Mixed Methods Research**. Thousand Oaks: SAGE Publications. vol. 10, n. 4 (2016), p. 319–334. DOI: 10.1177/1558689815575861.

Patrimonialização da Arquitetura Popular: processos e experiências em perspectiva comparada

Raquel Elizabeth Byrro Oliveira
Universidade Federal de Uberlândia
raquel.byrro@ufu.br

Claudia do Reis e Cunha
Universidade Federal de Uberlândia
claudiareis@ufu.br

Resumo: A arquitetura popular brasileira, principalmente a residencial construída com a técnica de pau-a-pique, segue às margens das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural no Brasil. Embora nas últimas décadas se tenha ampliado o conceito de patrimônio e de cultura, assim como os instrumentos de proteção e reconhecimento, grande parte dos exemplares residenciais de pau-a-pique se perderam como resultado dos limites e lacunas impostos por uma metodologia ainda fortemente associada à ideia de monumentalidade e perenidade da arquitetura. Ao se marginalizar tais exemplares, também se condena ao desaparecimento os saberes construtivos tradicionais, os sujeitos detentores de tais conhecimentos e os valores imateriais integrados à materialidade arquitetônica. Partindo desse cenário, este artigo analisa os instrumentos brasileiros de preservação e discute suas limitações no que se refere à salvaguarda da arquitetura popular em território nacional. Em perspectiva comparada, a pesquisa toma como estudo de caso o Plan Nacional de Arquitectura Tradicional da Espanha (2015), com o objetivo de compreender sua fundamentação teórico-conceitual e sua abordagem sistêmica, que inclui diretrizes relacionadas à educação patrimonial, à economia, ao turismo e à valorização e registro dos próprios atores sociais relacionados à produção da arquitetura popular espanhola. O estudo comparado busca contribuir para o debate nacional sobre o tema, fomentando e ampliando importantes debates conceituais e estudos acerca de ferramentas e metodologias que superem abordagens centradas em edificações isoladas, potencializando estratégias que integrem as dimensões materiais e imateriais inerentes à arquitetura.

Palavras-chave: Arquitetura popular, Arquitetura vernácula, Patrimônio Cultural, Políticas Públicas, Plan Nacional de Arquitectura Tradicional

Introdução

Ainda que, desde as primeiras discussões a respeito da preservação do patrimônio no Brasil, nos anos 1930, houvesse o reconhecimento de que pouco ou nada se sabia a respeito daquela arquitetura civil, fruto da "arte do povo" e não de "gente sabida", na expressão de Lucio Costa.[1] As construções "Feitas de pau do mato próximo e da terra do chão, como casas de bicho",[2] de tão corriqueiras, eram vítimas de um certo desprezo, conforme relata o autor em seu "Documentação necessária"[3]. Embora Lucio Costa tenha procurado estabelecer neste texto um programa de estudos sistemáticos, visando ampliar o conhecimento sobre a arquitetura popular brasileira, de fato, pouco se avançou nas primeiras décadas de ação institucional nesse âmbito e, por consequência, na efetiva preservação deste patrimônio cultural.

Ao longo da trajetória nacional das políticas de salvaguarda, a arquitetura popular compareceu de modo fragmentário e limitado, muitas vezes associadas a outros valores e significados, nem sempre explicitamente associados àqueles relacionados ao [re]conhecimento das técnicas construtivas tradicionais e dos valores culturais que as sustentam. Apesar dos avanços conceituais e metodológicos observados no campo do patrimônio no Brasil, a arquitetura popular ainda carece de um plano de salvaguarda mais específico, pensado de forma sistêmica e multidisciplinar. A incompreensão sobre a natureza da arquitetura popular, impacta necessariamente em sua valorização e consequente patrimonialização, tal como afirma Pérez Gil: "Não podemos proteger ou gerenciar o que somos incapazes de definir".[4]

Frente ao cenário esboçado, este artigo apresenta as investigações realizadas até o momento no âmbito da tese "De pau do mato próximo e da terra do chão: estudos sobre a patrimonialização e salvaguarda da arquitetura e técnica de pau a pique"[5], que se estrutura em quatro eixos fundamentais. De caráter comparativo e propositivo, o último desses eixos, visa delinear um instrumento ou plano piloto voltado às ações de salvaguarda e patrimonialização da arquitetura popular de pau-a-pique no Brasil. Para isso, adota o estudo comparado, por meio da análise do Plan Nacional de Arquitectura Tradicional da Espanha, elaborado em 2015. Espera-se, em diálogo com a tradição brasileira, compreender em que medida seus referenciais conceituais e instrumentos de patrimonialização e salvaguarda podem contribuir para o desenvolvimento de uma metodologia mais abrangente voltada à arquitetura popular no Brasil. Considerando a persistência de uma lacuna metodológica no campo da preservação patrimonial brasileira e a consequente necessidade de se avançar com os debates e instrumentos de salvaguarda dessa arquitetura no país, principalmente no que se

[1] COSTA, L. Documentação Necessária. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 1, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde: SPHAN, 1937, p. 31.
[2] Idem, p. 32.
[3] Idem, p. 34.
[4] PÉREZ GIL, J. A conceitualização cultural da arquitetura vernácula (e algumas anotações sobre o vernáculo atual brasileiro), In: SANT'ANNA, M; REZENDE, M. A. P. Olhares contemporâneos sobre arquitetura vernácula/popular. Salvador: EDUFBA; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022, p. 31.
[5] A tese se encontra em desenvolvimento junto ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Uberlândia (PPGAU-UFU) e conta com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Na próxima etapa da pesquisa será realizado um estágio doutoral no exterior (bolsa PDSE-CAPES), junto ao grupo de pesquisa Res-Arquitectura: Investigación, Restauración y Difusión del Patrimonio Arquitectónico da Universitat Politècnica de València (UPV).

refere à tipologia residencial e às técnicas tradicionais como o pau-a-pique, a experiência espanhola apresenta-se como um caso relevante, uma vez que o Plan Nacional de Arquitectura Tradicional, após dez anos de vigência, oferece condições concretas para a análise crítica de seus resultados, erros, acertos, limites e potencialidades.

Metodologicamente, a pesquisa divide-se em duas fases complementares, a primeira dedicada à análise do Plan Nacional espanhol, considerando seus objetivos, estrutura, avanços, limites e lacunas. Busca-se, ainda, compreender seus referenciais teóricos e conceitos fundamentais e sua aplicabilidade como um instrumento de alcance nacional. Partindo dos estudos realizados nesta fase, a etapa seguinte busca subsidiar o desenvolvimento de um instrumento de salvaguarda que considere, de forma sistêmica, os exemplares arquitetônicos e os saberes técnicos associados à sua produção. Aqui são consideradas as possíveis articulações entre os referenciais do plano espanhol e conceitos como Paisagem Cultural e Declaração de Significância, desenvolvidos pela UNESCO e o Registro dos Lugares e Modos de Fazer, propostos pelo IPHAN.

Como resultado deste estudo, espera-se oferecer uma contribuição às políticas nacionais de preservação, especialmente daquela residencial e que adota como técnica construtiva principal o pau-a-pique. Ademais, objetiva-se contribuir para conter a destruição dessa arquitetura, seja pelas ameaças resultantes da homogeneização tipológica das habitações e dos modos de vida, seja pelas ameaças causadas pela perda de reconhecimento social e de conhecimento técnico em relação a esse patrimônio.

Patrimonialização da arquitetura popular

Apesar dos movimentos em prol de mudanças conceituais e metodológicas relacionadas à preservação do Patrimônio Cultural, a arquitetura popular, sobretudo a de caráter residencial e construída com terra crua, ainda é uma manifestação invisibilizada quando pensamos ações de conservação e restauro, políticas públicas e instrumentos de gestão e salvaguarda no Brasil. Isso ocorre porque, embora a arquitetura popular tenha exercido um papel significativo nos projetos iniciais de criação do IPHAN – como no tombamento dos conjuntos das cidades históricas mineiras e nas pesquisas e publicações da Revista do Patrimônio – e tenha orientado discussões em fases posteriores de atuação do instituto – como os debates antropológicos levantados a partir dos anos 1980 –, poucas são as arquiteturas populares patrimonializadas, demoradamente estudadas e integralmente preservadas ao longo desses mais de oitenta anos de atuação do instituto[6], cenário similar, também, nos níveis estadual e municipal. Esse quadro é reflexo de um olhar formalista e academicista que orientou políticas de preservação baseadas no conceito de monumentalização e excepcionalidade[7]: o tombamento, principal ferramenta de salvaguarda do patrimônio material no Brasil, voltou-se, predominantemente, às "obras excepcionais", entendidas "como peças de arte acabadas, cujo estado deseja-se preservar"[8].

[6] ANDRADE, F. de C. D. Esta casa está bem-feita: o valor da arquitetura vernacular entre a festa e a poesia. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. l.], v. 61, 2018.
[7] CHUVA, M. R. R. Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.
[8] SOUSA, C. E. M.; NOGUEIRA, J. L. V. Documentar um processo: A proteção da cultura popular edificada. In: NOGUEIRA, J. L. V; ALCÂNTARA, C. S. (Org.). Cumeeira: A arquitetura e o Urbanismo na Cultura Popular. 1ed. Fortaleza: Reflexão, 2018, p. 58-67.

Aos desafios históricos da preservação da arquitetura popular somam-se os efeitos, intensificados pela globalização e das chamadas "forças de homogeneização econômica, cultural e arquitetônica"[9]. No Brasil, essas forças aceleram a perda da materialidade da arquitetura popular, assim como os modos de vida, os saberes tradicionais e os processos de transmissão de tais conhecimentos. Ao simplificar a análise crítica das especificidades envolvidas em sua salvaguarda e ignorar os dilemas próprios das chamadas "obras modestas"[10], essas forças de homogeneização – não raro localizadas entre perspectivas higienistas e assistencialistas – acabam inviabilizando manifestações arquitetônicas de cunho popular e autodidata. Nesse processo, tanto os materiais construtivos quanto os sujeitos detentores desses saberes são relegados a um papel secundário, tratados como coadjuvantes da historiografia da arquitetura brasileira. Assim, esse quadro corrobora para o desaparecimento desses exemplares, perdendo-se, também, os saberes, as técnicas e os valores simbólicos a eles associados. As arquiteturas de terra crua, principalmente aquelas de pau-a-pique, são ainda mais vulneráveis a esse processo de desaparecimento. Tal vulnerabilidade é fruto não só das especificidades da conservação desse material ou da ausência de abordagens adequadas para sua salvaguarda, mas também de sua recorrente associação a contextos de precariedade, o que leva a uma consequente desvalorização simbólica da técnica. Apesar de sua contribuição à história da arquitetura brasileira, e mineira em particular, estando presente em edificações desde o período colonial, o pau-a-pique é constantemente reduzido a contextos ditos insalubres, a saberes subalternizados e à negação de sua condição de tradição construtiva secular, dotada de uma racionalidade própria.

Destaca-se que essa associação se dá, inclusive, dentro das próprias políticas governamentais. Propostas como o "Programa de Substituição das Casas de Taipa"[11], no âmbito do governo do Estado do Ceará, generalizam as habitações de taipa de mão como "inadequadas", reforçando o estigma de risco sanitário e sua associação a contextos de extrema pobreza. Assim, o programa impõe legalmente a substituição da taipa pela alvenaria, considerada mais segura. No caso específico do programa cearense, a insalubridade atribuída às casas de taipa, ainda muito comuns no interior do estado, é reflexo de um entendimento recorrente no país: a vinculação generalizada do pau-a-pique à doença de Chagas[12]. Como a proposta de lei justifica, essa associação "se dá porque a taipa é considerada uma técnica antiga e em desuso, que evidenciaria uma situação econômica precária"[13]. Esse entendimento pode ser observado

[9] ICOMOS. Carta sobre o patrimônio construído vernáculo. 1999.
[10] ICOMOS. Carta de Veneza. 1964.
[11] CEARÁ. Projeto de Indicação n.º 10/2021. Ementa: Cria o Programa de Substituição das Casas de Taipa por alvenaria nos municípios cearenses, na forma que indica. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, dez. de 2021.
[12] A doença de Chagas, ou Tripanossomíase Americana, é uma infecção parasitária causada pelo protozoário Trypanosoma cruzi, um parasita encontrado nas fezes do inseto barbeiro. A doença é transmitida pelo contato com as fezes do inseto (via oral ou picada) ou de forma congênita (transmissão vertical de mãe para filho). No Brasil, desde o início do século XX, a doença passou a ser intimamente associada às construções de pau-a-pique, em função da presença de frestas no barro, que podem servir de abrigo para o inseto vetor. É importante destacar, porém, que esse inseto tende a se alojar em ambientes escuros, secos e com pouca movimentação, o que inclui outros tipos de vedação em terra, além de forros, madeiras e até mesmo em troncos de algumas espécies de árvores.
[13] CEARÁ. Projeto de Indicação n.º 10/2021. Ementa: Cria o Programa de Substituição das Casas de Taipa por alvenaria nos municípios cearenses, na forma que indica. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, dez. de 2021.

nos próprios indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), principal órgão governamental responsável pela coleta, análise e divulgação de dados geográficos, sociais e econômicos no Brasil. No último Censo Demográfico (2022), o IBGE adotou como critério de precariedade habitacional a presença de paredes de pau-a-pique sem revestimento, equiparando-a à materiais improvisados ou reaproveitados, como madeiras de tapumes, embalagens e andaimes, equivalendo, ainda, a outros indicadores de precariedade, como a ausência de acesso a esgoto sanitário e água potável.

A política de salvaguarda no Brasil organiza-se a partir de duas categorias principais: o patrimônio material (ou tangível) e o patrimônio imaterial (ou intangível). Cada categoria possui instrumentos e metodologias específicas de gestão e preservação e a mesma bipartição se repete nos âmbitos estadual e municipal. Acerca dos bens materiais, o Tombamento, instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 1937, configura-se como o mais antigo e conhecido instrumento de preservação do patrimônio nacional, que pode recair tanto sobre bens imóveis, quanto móveis. Nesse processo, o Dossiê de Tombamento é o documento técnico que reúne os estudos necessários para justificar e fundamentar a motivação do ato de tombamento, sistematizando a relevância do bem, seus valores, características formais e históricas e as diretrizes para sua proteção. A depender da natureza do bem, ele é inscrito em um ou mais Livros do Tombo, e decorrente deste ato administrativo, se impõe ao proprietário, seja ele público ou privado, a obrigação legal de conservar a coisa tombada.

A partir de meados dos anos de 1960, novas concepções de patrimônio passaram a ser discutidas, contribuindo para o alargamento conceitual do campo e para o reconhecimento legal dos bens de natureza imaterial, consagrados na Constituição Federal de 1988. Ao propor uma definição mais ampla, o texto constitucional passou a reconhecer, para além dos bens materiais, as formas de expressão, as celebrações, os lugares, os saberes tradicionais e os modos de fazer, incorporando dimensões culturais ao que até então era compreendido predominantemente a partir de seu caráter histórico e artístico. Decorrente disso, a Constituição apresenta o Registro e o Inventário como dois novos meios de salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro. Consequência dos movimentos e debates das décadas anteriores, nos anos 2000, o Decreto nº 3.551 instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI). O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), cujo conceito e metodologia se baseiam em uma noção antropológica de cultura e cujas raízes remontam às experiências desenvolvidas ainda nos anos 1970, foi instituído naquele mesmo ano. O INRC dedica-se à valorização dos bens como "portadores de referência cultural"[14], funcionando como um instrumento de identificação e documentação de bens culturais tanto imateriais quanto materiais. Um dos pontos mais importantes do INRC é que ele estabeleceu procedimentos de valorização dos bens culturais a partir de seus "processos de produção, dos seus usos e dos significados que adquirem para os grupos sociais envolvidos na sua produção"[15]. O INRC pode resultar, ainda, na indicação de bens para Registro, de acordo com o Decreto 3551/2000, e/ou para Tombamento, segundo o Decreto-lei nº 25/1937.

[14] MOTTA, L.; REZENDE, M. B. Inventário. In: GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016
[15] Idem, p.4.

Apesar dos inegáveis esforços e avanços associados a esses instrumentos, eles ainda se mostram insuficientes para dar conta das especificidades da arquitetura popular, principalmente no que se refere às habitações construídas em pau-a-pique. Somam-se a isso os desafios relacionados à articulação desses instrumentos com outras áreas de conhecimento – como o planejamento urbano – e à complementariedade e integração conceitual e de gestão entre as dimensões material e imaterial do patrimônio cultural. No que se refere ao patrimônio material, Sonia Rabello[16] destaca que, embora o Tombamento seja o instrumento legal de preservação mais antigo e conhecido no Brasil, ele não deve ser tomado como sinônimo de preservação patrimonial, uma vez que, de forma isolada, não é capaz de responder a todas as necessidades e especificidades do patrimônio. Exemplo disso é que, quando analisado a partir de uma perspectiva histórica, a experiência prática do Tombamento esteve e ainda permanece fortemente associada à preservação do patrimônio considerado erudito, revelando ausências importantes no que diz respeito ao reconhecimento de determinadas tipologias e linguagens arquitetônicas. Sob o ponto de vista da materialidade, o instrumento apresenta ainda limitações – inclusive de natureza jurídica – que o tornam impreciso diante da tensão entre preceitos como o da "autenticidade" e a necessidade de adaptabilidade e refazimento de bens cujo valor cultural está diretamente relacionado à sua mutabilidade[17]. Esse é o caso, por exemplo, de residências de terra crua ou construções associadas a povos indígenas.

No que se refere aos Inventários, é inegável o seu protagonismo no reconhecimento de manifestações materiais e imateriais de caráter popular, assim como o seu papel na identificação e preservação de um patrimônio ampliado. Trata-se de um instrumento cujo processo de documentação e salvaguarda busca um constante e estratégico envolvimento de diferentes grupos sociais historicamente marginalizados. A criação, em 2023, de um banco de dados digital do INRC – que começa a reunir documentos, estudos, fotos, vídeos e biografias de mestres detentores de modos de fazer – reforça o potencial do instrumento[18]. Entretanto, a análise dos bens inventariados revela que a arquitetura popular e os modos tradicionais de construção a ela associada não integram os estudos conduzidos pelo IPHAN. Quando existentes, os inventários de bens materiais, móveis e imóveis, de caráter popular, são feitos de maneira pontual e desarticulada de políticas de planejamento urbano ou da educação patrimonial, mostrando-se insuficientes para proteger tais arquiteturas do desaparecimento. Essa mesma desarticulação entre os saberes e modos de fazer tradicionais e a arquitetura também se manifesta no Registro de Bens Imateriais. Embora o Livro dos Saberes tenha sido concebido para abarcar ofícios tradicionais, serviços, técnicas, práticas e os "jeitos de lidar com a matéria, a natureza e o tempo, transmitidos entre gerações por meio do convívio, da experiência e da escuta atenta"[19], não há registros de técnicas construtivas tradicionais relacionados à arquitetura. Considera-se, assim, a existência de uma clara divisão: enquanto o Tombamento busca dar conta de todas as especificidades do campo arquitetônico, reduzindo-o, muitas vezes, ao seu caráter material; o Registro e o Inventário tendem a desconsiderar a imaterialidade da arquitetura, negligenciando saberes e práticas indissociáveis de seu valor patrimonial e de sua continuidade material.

[16] RABELLO, S. O Estado na Preservação de Bens Culturais. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.
[17] Idem.
[18] Para mais informações: https://inrc.iphan.gov.br/colecoes/ . Acesso em: 14 jan. 2026.
[19] INSTITUTO DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – Livro dos Saberes [Em linha]. Brasília: IPHAN, [s.d.] [Consult. 3 jul. 2026]. Disponível em WWW: https://bcr.iphan.gov.br/bem-cultural-imaterial/livro-dos-saberes/

Esse cenário evidencia uma lacuna central no campo do patrimônio cultural brasileiro: a ausência de instrumentos metodológicos e operacionais concebidos de forma sistêmica e voltados especificamente à salvaguarda da arquitetura popular e de seus saberes construtivos. Neste cenário, este estudo levanta a seguinte questão: como patrimonializar e salvaguardar a arquitetura popular histórica de pau-a-pique? Como desdobramento inicial dessa pergunta e instigada por estudos como o de Daniel Paz[20], é razoável questionar ainda: é possível pensar a patrimonialização e conservação de uma técnica, de um saber fazer construtivo? Ao formular tais questionamentos, a pesquisa reconhece que a salvaguarda da arquitetura popular implica na consideração de valores materiais, paisagísticos e a modos de produção, uso e transmissão de saberes. Assim, apenas o tombamento ou o inventário isolado de um ou outro exemplar de construções de pau-a-pique não são suficientes para configurar o reconhecimento dessa tecnologia construtiva como uma expressão relevante para a história da arquitetura no Brasil. Consequentemente, tais ações não garantem a plena salvaguarda da arquitetura popular, pois a complexa equação que alimenta esse campo depende de fatores materiais e imateriais que se reforçam, tais como os modos de vida, a transmissão de saberes, a qualificação da mão de obra, a qualidade da madeira e da mistura do barro, até as especificidades práticas de conservação e restauro no curto, médio e longo prazo. Se uma parte dessa equação se perde, todo o sistema é comprometido.

É no processo de construção de possíveis respostas às questões aqui apresentadas que esta investigação se volta para experiências relacionadas à preservação da arquitetura popular em escala ampliada. Nesse contexto, destaca-se o Plan Nacional de Arquitectura Tradicional, desenvolvido pelo Ministério de Educación, Cultura y Deporte da Espanha em 2015, com vigência de dez anos e ainda em vigor. Os Planes Nacionales de Patrimonio Cultural são instrumentos de gestão integral e pluridisciplinar, compartilhados entre diferentes secretarias e entidades públicas e em articulação com a iniciativa privada[21]. Seu objetivo central é o desenvolvimento de critérios, métodos e ações coordenadas destinadas à proteção, conservação, restauração, pesquisa, documentação, formação profissional e difusão do patrimônio cultural espanhol. Desse modo, constituem-se como uma base informativa e metodológica para as tomadas de decisões em nível nacional[22]. No caso específico do Plan Nacional de Arquitectura Tradicional, buscam-se estabelecer bases conceituais e operacionais relacionadas a metodologias de registro, documentação, investigação, controle de riscos, diagnósticos, critérios de intervenção e sistemas de transmissão de saberes. Além disso, busca promover a sensibilização da sociedade e da administração pública quanto aos valores culturais – materiais e imateriais – associados à arquitetura tradicional.

A escolha do Plan Nacional como estudo de caso justifica-se, portanto, por seu caráter metodológico multidisciplinar, pensado em nível nacional, que articula métodos próprios do campo da Arquitetura e Urbanismo às contribuições da Arqueologia e da Antropologia – relevantes principalmente para a valorização da memória oral e dos saberes dos protagonistas dessas construções. Desse modo, o plano busca dar ênfase às comunidades e aos usuários, à

[20] PAZ, D. J. M. Conservação e Restauro da Técnica: Questões e Possibilidades. In: Colóquio Internacional Arquitectura Popular, 2013, Arcos de Valdevez. Colóquio Internacional Arquitectura Popular. Programa e Comunicações, 2013.
[21] MINISTERIO DE EDUCACIÓN, CULTURA Y DEPORTE. Plan Nacional de Arquitectura Tradicional de España. Espanha: Secretaría General Técnica, Subdirección General de Documentación y Publicaciones, 2015.
[22] Idem.

leitura baseada na noção de paisagem, à reabilitação do tecido urbano e da arquitetura tradicionais, ao reconhecimento dessa arquitetura como recurso econômico e à atenção a questões como a adaptabilidade às necessidades contemporâneas. Além disso, consolida-se como um importante objeto de estudo ao propor a constituição de uma base de dados alimentada por um mapeamento amplo, contínuo e em nível nacional, de mestres artífices, artesãos, construtores e comerciantes ou empresas de materiais tradicionais. A estratégia associada a esse levantamento evidencia uma articulação entre aspectos fundamentais à manutenção dessas arquiteturas, tais como a salvaguarda e a transmissão de conhecimentos e ofícios tradicionais a partir da valorização dos detentores de tais saberes, e o acesso aos materiais necessários à conservação e ao restauro. Nesse sentido, a aproximação com o Plan Nacional e as trocas propostas com a equipe de especialistas responsáveis por seu desenvolvimento buscam estabelecer diálogos que possibilitem, mesmo entre países tão diferentes, uma "verificação e reflexão de suas próprias crenças"[23], tomando de empréstimo as considerações de Claudio Varagnoli ao trabalho de Natália Vieira de Araújo.

A realização do estágio doutoral na Universidade de Valencia oportunizará avançar na compreensão deste plano e, mediante análise crítica desse arranjo metodológico-institucional, discutir hipóteses de instrumentos e diretrizes aplicáveis, de forma contextualizada, aos desafios específicos da realidade brasileira, principalmente no que se refere à arquitetura popular de pau-a-pique. Desse modo, o diálogo proposto a partir dessa aproximação acadêmica busca problematizar ferramentas como o Tombamento, o Registro e o Inventário, compreendendo-os não como fins em si mesmos, mas como instrumentos mediadores. Trata-se de pensar e repensar os instrumentos de salvaguarda como ferramentas de crítica, usadas na resolução de conflitos e tensionamentos, assumindo a complexidade do patrimônio cultural popular sem simplificá-lo e reforçando uma dimensão pedagógica que proponha uma contínua reflexão acerca do passado, do presente e do futuro. Acredita-se ser necessário compreender os instrumentos de salvaguarda como etapas de um sistema mais amplo de gestão patrimonial, no qual as dimensões material e imaterial atuam em reforço mútuo[24], construindo uma política de preservação que integre diferentes áreas e agentes de decisão, extrapolando o âmbito estritamente "cultural" e alcançando outras áreas estratégicas. Assim, ao repensar a preservação a partir de suas raízes, como sugere Beatriz M. Kühl, torna-se possível entender *por que* preservar. Ao entendermos melhor as razões da preservação na nossa sociedade, torna-se igualmente possível ter mais clareza sobre *o que* preservar e, consequentemente, *como* fazê-lo[25].

Considerações finais

A análise aqui desenvolvida destaca os desafios relacionados à patrimonialização e salvaguarda da arquitetura popular no Brasil, desafios esses que ultrapassam a simples ausência de instrumentos ou, mesmo, de pesquisas e debates sobre o tema. Assim, embora as décadas de 1960 a 1980 tenham marcado uma ampliação do conceito de patrimônio e seus instrumentos de salvaguarda, ainda hoje persistem lacunas conceituais, metodológicas e

[23] VIEIRA DE ARAÚJO, N. M. Materialidade e imaterialidade no patrimônio construído: Brasil e Itália em diálogo. Recife: Editora UFPE, 2022, p.22.
[24] SANT'ANNA, M. Patrimônio material e imaterial: dimensões de uma mesma ideia. In: GOMES, M.A.A. F.; CORREA, E. (orgs.). Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 193-198.
[25] KÜHL, B. M. História e ética na conservação e na restauração de monumentos históricos. Revista CPC, n. 1, p. 16- 40, 1 abr. 2006.

relacionadas à inexistência de instrumentos específicos de salvaguarda da arquitetura popular brasileira. Observa-se que muitos desses desafios resultam da incompreensão de valores diretamente relacionados a saberes construtivos transmitidos de forma oral, a formas específicas de ocupar e se relacionar com o território, às atividades laborais e sua relação direta com a forma e a função de certas edificações, assim como às características inerentes à manutenção e restauro dos materiais empregados. Destaca-se, porém, que grande parte desses desafios decorre de uma tradição preservacionista que historicamente orientou a salvaguarda de bens materiais com base na ideia de excepcionalidade e monumentalidade. Nesse cenário, a centralidade do Tombamento, percebido quase como sinônimo de preservação e como "sacralizador" absoluto dos "valores nacionais", reforça essa lógica e contribui para a dissociação entre as dimensões material e imaterial do patrimônio cultural. Essa segmentação é aqui compreendida como um dos principais fatores de limitação do que podemos entender como a construção de imaginários, ou seja, de um horizonte de possibilidades acerca do que pode ou não ser patrimonializado no Brasil, restringindo o entendimento do poder público e da própria sociedade sobre quais manifestações arquitetônicas são passíveis reconhecimento e salvaguarda enquanto patrimônio cultural.

A análise preliminar da documentação e da literatura referente ao desenvolvimento e aplicação do Plan Nacional de Arquitectura Tradicional da Espanha contribui para os debates acerca da proposição de novos instrumentos técnicos e, principalmente, para a compreensão e consolidação de uma visão mais sistêmica da arquitetura popular. Isso porque, ao propor uma abordagem ampliada de tais edificações, o plano espanhol entende a arquitetura popular como parte de um conjunto integrado de valores materiais e imateriais, que articula arquitetura, planejamento urbano, economia e antropologia, por exemplo. Diferentemente de uma abordagem centrada no objeto arquitetônico – o que, em muitos casos brasileiros, faz com que a salvaguarda seja considerada concluída após seu tombamento –, o plano espanhol propõe uma estrutura que articula materialidade e imaterialidade, pesquisa e documentação, conservação e transmissão de conhecimentos, planejamento territorial e educação patrimonial, turismo e desenvolvimento local, artesanato e microeconomia. Ao deslocar o foco da preservação para além do edifício isolado e aproximar os valores materiais e imateriais, essa abordagem favorece a sustentabilidade da preservação da arquitetura popular e sua transmissão ao longo do tempo. Tais perspectivas, ausentes na maioria dos planos de preservação no Brasil, mostram-se potencialmente relevantes ao debate nacional por evidenciarem a necessidade de uma visão sistêmica sobre o patrimônio e, consequentemente, na construção de uma gestão integrada do patrimônio nacional. De forma complementar, é importante destacar que o Plan Nacional pode ser considerado um estudo de caso estratégico também em razão de já ter sido aplicado em um cenário real, permitindo analisar seus limites, potencialidades e resultados ao longo de uma década de implementação. Nesse cenário, o acesso a referenciais metodológicos e instrumentais – tais como protocolos, fichas, critérios e fluxos de diagnóstico – representa um meio de compreender quais princípios podem dialogar com a realidade brasileira.

Por fim, espera-se que a perspectiva comparada contribua para ampliar o debate nacional sobre a patrimonialização e salvaguarda da arquitetura popular, em especial a arquitetura residencial de pau-a-pique, promovendo diálogo entre diferentes campos disciplinares, procurando articular políticas públicas e instrumentos institucionais, assim como a comunidade acadêmica, o poder público e a sociedade em geral.

Bibliografia

ANDRADE, F. de C. D. Esta casa está bem-feita: o valor da arquitetura vernacular entre a festa e a poesia. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 61, 2018. DOI: 10.23925/2176-2767.2018v61p217-254. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/35938>. Acesso em: 19 jan. 2024.

CEARÁ. Projeto de Indicação n.º 10/2021. Ementa: Cria o Programa de Substituição das Casas de Taipa por alvenaria nos municípios cearenses, na forma que indica. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, dez. de 2021. Disponível em: <https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/tramit2021/pi10_21.htm>. Acesso em: 15 dez. 2025

COSTA, L. Documentação Necessária. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n° 01, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde: SPHAN, 1937, p. 31-39.
CHUVA, M. R. R. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.
ICOMOS. **Carta de Veneza**. 1964. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf >. Acesso em: 18 dez. 2025.

ICOMOS. **Carta sobre o patrimônio construído vernáculo**. 1999. Online. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartasobrepatrimoniovernaculo1999.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

KÜHL, B. M. **História e ética na conservação e na restauração de monumentos históricos**. *Revista CPC,* n. 1, p. 16- 40, 1 abr. 2006.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN, CULTURA Y DEPORTE. **Plan Nacional de Arquitectura Tradicional de España**. Espanha: Secretaría General Técnica, Subdirección General de Documentación y Publicaciones, 2015.

MOTTA, L.; REZENDE, M. B. Inventário. In: GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (termo-chave Inventário). ISBN 978-85- 7334-299-4.

PAZ, D. J. M. **Conservação e Restauro da Técnica:** Questões e Possibilidades. In: Colóquio Internacional Arquitectura Popular, 2013, Arcos de Valdevez. Colóquio Internacional Arquitectura Popular. Programa e Comunicações, 2013.

PÉREZ GIL, J. A conceitualização cultural da arquitetura vernácula (e algumas anotações sobre o vernáculo atual brasileiro), In: SANT'ANNA, M; REZENDE, M. A. P. **Olhares contemporâneos sobre arquitetura vernácula/popular**. Salvador: EDUFBA; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022, p. 29-50.

RABELLO, S. O Estado na Preservação de Bens Culturais. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.
SANT'ANNA, M. Arquitetura Popular: Espaços e Saberes. In: **Políticas Culturais em Revista**, Volume 6, n° 02, 2013, p. 40-63. Disponível em:

<https://www.arqpop.arq.ufba.br/sites/arqpop.arq.ufba.br/files/arquitetura_popular_espacos_e_saberes_agosto_2014.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2025

SANT'ANNA, M. Patrimônio material e imaterial: dimensões de uma mesma ideia. In: GOMES, M.A.A. F.; CORREA, E. L.(orgs.). **Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio**. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 193-198.

SOUSA, C. E. M.; NOGUEIRA, J. L. V. Documentar um processo: A proteção da cultura popular edificada. In: NOGUEIRA, J. L. V; ALCÂNTARA, C. S. (Org.). **Cumeeira:** A arquitetura e o Urbanismo na Cultura Popular. 1ed.Fortaleza: Reflexão, 2018, p. 58-67.

VIEIRA DE ARAÚJO, N. M. **Materialidade e imaterialidade no patrimônio construído**: Brasil e Itália em diálogo. Recife: Editora UFPE, 2022.

Residencial San Felipe:
um ensaio moderno na América Latina

Juliano de Faria Rodrigues
PROPAR - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
julianofaria.r@gmail.com

Cláudia Costa Cabral
PROPAR - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
claudiacostacabral@gmail.com

Resumo: O presente trabalho analisa o Residencial San Felipe, conjunto multifuncional construído entre 1962 e 1969 em Lima, como um experimento de cidade moderna capaz de conciliar a renovação tipológica com o tecido urbano tradicional. A partir do redesenho do conjunto e da análise de suas duas fases de desenvolvimento, demonstra-se que o projeto estabelece coexistência entre estruturas morfológicas distintas – tradicionais e moderna – sem recorrer à reprodução da história. A Primeira Fase, desenvolvida por Enrique Ciriani e Mario Bernuy, organiza diferentes tipologias habitacionais em uma composição compacta, tendo uma praça cívica como elemento estruturador da forma construída. A Segunda Fase, desenvolvida por Luis Vázquez e Víctor Smirnoff, substitui a compacidade inicial por uma implantação mais livre, em que torres, barras e blocos se distribuem sobre uma estrutura paisagística mais complexa, conformando diferentes qualidades de espaço aberto e incorporando equipamentos comerciais e educacionais que reforçam o caráter multifuncional do conjunto. A análise demonstra que o Residencial San Felipe não representa uma ruptura com a cidade tradicional, mas a construção de novas relações entre objetos arquitetônicos, espaços abertos e infraestruturas urbanas em um contexto previamente consolidado. Sua contribuição extrapola a renovação tipológica dos edifícios ao demonstrar que a cidade moderna pode estruturar densidade, multifuncionalidade e qualidade urbana sem negar o contexto em que se insere. Nesse sentido, o caráter monumental do conjunto reside na materialização concreta desse ideário e em sua permanência enquanto referência para a compreensão da arquitetura moderna na América Latina.

Palavras-Chave: Residencial San Felipe, Arquitetura Moderna, Cidade Tradicional, Habitação Coletiva, América Latina

Introdução

O presente trabalho é parte de uma dissertação em andamento que visa aprofundar a compreensão da arquitetura moderna enquanto fator de tensionamento da cidade tradicional em suas dimensões tipológicas, programáticas e morfológicas - um tensionamento que nem sempre significará uma ruptura com o passado, mas sim uma nova tradição arquitetônica que ainda se encontra em processo de consolidação.

O Residencial San Felipe - um conjunto multifuncional moderno construído entre os anos de 1962 e 1969 na cidade de Lima, Peru - é um dos estudos de casos que sustentam a referida dissertação. O desenvolvimento do conjunto se deu em duas fases com características arquitetônicas distintas entre si e esta qualidade de "colagem" entre as diferentes fases despertam um interesse especial sobre o projeto. O San Felipe adiciona uma camada de complexidade ao pressuposto da cidade moderna demandar, necessariamente, um projeto centralizado e de visão única.

Como metodologia de estudo, o caso aqui apresentado foi modelado em software BIM pelo autor. Neste sentido, o redesenho é uma forma de aproximação do texto acadêmico com seu objeto de estudo, abarcando crítica, teoria e projeto. O processo de redesenho tomou como partida o material de "reconstituição do projeto" desenvolvido por Carlos A. Palomino Medina em sua dissertação de mestrado[1] assim como materiais disponibilizados pela *Asociación De Juntas De Propietarios Del Conjunto Residencial San Felipe* contendo desenhos e levantamentos das unidades[2].

Em *Utopías Construídas. Las Unidades Vecinales de Lima*, Sharif discorre sobre o Residencial San Felipe em termos de sua monumentalidade. Segundo o autor, "o objetivo da monumentalização da arquitetura moderna nas cidades era cristalizar os valores de uma nova sociedade"[3]. O contexto dos meados do século XX que pôs a habitação popular no centro do debate político na América Latina demandou novas formas arquitetônicas, estabelecendo uma produção moderna na região cuja relevância enquanto vanguarda extrapolou o Sul Global.

Este artigo pretende demonstrar que o Residencial San Felipe é um experimento de cidade moderna que concilia a renovação tipológica com o tecido tradicional. Uma conciliação, contudo, que não parte de uma reprodução da história e estabelece coexistência de estruturas morfológicas distintas. A monumentalidade do San Felipe não decorre apenas da cristalização dos valores de outrora, mas também de sua condição enquanto marco ainda vigente que evidencia a possibilidade de outros modelos de cidade.

Contexto

A década de 1960 foi de grande expansão das cidades latino-americanas. Este período se caracterizou não apenas pela escala das intervenções de modernização urbana, mas também por inovações tanto na forma construída da cidade quanto nas políticas públicas envolvidas em seu planejamento. O contexto era favorável para que uma nova urbanística, baseada nos preceitos estabelecidos pelos CIAMs (*Congrès Internationaux d'Architecture Moderne*) das décadas de 1930, 40 e 50, se estabelecesse como uma das linhas dominantes

[1] PALOMINO MEDINA, Carlos A. – **Henri Ciriani. Residencial San Felipe: La Calle Aérea**. Cuenca: Facultad de Arquitectura y Urbanismo, Universidad de Cuenca, 2009.
[2] Disponível em https://laresidencialsanfelipe.com/. Acesso em: 21 abr. 2026.
[3] KAHATT, Sharif S. – **Utopías construidas: las unidades vecinales de Lima**. Lima: Fondo Editorial PUCP, 2015. p. 372

do urbanismo na região. Os trabalhos desenvolvidos pela TPA (*Town Planning Associates*), escritório de planejamento formado por figuras chaves nos CIAM como Paul Lester Wiener e Josep Lluis Sert, para cidades de Xerém (Brasil, 1945), Chimbote (Peru, 1948), Medellín (Colômbia, 1949), entre outras, são exemplos de idealizações que repercutiram direta ou indiretamente nas políticas urbanas na América Latina. No caso específico do Peru, a *Junta Nacional de La Vivienda* (JNV) foi um órgão central na tradução deste ideário moderno em políticas de moradia e seriam os arquitetos desta organização os encarregados de desenvolver uma série de projetos de habitação coletiva, entre eles, o Residencial San Felipe.

O sítio escolhido para o projeto é uma área de aproximadamente 27 hectares provenientes da desocupação do Hipódromo de San Felipe em 1960. Para além da parcela que coube ao Residencial San Felipe, um hectare foi destinado à *Sociedad Central Japonesa* e outra parcela do terreno, com aproximadamente 10 hectares, foi destinada às Forças Armadas.[4]



Figura 01 - Destaque da área do antigo Hipódromo San Felipe em 1965. Fonte: GÓNGORA, Amadeo - **Plano de la Ciudad de Lima Metropolitana**, 1965. Disponível em: https://lima2000.com/mapas-historicos/. Acesso em: 16 jun. 2026.

[4] INFOBAE – **La residencial San Felipe: un hipódromo convertido en el barrio icónico del siglo XX**. Infobae, 17 set. 2022. Disponível em: https://www.infobae.com/america/peru/2022/09/17/la-residencial-san-felipe-un-hipodromo-convertido-en-el-barrio-iconico-del-siglo-xx/. Acesso em: 21 abr. 2026.

Já à época da concepção do projeto, o local de intervenção era em um contexto consolidado em termos da ocupação urbana. O entorno caracterizava-se sobretudo por casarões unifamiliares. Ou seja, se parte considerável dos experimentos de cidade moderna no século passado ocorreram em terrenos mais afastados dos centros urbanos, o caso do Residencial San Felipe é uma exceção que nos permite observá-lo enquanto ensaio moderno integrado ao restante da cidade. O terreno fértil para a implantação do ideário urbano moderno veio da grande extensão do antigo hipódromo, viabilizando tanto a separação do tráfego carroçado e de pedestres quanto o abandono do parcelamento baseado no lote.

Faz-se útil para a análise do Residencial San Felipe compreendê-lo em suas diferentes etapas pois seu desenvolvimento não foi um processo linear e sofreu com fortes intervenções do poder público da época. A Primeira Fase foi concebida por Enrique Ciriani e posteriormente desenvolvida junto a Mario Bernuy, já a Segunda Fase foi desenvolvida por Luis Vázquez e Víctor Smirnoff. Entretanto, vale ressaltar que houve uma versão intermediária entre estas duas etapas do projeto, sob encargo de Jacques Crousse e Oswaldo Núñez, que nunca saiu do papel[5].

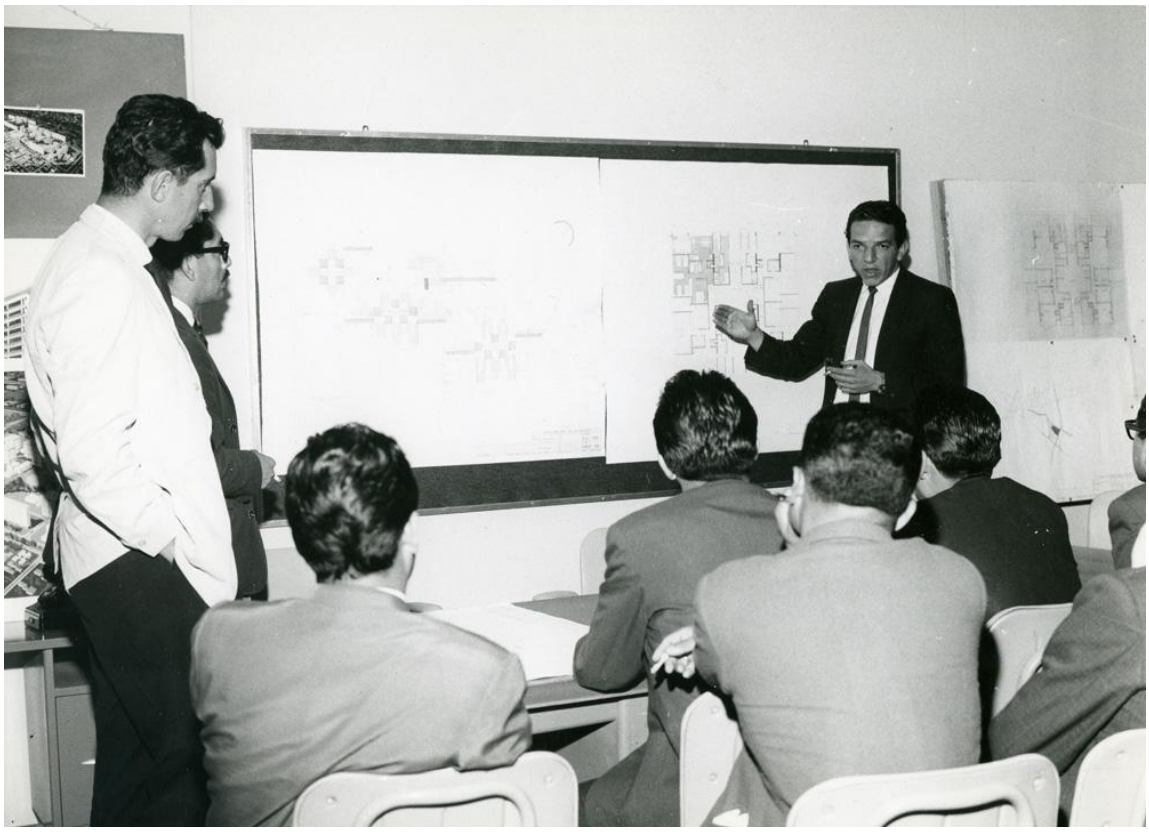


Figura 02 - Enrique Ciriani apresentando o projeto do San Felipe aos colegas da JNV, Lima (Peru), 1963. Fonte: Marcela Ciriani. Cité de l'architecture & du patrimoine, 2019. Acessado em 3 de janeiro de 2025. Disponível em: https://expositions-virtuelles.citedelarchitecture.fr/ciriani/02-00-DOC12.html

[5]Esta versão intermediária é analisada em detalhe por Sharif Kahatt em ***Utopías Construídas. Las Unidades Vecinales de Lima***. Nesta versão eram empregadas tipologias desenvolvidas dentro da JNV pelos arquitetos Luis Vázquez, Víctor Smirnoff e Jorge Páez. Na versão definitiva do projeto, as mesmas tipologias são utilizadas em um arranjo que priorizou a oferta de um número maior de moradias a um menor custo. (KAHATT, Sharif, 2015 p. 358-392)

A Primeira Fase: A Arquitetura Enquanto Cidade

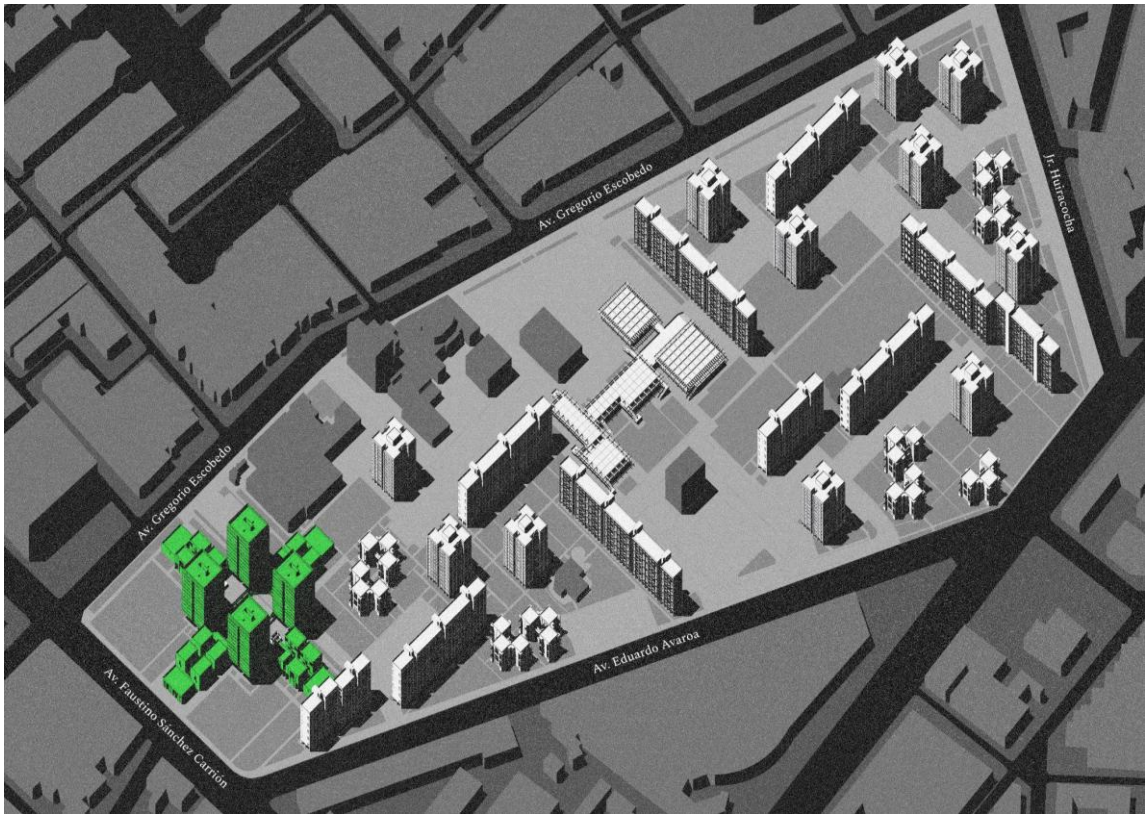


Figura 03 - Axonométrica do Residencial San Felipe com a Primeira Fase em destaque. Fonte: Autor

A primeira fase do Residencial San Felipe é composta por um arranjo compacto de 24 edifícios localizados a Sul do complexo. Embora numerosos, os edifícios seguem um número restrito de tipologias:

a) 04 blocos com 02 pavimentos de altura de casas em fita;
b) 16 blocos com 04 pavimentos de altura de apartamentos duplex;
c) 04 torres com 14 pavimentos de altura de apartamentos simples.

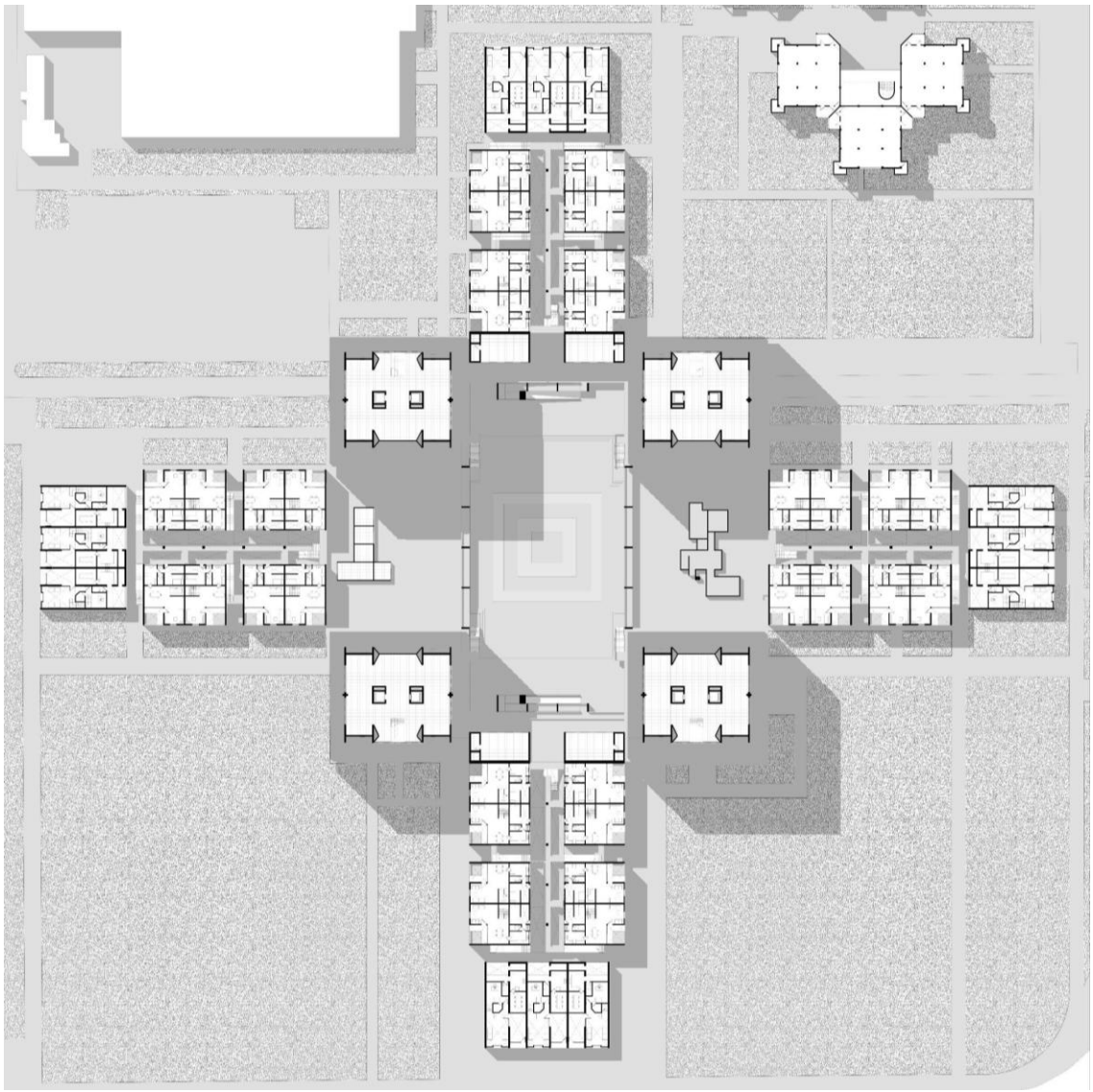


Figura 04 - Planta Térrea da Primeira Fase do Residencial San Felipe. Fonte: Autor

Os blocos de casas em fita e de duplex são organizados de modo a configurar uma espécie de cruz grega. Cada braço desta cruz é, por sua vez, formado por um dos volumes de casas em fita e duas duplas dos blocos com os duplex. Por fim, as quatro torres mais altas localizam-se nos pontos de interseção entre os braços da composição cruciforme. Estabelece-se, portanto, uma crescente de alturas em direção ao núcleo da composição, reduzindo o impacto da volumetria em seu entorno.

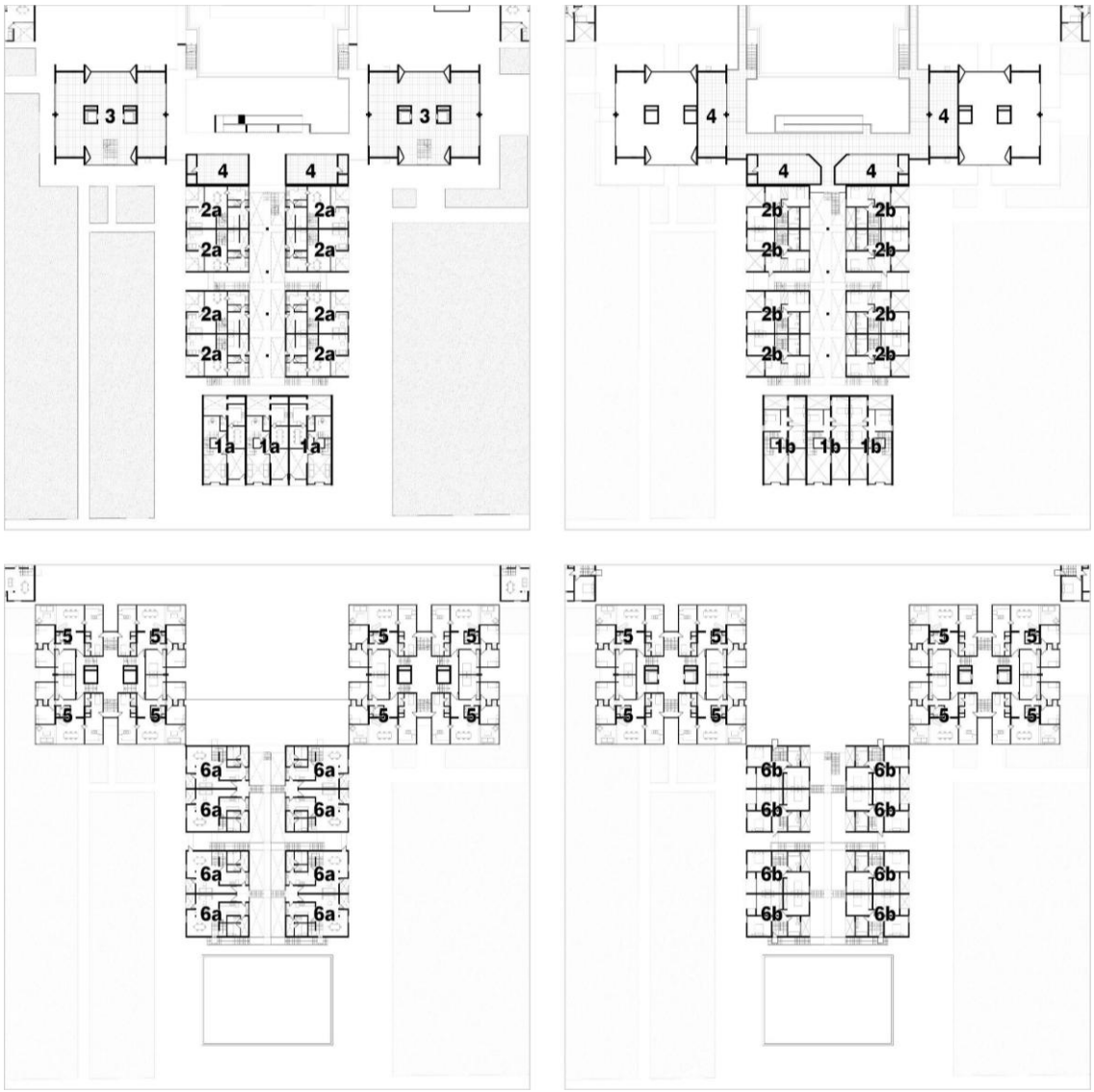


Figura 05 - Plantas detalhando um dos braços da composição cruciforme.
Sup/Esq: Térreo. 1a - Casas em Fita (1º piso); 2a - Duplex Tipo I (1º piso); 3 - Acesso às Torres; 4 - Lojas
Sup./Dir.: 2º Pavimento. 1b - Casas em Fita (2º piso); 2b - Duplex Tipo I (2º piso), 4 - Lojas
Inf./Esq.: 3º Pavimento. 5 - Apartamento simples (Pavimento Tipo); 6a - Duplex Tipo II (1º piso)
Inf./Dir.: 4º Pavimento. 5 - Apartamento simples (Pavimento Tipo); 6b - Duplex Tipo II (2º piso).
Fonte: Autor

No centro da cruz grega uma praça cívica contrasta com a densidade construída do clúster. Este recinto aberto, que reflete a forma cruciforme do todo, permite fácil acesso aos térreos de cada torre e garante percursos livres que cruzam o arranjo arquitetônico em todas as direções. Do ponto de vista da experiência espacial do lugar, o vazio torna-se um contraponto ao aspecto compacto que o conjunto assume quando visto de seu exterior.
O tratamento paisagístico da praça é mínimo e reforça uma definição geométrica do espaço aberto que se distingue da espacialidade mais fluida recorrente na Arquitetura Moderna num arranjo que sugere paralelos com a tradição das ágoras clássicas ou das praças urbanas do medievo europeu. Entretanto, a heterogeneidade volumétrica entre os edifícios do conjunto contradiz o paradigma da fachada urbana contínua e estabelece no interior da praça cívica um jogo ambíguo entre a expressão espacial típica do tecido urbano tradicional (a praça enquanto um "vazio" geometricamente bem definido) e a expressão formal do objeto arquitetônico moderno (clareza prismática dos edifícios).

É a partir do ponto central da praça cívica que a escala das torres de 14 pavimentos se revela como monumental, uma imponência reforçada pela simetria do arranjo e pela ausência de elementos de escala intermediária que façam a transição entre o plano horizontal da pavimentação e os planos verticais da arquitetura. Neste sentido, a experiência do interior do arranjo é um espelho que inverte a experiência do exterior. Se dentro da praça prevalece o caráter solene, fora dela a graduação das alturas edificadas e a presença da vegetação propõe uma transição mais amena da escala do conjunto para o entorno.



Figura 06 - Fotografia da Praça Cívica. Fonte: Fabio Rodríguez. Archdaily, 2016. Acesso em 21 de dezembro de 2024. Disponível em: https://www.archdaily.com/946440/architectural-classics-residencial-san-felipe-in-lima-enrique-ciriani-plus-mario-bernuy

Um esquema de ruas elevadas na altura do segundo pavimento dos edifícios estabelece um plano de circulação descolado do térreo, estabelecendo uma estrutura de "amarração" entre os edifícios. Cada braço da composição cruciforme possui uma rua elevada que dá acesso aos apartamentos duplex que não tocam o térreo (Figura 07). Nos braços Norte e Sul, estes elementos se estendem para a praça e formam um anel de passarelas que conecta aquilo que é ordinário e privado ao que é cívico e público. A rua elevada presente na Primeira Fase do Residencial San Felipe constitui um elemento autônomo na composição arquitetônica: uma peça que une os edifícios sem necessariamente tornar-se parte indissociável deles[6]. Esta relativa independência da rua elevada do restante do conjunto arquitetônico ressalta uma celebração do "percorrer" enquanto dimensão fundamental da paisagem urbana criada pelo projeto de Ciriani e Bernuy (Figura 08).

[6] Posteriormente, na Segunda Fase do residencial, a uma versão da rua elevada surgirá na forma da circulação dos edifícios. Este segundo emprego do elemento arquitetônico está mais em linha com o visto nos casos do Pedregulho (Affonso Reidy, Brasil) e do Miguel Alemán (Mario Pani, México), exemplos de manifestações das ruas elevadas na América Latina analisados por Claudia Cabral em: CABRAL, Claudia – Streets in the Air: A View from Latin America. In MARINIC, Gregory; MENINATO, Pablo, ed. lit.. – **About Streets: Perspectives on Urbanism, Architecture, and Placemaking**. Cham: Springer Nature Switzerland, 2025. p. 547–560.

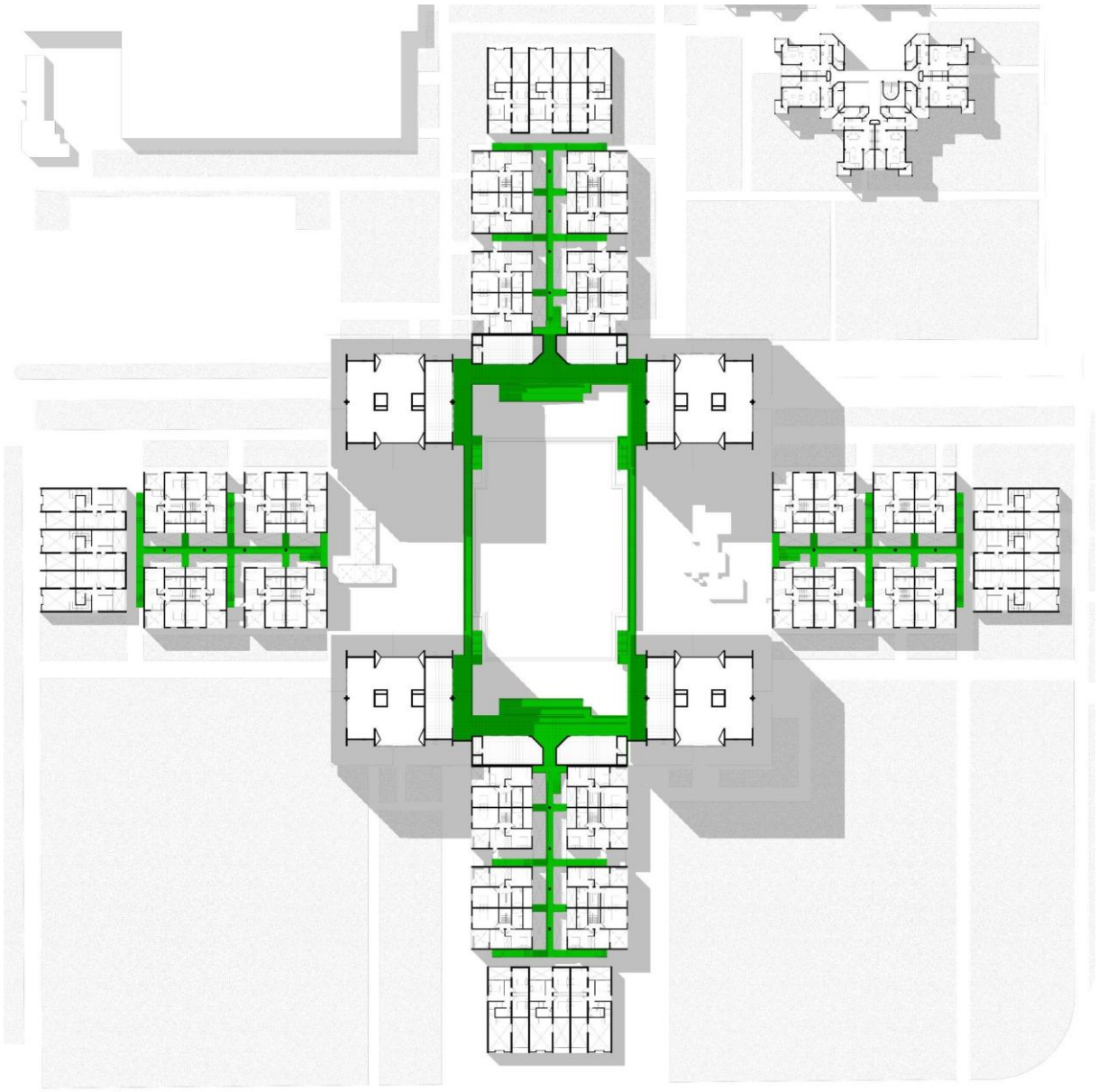


Figura 07 - Planta do 2º pavimento da Primeira Fase do Residencial San Felipe com a rua elevada em destaque. Fonte: Autor



Figura 08 - Fotografia do acesso aos duplex pela rua elevada. Fonte: Robert Troy. Archdaily, 2016. Acesso em 21 de dezembro de 2024. Disponível em: https://www.archdaily.com/946440/architectural-classics-residencial-san-felipe-in-lima-enrique-ciriani-plus-mario-bernuy

As plantas das casas em fita seguem o esquema convencional de posicionar a área social à frente do térreo, os serviços ao fundo e os dormitórios no segundo pavimento. Estas casas são arranjadas em blocos de 3 unidades, formando os volumes mais baixos de todo Residencial San Felipe. O acesso direto ao passeio público é aproveitado para que no térreo haja um cômodo de escritório com acesso apartado do restante da casa, permitindo um funcionamento que melhor integre moradia e trabalho.

Os blocos de apartamentos duplex tiram proveito da rua elevada para eliminar os corredores de distribuição entre as unidades, reservando praticamente toda área construída dos volumes para o domínio privado. Esta solução projetual, para além do ganho na eficiência construtiva, expõem de forma didática a disposição das unidades nos blocos. As escadas, por exemplo, ao serem sempre visíveis no exterior, indicam os caminhos a percorrer-se no conjunto.

O esquema estrutural dado às quatro torres mais altas atesta a destreza projetual de Ciriani. Estes grandes volumes em concreto armado são apoiados sobre quatro pilares massivos de formato “H” - uma solução arrojada que libera os pavimentos-tipo de outros pilares para além dos quatro núcleos resistentes e das prumadas dos elevadores. Os apartamentos são, portanto, dispostos sobre “bandejas” em balanço que permitem a planta livre e o emprego da janela em fita em todo o perímetro do corpo do edifício. Cada fachada do corpo das torres possui uma fenda vertical que se estende pela altura total do volume e garante a iluminação e ventilação aos quartos mais internalizados dos

pavimentos-tipo e às áreas de circulação comum. Nestas áreas comuns, os núcleos de circulação vertical do edifício são dispostos nos meio-níveis dos pavimentos, de modo que cada jogo de escadas e elevadores serve a dois pisos, ampliando os halls que passam a ter pé-direito duplo. Se a rua elevada é uma celebração do *circular* no exterior do conjunto, esta disposição dos halls é uma transposição deste caráter para os interiores. Este jogo com as alturas e as circulações verticais, presente em todas as tipologias e na rua elevada da Primeira Fase do San Felipe, reforça um interesse de Enrique Ciriani pelos espaços de dupla altura e pelas escadas externas, fruto da admiração do arquiteto pela obra de Le Corbusier[7].

O conjunto conta com um estacionamento subterrâneo conectado às prumadas de circulação das torres e com acessos por meio de escadas que emergem no espaço aberto.

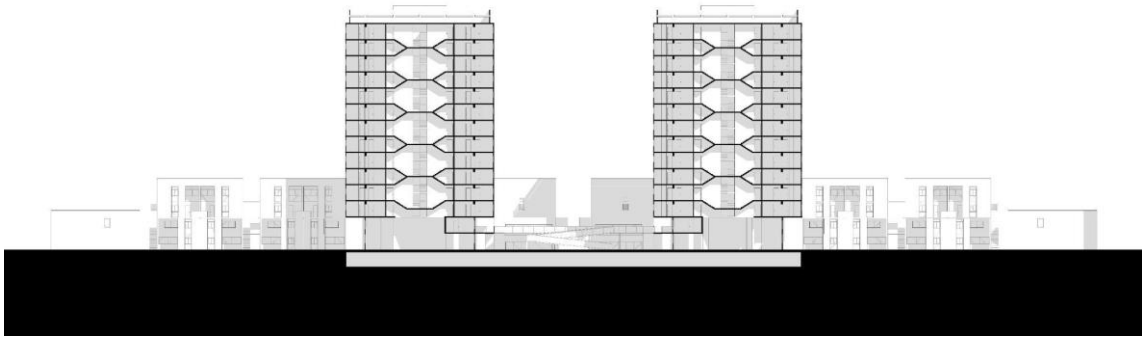


Figura 09 - Corte Transversal pela Primeira Fase. Fonte: Autor

A simetria biaxial do arranjo imprime à proposta de Ciriani e Bernuy um caráter compositivo pouco usual na tradição moderna, que tende a apresentar implantações mais articuladas. Contudo, abstraindo a idiossincrasia formal do projeto, o arranjo contém em si uma série de elementos que caracterizam avanços projetuais importantes das vanguardas modernas da primeira metade do século XX como: a separação do tráfego carroçado do peatonal; a adoção de ruas elevadas com comércio/serviços; a dissolução do lote tradicional enquanto forma de parcelamento do solo; e a densificação por meio da construção em altura, liberando o terreno para o uso comunitário e áreas verdes.

Entretanto, o projeto vai além, pois a composição adotada também sugere um caráter megaestrutural[8]. Mesmo que os edifícios projetados por Ciriani e Bernuy sejam blocos independentes e autônomos, a geometria coesa e interligada por um sistema de ruas elevadas sugere um comportamento do complexo enquanto massa edificada única - uma forma arquitetônica que propõem uma resposta para temas morfológicos da cidade.

Este aspecto "*urbanizante*" da forma arquitetônica está presente nos estudos tipológicos para os de Chimbote, Lima, Medellín e Cali apresentados por Josep Lluis Sert no VIII

[7] CIRIANI, Enrique - **Todavia la arquitectura**. Lima: Arcadia Mediática, 2014. p.107

[8] Segundo a definição de Fumihiko Maki, "a megaestrutura é uma grande estrutura na qual estão abrigadas todas as funções de uma cidade ou de parte de uma cidade". MAKI, Fumihiko - **Investigations in Collective Form.** St. Louis: Washington University, 1964. p.8

CIAM. Sert apresenta dois tipos arquitetônicos para o futuro das cidades: a torre e o edifício-pátio. O primeiro responde diretamente à demanda por densidade das cidades em crescimento enquanto o segundo é um diálogo do moderno com a tradição da cidade latino americana. No edifício-pátio há uma transmutação em jogo. Aquilo que antes era uma conformação urbana - a quadra edificada, de gabarito baixo e em torno de pátios - passa a ser um tipo arquitetônico em que o edifício remete a uma espacialidade tipicamente urbana. No plano para o centro de Lima, por exemplo, Sert no congresso emprega estes dois tipos tanto justapostos quanto fundidos em edifícios híbridos, demonstrando a amplitude da base tipológica proposta.[9]

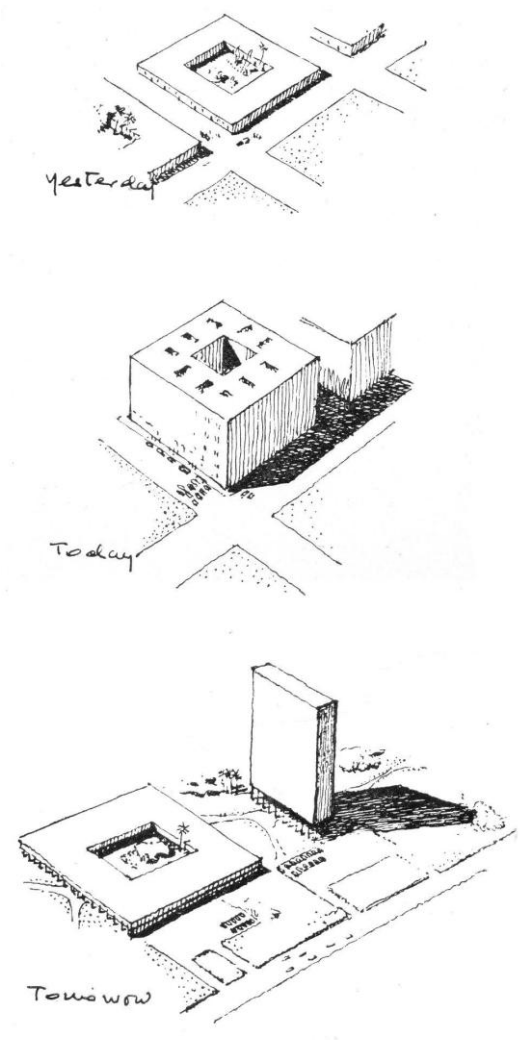


Figura 10 - Digitalização dos estudos para os planos de Chimbote, Lima, Medellín e Cali (P.L. Wiener, J.L Sert e Oficina Nacional de Planeamiento y Urbanismo). Fonte: SERT, Josep Lluís - *Centres of Community Life.* In SERT, Josep Lluís; LÉGER, Fernand; GIEDION, Sigfried – **The Heart of the City: Towards the Humanisation of Urban Life**. Londres; Bradford: Lund Humphries & Co Ltd, 1952. p.14

[9] SERT, Josep Lluís - *Centres of Community Life.* In SERT, Josep Lluís; LÉGER, Fernand; GIEDION, Sigfried – **The Heart of the City: Towards the Humanisation of Urban Life**. Londres; Bradford: Lund Humphries & Co Ltd, 1952. p.2-16

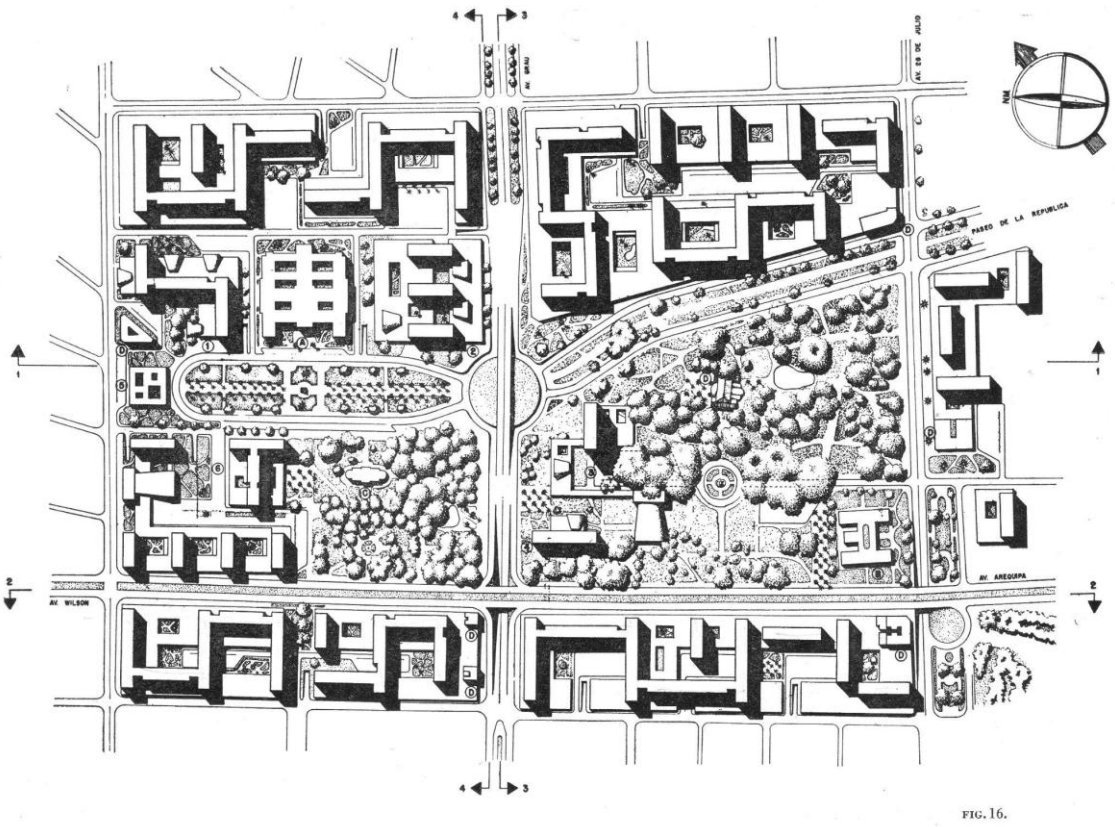


Figura 11 - Digitalização da planta com o estudo para o Centro de Lima, Peru (P.L. Wiener, J.L Sert e Oficina Nacional de Planeamiento y Urbanismo). Fonte: Ibid p.14

Tendo em vista a influência de Sert enquanto sócio da TPA na consolidação do pensamento moderno na América Latina, em especial no Peru com os planos-piloto de Lima e Chimbote, é inevitável traçar paralelos entre aquilo que foi exposto no VIII CIAM e o que foi produzido de Arquitetura Moderna nas décadas seguintes na região. No caso do arranjo arquitetônico proposto por Ciriani para o Residencial San Felipe, o emprego da rua elevada enquanto elemento que unifica toda a composição de edifícios mantendo um vazio no centro remonta à ideia do edifício-pátio de Sert. O gabarito baixo, em diálogo com a tradição urbana, também é presente e está combinado com as torres, símbolos da modernidade.

Segunda Fase: a Cidade-Parque

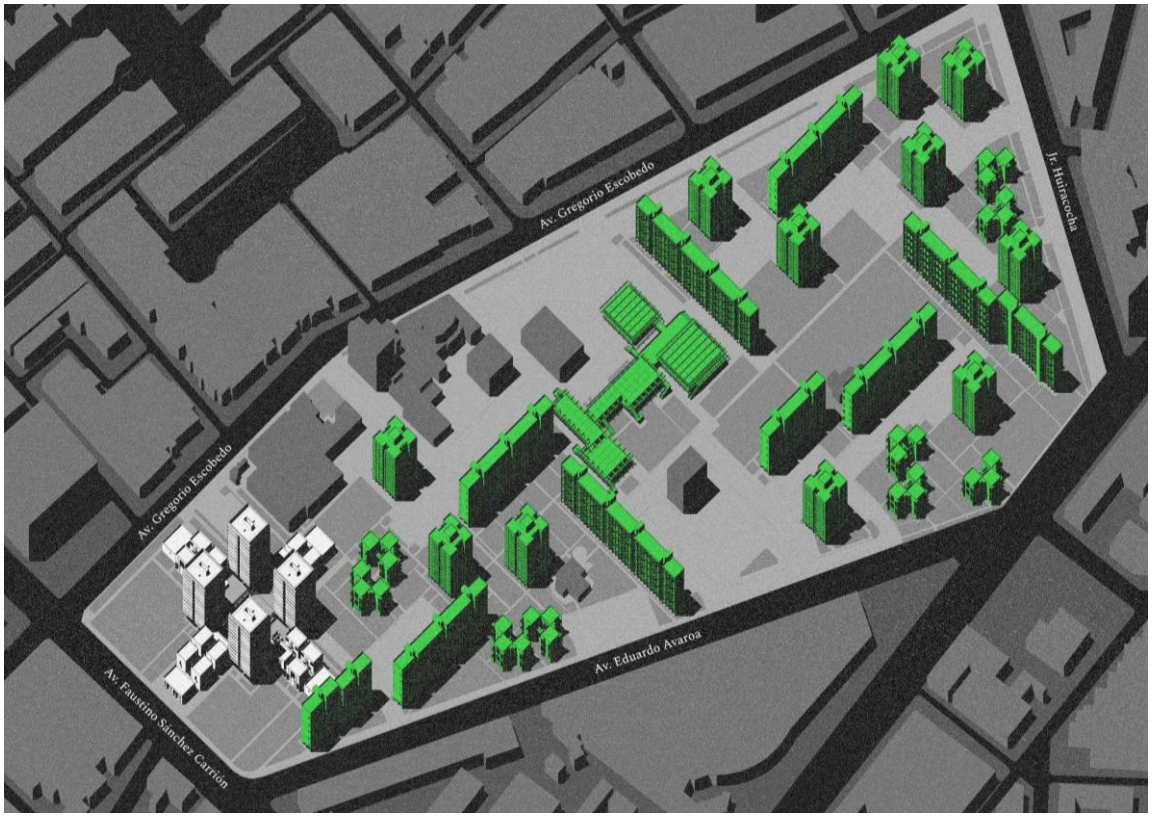


Figura 12 - Axonométrica do residencial San Felipe com a Segunda Fase em destaque. Fonte: Autor

A Segunda Fase do Residencial San Felipe, comandada por Luis Vázquez e Víctor Smirnoff, "dissolve" a compacidade do esquema proposto por Ciriani e Bernuy. Os novos edifícios não mais compõem um conjunto conciso de forma claramente reconhecível como a cruz grega da Primeira Fase e passam a comportar-se enquanto elementos soltos numa espécie de quadra-parque, possivelmente resultado da estratégia de optar-se por edifícios-tipo que foram concebidos previamente na JNV sem um sítio específico. Da articulação entre as peças arquitetônicas surgem recintos de espaço aberto parcialmente delimitados pelas fachadas dos edifícios. Esta delimitação, contudo, é mais virtual se comparado ao esquema da Primeira Fase. A estrutura paisagística, por sua vez, passa a ganhar mais complexidade com a presença de gramados e vegetação de grande porte. Também são criados espaços de estacionamento a céu aberto, evitando a necessidade de escavação de novos subsolos.

Tendo em vista que a Segunda Fase do projeto completa a maior parte da superquadra destinada ao Residencial San Felipe, esta articulação mais livre que compõem peças de maior verticalidade com barras alongadas passa a ser a característica formal preponderante do projeto final. Quando observadas ambas fases do San Felipe em sua totalidade, o clúster de Ciriani e Bernuy passa a ser um dos objetos dispostos sobre o quarteirão. A expressividade espacial compacta da praça cívica da Primeira Fase, que alude aos espaços abertos da cidade tradicional, é uma característica destoante do restante do conjunto. Ainda assim, a nova estratégia de implantação cria diferentes qualidades de espaço aberto através da disposição articulada dos prismas sobre o verde. A disposição dos edifícios fraciona o espaço aberto em recintos menores e distintos entre si. Sendo assim, mesmo partindo de um vocabulário tipológico relativamente limitado, não há um aspecto de

monotonia na composição do conjunto - uma crítica frequentemente atribuída a conjuntos modernos com programas semelhantes ao do projeto aqui analisado.
As tipologias habitacionais da Segunda Fase são:

d) 11 torres com 15 pavimentos de altura de apartamentos simples - projeto de Víctor Smirnoff;
e) 9 blocos com 5 pavimentos de altura de apartamentos simples e duplex (apelidados de "Blocos de Tijolos Vermelhos" devido ao emprego do material nas fachadas) - projeto de Jorge Páez;
f) 9 barras alongadas com 11 pavimentos de altura - projeto de Luis Vázquez.

As novas torres em altura mantêm uma organização do pavimento-tipo muito semelhante às 4 torres da Primeira Fase, contudo superam as predecessoras em um pavimento em altura e destinam apenas o térreo para o uso coletivo/comercial. Ou seja, dois pavimentos a mais para as economias. São 616 economias distribuídas nestas torres, o que demonstra um "salto" na densidade proposta para a Segunda Fase em relação à Primeira.

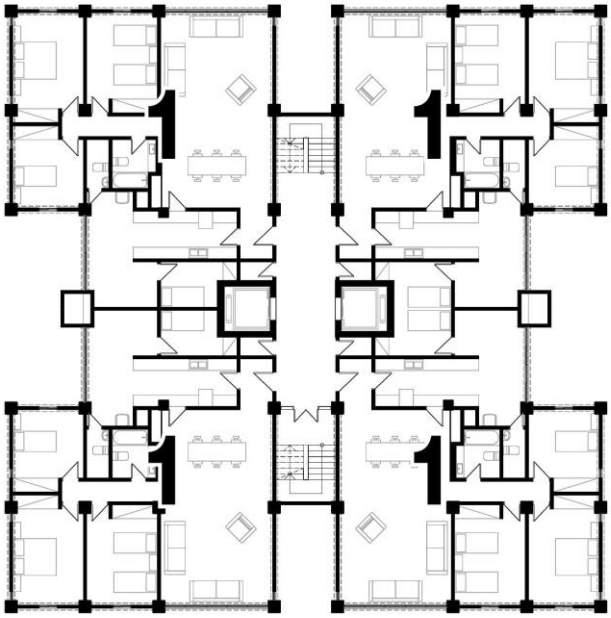
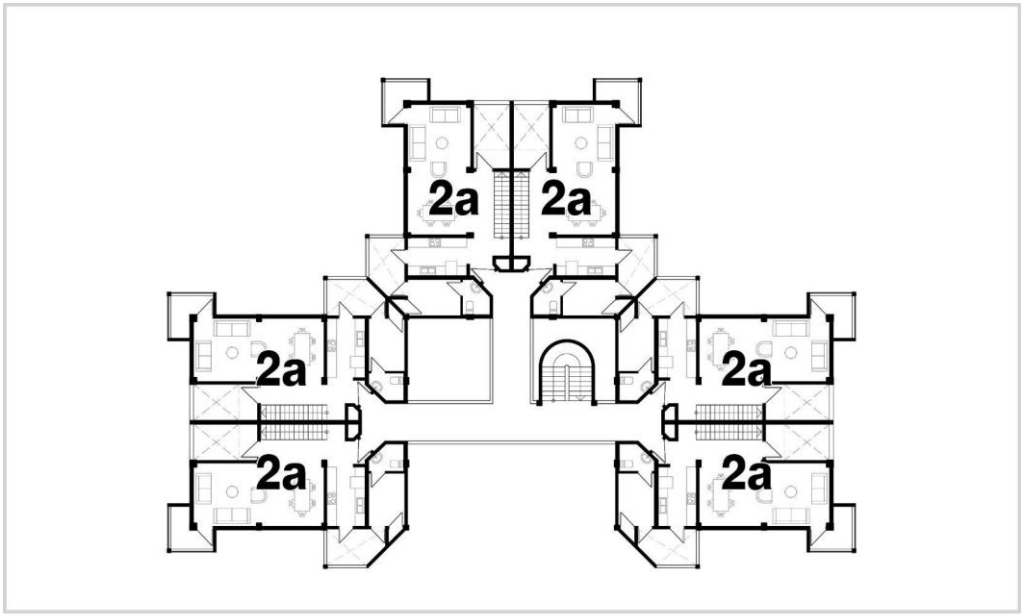


Figura 13 - Torres com 15 pavimentos. Pavimento Tipo - 1. Apartamento Simples. Fonte: Autor

Os Blocos de Tijolos Vermelhos são edifícios que possuem tanto apartamentos simples quanto duplex. Cada um destes blocos possui 12 apartamentos duplex ocupando do 2º ao 5º pavimento enquanto 3 apartamentos simples no térreo. A composição formal destes edifícios consiste em três prismas de base quadrangular interseccionados pelos vértices numa composição triangular em torno de um pátio. Neste pátio, uma escada externa dá acesso aos pavimentos superiores e os volumes da composição são ligados por pequenas passarelas que dão acessos aos duplex. O resultado volumétrico assemelha-se a uma peça

de *tetris* que sugere um jogo de encaixes entre cheios e vazios quando estas tipologias se encontram agrupadas.



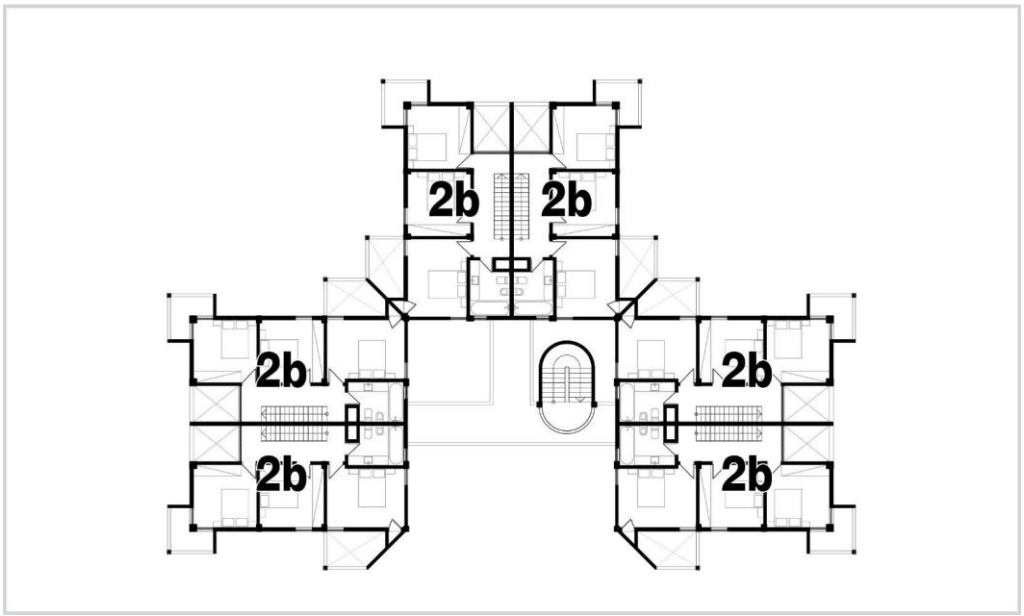


Figura 14 - Blocos de Tijolos Vermelhos. Pavimentos Tipos.
Sup.: 2º e 4º Pavimentos. 2a - Apartamento Duplex (primeiro piso)
Inf.: 3ºe 5º Pavimentos. 2b - Apartamento Duplex (segundo piso)
Apartamento Simples. Fonte: Autor

Os edifícios em barra possuem 11 pavimentos em que os térreos são pilotis parcialmente ocupados por áreas condominiais ou comércio. Quando analisados em maior detalhe, estes edifícios são arranjos em sequência de um mesmo módulo que consiste em quatro prumadas de apartamentos duplex servidos por um núcleo de circulação vertical com escada e elevador. As variações em comprimento entre estas barras se dão, portanto, apenas pela diferença no número de módulos empregados, mantendo a regularidade dos elementos construtivos dos edifícios. Neste esquema, os corredores são postos em uma das fachadas principais das barras e as circulações condominiais horizontais ocorrem

apenas nos pavimentos pares - nos pavimentos ímpares, as áreas dos corredores são parcialmente aproveitadas para os interiores das unidades. Estes corredores possuem as fachadas abertas para o exterior e, de certa maneira, conformam uma variação da rua elevada da Primeira Fase na sua forma mais convencional: integrada ao edifício enquanto uma rua interna.

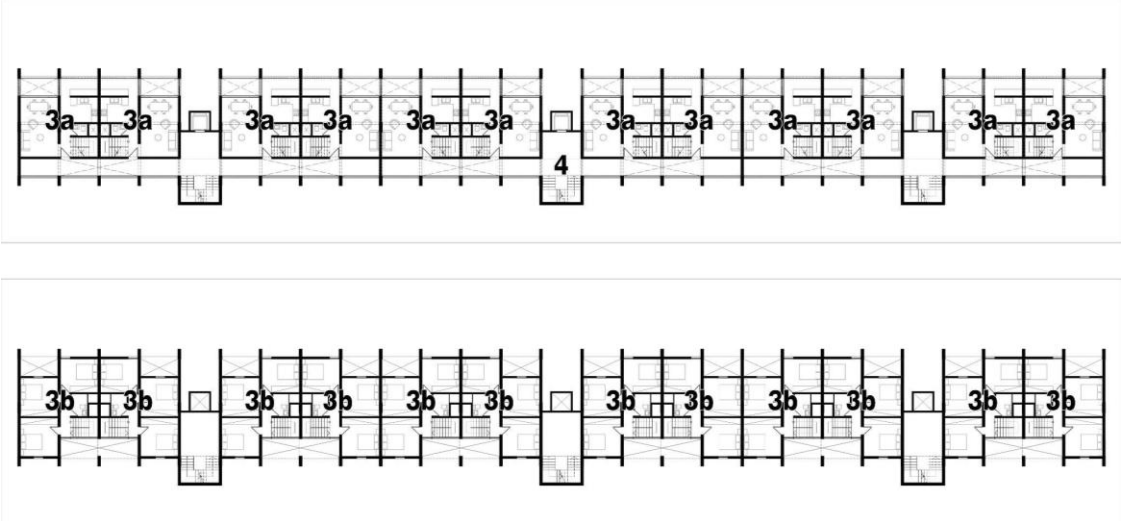


Figura 15 - Edifícios em Barra. Pavimentos Tipos.
Sup.: 2º, 4º, 6º e 8º Pavimentos. 3a - Duplex (primeiro piso); 4 - Circulação (rua elevada)
Inf.: 3º, 5º, 7º e 9º Pavimentos. 3b - Duplex (segundo piso)

No coração da Segunda Fase do Residencial se localiza o Centro Comercial San Felipe. Composto por uma série de pavilhões interligados por passarelas e pergolados em concreto armado, o edifício possui dois pavimentos que hoje abrigam lojas, restaurantes, agências bancárias e um supermercado. O piso térreo possui passagens por entre os pavilhões que facilitam a integração do Centro Comercial ao restante do conjunto, enquanto o segundo piso integra-se ao térreo por meio de 8 escadas menores e uma grande escadaria que ascende até uma praça seca elevada.

O Centro Comercial não sugere a mesma solenidade da Praça Cívica de Ciriani e Bernuy, mas isto não reduz sua relevância no arranjo geral do San Felipe enquanto um agregador social. Há, portanto, um outro tipo de "centralidade" neste espaço que não é sugerida por uma característica da forma construída, mas sim pelas atividades que ali ocorrem (comércio e serviços) pois são complementos essenciais do *habitar*. Neste sentido, para além do equipamento de função comercial, o San Felipe também possui uma série de equipamentos educacionais que servem ao conjunto. São três Centros de Educação Inicial (CEIs) - que atendem crianças de até cinco anos - e o *Centro Educativo de Gestión Cooperativa San Felipe* - escola de ensino infantil ao médio que foi fundada em março de 1967, junto às obras da Segunda Fase do Residencial.

Considerações Finais

O debate sobre a cidade moderna é amplo, diverso e, por vezes, controverso. Um prisma pelo qual frequentemente se observa este fenômeno é pelo viés da utopia, atribuindo à cidade moderna um ímpeto de extrema racionalização e de certa assepsia histórica. Esta crítica tem embasamento em diversos precedentes canônicos da modernidade, a exemplo da *Hochhausstadt* de Hilberseimer (1924) e da *Ville Radieuse* de Le Corbusier (1924-1933), mas não é capaz de resumir os impactos da arquitetura e do urbanismo moderno nas cidades do século XX.

Este trabalho se volta para a análise de um projeto que, mesmo sendo indubitavelmente moderno, foge do aspecto meramente utópico ao inserir-se em um contexto urbano pré-existente consolidado. No caso do Residencial San Felipe, a crítica acerca da abstração moderna se vê parcialmente superada a priori devido às próprias condicionantes contextuais do projeto. O conjunto não se localiza em uma franja suburbana da cidade e seu entorno apresenta uma estrutura morfológica tradicional. Esta distinção permite observar com mais clareza os impactos da cidade moderna enquanto uma das várias tradições urbanísticas que se sobrepõem e/ou justapõem no contínuo histórico das cidades. Um primeiro ponto a ser analisado no Residencial San Felipe em relação à cidade circundante é justamente aquilo que não é construído *stricto sensu*: sua estrutura espacial e o papel que o verde exerce no contexto.

Ambas dimensões podem ser lidas como tipicamente modernas. As ruas internas à superquadra são suprimidas, por exemplo, permanecendo apenas o percurso peatonal entre edifícios que se localizam soltos no sítio. Já a paisagem criada pelo conjunto segue precedentes modernos - a exemplo da *Ville Radieuse* - quando opta pelo uso do verde como intermediador entre indivíduo e arquitetura. Contudo, o contexto urbano do Residencial San Felipe não permite lhe atribuir um aspecto de "volta à natureza", algo que Colin Rowe e Fred Koetter descrevem em *Collage City* como "absoluto distanciamento - simbólico e físico - de quaisquer aspectos do contexto existente"[10]. Pelo contrário: os espaços abertos criados no Residencial San Felipe não são alienadores da subjetividade do indivíduo e nem conformam paisagens urbanas isoladas em si mesmas. O contraponto à paisagem da cidade tradicional se dá - desde a época de concepção do Residencial San Felipe - em meio de um contexto plenamente ocupado e caracteriza um desafogo que serve a uma urbe historicamente consolidada.

Outro ponto fundamental na compreensão do San Felipe enquanto experimento moderno na cidade tradicional é distanciar sua relativa autonomia da célula urbana (ou seja, sua dimensão enquanto unidade de vizinhança) da ideia de isolamento funcional do complexo em relação ao seu entorno. Num contexto urbano consolidado, sobretudo na realidade das grandes cidades latino-americanas em que os serviços sociais são escassos à população de menor renda, a presença dos equipamentos educacionais e do comércio/serviço popular de rua no Residencial San Felipe são justamente atrativos que o integram ao restante da cidade. O caráter multifuncional do conjunto é essencial na sua relação com o entorno pois esta não se dá apenas pelas características formais do ambiente construído, mas também pelas atividades que estimulam o trânsito de pessoas entre estas duas entidades: a intervenção moderna e o seu contexto. Isto é um distanciamento relevante de uma ideia de zoneamento restritivo de atividades, remontando assim certas dinâmicas urbanas comuns à cidade tradicional - esta que é, em sua maioria, multifuncional.

A ideia apresentada por Rowe e Koetter de observar a cidade moderna como uma inversão do figura-fundo da cidade tradicional pode esclarecer a particularidade de observar o Residencial San Felipe enquanto um arranjo formal moderno inserido na cidade tradicional. Em *Collage City*, o projeto de Le Corbusier para *Saint-Dié* (França, 1945) e a cidade de Parma, na Itália, são postos lado a lado como uma representação de uma dicotomia: na cidade moderna prevalece a definição do objeto solto no terreno ao passo que na cidade tradicional a morfologia do tecido urbano é predominante. A *forma* dos

[10] Tradução livre pelo Autor. Fonte: ROWE, Colin; KOETTER, Fred – **Collage City**. Cambridge, MA: MIT Press, 1978. p. 51

edifícios soltos no espaço são expressões de seus condicionantes internos - como uma "bolha de sabão" que se define formalmente pela pressão exercida pelo gás em seu interior - sua pressão interna que se expressa livremente no espaço.[11] Já na cidade tradicional, a definição maior é dos espaços abertos ao passo que a massa edificada se adapta às demandas morfológicas da cidade, estabelecendo um tecido coeso (Figura 13).

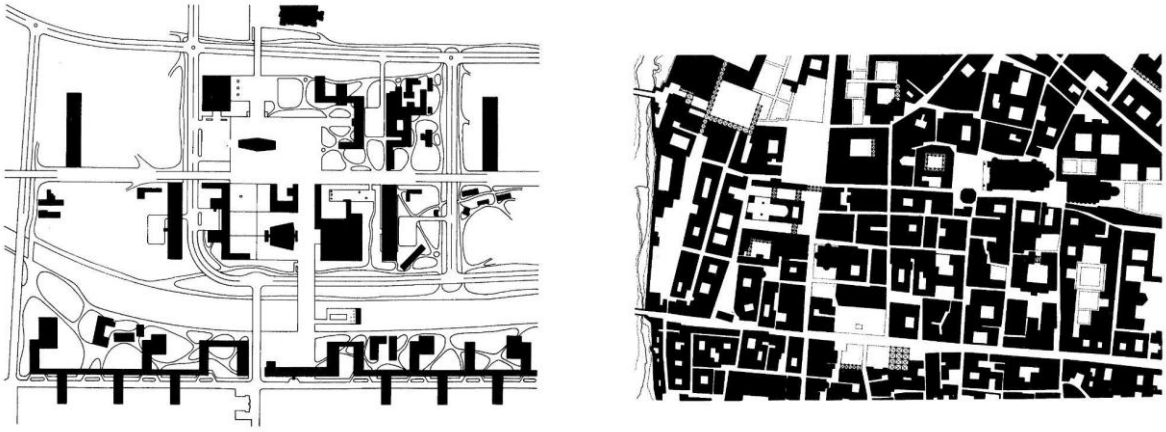


Figura 16 - Planta de figura-fundo do projeto de Le Corbusier para Saint-Dié (esquerda) e do centro de Parma, Itália (Direita). Fonte: ROWE, Colin; KOETTER, Fred – **Collage City**. Cambridge, MA: MIT Press, 1978. p. 62-63



Figura 17 - Planta de figura-fundo a partir de aerofotometria (2026). Fonte: Autor, 2026

[11] Ibid .p. 56

No caso do Residencial San Felipe se observa uma composição urbana heterogênea: prevalece o tecido urbano no entorno, mas no interior do San Felipe há claramente a prevalência dos objetos arquitetônicos soltos. (Figura 17) Inicialmente, o contraste entre estes objetos soltos e o tecido que os circunda pode evocar outro projeto de Le Corbusier: o *Plan Voisin* de 1925 para Paris (exemplo também abordado por Rowe e Koetter em *Collage City)*. Contudo, enquanto o plano de Le Corbusier propõe a obliteração do tecido parisiense para dar lugar a uma nova ordem morfológica para o centro da cidade, o Residencial San Felipe acomoda-se a um vazio urbano gerado pela remoção de um grande equipamento. Seu impacto nas conexões da rede urbana, portanto, é mínimo - sobretudo se comparado ao exemplo corbusiano. O tamanho da célula urbana do projeto é claramente destoante de seu entorno, mas isto se origina na própria área ocupada pelo antigo hipódromo San Felipe. O terreno foi fracionado em suas destinações funcionais: o Residencial San Felipe, a área para a Comunidade Japonesa e as habitações da *Fuerza Aeroespacial Peruana.* Dentro destas porções do sítio não há menção de emular o grão da ocupação do tecido que circunda o projeto, encontrando a escala moderna dentro deste vazio da cidade tradicional.

O Residencial San Felipe é um projeto moderno que deve ser visto para além da renovação tipológica dos edifícios. Sua contribuição para o estudo da modernidade extrapola o emprego de um determinado sistema formal e compositivo, pois não se trata da simples presença da Arquitetura Moderna na cidade tradicional. Trata-se da construção de novas relações articuladoras dos objetos arquitetônicos, dos espaços abertos e das infraestruturas urbanas. Entretanto, a não-conformação do Residencial ao grão convencional de Lima não pode ser interpretada como uma negação ou ruptura com o seu contexto. Isto seria sobrepor um conjunto de características formais aos próprios processos históricos e políticos que levaram à construção do conjunto onde ele está hoje.

O San Felipe demonstra que a cidade moderna é capaz de produzir realidades urbanas que ampliam o acesso à moradia, serviços e qualidade de vida. Seu caráter monumental, portanto, reside sobretudo na materialização concreta deste ideário dentro da cidade tradicional. Mais que um marco histórico da cidade moderna latino-americana, o Residencial San Felipe apresenta elementos projetuais arquitetônicos que contribuem com o ferramental operativo e crítico na atuação sobre as cidades, estruturando a densidade urbana com a multifuncionalidade dos quarteirões. Sendo assim, o projeto assinala para uma visão sobre a cidade moderna que não se atém à busca por materializar uma utopia abstrata, mas sim como um caminho na renovação e melhoria concreta da vida urbana.

Bibliografia

INFOBAE – **La residencial San Felipe: un hipódromo convertido en el barrio icónico del siglo XX.** Infobae, 17 set. 2022. Disponível em: https://www.infobae.com/america/peru/2022/09/17/la-residencial-san-felipe-un-hipodromo-convertido-en-el-barrio-iconico-del-siglo-xx/. Acesso em: 21 abr. 2026.

CABRAL, Claudia – Streets in the Air: A View from Latin America. In MARINIC, Gregory; MENINATO, Pablo, ed. lit. – **About Streets: Perspectives on Urbanism, Architecture, and Placemaking**. Cham: Springer Nature Switzerland, 2025. p. 547–560.

CIRIANI, Enrique - **Todavia la arquitectura**. Lima: Arcadia Mediática, 2014

KAHATT, Sharif S. – **Utopías construidas: las unidades vecinales de Lima**. Lima: Fondo Editorial PUCP, 2015

KAHATT, Sharif S. – San Felipe, Lima. In BLAS, Sergio Martín; MARTÍN, Isabel Rodríguez, ed. lit. – **Arquitectura VIS: vivienda de interés social en seis ciudades iberoamericanas**. Madri: Lampreave, 2018. p. 28-31

MAKI, Fumihiko - **Investigations in Collective Form**. St. Louis: Washington University, 1964.

PALOMINO MEDINA, Carlos A. – **Henri Ciriani: Residencial San Felipe: La Calle Aérea**. Cuenca: Facultad de Arquitectura y Urbanismo, Universidad de Cuenca, 2009.

ROWE, Colin; KOETTER, Fred. – ***Collage City***. Cambridge: MIT Press, 1978.

SERT, Josep Lluís. – ***Can Our Cities Survive? An ABC of Urban Problems, Their Analysis, Their Solutions*.** Cambridge: Harvard University Press, 1942.

SERT, Josep Lluís; LÉGER, Fernand; GIEDION, Sigfried. – ***The Heart of the City: Towards the Humanisation of Urban Life*.** Londres; Bradford: Lund Humphries & Co Ltd, 1952.

Caminhos de Memória:
Lições da Reconversão Ferroviária na Andaluzia

Denise Polonio[1]
FAU-Universidade Mackenzie
denise.polonio@mackenzie.br

José Geraldo Simões Júnior
FAU-Universidade Mackenzie
josegeraldo.simoes@mackenzie.br

Resumo: Este ensaio se propõe a analisar o programa espanhol das *Vías Verdes* como referência metodológica para a reconversão destas infraestruturas em corredores de mobilidade ativa entendidos como sistemas destinados a deslocamentos não motorizados, voltados principalmente ao uso por ciclistas e pedestres, podendo também contemplar outros modos não motorizados de circulação. No contexto das *Vías Verdes*, esses corredores configuram-se predominantemente como ciclovias de longa distância, integradas a percursos caminháveis e dotadas de suporte físico e informacional para uso recreativo, turístico e funcional. A investigação fundamenta-se num trabalho de campo realizado em janeiro de 2026, através de roteiro de observação dirigida nos trechos da *Vía Verde de la Sierra Norte de Sevilla* e *da Vía Verde de La Campiña*, na região da Andaluzia, Espanha. A metodologia de análise adota um enfoque híbrido: integra o rigor técnico e quantitativo, voltado à viabilidade física da infraestrutura, ao conceito do "Saber da Experiência", utilizado como ferramenta de leitura da paisagem cultural. Essa articulação permite que a vivência do percurso fundamente a interpretação do território como um palimpsesto**,** revelando a ferrovia não apenas como um resíduo urbano, mas como uma espinha dorsal de escala regional capaz de reestruturar o vazio "entre-cidades". Os resultados evidenciam lições críticas sobre a governança consorciada, os desafios da coexistência de usos e a importância da gestão imaterial via ferramentas digitais. Conclui-se que a reconversão ferroviária deve ser compreendida como um sistema que integra a salvaguarda do patrimônio à conectividade regional contemporânea. Esta pesquisa objetiva fornecer subsídios para a tese de doutorado em desenvolvimento, a respeito da reconversão de uso de leitos ferroviários abandonados no Brasil, de forma a reabilitar e revalorizar o patrimônio histórico aí existente, assim como requalificar esses corredores, incrementando a integração regional entre cidades.

Palavras-chave: Reconversão Ferroviária; Paisagem Cultural; Planeamento Regional; Vias Verdes; Mobilidade Ativa.

[1] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação da FAU-Mackenzie. A presente investigação constitui parte da etapa preparatória para o estágio de doutorado sanduíche na *Universitat Politècnica de Catalunya* (UPC), sob orientação do Prof. Dr. José Geraldo Simões Júnior (Mackenzie) e coorientação do Prof. Dr. Joaquim Sabaté Bel (UPC).

Introdução:

A crise da mobilidade urbana e a fragmentação dos territórios em cidades médias brasileiras residem em muitos casos, na obsolescência das redes ferroviárias que as integram. Historicamente, a expansão ferroviária foi o motor da urbanização do interior paulista e de diversas regiões do Brasil, estabelecendo eixos de conexão que hoje, desativados, transformaram-se em barreiras físicas ou vazios urbanos degradados. Este fenômeno de desativação resultou na perda progressiva de um vasto patrimônio industrial e na invisibilidade de paisagens culturais que carregam a memória do desenvolvimento econômico nacional.

A investigação aqui apresentada fundamenta-se na análise do programa espanhol das *Vías Verdes*, especificamente nos trechos da *Vía Verde de la Sierra Norte de Sevilla* e da *Vía Verde de La Campiña*, percorridos pela pesquisadora, em janeiro de 2026. Este trabalho de campo não se limitou a uma observação passiva, mas estruturou-se através de protocolos de leitura direta do objeto (ARGAN, 1973)[2], permitindo converter a materialidade da ferrovia em dado operativo.

Ao adotar o Saber de Experiência, (BONDÍA, 2002)[3] como ferramenta de análise, esta investigação estabelece que a itinerância pelo objeto de estudo não é entendido como uma percepção subjetiva, mas em registro que transforma a vivência do percurso em dado científico para a compreensão da paisagem. Nesse sentido, a pesquisa sistematiza essa prática como procedimento analítico capaz de identificar os nós de memória e as relações de conectividade que definem a paisagem cultural na escala regional (SABATÉ BEL, 2004)[4].

Nesse mesmo enfoque, o conceito de paisagem cultural, que de acordo com Sabaté Bel (2004), é compreendido como um sistema territorial resultante da interação entre processos naturais e ações humanas ao longo do tempo. Mais do que um testemunho do passado, a paisagem cultural é entendida como um recurso operativo de projeto, capaz de orientar intervenções contemporâneas a partir da leitura estratégica de suas permanências históricas.

Assim, a experiência no território da região da Andaluzia, serve como base empírica para fundamentar uma metodologia que busca reverter a fragmentação das redes ferroviárias brasileiras, tratando-as como infraestruturas ativas de integração.

Neste contexto, o território é lido como um palimpsesto (SECCHI, 2006)[5], ou seja, um suporte que acumula camadas de tempos distintos, onde a ferrovia atua como uma persistência física que estrutura o "entre-cidades". A análise do programa espanhol das *Vías Verdes*, especificamente nos estudos de caso realizados na Andaluzia em janeiro de 2026, serve como base referencial para a construção de um modelo adaptável à realidade brasileira. O objetivo central é investigar como a reconversão ferroviária pode

---

[2] ARGAN, Giulio Carlo - **El concepto del espacio arquitectónico desde el Barroco a nuestros días.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1973.

[3] BONDÍA, Jorge Larrosa - **Notas sobre a experiência e o saber de experiência.** *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro: ANPEd. Nº 19 (2002), p. 20-28.

[4] SABATÉ BEL, Joaquín - **Paisajes culturales: El patrimonio como recurso básico para un nuevo modelo de desarrollo.** Barcelona: Edicions UPC, 2004.

[5] SECCHI, Bernardo - **Primeira Lição de Urbanismo.** São Paulo: Perspectiva, 2006.

atuar como uma espinha dorsal que conecta centros urbanos e áreas rurais, transformando vazios residuais em eixos de vitalidade e coesão territorial.

1. Enquadramento Teórico: A Paisagem como Palimpsesto e Saber de Experiência

A compreensão da paisagem contemporânea exige uma abordagem que supere a mera descrição de objetos físicos e avance para a interpretação das camadas históricas e sociais depositadas no território. Nesta investigação, a paisagem não é tratada como um cenário estático, mas como um palimpsesto, conforme já referenciado em Secchi.

Enquanto a escala intraurbana, discutida por autores como (VILLAÇA, 2001)[6], foca na estruturação interna da cidade, a reconversão ferroviária em *Vias Verdes* demanda uma visão que abarque o âmbito regional, o entre-cidades. A ferrovia desativada deixa de ser vista como um resíduo espacial para ser interpretada como uma persistência, uma espinha dorsal que mantém a coesão territorial mesmo após a interrupção da sua função logística original.

A itinerância pelos trechos na Andaluzia consolidou um "saber de experiência" proposto por Bondía (2002), entendido como o conhecimento produzido a partir da vivência direta e reflexiva do sujeito em contato com o mundo. Diferentemente de uma percepção subjetiva isolada, trata-se de um saber que emerge do deslocamento, do tempo vivido e da interpretação crítica da experiência, podendo ser sistematizado como instrumento metodológico em investigações territoriais. Nesse sentido, essa abordagem amplia a própria noção de leitura do território, como aponta Argan (1973), a leitura do território não se esgota na visualidade, mas na compreensão do espaço como consciência histórica e projeto.

1.1. A Produção Social do Espaço: Estruturação do Território e Conectividade

A produção do espaço regional é indissociável das infraestruturas de transporte que, historicamente, ditaram os vetores de crescimento e a hierarquia entre os centros urbanos. Nesta seção, a análise se concentra em observar como a rede ferroviária atuou como um elemento de estruturação macroespacial.

Embora a obra de Villaça (2001), ofereça uma base fundamental para compreender como a localização e a segregação socioespacial são produzidas pela articulação entre o Estado e o mercado imobiliário, esta investigação propõe uma mudança de escala. Se no âmbito da cidade a ferrovia muitas vezes tornou-se uma barreira física indutora de segregação, na escala regional ela possui o potencial oposto: o de ser uma espinha dorsal de integração.

A transição da ferrovia desativada para uma "vía verde" representa a conversão de uma infraestrutura industrial em uma infraestrutura ativa. Este conceito abrange não apenas o suporte físico para a mobilidade ativa, mas também a gestão de dados e a conectividade digital que permitem a reativação de áreas historicamente isoladas. Sob a ótica de Secchi (2006), a intervenção sobre estas marcas do território permite combater a fragmentação e reequilibrar a relação entre as cidades pequenas e médias que compõem a rede regional.

[6] VILLAÇA, Flávio - **Espaço Intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/Lincoln Institute, 2001.

A produção social aqui discutida refere-se à capacidade de transformar um resíduo logístico em um bem comum. A lição extraída dos casos espanhóis demonstra que a infraestrutura, quando gerida de forma consorciada e regional, deixa de ser um vetor de desigualdade para se tornar um agente de coesão territorial, integrando o valor de uso do solo à preservação da paisagem cultural.

1.2. O Elo de Ligação: Do Território como Palimpsesto à Leitura Operativa

A transição da fundamentação teórica para a prática de análise territorial exige um método que reconheça a infraestrutura ferroviária como uma persistência no tempo. O elo de ligação desta investigação reside na compreensão do território como um palimpsesto. Sob esta ótica, a prática cartográfica deixa de ser apenas o registro de coordenadas geográficas e passa a ser uma leitura das marcas e vestígios deixados pela ferrovia, que, embora desativada, permanece estruturando a paisagem cultural regional (SABATÈ BEL, 2004)[7].

A aproximação com o objeto de estudo não se dá por uma cartografia puramente abstrata ou afetiva, mas por meio do Saber de Experiência (BONDÍA, 2002)[8]. A itinerância realizada nos trechos da Andaluzia serviu como um protocolo de reconhecimento direto, onde a pesquisadora atua como uma intérprete da escala regional. Como propõe Argan (1973), o ato de percorrer o território é o que permite distinguir os elementos que possuem valor de permanência daqueles que são meramente residuais.

Dessa forma, a prática cartográfica aqui proposta operacionaliza-se através da síntese entre os dados técnicos e a experiência direta. A leitura das persistências ferroviárias permite que o desenho do território não se limite à escala intraurbana, onde as dinâmicas de localização de Villaça (2001) explicam a estruturação local, mas avance para o projeto de conectividade regional. Ao tratar a ferrovia como um componente da paisagem cultural, a cartografia deixa de ser um registro passivo para tornar-se uma ferramenta de projeto capaz de costurar o território, transformando o antigo leito técnico em uma espinha dorsal de integração regional.

2. Metodologia: Procedimentos de Investigação e Coleta de Dados

A pesquisa adota uma abordagem híbrida, centrada na análise da infraestrutura ferroviária como um sistema de escala regional. Para converter a experiência de campo em dado científico, a metodologia estruturou-se em três etapas operativas, tomando como laboratórios de observação os estudos de caso *da Vía Verde de la Sierra Norte de Sevilla* e da *Vía Verde de La Campiña*. Essa abordagem articula duas dimensões complementares de análise: (I) técnico-quantitativa, voltada à avaliação da infraestrutura física e de sua viabilidade operacional; e (II) qualitativa-experiencial, baseada no saber de experiência e nos roteiros de observação dirigida. Essa integração permite analisar simultaneamente a eficiência funcional do sistema e sua legibilidade como paisagem cultural.

2.1. Levantamento Documental e Cartográfico (O Objeto Técnico)

Esta etapa consistiu na análise técnica do suporte físico. Foram consultadas bases cartográficas da *Fundación de los Ferrocarriles Españoles (*FFE), focando na

[7] Ibidem, p. 2
[8] Ibidem, p. 2

geometria do traçado. O objetivo foi validar, por meio de critérios quantitativos, a viabilidade de conversão de leitos ferroviários em corredores de mobilidade ativa de longa distância.

2.2. Observações Dirigidas e Protocolos de Registro (O Saber de Experiência)

Diferente de uma simples visita contemplativa, o trabalho de campo em janeiro de 2026 utilizou Roteiros de Observação Dirigida. Estes roteiros foram estruturados para capturar a interação entre o utilizador e a infraestrutura, registrando:

- **Qualidade da Infraestrutura Ativa:** Estado da sinalização interpretativa, conectividade digital, pisos, pavimentação, iluminação, segurança e pontos de apoio.
- **Conflitos de Uso:** Interface entre o uso turístico/recreativo e as atividades agrícolas lindeiras.
- **Percepção Espacial:** Registro fotográfico e notas de campo que fundamentam o "Saber de Experiência", transformando o deslocamento itinerante em um protocolo de reconhecimento da paisagem cultural.

Nesta etapa, a experiência espanhola atuou como um laboratório de calibração para o instrumento, permitindo testar e refinar as métricas que serão posteriormente aplicadas no corpo de teste no Brasil.

2.3. Análise Qualitativa

Como instrumento de validação das hipóteses, utilizou-se um roteiro de observações dirigidas voltado à identificação do perfil do utilizador, da frequência de uso, da percepção de segurança e conforto, bem como da qualidade e relevância da paisagem percorrida, incluindo seus elementos de interesse, atratividade e valor cultural. Esse material constitui a base empírica para discutir a produção do espaço na escala regional, permitindo articular os referenciais teóricos consolidados na escala intraurbana com a realidade do "entre-cidades".

Enquanto a obra de Villaça (2001) oferece fundamentos para compreender a produção do espaço e os processos de segregação no contexto intraurbano, esta investigação propõe deslocar essa leitura para a escala regional. Nesse nível, a ferrovia desativada deixa de atuar como barreira e passa a ser interpretada como infraestrutura potencial de integração territorial.

Assim, a análise das *Vías Verdes* permite compreender como a reconversão ferroviária pode reconfigurar o “entre-cidades” como um sistema contínuo de conectividade, no qual a produção do espaço não se dá pela fragmentação, mas pela articulação entre núcleos urbanos, paisagem cultural e mobilidade ativa.

A partir dessa abordagem, os itens observados concentram-se nos aspectos qualitativos e quantitativos apresentados a seguir:

- **Integridade Patrimonial (Material e Imaterial):** Esta variável analisa tanto o estado físico de conservação de estações, túneis e trilhos (patrimônio material), quanto os valores simbólicos e narrativas que compõem a memória ferroviária do lugar. Sob a influência da Escola de Barcelona, vinculada às abordagens desenvolvidas na Universitat Politècnica de Catalunya (UPC), que compreendem a paisagem cultural como instrumento ativo de projeto territorial, a análise fundamenta-se na premissa de que a paisagem não constitui apenas um testemunho do passado, mas um recurso estratégico capaz de articular preservação patrimonial e desenvolvimento contemporâneo.
- **Percepção da Paisagem e Território:** Registro fotográfico e notas de campo que fundamentam o Saber de Experiência de Bondía (2002), transformando a

o deslocamento itinerante em um protocolo de reconhecimento da paisagem cultural.

- **Legibilidade e Suporte de Informação:** Verificação da sinalização interpretativa e do suporte digital (QR Codes, dados abertos). Aqui, avalia-se como a tecnologia auxilia na leitura do patrimônio, transformando o percurso em uma experiência pedagógica e cultural.
- **Qualidade Funcional e Conectividade:** Registro de dados sobre pavimentação, segurança, conectividade digital, pontos de apoio e serviços, identificando lacunas que interferem na funcionalidade do sistema.



Figura 1: Exercício de observação dirigida e coleta de dados primários via deslocamento ativo.
Fonte: Autora (2026).

- **A Camada de Dados e Monitoramento (Sistemas de Suporte):** A metodologia incorpora a análise de ferramentas digitais já existentes (Apps *Vias Verdes, Wikiloc* e sinalização por *QR Codes*) para entender como a tecnologia auxilia na gestão do território e na experiência do usuário. Esta etapa visa substituir a noção genérica de "tecnologia inteligente" por sistemas de monitoramento territorial que garantam a sustentabilidade e a segurança da via a longo prazo.
- **Cartografias da Experiência e da Paisagem:** Além dos dados quantitativos, a metodologia operacionaliza o registro da Cartografia de Reconhecimento[9], utilizando o registro fotográfico, croquis e roteiro de observação dirigida. O objetivo é identificar persistências patrimoniais e pontos de interesse histórico que conectam o percurso à memória ferroviária, interpretando a ciclovia como um elemento de legibilidade territorial que transcende a função puramente logística.

[9] A cartografia de reconhecimento baseia-se na premissa de Argan (1973) de que a interpretação do espaço exige um envolvimento crítico do observador, transformando o ato de percorrer em um instrumento de análise histórica e técnica.



Figura 2: Exercício de observação dirigida e coleta de dados primários via deslocamento ativo.
Fonte: Autora (2026).

3. A Calibração do Olhar: Entre a Evidência Técnica e o Saber de Experiência

A análise dos trechos percorridos na Andaluzia (a *Vía Verde de la Sierra Norte de Sevilla e a Vía Verde de La Campiña*), permitiu aferir a eficácia do modelo espanhol através de uma calibração entre o suporte físico e a resposta do usuário. Esta etapa não se limitou a uma observação passiva, mas constituiu-se como um protocolo de leitura direta do objeto, conforme inidica Argan (1973). Para o autor, o conhecimento da obra (neste caso, a infraestrutura integrada na paisagem) exige o contato direto para que a interpretação não se perca em abstrações teóricas.

3.1. O Registro da Itinerância como Dado Científico

A experiência de percorrer os trechos em janeiro de 2026 foi sistematizada a partir do Saber de Experiência Bondia (2002). O uso de roteiros de observação dirigida, entendidos como instrumentos estruturados de coleta de dados em campo, organizados a partir de critérios previamente definidos, como qualidade da infraestrutura, conflitos de uso e percepção espacial, permitiu converter a experiência de deslocamento em um protocolo sistemático de análise. Dessa forma, a itinerância deixa de ser uma prática subjetiva e passa a constituir um procedimento metodológico capaz de produzir dados sobre a paisagem cultural.

Nos trechos observados, essa abordagem evidenciou que a infraestrutura ativa (sinalização e pontos de apoio) atua como um mediadora entre o usuário e o território regional. Enquanto os parâmetros técnicos garantem condições adequadas de uso, como declividades e geometria do traçado, a experiência do percurso revela a importância dos elementos imateriais, como a presença de

informações digitais e marcos de memória que transformam o antigo leito ferroviário em uma paisagem cultural legível e segura.

3.2. Confronto com a Realidade e os Instrumentos de Coleta

Os resultados obtidos por meio do roteiro de observação dirigida permitem validar a articulação entre métricas técnicas da infraestrutura e a experiência empírica do percurso. A interação dos usuários locais evidenciou que a valorização do percurso não advém apenas da eficiência do deslocamento, mas também da qualidade da experiência estética e histórica proporcionada pela reconversão.

Esse achado indica que, na escala das *Vias Verdes*, a noção de "boa localização" não se restringe à proximidade entre pontos, mas à capacidade da via de estruturar o território e ampliar o acesso ao patrimônio natural e industrial. Assim, o estudo de caso demonstra que o sucesso da intervenção depende da articulação entre desempenho técnico da infraestrutura e a experiência vivida no território, consolidando uma abordagem integrada de análise regional.

4. Lições Comparativas: *Sierra Norte de Sevilla vs. La Campiña*

A análise cruzada destes dois referenciais permitiu observar como a metodologia de reconversão se comporta em cenários distintos, oferecendo subsídios valiosos para a futura aplicação no Brasil.

Quadro 1: Síntese Comparativa: Atributos e Lições dos Estudos de Caso na Andaluzia

Variáveis de Referência	**Estudo de Caso 1: *Sierra Norte***	**Estudo de Caso 2: *La Campiña***
Perfil da Paisagem	Contexto Natural e de Montanha (Parque Natural).	Contexto Rural e Agrário.
Foco Patrimonial	Arqueologia Industrial e Obras Arquitetônicas e de Engenharia (Pontes, viadutos, túneis).	Itinerário de Conectividade e Memória Rural.
Instrumento de Gestão	Gestão Centralizada (Junta de Andaluzia).	Gestão Consorciada (Arranjo Intermunicipal).
Sinalização e Dados	Sinalização Interpretativa e marcação de distância.	Uso de QR Codes e Apoio Digital em áreas remotas.
Achado de Campo	A ciclovia como salvaguarda física de pontes, viadutos, túneis e estações.	O desafio da descontinuidade de serviços em trechos áridos.

Fonte: Elaborado pela autora (2026).



Figura 3: infraestrutura ferroviária original na Sierra Norte de Sevilla.
Fonte: Autora (2026).



Figura 4: Vía Verde de La Campiña: O desafio da sinalização e da provisão de serviços em extensos vazios agrários.
Fonte: Autora (2026)

4.1. A Calibração do Olhar: Da Leitura Direta ao Saber de Experiência

A análise dos trechos percorridos na Andaluzia permitiu consolidar a calibração do olhar como um procedimento de articulação entre a evidência técnica da infraestrutura e a experiência empírica do percurso. Mais do que validar parâmetros operacionais, essa abordagem evidenciou que a interpretação do território depende da integração entre dimensões materiais e imateriais.

Nesse contexto, a leitura direta do objeto, conforme proposto por Argan (1973), não se limita à observação da forma física, mas implica compreender a infraestrutura como parte de um sistema territorial mais amplo. Assim, o antigo leito ferroviário deixa de ser apenas suporte técnico e passa a ser interpretado como componente ativo da paisagem cultural.

Essa síntese permite compreender que a eficácia das *Vías Verdes* não reside apenas na adequação geométrica do traçado, mas na capacidade de articular infraestrutura, memória e experiência, transformando a ferrovia reconvertida em uma estrutura legível e integrada ao território.

4.2. Do Referencial Europeu ao Corpo de Teste Brasileiro

As lições extraídas na Andaluzia confirmam que o corredor de mobilidade ativa não deve ser reduzido a um produto de cicloturismo, mas compreendido como uma infraestrutura territorial capaz de articular mobilidade, patrimônio e integração regional. No contexto das *Vías Verdes*, a ciclovia constitui uma de suas principais materializações, sem esgotar, contudo, a complexidade do sistema.

Diferentemente dos estudos de caso espanhóis, já consolidados ao longo de décadas, o corpo de teste no Brasil enfrentará o desafio da ausência de um programa nacional unificado. Nesse sentido, a coleta de dados primários e a análise da governança consorciada, observada no caso de *La Campiña*, configuram-se como ponto de partida para a aplicação da metodologia em ferrovias desativadas brasileiras, independentemente da malha a ser selecionada.

Além disso, a interpretação dos dados colhidos em campo, por meio dos roteiros de observação dirigida, permite discutir a produção do espaço associada à reconversão ferroviária. Nessa perspectiva, a infraestrutura deixa de ser entendida como elemento residual e passa a ser interpretada como estrutura territorial capaz de reconfigurar o "entre-cidades" como um sistema contínuo de conectividade.

Ao elevar a análise para essa escala, observa-se que a ferrovia desativada deixa de atuar como barreira e passa a constituir uma espinha dorsal de integração territorial. Sob a ótica do território como palimpsesto tal como formulado por Secchi (2006), a "boa localização" deixa de ser atributo restrito ao centro urbano e passa a ser compreendida como uma qualidade da rede regional.

Nesse contexto, a infraestrutura ativa permite que cidades pequenas e médias, anteriormente fragmentadas, sejam reintegradas a um sistema de fluxos e valorização patrimonial, consolidando seu papel como suporte à coesão territorial.

5. Discussão: Lições para o Contexto Brasileiro e a Salvaguarda do Patrimônio

A transposição da metodologia calibrada nas *Vías Verdes* para o futuro corpo de teste no território brasileiro exige uma compreensão da ferrovia que ultrapasse a sua função logística original. No Brasil, os eixos ferroviários não são apenas infraestruturas obsoletas, mas elementos estruturantes que moldaram a urbanização de cidades médias.

A análise das *Vías Verdes* da Andaluzia, sob a ótica da metodologia híbrida proposta, oferece subsídios críticos para enfrentar a obsolescência ferroviária no Brasil. A principal lição reside na compreensão de que a salvaguarda do patrimônio ferroviário não deve ser

um ato isolado de conservação arquitetônica, mas uma estratégia de planejamento regional que reinsere o objeto técnico na dinâmica contemporânea.

5.1. Da Escala Urbana à Coesão Regional

Diferente da abordagem focada na escala intraurbana, que frequentemente limita a reconversão ferroviária a parques lineares segregados, o modelo estudado demonstra o potencial de costura do "entre-cidades". Ao adotar o conceito de território como palimpsesto, a discussão brasileira deve transitar para a identificação da ferrovia como uma espinha dorsal. A experiência de campo revelou que a "boa localização" de uma infraestrutura ativa no Brasil dependerá da sua capacidade de conectar centros urbanos médios e pequenos, mitigando a fragmentação territorial e promovendo a coesão regional.

5.2. A Gestão da Paisagem Cultural e a Infraestrutura Ativa

A salvaguarda do patrimônio, neste novo enfoque, é entendida através da gestão da paisagem cultural. Isso implica que a preservação de estações e leitos deve estar atrelada à provisão de serviços e à conectividade digital. As observações dirigidas e os protocolos de análise aplicados na Espanha indicam que o sucesso da reconversão no Brasil depende de uma metodologia de calibração: o rigor técnico deve garantir a segurança e acessibilidade, enquanto o Saber de Experiência deve guiar o desenho do traçado e da sinalização e dos espaços de memória, garantindo que o percurso seja legível e representativo para a população local.

5.3. Governança e Replicabilidade

Por fim, a discussão sobre a realidade brasileira impõe o desafio da governança consorciada. A experiência espanhola ensina que a infraestrutura ativa exige um modelo de gestão que ultrapasse as fronteiras municipais. A replicabilidade do método testado na Andaluzia para o contexto das ferrovias brasileiras sugere que a salvaguarda do patrimônio industrial pode ser o motor para um novo modelo de desenvolvimento regional sustentável, transformando cicatrizes de abandono em eixos de mobilidade e integração socioespacial.

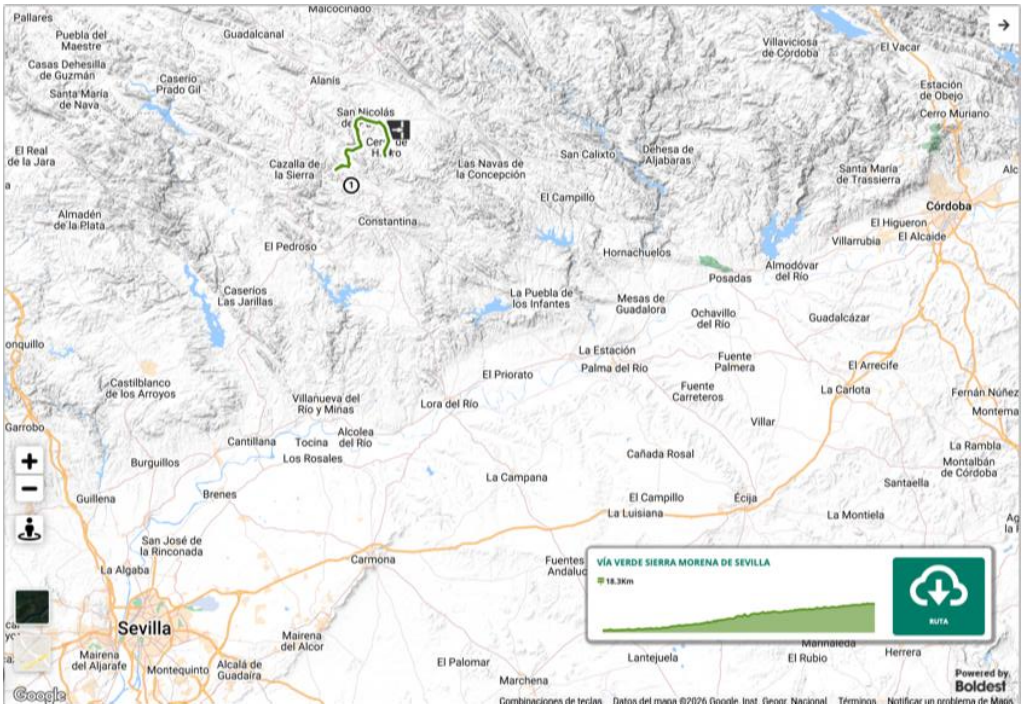


Figura 5: A tecnologia como suporte à gestão: sinalização interpretativa e integração com dados digitais.
Fonte: Mapa do aplicativo Wikiloc, Site Vías Verdes Sur, Centro Y Levante (2026).

6. Conclusão: Da Calibração à Experimentação no Território Brasileiro

A investigação sobre a reconversão ferroviária na Andaluzia demonstra que a salvaguarda do patrimônio industrial exige uma abordagem que transcenda o objeto isolado e alcance a escala do território regional. A aplicação da metodologia híbrida permitiu validar que o sucesso destas intervenções reside na capacidade de interpretar a infraestrutura como uma persistência histórica que estrutura a paisagem cultural contemporânea.

Diferente de visões que reduzem tais projetos ao cicloturismo, esta pesquisa evidencia que o uso recreativo é apenas uma das camadas de ativação de um sistema mais complexo. O objetivo central é a consolidação de uma infraestrutura ativa que funcione como suporte para a mobilidade e a integração socioeconômica. O saber extraído da itinerância e do contato direto com o objeto de acordo com Argan (1973) permite que a vivência do percurso seja convertida em um saber de experiência proposta por Bondía (2002), fundamental para desenhar soluções que equilibrem o rigor técnico e a memória.

Nesse sentido, o enfoque deste trabalho propõe uma ampliação do olhar sobre a produção do espaço. Ao passo que a lógica intraurbana de Villaça (2001) oferece chaves essenciais para entender a segregação na cidade, a reconversão ferroviária demanda o reconhecimento do território como palimpsesto Secchi (2006). É nesta escala regional que a ferrovia revela seu potencial de "espinha dorsal", sendo capaz de costurar o "entre-cidades" e reverter processos de fragmentação que o planejamento urbano isolado não consegue alcançar.

Em suma, conclui-se que o "olhar híbrido" aqui apresentado demonstra que a união entre a precisão métrica e a profundidade da leitura regional é o caminho para transformar cicatrizes de abandono em eixos de vitalidade, garantindo que o patrimônio industrial seja um recurso ativo para o futuro das cidades e suas regiões.



Figura 6: A chegada ao núcleo urbano: a ferrovia reconvertida como indutora de novas centralidades.
Fonte: Autora (2026).

Bibliografia

ANAYA, T. **Guia de Las Vías Verdes, Sur, Centro Y Levante**. Madrid: Fundación de los Ferrocarriles Españoles, 2021.

ANAYA, T. **Guia de Las Vías Norte**. Madrid: Fundación de los Ferrocarriles Españoles, 2021.

ARGAN, G. C. **El concepto del espacio arquitectónico desde el Barroco a nuestros días.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1973.

ARGAN, G. C. **História da Arte como História da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, p. 20-28, 2002.

FUNDACIÓN DE LOS FERROCARRILES ESPAÑOLES - *Vías Verdes: Vía Verde de la Sierra Norte de Sevilla*. Madrid: FFE, 2026. Disponível em: https://viasverdes.com. [Consult. 05 jan. 2026].

POLONIO, Denise. **Caminhos de memória e patrimônio: proposta de metodologia para a reconversão de ferrovias desativadas em ciclovias**. São Paulo: FAU-Universidade Mackenzie, 2026. Tese de Doutoramento em curso.

RIBEIRO, R. W. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Série Documentação e Pesquisa do IPHAN. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

ROSENDAHL, Z. (org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SABATÉ BEL, Joaquín. **Paisajes culturales: El patrimonio como recurso básico para un nuevo modelo de desenvolvimento**. Barcelona: Edicions UPC, 2004.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SECCHI, Bernardo. **Primeira Lição de Urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/Lincoln Institute, 2001.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Paisagera: entre encontros, controvérsias e paisagens na fronteira Brasil–Uruguay

Lorena Maia Resende
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
lorena.resesende@fau.ufrj.br

Vera Regina Tângari
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
vtangari@fau.ufrj.br

Paulo Afonso Rheingantz
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
parheingantz@gmail.com

Resumo: O artigo parte da constatação de que os estudos sobre paisagens fronteiriças permanecem ancorados em referenciais do Norte Global (borderscapes), insuficientes para compreender fronteiras sul-americanas marcadas por mestiçagem e produção compartilhada do território, evidenciando uma lacuna teórica na fronteira Brasil–Uruguay. Diante disso, o objetivo geral da pesquisa é apresentar a "paisagera", entendimento decolonial e relacional voltado a cartografar os efeitos e afetos das transformações da paisagem nas cidades-gêmeas Brasil–Uruguay, revelando controvérsias, conflitos e agências humanas e não humanas nesse território binacional. Metodologicamente, a pesquisa articulou três referenciais teóricos — Estudos Decoloniais, Teoria Ator-Rede e Transformação da Morfologia — e três estratégias investigativas (estudo de caso, cartografia de controvérsias e leitura morfológica), operacionalizadas por caminhografia urbana e análise documental entre 2018 e 2023 nas cidades-gêmeas de Jaguarão–Rio Branco (fronteira molhada) e Santana do Livramento–Rivera (fronteira seca). Os principais resultados mostram que a paisagera se consolida em oito atributos interdependentes; que a leitura morfológica evidencia que as transformações urbanas decorrem de capacidades institucionais e modelos de gestão locais, e não da soberania nacional; e que o rastreamento de agentes humanos e não humanos revelou sete controvérsias centrais. Conclui-se que a paisagera oferece contribuição teórica e empírica dupla: instrumento situado, alternativo ao borderscapes, e demonstração de que fronteiras seca e molhada produzem morfologias distintas pela mediação de agentes institucionais, técnicos e comunitários, com implicações diretas para o planejamento urbano binacional.

Palavras-chave: Paisagera, Fronteira Brasil-Uruguay, Teoria Ator-Rede, Morfologia Urbana, Caminhografia Urbana.

A lacuna

As fronteiras internacionais constituem lugares privilegiados para a compreensão das múltiplas relações entre território, cultura e sociedade. Distantes da ideia de um limite fixo entre Estados-nação, esses lugares configuram-se como territórios de encontros, negociações, conflitos e hibridizações, nos quais diferentes modos de vida coexistem e produzem formas singulares de ocupação e apropriação da paisagem. Foi a partir dessa compreensão que se delineou a presente pesquisa[1], motivada pelo questionamento acerca de como a paisagem se constitui e se transforma em territórios onde diferentes nacionalidades, culturas e práticas cotidianas compartilham um mesmo território.

Embora as cidades-gêmeas da fronteira Brasil–Uruguay compartilhem características ambientais, climáticas e territoriais, suas dinâmicas urbanas são marcadas por distintos sistemas normativos, legislações, políticas públicas e estruturas administrativas. Essas diferenças produzem assimetrias e conflitos que atravessam o cotidiano fronteiriço, ao mesmo tempo em que favorecem o surgimento de práticas sociais criativas, formas de adaptação e modos de habitar que frequentemente escapam às lógicas institucionais. Apesar da relevância dessas dinâmicas, observa-se uma lacuna na compreensão das relações que constituem a paisagem fronteiriça para além das abordagens tradicionais centradas na dimensão física ou na delimitação político-administrativa do território.

Os estudos sobre paisagens fronteiriças, no entanto, permanecem majoritariamente ancorados em referenciais do Norte Global — sobretudo no conceito de *borderscapes*[2] —, centrados no protagonismo humano, nos conflitos sociais e em experiências geopolíticas europeias e norte-americanas. Essa literatura mostra-se insuficiente para compreender fronteiras sul-americanas marcadas por intensa mestiçagem, interculturalidade e produção compartilhada do território, evidenciando uma lacuna teórica: falta um instrumento conceitual e experimental capaz de apreender a paisagem fronteiriça sul-americana[3] a partir de sua própria complexidade, e não como variação de modelos importados.

Diante dessa lacuna, o objetivo da pesquisa é apresentar a paisagera, entendimento decolonial e relacional manejado para cartografar os efeitos e afetos das transformações da paisagem nas cidades-gêmeas Brasil–Uruguay, e demonstrar sua capacidade de revelar controvérsias, conflitos e agências, humanas e não humanas, que atravessam esse território binacional. A pesquisa que sustenta esse entendimento articulou três frentes: (1) compreender a paisagera a partir de uma abordagem decolonial, em diálogo com a Arquitetura e o Urbanismo; (2) cartografar as transformações da paisagem fronteiriça por meio da leitura morfológica e de experiências de campo desenvolvidas entre 2018 e 2023, nas cidades-gêmeas de Jaguarão–Rio Branco (fronteira molhada) e Santana do Livramento–Rivera (fronteira seca) (fig. 1); e (3) identificar os múltiplos agentes envolvidos na constituição e na transformação dessas paisagens.

---

[1] RESENDE, Lorena M. - **Paisagera: Caminhografias, efeitos e afetos de paisagens na fronteira Brasil-Uruguay.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2025. 485 p. Tese de doutoramento.
[2] DELL'AGNESE, Elena; SZARY, Anne-Laure Amilhat - Borderscapes: From BorderLandscapes to Border Aesthetics. **Geopolitics**. 20:1 (2015) 1–10.
[3] DORFMAN, Adriana; FRANÇA, Arthur L. B. C. - Agenda descolonial para os estudos fronteiriços no Brasil. **L'Espace Politique**. 31:1 (2017) 1-21. [Consult. 5 Jun. 2022]. Disponível em WWW:<URL: https://journals.openedition.org/ espacepolitique/4200>.

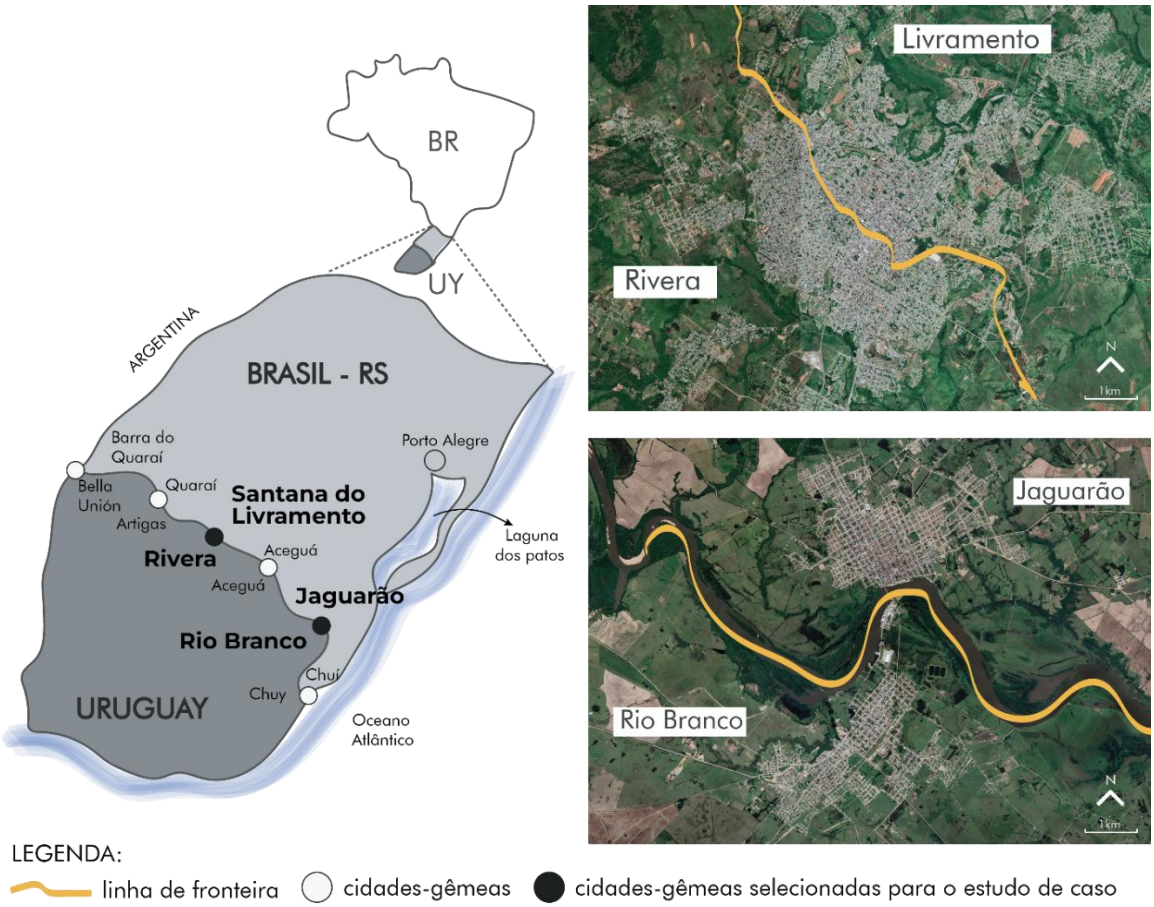


Figura 1 – Localização dos estudos de caso das cidades-gêmeas Brasil-Uruguay.
Fonte: Resende, 2025, p. 59.

Esse percurso investigativo foi desenvolvido por meio da caminhografia urbana[4], dos registros de campo[5] e da análise das controvérsias[6] presentes no cotidiano fronteiriço. A manipulação dos dados foi orientada por três perspectivas teóricas complementares: os Estudos Decoloniais[7], a Teoria Ator-Rede[8] e a abordagem da Transformação da Morfologia[9]. A articulação desses referenciais possibilitou compreender a paisagem como uma rede dinâmica de relações entre agentes humanos e não humanos, cujas interações produzem continuamente transformações materiais, simbólicas e espaciais.

---

[4] ROCHA, Eduardo; SANTOS, Tais B. - Como é a caminhografia urbana? Registrar, jogar e criar na cidade. **Arquitextos**. 281:05 (2023) [Consult. 25 Dez. 2023]. Disponível em WWW:<URL: https://vitruvius.com.br/revistas/read/ arquitextos/24.281/8923>. ISSN 1809-6298.

[5] PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Orgs.) - **Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e Produção de Subjetividade**. 1ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2014. 207 p. ISBN 978-85-205-0530-4.

[6] VENTURINI, Tommaso; MUNK, Anders Kristian. **Controversy Mapping: A field guide**. 1ª ed. Cambridge: Polity Press, 2021. 344 p. ISBN 978-1-5095-4450-9.

[7] MIGNOLO, Walter D. - **Habitar la frontera: sentir y pensar la descolonialidad (Antología, 1999-2014)**. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2015. ISBN 978-34-92511-44-0

[8] LATOUR, Bruno – **Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory**. New York: Oxford University Press, 2005. ISBN 978-0-19-925604-4

[9] CAPEL, Horacio – **La morfología de las ciudades. Vol. I: Sociedad, cultura y paisaje urbano**. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2002. ISBN 84-7628-414-9.

Ao longo da pesquisa, tornou-se evidente que a fronteira não pode ser reduzida à condição de linha divisória entre Estados. Ela configura-se como "o lugar de reconhecimento do eu diante do outro e da performação contínua de um nós/nosotros"[10], constituindo um espaço relacional onde identidades, territorialidades, afetos, conflitos e negociações são permanentemente produzidos. A paisagem fronteiriça, nesse sentido, emerge como expressão dessas interações, revelando processos complexos que extrapolam os limites estabelecidos pelas categorias convencionais de análise.

Os resultados da investigação evidenciam práticas urbanas que desafiam legislações nacionais, formas de convivência que relativizam os limites estatais e processos contínuos de negociação entre diferentes racionalidades espaciais. Essas dinâmicas demonstram que a paisagem fronteiriça não é resultado da simples sobreposição de territórios nacionais, mas de um processo permanente de composição entre relações, materialidades, disputas e cooperações.

Ao propor o entendimento de paisagera, esta pesquisa amplia a compreensão da paisagem como um campo simultaneamente material, simbólico e relacional, constituído por redes heterogêneas de agentes e por processos contínuos de transformação. Tal perspectiva contribui para o avanço dos estudos sobre fronteiras ao oferecer uma leitura decolonial e relacional das cidades-gêmeas Brasil–Uruguay, evidenciando que o planejamento e a gestão desses territórios demandam sensibilidade às tramas híbridas que neles se constituem. Nesse sentido, compreender a fronteira significa reconhecer que sua principal potência reside não na separação entre territórios, mas na produção contínua das relações que emergem no espaço do encontro, da travessia e da convivência.

A composição

A construção da paisagera parte da constatação de que o conceito de *borderscapes*, embora relevante para pensar fronteiras europeias, não responde à especificidade sul-americana. Tal literatura tende a tratar a paisagem fronteiriça como cenário de conflitos entre Estados e grupos humanos, deixando pouco espaço para a agência de rios, vegetação e infraestruturas, e para as formas de mestiçagem, seja linguística, racial ou cultural, que caracterizam fronteiras como a de Brasil e Uruguay. Responder a essa insuficiência exigiu reunir três referenciais teóricos (fig. 2).

[10] RESENDE, *op. cit.* p. 135.

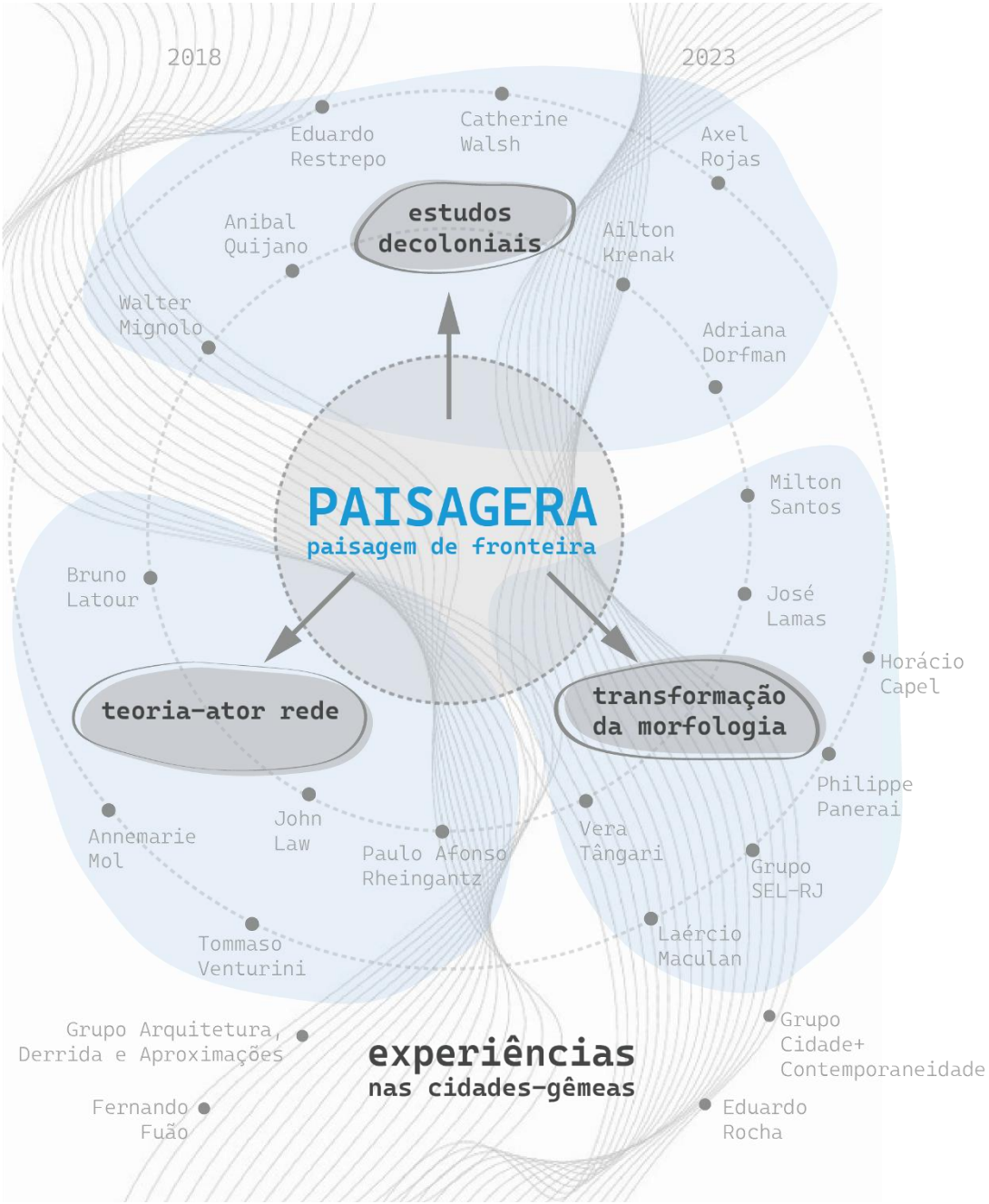


Figura 2 – Diagrama das vertentes teórico-práticas da paisagera.
Fonte: Resende, 2025, p. 43.

O primeiro é o campo dos **Estudos Decoloniais**, que distingue colonialismo de colonialidade e descolonização de decolonialidade[11]: a colonialidade, entendida como padrão de poder que sobrevive ao fim do colonialismo político, continua a organizar hierarquias de saber, raça e território mesmo em Estados formalmente independentes. Autores como Aníbal Quijano, Walter Mignolo e Catherine Walsh oferecem, nesse sentido, não apenas uma crítica, mas

[11] QUIJANO, Aníbal – Colonialidad del poder, eurocentrismo y clasificación social. **Journal of World-Systems Research.** 11:2 (2000) 342–386.

uma pedagogia[12] — a possibilidade de aprender com, e não apenas sobre, saberes historicamente subalternizados. No campo da arquitetura e do urbanismo, esse giro decolonial questiona modelos de planejamento importados e propõe a valorização de saberes situados, populares e mestiços como forma legítima de conhecimento territorial[13].

O segundo referencial é a **Teoria Ator-Rede (TAR)**, de Bruno Latour[14], que recusa a separação entre natureza e sociedade, sujeito e objeto, humano e não humano. Sob essa perspectiva, rios, pontes, cerros, legislações e edificações não são pano de fundo passivo das relações sociais, mas agentes que mediam conflitos, condicionam decisões e produzem território. A TAR fornece ainda o instrumento metodológico da cartografia de controvérsias, que acompanha disputas ainda abertas entre agentes humanos e não humanos, em vez de buscar explicações fechadas ou consensuais.

O terceiro referencial é a abordagem da **Transformação da Morfologia**, que compreende a forma urbana não como cenário estático, mas como registro material de processos históricos, políticos e culturais. A leitura morfológica — operacionalizada nas categorias de adição, consolidação e sobreposição — permite identificar, na própria materialidade da paisagem, os vestígios das negociações e disputas que a produziram[15].

É da convergência desses três referenciais (decolonialidade, TAR e morfologia) que derivam oito atributos interdependentes sobre a paisagera[16]: **(1) linha-limite controversa**: a fronteira política é artefato colonial que opera simultaneamente como barreira e zona de atração; **(2) espessura-fronteira contaminada**: zona de indeterminação e fricção multiespécie, de intensa mestiçagem linguística, econômica e cultural; **(3) precariedade como colaboração**: cicatrizes geopolíticas e violências (social, racial, de gênero, ambiental) ressignificadas como epistemologias de sobrevivência compartilhada, como nas redes informais de contrabando; **(4) pedagogia dos saberes situados**: recusa da universalidade do conhecimento ocidental em favor da escuta radical de comunidades negras, indígenas, mulheres e moradores fronteiriços; **(5) agência dos não-humanos**: rios, pontes, cerros e marcos reconhecidos como agentes que mediam conflitos e codificam memórias coletivas; **(6) palimpsestos histórico-culturais**: o território como camadas temporais sobrepostas, visíveis nos vestígios da antiga rede ferroviária binacional e nos debates sobre monumentos; **(7) arquiteturas e rituais de travessia**: pontes, aduanas e caminhos informais estruturam fluxos e são ressignificados por quem atravessa; **(8) laboratório urbano**: a paisagera como prototipagem avessa a planejamentos rígidos, evidenciada no fracasso do Plano Diretor Conjunto de 1998, frente ao êxito da Praça Internacional nas cidades de Santana do Livramento e Rivera (fig. 3).

---

[12] WALSH, Catherine – **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir.** Tomo I. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013. ISBN 978-9942-09-193-2.

[13] NAME, Leo – Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões espaciais básicas e em arquitetura. **PosFAUUSP**. 28:52 (2021). [Consult. 19 Out. 2022]. Disponível em WWW: <URL: https://revistas.usp.br/posfau/pt_BR/article/view/176627>.

[14] LATOUR, Bruno – On recalling ANT. In LAW, John; HASSARD, John (eds.) – **Actor Network Theory and After**. Oxford: Blackwell Publishers; The Sociological Review, 1999, p. 15–25. ISBN 0-631-21952-8.

[15] PEGORARO, Rafael L.; MACEDO, Silvio S. – Transformação na forma urbana brasileira: estudo de dois centros urbanos. In: **Anais da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.** São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2016.

[16] RESENDE, *op. cit.* p. 136-139.



Figura 3 – Diagrama paisagera.
Fonte: Resende, 2025, p. 140.

O meio

Compreender a paisagera exigiu um percurso metodológico capaz de acompanhar a complexidade das relações que constituem a fronteira. Em vez de partir de categorias previamente estabilizadas ou buscar explicações universais, a pesquisa assumiu o "meio" como posição epistemológica e metodológica. "Por onde começarmos? Como sempre, o melhor é começar em meio às coisas, *in medias res*"[17]. Permanecer no meio significa reconhecer a fronteira como um espaço de encontros, controvérsias e negociações contínuas, onde os fenômenos não se apresentam de forma acabada, mas emergem das relações estabelecidas entre diferentes agentes, temporalidades e territorialidades.

[17] LATOUR, Bruno – **Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory.** New York: Oxford University Press, 2005. p. 49.

Essa postura aproxima-se da perspectiva não moderna proposta por Bruno Latour[18] e John Law[19], ao compreender que a realidade não pode ser reduzida a dualismos como natureza e sociedade, sujeito e objeto, teoria e prática ou Brasil e Uruguay. Ao mesmo tempo, dialoga com os Estudos Decoloniais ao reconhecer que todo conhecimento é situado e que compreender a paisagem fronteiriça requer deslocar o olhar das narrativas hegemônicas para privilegiar as experiências produzidas no Sul Global. Assim, a pesquisa buscou cartografar relações em vez de classificá-las, acompanhar transformações em vez de congelá-las e compreender processos antes de produzir sínteses definitivas.

O percurso metodológico foi estruturado a partir de três estratégias complementares. A primeira consiste no **estudo de caso**[20], compreendido não como mera aplicação de teorias previamente consolidadas, mas como o próprio lugar de construção do conhecimento. As cidades-gêmeas Jaguarão–Rio Branco e Santana do Livramento–Rivera não foram tomadas como exemplos representativos de uma realidade mais ampla, mas como territórios singulares, capazes de revelar dinâmicas, conflitos e modos de existência que emergem da experiência situada da fronteira.

A segunda estratégia fundamenta-se na **cartografia de controvérsias**[21], inspirada na Teoria Ator-Rede. Em vez de buscar consensos ou explicações lineares, essa abordagem acompanha as controvérsias ainda abertas, isto é, os momentos em que diferentes agentes humanos e não humanos disputam significados, produzem alianças, tensionam decisões e transformam o território. Mais do que explicar os fenômenos, a cartografia procura seguir seus rastros, revelando como as redes sociotécnicas se estabilizam ou se reorganizam continuamente.

Complementarmente, a pesquisa adotou a abordagem das **Transformações da Morfologia**[22], compreendendo que a forma urbana não constitui apenas o cenário onde a vida acontece, mas também participa ativamente da produção das relações sociais. As mudanças na configuração dos espaços livres, das infraestruturas, das edificações e dos elementos naturais expressam processos históricos, políticos e culturais, ao mesmo tempo em que condicionam novas formas de ocupação, circulação e convivência. Dessa maneira, a leitura morfológica permitiu identificar, na própria materialidade da paisagem, vestígios das transformações produzidas pela dinâmica fronteiriça.

Essas estratégias foram operacionalizadas por meio de diferentes táticas investigativas. A revisão da literatura e a pesquisa documental forneceram a base teórica e institucional necessária para compreender a formação histórica, política e normativa da fronteira Brasil–Uruguay. A leitura da paisagem possibilitou interpretar as relações entre os componentes naturais, construídos e socioculturais, evidenciando como diferentes camadas temporais permanecem inscritas no território.

---

[18] LATOUR, *op. cit*, 2005.
[19] LAW, John – **After Method: Mess in Social Science Research.** London; New York: Routledge, 2004.
[20] YIN, Robert K. – **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Porto Alegre: Bookman, 2001.
[21] VENTURINI, Tommaso – Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory. **Public Understanding of Science**. 19: 3 (2010), p. 258–273.
[22] CAPEL, Horacio – **La morfología de las ciudades. Vol. II: Aedes facere: técnica, cultura y clase social en la construcción de edificios.** Barcelona: Ediciones del Serbal, 2005. ISBN 84-7628-477-7.

Entre as táticas empregadas, destaca-se a **caminhografia urbana**, adotada como principal procedimento de aproximação com o campo. Mais do que percorrer fisicamente as cidades, caminhar constituiu uma prática metodológica de investigação sensível, permitindo acompanhar os ritmos cotidianos, observar as transformações em curso, registrar afetos, conflitos, apropriações e permanências que dificilmente seriam apreendidos por métodos exclusivamente documentais. A caminhografia transformou o percurso em instrumento de produção do conhecimento, possibilitando que a paisagera fosse compreendida a partir da experiência vivida e das relações estabelecidas durante o caminhar[23].

Ao longo de 2018 a 2023 a investigação nas cidades-gêmeas através desse conjunto de estratégias e táticas possibilitou identificar os múltiplos agentes envolvidos na produção da paisagera, incluindo moradores, gestores públicos, infraestruturas, legislações, rios, trilhos, vegetação, relevo e demais elementos humanos e não humanos que participam da constituição desse território binacional.

O método constituiu uma forma de habitar temporariamente a fronteira. Ao privilegiar a experiência, o acompanhamento das controvérsias e a construção de uma cartografia situada, a pesquisa procurou compreender a paisagera não como um objeto estático de análise, mas como uma realidade relacional, híbrida e permanentemente em transformação. Escolher o caminho do meio significou, portanto, aceitar que a paisagem não se revela a partir de certezas, mas nas travessias, nas conexões e nos encontros que continuamente produzem a fronteira.

Os efeitos e os afetos

Os resultados da pesquisa articulam-se em quatro momentos: a construção teórico-conceitual da paisagera, sua aplicação empírica às cidades-gêmeas Jaguarão/Rio Branco e Santana do Livramento/Rivera (o território), a leitura das transformações morfológicas registradas em cinco anos (a lente) e o rastreamento dos agentes envolvidos (as controvérsias), que serão pormenorizadas a seguir.

O território

A paisagera foi explorada na experimentação entre Jaguarão–Rio Branco e Santana do Livramento–Rivera, escolhidas por representarem configurações distintas da fronteira: a primeira estruturada pelo Rio Jaguarão (fronteira molhada), a segunda pela continuidade física do tecido urbano (fronteira seca). Ambas compartilham processos históricos de ocupação e intensa circulação cotidiana, constituindo campo privilegiado para observar a produção da paisagem fronteiriça.

Em Jaguarão–Rio Branco, o Rio Jaguarão, gerido pela Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia da Lagoa Mirim desde 1963, funciona como limite físico e elo simbólico entre as margens, apesar de desafios como o baixo índice de tratamento de esgoto em ambas as cidades. A presença do rio confere maior autonomia decisória a cada margem, resultando em aglomerado compacto, porém com duas centralidades distintas (fig. 4).

[23] ROCHA, Eduardo; SANTOS, Taís B. (orgs.) – **Verbolário da caminhografia urbana**. Pelotas: Editora Caseira, 2024. ISBN 978-65-88489-73-4.

Em Santana do Livramento–Rivera, a ausência de barreira física favorece conurbação mais integrada: a linha internacional atua como eixo estruturante, e não separador, caso emblemático da Praça Internacional, ainda que a comparação evidencie diferenças de matriz colonial nos traçados (malha portuguesa adaptada à topografia em Livramento; malha espanhola reticulada, da Lei das Índias, em Rivera) e nos regimes de ocupação dos cerros, preservados do lado brasileiro e ocupados (para moradia, extração de pedra e equipamentos públicos) do lado uruguaio (fig. 5).

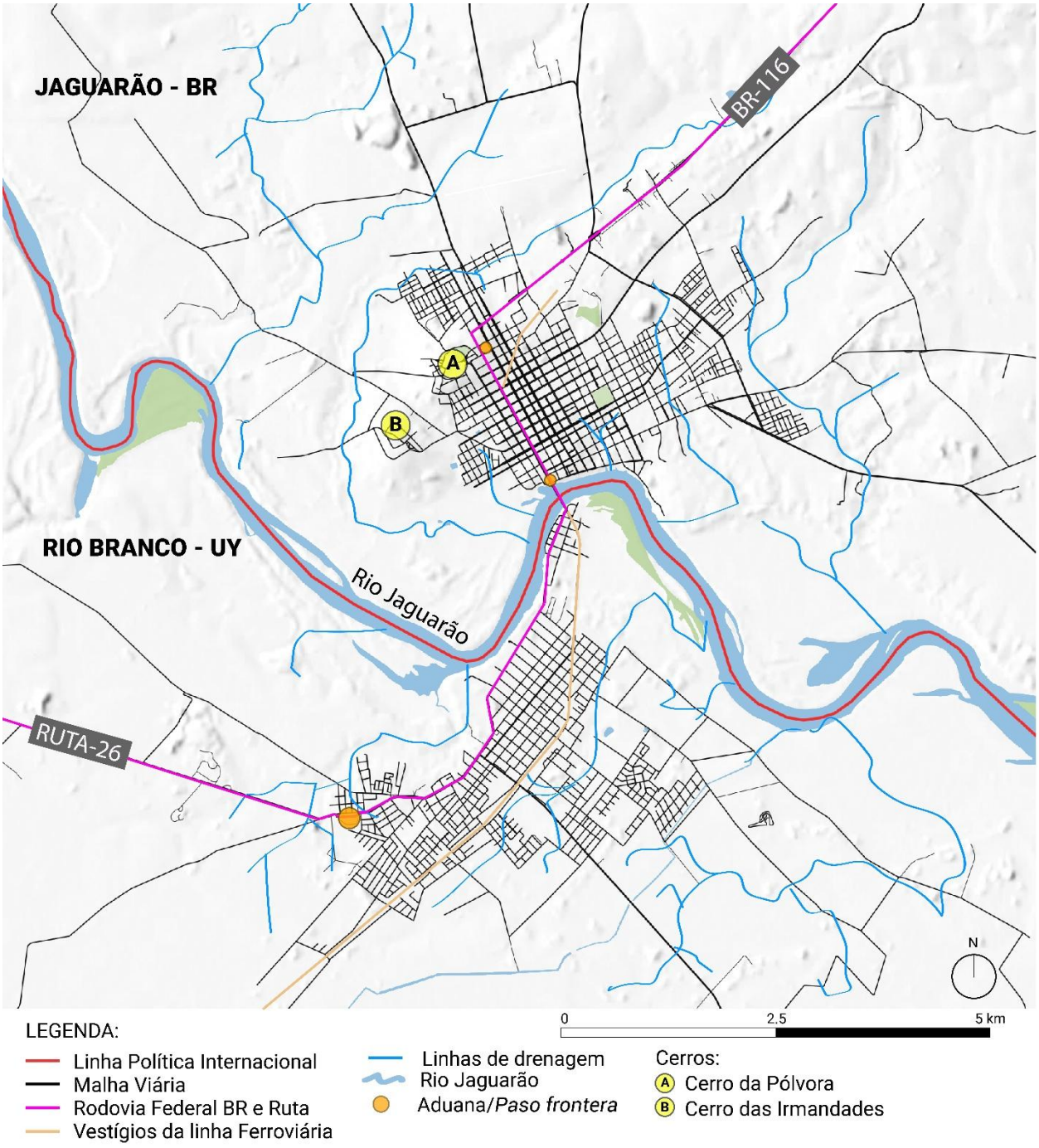


Figura 4 – Mapa geo-biofísico das cidades-gêmeas Jaguarão-Rio Branco

Fonte: Resende, 2025, p. 142.

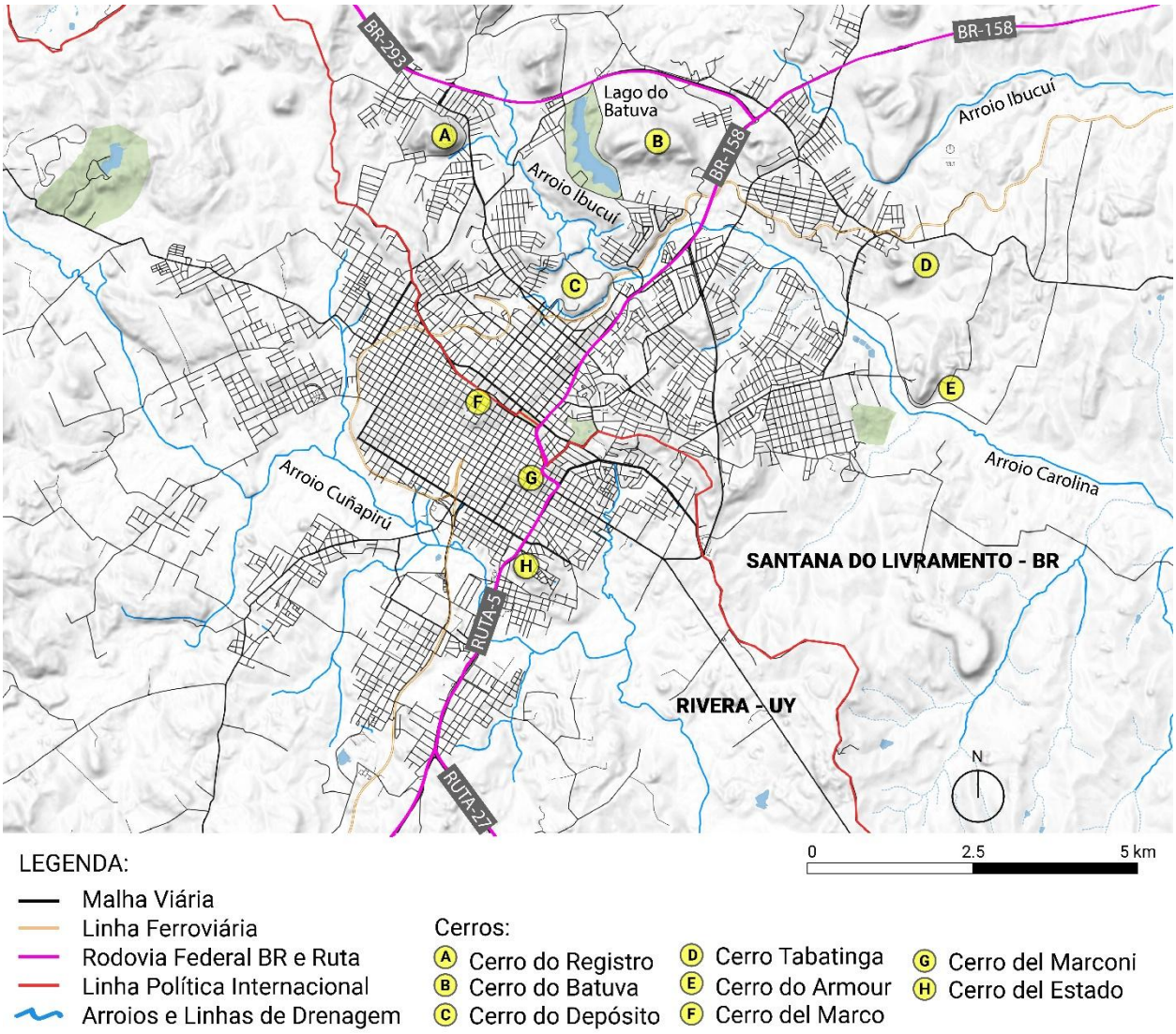


Figura 5 – Mapa geo-biofísico das cidades-gêmeas Santana do Livramento-Rivera
Fonte: Resende, 2025, p. 149.

A leitura integrada demonstrou que a fronteira não se organiza a partir da linha internacional, mas das relações que a atravessam: fluxos permanentes de pessoas, mercadorias e práticas culturais tornam o território funcionalmente integrado, mesmo diante de legislações e sistemas administrativos distintos, coexistência entre separação institucional e integração cotidiana identificada como uma das principais controvérsias da pesquisa. As caminhografias revelaram ainda que essa integração se manifesta na atuação de agentes não humanos como o Rio Jaguarão, os cerros, a vegetação, os sistemas hídricos, os animais, entre outros, que deixam de ser condicionantes passivos para assumir papel ativo na constituição das dinâmicas urbanas.

As diferenças entre as cidades-gêmeas não decorrem da condição nacional, mas da combinação entre capacidades institucionais, decisões políticas e investimentos públicos:

Jaguarão preservou maior continuidade urbana, associada à proteção patrimonial; Rio Branco apresentou expansão mais dispersa e periférica. Em Livramento–Rivera, a continuidade física da malha convive com diferenças significativas na organização de espaços livres, infraestrutura e ocupação do solo — demonstrando que a integração cotidiana convive com formas distintas de gestão da cidade. Em nenhum dos dois casos a paisagem resulta exclusivamente do planejamento estatal ou das condições naturais: ela emerge das associações entre agentes humanos e não humanos, numa construção coletiva, instável e permanentemente negociada.

A lente

Aplica-se a classificação de Pegoraro e Macedo[24] — adição (expansão sobre área não urbanizada), consolidação (preenchimento de vazios urbanos) e sobreposição (verticalização ou substituição em áreas consolidadas) — à comparação de imagens de satélite entre 2018 e 2023.

Em Santana do Livramento e Rivera, predomina a consolidação, mais expressiva do lado brasileiro, associada a empreendimentos residenciais multifamiliares e equipamentos de ensino; em Rivera, concentra-se na criação de espaços livres, como o Parque Linear Cuñapirú. As sobreposições evidenciam contraste marcante: em Livramento, casarios ecléticos de um a dois pavimentos vêm sendo substituídos por edifícios de mais de dez pavimentos, com impactos de sombreamento e descaracterização; em Rivera, concentram-se em obras públicas — como o anfiteatro na base do Cerro del Marco — que respeitam a altura preexistente (fig. 6). Segundo Diretora da Unidade de Ordenamento Territorial da Intendencia de Rivera, Adriana Epifânico[25], essa verticalização em Livramento é atribuída a custos construtivos e carga tributária menores no Brasil e à atração de moradores uruguaios pelo custo de vida, tendendo a configurar a cidade brasileira como cidade-dormitório, enquanto Rivera se consolida como polo de serviços — associado à continuidade técnica de sua Intendência, em contraste com gestões em Livramento mais voltadas a investimentos privados do que a espaço público.

Em Jaguarão e Rio Branco, as transformações são mais discretas e concentradas nas bordas: a adição, praticamente ausente do lado brasileiro, concentra-se na periferia leste de Rio Branco, em áreas de baixa infraestrutura e renda; as consolidações aparecem em ambas — em Jaguarão por adensamento intraquadra, em Rio Branco pela abertura de vias associadas a equipamentos de lazer; as sobreposições, raras nas duas cidades, concentram-se na requalificação de espaços públicos. Jaguarão apresenta maior contenção da expansão, atribuída à preservação patrimonial e à limitação legal de volumetria; Rio Branco, beneficiado pela recente municipalização, ainda carece de legislação urbanística consolidada (fig. 7).

Os três padrões não representam etapas sucessivas de evolução urbana, mas formas pelas quais o território incorpora novas relações ao longo do tempo. A adição revela que o

[24] PEGORARO, Rafael L.; MACEDO, Silvio S. – Transformação na forma urbana brasileira: estudo de dois centros urbanos. In: Anais da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2016.
[25] RESENDE, *op. cit.* p. 401-407.

crescimento urbano responde à articulação entre interesses e capacidades institucionais, não apenas a demandas populacionais. A consolidação, não homogênea entre os lados da fronteira, evidencia que a forma urbana reflete escolhas políticas e capacidades administrativas distintas, mesmo sob condições geo-biofísicas semelhantes. Já a sobreposição, um dos resultados mais expressivos da pesquisa, mostra a permanência simultânea de diferentes temporalidades sobre o mesmo território: infraestruturas históricas convivem com novas funções, evidenciando que a cidade resulta da contínua recomposição de suas formas e relações, e não de um único momento histórico.



Figura 6 – Transformação por sobreposição em Santana do Livramento e Rivera
Fonte: Resende, 2025, p. 160.

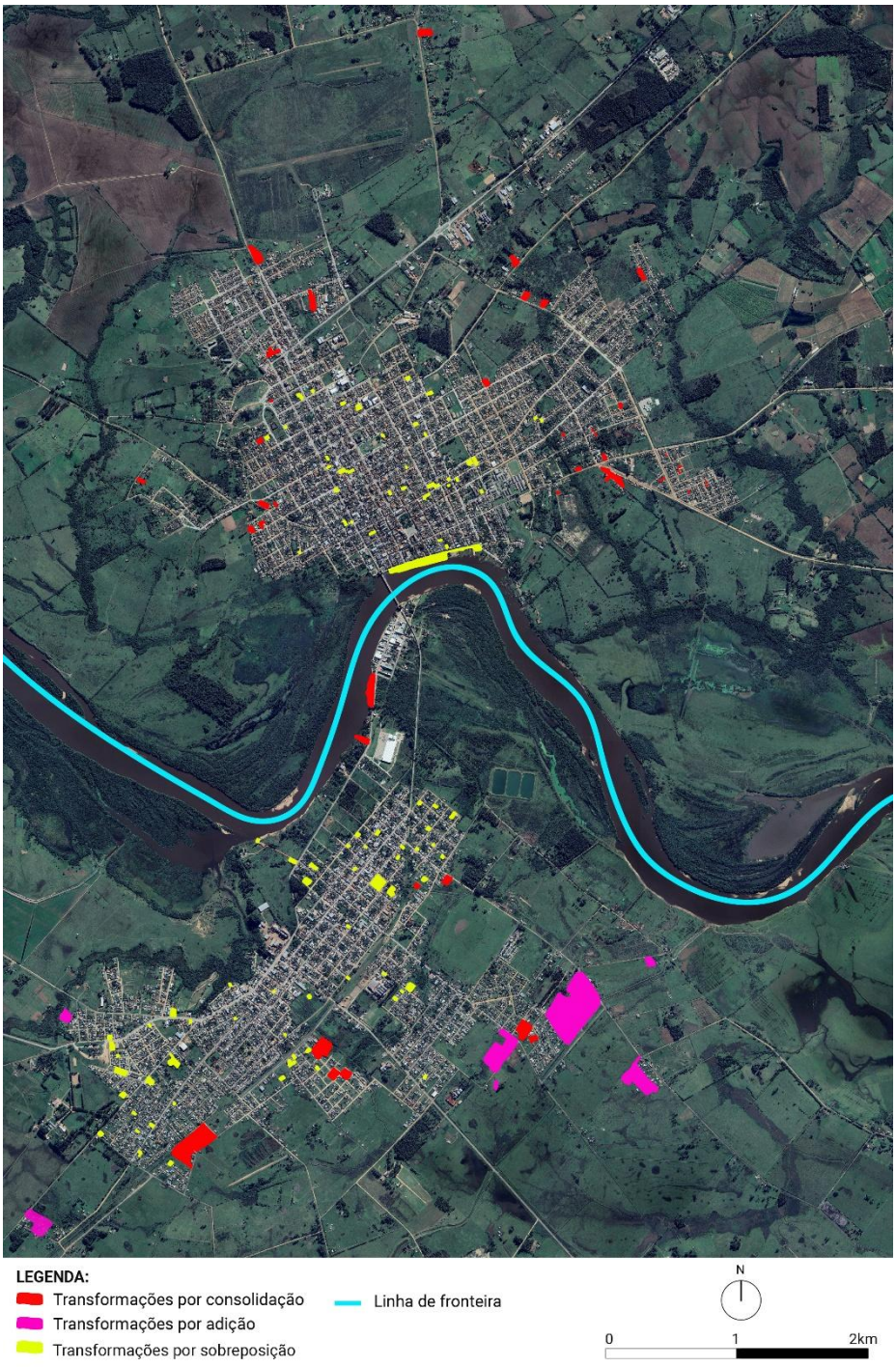


Figura 7 – As transformações morfológicas em Jaguarão-Rio Branco.
Fonte: Resende, 2025, p. 164.

A leitura morfológica, articulada à cartografia de controvérsias, revelou que a forma urbana materializa negociações envolvendo legislações, interesses econômicos, patrimônios culturais e condicionantes ambientais, cada alteração corresponde à estabilização temporária de uma rede de relações. Tornou-se visível, assim, a atuação de elementos negligenciados pelo planejamento tradicional — o Rio Jaguarão, cursos d'água secundários, cerros, vegetação — ao lado de agentes humanos (moradores, comerciantes, gestores, trabalhadores

transfronteiriços) que produzem continuamente novas territorialidades, muitas vezes extrapolando os limites das legislações nacionais. De modo geral, a intensidade e a direção das transformações não decorrem da soberania nacional, mas da interação entre agentes públicos, privados e moradores, tensionada pela dinâmica transfronteiriça: decisões urbanas de um lado da linha repercutem no lado vizinho.

As controvérsias

O rastreamento de agentes humanos e não humanos permitiu identificar sete controvérsias que atravessam a produção da paisagera e ajudam a explicar os contrastes morfológicos descritos.

A primeira, de **memória coletiva**, envolve monumentos e nomes de logradouros que homenageiam figuras coloniais, ao lado de iniciativas de reconfiguração simbólica, como as atividades do Clube Social Negro 24 de Agosto, em Jaguarão, que reivindicam narrativas historicamente silenciadas. A segunda, de **segregação e cooperação**, mostra que exclusão e controle convivem com complementaridade e interdependência entre moradores dos dois países. A terceira trata a fronteira como espaço de **diversidade e negociação contínua**, cujos conflitos não são resolvidos, apenas geridos cotidianamente.

A quarta controvérsia refere-se ao **documento fronteiriço e às identificações híbridas**, em que instrumentos institucionais de dupla pertença frequentemente atuam como mecanismo de limitação, descompassados da pluralidade identitária vivida. A quinta, **o paradoxo do limite de fronteira**, evidencia a fragilidade do poder jurídico frente à dinamicidade do território, exemplificada no fracasso do Plano Diretor Conjunto de 1998. A sexta, **de controle estatal e naturalização de práticas informais**, aparece na comercialização do gás de cozinha e no câmbio de moedas na linha de fronteira, práticas que a fiscalização institucional não consegue — nem sempre pretende — eliminar. A sétima, de **burocracias e práticas subversivas**, mostra como a rigidez normativa entre os países, ao dificultar projetos integradores, estimula soluções criativas e informais no uso cotidiano do espaço.

Confirma-se ainda a centralidade dos agentes não humanos: rios, cerros, pontes, vegetação, animais e variações climáticas (secas e enchentes recorrentes no Rio Grande do Sul) figuram como agentes que codificam memórias coletivas e condicionam decisões de ocupação tanto quanto legislações e planos formais. Tomadas em conjunto, essas controvérsias não são obstáculos a resolver, mas expressões vivas da complexidade fronteiriça, explicando por que instrumentos de planejamento pensados em termos exclusivamente nacionais tendem a não corresponder à experiência efetiva de quem vive a fronteira.

Considerações finais

Os resultados desta pesquisa qualificam a paisagera como um instrumento teórico-metodológico capaz de articular materialidade, simbolismo e agência em territórios sul-americanos, indo além de descrever paisagens fronteiriças. Sua diferença em relação ao borderscapes é epistemológica: enquanto este trata a fronteira como cenário de conflitos entre Estados, a paisagera parte da precariedade, da mestiçagem e da agência não humana como condições estruturantes, não como exceções.

A Teoria Ator-Rede evidenciou, nos dois estudos de caso, o que uma leitura institucional deixaria invisível: o papel do Rio Jaguarão na definição de centralidades urbanas, os cerros disputados entre preservação e ocupação, e a capacidade de infraestruturas obsoletas — como a antiga linha férrea — de continuar organizando fluxos e memórias. Esse deslocamento, de instituições para redes humanas e não humanas, explica por que cidades-gêmeas sob as mesmas condições geo-biofísicas produzem morfologias distintas: a diferença está nas redes que atravessam o território, não no território em si.

O olhar decolonial, ao equiparar saberes populares e técnico-científicos, permitiu registrar controvérsias ausentes das bases de dados oficiais, como a percepção de que "o rio une e a ponte separa"[26], os debates sobre monumentos coloniais e a naturalização do contrabando, que são, elas mesmas, evidência empírica de como a paisagem fronteiriça é produzida.

Para o planejamento urbano, o fracasso do Plano Diretor Conjunto de 1998 frente ao êxito da Praça Internacional sugere que instrumentos binacionais falham ao ignorar a dinâmica cotidiana da fronteira e funcionam quando ancorados em usos já praticados pela população. Da mesma forma, o contraste entre a verticalização desordenada de Santana do Livramento e a gestão técnica continuada de Rivera indica que a variável explicativa central das transformações morfológicas é a capacidade institucional de mediar as redes de agentes, não a soberania nacional.

Os três objetivos da pesquisa foram alcançados: a paisagera consolidou-se como leitura decolonial da fronteira sul-americana, em oito atributos interdependentes; a leitura morfológica mostrou que as transformações urbanas decorrem de capacidades institucionais locais; e o rastreamento de agentes revelou sete controvérsias centrais que evidenciam a fronteira como campo ativo de disputas e resistências.

A contribuição científica é dupla: teórica, ao oferecer um instrumento situado alternativo ao *borderscapes*; e empírica, ao demonstrar que fronteira seca e molhada produzem morfologias distintas pela mediação de agentes institucionais, técnicos e comunitários, não por determinação geográfica. Como limitação, a paisagera permanece proposição inaugural, ainda não testada em outros contextos, com redes mais complexas (circuitos transnacionais, articulações diplomáticas, povos indígenas) apenas parcialmente exploradas, o que fica como agenda de pesquisa futura.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) – Processo nº E-26/201.260/2023.

Bibliografia

CAPEL, Horacio – **La morfología de las ciudades. Vol. I: Sociedad, cultura y paisaje urbano.** Barcelona: Ediciones del Serbal, 2002. ISBN 84-7628-414-9.

[26] RESENDE, *op. cit.* p. 253.

CAPEL, Horacio – **La morfología de las ciudades. Vol. II: Aedes facere: técnica, cultura y clase social en la construcción de edificios.** Barcelona: Ediciones del Serbal, 2005. ISBN 84-7628-477-7.

DELL'AGNESE, Elena; SZARY, Anne-Laure Amilhat - Borderscapes: From BorderLandscapes to Border Aesthetics. **Geopolitics.** 20:1 (2015) 1–10.

DORFMAN, Adriana; FRANÇA, Arthur L. B. C. - Agenda descolonial para os estudos fronteiriços no Brasil. **L'Espace Politique**. 31:1 (2017) 1-21. [Consult. 5 Jun. 2022]. Disponível em WWW:<URL: https://journals.openedition.org/ espacepolitique/4200>.

LATOUR, Bruno – On recalling ANT. In LAW, John; HASSARD, John (eds.) – **Actor Network Theory and After.** Oxford: Blackwell Publishers; The Sociological Review, 1999, p. 15–25. ISBN 0-631-21952-8.

LATOUR, Bruno – **Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory.** New York: Oxford University Press, 2005. ISBN 978-0-19-925604-4.

LAW, John – **After Method: Mess in Social Science Research**. London; New York: Routledge, 2004.

MIGNOLO, Walter D. - **Habitar la frontera: sentir y pensar la descolonialidad** (Antología, 1999-2014). Barcelona: Edicions Bellaterra, 2015. ISBN 978-34-92511-44-0.

NAME, Leo – Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões espaciais básicas e em arquitetura. **PosFAUUSP**. 28:52 (2021). [Consult. 19 Out. 2022]. Disponível em WWW: <URL: https://revistas.usp.br/posfau/pt_BR/article/view/176627>.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Orgs.) - **Pistas do Método da Cartografia: Pesquisa-intervenção e Produção de Subjetividade.** 1ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2014. 207 p. ISBN 978-85-205-0530-4.

PEGORARO, Rafael L.; MACEDO, Silvio S. – Transformação na forma urbana brasileira: estudo de dois centros urbanos. In: **Anais da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.** São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2016.

QUIJANO, Aníbal – Colonialidad del poder, eurocentrismo y clasificación social. **Journal of World-Systems Research.** 11:2 (2000) 342–386.

RESENDE, Lorena M. - **Paisagera: Caminhografias, efeitos e afetos de paisagens na fronteira Brasil-Uruguay.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2025. 485 p. Tese de doutoramento.

ROCHA, Eduardo; SANTOS, Tais B. - Como é a caminhografia urbana? Registrar, jogar e criar na cidade. **Arquitextos.** 281:05 (2023) [Consult. 25 Dez. 2023]. Disponível em

WWW:<URL: https://vitruvius.com.br/revistas/read/ arquitextos/24.281/8923>. ISSN 1809-6298.

ROCHA, Eduardo; SANTOS, Taís B. (orgs.) – **Verbolário da caminhografia urbana**. Pelotas: Editora Caseira, 2024. ISBN 978-65-88489-73-4.

VENTURINI, Tommaso – Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory. **Public Understanding of Science.** 19: 3 (2010), p. 258–273.

VENTURINI, Tommaso; MUNK, Anders Kristian. **Controversy Mapping: A field guide.** 1ª ed. Cambridge: Polity Press, 2021. 344 p. ISBN 978-1-5095-4450-9.

WALSH, Catherine **– Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I.** Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013. ISBN 978-9942-09-193-2.

YIN, Robert K. – **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Porto Alegre: Bookman, 2001.

Educação Urbanística e Ambiental no Brasil: fundamentos, práticas e perspectivas

Luiza Helena Ferraro
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura
luiza.ferraro@fau.ufrj.br

Giselle Arteiro Nielsen Azevedo
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura
gisellearteiro@fau.ufrj.br

Resumo: A necessidade de uma formação cidadã crítica, fundamentada na perspectiva da Arquitetura e Urbanismo, constitui o tema deste trabalho de doutoramento, concluído em 2025. A pesquisa discute a Educação Urbanística e Ambiental, termo adotado no Brasil em diálogo com a nomenclatura internacional *Built Environment Education*, da União Internacional dos Arquitetos, que designa práticas educativas desenvolvidas por arquitetos e urbanistas sobre o ambiente construído com crianças e jovens. Além de apresentar os fundamentos e conceitos que estruturam essa Educação, o estudo discute a função social da Arquitetura e Urbanismo e o diálogo como elementos inerentes aos processos de aprendizagem. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória, baseada na abordagem multimétodos e na perspectiva do pesquisarCOM para a produção dos dados. Foram realizadas pesquisas bibliográficas e experimentações em escolas da cidade do Rio de Janeiro. Os resultados da tese indicam a pertinência e a possibilidade de integrar a Educação Urbanística e Ambiental à educação formal brasileira, apontando caminhos para sua implementação por meio da articulação entre atores, temas, meios e políticas públicas relacionadas.

Palavras-chave: *Built Environment Education*, Cidade-escola, Formação cidadã, Função social da Arquitetura e Urbanismo, Participação social.

Introdução

Este artigo sintetiza os resultados do doutoramento concluído em 2025, intitulado "Educação Urbanística e Ambiental: diálogo cidade-escola" no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O processo de pesquisa envolveu um amplo estudo, que, neste texto, está organizado em cinco seções. A primeira apresenta o tema, as questões norteadoras, os objetivos e os procedimentos metodológicos. A segunda discute a fundamentação teórica e as perspectivas da Educação Urbanística e Ambiental. A terceira aborda sua origem na *Built Environment Education* e sua consolidação como prática da Arquitetura e Urbanismo em diferentes países. A quarta apresenta as experimentações desenvolvidas em duas escolas públicas brasileiras, com estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental, articulando os referenciais teóricos às experiências empíricas. Por fim, a quinta reúne as principais conclusões da pesquisa e aponta perspectivas para o desenvolvimento da Educação Urbanística e Ambiental e de futuras investigações na área.

A Educação Urbanística e Ambiental

A educação constitui um dos principais meios de transformação das realidades individuais e coletivas. No campo da Arquitetura e Urbanismo, o debate sobre o direito à cidade vem se aproximando do direito à educação por meio da atuação de profissionais que promovem uma formação crítica acerca da sociedade e do ambiente construído junto às novas gerações. Essa aproximação amplia a compreensão da cidadania como um direito político que envolve não apenas a participação na vida coletiva, mas também o acesso aos conhecimentos necessários para exercê-la. Nesse contexto, a Educação Urbanística e Ambiental emerge como uma prática voltada à formação cidadã sobre o ambiente construído. Investigar sua origem, a partir da *Built Environment Education (BEE)*, e suas possibilidades de inserção na educação formal brasileira, constitui o eixo central desta pesquisa. Essa Educação fundamenta-se na necessidade de capacitar os indivíduos a analisar, interpretar, expressar, apreciar e criticar as informações transmitidas pelo meio ambiente. Mais do que desenvolver uma postura crítica, busca transformá-las em conhecimento contextualizado[1], condição necessária para a tomada de decisões conscientes sobre os espaços que habitamos. Nesse sentido, apresenta-se como uma resposta aos desafios contemporâneos, marcados por transformações sociais, ambientais, educacionais e políticas.

A pesquisa articula contribuições de diferentes campos do conhecimento, tendo a Arquitetura e Urbanismo como eixo estruturador, em razão de sua natureza transdisciplinar e de sua perspectiva humanística. Deste campo emergem compreensões fundamentais para a Educação Urbanística e Ambiental, como a função social da profissão, a cidade como expressão das construções sociais e corresponsabilidade dos profissionais na produção dos espaços, além da participação social como princípio para a construção de sociedades e cidades mais justas e democráticas. A fundamentação teórica também dialoga com a Sociologia, especialmente com a Sociologia da Infância, que compreende a infância como uma categoria geracional estrutural[2] e as crianças como atores sociais e políticos, produtores de cultura, competentes de variados conhecimentos, dentro de uma perspectiva plural e

[1] MORIN, Edgar – **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

[2] QVORTRUP, Jens – A infância enquanto categoria estrutural. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, Vol. 36, nº 2 (2010) p. 631-643.

heterogênea das infâncias. No campo da Educação, a pesquisa fundamenta-se na compreensão de que o compromisso não constitui um ato passivo, mas pressupõe a capacidade de agir e refletir[3], dimensões constitutivas da práxis. Essa perspectiva aproxima-se dos princípios do pesquisarCOM[4] [5], adotado como postura epistemológica e metodológica da investigação. Ao valorizar a ação, o diálogo e a afetividade, essa abordagem reconhece os diferentes sujeitos envolvidos na pesquisa como participantes da construção do conhecimento científico.

O estudo partiu do pressuposto de que é possível implementar a Educação Urbanística e Ambiental nas escolas do Brasil, mas para isso, deve-se entendê-la de maneira geral e a partir dos meios, atores, recursos e estratégias mais adequados. Com base nesses pressupostos, a pesquisa teve como objetivo principal estudar as possibilidades e os requisitos para essa Educação na educação formal brasileira. Como objetivos específicos, buscou-se: i) compreender a relação entre cidade e educação no Brasil e no contexto internacional; ii) Analisar os atores, meios e estratégias envolvidos na Educação Urbanística e Ambiental; iii) Experimentar práticas em escolas públicas do Rio de Janeiro; e iv) Propor diretrizes para sua implementação no contexto educacional brasileiro. A investigação caracteriza-se como uma pesquisa básica, de abordagem qualitativa e caráter exploratório, desenvolvida por meio de uma estratégia multimétodos[6]. Como recorte empírico, foram realizadas experimentações em duas escolas municipais da cidade do Rio de Janeiro, nos primeiros anos do Ensino Fundamental[7].

Fundamentação teórica e perspectivas da Educação Urbanística e Ambiental

A discussão sobre a formação crítica de crianças e jovens acerca do ambiente construído exigiu identificar os conceitos e pressupostos teóricos que fundamentam essa prática. A partir de pesquisa bibliográfica, foram mobilizados os conceitos de ambiente construído, Arquitetura e Urbanismo, cidade como currículo, cidadania, direito à cidade e à educação, cidades educadoras, territórios educativos e sobre a função social da Arquitetura e Urbanismo.

O ambiente construído é compreendido como resultado de intervenções antrópicas de caráter físico e subjetivo, mediadas por relações materiais e objetivas, mas também socioculturais e

---

[3] FREIRE, Paulo – **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

[4] MORAES, Marcia – Política ontológica e deficiência visual. In: MORAES, Marcia; KASTRUP, Virgínia (org.). **Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual.** Rio de Janeiro: Nau/Faperj, 2010, p. 26-51.

[5] MORAES, Márcia – Do "PesquisarCOM" ou tecer destecer fronteiras. In: TAVARES, Gilead Marchezi, MORAES, Márcia, BERNARDES, Anita Guazzelli (org). **Cartas para pensar: políticas de pesquisa em psicologia**. Vitória: EDUFES, 2014.

[6] GÜNTHER, Hartmut; ELALI Gleice Azambuja; PINHEIRO, José de Queiroz – A abordagem multimétodos em Estudos Pessoa-Ambiente: Características, definições e implicações. In: GÜNTHER Hartmut; PINHEIRO, José de Queiroz. **Métodos de Pesquisa nos Estudos Pessoa-Ambiente.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

[7] Este recorte está associado ao Projeto de Pesquisa "Mapeamento Afetivo dos Territórios Educativos do Rio de Janeiro: interlocuções e redes alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável", coordenado pela professora Giselle Azevedo. Ver: GAE/SEL-RJ, Grupo Ambiente Educação e Sistemas de Espaços Livres – **Relatório do Mapeamento afetivo dos territórios educativos da cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 2020, disponível em: http://www2.gae.fau.ufrj.br/relatorios-de-pesquisa/.

perceptivas[8]. Nesse contexto, a adoção conjunta dos termos Arquitetura e Urbanismo, com o uso explícito do termo "Urbanismo", expressa a compreensão da indissociabilidade entre esses campos. A pesquisa compreende a arquitetura como produto cultural da sociedade e a cidade como expressão de identidades e memórias coletivas[9]. Nessa perspectiva, arquitetura e cidade constituem dimensões indissociáveis, e o urbanismo integra a própria compreensão da arquitetura. A defesa da expressão Arquitetura e Urbanismo busca, portanto, reforçar essa articulação e evidenciar a inseparabilidade entre os dois termos[10].

A compreensão da cidade como currículo fundamenta-se em Bonafé[11], para quem a cidade pode ser interpretada simultaneamente como dispositivo cultural, campo de experiência, espaço social em conflito e linguagem que constrói experiências contextuais e subjetivas para as pessoas que a habitam. Essa perspectiva parte do entendimento de que as cidades têm os seres humanos como razão de ser e, portanto, não podem ser compreendidas sem os sujeitos que as produzem e vivenciam. Nesse mesmo sentido, a cidadania não é entendida como resultado de ações pontuais, mas como um conjunto de direitos e responsabilidades relacionados à vida pública[12]. A noção de cidadania se soma ao lugar da escola nas sociedades, e é neste lugar, que a cidadania precisa ser aprendida, pois, para se tornarem cidadãos, os sujeitos precisam compreender os conhecimentos de mundo estabelecidos por aqueles sujeitos que os acordaram previamente.

A relação entre cidade e educação também se estabelece por meio da articulação entre o direito à cidade e o direito à educação. O primeiro, conforme Lefebvre[13], é mais do que um direito individual de acesso à cidade ou uma demanda por infraestrutura urbana, mas é um direito à vida urbana em sua plenitude e que está associado ao próprio direito à cidadania[14] e relacionado também à educabilidade. Para Freire[15], essa é a incorporação da construção de saberes e práticas que possibilitam mudanças dos sujeitos envolvidos, ou seja, corresponde à construção de um saber a partir da realidade histórico-social e um intercâmbio entre os sujeitos. Para Tavares[16], o direito à cidade se conecta à educabilidade, pois esta possibilita crianças participarem dos processos de discussão sobre o ambiente urbano e "expandir as suas experiências nos diferentes espaços da cidade, sendo esta compreendida também como um agente produtor do espaço que gesta e aporta sentidos às suas espacialidades".

---

[8] SCHLEE, Monica Bahia; NUNES, Maria Julieta; REGO, Andrea Queiroz; RHEINGANTZ, Paulo; DIAS, Maria Ângela; TÂNGARI, Vera Regina – Sistema de Espaços Livres nas Cidades Brasileiras – Um Debate conceitual. **Paisagem e Ambiente**, nº 26 (2009), p. 225-247.

[9] ROSSI, Aldo – **A arquitetura da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

[10] FERRARO, Luiza Helena – **Educação Urbanística e Ambiental: diálogo cidade-escola.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2025, 390. Tese de doutoramento.

[11] BONAFÉ, Jaume Martínez – El discurso de la ciudad como curriculum de la vida cotidiana. **Revista Vagalumear**. Vol. 2, nº 2 (2022), p. 6-14.

[12] CALLAI, Helena Copetti; TOSO, Cláudia Eliane Ilgenfritz; DE MORAES, Maristela Maria; KUHN, Martin. Educação e cidadania. **Salão do Conhecimento**. Vol. 2, nº 1 (2014).

[13] LEFEBVRE, Henri – **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Centauro, 2011.

[14] SARMENTO, Manuel Jacinto – Infância e cidade: restrições e possibilidades. **Educação**. Porto Alegre, Vol. 41, nº 2 (2018), p. 232-240.

[15] FREIRE, Paulo – **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

[16] TAVARES, Maria Tereza Goudard – Infâncias, cidade e relações intergeracionais na vida cotidiana. ***Childhood & Philosophy***, Rio de Janeiro, Vol. 01 (2020) p. 01-26, 2020, p. 13.

As cidades educadoras, de forma geral, constituem caminhos para compreender e significar os ambientes urbanos e o promover o desenvolvimento de cidadania plena e democrática. Nesta pesquisa, mais que uma adesão à Associação Internacional das Cidades Educadoras[17], "as cidades educadoras — com iniciais minúsculas — são todas as cidades que, independentemente de certificação e associação, educam por si só."[18]. A compreensão dos territórios educativos está associada à relevância do papel da escola como centro desse território[19] e a corresponsabilização de diferentes atores com a educação. Entende, assim, que os saberes não estão somente nos currículos escolares, mas que estes são dinâmicos e sujeitos à vida nas cidades[20].

A articulação entre esses conceitos conduz à discussão sobre a função social da Arquitetura e Urbanismo. No Brasil, a expressão "função social" está historicamente associada à função social da propriedade, especialmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, e relaciona-se, por essa razão, aos campos da Arquitetura e Urbanismo e do Direito. Em síntese, essa compreensão indica a prevalência do interesse público sobre o interesse individual. Nesta pesquisa, entretanto, a função social da profissão é compreendida de maneira ampliada, como a responsabilidade dos profissionais de exercer seu ofício e compartilhar seus conhecimentos com a sociedade. Essa compreensão implica reconhecer a responsabilidade educativa dos arquitetos e urbanistas na construção da vida coletiva.

A relação entre esses conceitos fundamenta as perspectivas da Educação Urbanística e Ambiental, compreendidas como modos de interpretar e orientar suas práticas e como pontos de conexão epistemológica com outros campos do conhecimento. A partir dessa articulação, a pesquisa identifica três perspectivas estruturantes desta Educação: a perspectiva transdisciplinar, a perspectiva dialógica e a perspectiva intergeracional.

A perspectiva transdisciplinar, articulada à compreensão de complexidade, fundamenta-se em Edgar Morin[21], para quem os fenômenos contemporâneos exigem a superação da fragmentação disciplinar e o diálogo entre diferentes saberes. A Educação Urbanística e Ambiental aproxima-se dessa perspectiva por se originar em um campo transdisciplinar e complexo: a Arquitetura e Urbanismo. Os fenômenos abordados por essa Educação relacionam-se a crises e problemáticas contemporâneas que atravessam diferentes escalas e dimensões da vida urbana, como a superpopulação, o tráfego, a insegurança, a insalubridade, a poluição e a emergência climática.

---

[17] A AICE foi estabelecida em1990, no I Congresso Internacional das Cidades Educadoras, ocorrido em Barcelona. A Associação é uma entidade sem fins lucrativos que promove a colaboração entre os governos locais que se comprometem a seguir os princípios da Carta das Cidades Educadoras (2020). Ver: AICE –**Carta das Cidades Educadoras**. Barcelona, 2020.

[18] FERRARO, op. cit.

[19] GOMES, Rafael; AZEVEDO, Giselle – Dos territórios vulneráveis aos Territórios Educativos. **Revista Thésis**, Rio de Janeiro, Vol. 5, nº 10 (2020), p. 48-61.

[20] FERRARO, op. cit, p. 45.

[21] MORIN, Edgar – Desafios da transdisciplinaridade e da complexidade. In: AUDY, Jorge Luis Nicolas; MOROSINI, Marília Costa. (org.). **Inovação e interdisciplinaridade na Universidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007, p. 22-31

A perspectiva dialógica aproxima a Educação Urbanística e Ambiental das contribuições de Freire[22] [23], para quem a educação constitui uma prática ativa, crítica e fundada no diálogo. Essa perspectiva valoriza a experiência, a cooperação, a problematização da realidade e o professor como mediador do conhecimento, aspectos também relacionados aos princípios da Escola Nova. A educação, como a Arquitetura e o Urbanismo, não é neutra: constitui uma prática social e política. Nesse contexto, o diálogo torna-se condição para que os conhecimentos sobre o ambiente construído sejam produzidos em relação com os sujeitos que o vivenciam.

A perspectiva intergeracional parte da compreensão de que indivíduos e sociedades se constituem mutuamente e de que as relações entre gerações são fundamentais para a vida coletiva. A oposição entre "eu" e "nós", ou entre indivíduo e sociedade, é, portanto, insuficiente para compreender essas relações, que são simultaneamente individuais e coletivas[24]. Entre as consequências da existência simultânea das gerações, está a necessidade de transmitir continuamente a herança cultural entre elas, pois constantemente temos a entrada de novos indivíduos. Assim, os processos educativos, formais ou não formais, sempre estiveram pautados em um entendimento intergeracional.

A Sociologia da Infância, por sua vez, enquanto disciplina contemporânea se estrutura nos entendimentos geracionais de Mannheim[25] e, assim, compreende a infância como uma categoria social e geracional estrutural[26]. Isso significa que as crianças, assim como jovens, adultos e idosos, são uma categoria inerente e necessária à composição social e, portanto, agentes sociais, assim como os demais membros da sociedade. Nesse sentido, a Educação Urbanística e Ambiental, reconhece crianças e jovens como sujeitos que sabem, que são participantes, ativos e competentes[27] [28], bem como potentes construtores de conhecimento científico relevante[29]. A intergeracionalidade não implica apenas a convivência entre diferentes idades, mas a possibilidade de construir conhecimentos a partir da relação entre experiências, perspectivas e saberes distintos, especialmente conhecimentos sobre o ambiente construído.

Em um contexto educacional, significa que todas as gerações se relacionam, se somam e aprendem umas com as outras. Na concepção de Freire[30], é reconhecer que os processos educativos têm a mediação de diferentes sujeitos e que todos os envolvidos aprendem. O que se aplicou na pesquisa acerca dessas reflexões é a compreensão das crianças como sujeitos que, assim como os adultos, estão no mundo, inseridas em uma mesma estrutura social e

[22] FREIRE, op. cit.
[23] FREIRE, op. cit.
[24] ELIAS, Norbert – **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
[25] MANNHEIM, Karl – O problema sociológico das gerações. In: Marialice M. Foracchi (org.), **Karl Mannheim: Sociologia.** São Paulo: Ática, 1982, p. 67-95.
[26] QVORTRUP, op. cit.
[27] CASTRO, Lucia Rabello de – Conhecer, transformar(-se) e aprender: pesquisando com crianças e jovens. In: CASTRO, Lucia Rabello de; BESSET, Vera Lopes (org.), **Pesquisa-intervenção na infância e juventude**. Rio de Janeiro: Nau/Faperj, 2008, p. 21-42
[28]FERNANDES, Natália – Ética na pesquisa com crianças: ausências e desafios. **Revista Brasileira de Educação**, Vol. 21, nº 66 (2016), p. 759-779.
[29] Idem.
[30] FREIRE, op. cit.

temporal. Por essa razão, é justo não as excluir das discussões sobre o ambiente que nos circunda, evitando considerá-las em um espaço paralelo, ou apenas no "universo infantil".

Built Environment Education: práticas educativas em Arquitetura e Urbanismo.

A preocupação em promover uma educação sobre o ambiente construído iniciou na década de 1970 quando profissionais de Arquitetura e Urbanismo, influenciados pelos movimentos ambientais e pelas críticas aos efeitos da industrialização e da urbanização, contribuíram para a formação das bases do que hoje se identifica como a BEE. A partir de conferências internacionais de Educação Ambiental, o entendimento de "entorno" foi progressivamente ampliado para abranger o ambiente urbano e os problemas ambientais adquiriram um tratamento interdisciplinar[31]. Apesar de décadas de experiências, a BEE ainda constitui um campo pouco conhecido e fortemente vinculado às atividades práticas. Mais do que difundir conhecimentos de Arquitetura e Urbanismo, a BEE tensiona os modos tradicionais de produção do conhecimento arquitetônico ao estabelecer diálogo com outros públicos e incorporar saberes tradicionais e conhecimentos empíricos. Nesse movimento, a Educação Urbanística e Ambiental amplia os sujeitos envolvidos na construção do conhecimento sobre o ambiente construído e aproxima a profissão da sociedade.

Como uma das etapas da pesquisa, foi realizada uma investigação bibliográfica com o objetivo de compreender como essa Educação tem se consolidado internacionalmente. O levantamento resultou em um mapeamento de ações relacionadas à BEE e à Educação Urbanística e Ambiental, posteriormente sistematizadas em categorias analíticas que permitiram identificar suas diferentes formas de atuação. Esse panorama internacional, ilustrado na Figura 1, permitiu compreender essa Educação como um fenômeno ainda incipiente, mas que se manifesta de diferentes formas em distintos contextos.

O mapeamento evidenciou que a maior parte das iniciativas identificadas se concentra na Europa e na América do Norte, refletindo objetivos, problemáticas e práticas vinculados às especificidades desses territórios. Essa concentração geográfica impõe uma questão importante: embora a BEE constitua uma referência internacional para a educação sobre o ambiente construído, suas práticas não podem ser simplesmente transpostas para outros contextos socioterritoriais. No caso brasileiro, marcado por profundas desigualdades sociais, territoriais e educacionais, torna-se necessário investigar como essa Educação pode assumir características próprias. A partir dessa constatação, formulou-se a pergunta: "Qual a identidade dessa Educação no Brasil?".

[31] ARIN, Sebla – Built Environment Education for Children through Architectural Workshops. **Procedia - Social and Behavioral Sciences.** Vol. 142 (2014), p. 35-39.



Figura 1 — Mapeamento de iniciativas relacionadas à *BEE*. Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Educação Urbanística e Ambiental como prática de pesquisa

A partir da pergunta formulada e com o objetivo de investigar as características que a Educação Urbanística e Ambiental pode assumir no contexto brasileiro, foram realizadas experimentações pedagógicas em duas escolas municipais da região sudoeste da cidade do Rio de Janeiro, nos bairros da Barra da Tijuca e da Taquara, nos anos de 2023 e 2024[32]. As atividades buscaram investigar quais conteúdos abordar, quais atores envolver e quais estratégias metodológicas adotar, bem como de que modo essas escolhas se relacionam com o campo da Arquitetura e Urbanismo. As experimentações foram organizadas em oficinas, cada uma estruturada a partir de um tema gerador, um objetivo e uma metodologia específica. Os encontros seguiram a lógica de aproximar, mapear e construir o conhecimento[33]. Mais do que uma sequência metodológica, essa organização expressa uma concepção de construção compartilhada do conhecimento, na qual a aproximação estabelece vínculos, o mapeamento permite conhecer e interpretar as experiências dos sujeitos e a construção orienta a elaboração coletiva de respostas e possibilidades de transformação (Figura 2).

O primeiro momento, denominado "aproximar", corresponde ao contato inicial com a escola, os professores e os estudantes e tem como objetivo construir vínculos de confiança entre os sujeitos envolvidos no processo. Essa aproximação permite deslocar a imagem social do arquiteto e urbanista como profissional restrito à elaboração de projetos e aproximá-lo de uma atuação educativa e dialógica. O momento "mapear" promove interações de caráter mais

[32] FERRARO, op. cit.
[33] AZEVEDO, Giselle Arteiro Nielsen (org.) – **Diálogos entre arquitetura, cidade e infância**: Territórios educativos em ação. Rio de Janeiro: Paisagens Híbridas, 2019.

técnico e investigativo. As atividades incluem desenhos, leitura de mapas, discussão de temas específicos, rodas de conversa, além de dispositivos como o Poema dos Desejos, o Mapete, o Jogo da Memória, o Teatro da Espontaneidade, a Assembleia e a Matriz de Descobertas[34]. Esses dispositivos funcionam como mediadores da expressão e da interpretação das experiências dos participantes, permitindo articular conhecimentos técnicos, percepções cotidianas e diferentes formas de representação do ambiente construído. A partir dessas atividades, constroem-se diálogos sobre diferentes temas e conhecimentos relacionados às percepções urbanas como infraestrutura básica, aspectos culturais, ambientais e sociais, importância da cidade, entre outros.

O momento "construir" propõe atividades de reflexão crítica, voltadas à elaboração de respostas para as problemáticas identificadas pelos estudantes. Nesse momento, estudantes, pesquisadores e professores participam da escolha das ferramentas mais adequadas para o desenvolvimento das atividades, considerando o tempo disponível, os materiais acessíveis e as características de cada contexto. Também relacionado a este momento, destaca-se a Feira de Arquitetura e Urbanismo. Essa atividade constitui uma estratégia de devolutiva e ampliação da participação da comunidade escolar. Ao expor os materiais produzidos nas oficinas, a Feira amplia as trocas com outros estudantes e professores que não participaram diretamente das oficinas e permite aos participantes atuarem como multiplicadores dos conhecimentos desenvolvidas.

[34] Idem.



Figura 2 — Síntese da experimentação pedagógica de Educação Urbanística e Ambiental realizada em 2024. Fonte: Ferraro, Pereira, Azevedo (2025)[35].

As experimentações também produziram um resultado não previsto inicialmente. Embora se esperasse que conceitos e temas mais técnicos — como uso do solo, mobilidade, acessibilidade e permeabilidade — ocupassem posição central nas discussões, esses conteúdos funcionaram como gatilhos para que os estudantes extrapolassem os parâmetros físicos e abordassem questões socioespaciais que afetavam diretamente seu cotidiano,

[35] FERRARO, Luiza Helena, PEREIRA, Mariana Coviello Rei Rebelo, AZEVEDO, Giselle Arteiro Nielsen. Educação urbanística e ambiental como contribuição social. **V!RUS Journal**. Vol. 1, nº 30 (2025), p. 199-213.

especialmente a violência em suas diferentes formas. Esse deslocamento revelou não apenas a realidade socioterritorial vivenciada pelos estudantes, mas também a demanda por discutir temas que atravessam seu cotidiano e permanecem pouco abordados no contexto escolar. As atividades nas escolas evidenciaram, portanto, que a Educação Urbanística e Ambiental não se limita à difusão de conhecimentos arquitetônicos e urbanísticos. Ao partir das experiências dos sujeitos, ela também produz novas compreensões sobre o ambiente construído e os fenômenos urbanos. Os conhecimentos técnicos, nesse processo, não são simplesmente transmitidos: são reinterpretados e ressignificados a partir das realidades vivenciadas.

Considerações finais

Por se tratar de uma pesquisa exploratória e qualitativa, os resultados não se apresentam como conclusões prescritivas ou definitivas. Constituem, antes, diretrizes e possibilidades para a continuidade das pesquisas e experimentações sobre a Educação Urbanística e Ambiental. A investigação organizou suas principais contribuições em quatro eixos: temas, atores, meios e políticas públicas. Esses eixos não constituem dimensões isoladas, mas elementos interdependentes para a construção de processos educativos sobre o ambiente construído.

Em relação aos temas, a pesquisa indica que a Educação Urbanística e Ambiental não deve operar a partir de um conjunto prescritivo e universal de conteúdo. Assim como a cidade pode ser compreendida como currículo da vida cotidiana, os temas devem emergir das características de cada contexto e das questões que atravessam a experiência dos sujeitos. Mais do que definir o que deve ser discutido, a Educação Urbanística e Ambiental deve estimular a capacidade de observar, interpretar e problematizar o ambiente construído. Em relação aos atores, a pesquisa evidenciou que essa Educação depende da articulação entre diferentes sujeitos e instituições, entre eles entidades de Arquitetura e Urbanismo, arquitetos e urbanistas, universidades, professores e estudantes. Suas competências e possibilidades de articulação contribuem para a construção e a expansão dessa Educação, que demanda atuação contínua e gradual.

Quanto aos meios, os resultados indicam a necessidade de diversificar estratégias, linguagens e formas de participação no contexto escolar. Programas, projetos, palestras, concursos, materiais didáticos, disciplinas específicas e ações integradas ao currículo constituem possibilidades de atuação, desde que articuladas a processos educativos críticos, criativos e participativos. No âmbito das políticas públicas, a consolidação da Educação Urbanística e Ambiental depende de articulações intersetoriais que envolvam políticas educacionais, urbanas, ambientais e culturais. Planos de educação, planos diretores, políticas educacionais, Temas Contemporâneos Transversais e projetos político-pedagógicos podem constituir instrumentos para ampliar sua presença e visibilidade.

A análise da relação entre cidade, educação e Arquitetura e Urbanismo permitiu identificar três fundamentos recorrentes dessa Educação: a cidadania, a dimensão educadora das cidades e o papel da escola como espaço de transformação social. As experiências realizadas evidenciaram que suas estratégias são necessariamente contextuais. Embora a literatura internacional apresente diretrizes e recomendações gerais, as dimensões sociais, políticas e territoriais assumem papel central na definição dos temas e das estratégias de atuação. As desigualdades que atravessam a vida cotidiana dos estudantes não constituem um aspecto secundário da educação, mas parte da própria realidade do ambiente construído. Nesse

sentido, a Educação Urbanística e Ambiental deve partir de uma compreensão ampla do ambiente construído e desenvolver estratégias coerentes com cada contexto, reconhecendo que os processos educativos se iniciam nas experiências cotidianas e nos territórios vivenciados.

Ao situar a Educação Urbanística e Ambiental no contexto brasileiro, a pesquisa contribui para a consolidação de um campo em desenvolvimento e oferece subsídios para novas investigações sobre a educação para o ambiente construído e a formação cidadã crítica, especialmente no contexto escolar. Seus resultados podem fundamentar discussões sobre políticas públicas e ampliar a reflexão acerca da função social da Arquitetura e Urbanismo e da responsabilidade educativa de seus profissionais e entidades representativas. Essa Educação não deve ser compreendida como uma prática "importada" e adaptada da BEE. Ela constitui uma prática contextual, transdisciplinar, dialógica e intergeracional, capaz de articular conhecimentos sobre o ambiente construído às experiências concretas dos sujeitos e às especificidades socioterritoriais de cada lugar.

Bibliografia

ARIN, Sebla – Built Environment Education for Children through Architectural Workshops. **Procedia - Social and Behavioral Sciences.** Vol. 142 (2014), p. 35-39.

AZEVEDO, Giselle Arteiro Nielsen (org.) – **Diálogos entre arquitetura, cidade e infância**: Territórios educativos em ação. Rio de Janeiro: Paisagens Híbridas, 2019.

BONAFÉ, Jaume Martínez – El discurso de la ciudad como curriculum de la vida cotidiana. **Revista Vagalumear**. Vol. 2, nº 2 (2022), p. 6-14.

CALLAI, Helena Copetti; TOSO, Cláudia Eliane Ilgenfritz; DE MORAES, Maristela Maria; KUHN, Martin. Educação e cidadania. **Salão do Conhecimento**. Vol. 2, nº 1 (2014).

CASTRO, Lucia Rabello de – Conhecer, transformar(-se) e aprender: pesquisando com crianças e jovens. In: CASTRO, Lucia Rabello de; BESSET, Vera Lopes (org.), **Pesquisa-intervenção na infância e juventude**. Rio de Janeiro: Nau/Faperj, 2008, p. 21-42;

ELIAS, Norbert – **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FERNANDES, Natália – Ética na pesquisa com crianças: ausências e desafios. **Revista Brasileira de Educação**, Vol. 21, nº 66 (2016), p. 759-779.

FERRARO, Luiza Helena – **Educação Urbanística e Ambiental: diálogo cidade-escola.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2025, 390. Tese de doutoramento.

FERRARO, Luiza Helena, PEREIRA, Mariana Coviello Rei Rebelo, AZEVEDO, Giselle Arteiro Nielsen. Educação urbanística e ambiental como contribuição social. **V!RUS Journal**. Vol. 1, nº 30 (2025), p. 199-213.

FREIRE, Paulo – **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo – **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GOMES, Rafael; AZEVEDO, Giselle – Dos territórios vulneráveis aos Territórios Educativos. **Revista Thésis**, Rio de Janeiro, Vol. 5, nº 10 (2020), p. 48-61.

GÜNTHER, Hartmut; ELALI Gleice Azambuja; PINHEIRO, José de Queiroz – A abordagem multimétodos em Estudos Pessoa-Ambiente: Características, definições e implicações. In: GÜNTHER Hartmut; PINHEIRO, José de Queiroz. **Métodos de Pesquisa nos Estudos Pessoa-Ambiente.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

LEFEBVRE, Henri – **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Centauro, 2011.

MANNHEIM, Karl – O problema sociológico das gerações. In: Marialice M. Foracchi (org.), **Karl Mannheim: Sociologia.** São Paulo: Ática, 1982, p. 67-95.

MORAES, Márcia – Do "PesquisarCOM" ou tecer destecer fronteiras. In: TAVARES, Gilead Marchezi, MORAES, Márcia, BERNARDES, Anita Guazzelli (org). **Cartas para pensar: políticas de pesquisa em psicologia**. Vitória: EDUFES, 2014.

MORAES, Marcia – Política ontológica e deficiência visual. In: MORAES, Marcia; KASTRUP, Virgínia (org.). **Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual.** Rio de Janeiro: Nau/Faperj, 2010, p. 26-51.

MORIN, Edgar – **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORIN, Edgar – Desafios da transdisciplinaridade e da complexidade. In: AUDY, Jorge Luis Nicolas; MOROSINI, Marília Costa. (org.). **Inovação e interdisciplinaridade na Universidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007, p. 22-31.

QVORTRUP, Jens – A infância enquanto categoria estrutural. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, Vol. 36, n º 2 (2010) p. 631-643.

ROSSI, Aldo – **A arquitetura da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SARMENTO, Manuel Jacinto – Infância e cidade: restrições e possibilidades. **Educação**. Porto Alegre, Vol. 41, nº 2 (2018), p. 232-240.

SCHLEE, Monica Bahia; NUNES, Maria Julieta; REGO, Andrea Queiroz; RHEINGANTZ, Paulo; DIAS, Maria Angela; TÂNGARI, Vera Regina – Sistema de Espaços Livres nas Cidades Brasileiras – Um Debate conceitual. **Paisagem e Ambiente**, nº 26 (2009), p. 225-247.

TAVARES, Maria Tereza Goudard – Infâncias, cidade e relações intergeracionais na vida cotidiana. ***Childhood & Philosophy***, Rio de Janeiro, Vol. 01 (2020) p. 01-26, 2020.

Os jardins verticais de Lina Bo Bardi

Laura Betina Attuati
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura (PROPAR)
laura_attuati@hotmail.com

Cláudia Costa Cabral
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura (PROPAR) / Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais (PPGAV)
claudiacostacabral@gmail.com

Resumo: Como um recorte dentro da ampla relação entre arquitetura e natureza na obra de Lina Bo Bardi, a investigação aborda seus "jardins verticais", paredes que contêm vegetação, entendidos como um tema em sua trajetória. Para tanto, em uma aproximação inicial, busca-se realizar a interpretação botânica do estudo de fachada para a Casa Valéria Cirell (1958). Esse desenho, simbólico do projeto pela relação com a vegetação, é analisado em duas etapas complementares. Primeiramente, examina-se a composição paisagística em relação à arquitetura. Na sequência, procede-se à identificação morfológica das espécies representadas, orientada por indícios que sugerem a recorrência de plantas epífitas nos desenhos de Lina. Por fim, concluindo-se a predominância de espécies trepadeiras e das famílias Orchidaceae e Bromeliaceae no desenho, evidencia-se a recepção da arquiteta às influências da flora brasileira e discute-se as questões que permanecem em aberto para a continuidade da investigação.

Palavras-chave: Lina Bo Bardi, natureza, jardins verticais, Casa Valéria Cirell, interpretação botânica.

Introdução

A relação entre a natureza e a arquitetura de Lina Bo Bardi é visível ao longo de sua obra, formalizando-se de distintas maneiras e sendo objeto de estudo de vários autores durante os últimos anos. Neste vasto escopo, um tipo de integração se destaca, estabelecendo-se como objeto de pesquisa da dissertação em andamento – seus "jardins verticais", paredes incrustadas de vegetação que se encarregam de realizar a conformação espacial e o elo com a natureza circundante. Essa terminologia é utilizada pela própria arquiteta em um de seus últimos projetos, o estudo para a Nova Prefeitura de São Paulo (1990-1992), no qual uma das fachadas do edifício torna-se um imponente jardim. Ao retomar a expressão nessa pesquisa, busca-se estendê-la às demais paredes que servem de apoio à vegetação nos projetos de Lina, compreendendo-as como um tema recorrente em sua obra, uma vez que perpassam distintas escalas de intervenção e se apresentam tanto em projetos construídos como não-construídos. A investigação corrente pauta-se no artigo "*La venganza de la naturaleza*", de Cláudia Cabral[1], visando explorar o que a autora define como uma condição paradoxal entre arquitetura e natureza na obra de Lina Bo Bardi. Cabral demonstra que, em que pese sua inserção no contexto da arquitetura moderna e seu avanço técnico, a presença constante da natureza nas obras e desenhos de Lina remete à consciência da ação inclemente do tempo. Ainda segundo a autora, em alguns de seus desenhos para o Museu de Arte de São Paulo, Lina parece entender o objeto arquitetônico como parte de um "processo orgânico, ao longo do qual o concreto armado (...) poderia enfim retornar às suas origens pétreas e minerais"[2], enquanto atua como "suporte para um crescimento natural relativamente autônomo"[3] em que "pequenas plantas não cultivadas brotam aleatoriamente nos muros"[4].

Baseando-se nesse aspecto ambíguo e irresoluto, a dissertação visa estudar os jardins verticais de Lina Bo Bardi, partindo de *como* eles se compõem em cada projeto até a indagação sobre alguns *porquês*, em vista das discussões existentes a respeito do tema. Até então, identificou-se um conjunto de 24 projetos que apresentam jardins verticais em suas variadas formas (fig. 1), a partir da pesquisa no acervo do Instituto Lina Bo e P. M. Bardi. Além disso, algumas correlações foram preliminarmente estabelecidas, com base em características gráficas, construtivas e sobretudo pelo posicionamento da vegetação (fig. 2).

[1] CABRAL, Cláudia – La venganza de la naturaleza: los muros vivientes de Lina Bo Bardi. **Historia y crítica de la arquitectura:** jornadas 2023: arquitectura y naturaleza: lenguages, ambiente, sustentabilidad. Buenos Aires: Universidad Torcuato di Tella, 2023. p. 62-79.
[2] *Ibid*., p. 65, tradução nossa.
[3] *Ibid*., p. 69, tradução nossa.
[4] *Ibid.*, tradução nossa.

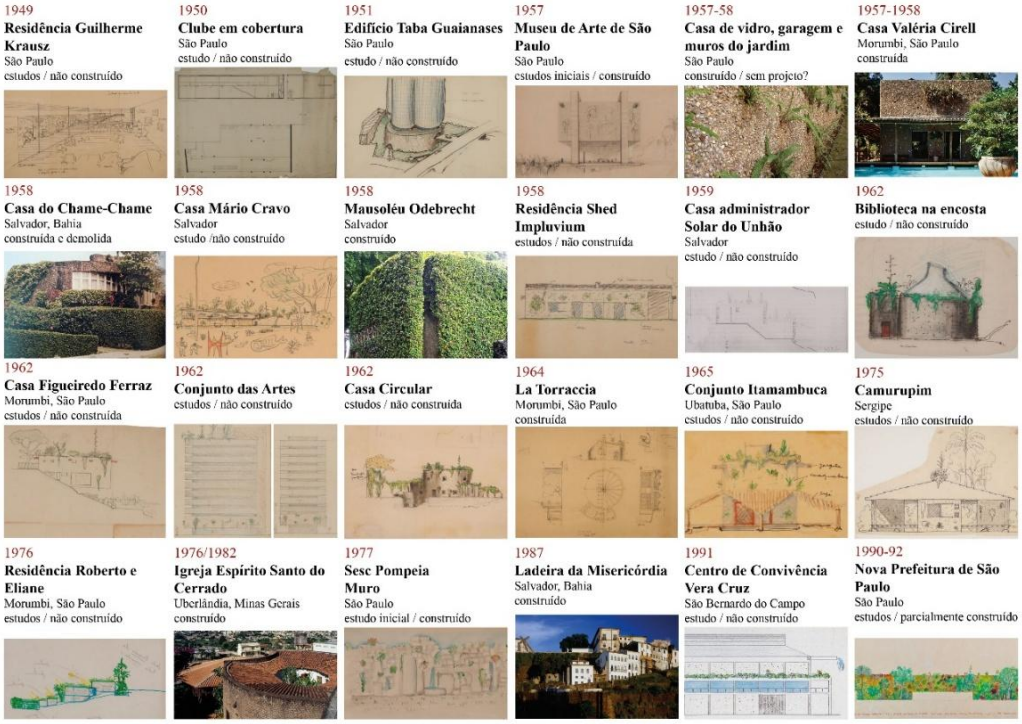


Figura 1 – Jardins verticais na obra de Lina Bo Bardi: quadro iconográfico e cronológico.
Elaborado pela autora (2026).

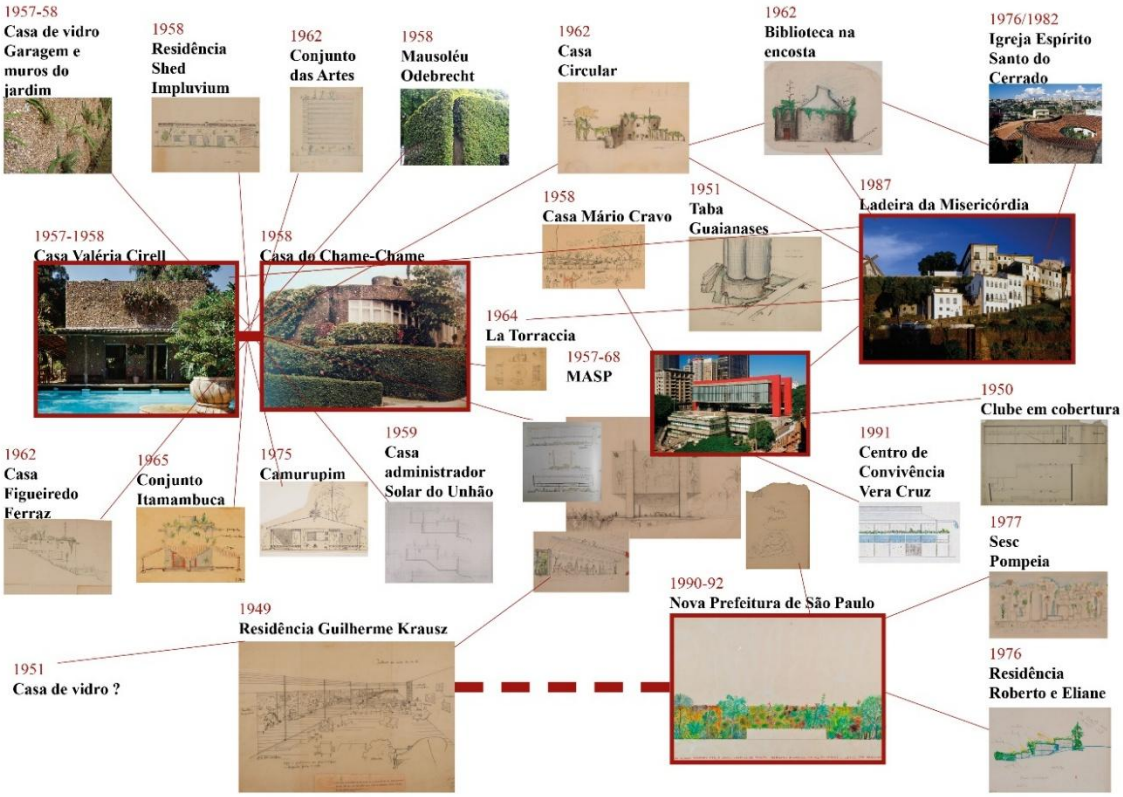


Figura 2 – Jardins verticais de Lina Bo Bardi: correlações entre as obras.
Elaborado pela autora (2026).

Como um recorte inicial dentro desse panorama, este trabalho enfoca a Casa Valéria Cirell, construída em São Paulo em 1958. Mais especificamente, busca ampliar o conhecimento do tema realizando uma interpretação botânica do estudo de fachada (fig. 3) publicado no livro "*Lina Bo Bardi*"[5], organizado por Marcelo Ferraz com a contribuição da própria Lina antes de seu falecimento. Entende-se que a Casa Valéria Cirell passou por distintas versões projetuais, como publicado por Ferraz[6] e ratificado pela documentação disponível em acervo. Sem entrar em discussões a respeito do projeto, contudo, a análise se volta para o referido estudo de fachada que, embora não seja o único elaborado por Lina e não represente com precisão a versão construída da casa, assume significância pela vegetação caracterizada, condensando o mote da proposta nesse aspecto. A especificidade e abundância das espécies desenhadas propiciam farto material para uma primeira aproximação ao tema. Verifica-se, ainda, que algumas dessas espécies apresentam-se em outros estudos, inclusive na fachada correspondente à versão construída[7], reforçando a relevância do desenho e a prevalência da vegetação no processo projetual. Dessa forma, a análise será realizada em duas etapas: a primeira aborda a composição paisagística, examinando-a com respeito à arquitetura; e a segunda aborda uma interpretação morfológica das espécies representadas.



Figura 3 – Estudo de fachada para a Casa Valéria Cirell, Lina Bo Bardi, 1958. Objeto da análise deste trabalho. Fonte: Acervo Lina Bo e P. M. Bardi.

Casa Valéria Cirell

A Casa Valéria Cirell foi realizada por Lina Bo Bardi para sua colaboradora no Museu de Arte de São Paulo, a negociante de arte e decoradora Valéria Piacentini Cirell, com quem manteve uma amizade próxima até a morte prematura de Valéria, em 1970[8]. Localizada no Jardim Morumbi, é praticamente vizinha à casa desenhada e habitada pela própria Lina desde

[5] FERRAZ, Marcelo Carvalho (ed) – **Lina Bo Bardi.** São Paulo: Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, Empresa das Artes, 1993, p. 116.
[6] *Ibid*.
[7] *Ibid*., p. 119.
[8] LIMA, Zeuler – **Lina Bo Bardi. O que eu queria era ter história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021, p. 141.

1951. O projeto, como construído, se constitui em dois volumes ortogonais circundados e conectados por uma varanda com cobertura em sapé. O bloco principal abriga as áreas sociais e íntimas da residência em dois pavimentos, enquanto o bloco secundário restringe-se aos aposentos dos empregados, com um pátio entre as construções. A vegetação sobrepõe-se às paredes e a um terraço-jardim. A casa recebeu um anexo para hóspedes em 1964, uma edificação chamada *La Torraccia*[9], que apresenta materialidade similar e abriga a vegetação no topo de suas paredes.

Composição paisagística

Ao analisar-se o estudo de fachada para a Casa Valéria Cirell, ressalta-se, em meio à vegetação, a simplicidade geométrica da arquitetura, que se restringe a um retângulo representativo da casa sobre uma linha de chão. Esta linha é reta, feita com régua, e não há outro traço semelhante em todo o desenho. As bordas da edificação, em contraste, adquirem certo movimento, sugerindo uma espessura sobre as paredes, possivelmente uma cobertura plena por alguma espécie vegetal, configurando um *fundo*[10] uniforme. Somam-se ao volume gárgulas, vistas frontal e lateralmente, e uma pequena escada, em vista lateral, que apresenta riscos diagonais emergindo dos degraus, podendo representar a tomada do piso por capins.

Na porção superior do desenho, que parece corresponder a um terraço-jardim, apresentam-se espécies de maior porte, arbustivas e arbóreas, juntamente a herbáceas que se relacionam com a parede em certa medida. As espécies do terraço-jardim formam uma composição quase simétrica, com arvoretas centralizadas em primeiro plano, palmeiras ao fundo e suculentas nas laterais (possivelmente um agave, à esquerda, e uma Cactaceae ou Euphorbiaceae, à direita). Algumas herbáceas ou arbustos pequenos permeiam essas plantas maiores, sendo traçadas com menor definição. Escapando do plano do terraço, aparecem duas espécies com caules pendentes, provavelmente trepadeiras, de forma "triangular" descendente – afinando em direção aos ramos em crescimento.

A face da edificação – o "jardim vertical" propriamente dito – se compõe em camadas: espécies grandes (*protagonistas*[11]) são distribuídas com certo equilíbrio sobre a parede; mescladas a estas, espécies pequenas (*secundárias*[12]), curiosamente têm maior concentração na porção inferior do desenho; e, por fim, aparecem alguns traços e espécies ainda menores uniformemente distribuídos, que tanto podem representar elementos da cobertura de fundo ou distinguir-se como espécies independentes em uma composição de fundo mista.

---

[9] FERRAZ, Marcelo Carvalho (ed) – **Lina Bo Bardi.** São Paulo: Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, Empresa das Artes, 1993, p. 120.

[10] Considera-se como *fundo* de uma composição aquelas plantas que não se destacam no contexto, criando uma base sobre a qual outras figuras ressaltam. Os elementos da composição paisagística foram adaptados dos preceitos de plantação de jardins naturalistas descritos em: ROBREDO, Amalia – **Naturaleza y paisajismo**. Uruguai: Cave Canem, 2023.

[11] Considera-se como *protagonistas* aquelas plantas que estruturam a composição por sua forma ou porte, capturando a atenção à primeira vista.

[12] Considera-se como *secundárias* plantas que se assemelham às *protagonistas*, mas têm suas dimensões ou nível de detalhe reduzido.

Interpretação botânica

Fundo

Para formar a base uniforme sugerida pelo traçado irregular que contorna o volume da arquitetura, uma planta trepadeira de cobertura densa poderia ser utilizada. Nesse caso, ela seria plantada diretamente no solo, rente à parede, ou no terraço-jardim. A segunda opção é justamente o que vem a acontecer na casa construída, como mostra uma fotografia de 1996 (fig. 4), em que a vegetação se assoma do terraço. Nessa época, segundo relata Campello[13], a casa estava em abandono desde a morte de Valéria Piacentini Cirell, e a vegetação pode crescer livremente, sem podas. A extensão da casa, *La Torraccia*¸ também chegou a apresentar a parte superior de seus muros recobertos por uma trepadeira, como se vê na fotografia de 1993 (fig. 5). Assume-se que se trata da mesma espécie em ambas as fotos, pela proximidade local e aspectos morfológicos como a densidade foliar e o crescimento através de raízes adventícias. Uma possível opção seria a *Ficus pumila*, popularmente conhecida como unha-de-gato. Sua identificação se pauta nessas imagens através das dimensões reduzidas das folhas, que geram um aspecto de grande densidade, bem como no crescimento adventício das raízes. Ademais, a *Ficus pumila* teve seu uso popularizado no paisagismo ornamental justamente para o recobrimento de muros, paredes e colunas[14], o que poderia justificar sua aparição em uma proposta de Lina.



Figura 4 – Casa Valéria Cirell em 1996.

[13] CAMPELLO, Maria – **Lina Bo Bardi: as moradas da alma**. São Paulo: Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 1997. 192 p. Dissertação de mestrado. p. 122.

[14] LORENZI, Harri – **Plantas ornamentais no Brasil: arbustivas, herbáceas e trepadeiras**. Nova Odessa, São Paulo: Instituto Plantarum, 1999. p. 766.

Fonte: FERRAZ, Marcelo Carvalho (ed) – **Lina Bo Bardi.** São Paulo: Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, Empresa das Artes, 1993, p. 119.



Figura 5 – *La Torraccia* em 1993.
Fonte: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi *apud* BARATTO, Romulo – **Lina Bo Bardi, entre o moderno e o primitivo** [Em linha]. Archdaily, 2020. [Consult. 15 jun. 2026]. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/758576/em-foco-lina-bo-bardi.

Essa espécie também parece figurar em outras duas obras construídas por Lina no ano de 1958, em Salvador: o Mausoléu Odebrecht[15], onde chega a recobrir a totalidade da superfície das paredes; e a Casa do Chame-Chame, revestindo os muros de contenção no limite do terreno e do jardim. A especificação vegetal não é explícita em projeto e a análise sobre os desenhos torna a identificação incerta, mas algumas fotos permitem estabelecer essa relação (fig. 6 e 7). É interessante notar a proximidade temporal desses projetos, assim como a outros que apresentam jardins verticais de características semelhantes – a Residência Shed Impluvium (1958, localização indefinida), a Casa Mário Cravo (1958, Salvador), a Casa para o administrador do Solar do Unhão (1958, Salvador) e os elementos do jardim da Casa de Vidro (1958, São Paulo) – constituindo parte do conjunto obras do período em que Lina Bo Bardi transitou entre São Paulo e Salvador.

[15]Ver ZOLLINGER, Carla – **Lina Bo Bardi: o museu-teatro-escola no Conjunto do Unhão**. Barcelona: Escola Tècnica Superior d'Arquitectura de Barcelona, Universitat Politècnica de Catalunya, 2010. Tese de doutorado.

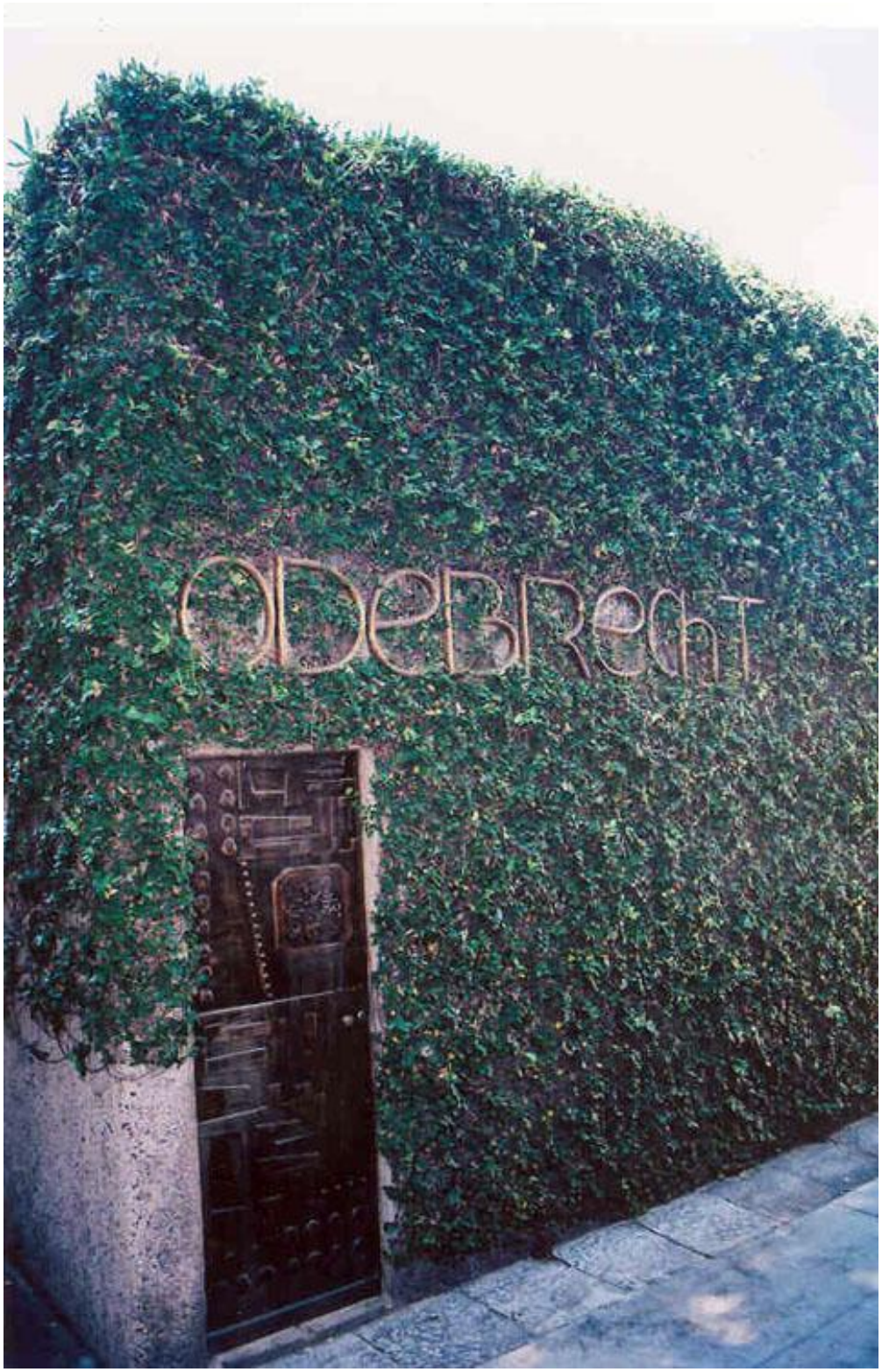


Figura 6 – Mausoléu Odebrecht, Lina Bo Bardi, 1958.
Fonte: BORGES, Maria – **Cemitério Campo Santo** [Em linha]. Arte Funerária Brasil, 2006. [Consult. 15 jun. 2026]. Disponível em: https://www.artefunerariabrasil.com.br/camiterio/cemiterio-campo-santo/.



Figura 7 – Casa do Chame-Chame, Lina Bo Bardi, 1958.
Fonte: OLIVEIRA, Olivia – **Lina Bo Bardi. Sutis substâncias da arquitetura**. São Paulo: Romano Guerra, 2006, p. 80.

No desenho em análise (fig. 3), pequenas simbologias se sobrepõem à possível camada de cobertura vegetal que formaria o fundo da composição, podendo ser tanto parte desta quanto constituirem espécies independentes. A presença de pontos ou riscos sugere diminutas flores ou folhas sobre a base vegetal. A indefinição do traço impossibilita a definição taxonômica, portanto considera-se que esses pequenos grafismos representariam uma textura complementar à linha de contorno, reforçando a impressão de rugosidade e volume sobre a parede. Essa textura pontilhada aparece em desenhos de Lina para outros projetos, em um uso que ora vincula-se à vegetação, ora remete a aspereza da materialidade da parede. Para a Casa Valéria Cirell, figura desde os primeiros estudos de modo ambíguo, atravessando ambas conotações. Cabe ressaltar que nas casas Valéria Cirell e *La Torraccia* as paredes construídas de fato adquirem rugosidades pela adição de pequenas pedras ao acabamento da alvenaria. Há uma indeterminação, portanto, se os riscos e pontos ao longo do desenho em análise

representam a aspereza própria da parede ou a vegetação que a recobre. Contudo, ao considerar-se como verdadeira a hipótese de uma cobertura vegetal densa sobre a superfície vertical, resta pouca margem para que a alvenaria em si apareça.

No estudo, ainda, aparecem conjuntos de três a cinco pétalas ou folhas (digitadas ou trifoliadas) acompanhando o pontilhado. Considerando-se que possam representar uma espécie independente do fundo, suas dimensões seriam bastante reduzidas. Plantas epífitas de pequeno porte são comuns no meio urbano, destacadamente as Bromeliaceae do gênero *Tillandsia.* Com relação à morfologia das folhas representadas, verifica-se, contudo, uma maior semelhança com as Orchidaceae por seu caráter ovalado, como se encontra no gênero *Acianthera.* Nesse caso, as inflorescências não estariam representadas, diferenciando-se das protagonistas, como se verá adiante. Além disso, o padrão foliar poderia referir-se, por suas dimensões, a uma espécie em estágio inicial de desenvolvimento. Entretanto, esse grafismo não se repete nos exemplares individuais interpretados a seguir, inferindo-se não se tratar de uma descendência direta destas plantas.

Considera-se ainda a possibilidade de que esses grafismos representem elementos destacados da espécie que compõe o fundo, possivelmente inflorescências. Nesse caso, verifica-se outra hipótese sobre a espécie representada, para além da *Ficus pumila*. Em se tratando de trepadeiras, a *Thunbergia grandiflora* desponta por sua especificação em um desenho de Lina para a Casa Circular, de 1962. Lorenzi[16] a define como sendo possivelmente "a trepadeira mais cultivada em nossos jardins". Ainda assim, dois aspectos denotam a improbabilidade de que se trate dessa espécie no desenho da Casa Valéria Cirell. Primeiramente, constata-se a diferença entre os grafismos utilizados, uma vez que a trepadeira na Casa Circular é representada com maior volume e menor definição, ausente de inflorescências. Ademais, considerando-se as características morfológicas, embora a *Thunbergia grandiflora* apresente corolas de cinco pétalas em toda sua extensão, assemelhando-se ao desenho, suas folhas são bastante destacadas, ovaladas e dentadas, de dimensão similar às flores. Logo, parece improvável que apenas as inflorescências fossem representadas, uma vez que, no desenho, não se distinguem as folhas da trepadeira do fundo ou, se as considerarmos como os pequenos riscos ao longo da fachada, seu tamanho seria bastante reduzido. Em se tratando da camada de fundo, portanto, Lina parece representar uma composição mista de duas espécies: uma trepadeira de cobertura densa como a *Ficus pumila* e alguma epífita de pequeno porte como as do gênero *Acianthera*.

Sobre fixação e comportamento

Na sequência, examina-se os exemplares isolados de plantas representadas sobre o plano vertical no desenho. Sua fixação poderia dar-se diretamente sobre a superfície da parede através de mecanismos de escalada próprios, porém a representação ligeiramente perspectivada e o volume dos exemplares sugerem o seu plantio em algum invólucro. Ao analisarmos as laterais da fachada, não se observam volumes sobressalentes que poderiam representar suportes agregados, para além das estruturas das próprias plantas, mas a Casa Valéria Cirell foi construída com alguns quadrados subtraídos à alvenaria, cujo propósito parece ser conter essas vegetações.

[16] LORENZI, Harri – **Plantas ornamentais no Brasil: arbustivas, herbáceas e trepadeiras**. Nova Odessa, São Paulo: Instituto Plantarum, 1999. p. 125.

Sobre esse aspecto, é interessante mencionar um recorte de papel não datado presente no acervo do Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, mencionado por Lima[17], em que Lina Bo Bardi lista algumas espécies dos gêneros *Tillandsia* e *Vriesea*, ambas da família Bromeliaceae¸ observando que "o geotropismo não é válido para as bromeliáceas". Esse fenômeno, que diz respeito ao desenvolvimento radicular orientado pela gravidade, poderia não se aplicar às referidas Bromeliaceae por seu comportamento epifítico, possibilitando sua plantação tanto em nichos quanto sobre a parede. Uma vez que os desenhos disponíveis no acervo não fazem referência a esse detalhe, não é evidente, a princípio, se esses negativos receberiam substrato para fixação e nutrição das plantas. Sua presença viabilizaria o plantio de espécies que mantém contato com o solo, como as trepadeiras. Esse material poderia ausentar-se eventualmente, considerando-se o uso de Bromeliaceae ou outras epífitas, em decorrência dos mecanismos de sustentação e sobrevivência dessas plantas. Fotos da Casa Valéria Cirell recém-construída, em 1958, demonstram a inserção de pequenas plantas em pontos das paredes que coincidem com o que se observa das localizações dos negativos (fig. 8). Essas espécies não foram identificadas, embora perceba-se algumas semelhanças – folhas lanceoladas em roseta – com as Bromeliaceae do gênero *Vriesea* que se observam em fotos mais recentes da casa (fig. 9). É possível que Lina Bo Bardi estivesse testando essa técnica de plantação direta sobre as paredes, tendo em vista sua recorrência em três obras construídas em 1958, com alguma variação: na Casa Valéria Cirell e em elementos de sua própria residência, como a garagem e os muros do jardim, com nichos que comportariam planta e substrato; e na Casa do Chame-Chame, diretamente sobre a superfície vertical, sem nichos visíveis.

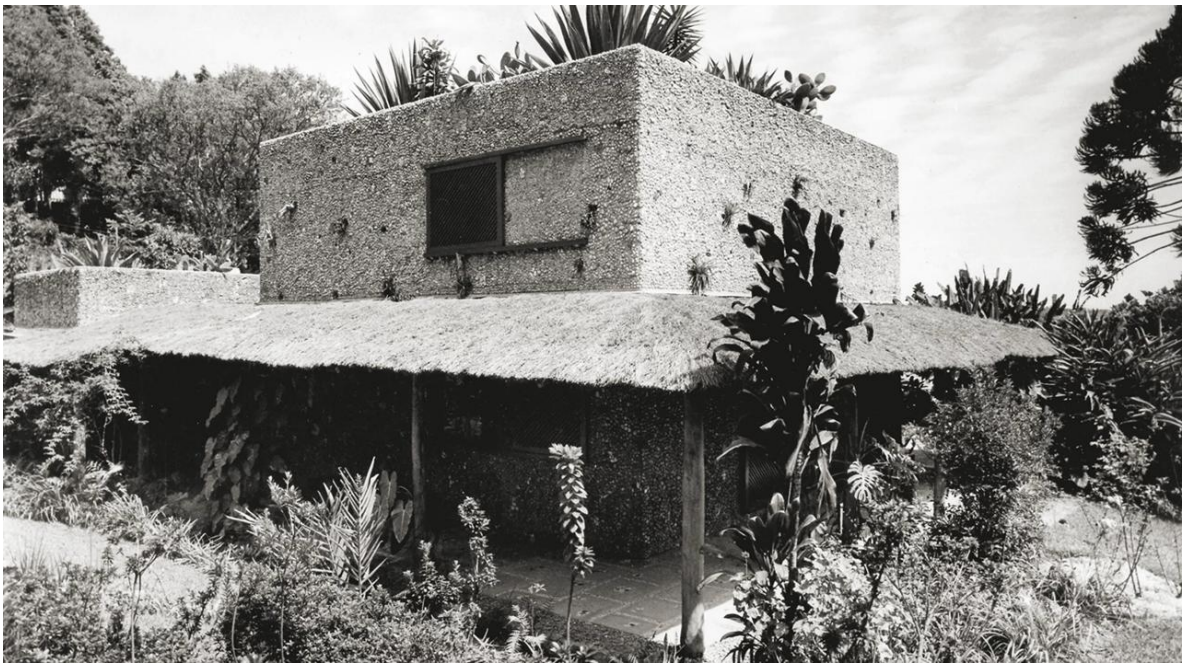


Figura 8 – Casa Valéria Cirell em 1958.
Fonte: FERRAZ, Marcelo Carvalho (ed) – **Lina Bo Bardi.** São Paulo: Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, Empresa das Artes, 1993, p. 117.

[17] LIMA, Vitor – **Lina Bo Bardi: interação entre arquitetura e natureza vegetal**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design, Universidade de São Paulo, 2024. 238 p. Dissertação de mestrado. p. 127.



Figura 9 – Acesso à Casa Valéria Cirell, uma Bromeliaceae do gênero *Vriesea* em flor sobressai na fachada. Fonte: Acervo Pesquisa Casas Brasileiras [Em linha]. 2017. [Consult. 15 jun. 2026]. Disponível em: http://www.casasbrasileiras.arq.br/casaczerna.html.

Sobre a interpretação das espécies representadas no desenho em questão, Cabral nos fornece um indício: ao analisar um estudo de 1963 para o Museu de Arte de São Paulo, ela menciona a presença de plantas epífitas sobre os painéis opacos da fachada[18]. Essa identificação é reforçada pelo já mencionado recorte de papel em que Lina lista espécies dos gêneros *Tillandsia* e *Vriesea*[19], de comportamento predominantemente epifítico. Além disso, a própria arquiteta oferece vestígios de seu conhecimento sobre essas plantas. Com respeito à solução para a fachada do Museu de Arte de São Paulo, ela utiliza uma foto da vegetação crescendo sobre uma parede como indicação construtiva[20]. Ainda, em uma carta à Pietro M. Bardi, datada de 1956, Lina relaciona sua adaptação ao contexto brasileiro ao enraizamento de uma epífita: "uma planta com raízes na terra não pode prescindir dela e é difícil transformar-se em epífita (bromélia, orquídea), tão de repente, é um fato biológico, mas agora, passado o medo de não ter mais raízes, me sinto brotarem as raízes de Epífita"[21]. A

[18] CABRAL, Cláudia – **La venganza de la naturaleza: los muros vivientes de Lina Bo Bardi**. Historia y crítica de la arquitectura: jornadas 2023: arquitectura y naturaleza: lenguages, ambiente, sustentabilidad. Buenos Aires: Universidad Torcuato di Tella, 2023. p. 69.

[19] LIMA, Vitor – **Lina Bo Bardi: interação entre arquitetura e natureza vegetal**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design, Universidade de São Paulo, 2024. 238 p. Dissertação de mestrado. p. 127.

[20] Acompanhada do seguinte texto: "*soluzione definitiva facciata tratamento a getto di sabbia a pressione (fatto de on) con piante in facciata*". Documentação disponível no acervo do ILBPMB.

[21] CARBONCINI, Anna. **Lina Bo e Pietro Maria Bardi. Un'alleanza fortunada** *apud* LIMA, Vitor, *ibid.*, p. 127.

partir dessa menção percebe-se o interesse de Lina pelas bromélias e orquídeas, citando estas em uma entrevista concedida ao Jornal da Tarde, de São Paulo, em 1987. Ao descrever a paisagem do Jardim Morumbi, refere-se a "um bosque cheio de pequenos animais, pássaros, orquídeas e araucárias"[22]. Dessa forma, como uma primeira interpretação botânica sobre as espécies representadas no desenho analisado, busca-se evidências que as enquadrem como epífitas das famílias Orchidaceae ou Bromeliaceae a partir das características morfológicas discerníveis.

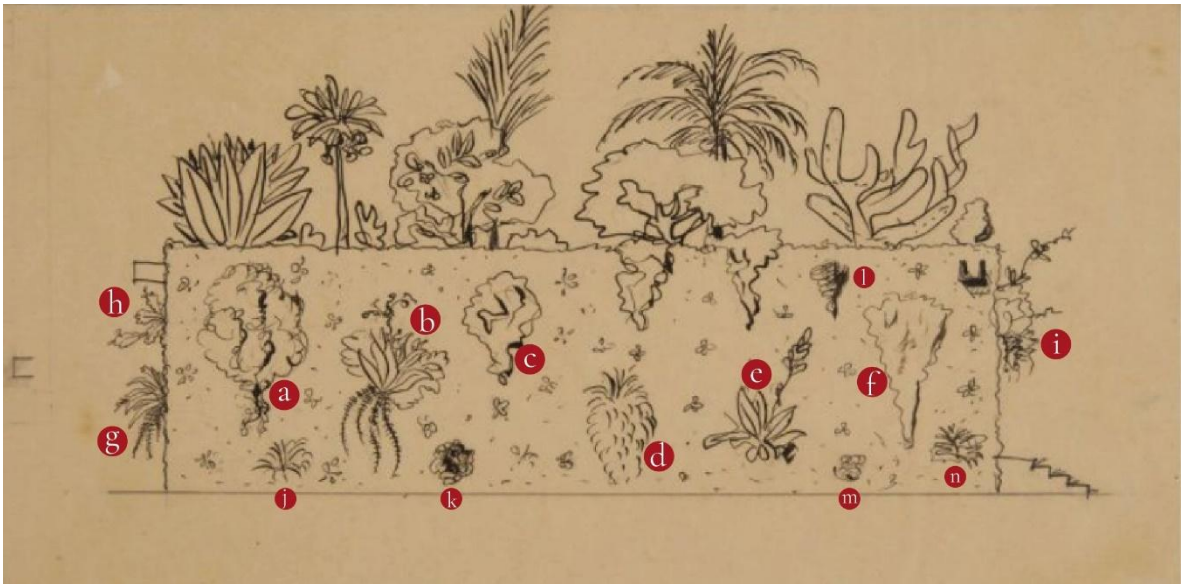


Figura 10 – Referência para espécies descritas sobre o estudo de fachada para a Casa Valéria Cirell.
Fonte: Acervo Lina Bo e P. M. Bardi, adaptado pela autora.

Protagonistas

Seis exemplares se destacam sobre a fachada por suas dimensões significativas, estruturando a composição e, portanto, sendo consideradas protagonistas. Da esquerda para a direita, se observa (fig. 10):

(a) uma espécie composta por traços irregulares, sobrepostos e com espessura, podendo representar um emaranhado volumoso de folhas, com uma estrutura inferior semelhante mas rarefeita. Apesar da alusão desta a raízes aéreas, o volume foliar representado não é comumente encontrado na família Orchidaceae. Assim, é mais provável que se trate de uma planta herbácea ou arbustiva de comportamento epifítico ou trepador, com algumas ramas pendentes.

(b) nessa espécie, a representação de cada estrutura vegetal é mais detalhada. Em primeiro plano, o traço contínuo remete a folhas simples lanceoladas, enquanto um traçado irregular em segundo plano parece ser representativo de volume, diferenciando-se da espécie desenhada em (e). Acima das folhas, o traçado sugere uma inflorescência racemosa emergente. Abaixo, arcos com traços curtos remetem à

[22] Entrevista com Lina Bo Bardi (Leila K. Moreno, "Nossa cidade em três décadas", Jornal da tarde, São Paulo. 25 ago 1987, p. 12) *apud* LIMA, Zeuler – **Lina Bo Bardi. O que eu queria era ter história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021, p. 158.

rusticidade de raízes fasciculares aéreas. A definição dessas estruturas alude à morfologia das Orchidaceae.

(c) o traçado irregular e com espessura reaparece, diferenciando-se de (a) pelas curvas mais contínuas, sugerindo um volume mais contido. A forma "triangular" relaciona-se com aquelas que sobressaem ao terraço, parecendo representar espécies trepadeiras, pendendo em direção ao chão.

(d) a espécie se compõe de traçados curtos, que remetem às folhas, partindo de uma formação em roseta. Essa característica poderia aludir às Bromeliaceae, porém, a extensão e volume da folhagem sugeridos pela continuidade e proximidade dos traços na porção inferior associam o desenho a alguma espécie herbácea pendente não identificada.

(e) esse exemplar apresenta traços bem definidos que denotam um conjunto de folhas simples lanceoladas dispostas em roseta, com alguma continuidade na porção inferior que remete ao acúmulo de folhas mais antigas na base. A inflorescência representada é emergente, sobressaindo-se à folhagem, mais compacta do que aparece em (b), aludindo às brácteas das Bromeliaceae, similarmente ao gênero *Vriesea*. A ausência de estruturas que pareçam raízes fasciculares ratifica a taxonomia nesse caso, diferindo-se das Orchidaceae[23].

(f) essa espécie assemelha-se à representada em (c) e àquelas que emergem do terraço pelo traçado irregular e com alguma espessura indicativa de volume, mas sobretudo por sua forma "triangular". Ainda que também se trate de uma trepadeira não identificada, é possível que este exemplar constitua outra espécie, pois identificam-se diferenças na intensidade do traço e no prolongamento da folhagem pendente.

Observam-se, ainda, vegetações que extrapolam o plano da fachada, fixando-se nas paredes laterais. À esquerda estão representados dois exemplares e, à direita, apenas um:

(g) o conjunto de folhas parece ser definido por um traçado contínuo aludindo, novamente às formas lanceoladas dispostas em roseta, nesse caso mais finas que as referidas anteriormente. Um grafismo indefinido na proximidade da ponta das folhas parece sugerir uma inflorescência emergente, pendendo em direção ao chão. As linhas inferiores com traços curtos assemelham-se às representadas em (b) como raízes fasciculares aéreas. É provável, portanto, que esse exemplar também pertença à família Orchidaceae.

(h) essa espécie difere-se das descritas até então, uma vez que seu traçado configura formas mais largas de acabamento irregular, remetendo aos caules das Cactaceae. Grafismos contidos na ponta das folhas reforçam essa classificação, podendo aludir ao brotamento de novos caules ou às inflorescências.

(i) o exemplar representado constitui-se de um traçado irregular e sobreposto que remete a uma estrutura foliar volumosa similar ao desenhado em (a). Na porção inferior, sobrepõem-se traçados ziguezaguentes sugerindo certo volume, podendo tratar-se de raízes fasciculares aéreas, como em (b), ou de folhas antigas acumuladas na base, como em (e). No topo, aparece um grafismo mais definido, que assemelha-se à pequenas folhas lanceoladas em roseta, sendo ambíguo seu enquadramento como parte da folhagem ou da inflorescência que lhe sobressai. Esta, por sua vez, parece ser racemosa emergente, definida por um traço longo e curvo. O desenho parece

[23] SCHULTZ, Alarich. **Introdução à botânica sistemática.** Porto Alegre: Sagra: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1990. p. 334.

sugerir a ocorrência de uma pequena planta epífita da família Bromeliaceae sobre um exemplar volumoso de identificação indefinida.

Secundárias

As plantas secundárias permeiam a composição, encontrando-se sobretudo na porção inferior da fachada. Assemelham-se às protagonistas, mas apresentam dimensões reduzidas. Em decorrência disso, seu traçado é menos discernível e não se distinguem muitas estruturas botânicas. Analisando-as da esquerda para a direita, percebe-se:

(j) traçados curtos e curvos similares à porção superior do desenhado em (d), restringindo-se à disposição em roseta. Nesse porte, e considerando-se uma folhagem estreita, parece tratar-se do gênero *Tillandsia* – como a *Tillandsia aeranthos,* comum em meio urbano.

(k) um grafismo irregular e condensado, composto de várias curvas sobrepostas que estabelecem uma espessura, aludindo a um sombreado representativo de volume similar ao que aparece em (a). Os exemplares se assemelham, ainda, pela forma geral arredondada.

(l) uma espécie composta de traços circulares sobrepostos, aludindo a um volume que é reforçado pela espessura utilizada em sua porção direita, denotando um sombreamento. A forma geral, "triangular", com ramos pendentes, assemelha-se às trepadeiras descritas em (c), (f) e àquelas que despontam do terraço.

(m) uma forma pequena, de difícil definição. O traçado irregular com curvas sobrepostas pode sugerir o desenvolvimento volumoso como descrito em (a).

(n) um traçado definido e contínuo que conforma o que parece ser um conjunto de folhas lanceoladas, dispostas em roseta, sem indícios de inflorescência. As folhas estreitas aproximam-na da espécie representada em (g). Mas, nesse porte, também se assemelha ao gênero *Tillandsia.*

A possibilidade de se estabelecer relações entre os grafismos das plantas protagonistas e secundárias parece sugerir certo grau de parentesco entre os exemplares, que podem apresentar-se em distintas fases de crescimento. Considerando-se que as espécies protagonistas fossem efetivamente plantadas, as secundárias poderiam inclusive surgir espontaneamente, uma vez que a informação genética já se encontraria no local. Sua localização, sobretudo na porção inferior do desenho, pode indicar uma eventual dispersão pela gravidade, com a queda e a fixação das sementes das protagonistas. Dessa forma, as espécies secundárias seriam indivíduos mais jovens, o que também explicaria seu tamanho reduzido.

Considerações finais

A análise do estudo para a Casa Valéria Cirell reafirma a complexidade da obra de Lina Bo Bardi e sua relação com a natureza. Lina atua como uma naturalista, observadora de seu contexto e receptiva às influências tropicais. Ao relatar sua experiência de trabalho com a arquiteta no projeto para a Igreja do Espírito Santo do Cerrado, em Uberlândia, Marcelo Ferraz fala das "viagens inesquecíveis nas quais, com espírito desbravador, experimentávamos de tudo e *aprendíamos com Lina a beleza da flora do cerrado*"[24]. No desenho analisado, assim como em outros de seus jardins verticais, Lina parece colocar em evidência aquilo que via com exuberância entre São Paulo e Salvador, por onde transitava

[24] FERRAZ, Marcelo – **Ao lado de Lina**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2025. p. 19, grifo nosso.

em 1958: a vegetação da Mata Atlântica. Não por acaso, a maioria absoluta das espécies de seu jardim vertical parece constituir-se de trepadeiras e epífitas, abundantes nesse bioma.

Além disso, ao perceber-se as relações entre os exemplares desenhados em distintas etapas de crescimento, entende-se a fachada como um elemento em contínua evolução. Gilles Clément[25] relata o movimento realizado pelas espécies botânicas ao longo do tempo e Lina se apropria dessa autonomia da flora, expressando uma confiança na conquista das paredes pela vegetação. A casa atua como uma tela em branco, na qual "o vazio arquitetônico contém um preenchimento biológico em que se dramatiza o movimento, isto é, a realidade do jardim"[26].

Por fim, algumas questões ainda permeiam a pesquisa, pautando uma próxima etapa de estudos: que outras espécies podem estar representadas nos desenhos de Lina? Em que ecossistemas elas se encontram naturalmente? E, buscando significações simbólicas e ecológicas a partir da compreensão da flora representada, que aproximações filosóficas e ambientais podem ser traçadas? Como a própria Lina evidenciou essas relações através de seus textos e publicações editoriais? Essa primeira aproximação ao tema instiga a continuidade da análise sobre outras obras, como a Ladeira da Misericórdia (1987) e a Nova Prefeitura de São Paulo (1990-1992), a serem estudadas na dissertação em andamento, bem como suas relações com os demais jardins verticais projetados por Lina Bo Bardi.

Bibliografia

BARATTO, Romulo – **Lina Bo Bardi, entre o moderno e o primitivo** [Em linha]. Archdaily, 2020. [Consult. 15 jun. 2026]. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/758576/em-foco-lina-bo-bardi.

BORGES, Maria – **Cemitério Campo Santo** [Em linha]. Arte Funerária Brasil, 2006. [Consult. 15 jun. 2026]. Disponível em: https://www.artefunerariabrasil.com.br/camiterio/cemiterio-campo-santo/

CABRAL, Cláudia – La venganza de la naturaleza: los muros vivientes de Lina Bo Bardi. **Historia y crítica de la arquitectura**: jornadas 2023: arquitectura y naturaleza: lenguages, ambiente, sustentabilidad. Buenos Aires: Universidad Torcuato di Tella, 2023. p. 62-79.

CAMPELLO, Maria – **Lina Bo Bardi: as moradas da alma**. São Paulo: Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 1997. 192 p. Dissertação de mestrado.

CLÉMENT, Gilles – **El jardín en movimiento**. Barcelona: Gustavo Gili, 2012.

FERRAZ, Marcelo Carvalho (ed) – **Lina Bo Bardi**. São Paulo: Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, Empresa das Artes, 1993.

[25] CLÉMENT, Gilles – **El jardín en movimiento**. Barcelona: Gustavo Gili, 2012.
[26] *Ibid*. p. 25, tradução nossa.

FERRAZ, Marcelo – **Ao lado de Lina.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2025.

LIMA, Vitor – **Lina Bo Bardi: interação entre arquitetura e natureza vegetal**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design, Universidade de São Paulo, 2024. 238 p. Dissertação de mestrado.

LIMA, Zeuler – **Lina Bo Bardi. O que eu queria era ter história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

LORENZI, Harri – **Plantas ornamentais no Brasil: arbustivas, herbáceas e trepadeiras**. Nova Odessa, São Paulo: Instituto Plantarum, 1999.

OLIVEIRA, Olivia – **Lina Bo Bardi. Sutis substâncias da arquitetura**. São Paulo: Romano Guerra, 2006.

ROBREDO, Amalia – **Naturaleza y paisajismo.** Uruguai: Cave Canem, 2023.

SCHULTZ, Alarich. **Introdução à botânica sistemática.** Porto Alegre: Sagra: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1990.

ZOLLINGER, Carla – **Lina Bo Bardi: o museu-teatro-escola no Conjunto do Unhão.** Barcelona: Escola Tècnica Superior d'Arquitectura de Barcelona, Universitat Politècnica de Catalunya, 2010. Tese de doutorado.

O Plano Paisagístico Territorial Regional da Puglia: condições institucionais e implicações para o caso brasileiro

Moisés Julierme Stival-Soares
Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
moises.stival@usp.br

Maria Lucia Bressan Pinheiro
Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
mlbp@usp.br

Resumo: Este artigo analisa a paisagem como elemento central para a gestão integrada do patrimônio cultural, considerando o descompasso entre a ampliação conceitual do campo patrimonial e a persistência de práticas administrativas setoriais. Parte-se da hipótese de que a paisagem possibilita a articulação das dimensões materiais, imateriais, culturais e naturais do patrimônio quando passa a orientar instrumentos de planejamento, de participação social e de governança. Para fundamentar essa discussão, examina-se o Plano Paisagístico Territorial Regional (PPTR) da Puglia, na Itália, uma experiência que integrou a tutela e a valorização da paisagem ao planejamento regional. A metodologia adotada consiste na análise documental do plano, de seus instrumentos normativos e cartográficos, bem como de seus dispositivos participativos e de monitoramento. A análise do caso revela uma arquitetura institucional composta por uma base de conhecimento territorial, normas de implementação, objetivos de qualidade paisagística, projetos estratégicos, mecanismos de co-planejamento, rede de ecomuseus e o *Observatório Regional da Qualidade da Paisagem*. Os resultados indicam que o PPTR promove a integração ao transformar a paisagem em referência normativa, procedimental e política para orientar as decisões sobre o território. No contexto brasileiro, o caso contribui para o debate sobre os limites das políticas de preservação, além de evidenciar a necessidade de instrumentos jurídicos, rotinas administrativas e arranjos participativos que sustentem a gestão integrada do patrimônio sob a perspetiva da paisagem.

Palavras-chave: paisagem, patrimônio cultural, gestão integrada, planejamento territorial, participação social

Introdução

A partir da segunda metade do século XX, o campo do patrimônio cultural experimentou uma ampliação conceitual significativa, incorporando novos objetos, escalas, dimensões e atores às políticas de preservação. A noção de patrimônio expandiu-se para além dos monumentos arquitetónicos e dos objetos artísticos, abrangendo práticas sociais, territórios, paisagens, modos de vida e formas de pertencimento. Essa transformação não apenas diversificou o repertório de bens e valores reconhecidos, mas também evidenciou a necessidade de instrumentos capazes de lidar com as relações complexas entre materialidade, imaterialidade, usos sociais, memória, ambiente e transformação territorial.[1]

Apesar dessa ampliação conceitual, em muitos contextos não houve uma reorganização institucional capaz de sustentar abordagens integradas de gestão. As diferentes categorias patrimoniais passaram a ser administradas por políticas, departamentos, especialidades profissionais e por instrumentos distintos. Como resultado, consolidaram-se práticas setoriais que incidem sobre recortes específicos do patrimônio, frequentemente desconsiderando as relações que conectam bens materiais, práticas culturais, sistemas ambientais e dinâmicas urbanas ou rurais.

No Brasil, essa contradição manifesta-se de forma especialmente evidente. A gestão do patrimônio cultural caracteriza-se pela compartimentação administrativa, pela especialização técnica, pelas assimetrias entre os instrumentos de tutela e pela fragilidade dos mecanismos de coordenação intersectorial. A separação entre patrimônio material e imaterial, entre cultura e natureza, e entre preservação e planejamento territorial limita a capacidade de enfrentar problemas que se manifestam em escalas locais e territoriais.

É nesse contexto que este artigo se insere. Parte-se da hipótese de que a paisagem pode constituir uma chave para a gestão integrada do patrimônio cultural, desde que compreendida como categoria relacional, territorial e política. Sob essa perspetiva, a paisagem não se limita a uma vista, a uma moldura visual ou ao entorno de bens protegidos, mas representa uma forma de compreender as relações historicamente produzidas entre a sociedade e a natureza, as práticas sociais, as formas de ocupação, os valores culturais e os processos de transformação.

Para discutir essa hipótese, analisamos o Plano Paisagístico Territorial Regional da Puglia, no sul da Itália, como uma experiência de planejamento que articula a tutela da paisagem, o desenvolvimento regional, a participação social e a governança intersectorial. O estudo examina como a paisagem se traduz em conhecimento territorial, normas de intervenção, objetivos de qualidade, projetos estratégicos e mecanismos de monitoramento. Por fim, a experiência italiana é utilizada como referência analítica para refletir sobre os limites e os potenciais da gestão integrada do patrimônio pela paisagem no contexto brasileiro.

A metodologia adotada fundamenta-se na análise documental do plano e de seus instrumentos, com ênfase na articulação entre a base cognitiva, os dispositivos normativos, o cenário estratégico, a participação social e o acompanhamento da implementação. O

[1] CURY, Isabelle (org.) - Cartas patrimoniais. 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. UNESCO - Recomendação sobre a Paisagem Urbana Histórica. Paris: UNESCO, 2011.

objetivo consiste em identificar condições institucionais que possibilitem transformar a paisagem em um eixo de coordenação entre a proteção patrimonial, o planejamento territorial e a participação pública.

Desenvolvimento

O debate contemporâneo sobre patrimônio cultural foi significativamente influenciado por documentos internacionais que promoveram a transição da preservação de monumentos isolados para abordagens fundamentadas em dimensões territoriais, sociais e ambientais. Instrumentos como a Carta de Veneza, a Convenção do Patrimônio Mundial, a Declaração de Amsterdão, a categoria de paisagem cultural da UNESCO, a Convenção Europeia da Paisagem, a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, a Convenção de Faro e a Recomendação sobre a Paisagem Urbana Histórica evidenciam a necessidade de integrar cultura, natureza e planejamento.[2]

Dois princípios fundamentais permeiam essa trajetória. O primeiro refere-se à *indissociabilidade entre as dimensões patrimoniais*, uma vez que a materialidade só adquire valor patrimonial por meio de atribuições sociais, práticas de uso, memórias e formas de reconhecimento. Da mesma forma, práticas culturais e modos de vida dependem de suportes físicos, lugares, objetos, trajetos, ambientes e condições territoriais para sua sustentação. O segundo princípio destaca a *centralidade das comunidades* nos processos de identificação, transmissão e gestão do patrimônio, ampliando a proteção para além da competência técnico-estatal e envolvendo sujeitos que reconhecem, praticam e atribuem sentido aos bens.[3]

No contexto brasileiro, esses princípios enfrentam limitações decorrentes da trajetória do sistema de preservação. O tombamento, instituído em 1937, historicamente priorizou a integridade física dos bens materiais. A criação do Registro do Patrimônio Cultural Imaterial, em 2000, ampliou o escopo ao reconhecer saberes, celebrações, formas de expressão e lugares vinculados a práticas culturais. Embora essa ampliação tenha sido decisiva, não resultou em uma reorganização integrada do sistema. A incorporação do imaterial ocorreu principalmente por meio da adição de instrumentos, estruturas administrativas e procedimentos próprios, perpetuando paralelismos e assimetrias entre os regimes de tutela.[4] A separação entre o material e o imaterial evidencia essa tensão. Sob a perspetiva teórica, tal oposição é insuficiente, pois todo patrimônio envolve simultaneamente suportes materiais,

---

[2] CURY, Isabelle (org.) - Cartas patrimoniais. 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. CONSELHO DA EUROPA - Convenção-Quadro do Conselho da Europa sobre o Valor do Patrimônio Cultural para a Sociedade. Faro: Conselho da Europa, 2005. UNESCO - Recomendação sobre a Paisagem Urbana Histórica. Paris: UNESCO, 2011.

[3] BOUCHENAKI, Mounir - The interdependency of the tangible and intangible cultural heritage. In ICOMOS General Assembly and International Symposium, 14., Victoria Falls, 2003 - Proceedings. Victoria Falls: ICOMOS, 2003. SMITH, Laurajane - Uses of heritage. London: Routledge, 2006. ICOMOS - The Québec Declaration on the Spirit of Place. Québec: ICOMOS, 2008. CONSELHO DA EUROPA - Convenção-Quadro do Conselho da Europa sobre o Valor do Patrimônio Cultural para a Sociedade. Faro: Conselho da Europa, 2005.

[4] BRASIL - Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, 6 dez. 1937. BRASIL - Decreto n.º 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Diário Oficial da União. Brasília, 7 ago. 2000. ARAÚJO, Denise Puertas de - Na fronteira entre o material e o imaterial: o tombamento e a proteção dos bens culturais. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2020. Tese de doutorado.

práticas, valores e sentidos. No âmbito institucional, entretanto, a divisão consolidou-se como rotina administrativa. O tombamento geralmente opera por meio da restrição e do controle de intervenções sobre a materialidade, enquanto a salvaguarda atua por meio da documentação, da transmissão, da promoção e do apoio às comunidades detentoras. O principal desafio reside em articular, no mesmo processo, a proteção do suporte físico e a continuidade das práticas sociais que conferem sentido ao bem.[5]

Outra separação recorrente refere-se à distinção entre patrimônio cultural e patrimônio natural. A legislação brasileira reconhece, desde os primeiros momentos, a possibilidade de tutela de monumentos naturais, sítios e paisagens, e a Constituição de 1988 ampliou o conceito de patrimônio cultural ao incluir valores paisagísticos e ecológicos. Apesar disso, as políticas culturais e ambientais foram estruturadas por meio de instrumentos, critérios, órgãos e rotinas distintos. Essa divisão dificulta o tratamento de paisagens em que valores culturais, sistemas ambientais, formas de uso e memórias sociais são inseparáveis.[6]

O instrumento da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira, instituído em 2009, constituiu uma tentativa relevante de superar esse impasse ao propor o reconhecimento de paisagens culturais e sua gestão compartilhada por meio de pactos e planos de gestão. Contudo, sua implementação enfrentou limitações institucionais, normativas e operacionais. A fragilidade de um instrumento criado por portaria interna do órgão nacional de preservação, sem respaldo em legislação específica de tutela da paisagem, somou-se à dependência de parceiros locais, à indefinição de fluxos, responsabilidades e métodos e à dificuldade de coordenar políticas públicas em territórios extensos. Esses fatores contribuíram para a suspensão do instrumento e para a consolidação limitada de sua aplicação. Essa trajetória demonstra que a paisagem demanda mais do que o reconhecimento de porções do território: exige arquitetura jurídica e institucional, capacidade de coordenação intersetorial e rotinas permanentes de gestão.[7]

O contexto italiano apresenta um contraste relevante, uma vez que a paisagem desempenha um papel central no ordenamento jurídico e no planejamento territorial. O Código dos Bens Culturais e da Paisagem integra a proteção dos bens culturais e paisagísticos em um único marco legal, atribuindo ao Estado italiano e às Regiões a responsabilidade pela elaboração de planos paisagísticos com impacto direto sobre o território. Nesse arranjo, o planejamento paisagístico ultrapassa o caráter de instrumento de leitura integrada do território,

[5] MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de - O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, 1., Brasília, 2012 - Anais. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012.

[6] BRASIL - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Presidência da República, 1988. MONGELLI, Mônica de Medeiros - Natureza e cultura: práticas de preservação patrimonial no Brasil. Brasília: Universidade de Brasília, 2011. Dissertação de mestrado. SCIFONI, Simone - A construção do patrimônio natural. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. Tese de doutorado. PEREIRA, Danilo Celso - Patrimonialização da natureza: da sua incorporação à Constituição Cidadã ao ajuste autorizado do patrimônio natural. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2023. Tese de doutorado.

[7] IPHAN - Portaria n.º 127, de 30 de abril de 2009. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Diário Oficial da União. Brasília, 2009. PEREIRA, Danilo Celso - A chancela da Paisagem Cultural Brasileira: 10 anos de caminhos e descaminhos de uma política de cultura com compromisso social. Revista Memória em Rede. Pelotas. Vol. 12, n.º 22 (2020). WEISSHEIMER, Maria Regina; MARTINS, Marina Cañas - Chancela da Paisagem Cultural: avanços e retrocessos em contextos institucionais mutantes. Cadernos NAUI. Florianópolis. Vol. 12, n.º 22 (2023), p. 13-30.

configurando-se como instrumento jurídico capaz de influenciar planos urbanísticos e decisões setoriais.[8]

O Plano Paisagístico Territorial Regional da Puglia, elaborado entre 2007 e 2015, constitui o principal instrumento de planejamento paisagístico e territorial da região. Este plano substituiu o então Plano Urbanístico Territorial Temático da Paisagem, considerado insuficiente devido a limitações conceituais e operacionais, como cartografias imprecisas, ausência de georreferenciamento e cobertura territorial parcial. A reformulação teve como objetivo alinhar a proteção da paisagem ao Código e à Convenção Europeia da Paisagem, abrangendo toda a região e integrando proteção, valorização e desenvolvimento.

A região da Puglia está situada no sudeste da península Itálica, entre os mares Adriático e Jônico, abrangendo aproximadamente 19.540 km², com cerca de 3,9 milhões de habitantes e um litoral extenso. O território inclui planícies, maciços calcários, colinas, depressões, áreas costeiras, sistemas agrícolas, centros históricos, sítios arqueológicos, bens reconhecidos pela UNESCO e práticas culturais vinculadas a formas tradicionais de produção. Simultaneamente, a região enfrenta pressões decorrentes da urbanização dispersa, do turismo costeiro de massa, da industrialização agrícola e da implantação desordenada de infraestruturas energéticas.[9]



Figura 1 – Castel del Monte na paisagem da Alta Murgia, município de Andria, Puglia. Fonte: Stival, 2025.

A principal inovação do PPTR consiste em conceber a paisagem como bem comum e o território como patrimônio coletivo. Essa abordagem aproxima-se da escola territorialista italiana, que entende o território como patrimônio coletivo, resultado histórico das interações

[8] ITÁLIA - Decreto Legislativo 22 gennaio 2004, n. 42. Codice dei beni culturali e del paesaggio. Gazzetta Ufficiale. Roma, 24 fev. 2004. BANCHINI, Roberto; CONCAS, Daniela; GRAZIANI, Pietro; SETTE, Maria Piera - Paesaggio e ambiente: tutele a confronto, un'interazione difficile. Roma: L'Erma di Bretschneider, 2023.

[9] PUGLIA - Plano Paisagístico Territorial Regional: Relazione generale. Bari: Regione Puglia, 2015.

entre a sociedade e a natureza, e que deve ser planejado por meio de processos cooperativos que valorizem as identidades locais, a sustentabilidade e o autogoverno comunitário. Nesse contexto, a paisagem deixa de ser apenas objeto de proteção e passa a orientar o projeto territorial, articulando regras de preservação, objetivos de qualidade e ações de transformação qualificada.[10]

Sob a perspetiva institucional, o PPTR assumiu uma função mais abrangente do que a de um plano paisagístico convencional. Em razão da ausência de um plano territorial regional na Puglia, o PPTR passou a desempenhar o papel de coordenação estratégica das políticas de uso do solo, meio ambiente, mobilidade, turismo, agricultura e desenvolvimento. Essa decisão conferiu ao plano a função de plataforma integradora entre setores e níveis de governo, com carácter vinculante sobre os instrumentos urbanísticos municipais e os planos setoriais.

A arquitetura do PPTR articula três dimensões: cognitiva, normativa e estratégica. A dimensão cognitiva corresponde ao *Atlas do Património*, que organiza a leitura integrada do território. A dimensão normativa aparece nas *Normas Técnicas de Execução* e no sistema de tutelas. A dimensão estratégica é expressa pelo *Cenário Estratégico*, pelos objetivos de qualidade paisagística e pelos projetos territoriais. Essa combinação permite que o conhecimento produzido sobre a paisagem não se limite a ser descritivo, mas também se converta em regras, metas e orientações para a transformação do território.

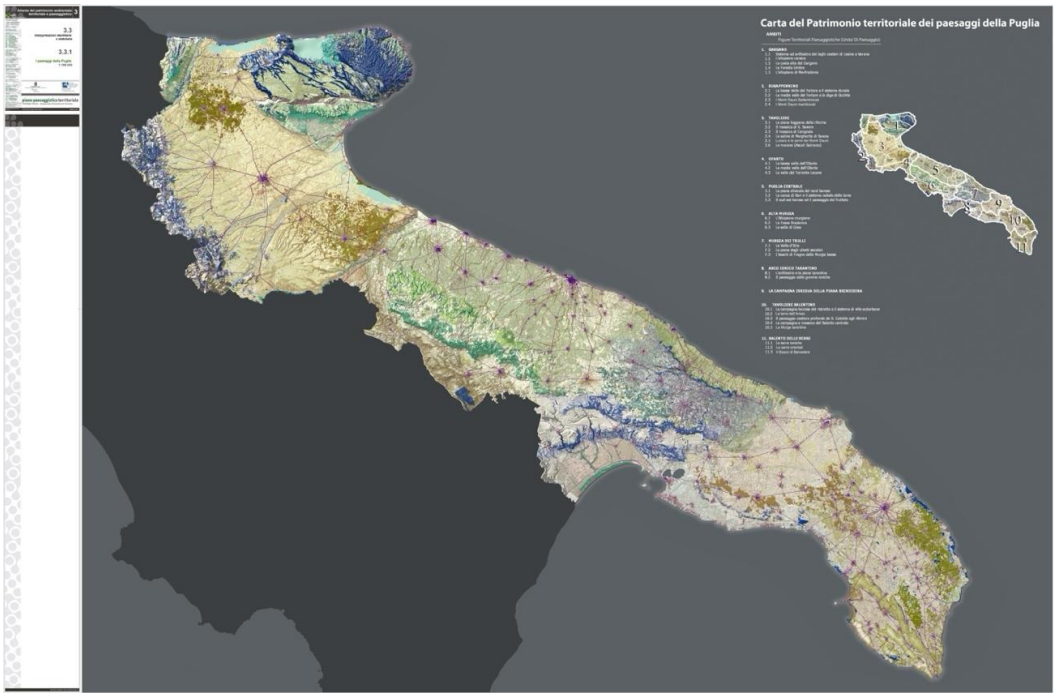


Figura 2 – Mapa do patrimônio paisagístico e territorial da Puglia: âmbitos de paisagem e figuras territoriais do PPTR. Fonte: Regione Puglia, PPTR, 2015.

[10] PUGLIA - Plano Paisagístico Territorial Regional: Relazione generale. Bari: Regione Puglia, 2015. BARATTI, Francesco - Coscienza di luogo e comunità patrimoniali: alcune esperienze in Puglia. Scienze del Territorio. Firenze. Vol. 8 (2020).

O *Atlas do Património* organiza a análise regional em onze âmbitos de paisagem (unidades de paisagem), definidos por características naturais, históricas e culturais convergentes. Em cada âmbito, o plano identifica *figuras territoriais e paisagísticas*, consideradas unidades menores de análise e de projeto. A partir dessas figuras, reconhecem-se *invariantes estruturais*, entendidos como elementos permanentes que estruturam a paisagem, tais como rios, florestas, traçados históricos, sistemas agrícolas, centros antigos e permanências morfológicas que expressam a identidade territorial. Essas invariantes são avaliadas quanto à sua relevância e integridade, o que resulta em regras de preservação, uso e transformação. Esse procedimento é fundamental, pois transforma a leitura da paisagem em estatuto do território. O plano vai além do simples inventário de bens ou da delimitação de áreas de proteção, interpretando relações estruturantes e estabelecendo critérios para que as transformações territoriais não comprometam as condições que sustentam a identidade e a qualidade dos lugares. O conhecimento técnico, cartográfico e histórico passa a fundamentar decisões administrativas, o planejamento municipal e a avaliação de intervenções.

O *Cenário Estratégico* converte essa base em uma visão de médio e longo prazo, estabelecendo objetivos gerais e específicos, políticas, projetos territoriais e diretrizes de boas práticas. Entre os projetos estruturantes destacam-se a Rede Ecológica Regional, o Pacto Cidade-Campo, a Mobilidade Suave, a valorização integrada das paisagens costeiras e os sistemas territoriais de fruição dos bens culturais e paisagísticos. Esses projetos evidenciam que a tutela não se limita à contenção das transformações, mas também orienta a requalificação urbana, a conexão ecológica, o uso público, a fruição cultural, a promoção da agricultura de qualidade e a regeneração de paisagens degradadas.

As *Normas Técnicas de Execução* complementam o sistema ao estabelecerem orientações gerais, diretrizes e prescrições. O plano organiza suas tutelas em três conjuntos principais: hidrogeomorfológico, ambiental-ecossistémico e histórico-cultural/percetivo. Assim, o patrimônio paisagístico é abordado como uma síntese de sistemas naturais, de formas históricas de ocupação e de valores de perceção e de reconhecimento. A paisagem torna-se um parâmetro transversal para compatibilizar políticas setoriais e intervenções públicas e privadas.

A participação social é outro elemento estruturante do PPTR. O plano mobilizou municípios, universidades, associações, setores produtivos, cidadãos e uma rede de ecomuseus. As *Conferências de Área*, realizadas durante a elaboração, serviram de arenas territoriais de debate público. O *Manifesto dos Produtores de Paisagem* formalizou a ideia de que a paisagem é produzida por todos aqueles que vivem, trabalham, administram e intervêm no território. Essa noção desloca a participação de uma consulta pontual para uma lógica de corresponsabilidade na transformação dos lugares.[11]

Nesse contexto, os ecomuseus desempenharam um papel relevante como estruturas territoriais de mediação entre comunidades e instituições. Por meio da elaboração de Mapas de Comunidade, que identificam bens, práticas, memórias, usos e problemas reconhecidos

[11] PUGLIA - Plano Paisagístico Territorial Regional: Relazione generale. Bari: Regione Puglia, 2015. BARATTI, Francesco - Coscienza di luogo e comunità patrimoniali: alcune esperienze in Puglia. Scienze del Territorio. Firenze. Vol. 8 (2020).

localmente, essas iniciativas ampliaram a base cognitiva do plano e contribuíram para a formação de uma consciência de lugar. O conhecimento comunitário não substitui o saber técnico, mas o complementa ao revelar vínculos, conflitos, usos cotidianos e perceções dificilmente captados apenas por bases cartográficas institucionais.[12]

O PPTR também incorporou ferramentas digitais de participação, como o Atlas das Sinalizações, destinado ao registo colaborativo de lugares valorizados, de situações críticas e de boas práticas. Esses instrumentos ampliaram a circulação de informações e fortaleceram a construção social do conhecimento paisagístico. Contudo, observa-se que a participação não ocorre de forma homogênea em capacidades locais, mediações institucionais, acesso à informação e na continuidade das estruturas comunitárias.

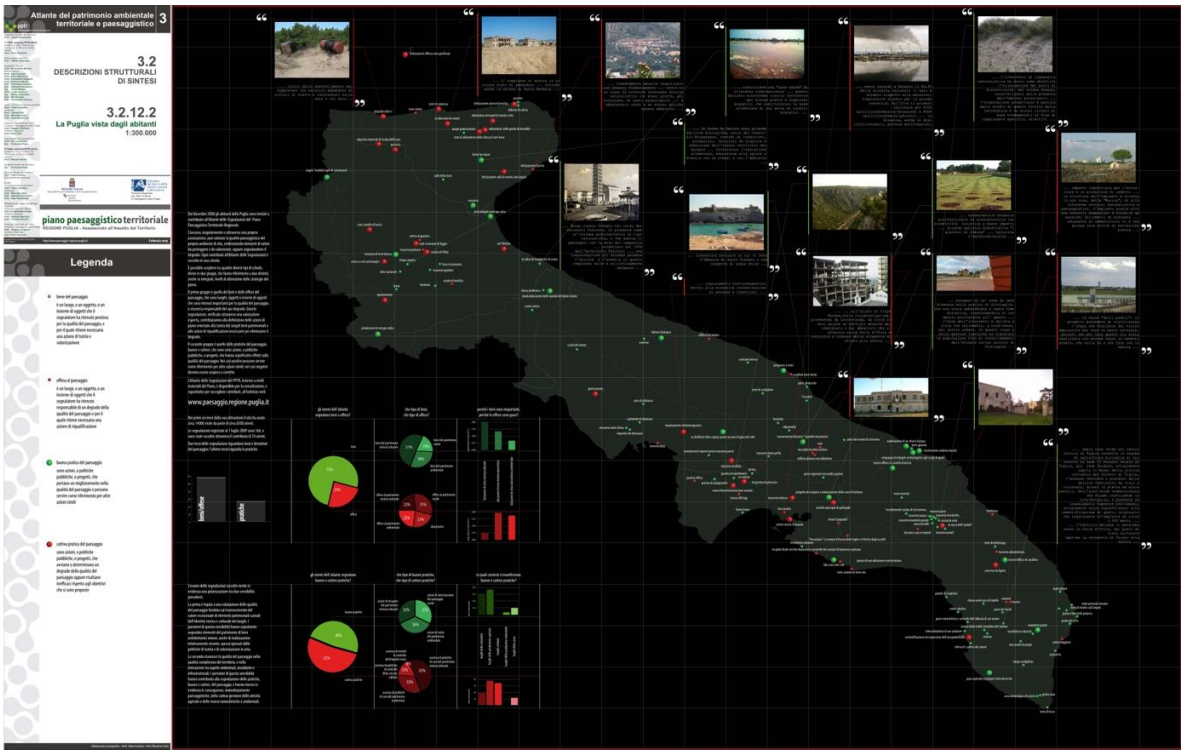


Figura 3 – Percepções do patrimônio na Puglia: bens valorizados, ofensas à paisagem e boas práticas registradas no Atlante delle Segnalazioni. Fonte: Regione Puglia, PPTR, 2015.

A implementação e o monitoramento do plano baseiam-se no *Observatório Regional da Qualidade da Paisagem*. Este Observatório foi concebido como órgão técnico e interinstitucional permanente, responsável por acompanhar a aplicação do PPTR, produzir conhecimento, promover a cultura da paisagem e avaliar transformações territoriais. Após um período de enfraquecimento devido a mudanças administrativas e redução de recursos, a

[12] CARTA, Massimo; LUCCHESI, Fabio - Un'esperienza di mappatura dal basso delle percezioni del paesaggio: l'Atlante Partecipato per il PPTR della Regione Puglia. In CAMPUS, Enrica; CILLIS, Marco; ERCOLINI, Michele; FRANCINI, Serena; VILLARI, Alessandro (org.) - Qualità del paesaggio e opere incongrue. Olbia: Thaphros Editore, 2013, p. 80-85. CICIRELLI, Angela - Paesaggi culturali, comunità e processi di patrimonializzazione. In GISOTTI, Maria Rita; ROSSI, Maddalena (org.) - I luoghi e l'autogoverno comunitario. [S.l.]: Edizioni SdT, 2020, p. 61-71.

Lei Regional n.º 33/2022 fortaleceu sua atuação ao estabelecer dotação orçamentária e autorizar convênios com universidades e centros de pesquisa.[13]

O Relatório de Monitoramento do PPTR, elaborado pela Região da Puglia em cooperação com o Politecnico di Bari, aponta avanços e limitações na implementação do programa. Entre os principais problemas identificados estão a falta de alinhamento entre instrumentos regionais, provinciais e municipais, adequações urbanísticas frequentemente apenas formais, tensões entre diretrizes de tutela e políticas econômicas setoriais, além de conflitos relacionados à expansão de sistemas eólicos e fotovoltaicos. Apesar desses desafios, o monitoramento reafirma o papel do Observatório como instância de avaliação, de pesquisa aplicada e de coordenação interinstitucional.

O caso evidencia que a integração não é garantida apenas por um marco legal robusto, como o Código dos Bens Culturais e da Paisagem. Mesmo quando a paisagem possui respaldo jurídico e instrumentos de planejamento, sua efetividade depende de recursos adequados, dados atualizados, equipes técnicas qualificadas, pactos interinstitucionais e da capacidade de mediação de conflitos. O caso do PPTR evidencia que a gestão integrada do patrimônio pela paisagem requer meios institucionais e legais de diálogo interinstitucional e participativo para viabilizá-la.

No caso brasileiro, a experiência da Puglia é relevante ao evidenciar a distinção entre reconhecer a paisagem como valor e utilizá-la como instrumento de gestão. Embora o Brasil disponha de base constitucional e instrumentos pontuais para a tutela de valores paisagísticos, como o tombamento, ainda carece de uma política de paisagem com densidade jurídica, abrangência territorial, procedimentos de coordenação e mecanismos de monitoramento. Essa lacuna dificulta a integração entre a proteção patrimonial, o planejamento urbano-territorial, as políticas ambientais e a participação social.

O contraste também evidencia as limitações da Chancela da Paisagem Cultural Brasileira, que até hoje não foi viabilizada. A proposta de gestão compartilhada, por meio de pactos e planos de gestão, antecipou questões relevantes, porém careceu de base normativa sólida, método consolidado, estrutura de acompanhamento e capacidade institucional para coordenar parceiros e políticas públicas. O caso da Puglia sugere que a paisagem deve estar vinculada a instrumentos que influenciem o ordenamento territorial e impactem os planos municipais, o licenciamento, as obras, a infraestrutura e os investimentos.

A principal contribuição do PPTR para o contexto brasileiro reside na centralidade do conhecimento territorial. A gestão integrada requer inventários, mapas e análises históricas, ambientais, morfológicas e percetivas capazes de identificar relações, e não apenas objetos isolados. A paisagem constitui um elemento articulador entre bens materiais, práticas culturais, sistemas ambientais, formas de produção, redes de circulação e vínculos sociais. No entanto, esse conhecimento deve ser convertido em diretrizes, critérios e procedimentos, caso contrário, permanecerá restrito ao diagnóstico.

[13] PUGLIA - Monitoraggio del PPTR: Rapporto di ricerca. Parti I-V. Bari: Regione Puglia, 2025. PUGLIA - Plano Paisagístico Territorial Regional: Relazione generale. Bari: Regione Puglia, 2015.

A segunda contribuição refere-se à articulação entre a tutela e o projeto. O PPTR demonstra que a proteção da paisagem vai além da imposição de restrições, podendo também orientar processos de regeneração, qualificação urbana, recuperação ambiental, mobilidade, fruição cultural, turismo sustentável e fortalecimento de economias locais. Essa abordagem possibilita a aproximação entre preservação e desenvolvimento, sem reduzir o patrimônio a mero recurso econômico, mantendo os objetivos de qualidade paisagística como referência para a avaliação das transformações.

A terceira contribuição refere-se à participação social. O caso da Puglia indica que a participação é mais efetiva quando vinculada a estruturas permanentes de produção de conhecimento e acompanhamento. Oficinas, mapas comunitários, ecomuseus, observatórios e plataformas colaborativas podem compor uma arquitetura institucional voltada ao cuidado da paisagem. No contexto brasileiro, essa dimensão é particularmente relevante para aproximar as políticas patrimoniais de comunidades, municípios, universidades, movimentos sociais e setores produtivos.

Por fim, o PPTR contribui para a reflexão sobre o papel dos órgãos de preservação. A gestão integrada exige não apenas a ampliação do número de bens protegidos, mas também o desenvolvimento de capacidade de coordenação entre diferentes políticas. Isso implica negociar com os setores de planejamento urbano, meio ambiente, agricultura, turismo, infraestrutura e desenvolvimento regional. A paisagem pode fornecer um vocabulário comum para essa coordenação, desde que respaldada por instrumentos jurídicos, competências definidas e mecanismos de monitoramento.

Considerações finais

A análise do PPTR da Puglia demonstra que a paisagem pode atuar como elemento central na gestão integrada do patrimônio cultural ao articular três dimensões. A primeira é cognitiva, pois a paisagem possibilita o reconhecimento das relações entre o suporte físico, os sistemas ambientais, as formas históricas de ocupação, as práticas sociais, os valores culturais e as perceções coletivas. A segunda é normativa, uma vez que a paisagem deve ser traduzida em critérios, regras, objetivos de qualidade e parâmetros de compatibilidade. A terceira é política, pois sua gestão requer participação social, co-planejamento, mediação de conflitos e monitoramento contínuo.

O caso italiano evidencia que a integração entre patrimônio e planejamento requer uma arquitetura institucional robusta. No PPTR, essa arquitetura manifesta-se na articulação entre o Atlas do Patrimônio, as normas técnicas, o sistema de tutelas, o cenário estratégico, os projetos territoriais, os ecomuseus e o Observatório Regional. Essa estrutura possibilita que a paisagem seja utilizada não apenas como conceito ou valor abstrato, mas também como referência concreta para orientar decisões e coordenar políticas.

Simultaneamente, a experiência da Puglia revela limitações. A implementação está condicionada à disponibilidade de recursos, à atualização dos dados, à articulação entre diferentes escalas de governo e à capacidade de enfrentar conflitos entre a tutela paisagística e os interesses econômicos setoriais. A existência de um plano vinculante não elimina as tensões, mas estabelece uma estrutura mais consistente para torná-las visíveis, avaliá-las e negociá-las com base em critérios públicos.

No contexto brasileiro, a principal contribuição do estudo consiste em demonstrar que a gestão integrada do patrimônio depende da criação de instrumentos capazes de articular proteção, planejamento e participação. A paisagem representa uma alternativa promissora, pois integra dimensões culturais, naturais, materiais e imateriais em uma abordagem interpretativa e operacional unificada. Contudo, para desempenhar esse papel, a paisagem deve ser incorporada às rotinas administrativas, aos marcos normativos, aos sistemas de informação, aos mecanismos participativos e às instâncias permanentes de acompanhamento.

Bibliografia

ARAÚJO, Denise Puertas de - **Na fronteira entre o material e o imaterial: o tombamento e a proteção dos bens culturais**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2020. Tese de doutorado.

BANCHINI, Roberto; CONCAS, Daniela; GRAZIANI, Pietro; SETTE, Maria Piera - **Paesaggio e ambiente: tutele a confronto, un'interazione difficile**. Roma: L'Erma di Bretschneider, 2023.

BARATTI, Francesco - Coscienza di luogo e comunità patrimoniali: alcune esperienze in Puglia. **Scienze del Territorio**. Firenze. Vol. 8 (2020).

BOUCHENAKI, Mounir - The interdependency of the tangible and intangible cultural heritage. In **ICOMOS General Assembly and International Symposium**, 14., Victoria Falls, 2003 - Proceedings. Victoria Falls: ICOMOS, 2003.

BRASIL - **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988.

BRASIL - Decreto n.º 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. **Diário Oficial da União**. Brasília, 7 ago. 2000.

BRASIL - Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, 6 dez. 1937.

CARTA, Massimo; LUCCHESI, Fabio - Un'esperienza di mappatura dal basso delle percezioni del paesaggio: l'Atlante Partecipato per il PPTR della Regione Puglia. In CAMPUS, Enrica; CILLIS, Marco; ERCOLINI, Michele; FRANCINI, Serena; VILLARI, Alessandro (org.) - **Qualità del paesaggio e opere incongrue**. Olbia: Thaphros Editore, 2013, p. 80-85.

CICIRELLI, Angela - Paesaggi culturali, comunità e processi di patrimonializzazione. In GISOTTI, Maria Rita; ROSSI, Maddalena (org.) - **I luoghi e l'autogoverno comunitario**. [S.l.]: Edizioni SdT, 2020, p. 61-71.

CONSELHO DA EUROPA - **Convenção-Quadro do Conselho da Europa sobre o Valor do Patrimônio Cultural para a Sociedade**. Faro: Conselho da Europa, 2005.

CURY, Isabelle (org.) - **Cartas patrimoniais**. 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

ICOMOS - **The Québec Declaration on the Spirit of Place**. Québec: ICOMOS, 2008.

IPHAN - Portaria n.º 127, de 30 de abril de 2009. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2009.

ITÁLIA - Decreto Legislativo 22 gennaio 2004, n. 42. Codice dei beni culturali e del paesaggio. **Gazzetta Ufficiale**. Roma, 24 fev. 2004.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de - O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In **Fórum Nacional do Patrimônio Cultural, 1., Brasília, 2012 - Anais**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012.

MONGELLI, Mônica de Medeiros - **Natureza e cultura: práticas de preservação patrimonial no Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 2011. Dissertação de mestrado.

PEREIRA, Danilo Celso - A chancela da Paisagem Cultural Brasileira: 10 anos de caminhos e descaminhos de uma política de cultura com compromisso social. **Revista Memória em Rede**. Pelotas. Vol. 12, n.º 22 (2020).

PEREIRA, Danilo Celso - **Patrimonialização da natureza: da sua incorporação à Constituição Cidadã ao ajuste autorizado do patrimônio natural**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2023. Tese de doutorado.

PUGLIA - **Monitoraggio del PPTR: Rapporto di ricerca**. Parti I-V. Bari: Regione Puglia, 2025.

PUGLIA - **Plano Paisagístico Territorial Regional: Relazione generale**. Bari: Regione Puglia, 2015.

SCIFONI, Simone - **A construção do patrimônio natural**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. Tese de doutorado.

SMITH, Laurajane - **Uses of heritage**. London: Routledge, 2006.

UNESCO - **Recomendação sobre a Paisagem Urbana Histórica**. Paris: UNESCO, 2011.

WEISSHEIMER, Maria Regina; MARTINS, Marina Cañas - Chancela da Paisagem Cultural: avanços e retrocessos em contextos institucionais mutantes. **Cadernos NAUI**. Florianópolis. Vol. 12, n.º 22 (2023), p. 13-30.

Da memória ao território:
o acervo familiar dos Carnaúbas em Brasília

Ana Elisa Carnaúba Rodrigues
Universidade de Brasília, UnB
Brasília, DF
anaelisa.carnauba@gmail.com

Maria Fernanda Derntl
Universidade de Brasília, UnB
Brasília, DF
fernandafau@unb.br

Resumo: Esta comunicação apresenta resultados preliminares de uma pesquisa de mestrado voltada à análise de um acervo relativo à trajetória da família Carnaúba. Seus membros migraram para Brasília nos anos de 1960 e vivenciaram transformações impostas por políticas de remoção de ocupações irregulares e de criação de cidades satélites. O acervo é composto por fotografias, documentos escritos, recortes de reportagens de periódicos e livros guardados por membros da família e selecionados pela autora do trabalho. A análise apoia-se numa seleção da bibliografia sobre Brasília e sobre o campo da memória, com o objetivo de investigar como o acervo em questão expressa as transformações na periferia de Brasília, a partir da perspectiva de pessoas que as vivenciaram.

Palavras-chave: Acervo, Fotografia, Família, Brasília, Memória.

Introdução

Em um cenário de desenvolvimento no interior do país, Brasília nasce como projeto de reconhecimento do que era possível produzir em uma nação que entrelaçava seus caminhos rumo à modernidade. A promessa de transferência da capital por Juscelino Kubitschek consagra Lucio Costa como urbanista, enquanto Oscar Niemeyer é escalado como arquiteto, pois sua atuação vinha ganhando reconhecimento na arquitetura modernista do país. O objetivo era o rompimento com o passado agrário, a fim de tecer os caminhos de uma nova era, impulsionada pela industrialização, e cumprir o plano de metas, que sintetizava 50 anos em 5.

A execução desse projeto exigia uma intensa mão de obra de trabalhadores e, para isso, anúncios se propagavam convocando milhares de brasileiros. A campanha se difundiu de modo que, em 1959, um ano antes da inauguração, havia 56.953 migrantes[1]. À medida que Brasília ia se consolidando, seu processo migratório foi assumindo proporções maiores; famílias de operários e construtores foram chegando. As ocupações dentro e nas proximidades do Plano Piloto cresceram exponencialmente. Os conflitos territoriais de ocupações informais foram também adquirindo proporções que preocupavam aqueles que queriam manter imaculado o projeto de Lucio Costa.

As constantes remoções iam acontecendo em paralelo à construção de Brasília, uma cidade que já nasce sem o qualquer planejamento de moradia para aqueles que construíam e chegavam buscando trabalho. Maria Fernanda Derntl [2]descreve esse processo e desdobramento dos assentamentos informais em seu artigo intitulado *''Capitality'' beyond the Capital City? Brasília and Its Satellite Towns* que:

> Esses assentamentos, chamados de cidades satélites, foram concebidos para serem localizados fora do cinturão sanitário de aproximadamente 20 quilômetros ao redor da área do Plano Piloto e conectado a eles por algumas vias expressas, determinando assim um padrão implícito de expansão urbana caracterizada pela segregação socioespacial.[3]

A construção das cidades-satélites se desenvolveu na tentativa de findar as ocupações informais, realocar e controlar a população que continuava chegando em Brasília. A primeira cidade satélite construída é Taguatinga em 1958; em seguida, Sobradinho (1959), Gama (1960), Guará (1967) e Ceilândia (1971).

Assim como tantas outras famílias migrantes que chegavam do Nordeste, minha família ocupou um dos maiores assentamentos do Distrito Federal, a Vila do IAPI, ou também conhecida como Invasão do IAPI, que foi extinta pela Campanha de Erradicação de Invasões em 1971, o que dividiu a família em duas cidades satélites: a Ceilândia e o Guará. Foi na cidade satélite do Guará que meus avós construíram a própria casa e parte da família. Nessa mesma casa, encontrei uma parcela significativa do acervo familiar que se apagava nas narrativas da própria família. É a partir desse lugar de acessar as

[1] BEÚ, Edson – **Os filhos dos candangos**: Brasília sob o olhar da periferia. Brasília: Universidade de Brasília, 2013.p.48.
[2] DERNTL, Maria Fernanda – Capitality beyond the Capital City? Brasília and Its Satellite Towns. **Urban History Review**, v. 52, 2024.p.210.
[3] DERNTL, Maria Fernanda. – Capitality beyond the Capital City? Brasília and Its Satellite Towns**.** **Urban History Review**, v. 52, 2024.p.210.

lembranças que inicio um processo de compreensão maior sobre trajetória, território e memórias familiares, assumindo a posição de pesquisadora e integrante dessa história.

Uma casa, uma gaveta

O primeiro contato com o acervo ocorre por meio de duas gavetas pertencentes aos meus avós, nordestinos que chegaram a Brasília com o mesmo propósito: buscar melhores condições de vida e de trabalho. Meu avô Antônio Carnaúba, chega em Brasília em 1959; já minha avó Maria José, chega em 1960. Eles se conhecem em um acampamento de trabalhadores e se casam na nova cidade ainda em construção. Ambos candangos[4], participaram ativamente das transformações de um novo território: minha avó, entregando marmita nos canteiros de obra, e meu avô, operário da construção civil.

Ao longo de uma vida marcada por sucessivos deslocamentos e pela passagem por diferentes barracos, meus avós sofreram o último despejo e fixaram sua morada no Guará, onde a casa foi construída pelo meu próprio avô e pela comunidade, em um processo de mutirão. Foi nesse espaço que criaram todos os filhos, e foi a morada dos meus avós até os últimos dias de suas vidas. Essa mesma casa, um verdadeiro marco biocartográfico no território, foi o principal local de encontro desse acervo apresentado.

Nesta casa, tive o primeiro acesso a esse acervo, que me direcionou a dois outros acervos de parentes próximos, que disponibilizaram material para a construção do acervo familiar. Ao começar a sistematizar esses materiais, inicio um percurso de compreensão mais amplo, no qual a trajetória da família se revele intrinsecamente vinculada à produção do espaço urbano e às dinâmicas de expulsões que marcaram sua consolidação.

Metodologias de um acervo em construção

1. Encontrar

Durante a pesquisa, além de reunir o material que encontrei em casa, recolhi documentos, fotos, reportagens e entrevistas com parentes ainda vivos. O objetivo dessas entrevistas era coletar os depoimentos orais, uma vez que essa memória transmitida entre gerações estava em um processo de esquecimento, especialmente devido ao falecimento de muitos membros da família. Apesar de não utilizar esses depoimentos orais na pesquisa, busquei acessar materiais que estavam guardados por outros parentes, na tentativa de preencher lacunas decorrentes da falta de informações.

A organização e digitalização do acervo se deu em três blocos: o acervo Antônio e Maria José, o acervo Maria Aparecida Carnaúba e o acervo José Carnaúba. Até o momento, o acervo familiar conta com 24 fotografias, 10 recortes de reportagens, 2 documentos e 2 livros. Para organizar esse acervo, após digitalizá-lo, produzi uma tabela (Figura 01) com informações como: data aproximada, local, dimensões, tipo de material, a quem esse acervo pertence e anotações. Esse último campo serve como descrição e pequenos lembretes sobre questões relevantes a respeito do material digitalizado, um lugar e primeiro momento em que eu poderia exercer uma escrita livre sobre como compreendia e visualizava cada elemento.

[4] A palavra candango é utilizada para definir os trabalhadores ou os ‘’peões’’ de obra da construção civil nesses primeiros anos de Brasília.

A partir desse primeiro levantamento e organização inicial, começo um processo de análise do acervo familiar que é conduzido por um exercício crítico e interpretativo de compreensão tanto o que é revelado quanto o que permanece ausente. As lacunas encontradas são elementos que constroem a própria memória, indicando os silenciamentos e apagamentos produzidos ao longo do tempo. Em diálogo com o trabalho da antropóloga Ana Clara Damásio[5], a pesquisa assume as lembranças e acervo familiar constituintes de um corpo de investigação que tensiona os limites da experiência pessoal com a produção de conhecimento. Essa abordagem se articula às reflexões de Michael Pollak[6], enquanto memórias que passam despercebidas pela sociedade e que são mantidas em espaços informais

IMAGEM	DATA (aproximada)	LOCAL	DIMENSÕES	TIPO	ACERVO	DESCRIÇÃO
	Década de 60	Próximo a Vila Planalto	8,4x5,9 cm	Fotografia lambe-lambe	Acervo família Antônio e Maria José	Minha avó me revelou um dia ser uma fotografia de quando ainda não era casada, próximo a Vila Planalto, onde vivia com sua família. Se foi antes de casar, suponho que tenha sido registrada entre 1961 a 1963. Minha avó e meu avô estão centralizados em meio a uma paisagem tipicamente do cerrado na região central do Brasil.
	Década de 60	-	6,3x8,3 cm	Fotografia lambe-lambe	Acervo família Antônio e Maria José	No centro está meu avô Antônio Carnaúba com uma vestimenta típica da construção civil em Brasília. Os três estão em cima de uma estrutura de madeira e ao fundo, é possível ver algumas construções, no canto da direita um edifício provisório de madeira e ao fundo uma construção maior.
	Década de 60		9,5x6,5cm	Fotografia lambe-lambe	Acervo família Antônio e Maria José	A pessoa da fotografia é o irmão mais velho da minha avó, Manuel Correia Braga. Ele sorri para a câmera ao lado de um caminhão betoneira. A logo da empresa do caminhão é (PESQUISAR)
	Década de 60		6,5x9,5cm	Fotografia lambe-lambe	Acervo família Antônio e Maria José	A primeira pessoa da esquerda para a direita é meu bisavô materno, pai da minha avó. Também com a vestimenta típica de obra ao lado do que parece ser colegas de trabalho. Ao fundo dois caminhões betoneira e um galpão que parece ser provisório.
	Década de 60		6,5x9,5cm	Fotografia lambe-lambe	Acervo família Antônio e Maria	O primeiro da direita para esquerda é Manuel Correia Braga, que está com a mesma vestimenta de outras duas fotografias encontradas, o que se supõe

Figura 01: Print de uma parte da tabela de catalogação para organizar o acervo. Elaborada pela autora.

2. Observar

O acervo, em geral, não é tratado como um conjunto neutro de vestígios, mas como um campo atravessado por esquecimentos e disputas, que revelam e ocultam histórias da

[5] DAMÁSIO, Ana Clara – **Fazer-família e fazer antropologia: uma etnografia dentro de casa**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2025.

[6] POLLAK, Michael – Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

família e da cidade. Algumas fotografias registram parentes próximos, amigos da época ou até pessoas desconhecidas, mas que possuem muito significado na construção da narrativa e de um enquadramento da realidade. As poses, as pessoas centrais na foto, o modo de se vestirem e a escolha do cenário para serem eternizados na fotografia revelam como esses momentos eram importantes para a família.

Uma pesquisa que dialoga com essa metodologia de seleção de imagens e relação entre a memória e preservação é das pesquisadoras Rafaella Sualdini e Lara Santos de Amorim[7], que trazem uma perspectiva da antropologia visual e a relação de construir memórias e narrativas coletivas. Sualdini faz uma breve análise sobre dois acervos pessoais, o da sua avó materna e da sua avó paterna. Outro ponto importante da pesquisa é a identificação sobre o tipo de registro encontrada nesses acervos, a fotografia lambe-lambe, tratando-se de um tipo de imagem produzida por fotógrafos itinerantes e que possuía elementos semelhantes:

> (...) A identificação de uma fotografia lambe-lambe se dá pela presença de elementos iconográficos importantes, sendo eles: bordas irregulares, manchas de produtos químicos, grafias impressas diretamente na imagem (como o nome do local ou do fotógrafo) e o desgaste do papel causado pela ação do tempo.[8]

Essa descrição sobre a identificação de fotografias lambe-lambe foi essencial para entender o tipo de fotografia que havia em maior quantidade no meu acervo familiar em construção e ajuda a situar o acesso a esses serviços, bem como a compreender como esses fotógrafos itinerantes, que participam do início da construção de uma nova cidade, contribuem para a preservação da memória e para o desdobramento da pesquisa que estou descrevendo neste momento. Sualdini e Santos descrevem essas fotografias como prova do acontecimento, um testemunho e ‘’transforma imagem em documento colecionável que atesta a veracidade do momento, tornando-se a comprovação de que aquelas cerimônias aconteceram’’.[9]

A jornalista Fabiana Bruno[10] discorre sobre Fotobiografia, entendendo a imagem como objeto que revela o acontecimento e produz uma pesquisa que prioriza o trabalho das imagens, que produzem uma reflexão e um redescobrimento da memória. Sobre sua metodologia de escolha do material encontrado e seus significados, Fabiana explica:

> A proposta, deste modo, caminhou numa tentativa de exploração do ‘’trabalho da memória’’ na velhice, vasculhando baús fotográficos, num estudo de reconhecimento do que guarda e conserva, o que forma e ordena, o que configura e – talvez –

---

[7] SUALDINI, Rafaella; SANTOS DE AMORIM, Lara – Acervo fotográfico e álbuns de família: Reflexões sobre memória e fotografia. **ILUMINURAS**, Porto Alegre, v. 26, n. 70/1, p. 146–173, 2025.

[8] SUALDINI, Rafaella; SANTOS DE AMORIM, Lara – Acervo fotográfico e álbuns de família: Reflexões sobre memória e fotografia**. ILUMINURAS**, Porto Alegre, v. 26, n. 70/1, 2025.p.163.

[9] SUALDINI, Rafaella; SANTOS DE AMORIM, Lara – Acervo fotográfico e álbuns de família: Reflexões sobre memória e fotografia. **ILUMINURAS,** Porto Alegre, v. 26, n. 70/1, 2025.p.156.

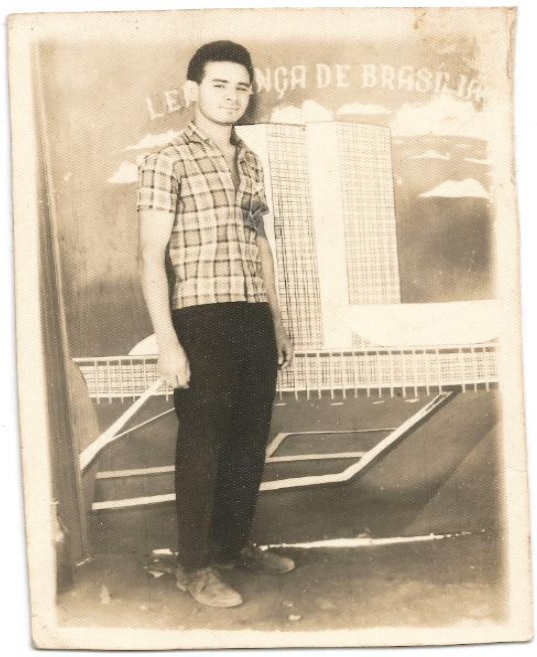
[10] BRUNO, Fabiana – Fotobiografia: por uma metodologia da estética em antropologia. **Resgate**: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, SP, v. 18, n. 1, 2010. p. 27–45.

transfigura em termos de uma constituição de história de vida.[11]

Partindo dessa ideia da fotografia, do documento e dos registros como itens colecionáveis que atestam os acontecimentos entre as famílias, o trabalho da memória e como essa seleção permaneceu ilesa pelo tempo, discorro aqui de duas imagens e um documento encontrados para exemplificar a análise crítica que vem sendo elaborada nesta pesquisa.

3. Ler

3.1 Lembrança de Brasília



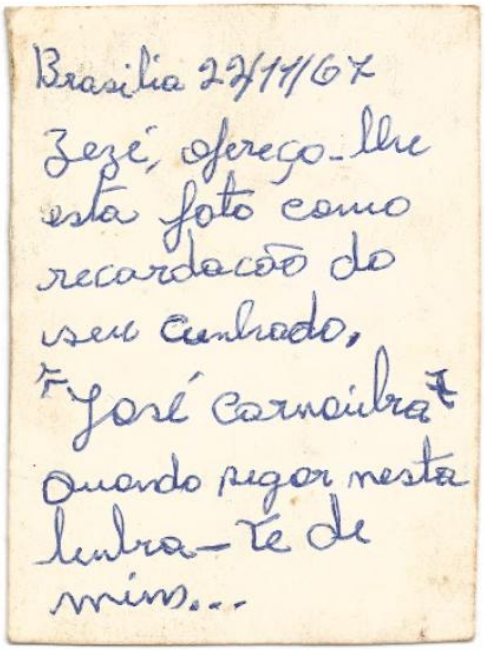


Figura 02: Frente fotografia de José Carnaúba. Acervo de Antônio Carnaúba e Maria José.
Figura 03:Verso fotografia de José Carnaúba. Acervo de Antônio Carnaúba e Maria José.

A primeira fotografia (Figuras 02 e 03) foi encontrada dentro de um livro de receitas, guardada na gaveta da minha avó. A imagem registra seu cunhado, José Carnaúba, que aparece posicionado na frente de um painel decorativo com o desenho do Congresso Nacional, nele está o título ‘’Lembrança de Brasília’’. Em um dos encontros familiares, ao ser questionado sobre a fotografia, relatou tratar-se de um cenário montado na Cidade Livre, perto de um cinema que frequentava, onde um fotógrafo oferecia esse serviço em meio ao contexto da cidade em construção.

No verso da fotografia (Figura 03), há uma dedicatória como um presente, isso desloca para um objeto de caráter emocional, marcado por afetos e intimidade. Por um lado, evidencia uma economia simbólica e material em torno da construção de Brasília, na qual a cidade era transformada em imagem, em lembrança e em mercadoria. Por outro lado, revela os sujeitos envolvidos no processo, que se inscrevem nas narrativas visuais e marcam presença nesse momento histórico. Esse painel do Congresso Nacional antecipa uma imagem de cidade pronta, monumental e moderna, em contraste com as condições

[11] BRUNO, Fabiana –Fotobiografia: por uma metodologia da estética em antropologia. **Resgate**: Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, SP, v. 18, n. 1, 2010. p.28.

reais dessas pessoas. Pode-se dizer que essa fotografia tensiona temporalidades: o presente de moradias e acesso precário e o futuro projetado da capital.

Além disso, é interessante observar o fato dessa imagem estar guardada em um livro de receitas, um objeto cotidiano no espaço doméstico, apontando para outros modos de arquivamento da memória, que escapam dessas lógicas institucionais. A dedicatória no verso da fotografia revela o íntimo, não apenas a lembrança de um lugar, mas o vínculo entre pessoas. Por ter uma dedicatória, isso justificaria para que ela fosse guardada? Quais são as narrativas que essa fotografia sustenta ao longo do tempo?

3.2 Aniversário da Vó Maria



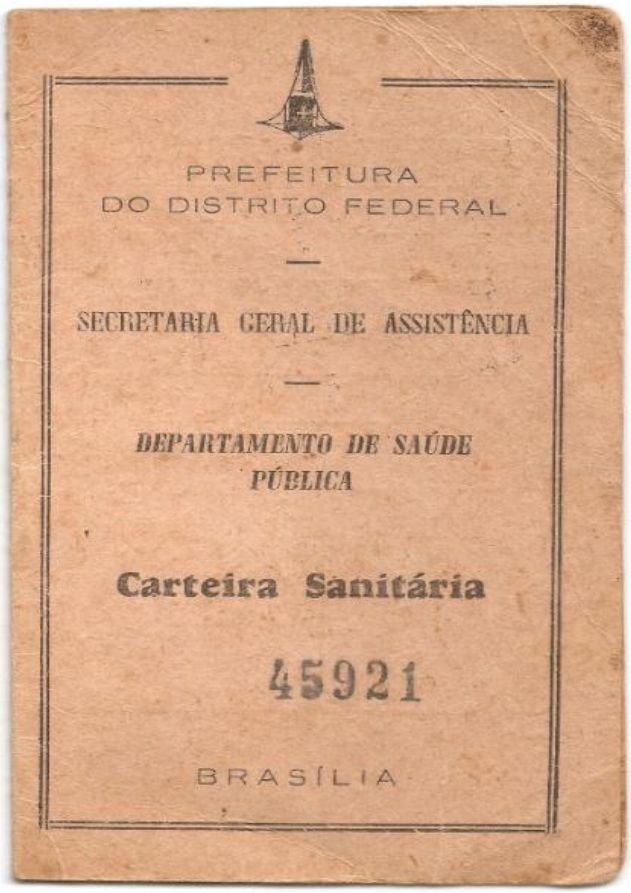
Figura 04: Frente da fotografia lembrança. Acervo de Antônio Carnaúba e Maria José.
Figura 05: Verso da fotografia lembrança. Acervo de Antônio Carnaúba e Maria José.

No mesmo gaveteiro da minha avó, dentro de uma caixa com linhas de costura, encontro uma fotografia lambe-lambe que aparenta registrar uma festividade. Nela, aparecem suas cunhadas e irmãos em um momento de celebração, reunidos em torno do que se assemelha ser um bolo de aniversário (Figura 04). Sobre uma mesa de madeira aparentemente improvisada, dispõem-se algumas garrafas, compondo um cenário simples, porém carregado de significados. As pessoas registradas sorriem e apontam para o bolo, indicando uma centralidade na celebração e a construção de um momento coletivo.

O ambiente em que acontece essa cena sugere uma construção precária de madeira, remetendo aos barracões erguidos em acampamentos que deram origem a muitas dessas ocupações durante a construção de Brasília. A materialidade do espaço, associada ao provisório e ao improviso em um momento de celebração, cria uma ambiguidade na análise de como essas práticas de comemoração e convivência se mantinham em condições de precariedade.

Ao questionar minha mãe sobre as pessoas da imagem, ela foi identificando e atribuindo os nomes para cada uma, reconstruindo a cena a partir da oralidade. Nesse processo, sugeriu que a fotografia provavelmente foi feita na Vila do IAPI[12], espaço onde as famílias se encontravam, tanto do lado da minha avó, que vivia nas proximidades da Vila Planalto, quanto do lado do meu avô, que já vivia no IAPI. No verso da fotografia (Figura 05) está escrito à mão "Lembrança do meu aniversário", que posteriormente identifiquei como a letra da minha avó. Essa inscrição transforma a imagem em um objeto de memória, reforçando seu caráter afetivo. A fotografia aqui não apenas um documento do evento, mas exemplifica as formas de como a família produziu, guardou e transmitiu as próprias narrativas.

3.2 Carteira Sanitária



[12] Vila do IAPI ou Invasão do IAPI, foi uma favela construída adjacente a Cidade Livre. No final da década de 60 foi considerada a maior favela do Distrito Federal.



Figura 06: Carteira sanitária. Acervo de Antônio Carnaúba e Maria José.
Figura 07: Carteira sanitária. Acervo de Antônio Carnaúba e Maria José.

O último exemplo é um documento (Figura 06) da minha avó Maria José, que está dobrado e se intitula como ‘’Carteira Sanitária’’ do Departamento de Saúde Pública da Prefeitura do Distrito Federal. Ao abrir a carteira, há uma série de dados como: nome, idade, sexo, cor, naturalidade, a profissão e a data de expedição. A data expedida é de 20 de novembro de 1961, em uma Brasília recém-inaugurada. No campo de residência, Brasília é colocada aqui como central, mas a verdade é que nessa época, minha avó morava com a família nas proximidades da Vila Planalto, um dos primeiros acampamentos provisórios. Acho relevante, aqui, que esse dado não apareça na identificação, como se Brasília estivesse existindo apenas dentro dos limites do Plano Piloto, no qual muitas famílias, especialmente de operários, não viviam.

Ao lado do campo de informações, há a inscrição “‘’Apto para trabalhar’’ e outras lacunas de vacinas, como antivariólica e antitífica, com a mesma data da expedição da carteira, o que faz entender que essas vacinas foram aplicadas no mesmo dia em que essa carteira foi gerada. Além de informações como “pulmões normais” e exame dermatológico normal, há assinaturas ou vistos que aparentam ser de médicos responsáveis por fazer essas análises. Essa documentação específica suscitou uma série de questionamentos sobre esse tipo de controle populacional que ali se instalava nos arredores da cidade planejada. Haveria, então, uma inspeção dos agentes públicos para evitar epidemias em um cenário ainda em construção, onde muitos desses acampamentos não havia saneamento básico e apresentavam moradias improvisadas e precárias?

Esse é um documento com a data de expedição do início de Brasília, e outros questionamentos foram surgindo a respeito desse trabalho de controle da população, e se foi possível seguir com esse planejamento, mesmo com o intenso fluxo migratório que continuou ocorrendo com a inauguração da cidade. O campo de vacinas e exames físicos também revelam uma espécie de autorização para trabalhar, ou seja, a população que se fixava em acampamentos informais ao redor do Plano Piloto era composta de pessoas que trabalhavam ativamente na consolidação da cidade que crescia.

Quando inicio o trabalho de reunir, registrar e documentar esses materiais, reconheço esse gesto como uma prática de visibilização e resistência. É um movimento de inscrever na historiografia as experiências de quem constrói e participa das mudanças da cidade. O trabalho com o acervo familiar e com as narrativas de parentes é uma tomada de posição diante dos modos em que certas histórias são legitimadas, enquanto outras são sistematicamente silenciadas e esquecidas. Dialogando com Maurice Halbwachs [13]sobre memória coletiva, o autor traz a diferença da memória escrita para memória vivida, sendo a vivida que "ela tem tudo que é necessário para constituir um cenário vivo e natural no qual o pensamento pode se apoiar para preservar e reencontrar a imagem de seu passado''.[14] Sendo essa história vivida, registrada e guardada por minha família, esse testemunho é um pedaço da memória de um território que teve suas diversas transformações e seus agentes braçais invisibilizados por um sistema que prioriza uma narrativa dita oficial. Essa narrativa generaliza o candango enquanto esse herói que ergue a cidade, mas que esquece de toda falta de amparo por políticas públicas para que essas pessoas pudessem ter dignidade.

3.4 Outras fontes

Durante a descoberta do acervo do meu avô Antônio Carnaúba, entre algumas fotografias, encontro reportagens de jornais e revistas. São pedaços de revistas incompletas que chamam a minha atenção e, apesar da dificuldade de entender a matéria e reportagem como um todo, sabia que havia uma importância e legitimidade nas histórias que meu avô contava. Especialmente sobre esse ramo familiar, a trajetória desses sujeitos que migram com o objetivo de trabalhar na construção da cidade e passam a ocupar a Vila do IAPI. A partir desse território, a família vivencia o processo de remoção que marca a política urbana e é deslocada para a recém-criada Ceilândia, no início da década de 1970. Trata-se de acompanhar uma trajetória que não se limita à produção de material, mas também evidencia as dinâmicas de exclusão e marginalização que estruturam o território. O IAPI passa a ser constantemente noticiado como uma favela repleta de problemas que contrastam com a cidade planejada, em matérias como a do Correio Braziliense, que expõe a favela como:

> Brasília, que exporta progresso, tem sido também imã da miséria. Tornou-se um dos pontos de convergência prediletos das correntes migratórias que, à falta de habitações e de meio para adquiri-las, se foram fixando nas áreas próximas ao Plano Piloto, formando favelas por vezes mais populosas que a maioria das cidades brasileiras. Uma delas é o IAPI.[15]

Um ponto em comum que pude observar durante as entrevistas foi o discurso de união entre as pessoas — vizinhos, amigos e autoridades — nos assentamentos informais no início de Brasília ao longo dos anos. Mesmo optando por não incluir as entrevistas orais na pesquisa, elas traçam um caminho para traduzir o que foi preservado no acervo, uma espécie de material que atesta o que foi vivido. Esse discurso de comunidade e igualdade entre as pessoas foi promovido de forma tão persistente que, mesmo com o passar dos anos, permanece presente, direta ou indiretamente, na vida dessas pessoas. Maria

[13] HALBWACHS, Maurice – **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
[14] HALBWACHS, Maurice – **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.p.62.
[15] Ceilândia – **Correio Braziliense**, Brasília, 03 mar. 1971.

Fernanda Derntl [16] associa esses discursos a uma afirmação de sentimento de pertencimento a uma família quando analisa os depoimentos orais e afirma:

> Essas declarações revelam um imaginário coletivo compartilhado não apenas por grupos da classe trabalhadora, mas também por membros das elites que estavam ansiosos para assimilar as mensagens de Kubitschek sobre o progresso e mudança social. Talvez, ao alegarem trabalhar em uma atmosfera familiar, os protagonistas da construção de Brasília pudessem legitimar seu próprio papel sem aludir à sua natureza autoritária.[17]

Alguns desses discursos se destacam nas entrevistas em que a família do meu avô aparece e revelam também uma ambiguidade, uma relação de pertencimento e exclusão. Uma delas é da Revista Manchete de 9 de dezembro de 1967, em que Raimundo Carnaúba, meu bisavô, após contar brevemente o porquê deixou sua cidade natal para ir para Brasília revela que vem sendo avisado por fiscais do IAPI que precisa sair daquele terreno:

> Raimundo Carnaúba, homem feliz, marido idolatrado e feito para viver, só tem um receio: o de perder o barraco que ele mesmo construiu, mas que se ergue em terreno que o IAPI diz ser de sua propriedade:
> - Vez por outra, aparece por aqui um fiscal do IAPI, me pedindo para deixar o barraco. Mas deixar como? Para onde vou com esse batalhão de gente? [18]~

Esse batalhão de gente se refere a própria família, pois meus bisavós, juntos, tiveram 32 filhos. Isso justifica a quantidade de matérias e revistas publicadas das quais foram entrevistados e registrados. Essa mesma revista Manchete publica uma imagem da família inteira na frente do Congresso Nacional com o título "'Os 32 filhos de Carnaúba''. Contrapondo o cenário arquitetonicamente planejado no centro de Brasília, no mesmo dia, 9 de dezembro de 1967, a revista O Cruzeiro publica a família inteira novamente na frente do barraco de madeira em que moravam na Vila do IAPI. Os cenários se contrastam: o planejamento e a falta dele. A revista, além de publicar uma foto do cotidiano da família dentro da cozinha e uma lista com todos os filhos, localiza geograficamente a família no território:

> Como vive e de que vive a família de seu Carnaúba, nome da palmeira vigorosa do Nordeste? Quando os candangos se fixaram em Brasília, houve uma invasão de várias áreas vizinhas à nova Capital. Uma das áreas pertencia e (ainda pertence) ao IAPI, que hoje é ocupada por algumas dezenas de milhares de nordestinos e suas famílias, que ali vivem em barracos. Essa autêntica cidade-favela é conhecida como Invasão do IAPI, ou simplesmente

[16] DERNTL, Maria Fernanda – Capitality- beyond the Capital City? Brasília and Its Satellite Towns. **Urban History Review**, v. 52, p. 206–235, 2024.
[17] DERNTL, Maria Fernanda – Capitality- beyond the Capital City? Brasília and Its Satellite Towns. **Urban History Review**, v. 52, 2024.p.220-221.
[18] Do primeiro ao penúltimo: os 32 filhos de Carnaúba –**Manchete**, Rio de Janeiro, p. 140–143, 09 dez. 1967.

> invasão. A palavra virou o nome da vila. Um dos moradores da vila é Raimundo.[19]

No ano seguinte, em 1968, a revista O Cruzeiro volta a entrevista-los com o título ‘’Ninguém toma nosso chão’’ e afirma que a maior família do Brasil vive num pedaço de terra de 20 metros quadrados. Em um dos trechos, Raimundo Carnaúba diz que ‘’só não quero, não deixo, mesmo a poder de bala, que tomem meu chão nessa favela’’ [20]. Nessa matéria, afirma que plantou seu pequeno pomar e que, ao lado do barraco onde vivem, há sua oficina de marcenaria, onde trabalha junto com os filhos. A revista também discorre sobre o IAPI quando diz:

> A favela, onde mora esta família, ‘’the biggest in Brazil’’, segundo o recorte do jornal americano que o entrevistou há algum tempo, é o resultado direto do degrigolamento do plano urbanístico de Brasília, infestada de assaltantes e elementos perigosos, onde é raro o dia sem um crime e rara a madrugada sem que nasça um novo casebre, montado em segundos, para não provocar a reação dos que já se julgam donos da terra.[21]

Essa revista O Cruzeiro de 1968 não foi encontrada digitalizada na Hemeroteca Digital, eu a recebi assim que terminei a entrevista com um dos tios avós, José Carnaúba. Assim que desliguei a câmera após a entrevista, ele me informou que achava ter guardado uma revista que foi publicada na época. Em seu quarto, abriu uma espécie de maleta com algumas fotos, ferramentas, recortes de jornais e essa revista. Quando li para ele esse trecho falando sobre os perigos da favela, ele apenas me respondeu dizendo que, na época, os jornais publicavam muitas matérias a respeito da precariedade e violência do IAPI, mas que na verdade não era assim, as pessoas conviviam muito bem em vizinhança e ele entendia que isso era apenas uma justificativa que retira-los da favela.

Considerações finais

Ao reunir fotografias, documentos e reportagens, a pesquisa aponta que a história da minha família, marcada pela migração e por sucessivos deslocamentos, não é um caso isolado, mas parte constitutiva de processos mais amplos de produção urbana. Há presenças sendo reveladas, ainda à margem de registros legitimados. Discorrer sobre esse processo metodológico de digitalizar e catalogar implica assumir uma incompletude como parte constitutiva do trabalho. Mais do que preencher lacunas e procurar evidenciá-las, aqui o processo é compreender que a ausência de sujeitos e aquilo que também não pôde ser dito compõem a narrativa material.

A partir desse acervo dos meus avós e da família Carnaúba, organiza-se uma espécie de cronologia que acompanha a trajetória no IAPI, as ameaças de despejo e, posteriormente, o deslocamento para o Guará e a Ceilândia, sendo essas experiências narradas, registradas e publicadas. Se, por um lado, essas reportagens nomeiam a família e a tornam visível quanto à sua existência nesse processo de ocupação do território, por outro, quando se trata de nomeá-la enquanto construtora da cidade, há uma ausência e um apagamento dessa narrativa.

---

[19] O direito de nascer demais – **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, n. 63, p. 134–137, 09 dez. 1967.
[20] Ninguém toma o nosso chão – **O Cruzeiro,** Rio de Janeiro, p. 98-99, 28 dez. 1968.
[21] Ninguém toma o nosso chão – **O Cruzeiro,** Rio de Janeiro, p. 98-99, 28 dez. 1968.

Essa reconstrução do acervo vem evidenciando que, mesmo após 66 anos da fundação de Brasília, nenhum membro da família conseguiu alcançar o centro da cidade, permanecendo todos à margem, tanto espacial quanto simbolicamente. Escrever sobre essa família também se configura como um gesto de permanência. Mais do que registrar uma história, é importante que essas memórias circulem entre as próximas gerações, especialmente entre aqueles que não tiveram acesso a essas narrativas e aos materiais que as sustentam. Ao analisar o acervo familiar, compreendo que a memória de organiza de uma forma não linear, atravessada por lacunas, silêncios e disputas que se sobressaem a história da cidade.

Bibliografia

BEÚ, Edson – **Os filhos dos candangos: Brasília sob o olhar da periferia**. Brasília: Universidade de Brasília, 2013.

BRUNO, Fabiana – **Fotobiografia: por uma metodologia da estética em antropologia**. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, Campinas, SP, v. 18, n. 1, p. 27–45, 2010.

Ceilândia. **Correio Braziliense**, Brasília, n. 3442, p. 4, 03 mar. 1971. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_02&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=9217

DAMÁSIO, Ana Clara – **Fazer-família e fazer antropologia: uma etnografia dentro de casa**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2025.

DERNTL, Maria Fernanda – **Capitality- beyond the Capital City? Brasília and Its Satellite Towns**. *Urban History Review*, v. 52, p. 206–235, 2024.

Do primeiro ao penúltimo: os 32 filhos de Carnaúba. **Manchete**, Rio de Janeiro, p. 140–143, 09 dez. 1967. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&pesq=%2232%20filhos%22&pasta=ano%20%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=82347

HALBWACHS, Maurice – **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

Ninguém toma o nosso chão. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, p. 98-99, 28 dez. 1968.

O direito de nascer demais. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, n. 63, p. 134–137, 09 dez. 1967. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?-bib=003581&pesq=%2232%20filhos%22&pasta=ano%20196&hf=memoria.bn.br&pagfis=165848

POLLAK, Michael – **Memória, esquecimento, silêncio**. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

SUALDINI, Rafaella; SANTOS DE AMORIM, Lara – A**cervo fotográfico e álbuns de família: Reflexões sobre memória e fotografia**. ILUMINURAS, Porto Alegre, v. 26, n. 70/1, p. 146–173, 2025.

Cristais do São Francisco: fraturas por Sobradinho e Itaparica nos ciclos da matéria e da memória

Carolina Guida Teixeira
Universidade de Brasília
carolguidax@gmail.com

Ricardo Trevisan
Universidade de Brasília
prof.trevisan@gmail.com

Resumo: O estrondo que anunciou o fim de mundos inteiros no Vale do São Francisco não veio do céu, mas do avanço inexorável das águas que, ao se avolumarem, devoraram a paisagem para cumprir sua promessa de "redenção". Por séculos, a perenidade do rio, em pleno semiárido brasileiro, desenhou um leito civilizatório que atraiu comunidades e consolidou cidades; a partir da década de 1970, porém, as águas que *fundavam* passaram a *afundar*. À sombra do ideário desenvolvimentista e da demanda energética dos centros industriais, o sertão foi convertido em "zona de sacrifício", onde culturas e modos de vida passaram a contar como custo imposto em nome de um "bem maior". Tomando o Polígono das Secas – estigmatizado como "região-problema" – como laboratório, a engenharia mobilizou a vulnerabilidade socioeconômica e climática da área para legitimar a construção de sucessivas muralhas de concreto que afundaram cidades inteiras. Nesse gesto inscreve-se o Capitaloceno – quando o rio é convertido em mercadoria e a bacia em campo de expropriação territorial –, tendo nas usinas de Sobradinho (1979) e Itaparica (1988) seus emblemas, expressos na submersão de sete núcleos urbanos e no desalojamento de aproximadamente 137 mil pessoas. Sob a lente da "imagem-cristal" de Gilles Deleuze e da "duração" de Henri Bergson, esta pesquisa compreende as barragens de Sobradinho e Itaparica como agentes de uma grande cisão temporal, territorial e material, na qual o passado submerso deixa de habitar apenas o pretérito e retorna, na matéria, nos ciclos ambientais e na memória, tensionando continuamente um presente fraturado. Essa ruptura desdobra-se em quatro dimensões analíticas que compõem o escopo da investigação: a ambiental, na qual o ciclo ancestral de simbiose entre rio, terra e comunidades ribeirinhas é invertido, retornando como um circuito necrófago; a social, na qual a promessa estatal de progresso e luz se refrata no trauma da realidade e volta como espera; a material, em que a destruição das antigas cidades obriga à reconstrução com os próprios restos, fazendo o passado submerso persistir na materialidade das novas formas urbanas; e a memorial, em que a memória latente se inscreve na matéria das ruínas. Metodologicamente, o trabalho adota uma abordagem qualitativa e interdisciplinar, articulando filosofia, literatura, história e urbanismo por meio de cartografia crítica, pesquisa documental e um mosaico de vozes recolhidas no território entre 2021 e 2024. Para além do apagamento físico, a pesquisa desvela uma paisagem de insistências, onde ruínas, testemunhos e vestígios revelam o que as águas não puderam apagar.

Palavras-chave: História do Planejamento Urbano e Regional; Território; Infraestruturas; Usinas Hidrelétricas; Cidades Barrageiras; Cidades Novas.

Introdução

Nem toda cidade submersa desaparece: algumas retornam como ruína, sal e memória. A Vila Epecuén (Figura 1), na Argentina, funciona nesta dissertação como a imagem inaugural desse retorno. Tomada pelas águas hipersalinas de seu lago homônimo e, décadas depois, devolvida à superfície como ruína branca, Epecuén permite compreender que a inundação não produz apenas apagamento: em certas paisagens, ela transforma o passado em outra forma de presença. Ali, o sal recobre casas, objetos, ruas e escombros, cristalizando a matéria e tornando visível um tempo interrompido (Figura 2).



Figura 1 (esquerda) – Vila Epecuén até 1985. Fonte: adaptado de Stocker (2013). Disponível em: https://www.independent.co.uk/news/world/americas/one-man-returns-to-argentina-s-town-that-drowned-8619653.html. Acesso em: 13 set. 2025. Figura 2 (direita):Vila Epecuén a partir de 2009. Fonte: adaptado de Tonks (2024). Disponível em: https://www.express.co.uk/travel/articles/2003466/argentina-villa-epecuen-dark-tourism. Acesso em: 13 set. 2025.

Essa reaparição organiza o primeiro movimento conceitual do trabalho. Em Epecuén, a ruína salinizada permite ver, em escala urbana, aquilo que Henri Bergson[1] compreende como duração: um tempo que conserva o passado no próprio movimento do presente. O que retorna das águas é uma presença ambígua, formada pela sobreposição entre a matéria atual da ruína e a memória virtual da cidade desaparecida. É nesse ponto que a dissertação aproxima Epecuén da imagem-cristal formulada por Gilles Deleuze[2] a partir da filosofia bergsoniana: uma imagem em que o atual e o virtual – isto é, aquilo que se percebe no presente e aquilo que nele insiste como memória – entram em um circuito de indiscernibilidade. A ruína salinizada condensa, em uma mesma superfície, a parede que resta e a casa que já não existe; o escombro visível e a vida que nele sobrevive como lembrança (Figura 3).



Figura 3 – Justaposição temporal em Epecuén. Ao confrontar uma fotografia da década de 1970 com a ruína atual, o observador materializa a coexistência entre memória e percepção, configurando sua própria imagem-cristal. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/villa-epecu%C3%A9n-uma-cidade-emerge-das-%C3%A1guas/g-18844234. Acesso em: 13 set. 2025.

[1] BERGSON, Henri – **Matéria e memória**. São Paulo: Martins Fontes, 1999; BERGSON, Henri – **A natureza do tempo**. In BERGSON, Henri – **Duração e simultaneidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

[2] DELEUZE, Gilles – **Cinema II: a imagem-tempo**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

Se Epecuén apresenta o sal como força de cristalização da memória no presente, Cabeço, na foz do rio São Francisco, introduz sua face inversa. Antigo povoado de pescadores em Brejo Grande, Sergipe, Cabeço foi progressivamente desfeito pelo avanço do mar, pela erosão costeira e pela intrusão salina. Seu antigo farol, hoje inclinado e isolado pelas águas (Figura 4), permanece como vestígio de uma vila dissolvida. Nesse caso, o sal age como solvente do esquecimento. Entre Epecuén e Cabeço, entre cristalização e dissolução, a dissertação constrói seu pórtico conceitual: de um lado, uma cidade submersa que retorna como cristal; de outro, uma vila que desaparece pela ação salina e deixa apenas um farol apagado. Essas duas imagens-limite conduzem ao problema central do trabalho: compreender como, no Vale do São Francisco, as águas que durante séculos fundaram cidades e modos de vida passaram, a partir da década de 1970, a afundá-los em nome da promessa desenvolvimentista de redenção.



Figura 4 – Farol inclinado de Cabeço ilhado pelo mar. Fonte: https://baixosaofrancisco-se.webnode.com.br/products/brejo-grande/. Acesso em: 16 set. 2025.

É a partir dessa pergunta que a dissertação se volta às barragens de Sobradinho e Itaparica, no rio São Francisco, tomando como objeto central as sete cidades atingidas por seus reservatórios (Figura 5). Sobradinho, em operação a partir de 1979, representa o ápice autoritário desse paradigma, com a formação de um lago monumental que implicou a remoção compulsória de milhares de pessoas e a submersão das sedes de Casa Nova, Remanso, Sento Sé e parte de Pilão Arcado, todas localizadas no estado da Bahia. Itaparica, em operação a partir de 1988, revela a crise do mesmo modelo: atravessada pela resistência social organizada do Polo Sindical do Submédio São Francisco, também produziu desterro, reassentamento e a inundação de Petrolândia e Itacuruba, em Pernambuco, e Rodelas, na Bahia. Essas hidrelétricas são compreendidas como dispositivos de cisão temporal, territorial e social. Construídas no interior de uma lógica desenvolvimentista que converteu o rio em recurso energético e o sertão em zona de sacrifício, elas interromperam o regime fluvial, deslocaram populações, submergiram cidades e produziram novas formas de lembrar, habitar e perder.



Figura 5 – Mapa comparativo do leito do rio São Francisco antes e após 1980, indicando a relação entre as cidades de origem, hoje submersas ou parcialmente submersas, suas ruínas espectrais e os novos núcleos de reassentamento formados após as barragens de Sobradinho e Itaparica. O traçado branco corresponde ao rio São Francisco antes de 1980; o traçado preto, ao rio após 1980. Os círculos brancos assinalam as ruínas espectrais das cidades de origem, enquanto os círculos pretos indicam as cidades barrageiras. Numeração: 1. Pilão Arcado; 2. Remanso; 3. Sento Sé; 4. Casa Nova; 5. Barragem de Sobradinho; 6. Rodelas; 7. Itacuruba; 8. Petrolândia; 9. Barragem de Itaparica. Norte indicado pela rosa dos ventos. Escala aproximada: 1:7.000.000. Elaborado pela autora.

A imagem-cristal atravessa a leitura dessa cisão. Em Deleuze[3], o cristal permite ver o tempo em sua divisão fundamental: um presente que passa e um passado que se conserva. Nas cidades atingidas por Sobradinho e Itaparica, essa divisão torna-se territorial. As barragens separam violentamente um mundo ribeirinho anterior e um presente barrageiro posterior, embora essa separação permaneça incompleta. O passado submerso continua a atuar nos nomes repetidos das cidades novas, nas ruínas que reaparecem durante as estiagens, nas ruínas que permanecem visíveis apesar das variações dos reservatórios, nos relatos dos moradores, nas formas urbanas deslocadas e nos traumas que insistem em retornar. O território do São Francisco é lido, assim, como um cristal fraturado: uma paisagem composta por duas faces que se refletem e se tensionam continuamente.

Dessa leitura deriva a estrutura da dissertação. Cada capítulo organiza-se em duas faces. A primeira, chamada “Cristal Perfeito”, não corresponde apenas ao passado anterior às barragens, mas ao plano virtual que antecede ou sustenta a ruptura: aquilo que aparece como forma íntegra, coerente ou idealizada antes de ser atravessado pela fratura. Em alguns capítulos, essa face reconstitui as formas de vida, paisagem, cidade e memória organizadas em relação ao rio; em outros, acompanha a imagem oficial do progresso, a promessa técnica e o discurso estatal que se apresentam como totalidade sem falhas. Trata-se, portanto, de compreender o regime de virtualidade que permanece relativamente intacto enquanto imagem – seja como mundo ribeirinho anterior, seja como

[3] DELEUZE, Gilles – **Cinema II: a imagem-tempo**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

promessa desenvolvimentista – antes de sua colisão com a experiência concreta do deslocamento, da perda e da ruína.

A segunda face, chamada "Presente Fraturado", analisa a atualização violenta desse plano na matéria do território: aquilo que acontece quando a virtualidade do Cristal Perfeito encontra a realidade das barragens, dos grandes lagos, dos reassentamentos, das cidades novas, das ruínas, dos traumas e das formas de sobrevivência. A divisão em duas faces torna visível a coexistência entre esses regimes. O Cristal Perfeito não desaparece no Presente Fraturado: ele permanece como passado virtual, promessa não cumprida, imagem oficial, memória, ausência, vestígio e força crítica que tensiona a paisagem atual. O objetivo geral do trabalho é cartografar a grande fratura produzida por Sobradinho e Itaparica no Vale do São Francisco, compreendendo as barragens como agentes de uma cisão que interrompe, sem apagar, o passado ribeirinho no presente barrageiro. Essa fratura maior desdobra-se em quatro dimensões analíticas – ambiental, social, material e memorial –, que permitem acompanhar como a ruptura instaurada pelo represamento atravessa, simultaneamente, o rio, os corpos, as cidades e a memória. A metodologia é qualitativa e interdisciplinar, articulando história urbana, urbanismo, filosofia, análise documental, cartografia crítica, pesquisa de campo e história oral. Foram mobilizados documentos da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, relatórios institucionais, mapas, planos de reassentamento, bibliografia crítica, registros visuais e entrevistas semiestruturadas com moradores das cidades atingidas. As viagens de campo às áreas de Itaparica e Sobradinho permitiram observar cidades novas, margens de reservatórios, ruínas e vestígios remanescentes, além de recolher o mosaico de vozes que permeiam a leitura das fraturas ao longo da dissertação. A cartografia autoral sobrepõe traçados antigos, reservatórios atuais, planos de inundação e morfologias urbanas, tornando visíveis as camadas temporais inscritas no território.

A estrutura do trabalho acompanha essas quatro dimensões da fratura (Figura 6). A Fratura Ambiental, "O sertão que virou mar", analisa a conversão de um ecossistema regido pelo pulso sazonal das águas em paisagem técnica de reservatórios, articulando os relatos de viajantes e intérpretes do rio[4] a leituras críticas sobre território, seca e

[4] SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von – **Estada em Joazeiro**. In SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von – **Através da Bahia**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938. p. 288-314; SAINT-HILAIRE, Augusto de – **Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela provincia de Goyaz**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. Vol. 1; SAINT-HILAIRE, Augusto de – **Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. 2 vols.; BURTON, Richard Francis – **Explorations of the Highlands of the Brazil**. London: Tinsley Brothers, 1869. 2 vols.; BURTON, Richard Francis – **Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1977; ABREU, João Capistrano de – **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. Rio de Janeiro: M. Orosco, 1907. 216 p.; ABREU, João Capistrano de – **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1930; ROCHA, Geraldo – **O rio São Francisco: fator precípuo da existência do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940; PIERSON, Donald – **Homem no vale do São Francisco**. Rio de Janeiro: SUVALE, 1972. Tomos I, II e III; THÈRY, Hervé – **O vale do São Francisco, uma região subdesenvolvida e sua valorização**. Ciência e Cultura. São Paulo: [s.n.]. Vol. 32, n.º 8 (1980), p. 1010-1027; NEVES, Zanoni – **Navegantes da Integração: os remeiros do rio São Francisco**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

desenvolvimento[5], além de estudos ambientais recentes[6]. No "Cristal Perfeito", reconstitui o sertão ancestral por meio do pulso do rio, da sobrevivência sertaneja e da ecologia ribeirinha; no "Presente Fraturado", examina o pulso paralítico, o "mar" artificial do sertão e a ecologia invertida produzida pelas barragens.

A Fratura Social, "A luz refratada pelo sal", confronta a promessa oficial do progresso com a experiência do desterro, mobilizando, de um lado, relatórios, cartilhas, discursos, balanços institucionais e materiais audiovisuais ligados à CHESF, ao Estado e à propaganda desenvolvimentista[7] e, de outro, estudos e documentos que evidenciam o colapso social do reassentamento[8]. Sua primeira face recompõe os feixes da promessa – o futuro iluminado, a clareza dos números e a promessa entregue –, enquanto a segunda

---

[5] SANTOS, Milton – **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005; SANTOS, Milton – **Espaço e método**. São Paulo: Edusp, 2003; SINGER, Paul – **Economia política da urbanização**. 10.ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. 149 p.; FURTADO, Celso – **A operação Nordeste**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura / Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959. 78 p.; FURTADO, Celso – **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1974; OLIVEIRA, Francisco de – **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003; CASTRO, Josué de – **Sete palmos de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste, terra explosiva**. 2.ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1967; CASTRO, Josué de – **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10.ª ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

[6] BARBOSA, Humberto Alves; BURITI, Catarina de Oliveira – **Flash Drought Intensification and Its Impacts on São Francisco River Flow in the Last Three Decades**. Water. Vol. 16, n.º 16 (2024); PAREDES-TREJO, Franklin [et al.] – **Drought Assessment in the São Francisco River Basin Using Satellite-Based and Ground-Based Indices**. Remote Sensing. Vol. 13, n.º 19 (2021), art. 3921; CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS (Cemaden) – **Estudo do CEMADEN e do INPE identifica pela primeira vez a ocorrência de uma região árida no país**. Brasília: Cemaden, 2023; MAPBIOMAS – **Panorama da Superfície de Água do Brasil 1985-2023**. São Paulo: MapBiomas, 2024.

[7] BRASIL. Presidente (1974-1979: Geisel) – **Improviso em Petrolina-PE, por ocasião da inauguração da Barragem de Sobradinho**. Petrolina: [s.n.], 1978; BRASIL. Presidente (1985-1990: Sarney) – **Inauguração da Usina Hidrelétrica de Itaparica**. Itaparica: [s.n.], 1988; COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF) – **Mudar para melhor**. [S.l.]: Eletrobrás: Centrais Elétricas Brasileiras S.A., [1988]; COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF) – **Usina hidrelétrica de Itaparica: aspectos ambientais de projetos cofinanciados pelo Banco Mundial**. Recife: CHESF, 1992; ELETROBRAS CHESF – **Formulário de referência 2025**. Recife: Eletrobras Chesf, 2025; LACERDA, Maria Madalena Cavalcanti – **Itaparica, o futuro de um povo: a expropriação do espaço de trabalho pelo Estado para o capital**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira – **Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988**. Niterói: Editora da UFF, 2014; CANOA DE TOLDA – **Fragmento de propaganda oficial sobre barragem do Sobradinho**. [S. l.]: [s.n.], 2019; CANAL RETRÔ – **Documentário: Barragem de Sobradinho a notícia**. [S. l.]: [s.n.], 2022; TV VIVA – **Barragem, o resgate das raízes – 1990: os problemas sociais no reassentamento dos moradores de Itaparica**. [S. l.]: YouTube, 2020; OS INCRÍVEIS – **Trabalho e Paz**. São Paulo: RCA Victor, 1976.

[8] FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO – **Hidrelétrica de Itaparica: impactos e mudança social: relatório final de avaliação do reassentamento rural de Itaparica**. Recife: CHESF / FJN, 1988; WORLD BANK – **Staff appraisal report: Brazil: Itaparica Resettlement and Irrigation Project**. Washington, DC: World Bank, 1987; WORLD BANK – **Relatório e recomendações do Painel de Inspeção Brasil: projeto de reassentamento e irrigação de Itaparica**. Washington, DC: World Bank, 1997; TORRES, Avaní Terezinha Gonçalves – **Os meandros da política hídrica do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco: representatividade, efetividade, e formação de hidroterritórios**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2016. 356 p. Tese de Doutorado em Geografia; FIGUEIREDO, Maria do Socorro Fonseca Vieira – **Exílio: Pertencimentos e reconhecimentos em populações deslocadas - o caso Itacuruba**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2011. Tese de Doutorado em Antropologia; SILVA, Edcarlos Mendes da – **Desterritorialização sob as águas de Sobradinho: ganhos e desenganos**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2010. Dissertação de Mestrado em Geografia.

acompanha suas refrações: o passado represado, a injustiça velada e a sombra que permanece.

A Fratura Material, "Cidades de pedra, cidades de papel", examina a passagem das cidades sedimentadas pela duração às cidades novas projetadas no papel, em diálogo com Trevisan e Silva[9]. A face da cidade cristalina acompanha a duração no chão e em cristal; a face da cidade especular analisa a projeção no papel e no espelho. Por fim, a Fratura Memorial, "Da memória cristalizada à matéria fissurada", investiga os retornos do passado por meio dos testemunhos, dos traumas e das ruínas, mobilizando Benjamin, Didi-Huberman, Jacques e Jacques Velloso[10]. Sua primeira face acompanha a sobrevivência luminosa do trauma como vaga-lume; a segunda examina a sobrevivência incandescente das aparições – intermitentes, persistentes e territorializadas.

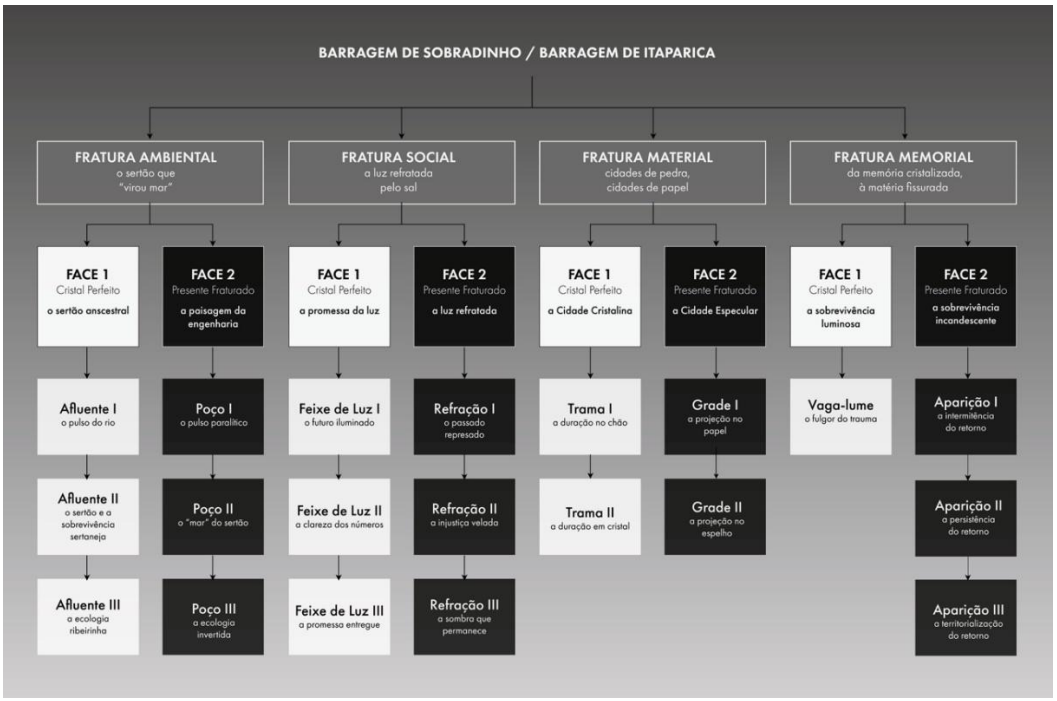


Figura 6 – Cristal fraturado do São Francisco. Diagrama da estrutura da dissertação, em que as barragens de Sobradinho e Itaparica aparecem como forças instauradoras de uma cisão temporal, territorial e material no Vale do São Francisco. Essa cisão desdobra-se, no percurso do trabalho, em quatro fraturas analíticas – Fratura Ambiental, Fratura Social, Fratura Material e Fratura Memorial –, compreendidas como dimensões de uma mesma ruptura. Cada fratura organiza-se em duas faces, Cristal Perfeito e Presente Fraturado, permitindo acompanhar como o passado ribeirinho permanece inscrito, tensionado e atualizado nas paisagens, cidades, ruínas e memórias produzidas pelo represamento do rio. Elaborado pela autora.

---

[9] TREVISAN, Ricardo – **Cidades novas**. 1.ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020. Vol. 1. 296 p.; SILVA, Antonio Willamys Fernandes da – **Do Plano da Região ao Traçado Urbano: A experiência de planejamento integrado da Chesf**. [S. l.]: Novas Edições Acadêmicas, 2020.

[10] BENJAMIN, Walter – **Sobre o conceito de história**. In BENJAMIN, Walter – **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1985. Vol. 1; BENJAMIN, Walter – **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006; DIDI-HUBERMAN, Georges – **Sobrevivência dos vaga-lumes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011; DIDI-HUBERMAN, Georges – **A imagem sobrevivente: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg**. Rio de Janeiro: Contraponto / Museu de Arte do Rio de Janeiro, 2013. 506 p.; JACQUES, Paola Berenstein – **Fantasmas modernos: montagem de uma outra herança**. Salvador: EDUFBA, 2020. Vol. 1. 423 p.; JACQUES, Paola; VELLOSO, Rita – **Enigma das cidades: ensaio de epistemologia urbana em Walter Benjamin**. Salvador: EDUFBA, 2023.

Desse modo, Epecuén e Cabeço abrem o cristal da dissertação como dois polos da matéria inundada: de um lado, a água que cristaliza o passado e o devolve à superfície; de outro, a água que dissolve o território e o empurra para o esquecimento. Sobradinho e Itaparica inscrevem-se nesse intervalo, entre a superfície e a submersão, entre o que permanece e o que se desfaz. Suas barragens fraturam o rio nesse entremeio, fazendo do Vale do São Francisco uma paisagem onde o passado não está apenas soterrado nem plenamente visível, mas suspenso entre duas faces: o Cristal Perfeito e o Presente Fraturado. A partir dessa suspensão, o desenvolvimento percorre as quatro dimensões dessa ruptura maior: o sertão que virou mar, a promessa de luz refratada pelo desterro, as cidades de pedra transpostas em cidades de papel e a memória que, mesmo afogada, retorna em lampejos, ruínas e aparições.

Desenvolvimento

O desenvolvimento da dissertação organiza-se a partir das quatro fraturas analíticas que desdobram uma mesma cisão instaurada pelas barragens de Sobradinho e Itaparica no Vale do São Francisco: a ambiental, a social, a material e a memorial. Essas fraturas não funcionam como rupturas separadas, mas como dimensões interdependentes de uma fratura maior, produzida pelo represamento do rio e pela conversão do território ribeirinho em paisagem técnica. A ambiental atinge o regime ecológico e hídrico do São Francisco; a social atravessa os corpos, os modos de trabalho e as comunidades desterradas; a material incide sobre a forma das cidades antigas e novas; e a memorial revela como o trauma retorna em testemunhos, ruínas e aparições.

Cada fratura é aberta por uma imagem-cristal, isto é, por uma cena inaugural capaz de condensar, em um único ponto, as duas faces que depois serão desdobradas pelo capítulo: o Cristal Perfeito e o Presente Fraturado. Nessas imagens de entrada, passado e presente, promessa e perda, matéria e memória aparecem sobrepostos antes de serem separados analiticamente. Em seguida, cada fratura se organiza em duas faces, que agrupam os subcapítulos e orientam o percurso da análise. De um lado, o Cristal Perfeito corresponde ao plano virtual, anterior ou idealizado da ruptura; de outro, o Presente Fraturado corresponde à atualização concreta dessa virtualidade na paisagem das barragens, dos deslocamentos, das cidades novas, das ruínas e das formas de sobrevivência. Assim, a imagem-cristal inaugura a fratura como síntese; as duas faces desdobram essa síntese em tensão; e os subcapítulos acompanham os processos específicos por meio dos quais essa tensão se manifesta no território.

Nesse movimento, o Cristal Perfeito não aparece como um passado encerrado, nem como uma totalidade perdida que pudesse ser simplesmente recomposta. Ele opera dentro do Presente Fraturado por meio de formas de retorno. Na fratura ambiental, retorna como pulso residual das águas; na social, como cristalização do desterro no corpo coletivo; na material, como persistência das cidades antigas nas ruínas, nos fragmentos construtivos e nas formas deslocadas das cidades novas; na memorial, como lampejo, aparição e sobrevivência luminosa. O percurso pelas quatro fraturas revela, assim, os ciclos da matéria e da memória nos quais aquilo que foi submerso continua a circular, reaparecer e tensionar o presente – não como resto imóvel do passado, mas como cristal ativo do São Francisco.

Fratura Ambiental: o sertão que "virou mar"

A primeira fratura parte da profecia atribuída a Antônio Conselheiro – "o sertão virará praia e a praia virará sertão"[11]– para investigar como a promessa de redenção do semiárido foi historicamente convertida em violência ambiental. Na obra de Euclides da Cunha, essa imagem reflete uma utopia messiânica: a transformação da terra árida em uma espécie de Terra Prometida, promovendo uma nova era de fartura e justiça em Belo Monte[12]. Mais tarde, no Cinema Novo de Glauber Rocha, a profecia foi ressignificada como um chamado revolucionário, convertendo a salvação divina em um grito pela libertação política dos oprimidos e pela reforma agrária[13]. No Vale do São Francisco, porém, a frase ganhou uma materialidade trágica. O sertão, de fato, "virou mar", mas longe de representar abundância, justiça ou libertação. Virou um mar artificial, produzido por hidrelétricas que alagaram terras férteis, interromperam os ciclos ecológicos do rio e submergiram cidades inteiras.

Canudos funciona como imagem-cristal dessa fratura porque condensa dois momentos de aniquilamento do sertão. Primeiro, foi devastada pelo exército republicano por abrigar uma experiência comunitária autônoma, formada por sertanejos, ex-escravizados, indígenas e despossuídos, cuja existência ameaçava a ordem da República nascente, as oligarquias locais e a autoridade da Igreja institucional. Décadas depois, a cidade reconstruída foi submersa pelo Açude de Cocorobó, que recorreu à água para sepultar os vestígios de Belo Monte e impor um segundo apagamento à sua memória. A partir de Ferdinand[14], a dissertação lê essa história como expressão da dupla fratura da modernidade: a fratura ambiental, que separa natureza e sociedade para legitimar a exploração do território, e a fratura colonial, que hierarquiza populações e autoriza seu apagamento. Canudos torna-se, assim, paradigma de uma violência que se repete: o sertão é primeiro combatido como povo; depois, afogado como paisagem.

A imagem-cristal se encerra mostrando que o sertão que "virou mar" começa, hoje, a "virar sertão" novamente. A desertificação, a redução da superfície hídrica, as secas-relâmpago, a crise climática e a pressão sobre aquíferos[15] indicam que o mar artificial da engenharia não resolveu a seca; ao contrário, inseriu o rio em um ciclo ampliado de exaustão. A Transposição do São Francisco aparece como desdobramento dessa mesma *profecia*: uma nova promessa de redenção técnica que drena um rio já fragilizado. Assim, a Fratura Ambiental revela que cada tentativa de "curar" o sertão pela engenharia reabre a ferida que pretendia fechar.

---

[11] CUNHA, Euclides da – **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, p. 171.

[12] CUNHA, Euclides da – **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011; EMERY, Bernard – **A utopia brasileira**. *Revista Incelências*. Maceió. Vol. 1, nº 2 (2010), p. 19-38.

[13] VENTURA, Roberto – **O sertão vai virar mar, o mar vai virar sertão...** In CALDAS, Alberto Lins (org.) – **Alberto Lins Caldas: Textos**. [S. l.]: [s.n.], [s.d.].

[14] FERDINAND, Malcom – **Uma ecologia decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

[15] BARBOSA, Humberto Alves; BURITI, Catarina de Oliveira – **Flash Drought Intensification and Its Impacts on São Francisco River Flow in the Last Three Decades**. *Water*. Vol. 16, nº 16 (2024); PAREDES-TREJO, Franklin [et al.] – **Drought Assessment in the São Francisco River Basin Using Satellite-Based and Ground-Based Indices**. *Remote Sensing*. Vol. 13, nº 19 (2021), art. 3921; CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS (Cemaden) – **Estudo do CEMADEN e do INPE identifica pela primeira vez a ocorrência de uma região árida no país**. Brasília: Cemaden, 2023; MAPBIOMAS – **Panorama da Superfície de Água do Brasil 1985–2023**. São Paulo: MapBiomas, 2024.

A partir desse paradigma, o capítulo recua para reconstruir o mundo que antecede a fratura. Antes de acompanhar o rio acorrentado pelas barragens, é preciso compreender o regime de vida que elas interrompem: uma paisagem em que o São Francisco, o sertão e as comunidades ribeirinhas não existiam como dimensões separadas, mas como forças mutuamente implicadas. A Face 1 da Fratura Ambiental, o "Sertão Ancestral", reconstrói o mundo anterior à ruptura das barragens como um regime de confluência entre três afluentes – ou subcapítulos –: o pulso do rio, a sobrevivência sertaneja e a ecologia ribeirinha. A divisão acompanha as três forças que sustentavam a paisagem antes do represamento: o rio, com seus ciclos de cheias e vazantes; o sertão, com seus ciclos de seca, deslocamento e resistência; e a vida ribeirinha, formada justamente no encontro entre essas duas temporalidades. Assim, os três afluentes permitem compreender o território não como cenário natural, mas como uma ecologia histórica em que água, terra e comunidade se articulavam em um mesmo sistema de vida.

O primeiro afluente acompanha o São Francisco como eixo civilizatório (Figura 7), compreendendo-o como uma espessura histórica formada por sucessivos ciclos de ocupação, deslocamento, exploração, troca e permanência. A partir de viajantes e intérpretes do rio[16], a dissertação mostra que o Velho Chico foi caminho, fronteira, alimento, mito, meio de transporte, zona de encontro e matriz de cidades, articulando em suas margens temporalidades indígenas, coloniais, sertanejas, ribeirinhas e urbanas.

[16] SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von – **Estada em Joazeiro**. In SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von – **Através da Bahia**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938. p. 288-314; SAINT-HILAIRE, Augusto de – **Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela provincia de Goyaz**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. Vol. 1; SAINT-HILAIRE, Augusto de – **Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. 2 vols.; BURTON, Richard Francis – **Explorations of the Highlands of the Brazil**. London: Tinsley Brothers, 1869. 2 vols.; BURTON, Richard Francis – **Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1977; ABREU, João Capistrano de – **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. Rio de Janeiro: M. Orosco, 1907. 216 p.; ABREU, João Capistrano de – **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1930; ROCHA, Geraldo – **O rio São Francisco: fator precípuo da existência do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940; PIERSON, Donald – **Homem no vale do São Francisco**. Rio de Janeiro: SUVALE, 1972. Tomo I; PIERSON, Donald – **Homem no vale do São Francisco**. Rio de Janeiro: SUVALE, 1972. Tomo II; PIERSON, Donald – **Homem no vale do São Francisco**. Rio de Janeiro: SUVALE, 1972. Tomo III; THÈRY, Hervé – **O vale do São Francisco, uma região subdesenvolvida e sua valorização**. *Ciência e Cultura*. São Paulo: [s.n.]. Vol. 32, nº 8 (1980), p. 1010-1027; NEVES, Zanoni – **Navegantes da Integração: os remeiros do rio São Francisco**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

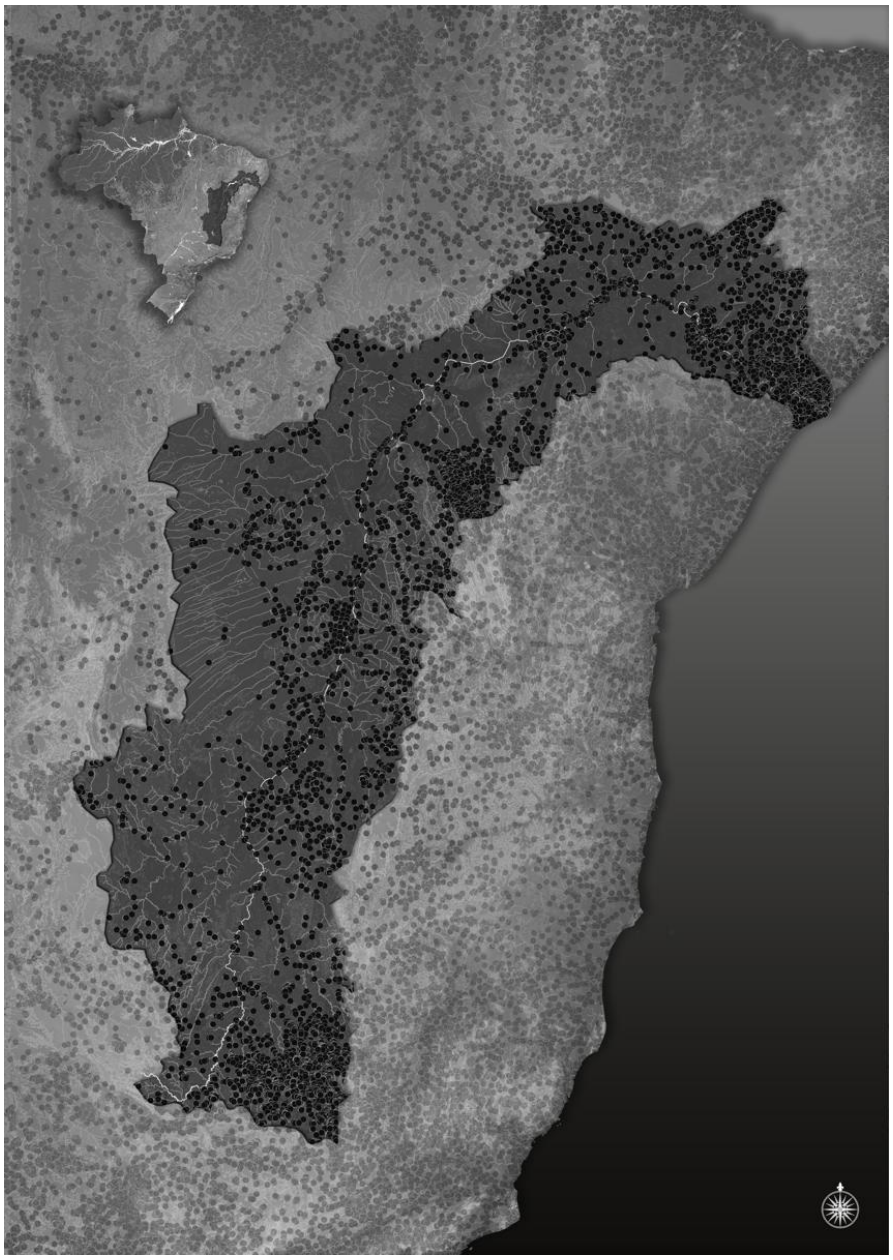


Figura 7 – Setores urbanos na Bacia Hidrográfica do São Francisco. Distribuição dos setores urbanos ao longo da bacia, evidenciando a formação de um corredor de povoamento historicamente articulado pelo rio São Francisco. Os pontos pretos indicam os setores urbanos. Norte indicado pela rosa dos ventos. Escala aproximada: 1:8.000.000. Fonte: Elaborado pela autora.

O segundo afluente, dedicado ao sertão e à sobrevivência sertaneja, examina a caatinga como sistema de adaptação, cultura e resistência, atravessado pelas condições ambientais da escassez e pelas formas históricas de exploração e abandono. Os ciclos da seca – estiagem, retirada, espera, promessa de chuva e recomposição da vida – estruturam uma temporalidade própria, permeada por deslocamentos, fé, trabalho e conflito. A seca é lida, portanto, em sua dimensão histórica e social, junto à concentração fundiária, à fome, à pobreza, à religiosidade popular, ao messianismo, ao cangaço e às formas de insubmissão que atravessam o Polígono das Secas. A geografia da fome[17], as leituras sobre

[17] CASTRO, Josué de – **Sete palmos de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste, terra explosiva**. 2.ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1967; CASTRO, Josué de – **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10.ª ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

desenvolvimento e território[18] e as imagens literárias do sertão[19] permitem compreender essa região como uma paisagem historicamente produzida, onde aridez, violência e abandono coexistem com modos persistentes de vida.

O terceiro afluente trata da ecologia ribeirinha, ou seja, da simbiose material e simbólica entre as comunidades e o rio. Antes das barragens, o São Francisco organizava uma temporalidade comum: as cheias e vazantes fertilizavam as margens, sustentavam a pesca, a agricultura de vazante, o transporte, as festas, os mercados e os modos de habitar. O rio regulava o trabalho e a espera, mas também os calendários afetivos, religiosos e comunitários das populações beiradeiras. Suas águas marcavam o tempo da plantação e da travessia, das procissões e promessas, dos encontros no porto, das trocas no mercado e das memórias transmitidas de geração em geração.

Já a Face 2, "A Paisagem da Engenharia", analisa o rompimento desse regime. Com as grandes barragens, o rio deixa de pulsar e passa a ser regulado; o fluxo transforma-se em estoque; a água corrente converte-se em reservatório. O "pulso paralítico" designa essa morte do ritmo fluvial: o rio já não responde às estações, mas às comportas. O "mar do sertão" nomeia a nova paisagem hídrica criada por Sobradinho e Itaparica, um mar artificial que alarga o leito, altera microclimas, submerge terras e desloca a fauna. Por fim, a "ecologia invertida" descreve os desequilíbrios decorrentes dessa transformação: extinções locais, dispersões de espécies, empobrecimento da pesca, assoreamento, salinização, avanço do mar na foz e novas formas de exílio ecológico. No limite dessa inversão, o rio deixa de ser apenas curso e torna-se fundo. Já não é somente a água que passa, lava, fertiliza e leva adiante; é também a água que retém, deposita e devolve, pela cadeia da vida, aquilo que foi afogado.

Sob a superfície imóvel dos reservatórios, misturam-se lama, matéria orgânica, casas desfeitas, cemitérios não removidos, restos de animais, ruínas urbanas e memórias submersas. A cadeia alimentar, antes integrada ao pulso das cheias e vazantes, torna-se uma imagem extrema dessa fratura: os peixes continuam a alimentar as pessoas, mas se alimentam também de um fundo onde persistem corpos, cidades e mundos afogados. O Cristal Perfeito retorna, então, de maneira invertida. O antigo ciclo vital das águas retorna, assim, no Presente Fraturado, como ciclo necrófago: o rio que alimentava a vida passa também a circular a morte que nele foi depositada. Aquilo que antes garantia a continuidade da vida ribeirinha passa a carregar, em sua própria matéria, o trauma da inundação.

Fratura Social: a luz refratada pelo sal

A segunda fratura desloca o foco da paisagem biofísica para o corpo social. Enquanto a Fratura Ambiental mostrou como o rio foi acorrentado, a Fratura Social investiga o que acontece quando esse acorrentamento incide sobre comunidades, trabalhos, vínculos e subjetividades. A imagem-cristal que abre o capítulo é a dos Gilus, comunidade remanescente de quilombo ligada à antiga Itacuruba, pois nela o sal condensa, em uma

[18] FURTADO, Celso – **A operação Nordeste**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura / Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959. 78 p.; FURTADO, Celso – **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1974; OLIVEIRA, Francisco de – **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003; SANTOS, Milton – **Espaço e método**. São Paulo: Edusp, 2003; SANTOS, Milton – **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005.

[19] MELO NETO, João Cabral de – **Morte e vida severina e outros poemas em voz alta**. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1999; ROSA, João Guimarães – **Grande sertão: veredas**. 19.ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001; CUNHA, Euclides da – **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

mesma matéria, a autonomia do trabalho, a violência do desterro e a permanência do trauma. Antes da barragem, o sal era extraído do chão, raspado, lavado, fervido e cristalizado, constituindo uma forma de territorialização nas margens do latifúndio. Esses gestos cotidianos funcionavam como ritornelo, no sentido de Deleuze e Guattari (1997): uma repetição capaz de transformar o espaço alheio em lugar habitável. Com a inundação da Rua de Baixo pela barragem de Itaparica, esse ciclo é interrompido. A CHESF não desloca apenas famílias; dissolve a base material de uma cultura, dispersando os Gilus entre Jeremoabo, agrovilas e a nova sede urbana de Itacuruba. Na Nova Itacuruba, o Alto da Caixa D'Água torna-se o novo território possível do grupo, mas a passagem do baixo fértil para o alto pedregoso não significa ascensão: há casa, mas não há cidade plena; há posse, mas não há fertilidade; há luz, mas não há trabalho. O sal deixa de aparecer apenas como substância de trabalho e soberania para retornar na lágrima do desterro, na água salobra da cidade nova, no sedimento psíquico da espera e no trauma acumulado no corpo social.

A partir dessa imagem-cristal, o capítulo se organiza em duas faces. A primeira, "A promessa da luz", recompõe a narrativa oficial do progresso, construída por relatórios, cartilhas, discursos, propagandas e documentos institucionais que apresentavam Sobradinho e Itaparica como obras de integração, desenvolvimento e redenção regional. A luz elétrica, o futuro iluminado, a regularização do rio, as cidades novas e os reassentamentos planejados aparecem como feixes de uma mesma promessa: a de que a técnica substituiria a precariedade por desenvolvimento. A primeira face mimetiza essa racionalidade estatal para evidenciar sua força sedutora: a clareza dos números, os balanços de êxito e a retórica da modernização compõem um cristal perfeito, sem sombras aparentes.

A segunda, "A luz refratada", acompanha o avesso dessa promessa: o desterro, a fragmentação comunitária, a precariedade dos reassentamentos, a dependência da Verba de Manutenção Temporária, o adoecimento psíquico e as formas de resistência que tensionaram o projeto estatal. Ao atravessar o território deslocado, a luz do progresso encontra o sal: já não o sal do trabalho e da autonomia, mas o sal da lágrima, da água imprópria, da espera e do trauma. É nessa espera que o Cristal Perfeito retorna como promessa suspensa: a indenização que atrasa, a terra produtiva que não chega, o emprego que não se recompõe, a cidade nova que não se completa, o futuro anunciado que permanece sempre por vir. A Fratura Social revela, assim, que a redenção técnica prometida pelas barragens não iluminou o sertão de modo homogêneo; refratou-se nos corpos desterrados, convertendo a promessa de desenvolvimento em uma experiência cristalizada de perda, dependência, espera e sobrevivência.

Fratura Material: cidades de pedra, cidades de papel

A terceira fratura trata da dimensão física da ruptura: a destruição das cidades antigas e a construção das cidades novas. Seu eixo conceitual é a oposição entre a cidade cristalina e a cidade especular. A primeira corresponde às cidades sedimentadas pela duração, formadas lentamente pela relação entre rio, relevo, trabalho, usos e memória. A segunda corresponde às cidades projetadas no papel, produzidas como resposta técnica ao deslocamento compulsório. A Fratura Material pergunta, portanto, o que acontece quando uma cidade construída pelo tempo é substituída por uma cidade desenhada pela engenharia.

O capítulo se abre com Valdrada, de Italo Calvino[20], cidade duplicada no espelho de um lago. Essa imagem permite pensar o Vale do São Francisco como um território especular: acima, as cidades novas; abaixo, ao lado ou no fundo, as cidades antigas, submersas, reemergidas ou lembradas. As duas não coincidem, mas se olham continuamente. O reservatório torna-se espelho: superfície que sustenta a nova cidade e, ao mesmo tempo, encobre, reflete ou devolve a antiga.

Pilão Arcado Velha é a imagem-cristal dessa fratura porque nela essa duplicação deixa de ser apenas memória ou virtualidade e se torna matéria exposta. Diferentemente das cidades que permaneceram inteiramente submersas, ou que só reaparecem como ruínas pontuais na superfície lisa do rio, ela se oferece hoje quase por inteiro ao olhar: reemersa, sedimentada, ainda de pé. Não é apenas lembrança, nem somente vestígio. É uma cidade visível, atravessável e, em alguma medida, ainda habitável. Nela, o passado submerso não permanece no fundo: irrompe no presente como corpo mineral. Por isso, Pilão Arcado não é só ruína; é um ponto em que a cidade cristalina e a cidade especular se encaram sem que uma consiga apagar a outra. Pilão Arcado é, assim, o passado (Cidade Cristalina) no presente (das Cidades Especulares): não um passado resolvido, mas um passado que continua pressionando a superfície do agora.

A Face 1, "A Cidade Cristalina", reconstrói as sete cidades antigas como cristais distintos, acompanhando a morfologia, a história e a singularidade de Pilão Arcado, Remanso, Casa Nova, Sento-Sé, Rodelas, Itacuruba e Petrolândia. Cada uma delas cristaliza uma relação específica com o rio: algumas marcadas pelo sal, outras pelo comércio, pela pesca, pelas ilhas, pelo relevo, pela articulação viária ou pela vida religiosa. O objetivo não é idealizar essas cidades, mas compreender como sua forma urbana resultava de uma duração. Ruas, praças, igrejas, mercados, portos e casas não eram apenas elementos funcionais, mas depósitos de tempo.

A Face 2, "A Cidade Especular", examina as cidades novas. Em diálogo com Trevisan[21] e Silva[22], a "projeção no papel" mostra como o urbanismo racionalista da CHESF transformou a vida em programa, lote, grade, tipologia e função. A cidade deixa de emergir da experiência e passa a antecedê-la como desenho. A "projeção no espelho" analisa como as novas sedes repetem nomes, funções e certos equipamentos das antigas, mas em outro solo, sob outra lógica e com outra temporalidade. Elas não recompõem as cidades submersas; projetam sua imagem deslocada. Por isso são especulares: vivem diante da cidade antiga, mas não conseguem coincidir com ela.

Por fim, a Fratura Material demonstra que, ao transferir uma cidade, transfere-se apenas parte de sua matéria visível. A duração que a formou – os percursos, os vínculos, as memórias, as práticas e os ritmos – não cabe integralmente no projeto. Ainda assim, a cidade antiga retorna de modo fragmentário na nova: em portas, telhas, vigas, pedras, grades, imagens sacras, móveis, lápides e restos construtivos retirados das ruínas, levados por antigos moradores ou apropriados no saque posterior. Esse movimento torna a transferência ainda mais ambígua. As novas cidades não são feitas apenas de projeto,

[20] CALVINO, Italo – **As cidades invisíveis**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
[21] TREVISAN, Ricardo – **Cidades novas**. 1ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020. Vol. 1. 296 p.
[22] SILVA, Antonio Willamys Fernandes da – **Do Plano da Região ao Traçado Urbano: A experiência de planejamento integrado da Chesf**. [S. l.]: Novas Edições Acadêmicas, 2020.

concreto e promessa técnica, mas também de restos materiais das cidades destruídas, como se o passado submerso insistisse em infiltrar-se na arquitetura do recomeço.

As cidades novas nascem, assim, como formas cindidas. Carregam nomes antigos, mas não o mesmo chão; oferecem casas novas, mas não a mesma cidade; prometem recomeço, mas se erguem sobre uma ausência povoada por fragmentos que retornam. Entre a cidade cristalina e a cidade especular, a Fratura Material revela que a destruição urbana não se encerra no afogamento. Ela continua na convivência tensa entre o que foi planejado para substituir e aquilo que, apesar de tudo, permanece.

Fratura Memorial: da memória cristalizada à matéria fissurada

A quarta fratura, por sua vez, também investiga o que permanece, mas desloca a pergunta para o ponto em que a matéria já não basta, sozinha, para garantir a continuidade da cidade. Se a Fratura Material acompanhava os restos que atravessam a destruição – pedras, portas, telhas, imagens, lápides e ruínas –, a Fratura Memorial acompanha o momento em que esses restos passam a arder como memória. Já não se trata apenas de perguntar o que sobreviveu materialmente à inundação, mas de compreender como aquilo que resta é reativado pelo trauma, pelo olhar, pelo relato e pela aparição. Seu campo é o intervalo entre memória e ruína, interior e exterior, trauma e aparição. A partir de Borges[23], Rezende Jr.[24], Benjamin[25] e Didi-Huberman[26], a dissertação compreende a memória como uma constelação de fragmentos, lampejos e sobrevivências. Aqui, o cristal perfeito já não retorna como cidade íntegra, mas como clarão descontínuo dentro do presente fraturado.

O epílogo que antecede essa fratura funciona como uma imagem-cristal porque transforma o vazio mineral de Maceió em espelho do vazio deixado nas cidades atingidas pelo represamento. Se, no Vale do São Francisco, a água cobriu o chão onde a vida se sustentava, em Maceió a retirada subterrânea do sal-gema fez esse chão ruir por dentro. Em ambos os casos, aquilo que sustentava a cidade deixou de sustentar: o solo, as casas, os vínculos, as memórias e os modos de vida. O oco aberto pela mineração torna-se também imagem do oco produzido no peito de quem perdeu o lugar. As fissuras que rasgam as casas repetem, na matéria, a fissura do trauma: racham paredes, mas também atravessam corpos, histórias e pertencimentos.

---

[23] BORGES, Jorge Luis – Elogio da sombra. In BORGES, Jorge Luis – **Obras completas**. São Paulo: Globo, 1999. Vol. 2.

[24] REZENDE JR., José – **A cidade inexistente**. 1ª ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2019.

[25] BENJAMIN, Walter – **Imagens de Pensamento: sobre o haxixe e outras drogas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015; BENJAMIN, Walter – **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2011; BENJAMIN, Walter – **O anjo da história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012; BENJAMIN, Walter – Sobre o conceito de história. In BENJAMIN, Walter – **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1985. Vol. 1. BENJAMIN, Walter – Sobre alguns temas em Baudelaire. In BENJAMIN, Walter – **Obras escolhidas III: Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2010. p. 103-149.

[26] DIDI-HUBERMAN, Georges – **A imagem sobrevivente: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg**. Rio de Janeiro: Contraponto / Museu de Arte do Rio de Janeiro, 2013. 506 p; DIDI-HUBERMAN, Georges – Quando as imagens tocam o real. Tradução: Patrícia Carmelho e Vera Casa Nova. **Pós: revista do programa de pós-graduação em artes da EBA/UFMG**. Belo Horizonte. Vol. 2, nº 4 (nov. 2012), p. 204-219; DIDI-HUBERMAN, Georges – **Sobrevivência dos vaga-lumes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

É por isso que Maceió condensa a Fratura Memorial como imagem-cristal. Nela, o sal ausente não retorna como vestígio visível, mas como falta que age. Seu vazio subterrâneo se manifesta nas rachaduras das casas, no afundamento das ruas, na remoção dos moradores e na transformação dos bairros em ruína administrada. Do mesmo modo, no Vale, o território submerso continua a agir na memória dos deslocados: o que desapareceu da paisagem retorna como dor, silêncio, repetição e lampejo. Assim, o sal deixa de ser apenas substância geológica e passa a operar como figura temporal e afetiva da dissertação: cristaliza, dissolve, sustenta, falta, fende e volta. O cristal perfeito não reaparece inteiro; insiste dentro do presente fraturado como ausência que pesa, como chão que cede, como casa que racha e como memória que ainda procura onde se apoiar.

Na Face 1 da Fratura Memorial, "A sobrevivência luminosa", essa memória fissurada passa a ser lida pelo trauma. Com Didi-Huberman[27], os testemunhos são compreendidos como lampejos: aparições breves de uma memória que não se extingue, apenas desaparece à vista quando não sabemos mais segui-la. As falas de Jailton, Ceiça, Marcílio, Bernadete, Carlos, Primitiva, Lucilene e outros moradores entrevistados pela autora entre 2021 e 2024 reaparecem como fragmentos de uma ferida que não se fechou. A água subindo, as máquinas destruindo casas, os cemitérios violados, os ossos e coroas boiando, a separação das famílias, a perda do rio, o medo, a tristeza e a impossibilidade de falar compõem uma memória traumática que não se organiza como narrativa contínua. Ela retorna por clarões: como vaga-lumes.

Nesse sentido, a memória não é apenas conteúdo lembrado; é sobrevivência. O passado submerso continua a agir no presente porque não pôde ser plenamente elaborado. Ele irrompe em frases, silêncios, gestos, imagens e repetições. Como os vaga-lumes de Didi-Huberman[28], essas lembranças aparecem na escuridão e logo recuam, mas sua intermitência não significa desaparecimento. Ao contrário: é justamente essa oscilação que prova sua persistência. O que retorna, nessa face, é o trauma como luz frágil: o cristal perfeito reaparece dentro do presente fraturado como memória intermitente, incapaz de recompor a cidade, mas capaz de impedir que ela desapareça por completo.

A Face 2, "A sobrevivência incandescente", desloca a análise da memória interior para a matéria das ruínas. Em Didi-Huberman[29], a imagem é compreendida como aquilo que ainda arde: cinza, brasa, rastro de destruição e, ao mesmo tempo, possibilidade de permanência apesar do apagamento. As aparições são divididas em três movimentos. A primeira, a intermitência do retorno, trata das ruínas que reaparecem durante as estiagens, quando a baixa dos reservatórios devolve à superfície partes das cidades submersas. Essas aparições não recompõem o passado, mas mostram que ele permanecia latente sob a água. A segunda, a persistência do retorno, examina ruínas que permanecem visíveis apesar das variações dos reservatórios, como igrejas, caixas d'água e estradas. Nelas, o retorno deixa de ser episódico e torna-se presença contínua da cidade ausente. A terceira, a territorialização do retorno, acompanha a passagem do vestígio ao lugar: o momento em que o passado deixa de aparecer apenas como ruína e começa a recompor a paisagem em

[27] DIDI-HUBERMAN, Georges – **Sobrevivência dos vaga-lumes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
[28] DIDI-HUBERMAN, Georges – **Sobrevivência dos vaga-lumes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
[29] DIDI-HUBERMAN, Georges – Quando as imagens tocam o real. Tradução: Patrícia Carmelho e Vera Casa Nova. **Pós: revista do programa de pós-graduação em artes da EBA/UFMG**. Belo Horizonte. Vol. 2, nº 4 (nov. 2012), p. 204-219.

outras matérias, usos e coordenadas. A cidade submersa retorna nas dunas que recobrem Casa Nova, nos percursos que conduzem às margens, nos mirantes voltados ao lago, nos nomes que persistem e até no asteroide Itacuruba, onde a memória se projeta para além do território. Aqui, o cristal perfeito reaparece dentro do presente fraturado não como forma urbana recuperada, mas como retorno disseminado: areia, caminho, paisagem, nome e corpo celeste.

A Fratura Memorial evidencia, assim, que a inundação não encerra a história de uma cidade; apenas desloca suas formas de permanência. Quando a cidade já não pode continuar como chão habitado, ela passa a sobreviver em outros suportes: no corpo traumatizado, na fala interrompida, na ruína que reaparece, na paisagem que se recompõe e na matéria que ainda arde. A memória passa a sustentar o que resta da matéria, e a matéria, quando retorna em fragmentos, reativa a memória. Forma-se, então, um ciclo: a ruína faz lembrar; a lembrança devolve sentido à ruína.

O que retorna, aqui, é o passado como aparição incandescente. Ele volta como trauma no corpo, como ruína na paisagem, como rachadura na casa, como vazio no chão, como areia que recobre, como nome que insiste. O cristal perfeito já não se apresenta como totalidade recuperável, mas como fragmento ardente dentro do presente fraturado: uma sobrevivência que não recompõe a cidade perdida, mas impede que sua destruição se conclua.

Considerações finais

Ao final, as quatro fraturas revelam que Sobradinho e Itaparica não apenas represaram o rio São Francisco. Elas produziram uma nova temporalidade no Vale: um presente barrageiro atravessado por passados que não cessam de retornar. Ao longo da investigação, o Vale do São Francisco foi lido como um cristal histórico fraturado – uma formação territorial em que o antigo regime ribeirinho, aqui chamado de Cristal Perfeito, não desaparece com a chegada das barragens, mas permanece inscrito no Presente Fraturado. As barragens romperam o pulso do rio, deslocaram populações, submergiram cidades e desorganizaram formas de vida; contudo, aquilo que foi interrompido não se extinguiu por completo. Continuou a agir nas águas represadas, nos corpos desterrados, nas pedras das cidades submersas, nos restos incorporados às cidades novas e nas memórias que retornam em lampejos.

Esse retorno não se dá como recomposição. O passado não volta inteiro, nem devolve ao presente a forma perdida das cidades ribeirinhas. Ele retorna como força, como resto, como trauma, como aparição. Na Fratura Ambiental, o antigo ciclo das águas reaparece de modo invertido: o rio que antes regulava a vida pelo pulso das cheias e vazantes passa a sobreviver capturado pelos reservatórios, transformando-se em um corpo hídrico represado, onde a matéria afogada continua a circular. Na Fratura Social, a promessa de progresso retorna refratada pelo sal do desterro: a luz prometida pelo Estado se decompõe em espera, dependência, adoecimento e estratégias de sobrevivência. Na Fratura Material, as cidades antigas persistem nas novas não como continuidade plena, mas como fragmentos: nomes repetidos, ruínas expostas, materiais reaproveitados, pedras deslocadas, vestígios que impedem a cidade planejada de se afirmar como recomeço absoluto. Na Fratura Memorial, por fim, aquilo que não pôde ser elaborado retorna como clarão: nos testemunhos, nas ruínas que reaparecem, nas fissuras da paisagem e nas aparições intermitentes de um passado que insiste em arder.

Água, sal, pedra e luz tornam-se, nesse percurso, as matérias sensíveis dessa permanência. A água mostra que o rio interrompido ainda pulsa, embora sob outra lógica. O sal revela que o desterro se deposita no corpo social como cristalização da perda. A pedra demonstra que a matéria urbana das cidades destruídas continua a atravessar o presente, seja submersa, reemersa ou deslocada para novas arquiteturas. A luz, por sua vez, torna visível o regime intermitente da memória: aquilo que desaparece à vista não necessariamente se extingue, mas aguarda as condições para voltar a cintilar. Seguir essas matérias foi, portanto, acompanhar os modos pelos quais o Cristal Perfeito permanece dentro do Presente Fraturado – não como totalidade preservada, mas como duração ferida.

Desse modo, esta pesquisa não busca recompor o cristal rompido, nem reconciliar o rio com as obras que o acorrentaram. Busca, antes, evidenciar que a fratura permanece aberta. Sobradinho e Itaparica não pertencem apenas ao passado das grandes obras desenvolvimentistas; seguem atuando na paisagem, nas cidades novas, nas ruínas, nos modos de vida interrompidos e nas memórias das populações deslocadas. São infraestruturas que não apenas produziram energia, mas reorganizaram o tempo, o território e a experiência de habitar o Vale. Seus efeitos ultrapassam a escala hidráulica ou energética, inscrevendo-se no cotidiano, no corpo, na forma urbana e na memória coletiva.

Reconhecer essas fraturas é também deslocar o olhar sobre o planejamento territorial. Grandes infraestruturas costumam ser avaliadas por sua capacidade de produzir energia, controlar águas, integrar regiões ou promover desenvolvimento. Contudo, a paisagem do São Francisco revela que tais obras também produzem ausências, esperas, ruínas e sobrevivências. Elas instauram novas formas de vida, mas também novas formas de perda. Por isso, pensar Sobradinho e Itaparica a partir das cidades submersas e realocadas permite recolocar, no campo da Arquitetura e Urbanismo e do Planejamento Urbano e Regional, a pergunta pelo que permanece depois da obra: os mundos deslocados, os vínculos rompidos, os materiais reaproveitados, as memórias que não se deixam arquivar e as ruínas que continuam a interpelar o presente.

Assim se revela um dos cristais do São Francisco: não uma paisagem pacificada pelo progresso, mas uma formação histórica atravessada por ciclos de matéria e memória. Nele, diferentes tempos permanecem inscritos e continuam a refletir-se mutuamente: o rio que foi contido, a cidade que foi afogada, o corpo que foi deslocado, a ruína que reaparece, a lembrança que insiste. O que esta investigação acompanha, portanto, não é apenas a história de cidades que desapareceram sob as águas, mas a duração daquilo que nelas continuou a existir. No Vale do São Francisco, nada termina por completo, porque aquilo que foi represado sempre encontra uma forma de transbordar.

Bibliografia

ABREU, João Capistrano de – **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1930.

ABREU, João Capistrano de – **Capítulos de história colonial (1500-1800).** Rio de Janeiro: M. Orosco, 1907. 216 p.

BARBOSA, Humberto Alves; BURITI, Catarina de Oliveira – Flash Drought Intensification and Its Impacts on São Francisco River Flow in the Last Three Decades. **Water**. Vol. 16, nº 16 (2024).

BENJAMIN, Walter – **Imagens de Pensamento: sobre o haxixe e outras drogas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

BENJAMIN, Walter – **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2011.

BENJAMIN, Walter – **O anjo da história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

BENJAMIN, Walter – **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

BENJAMIN, Walter – Sobre o conceito de história. In BENJAMIN, Walter – **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1985. Vol. 1.

BENJAMIN, Walter – Sobre alguns temas em Baudelaire. In BENJAMIN, Walter – **Obras escolhidas III: Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2010. p. 103-149.

BERGSON, Henri – A natureza do tempo. In BERGSON, Henri – **Duração e simultaneidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BERGSON, Henri – **Matéria e memória**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BORGES, Jorge Luis – Elogio da sombra. In BORGES, Jorge Luis – **Obras completas**. São Paulo: Globo, 1999. Vol. 2.

BRASIL. Presidente (1974-1979: Geisel) – **Improviso em Petrolina-PE, por ocasião da inauguração da Barragem de Sobradinho**. Petrolina: [s.n.], 1978.

BRASIL. Presidente (1985-1990: Sarney) – **Inauguração da Usina Hidrelétrica de Itaparica**. Itaparica: [s.n.], 1988.

BURTON, Richard Francis – **Explorations of the Highlands of the Brazil**. London: Tinsley Brothers, 1869. 2 vols.

BURTON, Richard Francis – **Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1977.

CALVINO, Italo – **As cidades invisíveis**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CAMPOS, Luiz Felipe – Cidade marcada pela depressão em Pernambuco luta contra usina nuclear. **O Globo**. (21 agosto 2021).

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira – **Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988**. Niterói: Editora da UFF, 2014.

CANAL RETRÔ – **Documentário: Barragem de Sobradinho a notícia**. [S. l.]: [s.n.], 2022.
CANOA DE TOLDA – **Fragmento de propaganda oficial sobre barragem do Sobradinho**. [S. l.]: [s.n.], 2019.

CASTRO, Josué de – **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CASTRO, Josué de – **Sete palmos de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste, terra explosiva**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1967.

CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS (Cemaden) – **Estudo do CEMADEN e do INPE identifica pela primeira vez a ocorrência de uma região árida no país**. Brasília: Cemaden, 2023.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF) – **Aspectos socioeconômicos da implantação do Reservatório de Sobradinho: relatório técnico**. Recife: Departamento de Implantação de Reservatórios, 1980. 50 p.

COMPANHIA HIDRELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF) – **Mudar para melhor**. [S.l.]: Eletrobrás: Centrais Elétricas Brasileiras S.A., [1988].

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF) – **Usina hidrelétrica de Itaparica: aspectos ambientais de projetos cofinanciados pelo Banco Mundial.** Recife: CHESF, 1992.

CUNHA, Euclides da – **Os Sertões.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

DELEUZE, Gilles – **Cinema II: a imagem-tempo**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

DELEUZE, Gilles – O atual e o virtual. In DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire – **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998. p. 121-124.

DELEUZE, Gilles – **Bergsonismo**. São Paulo: Editora 34, 1999.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Pierre-Félix – **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Ed. 34, 1997. Vol. 4.

DIDI-HUBERMAN, Georges – **A imagem sobrevivente: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg**. Rio de Janeiro: Contraponto / Museu de Arte do Rio de Janeiro, 2013. 506 p.

DIDI-HUBERMAN, Georges – Quando as imagens tocam o real. Tradução: Patrícia Carmelho e Vera Casa Nova. **Pós: revista do programa de pós-graduação em artes da EBA/UFMG**. Belo Horizonte. Vol. 2, nº 4 (nov. 2012), p. 204-219.

DIDI-HUBERMAN, Georges – **Sobrevivência dos vaga-lumes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

ELETROBRAS CHESF – **Formulário de referência 2025**. Recife: Eletrobras Chesf, 2025.

EMERY, Bernard – A utopia brasileira. **Revista Incelências**. Maceió. Vol. 1, nº 2 (2010), p. 19-38.

FERDINAND, Malcom – **Uma ecologia decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FIGUEIREDO, Maria do Socorro Fonseca Vieira – **Exílio: Pertencimentos e reconhecimentos em populações deslocadas - o caso Itacuruba**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2011. Tese de Doutorado em Antropologia.

FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO – **Hidrelétrica de Itaparica: impactos e mudança social: relatório final de avaliação do reassentamento rural de Itaparica**. Recife: CHESF / FJN, 1988.

FURTADO, Celso – **A operação Nordeste**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura / Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959. 78 p.

FURTADO, Celso – **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

JACQUES, Paola Berenstein – **Fantasmas modernos: montagem de uma outra herança**. Salvador: EDUFBA, 2020. Vol. 1. 423 p.

JACQUES, Paola; VELLOSO, Rita – **Enigma das cidades: ensaio de epistemologia urbana em Walter Benjamin**. Salvador: EDUFBA, 2023.

LACERDA, Maria Madalena Cavalcanti – **Itaparica, o futuro de um povo: a expropriação do espaço de trabalho pelo Estado para o capital**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1991. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana.

MAPBIOMAS – **Panorama da Superfície de Água do Brasil 1985 - 2023**. São Paulo: MapBiomas, 2024.

MELO NETO, João Cabral de – **Morte e vida severina e outros poemas em voz alta**. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1999.

MELO NETO, João Cabral de – **Obra completa: volume único**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

NEVES, Zanoni – **Navegantes da Integração: os remeiros do rio São Francisco**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

OLIVEIRA, Francisco de – **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OS INCRÍVEIS – **Trabalho e Paz.** São Paulo: RCA Victor, 1976.

PAREDES-TREJO, Franklin [et al.] – Drought Assessment in the São Francisco River Basin Using Satellite-Based and Ground-Based Indices. **Remote Sensing**. Vol. 13, nº 19 (2021), art. 3921.

PIERSON, Donald – **Homem no vale do São Francisco**. Rio de Janeiro: SUVALE, 1972. Tomo I.

PIERSON, Donald – **Homem no vale do São Francisco**. Rio de Janeiro: SUVALE, 1972. Tomo II.
PIERSON, Donald – **Homem no vale do São Francisco**. Rio de Janeiro: SUVALE, 1972. Tomo III.

REZENDE JR., José – **A cidade inexistente**. 1ª ed. Rio de Janeiro: 7Letras, 2019.

ROCHA, Geraldo – **O rio São Francisco: fator precípuo da existência do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

ROSA, João Guimarães – **Grande sertão: veredas**. 19ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SAINT-HILAIRE, Augusto de – **Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela provincia de Goyaz**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. Vol. 1.

SAINT-HILAIRE, Augusto de – **Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. 2 vols.

SANTOS, Milton – **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Milton – **Espaço e método**. São Paulo: Edusp, 2003.

SILVA, Antonio Willamys Fernandes da – **Do Plano da Região ao Traçado Urbano: A experiência de planejamento integrado da Chesf**. [S. l.]: Novas Edições Acadêmicas, 2020.

SILVA, Edcarlos Mendes da – **Desterritorialização sob as águas de Sobradinho: ganhos e desenganos**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2010. Dissertação de Mestrado em Geografia.

SINGER, Paul – **Economia política da urbanização**. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. 149 p.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von – Estada em Joazeiro. In SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von – **Através da Bahia**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938. p. 288-314.

THÈRY, Hervé – O vale do São Francisco, uma região subdesenvolvida e sua valorização. **Ciência e Cultura**. São Paulo: [s.n.]. Vol. 32, nº 8 (1980), p. 1010-1027.

TORRES, Avaní Terezinha Gonçalves – **Os meandros da política hídrica do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco: representatividade, efetividade, e**

formação de hidroterritórios. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2016. 356 p. Tese de Doutorado em Geografia.

TREVISAN, Ricardo – **Cidades novas**. 1ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020. Vol. 1. 296 p.

TV VIVA – **Barragem, o resgate das raízes – 1990: os problemas sociais no reassentamento dos moradores de Itaparica**. [S. l.]: YouTube, 2020.

VENTURA, Roberto – O sertão vai virar mar, o mar vai virar sertão... In CALDAS, Alberto Lins (org.) – **Alberto Lins Caldas: Textos**. [S. l.]: [s.n.], [s.d.].

WORLD BANK – **Staff appraisal report: Brazil: Itaparica Resettlement and Irrigation Project**. Washington, DC: World Bank, 1987.

WORLD BANK – **Relatório e recomendações do Painel de Inspeção Brasil: projeto de reassentamento e irrigação de Itaparica**. Washington, DC: World Bank, 1997.

A ficção do lugar nos processos epistemológicos de Alvar Aalto e Álvaro Siza

Cláudia Batista
CHAIA- Centro de História de Arte e Investigação Artística
claudia.batista@uevora.pt

Pedro Guilherme
Universidade de Évora,
CHAIA - Centro de História de Arte e Investigação Artística
pmg@uevora.pt

Sofia Salema
Universidade de Évora,
CHAIA- Centro de História de Arte e Investigação Artística
ssalema@uevora.pt

Resumo: Entre Alvar Aalto (1898-1976) e Álvaro Siza (1933-) tem sido tecida uma linha de continuidade formal que nos esclarece sobre o valor da referência, transferências de conhecimento e a permanente reinvenção formal na história da disciplina. A par desses paralelismos formais, as suas obras têm vindo a ser reconhecidas e classificadas segundo valores de autenticidade que radicam na sua ancoragem ao lugar, segundo uma abordagem humanista. Este artigo propõe desconstruir a leitura e heurística desses valores numa fase inicial dos seus percursos, de modo a perceber as raízes embrionárias dos seus métodos, a partir da concepção de um atlas digital rizomático, na sua dupla condição de instrumento de investigação e ferramenta pedagógica. O seu corpus documental incide sobre os projectos iniciais de Aalto (1924-1938), e de Siza (1958-1971), entendidos como períodos de experimentação e de consolidação metodológica. O projecto do Sanatório de Paimio (1929-1935), Finlândia, é utilizado como um primeiro nó de verificação, por pautar a transição de Alvar Aalto para uma linguagem mais funcionalista, sem perder a ligação ao lugar, e se constituir como uma referência relevante na formação arquitectónica inicial de Álvaro Siza. Numa fase final, a análise demonstrou que o valor do atlas reside na explicitação dos critérios de comparação e na construção de percursos argumentativos verificáveis: na condição de instrumento pedagógico, a ferramenta favorece a leitura do projecto como processo, a discussão do conhecimento tácito e a formulação de hipóteses a partir do arquivo; enquanto instrumento de investigação, permite cartografar recorrências e invariantes de modo a propor novas leituras na história e prática da disciplina.

Palavras-chave: Ferramenta pedagógica; Teoria do projecto; Alvar Aalto; Álvaro Siza; desenhos preliminares

Introdução

A presente investigação incide sobre os processos conceptuais de Alvar Aalto e Álvaro Siza, numa dupla fase preliminar: a fase inicial de cada projecto e o arranque das suas trajectórias profissionais. Pretende-se compreender como começaram por operacionalizar o sítio por via do desenho, que elementos seleccionaram e interpretaram como estruturantes, e de que modo essas escolhas se transformaram em matéria do projecto por vir. Não se procura reconstituir uma sequência integral de decisões, mas antes identificar os padrões das suas operações metodológicas passíveis de discussão e crítica a partir das fontes disponíveis.

O potencial de desconstrução dos processos de dois arquitectos premiados, Alvar Aalto e Álvaro Siza, cujas obras são universalmente reconhecidas e continuam a gerar múltiplas linhas de investigação, reside na possibilidade de comunicar esse sistema conceptual simplificado que reúne as estratégias e sistemas de âncoras projectuais – ou "primary generators" segundo Darke[1]–, resultantes do trabalho a partir das condicionantes e restrições existentes. Na linha de Biskjaer et Christensen, ao mapearem na contemporaneidade o impacto epistemológico do artigo de Jane Darke, trata-se de validar "the value of focusing on architects' subjective judgments and choices, especially in the early phases of a design process." [2]

O outro núcleo central desta investigação reside na relevância do desenho à mão livre como ferramenta operativa numa fase inicial de desenvolvimento. [3] Ambos reconheceram a dimensão instrumental do esquisso como sistema aberto de conhecimento, isto é, que contém em si o potencial como ponto de partida de multiplicidades, permeável à especulação.[4]

Recusando posições apriorísticas e pré-determinadas, não obstante a riqueza da literatura existente sobre os eixos temáticos convocados, a investigação pretende-se simultaneamente indutiva e dedutiva, onde cada caso constitui circunstâncias específicas não generalizáveis, mas passíveis de serem integradas num ecossistema expandido, através da interpretação cruzada de diferentes fontes de informação e agentes de interpretação.
A comparação entre resultados não esclarece, por si só, a génese das soluções: formas semelhantes podem resultar de raciocínios distintos; desenhos formalmente diferentes

---

[1] DARKE, Jane - The primary generator and the design process. **Design Studies**.1979.
[2] BISKJAER, Michael Mose; CHRISTENSEN, Bo T. - A Second Look at Primary Generators. **She Ji: The Journal of Design, Economics, and Innovation**. 2021. p.10.
[3] PURCELL, A. T.; GERO, J. S. - Drawings and the design process. **Design Studies**.1998. 389–430; SUWA, Masaki - Constructive perception: Coordinating perception and conception toward acts of problem-finding in a creative experience[1]. **Japanese Psychological Research**. 2003, 221–234.; CRESPO CABILLO, Isabel (ED.) - **XXI Congreso Internacional de Expresión Gráfica Arquitectónica : Universitat Politècnica de Catalunya, Barcelona , 28, 29 y 30 de mayo de 2026. I, Ante la enseñanza y el aprendizaje** [Em linha]. 1. ed. Iniciativa Digital Politècnica. Oficina de Publicacions Acadèmiques Digitals de la UPC, 2026; SANTOS, Rafael Sousa - **Traces of gestures: The resources of freehand drawing in architectural design teaching** . Universidade do Porto, 2025.
[4] As suas produções textuais também se constituem como determinantes na leitura do corpo da obra dos autores e garantes da autenticidade das suas interpretações (SIZA, Álvaro - **Princípios de projecto: Álvaro Siza : Piscina de Marés (1960-2021) = Design Principles : Álvaro Siza : Ocean Swimming Pool (1960-2021)**. 1a edição ed. Porto : U. Porto, Faculdade de Arquitectura, Universidade do Porto : Edições Afrontamento, 2023.p. 13). Por motivos de consolidação da investigação, a presente ferramenta contemplou peças desenhadas como corpus documental, a par de outros elementos, assente numa leitura que partiu igualmente da leitura e consolidação da produção textual.

podem revelar operações próximas. A hipótese lançada neste artigo é que os paralelismos traçados entre entre Aalto e Siza adquirem outra profundidade quando o foco se desloca da semelhança formal para os procedimentos de observação, selecção e transformação inscritos nos seus processos preliminares.

Nessa linha de investigação, esta translação do foco tradicional de investigação disciplinar levantou dois desafios epistemológicos: a heterogeneidade dos arquivos e o desafio epistemológico de relacionar materiais de natureza distinta sem impor uma narrativa interpretativa única. Para responder a ambos, foi desenvolvido um atlas digital rizomático, de natureza exploratória, que organiza o corpus documental analisado segundo nós integrantes de uma rede e torna explícitos os critérios das relações propostas. Foram identificadas cinco operações metodológicas centrais que estruturam o presente artigo: a) o desenho preliminar como fonte de investigação; b) a construção do atlas e dos seus critérios relacionais; c) o potencial pedagógico da ferramenta; d) a verificação do método através de Paimio e da sua aproximação crítica aos primeiros projectos de Siza; e, por fim, e) a explicitação dos contributos metodológicos do dispositivo para a investigação.

a) O desenho preliminar

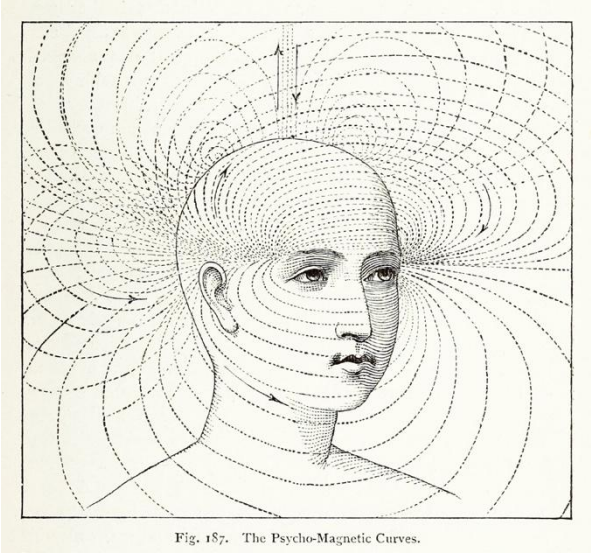


Figura 1- Ilustração retirada de Edwin D. Babbitt's em Principles of Light and Color (1878). Fonte: Domínio público, Image Archive / Smithsonian Libraries and Archives

O desenho preliminar distingue-se do desenho técnico não apenas pelo seu grau de indefinição, mas pela função que desempenha: enquanto o segundo tende a comunicar uma solução estabilizada, o primeiro participa na formulação do problema, porquanto se trata de uma linha incerta que testa hipóteses, regista percepções ou aponta para um devir que ainda não é inequívoco nas suas intenções. Soares sublinha que uma das suas qualidades nucleares reside neste seu saber-fazer do imperfeito e do conscientemente inacabado na matéria inicial do processo:

"Esboçar intuitivamente uma ideia é porventura a maior garantia de que a sua materialização não se vai adulterar e perder após as posteriores e inevitáveis operações de analogia, dedução e indução; após o encontro com a realidade." [5]

Crowe e Hurt[6], por sua vez, teorizam o desenho como um espaço de discussão permeável à especulação e livre partilha e troca de ideias. Também Petherbridge[7] documentou, de forma paradigmática, a sua natureza aberta, ambígua e sugestiva, que o torna permeável a correcções, reformulações, sobreposições e reordenações. O esquisso contém, por isso, o potencial de multiplicidade que o distingue de formas de representação mais estabilizadas.

Em termos do aporte teórico, o conceito de "primary generator" [8], anteriormente citado e introduzido por Jane Darke, é de grande relevância neste quadro conceptual: a autora identificou, a partir de entrevistas a arquitectos britânicos, a existência de âncoras conceptuais iniciais que orientam o processo de projecto, reduzindo a complexidade do problema a uma estrutura mais acessível; o "primary generator" não se trata uma solução pronta nem uma imagem totalmente fechada, mas de um dispositivo cognitivo que conceptualiza e simplifica as condicionantes iniciais.

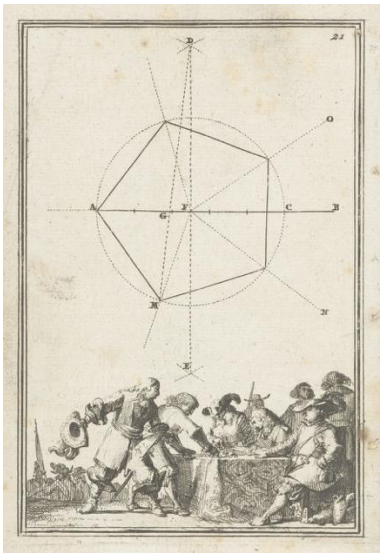
Não obstante as suas limitações, ao nível do seu escopo, aplicabilidade e ambiguidade estrutural, a actualidade do conceito mantém-se, como atestam Rowe[9], Cross [10], Lawson[11] e Biskjaer e Christensen[12], na medida em que permite problematizar como é que o arquitecto trabalha com esse quadro inicial, sendo a leitura desses constrangimentos quase sempre filtrada por uma estrutura conceptual simplificada, necessária face aos limites cognitivos perante problemas cuja complexidade abarca múltiplas variáveis.

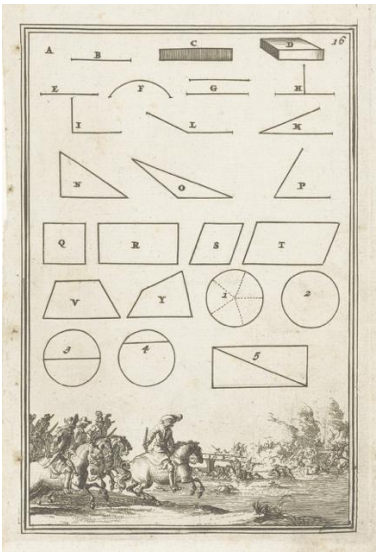
Ao nível do potencial pedagógico do desenho preliminar na investigação em projecto, assinala-se um conjunto de autores[13] que têm vindo a investigar sobre o impacto da partilha e comunicação dos processos preliminares de arquitectos canónicos, na medida em que permitem a leitura e interpretação dos valores e princípios fundamentais que alavancaram os seus projectos. A investigação conclui que o ensino tende a privilegiar critérios como a representação e a conformidade com códigos técnicos, em detrimento da valorização das fases preliminares — o desenho inicial ou esquisso é, nesse sentido, evidenciado pelo seu potencial de sistema aberto, permeável à descodificação das intenções e estratégias conceptuais que participaram na sua concepção.

---

[5] SOARES, José Manuel Gaspar Teixeira - **A contribuição do Desenho na procura do essencial**. Universidade do Porto, 2013. p.10.
[6] CROWE, Norman A.; HURTT, Steven W. - Visual Notes and the Acquisition of Architectural Knowledge. **Journal of Architectural Education. 1984**. 6–16.
[7] PETHERBRIDGE, Deanna - **The primacy of drawing**. Thames & Hudson, 2025.
[8] DARKE, Jane - The primary generator and the design process. **Design Studies**.1979.
[9] CROWE, Norman A.; HURTT, Steven W. - Visual Notes and the Acquisition of Architectural Knowledge. **Journal of Architectural Education (1984-)**.1986. 6–16.
[10] CROSS, Nigel - Designerly ways of knowing. **Design Studies**. 1982. 221–227.
[11] LAWSON, Bryan - **How designers think: the design process demystified**. Reprint ed. Amsterdam Heidelberg : Elsevier Architectural Press, 2010.
[12] BISKJAER, Michael Mose; CHRISTENSEN, Bo T. - A Second Look at Primary Generators. **She Ji: The Journal of Design, Economics, and Innovation**. 2021. p.10.
[13] PURCELL, A. T.; GERO, J. S. - Drawings and the design process. **Design Studies**.1998. p.7

b) A construção do atlas





Figuras 2 e 3 - Ilustrações retirada de Romeyn de Hooghe em *The Works of Mar* (1671). Fonte: Domínio público, Image Archive / Smithsonian Libraries and Archives

A construção do atlas parte de um acto curatorial: seleccionar um fragmento de um corpus documental que aponte para momentos ou operações metodológicas relevantes no desenvolvimento do projecto, atribuir-lhe uma data/ faseamento, definindo a fase a que pertence ou descrevê-lo através de palavras-chave são operações, na sua totalidade, quase sempre interpretativas. Nesse sentido, procurou-se que o atlas não definisse rigidamente uma ordem preexistente, mantendo-se flexível nas suas leituras e formulações, sem deixar de listar as operações heurísticas que lhe estiveram na base.

O corpus foi delimitado segundo três premissas: cronológica, incidindo nos períodos iniciais das práticas de Aalto e Siza; documental, privilegiando projectos com conjuntos significativos de fontes; e comparativa, seleccionando casos capazes de testar relações entre escalas, programas, tipologias e circunstâncias distintas.

Foram escolhidos dois intervalos temporais que correspondem aos períodos de arranque ou de assumida indecisão da actividade profissional dos arquitectos, entre a conclusão do período formativo e estágio e o arranque da sua projecção internacional:

a) **1924-1938**, no caso de Alvar Aalto, fase onde lança as bases de alguns dos projectos que o colocam no panorama internacional e se demarca de um legado classicista nórdico para adoptar uma linguagem progressivamente mais funcionalista e próxima do movimento moderno, sem abdicar de um conhecimento situado, e se relevam os seguintes projectos: 1) Casa para trabalhadores, Jyvaskyla, concurso, primeiro prémio (1924-25); 2) Sanatório antituberculoso em Paimio (1927-1933), concurso, primeiro prémio, aqui adoptado como principal caso de verificação numa fase incial.; 3) Edifício da Cooperativa Agrícola, Turku(1927-28); 4) Sede do jornal «Turun Sanomat», Turku; 5) Biblioteca de Viipuri, Rússia, concurso (1927-1935); 6) Casa-atelier Aalto (1935-1936); 7) Villa Mairea (1938-1939);[14]

[14] A Biblioteca Municipal de Viipuri, concurso, primeiro prémio (1927-35) afigura-se igualmente como um caso de estudo relevante na obra de Aalto mas, por motivos de indisponibilidade do acesso às fontes

b) **1957-1971,** no caso de Álvaro Siza, fase onde ensaiou programas progressivamente mais complexos e novas formas de actuação sobre a paisagem, e se destacam os seguintes projectos: 1) Piscina da Quinta da Conceição, Leça da Palmeira - Matosinhos, Portugal (1957-1970); 2) Casa de Chá, Restaurante da Boa Nova, Concurso, Leça daPalmeira, Portugal (1958-63); 3) Cooperativa de Lordelo do Ouro, Porto, Portugal (1960-63); 4) Casa Ferreira da Costa, Matosinhos (1962-65); 5) Piscinas das marés,Concurso, Leça da Palmeira, Portugal (1963-65); 6) Casa Manuel Magalhães, Porto (1967-1971); 7) Banco Borges e Irmão, Vila do Conde (1969-1970).



Figuras 4 e 5- Montagem da selecção temática de alguns dos principais esquissos nos intervalos temporais referidos anteriormente. Fonte: Alvar Aalto Archive (folha esquerda); Canadian Center Archicteure archive (folha direita).

Os intervalos não são simétricos nem pretendem estabelecer uma equivalência biográfica linear; funcionam antes como recortes operativos. Em ambos os casos, a sua trajectória profissional atravessou uma fase de definição metodológica e de confronto entre referências disciplinares, condicionantes concretas e a experiência do lugar.

Estrutura do atlas

O funcionamento do atlas parte da construção de duas tabelas complementares (CSV). A primeira, correspondente aos nós, reúne cada item do corpus documental: esquissos, fotografias, textos, desenhos, entre outros documentos relevantes. Cada registo é identificado por um código único e descrito através de campos críticos que incluem a identificação, autoria, data ou intervalo aproximado, localização, fase, tipo documental, técnica, escala, sistema de representação, palavras-chave, contexto de produção e fonte arquival consultada. As categorias semânticas, por sua vez, incluem, entre outras, operações projectuais como estratégias de orientação, topografia, percurso, aproximação, fragmentação, enquadramento, limite, corpo e matéria.

Neste sentido, o aparato classificatório actua como um índice de consulta e instrumento comparativo: uma imagem pode integrar várias categorias, desde que cada atribuição seja justificada; o sistema conserva, assim, a possibilidade de sobreposição sem dissolver as diferenças entre critérios.

documentais, a par da sua inacessibilidade, optou-se por considerá-lo apenas um caso contextual, não tendo sido integrado no atlas.

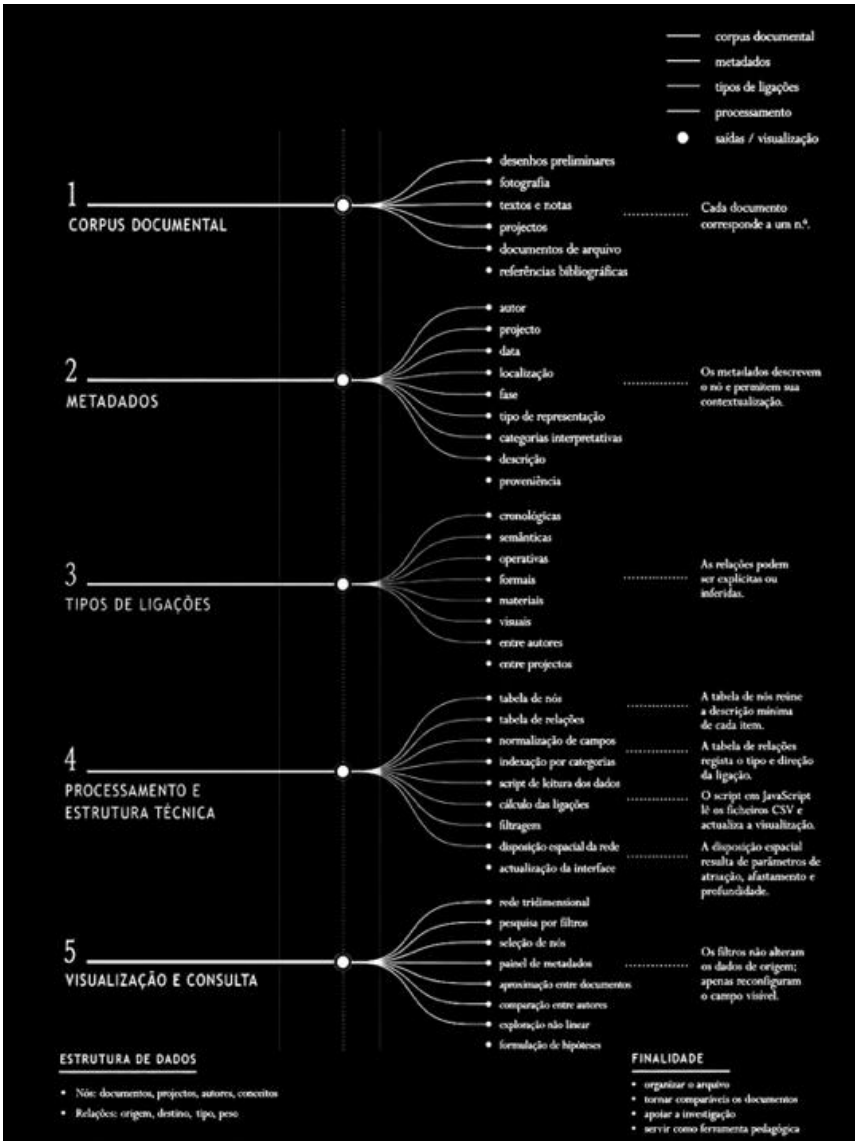


Figura 6- Estrutura metodológica e técnica do atlas digital rizomático. O diagrama sintetiza o corpus documental, os metadados, os tipos de ligações, o processamento dos dados e as funções de visualização, consulta e formulação de hipóteses.Fonte: Elaboração própria.

Operações de indução e dedução

A segunda tabela corresponde às relações entre os nós, que se posicionam entre os domínios do explícito e do tácito. Nesta, cada linha define uma ligação entre dois documentos, indicando o nó de origem, o nó de destino, o tipo de ligação, a sua descrição, o peso atribuído, a cronologia e o grau de evidência. Esta separação entre nós e relações permite distinguir a informação documental de base das hipóteses relacionais que estruturam a leitura rizomática do arquivo.

No primeiro domínio, as relações derivam de informação conhecida: pertença ao mesmo projecto, sequência cronológica, autoria, referência documentada ou correspondência entre desenho e obra construída, assumindo-se como as ligações que constituem a estrutura mais estável do atlas.

Num segundo plano, criam-se teias relacionais entre fragmentos do corpus documental segundo critérios interpretativos: podem ser semânticas, quando partilham valores conceptuais; operativas, quando evidenciam acções comparáveis; espaciais, quando organizam relações semelhantes entre corpo, percurso e lugar; formais, quando apresentam configurações geométricas próximas; materiais, quando incidem sobre soluções tectónicas; ou visuais, quando a semelhança decorre da aparência das imagens. A distinção é decisiva, na medida em que a proximidade visual não demonstra uma relação histórica, tal como a partilha de uma palavra-chave não garante uma operação equivalente. Num terceiro momento metodológico, a interface programada (HTML/JavaScript)[15], responsável pela visualização interactiva do atlas, identifica a natureza de cada ligação, tendo por base as duas tabelas, permitindo reconhecer o nível de evidência que a sustenta.

O algoritmo funciona, nesta fase, como operador de selecção, e não como autor da interpretação. O interesse da inferência reside na apresentação de associações que poderiam não emergir de uma consulta linear e na obrigação de explicitar os critérios usados para as validar, tendo por base o aparato classificatório inicial. A ferramenta esclarece sempre a natureza das relações documentadas, tornando legível o grau de incerteza que lhe possa estar associado.

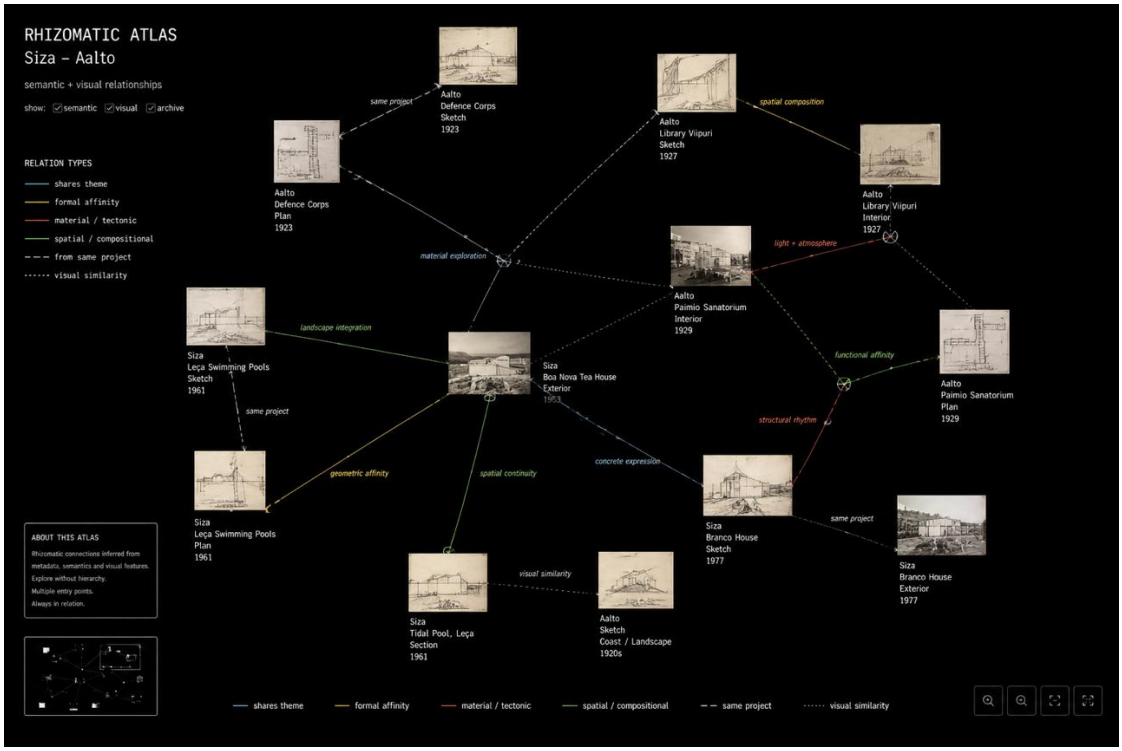


Figura 7- Vista geral esquemática da rede documental em ambiente tridimensional. A distribuição espacial dos nós resulta da combinação entre forças de atracção relacional, afastamento entre imagens e parâmetros de profundidade definidos pelo script. Fonte: elaboração própria.

[15] O programa calcula aproximações lexicais, semânticas e visuais entre os documentos, cruzando etiquetas, descrições e categorias interpretativas, de modo a propor ligações suplementares entre nós. Estas relações não são assumidas como conclusões automáticas, mas como hipóteses de leitura, registadas com tipo, peso e grau de evidência.

Organização espacial e leitura não linear

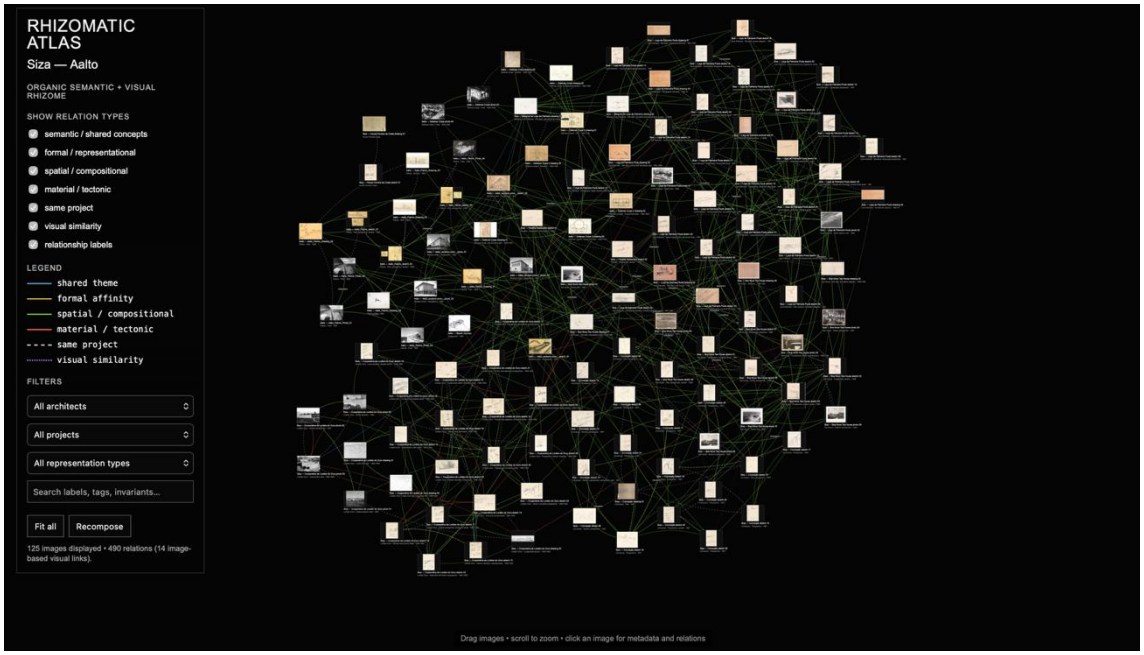


Figura 8- Estrutura técnica da interface do atlas. A visualização articula os registos da tabela de nós com as relações da tabela de ligações, processadas por um script JavaScript responsável pela filtragem, disposição espacial e interacção. Fonte: elaboração própria.

A interface foi concebida de modo a visualizar o corpus documental num campo tridimensional: as imagens mantêm a proporção original, para que esquissos, fotografias e peças desenhadas permaneçam reconhecíveis enquanto objectos distintos, ao passo que as linhas de ligação são acompanhadas por designações breves que esclarecem a relação proposta.

A tridimensionalidade não pretende simular o espaço real do arquivo, sendo utilizada para distribuir a densidade documental, separar agrupamentos e permitir diferentes escalas de leitura — o utilizador pode aproximar-se de um conjunto, afastar-se para observar a rede, seleccionar um nó ou activar apenas determinadas teias relacionais.

A disposição rizomática evita que a cronologia se imponha como princípio exclusivo de ordenação — o tempo continua presente nos metadados e pode-se constituir como um filtro, não determinando, por si só, a posição dos documentos —, na medida em que um esquisso inicial pode ser aproximado de uma fotografia de obra, de um texto posterior ou de um desenho de outro projecto, desde que a relação seja explicitada.

c) O atlas como ferramenta pedagógica

Como referido num primeiro momento, a presente ferramenta parte do deslocamento da aprendizagem disciplinar do objecto ou artefacto finais para a análise das operações e contexto de produção que estiveram na sua génese. Esta leitura exige diferenciar cronologia de causalidade e reconhecer que podem coexistir linhas paralelas de investigação.

Nesse sentido, a ferramenta favorece três operações pedagógicas, entendidas como momentos sucessivos de um mesmo exercício crítico: descrever implica discernir entre

observação e interpretação; relacionar exige explicitar o critério de aproximação; argumentar obriga a confrontar a hipótese com fontes e contra-exemplos.
Dois documentos podem ser visualmente próximos e conceptualmente distantes; outros podem apresentar formas distintas e operar sobre o sítio de modo comparável. Esta condição é particularmente útil na aproximação entre Aalto e Siza: em vez de apresentar uma linha de influência estabilizada, o atlas apoia a multiplicidade ao tornar visíveis padrões distribuídos por vários documentos, quer se trate da repetição de um gesto, a persistência de uma orientação ou a posição recorrente do observador. Poderá alegar-se que o seu valor didáctico depende menos da quantidade de ligações do que da qualidade deste percurso assente na revisão documental. [16]

d) O Sanatório de Paimio como nó de verificação

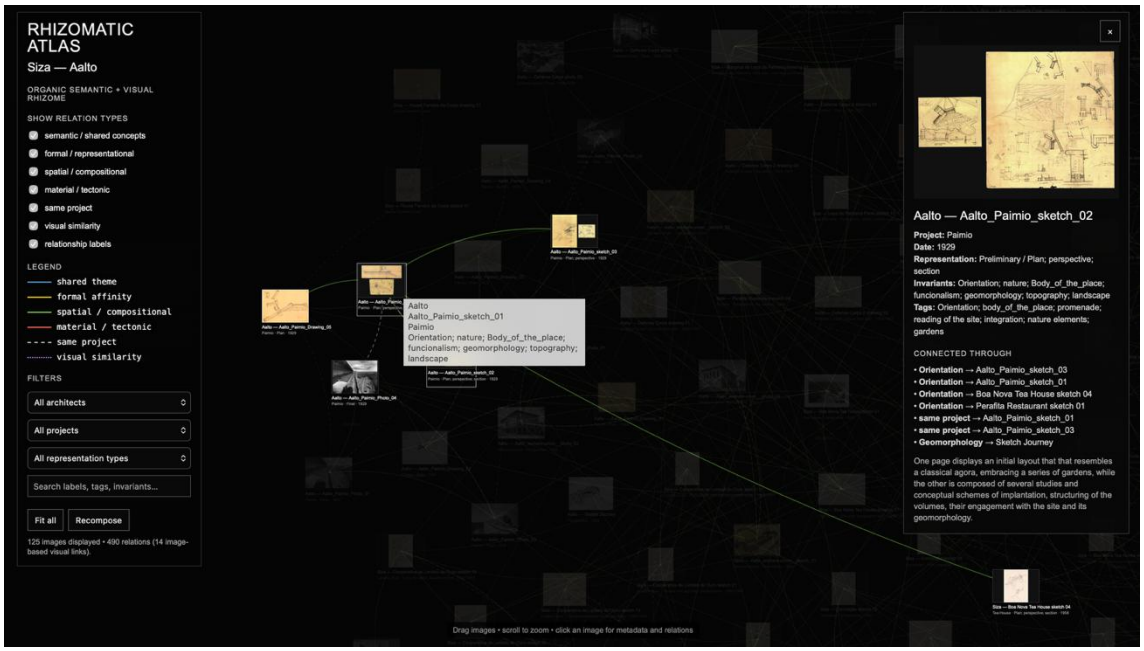


Figura 9- Selecção de um nó relativo ao Sanatório de Paimio. O painel lateral apresenta os metadados do documento, a imagem ampliada e as ligações associadas, permitindo verificar os critérios que sustentam cada aproximação. Fonte: elaboração própria.

O Sanatório de Paimio ocupa uma posição seminal no percurso de Alvar e Aino Aalto.[17] Desenvolvido na sequência do concurso de 1928-1929 e construído entre 1929 e 1933, o projecto articula uma primeira aproximação ao funcionalismo[18], a par de outras linhas de investigação que se viriam a afirmar como mecanismos formais e espaciais invariáveis

[16] Com hipótese de investigação, o dispositivo poderá integrar novas ligações propostas pelos utilizadores, desde que fiquem registadas a autoria, a data e a justificação. Numa fase posterior, ainda não consolidada, o estudante deixa de ser apenas receptor da estrutura curatorial e participa na sua revisão, sem que as contribuições posteriores se confundam com a organização original.
[17] Novas releituras do arquivo têm vindo a pôr em causa o conceito de autoria singular na obra de Alvar Aalto: é mais correto invocar um conceito de autoria partilhada e fragmentária, tendo em conta o papel determinante de Aino e Elissa, assim como a própria natureza colaborativa do atelier (ver investigações de Sofia Singler, Harry Charrington Vezio Nava, entre outros). Aqui, por motivos de economia, entenda-se Alvar Aalto no sentido da prática do colectiva do atelier, em associação estreita com Aino Aalto num primeiro momento.
[18] EVA EYLERS *et al.* - **PAIMIO SANATORIUM CONSERVATION MANAGEMENT PLAN 2016**. Alvar Aalto Foundation Tiilimäki 20, 00330 Helsinki, Finland : Alvar Aalto Foundation, 2016. p.20.

no seu método[19], nomeadamente a sua sensibilidade geomorfológica, expressa numa leitura atenta do lugar e na fragmentação programática e volumétrica, assim como na continuidade dos percursos e riqueza dos espaços intersticiais.

Ficção do lugar

Nos seus desenhos preliminares, a posição dos corpos é revista para conciliar exposição solar, vistas, acessos e topografia [20]: a forma final não resulta da aplicação imediata de um esquema funcional, mas da introdução de uma estrutura conceptual que dá resposta e simplifica as condicionantes funcionais e programáticas. A aproximação ao complexo constitui-se com um tema recorrente, pautada por mudanças de direcção e de escala, segundo um percurso que organiza a transição entre a paisagem florestal, acessos e os diferentes sectores. O enraizamento no lugar afigura-se, pois, fundamental para Aalto, tratando-se de um ficcionar do lugar, longe de uma narrativa contextualista; Aalto procura acima de tudo construir um "lugar próprio y adequado para la obra", sem naturalizar a arquitectura, mas sim compreender a dimensão arquitectónica que esse lugar pudesse aportar. [21]

Esta dimensão aproxima Paimio das linhas de investigação que Siza viria a desenvolver na Casa da Chá de Boa Nova e nas Piscinas de Leça, onde a leitura do percurso de aproximação participa activamente na leitura do sítio, a par de uma tentativa de manipular o lugar de modo a lançar as condições que permitiriam o seu enraizamento arquitectónico.

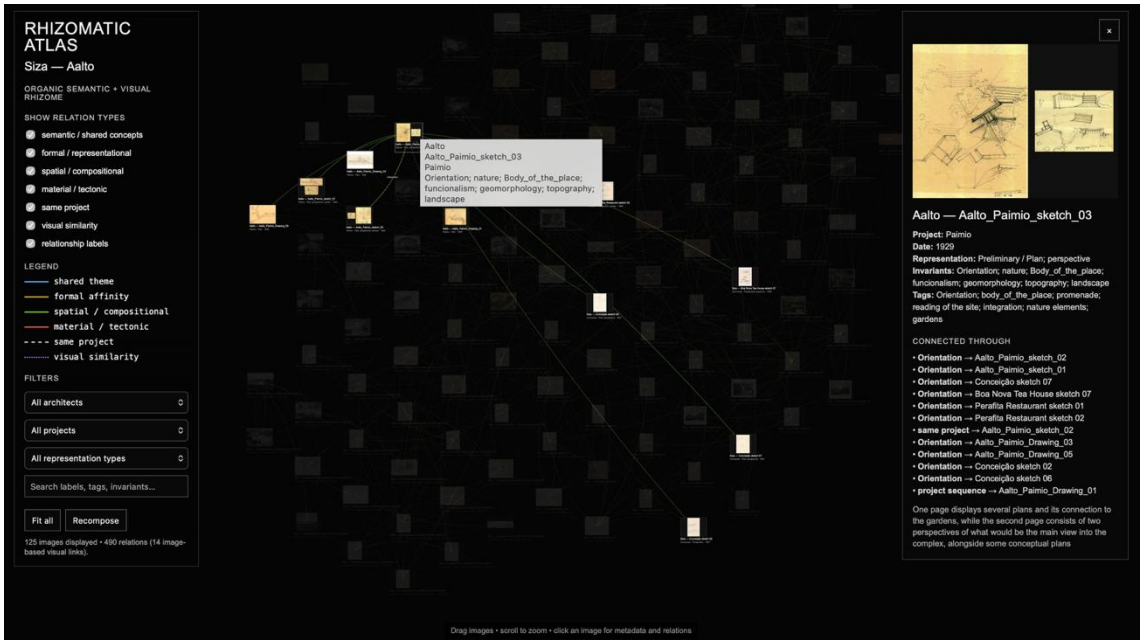


Figura 10- Apresenta-se o exemplo de uma Teia de relações resultante da seleção de um desenho decisivo no processo: assinalam-se as suas ligações documentais e interpretativas, que, neste caso, aproximam Aalto de outros momentos metodológicos assinaláveis no restaurante de Perafita e num fragmento referente à Casa de Chá de Boa Vova, ambos da autoria de Siza, a par das ligações integradas no mesmo projecto. Fonte: elaboração própria.

[19] GARCÍA-ESCUDERO, Daniel - **Alvar Aalto: un ensayo sobre espacio, recorrido y orden**. Madrid, Barcelona : Ediciones Asimétricas ; Iniciativa Digital Politècnica, Oficina de Publicacions, 2024. p. 63.
[20] AALTO, Alvar - **Alvar Aalto in his own words**. 1. publ ed. New York, NY : Rizzoli, 1998. p.79 .
[21] GARCÍA-ESCUDERO, Daniel - **Alvar Aalto: un ensayo sobre espacio, recorrido y orden**. Madrid, Barcelona : Ediciones Asimétricas ; Iniciativa Digital Politècnica, Oficina de Publicacions, 2024. p. 61/62.

Sem estabelecer correlações directas, Siza reconheceu a importância de Aalto na sua formação, mas a referência disciplinar não se traduz apenas na reapropriação formal.[22] A comparação torna-se produtiva quando incide nas operações projectuais: em Paimio, uma ala delimite e orienta quartos e percursos relativamente à exposição solar e a um enquadramento estratégico da paisagem proposta; em Leça, um muro orienta o movimento, separa regimes de uso e enquadra o mar. Os elementos são tipológica e materialmente distintos, mas ambos transformam uma condição territorial numa sequência espacial, não obstante a diferença tipológica.

O atlas permite, pois, dialogar com a singularidade e a pluralidade na mesma interface: uma ligação pode aproximar documentos segundo a sua estratégia formal e ser acompanhada por uma nota que explicite divergências de programa, material ou contexto. Esta capacidade impede que a comparação seja reduzida à mera equivalência visual. Noutro filtro de leitura, a obra construída não encerra o processo: fotografias, textos e publicações posteriores reenquadram a sua recepção, introduzindo uma leitura retrospectiva da obra como referência disciplinar.

e) Contributos para a investigação



Figura 11- Figura 7 - Ilustração retirada de Robert Fludd em *Diagram of the human mind* (1617). Fonte: Domínio público, Image Archive / Smithsonian Libraries and Archives

O primeiro contributo consiste na sistematização de um corpus documental disperso. A tabela de nós reúne informação fragmentária, torna visíveis graus de certeza e permite filtrar documentos segundo critérios comparáveis. Esta sistematização não substitui a leitura qualitativa, mas reduz a dependência de associações informais.

Importa igualmente relevar o mapeamento de operações: a investigação mapeia acções de projecto — orientar, prolongar, fragmentar, enquadrar, adaptar, ocultar ou revelar —

[22] GIROT, Christophe; KIRCHENGAST, Albert (EDS.) - **Nature Modern: the place of landscape in the modern movement**Landscript. Berlin : Jovis Verlag GmbH, 2017. p.189.

e não apenas temas iconográficos. Esta gramática operativa permite comparar documentos sem pressupor identidade formal singular.

Um terceiro contributo decorre da articulação entre procedimentos qualitativos e computacionais: a contagem de categorias, a análise da rede ou a proximidade semântica podem revelar padrões e excepções. Contudo, estes resultados só adquirem sentido quando confrontados com o conteúdo dos documentos. A centralidade de um nó depende das ligações introduzidas e não constitui prova autónoma de importância histórica.

Considerações finais

O presente artigo ancora-se na narrativa de um atlas digital rizomático concebido para investigar e ensinar os processos conceptuais iniciais de Alvar Aalto e Álvaro Siza. A análise demonstrou que os desenhos preliminares não devem ser conceptualizados como antecedentes cristalizados: constituem instrumentos de selecção, comparação e transformação, nos quais se tornam observáveis operações que atravessam diferentes fases e escalas. A organização do corpus em nós e sistemas relacionais explicita os critérios de comparação; por outro lado, a distinção entre ligações documentais, cronológicas, semânticas, operativas, formais, materiais e visuais evita que a proximidade gráfica seja convertida automaticamente em influência, sendo a inferência computacional utilizada como mecanismo de descoberta e não como substituto de uma análise crítica.
Não obstante, persistem limitações: a classificação depende das perguntas do investigador, a rede pode produzir hierarquias visuais indevidas e as inferências podem aproximar documentos sem fundamento histórico ou processual. Estas lacunas devem ser incorporadas no dispositivo através de graus de certeza, explicitação da proveniência das ligações, possibilidade de revisão e acesso às fontes de consulta.

A par destas limitações metodológicas, o atlas não substitui a consulta do arquivo. A imagem digital perde escala, textura, corpo e marcas de manuseamento, tornando a consulta do original indispensável. O dispositivo funciona apenas como camada analítica que permite alavancar novas linhas de investigação ou consolidar documentalmente hipóteses, em função da escala de aproximação. O seu desenvolvimento futuro deverá incidir na ampliação controlada do corpus, na realização de testes pedagógicos e na estabilização de um protocolo de validação. Importará avaliar a compreensão das categorias, os percursos de navegação e a qualidade dos argumentos produzidos pelo grupo experimental, distinguindo dados documentais, interpretações e inferências automáticas.

Em síntese, a ferramenta não substitui o arquivo, a obra construída ou a experiência do lugar — constitui uma superfície de relação entre estes domínios, na qual o desenho se afirma como instrumento activo de investigação. O seu principal contributo reside, pois, na passagem de uma genealogia formal, segundo uma narrativa historiográfica, para uma cartografia de operações: esta deslocação permite estudar continuidades sem pressupor uma transmissão directa e reconhecer que a referência arquitectónica se produz por selecção, memória e transformação. O atlas releva-se ainda pela sua abertura à correcção e à revisão. Esta abertura não corresponde à indeterminação metodológica, mas à possibilidade de tornar explícitas as condições sob as quais o conhecimento é produzido.

Bibliografia

AALTO, Alvar - **Alvar Aalto in his own words**. 1. publ ed. New York, NY: Rizzoli, 1998. ISBN 978-0-8478-2080-1.

BISKJAER, Michael Mose; CHRISTENSEN, Bo T. - A Second Look at Primary Generators. **She Ji: The Journal of Design, Economics, and Innovation**. ISSN 24058726. 7:1 (2021) 7–23. doi: 10.1016/j.sheji.2020.08.007.

CRESPO CABILLO, Isabel (ED.) - **XXI Congreso Internacional de Expresión Gráfica Arquitectónica : Universitat Politècnica de Catalunya, Barcelona , 28, 29 y 30 de mayo de 2026. I, Ante la enseñanza y el aprendizaje** [Em linha]. 1. ed. [S.l.] : Iniciativa Digital Politècnica. Oficina de Publicacions Acadèmiques Digitals de la UPC, 2026 [Consult. 24 jun. 2026]. Disponível em WWW:<URL:https://hdl.handle.net/2117/462671>. ISBN 979-13-88098-48-2.

CROSS, Nigel - Designerly ways of knowing. **Design Studies**. ISSN 0142694X. 3:4 (1982) 221–227. doi: 10.1016/0142-694X(82)90040-0.

CROWE, Norman A.; HURTT, Steven W. - Visual Notes and the Acquisition of Architectural Knowledge. **Journal of Architectural Education (1984-)**. ISSN 10464883, 1531314X. 39:3 (1986) 6–16.

DARKE, Jane - The primary generator and the design process. **Design Studies**. ISSN 0142694X. 1:1 (1979) 36–44. doi: 10.1016/0142-694X(79)90027-9.

DE SÁ, Ana Luísa - Álvaro Siza's First Encounter with Alvar Aalto: Implications, Immediate and Yonder. **Joelho Revista de Cultura Arquitectonicz** . ISSN 1647-8681, 1647-9548. 13 (2022) 99–116. doi: 10.14195/1647-8681_13_6.

EVA EYLERS *et al.* - **PAIMIO SANATORIUM CONSERVATION MANAGEMENT PLAN 2016**. Alvar Aalto Foundation Tiilimäki 20, 00330 Helsinki, Finland : Alvar Aalto Foundation, 2016. ISBN 978-952-5498-44-8.

FERREIRA, Teresa Cunha et al. - Joint Management Plans in World Heritage serial nominations: the case of Álvaro Siza's Modern Contextualism Legacy. **Architecture**. ISSN 2673-8945. 4:4 (2024) 820–834. doi: 10.3390/architecture4040043.

FERREIRA, Teresa Cunha; ORDÓÑEZ CASTAÑÓN, David; FANTINI, Eleonora - **Fernando Távora: novo antigo obras**. 2nd edição ed. Porto : FAUP CEAU Edições Afrontamento, 2024. ISBN 978-972-36-2001-6.

FRAMPTON, Kenneth - Prospects for a Critical Regionalism. **Perspecta** . ISSN 00790958. 20:1983) 147. doi: 10.2307/1567071.

FRAMPTON, Kenneth - **Architecture and the public world.** Radical thinkers in design. . London New York Oxford New Delhi Sydney: Bloomsbury Visual Arts, 2024. ISBN 978-1-350-18380-3.

GIROT, Christophe; GARCÍA-ESCUDERO, Daniel - **Alvar Aalto: un ensayo sobre espacio, recorrido y orden**. Madrid, Barcelona: Ediciones Asimétricas ; Iniciativa Digital Politècnica, Oficina de Publicacions, 2024.

KIRCHENGAST, Albert (EDS.) - **Nature Modern: the place of landscape in the modern movement**Landscript. Berlin: Jovis Verlag GmbH, 2017. ISBN 978-3-86859-213-9.

LAWSON, Bryan - **How designers think: the design process demystified**. Reprint ed. Amsterdam Heidelberg: Elsevier Architectural Press, 2010. ISBN 978-0-7506-6077-8.

PALLASMAA, Juhani - Embodied and Existential Wisdom in Architecture: The Thinking Hand. **Body & Society**. ISSN 1357-034X, 1460-3632. 23:1 (2017) 96–111. doi: 10.1177/1357034X16681443.

PETHERBRIDGE, Deanna - **The primacy of drawing**. Thames & Hudson, 2025. ISBN 978-0-500-02608-3.

PURCELL, A. T.; GERO, J. S. - Drawings and the design process. **Design Studies**. ISSN 0142694X. 19:4 (1998) 389–430. doi: 10.1016/S0142-694X(98)00015-5

SANTOS, Rafael Sousa - **Traces of gestures: The resources of freehand drawing in architectural design teaching** [Em linha]. [S.l.] : Universidade do Porto, 15 jan. 2025 [Consult. 1 Dez. 2025]. Disponível em WWW:<URL:https://hdl.handle.net/10216/165116>.

SAWYER, R. Keith - The iterative and improvisational nature of the creative process. **Journal of Creativity**. . ISSN 27133745. 31:2021) 100002. doi: 10.1016/j.yjoc.2021.100002.

SIZA, Álvaro - **Princípios de projecto: Álvaro Siza : Piscina de Marés (1960-2021) = Design Principles : Álvaro Siza : Ocean Swimming Pool (1960-2021)**. 1a edição ed. Porto : U. Porto, Faculdade de Arquitectura, Universidade do Porto: Edições Afrontamento, 2023. ISBN 978-972-36-2033-7.

SOARES, José Manuel Gaspar Teixeira - **A contribuição do Desenho na procura do essencial** [Em linha]. [S.l.] : Universidade do Porto, 11 dez. 2013 [Consult. 1 jun. 2026]. Disponível em WWW:<URL:https://hdl.handle.net/10216/149357>.
.

Notas Curriculares

A

Adrian Aleson es arquitecto por la Escuela Técnica Superior de Arquitectura de San Sebastián y máster en Arquitectura por la Pontificia Universidad Católica de Chile, donde obtuvo distinción máxima. Actualmente desarrolla su tesis doctoral en el programa Nuevos Territorios de la Arquitectura de la Universidad de Zaragoza, centrada en la fotografía de arquitectura como herramienta crítica para la lectura del paisaje construido. Es autor del libro *Coworking. De la sinergia del espacio colaborativo al selfie del escaparate laboral* (Ediciones Asimétricas, 2022). Ha colaborado en distintas oficinas de arquitectura en España y Chile, participando en el desarrollo y construcción de más de una treintena de edificios de usos mixtos. También ha trabajado con el Centro del Patrimonio Cultural de la Pontificia Universidad Católica de Chile en el registro de edificios patrimoniales como el Palacio Pereira y el Palacio Ariztía, en Santiago de Chile. En 2018 fundó junto a Fernanda del Villar el estudio de arquitectura y fotografía *alesondelvillar*, desde el que han documentado la obra de numerosos arquitectos en Europa y América. Sus fotografías han sido publicadas en medios y editoriales internacionales como *Wallpaper*, *Gestalten*, *Arquitectura Viva*, *PLOT* y Ediciones ARQ. Su investigación explora los procesos de integración y degradación de la arquitectura en el territorio, utilizando la fotografía como herramienta para construir un archivo sobre el tiempo, la memoria y las singularidades del paisaje contemporáneo, con el propósito de ampliar el imaginario colectivo.

Adriano Tomitão Canas Professor Associado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia (FAUeD-UFU) e Docente do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-UFU). Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (2010), Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (2005), Arquiteto e Urbanista (PUC-Campinas/1996).

Agatángelo Soler Montellano (Granada, 1979) es arquitecto por la Universidad de Granada desde 2005 y doctor con mención internacional por la Universidad Politécnica de Madrid. Desde 2018 es profesor en el Departamento de Composición Arquitectónica de la Escuela de Arquitectura de Madrid (ETSAM, UPM). Previamente ha trabajado como investigador y docente en el Departamento de Proyectos Arquitectónicos de la UPM, y ha realizado estancias de investigación en la ENSA de Paris-Belleville y en el Institut Parisien de Recherche: Architecture, Urbanisme, Société (IPRAUS, CNRS). Especializado en la arquitectura doméstica con la tesis doctoral titulada 'Flexibilidad y Polivalencia: modelos de libertad para la vivienda social en España', ha formado parte de varios proyectos financiados de investigación, y ha publicado en diversas revistas académicas de prestigio, como *Informes de la Construcción, International Journal of Architectural Research, ARQ, o EGA – Expresión Gráfica en la Arquitectura*. Actualmente forma parte del grupo de investigación consolidado iTHACA (investigación en Teoría, Historia, Análisis y Crítica de la Arquitectura), y es coordinador del grupo de innovación educativa consolidado ARQADE (Arquitectura, Acción y Docencia Experimental). Aparte de su actividad académica, Agatángelo Soler conoce el ámbito editorial tras su etapa como redactor/editor de las revistas AV/Arquitectura Viva, y tiene una valiosa experiencia profesional, tanto como arquitecto independiente (entre 2005 y

2020), como colaborador en los estudios de Rafael Moneo (2005-2007) y Rafael de La-Hoz (2016-2019), ambos centrales en la tradición de la arquitectura moderna española, donde ha realizado proyectos y obras nacionales e internacionales de mediana y gran escala.

Aiê Tombolato de Faria Ribeiro é arquiteta e urbanista graduada pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e mestre em Arquitetura e Urbanismo pela mesma instituição, titulada em 2025 com a dissertação *Arquitetas contemporâneas na América Latina: um estudo sobre estratégias projetuais de três arquitetas latino-americanas*. Realizou aperfeiçoamento em Arquitetura de Interiores na Universitat Politècnica de Catalunya, em Barcelona. Possui experiência em projeto de arquitetura e interiores, com atuação na coordenação de equipes responsáveis por projetos residenciais, comerciais e corporativos. Desde 2013, é sócia-fundadora do escritório Aiê Tombolato Arquitetura e Interiores. Participou de exposições e eventos ligados à arquitetura e ao design, entre eles Design Weekend, Modernos & Eternos e High Design Home & Office Expo. Sua pesquisa dedica-se às relações entre gênero, práticas projetuais e produção arquitetônica contemporânea na América Latina.

Alexander Gaiotto Miyoshi Professor Associado do Instituto de Artes da Universidade Federal de Uberlândia (IARTE-UFU) e Docente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU-UFU). Mestre e Doutor em História da Arte (IFCH-UNICAMP, 2006 e 2010), Arquiteto e Urbanista (FAU-USP, 2000).

Alicia Borja-Pellicena (Investigadora predoctoral) es arquitecta con grado y máster por la Universidad de Zaragoza. Cuenta con un máster propio en Imagen y Comunicación de la Arquitectura. Antes de comenzar su labor investigadora, ha trabajado en la administración pública local como técnico de urbanismo, participando en la gestión y desarrollo de proyectos, así como en el ámbito privado, colaborando mediante metodología BIM en proyectos de construcción de obra nueva y rehabilitación. Actualmente es investigadora predoctoral en el proyecto "CIRCULAR-Regen: Evaluación de los beneficios de la Circularidad en la Rehabilitación de Edificios en España", financiado por el Gobierno de España, y realiza su tesis doctoral centrada en la circularidad aplicada a la rehabilitación de edificios patrimoniales de uso terciario. Pertenece al grupo de investigación Built4Life Lab.

Almudena Espinosa-Fernández (Profesora Permanente Laboral) es arquitecta y doctora con Premio Extraordinario de Doctorado. Antes de incorporarse a la universidad, trabajó en la rehabilitación del patrimonio histórico, en la construcción de edificios emblemáticos y en consultoría técnica para proyectos certificados bajo el estándar Passive House. Su investigación se centra en la construcción sostenible, la eficiencia energética, la rehabilitación de edificios en entornos urbanos y rurales, y la regeneración urbana de áreas residenciales. También ha trabajado en el estudio de soluciones constructivas basadas en la naturaleza, monitorizando el comportamiento higrotérmico de elementos como cubiertas verdes e inundables. Es autora de 17 artículos científicos (11 en revistas indexadas en JCR), 5 comunicaciones en congresos, 7 capítulos de libro (más uno en prensa) y coautora de 2 libros. Su trabajo ha recibido 165 citas y cuenta con un índice h de 6. Contribuyó al informe del Ministerio español "Innovaciones recientes en la rehabilitación de edificios y regeneración urbana – ERESEE 2020", a través de su labor como coordinadora del Observatorio Ciudad 3R. Ha participado en 18 proyectos de

investigación nacionales y regionales con socios públicos y privados, liderando 3 de ellos. Actualmente dirige 1 tesis doctoral.

Álvaro J. Gonçalves G. é estudante finalista do Mestrado Integrado em Arquitetura na Universidade de Évora, encontrando-se na fase final de desenvolvimento da sua dissertação de mestrado, intitulada *"Resgatar uma visão inacabada: representação da semicúpula da Malagueira mediante a realidade virtual imersiva"*. A sua atividade de investigação centra-se, principalmente, nas áreas da representação digital de arquitetura e na investigação sobre a obra do arquiteto Álvaro Siza. Ao longo do seu percurso académico, tem colaborado em diversas atividades científicas e académicas. Destaca-se a sua participação no congresso internacional EURAU Milan 2024, na Noite Europeia dos Investigadores em Évora (2025) e em outros congressos da área. É colaborador de investigação no CHAIA (Centro de História da Arte e Investigação Artística da Universidade de Évora). No âmbito desta filiação, colaborou no design gráfico e créditos fotográficos do livro *"A semicúpula Azul"* (em fase de publicação), uma obra financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no quadro do projeto *MALAGUEIRA.PT | HERITAGE FOR ALL* (PTDC/ART-DAQ/32111/2017).

Ana Alves Costa é arquiteta e professora na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP), instituição onde leciona desde 2003. Concluiu a sua formação em Arquitetura pela FAUP em 1996, tendo posteriormente obtido o grau de mestre em Planeamento e Projeto do Ambiente Urbano em 2009 (FAUP/FEUP). Doutorou-se em 2016 na FAUP com a tese Projeto e Circunstância. A coerência na diversidade da obra de Rogério de Azevedo, posteriormente publicada em livro pela Fundação Marques da Silva (FIMS, Ed. Afrontamento, Porto, 2021). É investigadora no Centro de Estudos Nuno Portas (CENP), onde integra o projeto editorial Cidade Participada: Arquitectura e Democracia, dedicado ao estudo do SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local (1974–76). A sua atividade de investigação e publicação centra-se também em temas relacionados com a documentação, conservação e valorização da arquitetura e do urbanismo do Movimento Moderno. Tem igualmente participado em iniciativas científicas e culturais, tendo integrado a Comissão Organizadora da exposição Fernando Távora: Pensamento Livre e do Encontro Internacional Távora no Tempo, no âmbito das comemorações do centenário do nascimento de Fernando Távora em 2023.

Ana Carvalho Investigadora Auxiliar no Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS) da Universidade de Évora, onde desenvolve atividade de investigação e docência nas áreas da museologia e do património, com enfoque na articulação com as políticas públicas. É Investigadora Responsável do projeto InMAP – Memórias e Arquivos: Mapear o (In)tangível (2023.10222.S4P23) e faz parte da equipa dos projetos TRANSITION (Erasmus +), CULTIVAR (Erasmus +) e ProSiMoll (Espanha). Coordena, no CIDEHUS, o Grupo de Investigação "Património(s) e Literacias". Colabora como investigadora na Cátedra UNESCO em Património Imaterial da Universidade de Évora. É cofundadora e coordenadora da Revista MIDAS - Museus e Estudos Interdisciplinares (indexada na Scopus). Autora do podcast "Conversations around Cultural Heritage".

Ana Cristina Sousa é Professora Associada com Agregação na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, da área científica de História da Arte, diretora do Departamento de Ciências e Técnicas do Património e do Mestrado em História da Arte, Património e

Cultura Visual. É licenciada em História (Variante Arte) - 1992, Mestre em História da Arte (1997), Doutorada em História da Arte Portuguesa (2010) e detentora do título Académico de Agregado - Ramo de conhecimento em Estudos do Património - História da Arte (2023), pela faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigadora integrada do CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar "Cultura, Espaço e Memória")/FLUP, faz parte do grupo de trabalho "Património Material e Imaterial". É colaboradora do GOVCOPP - Grupo Turismo e Desenvolvimento da Universidade de Aveiro, sendo também membro do GREC - Núcleo de Pesquisa dos Ex-votos, da Universidade Federal de Salvador da Bahia e do Grupo de investigação "Communities, Representations, Cultural Intersections", da Universidade de Bucareste. Desenvolve investigação e reúne várias publicações em Artes Decorativas e Aplicadas (com maior incidência em Ourivesaria), Estudos da Imagem (Iconografia e Emblemática), *Ex-votos*, Património Material e Imaterial.

Ana Elisa Carnaúba Rodrigues Arquiteta e Urbanista formada pela Universidade de Brasília (UnB), dedicou-se aos estudos de violência de gênero, acesso à cidade e narrativas urbanas, com passagem pelo coletivo Amar é Linha, onde aprofundou-se em estudos feministas. Atualmente é mestranda pela mesma instituição e colaboradora do grupo de pesquisa Capital e Periferia, onde desenvolve uma pesquisa autoetnográfica que investiga as relações entre memória, território e vivência, explorando as interseções entre arquitetura, questões sociais e o direito à cidade.

Ana Esteban-Maluenda es arquitecta y Catedrática de Universidad en la Escuela Técnica Superior de Arquitectura de la Universidad Politécnica de Madrid (ETSAM-UPM), donde imparte docencia en las asignaturas *Análisis de la Arquitectura* ***e*** *Introducción a la Crítica Arquitectónica*. Es directora del Departamento de Composición Arquitectónica y miembro fundador del grupo de investigación iTHACA (Investigación en Teoría, Historia, Análisis y Crítica de la Arquitectura). En 2022 fue presidenta de la VII Conferencia de la European Architectural History Network (EAHN), celebrada en Madrid. Su trayectoria investigadora la ha consolidado como una de las principales especialistas en el desarrollo, la recepción y la historiografía de la arquitectura moderna española. Sus investigaciones se centran en la arquitectura del siglo XX y sus mecanismos de difusión, con especial atención a las prácticas documentales y a los intercambios culturales en el ámbito de la arquitectura moderna iberoamericana, prestando una atención particular al caso de Madrid. Ha publicado numerosos trabajos científicos en revistas indexadas y libros colectivos editados en Europa, América, Asia y Oceanía. Además, desarrolla una intensa labor editorial como miembro de comités editoriales de revistas científicas europeas y latinoamericanas, así como evaluadora de publicaciones indexadas. Entre 2019 y 2022 fue Editora General para el Global South de *Architectural Histories*, la revista científica de la EAHN. Desde 2005 ha participado en proyectos de investigación, documentación y comisariado para instituciones como el Ayuntamiento de Madrid, el Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid, la Bienal de Arquitectura de Venecia y diversas Exposiciones Universales. Entre sus proyectos de investigación más recientes destacan *ArchiteXt Mining* (2016–2019), *Mapping Global Architectural Histories on Modernism* (2019–2022), codirigido junto a Mark Jarzombeck en colaboración con el MIT, y el proyecto actualmente en desarrollo *Redes americanas de arquitectura española (1976–2006): academia, profesión y difusión*, financiado por el Gobierno de España.

Ana Gabriela Godinho Lima Professora e Pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, é graduada e mestre pela FAUUSP (1994). Doutora em Educação pela FEUSP (2004), realizou pós-doutorado na School of Creative Arts da University of Hertfordshire, Inglaterra (2009), aonde foi Visiting Researcher de 2009 a 21011. Bolsista de Produtividade em Pesquisa deferida pelo Cnpq. Lidera os Projetos de Pesquisa financiados AGAINST UTILITY [A+U]: Co-producing Resilience: Gender, Place and Policy e Artefatos e Cidades: Práticas de Pesquisa na América Latina Contemporâne sediados na FAU Mackenzie. Integrou a diretoria da ANPARQ 2022-2023 e Coordenou o Prêmio ANPARQ 2024Foi Coordenadora de Pesquisa da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie (2024-2025) e coordenou o XI Forum de Pesquisa FAU Mackenzie. Co-organizadora do livro "Cidade, Gênero e Infância" (Ed. Romano Guerra, 2021), premiado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil - São Paulo, em 2022. Autora de "Arquitetas e Arquiteturas na América Latina do Século XX"(Altamira Editorial, 2013) edição comentada da dissertação de mestrado, a obra foi considerada internacionalmente como pioneira na temática das mulheres na arquitetura na América Latina. Consta como verbete no site undiaunaarquiteta e é autora de de livros, capítulos e artigos em revistas nacionais e internacionais. Foi Editora Temática do Periódico Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo ligado ao PPGAU-UPM e co-editora do periódico BAc Boletín Académico. Revista de inverstigación y Arquitectura ligada à Universidade da Coruña.

Ana Luísa Madureira é licenciada em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2024) e mestranda em História da Arte, Património e Cultura Visual pela mesma instituição, sendo orientada pela Professora Doutora Ana Cristina Sousa. A sua investigação foca-se na arte do Vitral, através do estudo da Oficina Difusão Vitrais – 1250º Conservação e Restauro. Tem participado ativamente na organização de eventos culturais e de investigação, contribuindo com comunicações orais e realizado moderação de painéis.

Andréa Queiroz da Silva Fonseca Rego Docente permanente e Coordenadora (2024-2026) do Programa de Pós-graduação em Arquitetura, PROARQ-UFRJ. Professora Associada do Departamento de Urbanismo e Meio Ambiente (DPUR-FAUUFRJ). Membro do Conselho Universitário da UFRJ (Consuni). Cientista do Nosso Estado Faperj (2021-2023). Diretora da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - ANPARQ. Diretora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, FAU-UFRJ (2022-2018). Coordenadora do Núcleo Rio de Janeiro da ABAP (2022-2018). Conselheira Titular do Conselho de Ensino de Graduação CEG-UFRJ (2019-2016). Diretora Adjunta de Graduação, FAU-UFRJ (2018-2014). Membro do Núcleo Docente Estruturante da FAUUFRJ (2018-2012). Membro da Comissão Avaliadora Quadrienal da Capes (2017). Coordenadora Adjunta de Pesquisa do PROARQ (2017-2015). Vice-Coordenadora do PROARQ (2016-2014). Conselheira Titular do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Rio de Janeiro (2012-2014), onde atuou como membro da Comissão de Ensino e Formação (CEF) e Diretora Adjunta Administrativa. Membro do Conselho Deliberativo do Instituto de Arquitetos do Brasil, IAB-RJ (2010-2014). Membro da Associação Brasileira de Ensino em Arquitetura e Urbanismo (ABEA) e da Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (ABAP). Desenvolve duas pesquisas na Linha de Pesquisa Cultura, Paisagem e Ambiente Construído com fomentos da FAPERJ e CNPq: Paisagem sonora, memória e cultura e Projeto, Planejamento e Paisagem. Líder do Grupo de pesquisa CNPq Projeto e

Representação do Ambiente e membro dos grupos Lugares e Paisagens e Quadro da Paisagem. Formação: Graduação em Arquitetura (FAUUFRJ, 1985), Especialização em Urbanismo (FAUUFRJ, 1986), Mestrado em Arquitetura (PROARQ-UFRJ, 1993), Doutorado em Urbanismo (PROURB-UFRJ, 2006) e Pós-doutoramento no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE, 2023). Atuação como arquiteta urbanista em projetos como: Projeto Rio Cidade Bonsucesso - RJ, Projeto de Recuperação Ambiental da Bacia de Jacarepaguá - RJ, Plano de Integração das Áreas Verdes de Tijuca e Vila Isabel - RJ, Estudos de Impacto de Vizinhança.

Andrés Richarte Ramírez es investigador postdoctoral, vinculado hasta 2026 al Departamento de Historia del Arte de la Universidad de Málaga mediante un contrato FPU (2021-2026), y miembro del Instituto Universitario de Investigación de Género e Igualdad (IGIUMA). Es doctor en Estudios Avanzados en Humanidades, especialidad Arte, por la Universidad de Málaga (2026), con mención internacional y la calificación de sobresaliente *cum laude*. Durante su etapa predoctoral realizó estancias de investigación en la Kunstakademie Münster (Alemania, 2023), invitado por la Dra. Jessica Ulrich, donde participó en el seminario *Ozean. Blue Humanities und Kunst*, y en Sapienza Università di Roma (Italia, 2024), invitado por la Dra. Carla Subrizi, estancia durante la que desarrolló diversas publicaciones y proyectos artísticos, entre ellos el libro de artista *Mille Colombi Romani*. Su investigación se sitúa en la intersección entre el arte contemporáneo, los estudios animales y los estudios de género, prestando especial atención a las relaciones interespecie en las prácticas artísticas contemporáneas. Su producción científica reciente incluye un capítulo de libro en *Disoriented. Gender Territories in Contemporary Art* (Brepols, 2025), el artículo «La gallina como ave de corral y su incursión en el arte contemporáneo» (*Boletín de Arte*, 2023), entre otras publicaciones. Asimismo, ha participado como investigador en proyectos I+D competitivos como *Desnortadas. Territorios del género en la creación artística contemporánea* y el proyecto *Entomornitofilias (y fobias): Impresiones y encuentros de aves e insectos* (B1-2022_11). Su trayectoria combina la investigación teórica con la práctica artística como metodología de producción de conocimiento. En este sentido, desarrolla proyectos que integran investigación, creación y experimentación desde una perspectiva interdisciplinar, cuyos resultados han sido presentados en diversas exposiciones colectivas nacionales e internacionales, reforzando el diálogo entre la investigación académica y la práctica artística contemporánea.

Angélica Tanus Benatti Alvim é Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Belas Artes de São Paulo (1986), Mestre (1996) e Doutora (2003) em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (FAU-USP). É Professora Titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie desde 2019, onde atua na graduação desde 1991 e como docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo desde 2005. É bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (Nível 1D) e membro titular do Comitê de Assessoramento do CNPq (CA-SA) para o período de 2024 a 2027. Foi Diretora da FAU Mackenzie (2016–2023), Coordenadora Geral da Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Presbiteriana Mackenzie (2013–2016), Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (2010–2013) e Coordenadora de Pesquisa da FAU Mackenzie (2008–2010). Foi Presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – ANPARQ (2015–2016). Lidera o Grupo de Pesquisa *Urbanismo Contemporâneo: Redes, Sistemas e Processos* e integra o INCT Klimapolis. Desenvolve

pesquisas nas áreas de planejamento urbano e regional, sustentabilidade urbana, resiliência e adaptação às mudanças climáticas, infraestrutura verde, justiça ambiental e governança territorial. Coordena projetos financiados pelo CNPq e outras agências de fomento, mantém colaboração com instituições nacionais e internacionais e é autora e organizadora de livros e numerosos artigos científicos dedicados ao planejamento e à gestão sustentável das cidades.

Arthur Machado Dinis é arquiteto. Concluiu sua formação em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP) em 2025, com passagens pela Universidade de Brasília (UnB) e pela *Escola Tècnica Superior d'Arquitectura de Barcelona* (ETSAB-UPC). Concluiu o Mestrado Integrado na FAUP com a dissertação *Onde há fumaça, há fogo. Parque Ecológico das Sucupiras: Memorial Vivo do Cerrado*, posteriormente selecionada como finalista do *Archiprix Portugal 2026*, prêmio que elege os melhores trabalhos de mestrado em arquitetura das faculdades portuguesas. Representou também a FAUP, mediante concurso, no *RIBA Norman Foster Travelling Scholarship 2025*. É colaborador da *Metamorphic*, no Porto, onde trabalha com pesquisa e desenvolvimento de metodologias de levantamento e digitalização 3D voltadas para o patrimônio. Anteriormente, integrou equipes de projeto na *Rehabilitació i Restauració Arquitectònica* (REARQ-UPC), em Barcelona; e na *dreisterneplus* (antiga *Meili, Peter München*), em Munique. Sua produção acadêmica explora temas relacionados ao patrimônio, com ênfase na relação entre patrimônio *cultura*l e *natural*, e no desenvolvimento de tecnologias voltadas à documentação, conservação e valorização patrimonial.

Aurelio Vallespín Muniesa Doctor Arquitecto. Profesor titular en el área de Expresión Gráfica Arquitectónica, en la Escuela de Ingeniería y Arquitectura, director del departamento de Arquitectura, co-investigador principal del Grupo de Representación Arquitectónica del Patrimonio Histórico y Contemporáneo (GRAPHyC) y miembro del Instituto de Investigación en Patrimonio y Humanidades (IPH) de la Universidad de Zaragoza. Trabaja en las líneas de investigación: patrimonio arquitectónico, espacio mural y tensión entre superficie pictórica y espacio pictórico, entre otras.

B

Belinda López-Mesa es Catedrática de Universidad en Construcciones Arquitectónicas en la Universidad de Zaragoza (España). Arquitecta por la Universidad de Sevilla (2000, España), obtuvo el doctorado en Luleå University of Technology (Suecia) en 2004 y amplió su formación investigadora en instituciones internacionales como la State University of New York (EE.UU.) y la Technical University of Denmark (Dinamarca). Ha realizado estancias de investigación predoctorales y postdoctorales en instituciones como la Manchester Institute of Science (Reino Unido) e Indian Institute of Science (India). Ha trabajado en tres universidades públicas europeas: en Luleå University of Technology (2000–2004, Suecia), Universitat Jaume I (2004–2010, España) y Universidad de Zaragoza (desde 2010, España). En Zaragoza, es investigadora principal del grupo Built4Life Lab, y centra su investigación en el diseño arquitectónico desde el clima, la energía y los flujos materiales, explorando cuestiones como el diseño circular, la transformación sostenible del entorno construido y el potencial de la digitalización para promover la sostenibilidad.

Blanca del Espino Hidalgo Profesora Titular de Universidad. Departamento de Urbanística y Ordenación del Territorio, Instituto Universitario de Arquitectura y

Ciencias de la Construcción, Universidad de Sevilla. Doctora Arquitecta, Máster en Arquitectura y Patrimonio Histórico y Máster en Ciudad y Arquitectura Sostenibles. Ha desarrollado su carrera docente e investigadora entre la Escuela de Arquitectura de Sevilla y el Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico. Desarrolla y dirige proyectos sobre la sostenibilidad del patrimonio urbano-territorial en distintos ámbitos (áreas rurales, ciudades medias o grandes ciudades), con especial hincapié en la componente social y participativa. https://orcid.org/0000-0002-1442-7385

Brenda Rodrigues Fernández Jornalista (PUCRS-2019), Mestranda em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS-2017), sob orientação da professora Dra. Daniela Marzola Fialho. Tem experiências na área de produção e edição de reportagem, atuando principalmente com apuração e investigação jornalística nos temas de política e cidade.

Bruna de Paula Almeida Mestre em Arquitetura pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura (PROARQ) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES) (2026). Arquiteta e Urbanista graduada pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) (2023). Integra o grupo de pesquisa Prolugar+SEL-RJ, onde desenvolve estudos sobre Arquitetura da Paisagem, Paisagem Ferroviária, Morfologia Urbana, Cartografia da Paisagem e Práticas Cotidianas.

Bruno dos Santos Andrade Mestre em Urbanismo Moderno e Contemporâneo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2025), graduou-se em 2019 pela mesma Universidade. Atuou nos grupos de pesquisa "Projetos urbanos: teoria e prática" e "Projeto, produção e gestão de habitação social no Brasil". Desenvolveu, com bolsa Capes, pesquisa de Mestrado sobre consórcios públicos como instrumento de governança intermunicipal. Possui experiência em projeto de arquitetura, tendo atuado nos escritórios Contier Arquitetura (2019-2020) e Pararquitetura (2021-2024). Foi também funcionário da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, auxiliando na gestão e desenvolvimento de atividades do Centro Cultural Vila Itororó. Atualmente é colaborador do escritório SPOL Architects e conselheiro do IVVA (Instituto Virginia e Vilanova Artigas).

Bruno Marques é Professor Auxiliar da Universidade Aberta e investigador do Instituto de História da Arte da NOVA FCSH / IN2PAST. Foi coordenador do grupo Contemporary Art Studies — CASt, no âmbito do qual desenvolveu actividade científica, editorial, curatorial e de programação académica nos campos da História da Arte Contemporânea, dos Estudos Visuais, dos Estudos de Género e Sexualidade e das práticas artísticas críticas. A sua investigação cruza História da Arte, cultura visual, curadoria, arte e activismo, memória da repressão ditatorial e colonial, feminismos, estudos queer e teoria crítica da imagem. Interessa-se particularmente pelos modos como a arte contemporânea trabalha arquivos violentos, imagens censuradas, corpos dissidentes, narrativas silenciadas e processos históricos de exclusão, produzindo contra-imagens, contra-narrativas e formas críticas de reparação simbólica. A sua prática curatorial constitui-se como investigação situada, relacional e implicada, atenta às políticas do olhar, às condições de aparecimento das obras e às formas de escuta estabelecidas entre artistas, públicos, arquivos, instituições e comunidades. Foi investigador responsável dos projectos Confissões de Género. Auto-retratos de artistas e escritoras portuguesas no pós-25 de Abril e Narrativas do Eu entre o Público e o Privado: livros de artistas mulheres na Coleção da Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian. Integra actualmente a equipa do projecto CARE — Contemporary Artistic Activism and Reproductive Health

in Portugal [2024.16133.PEX], financiado pela FCT. Publicou, entre outros títulos, Cartas Fora do Baralho (2020) e Mulheres do Século XVIII. Os Retratos (2006), tendo coordenado diversos volumes e números temáticos. Como curador, destacam-se os projectos Laboratório Huni Kuin | Tempo das Huacas (MUFPA, 2026), Segredo do Artesão (Weld, Estocolmo, 2026), Como Falar do Trauma? (Galeria Quadrum, 2025), Narrativas do Eu (Fundação Calouste Gulbenkian, 2024) e Vasco Araújo: LIEBESTOD (Sismógrafo, 2021). Em 2008, recebeu o Prémio Novos Curadores — Arte Contempo.

C

Carlos Labarta Aizpún Catedrático de Proyectos Arquitectónicos en la Universidad de Zaragoza. Arquitecto por la Universidad de Navarra (ETSAUN), 1987. Becado Fulbright, Master in Design Studies, Graduate School of Design, Harvard University, 1990. Premio Extraordinario de Doctorado, ETSAUN, 2000. Profesor Titular de Proyectos Arquitectónicos en la Universidad de Valladolid 2004-2008 y en la Universidad de Zaragoza desde 2009 a 2022; Profesor Visitante, ETSA Universidad de Navarra. Beca Eisenhower 2006. Coordinador del Grado de Arquitectura de la Universidad de Zaragoza 2013-2019. Su labor investigadora, fundamentalmente sobre la arquitectura del siglo XX, ha sido difundida en revistas especializadas, entre otras Revista de Arquitectura RA o Proyecto Progreso y Arquitectura PPA, VLC, RITA, Constelaciones y en libros conjuntos como Architects´Journeys, GSAPP Books Columbia University/T6)Ediciones, 2011 o, con la misma editorial, After the Manifesto 2014. Miembro del Consejo Editor de la revista Zarch Journal of interdisciplinary studies in Architecture and Urbanism y miembro del Comité Científico de la revista RA. Investigador en diversos proyectos nacionales. Autor o editor de ocho libros como Arquitectura racionalista en Huesca, 2008. Sus investigaciones en el ámbito del proyecto arquitectónico y la intervención en el patrimonio han obtenido diversos reconocimientos con obras premiadas en sucesivas ediciones del Premio García Mercadal del Colegio de Arquitectos de Aragón desde 1992 hasta la actualidad, así como en convocatorias del Premio de Arquitectura Ricardo Magdalena, Institución Fernando el Católico, Zaragoza. Premio de Urbanismo del Ayuntamiento de Madrid, 1991. Ha participado con su obra en exposiciones conjuntas como “Habitar el Presente”, Nuevos Ministerios, Madrid, 2007. Igualmente su obra ha sido Prefinalista y Seleccionada en las ediciones XII y XIV de la Bienal Española de Arquitectura y Urbanismo, 2014 y 2018. En la actualidad es director del Área de Patrimonio de Instituto de Patrimonio y Humanidades de la Universidad de Zaragoza.

Carlota Rocha É aluna de Mestrado Integrado em Arquitetura na Universidade de Évora. No âmbito do programa Erasmus+, frequentou, no 3.º ano, a Universidad Técnica Superior de Arquitectura de Sevilla, durante um semestre. No 4.º ano, estudou na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, onde colaborou com a Casa da Arquitetura e integrou o projeto “Jovens Embaixadores da Arquitetura”. Participou em diversas iniciativas e programas de voluntariado, dentro e fora do país, direcionados para o tema da sustentabilidade e da preservação da natureza, nomeadamente: “Biomaterials Creative Lab” (Évora, 2022), “You(th) Work for Sustainability” (Varna, 2022), “RYSE – Água Potável e Saneamento” (Braga, 2023), e “Protected Areas: A Playground for the Inclusion of Young People” (Abruzzo, 2024). Envolvendo a arquitetura, participou, em 2020, no workshop online “Ephemeral Architecture”, no âmbito da UNIVERSITY of universities. Em 2022 integrou a equipa de voluntários no Congresso Internacional sobre Património Arquitetónico e Paisagístico, na Malagueira (CIPA), realizado na Universidade de Évora, em homenagem ao Arquiteto Siza Vieira. Nesse mesmo ano e, também, em 2024 colaborou no “Open House Porto”. Ainda em 2022, participou no

“Seminario Internazionale di Progettazione – Refazer Paisagens”, em Lisboa, centrado na requalificação de áreas críticas urbanas. Nesse mesmo ano, organizou uma exposição em Évoramonte com trabalhos desenvolvidos por alunos do 2.º ano da disciplina de Projeto e Desenho. Em 2023, foi voluntária nas “Jornadas da Autoconstrução”, em Montemor-o-Novo, e fez parte do “7.º Encuentro de Arquitectos de Herramienta en Mano”, em Ariza (Espanha), reforçando o seu interesse por práticas colaborativas e sustentáveis no contexto da arquitetura. Em 2025, participou no “Heritage Camp Almeida”, iniciativa promovida pela Spira – Revitalização Patrimonial, realizada em Almeida, envolvendo os participantes em ações práticas de valorização e salvaguarda dos elementos históricos da vila fortificada. Nesse mesmo ano, participou no Blended Intensive Programme “Floods as an Opportunity II”, realizado em Florença e organizado pelo Departamento de Arquitetura da Università degli Studi di Firenze. O programa reuniu estudantes internacionais, promovendo o desenvolvimento de propostas urbanas e arquitetónicas orientadas para a mitigação dos impactos das cheias e a adaptação dos territórios às alterações climáticas.

Carolina Guida Teixeira é arquiteta, urbanista e mestra em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (FAU-UnB). Integra o grupo de pesquisa Topos – Paisagem, Projeto e Planejamento, do Laboratório de Estudos Urbanos (PPP-Labeurbe).

Carolina Pescatori Professora Associada do Departamento de Projeto, Expressão e Representação e do Programa de Pós Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (PPG-FAU/UnB) como orientadora de mestrado e doutorado. Arquiteta e Urbanista pela UnB, com intercâmbio na Pennsylvania State University (PSU/EUA) como bolsista da Capes. Mestre em Arquitetura da Paisagem com concentração em Desenho Urbano e Planejamento Urbano pela PSU/EUA, com bolsa pela própria PSU, tendo recebido os prêmios Alma Heinz (2006) e Academic Honors of The American Society of Landscape Architects (2007). Doutora pelo PPG-FAU/UnB em Teoria e História da Cidade e do Urbanismo, com tese sobre a atuação de empresas urbanizadoras e o processo de dispersão urbana; menção honrosa no I Prêmio Rodrigo Simões de Teses de Doutorado - ANPUR (2017). Especialista em Arquivos de Arquitetura pela Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal (2024). Coordenadora do Centro de Documentação Edgar Graeff, FAU-UnB (2026 - atual) e coordenadora do grupo de pesquisa LUPA2ARQ - Laboratório de Pesquisa em Acervos e Arquivos de Arq Urb. Membro do grupo de pesquisa Topos - Paisagem, Planejamento e Projeto e do Lab Mulheres. Integrante da diretoria da ANPARQ (2025-2026), diretoria da ANPUR (2019-2021) e do IAB-DF (2017-2019), como coordenadora da Comissão de Política Urbana; representante da UnB no Comitê de Gestão Participativa do Plano Diretor do DF (2021-2025). Editora da Revista Thésis (ANPARQ; 2023-atual) e da Revista Paranoá (PPG-FAU-UnB; 2020-2023). Coordenadora do PPG-FAU-UnB (2023-2025). Pós-doutorado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC), em Portugal (2021-2022). Seus interesses de pesquisa incluem acervos e arquivos de Arquitetura e Urbanismo; dispersão urbana e processos contemporâneos de urbanização; história do Urbanismo e da cidade; feminismo e cidade. É coautora do livro Acervos e Arquivos de Arquitetura e Urbanismo (Ed. FAU-UnB, 2025), Cidade Pós-compacta: estratégias de projeto a partir de Brasília (Ed. Rio Books, 2021) e Entre arquiteturas, cidades e feminismos (Ed. FAU-UnB, 2022).

Carolina Quintanilha Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU UFRJ) [2018], com intercâmbio

acadêmico na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto [2015/2016]. Mestre em Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB FAU UFRJ), com Bolsa Nota 10 da FAPERJ. Doutoranda em Urbanismo pelo PROURB FAU UFRJ, com Bolsa CAPES. Tem interesse em: Arquitetura Moderna, Modernidade, Rio de Janeiro e História Urbana. Realizou a exposição *Rio do Futuro de Sergio Bernardes*, no Núcleo de Pesquisa e Documentação (NPD FAU UFRJ) [2023]. É coautora de "*Documentos da arquitetura moderna no Brasil: Rio de Janeiro*" (Docomomo Brasil, 2023); e "*Paisagem do Abandono: Grandes edificações modernas inativas*" (Revista Docomomo Brasil, 2020). Atualmente, compõe a Secretaria Geral do Docomomo Núcleo Rio de Janeiro (2025-2026).

Cláudia Costa Cabral Possui graduação em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1983), mestrado em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1996) e doutorado em Teoria e História da Arquitetura - Universitat Politecnica de Catalunya (ETSAB, UPC, 2001). Professora Titular do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, atuando na graduação e na pós-graduação. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, PROPAR-UFRGS; Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, PPGAV-UFRGS. Pesquisadora nível 1C do CNPq, líder do Grupo de Pesquisa Estudos de Arquitetura Moderna Latino-americana. Membro do comitê CNPq CA-SA (nov.2018-jun.2021). Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em projeto, teoria, história e crítica de arquitetura, atuando principalmente nos seguintes temas: arquitetura moderna latino-americana; arquitetura do pós-guerra aos anos setenta; continuidade e crítica da modernidade; políticas de recuperação e preservação da cultura material em relação com a problemática ambiental; relações entre cultura arquitetônica, arte e tecnologia. Foi Coordenadora Geral de Docomomo Brasil no biênio 2012-2013. Foi coordenadora do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, PROPAR-UFRGS (2009-2012; 2015-2018). Membro do International Committee of Architectural Critics (CICA).Registro Orcid: https://orcid.org/0000-0003-0079-1861

Claudia dos Reis e Cunha É Arquiteta (1999) e especialista em História e Cultura (2001) pela Universidade Metodista de Piracicaba, mestre (2005) e doutora (2010) em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, com estágio de pesquisas na Università degli Studi di Roma "La Sapienza" como bolsista de doutorado-sanduíche (2008/2009), sob supervisão do Prof. Dr. Giovanni Carbonara. Concluiu pesquisa de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFBA (2021), sob orientação do Prof. Dr. Rodrigo Espinha Baeta, na Linha de Pesquisa Restauração, Conservação e Gestão dos Bens Patrimoniais, com auxílio do CNPq (Bolsa de Pós-doutorado Sênior). É Professora Associada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia. Docente permanente e atual Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - PPGAU-FAUeD-UFU. Foi docente colaboradora do Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos da Universidade Federal da Bahia (MP-CECRE UFBA), nos biênios 2021-2023 e 2023-2025. Vem atuando como docente e pesquisadora nos seguintes temas: patrimônio cultural, conservação e restauração do patrimônio urbano e arquitetônico.

Claudia Lichtenberger Roxo Carneiro Arquiteta e urbanista graduada pelo Centro Universitário FIAM-FAAM (2011), com Mérito Acadêmico (2007). Possui especialização em Design de Interiores Contemporâneo pelo Instituto Europeu de Design (2023). Atualmente é mestranda e bolsista CAPES no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, onde desenvolve pesquisa sobre a produção contemporânea do escritório MVRDV, investigando processos de intensificação programática, empilhamento de usos e reconfiguração das espacialidades urbanas em contextos de alta densidade. Sua atuação profissional concentra-se no desenvolvimento de projetos de arquitetura de interiores, articulando experimentação espacial, percepção ambiental e estratégias de qualificação da experiência do usuário.

Cláudia Sofia Guerreiro Batista é mestre em Arquitectura e doutoranda em Arquitectura na Universidade de Évora, como bolseira da FCT. A sua investigação centra-se na dimensão instrumental e epistemológica do desenho no processo criativo, na poiesis arquitectónica e nas relações entre lugar, tempo e paisagem. Foi bolseira da Fundação Arquia na Casa da Arquitectura, Matosinhos, e tem participado em vários projectos de investigação, acções de mentoria, formações internacionais e encontros científicos ligados à arquitetura. A sua dissertação recebeu uma Menção Honrosa no Prémio Archiprix Portugal 2025.

D

Daniel Cardeira é doutorando em Estudos do Património, na especialização de História da Arte, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), com bolsa financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Ref. UI/BD/153611/2022). A sua tese, intitulada "Veículos de tração animal a Sul do Tejo nos séculos XIX e XX: Estudo e valorização patrimonial", é orientada pelos Professores Doutores Ana Cristina Sousa (FLUP-DCTP/CITCEM), Paulo Simões Rodrigues (Universidade de Évora/CHAIA) e Ana Carvalho (Universidade de Évora/CIDEHUS). É licenciado em Pintura pela Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa (2015) e mestre em História da Arte, Património e Cultura Visual pela FLUP (2020), com dissertação dedicada aos veículos de tração animal no Algarve, sob orientação de Ana Cristina Sousa. Integra o CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória) como investigador, no grupo "Património Material e Imaterial".

Daniela Marzola Fialho Arquiteta e Urbanista (UFRGS - 1989), Mestrado em Planejamento Urbano e Regional pelo PROPUR/UFRGS (1999). Doutora em História pela pelo PPG-História (UFRGS -2010). Estágio de doutoramento no exterior com bolsa da CAPES -PDDE- (2006-2007) na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris, França. Foi Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS) com mandato de 26/11/2013 a 31/03/2016. Realizou Pós-Doc (2018-2019) junto a EHESS, sob a orientação do Prof. Dr. Jacques Leenhardt. Atualmente é Professora Associada 4 na Faculdade de Arquitetura e no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Membra pesquisadora e Coordenadora da Mapoteca do Instituto Histórico do Rio Grande do Sul (IHGRGS).Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em História do Urbanismo, atuando principalmente nos seguintes temas: história urbana, história da cartografia, cartografia urbana, planejamento urbano, patrimônio cultural, políticas públicas, arquitetura e política sindical.

Denise Polonio é arquiteta e urbanista, mestre pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1996) e doutoranda na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da mesma instituição, com conclusão prevista para 2028. É professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da FAU-Mackenzie desde 1991, atuando também na pós-graduação lato sensu, onde foi proponente do curso de especialização em Design de Interiores e exerce a função de representante de curso, tendo igualmente atuado no curso de especialização em Gerenciamento dos Empreendimentos da Construção Civil. Possui experiência como docente em cursos de extensão em instituições como FAU-USP, Universidade Federal de Alagoas e Fundação Getulio Vargas (FGV-SP), entre outras. Com mais de 30 anos de atuação profissional, desenvolve projetos de arquitetura e design de interiores em escritório próprio, com foco nos segmentos residencial, corporativo e comercial.

Desidério Batista é Arquiteto Paisagista, mestre em Recuperação do Património Arquitetónico e Paisagístico, e Doutor em Artes e Técnicas da Paisagem pela Universidade de Évora. É Professor na Universidade do Algarve onde ensina Projeto de Paisagem Cultural no mestrado em Arquitetura Paisagista, e Paisagem Cultural e Arquitetura Tradicional no doutoramento em Ciências do Património. É Investigador Integrado do CEAACP e Investigador colaborador do CHAIA/UÉ.

Diego Lostao Chueca Arquitecto, estudiante de doctorado y profesor del Área de Expresión Gráfica Arquitectónica en el Departamento de Arquitectura de la Universidad de Zaragoza. La trayectoria combina docencia universitaria, práctica profesional e investigación aplicada en torno a la representación arquitectónica, la metodología BIM, la digitalización de procesos de proyecto y la mejora técnica y ambiental de la envolvente construida. Junto con Héctor Escartín Martínez es cofundador de Cierzo Arquitectura, estudio desde el que desarrolla el ejercicio propio de la profesión arquitectónica, desde la redacción de proyectos hasta la dirección y seguimiento de obra. El trabajo profesional del despacho se apoya en una mirada contemporánea del oficio, en la que el conocimiento constructivo, la coordinación documental y el uso de herramientas digitales forman parte natural del proceso de proyecto. La metodología BIM y la tecnología actual se incorporan, así como medios para ordenar la información, mejorar la precisión de las decisiones y reforzar la continuidad entre diseño, documentación técnica y construcción. La reciente investigación nace de esa experiencia profesional directa y se centra en la relación entre modelo digital, documentación gráfica, medición, análisis ambiental y toma de decisiones constructivas. Se ha trabajado también en procedimientos de cuantificación del Potencial de Calentamiento Global en proyectos de ejecución y en prototipos orientados a optimizar el despiece de fachadas modulares, calcular mermas y mejorar el aprovechamiento de formatos comerciales.

E

Elodie Gomes Marques é arquiteta e investigadora, doutoranda em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) com o código 2023.01881.BD. É investigadora no DINÂMIA'CET_ISCTE – Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território. Mestre em Arquitetura pelo ISCTE, desenvolve investigação centrada na relação entre arquitetura, arquitetura paisagista, paisagem urbana e ordenamento do território, com especial enfoque no legado teórico de Gonçalo Ribeiro Telles e na história da arquitetura paisagista em Portugal. Foi bolseira de investigação em projetos financiados pela FCT, é membro efetivo da Ordem dos

Arquitetos e autora de diversas publicações e comunicações científicas nas áreas da arquitetura, urbanismo e paisagem.

Esther Ribeiro Costa Xavier Doutoranda em Arquitetura no Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROARQ/FAU/UFRJ), com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CPNq - 2026-2030). Mestre em Ciências em Arquitetura pelo PROARQ/FAU/UFRJ, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES - 2021-2023). Arquiteta e Urbanista graduada pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU/UFRJ - 2015-2019). Possui especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Universidade Estácio de Sá (2025) e em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal Fluminense (2025-2026). Pesquisadora integrante do Grupo Ambiente-Educação (GAE-PROARQ/FAU/UFRJ) desde 2019. Atuou como bolsista de Treinamento e Capacitação Técnica - TCT-5 - FAPERJ no projeto Diálogos Escola-Cidade: Educação Urbanística e Ambiental como estratégia para construção de cidades mais igualitárias, resilientes e sustentáveis (2024-2026). Tem interesse nos seguintes temas: territórios educativos, processos participativos, educação ambiental, justiça climática e políticas públicas.

Eunice Helena Sguizzardi Abascal Pós-Doutorado na ETSAB (Escuela Tecnica Superior de Arquitectura da Universidade Politécnica da Catalunha). Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (2004). Professora Titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Mestre em Ciências Sociais pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Mestre em Comunicação e Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UPM. Bolsista produtividade do CNPq desde 2017.

F

Filipa Serpa é Arquiteta e Doutora em Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa e Professora Associada na mesma escola. É membro fundador e co-coordenadora do grupo de investigação URBinLAB – Urbanism & Territorial Dynamics e membro integrado do CIAUD – Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design, da FA-ULisboa. Os seus interesses de investigação centram-se nas áreas da habitação, do habitat e do espaço público. É membro da Rede Ibero-Americana de Habitação Social Sustentável e do Fórum Internacional de Urbanismo, entre outras redes internacionais de investigação. Coordena o programa de formação pós-graduada em Inovação na Habitação, promovido pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (FA-ULisboa). Entre junho de 2023 e setembro de 2024, exerceu o cargo de Vice-Presidente do Conselho Diretivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU). Desde 2024, integra o Conselho Consultivo da Trienal de Arquitetura de Lisboa.

Frederico Vicente Arquiteto e curador independente. É Mestre em Arquitetura (2014) pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (FA-UL) e pós-graduado em Curadoria de Arte (2021) pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (FCSH-UNL). Desde 2024, é doutorando no ISCTE-IUL, desenvolvendo uma investigação centrada na obra do fotógrafo Luis Ferreira Alves. O cruzamento disciplinar entre arquitetura, curadoria e território, em particular na relação

com a paisagem, as geografias urbanas e o diálogo entre arte e práticas espaciais, constitui a base dos seus interesses e abordagem crítica. Em 2018, foi cofundador do coletivo de curadoria Sul e Sueste (2018-2023), uma plataforma de investigação sediada no Barreiro dedicada às convergências entre arte e arquitetura, com foco no território e na paisagem. Desde 2019, tem vindo a trabalhar como curador com instituições públicas, municípios e espaços independentes sem fins lucrativos, incluindo o INSTITUTO (Porto), a PLATO (Porto e Évora), o Museu de Almada - Casa da Cidade, os PADA Studios (Barreiro), a AMAC (Barreiro) e a Fundação D. Luís I - Centro Cultural (Cascais). Publica regularmente ensaios e textos críticos para livros de artista, catálogos de exposição e outras publicações na área, sendo colaborador da revista Umbigo desde 2020. É coautor dos livros Gaio-Rosário: Leitura do Lugar (2020), À Soleira do Infinito. Cacela Velha: Arquitetura, Paisagem, Significado (2023) e Cartografia do Horizonte (no prelo, 2026).

G

Giselle Arteiro Nielsen Azevedo Professora Associada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro - FAU/UFRJ e Docente do Quadro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura - PROARQ-FAU/UFRJ, Cientista do Nosso Estado FAPERJ (2021), Bolsista de Produtividade 2 CNPq. Foi Coordenadora Adjunta de Ensino do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura - PROARQ-FAU/UFRJ, biênio 2020-2021; Vice-coordenadora do Programa de Pós-graduação em Arquitetura - PROARQ/FAU-UFRJ, durante o biênio 2018-2019. e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura - PROARQ-FAU-UFRJ, durante o período de 30/09/2019 a 16/04/2020. Coordenadora do Grupo Ambiente-Educação (GAE), registrado no Diretório Nacional Grupos de Pesquisa CNPq, Pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar em Estudos da Infância, Adolescência e Juventude - NIAJ UFRJ. Possui graduação em Arquitetura pela Universidade Federal Fluminense (1988), Mestrado em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1995) e Doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002). Foi Coordenadora Adjunta de Extensão e Coordenadora Adjunta de Ensino do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro - PROARQ-FAU/UFRJ. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Planejamento e Projetos da Edificação, atuando principalmente nos seguintes temas: Arquitetura Escolar, Territórios educativos, cidade e infâncias, Avaliação pós-ocupação, Qualidade do Lugar, Percepção Ambiental.

H

Héctor Vázquez de la Rosa es doctore en Estudios Avanzados en Humanidades por la Universidad de Málaga, con Mención Internacional y calificación de Sobresaliente Cum Laude por unanimidad. Es graduade en Historia del Arte por la misma universidad y obtuvo el Premio Extraordinario del Máster en Diseño Urbano: Arte, Ciudad, Sociedad de la Universitat de Barcelona. Su investigación se centra en la relación entre turismo, urbanismo, patrimonio y procesos de desposesión en la Costa del Sol, línea desarrollada en su tesis *Deshabitar el litoral. Instrumentalización del paisaje urbano, arquitectura y turismo en la Costa del Sol*. En 2025 realizó una estancia internacional de investigación en el Instituto de História da Arte de la Universidade NOVA de Lisboa, integrado en el grupo CASt – Contemporary Art Studies. Junto a Lucía González Palomino impulsa el proyecto crítico Málaga Paradise, dedicado al análisis de la turistificación y la gentrificación de Málaga. Han publicado dos números del fanzine y co-comisariado la exposición *Málaga Paradise – La Exposición* (2024, Universidad de Málaga), un proyecto colectivo de artivismo urbano con la participación de 54 artistas y colectivos

locales para reivindicar el derecho a la ciudad y visibilizar las problemáticas habitacionales e identitarias derivadas del modelo turístico. También ha comisariado la exposición *Vecinas · Verano · Vergüenza* (2026, Altallama). Miembro del Instituto Universitario de Investigación de Género e Igualdad (IGIUMA). Ha impartido ponencias, seminarios y talleres sobre urbanismo crítico, feminismos, patrimonio y resistencias urbanas en universidades, centros de formación y espacios culturales. En el ámbito artístico ha desarrollado obras multimedia y proyectos de investigación-creación centrados en memorias queer, archivo y afectos y habitabilidad urbanas, como *El dragón, la ojo y la polaca* (Espacio Cero, Contenedor Cultural – Vicerrectorado de Cultura, UMA), *UN DOLOR Y ALGUNXS (HU/A)MORES* (Espacio Lavadero / Casa Zafra – Ayuntamiento de Granada) o *El Sagrado Corazón* (Altallama – IGIUMA).

I

Igor Guatelli Professor pesquisador adjunto da graduação e professor do PPGAU da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Pesquisador Associado do Laboratório GERPHAU-ENSA Paris-La Villette Autor do livro "Arquitetura dos entre-lugares - sobre a importância do trabalho conceitual", Senac, 2012. Coordenador do grupo de pesquisa Cidade e Arquitetura e Filosofia, com pesquisas financiadas pela Maison de Sciences de L'Homme Paris Nord e Fundo Mackenzie de pesquisa. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (1991), Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (1999), Doutor em Filosofia moderna francesa [área de concentração Letras Modernas -Língua e Literatura Francesa] com o tema Arquitetura e Pós-estruturalismo francês pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (2005). Pós-doutorado (2011-2012)pelo laboratório de Filosofia, Arquitetura e Urbanismo GERPHAU Ecole Nationale Supérieure D'Architecture Paris - La Villette, laboratório de "3o. cycle" vinculado à Université Paris VIII. Consultor Ad-Hoc FAPESP. Foi palestrante convidado em algumas instituições internacionais como TU de Viena, Faculdade de Arquitetura de Lisboa, École Nationale Supérieure D'Architecture Paris La Villette, Leibniz Universität Hannover. Conhecimento nas áreas de teorias da Arquitetura e Urbanismo contemporâneos, novos processos de territorialização urbana, além de Projetos da Edificação. Atua, principalmente, nos seguintes temas: desconstrução, filosofia pós-estruturalista, condensadores urbanos, novos processos de territorialização.

Iñaki Bergera es arquitecto y doctor por la Universidad de Navarra. Becado por la Fundación “la Caixa”, cursó el Master in Design Studies en la Universidad de Harvard, donde obtuvo el premio extraordinario. Ha sido profesor en la Universidad de Navarra y en la Universidad Europea de Madrid, y actualmente es catedrático de Proyectos Arquitectónicos en la Universidad de Zaragoza. Su investigación se ha centrado especialmente en las relaciones entre fotografía, arquitectura y territorio. Ha dirigido el proyecto de investigación *Fotografía y arquitectura moderna en España, 1925–1965* (FAME), y ha desarrollado una amplia actividad como autor, editor y comisario de exposiciones en instituciones como el Museo ICO o las Arquerías de Nuevos Ministerios. Sus artículos han sido publicados en revistas como *The Journal of Architecture*, *Future Anterior*, *PPa*, *RA*, *ZARCH*, *VLC*, *EGA* o *VAD*, y sus libros han aparecido en editoriales como Turner, Abada, Arquia, La Fábrica y Ediciones Asimétricas.

Inês Amaral Canhão licenciou-se em Ciências da Comunicação, na vertente de Comunicação, Cultura e Artes, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da

Universidade NOVA de Lisboa, concluiu o Mestrado em História da Arte, especialização em Arte Contemporânea, na mesma instituição, obtendo a classificação final de 18 valores. A sua dissertação, intitulada *O corpo como território de sossego: Street art e o ser queer no espaço urbano contemporâneo*, analisa o cruzamento entre a *street art*, o artivismo *queer* e o espaço urbano, explorando corpo, identidade e dissidência estética a partir do mural *O corpo como território de sossego* (2023). O mural é da autoria de Bruna Borges, No Soy Tu Baby, Noah Zagalo e Time for the Oniric. A investigação realizada alinha-se com os seus interesses presentes e futuros, centrados nas práticas artísticas urbanas contemporâneas, nas identidades e corporalidades dissidentes e na *queerização* do espaço urbano contemporâneo e da História da Arte.

Ingrid de Souza Soares Mestre em Arquitetura no PROARQ - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da UFRJ (2025), orientada pela professora Dra. Andréa Queiroz da Silva Fonseca Rego. Bolsista Programa Mestrado nota 10 da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (2022), tendo intercâmbio acadêmico na Universidad Politécnica de Madrid no ano de 2019. Participou de duas pesquisas acadêmicas na Pós-Graduação da FAU-UFRJ. Sendo bolsista Jovem Cientista do Nosso Estado da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), também orientada pela professora Dra. Andréa Queiroz da Silva Fonseca Rego (PROARQ).

J

Javier Cuevas del Barrio es Profesor Titular en el Departamento de Historia del arte de la Universidad de Málaga (UMA) y miembro del Instituto Universitario de Investigación de Género e Igualdad (IGIUMA). Doctor en Historia del Arte con mención europea (2012), y Máster Universitario en Profesorado (2009-2010). Ha realizado estancias de investigación posdoctoral financiadas en centros de reconocido prestigio internacional como el EHESS de París (2022), invitado por la Dra. Tiziana Leucci; la Universidad de California, Berkeley (2019), donde fue invitado por la profesora Anneka Lenssen y participó en el Seminario *Global Surrealism*; y en el Warburg Institute de Londres (2017), donde desarrolló una investigación que se publicó en el artículo "Gradiva y la ninfa" (2018). Su trayectoria investigadora más reciente incluye la edición de tres libros colectivos: *Disoriented. Gender Territories in Contemporary Art*, junto con Maite Méndez y Concepción Cortés (Brepols, 2025); *Cruising Torremolinos. Cuerpos, territorio y memoria*, junto con Ángelo Néstore (Valencia, 2022); y *Yo somos otras. Prácticas de la subjetividad en la creación contemporánea*, junto con Carmen Cortés y Concepción Cortés (Universidad de Granada, 2022). La publicación de estos libros está vinculada a su participación como investigador en cuatro proyectos nacionales de investigación, habiendo sido el investigador principal del proyecto *Cruising Torremolinos. Memoria, imagen e identidades LGBT/queer desde los años sesenta a la actualidad*, durante el bienio 2019-2021. También ha comisariado exposiciones internacionales (*Como falar do trauma*, Galerias Municipais, Lisboa, 2025) y nacionales (*Este mar llamado mi espalda*, de la artista Carla Hayes en La Térmica (2025-26); *Pas Éternel,* de la artista Elo Vega en la Sala Rectorado de la UMA, 2025), entre otras. Es profesor en dos programas de doctorado de la UMA: Estudios Avanzados en Humanidades e Igualdad y Género. Además, es miembro de la Comisión Académica y de Calidad del segundo de ellos.

Javier Domingo Ballestin Arquitecto, Arquitecto Técnico y Máster Universitario en Profesorado. Profesor asociado e Investigador Predoctoral en la Universidad de Zaragoza y la Université de Pau et des Pays de l'Adour. Miembro del Grupo de Representación Arquitectónica del Patrimonio Histórico y Contemporáneo (GRAPHyC) y del Instituto de Investigación en Patrimonio y Humanidades (IPH) de la Universidad de Zaragoza. Trabaja en las líneas de investigación: contextos presentes, pasados o futuros del Patrimonio arquitectónico, virtualización y representación 3D, nuevos lenguajes de representación de la arquitectura y el patrimonio.

João Alves da Cunha é arquiteto pela FAUL (1997) e Mestre em Reabilitação da Arquitetura e Núcleos Urbanos pela mesma faculdade (2003). É Doutor em História da Arquitetura na FAUL (2014) com a tese *"MRAR - Movimento de Renovação da Arte Religiosa e os anos de ouro da Arquitectura Religiosa em Portugal no século XX",* sob a orientação dos arquitetos José Manuel Fernandes e Nuno Teotónio Pereira, trabalho distinguido pela FAUL com o Prémio Professor Manuel Tainha, correspondente à melhor tese de Doutoramento em Arquitetura nos anos 2013-2014. É conferencista e autor de diversos artigos na área da arquitetura religiosa. Tem organizado, desde 2010, encontros e exposições de arquitetura e de arquitetura religiosa. É membro da equipa de arquitetura do Secretariado Nacional da Pastoral da Cultura e investigador do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa.

João Branco Pedro é Investigador Principal e Diretor do Departamento de Edifícios do LNEC. Possui Licenciatura em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (1994), Doutoramento em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (2001) e realizou estágio de Pós-Doutoramento na TU Delft (2008). Ingressou no LNEC em 1994, onde tem participado em projetos de investigação científica e trabalhos de consultoria para entidades externas. Também participou em grupos de trabalho responsáveis pela elaboração de propostas de regulamentação técnica de construção. Divulgou os resultados da sua atividade em publicações, comunicações e ações de formação. Participa regulamentarmente em júris provas académicas, integra comissões científicas de encontros e revê manuscritos submetidos a revistas científicas na sua área de especialização. Foi Chefe do Núcleo de Estudos Urbanos e Territoriais do LNEC (2019-2025). O seu principal domínio de investigação é a habitação, em particular nas áreas da formulação da qualidade, dos métodos de avaliação da qualidade, da avaliação do estado da conservação, e da organização e aplicação da regulamentação técnica da construção. Lecionou em cursos de doutoramento da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (2005-2010) e da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (2018-2019). Desempenhou funções em Gabinetes de Secretários de Estado com a tutela da política de habitação e reabilitação (2016-2019).

João Novais Tavares é doutorando em Estudos do Património pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2024-) e bolseiro de investigação FCT com o projeto "Virtualização e mediação digital do património cultural: ações e intervenções no Mosteiro de Tibães (1834-2024)" (2024.01178.BDANA). É colaborador do CITCEM no grupo de investigação "Património Material e Imaterial". Mestre em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2023), tem desenvolvido investigação na área da história da arquitetura, da reabilitação do património e da gestão patrimonial, incluindo a administração pública do património cultural e o desenvolvimento das políticas do património em Portugal, tendo colaborado no projeto arquiv@ com a Direção

Regional de Cultura do Norte e o Património Cultural, I.P., entre 2023 e 2025, e integrado a comissão organizadora de eventos científicos, como o II Encontro Nacional de Estudantes de Património (2025) e as Oficinas de Investigação do CITCEM (2025/26), enquanto proponente da sessão "A transformação do património: reutilização, gestão e salvaguarda de edifícios históricos".

João Paulo Campos Peixoto Doutorando em dupla titulação pela Universidade de São Paulo (FAU-USP) e a École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS-Paris), com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Mestre (2022) em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo pela mesma instituição, com a dissertação "Arquitetura neocolonial: Debates historiográficos no Brasil (1970-2020)", com bolsa provida pela CAPES. Membro do laboratório Mondes Américains (CNRS/EHESS), vinculado ao Centre de Recherches sur le Brésil Colonial et Contemporain (CRBC). Arquiteto e Urbanista (2018) pela Faculdade de Arquitetura, Urbanismo e Design da Universidade Federal de Uberlândia (FAUeD, UFU).

José Geraldo Simões Junior arquiteto e urbanista formado pela FAU-USP (1983) com pós-doutorado pela Technische Universität Wien (Áustria - 2010). Desde o ano de 2000 é docente permanente do PPGAU- Mackenzie, com pesquisas na área de história urbana e patrimônio cultural. Atualmente é também professor-visitante da University of Hertfordshire, Inglaterra.

Juan Carlos Salas Ballestín Arquitecto por la Universidad Politécnica de Valencia (2009), profesor de Proyectos de Diseño de Producto en la Escuela Superior de Diseño de Aragón y previamente profesor de Composición Arquitectónica en la Escuela de Ingeniería y Arquitectura de la Universidad de Zaragoza. Investigador del grupo PUPC (Paisajes Urbanos y Proyecto Contemporáneo de la Universidad de Zaragoza), donde desarrolla una tesis doctoral sobre la arquitectura del Grupo Z7 y Grupo Z. Su investigación se centra en la aportación de estos colectivos a la renovación de la arquitectura en Zaragoza, analizando sus estrategias proyectuales y su influencia en la transformación de la ciudad entre las décadas de 1960 y 1980, siendo autor de diversas publicaciones científicas en revistas especializadas y participaciones en seminarios.
Compagina su actividad académica con el ejercicio profesional en el estudio Salas Arquitectura + Diseño, fundado en Zaragoza en 2013. Su obra ha sido reconocida con el Premio García Mercadal de Arquitectura en 2016 por el Tanatorio Municipal de El Burgo de Ebro (Zaragoza), seleccionada en los Premios Arquitectura del Consejo Superior de los Colegios de Arquitectos de España en 2025 por le edificio CEMUBE en El Burgo de Ebro (Zaragoza), finalista en la Gala Aragonesa de la Edificación en 2025 por los edificios CEMUBE y el Colegio de Educación Infantil de Cariñena (Zaragoza), finalista en los Premios 3 de abril en 2020 por el diseño interior del Brewpub La Malteadora en Zaragoza, y accésit en los Premios García Mercadal de Arquitectura en 2016 por el diseño de la lámpara colgante Silence, además de recibir una amplia difusión en publicaciones y plataformas especializadas de arquitectura nacionales e internacionales.

Juliano de Faria Rodrigues Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2016) - com graduação-sanduíche pela Auburn University School of Architecture and Planning (2013-2014). É Sócio Fundador do escritório de arquitetura BARRA Arquitetos (2017 - presente), atuando como líder de projetos arquitetônicos em diferentes escalas. Atualmente é mestrando na área de Teoria, História e Crítica de Arquitetura no Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade

Federal do Rio Grande do Sul (PROPAR-UFRGS), desenvolvendo pesquisas sobre as relações entre arquitetura moderna e morfologia urbana no pós-guerra.

K

Karen Saavedra Hernández es Arquitecta y Doctora en Urbanismo por la Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, miembro colaboradora en URBinLAB – Urbanism & Territorial Dynamics y del CIAUD, Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design. Su investigación se centra en el análisis de modelos transnacionales de políticas urbanas y habitacionales, así como en los procesos institucionales de mejoramiento hábitat residencial. Profesional especializada en la concepción, implementación y análisis crítico de políticas de regeneración urbana y mejora del entorno construido. Entre los años 2010 y 2023 se desempeñó como arquitecta y analista de políticas públicas urbanas y habitacionales en la División de Desarrollo Urbano del Ministerio de Vivienda y Urbanismo de Chile.

Karine da Silva Ferro é Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Presbiteriana Mackenzie (2007); Mestre (2018) e Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, onde desenvolve pesquisa sobre envelhecimento no lugar, habitat saudável e Atenção Primária à Saúde. É bolsista CAPES/PROEX, modalidade I, no doutorado. Atua como professora do curso de Tecnologia em Gestão Hospitalar do Centro Universitário FMABC, ministrando disciplinas relacionadas à Arquitetura Hospitalar, à relação entre sociologia e saúde coletiva e a aplicação dos conceitos de sustentabilidade na área da saúde. Possui experiência profissional em coordenação de projetos para o varejo, projetos educacionais e projetos hospitalares, articulando arquitetura, saúde e gestão. Seus interesses de pesquisa concentram-se nas relações entre arquitetura e urbanismo, saúde coletiva, envelhecimento e vulnerabilidade socioespacial. É autora de capítulos de livros e artigos que relacionam arquitetura e urbanismo com salubridade e sustentabilidade.

L

Laura Betina Attuati Possui graduação em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2023) e realiza mestrado acadêmico no Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura da mesma instituição. Sob a orientação da professora dra. Cláudia Costa Cabral, investiga, desde a graduação, a relação entre arquitetura e natureza, sobretudo nas obras de Lina Bo Bardi. Durante um período de mobilidade acadêmica na Universidad Nacional del Litoral, em Santa Fé, Argentina, com orientação da professora Anabella Cislaghi, estudou comparativamente a obra de Lina e Amancio Williams. Tem interesse no campo convergente entre arquitetura e paisagem. Atuando profissionalmente nessa área, obteve a terceira colocação no concurso internacional de jovens arquitetos Blind Walls, organizado pela prefeitura municipal de Barcelona, UNESCO-UIA e Fundació Mies van der Rohe.

Laura Ruiz-Morote Tramblin es investigadora predoctoral en el grupo Built4Life Lab de la Universidad de Zaragoza (España) y está realizando su tesis doctoral “Mujeres y Arquitectura en el Cine. Representación, Género(s) y Microhistorias en Ibero[América]” en régimen de cotutela con la Universidade Beira Interior (Portugal).
Es Arquitecta (Máster en Arquitectura, 2021) y graduada en Fundamentos de la Arquitectura por la Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Madrid (UPM, 2018). Su trabajo de fin de grado fue calificado con la calificación de «Summa Cum Laude».

Entre 2019 y 2022, colaboró con varios estudios de arquitectura, participando en procesos de diseño desde el análisis preliminar y el desarrollo conceptual hasta la ejecución de los proyectos. En 2023, inició su carrera investigadora en la Universidad de Zaragoza dentro del proyecto de investigación "MuWo. Mujeres en la Cultura Arquitectónica (Pos)Moderna Española. 1965-2000" y actualmente continúa trabajando en el proyecto "Women Architects in Film, 1945-2000". Su investigación se centra en el análisis de la representación de las mujeres arquitectas en el cine de ficción, explorando las intersecciones entre arquitectura, género y la cultura visual. Su trabajo busca contribuir a una revisión crítica de los relatos historiográficos tradicionales, incorporando nuevas perspectivas sobre la práctica arquitectónica y sus representaciones.

Lorena Maia Resende Doutora em Arquitetura pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PROARQ/UFRJ, 2025), na linha de pesquisa Cultura, Paisagem e Ambiente Construído, com bolsa FAPERJ (Doutorado Nota 10). Mestra em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PROGRAU/UFPel, 2019), na linha de Urbanismo Contemporâneo. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel, 2016). Atua nas áreas de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em cidades de fronteira, planejamento urbano e projeto urbano. Atualmente é professora dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Design de Interiores na modalidade AO VIVO na YDUQS - marcas Estácio, Newton Paiva e Wyden. Pesquisadora do grupo CNPq "Arquitetura, Derrida e Aproximações". Colabora atualmente com projetos de pesquisa, ensino e extensão junto aos grupos de pesquisa Cidade+Contemporaneidade (Laburb/UFPel) e Sistema de Espaços Livres (SEL-RJ/UFRJ).

Lucas Nadalini Romero Arquiteto e Urbanista com graduação pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie (2017), Pós-Graduação Lato Sensu em "Arquitetura, Educação e Sociedade" pela Escola da Cidade (2022) e Pós-Graduação Stricto Sensu em nível de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo em andamento pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie (2025-2027). Pesquisador no grupo de pesquisa "Teoria-Projeto: Cultura-Sociedade" na Universidade Presbiteriana Mackenzie, atualmente pesquisando "Arquitetura nas concessões aeroportuárias brasileiras (2011-2025)" com bolsa CAPES/PROEX.

Lucía C. Pérez-Moreno es profesora titular de Historia de la Arquitectura en la Universidad de Zaragoza (España), donde trabaja desde 2008. Es coinvestigadora principal del Built4Life Lab y coordina la línea de investigación Socio_inHabitāre.
Se licenció en Arquitectura y Urbanismo por la Universidad de Navarra en 2003. Realizó estudios de posgrado en la Universidad de Aalto en 2004 (Finlandia) y completó un Máster en Ciencias en Diseño Arquitectónico Avanzado (MSAAD) en la Universidad de Columbia, en Nueva York, en 2008 (EE. UU.). Se doctoró en Arquitectura por la Universidad Politécnica de Madrid en 2013 (España) y, más recientemente, en 2024, obtuvo una licenciatura en Filosofía por la KU Leuven (Bélgica). Ha ocupado puestos como profesora visitante en la KU Leuven (Bélgica, 2022-2024) y en la Universidad de Colorado en Denver (EE. UU., 2016), ampliando así sus colaboraciones académicas internacionales. Su investigación explora la intersección entre la arquitectura y la teoría feminista, con un interés particular en cómo las perspectivas críticas sobre el género pueden influir tanto en la historia de la arquitectura como en la práctica contemporánea. Ha sido investigadora principal del proyecto "MuWo: Mujeres en la Cultura

Arquitectónica (Pos)Moderna Española: 1965-2000" (2019-2022) y coordinadora de la plataforma #ArquitectasenelMapa, un mapa digital, abierto e interactivo que recopila edificios diseñados por arquitectas. Actualmente es investigadora principal del proyecto "Women Architects in Film, 1945–2000". Su labor investigadora ha sido reconocida con el premio "Celia Amorós" en 2021 (programa Aragón Investiga), la nominación a los *International Architecture Critics Awards* en 2017 por el CICA (Comité Internacional de Críticos de Arquitectura) y diversos reconocimientos en las Bienales Españolas de Arquitectura y Urbanismo (2016, 2018, 2021, 2025). En 2022, el Gobierno de España la incluyó en la Unidad de Mujeres y Ciencia como una de las investigadoras más innovadoras del país.

Luciana Saboia Fonseca Cruz Arquiteta e Urbanista (UnB, 1997; UFRGS, 1990-1995), com mestrado em arquitetura (Diplome de Études Appronfondies - DEA) e doutorado em Art de Bâtir et Architecture (Université Catholique de Louvain - UCLouvain, Bélgica, 2009) e docente no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - PPGFAU (2011), do qual foi coordenadora (2019-2021). Realizou pós-doutorado no Landscape Architecture Department (Harvard Graduate School of Design, GSD, EUA, 2017) e no Programa de Urbanismo (PROURB, UFRJ, 2022). É coautora do livro 'Cidade pós-compacta: estratégias de projeto a partir de Brasília/Post-compact city: design strategies from Brasilia'(2021) e da obra da Paróquia Sagrada Família (+ ARQBR) em Brasília premiada internacionalmente. Como integrante do grupo PLANO COLETIVO, foi curadora do pavilhão brasileiro na 19a. Bienal de Arquitetura em Veneza em 2025.

Luis Agustín Hernández Doctor Arquitecto. Profesor titular en el área de Expresión Gráfica Arquitectónica, en la Escuela de Ingeniería y Arquitectura, director del área de Expresión Gráfica Arquitectónica, investigador principal del Grupo de Representación Arquitectónica del Patrimonio Histórico y Contemporáneo (GRAPHyC) y miembro del Instituto de Investigación en Patrimonio y Humanidades de la Universidad de Zaragoza (IPH). Trabaja en las líneas de investigación: patrimonio arquitectónico, HBIM, representación arquitectónica avanzada, fotogrametría, BIM y arquitectura 3D entre otras.

Luis Miguel Lus-Arana es profesor titular de Diseño y Teoría de la Arquitectura, con especialización en estudios de medios audiovisuales, en la Universidad de Zaragoza (España). Se licenció en Arquitectura, Urbanismo y Diseño por la Escuela Técnica Superior de Arquitectura de la Universidad de Navarra (ETSAUN, 2001), tras completar estudios complementarios en el *Istituto Universitario di Architettura di Venezia* (Italia). En 2008, obtuvo un máster en Estudios de Diseño (Historia y Teoría de la Arquitectura) por la Escuela de Posgrado de Diseño de la Universidad de Harvard (EE. UU.), y en 2013 se doctoró en Arquitectura por la Universidad de Navarra, tesis desarrollada en parte durante una beca de investigación como profesor visitante en la Harvard GSD (2008-2009). Ha sido Visiting Fellow en la Graduate School of Arts and Sciences de Harvard (GSAS), Visiting Scholar en la University of Colorado Denver (Estados Unidos, 2016) y en la Newcastle University (Reino Unido, 2019), y ha sido beneficiario de becas de investigación del Ministerio de Educación de España (1999, 2019), de la Obra Social La Caixa (2006-2008) y de la Fundación Caja Madrid (2008-2009). Su investigación se centra en las interacciones entre los medios de comunicación de masas y la arquitectura, la historia de la arquitectura y el urbanismo utópicos y visionarios, así como en la evolución del brutalismo. Actualmente es investigador principal en el proyecto "Women Architects in Film, 1945–2000". Su trabajo ha sido publicado en Architectural Design,

Architectural Review, Arq y Harvard Design Magazine, así como en revistas académicas y libros.

Luís Peralta é doutorando em Artes e Técnicas da Paisagem pela Universidade de Évora. É licenciado e mestre em Arquitetura Paisagista pela Universidade do Algarve, tendo concluído em 2015. Em simultâneo com a investigação, desenvolve o seu trabalho na administração pública na área da salvaguarda do património cultural. Está atualmente integrado no Centro de História da Arte e Investigação Artística (CHAIA) da UÉ.

Luís Sebastian é Diretor do Departamento de Transição Digital do Património Cultural, I.P. e coordenador do projeto de digitalização Património Cultural 360®. É investigador integrado do CITCEM no grupo de investigação "Património Material e Imaterial". Doutorado em História e Arqueologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2011), tem desenvolvido investigação nas áreas de história, arqueologia, reabilitação patrimonial, gestão cultural, museologia e arquivos digitais, arquivos administrativos e multimédia na área do património cultural, tendo sido responsável pelo projeto de Modernização Administrativa da DRCN, incluindo os portais arquiv@® - arquivo online (https://arquiva.patrimoniocultural.gov.pt) e bibliotec@® - bibliotecas online (https://biblioteca.patrimoniocultural.gov.pt), entre 2019 e 2023, e coordenado o Investimento "RE-C04-i01 - Redes Culturais e Transição Digital" da "Componente 4 Cultura" do Plano De Recuperação E Resiliência (PRR), entre 2024 e 2025. Foi distinguido com vários prémios nacionais na área da museologia, museografia, comunicação, informação turística, conservação e restauro, edição, "fundraising" e investigação.

Luiz Rocha Atualmente, é doutorando em Arquitetura pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro, PROARQ-UFRJ, desde 2024. Graduou-se em Direito, em 2010, e em Arquitetura e Urbanismo, em 2017, ambos pela Universidade Estácio de Sá. Em 2022, obteve o título de mestre em Arquitetura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio. Possui ainda especializações em Docência e Gestão do Ensino Superior, pela Universidade Única; Política e Planejamento Urbano e Regional, pelo IPPUR-UFRJ; Projeto de Arquitetura e Urbanismo, pela FAMEESP; e Design de Interiores, pelo Senac Rio. Em sua trajetória profissional, atuou como arquiteto de interiores, com ênfase em consultorias remotas de projeto arquitetônico, atendendo clientes de diferentes regiões do Brasil e do exterior.

Luiza Helena Ferraro Arquiteta e Urbanista, mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal de Santa Catarina (POSARQ/UFSC) e Doutora em Arquitetura pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PROARQ/FAU/UFRJ). Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Integrante do grupo de pesquisa Ambiente e Educação (GAE). Pesquisadora nas relações entre educação e arquitetura, cidades educadoras, territórios educativos, infâncias na cidade, políticas públicas, processos participativos, avaliação pós-ocupação, qualidade do lugar e percepção ambiental. https://orcid.org/0000-0002-5263-9725

M

Madalena Ribeiro Bailey é Arquiteta, doutoranda em Arquitetura, na especialidade de Teoria e Prática do Projeto, na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, onde é Professora Convidada e leciona atualmente o 2.º ano de Projeto do Mestrado Integrado

em Arquitetura. Desenvolve atividade profissional nas áreas da arquitetura e do design. Os seus interesses de investigação centram-se na habitação e na prática do projeto.

Mafalda Sampayo é arquiteta pela FAUL (1997) e mestre em Desenho Urbano pelo ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (2002), com bolsa da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), e, em 2012, obteve o grau de Doutora em Arquitetura e Urbanismo na mesma instituição. Leciona no ISCTE desde 2001, onde desenvolve atividade docente e científica nas áreas da Arquitetura, Urbanismo e Desenho Urbano. Entre 2016 e 2019 exerceu funções como Vice-Diretora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Paralelamente, leciona desde 2016 a unidade curricular de Teorias da Cidade e do Território no Mestrado em Estudos Urbanos, uma parceria entre o ISCTE-IUL e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. A sua investigação centra-se nas áreas do Desenho Urbano, História Urbana, Espaço Público e Modelos Matemáticos de Simulação da Forma Urbana, dedicando-se atualmente ao desenvolvimento de metodologias de análise do espaço público. Foi investigadora do CEUA e do CIES, integrando atualmente o ISTAR.

Magdiel Silva é doutorando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e mestre em Arquitetura e Urbanismo pela FAU-USP. Com trajetória interdisciplinar, é bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Anhembi Morumbi, tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pela Universidade Cidade de São Paulo e especialista em Educação e Tecnologias pela Universidade Federal de São Carlos.

Marcelo H. Morettin Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1991); Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (2020). Doutorado em andamento (início em 2023) em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, com previsão de término em dezembro 2026. Professor das disciplinas de Projeto e de História e Teoria pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Autor do livro (com Vinicius Andrade): “Andrade Morettin: Cadernos de Arquitetura”. Ministrou palestras e aulas na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo; Universidade Presbiteriana Mackenzie - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; Unicamp - Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo; Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo UDELAR de Montevidéu; Illinois Institute of Technology, em Chicago, Estados Unidos; Georgia Tech School of Architecture, em Atlanta; Casa da Arquitectura, em Matosinhos, Portugal. É sócio-fundador do escritório Andrade Morettin Arquitetos Associados (início em 1998). Dentre os prêmios recebidos pelo escritório, destacam-se: 1º Prêmio - Prêmio de Arquitetura Instituto Tomie Ohtake AkzoNobel - BeaconSchool; 3º Prêmio - Prêmio “Obra do Ano” pelo ArchDaily Brasil - Beacon School, ArchDailyBrasil; 1º Prêmio - Prêmio IAB-SP “Edificação Institucional” - IMPA – Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada, IAB-SP; Finalista - Prêmio Mies Crown Hall Americas - IMS São Paulo, Mies Crown Hall Americas Prize / IIT College of Architecture – Chicago; 1º Prêmio APCA - Prêmio “Obra de Arquitetura em São Paulo 2017” - IMS São Paulo.

Maria Antónia Vieira é arquiteta portuguesa, vive e trabalha em São Miguel, Açores. Em 2014 entrou na Universidade dos Açores, e em 2019 concluiu o Mestrado Integrado em Arquitectura, no ISCTE – IUL com a tese *“Uma tipologia de fachada na igreja micaelense (1728 -1882)”* e *“As novas Portas de Lisboa 2030: Camarate*

(Requalificação urbana em torno de novas centralidades)", sob a orientação da Profª. Doutora Mafalda Sampayo, do Prof. Paulo Miranda e da Profª. Doutora Mónica Navarro. Foi presenteada com o Reconhecimento de Mérito Académico pelo ISTA com o ISTA TOP TALENT 2018-2019, e ainda com o Diploma de Mérito Académico e o Prémio de Excelência Académica de Finalista de Mestrado do ISCTE por ter concluído com distinção o Mestrado Integrado em Arquitectura no ano letivo 2018/2019. Iniciou o Doutoramento em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos no ISCTE – IUL, no âmbito da uma bolsa de doutoramento da FCT Fundação para a Ciência e Tecnologia, em 2021 sobre a temática da Arquitetura Religiosa dos Açores sobre a orientação da Profª. Doutora Mafalda Sampayo, e do Profª. Doutor João Alves da Cunha.

Maria Cristina Cabral Professora do Departamento de História e Teoria e Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Urbanismo (PROURB) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisadora do LAURD e coordenadora do grupo de pesquisa Arquitetura, Cidade e Cultura. Arquiteta e urbanista pela FAU UFRJ. Doutora e Mestra em História, e Especialista em História da Arte e da Arquitetura pela PUC-Rio; pós-doutorado na École d'Architecture de Paris-Belleville. Suas investigações concentram-se em 3 linhas de pesquisa: *Arquitetura e Urbanismo modernos*, que estuda os processos de transformação ocorridos nas grandes cidades no século XX; *Exposições, Arquitetura e Arte*, que estuda o papel e a história das exposições na formação do campo teórico da arquitetura e da arte; e *Rio de Janeiro, arquitetura e modernidade*, que pesquisa o processo de urbanização e modernização da cidade. Entre suas principais produções, é coautora do artigo: Concreto armado, prelúdio da modernidade - O papel do Grande Hotel na verticalização do Rio de Janeiro. (Registros v.19, 2023) premiado pela ANPARQ; e autora de La Maison Moderne des Muses (Cahiers Philosophiques v.124, 2011). Coautora do livro: Presença estrangeira: Arquitetura no Rio de Janeiro (1905-1942) (Riobooks/FAPERJ, 2018), premiado pelo IAB RJ; e organizadora de Irmãos Roberto Arquitetos (Riobooks/FAPERJ, 2014).Bolsista de produtividade do CNPq e Cientista do Nosso Estado da FAPERJ. Curadora de exposições, dedica-se à preservação e divulgação de acervos de arquitetura e urbanismo. Coordenadora do Docomomo-RJ. Foi Secretária Executiva e Membro da diretoria da ANPARQ, e Presidente do Prêmio ANPARQ 2018. Exerce cargos de gestão na graduação e na pós-graduação, e recebeu mais de 30 premiações e homenagens. https://orcid.org/0000-0002-6997-2284
https://scholar.google.com/citations?user=pngPzd4AAAAJ&hl=pt-BR

Maria Fernanda Derntl Professora e pesquisadora na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, líder do grupo de pesquisa interdisciplinar Capital e Periferia (capitaleperiferia.unb.br). É pesquisadora com apoio do CNPq. Em 2021, recebeu o X Prêmio Milton Santos de artigo (ANPUR). Foi pesquisadora destaque pela FAP-DF (2023) e recebeu a bolsa All Disciplines Scholar Award da Fulbright (2024), desenvolvida no Center for Latin American Studies da Universidade de Georgetown, Washington D.C. Sua pesquisa atual aborda a história, a formação territorial, o planejamento urbano-regional e as representações sociais de Brasília, com ênfase nos espaços situados além do Plano Piloto.

Maria Isabel Villac Graduação em Arquitetura e Urbanismo (1977) e especialização em Didática do Ensino Superior (1991) pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professora concursada no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Londrina de 1986 a 2002. Doutorado em Teoria e História da Arquitetura pela

Universitat Politecnica de Catalunya (2002), Bolsa CAPES, com a tese "La Construcción de La Mirada. Naturaleza, Ciudad y Discurso en la Arquitectura de Paulo Archias Mendes da Rocha". Pós-Doutorado na Università IUAV di Venezia (2014), com auxílio FAPESP. Professora visitante na ENSAPVS, Paris, de setembro a novembro de 2021,com Bolsa CAPES-PRINT, para desenvolver o projeto de pesquisa Perspectives focused on territories, territorialities, and social inequalities. Desde 2002 é Professora do curso de graduação da Faculdade de Arquitetura e, a partir de 2006, é Pesquisadora e Professora do curso de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Organizadora dos livros: "Mendes da Rocha", Catálogos de Arquitectura Contemporánea, versão espanhol/inglês pela Editora Gustavo Gili Barcelona; versão portuguesa pela Editora Blau - Lisboa, São Paulo, 1996; "Paulo Mendes da Rocha. América, Cidade e Natureza". Editora Estação Liberdade - São Paulo, 2012. Editora da revista do PPGAU Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, a partir de 2016, classificada como Qualis A2 no quadriênio 2021-2024. Co-diretora da Coleção Arquitetos da Editora Estação Liberdade. É membro da APCA - Associação Paulista de Críticos de Arte -, grupo de Arquitetura, desde 2010. Tem experiência profissional na área de Arquitetura e Desenho Urbano. Líder do Grupo de Pesquisa "Teoria-Projeto:Cultura-Sociedade", que atua desde 2011. (dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7884404833880601). Como pesquisadora investiga principalmente os seguintes temas: arquitetura e cidade, arquitetura, cidade e cultura, arquitetura e cidadania, arte e arquitetura, ensino de arquitetura e cidade, relação teoria e projeto, espaço público e o uso público do espaço.

Maria Leonor Botelho é Professora Associada com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Departamento de Ciências e Técnicas do Património), onde é Diretora de Curso da Licenciatura em História da Arte e Membro do Comissão Científica do Doutoramento em Estudos de Património da mesma faculdade. É investigadora integrada do CITCEM, onde coordena o grupo de investigação “Património Material e Imaterial”. Doutorada em História da Arte Portuguesa pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2011) e Mestre em Arte, Património e Restauro pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2004), tem desenvolvido investigação na área da arquitetura e da historiografia do românico, bem como da gestão patrimonial, património digital e património mundial, tendo sido corresponsável pela coordenação da Enciclopédia do Românico em Portugal (2023), pela curadoria e produção de exposições virtuais na plataforma “Google Arts and Culture”, desde 2015. Integra a Cátedra UNESCO “Património, Cidades e Paisagens. Gestão Sustentável, Conservação, Planeamento e Projeto”.

Maria Lucia Bressan Pinheiro Professora doutora associada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Graduou-se em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1980), instituição onde obteve o título de mestrado (1989) e doutorado (1997) em história da arquitetura brasileira. Foi diretora do Centro de Preservação Cultural-CPC da USP de junho/2006 a abril/2010. Foi arquiteta do CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (1982-1993); realizou estágio técnico na New York City Landmarks Preservation Commission, em Nova Iorque, EUA, em 1986, com bolsa do Programa de Preservação e Disseminação de Culturas CAPES/FULBRIGHT/LASPAU.

Mariana Coviello Rei Rebelo Pereira Doutoranda em Arquitetura no Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROARQ/FAU/UFRJ), com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES 2025-2029). Mestre em Ciências da Arquitetura pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROARQ/FAU/UFRJ), com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES 2021-2022). Especialista em Projeto de Edificações e Cidades Sustentáveis (UNESA) e Planejamento Urbano e Gestão Ambiental de Cidades (UCAM). Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo, formada pela Universidade Estácio de Sá (2017). Bolsista de Treinamento e Capacitação Técnica - TCT - FAPERJ no projeto Mapeamento Afetivo dos Territórios Educativos do Rio de Janeiro: Interlocuções e redes alinhadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável (2023-2024). Colabora com o Grupo de Pesquisa Ambiente-Educação (GAE), vinculado ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura (PROARQ/FAU/UFRJ). Tem interesse nos seguintes temas: Territórios Educativos, Cidade e Infâncias, Arquitetura da paisagem, Mapeamentos afetivos, políticas públicas e processos participativos.

Marta García de Casasola Gómez Profesora Titular de Universidad. Departamento de Historia, Teoría y Composición Arquitectónicas, Instituto Universitario de Arquitectura y Ciencias de la Construcción, Universidad de Sevilla.
Doctora Arquitecta, Máster en Arquitectura y Patrimonio Histórico. Su investigación gira en torno a la definición y actualización de las Metodologías para la Conservación del Patrimonio. Ha trabajado interdisciplinarmente, en colaboración con el Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, desarrollando diagnósticos, informes de valores y proyectos de intervención en bienes inmuebles. Entre otros proyectos, participó como redactora en la intervención paisajística en la Ensenada de Bolonia (Cádiz), actuación que obtuvo el premio Hispania Nostra 2013. https://orcid.org/0000-0002-5308-5322

Marta Vicente é arquiteta com atividade em projetos de investigação e estudos nos domínios da arquitetura, engenharia e ciências sociais. Possui licenciatura em Estudos Arquitetónicos (2013) e Mestrado em Arquitetura (2016) ambos pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. Em 2016, iniciou a sua atividade profissional como estagiária no Laboratório Nacional de Engenharia Civil e desde então tem vindo a colaborar nas atividades do Núcleo de Estudos Urbanos e Territoriais, Departamento de Edifícios. Tem vindo a participar em projetos de investigação nacionais e internacionais e tem apoiado a realização de diversos estudos. A sua atividade foca-se nos domínios (i) organização e funcionamento do ambiente construído, (ii) regeneração das cidades, reabilitação urbana e reabilitação de edifícios, (iii) segurança no ambiente construído, (iv) produção e gestão do ambiente construído e (v) perceção social, atitudes e comportamentos face ao risco. Atualmente, encontra-se inscrita no programa doutoral "Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos" do ISCTE-IUL, onde desenvolve a sua investigação de doutoramento no domínio da reabilitação de edifícios antigos, intitulada "Culturas de Reabilitação de Edifícios Antigos (1975-2025): O caso do eixo Cais do Sodré – Rato" e orientada pela Prof.ª Paula André (ISCTE-IUL) e pelo Arq.º João Branco Pedro (LNEC). A investigação conta com o financiamento da FCT e do LNEC.

Miguel Reimão Costa é professor na Universidade do Algarve, ensinando nos cursos de 'Arquitetura Paisagista' (licenciatura e mestrado), 'Património Cultural e Arqueologia' (licenciatura), 'História e Patrimónios' (mestrado) e 'Estudos do Património'

(doutoramento). É Arquiteto e doutorado em Arquitetura pela Universidade do Porto. A sua experiência profissional inclui prática de arquitetura no Porto, Macau, Nova Iorque e Faro. Entre 2001 e 2004, coordenou o Gabinete para as Aldeias do Algarve (GTAA – Sotavento). É investigador do Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património e membro da Direção do Campo Arqueológico de Mértola. É representante do Icomos no Conselho Regional da CCDR Algarve. Autor ou coautor entre outras das publicações "Cidade Participada: Arquitectura e Democracia. Operações SAAL – Algarve" (Tinta da China, 2023), "Platibandas do Algarve" (Argumentum, 2020), "Mértola. Arquitetura tradicional da vila e do termo" (CAM, 2015), "Casas e montes da Serra entre as estremas do Alentejo e do Algarve" (Afrontamento, 2014), "O Algarve visto do céu" (Argumentum, 2005), "Património rural construído do Baixo Guadiana" (Odiana, 2004). Coordena a organização do congresso internacional "Arquitetura tradicional no Mediterrâneo Ocidental" com ediçao das Atas respetivas sobre a arquitetura vernacular (CAM/Argumentum, 2015), "Povoações alcandoradas. Arquitetura e paisagem" (Ceaacp/CAM/Argumentum, 2020), e "Património da água no Mediterrâneo Ocidental" (Ceaacp/CAM/Argumentum, 2024), publicando frequentemente sobre a arquitetura e a paisagem em Portugal e no Mediterrâneo

Miguel Sancho Mir Dr. Arquitecto, profesor contratado doctor en Expresión Gráfica Arquitectónica en la Escuela de Ingeniería y Arquitectura de la Universidad de Zaragoza, y acreditado por la ANECA como profesor titular. Miembro de ICOMOS, del grupo investigación de referencia financiado por el Gobierno de Aragón: Grupo de Representación Arquitectónica del Patrimonio Histórico y Contemporáneo. GRAPHyC. H32_23R, y del Instituto Universitario de Investigación en Patrimonio y Humanidades de la Universidad de Zaragoza. Arquitecto por la Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Valencia desde septiembre de 2007. Realiza estudios de postgrado entre los años 2008 y 2009, obteniendo Diploma de Estudios Avanzados (DEA) en el programa "Proyectar desde el territorio, una mirada moderna" del Departamento de Proyectos Arquitectónicos de la Universidad Politécnica de Valencia, en enero de 2011. Realiza la tesis doctoral, titulada "Transformaciones urbanas en la ciudad de Teruel: reconstrucción y análisis gráfico", dirigida por el Dr. Arq. Jorge Llopis Verdú de la Universidad de Politécnica de Valencia y el Dr. Arq. Luis Agustín Hernández de la Universidad de Zaragoza, dentro del programa de doctorado "Patrimonio arquitectónico, composición y estudios gráficos" de los Departamentos de Expresión Gráfica Arquitectónica y Composición Arquitectónica de la Universidad Politécnica de Valencia, defendida el 28 de enero de 2016, obteniendo la calificación de Sobresaliente y la mención Cum Laude. La labor investigadora se ha centrado fundamentalmente en el estudio, representación y revalorización del patrimonio arquitectónico y urbano, incidiendo de especial manera en la importancia de un correcto análisis gráfico del mismo como parte indispensable para su profundo conocimiento. Perfil (CV) del personal docente investigador: https://janovas.unizar.es/sideral/CV/miguel-sancho-mir

Milagros Britany Apaza Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Uberlândia (2019). Mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Uberlândia (2025), na área de concentração Projeto, Espaço e Cultura, vinculada à linha de pesquisa Cidade e Patrimônio: perspectivas e prospectivas.

Milena Rubin Magoga Arquiteta e Urbanista (UFN – 2020). Mestra em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo da Universidade Federal de Santa Maria (PPGAUP/UFSM – 2023), sob

orientação da Profa. Dra. Josicler Orbem Alberton. Atualmente é doutoranda em Planejamento Urbano e Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR/UFRGS), na linha de pesquisa Cidade, Cultura e Política, sob orientação da Profa. Dra. Daniela Marzola Fialho. Foi bolsista da CAPES entre 2021 e 2023 e, desde 2024, desenvolve pesquisa com bolsa da CAPES. Atua na área de História do Urbanismo, com ênfase nos seguintes temas: história urbana, história das cidades, imaginário urbano e planejamento urbano.

Moisés Julierme Stival Soares é arquiteto e urbanista formado pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) e, atualmente, doutorando na mesma instituição, na área de História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo. Sua pesquisa de doutorado examina a paisagem como elemento central para a gestão integrada do patrimônio cultural, por meio da articulação entre comunidades, referências culturais e planejamento territorial. Durante o estágio de doutorado na Sapienza Università di Roma, desenvolveu estudos sobre a tutela da paisagem na Itália. Desde 2010, atua como servidor público federal no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e, atualmente, ocupa o cargo de Coordenador Técnico da Superintendência do Iphan no estado do Paraná. Participa de processos de preservação, licenciamento e articulação institucional relacionados ao patrimônio cultural acautelado no âmbito federal. Também foi professor convidado na pós-graduação em Restauro Arquitetônico da PUCPR. Seus interesses de pesquisa abrangem políticas de preservação no Brasil e na Itália, patrimônio urbano, paisagem e participação social.

N

Nidal Abdenaceur Labdaoui es arquitecto y doctor en Patrimonio Arquitectónico por la Universidad Politécnica de Madrid, Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Madrid. Su investigación se centra en la lectura patrimonial, morfológica y espacial de la ciudad histórica, con especial atención a los procesos de estratificación urbana, memoria territorial y permanencias espaciales en contextos mediterráneos y norteafricanos. Su tesis doctoral, titulada *Orán: ciudad palimpsesto. Lectura patrimonial y morfológica de la herencia urbana española (1509-1792)*, analiza la evolución histórica del tejido urbano de Orán a partir de una aproximación interdisciplinar que combina historia urbana, cartografía histórica, análisis morfológico y lectura espacial. Ha participado en congresos, seminarios y actividades académicas vinculadas al patrimonio arquitectónico, la morfología urbana y la interpretación de la ciudad histórica. Además de su actividad investigadora, cuenta con experiencia profesional en arquitectura, representación gráfica, modelado urbano y herramientas digitales aplicadas al análisis territorial y patrimonial.

P

Patrícia Amorim é investigadora interdisciplinar nas áreas dos estudos urbanos, espaço público e dinâmicas socioespaciais e Investigadora Associada do DINÂMIA'CET-Iscte. O seu trabalho centra-se na produção, apropriação e representação do espaço urbano, com particular atenção às práticas coletivas, territorialidades políticas, memória urbana e construção simbólica dos espaços públicos. É doutorada em Arquitetura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos – Cidades e Territórios pelo ISCTE-IUL, onde desenvolveu uma tese sobre os espaços públicos e as manifestações de protesto ao longo do eixo Marquês de Pombal–Avenida da Liberdade–Rossio, em Lisboa, entre 1974 e

2014. É graduada em Arquitetura e Urbanismo no Brasil e mestre em Gestão e Estudos da Cultura em Portugal. A sua formação académica articula, assim, arquitetura e urbanismo, estudos da cultura, sociologia urbana e investigação territorial. Os seus interesses de investigação incluem espaço público, política urbana, memória coletiva, cartografia crítica, representação espacial, cultura urbana e dinâmicas socioespaciais. Atualmente, o seu trabalho explora também o desenvolvimento de infraestruturas experimentais de investigação urbana capazes de integrar mapas, dados espaciais, arquivos, narrativas e camadas interpretativas para a análise das cidades contemporâneas.

Paula André é doutorada em Arquitectura pelo Iscte-Instituto Universitário de Lisboa e mestre em História da Arte pela FCSH-UNL. Professora do Departamento de Arquitectura e Urbanismo do Iscte -Instituto Universitário de Lisboa; directora do Doutoramento em Arquitectura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos; coordenadora do Núcleo de Investigação Arquitectura e Cultura Visual no Doutoramento em Arquitectura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos; directora do Mestrado em Arquitectura e Cultura Visual em Lisboa; docente do Mestrado Integrado em Arquitectura e do Mestrado em Estudos e Gestão da Cultura; sub directora do Departamento de Arquitectura e Urbanismo; presidente da Comissão Cientifica do Doutoramento em Arquitectura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos; membro da Comissão Científica do Departamento de Arquitectura e Urbanismo; membro da Comissão Científica e investigadora integrada do Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território – Dinâmia'cet-iscte; membro do Conselho de Supervisão da Ordem dos Arquitectos; coordenadora da Linha Temática "Imagens das Realizações Materiais" do Projecto FCT "Fotografia Impressa. Imagem e Propaganda em Portugal (1934-1974)". Membro da equipa do Projecto FCT "Exportar Portugal. A diplomacia cultural e as estratégias de rebranding do Estado Novo nos Estados Unidos (1933-1974)". Coordenadora do "Laboratório Colaborativo Dinâmicas Urbanas, Património, Artes. Seminário de Investigação, Ensino e Difusão" em parceria com 18 universidades e centros de investigação de Portugal, Espanha e Brasil. Membro do Comité Editorial da Revista "ARA", editada pelo Grupo Museu/Patrimônio da Faculdade de Arquitectura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e da Revista "Cidades, Comunidades e Territórios" editada pelo Dinâmia'cet-iscte. Membro da Asociación de Historiadores de la Arquitectura y el Urbanismo (AhAU). Investigadora colaboradora do Centro de História da Arte e Investigação Artística da Universidade de Évora - CHAIA-UE.

Paulo Afonso Rheingantz Arquiteto, Doutor em Engenharia de Produção (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Pós-doutorado no City and Regional Planning Department, California Polytechnic State University, San Luis Obispo; Pesquisador do Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro [out 2022 - atual]; Professor Colaborador Voluntário do Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro [nov 2012-out 2022]; Professor Visitante do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas [out/2014-jul2019]. Co-autor dos livros Projeto do Lugar (2002) O Lugar do Projeto (2007), Observando a Qualidade do Lugar (2009), O Lugar do Pátio Escolar no Sistema de Espaços Livres (2011), Qualidade do Lugar e Cultura Contemporânea: controvérsias e ressonâncias em coletivo urbanos (2012), Projetos Complexos e Seus Impactos na Cidade e na Paisagem (2012), Qualidade do Lugar e Cultura Contemporânea: modos de ser e viver as cidades (2016), Do Espaço Escolar ao Território Educativo: O Lugar da Arquitetura na conversa da Escola de Educação Integral com a cidade (2016). Temas de interesse: Ensino de Projeto de Arquitetura, Abordagens performativas dos

Lugares Urbanos e do Ambiente Construído; efeitos dos estudos Ciência-Tecnologia-Sociedade (CTS) e da Teoria Ator-Rede (ANT) na pesquisa e na prática da arquitetura-urbanismo. Bolsista produtividade 1D CNPq. Lidera o Grupo de Pesquisa Lugares e Paisagens - ProLUGAR (www.fau.ufrj.br/prolugar).

Paulo Simões Rodrigues é Professor Associado do Departamento de História da Universidade da Universidade de Évora e Investigador Integrado do CHAIA – Centro de História da Arte e Investigação Artística da mesma universidade e do Laboratório Associado IN2PAST – Laboratório Associado para a Investigação e Inovação em Património, Arte, Sustentabilidade e Território. Doutorado em História da Arte (2009), é coordenador da área disciplinar e do programa de doutoramento em História da Arte da Universidade de Évora, membro da Cátedra UNESCO Fórum Universidade e Património (Universidade Técnica de Valencia, Espanha), do Portuguese Chapter da Society for the History of Collecting e da equipa editorial da revista MIDAS – Museus e Estudos Interdisciplinares. Tem desenvolvido o seu trabalho de investigação nas áreas da História da Arte dos séculos XIX e XX, da Historiografia da Arte e da História e Teoria do Património, no âmbito das quais foi autor, coautor e coordenador de muitas publicações, como livros, capítulos de livros e artigos ((https://www.cienciavitae.pt/portal/2E11-BD53-77A8).

Paulo Tormenta Pinto (Lisboa, 1970) iniciou a sua carreira docente em 1997 e é atualmente Professor Catedrático no Iscte, na área da Arquitetura. A sua tese de doutoramento, *Arquitetura e Artifício – Cassiano Branco (1897–1970)*, foi publicada em três edições (Caleidoscópio, 2007, 2015 e 2020). Enquanto investigador, participou e coordenou diversos projetos relacionados com a cultura arquitetónica, destacando-se como investigador principal dos projetos *A Monumentalidade Crítica de Álvaro Siza* e *Os Grandes Projetos – Operações Arquitetónicas e Urbanísticas após a Exposição Mundial de Lisboa de 1998*, ambos financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Ao longo da sua carreira académica, desempenhou vários cargos de gestão no Iscte, incluindo os de Diretor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e Subdiretor da Escola de Tecnologias e Arquitetura. Atualmente, é Diretor do Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica e o Território (DINÂMIA'CET-Iscte). Em 2020, foi padrinho da atribuição do título de Doutor Honoris Causa a Nuno Portas no Iscte. A sua atividade como arquiteto tem sido amplamente publicada e distinguida, tendo recebido, mais recentemente, o Prémio FORMA 2022 e o Prémio Teotónio Pereira 2022. Em 2022, foi finalista dos Prémios FAD, e a sua obra foi nomeada para o Prémio Mies van der Rohe nas edições de 2022 e 2024. Em 2023, foi distinguido com o Prémio Investigação e Sustentabilidade (*ex aequo*), atribuído pela Ordem dos Arquitetos de Portugal.

Pedro Guilherme é arquitecto, professor auxiliar do Departamento de Arquitectura da Escola de Artes da Universidade de Évora e investigador integrado do Centro de História da Arte e Investigação Artística (CHAIA). Doutorado em Arquitectura, desenvolve investigação nos domínios da teoria e prática do projecto, do ensino da arquitectura, dos concursos de arquitectura e da investigação pelo projecto. Integra as direções do Mestrado Integrado e do Programa de Doutoramento em Arquitetura. Tem coordenado projetos de investigação, orientado trabalhos académicos e participado em publicações, conferências e júris científicos.

Pedro Rodrigues é mestre (FAUP, 2025), com a dissertação "*Continuar a Viver*. Os bairros SAAL da Meia Praia: permanências e conflito num território turistificado".

Realizou um semestre do Mestrado Integrado em Arquitetura ao abrigo do programa Erasmus na ENSA Paris-Belleville. Integrou o coletivo Parte, onde dinamizou oficinas e workshops de autoconstrução coletiva, e participou na organização e moderação de iniciativas no âmbito do programa MdqC. Atualmente, dedica-se à escrita de artigos relacionados com os temas da sua dissertação, assim como, com a prática arquitetónica colaborativa.

Pedro Saldanha Arquiteto e Urbanista do quadro permanente da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2026-atual). Mestrando no Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROARQ/UFRJ), com bolsa Capes/Proex (2024-2025) e FAPERJ Mestrado Nota 10 (2025-2026). Arquiteto e Urbanista graduado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2023), com Trabalho Final de Graduação selecionado para a Mostra de Trabalhos do XVII Colóquio Quapá-SEL 2023. É membro do grupo de pesquisa "ProAMB", vinculado ao PROARQ, desde 2020 (PIBIAC 2020-2021). Recebeu menções honrosas na 12 Semana de Integração Acadêmica da UFRJ (2023) e na XLII Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e Cultural (JICTAC 2020). Atuou como membro da Comissão Organizadora e apoio técnico de Sessão Temática da Conferência Anual da Rede Lusófona de Morfologia Urbana (Portuguese- language Network of Urban Morphology/PNUM 2022), no VIII Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (ENANPARQ 8 - 2024) e no 15 Colóquio do Proarq - Autoavaliação e Prospecção (2024). Na atuação acadêmica, foi membro da Comissão de Bolsas do PROARQ e da Comissão Executiva da Revista Cadernos PROARQ. Possui atuação na área de estudos da paisagem com ênfase nos sons urbanos, suas representações literárias e a relação com a forma das cidades, com produções nos seguintes temas: paisagem sonora, crônica literária, memória, identidade, desenho urbano e cultura urbana. Foi arquiteto e assessor de projetos (2025-2026) da Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec/RJ).

Pierina Piemonte Arquiteta e urbanista formada pela Universidade Presbiteriana Mackenzie em 1995. Com uma trajetória sólida na intersecção entre projeto, gestão e academia, atua há 25 anos no mercado corporativo B2B, onde é sócia-fundadora, CEO e Diretora Criativa da Nuque Arquitetura. Sua formação complementar inclui um MBA em Gestão de Escritórios de Arquitetura pela FGV (2013-2014) e extensão em Visual Merchandising pela Escola Panamericana de Artes (2019). Atualmente, é mestranda em Arquitetura e Urbanismo no Mackenzie (2025), desenvolvendo pesquisa sob orientação do Prof. Dr. Igor Guatelli. Seu trabalho investiga a Arquitetura Contemporânea com foco na teoria de Rem Koolhaas e no eixo Berrini-Chucri Zaidan, em São Paulo. No âmbito acadêmico, Piemonte é professora convidada na pós-graduação lato sensu do Mackenzie desde 2026, ministrando a disciplina de Design Corporativo, unindo sua expertise de mercado corporativo às discussões teóricas. Em 2025, cumpriu estágio docente na disciplina de graduação "Rastros Urbanos". Além disso, integra como pesquisadora o projeto de extensão "Cidade e Arquitetura e Filosofia" desde 2025. Com destacada atuação institucional, atua de forma voluntária na AsBEA-SP (Associação Brasileira de Escritórios de Arquitetura) desde 2018, assumindo atualmente o cargo de Diretora de Grupos de Trabalho. Em 2021, seu trabalho foi reconhecido no mercado por meio das premiações WORK BETTER DESIGN CONTEST (Steelcase Inc.) e Brasil Design Award (ABEDESIGN).

R

Raimundo Bambó Naya Arquitecto por la Universidad de Navarra (2000) y Doctor por la Universidad de Zaragoza (2016). Profesor Titular de Urbanística y Ordenación del Territorio en el Departamento de Arquitectura de la Universidad de Zaragoza. Coordinador del Programa de Doctorado en Nuevos Territorios en la Arquitectura. Miembro del Instituto de Patrimonio y Humanidades desde 2019 y del grupo de investigación PUPC. Ha sido profesor Invitado en seminarios y talleres internacionales en el TEC de Monterrey (2006), IUAV di Venezia (2015), ETSA de Barcelona UPC (2017) y la Universidade Federal da Paraíba UFPB (Joao Pessoa, Brasil, 2023). Ha sido coordinador por parte de la Universidad de Zaragoza del CICES International Design Workshop, Dakar (2020). Su línea de investigación actual aborda el diseño urbano, la regeneración urbana y su relación con los espacios periurbanos. Ha sido Investigador Principal del proyecto I+D+i "PER-START - Áreas estratégicas periurbanas en transformación. Retos eco-culturales en procesos de regeneración urbana en ciudades españolas", financiado por el Ministerio de Ciencia e Innovación, junto con Carmen Díez Medina. Paralelamente, ha desarrollado su actividad profesional en IDOM. Entre su obra más destacada se encuentran proyectos como la rehabilitación del Archivo Histórico Municipal de Huesca, el Edificio soporte de pabellones de participantes y urbanización general del recinto Expo Zaragoza 2008, el parque lineal en la ribera del Ebro (Zaragoza) o la urbanización del entorno de la Plaza del Pilar, San Juan de los Panetes y Murallas Romanas (Zaragoza), publicados en diferentes medios especializados nacionales e internacionales y por los que ha recibido diversos reconocimientos por la Bienal de Española de Arquitectura y Urbanismo, la Bienal de Arquitectura de Sao Paulo, la Bienal Europea de Paisaje, la Fundación Caja de Arquitectos, el Consejo Superior de Arquitectos de España, el Colegio Oficial de Arquitectos de Aragón o la Cátedra de Arquitectura Ricardo Magdalena de la Institución Fernando el Católico.

Raquel Elizabeth Byrro Oliveira É arquiteta e urbanista pela Universidade Federal de Minas Gerais (2017), com intercâmbio sanduíche pela Universidad de Valladolid, Espanha (2014-2015). Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo programa NPGAU, da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (2020), na área de concentração "Conservação e Preservação Ambiental e Patrimonial e os Instrumentos de Gestão". Atualmente, é doutoranda pelo programa PPGAU, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Uberlândia, na área de concentração "Cidade e Patrimônio: perspectivas e prospectivas", com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG; pós-graduanda no Curso de Gestão e Prática de Obras de Conservação e Restauro do Patrimônio, pelo Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada e professora no curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Uniessa, em Uberlândia, Minas Gerais. Membro-Pesquisadora na Rede TerraBrasil. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3237-2306

Raquel Nieto Valdivia (Madrid, 1999) es arquitecta por la Universidad Politécnica de Madrid desde 2024. Actualmente compagina el ejercicio profesional en un estudio de arquitectura con el Programa de Doctorado en Patrimonio Arquitectónico de la Universidad Politécnica de Madrid, en el que relaciona el racionalismo de preguerra y la vuelta a la modernidad de la década de 1950 con el estilo imperial característico en España de la época de la autarquía. Tiene publicados su Trabajo Fin de Máster llamado *Habitar la tapia. Revalorización de una tipología obsoleta* dirigido por Ginés Garrido en 2024 en el Archivo Digital de la UPM y en el Archivo del Departamento de Proyectos Arquitectónicos de la ETSAM; y su Trabajo de Fin de Grado titulado *Difusión y fortuna*

crítica del poblado dirigido de Caño Roto dirigido por la catedrática Ana Esteban Maluenda en 2023 en el Archivo Digital de la UPM, en el que se recopilaban las publicaciones más relevantes que hablaban sobre estos barrios, haciendo un espacial énfasis en Caño Roto, el más publicado, al que se le dedicó un profundo análisis mediante el uso de herramientas de humanidades digitales. Con notables calificaciones durante toda la carrera, ha participado en diversos concursos durante su paso por la escuela, entre los que destaca el concurso para transformar el Parque de la Pollina de Fuenlabrada (2022), cuya propuesta se recoge en un monográfico sobre el concurso. Previo a su paso por la universidad fue alumna del Programa de Bachillerato de Excelencia de la Comunidad de Madrid (2015-2017) en el Instituto San Mateo, donde se graduó con altas calificaciones y fue finalista en el II Encuentro Preuniversitario de Jóvenes Investigadores organizado por la Universidad Complutense de Madrid (2017).

Ricardo Trevisan é arquiteto, urbanista e doutor em Arquitetura e Urbanismo, com pós-doutorados na Columbia University e na Universidade do Minho. É professor da FAU-UnB e pesquisador do CNPq. É autor de *Cidades Novas* e coordenador do projeto sobre o Atlas de Cidades Novas.

Rute Sousa Matos é licenciada em Arquitetura Paisagista, mestre em Recuperação do Património Arquitetónico e Paisagístico e doutora em Artes e Técnicas da Paisagem. Atualmente é Diretora do Departamento de Paisagem Ambiente e Ordenamento, Diretora dos Cursos de Doutoramento em Artes e Técnicas da Paisagem e de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável em Regiões Tropicais. É Professora Auxiliar na Universidade de Évora (Portugal) onde leciona no curso de licenciatura em Biologia Humana, nos cursos de Mestrado em Arquitetura Paisagista, Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural (Erasmus Mundus TPTI), Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural (ramo ambiente), Filosofia Prática – Política Cidadania e Ambiente e no curso de pós-graduação Ambiente, Sustentabilidade e Educação (e-learning). A sua atual área de investigação centra-se nos temas da paisagem e identidade, das novas realidades e desafios urbanos, da multifuncionalidade da paisagem, nos espaços intersticiais urbanos, nas questões ecológicas e de sustentabilidade e na agricultura urbana como uma nova abordagem ao desenho de projeto. Tem cooperado com países emergentes nomeadamente o Viet Nam, Timor Leste, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Marrocos. É autora de artigos cujo tema se foca na multifuncionalidade da paisagem. É investigadora no Centro de História da Arte e Investigação Artística (CHAIA).

S

Sara Merhj Arquiteta e pesquisadora síria, graduada e mestre em Arquitetura pela Universidade de Damasco. Atuou anteriormente como professora assistente na Faculdade de Arquitetura dessa instituição por dez anos. Desde 2024, prossegue seus estudos de doutorado em Arquitetura e Urbanismo na Universidade de Brasília, no Brasil, onde concentra suas pesquisas na arquitetura e na cidade sob uma perspectiva feminista, além de estudos sobre paisagem cultural e identidade coletiva. Pesquisadora no Laboratório das Mulheres e no grupo de pesquisa Topos. Coautora do livro Mulheres Indígenas e a Diversidade Cultural Brasileira.

Simone Sousa Silva Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Especialista em Semiótica Psicanalítica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual Paulista-UNESP. Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu-USJT

Sofia Aleixo Arquitecta pela FA-UTLisboa, PhD pela *Oxford School of Architecture* com tese sobre conservação de património edificado e impacto nos valores culturais. Professora Associada do Departamento de Arquitectura – Escola de Artes, Universidade de Évora (onde prestou Provas de Aptidão Pedagógica, e é investigadora associada no CHAIA e no IHC-CEHCi). Docência na *Oxford School of Architecture*. Publicou diversos artigos em revistas especializadas, bem como capítulos de livros, e tem vários livros publicados. Convidada a participar em conferências nacionais/internacionais. Iniciou a sua actividade profissional com Arqt.º Victor Mestre, sendo sócia fundadora da vmsa arquitectos, onde actualmente desenvolve investigação em ambiente não académico. Exposições de arquitectura com o trabalho do atelier, reconhecido com diversos prémios e outras distinções, destacando-se o Prémio da União Europeia para o Património Cultural na Categoria de Conservação Europa Nostra Award 2013, e distinção por Boas Práticas em várias categorias. Desenvolve investigação académica integrada no CHAM-SHLI, FCSH/UNL, sendo coordenadora da secção de Arquitectura no projeto "Revistas de ideias e cultura do século XX".

Sofia Salema é arquitecta, professora associada do Departamento de Arquitectura da Escola de Artes da Universidade de Évora, investigadora integrada e directora do Centro de História da Arte e Investigação Artística (CHAIA). Desenvolve atividade docente e científica nos domínios do projecto arquitectónico, da conservação e reabilitação do património e das metodologias de investigação em arquitectura. Tem coordenado projectos de investigação, orientado dissertações e teses e participado em publicações, exposições, conferências e júris académicos nacionais e internacionais.

Soledad González Arques Investigadora predoctoral. Universidad de Sevilla, Departamento de Historia, Teoría y Composición Arquitectónicas, Instituto Universitario de Arquitectura y Ciencias de la Construcción. Arquitecta y Máster en Arquitectura y Patrimonio Histórico por la Universidad de Sevilla, es contratada predoctoral (FPI Ministerio de Universidades España) adscrita al proyecto de investigación *Whats-up: World Heritage: an Approach To Social sustainability while UPgrading cultural values*. Ha sido Técnico de proyectos en el Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico participando como redactora en proyectos de investigación aplicada, diagnósticos de conservación y estudios de valores alrededor del patrimonio cultural andaluz. Sus investigaciones abordan los procesos de elaboración de estrategias para la conservación e intervención del patrimonio arquitectónico, participando como redactora en trabajos como el *Estudio sobre estrategias de intervención en edificación residencial existente al objeto de lograr el mayor grado de adecuación efectiva al código técnico de la edificación* y en el desarrollo del *Plan Director para el Conjunto Arqueológico de Itálica*. Actualmente es alumna del Programa de Doctorado de la Universidad de Sevilla, continuando con su trayectoria investigadora al enfocar su trabajo alrededor del proceso de traslación de la interpretación cultural de un objeto patrimonial complejo como es el Real Alcázar de Sevilla sobre la actividad de gestión. https://orcid.org/0000-0003-4008-4213

Susana Ventura (Coimbra, 1978) é arquitecta, filósofa, crítica e curadora, especializada em arte e arquitectura contemporâneas. Licenciada em Arquitectura pelo Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade de Coimbra (2003) e Doutorada em Filosofia, na especialidade de Estética, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2013), sob orientação científica do Professor Doutor José Gil, com a tese "O Corpo sem Órgãos da Arquitectura", cujo projecto incluiu residências de investigação nos ateliers de arquitectura de Diller Scofidio + Renfro (Nova Iorque), Lacaton & Vassal (Paris) e Peter Zumthor (Haldenstein). Actualmente, é Professora Auxiliar no Departamento de Engenharia Civil, Arquitectura e Ambiente, do Instituto Superior Técnico — Universidade de Lisboa. Foi Investigadora Auxiliar no Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, ao abrigo do programa FCT—CEECIND (6.ª edição), e Professora Auxiliar Convidada no Mestrado em Museologia, no Departamento de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2022-2023), na Escola de Arquitectura, Arte e Design da Universidade do Minho (2018-2022) e no Departamento de Arquitectura da Universidade de Évora (2019-2021). Em 2014, recebeu o Prémio Fernando Távora atribuído à sua proposta de viagem no âmbito do seu projecto de Pós-Doutoramento. No mesmo ano, integrou a Representação Oficial Portuguesa na 14.ª Bienal de Arquitectura de Veneza. Paralelamente à carreira académica, desenvolve prática curatorial nas áreas de arquitectura e arte contemporâneas, escrevendo, igualmente, crítica no âmbito de ambas. O seu livro *Interferências. Arquitectura como Multiplicidade* foi publicado em 2024, pela Circo de Ideias, enquanto o seu próximo livro *Aforismos Espaciais* tem publicação prevista, pela Dafne Editora, em 2026, no seguimento de financiamento atribuído pela Direcção-Geral das Artes. É membro da Associação Internacional de Críticos de Arte (AICA) e do International Committee of Architectural Critics (CICA).

V

Vera Regina Tângari Professora Associada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, lotada no Departamento de Projetos de Arquitetura, docente no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e no Programa de Pós-graduação em Projeto e Patrimônio. Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pelo Instituto Metodista Bennett (1981), Mestrado em Urban Planning, com concentração em Urban Design, pela University of Michigan (1983) e Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (2000). Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Paisagismo e Desenho Urbano. Atua principalmente nos seguintes temas: paisagem, morfologia urbana, desenho urbano. Coordena projetos de pesquisa: Arquitetura da Paisagem e Sistema de Espaços Livres no Rio de Janeiro, vinculado ao Grupo de Pesquisa do CNPq Qualidade do Lugar e Paisagem, do qual é vice-líder. Participa também do Grupo de Pesquisa do CNPq: Ensino de Arquitetura e da Rede Nacional QUAPA-SEL. É associada ao Center of Sustainable Urban Development-CSUD da Columbia University. Foi coordenadora do Programa de Pós-graduação em Arquitetura-PROARQ da UFRJ (períodos 2010-2011 e 2012-2013), coordenadora do Curso de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio-MPPP (2017-2019), e vice-coordenadora do Curso de Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio-MPPP-UFRJ (período 2020-2022). Bolsista Produtividade do CNPq (nível 2) e Cientista do Nosso Estado-CNE da FAPERJ.

Victor Itonaga Mestrando em Projeto e Planejamento pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (2022), com mobilidade acadêmica na Politecnico di Torino no

período de 2019 a 2020. Entre 2016 e 2017, foi bolsista de Iniciação Científica pela FAP-DF, participando do grupo de pesquisa Capital e Periferia. Entre 2020 e 2021, foi voluntário de Iniciação Científica, participando do grupo Topos, grupo que faz parte até os dias de hoje. Coordenador de projetos do escritório ARQBR, integrando como estagiário desde 2018. Em 2024, participou como assistente editorial da Revista Paranoá, periódico científico mantido pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Fundou o Coletivo Zero, grupo de arquitetas e arquitetos que promove oficinas de projeto como mote de debate. Foi premiado em concursos estudantis e profissionais de arquitetura.

Virginia Gusmão Recém graduada, Mestrado Integrado pela Escola de Artes, Universidade de Évora, com dissertação sobre "Reconhecimento da Arquitetura Vernácula Timorense, o caso de Baucau". Actualmente a iniciar a sua atividade profissional como estagiária na empresa O`Calaghan Planning Consultants – Planning and Architecture, no Reino Unido.

Viviane Costa de Faria Possui graduação em Desenho Industrial pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1997), graduação em Design de Interiores pela Universidade Cândido Mendes (2000) e graduação em Arquitetura e Urbanismo pelo Instituto Metodista Bennett (2012) com Mestrado em Teoria da Arquitetura no PROARQ/UFRJ (2018) com a dissertação: Mies van der Rohe sob o olhar humanista de Romano Guardini: Residências Esters e Tugendhat, sob orientação do Prof. Gustavo Rocha-Peixoto e com o apoio da CAPES. Em 2023, iniciou o programa de Doutorado do PROARQ/UFRJ, na linha de pesquisa Cultura, Paisagem e Ambiente Construído sendo o tema de tese: O Espaço Educa. Arquitetura como ferramenta no Território Educativo. Orientadora Prof. Giselle Arteiro Azevedo, também com bolsa da CAPES. Participa do Grupo de pesquisa GAE - Grupo Ambiente Educação.

